PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE RONDÔNIA
# DIÁRIO DA JUSTIÇA
## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANO XXXVI | NÚMERO 034 | PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE | 2018

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**
**COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2018/2019**

**PRESIDENTE**
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior

**VICE-PRESIDENTE**
Desembargador Renato Martins Mimessi

**CORREGEDOR-GERAL**
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz

**TRIBUNAL PLENO**
Des. Eurico Montenegro Júnior
Des. Renato Martins Mimessi
Des. Valter de Oliveira
Des. Roosevelt Queiroz Costa
Des. Rowilson Teixeira
Des. Sansão Saldanha
Des. Kiyochi Mori
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Des. Miguel Monico Neto
Des. Raduan Miguel Filho
Des.ª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Des. Alexandre Miguel
Des. Daniel Ribeiro Lagos
Des. Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Des. Oudivanil de Marins
Des. Isaias Fonseca Moraes
Des. Valdeci Castellar Citon
Des. Hiram Souza Marques
Des. José Jorge Ribeiro da Luz
Juiz Convocado Francisco Borges

**1ª CÂMARA CÍVEL**
Desembargador Rowilson Teixeira (Presidente)
Des. Sansão Saldanha
Desembargador Raduan Miguel Filho

**2ª CÂMARA CÍVEL**
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia (Presidente)
Des. Kiyochi Mori
Des. Alexandre Miguel
Des. Isaias Fonseca Moraes

**CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS**
Des. Rowilson Teixeira (Presidente)
Des. Sansão Saldanha
Des. Kiyochi Mori
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Des. Raduan Miguel Filho
Des. Alexandre Miguel
Des. Isaías Fonseca Moraes

**1ª CÂMARA CRIMINAL**
Des. Valter de Oliveira (Presidente)
Des. Daniel Ribeiro Lagos
Juiz Convocado Francisco Borges

**2ª CÂMARA CRIMINAL**
Desembargador Miguel Monico Neto (Presidente)
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Desembargador Valdeci Castellar Citon

**CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS**
Desembargador Valter de Oliveira (Presidente)
Desembargador Miguel Monico Neto
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Juiz Convocado Francisco Borges

**1ª CÂMARA ESPECIAL**
Desembargador Eurico Montenegro Júnior (Presidente)
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Oudivanil de Marins

**2ª CÂMARA ESPECIAL**
Desembargador Renato Martins Mimessi (Presidente)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Des. Hiram Souza Marques

**CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS**
Desembargador Eurico Montenegro Júnior (Presidente)
Desembargador Renato Martins Mimessi
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Oudivanil de Marins
Des. Hiram Souza Marques

**SECRETARIA GERAL**
Juiz de Direito Sérgio William Domingues Teixeira
Secretário-Geral

DIRETOR DA DIGRAF
Administrador Enildo Lamarão Gil

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PRESIDÊNCIA

## ATOS DO PRESIDENTE

RESOLUÇÃO N. 006/2018-PR

Altera a Resolução n. 029/2016, que dispõe sobre a criação da Central de Processos Eletrônicos (CPE), altera o quadro de pessoal das unidades jurisdicionais do primeiro grau do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO as mudanças advindas da tramitação dos processos judiciais com a progressiva implantação do Processo Judicial Eletrônico no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO que a modernização e racionalização das unidades judiciais, para fins de utilização mais eficaz do meio eletrônico de processamento dos autos judiciais, são medidas necessárias para o alcance de uma maior produtividade;

CONSIDERANDO o Processo SEI n. 0004643-75.2017.8.22.8001;

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal Pleno Administrativo em sessão extraordinária realizada no dia 19 de fevereiro de 2018,

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar o parágrafo único do artigo 3º da Resolução n. 029/2016-PR, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.3º [...]

Parágrafo único. Os processos judiciais eletrônicos da Turma Recursal, das Varas Cíveis, das Varas de Família, das Varas de Fazenda Pública e das Varas de Execuções Fiscais da Comarca de Porto Velho migrarão para a CPE de forma progressiva, de acordo com cronograma a ser definido pela Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça e adesão dos juízes titulares das unidades. (NR)

Art. 2º Alterar o caput do artigo 7º da Resolução n. 029/2016-PR, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º Ficam criadas 52 (cinquenta e duas) funções gratificadas de Assistente de Juiz (FG-5), sendo 2 (duas) para cada gabinete das unidades dispostas no Anexo II desta Resolução. (NR)

Art. 3º O Anexo II da Resolução n. 029/2016-PR passa a vigorar conforme o Anexo Único desta Resolução.

Art. 4º Compete à Secretaria Especial de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica a atualização do Quadro de Pessoal, de acordo com alterações dispostas nesta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por **WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR**, **Presidente do Tribunal de Justiça**, em 20/02/2018, às 13:38, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0569849** e o código CRC **A854E16B**.

## ANEXO ÚNICO
## RESOLUÇÃO N. 006/2018-PR

## ALTERA O ANEXO II DA RESOLUÇÃO N. 029/2016-PR

### Distribuição das funções gratificadas de Assistente de Juiz (FG-5)

| Entrância | Nº Ordem | Comarca | Unidade Jurisdicional | FUNÇÃO GRATIFICADA Assistente de Juiz (FG-5) |
|---|---|---|---|---|
| 3ª Entrância | 1 | Porto Velho | Gabinete da 1ª Vara Cível | 2 |
| | 2 | Porto Velho | Gabinete da 2ª Vara Cível | 2 |
| | 3 | Porto Velho | Gabinete da 3ª Vara Cível | 2 |
| | 4 | Porto Velho | Gabinete da 4ª Vara Cível | 2 |
| | 5 | Porto Velho | Gabinete da 5ª Vara Cível | 2 |
| | 6 | Porto Velho | Gabinete da 6ª Vara Cível | 2 |
| | 7 | Porto Velho | Gabinete da 7ª Vara Cível | 2 |
| | 8 | Porto Velho | Gabinete da 8ª Vara Cível | 2 |
| | 9 | Porto Velho | Gabinete da 9ª Vara Cível | 2 |
| | 10 | Porto Velho | Gabinete da 10ª Vara Cível | 2 |
| | 11 | Porto Velho | Gabinete da 1ª Vara de Fazenda Pública | 2 |
| | 12 | Porto Velho | Gabinete da 2ª Vara de Fazenda Pública | 2 |
| | 13 | Porto Velho | Gabinete da 1ª Vara de Família | 2 |
| | 14 | Porto Velho | Gabinete da 2ª Vara de Família | 2 |
| | 15 | Porto Velho | Gabinete da 3ª Vara de Família | 2 |
| | 16 | Porto Velho | Gabinete da 4ª Vara de Família | 2 |
| | 17 | Porto Velho | Gabinete do 1º Juizado Especial Cível | 2 |
| | 18 | Porto Velho | Gabinete do 2º Juizado Especial Cível | 2 |
| | 19 | Porto Velho | Gabinete do 3º Juizado Especial Cível | 2 |
| | 20 | Porto Velho | Gabinete do 4º Juizado Especial Cível | 2 |
| | 21 | Porto Velho | Gabinete do Juizado da Fazenda Pública | 2 |
| | 22 | Porto Velho | 1º Gabinete da Turma Recursal | 2 |
| | 23 | Porto Velho | 2º Gabinete da Turma Recursal | 2 |
| | 24 | Porto Velho | 3º Gabinete da Turma Recursal | 2 |
| | 25 | Porto Velho | Gabinete da 1ª Vara de Execuções Fiscais | 2 |
| | 26 | Porto Velho | Gabinete da 2ª Vara de Execuções Fiscais | 2 |
| **TOTAL** | | | | **52** |

Resolução n. 007/2018-PR

Dispõe sobre o horário de expediente do Serviço de Atermação dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Velho e a jornada de trabalho dos servidores da unidade.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o constante no artigo 55, da Lei Complementar Nº 68, de 09 de dezembro de 1.992;

CONSIDERANDO o aumento da demanda imposta ao Tribunal de Justiça, e a necessidade de utilização eficiente do quadro de pessoal disponível;

CONSIDERANDO os princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, extraídos da Lei nº 9.099/95;

CONSIDERANDO o atendimento aos jurisdicionados, permitindo maior acessibilidade aos serviços;

CONSIDERANDO o SEI n. 0000405-79.2018.8.22.8000;

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal Pleno Administrativo em sessão extraordinária realizada no dia 19/02/2018,

R E S O L V E:

Art. 1º Estabelecer que o horário de expediente do Serviço de Atermação dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Velho será de segunda à sexta-feira, das 7h às 19h.

§ 1º A jornada de trabalho dos servidores lotados no Serviço de Atermação dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Velho será cumprida:

I – em turnos de 7 (sete) horas de trabalho, com no mínimo 1 (uma) hora de intervalo, para os servidores que não exercem função gratificada ou ocupam cargo comissionado;

II - das 7h às 13h e das 16h às 18h para os servidores que exercem função gratificada ou ocupam cargo comissionado, ou horário flexibilizado, desde que cumpram as 8 (oito) horas diárias, com no mínimo 1 hora de intervalo;

III - das 7h às 13h e das 16h às 18h para o Chefe do Serviço de Atermação, ou horário flexibilizado para acompanhamento das equipes de trabalho, desde que cumpra as 8 (oito) horas diárias, com no mínimo 1 hora de intervalo.

Art. 2º Caberá ao Chefe do Serviço de Atermação definir as equipes de trabalho em cada turno, de acordo com o fluxo da demanda de atendimento da unidade.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 13:38, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569961 e o código CRC 1580CF8B.

RESOLUÇÃO N. 008/2018-PR

Dispõe sobre alteração da Estrutura Organizacional e do Quadro de Pessoal da Corregedoria-Geral da Justiça do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da estrutura organizacional e do quadro de pessoal da Corregedoria-Geral da Justiça do Poder Judiciário do Estado de Rondônia em função do cumprimento de suas atribuições previstas no art. 139 do Regimento Interno deste Tribunal, bem como o aprimoramento de outras atividades;

CONSIDERANDO a Meta 2 de Nivelamento Nacional das Corregedorias de Justiça do exercício 2013, pela qual se propõem medidas para implantação de estrutura orgânica definitiva nas Corregedorias, a partir de projeto de reestruturação que favoreça o pleno cumprimento de sua missão institucional;

CONSIDERANDO a Resolução n. 027/2012, de 24 de outubro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Gestão da Corregedoria, cuja finalidade é orientar e desenvolver ações, metas e objetivos para o cumprimento de sua missão institucional, bem como, na forma de sua Meta 8, reestruturar a Corregedoria-Geral da Justiça;

CONSIDERANDO o disposto no art. 36-A da Lei Complementar n. 568, de 29 de março de 2010, que dispõe sobre a Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o Processo SEI n. 0002554-48.2018.8.22.8000;

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal Pleno Administrativo em sessão extraordinária realizada no dia 19/02/2018,

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar a estrutura organizacional da Corregedoria-Geral da Justiça, bem como adequar os respectivos cargos efetivos, comissionados e funções gratificadas do quadro de pessoal, nos termos desta Resolução.

CAPÍTULO I
DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS

Art. 2º A Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia passa a ter a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça;
II - Juiz Auxiliar 1;
III - Juiz Auxiliar 2;
IV - Juiz Auxiliar 3;
V - Assessoria de Comunicação;
VI - Núcleo de Apoio à Comissão Estadual Judiciária de Adoção;
VII - Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos;
VIII - Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça.

§ 1º A Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça será composta pelas seguintes unidades diretamente subordinadas:

I - Gabinete;
II - Núcleo de Apoio das Unidades do 1º Grau;
III - Núcleo de Aprimoramento do 1° Grau;
IV - Departamento Judicial ;
V - Departamento Extrajudicial;
VI - Departamento Judiciário Administrativo.

§ 2º O Departamento Judicial, subordinado diretamente à Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça, será composto pela:

I - Divisão de Correição Judicial;

II - Divisão de Orientação e Monitoramento Judicial.

§ 3º O Departamento Extrajudicial, subordinado diretamente à Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça, será composto pela:

I - Divisão de Correição Extrajudicial;

II - Divisão de Atos Extrajudiciais.

§ 4º O Departamento Judiciário Administrativo, subordinado diretamente à Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça, será composto pela:

I - Divisão de Informação;

II - Divisão de Projetos e Gestão;

III - Divisão de Atos Administrativos:
a) Seção de Processamento e Expediente;
b) Seção de Movimentação de Magistrados.

Art. 3º A Central de Processos Eletrônicos, que figurava na estrutura organizacional da Corregedoria-Geral da Justiça, passa a compor a estrutura de primeira instância da Comarca de Porto Velho, ficando vinculada diretamente à Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 4º As alterações das estruturas organizacionais dispostas nesta Resolução ficam representadas da seguinte forma:

I - a Corregedoria-Geral da Justiça e as unidades diretamente subordinadas ficam representadas de acordo com o organograma disposto no Anexo I;

II - a Central de Processos Eletrônicos fica representada de acordo com o organograma disposto no Anexo II.

CAPÍTULO II
DOS CARGOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 5º Os cargos e funções gratificadas da Corregedoria-Geral da Justiça ficam redistribuídos nas unidades dispostas no art. 2º desta Resolução.

Art. 6º Para reorganização das unidades dispostas nesta Resolução, serão realizadas as seguintes alterações no quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Rondônia:

I – Ficam remanejados e/ou renomeados os cargos e funções gratificadas dispostos no Anexo III desta Resolução;

II – Ficam criadas as funções gratificadas dispostas no Anexo IV desta Resolução;

III – Ficam extintas as funções gratificadas dispostas no Anexo V desta Resolução.

Art. 7º Fica aprovado o anteprojeto de lei que altera dispositivos da Lei Complementar n. 568, de 29 de março de 2010, para criação de cargos comissionados e efetivos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, a ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado, conforme Anexo VI desta Resolução.

Art. 8º As alterações no quadro de pessoal dispostas nesta Resolução deverão ser consolidadas por Ato do Presidente do Tribunal de Justiça após aprovação do anteprojeto de lei disposto no art. 7º e conforme o Anexo VII, no qual constam:

I – o demonstrativo de pessoal do Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça e as unidades de assessoria imediata no Quadro I;

II – o demonstrativo de pessoal da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça no Quadro II;

III – o demonstrativo de pessoal da Central de Processos Eletrônicos no Quadro III.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Compete à Secretaria Especial de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica a atualização do Quadro de Pessoal, do organograma do Tribunal de Justiça, do Siglário, do Manual de Processos e a elaboração das atribuições das unidades criadas por esta Resolução, para atualização do Manual de Atribuições.

Art. 10. Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação do Ato do Presidente disposto no art. 8º desta Resolução.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

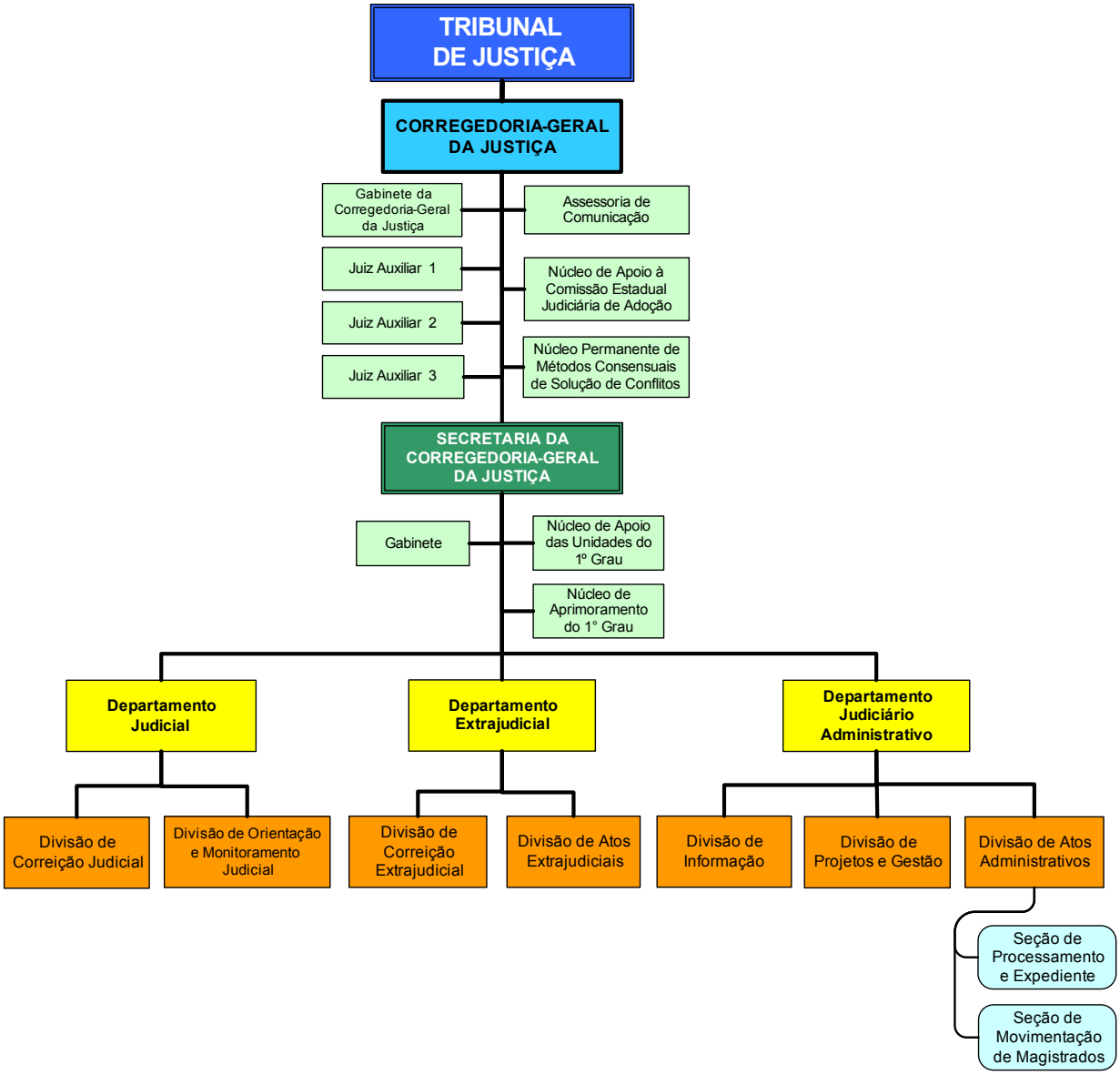
Documento assinado eletronicamente por **WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR**, **Presidente do Tribunal de Justiça**, em 20/02/2018, às 13:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0570223** e o código CRC **1C3DEB0B**.

# ANEXO I

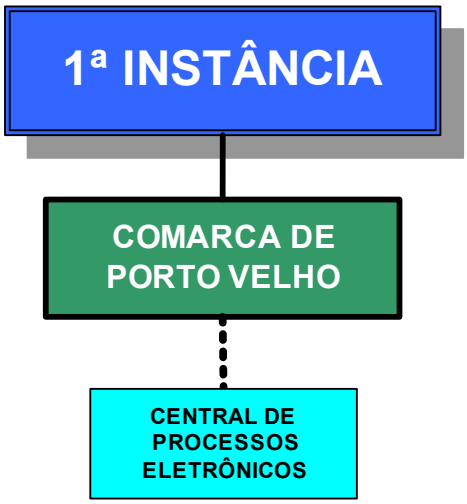
## RESOLUÇÃO N. 008/2018-PR

## Organograma da Corregedoria-Geral da Justiça



## ANEXO II
## RESOLUÇÃO N. 008/2018-PR

### Organograma da Central de Processos Eletrônicos




## ANEXO III
## RESOLUÇÃO N. 008/2018-PR

### Quadro de remanejamento e/ou renomeação de cargos e funções gratificadas

| ORIGEM | | | | | | RENOMEAR PARA | | | REMANEJAR PARA | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CARGOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS | | ESPECIALIDADE | NÍVEL | UNIDADE | QUANT. | CARGO | ESPECIALIDADE | NÍVEL | UNIDADE | QUANT. |
| Cargos Comissionados | PJ-DAS 5 | Assessor de Desembargador | NS | Gabinete de Desembargador | 2 | PJ-DAS 5 | Assessor Especial da Corregedoria | NS | Corregedoria-Geral da Justiça | 2 |
| | PJ-DAS 3 | Assistente de Desembargador | NS | Gabinete de Desembargador | 1 | PJ-DAS 3 | Assistente Especial da Corregedoria | - | Corregedoria-Geral da Justiça | 1 |
| | PJ-DAS 3 | Assistente Administrativo | NS | Corregedoria-Geral da Justiça | 1 | PJ-DAS 3 | Coordenador III | NS | - | - |
| | PJ-DAS 2 | Oficial de Gabinete | NS | Gabinete de Desembargador | 1 | PJ-DAS 2 | Assistente Técnico | NS | Corregedoria-Geral da Justiça | 1 |
| | PJ-DAS 1 | Chefe de Serviço de Informática | NS | Corregedoria-Geral da Justiça | 1 | PJ-DAS 1 | Assistente Técnico II | NS | - | - |
| | PJ-DAS 1 | Chefe de Serviço de Protocolo | NS | Corregedoria-Geral da Justiça | 1 | PJ-DAS 1 | Assessor de Comunicação | NS | - | - |
| TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS | | | | | 7 | | | | | 4 |
| Cargos Efetivos | Analista Judiciário | Analista Processual | NS | Secretaria de Gestão de Pessoas | 1 | - | - | - | Corregedoria-Geral da Justiça | 1 |
| | Analista Judiciário | Economista | NS | Departamento de Economia e Finanças | 1 | - | - | - | Corregedoria-Geral da Justiça | 1 |
| | Técnico Judiciário | | NM | Gabinete de Desembargador | 3 | | | | Corregedoria-Geral da Justiça | 3 |
| | Técnico Judiciário | - | NM | Central de Processos Eletrônicos | 14 | - | - | - | Corregedoria-Geral da Justiça | 14 |
| TOTAL DE CARGOS EFETIVOS | | | | | 19 | | | | | 19 |

## ANEXO IV
## RESOLUÇÃO N. 008/2018-PR

### Quadro de criação de funções gratificadas

| FUNÇÕES GRATIFICADAS | ESPECIALIDADE | NÍVEL | UNIDADE | QUANT. |
|---|---|---|---|---|
| FG-5 | Chefe de Seção I | NS | Corregedoria-Geral da Justiça | 2 |
| FG-5 | Serviço Especial | NS | Corregedoria-Geral da Justiça | 6 |
| **TOTAL DE FUNÇÕES GRATIFICADAS** | | | | **8** |

## ANEXO V
## RESOLUÇÃO N. 008/2018-PR

### Quadro de extinção de funções gratificadas

| FUNÇÕES GRATIFICADAS | ESPECIALIDADE | NÍVEL | UNIDADE | QUANT. |
|---|---|---|---|---|
| FG-4 | Chefe de Seção II | NM | Corregedoria-Geral da Justiça | 6 |
| FG-4 | Secretário de Gabinete | NM | Gabinete de Desembargador | 1 |
| FG-2 | Oficial de Apoio | NB | Corregedoria-Geral da Justiça | 2 |
| **TOTAL DE FUNÇÕES GRATIFICADAS** | | | | **9** |

## ANEXO VI
## RESOLUÇÃO N. 008/2018-PR

### ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Altera dispositivos da Lei Complementar n. 568, de 29 de março de 2010, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criados os cargos constantes do Anexo Único desta Lei Complementar, que passa a integrar o Anexo V, Quadro I e II, da Lei Complementar n. 568, de 29 de março de 2010.

Art. 2º As despesas decorrentes da criação dos cargos serão suportadas pelas dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça, suplementadas, se necessário, respeitados os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal n. 101/2000.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em _____de_____de _____, da República.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador

# ANEXO ÚNICO
# LEI COMPLEMENTAR N. /2018

| CARGO | ESPECIALIDADE | NÍVEL | QUANTIDADE |
|---|---|---|---|
| PJ-DAS S | Secretário da Corregedoria-Geral da Justiça | NS | 1 |
| PJ-DAS 5 | Diretor de Departamento | NS | 2 |
| PJ-DAS 3 | Diretor de Divisão | NS | 4 |
| PJ-DAS 1 | Assistente Técnico II | NS | 7 |
| PJ-DAS 1 | Assessor de Juiz | NS | 7 |
| PJ-DAS 1 | Secretário do CEJA | NS | 1 |
| **TOTAL DE CARGOS COMISSINADOS** | | | **22** |
| Analista Judiciário | Administrador | NS | 1 |
| Analista Judiciário | Analista de Sistema | NS | 2 |
| Analista Judiciário | Economista | NS | 1 |
| Analista Judiciário | Estatístico | NS | 1 |
| **TOTAL DE CARGOS EFETIVOS** | | | **5** |
| **TOTAL DE CARGOS** | | | **27** |

# ANEXO VII
# RESOLUÇÃO N. 008/2018-PR

## QUADRO I

**DEMONSTRATIVO DE CARGOS**
**GABINETE DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA E AS UNIDADES DE ASSESSORIA IMEDIATA**

| CARGOS/FUNÇÕES | | ESPECIALIDADES | Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça | Juiz Auxiliar 1 | Juiz Auxiliar 2 | Juiz Auxiliar 3 | Assessoria de Comunicação | Núcleo de Apoio à Comissão Estadual Judiciária de Adoção | Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MAGISTRADOS | Desembargador | Corregedor-Geral da Justiça | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| | Juiz de Direito | Juiz Auxiliar | - | 1 | 1 | 1 | - | - | - | 3 |
| | **TOTAL DE MAGISTRADOS** | | **1** | **1** | **1** | **1** | **-** | **-** | **-** | **4** |
| CARGOS COMISSIO-NADOS | PJ-DAS 5 | Assessor Especial da Corregedoria | 2 | - | - | - | - | - | - | 2 |
| | PJ-DAS 4 | Chefe de Gabinete | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| | PJ-DAS 3 | Assistente Especial da Corregedoria | 1 | | - | - | - | - | - | 1 |
| | PJ-DAS 2 | Assistente da Corregedoria | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| | PJ-DAS 1 | Assistente Técnico II | - | 1 | 1 | 1 | - | - | - | 3 |
| | PJ-DAS 1 | Assessor de Comunicação | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 |
| | PJ-DAS 1 | Secretário do CEJA | - | - | - | - | - | 1 | - | 1 |
| | **TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS** | | **5** | **1** | **1** | **1** | **1** | **1** | **-** | **10** |
| CARGOS EFETIVOS | Técnico Judiciário | | 1 | - | - | - | 1 | 1 | - | 3 |
| | **TOTAL DE CARGOS EFETIVOS** | | **1** | **-** | **-** | **-** | **1** | **1** | **-** | **3** |
| **TOTAL DE CARGOS** | | | **7** | **2** | **2** | **2** | **2** | **2** | **-** | **13** |
| FUNÇÕES GRATIFI-CADAS | FG-3 | Motorista I | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| | **TOTAL DE FUNÇÕES GRATIFICADAS** | | **1** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **1** |

## QUADRO II

DEMONSTRATIVO DE CARGOS
SECRETARIA DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

| CARGOS/FUNÇÕES | | ESPECIALIDADES | Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça | Gabinete | Núcleo de Apoio das Unidades do 1º Grau | Núcleo de Aprimoramento do 1º Grau | Departamento Judicial | Divisão de Correição Judicial | Divisão de Orientação e Monitoramento Judicial | Departamento Extrajudicial | Divisão de Correição Extrajudicial | Divisão de Atos Extrajudiciais | Departamento Judiciário Administrativo | Divisão de Informação | Divisão de Projetos e Gestão | Divisão de Atos Administrativos | Seção de Processamento e Expediente | Seção de Movimentação de Magistrados | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CARGOS COMISSIO-NADOS | PJ-DAS S | Secretário da Corregedoria-Geral da Justiça | - | 1 | - | - | - | - | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| | PJ-DAS 5 | Diretor de Departamento | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 | - | - | 1 | - | - | - | - | - | 3 |
| | PJ-DAS 3 | Diretor de Divisão | - | - | - | - | - | 1 | 1 | - | 1 | 1 | - | 1 | 1 | 1 | - | - | 7 |
| | PJ-DAS 3 | Coordenador III | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| | PJ-DAS 2 | Assistente Técnico | - | 1 | - | - | - | - | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| | PJ-DAS 1 | Assistente Técnico II | - | - | - | 2 | - | - | - | - | 2 | - | 2 | - | - | - | - | - | 6 |
| | PJ-DAS 1 | Assessor de Juiz | - | - | 7 | - | - | - | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 7 |
| | TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS | | - | | 7 | 3 | 1 | 1 | | 1 | 3 | 1 | 3 | 1 | 1 | 1 | - | - | 26 |
| CARGOS EFETIVOS | Analista Judiciário | Administrador | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - | 1 |
| | | Analista Processual | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| | | Analista de Sistema | - | - | - | 2 | - | - | - | - | - | - | | - | - | - | - | - | 2 |
| | | Economista | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 1 | - | - | - | 2 |
| | | Estatístico | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | 1 |
| | | Matemático | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | 1 |
| | TOTAL DE ANALISTAS JUDICIÁRIOS | | - | | - | 2 | - | - | 1 | - | - | - | - | 3 | 2 | - | - | - | 8 |
| | Técnico Judiciário | | | 1 | - | 3 | 1 | 4 | 3 | 1 | 3 | 3 | 1 | 4 | 4 | - | 3 | 3 | 34 |
| | TOTAL DE CARGOS EFETIVOS | | - | | - | 5 | 1 | 4 | 4 | 1 | 3 | 3 | 1 | 7 | 6 | - | 3 | 3 | 42 |
| TOTAL DE CARGOS | | | - | - | 7 | 8 | 2 | 5 | 4 | 2 | 6 | 4 | 4 | 8 | 7 | 1 | 3 | 3 | 68 |
| FUNÇÕES GRATIFI-CADAS | FG-5 | Chefe de Seção I | - | | - | - | - | | | - | | | - | - | - | - | 1 | 1 | 2 |
| | FG-5 | Serviço Especial | - | | - | 1 | - | 1 | 1 | - | - | - | - | 2 | 1 | - | - | - | 6 |
| | FG-3 | Secretário Executivo | - | 1 | - | - | - | - | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| | TOTAL DE FUNÇÕES GRATIFICADAS | | - | 1 | - | 1 | - | 1 | 1 | - | - | - | - | 2 | 1 | - | 1 | 1 | 9 |

## QUADRO III

**DEMONSTRATIVO DE CARGOS**
**CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS**

| CARGOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS | | ESPECIALIDADE | NÍVEL | Central de Processos Eletrônicos |
|---|---|---|---|---|
| CARGOS COMISSIONADOS | PJ-DAS-4 | Coordenador II | NS | 1 |
| | PJ-DAS-3 | Gestor de Equipe | NS | 8 |
| | TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS | | | 9 |
| CARGOS EFETIVOS | TÉCNICO JUDICIÁRIO | | NM | 46 |
| | TOTAL DE CARGOS EFETIVOS | | | 46 |
| TOTAL DE CARGOS | | | | 55 |

Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria Nº 002/2018

Institui o Comitê Gestor da Central de Processos Eletrônicos (CGCPE).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do art. 2º da Resolução n. 029/2016-PR, de 28 de novembro de 2016, que criou a Central de Processos Eletrônicos (CPE) para executar os atos processuais judiciais eletrônicos das serventias de primeira instância do Poder Judiciário do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO que a Central de Processos Eletrônicos visa padronizar os procedimentos processuais e administrativos buscando otimizar a utilização de mão de obra, com vista a atender aos princípios da celeridade, economia, eficiência e isonomia;

CONSIDERANDO a multiplicidade de áreas envolvidas na implantação e aperfeiçoamento de práticas processuais e rotinas administrativas, a fim de assegurar a padronização das formas sem, contudo, ferir a independência de julgamento pelos magistrados;

CONSIDERANDO necessidade de criação de um grupo gestor da orientação, fiscalização e aplicação das práticas e rotinas processuais;

CONSIDERANDO o Processo n. 0000240-57.2018.8.22.8800,

RESOLVEM:

Art. 1º. Instituir o Comitê Gestor da Central de Processos Eletrônicos (CGCPE), subordinado à Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Rondônia, formado por magistrados e servidores.

Art. 2º. O Comitê Gestor da Central de Processos Eletrônicos tem por competência receber sugestões, reclamações, opinar sobre o ingresso de novas unidades, encaminhar a Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) propostas de alteração de procedimentos e padronizações de procedimentos, mediar conflito de atribuições na Central, conciliar divergências de entendimentos na Central e realizar interlocução com servidores, magistrados, integrantes do sistema de justiça e jurisdicionados.

Art. 3º. O Comitê Gestor será formado pelos seguintes membros:
I - um Juiz Auxiliar da Corregedoria,
II - um Juiz Titular de uma das varas cíveis genéricas pertencentes à Central de Processos Eletrônicos;
III - um Juiz Titular de uma das varas de família pertencentes à Central de Processos Eletrônicos;
IV - um Juiz Titular de um dos Juizados Especiais pertencentes à Central de Processos Eletrônicos;
V - Titular da Central de Processos Eletrônicos; e
VI - um Juiz Titular de uma das varas criminais genéricas pertencentes à Central de Processos Eletrônicos
VII - O Secretário de Tecnologia, Informação e Comunicação
VIII - Secretário do CGCPE – servidor indicado pela CGJ.

Parágrafo único. O Juiz Auxiliar da Corregedoria presidirá a comissão e coordenará os trabalhos desenvolvidos pelo CGCPE.

Art. 4º. Os juízes de direitos serão indicados por ato do Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Rondônia para um período de dois anos, podendo ser reconduzidos para mais um período.

Art. 5º. O Comitê Gestor se reunirá ordinariamente trimestralmente, em data a ser fixada pelo juiz presidente, podendo ser convocada reuniões extraordinárias.
Parágrafo único. As reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê Gestor ocorrerão na sede da Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 6º. Este Provimento Conjunto entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Presidente

Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Corregedor-Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:00, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 20/02/2018, às 18:47, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0572251 e o código CRC 59131C36.

Ato Nº 187/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o constante no Processo nº 0000430-78.2017.8.22.8016,

R E S O L V E:

I – CONCEDER 80% (oitenta por cento) do valor da diária inteira disciplinado pelo Anexo II da referida Resolução, por dia de afastamento, ao Juiz Substituto FÁBIO BATISTA DA SILVA, lotado na 3ª Seção Judiciária - Comarca de Ji-Paraná, em virtude dos deslocamentos para desempenhar atividades judicantes nas Comarca de Costa Marques nos dias 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22 e 26/11/2017 e São Francisco do Guaporé, nos dias 9, 10, 16, 17, 23, 24, 25, 27, 28, 29 e 30/11/2017, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta), conforme quadro detalhado abaixo:

| DESLOCAMENTOS/IDI | DIAS |
|---|---|
| Costa Marques/São Francisco do Guaporé (ida) | 9, 16, 23 e 27/11/2017 |
| São Francisco do Guaporé/Costa Marques(volta) | 10, 17, 25 e 30/11/2017 |

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10 da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

III - Reconheço, homologo e autorizo o pagamento da despesa de exercício anterior.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0556433 e o código CRC E73D459E.

---

Ato Nº 201/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0002930-34.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

ALTERAR o período de gozo das férias do Juiz ÁLVARO KALIX FERRO, titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Porto Velho, de 7/2/2018 a 26/2/2018 para 7/2/2018 a 16/2/2018, referentes ao período de 2017/2018-2, concedidas anteriormente pelo Ato nº 1558/2017 (disponibilizado no D.J.E. Nº 211 de 16/11/2017), mantendo-se a conversão de um terço das referidas férias em abono pecuniário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0561362 e o código CRC 01053D4A.

---

Ato Nº 207/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0003014-35.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER meia diária, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta) ao Juiz HEDY CARLOS SOARES, titular da 1ª Vara Genérica da Comarca de Buritis, em virtude do deslocamento no 6/2/2018, para participar de Reunião de Apresentação do Plano de Gestão biênio 2018/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça, na Comarca de Ariquemes.

II - Mantido ao mesmo o acesso remoto nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 72 de 20/4/2017.

III - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0562771 e o código CRC 867FD132.

Ato Nº 212/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0002983-15.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I – CONCEDER uma diária e meia, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta) ao Juiz LEONARDO MEIRA COUTO, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará-Mirim, em virtude do deslocamento para participar de Reunião de Apresentação do Plano de Gestão biênio 2018/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça, nesta Capital, com saída no dia 1/2/2018 e retorno no dia 2/2/2018,

II - Mantido ao mesmo o acesso remoto nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 72 de 20/4/2017.

III - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0564043 e o código CRC 337D3BBB.

Ato Nº 213/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0002981-45.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I – CONCEDER uma diária e meia, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta) à Juíza KARINA MIGUEL SOBRAL, titular da 1ª Vara Cível de Guajará-Mirim, em virtude do deslocamento para participar de Reunião de Apresentação do Plano de Gestão biênio 2018/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça, nesta Capital, com saída no dia 1/2/2018 e retorno no dia 2/2/2018.

II - Mantido a mesma o acesso remoto nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 72 de 20/4/2017.

III - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0564301 e o código CRC 80161B8D.

Ato Nº 214/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0003015-20.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER meia diária, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta) ao Juiz LUÍS MARCELO BATISTA DA SILVA, titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Jaru, em virtude do deslocamento no 6/2/2018, para participar de Reunião de Apresentação do Plano de Gestão biênio 2018/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça, na Comarca de Ariquemes.

II - Mantido ao mesmo o acesso remoto nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 72 de 20/4/2017.

III - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0564359 e o código CRC 73D24C38.

---

Ato Nº 217/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000067-42.2018.8.22.8700,

R E S O L V E :

I - CONVOCAR o Juiz DALMO ANTONIO DE CASTRO BEZERRA, titular da 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, para participar da Oficina Pedagógica para Revisão Ementária e Bibliográfica dos Planos de Ensino dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito para a Carreira da Magistratura (EDCM) 2018 - Turma II, que ocorrerá nos dias 22 e 23/2/2018, nas dependências da EMERON/TJRO, nesta Capital, nos termos do artigo 92, inciso IV, RITJ/RO.

II - Mantido ao mesmo o acesso remoto nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, publicado no DJE nº 072, de 20/4/2017.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0564698 e o código CRC E30B9CD3.

---

Ato Nº 223/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0003161-61.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER meia diária, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta) ao Juiz LEONEL PEREIRA DA ROCHA, titular da 1ª Vara Genérica da Comarca de Espigão d’Oeste, em virtude do deslocamento no 9/2/2018, para participar de Reunião de Apresentação do Plano de Gestão biênio 2018/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça, na Comarca de Cacoal.

II - Mantido ao mesmo o acesso remoto nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, publicado no DJE nº 072, de 20/4/2017.

III - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0565521 e o código CRC A20EE25E.

---

Ato Nº 224/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Ofício 48 (0562415) do Processo eletrônico SEI nº 0000067-42.2018.8.22.8700,

R E S O L V E :

TORNAR sem efeito a convocação do Magistrado ACIR TEIXEIRA GRÉCIA, Juiz de 3ª Entrância da Comarca de Porto Velho, realizada anteriormente pelo Ato nº 149/2018 (disponibilizado no D.J.E. Nº 26 de 8/2/2018), para participar da Oficina Pedagógica para Revisão Ementária e Bibliográfica dos Planos de Ensino dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito para a Carreira da Magistratura (EDCM) 2018, nos dias 22 e 23/2/2018, nesta Capital.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0565610 e o código CRC AA712D10.

---

Ato Nº 225/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0003155-54.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER meia diária, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta) à Juíza DENISE PIPINO FIGUEIREDO, titular da Vara Única da Comarca de Nova Brasilândia d'Oeste, em virtude do deslocamento no 8/2/2018, para participar de Reunião de Apresentação do Plano de Gestão biênio 2018/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça, na Comarca de Rolim de Moura.

II - Mantido a mesma o acesso remoto nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 72 de 20/4/2017.

III - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0566142 e o código CRC 65867ECF.

---

Ato Nº 226/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0003146-92.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER meia diária, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta) ao Juiz WANDERLEY JOSÉ CARDOSO, titular da 2ª Vara Genérica da Comarca de Espigão d'Oeste, em virtude do deslocamento no 9/2/2018, para participar de Reunião de Apresentação do Plano de Gestão biênio 2018/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça, na Comarca de Cacoal.

II - Mantido ao mesmo o acesso remoto nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 72 de 20/4/2017.

III - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0566256 e o código CRC 69F1AFD2.

---

Ato Nº 231/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0003128-71.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER 50% (cinquenta por cento) do valor de uma diária, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta), por dia de afastamento, à Juíza LIGIANE ZIGIOTTO BENDER, titular da Vara Única da Comarca de São Miguel do Guaporé, em virtude dos deslocamentos ocorridos nos dias 7 e 8/2/2018, para participar de Reunião de Apresentação do Plano de Gestão biênio 2018/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça, na Comarca de Ji-Paraná.

II - Mantido ao mesmo o acesso remoto nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 72 de 20/4/2017.

III - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0568216 e o código CRC 7D035D98.

---

Ato Nº 233/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0003790-35.2018.8.22.8000,

R E S O L V E :

I - CONCEDER duas diárias e meia, bem como passagens aéreas, ao Juiz CRISTIANO GOMES MAZZINI, Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, em virtude do deslocamento, no período de 21 a 23/3/2018, para participar do 77º ENCOGE – Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, na cidade de Belém/PA.

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10 da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0568918 e o código CRC 7B1CCB31.

---

Ato Nº 235/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0003921-10.2018.8.22.8000,

R E S O L V E :

I - CONCEDER duas diárias e meia, bem como passagens aéreas, ao Desembargador JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Rondônia, em virtude dos deslocamentos às cidades de Brasília/DF e Natal/RN, para participar de reunião para o lançamento da Campanha “Declare seu amor”, com saída no dia 21/2/2018 e retorno no dia 23/2/2018.

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10 da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569544 e o código CRC 5385381B.

---

Ato Nº 236/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0003868-29.2018.8.22.8000,

R E S O L V E :

I - CONCEDER uma diária e meia, ao Juiz ALEX BALMANT, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes, em virtude do deslocamento para participar de reunião do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e Orçamentário de Primeiro Grau, com saída no dia 1/3/2018 e retorno no dia 2/3/2018.

II - Mantendo-se ao mesmo o acesso remoto nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 72 de 20/4/2017.

III – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10 da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569747 e o código CRC 036F356A.

---

Ato Nº 237/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0003778-21.2018.8.22.8000,

R E S O L V E :

I - CONCEDER duas diárias e meia, bem como passagens aéreas, ao Desembargador JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Rondônia, em virtude do deslocamento à cidade de Belém/PA, para participar do 77º Encontro Nacional do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, a realizar-se na cidade de Belém-PA, com saída no dia 21/3/2018 e retorno no dia 23/3/2018.

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10 da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569926 e o código CRC 19BD0C9A.

---

Ato Nº 238/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0004027-69.2018.8.22.8000,

R E S O L V E :

I - CONCEDER três diárias e meia, bem como passagens aéreas, à Juíza ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná, em virtude do deslocamento para apresentação da campanha “Declare Seu Amor” a ser apresentada em Brasília/DF nos dias 21 e 22/2/2018, para representantes da Corregedoria Nacional de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Nacional do Ministério Público, OAB Nacional, Associação Brasileira de Magistrados, além de outros órgãos e realização de entrevistas e, no dia 23/2/2018, na reunião Prévia de Presidentes de Federações do Comércio, em Natal/RN, com saída no dia 20/2/2018 e retorno no dia 23/2/2018.

II - Mantendo-se a mesma o acesso remoto nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 72 de 20/4/2017.

III – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10 da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0570213 e o código CRC 1B6FE650.

---

Ato Nº 240/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0004017-25.2018.8.22.8000,

R E S O L V E :

I - CONCEDER duas diárias e meia, bem como passagens aéreas, ao Juiz GUILHERME RIBEIRO BALDAN, titular do 4º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho, em virtude do deslocamento à cidade de Brasília/DF, para participar de treinamento ministrado no Conselho Nacional de Justiça nos dias 15 e 16/2/2018, com saída no dia 14/2/2018 e retorno no dia 16/2/2018. Mantido o acesso remoto ao mesmo, nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 72 de 20/4/2017.

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10 da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0570465 e o código CRC 441DEA0A.

---

Ato Nº 241/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo eletrônico SEI nº 0022409-47.2017.8.22.8000,

Considerando a decisão do egrégio Tribunal Pleno em Sessão Administrativa Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2018,

R E S O L V E :

DESIGNAR o juiz EDVINO PRECZEVSKI, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho, para exercer as funções de Diretor do Fórum Criminal da Comarca de Porto Velho, pelo período de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 134, XXIII do Regimento Interno deste Poder, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0570684 e o código CRC 1FF4EA1B.

---

Ato Nº 242/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo eletrônico SEI nº 0022389-56.2017.8.22.8000,

Considerando a decisão do egrégio Tribunal Pleno em Sessão Administrativa Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2018,

R E S O L V E :

DESIGNAR a Juíza ROBERTA CRISTINA GARCIA MACEDO, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Pimenta Bueno, para exercer as funções de Diretora do Fórum da referida Comarca, pelo período de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 134, XXIII do Regimento Interno deste Poder, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0570685 e o código CRC 372EF54B.

---

Ato Nº 243/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo eletrônico SEI nº 0022387-86.2017.8.22.8000,

Considerando a decisão do egrégio Tribunal Pleno em Sessão Administrativa Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2018,

R E S O L V E :

DESIGNAR o Juiz ÁLVARO KALIX FERRO, titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Porto Velho, para exercer as funções de Diretor do Fórum Sandra Nascimento da Comarca de Porto Velho, pelo período de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 134, XXIII do Regimento Interno deste Poder, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0570686 e o código CRC 256031FD.

---

Ato Nº 244/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo eletrônico SEI nº 0017983-89.2017.8.22.8000,

Considerando a decisão do egrégio Tribunal Pleno em Sessão Administrativa Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2018,

R E S O L V E :

DESIGNAR a Juíza DUÍLIA SGROTT REIS, titular da 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, para exercer as funções de Diretora do Fórum Cível da Comarca de Porto Velho, pelo período de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 134, XXIII do Regimento Interno deste Poder, com efeitos a partir de 1º de março de 2018.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0570687 e o código CRC 5B0B4820.

---

Ato Nº 245/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo eletrônico SEI nº 0022400-85.2017.8.22.8000,

Considerando a decisão do egrégio Tribunal Pleno em Sessão Administrativa Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2018,

R E S O L V E :

RECONDUZIR o Juiz MARCELO TRAMONTINI, titular do 1º Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Porto Velho, às funções de Diretor do Fórum do Juizado da Infância e da Juventude da referida Comarca, pelo período de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 134, XXIII do Regimento Interno deste Poder, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:14, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0570688 e o código CRC 3BEB153C.

---

Ato Nº 221/2018

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 17, incisos I e II, do Código de Organização Judiciária do Estado e art. 154 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO o que estabelece o artigo 99 da Constituição Federal e 75 da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orçamentária Anual n° 4.231, de 28 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 7°, § 1° e 2º, combinado com o artigo 8º da Lei n° 4.231, de 28 de dezembro de 2017, que autoriza os ajustes necessários ao Quadro do Detalhamento de Despesa - QDD, em nível de elemento de despesa para atender às necessidades supervenientes;

CONSIDERANDO o disposto no relatório n. 02 / 2018 - SEAGE/CGO/SEPOG/PRESI/TJRO 0556038;

RESOLVE:

Art. 1º REMANEJAR as dotações do orçamento da Unidade Orçamentária 03.001– Tribunal de Justiça, no valor de R$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), de acordo com o anexo I.

Art. 2º AJUSTAR as dotações do orçamento da Unidade Orçamentária 03.001– Tribunal de Justiça, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), de acordo com o anexo II.

Art. 3º REMANEJAR as dotações do orçamento da Unidade Orçamentária 03.011– Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciário, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), de acordo com o anexo III.

Art. 4º AJUSTAR as dotações do orçamento da Unidade Orçamentária 03.011– Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciário, no valor de R$ 177.583,74 (cento e setenta e sete mil, quinhentos e oitenta e três reais e setenta e quatro centavos), de acordo com o anexo IV.

Art. 5º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 19 de fevereiro de 2018.

ANEXO I

| U.O. 03.001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA | | | | |
|---|---|---|---|---|
| REMANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO | | | | |
| ESPECIFICAÇÕES | FONTE | NATUREZA | REDUZ | SUPLEMENTA |
| 02.122.2063.2063 - ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS | 0100 | 31.90.11.00 | 550.000,00 | - |
| | 0100 | 31.90.92.00 | 10.000,00 | - |
| | 0100 | 31.91.92.00 | - | 10.000,00 |
| | SUBTOTAL | | 560.000,00 | 10.000,00 |
| 02.122.2063.2088 - ASSEGURAR O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS E DESPESAS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO | 0100 | 31.90.94.00 | - | 550.000,00 |
| | SUBTOTAL | | - | 550.000,00 |
| TOTAL | | | 560.000,00 | 560.000,00 |

ANEXO II

| U.O. 03.001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA | | | | |
|---|---|---|---|---|
| AJUSTE ORÇAMENTÁRIO | | | | |
| ESPECIFICAÇÕES | FONTE | NATUREZA | REDUZ | SUPLEMENTA |
| 02.122.2063.2088 - ASSEGURAR O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS E DESPESAS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO | 0100 | 33.90.92.00 | - | 15.000,00 |
| | 0100 | 33.90.93.00 | 15.000,00 | - |
| | SUBTOTAL | | 15.000,00 | 15.000,00 |
| TOTAL | | | 15.000,00 | 15.000,00 |

ANEXO III

| U.O. 03.011 - FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| REMANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO | | | | |
| ESPECIFICAÇÕES | FONTE | NATUREZA | REDUZ | SUPLEMENTA |
| 02.128.2062.1365 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PJRO | 0201 | 33.90.14.00 | - | 3.630,00 |
| | 0201 | 33.90.33.00 | - | 2.000,00 |
| | 0201 | 33.90.39.00 | - | 3.971,00 |
| | SUBTOTAL | | - | 9.601,00 |
| 02.122.2065.2127 - MANTER A INFRAESTRUTURA DAS INSTALAÇÕES | 0201 | 33.90.39.00 | 150.000,00 | - |
| | SUBTOTAL | | 150.000,00 | - |
| 02.122.2067.2223 - MANTER A ADMINISTRAÇÃO DO PJRO | 0201 | 33.90.14.00 | - | 130.000,00 |
| | 0201 | 33.90.93.00 | - | 10.399,00 |
| | SUBTOTAL | | - | 140.399,00 |
| TOTAL | | | 150.000,00 | 150.000,00 |

ANEXO IV

| U.O. 03.011 - FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| AJUSTE ORÇAMENTÁRIO | | | | |
| ESPECIFICAÇÕES | FONTE | NATUREZA | REDUZ | SUPLEMENTA |
| 02.061.2066.1062 - ADOTAR SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITOS | 0201 | 33.90.33.00 | - | 33.500,00 |
| | 0201 | 33.90.36.00 | 33.500,00 | - |
| | SUBTOTAL | | 33.500,00 | 33.500,00 |
| 02.126.2064.1169 - ATUALIZAR SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PJRO | 0201 | 33.90.36.00 | - | 11.950,00 |
| | 0201 | 33.90.39.00 | 14.340,00 | - |
| | 0201 | 33.90.47.00 | - | 2.390,00 |
| | SUBTOTAL | | 14.340,00 | 14.340,00 |
| 02.122.2063.1606 - PROMOVER O BEM ESTAR DE MAGISTRADOS E SERVIDORES | 0201 | 33.90.36.00 | - | 15.142,74 |
| | 0201 | 33.90.39.00 | 15.142,74 | - |
| | SUBTOTAL | | 15.142,74 | 15.142,74 |
| 02.122.2067.2223 - MANTER A ADMINISTRAÇÃO DO PJRO | 0201 | 33.90.30.00 | - | 100.000,00 |
| | 0201 | 33.90.39.00 | 100.000,00 | - |
| | 0201 | 33.90.92.00 | 9.601,00 | - |
| | 0201 | 33.90.93.00 | - | 9.601,00 |
| | SUBTOTAL | | 109.601,00 | 109.601,00 |
| 02.122.2062.2291 - MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ESCOLA DE MAGISTRATURA DE RONDÔNIA | 0201 | 33.90.30.00 | 5.000,00 | - |
| | 0201 | 33.90.32.00 | - | 5.000,00 |
| | SUBTOTAL | | 5.000,00 | 5.000,00 |
| TOTAL | | | 177.583,74 | 177.583,74 |

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0564800 e o código CRC 22216626.

Ato Nº 218/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000167-54.2018.8.22.8002,

R E S O L V E :

AUTORIZAR o gozo de um dia de folga compensatória à Juíza ELISÂNGELA NOGUEIRA, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes, referentes ao segundo semestre de 2016, para fruição no dia 16/02/2018, nos termos do artigo 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 171 de 12 de setembro de 2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0564770 e o código CRC BCFE81D4.

Ato Nº 219/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo 0000909-82.2018.8.22.8001,

R E S O L V E :

AUTORIZAR o gozo de cinco dias de folgas compensatórias ao Juiz CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS, titular da Vara da Auditoria Militar da Comarca de Porto Velho, referente ao 2º semestre/2017, para gozo nos dias 08, 09, 12, 13 e 14/03/2018, nos termos do artigo 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 171 de 12 de setembro de 2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0564771 e o código CRC 10989BE4.

Ato Nº 220/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo 0000909-82.2018.8.22.8001,

R E S O L V E :

AUTORIZAR o gozo de nove dias de folgas compensatórias ao Juiz JOÃO ADALBERTO CASTRO ALVES, titular da 2ª Vara de Família de Porto Velho, da Comarca de Porto Velho, referentes aos 1º e 2º semestres/2017, para gozo nos períodos de 14 a 18/05, 21 a 23/05 e dia 25/05/2018, nos termos do artigo 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 171 de 12 de setembro de 2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:13, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0564775 e o código CRC F0AC8C57.

Ato Nº 227/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000124-11.2018.8.22.8005,

R E S O L V E :

AUTORIZAR o gozo de cinco dias do Juiz VALDECIR RAMOS DE SOUZA, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná, referentes ao 2º semestre/2017, para gozo nos dias 22, 23, 26 27 e 28/03/2018, nos termos do artigo 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 171 de 12 de setembro de 2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:13, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0566725 e o código CRC 2F0F3D34.

Ato Nº 228/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000097-37.2018.8.22.8002,

R E S O L V E :

AUTORIZAR o gozo de dois dias de folgas compensatórias da Juíza CLÁUDIA MARA DA SILVA FALEIROS FERNANDES, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes, referente ao 1° semestre/2017, para gozo nos dias 30/05/2018 e 04/06/2018 nos termos do artigo 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 171 de 12 de setembro de 2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:13, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0566855 e o código CRC D75EA4AC.

Ato Nº 229/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000004-65.2018.8.22.8005,

R E S O L V E :

AUTORIZAR o gozo de cinco dias de folgas compensatórias da Juíza SIMONE DE MELO, Titular da Vara Única da Comarca de Alvorada d'Oeste, referente ao 2° semestre/2016, para gozo no período de 28/05 a 01/06/2018, nos termos do artigo 1º da Resolução n. 019/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 171 de 12 de setembro de 2014.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0567092 e o código CRC EC8CE6BE.

Ato Nº 248/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136 do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0003851-90.2018.8.22.8000,

R E S O L V E :

CONCEDER o afastamento do Desembargador PAULO KIYOCHI MORI, Membro da 2ª Câmara Cível deste poder, no período de 15/02/2018 a 16/03/2018, nos termos do artigo 92, I, do RITJ/RO.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0571124 e o código CRC D1D7CB3E.

Termo de Ratificação

Ratifico a contratação direta da empresa NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA para a aquisição de 1 (uma) assinatura para acesso online ao Portal Banco de Preços, consoante TERMO DE REFERÊNCIA Nº 1 / 2018 - DIAC/DEC/SA/SGE/PRESI/TJRO (0521547) - com alteração pelo Despacho n. 11779 (0558222), no valor total de R$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais), com fundamento no art. 25,"caput", da Lei n. 8.666/93, segundo o Processo SEI 0000960-96.2018.8.22.8000.
Publique-se na forma do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 13:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0565106 e o código CRC 070E7295.

Termo de Ratificação

Ratifico a contratação direta da empresa N. R. DE OLIVEIRA - ME, com fundamento no art. 24, inciso V, da Lei n. 8.666/93, no valor total de R$ 66.750,00 (sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta reais), para fornecimento de refeições do tipo self service (almoço/jantar), marmitas, lanches, sucos e refrigerantes no atendimento às necessidades do Tribunal do Júri e as demais unidades do Fórum da Comarca de Guajará-Mirim/RO, observadas as regras/condições do Termo de Referência n. 7/2017 (0325954) e do Edital do Pregão Eletrônico n. 118/2017 (0425407), conforme informações constantes no processo SEI n. 0002302-79.2017.8.22.8000.
Publique-se na forma do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 18:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0560833 e o código CRC 2D39A2FA.

# CONSELHO DA MAGISTRATURA

## DESPACHOS

Conselho da Magistratura
Despacho DO RELATOR
Processo Administrativo
Número do Processo :0005104-91.2017.8.22.0000
Comunicante: Eli da Costa Júnior
Comunicado: Conselho da Magistratura do Tribunal de Justica do Estado de Rondonia
Relator:Des. Eurico Montenegro
Vistos.
Trata-se de alegação de suspeição por motivo de foro íntimo nos autos n.2000144-22.2017.8.22.0012.
O art. 145 do Código de Processo Civil, em seu §1º, prevê a possibilidade do magistrado declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem a necessidade de expor suas razões.
Nestes termos, proceda o Decom o registro da declaração de suspeição nos assentamentos do comunicante.
Publique-se e cumpra-se, em seguida arquive-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Relator

Despacho DO RELATOR
Processo Administrativo
Número do Processo :0000223-37.2018.8.22.0000
Comunicante: Jorge Luiz dos Santos Leal
Comunicado: Conselho da Magistratura do Tribunal de Justica do Estado de Rondonia
Relator:Des. Eurico Montenegro
Vistos.
Trata-se de alegação de suspeição por motivo de foro íntimo nos autos n.7018409-20.2017.8.22.0001;7029196-11.2017.8.22.0001; 7004960-74.2017.8.22.0007; 7002131-02.2017.8.22.0014; 7000895-94.2017.8.22.0020; 7008758-68.2016.8.22.0010; 7011567-40.2016.8.22.0007; 7038344-46.2017.8.22.0001; 7011674-68.2017.8.22.0001; 7026674-11.2017.8.22.0001; 7023500-91.2017.8.22.0001; 7025265-97.2017.8.22.0001; 7001535-57.2017.8.22.0001; 7000894-12.2017.8.22.0020; 7002253-19.2015.8.22.0003; 7002558-20.2017.822.0007.
O art. 145 do Código de Processo Civil, em seu §1º, prevê a possibilidade do magistrado declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem a necessidade de expor suas razões.
Nestes termos, proceda o Decom o registro da declaração de suspeição nos assentamentos do comunicante.
Publique-se e cumpra-se, em seguida arquive-se.
Porto Velho/RO, 21 de Fevereiro de 2018.
Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Relator

Despacho DO RELATOR
Processo Administrativo
Número do Processo :0000486-69.2018.8.22.0000
Processo de Origem : 0000398-24.2015.8.22.0004
Comunicante: Juiz de Direito Jose Antonio Barretto
Comunicado: Conselho da Magistratura do Tribunal de Justica do Estado de Rondonia
Relator:Des. Eurico Montenegro
Vistos.
Trata-se de alegação de suspeição por motivo de foro íntimo nos autos n. 0000398-24.2015.8.22.0004.
O art. 145 do Código de Processo Civil, em seu §1º, prevê a possibilidade do magistrado declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem a necessidade de expor suas razões.
Nestes termos, proceda o Decom o registro da declaração de suspeição nos assentamentos do comunicante.
Publique-se e cumpra-se, em seguida arquive-se.
Porto Velho/RO, 21 de Fevereiro de 2018.
Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Relator

## CORREGEDORIA-GERAL

## ATOS DO CORREGEDOR

Portaria Corregedoria Nº 45/2018

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o requerimento de folga compensatória de justiça rápida, conforme SEI n. 0000737-68.2017.8.22.8004,

R E S O L V E:

CONCEDER ao magistrado ROGÉRIO MONTAI DE LIMA, Juiz de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Ouro Preto do Oeste, 01 (uma) folga compensatória para gozo no dia 10/04/2018, nos termos do art. 9º, do Provimento n. 006/2017-CG, publicado no DJE n. 053, de 22/03/2017, em razão de atuação na MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE, realizada na Comarca de Buritis, no dia 19/11/2016.

Publique-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 20/02/2018, às 18:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0564633 e o código CRC ED427C0B.

Portaria Corregedoria Nº 46/2018

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o requerimento de folga compensatória de justiça rápida, conforme SEI n. 0000119-89.2018.8.22.8004,

R E S O L V E:

CONCEDER ao magistrado ROGÉRIO MONTAI DE LIMA, Juiz de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Ouro Preto do Oeste, 01 (uma) folga compensatória para gozo no dia 11/06/2018, nos termos do art. 9º, do Provimento n. 006/2017-CG, publicado no DJE n. 053, de 22/03/2017, em razão de atuação na MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE, realizada na Comarca de Ouro Preto do Oeste, no dia 18/11/2017.

Publique-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 20/02/2018, às 19:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0564646 e o código CRC 2D81CBF6.

Portaria Corregedoria Nº 47/2018

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

CONSIDERANDO a solicitação de auxílio para atuar em processo específico, em razão do impedimento e suspeição dos Juízes Titulares da Comarca, conforme SEI n. 0000825-91.2017.8.22.8009;

CONSIDERANDO o SEI n. 0000040-04.2018.8.22.8007,

R E S O L V E:

I – REVOGAR a partir de 19/02/2018, inclusive, a designação do Juiz Substituto LUIS DELFINO CÉSAR JUNIOR, lotado na 4ª Seção Judiciária, para auxiliar a 1ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal, conforme Portaria n. 32/2018, publicada no DJE n. 020, de 31/01/2018.

II - DESIGNAR o referido magistrado para auxiliar e responder pelas unidades, conforme itens abaixo:

1) Auxiliar no dia 19/02/2018, a 1ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno;

2) Responder no período 19/02 a 04/03/2018, pela 3ª Vara Cível da Comarca de Cacoal.

Publique-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 20/02/2018, às 19:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0568115 e o código CRC 01C26622.

Portaria Corregedoria Nº 48/2018

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a competência da Corregedoria para fiscalizar as atividades do foro extrajudicial, conforme art. 139, inc. V, do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a competência da Corregedoria Geral da Justiça para promover inspeção quanto à regularidade das Custas do Fundo de Informatização, Edificação e Aprimoramento dos Serviços Judiciários - FUJU;

CONSIDERANDO o Provimento n. 18/2015-CG, DJE n. 172, de 16 de setembro de 2015, que aprovou as Diretrizes Gerais Extrajudiciais;

CONSIDERANDO o Ato n. 005/2016-PR, publicado no DJE n. 024 em 05 de fevereiro de 2016

RESOLVE:

I – ESTABELECER Correição Ordinária nas Serventias Extrajudiciais abaixo relacionadas, no período de 12/03/2018 a 16/03/2018:

Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civis das Pessoas Jurídicas e Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Machadinho D´Oeste;

Ofício de Registro Civis das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município e Comarca de Machadinho D´Oeste;

Ofício de Registro Civis das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município do Vale do Anari, Comarca de Machadinho, e,

Ofício de Registro Civis das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Theobroma, Comarca de Jaru.

II – DESIGNAR o Juiz Auxiliar da Corregedoria, FABIANO PEGORARO FRANCO, para proceder à correição.

III – DESIGNAR os servidores ADRIANA LUNARDI, cadastro n. 206350-6, Diretora de Divisão, e MOISÉS VICTOR PESSOA SANTIAGO, cadastro n. 206709-9, Assessor de Juiz, para auxiliarem na correição.

IV – DESIGNAR os servidores ANDRÉ DE SOUZA COELHO, cadastro n. 205332-2, Analista Judiciário, e DELANO MELO DO LAGO, cadastro n. 206149-0, Técnico Judiciário, lotados na Coordenadoria das Receitas do FUJU, para realizarem atos de fiscalização.

V – DESIGNAR as servidoras ALCILENE LIMA DA SILVA, cadastro n. 203801-3, Técnico Judiciário, e ROSEMEIRE MOREIRA FERREIRA, cadastro n. 203037-3, Técnico Judiciário, para acompanhar as atividades vislumbrando conhecimento da metodologia empregada nos trabalhos, bem como implantação de melhorias nos procedimentos ora realizados.

VI – Durante a correição não haverá interrupção do expediente, devendo estar presente o titular da referida serventia.

VII – Encaminhe-se cópia da presente portaria aos Juízos Corregedores Permanentes e aos cartórios extrajudiciais mencionados.

Publique-se.

Cumpra-se.

---

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 20/02/2018, às 19:02, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0568260 e o código CRC AFD3AC3D.

---

Portaria Corregedoria Nº 49/2018

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

CONSIDERANDO o artigo 4º da Resolução 022/2017-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar maior celeridade ao julgamento de processos em tramitação no Primeiro Grau de Jurisdição;

CONSIDERANDO a publicação do Provimento Conjunto 003/2017-PR-CGJ, DJE n. 117, de 29/06/2017, que instituiu o Grupo de Trabalho de Apoio e Monitoramento de Metas do Primeiro Grau do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (GRUAMEP);

CONSIDERANDO o SEI n. 0000507-29.2018.8.22.8800,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Juíza Substituta MÁRCIA ADRIANA ARAÚJO FREITAS SANTANA, lotada na 3ª Seção Judiciária, para auxiliar a 1ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná, no período de 19 a 23/02/2018.

Publique-se.

Cumpra-se.

---

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 20/02/2018, às 19:02, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0568756 e o código CRC EA3500B3.

---

Portaria Corregedoria Nº 50/2018

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

CONSIDERANDO a publicação do Ato n. 1558/2017, DJE n. 211, de 16/11/2017,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Juíza Substituta MÁRCIA ADRIANA ARAÚJO FREITAS SANTANA, lotada na 3ª Seção Judiciária, para responder pela Vara Única da Comarca de São Francisco do Guaporé, no período de 26/02 a 04/03/2018.

Publique-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 20/02/2018, às 19:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0568789 e o código CRC 1D524A3E.

Portaria Corregedoria Nº 51/2018

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

CONSIDERANDO a publicação da Escala de Férias dos magistrados conforme Ato n. 1558/2017, DJE n. 211, de 16/11/2017,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Juiz Substituto MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT, lotado na 2ª Seção Judiciária, para, sem prejuízo da designação anterior, responder pela 1ª Vara Genérica da Comarca de Buritis, no período de 20/02 a 02/03/2018.

Publique-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 20/02/2018, às 19:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0568821 e o código CRC E5DC0625.

Portaria Corregedoria Nº 52/2018

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

CONSIDERANDO o Ato n. 194/2018, publicado no DJE n. 032, de 20/02/2018,

RESOLVE:

DESIGNAR a Juíza Substituta KATYANE VIANA LIMA MEIRA, lotada na 1ª Seção Judiciária, para, sem prejuízo da designação anterior, auxiliar o 2º Juízo do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Porto Velho, no dia 20/02/2018.

Publique-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 20/02/2018, às 19:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0570817 e o código CRC FD2F9D87.

Portaria Corregedoria Nº 53/2018

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

CONSIDERANDO o Ato n. 583/2017, publicado no DJE n. 088, de 16/05/2017,

RESOLVE:

DESIGNAR a Juíza Substituta MARISA DE ALMEIDA, lotada na 1ª Seção Judiciária, para responder pela 3ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, no período de 21/02 a 04/03/2018.

Publique-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 20/02/2018, às 19:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0572051 e o código CRC AD2FBE30.

# SECRETARIA GERAL

## PORTARIAS

Portaria Secretaria-Geral Nº 188/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003385-96.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos militares abaixo relacionados, pelo deslocamento à comarca de Pimenta Bueno/RO, para realizar atividade de segurança, no período de 08 a 09/02/2018, o equivalente a 1 ½ (uma e meia) diária.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| ELISEU MENEZES DA SILVA | Agregado Militar - Soldado | 206493-6 | Asmil - Assessoria Militar |
| EVANDRO DE SOUZA SILVA | Agregado Militar - Soldado | 206128-7 | Asmil - Assessoria Militar |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0568924 e o código CRC 4C5D49E6.

Portaria Secretaria-Geral Nº 189/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003698-57.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento ao município de Vale do Paraíso/RO, para realização de visitas domiciliares, conforme determinação nos autos n. 7002895-86.2015.8.22.0004, 7002968-87.2017.8.22.0004 e 7005573-06.2017.8.22.0004, no dia 09/02/2018, o equivalente a ½ (meia) diária.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| JOANA CRISTINA CORDEIRO DE ALENCAR | Analista Judiciária, Padrão 24, Assistente Social / Chefe de Núcleo, FG5 | 203991-5 | OPONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO |
| MARIANA SATHIE NAKAMURA | Analista Judiciária, Padrão 03, Psicóloga | 205984-3 | OPONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569004 e o código CRC 80266E4C.

Portaria Secretaria-Geral Nº 191/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003696-87.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento aos municípios de Nova União e Mirante da Serra/RO, para realização de visitas domiciliares e institucionais, conforme determinação nos autos n. 7005474-70.2016.8.22.0004, 7005039-62.2017.8.22.0004 e 7003141-84.2014.8.22.0004, no dia 07/02/2018, o equivalente a ½ (meia) diária.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| JOANA CRISTINA CORDEIRO DE ALENCAR | Analista Judiciária, Padrão 24, Assistente Social / Chefe de Núcleo, FG5 | 203991-5 | OPONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO |
| MARIANA SATHIE NAKAMURA | Analista Judiciária, Padrão 03, Psicóloga | 205984-3 | OPONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO |
| VALERIA SCHEIDEGGER DA SILVA | Analista Judiciária, Padrão 03, Psicóloga | 206448-0 | OPONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569123 e o código CRC E00BB288.

Portaria Secretaria-Geral Nº 192/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003695-05.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento à zona rural do município de Nova União/RO, para realização de visitas domiciliares e institucionais, conforme determinação nos autos n. 7000116-56.2018.8.22.0004, no dia 31/01/2018, o equivalente a ½ (meia) diária.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| JOANA CRISTINA CORDEIRO DE ALENCAR | Analista Judiciária, Padrão 24, Assistente Social / Chefe de Núcleo, FG5 | 203991-5 | OPONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO |
| VALERIA SCHEIDEGGER DA SILVA | Analista Judiciária, Padrão 03, Psicóloga | 206448-0 | OPONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569161 e o código CRC D8977A75.

Portaria Secretaria-Geral Nº 193/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003664-82.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento ao município de Ministro Andreazza/RO, para realização de visita domiciliar, conforme determinação nos autos n. 7009815-51.2017.8.22.0007, no dia 31/01/2018, o equivalente a ½ (meia) diária.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| EDENIR APARECIDA FERREIRA GOMES CARRELLI | Analista Judiciária, Padrão 27, Psicóloga | 003570-0 | CACNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Cacoal/RO |
| ELISA GONÇALVES DE OLIVEIRA | Analista Judiciária, Padrão 27, Assistente Social / Chefe de Núcleo, FG5 | 004148-3 | CACNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Cacoal/RO |
| ELMIR MOREIRA DE SOUZA | Auxiliar Operacional, Padrão 27, Comissário de Menores | 003479-7 | CAC2CIVCAR - Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569196 e o código CRC 9DD71A01.

Portaria Secretaria-Geral Nº 194/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003635-32.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER ao SGT PM ANTÔNIO JORGE JUREMA DA SILVA, cadastro 2067447, pelo deslocamento à comarca de Espigão d'Oeste/RO, para realizar atividade de segurança, no período de 17 a 25/02/2018, o equivalente a 8 ½ (oito e meia) diárias.

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569228 e o código CRC F9D71042.

Portaria Secretaria-Geral Nº 195/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003634-47.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER ao CB PM RONALDO SANCHEZ FELISZYN, cadastro 2071789, lotado na Assessoria Militar, pelo deslocamento à comarca de Alta Floresta d'Oeste/RO, para realizar atividade de segurança, no período de 17 a 25/02/2018, o equivalente a 8 ½ (oito e meia) diárias.

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569261 e o código CRC 5B1D577F.

Portaria Secretaria-Geral Nº 196/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003632-77.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER ao CB PM MARCO ANTONIO VALLE, cadastro 2061163, lotado na Assessoria Militar, pelo deslocamento à comarca de Nova Brasilândia d'Oeste/RO, para realizar atividade de segurança, no período de 17 a 25/02/2018, o equivalente a 8 ½ (oito e meia) diárias.

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569337 e o código CRC 1F3BD3CE.

Portaria Secretaria-Geral Nº 197/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003630-10.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER ao CB PM FRANCISCO EDUARDO DE MEDEIROS, cadastro 2061155, lotado na Assessoria Militar, pelo deslocamento à comarca de São Miguel do Guaporé/RO, para realizar atividade de segurança, no período de 17 a 25/02/2018, o equivalente a 8 ½ (oito e meia) diárias.

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569398 e o código CRC 5FD4324E.

Portaria Secretaria-Geral Nº 198/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003626-70.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER ao SD PM SÁVIO TEIXEIRA MAIA, cadastro 206130-9, lotado na Assessoria Militar, pelo deslocamento à comarca de Alta Floresta d'Oeste/RO, para realizar atividade de segurança, no período de 17 a 25/02/2018, o equivalente a 8 ½ (oito e meia) diárias.

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

---

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569453 e o código CRC 98C42D56.

---

Portaria Secretaria-Geral Nº 199/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003623-18.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos militares abaixo relacionados, pelo deslocamento à comarca de Ariquemes/RO, para realizar atividade de segurança, no período de 18 a 25/02/2018, o equivalente a 7 ½ (sete e meia) diárias.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| CHEILA REGINA NOGUEIRA DO NASCIMENTO | Agregado Militar - Cabo | 206117-1 | Asmil - Assessoria Militar |
| JEFERSON LEANDRO FERREIRA | Agregado Militar - Cabo | 206122-8 | Asmil - Assessoria Militar |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

---

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569474 e o código CRC 63449B1C.

---

Portaria Secretaria-Geral Nº 200/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003620-63.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos militares abaixo relacionados, pelo deslocamento à comarca de Cacoal/RO, para realizar atividade de segurança, no período de 17 a 25/02/2018, o equivalente a 8 ½ (oito e meia) diárias.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| ROZICLEIDE MAXIMO MARTINS PINHEIRO | Agregado Militar - Sargento | 206120-1 | Asmil - Assessoria Militar |
| SEBASTIÃO JORGE PEREIRA DA SILVA | À disposição da ASMIL - Sargento | 206133-3 | Asmil - Assessoria Militar |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569496 e o código CRC 3603A663.

Portaria Secretaria-Geral Nº 201/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003549-61.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento ao distrito de São Domingos do Guaporé, para realizar estudo psicossocial, conforme determinação nos autos n. 7000052-10.2018.8.22.0016, no dia 15/02/2018, o equivalente a ½ (meia) diária.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| DIONE ALVES DA SILVA MARQUES | Analista Judiciária, Padrão 20, Assistente Social | 204523-0 | COMNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Costa Marques/RO |
| JANAINA FERREIRA DE ALMEIDA LIMA | Analista Judiciária, Padrão 03, Psicóloga | 206532-0 | COMNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Costa Marques/RO |
| MARCIO ALVES DE LIMA | Técnico Judiciário, Padrão 07 / Chefe de Serviço de Cartório, FG4 | 205290-3 | COMVUNCARCRI - Cartório Criminal da Comarca de Costa Marques/RO |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569625 e o código CRC 2D5F5D3A.

Portaria Secretaria-Geral Nº 202/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003580-81.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento ao distrito de Nova Conquista, para realização de estudo psicossocial, conforme determinação nos autos n. 7001496-21.2017, no dia 08/02/2018, o equivalente a ½ (meia) diária.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| GIRLEYNE DOMINGOS DE SOUZA OLIVEIRA | Analista Judiciária, Padrão 20, Assistente Social | 204465-0 | VILNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Vilhena/RO |
| MARCELO HELLMANN | Analista Judiciário, Padrão 03, Psicólogo | 205988-6 | VILNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Vilhena/RO |
| VILSON LOVISKI | Auxiliar Operacional, Padrão 14, Serviços Gerais | 204221-5 | VILADM - Administração do Fórum da Comarca de Vilhena/RO |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569712 e o código CRC 5FD90F74.

Portaria Secretaria-Geral Nº 203/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003547-91.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento ao distrito de São Domingos do Guaporé, para realização de estudo social, conforme determinação nos autos n. 7001425-13.2017.8.22.0016, no dia 08/02/2018, o equivalente a ½ (meia) diária.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| DIONE ALVES DA SILVA MARQUES | Analista Judiciária, Padrão 20, Assistente Social | 204523-0 | COMNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Costa Marques/RO |
| MARCIO ALVES DE LIMA | Técnico Judiciário, Padrão 07 / Chefe de Serviço de Cartório, FG4 | 205290-3 | COMVUNCARCRI - Cartório Criminal da Comarca de Costa Marques/RO |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569773 e o código CRC EB8F0044.

Portaria Secretaria-Geral Nº 204/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003500-20.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento às comarcas de Ariquemes, Rolim de Moura e Pimenta Bueno/RO, fiscalização da obra de conclusão da construção do novo fórum da comarca de Ariquemes, e levantamento de necessidades para elaboração de programação visando ao atendimento do Sistema Built to Suit das comarcas de Rolim de Moura e Pimenta Bueno/RO, no período de 19 a 23/02/2018, o equivalente a 4 ½ (quatro e meia) diárias.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| PAULO MOREIRA DA SILVA | Auxiliar Operacional-NM, Padrão 21, Serviços Gerais | 003672-2 | Seotran - Seção de Operações de Transporte |
| RAFAEL SILVA GRANGEIRO | Analista Judiciário, Padrão 03, Engenheiro Civil / Chefe de Seção I, FG5 | 206470-7 | Sefis - Seção de Fiscalização/Diprof/DEA/SA |
| RHUANA RIBEIRO DA COSTA | Assistente Técnica II, DAS1 | 207160-6 | GabSGE - Gabinete da SGE |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569827 e o código CRC BC66E95B.

Portaria Secretaria-Geral Nº 205/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003498-50.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento à comarca de Ji-Paraná/RO, para realizar levantamento de necessidades visando a elaboração de programação com a finalidade de atender o Sistema Built to Suit, no período de 20 a 23/02/2018, o equivalente a 3 ½ (três e meia) diárias.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| GRACIELA POITEVIN MELEGA SILVA | Analista Judiciária, Padrão 03, Arquiteta / Chefe de Seção I, FG5 | 206001-9 | Seaurb - Seção de Arquitetura e Urbanismo/Diprof/DEA/SA |
| ÍCARO DE AMORIM SANTANA | Analista Judiciário, Padrão 01, Engenheiro Civil / Chefe de Seção I, FG5 | 206862-1 | Seec - Seção de Engenharia Civil/Diprof/DEA/SA |
| JOSÉ CARLOS OLIVEIRA MACIEL | Auxiliar Operacional, Padrão 27, Agente de Segurança | 004195-5 | Seotran - Seção de Operações de Transporte |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569877 e o código CRC 3910C1A5.

Portaria Secretaria-Geral Nº 206/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003496-80.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento às comarcas de Ariquemes e Ouro Preto do Oeste/RO, para fiscalização da obra de conclusão da construção do novo fórum da comarca de Ariquemes e verificação in loco de demandas da comarca de Ouro Preto do Oeste, no período de 14 a 16/02/2018, o equivalente a 2 ½ (duas e meia) diárias.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| ÁGUISSON YOKISHIRO DOI | Analista Judiciário, Padrão 03, Engenheiro Eletricista / Chefe de Seção I, FG5 | 205996-7 | Selet - Seção de Engenharia Elétrica e Eletrônica/Diprof/DEA/SA |
| CARLOS ALBERTO CALIXTO FERREIRA | Auxiliar Operacional, Padrão 27, Motorista | 203238-4 | Seotran - Seção de Operações de Transporte |
| RAFAEL SILVA GRANGEIRO | Analista Judiciário, Padrão 03, Engenheiro Civil / Chefe de Seção I, FG5 | 206470-7 | Sefis - Seção de Fiscalização/Diprof/DEA/SA |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0569933 e o código CRC 57AAF366.

Portaria Secretaria-Geral Nº 207/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003313-12.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento à comarca de Ariquemes, para recebimento de serviços de reforma elétrica e verificação de teste de toda instalação de equipamentos implantados, às comarcas de Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Vilhena e Colorado do Oeste, para fiscalização dos serviços de reforma das redes elétrica e lógica, execução de infraestrutura para condução de cabos para alimentação, substituição de circuito de alimentação do quadro distribuição elétrico, substituição com implantação de nova infraestrutura de motor, instalação de cabos lógicos para virtualizadores das salas de audiências das varas cíveis, à comarca de Cacoal, para automatização de portão e reparos elétricos com troca de lâmpadas, à comarca de Espigão d'Oeste, para reparos no telhado e troca de bomba do poço, e levantamento da necessidade de locação de pontos para implantação de bebedouros em todas as comarcas visitadas, conforme quadro abaixo:

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação | Período | Quantidade |
|---|---|---|---|---|---|
| EDVAN HONORATO CÂNDIDO | Analista Judiciário, Padrão 18, Engenheiro Eletricista / Chefe de Seção I, FG5 | 204831-0 | Seelo - Seção de Engenharia Elétrica e Lógica/Dimap/DEA/SA | 29/01/2018 a 08/02/2018 | 10 ½ |
| INALDO DA SILVA | Auxiliar Operacional, Padrão 27, Agente de Segurança | 004066-5 | Semc - Seção de Manutenção e Controle Predial/Dimap/DEA/SA | 29/01/2018 a 08/02/2018 | 10 ½ |
| JOÃO NOGUEIRA NETO | Auxiliar Operacional, Padrão 27, Motorista | 003082-1 | Seotran - Seção de Operações de Transporte | 29/01/2018 a 05/02/2018 | 7 ½ |
| MARINO NUNES DE BRITO | Auxiliar Operacional, Padrão 27, Agente de Segurança | 003117-8 | Semc - Seção de Manutenção e Controle Predial/Dimap/DEA/SA | 29/01/2018 a 08/02/2018 | 10 ½ |
| RONEI PEREIRA LEAL | Auxiliar Operacional, Padrão 25, Serviços Gerais / Serviço Especial II, FG4 | 003653-6 | Semc - Seção de Manutenção e Controle Predial/Dimap/DEA/SA | 29/01/2018 a 08/02/2018 | 10 ½ |
| VALDISON RODRIGUES DE OLIVEIRA | Auxiliar Operacional, Padrão 27, Motorista | 003550-5 | Seotran - Seção de Operações de Transporte | 05 a 08/02/2018 | 3 ½ |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 20/02/2018, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0570184 e o código CRC AF990432.

Portaria Secretaria-Geral Nº 209/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003710-71.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER à servidora MARIANA SATHIE NAKAMURA, cadastro 2059843, Analista Judiciária, padrão 03, na especialidade de Psicóloga, lotada no Núcleo Psicossocial da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO, pelo deslocamento ao município de Mirante da Serra/RO, para realização de visita domiciliar, conforme determinação nos autos n. 7003970-29.2016.8.22.0004, no dia 10/01/2018, o equivalente a ½ (meia) diária.

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 21/02/2018, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0573347 e o código CRC BA537492.

Portaria Secretaria-Geral Nº 210/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0004097-86.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos militares abaixo relacionados, pelo deslocamento à comarca de Ariquemes/RO, para realizar atividade de segurança, no período de 25/02/2018 a 04/03/2018, o equivalente a 7 ½ (sete e meia) diárias.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| REGIANE DE SOUZA SANTOS | Agregado Militar - Cabo | 206123-6 | Asmil - Assessoria Militar |
| UILSON MARQUES DOS SANTOS | Agregado Militar - Sargento | 206118-0 | Asmil - Assessoria Militar |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 21/02/2018, às 13:19, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0573718 e o código CRC A09671F2.

Portaria Secretaria-Geral Nº 211/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0000987-79.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento às comarcas de Nova Brasilândia d’Oeste, Alta Floresta d’Oeste, Santa Luzia d’Oeste, Espigão d’Oeste, Cerejeiras e Ji-Paraná/RO, para acompanhar instalação dos portais detectores, no período de 07 a 12/01/2018, o equivalente a 5 ½ (cinco e meia) diárias.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| ELISEU MENEZES DA SILVA | Agregado Militar - Soldado | 206493-6 | Asmil - Assessoria Militar |
| HILTON JOSÉ DE SANTANA PINTO | Então Agregado Militar - Coronel | 206894-0 | Asmil - Assessoria Militar |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 21/02/2018, às 13:19, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0573780 e o código CRC E77A6253.

Portaria Secretaria-Geral Nº 212/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003711-56.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento ao município de Urupá/RO, para realização de visitas domiciliares, conforme determinação nos autos n. 7001732-79.2017.8.22.0011 e 7001001-83.2017.8.22.0011, no dia 15/02/2018, o equivalente a ½ (meia) diária.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| ÂNGELA MARIA BERNARDO DA SILVA | Analista Judiciária, Padrão 18, Assistente Social | 204851-5 | ADONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Alvorada d'Oeste/RO |
| ROGER ANDRADE BRESSIANI | Analista Judiciário, Padrão 03, Psicólogo | 206064-7 | ADONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Alvorada d'Oeste/RO |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

---

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 21/02/2018, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0573820 e o código CRC 8E669EF1.

---

Portaria Secretaria-Geral Nº 213/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0022156-59.2017.8.22.8000,

R E S O L V E:

I – CONCEDER, excepcionalmente, ao servidor CARLOS ANTÔNIO VENÂNCIO, cadastro 2033623, Auxiliar Operacional, padrão 18, na especialidade de Agente de Segurança, lotado na Seção de Operações de Transporte, pelo deslocamento às comarcas de Jaru, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno e Vilhena/RO, para realizar vistoria e acompanhamento de serviço da equipe de manutenção, no período de 27 a 29/06/2016, o equivalente a 2 ½ (duas e meia) diárias.

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

---

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 21/02/2018, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0573901 e o código CRC 77C087BA.

---

Portaria Secretaria-Geral Nº 214/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0027106-14.2017.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER à servidora ELIELMA PEDROSA RIBEIRO TOLEDO, cadastro 2040352, Técnica Judiciária, anteriormente lotada no Gabinete da 2ª Vara Cível da Comarca de Vilhena/RO, pelo deslocamento ao município de Chupinguaia/RO, para assessorar magistrada na realização de audiências e inspeção judicial no abrigo municipal, no dia 11/02/2017, o equivalente a ½ (meia) diária.

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 21/02/2018, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0573981 e o código CRC B946028B.

Portaria Secretaria-Geral Nº 216/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2013-PR, publicada no DJE n. 005, de 09/01/2013.

Considerando o que consta na Solicitação de Suprimento de Fundos - SSF, datada de 07/02/2018, processo eletrônico SEI n. 0000066-66.2018.8.22.8018,

R E S O L V E:

CONCEDER Suprimento de Fundos ao servidor GENIVALDO PEREIRA FRANCO, cadastro 2045877, Técnico Judiciário, padrão 11, exercendo a função gratificada de Assistente de Direção do Fórum/Prédio II, FG4, lotado na Administração do Fórum da Comarca de Santa Luzia d'Oeste/RO, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), correndo as despesas por conta do presente exercício.

R E C U R S O:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA Elemento de Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo: no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), e 3.3.90.39 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), para Atividade 02.122.2067.2223 – Manter a Administração do PJRO, para atender à comarca de Santa Luzia d'Oeste/RO.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 21/02/2018, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0574056 e o código CRC FE7F4684.

Portaria Secretaria-Geral Nº 217/2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0003749-68.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento ao município de Cabixi/RO, para realização de visitas domiciliares, conforme determinação nos autos n. 1000997-48.2017.8.22.0012 e 7001744.27.2016.8.22.0012, no dia 07/02/2018, o equivalente a ½ (meia) diária.

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| ELIETE FERREIRA DE FREITAS | Analista Judiciária, Padrão 24, Assistente Social / Chefe de Núcleo, FG5 | 203936-2 | CDONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Colorado do Oeste/RO |
| RAIMUNDO NONATO NUNES MORAES | Técnico Judiciário-NS, Padrão 30, Escrivão Judicial | 002288-8 | CDOADM - Administração do Fórum da Comarca de Colorado do Oeste/RO |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Secretário-Geral, em 21/02/2018, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0574150 e o código CRC 4D539E00.

# SECRETARIA JUDICIÁRIA

## PJE INTEGRAÇÃO

## 1ª CÂMARA CÍVEL

Processo: Agravo de Instrumento n. 0800137-33.2017.8.22.9000 (PJE-2º Grau)
Agravante: CAMILA DE ANDRADE LIMA
Advogados: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI (OAB/PE 19.353), ANDERSON MARTINS RIBEIRO (OAB/SP 195.299), ADRIANO FERREIRA COSTA (OAB/SP 190.562), CAMILA DE ANDRADE LIMA (OAB/BA 29.889)
Agravada: IVONEIDE MARCELINO DE CASTRO
Advogado: IVANILDE MARCELINO DE CASTRO (OAB/RO 1.552)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Data distribuição: 16/05/2017
Despacho
Vistos.
A agravada Ivoneide Marcelino de Castro, após decretada a extinção deste feito por perda do objeto ante o requerimento da parte agravante, em decorrência de acordo entabulado entre as partes e homologado pelo juízo a quo, requer a expedição de alvará de levantamento da importância de R$ 20.000,00, referente ao acordo, depositados pela agravante em conta judicial desta 1ª Câmara Cível.
Uma vez que a execução do acordo será cumprida em primeiro grau, oficie-se à Caixa Econômica Federal para que transfira os valores depositados neste autos da conta da 1ª Câmara Cível para a Contada 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais desta Comarca, referente ao processo n. 0019876-32.2012.822.0001.
Após, arquive-se.
Porto Velho, 20de fevereiro de 2018.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Vice-Presidência
Processo: 7020362-87.2015.8.22.0001 - APELAÇÃO (198)
Data distribuição: 08/02/2018 11:07:14
Polo Ativo: SEBASTIAO DA SILVA CAMPOS e outros
Advogado do(a) APELANTE: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO - RO0003300A
Polo Passivo: BANCO BMG SA e outros
Advogados do(a) APELADO: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MG0109730A, MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA - MG0063440A, ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA - RO0002913A
ID do documento: 3191042
DECISÃO
Vistos.
Conforme Termo de Triagem e Análise (ID Num. 3186951) existe, com relação a origem de nº 7020362-87.2015.8.22.0001 (cumprimento de sentença), a interposição de agravo de instrumento distribuído à relatoria do Desembargador Raduam Miguel Filho, no sistema SAP 2º Grau.
Examinados. Decido.
Realizada a análise aos autos e registros dos Sistemas Jurídicos desta Corte, verifica-se que, em relação ao processo originário, efetivamente houve a interposição de agravo de instrumento n. 0005324-94.2014.8.22.0000, distribuído a 1ª Câmara Cível, relatoria do Desembargador Raduan Miguel Filho que, por decisão monocrática, negou seguimento ao agravo de instrumento mantendo inalterada a decisão a quo, em 24 de junho de 2014.
Assim, evidenciada a prevenção, determino a redistribuição do presente recurso à relatoria do Desembargador Raduan Miguel Filho, no âmbito das 1ª Câmara Cível, nos termos do art. 142 do RITJ/RO.
Cumpra-se. Publique-se.
Porto Velho, 07 de fevereiro de 2018.
Desembargador RENATO MARTINS MIMESSI
Vice-Presidente do TJ/RO

1ª CÂMARA CÍVEL
Agravo de Instrumento n. 0800293-21.2018.8.22.0000 (PJe-2º Grau)
Origem: 7043074-37.2016.8.22.0001 – Porto Velho/10ª Vara Cível
Agravante: Welcon Incorporadora Imobiliária Ltda
Advogados: Thales Rocha Bordignon (OAB/RO 4.863), Emmily Teixeira de Araújo (OAB/AC 3.507), Gilliard Nobre Rocha (OAB/RO 4.864) e Felippe Ferreira Nery (OAB/AC 3.540)
Agravada: Silvinha Vitorino Nolasco
Advogados: Diego Alexis dos Santos Arenas (OAB/RO 5.188) e Robson Araújo Leite (OAB/RO 5.196)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Distribuído em 9/2/2018
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Welcon Incorporadora Imobiliária Ltda. - Em recuperação judicial - face a decisão proferida pelo juízo da 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho que, nos autos de cumprimento de sentença movida por Silvinha Vitorino Nolasco, determinou o prosseguimento do feito, dispensando a habilitação do crédito nos autos de recuperação judicial da agravante sob o fundamento de que o crédito constituiu-se após a distribuição do pedido de recuperação judicial.
Em suas razões, sustenta que se encontra em processo de recuperação judicial e está na iminência de sofrer bloqueio judicial dos seus ativos financeiros para satisfazer a execução de um crédito que deve se submeter ao processo recuperatório, porque existente antes do pedido do favor legal. Defende a tese de que a partir da prolação da sentença (29/01/2014) essa passou a ser titular de um direito/crédito e, como o pedido de recuperação foi feito em 15/07/2015, o crédito decorrente dessa ação deve se submeter ao respectivo plano. Argumenta que a data do protocolo do cumprimento de sentença é irrelevante, pois a sentença, apesar de não transitada em julgado, quantificou o crédito e é anterior ao pedido de recuperação. Discorre acerca da sujeição de todos os créditos vencidos e vincendos, existentes na data do pedido de processamento da recuperação, enfatizando que a hipótese em debate se subsume à regra dos artigos 49 da Lei de Recuperação Judicial e Falência e que a dívida em questão deve ser considerada extinta pela ocorrência da novação, na forma do artigo 59 do mesmo diploma legal. Pugna pela concessão de efeito suspensivo e, no mérito, pela reforma da decisão agravada, com a decretação de inexigibilidade do crédito por essa via processual, determinando-se a sua submissão ao quadro geral de credores do processo de Recuperação Judicial da agravante (processo n. 7001149-95.2015.8.22.0001, da 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais desta Comarca).
É o relatório.
A atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento só se dará em situações que possam resultar em dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
Primeiro, o artigo 6º da Lei 11.101/2005 determina a suspensão das ações e execuções em curso, hipótese que é a dos autos, e a habilitação do crédito correspondente no processo de recuperação/falência. Segundo, há de fato o risco de constrição imediata de recursos da empresa em recuperação judicial, a produzir uma situação de riscos aos demais credores e aos bens da devedora.
Desse modo, atribuo efeito suspensivo ao recurso.

Oficie-se ao juiz de primeiro grau.
Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se, no prazo do art. 1019, II, do CPC/2015, facultada ainda a juntada de documentação que entender necessária ao julgamento do recurso.
Após, retornem os autos conclusos.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

Processo: 0800054-17.2018.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE 2º GRAU)
Origem: 7000629-34.2017.822.0012 - Vilhena/ 1ª Vara Cível
Agravante: J. D. P. D. D. S.
Advogado: SAMUEL RIBEIRO MAZURECHEN - RO0004461A
Agravada: S. D. DA S.
Advogada: Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Data distribuição: 12/01/2018 04:34:53
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida nos autos de cumprimento de sentença, a qual acolheu os embargos de declaração e sanou a omissão na sentença fixando os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da execução.
O agravante requer a concessão do efeito suspensivo ao presente recurso, previsto no art. 1.019, I, NCPC, e a reforma da decisão para majorar os honorários advocatícios.
Verifica-se que a decisão do juízo de origem está em consonância com a sistemática do CPC/15, fundamentada no art. 523 §1º que dispõe que, não ocorrendo o pagamento voluntário de quantia certa em 15 dias, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, de honorários advocatícios em 10%. Trata-se de situação taxativa, portanto, incontroversa.
Outrossim, quanto a concessão do efeito suspensivo, este Tribunal tem entendimento no seguinte sentido:
Agravo Interno. Pedido de concessão de efeito suspensivo ao agravo de instrumento. Não preenchimento dos requisitos. A atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento é medida excepcional e exige, para a sua concessão, a demonstração da probabilidade de provimento do recurso e a existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação. Não demonstrado o preenchimento de tais requisitos, impõe-se a manutenção da decisão agravada, e o não provimento do agravo interno. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0801835-11.2017.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 20/10/2017
Indefiro o pedido do efeito suspensivo, uma vez que não restou demonstrada a possibilidade de provimento do recurso e a existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação.
Intime-se e solicitem-se as informações, prosseguindo-se nos demais atos da instrução.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.
(e-sig.) Desembargador Sansão Saldanha, Relator

1ª CÂMARA CÍVEL
Agravo de Instrumento n. 0800204-95.2018.8.22.0000 (PJe-2º Grau)
Origem: 7010303-30.2017.8.22.0014 - Vilhena/2ª Vara Cível
Agravante: Kento Engenharia Ltda - Me
Advogados: Sergio Abrahão Elias (OAB/RO 1.223), Roberto Ângelo Gonçalves (OAB/RO 1.025) e Priscila
Sagrado Uchida (OAB/RO 5.255)
Agravada: Auto Elétrica Paraná Ltda - ME
Advogada: Renilda Oliveira Ferreira (OAB/RO 7.559)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Distribuído por sorteio em 1º/2/2018
Decisão
Vistos.
A agravante peticionou (id n. 3221325) informando que as partes entabularam acordo nos autos de origem, o qual foi homologado por sentença e julgado extinto o feito, com trânsito em julgado naquela data.
Ante o exposto, julgo prejudicado o presente recurso pela perda do objeto.
Publique-se. Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Raduan Miguel
Agravo de Instrumento n. 0800401-50.2018.8.22.0000 (PJE)
Origem: 7013205-11.2016.8.22.0007 – Cacoal/1ª Vara Cível
Agravante: Banco Bradesco S/A
Advogados: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4.875-A e OAB/SP 128.341), Rafael Sganzerla Durand (OAB/SP 211.648), Maria Eunice de Oliveira (OAB/RO 2.956), Fabrine Dantas Chaves (OAB/RO 2.278) e Sérgio Rodrigo Russo Vieira (OAB/BA 24.143)
Agravado: José Júnior Barreiros
Advogado: José Júnior Barreiros (OAB/RO 1.405)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Distribuído por sorteio em 20/2/2018
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do art. 1007, § 4º do CPC, fica o agravante intimado para recolher em dobro o valor das custas do Agravo, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de deserção.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Belª Greyce Avello Corrêa
Assistente jurídica do 1º Dejucível – TJ/RO

1ª CÂMARA CÍVEL
Agravo de Instrumento n. 0800114-87.2018.8.22.0000 (PJe-2º Grau)
Origem: 7021318-69.2016.8.22.0001 – Porto Velho/6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Agravante: Welcon Incorporadora Imobiliária Ltda
Advogados: Thales Rocha Bordignon (OAB/RO 4.863), Emmily Teixeira de Araújo (OAB/AC 3507), Gilliard Nobre Rocha (OAB/RO 4.864) e Felippe Ferreira Nery (OAB/AC 3.540)
Agravado: Banco da Amazônia S/A
Advogados: Monamares Gomes Grossi (OAB/RO 903), Lauro Lúcio Lacerda (OAB/RO 3.919), Daniele Gurgel do Amaral (OAB/RO 1.221), Gilberto Silva Bomfim (OAB/RO 1.727) e Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1.096)
Relator: Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Distribuído em 9/2/2018
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Welcon Incorporadora Imobiliária Ltda em face do Banco da Amazônia S/A.
Na origem, tratou de impugnação a crédito em Recuperação Judicial promovida pelo Banco da Amazônia S/A em face da agravada, tendo ocorrido, após a suspensão da execução, impugnação ao crédito do banco, tendo sido decidido (autos de nº 7021318-69.2016.8.22.0001, ID 9128940):
"[…]
Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a habilitação de crédito WELCON, para determinar que sejam

incluídos INCORPORADORA IMOBILIÁRIA LTDA. no seu plano de recuperação o crédito do patrono da Autora, oriundos dos honorários advocatícios fixados nos autos n. 0022353-57.2014.8.22.0001, em trâmite na 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho.

Julgo improcedente o pedido de retificação do crédito da parte Autora, diante da sua inclusão no quadro geral de credores, com a devida atualização até a data do pedido de recuperação judicial da empresa devedora ( 19.06.2015).

Ciência ao Ministério Público e ao Administrador Judicial.

Sem sucumbência ou custas finais ante a natureza do expediente.

P.R.I.C.

Transitado em julgado, arquivem-se.

O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.

Porto Velho - Rondônia, Terça-feira, 21 de Março de 2017

Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza

Juíza de Direito"

Inconformada, a empresa recuperanda Welcon Incorporadora Imobiliária Ltda agrava sustentando a nulidade da decisão por falta de fundamento (por conseguinte a violação ao art. 93, IX da CF/88), bem como alegou a inexistência de condenação na verba honorária a ponto de autorizar a habilitação como crédito na recuperação judicial. Deste forma, afirma que não pode haver fixação de horários, os quais se pugna para que sejam excluídos da habilitação.

É o necessário relatório.

Decido.

Primeiramente, com relação a preliminar de nulidade da decisão por falta de fundamento, verifico sem qualquer consistência a arguição.

Com efeito, a decisão judicial hostilizada, in totum, teve o seguinte conteúdo:

"DECISÃO

apresentou a presente impugnação ao crédito na Recuperação BANCO DA AMAZÔNIA S.A. Judicial da WELCON INCORPORADORA IMOBILIÁRIA LTDA., autuada sob n. 7001149-95.2015.822.0001, aduzindo, em suma, ser credor da Recuperanda na importância de R$8.127.592,78, decorrente da ação de Execução sob n. 0022353-57.2014.822.0001 em trâmite na 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho.

Argumenta que o crédito constante no Quadro Geral de Credores disponibilizado no DJ 178, de 24.09.2015, deixou de constar um crédito complementar no valor de R$1 .145.052,99, uma vez que constou apenas o valor de R$6.982.539,79.

Instruiu a inicial com os documentos de ID Num. 3485724 - Pág. 1 a Num. 3485864 - Pág. 8.

Devidamente intimado, o Administrador Judicial apresentou manifestação (ID Num. 3926774), aduzindo, em suma, equívoco nos valores dos créditos apresentados pela Requerente, para tanto afirma que o correto seria R$7.155.391,38.

Manifestação da Devedora quanto aos valores apresentados pela Requerente, sustentando que o valor dos créditos da parte Autora seria no montante de R$8.025.242,34 (ID Num. 4847082).

Nova manifestação do credor Banco da Amazônia (ID Num. 5465069).

Parecer ministerial (ID Num. 7691019).

Após nova manifestação do Administrador Judicial, vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Passo a decidir.

Tratam-se os presentes autos de pedido de habilitação de crédito retardatária nos autos da Recuperação Judicial de (I) GUARESCHI PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ 12.209.351/0001-96; (II) WELCON INCORPORADORA IMOBILIÁRIA LTDA., CNPJ 05.782.974/0001-98; (III) GM ENGENHARIA LTDA., CNPJ 01.761.054/0001-32, (IV) GMIX CONCRETO LTDA., CNPJ 12.224.474/0001-04, (V) VIVATTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. 0001-90; (VI) MASTER GESTÃO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., CNPJ 16.849.792/0001-03; (VII) GUARESCHI MINERAÇÃO LTDA., CNPJ 11.416.557/0001-24; (VIII) ECOVILLE PORTO VELHO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S/A, CNPJ 12.295.401/001-03, (IX) PRIME SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ 13.352.280/0001-49.

Analisando detidamente as alegações da parte Autora, bem como os autos da recuperação judicial o qual se submete a parte Requerida, observa-se que os créditos daquela já foram devidamente incluídos no quadro geral de credores. A problemática repousa sobre a exatidão do valor crédito.

Em suas manifestações, o Administrador Judicial (ID Num. 3926774 - Pág. 1) e o Ministério Público (ID Num. 7691019) manifestaram-se no sentido de que o referido crédito já estava incluído o quadro geral de credores, todavia, este deve se restringir ao montante de R$7.155.391,38, ou seja, até a data da distribuição do pedido de recuperação judicial (19.06.2015) e não da forma como apresentada pela Requerente.

Ainda, o administrador-judicial, na mesma oportunidade, argumentou que os honorários advocatícios não foram incluídos em razão de que tais despesas não poderiam ser incluídas no referido quadro, fundamentando seus argumentos no art. 5º, II, Lei 11.101/2005).

O art. 9º, II da Lei 11.101/2005 estabelece que em suas habilitações, os credores deverão proceder à atualização do crédito até a data do pedido de recuperação judicial.

Art. 9º. A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7o, § 1o, desta Lei deverá conter:

II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação;

O pedido de recuperação judicial foi recebido em 19.06.2015, logo, devendo esta data a ser considerada para as atualizações, todavia, contrário ao ditame legal, a parte Autora procedeu a atualização dos créditos até 31.08.2015, conforme se observa por meio da petição de ID Num. 3485614 - Pág. 4.

Não obstante o pleito da parte Autora seja pela inclusão do seu crédito no quadro geral de credores, há de se registrar que o mesmo, já atualizado até a data do pedido da recuperação judicial já foi devidamente realizado pelo administrador, conforme manifestação do administrador-judicial de ID Num. 8526345 -Pág. 1, no valor de R$7.229.310,92, sendo classificado como credor com garantia real, sendo este valor o apresentado na Assembleia Geral, cujo plano foi aprovado pelos credores.

No que diz respeito a ausência de inclusão dos honorários advocatícios dos patronos da parte Autora no referido quadro geral de credores, sob o argumento de que o art. 5º, II da LRF veda a referida ação, há de se registrar que o referido texto legal aduz não ser exigível do devedor as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência.

No caso dos autos, denota-se que os honorários advocatícios pleiteados pela parte Autora deverão fazer parte do quadro de credores das devedoras em recuperação judicial, todavia, tal habilitação deverá ocorrer em nome dos patronos da Autora, classificando-os como créditos trabalhistas, diante de sua natureza alimentar.

Sobre o tema é o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E EMPRESARIAL. CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO REFERENTE A HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO PROCESSO DE FALÊNCIA. RECURSO REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC E RES. N. 8/2008-STJ). Os créditos resultantes de honorários advocatícios, sucumbenciais ou contratuais, têm natureza alimentar e equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência, seja pela regência do Decreto-lei 7.661/1945, seja pela forma prevista na Lei 11.101/2005, observado o limite de valor previsto no art. 83, I, do referido diploma legal. A questão deve ser entendida a partir da interpretação do art. 24 da Lei 8.906/1994 (EOAB), combinado com o art. 102 do Decreto-lei 7.661/1945, dispositivo este cuja regra foi essencialmente mantida pelo art. 83 da Lei 11.101/2005 no que concerne à posição dos créditos trabalhistas e daqueles com privilégio geral e especial. Da interpretação desses dispositivos, entende-se que

os créditos decorrentes de honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, equiparam-se a créditos trabalhistas para a habilitação em processo falimentar. Vale destacar que, por força da equiparação, haverá o limite de valor para o recebimento - tal como ocorre com os credores trabalhistas -, na forma preconizada pelo art. 83, I, da Lei de Recuperação Judicial e Falência. Esse fator inibe qualquer possibilidade de o crédito de honorários obter mais privilégio que o trabalhista, afastando também suposta alegação de prejuízo aos direitos dos obreiros. Precedentes citados do STJ: REsp 988.126-SP, Terceira Turma, DJe 6/5/2010; e REsp 793.245-MG, Terceira Turma, DJ 16/4/2007. REsp 1.152.218-RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 7/5/2014.

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a habilitação de crédito WELCON , para determinar que sejam incluídos INCORPORADORA IMOBILIÁRIA LTDA. no seu plano de recuperação o crédito do patrono da Autora, oriundos dos honorários advocatícios fixados nos autos n. 0022353-57.2014.8.22.0001, em trâmite na 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho.

Julgo improcedente o pedido de retificação do crédito da parte Autora, diante da sua inclusão no quadro geral de credores, com a devida atualização até a data do pedido de recuperação judicial da empresa devedora ( 19.06.2015).

Ciência ao Ministério Público e ao Administrador Judicial.

Sem sucumbência ou custas finais ante a natureza do expediente.

P.R.I.C.

Transitado em julgado, arquivem-se.

O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente

representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.

Porto Velho - Rondônia, Terça-feira, 21 de Março de 2017

Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza

Juíza de Direito"

(g.n)

Evidencia-se claramente, que houve enfrentamento da questão da inclusão da verba honorária (inclusive com citação de recurso repetitivo sobre o tema), sendo justificado fundamentadamente a decisão neste aspecto, pelo que improcede o argumento de falta de fundamentação.

Ora, o magistrado não está obrigado a extenuar o ato decisório para satisfazer os anseios do patrono, bastando simplesmente que fundamente, consoante o ordenamento pátrio bem como harmônico ao aspecto causal, as razões de sua decisão, como ocorreu no presente caso.

Já decidiu o col. STJ, inclusive, que na vigência do CPC/2015, o magistrado não está obrigado a revolver todas as matérias quando apreciada a questão a contento, in verbis:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

3. No caso, entendeu-se pela ocorrência de litispendência entre o presente mandamus e a ação ordinária n. 0027812-80.2013.4.01.3400, com base em jurisprudência desta Corte Superior acerca da possibilidade de litispendência entre Mandado de Segurança e Ação Ordinária, na ocasião em que as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas.

4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decisum.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(STJ – PRIMEIRA SEÇÃO - EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

E ainda:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. FUNDAMENTAÇÃO CONCISA. AUSÊNCIA DE NULIDADE. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. FACULDADE DO MAGISTRADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[…]

4. Inexiste nulidade do julgamento se a fundamentação, embora concisa, for suficiente para a solução da demanda.

[…]

8. Agravo Regimental não provido.

(STJ – Segunda Turma - AgRg no AREsp 36140 / PR, rel. Min. Herman Benjamin, em 08/03/2013).

Em sede de Repercussão Geral já decidiu o Pleno do Supremo Tribunal Federal que:

O art. 93, IX, da CF exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão.

(STF – PLENO - AI 791.292QORG, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 23-6-2010, Plenário, DJE de 13-8-2010, com repercussão geral.)

Deste modo, não há o vício invocado pela agravante, no mesmo plano em que não há a violação constitucional aludida (art. 93, IX, da CF/88).

No que diz respeito ao mérito, também sem razão a agravante.

A empresa Welcon Incorporadora Imobiliária Ltda está em recuperação judicial, tendo listado os débitos que possui e os respectivos credores.

O Banco da Amazônia S/A, impugnou o seu crédito - decorrente da Cédula de Crédito Bancário FGI-M 043-12-0036-0 – afirmando que não é só o valor líquido no título o seu crédito, mas também, acréscimos contratuais como juros de mora, multa e honorários.

A impugnação foi parcial, acolhendo o pleito apenas para retificar o crédito com inclusão de honorários advocatícios.

Pois bem, nos autos de nº 0022353-57.2014.8.22.0001 (execução inicial do título que fora inscrito como crédito na recuperação judicial), o juízo ao receber a execução inicialmente decidiu:

"Despacho

Cite-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, pagar a dívida ou opor embargos, em 15 (quinze) dias, contados esse último, de sua intimação, independentemente de penhora, depósito ou caução.

Arbitro honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da execução, salvo embargos. Conste-se do mandado que, havendo pagamento da dívida no prazo assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos à metade, nos termos do art. 652-A do CPC.

Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.

O executado, no mesmo prazo dos embargos, se reconhecer o crédito do exequente, poderá requerer, desde que pago 30% do valor da execução, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% de ao mês(art. 745-A, CPC).

Se a penhora recair sobre bem imóvel, intime-se o cônjuge do executado para tomar conhecimento, bem como o exequente para providenciar a respectiva averbação no registro imobiliário, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial (art. 659, § 49).
Se houver requerimento de substituição da penhora e, se no prazo, diga a parte contrária, em 3 dias, se aceita a substituição.
Aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo, tome-se ela por termo (art. 657, do CPC).
Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de novembro de 2014.
Duilia Sgrott Reis
Juíza de Direito"
Denota-se do despacho em evidência, que houve fixação liminar dos honorários – nos termos do que preconizada o CPC/73 – os quais se revelam direito absoluto do patrono de recebê-los, gerando a partir desta ato decisório, crédito patronal.
Já decidiu o col. STJ que:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ N.º 08/2008. EMBARGOS INFRINGENTES. ART. 530 DO CPC. DISCUSSÃO SOBRE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO.
1. O art. 530 do CPC condiciona o cabimento dos embargos infringentes a que exista sentença de mérito reformada por acórdão não unânime, e não que o objeto da divergência seja o próprio mérito tratado na sentença reformada.
2. Se o dispositivo não restringiu o cabimento do recurso apenas à questão de fundo ou à matéria central da lide, não pode o aplicador do direito interpretar a norma a ponto de criar uma restrição nela não prevista. Precedentes.
3. Ademais, o arbitramento dos honorários não é questão meramente processual, porque tem reflexos imediatos no direito substantivo da parte e de seu advogado. Doutrina de CHIOVENDA.
4. Os honorários advocatícios, não obstante disciplinados pelo direito processual, decorrem de pedido expresso, ou implícito, de uma parte contra o seu oponente no processo e, portanto, formam um capítulo de mérito da sentença, embora acessório e dependente.
5. No direito brasileiro, os honorários de qualquer espécie, inclusive os de sucumbência, pertencem ao advogado. O contrato, a decisão e a sentença que os estabelecem são títulos executivos.
Nesse sentido, a Corte Especial do STJ fez editar a Súmula 306, com o seguinte enunciado: "Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte". Portanto, os honorários constituem direito autônomo do causídico, que inclusive poderá executá-los nos próprios autos ou em ação distinta.
6. O capítulo da sentença que trata dos honorários, ao disciplinar uma relação autônoma, titularizada pelo causídico, é de mérito, embora dependente e acessório, de modo que poderá ser discutido por meio de embargos infringentes se a sentença vier a ser reformada, por maioria de votos, no julgamento da apelação.
7. Assim, seja porque o art. 530 do CPC não faz restrição quanto à natureza da matéria objeto dos embargos infringentes - apenas exige que a sentença de mérito tenha sido reformada em grau de apelação por maioria de votos -, seja porque o capítulo da sentença que trata dos honorários é de mérito, embora acessório e dependente, devem ser admitidos os embargos infringentes para discutir verba de sucumbência.
8. A ausência de interposição dos embargos infringentes na origem sobre a condenação em honorários advocatícios não veda a admissão do recurso especial, a menos que o apelo verse exclusivamente sobre a verba de sucumbência, caso em que não será conhecido por preclusão e falta de exaurimento de instância.
9. Recurso especial provido. Acórdão sujeito ao art. 543-C do CPC e à Resolução STJ n.º 08/2008.
(STJ – CORTE ESPECIAL - REsp 1113175/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, julgado em 24/05/2012, DJe 07/08/2012) (g.n)
Tal orientação repetitiva soma-se ao outro julgado, também em sede de Repetitivo, do STJ, que estabelece:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E EMPRESARIAL. CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO REFERENTE A HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO PROCESSO DE FALÊNCIA. RECURSO REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC E RES. N. 8/2008-STJ).
Os créditos resultantes de honorários advocatícios, sucumbenciais ou contratuais, têm natureza alimentar e equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência, seja pela regência do Decreto-lei 7.661/1945, seja pela forma prevista na Lei 11.101/2005, observado o limite de valor previsto no art. 83, I, do referido diploma legal. A questão deve ser entendida a partir da interpretação do art. 24 da Lei 8.906/1994 (EOAB), combinado com o art. 102 do Decreto-lei 7.661/1945, dispositivo este cuja regra foi essencialmente mantida pelo art. 83 da Lei 11.101/2005 no que concerne à posição dos créditos trabalhistas e daqueles com privilégio geral e especial. Da interpretação desses dispositivos, entende-se que os créditos decorrentes de honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, equiparam-se a créditos trabalhistas para a habilitação em processo falimentar. Vale destacar que, por força da equiparação, haverá o limite de valor para o recebimento - tal como ocorre com os credores trabalhistas -, na forma preconizada pelo art. 83, I, da Lei de Recuperação Judicial e Falência. Esse fator inibe qualquer possibilidade de o crédito de honorários obter mais privilégio que o trabalhista, afastando também suposta alegação de prejuízo aos direitos dos obreiros. Precedentes citados do STJ: REsp 988.126-SP, Terceira Turma, DJe 6/5/2010; e REsp 793.245-MG, Terceira Turma, DJ 16/4/2007. REsp 1.152.218-RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 7/5/2014.
Como se observa, em sede de Recurso Repetitivo, já decidiu o STJ serem os honorários, a partir de decisão que os fixa, direito subjetivo do patrono, deste modo, escorreita a decisão que, diante de suspensão executória por força de Recuperação Judicial, determina a inclusão da verba honorífica no rol dos créditos, pelo que o recurso deve ser obstado.
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do NCPC, nego provimento ao recurso.
Intime-se.
Porto Velho, 19 de fevereiro de 2018.
Juiz-Convocado Rinaldo Forti
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Agravo de Instrumento n. 0800328-78.2018.8.22.0000 (PJE)
Origem: 7002116-72.2017.8.22.0001 – Porto Velho/10ª Vara Cível
Agravante: Santo Antônio Energia S/A
Advogados: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3.861), Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3.250), Luciana Sales Nascimento (OAB/RO 5.082), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4.982), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2.803) e outros
Agravados: Maria do Rozario Marcolino de Souza, Naiara Souza dos Santos, Vera Souza dos Santos e outros
Advogados: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2.479) e Denise Gonçalves da Cruz Rocha (OAB/RO 1.996)
Relator: Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Distribuído por sorteio em 14/02/2018
DecisãoSanto Antônio Energia S/A interpôs agravo de instrumento impugnando a decisão saneadora (ID 13816200 – Pje 1º Grau) proferida nos autos da ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos materiais e morais movida por Maria do Rozário Marcolino de Souza e outros (n. 7002116-72.2017.8.22.0001), que deferiu a produção de prova pericial mas inverteu o ônus de seu custeio, obrigando a agravante ao pagamento da prova pleiteada pelos agravados.

Em suas razões a agravante assevera que a decisão merece reforma, sob o fundamento de que a inversão do ônus da prova no caso, não é adequada, porquanto afirma não ter pugnado pela realização de perícia judicial, motivo que não lhe cabe arcar com o pagamento dos honorários periciais; aduz que a decisão de primeiro grau carece de fundamentação e que contraria a previsão do artigo 95 do CPC.

Pugna pela concessão de efeito suspensivo e, ao final, pelo provimento do recurso para que seja totalmente reformada a decisão agravada.

É o sucinto relatório.

Examinados, decido.

O pedido se resume a definir se é cabível, ou não, a inversão do ônus da prova nos autos indenizatórios em que contendem as partes.

A decisão agravada determinou a inversão do ônus da prova quando se referiu ao custeio da prova pericial, em razão da aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, e apenas neste ponto, por se tratar de uma ação com partes hipossuficientes financeiramente. Assim, não há, em juízo de delibação, nenhuma impossibilidade técnica ou ônus exacerbado para a agravante ao se exigir que pague pela prova cuja produção pode ajudar a elucidar os fatos do processo.

Ademais, calcada a tese autoral em dano ambiental, é absolutamente possível impor à requerida o ônus de provar que sua atividade não foi a causadora do dano, prestigiando a teoria da precaução (Lei n. 6.938/1981). Inteligência do art. 6º, inc. VIII, da Lei 8.078/1990 c/c art. 21 da Lei 7.347/1985. (Ag REsp 1.223.913 - RO).

Neste exato sentido, decisão monocrática da Min. Assusete Magalhães no REsp 1716164, de decisão deste Tribunal tendo como recorrente também a ora agravante:

Trata-se de Recurso Especial, interposto por SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A, em 04/10/2017, com base na alínea a do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado: "Agravo interno. Manutenção da decisão agravada. Ação indenizatória de dano ambiental. Responsabilidade objetiva. Teoria do risco integral. Inversão do ônus da prova. Possibilidade. Tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, fundada na teoria do risco integral, sendo cabível a inversão do ônus da prova" (fl. 620e). Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nos seguintes termos: "Vislumbra-se nos embargos opostos que, na verdade, busca-se uma mera rediscussão do julgado, por não se concordar com os seus fundamentos, agora, sob a alegação de que esse está eivado de omissão. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados" (fl. 650e). Alega-se, nas razões do Recurso Especial, ofensa ao art. 373, I e II, do CPC/2015, sob os seguintes fundamentos: a) a tese debatida nos autos tem caráter unicamente patrimonial, tendo em vista tratar-se de demanda indenizatória e não relativa a danos ambientais, conforme asseverou o acórdão recorrido, razão pela qual não se justifica a inversão do ônus da prova; b) não estão presentes nos autos nenhum dos elementos que autorizariam a inversão do ônus da prova. Requer "seja este Recurso Especial, ao final, provido com reforma do Acórdão Recorrido em função da violação ao art. 373 do CPC/2015" (fl. 674e). Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 685e). O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 686/687e). Sem razão a parte recorrente. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela parte ora recorrente, em face de decisão proferida nos autos de Ação Indenizatória, que determinou a inversão do ônus probatório. O Tribunal local negou provimento ao Agravo de Instrumento. Daí a interposição do presente Recurso Especial. Acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem: "Quanto à insurgência relativa a redistribuição do ônus da prova, apesar de a agravante mencionar que recentemente decidiu pela não inversão, verifico que os julgados colacionados referem-se ao ano de 2014. Posteriormente, este Tribunal passou a entender ser cabível a inversão do ônus da prova nas ações indenizatórias por dano ambiental, por ser objetiva a responsabilidade pelos danos causados, fundada na teoria do risco integral. Em 05/12/2016, o Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o Recurso Especial n. 1.634.006 RO (2016/0279671-5), referente à indenização por dano moral tendo como parte a Santo Antônio Energia S.A., originário do Estado de Rondônia, manifestou-se no sentido de manter o entendimento firmado por esta Corte quanto à possibilidade de inversão do ônus da prova em casos dessa natureza. Nesse contexto, as teses defendidas pela agravante neste recurso não merecem prosperar, pois a decisão agravada está de acordo com o entendimento firmado em jurisprudência de tribunal superior" (fl. 620e). Tal entendimento não merece reforma. Isso porque esta Corte possui entendimento no sentido de que, "tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, pois fundada na teoria do risco integral. Assim, cabível a inversão do ônus da prova" (STJ, AgRg no AREsp 533.786/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 29/09/2015). Nesse sentido: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA. RIO MADEIRA. PESCADORES. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO DE CONEXÃO E ILEGITIMIDADE ATIVA QUE DEMANDA REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM AÇÃO POR INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO COMPROVADA. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535, II, do CPC. 2. A alegada conexão entre a presente demanda e ação civil pública, bem como a ilegitimidade dos autores, foram refutados pelo eg. Tribunal estadual sob o fundamento de que cada um dos feitos deverá ser analisado em uma situação fática particular e de que a condição de cada um dos autores depende da instrução processual, que deve ser feita nos autos originários após o devido contraditório. No caso, a alteração de tais conclusões depende da análise do conjunto fático-probatório, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ. 3. A inversão do ônus da prova no que se refere ao dano ambiental está de acordo com a jurisprudência desta Corte, que já se manifestou no sentido de que, "tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, pois fundada na teoria do risco integral. Assim, cabível a inversão do ônus da prova" (AgRg no AREsp 533.786/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado em 22/9/2015, DJe de 29/9/2015). 4. Para que haja condenação por litigância de má-fé, é necessária a comprovação do dolo da parte. No caso, a Corte estadual expressamente consignou que tal requisito não foi comprovado, de modo que, para alterar essa conclusão, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório. Incidência da Súmula 7/STJ. 5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 846.996/RO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 19/10/2016). "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. USINA HIDRELÉTRICA. CONSTRUÇÃO. PRODUÇÃO PESQUEIRA. REDUÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO INCONTESTE. NEXO CAUSAL. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO. PRECEDENTES. INOVAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO OCORRÊNCIA. 1. A Lei nº 6.938/1981 adotou a sistemática da responsabilidade objetiva, que foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, de sorte que é irrelevante, na espécie, a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de reparação do dano causado, que, no caso, é inconteste. 2. O princípio da precaução, aplicável à hipótese, pressupõe a inversão do ônus probatório, transferindo para a concessionária o

encargo de provar que sua conduta não ensejou riscos para o meio ambiente e, por consequência, para os pescadores da região. 3. Não há inovação em recurso especial se, ainda que sucintamente, a matéria foi debatida no tribunal de origem. 4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 183.202/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 13/11/2015).
Além disso, a acolhida da pretensão recursal no sentido de não estão presentes os requisitos autorizadores à inversão do ônus da prova, implicaria necessariamente em revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, pelo óbice enunciado na Súmula 7/STJ. Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao Recurso Especial. Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, a do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial. Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais. I. Brasília, 1º de fevereiro de 2018. MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES Relatora (Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, 06/02/2018)
No mais, as questões arguidas no agravo se referem ao mérito do recurso, de modo que com ele será analisado, pelo que indefiro o pedido de efeito suspensivo por não entender, neste momento processual, a existência de nenhum prejuízo às partes com o prosseguimento do feito.
Colha-se informações do juiz da causa.
Intimem-se os agravados para, querendo, apresentar contraminuta.
Diante da existência de interesse de menor, dê-se vista ao Ministério Público em 2º Grau, conforme disposto no art. 178, II, do Código de Processo Civil.
Após ultimadas as providências e certificado o necessário, conclusos para análise do mérito.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Relator

1ª CÂMARA CÍVEL
Agravo de Instrumento n. 0800263-83.2018.8.22.0000 (PJe-2º Grau)
Origem: 7027708-55.2016.8.22.0001 - Porto Velho/7ª Vara Cível
Agravante: Santo Antônio Energia S/A
Advogados: Inaiara Gabriela Penha Santos (OAB/RO 5.594), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2.803), Luciana Sales Nascimento (OAB/RO 5.082) e Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3.861)
Agravados: Sebastiana Pereira Damazio, Nelilda Damazio de Oliveira, Nelia Damazio de Oliveira, Emanuel Damazio Simão e Rikelson Souza de Oliveira
Advogados: Denise Gonçalves da Cruz Rocha (OAB/RO 1.996) e Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2.479)
Relator: Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Distribuído em 7/2/2018
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A em face da decisão proferida pelo juízo da 7ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, nos autos do processo n.7027708-55.2016.8.22.0001, que decretou a inversão do ônus da prova para pagamento dos honorários periciais.
Os agravados são moradores do Bairro Balsa, e movem ação de obrigação de fazer cumulada com danos morais e materiais, ao fundamento de que a construção da UHE de Santo Antônio foi a responsável pela cheia do Rio Madeira nos meses de fevereiro a maio de 2014,
Alegam que sofreram danos materiais e morais com o evento provocado pela agravante/requerida, pois não houve a devida realização dos estudos de impactos ambientais, além de que houve um excesso de depósito de sedimentos dentro do Rio Madeira.
No despacho saneador, o magistrado de primeiro grau rejeitou as preliminares de ilegitimidade ativa, passiva e falta de interesse de agir arguidas em contestação, bem como indeferiu o pedido de denunciação da lide do Município de Porto Velho e de litisconsórcio passivo necessário da União Federal. Fixou os seguintes pontos controvertidos:
"a) a ocorrência de alagação do imóvel dos autores (total ou parcial); b) se os autores permaneceram no imóvel após a cheia noticiada na inicial; c) se os autores possuem a posse ou propriedade da área onde residem; d) a configuração de responsabilidade civil da requerida por eventual prejuízo aos autores por não poderem gozarem do imóvel (total ou parcialmente); e) a ocorrência de dano material e; f) a ocorrência de dano moral."
Também houve o deferimento da prova pericial com a inversão do ônus da priva, atribuindo à agravante a responsabilidade pelo recolhimento dos honorários periciais diante da hipossuficiência dos autores.
Em suas razões a agravante assevera que a decisão merece reforma, sob o fundamento de que a inversão do ônus da prova no caso, não é adequada, porquanto afirma não ter pugnado pela realização de perícia judicial, e também por não ter a ação natureza ambiental ou coletiva, mas tão somente patrimonial, motivos pelos quais entende que não lhe cabe arcar com o pagamento dos honorários periciais.
Aduz ainda que a decisão de primeiro grau carece de fundamentação e que contraria a previsão do artigo 93, IX, da Constituição Federal.
Pugna pela concessão de efeito suspensivo e, ao final, pelo provimento do recurso para que seja totalmente reformada a decisão agravada.
É o relato.
Decido.
Pela nova sistemática prevista no art. 995, § único, do NCPC, "a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso."
Ao seu turno, a concessão de efeito ativo ao agravo, atualmente denominado de antecipação da tutela recursal, depende da demonstração dos requisitos da tutela de urgência, consubstanciado em elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme inteligência do art. 300 c/c o art. 1.019, I, do novo diploma processual.
Em juízo de cognição sumária, vislumbro que não estão preenchidos os requisitos autorizadores à concessão do efeito vindicado.
O pedido se resume a definir se é cabível, ou não, a inversão do ônus da prova nos autos indenizatórios em que contendem as partes.
A decisão agravada determinou a inversão do ônus da prova quando se referiu ao custeio da prova pericial, em razão da aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, e apenas neste ponto, por se tratar de uma ação com partes hipossuficientes financeiramente. Assim, não há, em juízo de delibação, nenhuma impossibilidade técnica ou ônus exacerbado para a agravante ao se exigir que pague pela prova cuja produção pode ajudar a elucidar os fatos do processo.
Ademais, calcada a tese autoral em dano ambiental, é absolutamente possível impor à requerida o ônus de provar que sua atividade não foi a causadora do dano, prestigiando a teoria da precaução (Lei n. 6.938/1981). Inteligência do art. 6º, inc. VIII, da Lei 8.078/1990 c/c art. 21 da Lei 7.347/1985. (Ag REsp 1.223.913 - RO).
Neste exato sentido, decisão monocrática da Min. Assusete Magalhães no REsp 1716164, de decisão deste Tribunal tendo como recorrente também a ora agravante:

Trata-se de Recurso Especial, interposto por SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A, em 04/10/2017, com base na alínea a do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado: "Agravo interno. Manutenção da decisão agravada. Ação indenizatória de dano ambiental. Responsabilidade objetiva. Teoria do risco integral. Inversão do ônus da prova. Possibilidade. Tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, fundada na teoria do risco integral, sendo cabível a inversão do ônus da prova" (fl. 620e). Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nos seguintes termos: "Vislumbra-se nos embargos opostos que, na verdade, busca-se uma mera rediscussão do julgado, por não se concordar com os seus fundamentos, agora, sob a alegação de que esse está eivado de omissão. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados" (fl. 650e). Alega-se, nas razões do Recurso Especial, ofensa ao art. 373, I e II, do CPC/2015, sob os seguintes fundamentos: a) a tese debatida nos autos tem caráter unicamente patrimonial, tendo em vista tratar-se de demanda indenizatória e não relativa a danos ambientais, conforme asseverou o acórdão recorrido, razão pela qual não se justifica a inversão do ônus da prova; b) não estão presentes nos autos nenhum dos elementos que autorizariam a inversão do ônus da prova. Requer "seja este Recurso Especial, ao final, provido com reforma do Acórdão Recorrido em função da violação ao art. 373 do CPC/2015" (fl. 674e). Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 685e). O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 686/687e). Sem razão a parte recorrente. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela parte ora recorrente, em face de decisão proferida nos autos de Ação Indenizatória, que determinou a inversão do ônus probatório. O Tribunal local negou provimento ao Agravo de Instrumento. Daí a interposição do presente Recurso Especial. Acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem: "Quanto à insurgência relativa a redistribuição do ônus da prova, apesar de a agravante mencionar que recentemente decidiu pela não inversão, verifico que os julgados colacionados referem-se ao ano de 2014. Posteriormente, este Tribunal passou a entender ser cabível a inversão do ônus da prova nas ações indenizatórias por dano ambiental, por ser objetiva a responsabilidade pelos danos causados, fundada na teoria do risco integral. Em 05/12/2016, o Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o Recurso Especial n. 1.634.006 RO (2016/0279671-5), referente à indenização por dano moral tendo como parte a Santo Antônio Energia S.A., originário do Estado de Rondônia, manifestou-se no sentido de manter o entendimento firmado por esta Corte quanto à possibilidade de inversão do ônus da prova em casos dessa natureza. Nesse contexto, as teses defendidas pela agravante neste recurso não merecem prosperar, pois a decisão agravada está de acordo com o entendimento firmado em jurisprudência de tribunal superior" (fl. 620e). Tal entendimento não merece reforma. Isso porque esta Corte possui entendimento no sentido de que, "tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, pois fundada na teoria do risco integral. Assim, cabível a inversão do ônus da prova" (STJ, AgRg no AREsp 533.786/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 29/09/2015). Nesse sentido: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA. RIO MADEIRA. PESCADORES. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO DE CONEXÃO E ILEGITIMIDADE ATIVA QUE DEMANDA REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM AÇÃO POR INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO COMPROVADA. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535, II, do CPC. 2. A alegada conexão entre a presente demanda e ação civil pública, bem como a ilegitimidade dos autores, foram refutados pelo eg. Tribunal estadual sob o fundamento de que cada um dos feitos deverá ser analisado em uma situação fática particular e de que a condição de cada um dos autores depende da instrução processual, que deve ser feita nos autos originários após o devido contraditório. No caso, a alteração de tais conclusões depende da análise do conjunto fático-probatório, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ. 3. A inversão do ônus da prova no que se refere ao dano ambiental está de acordo com a jurisprudência desta Corte, que já se manifestou no sentido de que, "tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, pois fundada na teoria do risco integral. Assim, cabível a inversão do ônus da prova" (AgRg no AREsp 533.786/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado em 22/9/2015, DJe de 29/9/2015). 4. Para que haja condenação por litigância de má-fé, é necessária a comprovação do dolo da parte. No caso, a Corte estadual expressamente consignou que tal requisito não foi comprovado, de modo que, para alterar essa conclusão, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório. Incidência da Súmula 7/STJ. 5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 846.996/RO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 19/10/2016). "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. USINA HIDRELÉTRICA. CONSTRUÇÃO. PRODUÇÃO PESQUEIRA. REDUÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO INCONTESTE. NEXO CAUSAL. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO. PRECEDENTES. INOVAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO OCORRÊNCIA. 1. A Lei nº 6.938/1981 adotou a sistemática da responsabilidade objetiva, que foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, de sorte que é irrelevante, na espécie, a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de reparação do dano causado, que, no caso, é inconteste. 2. O princípio da precaução, aplicável à hipótese, pressupõe a inversão do ônus probatório, transferindo para a concessionária o encargo de provar que sua conduta não ensejou riscos para o meio ambiente e, por consequência, para os pescadores da região. 3. Não há inovação em recurso especial se, ainda que sucintamente, a matéria foi debatida no tribunal de origem. 4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 183.202/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 13/11/2015). Além disso, a acolhida da pretensão recursal no sentido de não estão presentes os requisitos autorizadores à inversão do ônus da prova, implicaria necessariamente em revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, pelo óbice enunciado na Súmula 7/STJ. Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao Recurso Especial. Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, a do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial. Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais. I. Brasília, 1º de fevereiro de 2018. MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES Relatora (Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, 06/02/2018)

No mais, as questões arguidas no agravo se referem ao mérito do recurso, de modo que com ele será analisado, pelo que indefiro o pedido de efeito suspensivo por não entender, neste momento processual, a existência de nenhum prejuízo às partes com o prosseguimento do feito.

Pelo exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Colha-se informações do juízo de origem.
Intime-se os agravados para, querendo, contra-arrazoarem o recurso.
Após, dê-se vista à PGJ em razão da existência de interesse de incapaz (art.178, II, do CPC)
Intime-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Relator

Agravo de Instrumento n. 0800136-48.2018.8.22.0000 (PJE-2º Grau)
Origem: 7035809-47.2017.8.22.0001 - 2ª Vara Cível / Porto Velho
Agravante: POSTAL SAUDE - CAIXA DE ASSISTENCIA E SAUDE DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS
Advogados: JOSE RODOLFO ALVES DA SILVA JUNIOR (OAB/DF 15.809) e JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA SANTOS (OAB/MG 74.659)
Agravado: EDIVAN RODRIGUES LOPES
Advogados: ELIZABETH PRISCILLA NAMUR NAVARRO (OAB/SP 245.728) e LEONARDO SOBRAL NAVARRO (OAB/SP 163.621)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Data distribuição: 24/01/2018 11:54:35
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por POSTAL SAÚDE - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS, visando reformar a decisão prolatada pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO que, nos autos da ação de obrigação de fazer n. 7035809-47.2017.8.22.0001 proposta pelo agravado Edivan Rodrigues Lopes, deferiu o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada e determinou que o agravante autorizasse o procedimento médico requerido, sob pena de multa no valor de R$ 5.000,00, sem prejuízo de outras sanções.
O agravante aduz, em síntese, que não estão preenchidos os requisitos autorizadores da tutela de urgência, diante da ausência de prova inequívoca das alegações, de fundado receio de dano irreparável, de perigo da irreversibilidade, bem como do perigo da demora ou da fumaça do bom direito.
Afirma, ainda, que a medida pode lhe causar periculum in mora inverso, porquanto "o cumprimento da tutela antecipada causará prejuízos à agravante, os quais, dificilmente, serão reparados pelo agravado no futuro. Não é exagero afirmar que os efeitos da tutela antecipada deferida nos presentes autos serão irreversíveis, eis que obrigarão a agravante a arcar com procedimentos e cirurgias – presentes e futuros, o que não pode ser admitido."
Argui preliminar de ilegitimidade passiva, porquanto compete ao Estado garantir o direito à saúde sem qualquer limitação.
Argumenta que não há obrigação legal nem contratual para que os planos de saúde ofereçam tratamentos sem previsão de cobertura contratual ou obrigatória prevista na Lei 9.656/98 no Rol de procedimentos da ANS.
Destaca que não há urgência neste caso, porquanto "não foi apresentado pelo médico assistente a anamnese, entrevista que tem a intenção de determinar o ponto inicial no diagnostico da doença, conforme determinado pelo Conselho Federal, igualmente não foi apresentado exame físico e o laudo de ressonância magnética não apresenta listese."
Também discorre sobre a diferença entre urgência e emergência, afirmando que o presente caso se trata de procedimento eletivo, de forma que não é obrigatória a cobertura do plano.
Assevera que o plano de saúde não pretende ditar qual o melhor tratamento para as moléstias que acometem os usuários, mas analisar sobre a ótica legal a existência ou não da obrigação contratual, primando pela segurança e preservação da saúde de seus beneficiários.
Requereu a concessão do efeito suspensivo nos seguintes termos:
"1) seja concedido o efeito suspensivo ora vindicado, determinando a imediata suspensão da decisão agravada até o desate final por essa Eg. Câmara, evitando dano de difícil ou impossível reparação;
2) seja acolhido o pleito urgente, seja o Douto Juízo Primevo cientificado, objetivando o imediato cumprimento;
3) Caso não seja esse o entendimento, o que se admite apenas pela eventualidade, em sendo mantida a ordem, pede que seja arbitrada caução, bem como o a dilação do prazo para cumprimento da obrigação de fazer, em razão da necessidade de cotação dos materiais no mercado;
3) A intimação da Agravada para, querendo, apresentar resposta e/ou documentos; e
4) Ao final, requer seja reformada a decisão ora agravada, para indeferir a tutela antecipa da requerida."
O pedido de justiça gratuita foi indeferido (Id 3132430), sendo devidamente recolhido o preparo do agravo de instrumento (Id 3174592).
É a síntese.
Pela nova sistemática prevista no art. 995, § único, do NCPC, "a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso."
Ao seu turno, a concessão de efeito ativo ao agravo, atualmente denominado de antecipação da tutela recursal, depende da demonstração dos requisitos da tutela de urgência, consubstanciado em elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme inteligência do art. 300 c/c o art. 1.019, I, do novo diploma processual.
Em juízo de cognição sumária, vislumbro preenchidos os requisitos autorizadores à concessão do efeito suspensivo.
Na origem, o agravado ingressou com ação de obrigação de fazer, para que o plano de saúde agravante autorizasse quatro procedimentos minimamente invasivos: TUSS 31403034 – Denervação percutânea da faceta articular por segmento – 5x; TUSS 40814106 – Discografia – 2x; TUSS 40814092 – Osteoplastia ou discectomia percutânea (vertebroplastia e outras) 2x; e TUSS 20202040 – Monitorização neurofisiológica intraoperatória – 2x.
A decisão que deferiu a tutela de urgência foi assim fundamentada:
"I - Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c pedido de tutela antecipada de urgência, a qual passo a apreciar.
A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida, o que não é o caso dos autos (art. 300, § 3°, CPC).
Devidamente intimada para a juntada do contrato firmado entre as partes, a requerida quedou-se inerte, conforme certidão de ID n. 14046638.
No ID n. 15187198, a parte autora juntou o manual do beneficiário onde estão previstos os procedimentos aqui pleiteados.
A probabilidade do direito encontra guarida na relação jurídica existente entre as partes e na negativa do plano em atender o pedido indicado pelo médico do autor, sob a justificativa de não constarem, procedimentos e materiais, no Rol da Ans (ID n. 12339774, página 4).
Por sua vez, o perigo de dano se evidencia pelos possíveis prejuízos que o autor poderá sofrer, caso fique sem receber o atendimento necessário para manter a saúde, uma vez que o tratamento foi indicado para melhorar o quadro de dor que vem passando ultimamente, o que já dificulta o exercício de suas atividades diárias.
Presentes, pois, os requisitos exigidos pelo art. 300, do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada,

para determinar que a requerida autorize em caráter de urgência o procedimento minimamente invasivo: - TUSS 31403034 Denervação Percutânea da faceta articular por segmento – 5x; - TUSS 40814106 Discografia – 2x; - TUSS 40814092 – Osteoplastia ou discectomia percutânea (vertebroplastia) – 2x; - TUSS 20202040 – Monitorização neurofisiológica intraoperatória – 2x, em hospital credenciado, incluindo as despesas hospitalares, conforme o contrato firmado entre as partes, no prazo de 05 dias, a contar da intimação da presente decisão, sob pena de multa no valor de R$ 5.000,00, em caso de descumprimento, sem prejuízo de outras sanções."

Como visto, a tutela de urgência foi deferida porque os tratamentos indicados estão previstos na cobertura do plano contratado.

Em consulta ao site da Agência Nacional de Saúde – ANS, constatei que os procedimentos solicitados também estão previstos como de cobertura obrigatória pelos planos de saúde (http://www.ans.gov.br/planos-de-saude-e-operadoras/espaco-do-consumidor/1149-verificar-cobertura-de-plano).

Analisando os documentos apresentados no agravo de instrumento e no processo de origem, verifico que a negativa à cobertura não ocorreu em razão da sua não previsão contratual, mas sim, pela documentação apresentada estar incompleta, justificativa médica não satisfatória e cobrança de procedimento em quantidade acima da máxima permitida ou autorizada.

Diante dessas observações, o caso foi submetido à junta médica em julho de 2017, tendo o médico desempatador emitido parecer nos seguintes termos:

"Foi solicitado então o parecer do médico desempatador, Dr. Jean Luc Fobe, CRM/SP 44983, que emitiu resposta concluindo pela não validação dos procedimentos e materiais indicados pelo médico assistente, e refere que a indicação cirúrgica do paciente é mediante o código 30715180 – Hérnia de disco tóraco-lombar, sem uso de OPME." (Id 3111712 – Pág. 10)

Portanto, é possível concluir que a controvérsia existente nos autos é a divergência entre o tratamento indicado pelo médico do autor/agravado e a junta médica do plano.

A Agência Nacional de Saúde editou a Resolução Normativa nº 424, de 26 de junho de 2017, dispondo sobre critérios para a realização de junta médica para dirimir divergência técnico assistencial sobre procedimento ou evento em saúde a ser coberto pelas operadoras de planos.

No artigo 3º da referida resolução, ficou estabelecido que não seria admitida a junta médica nos casos de urgência e emergência.

Considerando que em julho de 2017 o pedido do autor foi submetido a junta, através de parecer de médico desempatador, é de se constatar que a situação não está caracterizada como de urgência e emergência, o que permite a realização do contraditório e da instrução probatória antes de determinar a obrigatoriedade do plano em custear o procedimento prescrito pelo médico em prejuízo ao indicado pelo plano.

Mas não é só. Enquanto o médico do autor/paciente indica quatro procedimentos cirúrgicos com utilização de OPME (órteses, próteses e materiais especiais), o plano de saúde entende que a conduta mais adequada seria a realização de uma cirurgia de hérnia de disco tóraco-lombar, sem o uso de OPME.

Logo, o que se tem no presente momento é uma decisão que concedeu tutela antecipada, atribuindo ao agravante uma obrigação de custear o procedimento indicado pelo médico em detrimento da opção assinalada pelo plano e confirmada como acertada pelo médico desempatador.

Sabe-se que a medida processual provisória de urgência possibilita ao autor da ação a obtenção antecipada dos direitos que seriam alcançados somente com o trânsito em julgado da sentença, a fim de evitar os danos materiais decorrentes da demora do processo. Para tanto, é necessário o preenchimento de alguns requisitos, quais sejam, elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

In casu, muito embora seja evidente o problema de saúde do agravado e que precisa de tratamento cirúrgico, não vislumbro preenchidos todos elementos necessários para que seu pedido seja deferido em tutela de urgência, sendo imperiosa a dilação probatória mais aprofundada, para constatar qual tratamento é de fato o mais indicado ao paciente.

Isso porque não houve negativa de tratamento por parte do plano de saúde. Ao contrário, o caso foi submetido a junta médica a qual concluiu que o tratamento preconizado pelo plano era o mais adequado, e mais, tudo conduz para a conclusão de que se trata de cirurgia eletiva, pois se assim não fosse, sequer para a junta o caso teria sido encaminhado, o que evidencia a ausência de dano de difícil ou improvável reparação

Como se não bastasse, há evidente risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão, dado que o autor se declara hipossuficiente e, portanto, não garante o juízo com o depósito do valor correspondente aos custos da cirurgia prescrita.

Por derradeiro, impossível não registrar ter sido detectado no sistema a existência de outros 38 feitos idênticos ao que originou o presente recurso, distribuídos em várias comarcas do Estado de Rondônia, tendo como advogado dos autores os mesmos que subscrevem o presente (com inscrição na OAB/SP), e tendo como médico o mesmo profissional que subscreve o laudo que fundamenta o pedido de liminar, com descrição de patologia e estado clínico em tudo semelhantes e igualmente coincidente o tratamento, "cirurgia por videolaparoscopia com utilização de órteses, próteses e materiais especiais - OPME." Com efeito:

As aludidas coincidências, no entanto, serão ao seu tempo e modo, objeto de análise para eventuais providências.

Pelo exposto, presentes os pressupostos legais, defiro o efeito suspensivo vindicado para suspender a r. decisão que determinou ao agravante o custeio da cirurgia nos termos preconizados pelo médico do paciente.

Colha-se informações do juiz da causa.

Intime-se o agravado para, querendo, contraminutar o recurso, no prazo legal.

Vista à PGJ para emissão de parecer.

Intime-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.

Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva

Relator

1ª CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento n. 0800143-40.2018.8.22.0000 (PJe-2º Grau)

Origem: 7018519-87.2015.8.22.0001 – Porto Velho/7ª Vara Cível

Agravante: Santo Antônio Energia S.A.

Advogados: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3.861), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4.982), Juliana Savenhago Pereira (OAB/RO 7.681), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2.803) e Luciana Sales Nascimento (OAB/RO 5.082)

Agravados: Elica de Souza Batista, Raimundo da Silva Dantas e outros

Advogados: Antonio de Castro Alves Junior (OAB/RO 2.811) e Jeanne Leite Oliveira (OAB/RO 1.068)

Relator: Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva

Distribuído por sorteio em 25/1/2018

DecisãoSanto Antônio Energia S/A interpôs agravo de instrumento impugnando a decisão saneadora (ID 11158970 – Pje 1º Grau) proferida nos autos da ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos materiais e morais movida por Raimundo da Silva Dantas e outros (n. 7018519-87.2015.8.22.0001), que deferiu a produção de prova pericial mas inverteu o ônus de seu custeio, obrigando a agravante ao pagamento da prova pleiteada pelos agravados.

Em suas razões a agravante assevera que a decisão merece reforma, sob o fundamento de que a inversão do ônus da prova no caso, não é adequada, porquanto afirma não ter pugnado pela realização de perícia judicial, e também por não ter a ação natureza ambiental ou coletiva, mas tão somente patrimonial, motivos pelos quais entende que não lhe cabe arcar com o pagamento dos honorários periciais.

Aduz ainda que a decisão de primeiro grau carece de fundamentação e que contraria a previsão do artigo 93, IX, da Constituição Federal.

Pugna pela concessão de efeito suspensivo e, ao final, pelo provimento do recurso para que seja totalmente reformada a decisão agravada.

É o sucinto relatório.

Examinados, decido.

O pedido se resume a definir se é cabível, ou não, a inversão do ônus da prova nos autos indenizatórios em que contendem as partes.

A decisão agravada determinou a inversão do ônus da prova quando se referiu ao custeio da prova pericial, em razão da aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, e apenas neste ponto, por se tratar de uma ação com partes hipossuficientes financeiramente. Assim, não há, em juízo de delibação, nenhuma impossibilidade técnica ou ônus exacerbado para a agravante ao se exigir que pague pela prova cuja produção pode ajudar a elucidar os fatos do processo.

A decisão agravada determinou a inversão do ônus da prova quando se referiu ao custeio da prova pericial, em razão da aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, e apenas neste ponto, por se tratar de uma ação com partes hipossuficientes financeiramente. Assim, não há, em juízo de delibação, nenhuma impossibilidade técnica ou ônus exacerbado para a agravante ao se exigir que pague pela prova cuja produção pode ajudar a elucidar os fatos do processo.

Ademais, calcada a tese autoral em dano ambiental, é absolutamente possível impor à requerida o ônus de provar que sua atividade não foi a causadora do dano, prestigiando a teoria da precaução (Lei n. 6.938/1981). Inteligência do art. 6º, inc. VIII, da Lei 8.078/1990 c/c art. 21 da Lei 7.347/1985. (Ag REsp 1.223.913 - RO).

Neste exato sentido, decisão monocrática da Min. Assusete Magalhães no REsp 1716164, de decisão deste Tribunal tendo como recorrente também a ora agravante:

Trata-se de Recurso Especial, interposto por SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A, em 04/10/2017, com base na alínea a do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado: "Agravo interno. Manutenção da decisão agravada. Ação indenizatória de dano ambiental. Responsabilidade objetiva. Teoria do risco integral. Inversão do ônus da prova. Possibilidade. Tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, fundada na teoria do risco integral, sendo cabível a inversão do ônus da prova" (fl. 620e). Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nos seguintes termos: "Vislumbra-se nos embargos opostos que, na verdade, busca-se uma mera rediscussão do julgado, por não se concordar com os seus fundamentos, agora, sob a alegação de que esse está eivado de omissão. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados" (fl. 650e). Alega-se, nas razões do Recurso Especial, ofensa ao art. 373, I e II, do CPC/2015, sob os seguintes fundamentos: a) a tese debatida nos autos tem caráter unicamente patrimonial, tendo em vista tratar-se de demanda indenizatória e não relativa a danos ambientais, conforme asseverou o acórdão recorrido, razão pela qual não se justifica a inversão do ônus da prova; b) não estão presentes nos autos nenhum dos elementos que autorizariam a inversão do ônus da prova. Requer "seja este Recurso Especial, ao final, provido com reforma do Acórdão Recorrido em função da violação ao art. 373 do CPC/2015" (fl. 674e). Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 685e). O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 686/687e). Sem razão a parte recorrente. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela parte ora recorrente, em face de decisão proferida nos autos de Ação Indenizatória, que determinou a inversão do ônus probatório. O Tribunal local negou provimento ao Agravo de Instrumento. Daí a interposição do presente Recurso Especial. Acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem: "Quanto à insurgência relativa a redistribuição do ônus da prova, apesar de a agravante mencionar que recentemente decidiu pela não inversão, verifico que os julgados colacionados referem-se ao ano de 2014. Posteriormente, este Tribunal passou a entender ser cabível a inversão do ônus da prova nas ações indenizatórias por dano ambiental, por ser objetiva a responsabilidade pelos danos causados, fundada na teoria do risco integral. Em 05/12/2016, o Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o Recurso Especial n. 1.634.006 RO (2016/0279671-5), referente à indenização por dano moral tendo como parte a Santo Antônio Energia S.A., originário do Estado de Rondônia, manifestou-se no sentido de manter o entendimento firmado por esta Corte quanto à possibilidade de inversão do ônus da prova em casos dessa natureza. Nesse contexto, as teses defendidas pela agravante neste recurso não merecem prosperar, pois a decisão agravada está de acordo com o entendimento firmado em jurisprudência de tribunal superior" (fl. 620e). Tal entendimento não merece reforma. Isso porque esta Corte possui entendimento no sentido de que, "tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, pois fundada na teoria do risco integral. Assim, cabível a inversão do ônus da prova" (STJ, AgRg no AREsp 533.786/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 29/09/2015). Nesse sentido: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA. RIO MADEIRA. PESCADORES. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO DE CONEXÃO E ILEGITIMIDADE ATIVA QUE DEMANDA REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM AÇÃO POR INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO COMPROVADA. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535, II, do CPC. 2. A alegada conexão entre a presente demanda e ação civil pública, bem como a ilegitimidade dos autores, foram refutados pelo eg. Tribunal estadual sob o fundamento de que cada um dos feitos deverá ser analisado em uma situação fática particular e de que a condição de cada um dos autores depende da instrução processual, que deve ser feita nos autos originários após o devido contraditório. No caso, a alteração de tais conclusões depende da análise do conjunto fático-probatório, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ. 3. A inversão do ônus da prova no que se refere ao dano ambiental está de acordo com a jurisprudência desta Corte, que já se manifestou no sentido de que, "tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, pois fundada na teoria do risco integral. Assim, cabível a inversão do ônus da prova" (AgRg no AREsp 533.786/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado em 22/9/2015, DJe de 29/9/2015). 4. Para que haja condenação por litigância de má-fé, é necessária a comprovação do dolo da parte. No caso, a Corte estadual expressamente consignou que tal requisito não foi comprovado, de modo que, para alterar essa conclusão, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório. Incidência da Súmula 7/STJ. 5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 846.996/RO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 19/10/2016). "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. USINA HIDRELÉTRICA. CONSTRUÇÃO. PRODUÇÃO PESQUEIRA. REDUÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO INCONTESTE. NEXO CAUSAL. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO. PRECEDENTES. INOVAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO OCORRÊNCIA. 1. A Lei nº 6.938/1981 adotou a sistemática da

responsabilidade objetiva, que foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, de sorte que é irrelevante, na espécie, a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de reparação do dano causado, que, no caso, é inconteste. 2. O princípio da precaução, aplicável à hipótese, pressupõe a inversão do ônus probatório, transferindo para a concessionária o encargo de provar que sua conduta não ensejou riscos para o meio ambiente e, por consequência, para os pescadores da região. 3. Não há inovação em recurso especial se, ainda que sucintamente, a matéria foi debatida no tribunal de origem. 4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 183.202/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 13/11/2015).
Além disso, a acolhida da pretensão recursal no sentido de não estão presentes os requisitos autorizadores à inversão do ônus da prova, implicaria necessariamente em revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, pelo óbice enunciado na Súmula 7/STJ. Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao Recurso Especial. Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, a do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial. Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais. I. Brasília, 1º de fevereiro de 2018. MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES Relatora (Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, 06/02/2018)
No mais, as questões arguidas no agravo se referem ao mérito do recurso, de modo que com ele será analisado, pelo que indefiro o pedido de efeito suspensivo por não entender, neste momento processual, a existência de nenhum prejuízo às partes com o prosseguimento do feito.
Colha-se informações do juiz da causa.
Intimem-se os agravados para, querendo, apresentar contraminuta.
Diante da existência de interesse de menor, dê-se vista ao Ministério Público em 2º Grau, conforme disposto no art. 178, II, do Código de Processo Civil.
Após ultimadas as providências e certificado o necessário, conclusos para análise do mérito.
Cumpra-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Relator

1ª CÂMARA CÍVEL
Agravo de Instrumento n. 0800352-09.2018.8.22.0000 (PJe-2º Grau)
Origem: 7044997-64.2017.8.22.0001 – Porto Velho/8ª Vara Cível
Agravante: Santo Antônio Energia S/A
Advogados: Luciana Mascarenhas Vasconcellos (OAB/SP 315.618), Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3.250), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2.803), Luciana Sales Nascimento (OAB/RO 5.082) e Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3.861)
Agravados: Antônio Inácio Pereira Mendes, Ana Dalva Braga Mendes, Dailson Braga Mendes e outros
Advogado: Robson Araújo Leite (OAB/RO 5.196)
Relator: Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Distribuído por sorteio em 15/2/2018
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A em face da decisão proferida pelo juízo da 8ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, nos autos do processo n. 7044997-64.2017.8.22.0001, que decretou a inversão do ônus da prova.
Os agravados são moradores da Comunidade Ribeirinha de Brasileira, Ramal Aliança no Baixo Madeira, e movem ação de compensação de dano ambiental, ao fundamento de que a construção da UHE de Santo Antônio foi a responsável pela cheia do Rio Madeira nos meses de fevereiro a maio de 2014.
No despacho inicial, o magistrado de primeiro grau determinou a inversão do ônus da prova, ficando os autores responsáveis apenas em demonstrar a potencialidade lesiva, isto é, a que título residem na área, se exerciam atividade laborativa no local, fonte de renda e modo de subsistência, benfeitorias e bens móveis que guarneciam o local e que foram danificados.
Assim a demandada agrava ao argumento de que não se pode aplicar ao caso o princípio da precaução, impondo a inversão do ônus probatório, já que o processo trata de direito patrimonial individual.
Afirma que o referido princípio somente pode ser aplicado em causas que envolvam a discussão difusa ou coletiva sobre temas relacionados ao meio ambiente de maneira universal, e não como justificativa para encobrir a única intenção processual de satisfazer interesse patrimonial individual.
Destaca que a regra processual acerca do ônus da prova está prevista no art. 373 do CPC, cabendo ao autor demonstrar a veracidade de fato constitutivo de seu direito, enquanto cabe ao réu apresentar fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito do autor.
Pugna por efeito suspensivo e, ao final, provimento do recurso a fim de reformar a decisão recorrida.
É o relato.
Decido.
Pela nova sistemática prevista no art. 995, § único, do NCPC, "a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso."
Ao seu turno, a concessão de efeito ativo ao agravo, atualmente denominado de antecipação da tutela recursal, depende da demonstração dos requisitos da tutela de urgência, consubstanciado em elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme inteligência do art. 300 c/c o art. 1.019, I, do novo diploma processual.
Em juízo de cognição sumária, vislumbro que não estão preenchidos os requisitos autorizadores à concessão do efeito vindicado.
O pedido se resume a definir se é cabível, ou não, a inversão do ônus da prova nos autos indenizatórios em que contendem as partes.
Muito embora a regra e distribuição do ônus probatória seja de instrução, na esteira da atual posição do c. STJ de que 'a inversão 'ope judicis' do ônus probatório deve ocorrer preferencialmente na fase de saneamento do processo ou, pelo menos, assegurando-se à parte a quem não incumbia inicialmente o encargo, a reabertura de oportunidade para apresentação de provas (EREsp 422.778/SP), e positivada no art. 373, §1º, do NCPC, o qual permite ao o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso – da distribuição estática –, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído, não vejo presente o periculum in mora.
Ademais, calcada a tese autoral em dano ambiental, é absolutamente possível impor à requerida o ônus de provar que sua atividade não foi a causadora do dano, prestigiando a teoria da precaução (Lei n. 6.938/1981). Inteligência do art. 6º, inc. VIII, da Lei 8.078/1990 c/c art. 21 da Lei 7.347/1985. (Ag REsp 1.223.913 - RO).
Neste exato sentido, decisão monocrática da Min. Assusete Magalhães no REsp 1716164, de decisão deste Tribunal tendo como recorrente também a ora agravante:
Trata-se de Recurso Especial, interposto por SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A, em 04/10/2017, com base na alínea a do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado

de Rondônia, assim ementado: "Agravo interno. Manutenção da decisão agravada. Ação indenizatória de dano ambiental. Responsabilidade objetiva. Teoria do risco integral. Inversão do ônus da prova. Possibilidade. Tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, fundada na teoria do risco integral, sendo cabível a inversão do ônus da prova" (fl. 620e). Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nos seguintes termos: "Vislumbra-se nos embargos opostos que, na verdade, busca-se uma mera rediscussão do julgado, por não se concordar com os seus fundamentos, agora, sob a alegação de que esse está eivado de omissão. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados" (fl. 650e). Alega-se, nas razões do Recurso Especial, ofensa ao art. 373, I e II, do CPC/2015, sob os seguintes fundamentos: a) a tese debatida nos autos tem caráter unicamente patrimonial, tendo em vista tratar-se de demanda indenizatória e não relativa a danos ambientais, conforme asseverou o acórdão recorrido, razão pela qual não se justifica a inversão do ônus da prova; b) não estão presentes nos autos nenhum dos elementos que autorizariam a inversão do ônus da prova. Requer "seja este Recurso Especial, ao final, provido com reforma do Acórdão Recorrido em função da violação ao art. 373 do CPC/2015" (fl. 674e). Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 685e). O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 686/687e). Sem razão a parte recorrente. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela parte ora recorrente, em face de decisão proferida nos autos de Ação Indenizatória, que determinou a inversão do ônus probatório. O Tribunal local negou provimento ao Agravo de Instrumento. Daí a interposição do presente Recurso Especial. Acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem: "Quanto à insurgência relativa a redistribuição do ônus da prova, apesar de a agravante mencionar que recentemente decidiu pela não inversão, verifico que os julgados colacionados referem-se ao ano de 2014. Posteriormente, este Tribunal passou a entender ser cabível a inversão do ônus da prova nas ações indenizatórias por dano ambiental, por ser objetiva a responsabilidade pelos danos causados, fundada na teoria do risco integral. Em 05/12/2016, o Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o Recurso Especial n. 1.634.006 RO (2016/0279671-5), referente à indenização por dano moral tendo como parte a Santo Antônio Energia S.A., originário do Estado de Rondônia, manifestou-se no sentido de manter o entendimento firmado por esta Corte quanto à possibilidade de inversão do ônus da prova em casos dessa natureza. Nesse contexto, as teses defendidas pela agravante neste recurso não merecem prosperar, pois a decisão agravada está de acordo com o entendimento firmado em jurisprudência de tribunal superior" (fl. 620e). Tal entendimento não merece reforma. Isso porque esta Corte possui entendimento no sentido de que, "tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, pois fundada na teoria do risco integral. Assim, cabível a inversão do ônus da prova" (STJ, AgRg no AREsp 533.786/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 29/09/2015). Nesse sentido: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA. RIO MADEIRA. PESCADORES. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO DE CONEXÃO E ILEGITIMIDADE ATIVA QUE DEMANDA REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM AÇÃO POR INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO COMPROVADA. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535, II, do CPC. 2. A alegada conexão entre a presente demanda e ação civil pública, bem como a ilegitimidade dos autores, foram refutados pelo eg. Tribunal estadual sob o fundamento de que cada um dos feitos deverá ser analisado em uma situação fática particular e de que a condição de cada um dos autores depende da instrução processual, que deve ser feita nos autos originários após o devido contraditório. No caso, a alteração de tais conclusões depende da análise do conjunto fático-probatório, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ. 3. A inversão do ônus da prova no que se refere ao dano ambiental está de acordo com a jurisprudência desta Corte, que já se manifestou no sentido de que, "tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, pois fundada na teoria do risco integral. Assim, cabível a inversão do ônus da prova" (AgRg no AREsp 533.786/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado em 22/9/2015, DJe de 29/9/2015). 4. Para que haja condenação por litigância de má-fé, é necessária a comprovação do dolo da parte. No caso, a Corte estadual expressamente consignou que tal requisito não foi comprovado, de modo que, para alterar essa conclusão, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório. Incidência da Súmula 7/STJ. 5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 846.996/RO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 19/10/2016). "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. USINA HIDRELÉTRICA. CONSTRUÇÃO. PRODUÇÃO PESQUEIRA. REDUÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO INCONTESTE. NEXO CAUSAL. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO. PRECEDENTES. INOVAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO OCORRÊNCIA. 1. A Lei nº 6.938/1981 adotou a sistemática da responsabilidade objetiva, que foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, de sorte que é irrelevante, na espécie, a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de reparação do dano causado, que, no caso, é inconteste. 2. O princípio da precaução, aplicável à hipótese, pressupõe a inversão do ônus probatório, transferindo para a concessionária o encargo de provar que sua conduta não ensejou riscos para o meio ambiente e, por consequência, para os pescadores da região. 3. Não há inovação em recurso especial se, ainda que sucintamente, a matéria foi debatida no tribunal de origem. 4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 183.202/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 13/11/2015). Além disso, a acolhida da pretensão recursal no sentido de não estão presentes os requisitos autorizadores à inversão do ônus da prova, implicaria necessariamente em revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, pelo óbice enunciado na Súmula 7/STJ.. Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao Recurso Especial. Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, a do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial. Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais. I. Brasília, 1º de fevereiro de 2018. MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES Relatora (Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, 06/02/2018)

No mais, as questões arguidas no agravo se referem ao mérito do recurso, de modo que com ele será analisado, pelo que indefiro o pedido de efeito suspensivo por não entender, neste momento processual, a existência de nenhum prejuízo às partes com o prosseguimento do feito.

Colha-se informações do juízo de origem.

Intime-se os agravados para, querendo, contra-arrazoarem o recurso.

Diante da existência de interesse de menor, dê-se vista ao Ministério Público em 2º Grau, conforme disposto no art. 178, II, do Código de Processo Civil.
Após ultimadas as providências e certificado o necessário, conclusos para análise do mérito.
Intime-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Agravo de Instrumento n. 0800320-04.2018.8.22.0000 (PJE)
Origem: 7007874-32.2017.8.22.0001 – Porto Velho/1ª Vara Cível
Agravante: Santo Antônio Energia S/A
Advogados: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3.861), Luciana Sales Nascimento (OAB/RO 5.082), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2.803), Rafaela Pithon Ribeiro (OAB/BA 21.026), Juliana Savenhago Pereira (OAB/RO 7.681) e outros
Agravados: Ilna Ereira Dantas Reis, Domingos Ribeiro Pessoa, Ulisses Lyncon de Araújo Reis e outros
Advogados: Debora Pantoja Bastos (OAB/RO 7.217), Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2.479), Denise Gonçalves da Cruz Rocha (OAB/RO 1.996) e Jonatas Rocha Sousa (OAB/RO 7.818)
Relator: Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Distribuído por sorteio em 14/2/2018
DecisãoSanto Antônio Energia S/A interpôs agravo de instrumento impugnando a decisão saneadora (ID 13250264 – Pje 1º Grau) proferida nos autos da ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos materiais e morais movida por Ilna Ereira Dantas Reis e outros (n. 7007874-32.2017.8.22.0001), que deferiu a produção de prova pericial mas inverteu o ônus de seu custeio, obrigando a agravante ao pagamento da prova pleiteada pelos agravados.
Em suas razões a agravante assevera que a decisão merece reforma, sob o fundamento de que a inversão do ônus da prova no caso, não é adequada, porquanto afirma não ter pugnado pela realização de perícia judicial, e também por não ter a ação natureza ambiental ou coletiva, mas tão somente patrimonial, motivos pelos quais entende que não lhe cabe arcar com o pagamento dos honorários periciais.
Aduz ainda que a decisão de primeiro grau carece de fundamentação e que contraria a previsão do artigo 93, IX, da Constituição Federal.
Pugna pela concessão de efeito suspensivo e, ao final, pelo provimento do recurso para que seja totalmente reformada a decisão agravada.
É o sucinto relatório.
Examinados, decido.
O pedido se resume a definir se é cabível, ou não, a inversão do ônus da prova nos autos indenizatórios em que contendem as partes.
A decisão agravada determinou a inversão do ônus da prova quando se referiu ao custeio da prova pericial, em razão da aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, e apenas neste ponto, por se tratar de uma ação com partes hipossuficientes financeiramente. Assim, não há, em juízo de delibação, nenhuma impossibilidade técnica ou ônus exacerbado para a agravante ao se exigir que pague pela prova cuja produção pode ajudar a elucidar os fatos do processo.
Ademais, calcada a tese autoral em dano ambiental, é absolutamente possível impor à requerida o ônus de provar que sua atividade não foi a causadora do dano, prestigiando a teoria da precaução (Lei n. 6.938/1981). Inteligência do art. 6º, inc. VIII, da Lei 8.078/1990 c/c art. 21 da Lei 7.347/1985. (Ag REsp 1.223.913 - RO).
Neste exato sentido, decisão monocrática da Min. Assusete Magalhães no REsp 1716164, de decisão deste Tribunal tendo como recorrente também a ora agravante:

Trata-se de Recurso Especial, interposto por SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A, em 04/10/2017, com base na alínea a do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado: "Agravo interno. Manutenção da decisão agravada. Ação indenizatória de dano ambiental. Responsabilidade objetiva. Teoria do risco integral. Inversão do ônus da prova. Possibilidade. Tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, fundada na teoria do risco integral, sendo cabível a inversão do ônus da prova" (fl. 620e). Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nos seguintes termos: "Vislumbra-se nos embargos opostos que, na verdade, busca-se uma mera rediscussão do julgado, por não se concordar com os seus fundamentos, agora, sob a alegação de que esse está eivado de omissão. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados" (fl. 650e). Alega-se, nas razões do Recurso Especial, ofensa ao art. 373, I e II, do CPC/2015, sob os seguintes fundamentos: a) a tese debatida nos autos tem caráter unicamente patrimonial, tendo em vista tratar-se de demanda indenizatória e não relativa a danos ambientais, conforme asseverou o acórdão recorrido, razão pela qual não se justifica a inversão do ônus da prova; b) não estão presentes nos autos nenhum dos elementos que autorizariam a inversão do ônus da prova. Requer "seja este Recurso Especial, ao final, provido com reforma do Acórdão Recorrido em função da violação ao art. 373 do CPC/2015" (fl. 674e). Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 685e). O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 686/687e). Sem razão a parte recorrente. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela parte ora recorrente, em face de decisão proferida nos autos de Ação Indenizatória, que determinou a inversão do ônus probatório. O Tribunal local negou provimento ao Agravo de Instrumento. Daí a interposição do presente Recurso Especial. Acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem: "Quanto à insurgência relativa a redistribuição do ônus da prova, apesar de a agravante mencionar que recentemente decidiu pela não inversão, verifico que os julgados colacionados referem-se ao ano de 2014. Posteriormente, este Tribunal passou a entender ser cabível a inversão do ônus da prova nas ações indenizatórias por dano ambiental, por ser objetiva a responsabilidade pelos danos causados, fundada na teoria do risco integral. Em 05/12/2016, o Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o Recurso Especial n. 1.634.006 RO (2016/0279671-5), referente à indenização por dano moral tendo como parte a Santo Antônio Energia S.A., originário do Estado de Rondônia, manifestou-se no sentido de manter o entendimento firmado por esta Corte quanto à possibilidade de inversão do ônus da prova em casos dessa natureza. Nesse contexto, as teses defendidas pela agravante neste recurso não merecem prosperar, pois a decisão agravada está de acordo com o entendimento firmado em jurisprudência de tribunal superior" (fl. 620e). Tal entendimento não merece reforma. Isso porque esta Corte possui entendimento no sentido de que, "tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, pois fundada na teoria do risco integral. Assim, cabível a inversão do ônus da prova" (STJ, AgRg no AREsp 533.786/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 29/09/2015). Nesse sentido: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA. RIO MADEIRA. PESCADORES. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO DE CONEXÃO E ILEGITIMIDADE ATIVA QUE DEMANDA REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM AÇÃO POR INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO COMPROVADA. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação,

manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535, II, do CPC. 2. A alegada conexão entre a presente demanda e ação civil pública, bem como a ilegitimidade dos autores, foram refutados pelo eg. Tribunal estadual sob o fundamento de que cada um dos feitos deverá ser analisado em uma situação fática particular e de que a condição de cada um dos autores depende da instrução processual, que deve ser feita nos autos originários após o devido contraditório. No caso, a alteração de tais conclusões depende da análise do conjunto fático-probatório, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ. 3. A inversão do ônus da prova no que se refere ao dano ambiental está de acordo com a jurisprudência desta Corte, que já se manifestou no sentido de que, "tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, pois fundada na teoria do risco integral. Assim, cabível a inversão do ônus da prova" (AgRg no AREsp 533.786/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado em 22/9/2015, DJe de 29/9/2015). 4. Para que haja condenação por litigância de má-fé, é necessária a comprovação do dolo da parte. No caso, a Corte estadual expressamente consignou que tal requisito não foi comprovado, de modo que, para alterar essa conclusão, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório. Incidência da Súmula 7/STJ. 5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 846.996/RO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 19/10/2016). "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. USINA HIDRELÉTRICA. CONSTRUÇÃO. PRODUÇÃO PESQUEIRA. REDUÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO INCONTESTE. NEXO CAUSAL. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO. PRECEDENTES. INOVAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO OCORRÊNCIA. 1. A Lei nº 6.938/1981 adotou a sistemática da responsabilidade objetiva, que foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, de sorte que é irrelevante, na espécie, a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de reparação do dano causado, que, no caso, é inconteste. 2. O princípio da precaução, aplicável à hipótese, pressupõe a inversão do ônus probatório, transferindo para a concessionária o encargo de provar que sua conduta não ensejou riscos para o meio ambiente e, por consequência, para os pescadores da região. 3. Não há inovação em recurso especial se, ainda que sucintamente, a matéria foi debatida no tribunal de origem. 4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 183.202/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 13/11/2015). Além disso, a acolhida da pretensão recursal no sentido de não estão presentes os requisitos autorizadores à inversão do ônus da prova, implicaria necessariamente em revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, pelo óbice enunciado na Súmula 7/STJ. Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao Recurso Especial. Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, a do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial. Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais. I. Brasília, 1º de fevereiro de 2018. MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES Relatora (Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, 06/02/2018)

No mais, as questões arguidas no agravo se referem ao mérito do recurso, de modo que com ele será analisado, pelo que indefiro o pedido de efeito suspensivo por não entender, neste momento processual, a existência de nenhum prejuízo às partes com o prosseguimento do feito.

Colha-se informações do juiz da causa.

Intimem-se os agravados para, querendo, apresentar contraminuta.

Diante da existência de interesse de menor, dê-se vista ao Ministério Público em 2º Grau, conforme disposto no art. 178, II, do Código de Processo Civil.

Após ultimadas as providências e certificado o necessário, conclusos para análise do mérito.

Cumpra-se.

Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.

Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva

Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Raduan Miguel
Apelação n. 7007651-95.2016.8.22.0007 (PJE)
Origem:7007651-95.2016.8.22.0007 – Cacoal/ 1ª Vara Cível
Apelante: Claro S.A.
Advogados: Rafael Gonçalves Rocha (OAB/RS 41.486 e OAB/PA 16.538-A), Ana Paula Arantes de Freitas (OAB/DF 13.166), Gabriel de Freitas Melro Magadan (OAB/RS 44.046), Manoela Oliveira de Moraes (OAB/RS 66.631), Paula Maltz Nahon (OAB/RS 51.657), Fabrício Gomes Cristino (OAB/PA 19.809) e outros
Apelado: Jonas Madeira
Advogados: Luciana Dall'Agnol (OAB/RO 5.495) e Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4.145)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Distribuído por sorteio em 6/7/2017
Decisão
Vistos.

Nas petições de fls. 177/178, as partes requerem a expedição de alvará e posterior arquivamento do feito.

Assim, homologo a desistência do prazo recursal e determino a remessa dos autos à origem para as diligências eventualmente necessárias.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.

Desembargador Raduan Miguel Filho

Relator

## 2ª CÂMARA CÍVEL

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Processo: 0800340-92.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem : 7049876-17.2017.8.22.0001 Porto Velho / 4ª Vara Cível
Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12450)
Agravada: Fabrícia Queli Batista Trindade
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Impedido : Des. Kiyochi Mori
Redistribuído por Sorteio em 15/02/2018
Decisão
Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por Banco Bradesco Financiamentos SA contra decisão proferida nos autos da ação de busca e apreensão movida em face de Fabrícia Queli Batista Trindade.

A decisão agravada foi proferida nos seguintes termos (ID n. 2815158, pp. 12/15):

[…] Vistos,
Diante da argumentação apresentada pelo autor e a documentação colacionada, vislumbro os requisitos legais previstos no art. 3º do Dec. lei 911/69. Assim, determino liminarmente a busca, apreensão e vistoria do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, depositando-se o bem em mãos do representante legal do autor, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até a consolidação da posse. Executada a liminar, cite-se a requerida para, em 05 dias, comprovar o pagamento integral da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§ § 1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04). Comprovado o pagamento, o requerente deverá restituir o veículo ao requerido, comprovando nos autos. No prazo de 15 dias a contar da citação o devedor fiduciante poderá apresentar contestação. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida (art. 240, § 2º, NCPC), sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de pressuposto processual de existência. Defiro os benefícios contidos no § 2º do art. 212, do Novo Código de Processo Civil. Intime-se. […] - destaquei
O banco agravante afirma, em resumo, que a decisão está em desacordo com o Decreto-Lei n. 911/69, alterado pelas Leis n. 10.931/2004 e 13.043/2014 ao determinar que o veículo não deverá ser retirado da comarca até a consolidação da posse.
Nas razões do agravo, o banco discorre acerca da inexistência de previsão legal para proibição de retirada do veículo, adensa sua argumentação e colaciona julgados que entende pertinentes ao caso.
Ao final, pede a atribuição do efeito suspensivo ao agravo e a reforma da decisão recorrida.
É o relatório.
Decido.
Pois bem, o cerne da questão é estabelecer se é possível à parte retirar o veículo da comarca.
Necessário analisar as disposições legais atinentes ao tema. Assim, veja-se o disposto no art. 3º e § 1º, do Decreto-lei 911/69, com a redação dada pela lei n. 10.931/2004:
Art 3º O Proprietário Fiduciário ou credor, poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, desde que comprovada a mora ou o inadimplemento do devedor.
§ 1º Cinco dias após executada a liminar mencionada no caput, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.
§ 2º No prazo do § 1º, o devedor fiduciante poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus.
Com efeito, não há na lei proibição da remoção do bem, visto que isso limitaria o legalmente admitido exercício de posse do credor, além de frustrar a natureza da busca e apreensão que, em sua essência, é de remoção do bem.
O devedor, por sua vez, não fica impedido de se opor à consolidação da propriedade em proveito do credor fiduciário tendo em vista a possibilidade de, em até cinco dias, pagar o total da dívida e retomar o bem.
Neste sentido, julgamento de recurso repetitivo:
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI N. 911/1969. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N. 10.931/2004. PURGAÇÃO DA MORA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA NO PRAZO DE 5 DIAS APÓS A EXECUÇÃO DA LIMINAR.
1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: "Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária".
2. Recurso especial provido.
(REsp 1418593/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2014, DJe 27/05/2014)
Na espécie, a própria liminar consignou que estavam presentes os requisitos do art. 3º do Decreto-lei n. 911/69. Logo, preenchidos os requisitos legais, não há motivos para a vedação a qualquer ato sobre o veículo.
Inclusive, neste sentido já me manifestei previamente quando do julgamento dos Agravos de Instrumento n. 0801270-81.2016.8.22.0000, n. 0802790-76.2016.8.22.0000, n. 0803795-36.2016.8.22.0000 e n. 0803134-23.2017.8.22.0000, 0803284-04.2017.8.22.0000, de minha relatoria.
Pelo exposto, nos termos do art. 932 do CPC, dou provimento ao recurso para reformar a decisão agravada no sentido de excluir a ressalva de que a parte não poderá retirar o veículo da comarca.
Feitas as anotações necessárias, transitado em julgado, arquive-se.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 19 de fevereiro de 2018.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 7020426-97.2015.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7020426-97.2015.8.22.0001 Porto Velho / 1ª Vara Cível
Embargante: Carlos Roberto Oliveira
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Embargada: Claro S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Advogado: Rafael Gonçalves Rocha (OAB/RS 41486)
Advogada: Patricia Marino Silva (OAB/MG 124219)
Advogada: Ana Paula Arantes de Freitas (OAB/DF 13166)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Interpostos em 28/12/2017
Despacho
Vistos,
Considerando os embargos de declaração interpostos por Carlos Roberto Oliveira, intime-se a embargada para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias.
Após, conclusos para decisão.
P. I. C.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 7009403-57.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7009403-57.2015.8.22.0001 Porto Velho / 5ª Vara Cível
Apelante: Banco Daycoval S/A
Advogado: Paulo Bardella Caparelli (OAB/SP 216411)

Advogado: Denis Audi Espinela (OAB/SP 198153)
Advogada: Maria Fernanda Barreira de Faria Fornos (OAB/SP 198088)
Advogado: Adriano Geoffrey de Gois Araújo (OAB/CE 14714)
Apelado: Paulo Ferreira Calixto
Advogado: Vinicius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655-A)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 13/09/2017
Despacho
Vistos,
Banco Daycoval S/A apela da sentença prolatada pelo juízo da 5ª Vara Cível da comarca de Porto Velho, nos autos da ação de repetição de indébito, que move em desfavor do Paulo Ferreira Calixto.
Diante da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Resp. 1578526/SP, Resp. 1578553/SP, Resp. 1578490/SP, afetos ao julgamento no âmbito dos recursos repetitivos, TEMA N. 958, suspendo o presente feito até o trânsito em julgado do acórdão que venha a ser prolatado pela Corte Superior.
O 2º Departamento Judiciário Cível deverá providenciar as anotações necessárias para o sobrestamento do feito, devendo este aguardar o período de suspensão no próprio departamento.
Com o trânsito em julgado, tornem os autos conclusos.
Cumpra-se.
P. I.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete da Vice-Presidência
Despacho DO VICE-PRESIDENTE
Processo: 7000701-67.2016.8.22.0008 Apelação (PJE)
Origem : 7000701-67.2016.8.22.0008 Espigão do Oeste / 2ª Vara Genérica
Apelante: Instituto Nacional de Seguridade Social INSS
Procurador: Procuradoria Federal em Rondônia
Apelada: Natalia Krauz
Advogado: Joaquim José da Silva Filho (OAB/SP 139081)
Advogado: Jefferson Willian Dalla Costa (OAB/RO 6074)
Relator: Des. Alexandre Miguel
Distribuído por Sorteio em 22/01/2018
Decisão
Vistos.
Conforme Termo de Triagem e Análise (ID n. 3101549) a matéria constante nos autos não se enquadra às competências estabelecidas no Regimento Interno para os órgãos jurisdicionais deste Tribunal.
Examinados. Decido.
Analisando os autos, verifica-se tratar de recurso de apelação interposto pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, contra a decisão que julgou procedente o pedido de implementação do benefício da aposentadoria por idade retroativamente, matéria que se encontra afeta à competência da Justiça Federal
Assim, tendo em vista que este recurso foi interposto no Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe e não existe possibilidade de remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região por meio do sistema, determino ao 1º Departamento Judiciário Cível que proceda o necessário para o envio àquela Corte.
Após, proceda-se a baixa no Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 29 de janeiro de 2018.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Vice-Presidente do TJRO

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 0009568-11.2015.8.22.0007 Apelação (PJE)
Origem: 0009568-11.2015.8.22.0007 Cacoal / 2ª Vara Cível
Apelante: União Metropolitana de Ensino Paranaense Ltda
Advogado: Edson Márcio Araújo (OAB/RO 7416)
Advogado: André Luis Gonçalves (OAB/RO 1991)
Advogado: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63440)
Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG 109730)
Apelada: Diva Olsen
Advogado: Tony Pablo de Castro Chaves (OAB/RO 2147)
Advogada: Deborah May (OAB/RO 4372)
Advogada: Thalita Canola Fabrício (OAB/RO 6939)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 08/06/2017
Decisão
Vistos,
União Metropolitana de Ensino Paranaense Ltda. apela (fls. 27/34) da sentença (fls. 21/24) prolatada pelo juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Cacoal nos autos da ação de obrigação de fazer c/c ação de declaração de inexistência de débito c/c indenização por danos morais movida pela apelada Diva Olsen.
A sentença (fls. 133/136) julgou procedente os pedidos iniciais.
A decisão de fls. 163/164 determinou que a apelante complementasse o preparo que recolheu a menor do que o devido nos termos do art. 12, II da Lei 3.896/2016, sob pena de deserção.
É o relatório. Decido.
Na análise dos requisitos para conhecimento do recurso, verifiquei que o preparo foi recolhido a menor. Instado a complementá-lo a apelante respondeu ao chamado tardiamente, e por isso o não recebimento do recurso é medida que se impõe.
Em consulta ao sistema PJE, o despacho foi proferido em 14/09/2017, o apelante intimado em 04/10/2017 e o prazo para sua manifestação era até 11/10/2017, contudo o complemento só veio aos autos em 16/10/2017, portanto intempestiva a complementação.
O preparo é requisito de admissibilidade do recurso de apelação, deve ser interposto conjuntamente ao recurso e, no caso, deve ser recolhido sobre o valor total da condenação, constatado o recolhimento a menor, foi oportunizada a complementação, contudo o recolhimento tardio leva ao não recebimento do recurso.
STJ. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DAS GUIAS DE PREPARO NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 511 DO CPC. DESERÇÃO.
1. A comprovação do preparo deve ser feita no ato de interposição do recurso, conforme determina o art. 511 do Código de Processo Civil - CPC, sob pena de preclusão, não se afigurando possível a comprovação posterior, ainda que o pagamento das custas tenha ocorrido dentro do prazo recursal.
2. Recurso especial provido." (STJ - REsp 655.418/PR - Segunda Turma - Rel. Min. Castro Meira - DJ 30.05.05 p. 308)
TJRO. Agravo Interno. Apelação deserta. Recolhimento ao final do preparo recursal. Impossibilidade. A Lei n. 301/90 confere a possibilidade de se efetuar ao final somente o pagamento das custas iniciais, conforme dispõe o § 5º de seu artigo 6º, devendo o preparo ser recolhido no ato de interposição do recurso, consoante prevê o artigo 511 do Código de Processo Civil, sob pena de deserção. (TJRO. 0000725-71.2012.8.22.0004 Agravo em Apelação. Rel Des. Desembargador Kiyochi Mori. J. 10 de julho de 2013)
Saliento que a parte foi intimada a complementar o preparo e esta se manifestou tardiamente, e por isso a deserção é medida que se impõe.
Assim, nos termos do art. 932 do Código de Processo Civil, declaro deserto o recurso e, consequentemente, não o conheço.
Após o trânsito em julgado, à origem.
P.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Processo: Apelação n. 7016048-98.2015.8.22.0001 (PJE)
Origem: 7016048-98.2015.8.22.0001 Porto Velho / 5ª Vara Cível
Apelante: Thales Comércio de Veículos Novos e Usados - ME
Advogado: Bento Maciel de Morais Navarro Filho (OAB/RO 4251)
Apelado: Flaviano Salgado Rocha
Advogado: Tiago Henrique Muniz Rocha (OAB/RO 7201)
Advogado: Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Advogado: Odair Martini (OAB/RO 30-B)
Advogado: Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
Advogado: Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Redistribuído por Prevenção em 29/08/2017
DespachoVistos.
Ainda que o apelado tenha peticionado informando que renuncia ao prazo recursal, dever ser aguardado o respectivo decurso para a parte apelante.
Após a devida certificação, os autos deverão ser remetidos à origem para ulteriores deliberações.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 20 de fevereiro de 2018.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Alexandre Miguel
Processo Nº: 7003543-29.2016.8.22.0005 Apelação (PJE)
Origem: 7003543-29.2016.8.22.0005 Ji-Paraná / 2ª Vara Cível
Apelante: Banco Volkswagen S/A
Advogada: Silvia Helena Soares Brito (OAB/SP 270703)
Advogado: Luiz Henrique Reis Da Silva (OAB/MT 19466)
Advogada: Gabriela De Lima Torres (OAB/RO 5714)
Advogado: Renan Nadaf Gusmao (OAB/MT 16284)
Advogado: Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258)
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Advogado: Daniel Penha De Oliveira (OAB/RO 3434)
Apelada: Gisele Cristina Ferreira Dias
Relator: DES. ALEXANDRE MIGUEL
Distribuído por Sorteio em 30/01/2018
DECISÃOVisto.
Conforme o Termo de Triagem e Análise (ID n. 3102055) existe, com relação a origem de n. 7003543-29.2016.8.22.0005 (ação de busca e apreensão), a interposição de agravo de instrumento distribuído à relatoria do Desembargador Alexandre Miguel, no sistema PJE 2º Grau.
Examinados. Decido.
Realizada a análise dos autos e registros dos Sistemas Jurídicos deste Tribunal, verifica-se que, em relação ao processo originário, efetivamente houve a interposição do referido Agravo de Instrumento, distribuído sob o n. 0802204-39.2016.8.22.0000, em 19/07/2016, para 2ª Câmara Cível, que por decisão unânime, deu parcial provimento ao recurso nos termos do voto do Relator Desembargador Alexandre Miguel, em 17 de agosto de 2016.
Assim, evidenciada a prevenção, determino a redistribuição do presente recurso à relatoria do Desembargador Alexandre Miguel, no âmbito das 2ª Câmara Cível, nos termos do art. 142 do RITJ/RO.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 29 de janeiro de 2018.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Vice-Presidente do TJ/RO

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo Nº: 0800323-56.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7000660-63.2017.8.22.0009 Pimenta Bueno / 2ª Vara Cível
Agravantes: Alcides Medeiros Scheer e outra
Advogado: Lenildo Nunes Pereira (OAB/RO 3538)
Agravados: Elias da Silva e outros
Advogada: Andreia Caroline da Silva de Oliveira (OAB/RO 7553)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 14/02/2018
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Alcides Medeiros Scheer e sua esposa Maria Helena Porto Cardozo Scheer contra decisão proferida nos autos da ação de reintegração de posse por eles ajuizada (Processo n. 7000660-63.2017.8.22.0009), após o trânsito em julgado da sentença, nos seguintes termos:
"Elis da Silva, Valrecine Faria dos Santos, Suelma Alvarenga Pinto, Reginaldo Rezende, Gilson Rezende, Gilberto Selhorst, Ederson Voitena e Donizeti Gregório apresentaram petição nestes autos denominada ação declaratória de nulidade.
Argumentam os interessados que nesta ação de reintegração de posse não foram devidamente citados e, diante disso, pugnam pela declaração de nulidade dos atos posteriores à citação, inclusive, a sentença proferida em ID 13789093 p. 3.
Afirmam que os autores, por má-fé ou desconhecimento, arrolaram pessoas no polo passivo da ação que não ocupam a área objeto da reintegração.
Pois bem.
De fato, para se opor a decisão judicial que contenha vício insanável, como é o caso alegado pelos interessados, deve-se fazer uso da denominada ação declaratória de nulidade "querela nulitatis insanabilis", visando a anulação dos atos posteriores à citação e a própria decisão judicial.
A ação de nulidade não é um recurso propriamente dito, também não se confunde com a ação rescisória e, apesar de não ter previsibilidade expressa no ordenamento jurídico, sua utilização é recorrente, representando instrumento jurídico adequado para impugnar vícios insanáveis em processos.
Ocorre que, ao contrário do modus como foi apresentada a petição dos interessados, a ação declaratória de nulidade deve ser ajuizada em procedimento autônomo - uma nova ação - e deve ser distribuída por dependência ao Juízo prolator da sentença que se quer combater.
Nesse sentido:
"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. QUERELA NULLITATIS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO QUE PROFERIU A DECISÃO SUPOSTAMENTE VICIADA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. Tem competência para processar e julgar a querela nullitatis o juízo que proferiu a decisão supostamente viciada. 2. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo da 1ª Vara de Acidentes do Trabalho de Santos – SP, o suscitado." (CC 114.593/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Terceira Seção, julgado em 22.06.2011, DJe 01.08.2011, STJ).
Ademais, o Superior Tribunal de Justiça também já assentou a tese da possibilidade de ajuizamento desta específica ação em relação as ações de reintegração de posse, na ausência de efetiva integração do contraditório pela falta de citação, senão vejamos:
"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. QUERELA NULLITATIS. AVENTADA AUSÊNCIA DE EFETIVA CITAÇÃO DOS AUTORES. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC CONFIGURADA. A ação de querela nullitatis é remédio vocacionado ao combate de sentença contaminada pelos vícios mais graves dos erros de atividade (errores in procedendo), nominados de vícios transrescisórios, que tornam a sentença inexistente, não se sanando com o transcurso do tempo. (...) O enfrentamento da questão ventilada nos embargos de declaração é absolutamente

insuperável e não pode ser engendrado pela primeira vez nesta Corte, principalmente pelo óbice da Súmula 7 do STJ. 5. Recurso especial provido." (REsp 1201666/TO, Rel. Ministro Luís Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 10.06.2014, DJe 04.08.2014, STJ). (BRASIL, 2016f, p. 1-2).

No caso em apreço, a manifestação dos interessados deve ser rejeitada de plano, porque apresentada dentro do processo de reintegração de posse, no qual já houve trânsito em julgado da sentença.

Apesar desse fato, o artigo 506, do Código de Processo Civil esclarece que a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.

Do mesmo modo, o artigo 115, do Codex, assevera que a sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz, nos casos em que a decisão pode não ser uniforme a todos, apenas para os que não foram citados.

E, diante dessas considerações, conclui-se que o mandado de reintegração de posse não pode atingir terceiros que não fizeram parte do processo de reintegração, já que para estes a sentença é ineficaz.

Ressalto o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL E DIREITOS REAIS. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA AJUIZADA EM FACE DE APENAS UM DOS CÔNJUGES. INEFICÁCIA, EM REGRA, DA SENTENÇA, NO QUE TANGE AO CÔNJUGE QUE NÃO FOI CITADO. INVASÃO DE ÁREA. CITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE TODOS OS INVASORES. DESNECESSIDADE, EM VIRTUDE DA PRECARIEDADE DA SITUAÇÃO. IMISSÃO DO CÔNJUGE NA POSSE DE BEM PÚBLICO, QUE DETINHA IRREGULARMENTE. DESCABIMENTO.1. A jurisprudência do STJ e STF reconhece a adequação do manejo, pelo cônjuge que não foi citado, de querela nullitatis insanabilis para discussão acerca de vício, relativo à ausência de sua citação em ação reivindicatória, cuja sentença transitou em julgado, bem como que esse decisum não tem efeito, no que tange àquele litisconsorte necessário que não integrou a relação processual. (...) (REsp 977.662/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2012, DJe 01/06/2012, STJ).

Portanto, embora escorreita a denominada ação declaratória de nulidade para combater o vício que se alega, o seu modo de interposição não foi adequado em razão de os interessados terem se manifestado no próprio processo em que se pretende a nulificação dos atos, razão pela qual REJEITO a manifestação formulada em ID 1554721 p. 1 a 11.

Caso ajuizada corretamente, parece que o cerne da questão está em saber se na área objeto de reintegração alegada nestes autos, há ocupantes que não foram devidamente citados para integrar a demanda.

COMUNIQUE-SE o Oficial de Justiça para que cumpra o mandado, nos exatos termos da sentença supra, sendo esta válida e eficaz apenas para Moisés Daniel Araújo da Costa e sua esposa e Aline Alves de Souza.

Após as comunicações necessárias e nada sendo requerido em cinco dias, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe."

Preliminarmente, requerem a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, por não deterem condições de arcar com as custas judiciais e honorários de advogado, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Defendem que os agravados adentraram na propriedade recentemente, haja vista ter a Oficial de Justiça certificado não existirem outros posseiros na área além de Moisés Daniele Araújo da Costa e sua esposa, Aline Alves de Souza, quando realizada a citação destes nos autos da reintegração de posse.

Assim, insurgem-se quanto à determinação de reintegração somente em desfavor dos citados, porquanto a manutenção da decisão importará em retrocesso e possibilitará a perpetuação da lide, revogando a sentença anteriormente prolatada.

Apontam que a sentença lhes conferiu o direito de serem reintegrados de imediato em toda a propriedade denominada Lote 20 (Fazenda El Karana), com área total de 1.018,9088 hectares, não havendo que se exigir o ajuizamento de nova demanda a cada novo posseiro que invadir o imóvel.

Afirmam terem comprovado que adquiriram a propriedade reivindicada com justo título e boa-fé.

Sustentam estarem presentes os requisitos para a concessão de efeito suspensivo ao recurso, ressaltando que não terão como custear outra ação possessória.

Requerem seja deferida a prioridade na tramitação do feito, nos termos da Lei n. 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, bem como a atribuição de efeito suspensivo ao recurso e, no mérito, que seja reformada a decisão agravada, determinando-se a sua imediata reintegração em toda a propriedade em litígio.

Examinados.

Decido.

Inicialmente, consigno que se trata de processo em que há idoso integrando a lide, atualmente com 71 anos, cuja prioridade de tramitação deve ser observada nos autos, nos termos do art. 12, § 2º, inc. VII do CPC.

A análise do pedido de gratuidade resta prejudicada ante o recolhimento do preparo recursal (ID n. 3207118).

Pois bem. Os agravantes se insurrecionam ante a consignação de que a sentença prolatada nos autos da reintegração de posse deve ser considerada válida e eficaz somente em relação a Moisés Daniele Araújo da Costa e Aline Alves de Souza, pugnando sejam os seus efeitos estendidos a outrem, a fim de que possam ser reintegrados no imóvel.

Pretendem, em liminar, a atribuição de efeito suspensivo ao recurso.

Na dicção expressa do art. 1.019, inc. I, do Código de Processo Civil, recebido o agravo de instrumento, o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso.

A concessão de efeito suspensivo em agravo de instrumento somente é cabível quando afigurados, in limine, a presença simultânea da probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, consoante disposto no art. 300, caput, do Código de Processo Civil.

In casu, verifica-se que a não concessão do efeito suspensivo culminará em risco ao resultado útil do processo, uma vez que o feito de origem poderá ser arquivado antes mesmo que se decida o mérito deste agravo.

À luz do exposto, com fulcro no inc. I do artigo 1.019 do Código de Processo Civil/2015, defiro a liminar para determinar a suspensão dos efeitos da decisão agravada estritamente no que se refere à determinação de arquivamento dos autos.

Notifique-se o juiz da causa sobre esta decisão, bem como para que preste as informações que entender necessárias e intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso.

Após tornem os autos conclusos para apreciação.

Publique-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.

JUIZ OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR

Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo Nº: 0801776-23.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 0004338-08.2012.8.22.0002 Ariquemes / 4ª Vara Cível
Agravante: JBS S/A
Advogada: Luciana Mellario do Prado (OAB/SP 222327)
Advogado: Aquiles Tadeu Guatemozim (OAB/SP 121377)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Agravado: Gilso dos Santos Schumaher
Advogado: Alex Souza de Moraes Sarkis (OAB/RO 1423)
Advogado: Allan Souza de Moraes Sarkis (OAB/RO 2682)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Redistribuído por prevenção em 27/07/2017
Decisão
Vistos.

Trata-se de petição apresentada pelo agravado Gilso dos Santos Schumaher (ID n. 3214410), após o julgamento monocrático dos embargos de declaração opostos por JBS S/A, ante o não conhecimento do agravo de instrumento por esta interposto.

Defende ser devida a majoração dos honorários de advogado para 20% do valor do proveito econômico auferido pelo agravado, com fundamento no § 11 do art. 85, do CPC/2015.
Examinados.
Decido.
Inicialmente, consigno que a parte formulara o pleito por simples petição, não havendo como conhecê-la como agravo interno pois não preenchidos todos os pressupostos para tanto, tal como o recolhimento do preparo, previsto no art. 16 da Lei n. 3.896/2016, o que inviabiliza a sua análise a título de recurso, não tendo a parte, outrossim, sinalizado a sua intenção nesse sentido.
Destaco que quando do julgamento dos declaratórios se esclareceu que se deixava de fixar honorários recursais por inexistir condenação na decisão combatida, condição expressamente prevista no § 11 do art. 85, do CPC/2015, em análise conjunta ao § 1º do mesmo dispositivo legal.
É imperioso salientar, ainda, que na decisão combatida pelo agravo de instrumento também não houve a fixação de honorários (ID n. 1973350), não sendo cabível, portanto, a alteração do decisum em juízo de retratação.
À luz do exposto, indefiro o pleito.
Publique-se.
Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
JUIZ OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
7016389-56.2017.8.22.0001 APELAÇÃO (PJE)
ORIGEM: 7016389-56.2017.8.22.0001 Porto Velho / 8ª Vara Cível
APELANTE: RAIMUNDO GOMES DE SOUZA
Advogado: DIEGO DINIZ CENCI (OAB/RO 7157)
APELADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogado: RODRIGO AUGUSTO BARBOZA PINHEIRO (OAB/RO 5706)
Advogada: SILVIA DE OLIVEIRA (OAB/RO 1285)
Advogado: JONATHAS COELHO BAPTISTA DE MELLO (OAB/RO 3011)
RELATOR: JUIZ CONVOCADO OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 27/11/2017 08:08:12
Despacho
Conforme certidão de ID n. 2914474, o advogado Diego Diniz Cenci, OAB/RO 7157, subscritor do recurso de apelação, não possui poderes para atuar neste feito.
Assim, intime-se a apelante para regularizar a representação processual, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de ser reputada inexistente a apelação interposta, nos termos do art. 932, parágrafo único do CPC/2015.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
OSNY CLARO DE OLIVEIRA JÚNIOR
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo: 0800035-11.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7051073-07.2017.8.22.0001 Porto Velho / 6ª Vara Cível
Agravante: Banco Toyota do Brasil S/A
Advogada: Maria Lucília Gomes (OAB/SP 84206)
Advogado: Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB/RO 4943-A)
Agravada: Deuziane Caldas Araújo
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 10/01/2018
Decisão
Vistos.
O Banco Toyota do Brasil S.A agravou da decisão do juízo a quo, que, em virtude do pagamento de 75% das prestações do contrato de financiamento de veículo firmado com Deuziane Caldas Araújo, reconheceu ser desproporcional o desfazimento do negócio, facultando-lhe converter a ação de busca e apreensão em execução de título extrajudicial, sob pena de indeferimento da inicial.
Por meio da petição identificada com o Num. 3211639, informa que as partes entabularam acordo extrajudicial e que desiste deste recurso, pugnando pela homologação, com fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Novo Código de Processo Civil (NCPC).
Posto isso, homologo a desistência e, nos termos do art. 932, inc. III, do NCPC, não conheço do recurso por restar prejudicado.
Publique-se.
Após as anotações de praxe, devolva-se o feito ao juízo de origem, com baixa, para as providências que julgar necessárias.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz Osny Claro de Oliveira Junior
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo Nº: 0800411-94.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7033960-40.2017.8.22.0001 Porto Velho / 8ª Vara Cível
Agravante: Santo Antônio Energia S/A
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Agravado: Mario Cabral
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 20/02/2018
DESPACHOVistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Santo Antônio Energia S.A., contra decisão interlocutória proferida nos autos da ação de obrigação de fazer cumulada com ação indenizatória por danos materiais e danos morais (processo n. 7033960-40.2017.8.22.0001) ajuizada por Mario Cabral, por meio da qual se aplicou o princípio da precaução para determinar a inversão do ônus da prova, impondo a sua produção à agravante.
Insurge-se a agravante, alegando que o processo trata de direito patrimonial individual, não havendo que se falar em danos coletivos, e portanto, inaplicável o princípio da precaução.
Afirma que o agravado não demonstrou a verossimilhança de suas alegações, o que afasta a possibilidade de inversão do ônus da prova, que importa em produção de prova diabólica e de fato negativo.
Pugna pela atribuição de efeito suspensivo ativo do recurso, e para que seja reformada a decisão agravada, afastando-se a aplicação do princípio da precaução com a inversão do ônus da prova.
É o breve relatório.
Examinados.
Decido.
Por tempestivo e preparado, conheço do recurso.
A agravante pretende, em liminar, a atribuição de efeito suspensivo à decisão agravada que determinou a inversão do ônus da prova, a fim de sobrestar o processo até decisão final deste recurso.
O artigo 1.019, inciso I, do Novo Código de Processo Civil autoriza ao julgador a concessão de efeito suspensivo ao agravo nos casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação.
In casu, não restou demonstrada a urgência necessária para sustar a eficácia da decisão agravada, pois não há notícia de ato do qual exsurja perigo de dano irreversível, e o mérito do recurso será analisado após a manifestação da parte contrária.
Dessa maneira, indefiro a liminar pleiteada.
Em atenção ao disposto no artigo 1.019, inciso II, do Novo Código de Processo Civil, intime-se o agravado para, querendo, oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
Comunique-se ao juiz da causa.
Após, tornem conclusos.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz Osny Claro de Oliveira Junior
Relator

ACÓRDÃO
Data do julgamento: 14/02/2018
0000288-04.2015.8.22.0011 Apelação (PJE)
Origem: 0000288-04.2015.8.22.0011 Alvorada do Oeste / 1ª Vara Cível
Apelante : Rogério Cordeiro Cabral
Advogado : Miguel Antônio Paes de Barros (OAB/RO 301)
Apelado : José Aparecido Celini
Advogado : Wellington da Silva Gonçalves (OAB/RO 5309)
Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 17/02/2017
DECISÃO: REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE
EMENTA: Apelação Cível. Preliminar de não conhecimento afastada. Alegação de inovação recursal. Não ocorrência. Contrato compra e venda de imóvel. Ausência de citação do cônjuge. Imóvel ainda não integrante ao patrimônio. Desnecessidade de citação do cônjuge do promitente comprador. Falta de pagamento. Rescisão. Correção de erro material constante na sentença. Necessidade. Recurso parcialmente provido.
A alegação de nulidade da sentença, por ausência de citação do cônjuge, não configura inovação recursal.
Não é necessária a citação da esposa de promitente comprador de imóvel, em processo que busca a rescisão do contrato por falta de pagamento, tendo em vista que o imóvel ainda não havia se integralizada ao patrimônio do casal.
A inadimplência do comprador impõe o acolhimento do pedido de rescisão do contrato.
É possível, em sede de apelação, o tribunal corrigir claro erro material constante na sentença.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
PROCESSO Nº: 0800125-19.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE) Origem: 7000035-77.2018.8.22.0014 Ariquemes / 3ª Vara Cível Agravante: Jacier Rosa Dias Advogado: Castro Lima de Souza (OAB/RO 3048) Agravado: Banco Bradesco Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES Impedido: Des. Kiyochi Mori Redistribuído por Sorteio em 30/01/2018DESPACHO
Vistos,
Em que pese a certidão do Segundo Departamento Judiciário Cível (fl. 100) atestando a falta de comprovante de recolhimento das custas processuais, verifico que o benefício da gratuidade judiciária foi deferido pelo juiz a quo nos autos da ação originária n. 7000035-77.2018.8.22.0014 (fl. 71).
O agravo de instrumento interposto refere-se à possibilidade de deferimento de antecipação parcial da tutela de urgência na ação revisional de cédula de crédito bancário.
Ante a existência de concessão de pedido de efeito suspensivo passo a apreciá-lo.
Nos termos do art. 1.019, inc. I, 1ª parte, do CPC, deixo de conceder o efeito suspensivo ao recurso interposto, pois não visualizo a necessária probabilidade do direito invocado, uma vez que inexistente o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação a ensejar a suspensão da decisão, mormente pelo fato de que se faz necessária uma análise apurada do direito pleiteado.
Intime-se a parte contrária para responder ao recurso interposto, facultando-lhe juntar a documentação que entenda necessária ao julgamento no prazo legal (art. 219 c/c art. 1.019, inc. II, ambos do CPC/15).
Após, faça-me a conclusão.
Expeça-se o necessário.
I.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo: 0800111-35.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7001814-28.2017.8.22.0006 Presidente Médici / Vara Única
Agravante: Banco do Brasil S/A
Advogado: José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676)
Advogado: Servio Tulio de Barcelos (OAB/MG 44698)
Agravado: João Gonçalves dos Santos
Advogada: Márcia Cristina dos Santos (OAB/RO 7986)
Relator: JUIZ CONVOCADO OSNY CLARO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Distribuído por Sorteio em 22/01/2018
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Banco do Brasil S/A contra de cisão do juízo da Vara Única da Comarca de Presidente Médice nos autos da ação ajuizada por João Gonçalves dos Santos.
Intimado a efetuar o recolhimento das custas do agravo de instrumento em dobro (Num. 3105834), o agravante não logrou fazê-lo, recolhendo-o na forma simples, conforme certidão de ID n. 3207826, incorrendo em deserção.
À luz do exposto, com espeque no § 2º do artigo 1.007 e artigo 932, inciso III do Novo Código de Processo Civil, não conheço do recurso.
Publique-se.
Comunique-se ao juiz da causa.
Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz Osny Claro de Oliveira Junior.
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo: 7000678-18.2016.8.22.0010 Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7000678-18.2016.8.22.0010 Rolim de Moura / 2ª Vara Cível
Embargante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303-B)
Advogado: Wilson Vedana Júnior (OAB/RO 6665)
Advogado: José Henrique Barroso Serpa (OAB/RO 9117)
Embargado: José Carlos de Abreu
Advogada: Mahira Waltrick Fernandes (OAB/RO 5659)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Interpostos em 15/12/2017
Despacho
Em face da possibilidade de se conceder efeito infringente aos embargos de declaração, intime-se a parte contrária para, querendo, se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Osny Claro de Oliveira Júnior
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo: 0800152-02.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7003758-90.2016.8.22.0009 Pimenta Bueno / 1ª Vara Cível
Agravante: Eletrogoes S/A
Advogado: Gustavo Henrique de Souza e Silva (OAB/MG 84247)

Advogado: José Anchieta Da Silva (OAB/MG 23405)
Advogado: Mateus Vieira Nicácio (OAB/MG 151257)
Agravada: Geo Equipamentos Especiais Ltda - ME
Advogada: Michelle Aparecida Mendes Zimer (OAB/PR 49479)
Relator: JUIZ CONVOCADO OSNY CLARO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Redistribuído por Prevenção em 09/02/2018
Decisão
Vistos.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Eletrogoes S/A contra decisão proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno – RO nos autos do cumprimento de sentença (processo nº 7003758-90.2016.8.22.0009) movido por Geo Equipamentos Especiais LTDA – ME.
Narra, o agravante, que em 26/08/2016 a agravada deu início ao cumprimento provisório da sentença proferida nos autos n. 0043781-81.2008.8.22.0009 (7003758-90.2016.822.0009), no valor de R$11.650.840,73, contudo, juntou procuração revogada pela agravante, o que foi informado ao magistrado, tendo sido reaberto o prazo para pagamento voluntário, após o qual foi apresentada impugnação.
Informa que nesse ínterim, em 11/01/2017, foi publicada decisão que deferiu o processamento de sua recuperação judicial (autos n. 0577604-06.216.8.05.0001), tendo o juízo de origem determinado a suspensão dos autos originários.
Afirma que na decisão de ID n. 14778725, sua impugnação foi julgada intempestiva, tendo sido decidido, ainda, que o crédito da agravada não estaria sujeito à Ação de Recuperação Judicial da agravante, e determinada a realização de pesquisas e posteriores penhoras requeridas pela agravada.
Convertido o procedimento em cumprimento definitivo de sentença, foi realizada a pesquisa via sistema BACEN-JUD e tendo restado parcialmente frutífera, foram requeridas pela agravada e deferidas, na decisão de ID n. 15706549, a expedição de ofício à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE para que informasse os contratos vigentes com a executada e a quebra do sigilo fiscal da agravante.
Afirma que, extrapolando os pedidos da Agravada, o juízo de origem determinou que, havendo créditos, fossem eles penhorados e depositados em Juízo, tratando-se de decisão ultra petita que deve ser cassada.
Insurge-se quanto às decisões de ID n. 14778725 e 15706549, argumentando que a recuperação judicial produz efeitos sobre o crédito objeto do cumprimento de sentença porquanto a obrigação foi contraída em 05/10/2017, antes da ação de recuperação, e, ainda que fosse considerada a necessidade de decisão judicial para consolidar a obrigação, a sentença condenatória, cujo teor não foi modificado pelos julgamentos dos recursos interpostos aos Tribunais, foi prolatada e publicada antes da supracitada ação.
Defende que a competência para determinar atos expropriatórios de sociedade em regime de recuperação judicial é exclusiva do Juízo Universal da Ação de Recuperação Judicial, porquanto qualquer penhora poderá inviabilizar o soerguimento da sociedade, sendo portanto, o juízo de origem, incompetente para tanto.
Assevera ser tempestiva a impugnação porque apresentada dentro do prazo de 15 dias após o término do prazo para pagamento voluntário.
Discorre acerca da forma menos gravosa da execução, da necessidade de manutenção da empresa e do cumprimento do plano de recuperação, questões que impossibilitariam a penhora via BACEN-JUD e do faturamento total da empresa.
Sustenta ser ilegal a quebra do sigilo fiscal e visualização das informações enviadas à Receita Federal porque a agravada não esgotou os meios que lhe são disponíveis para a busca de bens passíveis de penhora.
Na hipótese de ser mantido o bloqueio em seu faturamento, pede seja reduzido a percentual não superior a 5% da sua receita líquida a fim de que se viabilize a sobrevivência da empresa.
Requer seja atribuído efeito suspensivo ao recurso, determinando-se o recolhimento do ofício eventualmente espedido para a CCEE, com a determinação de penhora de seu faturamento ou a antecipação dos efeitos da tutela recursal para determinar a redução do percentual de bloqueio de faturamento para 5% (cinco) por cento) de sua receita líquida.
No mérito requer seja dado provimento ao recurso para reconhecer a incompetência do juízo de primeiro grau ou, o julgamento ultra petita, cassando as decisões agravadas; ainda, subsidiariamente, pede que seja dado provimento ao recurso para reconhecer a tempestividade da Impugnação ao Cumprimento de Sentença determinando-se o seu regular prosseguimento; e indeferir os pedidos de penhora e quebra de sigilo formulados pela agravada, ou reduzi-los da forma como requerido em antecipação de tutela.
É o relatório.
Examinados, decido.
Na dicção expressa do art. 1.019, inc. I, do Código de Processo Civil, recebido o agravo de instrumento, o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso.
A concessão de efeito suspensivo em agravo de instrumento somente é cabível quando afigurados, in limine, a presença da probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, consoante disposto no art. 300, caput, do Código de Processo Civil.
Na nova sistemática, a probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos.
Em relação à probabilidade do direito, Luiz Guilherme Marinoni assevera que "A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder tutela provisória" (Novo Código de Processo Civil Comentado, 1ª edição, 2015, Editora RT, p. 312).
No que diz com o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, leciona Araken de Assis que "O perigo hábil à concessão da liminar reside na circunstância que a manutenção do status quo poderá tornar inútil a garantia (segurança para a execução) ou a posterior realização do direito (execução para segurança)" (Processo Civil Brasileiro, Volume II, Tomo II, 2ª Tiragem, 2015, Editora RT, p. 417).
Na hipótese dos autos, reputo presentes, ao menos em juízo liminar, os requisitos para a concessão do efeito suspensivo, porquanto há verossimilhança nas alegações do agravante e evidente perigo de dano ao resultado útil do processo consistente na irreversibilidade da medida, o que poderia produzir dano irreparável.
Desse modo, com fulcro no art. 1.019, inc. I, do Código de Processo Civil, atribuo efeito suspensivo ao recurso, a fim de sustar a eficácia da decisão recorrida e determinar a suspensão do feito até o julgamento de mérito do presente recurso.
Nos termos do art. 1.019, inc. II, do Código de Processo Civil, intime-se a agravada para, querendo, oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
Comunique-se ao juiz da causa.
Após, tornem conclusos.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz Osny Claro de Oliveira Junior
Relator.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo: 0800344-32.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7052140-07.2017.8.22.0001 - Porto Velho / 1ª Vara Cível
Agravante: Banco do Brasil S/A
Advogado: José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676-A)
Advogado: Sérvio Tulio de Barcelos (OAB/RO 6673-A)

Agravada: Mariana Regina de Carvalho Albuquerque
Advogado: Marcell Barbosa da Silva (OAB/RO 5265)
Relator : JUIZ CONVOCADO OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 15/02/2018
Despacho
Vistos.
Ao departamento para aguardar o transcurso do prazo para cumprimento da decisão de ID n. 3209420.
Após, considerando que posteriormente à interposição do recurso e antes da publicação da supracitada decisão houve o recolhimento do preparo na forma simples, certifique-se a respeito da complementação do preparo.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz Osny Claro de Oliveira Junior.
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo: 0800359-98.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7044540-32.2017.8.22.0001 Porto Velho / 8ª Vara Cível
Agravante: Santo Antônio Energia S/A
Advogada: Luciana Mascarenhas Vasconcellos (OAB/SP 315618)
Advogado: Rafaela Pithon Ribeiro (OAB/BA 21026)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Advogado: Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803)
Advogada: Luciana Sales Nascimento (OAB/RO 5082)
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Agravada: Maria Elza de Souza
Advogada: Mariene Caroline Da Costa Maciel (OAB/RO 8796)
Advogada: Denise Gonçalves Da Cruz Rocha (OAB/RO 1996)
Advogado: Valnei Gomes Da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Relator: JUIZ CONVOCADO OSNY CLARO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Distribuído por Sorteio em 15/02/2018
DespachoVistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Santo Antônio Energia S.A., contra decisão interlocutória proferida nos autos da ação de obrigação de fazer cumulada com ação indenizatória por danos materiais e danos morais (processo n. 7044540-32.2017.8.22.0001) ajuizada por Maria Elza de Souza, por meio da qual se aplicou o princípio da precaução para determinar a inversão do ônus da prova, impondo a sua produção à agravante.
Insurge-se a agravante, alegando que o processo trata de direito patrimonial individual, não havendo que se falar em danos coletivos, e portanto, inaplicável o princípio da precaução.
Afirma que o agravado não demonstrou a verossimilhança de suas alegações, o que afasta a possibilidade de inversão do ônus da prova, que importa em produção de prova diabólica e de fato negativo.
Pugna pela atribuição de efeito suspensivo ativo do recurso, e para que seja reformada a decisão agravada, afastando-se a aplicação do princípio da precaução com a inversão do ônus da prova.
É o breve relatório.
Examinados.
Decido.
Por tempestivo e preparado, conheço do recurso.
A agravante pretende, em liminar, a atribuição de efeito suspensivo à decisão agravada que determinou a inversão do ônus da prova, a fim de sobrestar o processo até decisão final deste recurso.
O artigo 1.019, inciso I, do Novo Código de Processo Civil autoriza ao julgador a concessão de efeito suspensivo ao agravo nos casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação.
In casu, não restou demonstrada a urgência necessária para sustar a eficácia da decisão agravada, pois não há notícia de ato do qual exsurja perigo de dano irreversível, e o mérito do recurso será analisado após a manifestação da parte contrária.
Dessa maneira, indefiro a liminar pleiteada.
Em atenção ao disposto no artigo 1.019, inciso II, do Novo Código de Processo Civil, intime-se o agravado para, querendo, oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
Comunique-se ao juiz da causa.
Após, tornem conclusos.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz Osny Claro de Oliveira Junior
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo Nº: 0800256-91.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE) Origem: 0000495-64.2015.8.22.0023 São Francisco do Guaporé / 1ª Vara Cível Agravante: Antônio Valter Sherman Defensor Público: Defensoria Pública do
ESTADO DE RONDÔNIA Agravado: João Lima de Oliveira Defensor Público: Defensoria Pública do
ESTADO DE RONDÔNIA Relator: DES. KIYOCHI MORI Distribuído por Sorteio em 07/02/2018DECISÃO
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Antonio Valter Sherman contra decisão do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de São Francisco do Guaporé, nos autos da ação de usucapião de bem móvel n. 0000495-64.2015.8.22.0023 ajuizada em desfavor de João Lima de Oliveira, prolatada nos seguintes termos:
Considerando que houve a ocultação de informações imprescindíveis, o real proprietário não foi citado, a sentença de fls. 50-53 torna-se inexecutável, pois ela não pode alcançar àquele que deveria ter sido chamado ao processo e não foi. Devendo o autor, caso queira, demandar em face do proprietário em autos próprios.
[…]
Relata nas razões recursais que ajuizou sobredita ação requerendo a declaração da ocorrência da usucapião do veículo motocicleta Brandy/FOSTI FT 125 A, ano 1998, placa NBJ 2918. Prossegue narrando que após a sentença de procedência, o juízo oficiou o DETRAN para proceder a transferência do veículo para o nome do autor.
Em resposta ao ofício, o DETRAN informou a impossibilidade de cumprimento da ordem judicial, por constar no sistema que o veículo possui alienação fiduciária em favor de Irmãos Rigon Ltda, o que ensejou a decisão agravada.
Sustenta o agravante que a ação foi ajuizada indicando como anterior proprietário aquele que havia se apresentado como tal lhe transferindo o domínio da coisa móvel, mediante a tradição.
Argumenta que, diferentemente do que ocorre com a ação de usucapião de bens imóveis, que os confinantes e o próprio titular de eventual registro do bem serão citados, esta regra não se aplica na ação de usucapião de bem móvel, por falta de previsão legal.
Destaca que o feito tramitou sem que o juízo tenha determinado a expedição de ofício ao DETRAN para que indicasse em nome de quem o veículo estava registrado.
Ressalta a necessidade de concessão do efeito suspensivo para que seja determinada a suspensão do despacho que torna a sentença inexecutável, a fim de evitar lesão ao direito do agravante.
Pugna pela concessão do efeito suspensivo ao recurso, e, no mérito, pelo provimento do agravo de instrumento para que seja reformada a decisão que tornou a sentença inexecutável.
É o relatório.
Examinados, decido.
Na dicção expressa do art. 1.019, inc. I, do Código de Processo Civil, recebido o agravo de instrumento, o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso.
A concessão de efeito suspensivo em agravo de instrumento somente é cabível quando afigurados, in limine, a presença da probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, consoante disposto no art. 300, caput, do Código de Processo Civil.

Na nova sistemática, a probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos.
Em relação à probabilidade do direito, Luiz Guilherme Marinoni assevera que "A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder tutela provisória" (Novo Código de Processo Civil Comentado, 1ª edição, 2015, Editora RT, p. 312).
No que diz com o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, leciona Araken de Assis que "O perigo hábil à concessão da liminar reside na circunstância que a manutenção do status quo poderá tornar inútil a garantia (segurança para a execução) ou a posterior realização do direito (execução para segurança)" (Processo Civil Brasileiro, Volume II, Tomo II, 2ª Tiragem, 2015, Editora RT, p. 417).
No caso dos autos, o agravante pugna pela concessão do efeito suspensivo para o fim de suspender a decisão que tornou a sentença inexecutável.
Em que pese vislumbrar, nesse juízo de cognição perfunctório, a presença da probabilidade do direito do agravante, não restou demonstrada a urgência necessária para sustar a eficácia do decisum combatido. Assim, indefiro a liminar pleiteada.
Em atenção ao disposto no artigo 1.019, inc. II, do Código de Processo Civil, intime-se o agravado para, querendo, oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
Comunique-se ao juiz da causa.
Após, retornem conclusos.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
JUIZ OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo Nº: 0800144-25.2018.8.22.0000 Ação Rescisória (PJE)
Origem: 0011294-53.2007.8.22.0022 São Miguel do Guaporé / 1ª Vara Cível
Autores: Edina Adelia Magalhães Pereira e outro
Advogado: José Maria da Silva (OAB/RO 7857)
Réus: Celso Lopes Magalhães e Ana Lúcia Magalhães
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 25/01/2018
DECISÃOVistos.
Trata-se de ação rescisória proposta por Edina Adelia Magalhães Pereira e Paulo Fernandes Pereira, visando rescindir a sentença proferida nos autos da ação de inventário n. 0011294-53.2007.8.22.00229-4, ajuizada por Celso Lopes Magalhães e Ana Lúcia Magalhães, com fundamento no artigo 966, incisos III e VII, do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015).
Narram, na peça inaugural, que adquiriram o imóvel em que residem há muitos anos e os requeridos, mesmo cientes desse fato, o arrolou na ação de inventário, causando-lhes prejuízo, visto que, por meio da decisão judicial, parte desse bem passou a pertencer à requerida Ana Lúcia Magalhães.
Alegam que entregaram o contrato de compra e venda para o advogado contratado, porém este não formulou o pedido de adjudicação e abandonou a causa sem apresentar qualquer documento comprovando a renúncia.
Afirmam que surgiram novas provas que não foi possível fazerem uso, as quais podem lhes assegurar pronunciamento favorável, razão pela qual requerem a concessão de tutela antecipada, suspendendo-se os efeitos da sentença e, no mérito, pugna pela rescisão desta, proferindo-se novo julgamento e, ao final, lhes deferindo o pedido de adjudicação do imóvel reclamado.
Pois bem.
São requisitos para a propositura da ação rescisória: decisão de mérito e trânsito em julgado, consoante art. 966, caput, do CPC/2015.
A sentença que se busca rescindir foi prolatada em 13/05/2017 (Id. Num. 3116069) e transitou em julgado no dia 05/07/2017 (Id. Num. 3116085).
Esta ação foi protocolizada/distribuída em 25/01/2018, dentro do prazo decadencial de dois anos.
Em face dos documentos identificados com os números 3182971, 3182972, 3182973 e 3182974, defiro o pedido de assistência judiciária gratuita, isentando os requerentes do pagamento das custas.
Preenchidos, portanto, os pressupostos de admissibilidade.
Apesar dos argumentos dos autores, indefiro o pedido de antecipação de tutela, no sentido de suspender os efeitos da sentença, porquanto a teor do art. 969 do CPC, o ajuizamento da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda.
Ademais, não vislumbro, neste juízo de cognição sumária, os requisitos arrolados no art. 300 do mesmo Diploma Legal.
Citem-se os réus para responder aos termos da ação, no prazo de 30 (trinta) dias, na forma do art. 970 do CPC.
Publique-se.
Após, retornem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
JUIZ OSNY CLARO DE OLIVEIRO JUNIOR
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
0008176-76.2014.8.22.0005 Apelação (PJE)
Origem: 0008176-76.2014.8.22.0005 Ji Paraná /1ª Vara Cível
Apelante: Getúlio Castro Correia
Advogado: Alcides Souza de Assunção (OAB/RO 1914)
Advogada: Imperatris de Castro Paula (OAB/RO 2214)
Apelada: Cleonice Mattara
Advogada: Jessica Correa de Souza Freitas (OAB/RO 5124)
Advogado: José Edson de Souza (OAB/RO 6376)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Data da Distribuição: 25/09/2017 10:50:06
Decisão
Vistos.
Getúlio Castro Correira recorre da decisão do juízo a quo que julgou improcedentes os pedidos formulados nos autos da ação de indenização por danos morais e materiais, movida em face de Cleonice Mattara.
Inconformado, apresentou recurso de apelação pugnando pela nulidade da sentença.
Ás fls. Id n. 2688188, determinei a intimação do apelante para se manifestar sobre a possível intempestividade do recurso.
Conforme certidão do 2º dejucível (Id n. 2804635), o recorrente deixou transcorrer o prazo sem apresentar manifestação.
É o relatório.
Decido.
Constato que o recurso não preenche os pressupostos formais de admissibilidade por ser intempestivo.
Verifico que a decisão recorrida foi disponibilizada no DJ n. 78 de 02/05/2017 considerando-se como data de publicação o dia 03/05/2014, e, iniciando-se a contagem do prazo processual em 04/05/2017 (quinta-feira).
O processo que deu origem a apelação tramitava pela forma física, contudo, por equívoco do patrono, o recurso foi interposto no PJE gerando o processo nº 7004317-25.2017.8.22.0005 que foi distribuído para a 2º Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná.

Ante a constatação do equívoco, o juiz da 2º Vara, determinou o arquivamento do mesmo, consignando que o apelante protocolizasse o recurso no processo físico, perante o juízo da 1º Vara Cível.
A apelação foi regularmente protocolizada no processo físico somente em 16/06/2017.
Assim mostra-se flagrante a intempestividade do recurso, pois fora protocolizado somente no dia 16/06/2017, em afronta ao art. 1.003 do CPC/2015, que dispõe ser de quinze dias o prazo para a parte manifestar o seu inconformismo.
Posto isso, nego seguimento ao recurso, na forma do art. 932, inc. III do CPC/2015.
Publique-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Juiz Osny Claro de Oliveira Júnior
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo: 0800245-62.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7013430-15.2017.8.22.0001 Porto Velho / 6ª Vara Cível
Agravante: Santo Antônio Energia S/A
Advogada: Priscila Raiana Gomes de Freitas (OAB/RO 8352)
Advogado: Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803)
Advogada: Luciana Sales Nascimento (OAB/RO 5082)
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Agravados: Francisco das Chagas Rodrigues das Neves e outra
Advogado: Clair Borges dos Santos (OAB/RO 7688)
Advogada: Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel (OAB/RO 5449)
Advogado: Paulo Fernando Lerias (OAB/RO 3747)
Advogado: Paulo Roberto da Silva Maciel (OAB/RO 4132)
Relator: JUIZ CONVOCADO OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 06/02/2018
Decisão
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Santo Antônio Energia S/A contra decisão do Juízo da 6ª Vara Cível, Falência e Concordata da Comarca de Porto Velho/RO, nos autos n. 7013430-15.2017.8.22.0001, que aplicou a inversão do ônus da prova, impondo-o à requerida, diante da hipossuficiência financeira dos requerentes.
Sustenta nas razões recursais que a decisão que determinou a redistribuição do ônus da prova, atribuindo a agravante a responsabilidade pelo recolhimento dos honorários periciais não foi fundamentada.
Defende que a demanda não possui natureza ambiental, mas meramente patrimonial, sendo inaplicável o princípio da precaução.
Consigna que não obstante o objeto da ação indenizatória originária esteja relacionado a suposto impacto da construção da Usina sobre o Rio Madeira, matéria que tangencia questão ambiental, o pedido da agravada tem cunho patrimonial.
Pugna pela concessão de efeito suspensivo ativo ao recurso, acolhendo-se a preliminar de nulidade da decisão por ausência de fundamentação, e, subsidiariamente, requer o provimento do agravo de instrumento, a fim de que seja revogada a liminar no ponto relativo a inversão do ônus da prova.
É o relatório.
Examinados, decido.
Na dicção expressa do art. 1.019, inc. I, do Código de Processo Civil, recebido o agravo de instrumento, o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso.
A concessão de efeito suspensivo em agravo de instrumento somente é cabível quando afigurados, in limine, a presença da probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, consoante disposto no art. 300, caput, do Código de Processo Civil.
Na nova sistemática, a probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos.
Em relação à probabilidade do direito, Luiz Guilherme Marinoni assevera que "A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder tutela provisória" (Novo Código de Processo Civil Comentado, 1ª edição, 2015, Editora RT, p. 312).
No que diz com o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, leciona Araken de Assis que "O perigo hábil à concessão da liminar reside na circunstância que a manutenção do status quo poderá tornar inútil a garantia (segurança para a execução) ou a posterior realização do direito (execução para segurança)" (Processo Civil Brasileiro, Volume II, Tomo II, 2ª Tiragem, 2015, Editora RT, p. 417).
No caso dos autos, a agravante pugna pela concessão do efeito suspensivo para o fim de obstar o cumprimento da determinação de recolhimento dos honorários periciais.
Em que pesem as assertivas da agravante acerca do risco de início da fase instrutória sem que esta Corte tenha oportunidade de apreciar a questão da distribuição do ônus probatório, não vislumbro, nesse juízo de cognição perfunctório, a presença da probabilidade do direito e a urgência necessária para sustar a eficácia do decisum combatido. Assim, indefiro a liminar pleiteada.
Em atenção ao disposto no artigo 1.019, inc. II, do Código de Processo Civil, intimem-se os agravados para, querendo, oferecerem resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
Comunique-se ao juiz da causa.
Após, retornem conclusos.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
JUIZ OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
7001242-21.2016.8.22.0002 Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7001242-21.2016.8.22.0002 Ariquemes / 1ª Vara Cível
Embargante : Telefônica Brasil S/A
Advogado : Daniel França Silva (OAB/DF 24214)
Advogado : Alan Arais Lopes (OAB/RO 1787)
Embargado: Severino Domingos Semeão
Advogada : Indhianna Morena Esther Gonçalves Dias (OAB/RO 6530)
Advogado : Belmiro Rogério Duarte Bermudes Neto (OAB/RO 5890)
Relator : JUIZ CONVOCADO OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Interpostos em 14/02/2018
Despacho
Em face da possibilidade de se conceder efeito infringente aos embargos de declaração, intime-se a parte contrária para, querendo, se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Osny Claro de Oliveira Júnior
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
0800399-80.2018.8.22.0000 - HABEAS CORPUS (PJE)
IMPETRANTES: HUGO TORRES TATAGIBA E OUTRA
Advogada: MARISTELA GUIMARAES BRASIL (OAB/RO 9182)
Advogado: JONIS TORRES TATAGIBA (OAB/RO 4318)
IMPETRADO: JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES - RO
RELATOR: ISAIAS FONSECA MORAES
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/02/2018 09:41:01
Decisão
Vistos,
Jonis Torres Tatagiba impetra habeas corpus com pedido de tutela de urgência em favor dos pacientes Hugo Torres Tatagiba e Bruna L. Torres Tatagiba, nos autos da ação de cumprimento de sentença autuada sob o n. 0011603-27.2013.8.22.0002, em curso perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná.
Consta dos autos que em decorrência de valores não adimplidos pelos pacientes na ação que se encontra em fase de cumprimento de sentença, o juízo deferiu o pedido do credor, Instituto de Ensino Superior de Rondônia – IESUR, suspendendo a Carteira Nacional de Habilitação e o passaporte daqueles, bem como determinou a apreensão dos referidos documentos, pelo prazo de 6 (seis) meses (fl. 78), o que ocorreu em 05 de maio de 2017.
Relata que em 13 de julho de 2017 o processo foi suspenso por um ano, e que não houve a liberação dos passaportes, tampouco da CNH, impedindo o primeiro paciente de trabalhar na profissão de motorista.
Requer o deferimento do pedido liminar de liberação dos documentos e, no mérito, aduz que a restrição é ilegal.
É o relatório. Decido.
Para a concessão da tutela de na via do habeas corpus, é necessária a existência de elementos suficientes que indiquem manifesta ilegalidade na custódia, abuso de poder ou evidente teratologia na decisão que decretou a segregação.
No caso, o impetrante alega que transcorreu o prazo de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e passaporte dos pacientes, importando na sua liberação. Ainda, relata que o processo foi suspenso por um ano sem a manifestação quanto à liberação dos documentos, o que violaria direitos fundamentais.
Pois bem, em que pese a irresignação do impetrante, entendo não ser o caso de habeas corpus, considerando que com a prolação da decisão de suspensão e apreensão dos documentos, não houve nenhuma manifestação pelos pacientes, tanto que o prazo da restrição (6 meses) transcorreu sem intercorrências, cessando, assim, o ato tido por coator da autoridade impetrada.
Além disso, ressalto que muito embora o habeas corpus tenha natureza de ação e não de recurso – de modo que a eventual concessão de ordem não configuraria supressão de instância -, asseguro que um pronunciamento originário do Tribunal acerca de questões que sequer foram submetidas à apreciação do juiz de primeiro grau feriria regras de competência e afrontaria o princípio constitucional do juiz natural.
Por esses motivos e tendo em vista que o habeas corpus é uma ação constitucional que visa corrigir ilegalidade praticada por autoridade e destina-se à revisão, ainda que parcial, de uma decisão judicial, o pedido de liberação da CNH e passaporte dos pacientes deve ser dirigido ao juízo de primeiro grau; o eventual indeferimento do referido pleito pelo magistrado a quo corresponderá ao ato coator, com o qual surgirá para o impetrante o interesse em manejar o habeas corpus perante esta Corte.
Assim, considerando que no caso dos autos a autoridade impetrada sequer teve conhecimento do pedido, não há falar em ato coator, de sorte que, inexistindo ilegalidade a ser sanada, falta interesse de agir ao impetrante.
Com tais considerações, indefiro a petição inicial pela falta de interesse de agir do impetrante, o que faço com fundamento no art. 330, inc. III, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
P. I.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
0800292-36.2018.8.22.0000 AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE)
ORIGEM: 7005823-79.2016.8.22.0002 - Ariquemes / 4ª Vara Cível
AGRAVANTE: UNIDAS SOCIEDADE DE EDUCACÃO E CULTURA LTDA
Advogado: CAROLINE FERRAZ (OAB/RO 5438)
AGRAVADA: CAMILA SIMO DA SILVA
RELATOR: MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/02/2018 11:42:22
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Unidas Sociedade de Educação e Cultura Ltda contra decisão proferida nos autos da ação de execução de título extrajudicial movida em face de Camila Simo da Silva
Segue transcrição da decisão agravada (ID n. 3192919):
"Vistos. A exequente pleiteia a penhora de 30% dos vencimentos da executada, alegando que todas as outras medidas de busca de bens (RENAJUD, BACENJUD), já foram realizadas, sem êxito. DECIDO. Apesar de todos argumentos lançados, o artigo 833 do CPC dispõe: "São impenhoráveis: IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2o;" A lei é expressa ao determinar que os vencimentos são impenhoráveis, no entanto traz uma exceção em seu § 2º, que assim prevê: § 2o. O disposto nos incisos IV e X do caput não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no art. 528, § 8o, e no art. 529, § 3o. O legislador, sem deixar qualquer margem ou abertura a interpretações, prevê que o salário/vencimentos somente poderão ser objeto de penhora, em duas situações: pensão alimentícia e com relação a importâncias que ultrapassem 50 salários-mínimos, o que corresponde atualmente a R$ 44.000,00. Com relação à decisão do STJ, colacionada pela autora, a ementa menciona ser cabível a penhora de salário em casos excepcionais, o que não se vislumbra na hipótese desta execução. Posto isto, INDEFIRO o pedido de penhora do percentual de seu salário.[...]" - destaque original.
A agravante faz breve síntese dos fatos e apresenta insurgência contra o indeferimento do pedido de penhora de 30% do salário da parte agravada.
Alega haver entendimento jurisprudencial desta Corte estadual firmado no sentido de ser possível a penhora no salário, desde que não comprometa a dignidade do devedor, nem comprometa sua subsistência.
Colaciona novo julgado do STJ a respeito da matéria.
Adensa sua argumentação nesse sentido e pugna pelo provimento do recurso para reformar a decisão agravada.

É o relatório.
Decido.
Inicialmente pondero que não há pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso nem de antecipação de tutela recursal.
Em que pese toda argumentação apresentada pela agravante, ante a sede primária de cognição, não vislumbro a possibilidade de deferimento da pretensão nos moldes pretendidos sem antes oportunizar o contraditório.
Com isso, a insurgência trazida neste agravo de instrumento será decidida após a manifestação da parte agravada, no prazo legal, cuja intimação determino em observância ao artigo 1.019, II, do NCPC.
Notifique-se o juiz da causa sobre o teor desta decisão, para que preste as informações que julgar necessárias e, se for o caso, exerça o juízo de retratação.
Ultimadas estas providências e decorrido o prazo, tornem os autos conclusos.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho – RO, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
0000813-38.2014.8.22.0102 APELAÇÃO (PJE)
ORIGEM: 0000813-38.2014.8.22.0102 - PORTO VELHO / 4ª VARA DE FAMÍLIA
APELANTE: A. P. DE A.
ADVOGADO: PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB/RO 4282)
APELADA: S. A. DE L. O.
ADVOGADA: LUCIANA MOZER DA SILVA DE OLIVEIRA (OAB/RO 6313)
ADVOGADA: CARINA GASSEN MARTINS CLEMES (OAB/RO 3061)
RELATOR: MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/07/2017 21:07:49
Decisão
Vistos.
Trata-se de apelação interposta por Afrânio Patrocínio de Andrade contra a sentença que julgou parcialmente procedentes seus pedidos, garantindo visitação supervisionada à filha.
O apelante protocolou petição requerendo desistência da ação e consequente extinção do feito (ID n. 3230820).
É o relatório.
Pois bem, entendo que o pleito de desistência da ação se estende ao presente recurso, motivo pelo qual homologo o pedido e, por consequência, declaro prejudicado o apelo.
Assim, com fundamento no artigo 932, III, do CPC, não conheço do presente recurso.
Após as anotações e comunicações de estilo, remeta-se o feito à origem para ulteriores deliberações.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo: 0023005-74.2014.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 0023005-74.2014.8.22.0001 Porto velho / 4ª Vara Cível
Apelante: Banco Volkswagen S/A
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado: Luiz Henrique Reis da Silva (OAB/MT 19466/O)
Advogado: Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258)
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Apelado: Espólio de Leno Alves de Souza
Relator: JUIZ CONVOCADO OSNY CLARO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Distribuído por Sorteio em 10/05/2017
Despacho
O advogado Carlos Cantanhede Júnior, OAB/RO 8100, subscritor do recurso de apelação (ID 1714225 - pág.97), não possui poderes para atuar neste feito.
Assim, intime-se a apelante para regularizar a representação processual, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de ser reputada inexistente a apelação interposta, nos termos do art. 932, parágrafo único do CPC/2015.
Publique-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
OSNY CLARO DE OLIVEIRA JÚNIOR
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Processo: 0800310-57.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7000610-85.2018.8.22.0014 Vilhena / 2ª Vara Cível
Agravante: A. de S. F.
Advogado: Denir Borges Tomio (OAB/RO 3983)
Agravado: G. da C. C.
Advogado: Agenor Martins (OAB/RO 654-A)
Advogada: Edna Aparecida Campoio (OAB/RO 3132)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 12/02/2018
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Aparecida de Souza Francisca contra decisão proferida nos autos da ação de guarda movida por Guido da Cunha Costa.
Inicialmente a agravante pugna pela concessão do benefício da gratuidade judiciária, alegando não ter condições de arcar com o preparo recursal. Contudo, deixa de juntar documentos comprobatórios da alegada hipossuficiência financeira.
Pois bem, conquanto se reconheça que o artigo 99, §3º do NCPC estabeleça a presunção de veracidade da alegação de hipossuficiência financeira, quando o pleito é feito exclusivamente por pessoa física, anoto que tal presunção é relativa e, portanto, pode ser sindicada pelo magistrado, inclusive com determinação de apresentação de documentos comprobatórios de renda e despesas.
Assim, nos termos do art. 99, §2º, do NCPC, determino que o agravante junte a estes autos documentos que comprovem seus rendimentos, bem como seus gastos, podendo ser cópia da carteira de trabalho, contracheque, extrato bancário, boleto de água, de luz etc, no prazo de cinco dias, a fim de possibilitar a análise do pedido de gratuidade para isenção do pagamento do preparo, que é requisito de admissibilidade do recurso.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo: 0800023-94.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7041167-90.2017.8.22.0001 Porto Velho / 5ª Vara Cível

Agravante: Associação Tiradentes dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado de Rondônia
Advogado: Fredson Aguiar Rodrigues (OAB/RO 7368)
Advogado: Alex Mota Cordeiro (OAB/RO 2258)
Advogado: Jeferson de Souza Rodrigues (OAB/RO 7544)
Agravado: Itelvo Barbosa de Paula
Advogado: Franklin Moreira Duarte (OAB/RO 5748)
Relator: JUIZ CONVOCADO OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 09/01/2018
Despacho
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Associação Tiradentes dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do
ESTADO DE RONDÔNIA – ASTIR contra decisão do juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho nos autos da Ação de Obrigação de Fazer com pedido de Antecipação de Tutela, ajuizada por Itelvo Barbosa de Paula.
Não há pedido de antecipação de tutela ou atribuição de efeito suspensivo.
Em atenção ao disposto no art. 1019, inc. II, do Código de Processo Civil, intime-se o agravado para, querendo, oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
Após, tornem conclusos.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz Osny Claro de Oliveira Junior.
Relator.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo: 0800071-53.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7036604-87.2016.8.22.0001 Porto Velho / 6ª Vara Cível
Agravante: Santo Antônio Energia S/A
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Agravados: Lourival Aleixo e outro
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Relator: JUIZ CONVOCADO OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 16/01/2018
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Santo Antônio Energia S.A. contra decisão interlocutória proferida nos autos da ação de desapropriação indireta cumulada com ação indenizatória por danos materiais e morais (Processo n. 7036604-87.2016.8.22.0001), por meio da qual se inverteu o ônus da prova, nos seguintes termos:
"[…]
Oportuno registrar que, não obstante o Novo Código de Processo Civil estabeleça em seu art. 95 que o pagamento dos honorários periciais competirá a quem solicitou ou rateada na hipótese de ambas as partes requererem sua produção, há de se registrar que o art. 373, §1º do mesmo codex, flexibiliza tal disposição, ao prever que havendo dificuldade em cumprir o encargo, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de forma diversa. Vejamos:
Art. 373. O ônus da prova incumbe:
[…]
§ 1o Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.
No caso dos autos, diante da inequívoca hipossuficiência financeira da parte Autora, faz-se necessária a distribuição do ônus probatório de modo diverso do registrado no texto legal supracitado, com fundamento na teoria da carga dinâmica do ônus da prova, prevista no texto legal supracitado (art. 373, §1º, CPC).
Sobre o tema é o ensinamento do professor Humberto Theodoro Junior:
A redistribuição dinâmica do ônus da prova justifica-se como meio de equilibrar as forças das partes litigantes e possibilitar a cooperação entre elas e o juiz na formação da prestação jurisdicional justa. Se, no caso concreto, a observância da distribuição estática do art. 373 praticamente inviabilizaria a entrada nos autos de meios probatórios relevantes, por deficiência da parte que ordinariamente caberia produzi-los, o deslocamento se impõe como medida de justiça e equidade. (Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum – vol. I / Humberto Theodoro Júnior. 56. ed. rev., atual e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 889).
Ademais, não se trata de irregular inversão do ônus probatório, mas sim de
adotar um modelo de processo cooperativo, idealizado nas normas fundamentais do Novo Código de Processo Civil (art. 6º, CPC), determinando que a parte com maiores meios de complementar a instrução assim o faça, contribuindo com a solução da lide.
Sobre o tema, segue o aresto do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
"Não se trata de inversão irregular do ônus da prova, mas de determinar que a parte que tem mais meios de complementar a instrução o faça, a bem de contribuir para a correta solução do litígio. A teoria da carga dinâmica da prova não se aplica somente no âmbito do microssistema do consumidor, mas sim no processo civil comum. Assim, seja em razão da inversão do ônus prevista no CDC, seja em razão da aplicação da Teoria da Carga Dinâmica da Prova, o Banco deve apresentar a documentação necessária para realização da perícia, uma vez que sua guarda é ônus de sua própria atividade". (TJSP, AI 0062559-76.2012.8.26.0000, Rel. Maria Lúcia Pizzotti, 20ª Câmara de Direito Privado, jul. 18.06.2012).
Dessa forma, deverá a Requerida proceder ao recolhimento dos honorários
periciais.
[...]" (sublinhei)
Insurge-se a agravante no que tange à aplicação do princípio da precaução para determinar a inversão do ônus da prova.
Afirma que a magistrada aplicou o princípio da distribuição dinâmica, aliado ao princípio da precaução, impondo-lhe arcar integralmente com o ônus da prova "até que demonstre a sua completa e límpida inexistência de relação com os fatos, considerando a natureza de um empreendimento causador de significativos impactos ambientais, degradações e danos coletivos."
Alega ter a juíza asseverado, equivocadamente, ser a UHE Santo Antonio "causadora de significativos impactos ambientais, degradações e danos coletivos."
Sustenta que o processo trata de direito patrimonial individual, não visando apurar violação de danos difusos ou coletivos.
Aduz sobre o princípio da precaução, relacionando-o aos processos ligados ao meio ambiente.
Diz não ser plausível lhe impor o ônus da produção de uma prova que não lhe será útil, notadamente quanto aos seus custos.
Discorre sobre os parâmetros para a concessão de efeito suspensivo ao recurso, defendendo estarem eles preenchidos.
Assevera que a magistrada, ao determinar a inversão do ônus da prova com base no princípio da precaução, não expôs e fundamentou concretamente os fatos e razões que a levaram a assim decidir, pugnando seja declarada a nulidade do decisum, com fulcro no artigo 93, inc. IX, da CF.
Aponta que os agravados não demonstraram a verossimilhança de suas alegações, o que afasta a possibilidade de inversão do ônus probante, que importa em produção de prova diabólica e de fato negativo.
Pugna pela atribuição de efeito suspensivo ao recurso e para que seja reformada a decisão agravada no que tange à inversão do ônus da prova.

Em observância ao arts. 9º e 10 do CPC/2015, fora a agravante intimada a se manifestar quanto a eventual reconhecimento de afronta ao princípio da dialeticidade, considerando-se constar na decisão agravada que a inversão do ônus da prova se funda na hipossuficiência financeira da parte autora, nada se tendo disposto acerca do princípio da precaução ou dos eventuais impactos ambientais e danos coletivos (ID n. 3106722).
Petição de ID n. 3169120, por meio da qual a agravante defende ter havido a inversão do ônus da prova de forma implícita pelo princípio da precaução, por existirem trechos da exordial em que são citadas questões ambientais.
Contrarrazões (ID n. 3194754), requerendo a manutenção da decisão agravada.
Examinados.
Decido.
Com efeito, o conhecimento deste agravo de instrumento resta obstado ante a afronta ao princípio da dialeticidade, senão vejamos:
Verifica-se que a magistrada a quo, ao inverter o ônus da prova, tomara como fundamento a hipossuficiência financeira da parte autora, ora agravada, não tendo a agravante impugnado especificamente a decisão sob esse aspecto, caracterizando, portanto, afronta ao princípio da dialeticidade, que impede o conhecimento do recurso.
Nesse sentido, trilha o Superior Tribunal de Justiça:
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADOS. NÃO OBSERVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. IRREGULARIDADE FORMAL QUE IMPEDE O SEGUIMENTO DO RECURSO.
1. Os fundamentos da decisão judicial, seja sentença ou acórdão, são as razões, de fato e de direito, que o magistrado analisa para formar seu convencimento racional e que justificarão a solução que, no momento oportuno, explicitará no dispositivo.
2. A viabilidade do recurso - qualquer recurso - pressupõe a demonstração de erro na concatenação dos juízos expostos na fundamentação (exposição dos fundamentos), e não a mera insurgência contra o comando contido no dispositivo.
3. Essa é a razão pela qual a jurisprudência desta Corte Superior há muito se pacificou no sentido de que deve ser negado seguimento, por irregularidade formal violadora do princípio da dialeticidade, ao recurso ordinário cujas razões não combatem os fundamentos do acórdão recorrido, como ocorreu na espécie. Precedentes.
4. Assentando-se o acórdão recorrido em múltiplos fundamentos, todos eles autônomos e suficientes para sustentar a decisão, como é o caso ora examinado, a falta de impugnação a qualquer um deles é, só por si, razão bastante para mantê-lo inalterado.
5. Agravo Regimental a que se nega provimento. (AgRg no RMS 44.612/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 17/03/2015)
Não é outro o entendimento esposado por esta Corte:
Agravo interno em agravo de instrumento. Expurgos inflacionários. Razões desconexas com os fundamentos do julgado. Ofensa ao princípio da dialeticidade. Recurso não conhecido. Decisão mantida. Não possuindo as razões recursais correlação com a decisão refutada, não há falar em conhecimento do recurso, ante a ofensa ao princípio da dialeticidade que configura um requisito extrínseco de admissibilidade recursal. (TJ-RO - AGV: 00060737720158220000 RO 0006073-77.2015.822.0000, Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes, Data de Julgamento: 16/03/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 30/03/2016.)
À luz do exposto, com fulcro no inciso III do artigo 932, do Novo Código de Processo Civil, não conheço do recurso.
Publique-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
JUIZ OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo: 0800145-10.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 0014244-25.2012.8.22.0001 Porto Velho / 3ª Vara Cível
Agravante: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados
Advogado: Giulio Alvarenga Reale (OAB/RO 6980)
Agravado: Orismundo Batista de Oliveira
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Redistribuído por Prevenção em 30/01/2018
Decisão
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados contra decisão do Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, nos autos da ação de execução de título extrajudicial n. 0014244-25.2012.8.22.0001, que indeferiu o pedido de substituição processual, por concluir que a requerida não comprovou a cessão de crédito.
É o relatório.
Examinados, decido.
Consoante previsão expressa no art. 1.017 do Código de Processo Civil, o recurso de agravo de instrumento será instruído, obrigatoriamente, com as seguintes peças:
Art. 1.017. A petição de agravo de instrumento será instruída:
I - obrigatoriamente, com cópias da petição inicial, da contestação, da petição que ensejou a decisão agravada, da própria decisão agravada, da certidão da respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado;
[…]
Conforme certificado no Id n. 3130540, o recurso não foi instruído com a cópia da procuração outorgada ao patrono da agravante.
Em observância ao previsto no art. 932, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no sentido de oportunizar à parte a complementação do agravo de instrumento, e por serem os autos de origem, físicos, determinei a intimação da agravante para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentasse a cópia da procuração outorgada ao advogado Giulio Alvarenga Reale, OAB/RO 6980, sob pena de não conhecimento do recurso interposto.
Devidamente intimada através do DJE n. 025, de 07/02/2018, a agravante deixou transcorrer in albis o prazo, sem sanar a irregularidade, segundo certidão de Id n. 3234276.
À luz do exposto, diante da ausência de pressupostos de regularidade formal, nos termos do art. 932, inc. III do Código de Processo Civil, não conheço do recurso.
Publique-se.
Comunique-se ao juízo da causa.
Procedidas às anotações necessárias, transitado em julgado, arquive-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator em substituição regimental

## CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Câmaras Cíveis Reunidas / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
0800363-38.2018.8.22.0000 CONFLITO DE COMPETÊNCIA (PJE)
ORIGEM: 7003588-11.2017.8.22.0001 - PORTO VELHO / 2ª VARA DE FAMÍLIA

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
RELATOR: JUIZ CONVOCADO ONSY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/02/2018 09:43:11
Despacho
Vistos.
Trata-se de conflito de competência suscitado pelo juízo da 2ª Vara de Família da Comarca de Porto Velho/RO, nos autos do cumprimento de sentença (Processo n. 7003588-11.2017.8.22.0001), promovido por Jacenilda Ferreira Vieira em face de Natalino Jadir Teixeira.
O suscitante relata que o feito foi inicialmente distribuído para a 4ª Vara Cível da Capital, tendo aquele juízo determinado a redistribuição à 2ª Vara de Família sob o argumento de que "a competência para o processamento da pretensão é do juízo que decidiu a causa, justamente porque se trata de tentativa de efetivação dos efeitos patrimoniais decorrentes da sentença decretada."
Em que pese a nomenclatura da ação, sustenta não ser de competência da 2ª Vara de Família o conhecimento e julgamento de ação de dissolução de condomínio existente sobre bem já partilhado, por ser questão patrimonial, envolvendo apenas o direito real das partes.
Dessa maneira, nos termos do artigo 954 do Código de Processo Civil/2015, determino seja intimado o juízo suscitado para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias.
Publique-se.
Intime-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
JUIZ OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Câmaras Cíveis Reunidas / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo: 0800105-28.2018.8.22.0000 Conflito de Competência (PJE)
Origem: 0178125-96.2003.8.22.0001 Porto Velho / 2ª Vara Cível
Suscitante: Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho
Suscitado: Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho
Relator: JUIZ CONVOCADO OSNY CLARO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Distribuído por Sorteio em 22/01/2018
Despacho
Vistos.
Trata-se de conflito de competência suscitado pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de PortoVelho/RO, nos autos do cumprimento de sentença (Processo n. 0178125-96.2003.8.22.0001), promovido por Adelia Camara Klos e outros em face do Banco Itaú S/A.
O suscitante relata que o feito foi distribuído por sorteio para a 6ª Vara Cível da Capital, tendo este determinado a redistribuição por dependência ao juízo da 2ª Vara Cível, sob o argumento de que o cumprimento de sentença deve correr no juízo que processou a causa.
Sustenta que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já consolidou o entendimento de que inexiste interesse apto a justificar a prevenção do juízo que examinou o mérito da ação coletiva para o processamento e julgamento das execuções individuais de sua sentença condenatória, havendo que se observar o foro do domicílio do exequente.
Dessa maneira, nos termos do artigo 954 do Código de Processo Civil/2015, determino seja intimado o juízo suscitado para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias.
Publique-se.
Intime-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
JUIZ OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
RELATOR

# 1ª CÂMARA ESPECIAL

0802949-82.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 7008344-45.2017.8.22.0007 Cacoal/4ª Vara Cível
Agravante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal - SAAE
Procuradora: Susileine Kusano (OAB/RO 4478)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Distribuído por Sorteio em 26/10/2017
Despacho
VISTOS.
Trata-se de agravo de instrumento sem pedido de tutela antecipada.
Solicitem-se informações ao juízo de origem.
Após à Procuradoria de Justiça para parecer.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

0802698-64.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 7002209-26.2017.8.22.0004 Ouro Preto do Oeste/1ª Vara Cível
Agravante: Maria Tomaz de Souza
Defensor Público: Guilherme Luis de Ornelas Silva
Agravado: Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia - DETRAN/RO
Procurador: Marlon Gonçalves Holanda Júnior (OAB/RO 3650)
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Distribuído por sorteio em 05/10/2017
Decisão
VISTOS.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Maria Tomaz de Souza contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ouro Preto do Oeste que indeferiu o pedido de produção de prova testemunhal nos embargos à execução.
Relata a agravante ser o caso de embargos à execução com pedido de suspensão proposto contra o DETRAN/RO, no qual pleiteou a produção de prova testemunhal e juízo a quo indeferiu sob o argumento de não ter eficácia na lide.
Alega que a decisão agravada causa cerceamento de defesa e a prova testemunhal tende a esgotar as vias disponíveis para alcançar a verdade e possibilitar o julgamento da lide com segurança.
Por fim, requer a concessão da assitência judiciária e o provimento recursal para declarar nula a decisão agravada e deferir a produção de prova testemunhal (fls. 8-12).
O juízo de primeiro grau não prestou informações e o agravado deixou de apresentar contraminuta (fl. 118).
Em consulta ao processo principal se verificou estar na fase de instrução para resolução do mérito.
É o relatório.
DECIDO.
Recurso próprio e tempestivo por isso conheço dele.
A agravante pleiteia a concessão da assistência judiciária e conforme consta dos autos está representada pela Defensoria Pública, motivo pelo qual demonstra sua hipossuficiência para arcar com as custas processuais. Diante disso, defiro o benefício, conforme previsto na legislação:
O direito à assistência judiciária está previso na Lei n.1.060/50:
Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.
A ação principal trata de embargos à execução em ação de execução de execução fiscal proposta pelo DETRAN/RO contra a agravante, por ser devedora da importância de R$ 689,49, decorrente de multas de trânsito.

Nas teses recursais resta demonstrado que o veículo pertence à agravante e houve a apreensão do mesmo por ter várias multas pendentes de pagamento.
Diante disso, alega a agravante que a decisão agravada causa cerceamento de defesa ao indeferir a produção de prova testemunhal, mas importa ressaltar que o valor do crédito decorre de multas de trânsito e a oitiva de testemunhas não altera os fatos e nem colabora para a análise do mérito.
Em ação de execução fiscal as provas utilizadas são geralmente documentais, visto a inscrição do crédito em dívida ativa e a cobrança pelo órgão competente. Nesse contexto, inexiste violação ao cerceamento de defesa, conforme o entendimento jurisprudencial:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EMBARGOS A EXECUÇÃO FISCAL - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO - CDA - PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA – MULTA JUROS TAXA SELIC - APLICABILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS -ENCARGO DO DL 1.025/69. I. Não tendo a embargante oferecido nenhum elemento de convicção a fim de deixar clara a imprescindibilidade da prova pericial ou testemunhal para o julgamento dos embargos, a sua dispensa não importa em cerceamento de defesa. 2. A multa tem natureza jurídica de sanção administrativa, sendo devida em razão do não atendimento de obrigação determinada em lei. 3. A inicial da execução fiscal deve estar instruída com a Certidão da Dívida Ativa, documento suficiente para comprovar o título executivo fiscal. 4. A Certidão da Dívida Ativa, formalmente em ordem, constitui título executivo extrajudicial revestido de presunção 'Juris tantum"de liquidez e certeza. 5. Alegações genéricas, desprovidas de fundamentação, não são hábeis a ilidir a presunção relativa de liquidez e certeza da Certidão da Dívida Ativa ou de inverter o ônus da prova. 6. Os juros de mora devem ser computados a partir do vencimento da obrigação e calculados sobre o valor corrigido monetariamente. 7. Consoante previsão na legislação específica, a taxa SELIC incide sobre os valores objeto da execução fiscal, afastando a incidência de outro índice de correção monetária ou juros. 8. O encargo de 20% previsto no Decreto-lei n.o 1.025/69 é devido nas execuções fiscais em substituição aos honorários advocatícios. Precedentes do C. STJ". Opostos embargos de declaração, foram rejeitados. Decido. A irresignação não merece prosperar. No que se refere ao artigo 145, § 2º, apontado como violado, carece do necessário prequestionamento, sendo certo que os acórdãos proferidos pelo Tribunal de origem não cuidaram da referida norma, a qual, também, não foi objeto dos embargos declaratórios opostos pelo recorrente. Incidem na espécie as Súmulas nºs 282 e 356 desta Corte. Mesmo que assim não fosse, a discussão acerca do encargo legal previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025/69 paira no âmbito infraconstitucional, sendo que eventual ofensa à Constituição seria meramente reflexa, insuscetível de reexame pela via extraordinária. Nesse sentido: AI nº 760.477/SP, Relator o Ministro Ayres Britto, DJe de 2/2/12; ARE nº 644.073/SC, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe de 6/10/11. Ademais, a jurisprudência desta Corte está consolidada no sentido de que as alegações de afronta aos princípios da legalidade, do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame de normas infraconstitucionais, podem configurar apenas ofensa indireta ou reflexa à Constituição da República, o que não enseja reexame em recurso extraordinário. Nesse sentido, anote-se: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - ALEGAÇÃO DE OFENSA AO POSTULADO DA MOTIVAÇÃO DOS ATOS DECISÓRIOS - INOCORRÊNCIA - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO - RECURSO IMPROVIDO. O Supremo Tribunal Federal deixou assentado que, em regra, as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição, circunstância essa que impede a utilização do recurso extraordinário. Precedentes" (AI nº 360.265/RJ-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20/9/02). Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento. Publique-se. Brasília, 6 de dezembro de 2012. (STF - AI: 764385 SP, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 06/12/2012, Data de Publicação: DJe-243 DIVULG 11/12/2012 PUBLIC 12/12/2012, grifei).
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA DE DIREITO E PROVA DOCUMENTAL. DESNECESSIDADE DE PROVA TESTEMUNHAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NA FISCALIZAÇÃO. CDA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E LEGITIMIDADE. 1. Não há que se falar em cerceamento de defesa, pois se trata de matéria de direito e prova documental, sendo desnecessária prova testemunhal. 2. Como restou demonstrado no curso da instrução do processo, a empresa embargante foi notificada com antecedência para apresentar documentos que comprovassem o cumprimento das normas de proteção ao trabalho quando da fiscalização, mas deixou de exibi-los. 3. A presunção de veracidade e de legitimidade da CDA, portanto, não foi infirmada por documentação suficiente a demonstrar o alegado direito, o que só seria bastante com a apresentação dos referidos documentos. 4. Não demonstrado, documentalmente, o cumprimento das normas de proteção ao trabalho, os embargos não merecem acolhida. 5. Apelação improvida. (TRF-3 - AC: 29911 SP 97.03.029911-3, Relator: JUIZ CONVOCADO WILSON ZAUHY, Data de Julgamento: 09/02/2011, JUDICIÁRIO EM DIA - TURMA C).
Portanto, a decisão agravada não viola o princípio do cerceamento de defesa por ser dispensada a prova testemunhal em ação de execução fiscal, inclusive, por decorrer de multa de trânsito.
Pelo exposto, nego provimento ao recurso monocraticamente com fundamento no art. 932, IV, do Código de Processo Civil e Súmula 568 do STJ.
Notifique-se o juízo de origem acerca da decisão.
Publique-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Oudivanil de Marins
Processo: 0802860-59.2017.8.22.0000 - Agravo de Instrumento
Origem: 7008775-85.2017.8.22.0005 – Jí-Paraná/5ª Vara Cível
Agravante: Municipio de Jí-Paraná
Procuradora: Wiara Lara Souza e Silva
Agravado: Márcio Ferreira
Defensor Público: João Verde Navarro França Pereira
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares de Lima
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Data de distribuição: 19/10/2017
Despacho
VISTOS.
Trata-se de agravo de instrumento envolvendo procedimento cirúrgico a ser custeado pelo Estado de Rondônia e o agravante, e em consulta ao processo de origem se verifica que o juízo determinou a realização da cirurgia no prazo máximo de 10/01/2018.
Diante disso, intime-se o agravante para, no prazo de 5 dias, informar se o procedimento foi realizado e o interesse em prosseguir com o presente recurso, visto que inclusive, resta pendente o julgamento dos embargos de declaração opostos sobre a decisão da tutela antecipada.
Após voltem conclusos.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Oudivanil de Marins
0802900-41.2017.8.22.0000 – Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento
Origem: 0001254-83.2014.822.0016 – Costa Marques – 1ª Vara Cível
Embargante: Jacqueline Ferreira Góis
Advogado(a): Fábio Pereira Mesquita Muniz (OAB/RO 5904)
Embargado: Ministério Público de Rondônia
Relator : DES. OUDIVANIL DE MARINS
Opostos em: 01/11/2017
Despacho
VISTOS.
Intime-se o embargante nos termos do art. 1.023, §2º do Código de Processo Civil.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

0800267-23.2018.8.22.0000 - Agravo de Instrumento
Origem: 7012620-40.2017.8.22.0001 Porto Velho/1ªVara da Fazenda Pública
Agravante: Fabiana Araújo Silva
Advogada: Maria da Conceição Ambrósio dos Reis (OAB/RO 674)
Agravado: Estado de Rondônia
Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Data de distribuição: 15/02/2018
Vistos etc.
Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por Fabiana Araújo Silva contra decisão interlocutória proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho que, em sítio de cumprimento de sentença, indeferiu postulado aproveitamento dos cálculos elaborados pelo Estado nos embargos nº 7031409-87.2017.8.22.0001.
Ausente pedido de atribuição de efeito suspensivo ativo, intime-se o agravado para apresentar resposta.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 20 fevereiro 2018.
Des. Gilberto Barbosa
Relator

0800279-37.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 7011895-82.2016.8.22.0002 Ariquemes/4ª Vara Cível
Agravante: Jbs S/A
Advogada: Carolina Hamaguchi (OAB/SP 195.705)
Advogada: Renata Siciliano Quartim Barbosa (OAB/SP 118.690)
Advogada: Fabio Augusto Chilo (OAB/SP 221.616)
Agravado: Estado de Rondônia
Procuradora: Monica Aparecida Eustáchio (OAB/RO 7935)
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Distribuído por Sorteio em 08/02/2018
Vistos etc.
Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo ativo, interposto pela empresa JBS S/A contra decisão interlocutória proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível de Ariquemes que, rejeitando exceção de pré-executividade, determinou o prosseguimento de execução fiscal, fls. 171/173.
Relata que, em 15.06.2016, com a finalidade de receber valores relativos a ICMS, multa e juros (CDI 20160200038495), foi ajuizada execução fiscal contra a empresa Agropastoril Estevam Ltda.
Explica que, em 30.03.2017, o Juízo de piso, em descompasso com os princípios do contraditório e ampla defesa e acatando argumento do Estado de Rondônia no sentido de ser a sucessora da empresa Agropastoril, deferiu a sua inclusão no polo passivo da execução fiscal.
Afirma que, em razão disso, ajuizou exceção de pré-executividade e que, sob o fundamento de que há fortes indícios de sucessão já que, com a mesma atividade, se estabeleceu no mesmo endereço, foi ela rejeitada pelo Juízo de primeiro grau.
Pontua que não deve prevalecer a decisão agravada que redirecionou a execução fiscal, pois em descompasso com o princípio do devido processo legal e artigos 7º e 9º do Código de Processo Civil.
Diz evidente o prejuízo, pois, sem ter tido oportunidade de defesa, está sendo compelida a pagar débito de terceiro, podendo, por consequência, sofrer constrições patrimoniais, bem como ser inscrita no cadastro de inadimplentes.
Lado outro, assevera que, na dicção dos artigos 133 e 137 do Código de Processo Civil, deveria, antes do redirecionamento da execução fiscal, ter sido instaurado incidente de desconsideração da personalidade jurídica em face da empresa Agropastoril.
Noutro vértice, afirma não se ter comprovado a sucessão empresarial tributária definida pelo artigo 133 do Código Tributário Nacional.
Alega que o fato de se ter estabelecido no mesmo endereço da empesa executada e praticar a mesma atividade comercial, não comprova a aquisição de fundo de comércio ou estabelecimento comercial.
Argumenta que a sucessão empresarial pressupõe negócio jurídico que, por consequência, gera aquisição da propriedade com todos os poderes inerentes ao domínio do bem, o que não é o caso.
Salienta que não há prova da aquisição do estabelecimento ou fundo de comércio, tendo o juízo de piso fundamentado a decisão agravada em indícios, sem prova concreta da aquisição de ponto comercial, clientes, nome, marcas, patentes, know how, etc.
Nessa passada, destacando ter inúmeros estabelecimentos pelo Brasil, evidencia que o ponto comercial da empresa Agropastoril não é determinante para a atividade empresarial desenvolvida e que necessita tão somente das instalações e da estrutura dos imóveis adquiridos.
Destaca que tem clientela própria, inclusive no mercado internacional, bem como marcas e patentes, não se utilizando, pois, de marcas da empresa Agropastoril.
Ressalta que a empresa executada mantém status de ativa, havendo notícia de que ainda está em atividade.
Sustentando que o ICMS por ser imposto de obrigação pessoal, não pode ser transmitido em razão da localização do estabelecimento, afirma que, para efeitos de responsabilidade pela dívida tributária, deveria o agravado ter verificado se as demais filiais da empresa originariamente executada estão, ou não, em atividade.
Pondera que se fazia imperiosa a citação da empresa Agropastorial.
Lado outro, considerando, para o caso de ser mantido o redirecionamento da execução, nos termos do que dispõe o artigo 133, II do Código Tributário Nacional, deve ser solidariamente responsabilizada e, nessa condição, alcançada somente após comprovada a incapacidade de adimplemento da empresa Agropastoril.
Noutra passada, defendendo a sua exclusão do polo passivo da execução, afirma que, nos termos do que dispõe o artigo 135 do Código Tributário Nacional, somente os administradores da empresa executada devem responder pelo débito tributário.
Destaca que o procedimento fiscal se iniciou em 10.12.2011, portanto, antes do encerramento das atividades da executada originária, não se justificando, portanto, o redirecionamento da execução.
Afirma pesquisa nos registros da Junta Comercial do Estado de São Paulo revela que há outras execuções fiscais propostas em nome da empresa Agropastoril e que não tiveram o mesmo desfecho de redirecionamento.
Pede que, para confirmar que, à época da autuação, eram administradores da empresa executada Márcio Brito Estevam e Santa Marina Alimentos Ltda., que se oficie à Junta Comercial de Rondônia.

Neste contexto, requer que seja deferido efeito suspensivo e, por consequência, sobrestada a execução fiscal e obstadas medicas como constrição de bens, negativa de certidão de regularidade fiscal e registro de seu nome em cadastro de proteção ao crédito.
Junta documentos. Decido.
Imperioso anotar que, nos termos da Súmula 393 do Superior Tribunal de Justiça, a exceção de pré-executividade somente é admissível quando se refira à matéria conhecível de ofício e que, por isso, não demande dilação probatória.
Em que pese os fortes argumentos trazidos à colação, nesta análise perfunctória e própria para o momento, verifico que a matéria alegada – inexistência de sucessão empresarial –, sem dúvida, depende de dilação probatória, incabível pela via da exceção.
Ademais, frise-se que a jurisprudência admite a responsabilização da sucessora mesmo quando ausente instrumento oficial de formalização, bastando, nesse caso, indícios suficientes da sucessão para responsabilizar o sucessor (Chucri, Augusto Newton. Execução Fiscal Aplicada, 5ª ed. p. 523).
Neste sentido também caminha a jurisprudência:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. SUCESSÃO EMPRESARIAL. DILAÇÃO PROBATÓRIA. 1. A defesa veiculável em sede exceção de pré-executividade, mormente para por fim à execução, deve ser aferível de plano, sem quaisquer questionamentos. Havendo dúvida, ainda que pequena, a matéria não pode ser decidida por esse meio excepcional de defesa. 2. Tendo em vista que não consta nenhuma irregularidade aferível de plano quanto ao redirecionamento da execução à ora excipiente e, ainda, que o acolhimento da tese da agravante dependeria de dilação probatória, mostra-se inviável o exame do incidente eleito. (TRF-4 - AG 0005725-93.2015.404.0000/SC, Rel. Jorge Antonio Maurique, j. 16/12/2015, 1ª Turma).
PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA POR SUCESSÃO EMPRESARIAL. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. OBJEÇÃO. INVIABILIDADE. 1. A via da exceção de pré-executividade é cabível para arguição de matérias de ordem pública, devidamente instruída com a prova da alegação. 2. Hipótese em que, consoante entendimento firmado pelo STJ, ao apreciar o RESP nº 1.104.900/ES, submetido ao regime dos recursos repetitivos (art. 534-C do CPC), não é cabível discutir, mediante a objeção citada, a responsabilidade tributária do sócio da empresa executada, por sucessão empresarial, em face da necessidade de dilação probatória. 3. Agravo de instrumento desprovido. (TRF-5 - AG 67542520134050000, Rel. Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, j. 27/08/2013, 3ª Turma)
Forçoso considerar que no caso em comento o Juízo de piso verificou que a empresa agravante se instalou no mesmo enderenço da empresa originariamente executada, que há confusão patrimonial e semelhança de objeto social, circunstâncias, convenha-se, que evidenciam e autorizam que seja admitida sucessão empresarial.
Neste contexto, ausente a probabilidade do direito vindicado, indefiro o pedido de efeito suspensivo.
Nos termos do inciso II, do artigo 1.019 do Código de Processo Civil, que seja intimado o agravado para apresentar resposta.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Des. Gilberto Barbosa
Relator

Processo: 0802177-22.2017.8.22.0000 – Agravo de Instrumento
Origem: 7007010-79.2017.8.22.0005 Ji-Paraná/2ª Vara Cível
Agravante: Estado de Rondônia
Procuradora: Caroline Mezzomo Barroso Bittencourt (OAB/RO 2267)
Agravado: E. M. O
Defensor Público: José Oliveira de Andrade
Agravada: Sônia Medeiros de Souza
Defensor Público: José Oliveira de Andrade
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Data de distribuição: 11/08/2017
Decisão
VISTOS.
Em análise ao processo principal no sistema PJE 1º grau, verifica-se a prolação de sentença de procedência em 31/10/2017, tornando prejudicada a análise do mérito do presente recurso ante a perda do objeto. Portanto, diante da perda superveniente do objeto do presente recurso, julgo-o prejudicado, nos moldes do art. 1.018, § 1º do CPC/2015.
Procedidas às anotações necessárias, transitado em julgado, arquive-se.
Publique-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

0800374-67.2018.8.22.0000 Mandado de Segurança PJe
Impetrante: Pedro Rocha Tavares Júnior
Advogado: Robson Martinowski Costa (OAB/RO 5281)
Impetrado: Secretário de Justiça do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:DES. GILBERTO BARBOSA
Data de Distribuição: 16/02/2018
Vistos etc.
Imperioso considerar que o valor das custas no caso posto é de R$100,00, o que, a meu sentir, evidencia que pode ser, sem prejuízo do sustento próprio e da família, suportado pelo impetrante.
Sendo assim, indefiro a postulação de diferimento e, por consequência, determino que, em cinco dias e sob pena de indeferimento da inicial, junte comprovante do valor das custas.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Des. Gilberto Barbosa
Relator

0802953-22.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 0008102-29.2013.8.22.0014 Vilhena/2ª Vara Cível
Agravante: João Batista de Freitas Pereira
Advogada: Carla Falcão Santoro (OAB/RO 616)
Advogada: Michele Machado Sant Ana Lopes (OAB/RO 6304)
Agravado: Marco Túlio De Freitas Teodoro
Advogada: Cláudia Sant' Anna Tiezzi (OAB/RO 661)
Agravado: Prefeitura do Município de Vilhena/RO
Relator : DES. EURICO MONTENEGRO
Data de Distribuição: 26/10/2017
Decisão
VISTOS.
Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto por João Batista de Freitas Pereira contra decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Vilhena, que deferiu a expedição da carta de arrematação nos autos da execução fiscal n. 0008102-29.2013.8.22.0014.
Alega o agravante tratar de execução fiscal proposta pelo Município de Vilhena contra o espólio de Favid Gauszer, visando o recebimento do valor de R$ 5.063,44. Diante disso, foi penhorado um imóvel o qual não pertence ao executado, mas sim a sua pessoa, e este foi leiloado, arrematado e deferida a carta de arrematação, mesmo tendo oposto embargos de terceiro e informado em suas razões o motivo da nulidade.
Do exposto, a arrematação permanece válida causando prejuízos inclusive, o imóvel se encontra avaliado em R$ 500.000,00 e foi arrematado por R$ 164.000,00.
Relata que a arrematação lhe causa danos irreparáveis, tornando necessária a concessão do efeito suspensivo sob pena de incerta reparação e nulidade do negócio jurídico, bem como o fato da entrega do imóvel ser lesiva.
Por fim, requer a concessão do efeito suspensivo para impedir a expedição da carta de arrematação, visando impedir o dano irreparável. No mérito, a anulação da arrematação com a liberação do imóvel (fls. 4-23).

É o relatório.
DECIDO.
Recurso próprio e tempestivo, por isso conheço dele.
A decisão agravada versa sobre a expedição da carta arrematação referente ao imóvel Lote Urbano n. 08, Quadra 27, Setor 2, localizado no Município de Vilhena, o qual foi arrematado por Marco Túlio de Freitas Teodoro.
O agravante se diz terceiro interessado mas após interpor embargos de terceiro, requereu a extinção do mesmo e se insurge contra a decisão que deferiu a arrematação do bem.
Pois bem. Em análise aos documentos dos autos se verifica que o registo do imóvel em questão está em nome de Elias David Gauszer (espólio), e por ser devedor perante o Município de Vilhena, foi penhorado o bem e posteriormente leiloado e arrematado por Marco Túlio de Freitas Teodoro.
A questão a ser analisada nesta fase processual restringe-se à verificação da existência dos pressupostos para a concessão da tutela de urgência antecipatória, equivalente ao efeito suspensivo, exigindo-se a probabilidade do direito invocado e a possibilidade de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos moldes do artigo 300 do Novo Código de Processo Civil.
A respeito da possibilidade de concessão da antecipação dos efeitos da tutela, Theotônio Negrão, na obra "Curso de Direito Processual Civil", 38ª ed., São Paulo: Saraiva, 2006, p. 384 e 385, anota:
"A tutela antecipada deve ser correspondente à tutela definitiva, que será prestada se a ação for julgada procedente. Assim;" Medida antecipatória, consequentemente, é a que contém providência apta a assumir contornos de definitividade pela simples superveniência da sentença que julgar procedente o pedido "(STF- Pleno: RTJ 180/453; a citação é da decisão do relator, confirmada em plenário).
Em análise às teses recursais e decisão agravada, verifica-se ausência de prova sobre qualquer irregularidade no processo de arrematação do bem, inclusive, o juízo apreciou os pedidos da impugnação e a princípio, inexiste comprovação de dano iminente e se faz necessária a análise das razões expostas pelas partes envolvidas para tomada de qualquer decisão, visando não causar prejuízos aos demais.
Os demais pontos serão analisados após a instrução do agravo.
Portanto, ausentes os requisitos necessários (art. 300 do Novo Código de Processo Civil), indefiro a tutela de urgência antecipatória e o pedido de efeito suspensivo.
Notifique-se o juízo de primeiro grau para apresentar informações e cumprimento do art. 1.018 do CPC.
Intimem-se os agravados para contraminutar (Município de Vilhena e Marco Túlio de Freitas Teodoro).
Publique-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018
DES. OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

Processo: 0802297-65.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 7012760-08.2016.8.22.0002 Ariquemes/3ª Vara Cível
Agravante: Lorival Ribeiro de Amorim
Advogada: Rafaela Pammy Fernandes Silveira (OAB/RO 4319)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Distribuído por Sorteio em 24/08/2017
Decisão
VISTOS.
Trata-se de agravo de instrumento em ação civil pública interposto por Lorival Ribeiro de Amorim, contra decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes que recebeu a ação de improbidade administrativa.
Relata o agravante que o Ministério Público propôs ação civil pública por haver indícios de prática de improbidade administrativa por utilizar a máquina pública administrativa para promoção pessoal ao firmar contrato de mídia entre empresa privada e o Município de Ariquemes.
Alega em sede preliminar que o Ministério Público juntou na ação de origem documentos de forma desorganizada, violando a Resolução n. 185/2013 do CNJ.
No mérito, sustenta necessária a reforma da decisão de primeiro grau por causar lesão grave ou de difícil reparação em decorrência do desgaste financeiro, emocional e da imagem do agente político por responder por ação civil pública sem prova da existência de ato ímprobo. Portanto, o juízo a quo recebeu a ação civil pública desprovida de fundamentação e não analisou suas teses comprovando não ter utilizado slogan eleitoral enquanto exercia o mandato de Prefeito.
Informa que o contrato firmado entre o Município de Ariquemes e a empresa Global Marketing e Assessoria Ltda, limita-se a contratação de mídia institucional em rádio e televisão com intuito de prestar informações à população, incluindo o uso do slogan do Município de Ariquemes sem menção a qualquer partido político e muito menos relacionado a sua pessoa.
Por fim, requer o provimento recursal para reconhecer a inexistência da prática de ato ímprobo na ação civil pública n. 7012760-08.2017.8.22.0002, com a extinção do processo, e caso contrário, ao menos seja acolhida a preliminar de emenda à inicial para o agravado instruir corretamente a ação (fls. 41-71).
Sem pedido de antecipação de tutela.
Em suas contrarrazões o Ministério Público relata não ter havido cerceamento de defesa na ação principal e existe vedação legal à divulgação de propaganda pessoal valendo-se da prestação de serviços, obras ou bens público. E no caso, resta provado por fotografias e documentos que o agravante criou um logotipo e slogan com a finalidade explícita de passar a ideia à população de realização pessoal na condição de Prefeito, configurando assim, ato ímprobo. Por fim, requer o improvimento recursal e manutenção da decisão agravada (fls.90-4).
O Procurador de Justiça Dr. Tarcisio Leite Mattos opinou pelo não provimento recursal (fls. 102-5).
O juízo de primeiro grau não prestou informações (fl. 100).
Em consulta ao processo de origem no sistema PJE 1º grau, verifica-se estar em fase de instrução.
É o relatório.
DECIDO.
O agravante pretende reformar a decisão agravada e extinguir o processo por não ter cometido ato ímprobo como informado na ação civil pública recebida pelo juízo de origem.
Inicialmente importa ressaltar que o presente recurso irá analisar somente a questão sobre o recebimento da ação de improbidade administrativa, sem adentrar no mérito da ação principal.
Nesse contexto, deve ser considerado que na presença de indícios da prática de ato de improbidade e proposta ação civil pública, é prudente verificar a presença ou não destes através da instrução processual, onde as partes envolvidas poderão manifestar sobre o que entender necessário.
No caso, a decisão agravada recebeu a ação civil pública ao verificar seus requisitos por meio de elementos probatórios juntados aos autos, mesmo tendo apreciado a defesa preliminar apresentada pela agravante. Diante disso, deve o agravante aguardar a fase processual adequada para buscar sua pretensão, pois o mérito da ação principal não pode ser discutido no presente recurso por causar supressão de instância.
Ademais, a preliminar pleiteando a emenda à inicial é descabida pelo fato de primeiro; estar ultrapassada essa fase processual, e segundo, pelo fato de não ser o objeto da decisão agravada (recebimento da ação civil pública), tendo o juízo de origem analisado o inteiro teor do processo e verificada a possibilidade de seu prosseguimento.
Nesse contexto, ao analisar os autos verifico que o recebimento da ação civil pública se deu fundamentado e baseado em elementos probatórios apresentados pelo Ministério Público, não podendo ser descartado de plano.
Ainda, a inicial da ação civil pública deve vir instruída com documentos indicando a existência de suposta prática de ato ímprobo e não necessariamente a prova da conduta praticada pelo agente, que será provada durante a instrução processual.

Os Tribunais Superiores seguem nessa esteira:
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECEBIMENTO DA AÇÃO. TIPIFICAÇÃO DOS ATOS. INDÍCIOS DE PRÁTICAS DE ATOS ÍMPROBOS. IN DUBIO PRO SOCIETATE. SÚMULA 7/STJ. 1. Em ação civil pública por ato de improbidade, basta que o autor faça uma descrição genérica dos fatos e imputações dos réus, sem necessidade de descrever em minúcias os comportamentos e as sanções devidas a cada agente. 2. Para fins do juízo preliminar de admissibilidade, previsto no art. 17, §§ 7º, 8º e 9º, da Lei 8.429/1992, é suficiente a demonstração de indícios razoáveis de prática de atos de improbidade e autoria, para que se determine o processamento da ação, em obediência ao princípio do in dubio pro societate, a fim de possibilitar o maior resguardo do interesse público. Precedentes. 3. Inviável a reforma do acórdão que, em análise das provas carreadas aos autos, concluiu pela existência de indícios mínimos de cometimento de atos ímprobos, relativos a direcionamento de licitação, em razão do óbice da Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 318511 DF 2013/0084190-2, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 05/09/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/09/2013)
AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RECEBIMENTO DA AÇÃO. PREFEITO MUNICIPAL. SUPOSTA MALVERSAÇÃO DE VERBAS DECORRENTES DE CONVENIO COM A UNIÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. INÉPCIA DA INICIAL. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA, MATERIALIDADE E DE LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO. - Recebimento de ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa (Lei nº 9.429/92) ajuizada pelo Ministério Público Federal contra o Prefeito do Município de Maurit/CE, sob a alegação de dano ao erário público, decorrente da malversação de verba decorrente de convênio firmado com a União Federal para a construção de um estádio de futebol. - "É pacífico o entendimento desta Corte, no sentido de ser o Ministério Público legítimo para propor ação civil pública na hipótese de dano ao erário público." (STJ, AgRg no Ag nº 483620/MG, Rel. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, julg. em 17/05/2005, publ. DJU de 20/06/2005, pág. 194). - Não há que se falar, prima facie, em inépcia da inicial, quando o pedido se encontra fundamentado em relatório do Tribunal de Contas da União e o douto Parquet Federal indicou as condutas que entende violadoras da probidade administrativa, assim como as penalidades aplicáveis, de acordo com a Lei nº 8.429/92, cuja dosagem e aplicação serão cabíveis no julgamento. - Não sendo manifestamente incabível, deve ser recebida a Ação Civil Pública por improbidade administrativa. (TRF-5 - ACPIA: 80 CE 2004.81.00.007014-3, Relator: Desembargador Federal Ubaldo Ataíde Cavalcante, Data de Julgamento: 13/09/2005, Pleno, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça - Data: 28/10/2005 - Página: 748 - Nº: 208 - Ano: 2005, grifei).
Desta forma, a suposta prática de improbidade é matéria a ser discutida no decorrer da instrução processual e no mérito da ação civil pública, não podendo ser objeto do presente recurso, sob pena de causar danos irreversíveis à parte contrária e por ser necessária a instrução processual, a qual oportunizará ao agravante se defender e provar a suposta ausência da prática de ato ímprobo. Ademais, a discussão sobre a matéria de direito afeta o próprio mérito da ação originária.
Pelo exposto, nego provimento monocrático ao recurso nos termos do art. 932, inciso IV, "b", do Código de Processo Civil e Súmula 568 do STJ, para manter a decisão agravada.
Notifique-se o juízo de origem acerca desta decisão.
Publique-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

0802997-41.2017.8.22.0000 - Agravo de Instrumento
Origem: 0157694-07.2004.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis
Agravante: Estado de Rondônia
Procuradora: Luciana Fonseca Azevedo (OAB/RO 5726)
Agravado: Seabra Transportes Ltda
Defensor Público: Fabio Roberto de Oliveira Santos
RELATOR: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Data de Distribuição: 31/10/2017
Despacho
VISTOS.
Trata-se de agravo de instrumento sem pedido de tutela antecipada.
Solicitem-se informações ao juízo de origem.
Intime-se a agravada para contraminuta.
Após voltem conclusos para análise do mérito.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

Processo: 0802960-14.2017.8.22.0000 - Mandado De Segurança (PJe)
Impetrante: Eugenio Brugger Nickerson
Advogada: Regina Martins Ferreira (OAB/RO 8088)
Advogada: Lucas Mello Rodrigues (OAB/RO 6528)
Impetrado: Secretário de Estado de Finanças do Estado de Rondônia
Interessado(Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Data de distribuição: 26/10/2017
Vistos etc.
Considerando deliberação do Superior Tribunal de Justiça no sentido da suspensão dos processos pendentes e que versem sobre inclusão, na base de cálculo do ICMS, de tarifa de uso do sistema de transmissão de energia elétrica – TUST e da tarifa de uso do sistema de distribuição de energia elétrica – TUSD (REsp 1692.023-MT, Tema nº 986), determino, até que seja proferida decisão final naquele processo, que este mandado de segurança se mantenha sobrestado.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Des. Gilberto Barbosa
Relator

0800153-84.2018.8.22.0000 Mandado de Segurança PJe
Impetrante: VRG Construtora Eireli - ME
Advogado: Anderson Marcelino dos Reis (OAB/RO 6452)
Advogada: Elisandra Nunes da Silva (OAB/RO 5143)
Impetrado: Superintendente de Licitações de Rondônia - SUPEL
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Data da Distribuição: 26/01/2018
Vistos etc.
Conforme despacho Id 3187360, que retorne os autos ao Departamento para que sejam cumpridas as providências determinadas.
Cumpra-se.
Porto Velho, 08 fevereiro 2018.
Des. Gilberto Barbosa
Relator

0802948-97.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 7037610-95.2017.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara de Fazenda Pública
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Thiago Araújo Madureira de Oliveira (OAB/RO 7410)
Agravado: Luiz Ricardo Rodrigues Aguiar

Advogado: Jeferson Negreiros Tejas (OAB/RO 2253)
Relator: DES. EURICO MONTENEGRO
Distribuído por Sorteio em 26/10/2017
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento (doc. e-2651533) interposto pelo Estado de Rondônia contra decisão interlocutória proferida pelo juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho, nos autos do Mandado de Segurança n. 7037610-95.2017.8.22.0001, impetrado pelo ora Agravado, Luiz Ricardo Rodrigues Aguiar, em face do Agravante.
A decisão recorrida deferiu pedido liminar (doc. e-13348381 dos autos originários).
Indeferido o pedido de efeito suspensivo (doc. e-2760103, pág. 5).
É o sucinto relatório.
Decido.
Em análise ao processo judicial, verificou-se que o Mandado de Segurança impetrado por Luiz Ricardo Rodrigues Aguiar já foi devidamente julgado pelo juízo singular conforme a R. sentença proferida (doc. e-15395540 dos autos originários).
Desse modo, superveniente a prolação de sentença de mérito absorve a decisão liminar atacada via agravo de instrumento, desconstituindo, pois, o seu objeto, uma das condições do recurso.
Assim, com fulcro no art. 932, inciso III do Código de Processo Civil c/c com o art. 123, inciso V do RITJRO, extingue-se a lide sem a análise das razões do recurso do agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

0801438-49.2017.8.22.0000 Ação Rescisória
Origem: 0000367-50.2015.8.22.0021 Buritis/1ª Vara
Autor: Estado de Rondônia
Procurador do Estado: Sávio de Jesus Gonçalves (OAB/RO 519-A)
Réu: Daniele Janaína Rezende
Advogado: Sandra Mirele Barros De Souza Amaral (OAB/RO 6642)
Relator: DES. EURICO MONTENEGRO
Distribuído por Sorteio em 07/12/2017
Decisão
O Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público, já qualificado nos autos, propõe ação rescisória, com pedido de antecipação de tutela, com o objetivo de rescindir a sentença (doc.e-1816569) proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Buritis, nos autos da ação declaratória de cumulação dos adicionais constitucionais (insalubridade, periculosidade e penosidade), com pedido de tutela antecipada, a qual foi movida por Daniele Janaina Rezende em face do ora Autor.
Fundamenta seu pedido sob o argumento de que a sentença rescindenda violou preceitos da Constituição Federal e de legislação infraconstitucional.
Aduz que foi suprimida a previsão dos adicionais de insalubridade, periculosidade penosidade devidos aos servidores públicos após a Emenda Constitucional n. 19/1998.
Ainda, sustenta que, ao contrário do que fora declarado na sentença rescindenda, não há inconstitucionalidade no art. 1º, §4º, da Lei Estadual n. 2.165/2009.
Diante disso, entende que não é devido o pagamento dos adicionais de insalubridade, periculosidade e penosidade de forma cumulativa.
Ademais, no que tange ao pagamento do adicional de insalubridade, argui que a concessão foi baseada em laudo fora do prazo de validade, bem como que servidor não possui direito adquirido a regime jurídico, motivo pelo qual alega ter havido equívoco na decisão, por ter sido entendido que o referido adicional seria direito adquirido face a erro administrativo.
Quanto ao adicional de periculosidade, alude que este apenas é devido para o trabalhador que estiver em contato permanente com inflamáveis, explosivos ou energia elétrica, o que argumenta não ser o caso em análise, tendo-se em vista que se trata de agente penitenciária.
Por fim, no que pertine ao adicional de penosidade, afirma que não foi regulamentado, de modo que entende ficar obstada a sua fruição, ante o fato de ser previsão de eficácia limitada.
Requer, preliminarmente, a antecipação da tutela, a fim de suspender os efeitos da execução da sentença que lhe vem sendo imposta, nos moldes do art. 969 do NCPC.
No mérito, pugna que seja rescindida a sentença, em razão das violações às literais disposições legais, bem como da existência de erro material.
Outrossim, pede que seja citada a requerida, assim como seja esta condenada ao pagamento das custas e verbas honorárias.
É o relatório.
Decido a tutela antecipada.
A tutela antecipada depende da relevância do pedido e da possibilidade de irreparabilidade do dano.
No caso vertente, registre-se a relevância do pedido, uma vez que segundo se constata, o direito concedido à requerida teve como base lei declarada inconstitucional incidentalmente, de forma que entendo prudente que seja feita análise mais detalhada e com afinco acerca do tema, medida que não é possível ser realizada em sede preliminar própria deste momento.
Por sua vez, quanto à possibilidade de dano, entendo que também está presente, haja vista que a sentença rescindenda já está na fase de cumprimento de sentença, inclusive com pedido de expedição de RPV, conforme afere-se de consulta processual nos autos de n. 7005225-68.2016.8.22.0021.
Por tal razão, defiro o pedido de tutela antecipada, suspendendo a execução da sentença rescindenda em primeiro grau.
Oficie-se ao Juízo perante o qual tem curso o procedimento de cumprimento de sentença para que dê cumprimento a esta decisão.
Cite-se a requerida para, no prazo de 15 dias, apresentar resposta (art.970 CPC).
Publique-se e cumpra-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Relator

0801944-25.2017.8.22.0000 Mandado de Segurança PJe
Impetrante: J. & J. Livraria Comércio de Livros Ltda -ME
Advogada: Vanessa Angélica de Araújo Clementino (OAB/RO 4722)
Advogada: Mariana da Silva (OAB/RO 294)
Advogado: Richard Campanari (OAB/RO 2889)
Advogado: Luiz Felipe da Silva Andrade(OAB/RO 6175)
Impetrado: Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN/RO
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradora: Mônica Aparecida Eustachio (OAB/RO 7935)
Relator: Des. EURICO MONTENEGRO
Distribuição de Distribuição: 04/09/2017
DecisãoVistos.
A presente demanda discute suposta ilegalidade na base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) incidente sobre o consumo de energia elétrica, a exemplo da inclusão da Tarifa de Uso do Sistema Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) no cálculo.
A matéria é tema do Repetitivo n. 986/STJ, reconhecido no RESP de n. 1692023/MT, no qual houve determinação de suspensão nacional de todos os processos pendentes de julgamento que versem sobre a matéria. Transcrevo a ementa do julgado:

RECURSOS ESPECIAIS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA. RITO DOS ARTIGOS 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015. RESP 1.699.851/TO, RESP 1.692.023/MT E ERESP 1.163.020/RS. ADMISSÃO.
1. Admitida a afetação da seguinte questão controvertida: "inclusão da Tarifa de Uso do Sistema Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculo do ICMS".
2. Autorização do colegiado ao Relator para selecionar outros recursos que satisfaçam os requisitos para representarem a controvérsia.
3. Recursos submetidos ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015. (ProAfR no RECURSO ESPECIAL Nº 1.692.023 - MT (2017/0170364-8), RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN).
Sendo este o caso dos autos, determino a suspensão do feito até o julgamento do recurso afetado, nos termos do art. 1.037, inciso II e seu §4º do Código de Processo Civil.
O processo, enquanto sobrestado, deverá permanecer sob os cuidados do Departamento e, vencidas qualquer uma das condições acima, tornem os autos conclusos, com as devidas anotações certificadas.
Intimem-se as partes, conforme previsão do §8º do art. 1.037 do CPC.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador Eurico Montenegro Júnior

Processo: 0802052-54.2017.8.22.0000 - Agravo de Instrumento
Origem: 7008747-29.2017.8.22.0002 Ariquemes/1ª Vara Cível
Agravante: Lorival Ribeiro de Amorim
Advogado: Michel Eugenio Madella (OAB/RO 3390)
Advogado: Rafaela Pammy F. Silveira (OAB/RO 4319)
Agravado: Presidente da Comissão Especial de Inquérito Vereador Ernandes Santos Amorim
Interessado (Parte Passiva): Câmara Municipal de Ariquemes/RO
Relator : DES. EURICO MONTENEGRO
Data de distribuição: 04/08/2017
Decisão
Vistos.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face de decisão interlocutória proferida nos autos do processo n. 7008747-29.2017.8.22.0000.
É o relatório. Decido.
Em consulta ao feito principal verifico que já foi proferida sentença de mérito (vide doc. e – 15887637 daqueles autos).
Em assim sendo, resta evidente não haver mais interesse ou objeto recursal, razão pela qual não conheço o presente agravo de instrumento, na forma do artigo 932, III, do NCPC.
Publique-se. Após decurso de prazo, arquive-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Especial
Distribuido em 08/04/2016
Data do Julgamento : 08/02/2018
Processo:7000729-33.2015.8.22.0020 Apelação (PJe)
Origem: 7000729-33.2015.8.22.0020 Nova Brasilândia do Oeste/ Vara Única
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Eliabes Neves (OAB/RO 4074)
Apelada: Isabele Lobato Reis
Advogada: Isabele Lobato Reis (OAB/RO 3216)
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
Ementa: Apelação. Defensor dativo. Nomeação. Honorários advocatícios. Intimação do Estado. Desnecessidade. Redução da verba. Impossibilidade. Trânsito em julgado. 1. É da remansosa jurisprudência que a imposição de pagamento de honorários a defensor dativo não ofusca a ampla defesa e contraditório pelo fato de não ter sido o Estado intimado na fase de conhecimento, pois se faz indispensável tão somente que seja intimado na fase de execução da sentença. 2. Para além de não haver óbice à imposição de honorários a advogado dativo com atuação no Juizado Especial Criminal, não se mostra razoável a pretensão de que seja repassado a este profissional a responsabilidade de defender aquele que não tem condições financeiras para arcar com essa despesa. 3. Por estar acobertada pelo manto da coisa julgada, não há falar em redução de verba honorária em sítio de embargos à execução de sentença.4. Apelo não provido.

0803418-31.2017.8.22.0000 Reclamação
Origem: 7034445-40.2017.8.22.0001 Porto Velho/1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Reclamante: Estado de Rondônia
Procurador: Sérgio Fernandes de Abreu Júnior (OAB/RO 6629)
Reclamado: 1º Juizado Especial da Fazenda Publica da Comarca de Porto Velho
Interessado (Parte Passiva): Dulcines Aparecida Bataglia Maciel
Advogado: José Edilson da Silva (OAB/RO 1554)
Advogado: Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981)
Relator: DES. EURICO MONTENEGRO
Distribuído por Sorteio em 08/12/2017
DespachoVistos, etc.
Trata-se de Reclamação ajuizada pelo Estado de Rondônia, com fundamento no artigo 988, inciso I, do Código de Processo Civil, em decorrência de decisão proferida nos autos da Ação Anulatória de Débito Fiscal de n. 7034445-40.2017.8.22.0001, a qual alegadamente usurpa de competência deste Tribunal de Justiça para processar e julgar atos praticados por secretários de Estado.
Em seus fundamentos, sustenta o reclamante que, uma vez sendo cabível contra o ato combatido na ação declaratória a impetração de Mandado de Segurança em face de autoridade com foro por prerrogativa de função, resta inviável ao primeiro grau a concessão de tutela antecipada, nos termos do artigo 1º, §1º, da Lei 8.437/92.
Requer, pois, o recebimento e conhecimento desta Reclamação com o deferimento de medida antecipatória para, na forma do art. 989, inciso II, do NCPC, suspender a decisão combatida em virtude da violação de competência deste Tribunal de Justiça.
É o relatório. Decido.
Inicialmente, no que diz respeito ao pedido antecipatório formulado, observo inexistir risco da demora, ainda que eventualmente seja verificada a probabilidade do direito. Isso ao considerar ter sido atribuído efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento de n. 0800910-78.2017.8.22.9000, a fim de suspender a decisão proferida nos autos da Ação Anulatória em questão.
Ante o exposto, ausente um dos requisitos necessários para a concessão da medida antecipatória vindicada pelo reclamante, indefiro o pedido liminar e passo à instrução do feito.
Assim, com fundamento no artigo 989 do Código de Processo Civil:
(a) Intime-se o juízo prolator do ato impugnado para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste informações;
(b) Cite-se o beneficiário da decisão impugnada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contestação;
(c) Por fim, após o decurso dos prazos acima assinalados, dê-se vista dos autos ao Ministério Público pelo prazo legal.
Após, retornem os autos conclusos para julgamento.
Publique-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

0803161-40.2016.8.22.0000 Agravo de Instrumento(PJe)
Origem: 7008544-41.2015.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Gláucio Puig de Mello Filho (OAB/RO 6382)
Agravada: Edileuza Ribeiro Lopes da Silva
Advogada: Ângela Maria Mendes dos Santos (OAB/RO 2651)
Agravado: Nely Lopes Ferreira
Advogada: Ângela Maria Mendes dos Santos (OAB/RO 2651
Agravada: Teila Maria Nogueira Araújo
Advogada: Ângela Maria Mendes dos Santos (OAB/RO 2651)
Agravada: Magda Maria Oliveira de Souza
Advogada: Ângela Maria Mendes dos Santos (OAB/RO 2651)
Relator: DES. EURICO MONTENEGRO JUNIOR
Data Distribuição: 16/09/2016
DecisãoVistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de sentença proferida pelo juízo da 2ª da Fazenda Pública da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO que, nos autos de Embargos à Execução de n. 7008544-41.2015.8.22.0001, julgou parcialmente procedente os embargos opostos pelo Estado de Rondônia, determinando o prosseguimento do feito executório, a despeito da arguição de inexigibilidade do título judicial e de excesso na execução.
Inconformado, sustenta o agravante, primeiramente, a adequação do presente recurso. Isso ao considerar que os embargos à execução foram substituídos no novo Código de Processo Civil pela impugnação à execução. Neste caso, considerando o princípio do Tempus Regit Actum, em caso de parcial procedência da impugnação e continuidade da execução, o recurso cabível seria o agravo de instrumento. No mais, caso este não seja o entendimento desta câmara, requer a aplicação da fungibilidade, a fim de receber o presente agravo de instrumento como apelação.
No mérito sustenta a inexigibilidade do título judicial executado, tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade da Lei 794/1998 pelo Tribunal de Justiça deste Estado (ADI 00000631-33.2015.8.22.0000), com efeitos retroativos e erga omines, norma esta adotada como principal fundamento para a condenação do Estado ao pagamento das verbas executadas.
Ante o exposto, requer o recebimento do presente recurso para reformar a decisão judicial que julgou procedente em parte os embargos à execução e determinou o prosseguimento da execução, uma vez diante da inexigibilidade do título executivo judicial em razão da declaração de inconstitucionalidade da Lei, devendo a execução ser totalmente extinta.
Indeferi o efeito suspensivo vindicado (doc. e – 1151371).
O agravado deixou transcorrer em aberto o prazo para contraminuta ao agravo.
É o relatório. Decido.
A despeito da fundamentação trazida pelo agravante, bem como da notável boa-fé quando da interposição do presente agravo, a análise ora realizada esbarra na admissibilidade do presente recurso. Explico.
À luz do sistema de isolamento dos atos processuais, aplicável no que concerne ao direito intertemporal e aplicação das disposições do novo Código Processual Civil, cada ato deve ser considerado separadamente para o fim de se determinar adequadamente a lei que rege a este e a seus efeitos, a partir da aplicação do princípio tempus regit actum.
Uma vez isolados os atos praticados na vigência do código de processo civil revogvado, sua validade e seus efeitos não poderão ser alcançada pelas novas disposições processuais, muito mesmo ter sua natureza ou adequação transmudada, sob pena de violação à norma constitucional que veda a irretroatividade e resguarda o direito adquirido.
No que concerne ao caso em apreço, conforme sustentado pela parte, a defesa à execução se deu através dos embargos à execução, os quais foram recebidos na vigência da lei processual revogada e posteriormente julgado já na vigência do novo Código de Processo Civil. Referida espécie de defesa, caracterizada por sua natureza autônoma, mantém a sua adequação para a defesa do caso já em trâmite quando da vigência do novo Código de Processo Civil.
Assim sendo, após conhecida a defesa, tendo se dado sua válida tramitação e finalmente sido proferida sentença, cabível é a interposição de recurso de apelação, e não de agravo de instrumento, como leva a crer o agravante. Isso porque, conforme dispositivos pertinentes de ambos os códigos processuais, os quais transcrevo a seguir, o julgamento de embargos à execução se dá através de sentença e não por decisão interlocutória.
Art. 740 da Lei 6.869/73: Recebidos os embargos, será o exequente ouvido no prazo de 15 (quinze) dias; a seguir, o juiz julgará imediatamente o pedido (art. 330) ou designará audiência de conciliação, instrução e julgamento, proferindo sentença no prazo de 10 (dez) dias. (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).
Art. 920 do NCPC: Recebidos os embargos:
I - o exequente será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias;
II - a seguir, o juiz julgará imediatamente o pedido ou designará audiência;
III - encerrada a instrução, o juiz proferirá sentença.
Esta consonância entre os dispositivos demonstra, ademais, a ausência de erro justificável quando da utilização de agravo de instrumento como meio recursal, ante a clareza legislativa na classificação da decisão, o que traz à baila o disposto no artigo 1.009 do NCPC, que prevê “Da sentença cabe apelação”.
Resta evidenciado, pois, o erro grosseiro praticado quando da interposição do presente recurso e a ausência de dúvida objetiva no caso, o que me conduz ao seu não conhecimento.
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PRETENSÃO DE ANÁLISE DE QUESTÃO OMITIDA NA DECISÃO RECORRIDA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.
FUNGIBILIDADE RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.
AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO A QUAL RECONHECEU A CONFIGURAÇÃO DE ERRO GROSSEIRO NA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. CABIMENTO. [...] III - A aplicação do princípio da fungibilidade depende do preenchimento de dos seguintes requisitos: i) dúvida objetiva quanto ao recurso a ser interposto; ii) inexistência de erro grosseiro; e iii) que o recurso interposto erroneamente tenha sido apresentado no prazo daquele que seria o correto. In casu, nenhum dos requisitos restou cumprido. IV - Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação. V - Considera-se manifestamente inadmissível e enseja a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 nos casos em que o Agravo Interno foi interposto contra decisão a qual reconheceu como inadequado o recurso interposto, sem possibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade recursal, por tratar-se de erro grosseiro. VI - Agravo Interno improvido, com aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa. (AgInt no REsp 1656690/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 16/11/2017)
Ante o exposto, com fulcro no artigo 932, inciso III, do NCPC, não conheço do presente recurso por sua inadmissibilidade.
Dê-se ciência ao juiz da causa.
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Porto Velho, 21 de Fevereiro de 2018.
Des. Eurico Montenegro Júnior
Relator

0801782-30.2017.8.22.0000 - Agravo de Instrumento
Origem: 7027477-91.2017.8.22.0001 – Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador(a): Kherson Maciel Gomes Soares (OAB/RO 7139)
Agravado: Johnny Gustavo Clemes Junior
Advogado(a): Carina Gassen Martins Clemes (OAB/RO 3061)
Relator: Juiz Osny Claro de Oliveira Júnior
Data de distribuição: 06/07/2017
DecisãoVistos.
Trata-se de agravo de instrumento (doc. e-1977694) interposto pelo Estado de Rondônia contra decisão interlocutória (doc. e-1977854) proferida pelo juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho nos autos do Mandado de Segurança n. 7027477-91.2017.8.22.0001 movido pelo ora Agravado, Johnny Gustavo Clemes Júnior, a fim de realizar matrícula em estabelecimento de ensino superior.
A decisão recorrida deferiu o pedido de liminar, que determinou ao Secretário Estadual de Educação a expedição do certificado de conclusão do ensino médio do Agravado até 27/06/2017, sob o argumento de que a plausibilidade do direito encontra-se evidenciada no fato da aprovação no concurso de vestibular dentro do número de vagas ofertadas e das notas altas obtidas em todas as matérias escolares, bem como o fato de o Agravado ser civilmente emancipado.
Deferido o pedido de efeito suspensivo ativo (doc. e – 2009943).
A parte Agravada apresentou contraminuta (doc. e-2122178).
A Procuradoria-Geral de Justiça entendeu pelo provimento do agravo (doc. e-2164693).
É o sucinto relatório. Decido.
Em análise ao processo judicial, verificou-se que o Mandado de Segurança com Pedido de Liminar impetrado por Johnny Gustavo Clemes Júnior, já foi devidamente julgado pelo juízo singular conforme a R. sentença (doc. e-14820022 dos autos originários).
Desse modo, superveniente prolação de sentença de mérito absorve a decisão liminar atacada via agravo de instrumento, desconstituindo, pois, o seu objeto, uma das condições do recurso.
Assim, com fulcro no art. 932, inciso III do Código de Processo Civil c/c com o art. 123, inciso V do RITJRO, extingue-se a lide sem a análise das razões do recurso do agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

## 2ª CÂMARA ESPECIAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Renato Martins Mimessi
Agravo de Instrumento n. 0800341-77.2018.8.22.0000
Origem: 7003734-74.2016.8.22.0005 3ª Vara Cível de Ji-Paraná
Agravante: Wilson Roberto Savedra
Advogada: Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Advogado: Eder Miguel Caram (OAB/SP 296412)
Agravado: Municipio de Mirante Da Serra
Procurador: Deraldo Manoel Pereira Filho (OAB/RO 933)
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manejado por Wilson Roberto Savedra contra decisão proferida pelo Juiz da 3ª Vara Cível de Ji-Paraná, que rejeitou os embargos de declaração manejados pelo ora agravante, justificando que a legitimidade ativa do embargado foi declarada com suficiente fundamentação.
Sustenta o recorrente que o agravado ajuizou ação monitória objetivando a cobrança do valor de R$225.679,94, justificando que o agravante é devedor da importância inicial de R$200.000,00 à Josiane Tereza Moreno Yasaka, ex-servidora do Município de Mirante da Serra, a qual responde a ação penal e ação civil pública reparatória de danos materiais.
Diz que durante investigação da Polícia Federal na operação intitulada Operação Cerberus, foi apreendido documento de reconhecimento de dívida firmado entre o ora agravante e a ex-servidora, o que levou a municipalidade a entender ser credor da importância lá discriminada.
Todavia, aduz que tal fato não legitima o Município de Mirante da Serra a ingressar com ação para receber eventual crédito que Josiane tenha de terceiros, motivo pelo qual apresentou embargos à monitória e suscitou a ilegitimidade ativa do ente municipal, sendo a preliminar afastada pelo juízo a quo ao argumento de a legitimidade estava comprovada com o sequestro do crédito em cobrança, fato incontroverso por ausência de impugnação tempestiva.
Assevera que o entendimento do magistrado não pode prosperar, pois não possui nenhuma relação jurídica com o agravado, tampouco inexiste nos autos qualquer comprovação de que a municipalidade seja credora do valor constante da confissão de dívida.
Invoca a aplicação do disposto no art. 18 do CPC, segundo o qual "ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
Requer seja concedido efeito suspensivo ao agravo e, no mérito, provido o recurso para reconhecer a falta de legitimidade ativa do agravado e, via de consequência, determinar a extinção da monitória ante a carência de ação, nos termos do artigo 485, IV do CPC.
É o relatório.
Decido.
O recurso é próprio, encontra-se devidamente instruído na forma do art. 1.017, §5º, do CPC/15, tendo sido certificada sua tempestividade e o adequado recolhimento do preparo, impondo o seu conhecimento.
Como é sabido, para a concessão da tutela provisória impende verificar se presentes os requisitos necessários para o deferimento da medida, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (art. 300 do NCPC).
Compulsando os autos verifica-se que o ponto crucial do presente agravo é a eventual ilegitimidade do Município de Mirante da Serra para ajuizar a ação monitória em face do agravante, tendo em vista que o termo de reconhecimento de dívida foi firmado entre o recorrente e Josiane, não fazendo a municipalidade parte desta relação.
Todavia, em que pese a irresignação do agravante, compulsando os autos na origem verifica-se que a ação monitória foi instruída com cópia de decisão proferida no feito n. 1612-96.2015.4.01.4101, que tramitou perante a Justiça Federal, na qual o magistrado federal determinou o sequestro do referido valor e nomeou o Prefeito do Município de Mirante da Serra e seu Procurador-Geral como administradores judiciais desse crédito, ressalvando que deveriam promover as medidas necessárias à conservação e execução do mesmo, inclusive ajuizamento de ação de execução, cobrança ou monitória, conforme o caso.
Há ainda nos autos originários Termo de Compromisso assinado pelo Prefeito e pelo Procurador-Geral do Município (signatário da monitória), no qual novamente registrou-se que deveriam tomar as providências extrajudiciais e judiciais para execução do crédito, depositando os valores que vierem a ser arrecadados, além de prestarem contas periódicas, sob pena de sofrem as sanções aplicáveis.

De uma simples leitura da inicial da ação monitória verifica-se que apesar de constar como autor da ação o Município de Mirante da Serra, logo a seguir consignou-se estar o ente representado pelo Prefeito Municipal e por seu Procurador, na qualidade de administradores judiciais.
Assim, nesse momento de análise perfunctória, não vislumbro presentes os requisitos necessários para a concessão da liminar pretendida, motivo pelo qual a indefiro.
Ao agravado para, querendo, apresentar contraminuta.
Intimem-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCESSO: 0800383-63.2017.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJe)
ORIGEM: 0172324-68.2004.8.22.0001 PORTO VELHO/1ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS E PRECATÓRIAS CÍVEIS
AGRAVANTE: RODOMOR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ME
ADVOGADO: THIAGO ACIOLE GUIMARÃES (OAB/RO 6798)
ADVOGADO: JOSÉ NEY MARTINS JÚNIOR (OAB/RO 2280)
AGRAVADO: ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADOR: FÁBIO JOSÉ GOBBI DURAN (OAB/RO 632)
PROCURADOR: EDER LUIZ GUARNIERI (OAB/RO 398B)
PROCURADORA: MARIA REJANE SAMPAIO DOS SANTOS (OAB/RO 638)
PROCURADORA: JERSILENE DE SOUZA MOURA (OAB/RO 1676)
PROCURADOR: WINSTON CLAYTON ALVES LIMA (OAB/RO 7418)
PROCURADOR: DANIEL LEITE RIBEIRO (OAB/RO 7142)
RELATOR: DESEMBARGADOR RENATO MARTINS MIMESSI
DATA DISTRIBUIÇÃO: 16/02/2017 13:09:10
DECISÃO
“Vistos.
O presente agravo é próprio, tempestivo e encontra-se devidamente instruído nos termos do art. 1.017, I, do CPC.
Ausente pedido liminar, intime-se o agravado para querendo, contraminutar.
Expeça-se o necessário.”
Porto Velho – RO, 16 de fevereiro de 2018.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCESSO: 0800655-57.2017.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA (PJe)
IMPETRANTE: CENTRO INTEGRADO DE DIAGNOSTICOS LTDA - EPP
ADVOGADO: ANDERSON FABIANO BRASIL (OAB/RO 5921)
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE FINANÇAS
INTERESSADO (PARTE PASSIVA): ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADOR: WINSTON CLAYTON ALVES LIMA (OAB/RO 7418)
RELATOR: DESEMBARGADOR RENATO MARTINS MIMESSI
DATA DISTRIBUIÇÃO: 16/03/2017 07:40:36
DECISÃO
“Vistos.
No ProAfR no Recurso Especial n.º 1.692.023 – MT, julgado em 28 de novembro de 2017, pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, Relator Ministro Herman Benjamin, foi declarada a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no território nacional (art. 1.037, II, do CPC/2015), cujo objeto seja a inclusão da Tarifa de Uso do Sistema Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia (TUSD) na base de cálculo do ICMS.
Assim, em acatamento a determinação do c. STJ, até que ocorra o pronunciamento definitivo no Tema Repetitivo N. 986, devem os presentes autos permanecerem junto ao 2º DEJUESP.
Intimem-se.”
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Renato Martins Mimessi
Agravo de Instrumento 0800356-46.2018.8.22.0000 (PJe)
Origem: 702965496.2015.822.0001 -2ª Vara de Fazenda Pública
Agravante: Distribuidora Bringel Ltda
Advogado: Andrey Cavalcante De Carvalho (OAB/RO 303B)
Advogado: Iran Da Paixão Tavares Junior (OAB/RO 5087)
Advogado: Paulo Barbosa Serpa (OAB/RO 4923)
Advogada: Mirele Rebouças de Queiroz Jucá Lauton (OAB/RO 3193)
Agravante: Sergio Roberto Melo Bringel
Advogado: Andrey Cavalcante De Carvalho (OAB/RO 303B)
Advogado: Iran Da Paixão Tavares Junior (OAB/RO 5087)
Advogado: Paulo Barbosa Serpa (OAB/RO 4923)
Advogada: Mirele Rebouças de Queiroz Jucá Lauton (OAB/RO 3193)
Agravante: Sebastião Ramilo Bulcão Bringel
Advogado: Andrey Cavalcante De Carvalho (OAB/RO 303B)
Advogado: Iran Da Paixão Tavares Junior (OAB/RO 5087)
Advogado: Paulo Barbosa Serpa (OAB/RO 4923)
Advogada: Mirele Rebouças de Queiroz Jucá Lauton (OAB/RO 3193)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Vistos.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Sérgio Roberto Melo Bringel, Sebastião Ramilo Bulcão Bringel e Distribuidora Bringel Ltda. contra decisão proferida pelo Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Porto Velho, nos autos da Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa n. 7029654-96.2015.8.22.0001, que recebeu a petição inicial e determinou a citação dos requeridos, dentre os quais os ora agravantes.
Na origem, o Ministério Público promove Ação Civil Pública por ato de improbidade consubstanciado na aquisição direta, sem qualquer formalidade, de micromolas/microcateter’s para embolização cerebral, em quantidade muito acima da demanda, sendo produtos de altíssimo custo que não têm saída ou condições de utilização na rede pública de saúde do Estado. Assevera que a aquisição se realizou em benefício ilegal dos ora agravantes.
Aduziu o parquet que investigando os motivos de terem sido adquiridas a grande quantidade de produtos sem demanda, buscou obter cópia do procedimento de despesa n. 1712.1182-00/2010, o qual legitimou a ordem bancária n. 2010OB07624, contudo obteve tão somente a resposta de que não foram localizados os autos administrativos. Assinalou ainda que o processo de despesa, indicado como aquele que deu suporte a aquisição dos produtos, se refere não a compra de microcateter’s, mas sim de material permanente para o Hospital Regional de Cacoal.
Foram apresentadas defesas preliminares, as quais foram rejeitadas, tendo sido recebida a inicial.

Sustentam os agravantes a nulidade da decisão recorrida por não estar devidamente fundamentada, aduzindo que não se enfrentou os argumentos apresentados na defesa prévia, destacando: I) o fato de a aquisição dos produtos pelo Estado de Rondônia ter se dado mediante adesão à Ata de Registro de Preços n. 011/2010 – PE n. 1695/2009 – CGA-AM do Estado do Amazonas; II) o fato de não poder se atribuir aos agravantes a não utilização ou mau acondicionamento dos produtos adquiridos de forma regular pelo Estado de Rondônia.

Firme nestes argumentos, requerem concessão de efeito suspensivo ao recurso e, no mérito, seja declarada nula a decisão recorrida por vício de fundamentação, determinando ao juízo de origem que profira nova decisão, analisando de forma fundamentada os indícios de autoria e materialidade do caso concreto, ou, alternativamente, seja reformada a decisão agravada rejeitando-se a ação de improbidade.

É o relatório.

Decido.

O recurso é próprio (art. 17, §10 da Lei nº 8.429/92), tempestivo e encontra-se devidamente instruído nos termos do art. 1.017, §5º do NCPC. Ademais, o preparo foi recolhido corretamente não havendo nenhum óbice ao seu conhecimento.

A decisão agravada recebeu a petição inicial de Ação Civil Pública por ato de improbidade ofertada pelo Ministério Público, em que foi imputado aos agravantes e outros a prática de conduta que causou prejuízo ao erário, além de terem violado princípios norteadores da Administração Pública.

Postularam a atribuição de efeito suspensivo ao processo de origem, até decisão definitiva do presente agravo.

Para concessão da tutela provisória fundada em urgência, necessária constatação dos requisitos: i) plausibilidade jurídica do pedido; e ii) perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (art. 300 do NCPC).

Quanto ao primeiro requisito, sabe-se que na fase inicial da Ação por Ato de Improbidade Administrativa, especificamente na etapa de recebimento da peça inicial, o juízo deve limitar-se em verificar se presentes os requisitos de processabilidade da ação, bem como se há indícios mínimos a corroborarem a imputação da prática de ato tido como ímprobo.

Somente quando convencido da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita, é que deve o juiz rejeitar a ação (art. 17, §8º da Lei nº 8.429/92).

Sabe-se que nesta fase preliminar de juízo de admissibilidade da ação de improbidade, não se exige um juízo aprofundado e definitivo dos fatos – sob pena de se julgar sumariamente a lide. O que o dispositivo legal busca evitar é o processamento de ação notadamente inepta ou infundada, seja por vícios processuais ou por patente inexistência do fato apontado como ímprobo.

Nesta perspectiva, é assente na jurisprudência que o juízo somente rejeitará a ação acaso convencido, isento de dúvidas, da inexistência de ato ímprobo, conduzindo a interpretação, portando, de que havendo ao menos plausibilidade na imputação, o caminho deva ser pelo prosseguimento da ação, prevalecendo assim, nesta etapa, o princípio “in dubio pro societa”.

Na espécie, o juízo de origem fez uma análise prefacial de cada argumento sustentado pelos requeridos, dentre os quais os ora agravantes, afastando teses de ilegitimidade passiva, inépcia da inicial, prescrição e falta de justa causa, bem como anotou que questões como legalidade e veracidade dos acontecimentos são discussões próprias do mérito da ação, pelo que serão oportunamente enfrentadas, após a instrução processual. Destaco que, quando da análise dos Embargos de Declaração da decisão agravada, bem esclareceu o juízo de piso que a discussão sobre adesão a Ata de Registro de Preços será melhor enfrentada após a instrução, a qual melhor esclarecerá os fatos.

A pretensão dos agravantes de antecipar a análise exauriente da questão, já em sede de juízo inicial de recebimento da ação civil pública, nada mais representa do que querer apressar a marcha processual e atropelar etapas essenciais do devido processo legal, sendo notoriamente descabida a emissão de um juízo definitivo, sem antes seja oportunizado às partes produzirem provas de suas assertivas.

Nesta perspectiva, não vejo plausibilidade jurídica a justificar a concessão da tutela provisória nos termos em que requerida pelo agravante.

Lado outro, constata-se que os agravantes nos autos de origem ainda serão regularmente citados e já possuem advogados constituídos de modo que o prosseguimento da ação em primeira instância não representa perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo a justificar seja determinada sua suspensão.

Face ao exposto, por ora, indefiro pedido de efeito suspensivo.

Reservo direito de rever esta decisão a qualquer tempo, desde que sobrevenha aos autos elementos que recomendem tal agir.

Oficie-se o juízo acerca desta decisão.

Intime-se o agravado para, querendo, contraminutar.

Após, dê-se vista à d. PGJ.

Porto Velho – RO, 20 de fevereiro de 2018.

Desembargador Renato Martins Mimessi

Relator

## CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS

Processo: 0800337-40.2018.8.22.0000 - Conflito de Competência
Origem: 7003850-24.2018.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara de Família e Sucessões
Suscitante: Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Porto Velho
Suscitado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Data da Distribuição: 15/02/2018
Despacho
VISTOS.
Solicitem-se informações ao juízo suscitado.
Após à Procuradoria de Justiça para parecer.
Porto Velho, 16 de fevereiro de 2018
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

Processo: 0800022-12.2018.8.22.0000 - Conflito de Competência
Origem: 7009937-27.2017.8.22.0002- Ariquemes - 3ª Vara Cível
Suscitante: Juizado Especial Cível da Comarca de Ariquemes
Suscitado: 3ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes
Relator: Des. Eurico Montenegro
Data da Distribuição: 09/01/2018
DespachoVistos.
Trata-se de conflito negativo de competência firmado entre os Juízos da Juizado Especial Cível, Criminal e de Fazenda Pública da Comarca de Ariquemes (suscitante) e da 3ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes (suscitado), para processar e julgar Ação Declaratória de Inexistência de Débito cumulada com cobrança, a qual versa sobre a incidência de valores relativos à transmissão, distribuição e demais encargos na base de cálculo do ICMS incidente sobre a energia elétrica consumida.

É o relatório.

Considerando o procedimento constante no artigo 954 do NCPC, intime-se o juízo suscitado para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações que entender necessárias.

Por fim, com manifestação, ou transcorrido in albis o prazo, retornem-me conclusos os autos.

Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.

Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR

Relator

# DESPACHOS

## PRESIDÊNCIA

Presidência
Precatório
Número do Processo :2001946-34.1993.8.22.0000
Requerente: Mourao Paulo
Advogado: Vicente de Jesus Nascimento(OAB/RO 395A)
Advogado: Álcio Luis Pessoa(OAB/RO 21A)
Requerente: Flavio Gomes de Christo
Advogado: Vicente de Jesus Nascimento(OAB/RO 395A)
Advogado: Álcio Luis Pessoa(OAB/RO 21A)
Requerente: Maria Auxiliadora Souza de Christo
Advogado: Vicente de Jesus Nascimento(OAB/RO 395A)
Advogado: Álcio Luis Pessoa(OAB/RO 21A)
Advogado: Salatiel Soares de Souza(OAB/RO 932)
Interessado (Parte Ativa): Samuel Pereira de Araújo
Advogado: Samuel Pereira de Araújo(OAB/RO 3681)
Advogado: Edmundo Santiago Chagas Júnior(OAB/RO 905)
Advogado: Edmundo Santiago Chagas(OAB/RO 491A)
Requerente: Paulo Fueth Mourão
Advogado: Vicente de Jesus Nascimento(OAB/RO 395A)
Advogado: Jamil Lourenço(OAB/RO 222A)
Advogado: Edmar da Silva Santos(RO 1069)
Requerente: Paulo César Mourão
Advogado: Vicente de Jesus Nascimento(OAB/RO 395A)
Advogado: Jamil Lourenço(OAB/RO 222A)
Advogada: Carla Borges Moreira Lourenco(OAB/SC 28489B)
Requerente: Marcia Maria Mourao Lessa de Uzeda
Advogado: Vicente de Jesus Nascimento(OAB/RO 395A)
Advogado: Jamil Lourenço(OAB/RO 222A)
Advogada: Carla Borges Moreira Lourenco(OAB/SC 28489B)
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Requerente: Antônio Flávio Braga de Christo
Advogada: Kênia de Carvalho Mariano(OAB/RO 994)
Advogado: Salatiel Soares de Souza(OAB/RO 932)
Requerente: Kênia de Carvalho Mariano
Advogada: Kênia de Carvalho Mariano(OAB/RO 994)
Requerente: Flavia Maria Christo de Melo
Advogada: Kênia de Carvalho Mariano(OAB/RO 994)
Advogado: Salatiel Soares de Souza(OAB/RO 932)
Interessado (Parte Ativa): Pedro Ferreira de Melo Filho
Advogada: Kênia de Carvalho Mariano(OAB/RO 994)
Interessada (Parte Ativa): Empresa Colibri de Transportes Ltda
Advogado: Francisco José Gonçalves de Camargo(OAB/RO 97B)
Advogado: Ivan Francisco Machiavelli(OAB/RO 307)
Advogado: Guido Esmério da Silva(OAB/RO 590A)
Advogada: Deniele Ribeiro Mendonca(OAB/RO 3907)
Interessado (Parte Ativa): Marques e Rocha Ltda
Advogado: Raimundo de Alencar Magalhães(OAB/RO 105)
Advogada: Viviane Barros Alexandre(OAB/RO 353B)
Interessada (Parte Ativa): Fergel Ferro e Aço Ltda
Advogada: Danielly Bernardes Rezende Fernandes(OAB/RO 1249)
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Interessado (Parte Ativa): Catarinense Comércio de Materiais Para Construção Ltda
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior(OAB/RO 4871)
Interessado (Parte Ativa): Bordin Comércio e Distribuidora de Produtos Ltda
Advogado: José Assis dos Santos(OAB/RO 2591)
Interessado (Parte Ativa): Mario de Queiroz Araujo
Advogado: Fernando Maia(OAB/RO 452)
Advogado: Aldenizio Custodio Ferreira(OAB/RO 1546)
Interessado (Parte Ativa): Dalmo Jacob do Amaral Junior
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Interessado (Parte Ativa): P. H. Indústria e Comércio de Esquadrias Ltda
Advogado: Daniel Puga(OAB/GO 21324)
Advogado: Rafael Oliveira Claros(OAB/RO 3672)
Advogada: Fernanda Mayara Oliveira Claros(OAB/RO 4726)
Interessada (Parte Ativa): Itaba - Indústria de Tabaco Brasileira Ltda
Advogado: Irlan Rogério Erasmo da Silva(OAB/RO 1683)
Interessada (Parte Ativa): Amaral e Puga Escritório de Advocacia S.S.
Advogado: Daniel Puga(OAB/GO 21324)
Interessada (Parte Ativa): Polyart Comércio e Serviços Ltda
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior(OAB/RO 4871)
Interessado (Parte Ativa): Indústria de Laticínios D' Vilas Ltda
Advogado: José Assis dos Santos(OAB/RO 2591)
Interessado (Parte Ativa): Indústria de Laticínios Costa & Costa Ltda
Interessado (Parte Ativa): Jaime Antonio da Costa
Advogado: Lenine Apolinário de Alencar(OAB/RO 2219)
Interessada (Parte Ativa): Zilda Guimarães de Araujo
Advogado: Edmundo Santiago Chagas Junior.(RO 905)
Advogado: Samuel Pereira de Araújo(OAB/RO 3681)
Interessado (Parte Ativa): Laticínios Rolim de Moura Ltda
Advogado: Samuel Pereira de Araújo(OAB/RO 3681)
Advogado: Airton Pereira de Araujo(RO 243)
Advogado: Cristovão Coelho Carneiro(OAB/RO 115)
Advogado: Fabio Jose Reato(OAB/RO 2061)
Advogado: Daniel dos Anjos Fernandes Júnior(OAB/RO 3214)
Interessada (Parte Ativa): Laticínios Nova Brasilândia do Oeste Ltda
Advogado: Samuel Pereira de Araújo(OAB/RO 3681)
Advogado: Airton Pereira de Araujo(RO 243)
Advogado: Cristovão Coelho Carneiro(OAB/RO 115)
Advogado: Fabio Jose Reato(OAB/RO 2061)
Advogado: Daniel dos Anjos Fernandes Junior(RO 3.214)
Interessada (Parte Ativa): Máximus Computadores Indústria Comércio e Representações Ltda
Advogado: Wyliano Alves Correia(OAB/RO 2715)
Interessada (Parte Ativa): Dismar - Distribuidora de Bebidas São Miguel Arcanjo Ltda ME
Advogado: Romilton Marinho Vieira(OAB/RO 633)
Interessado (Parte Ativa): Frigorífico Margen Ltda
Advogado: Daniel Puga(OAB/GO 21324)
Interessado (Parte Ativa): Frigorifico Regional Ltda
Advogado: Daniel Puga(OAB/GO 21324)
Interessado (Parte Ativa): Trento Comercial de Rondonia Ltda
Advogado: Daniel Puga(OAB/GO 21324)
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Interessado (Parte Ativa): COSAP - Comercial de Alimentos São Paulo Rondônia Ltda
Advogado: Daniel Puga(OAB/GO 21324)
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Interessada (Parte Ativa): Dulce Michels
Advogado: Wyliano Alves Correia(OAB/RO 2715)
Interessado (Parte Ativa): Marcos Gomes dos Santos
Advogado: Francismar Landi Silva(RO 1856)
Interessada (Parte Ativa): Sandra Lima Fernandes
Advogado: Daniel Puga(OAB/GO 21324)
Interessada (Parte Ativa): S3 Logística Tecnologia e Transportes Ltda
Advogado: Romilton Marinho Vieira(RO 633)
Interessado (Parte Ativa): Funilaria e Fabrica de Telas Sao Roque Ltda
Advogado: Arthur Paulo de Lima(OAB/RO 1669)
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Advogado: Dalmo Jacob do Amaral Junior(OAB/GO 13905)
Advogado: Danilo Costa Barbosa(OAB/DF 17598)
Advogado: Daniel Henrique de Souza Guimarães(OAB/GO 24.534)
Advogado: Gustavo Monteiro Amaral(OAB/MG 85532)
Interessado (Parte Ativa): Wilson Jorge Moreira -ME
Advogado: Elthon Marcial Lago(OAB/RO 1489)

Advogado: Arthur Paulo de Lima(OAB/RO 1669)
Interessado (Parte Ativa): R. R. Horne & Horny Ltda
Advogado: Elthon Marcial Lago(OAB/RO 1489)
Advogado: Arthur Paulo de Lima(OAB/RO 1669)
Interessado (Parte Ativa): Sugifer Materiais Para Construção Ltda
Advogado: Elthon Marcial Lago(OAB/RO 1489)
Advogado: Arthur Paulo de Lima(OAB/RO 1669)
Interessado (Parte Ativa): Central Flex - Colchoes, Estofados e Espuma Ltda - ME
Advogado: Arthur Paulo de Lima(OAB/RO 1669)
Advogado: Elthon Marcial Lago(OAB/RO 1489)
Interessado (Parte Ativa): D. S. ZAMPIERI & CIA LTDA
Advogado: Arthur Paulo de Lima(OAB/RO 1669)
Advogado: Elthon Marcial Lago(OAB/RO 1489)
Interessado (Parte Ativa): Compusoft - Comércio de Equipamentos para Informática Ltda
Advogado: Elthon Marcial Lago(OAB/RO 1489)
Advogado: Arthur Paulo de Lima(OAB/RO 1669)
Interessada (Parte Ativa): M. G. Comercial de Alimentos Ltda
Advogado: Walter Gustavo Silva Lemos(OAB/RO 18.814)
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Interessado (Parte Ativa): Mario Goncalves Ferreira
Advogado: Walter Gustavo Silva Lemos(OAB/RO 18.814)
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Interessado (Parte Ativa): DISTRIBUIDORA COIMBRA IMPORTAÇÃO E EXPOR
Advogado: Walter Gustavo Silva Lemos(OAB/RO 18.814)
Interessado (Parte Ativa): EDMAR DA SILVA SANTOS
Advogado: EDMAR DA SILVA SANTOS(OAB 1069)
Interessado (Parte Ativa): Supermercado Gonçalves Ltda
Advogado: Dalmo Jacob do Amaral Junior(GO 13905)
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Interessado (Parte Ativa): Multi Distribuidora Ltda
Advogado: Dalmo Jacob do Amaral Junior(GO 13905)
Interessado (Parte Ativa): FRIGORÍFICO MARGEN LTDA
Advogado: Arthur Paulo de Lima(OAB/RO 1669)
Interessada (Parte Ativa): Hilda Borges de Souza Amaral
Advogado: Dalmo Jacob do Amaral Junior(GO 13905)
Interessado (Parte Ativa): Celino Pinto Figueiredo
Advogado: Geraldo Tadeu Campos(OAB/RO 553A)
Interessado (Parte Ativa): Amazonmed Comercial Ltda
Advogado: Walter Gustavo Silva Lemos(OAB/RO 18.814)
Interessado (Parte Ativa): Comercial Prata da Casa Ltda
Advogado: Walter Gustavo Silva Lemos(OAB/RO 18.814)
Interessado (Parte Ativa): Indústria de Laticínios D"Villas Ltda
Advogado: Luiz Antônio Rebelo Miralha(OAB/RO 700)
Advogado: José Assis dos Santos(OAB/RO 2591)
Interessado (Parte Ativa): Borges e Neves Ltda
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB/GO 18814)
Interessado (Parte Ativa): Amazon Flex - Colchões, Estofados e Espuma Ltda - ME
Advogado: Arthur Paulo de Lima(OAB/RO 1669)
Interessado (Parte Ativa): Laticínios Santa Luzia do Oeste Ltda
Advogado: Arthur Paulo de Lima(OAB/RO 1669)
Advogado: Airton Pereira de Araujo(RO 243)
Advogado: Cristovão Coelho Carneiro(OAB/RO 115)
Advogado: Fabio Jose Reato(OAB/RO 2061)
Advogado: Daniel dos Anjos Fernandes Junior(RO 3.214)
Interessado (Parte Ativa): Jamary Transportes Ltda
Advogado: Arthur Paulo de Lima(OAB/RO 1669)
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB/RO 655-A)
Interessado (Parte Ativa): J. A. Comércio de Alimentos Ltda
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB/RO 655-A)
Interessado (Parte Ativa): Vemaq - Veículos e Máquinas Ltda
Advogado: Arthur Paulo de Lima(OAB/RO 1669)
Advogado: Elthon Marcial Lago(OAB/RO 1489)
Interessado (Parte Ativa): Laticínios Nova Brasilândia do Oeste Ltda
Advogado: Arthur Paulo de Lima(OAB/RO 1669)
Interessado (Parte Ativa): Flores e Borges LTDA
Advogado: Elthon Marcial Lago(OAB/RO 1489)
Interessado (Parte Ativa): Kogake Agro Industrial Ltda
Advogado: Elthon Marcial Lago(OAB/RO 1489)
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB/RO 655-A)
Interessado (Parte Ativa): Silva & Maria Lemos Ltda
Advogado: Elthon Marcial Lago(OAB/RO 1489)
Advogado: Arthur Paulo de Lima(OAB/RO 1669)
Interessada (Parte Ativa): A & A Construções e Telecomunicações Ltda
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB/RO 655-A)
Interessado (Parte Ativa): Eletrocenter Eletrodomésticos Ltdª
Advogado: Francisco Ribeiro Neto(OAB/RO 875)
Advogado: Vinícius Silva Lemos(OAB/RO 2281)
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB/RO 655A)
Advogada: Pâmela Glaciele Vieira da Rocha(OAB/RO 5353)
Advogado: Francisco Ferreira Dourado(OAB/AC 1277)
Interessado (Parte Ativa): M P dos Santos Comercio de Informatica Ltda
Advogado: Elthon Marcial Lago(OAB/RO 1489)
Advogada: Olenira de Sousa Santiago(RO 2006)
Interessado (Parte Ativa): Comercial de Peças Rondobras Ltda
Advogado: José Bernardes Passos Filho(OAB/RO 245B)
Interessado (Parte Ativa): Rondobras Pecas e Acessorios para Veiculos Ltda
Advogado: José Bernardes Passos Filho(OAB/RO 245B)
Interessado (Parte Ativa): Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: José Bernardes Passos Filho(OAB/RO 245B)
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Advogado: Dalmo Jacob do Amaral Junior(OAB/GO 13905)
Advogado: Danilo Costa Barbosa(OAB/DF 17598)
Advogado: Daniel Henrique de Souza Guimarães(OAB/GO 24.534)
Advogado: Gustavo Monteiro Amaral(MG 85.532)
Interessado (Parte Ativa): Plinio Augusto Ben Carloto
Advogado: José Bernardes Passos Filho(OAB/RO 245B)
Interessado (Parte Ativa): Tonin Soldas Ltda
Advogado: Geraldo Tadeu Campos(OAB/RO 553A)
Interessado (Parte Ativa): Antunes & Antunes Ltda
Advogado: Geraldo Tadeu Campos(OAB/RO 553A)
Interessada (Parte Ativa): Art Técnica Ltda
Advogado: Geraldo Tadeu Campos(OAB/RO 553A)
Interessado (Parte Ativa): Lavoraco - Industria e Comercio de Ferro Ltda
Advogado: Geraldo Tadeu Campos(OAB/RO 553A)
Interessado (Parte Ativa): Edmaq Empresa Distribuidora e Importadora de Máquinas Ltda.
Advogado: Geraldo Tadeu Campos(OAB/RO 553A)
Interessada (Parte Ativa): Eletrotel Eletricidades e Telecomunicações Ltda
Advogado: Geraldo Tadeu Campos(OAB/RO 553A)
Interessado (Parte Ativa): Motomaq - Motores e Máquinas Ltda
Advogado: Geraldo Tadeu Campos(OAB/RO 553A)
Interessado (Parte Ativa): Servicon - Serviços de Construções
Advogado: CLEBERSON ROBERTO SILVA(OAB/DF 12.883)
Interessado (Parte Ativa): Edmar da Silva Santos
Advogado: Edmar da Silva Santos(OAB/RO 1069)
Interessado (Parte Ativa): Marcos Gomes dos Santos
Advogado: Francismar Landi Silva(RO 1856)
Interessado (Parte Ativa): Wilson Jorge Moreira-ME
Advogado: Elthon Marcial Lago(OAB/RO 1489)
Advogado: Arthur Paulo de Lima(OAB/RO 1669)
Advogada: Olenira de Souza Santiago(RO 098-E-RO)
Interessado (Parte Ativa): Fausto Mendes de Souza
Advogado: Sérgio Luís Condeli(SSP/SP 335B)
Interessado (Parte Ativa): Afonso Gomes Guimarães
Advogado: Aliomar Alberto Mata Morhy(OAB/RO 587-A)
Advogado: João Soares Rodrigues(OAB/RO 896)
Advogado: Flávio Conesuque Filho(OAB/RO 1009)
Interessada (Parte Ativa): Silvacar Locação de Veículos Ltda ME
Advogado: Leandro Cavol(RO 473)

Interessada (Parte Ativa): Distribuidora de Bebidas Cone Sul Ltda
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB/RO 655A)
Advogado: Vinícius Silva Lemos(OAB/RO 2281)
Advogado: Stenio Castiel Gualberto(OAB/RO 1277)
Advogada: Pâmela Glaciele Vieira da Rocha(OAB/RO 5353)
Interessado (Parte Ativa): Casa da Lavoura Produtos Agrícolas
Advogada: Jane Miriam da Silveira Gonçalves(OAB/RO 4996)
Interessado (Parte Ativa): Arilac - Ariquemes Indústria de Laticínios Ltda
Advogado: Luis Roberto Debowski(OAB/RO 211)
Interessado (Parte Ativa): Comercial e Supermercado São Bento Ltda
Advogado: Luis Roberto Debowski(OAB/RO 211)
Advogada: Helena Maria Piemonte Pereira Debowski(OAB/RO 2476)
Interessado (Parte Ativa): A. B. Alcântara
Advogado: Luis Roberto Debowski(OAB/RO 211)
Advogada: Helena Maria Piemonte Pereira Debowski(OAB/RO 2476)
Interessado (Parte Ativa): J. J. Belle Industria e Comercio Ltda
Advogado: Francisco Cesar Trindade Rêgo(OAB/BA 5483)
Advogado: Silvio José Jerônymo Vian(RO 547)
Interessado (Parte Ativa): Comercial Dalla Vecchia Ltda
Advogado: JOSEMÁRIO SECCO(OAB 27614-A)
Interessado (Parte Ativa): Viação Rondônia Ltda
Advogado: Mauro Sfair(OAB/RO 1137)
Interessado (Parte Ativa): Antônio Péricles de Souza Sobrinho
Advogado: Edmundo Santiago Chagas(OAB/RO 491A)
Advogado: EDMUNDO SANTIAGO CHAGAS JÚNIOR(OAB 905)
Interessado (Parte Ativa): Flodoaldo Pontes Pinto Filho
Interessada (Parte Ativa): Ana Rosalina Paes Barreto Pinto
Interessada (Parte Ativa): Natal Foto Color Ltda
Interessado (Parte Ativa): José Roberto Vasques de Freitas
Advogado: Edmar da Silva Santos(OAB/RO 1069)
Advogado: Joannes Paulus de Lima Santos(OAB/RO 4244)
Interessado (Parte Ativa): Adalberto Diniz da Silveira
Advogado: Adalberto Diniz da Silveira(OAB/RO 1579)
Interessado (Parte Ativa): Luis Carlos Lessa de Uzeda
Interessado (Parte Ativa): Comercial de Peças Rondobrás Ltda
Advogado: JOSÉ BERNARDES PASSOS FILHO(OAB 245-B)
Interessada (Parte Ativa): Auto Peças Boa Estrela Ltda
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB/RO 655A)
Advogado: Vinícius Silva Lemos(OAB/RO 2281)
Advogada: Pâmela Glaciele Vieira da Rocha(OAB/RO 5353)
Interessado (Parte Ativa): José Maria de Oliveira
Advogado: Francisco de A. R. de Oliveira(OAB/ES 5.542)
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB/RO 655-A)
Interessado (Parte Ativa): Recol Representações e Comércio Ltda
Advogado: Maguis Umberto Correia(OAB/RO 1.214)
Interessado (Parte Ativa): Oliveira Auto Pecas Ltda
Interessada (Parte Ativa): B & A Perfumaria e Cosméticos Ltda
Interessado (Parte Ativa): Dal Molim & Scolaro Ltda
Interessado (Parte Ativa): Sociedade Mantenedora de Educação Superior da Bahia SC LTDA
Advogado: Dalmo Jacob do Amaral Junior(OAB/GO 13905)
Advogado: Gustavo Monteiro Amaral(OAB/MG 85532)
Advogado: Danilo Costa Barbosa(OAB/DF 17598)
Advogado: Miguel Setembrino Emery de Carvalho(OAB/DF 555)
Advogado: suzana maria santos barreto(OAB/BA 14859)
Interessado (Parte Ativa): Comércio de Madeiras Oriente Ltda
Interessado (Parte Ativa): Beme - Beneficiamento Madeiras Espec. Indústria e Comércio e Exportação Ltda
Advogada: Olenira de Sousa Santiago(RO 2006)
Interessado (Parte Ativa): Irmãos Guerreiros Comercio e Representação de Gas Ltda. ME
Advogado: Dalmo Jacob do Amaral Junior(OAB/GO 13905)
Advogado: Daniel Henrique de Souza Guimarães(OAB/GO 24534)
Advogado: Daniel Puga(OAB/GO 21324)
Interessado (Parte Ativa): Luciano Aparecido Caetano
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Interessado (Parte Ativa): A e Gomes Comercio Transporte e RepresentaÇÕes Ltda
Interessada (Parte Ativa): Pato Branco Alimentos Ltda
Advogado: Dalmo Jacob do Amaral Junior(OAB/GO 13905)
Advogado: Daniel Puga(OAB/GO 21324)
Advogado: Leonardo Afonso Pedatella(OAB/GO 19941)
Interessado (Parte Ativa): R. R. Horne & Horny Ltda
Interessado (Parte Ativa): Arno Voigt
Interessado (Parte Ativa): Brambila e Cia
Interessado (Parte Ativa): CIFENSA Comércio e Indústria de Ferros Nossa Senhora Aparecida Ltda
Advogado: Dalmo Jacob do Amaral Junior(OAB/GO 13905)
Advogado: Daniel Puga(OAB/GO 21324)
Advogado: Leonardo Afonso Pedatella(OAB/GO 19941)
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Interessado (Parte Ativa): Ezequias Damascena da Silva
Interessado (Parte Ativa): Auto Peças Andreazza Ltda
Requerente: Jose Marques da Silva
Requerente: Paulo Sérgio Mourão
Interessado (Parte Ativa): Ednei Pereira dos Santos
Interessado (Parte Ativa): Antonio Augusto Guimaro Teixeira Diniz
Interessado (Parte Ativa): vander da silva almada
Interessado (Parte Ativa): Uillian Rodrigues da Silva
Interessada (Parte Ativa): Industria e Comércio de Bebidas MDM Ltda
Advogado: ODAIR MARTINI(OAB 30-B)
Advogado: ALEXANDRE CAMARGO(OAB 704)
Interessado (Parte Ativa): Empresa de Aguas Kaiary Ltda
Advogado: ODAIR MARTINI(OAB 30-B)
Interessado (Parte Ativa): Ana Paula Ribeiro Nunes Caputo Grangeiro
Advogado: Edmar da Silva Santos(OAB/RO 1069)
Advogado: Joannes Paulus de Lima Santos(OAB/RO 4244)
Advogado: Salmim Coimbra Sáuma(OAB/RO 1518)
Interessada (Parte Ativa): Fenix Factoring Fomento Mercantil Ltda
Advogada: Joselia Valentim da Silva(OAB/RO 198)
Advogado: Gilson Luiz Jucá Rios(OAB/RO 178)
Advogada: Verônica Fátima Brasil dos Santos Reis Cavalini(OAB/RO 1248)
Interessado (Parte Ativa): Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procurador Federal: Thiago de Faria Lima(OAB/SP 222409)
Interessado (Parte Ativa): V B Participaçoes S/A
Advogado: José Assis dos Santos(OAB/RO 2591)
Interessada (Parte Ativa): LF Imports Ltda
Advogado: Edmundo Santiago Chagas Junior.(RO 905)
Interessado (Parte Ativa): Álcio Luis Pessoa
Advogado: Maurício Gomes de Araújo(OAB/RO 2007)
Interessado (Parte Ativa): Irmãos Gonçalves LTDA
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Interessado (Parte Ativa): Imobiliaria Bolivar Comercio de Importação e Exportação Ltda
Interessado (Parte Ativa): H. M. Dal Molim - ME
Advogado: Geraldo Tadeu Campos(OAB/RO 553A)
Interessado (Parte Ativa): Jamary Transportes Ltda
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB/RO 655A)
Advogado: Stênio Castiel Gualberto(OAB/RO 1277)
Advogado: Vinícius Silva Lemos(OAB/RO 2281)
Advogada: Pâmela Glaciele Vieira da Rocha(OAB/RO 5353)
Interessado (Parte Ativa): Multi Distribuidora Ltda
Interessado (Parte Ativa): Silva & Maria Lemos Ltda
Interessado (Parte Ativa): Scolaro & Melo Ltda
Advogado: Geraldo Tadeu Campos(OAB/RO 553A)
Interessado (Parte Ativa): Jamil Lourenço
Advogado: santiago & Saruhashi( )
Advogado: Edmundo Santiago Chagas Júnior(OAB/RO 905)
Interessada (Parte Ativa): Carla Borges Moreira
Advogado: santiago & Saruhashi( )
Advogado: Edmundo Santiago Chagas Júnior(OAB/RO 905)
Interessada (Parte Ativa): Maria Inês Spudaro
Advogado: Gustavo Serpa Pinheiro(OAB/RO 6329)
Interessado (Parte Ativa): Marinho Piacentini dos Santos
Advogado: Dirceu Henker(OAB/RO 4592)
Interessado (Parte Ativa): Colares & Colares Ltda
Advogado: ELY ROBERTO DE CASTRO(OAB/RO 509)
Interessada (Parte Ativa): Elisangela Lopes do Nascimento

Advogado: Decio da Silva Bueno( )
Requerido: Estado de Rondônia
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Intimem-se novamente as partes e os advogados para que informem os dados bancários no prazo de 15 (quinze) dias. Inclusive, poderá ser efetivado contato telefônico, email com os interessados, juízo de origem, OAB, JUCER, CDL, ou por qualquer outro meio que se fizer necessário para obtenção dos endereços e/ou telefones atualizados.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 20 de fevereiro de 2018.
Euma Mendonça Tourinho
Juíza Auxiliar

Presidência
Precatório
Número do Processo :1009679-76.2004.8.22.0002
Processo de Origem : 0096795-40.2004.8.22.0002
Requerente: Pica Pau Máquinas e Peças Pesadas Ltda
Advogada: Carla Rigon(OAB/RO 4100)
Advogado: Luisa Paula Nogueira Ribeiro Melo(OAB/RO 1575)
Advogado: Luis Roberto Debowski(OAB/RO 211)
Advogado: José Assis dos Santos(OAB/RO 2591)
Advogada: Juliana Maia Ratti(OAB/RO 3280)
Requerido: Município de Ariquemes
Advogado: Ricardo Sousa Rodrigues(OAB/RO 1982)
Advogado: Niltom Edgard Mattos Marena(OAB/RO 361B)
Advogado: Flávio Viola dos Santos(OAB/RO 177B)
Advogado: Mauro Pereira dos Santos(OAB/RO 2649)
Advogado: Márcio Juliano Borges Costa(OAB/RO 2347)
Advogado: Ricardo de Sá Vieira(OAB/RO 995)
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Intimem-se novamente as partes e os advogados para que informem os dados bancários no prazo de 15 (quinze) dias. Inclusive, poderá ser efetivado contato telefônico, email com os interessados, juízo de origem, OAB, JUCER, Associação Comercial e Industrial de Ariquemes, ou por qualquer outro meio que se fizer necessário para obtenção dos endereços e/ou telefones atualizados.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 20 de fevereiro de 2018.
Euma Mendonça Tourinho
Juíza Auxiliar

## VICE-PRESIDÊNCIA

Vice Presidência do TJRO
Despacho DO VICE-PRESIDENTE
Habeas Corpus
Número do Processo :0000501-38.2018.8.22.0000
Processo de Origem : 1015539-59.2017.8.22.0501
Paciente: João Batista Lopes Marques
Impetrante(Advogado): Alessandro de Azevedo Nogueira(OAB/CE 22862)
Advogado: Luiz Carlos Dantas Filho(OAB-CE 37.667)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Vistos,
O Juiz Convocado Francisco Borges Ferreira Neto às fl. 200, profere despacho encaminhando o feito à Vice-Presidência, alegando haver prevenção da Desembargadora Marialva Daldegan Bueno a este processo, sob o argumento de que esta primeiro conheceu da matéria através do Mandado de Segurança nº 0004689-11.2017.8.22.0000.
Decido.
Tratam os autos de Habeas Corpus impetrado por Alessandro de Azevedo Nogueira em favor João Batista Lopes Marques inconformado com a sentença preferida pelo juízo da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos desta capital.
O Juiz Convocado Francisco Borges Ferreira Neto afirma que, em análise dos autos foi possível observar que existe Mandado de Segurança sob o nº 0004689-11.2017.8.22.0000 relativo ao processo principal na origem nº1007406-28.2017.8.22.0501, distribuído a relatoria da Desembargadora Marialva Daldegan Bueno em 08/09/2017 e foi julgado em 08/11/2017, sendo por maioria denegada a segurança, tendo como relator para o acórdão o Desembargador Valdeci Castellar Citon.
Assim, como o Mandado de Segurança foi distribuído antes destes autos e relaciona-se a mesma matéria, razão assiste ao e. Desembargador Juiz Convocado Francisco Borges Ferreira Neto, motivo por que determino a redistribuição do presente recurso à relatoria da Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno, nos termos do art. 142 do RITJ/RO.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Vice-Presidente do TJ/RO

## 1ª CÂMARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0000328-04.2015.8.22.0005 - Apelação
Origem: 0000328-04.2015.8.22.0005 Ji-Paraná / 5ª Vara Cível
Apelante: Greison Salamon
Advogado: Bassem de Moura Mestou (OAB/RO 3680)
Apelada: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogado: Márcio Nobre do Nascimento (OAB/RO 2852)
Advogada: Ingrid Rodrigues de Menezes Dorner (OAB/RO 1460)
Advogado: Marcos Antônio Moreira Fidélis (OAB/RO 6411)
Advogada: Patrícia Ferreira Rolim (OAB/RO 783)
Advogada: Maricélia Santos Ferreira de Araújo (OAB/RO 324B)
Relator(a) : Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Revisor(a) :
Vistos.
Peço pauta.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0000364-80.2014.8.22.0005 - Apelação
Origem: 0000364-80.2014.8.22.0005 Ji-Paraná / 4ª Vara Cível
Apelante: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389)
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Advogada: Wanessa Teixeira da Silva (OAB/RO 3358)
Apelado: Josimar Francisco de Oliveira
Advogado: Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Advogado: João Bosco Fagundes Júnior (OAB/SP 314627)
Relator(a) : Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Revisor(a) :
Vistos.
Peço pauta.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0012606-83.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0012606-83.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante: Marlene Alves de Miranda
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)

Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Apelado: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados PCG-Brasil Multicarteira
Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB/MG 96864)
Advogada: Daiane Kelli Joslin (OAB/RO 5736)
Advogado: Simone do Rocio Pavani Fonsatti (OAB/PR 17197)
Advogado: Heitor Alcântara da Silva (OAB/PR 53518)
Relator(a) : Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Revisor(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Vistos.
Peço pauta.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0001474-18.2013.8.22.0016 - Apelação
Origem: 0001474-18.2013.8.22.0016 Costa Marques / 1ª Vara Cível
Apelante: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Advogado: Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Apelado: César Francisco Pellizzetti
Advogado: Marcos Rogério Garcia Franco (OAB/RO 4081)
Relator(a) : Juiz-Convocado Rinaldo Forti
Vistos.
Inclua-se em pauta.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz-Convocado Rinaldo Forti
relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0010234-67.2014.8.22.0000 - Apelação
Origem: 0116100-39.2006.8.22.0002 Ariquemes / 2ª Vara Cível
Apelante: J. B. B.
Advogado: Rodrigo Peterle (OAB/RO 2572)
Advogado: Severino José Peterle Filho (OAB/RO 437)
Apelante: S. B. B.
Advogado: Rodrigo Peterle (OAB/RO 2572)
Advogado: Severino José Peterle Filho (OAB/RO 437)
Apelante: J. P. B. N. B.
Advogado: Ricardo David Chammas Cassar (PR 43652)
Advogado: Lindolfo Ciro Fogaça (OAB/RO 3845)
Advogado: Weverton Jefferson Teixeira Heringer (OAB/RO 2514)
Apelada: S. R. V.
Advogado: William Alves Jacintho Rodrigues (OAB/RO 3272)
Advogado: Valdomiro Jacintho Rodrigues (OAB/RO 2368)
Apelada: M. F. V. B. Representado(a) por sua mãe S. R. V.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Vistos.
Considerando a prevenção do Desembargador Alexandre Miguel para o julgamento do presente processo, encaminhe-se para redistribuição.
Publique-se.
(e-sig) Desembargador Sansão Saldanha.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0004908-71.2015.8.22.0007 - Apelação
Origem: 0004908-71.2015.8.22.0007 Cacoal / 3ª Vara Cível
Apelante: Residencial JFB Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Everaldo Braun (OAB/RO 6266)
Apelado: Solange da Silva Nascimento
Advogada: Marlise Kemper (OAB/RO 6865)
Advogada: Lorena Kemper Carneiro (OAB/RO 6497)
Relator(a) : Desembargador Raduan Miguel Filho
Vistos,
Inclua-se em pauta.
Porto Velho-RO, 20 de Fevereiro de 2018.
Desembargador Raduan Miguel Filho

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0019635-84.2014.8.22.0002 - Apelação
Origem: 0019635-84.2014.8.22.0002 Ariquemes / 3ª Vara Cível
Apelante: João Batista Fialho
Advogado: Robson Sancho Flausino Vieira (OAB/RO 4483)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogada: Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Relator(a) : Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor(a) :
Vistos.
Considerando que o apelante comprovou não estar em condições financeiras de suportar o ônus do preparo recursal sem comprometer a própria subsistência, conforme se verifica às fls. 121/125, reconsidero a decisão de fls. 118/119 para deferir a gratuidade da justiça.
Intime-se publicando. Após, retornem os autos conclusos para posterior julgamento.
Porto Velho, 19 de fevereiro de 2018.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0016370-74.2014.8.22.0002 - Apelação
Origem: 0016370-74.2014.8.22.0002 Ariquemes / 3ª Vara Cível
Apelante: Helaine Nogueira Assis
Advogado: Clécio Silva dos Santos (OAB/RO 4993)
Apelada: Embratel TVSAT Telecomunicações Ltda
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Relator(a) : Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor(a) :
Vistos.
Considerando o agravo de instrumento n. 0010327-30.2014.8.22.0000, encaminhem-se os autos à Vice-Presidência para redistribuição, porquanto prevento o Desembargador Rowilson Teixeira para o julgamento deste recurso, por ser o sucessor do Desembargador Sansão Saldanha, nos termos do art. 145 do RITJ/RO.
Publique-se.
Porto Velho-RO, 19 de fevereiro de 2018.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0002310-94.2013.8.22.0014 - Apelação
Origem: 0002310-94.2013.8.22.0014 Vilhena / 3ª Vara Cível
Apte/Ação: Arthur Frozoni
Advogado: Joaquim Ernesto Palhares (OAB/SP 129815A)
Advogado: Márcio Mello Casado (OAB/SP 138047A)
Apelante: Márcio Mello Casado
Advogado: Márcio Mello Casado (OAB/SP 138047A)
Apdo/Apte: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogada: Carolina Gioscia Leal de Melo (OAB/RO 2592)
Advogado: Luiz Carlos Icety Antunes (OAB/MT 18032/A)
Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB/MT 12208/A)
Relator(a): Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Vistos.
Tratam-se de recursos de apelações interpostos por Arthur Frozoni e Banco do Brasil S/A contra a sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara Cível de Vilhena/RO que, em ação monitória proposta pelo Banco do Brasil S/A, julgou improcedente a ação sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inc. IV, do CPC.

As partes apresentaram às fls. 205/209-e petição de acordo, motivo pelo qual, julgo prejudicados os presentes recursos.
Assim sendo, nos termos do art. 932, III, do NCPC, não conheço dos apelos interpostos e determino ao Departamento remessa do feito à origem, com as devidas comunicações e baixas de estilo, para eventual homologação do aludido acordo.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Relator

## ABERTURA DE VISTAS

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0009227-53.2013.8.22.0007 - Agravo em Recurso Especial
Origem: 0009227-53.2013.8.22.0007 Cacoal / 3ª Vara Cível
Agravante: Celia Gomes dos Santos
Advogado: José Jovino de Carvalho (OAB/RO 385A)
Agravado: Edson Borges de Lima
Advogado: Aidevaldo Marques da Silva (OAB/RO 1467)
Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, e dos artigos 203, § 4º c/c 1042, § 3º, do CPC, fica o agravado intimado para, querendo, apresentar contraminuta ao agravo em recurso especial, no prazo legal, via digital, conforme artigo 10, §1º, da Lei Federal n. 11.419/2006.
Porto Velho, .
Bel. Heleno de Carvalho
Diretor do 1º Dejucível/TJ/RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0003003-37.2015.8.22.0102 - Agravo em Recurso Especial
Origem: 0003003-37.2015.8.22.0102 Porto Velho - Varas de Família / 1ª Vara de Família e Sucessões
Agravante: I. F. B. Representado(a) por sua mãe I. C. P. F. A.
Advogado: Haroldo Lopes Lacerda (OAB/RO 962)
Advogada: Verônica Verginia Domingos Rios Lacerda (OAB/RO 5165)
Advogado: Hugo André Rios Lacerda (OAB/RO 5717)
Advogada: Jéssica Caroline Rios Lacerda (OAB/RO 6853)
Agravado: J. N. B.
Advogado: Eduardo Augusto Feitosa Ceccatto (OAB/RO 5100)
Advogada: Wanusa Cazelotto Dias dos Santos Barbier (OAB/RO 2326)
Advogado: Celso Ceccatto (OAB/RO 111)
Advogado: Alan Rogério Ferreira Riça (OAB/RO 1745)
Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, e dos artigos 203, § 4º c/c 1042, § 3º, do CPC, fica o agravado intimado para, querendo, apresentar contraminuta ao agravo em recurso especial, no prazo legal, via digital, conforme artigo 10, §1º, da Lei Federal n. 11.419/2006.
Porto Velho, .
Bel. Heleno de Carvalho
Diretor do 1º Dejucível/TJ/RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0008962-35.2014.8.22.0001 - Agravo em Recurso Especial
Origem: 0008962-35.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 9ª Vara Cível
Agravante: Geap - Fundação de Seguridade Social
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A)
Advogado: Eduardo da Silva Cavalcante (OAB/DF 24923)
Advogada: Gabriela Schiffler Senna Gonçalves (OAB/DF 33347)
Advogado: Marcilio Alfredo Rebelatto (OAB/RS 49276)
Advogado: Rafael D Alessandro Calaf (OAB/DF 17161)
Advogado: Eraldo Campos Barbosa (OAB/DF 34482)
Agravado: Medic System Ltda
Advogada: Kharin de Camargo (OAB/RO 2150)
Advogada: Nair Vidal Magalhães Lima (OAB/MG 98897)
Advogada: Adriana Martins de Paula (OAB/RO 3605)
Advogado: Adelino José de Carvalho Dias (OAB/MG 75427)
Relator(a) : Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, e dos artigos 203, § 4º c/c 1042, § 3º, do CPC, fica o agravado intimado para, querendo, apresentar contraminuta ao Agravo em Recurso Especial, no prazo legal, via digital, conforme artigo 10, §1º, da Lei Federal n. 11.419/2006.
Porto Velho, .
Bel. Heleno de Carvalho
Diretor do 1º Dejucivel/TJ/RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0004993-78.2015.8.22.0000 - Agravo em Recurso Especial
Origem: 0014176-09.2011.8.22.0002 Ariquemes / 3ª Vara Cível
Agravante: Gláucia Begalli
Advogado: Laercio Marcos Geron (OAB/RO 4078)
Advogado: Édio José Ghellere (OAB/RO 2121)
Advogado: Marcelo Antônio Geron Ghellere (RO 1842)
Agravada: R C Comércio de Combustíveis Ltda
Advogado: Arlindo Frare Neto (OAB/RO 3811)
Advogado: Edelson Inocêncio (OAB/RO 128B)
Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, e dos artigos 203, § 4º c/c 1042, § 3º, do CPC, fica o agravado intimado para, querendo, apresentar contraminuta ao Agravo em Recurso Especial, no prazo legal, via digital, conforme artigo 10, §1º, da Lei Federal n. 11.419/2006.
Porto Velho, .
Bel. Heleno de Carvalho
Diretor do 1º Dejucivel/TJ/RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0021309-03.2014.8.22.0001 - Recurso Especial
Origem: 0021309-03.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara Cível
Recorrente: Wvl Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogada: Luciana Nazima (OAB/SP 169451)
Advogado: Gustavo Viseu (OAB/SP 117.417)
Advogada: Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728)
Advogada: Gisele Casal Kakazu (OAB/SP 213416)
Advogado: Luís Cláudio Kakazu (OAB/SP 181475)
Recorrente: Alphaville Urbanismo S. A.
Advogado: Gustavo Viseu (OAB/SP 117.417)
Advogada: Luciana Nazima (OAB/SP 169451)
Advogada: Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728)
Advogada: Gisele Casal Kakazu (OAB/SP 213416)
Advogado: Luís Cláudio Kakazu (OAB/SP 181475)
Recorrida: Tatiana Satomi Kassaoka
Advogado: Túlio Cirióli Alencar (OAB/RO 4050)
Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, e dos artigos 203, § 4º, c/c 1030, do CPC, fica a parte recorrida intimada para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso especial, no prazo legal, via digital, conforme artigo 10, §1º, da Lei Federal n. 11.419/2006.
Porto Velho, .
Bel. Heleno de Carvalho
Diretor do 1º Dejucível/TJ/RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0011391-60.2014.8.22.0005 - Recurso Especial
Origem: 0011391-60.2014.8.22.0005 Ji-Paraná / 5ª Vara Cível
Recorrente: Companhia Mutual de Seguros
Advogado: Bruno Silva Navega (OAB/RJ 118.948)
Advogado: Péricles Gonçalves Filho (OAB/RJ 119383)
Advogado: Rafael Werneck Cotta (OAB/RJ 167373)
Advogado: Náyra Marques dos Santos (OAB/RJ 146652)
Advogado: Tamara Meirelles Gontan Blanco (OAB/RJ 160122)
Advogado: Ernani Sammarco Rosa (OAB/SP 16831)
Advogada: Andréa Tattini Rosa (OAB/SP 210738)
Advogado: Edson Cesar Calixto Junior (OAB/RO 3897)
Advogado: Pedro Roberto Romão (OAB/SP 209551)
Recorrido: Otaviano Duque de Oliveira
Advogado: Eduardo Tadeu Jabur (OAB/RO 5070)
Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, e dos artigos 203, § 4º, c/c 1030, do CPC, fica a parte recorrida intimada para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso especial, no prazo legal, via digital, conforme artigo 10, §1º, da Lei Federal n. 11.419/2006.
Porto Velho, .
Bel. Heleno de Carvalho
Diretor do 1º Dejucível/TJ/RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0017319-04.2014.8.22.0001 - Recurso Especial
Origem: 0017319-04.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Recorrente: Centrais Eletricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB/RO 4715)
Advogado: Roberto Venesia (OAB/PE 1871A)
Advogado: Otávio Vieira Tostes (OAB/RO 6253)
Advogado: Marco Vanin Gasparetti (OAB/SP 207221)
Advogado: Diego Herrera Alves de Moraes (OAB/DF 22002)
Advogado: Rafael Balieiro Santos (OAB/RO 6864)
Advogada: Nayara Ribeiro da Silva (OAB/DF 46074)
Advogada: Nilmara Gimenes Navarro (RO 2288)
Advogado: Bernardo Rosário Fusco Pessoa de Oliveira (OAB/DF 7669)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogado: Fernando Aparecido Soltovski (OAB/RO 3478)
Recorrido: José Barros
Advogado: Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Advogada: Letícia Borges Ondei (OAB/RO 5085)
Recorrida: Inez de Araujo Pereira Barros
Advogado: Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Advogada: Letícia Borges Ondei (OAB/RO 5085)
Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, e dos artigos 203, § 4º, c/c 1.030, do CPC, fica a parte recorrida intimada para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso especial, no prazo legal, via digital, conforme artigo 10, §1º, da Lei Federal n. 11.419/2006.
Porto Velho, .
Bel. Heleno de Carvalho
Diretor do 1º Dejucivel/TJRO

## 2ª CÂMARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0008347-11.2011.8.22.0014 - Embargos de Declaração
Origem: 0008347-11.2011.8.22.0014 Vilhena / 3ª Vara Cível
Embargante: Advocacia Danielle Dias & Advogados Associados
Advogada: Danielle Rosas Garcez Bonifácio de Melo Dias (OAB/RO 2353)
Embargada: Clotilde Diamante
Advogado: José Luiz de Lemos (OAB/RO 3601)
Advogado: Márcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836)
Relator(a) : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Vistos,
Advocacia Danielle Dias & Advogados Associados opôs embargos de declaração (fls. 73/79) em face do acórdão (fls. 68/72) que acolheu parcialmente os embargos de declaração opostos por Edemar Diamante Bettine.
Em vias de julgamento dos aclaratórios, a parte embargante interpôs petição (fls. 95/96) requerendo a desistência dos embargos de declaração opostos, bem como declarar a renúncia do prazo recursal.
Considerando que os embargos de declaração, o pedido de desistência destes e a renúncia ao prazo recursal são atos incompatíveis entre si, julgo prejudicada a análise dos aclaratórios pela perda do seu objeto nos termos do art. 123, inc. V, do RITJ/RO.
Assim, nos termos do art. 932, inc. I, do CPC, homologo a desistência do recurso para que surtam seus efeitos jurídicos e, via de consequência, extinguo o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, inc. III, "c" do CPC.
Transitada em julgado a presente decisão, remetam-se os autos à origem.
I.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0006051-41.2014.8.22.0004 - Apelação
Origem: 0006051-41.2014.8.22.0004 Ouro Preto do Oeste / 2ª Vara Cível
Apelante: Claudiney Antonio de Souza
Advogado: Harley Mesojedovas da Cruz (OAB/SP 171315)
Apelada: Maria José Vieira da Silva
Advogado: Edemilson Evangelista de Abreu (OAB/RO 2792)
Relator(a) : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Vistos,
Claudiney Antônio de Souza apela da sentença prolatada pelo juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Ouro Preto do Oeste, nos autos da ação indenizatória ajuizada por Maria José Vieira da Silva.
A sentença recorrida condenou o apelante ao pagamento de indenização por danos morais no valor R$10.000,00, e pagamento de pensão de 1 salário-mínimo até a data em que a recorrida complete 65 anos.
Deste modo, constata-se que a sentença apelada é ilíquida e que o apelante recolheu preparo tendo como base de cálculo apenas o valor atribuído a título de danos morais (fl. 152).
Contudo, em casos como este (em que se recorre de sentença ilíquida), o preparo recursal deve ser recolhido tendo por base o valor da causa atualizado, segundo entendimento do STJ, verbis:
STJ. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. PREPARO. ACÓRDÃO QUE CONTÉM DUPLO FUNDAMENTO. CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. SÚMULA Nº 126/STJ. REEXAME NECESSÁRIO. VALOR DA CONDENAÇÃO INFERIOR A SESSENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. DESNECESSIDADE. SENTENÇA ILÍQUIDA. UTILIZAÇÃO DO VALOR DA CAUSA COMO CRITÉRIO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Não se conhece do recurso especial no tanto referente à necessidade de preparo do recurso de apelação contra sentenças proferidas na Justiça Estadual, se o acórdão recorrido possui dupla fundamentação, de natureza infraconstitucional e constitucional, e a insurgência especial não se viu acompanhar da cabível e necessária interposição de recurso extraordinário. 2. "É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-

lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário." (Súmula do STJ, Enunciado nº 126). 3. Após a edição da Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que incluiu o parágrafo 2º do artigo 475 do Código de Processo Civil, não mais estão sujeitas ao reexame necessário as sentenças prolatadas contra a Fazenda Pública, em que o valor da condenação seja inferior a sessenta salários mínimos. 4. Este Superior Tribunal de Justiça firmou sua jurisprudência em que, quando o valor da condenação for ilíquido, deve-se utilizar como critério, para a incidência do reexame necessário, o valor da causa atualizado. 5. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp: 930248 PR 2007/0043200-1, Relator: Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Data de Julgamento: 21/06/2007, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJ 10/09/2007 p. 336)

No caso, à causa foi atribuído o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), ao tempo que o preparo foi calculado sobre o valor de R$10.000,00 (dez mil reais), mostrando-se incompleto.

Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para que o apelante complemente o preparo recursal (CPC, art. 1007, § 2º), o fazendo sobre o valor atualizado da causa, sob pena de deserção.

A regularização deve ser informada pelo meio digital.

Após o prazo, com ou sem regularização, retorne conclusos.

I.

Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.

Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES

Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

2ª Câmara Cível

0012575-29.2015.8.22.0001 - Embargos de Declaração

Origem: 0012575-29.2015.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais

Embargante: Solange Cristina Constâncio Milhomem

Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655-A)

Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)

Embargado: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados - NPL I

Advogado: Alan de Oliveira Silva Shilinkert (OAB/SP 208322)

Advogado: Luciano da Silva Buratto (OAB/SP 179235)

Advogado: Sâmara de Oliveira Souza (OAB/RO 7298)

Advogada: Kátia Aguiar Moita (OAB/RO 6317)

Advogado: Duilio de Oliveira Beneduzzi (OAB/SP 296227)

Advogado: Alexandre Tadeu Ciotti Costa (OAB/SP 320978)

Advogado: Wilson Vedana Junior (OAB/RO 6665)

Relator(a) : Desembargador Isaias Fonseca Moraes

Vistos,

Em face dos embargos de declaração opostos por Solange Cristina Constâncio Milhomem, intime-se o embargado, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados/NPLI, para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias (CPC, art. 1023, § 2º).

Após, conclusos para decisão.

P. I.

Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.

Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES

Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

2ª Câmara Cível

0019624-58.2014.8.22.0001 - Embargos de Declaração

Origem: 0019624-58.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara Cível

Embargante: Yasuda Marítima Seguros S.A.

Advogada: Manuela Motta Moura da Fonte (OAB/PE 20397)

Advogada: Carolina Gioscia Leal de Melo (OAB/RO 2592)

Advogado: Francisco de Assis Lelis de Moura Junior (OAB/PE 23289)

Advogada: Acsa Liliane Carvalho Brito Souza (OAB/RO 5882)

Embargada: Maria do Socorro da Silva

Advogado: José Vitor Costa Júnior (OAB/RO 4575)

Advogado: Lester Pontes de Menezes Júnior (OAB/RO 2657)

Apelado: Edson Marques da Silva Filho

Advogado: Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633)

Apelada: B. J. Projetos e Empreendimentos Ltda

Advogada: Vanilce Custódio Vieira (OAB/RO 1829)

Apelada: Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

Advogado: Fábio Alexandre de Medeiros Torres (OAB/RJ 91377)

Advogada: Lívia Freitas Gil (OAB/RO 3769)

Advogada: MAÍRA CÉLIE MADUREIRA SERRA (OAB/RO 7966)

Relator(a) : Desembargador Isaias Fonseca Moraes

Vistos.

Em face dos embargos de declaração opostos por Yasuda Marítima Seguros S/A e Zurich Minas Brasil Seguros S/A, intimem-se os embargados, Maria do Socorro da Silva, B. J. Projetos e Empreendimentos Ltda., e Edson Marques da Silva Filho, para que se manifestem no prazo de 5 (cinco) dias, conforme previsto no § 2º do art. 1.023, do Código de Processo Civil.

P. I.

Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.

Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES

Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

2ª Câmara Cível

0019624-58.2014.8.22.0001 - Embargos de Declaração

Origem: 0019624-58.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara Cível

Embargante: Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

Advogado: Fábio Alexandre de Medeiros Torres (OAB/RJ 91377)

Advogada: Lívia Freitas Gil (OAB/RO 3769)

Advogada: MAÍRA CÉLIE MADUREIRA SERRA (OAB/RO 7966)

Apelado: Yasuda Marítima Seguros S.A.

Advogada: Manuela Motta Moura da Fonte (OAB/PE 20397)

Advogada: Carolina Gioscia Leal de Melo (OAB/RO 2592)

Apelada: B. J. Projetos e Empreendimentos Ltda

Advogada: Vanilce Custódio Vieira (OAB/RO 1829)

Apelado: Edson Marques da Silva Filho

Advogado: Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633)

Embargada: Maria do Socorro da Silva

Advogado: José Vitor Costa Júnior (OAB/RO 4575)

Advogado: Lester Pontes de Menezes Júnior (OAB/RO 2657)

Relator(a) : Desembargador Isaias Fonseca Moraes

Vistos.

Em face dos embargos de declaração opostos por Yasuda Marítima Seguros S/A e Zurich Minas Brasil Seguros S/A, intimem-se os embargados, Maria do Socorro da Silva, B. J. Projetos e Empreendimentos Ltda., e Edson Marques da Silva Filho, para que se manifestem no prazo de 5 (cinco) dias, conforme previsto no § 2º do art. 1.023, do Código de Processo Civil.

P. I.

Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.

Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES

Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

2ª Câmara Cível

0005141-20.2014.8.22.0002 - Apelação

Origem: 0005141-20.2014.8.22.0002 Ariquemes / 1ª Vara Cível

Apelante: Bradesco Vida e Previdência S/A

Advogado: Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 115762)

Advogada: Iris Elena da Cunha Gomes da Silva (OAB/RO 5833)

Advogado: Marco Antonio Bevilaqua (OAB/SP 139333)

Apelada: Luiza Lindalva Barreto Bertoli

Advogado: Lincoln José Piccoli Duarte (OAB/RO 731)

Advogada: Claudete Furquim de Sousa (OAB/RO 6009)

Advogado: Jacques Cardoso da Cruz (OAB/MS 7738)

Advogada: LEIDE JULIANA AGOSTINHO MARTINS (OAB/MS 11576)

Apelado: Juliana Bertoli
Advogado: Lincoln José Piccoli Duarte (OAB/RO 731)
Advogada: Claudete Furquim de Sousa (OAB/RO 6009)
Advogada: LEIDE JULIANA AGOSTINHO MARTINS (OAB/MS 11576)
Advogado: Jacques Cardoso da Cruz (OAB/MS 11576)
Relator(a) : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Vistos,
Bradesco Vida e Previdência S/A interpôs recurso de apelação em face da decisão prolatada pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes, nos autos da ação de cobrança movida por Luiza Lindalva Barreto Bertoli e Juliana Bertoli.
Consta que o apelante protocolou a petição de fl. 331, requerendo a desistência do recurso e a extinção do processo, informando que promoveu o pagamento da condenação. Junta documentos.
Pelo exposto, diante da desistência do apelo, declaro a perda do objeto deste recurso, o qual resta prejudicado e, nos termos do art. 932, III, c/c art. 998, caput, ambos do CPC e art. 123, V do RITJ/RO, não o conheço.
Em face do pedido de extinção do feito e dos documentos juntados, encaminhe-se à origem para análise e demais deliberações a respeito do interesse das partes.
P. I. C.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0010241-44.2014.8.22.0005 - Embargos de Declaração
Origem: 0010241-44.2014.8.22.0005 Ji-Paraná / 4ª Vara Cível
Embargante: Vanderlei Sobrinho Vilhava
Advogado: João Bosco Fagundes Júnior (OAB/RO 6148)
Advogado: Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Embargada: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda.
Advogada: Karen Badaró Viero (OAB/SP 270219)
Advogado: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63440)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto (OAB/RO 4315)
Advogado: Jayme Aparecido de Souza Júnior (OAB/SP 278349)
Advogada: Alexandra Silva Segaspini (OAB/RO 2739)
Advogada: Brigida Bernardo Reveilleau (OAB/SP 313.034)
Relator(a) : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Em face dos embargos de declaração opostos por Vanderlei Sobrinho Vilhava, intime-se a embargada, Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda., para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias (CPC, art. 1023, § 2º).
Após, conclusos para decisão.
P. I.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0004746-94.2015.8.22.0001 - Embargos de Declaração
Origem: 0004746-94.2015.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara Cível
Embargante: Reginaldo de Souza Gomes
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Embargada: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos
Advogado: Alcides Ney José Gomes (OAB/MS 8659)
Advogado: Rafael Balieiro Santos (OAB/RO 6864)
Advogado: Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Relator(a) : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Em face dos embargos de declaração opostos por Reginaldo de Souza Gomes, intime-se a embargada, Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos, para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias (CPC, art. 1023, § 2º).
Após, conclusos para decisão.
P. I.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0003735-30.2015.8.22.0001 - Embargos de Declaração
Origem: 0003735-30.2015.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara Cível
Embargante: Eloa GonÇalves dos Santos Oliveira
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Embargada: Club Administradora de Cartões de Crédito S.A.
Advogado: Diego Vinícius Sant Ana (OAB/RO 6880)
Advogado: Thiago Mahfuz Vezzi (OAB/SP 228213)
Relator(a) : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Em face dos embargos de declaração opostos por Eloa Gonçalves dos Santos Oliveira, intime-se a embargada, Club Administradora de Cartões de Crédito S/A, para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias (CPC, art. 1023, § 2º).
Após, conclusos para decisão.
P. I.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0022067-50.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0022067-50.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara Cível
Apelante: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo
Advogado: Luiz Rodrigues Wambier (OAB/PR 7295)
Advogada: Caroline Carranza Fernandes Arnuti (OAB/RO 1915)
Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos (OAB/PR 24498)
Advogada: Verônica Martin Batista dos Santos (OAB/PR 47435)
Advogado: Maick Felisberto Dias (OAB/PR 37555)
Advogado: Leonardo Teixeira Freire (OAB/RS 72094)
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389)
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Apelada: Antonia Dias Gomes Oliveira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelada: Aurea Rodrigues Toledo
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelada: Expedita da Silva Carvalho
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Geraldo Carvalho Filho
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Isidorio Bay
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelada: Raquel Frank
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Carlos Camilo Frank
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Tarciso Frank
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Francisco Jose Frank
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelada: Tereza Frank
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)

Apelado: João Batista de Lima
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelada: Maria da Penha Sales
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelada: Nilza Marin de Sales
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelada: Neuza Marinho de Sales
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Osvaldo Marim de Sales
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Orlando Marinho de Sales
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelada: RK3 Comercio de Roupas e Acessorios Ltda ME
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Helio da Costa Freitas
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Jairo da Costa Freitas
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelada: Francisca Freitas Pinto
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelada: Eliana da Costa Freitas
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelada: Maria da Conceição de Freitas Souto
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Lucimar da Costa Freitas
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Ernani Kasprzak
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Relator(a) : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Revisor(a) :Desembargador Kiyochi Mori
Vistos.
O Tema 947 (a) a legitimidade passiva do HSBC Bank Brasil S/A para responder pelos encargos advindos de sentença proferida em ação civil pública, reclamando expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, movida pelo Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC contra o Banco Bamerindus S/A, em decorrência da sucessão empresarial havida entre as instituições financeiras; e b) a legitimidade ativa de não associado para a liquidação/execução da sentença coletiva) foi cancelado pelo Superior Tribunal de Justiça em 27/09/2017.
No entanto, verifica-se que a controvérsia contida nestes autos está em discussão no Supremo Tribunal Federal, nos Recursos Extraordinários n. 626307 (Tema 264: diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão), n. 591797 (Tema 265: diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I), n. 631363 (Tema 284: diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I) e n. 632212 (Tema 285: diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II), cujas teses resultantes repercutirão no julgamento do presente recurso.
Portanto, baixe-se o feito ao Departamento, onde deverá permanecer sobrestado, nos termos do art. 1.030, III, do CPC/2015, até o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal.
Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, fevereiro de 2018.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0006183-42.2016.8.22.0000 - Apelação
Origem: 0023172-96.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 7ª Vara Cível
Apelante: Santo Antônio Energia S/A
Advogada: Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982)
Advogado: Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193)
Advogada: Rafaela Pithon Ribeiro (OAB/BA 21026)
Advogada: Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B)
Advogada: Miriani Inah Kussler Chinelato (OAB/DF 33642)
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Advogada: Ariane Diniz da Costa (OAB/MG 131774)
Apelada: Maria do Rosario Campos Farias
Advogado: José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Advogada: Gisele Lopes Sá Cândido Marculino (OAB/RO 5429)
Advogado: Izidoro Celso Nobre da Costa (OAB/RO 3361)
Apelado: José Dantas da Costa
Advogado: José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Advogada: Gisele Lopes Sá Cândido Marculino (OAB/RO 5429)
Advogado: Izidoro Celso Nobre da Costa (OAB/RO 3361)
Relator(a) : Desembargador Kiyochi Mori
Revisor(a) :
Vistos
Trata-se de recurso de apelação interposto por Santo Antônio Energia S/A, contra sentença prolatada pelo Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, nos autos da ação de execução extrajudicial e entrega de coisa certa, ajuizada por Maria do Rosário Campos Farias representada por José Dantas da Costa.
A apelante apresentou petição de fls. 481/482 informando a morte da exequente Maria do Rosário Campos Farias.
Os herdeiros peticionaram às fls. 498/501 requerendo a habilitação nos autos.
Pois bem.
Em caso de morte de uma das partes que compõe a lide, deve haver a suspensão do trâmite processual, consoante prescreve o art. 689, do Código de Processo Civil.
Destarte, determino a suspensão do feito para habilitação dos sucessores.
Em observância ao previsto no art. 690, cite-se o requerido, para que, querendo, se pronuncie, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 690 do Código de Processo Civil.
Após, retornem conclusos.
Publique-se.
Porto Velho, 19 de fevereiro de 2018.
JUIZ OSNY CLARO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0001168-02.2015.8.22.0009 - Apelação
Origem: 0001168-02.2015.8.22.0009 Pimenta Bueno / 2ª Vara Cível
Apelante: Igor Sales Barbosa da Silva
Advogada: Ana Paula Gomes da Silva Lima (OAB/RO 3596)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Advogado: Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
Relator(a): Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Analisando os autos, verifico que o preparo recursal recolhido pelo apelante é insuficiente (fl. 250).
Diante disso, intime-se o apelante Igor Sales Barbosa da Silva, por meio de sua advogada, com fulcro no art. 1.007, § 2º, do CPC/15, para complementar o valor do preparo, tendo como base o benefício econômico pretendido, no prazo de cinco dias, sob pena de deserção.
Após o prazo, com ou sem manifestações, tornem conclusos.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

## 1ª CÂMARA ESPECIAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR GILBERTO BARBOSA, RELATOR NOS AUTOS DA APELAÇÃO Nº 7002570-13.2017.8.22.0014 (PJe), NA FORMA DA LEI:
Faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que se processam neste Tribunal de Justiça, situado na Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, nesta capital, os autos supramencionados, em que são partes o Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia - DETRAN (Apelante) e Diogo Alberto Arruda Feltrin (Apelado), ficando INTIMADO por meio deste o apelado Diogo Alberto Arruda Feltrin, brasileiro, residente e domiciliado na Avenida Rosa de Saron, n. 1214, Barro Jardim Primavera, CEP 76.983-335, na Comarca de Vilhena, Estado de Rondônia, para, que, na forma do artigo 1.010, §1º do CPC, apresente, em 15 (quinze) dias, contrarrazões ao recurso de apelação.
O presente Edital, além de publicado, será, na forma da lei, afixado no átrio desta Corte.
Dado e passado aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Porto Velho, o qual, para constar, eu (Belª Eriene Grangeiro de A. Silva), Diretora do 1º DEJUESP, o fiz digitar.
Desembargador Gilberto Barbosa
Relator
Rua José Camacho, 585 – Olaria
CEP 76.801-330 Porto Velho/RO
Fone: (069) 3217-1077 – (069) 3217-1078
dejuesp@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0011481-48.2012.8.22.0002 - Embargos de Declaração
Origem: 0011481-48.2012.8.22.0002 Ariquemes / 2ª Vara Cível
Embargante: Estado de Rondônia
Procurador: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Procurador: Antônio Isac Nunes Cavalcante de Astrê (OAB/RO 5095)
Procurador: João Ricardo Valle Machado (OAB/RO 204A)
Embargado: Lourival Cardoso Macedo
Advogado: Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
Relator(a) : Desembargador Eurico Montenegro
Revisor(a) :
Despacho
Vistos.
Considerando-se a interposição de embargos de declaração com possibilidade de efeitos infringentes, intime-se o embargado para, querendo, apresentar contraminuta, no prazo de 5 (cinco) dias, conforme art. 1.023, §2º, do NCPC.
Após, com manifestação, ou transcorrido in albis o prazo, retornem-me conclusos os autos.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0014628-85.2012.8.22.0001 - Embargos de Declaração
Origem: 0014628-85.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara da Fazenda Pública
Embargante: Kleber José Leão
Advogado: Diego Fernando Furtado Anastácio (OAB/RO 4302)
Advogada: Danielle Rosas Garcez Bonifácio de Melo Dias (OAB/RO 2353)
Embargante: Cheyene Teylor da Silva Naré
Advogado: Diego Fernando Furtado Anastácio (OAB/RO 4302)
Advogada: Danielle Rosas Garcez Bonifácio de Melo Dias (OAB/RO 2353)
Embargado: Estado de Rondônia
Procurador: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Procurador: Matheus Carvalho Dantas (OAB/RO 6391)
Procurador: Ítalo Lima de Paula Miranda (OAB/RO 5222)
Relator(a) : Desembargador Eurico Montenegro
Revisor(a) :
Vistos.
Considerando a oposição de embargos de declaração, e que eventual acolhimento pode implicar a modificação da decisão embargada, dê-se vista ao embargado para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 1.023, §2º, NCPC.
Após, com ou sem resposta, retornem conclusos os autos.
Publique-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0008617-35.2015.8.22.0001 - Embargos de Declaração
Origem: 0008617-35.2015.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara da Fazenda Pública
Embargante: Iperon Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia
Advogado: Roger Nascimento dos Santos (OAB/RO 6099)
Embargado: SINSEPER - Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia
Advogado: Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogada: Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Relator(a) : Desembargador Eurico Montenegro
Vistos.
Considerando a oposição de embargos de declaração, e que eventual acolhimento pode implicar a modificação da decisão embargada, dê-se vista ao embargado para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 1.023, §2º, NCPC.
Após, com ou sem resposta, retornem conclusos os autos.
Publique-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

## ABERTURA DE VISTAS

1ª Câmara Especial
ABERTURA DE VISTA
Apelação nrº 0005032-66.2011.8.22.0501
Apelante/Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelante: José Carlos de Oliveira
Advogado: José Eduvirge Alves Mariano (OAB/RO 324A)
Apelante: José Joaquim dos Santos
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Advogado: Israel Ferreira de Oliveira (OAB/RO 7968)
Advogado: Dimas Queiroz de Oliveira Júnior (OAB/RO 2622)
Apelante: José Amauri dos Santos
Advogado: José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370)
Advogado: Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593)
Advogado: Eduardo Campos Machado (OAB/RS 17973)
Advogado: Hudson Delgado Camurça Lima (OAB/RO 6792)
Apelante: Emerson Lima Santos
Advogado: Cleber Jair Amaral (OAB/RO 2856)

Apelante: Ronilton Rodrigues Reis
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Advogada: Ivanir Maria Sumeck (OAB/RO 1687)
Apelante: Deusdete Antonio Alves
Advogado: Hiram Cesar Silveira (OAB/RO 547)
Advogado: João Avelino de Oliveira Júnior (OAB/RO 740)
Apelante: Ellen Ruth Cantanhede Salles Rosa
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Apelante: Francisco Leudo Buriti de Sousa
Advogado: Hiram Cesar Silveira (OAB/RO 547)
Advogado: João Avelino de Oliveira Júnior (OAB/RO 740)
Apelante: Francisco Izidro dos Santos
Advogado: Denis Augusto Monteiro Lopes (OAB/RO 2433)
Apelado/Apelante: João Batista dos Santos
Advogado: Renato Spadoto Righetti (OAB/RO 1198)
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Apelado: Ivan Bezerra da Silva
Advogado: José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370)
Advogado: Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593)
Advogado: Hudson Delgado Camurça Lima (OAB/RO 6792)
Apelado: Marcos Oliveira de Matos
Advogado: Marcelo Maldonado Rodrigues (OAB/RO 2080)
Apelado: Antônio Sobrinho de Oliveira
Advogado: Demétrio Laino Justo Filho (OAB/RO 276)
Advogado: Manoel Veríssimo Ferreira Neto (OAB/RO 3766)
Advogado: Francisco Ramon Pereira Barros (OAB/RO 8173)
Apelada: Radilma Araújo dos Santos Ferreira Sarnoski
Advogado: Denis Augusto Monteiro Lopes (OAB/RO 2433)
Apelada: Ivanilde da Silva Laureano
Advogado: Danilo Henrique Alencar Maia (OAB/RO 7707)
Advogado: Lael Ézer da Silva (OAB/RO 630)
Apelada: Angela Maria Ferreira Xavier de Sousa
Advogado: Danilo Henrique Alencar Maia (OAB/RO 7707)
Advogado: Lael Ézer da Silva (OAB/RO 630)
Advogado: Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656A)
Advogada: Mônica Patrícia Moraes Barbosa (OAB/RO 5763)
Relator: DES. EURICO MONTENGRO
Revisor: Des. Gilberto Barbosa
"Nos termos do Provimento 001/2001/PR de 13/09/2001, ficam os Apelados: Ivan Bezerra da Silva, Radilma Araújo dos Santos Ferreira Sarnoski, Ivanilde da Silva Laureano, Ângela Maria Ferreira Xavier de Sousa, Marcos Oliveira de Matos, Antônio Sobrinho de Oliveira, João Batista dos Santos, intimados para apresentarem suas contrarrazões recursais, no prazo legal."
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
(a) Belª Eriene Grangeiro de Almeida Silva

Diretora do 1DEJUESP

## 2ª CÂMARA ESPECIAL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
0017421-94.2012.8.22.0001 - Embargos de Declaração
Origem: 0017421-94.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara da Fazenda Pública
Embargante: Ivo Domanski
Defensor Público: José Oliveira de Andrade (DEFENSOR P )
Embargado: Município de Porto Velho - RO
Procurador: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Procurador: Mário Jonas Freitas Guterres (OAB/RO 272B)
Procuradora: Maria do Rosário Sousa Guimarães (OAB/RO 2327)
Procurador: Ricardo Amaral Alves do Vale (OAB/RO 2130)
Relator(a) : Desembargador Renato Martins Mimessi

Vistos.
Ivo Domanski, via Defensoria Pública do Estado de Rondônia, interpõe Recurso de Embargos de Declaração com Efeitos Infringentes e para fim de prequestionamento, por entender que o aresto contém contradição.
Diante do pedido expresso para se atribuir efeitos modificativos aos Embargos, intimem-se o Embargado para se manifestar no prazo de cinco dias, nos termos do artigo 1.023, § 2º do CPC.
Expeça-se o necessário.
Intime-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
0013511-66.1997.8.22.0007 - Apelação
Origem: 0013511-66.1997.8.22.0007 Cacoal / 2ª Vara Cível
Apelante: União
Procurador: Romero Duarte Suassuna Cavalcanti (OAB/MT 17376B)
Procurador: José Francisco da Silva Cruz (OAB/RO 221)
Procuradora: Janine Marion (OAB/RS 83252)
Apelado: Evilázio May
Apelado: Aldemir May
Apelado: Indústria e Comércio de Madeira Jaracatiá Ltda
Advogado: Valter Nunes de Almeida (OAB/RO 237)
Apelado: Valdir Marian
Advogado: Valter Nunes de Almeida (OAB/RO 237)
Apelado: Altair May
Advogado: Valter Nunes de Almeida (OAB/RO 237)
Relator(a) : Desembargador Renato Martins Mimessi
Vistos
Trata-se de Recurso de Apelação interposto pela Fazenda Nacional em autos que, na primeira instância, tramitaram perante o juízo estadual.
A Constituição da República prevê a hipótese de competência delegada à Justiça Estadual nas causas em que for parte a instituição de previdência social e segurado, quando a comarca não seja sede de vara da justiça federal, permitindo ainda que a Lei regulamente hipóteses de delegação de competência da Justiça Federal à Estadual em condições análogas.
A propósito:
Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:
I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;
[...]
§ 3º Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.
Com base no permissivo constitucional, a Lei nº 5.010/66, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, estabeleceu em seu art. 15, inciso I, competir à Justiça Estadual processar e julgar os executivos fiscais da União e de suas autarquias ajuizadas contra devedores domiciliados em comarcar do interior onde não funcionar justiça federal. A ver:
Art. 15. Nas Comarcas do interior onde não funcionar Vara da Justiça Federal (artigo 12), os Juízes Estaduais são competentes para processar e julgar:
I - os executivos fiscais da União e de suas autarquias, ajuizados contra devedores domiciliados nas respectivas Comarcas;
Trata-se, pois, de competência delegada, devidamente autorizada pelo art. 109, §3º da Constituição da República. A norma

constitucional, no entanto, já no §4º do mesmo dispositivo, consigna que o julgamento do recurso interposto nesta condição será sempre de competência do Tribunal Regional Federal (art. 109, §4º da CRFB).
Assim, remeta-se o feito ao E. TRF-1.
Intime-se.
Porto Velho, 20 de Fevereiro de 2018
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
0004047-81.2012.8.22.0010 - Embargos de Declaração
Origem: 0004047-81.2012.8.22.0010 Rolim de Moura / 2ª Vara Cível
Embargante: Valdemar Almeida Silva
Advogado: Itamar de Azevedo (OAB/RO 1898)
Embargado: Município de Rolim de Moura RO
Procurador: Leandro Junior Rodrigues (OAB/RO 5405)
Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138)
Embargado: Santino Lopes de Andrade
Advogado: Maycon Douglas Machado (OAB/RO 2509)
Embargada: Maria de Fátima Andrade
Advogado: Maycon Douglas Machado (OAB/RO 2509)
Relator(a) : Desembargador Renato Martins Mimessi
Vistos.
Valdemar Almeida Silva interpõe Recurso de Embargos de Declaração com Efeitos Infringentes e para fim de prequestionamento, por entender que o aresto contém contradição.
Diante do pedido expresso para se atribuir efeitos modificativos aos Embargos, intimem-se os Embargados para se manifestarem no prazo de cinco dias, nos termos do artigo 1.023, § 2º do CPC.
Expeça-se o necessário.
Intimem-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

## CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação)
Número do Processo :0002461-63.2017.8.22.0000
Interessado (Parte Ativa): Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Silvênio Antônio de Almeida
Interessada (Parte Passiva): Clarice Alves Araruna de Almeida
Relator: Des Eurico Montenegro Junior
Vistos.
Após a realização de audiência (fl. 260) em cumprimento à carta de ordem (fls. 246/ 247) para a propositura da suspensão condicional do processo, essa foi aceita por ambos os acusados pelo prazo de 3 (três) anos (fl. 292), da qual a douta Procuradoria-Geral de Justiça tomou ciência (fl. 298).
O Juízo da 1ª vara criminal da comarca de Colorado do Oeste informou (fl. 320) que o acompanhamento do período de prova se dará por meio da carta de ordem n. 1000881-42.2017.8.22.0012, nos termos do §1º caput, do art. 89, da Lei n. 9.099/1995, devendo ser comunicado a este Juízo no caso da ocorrência do §3º daquele artigo.
Diante do exposto, remetam-se os presentes autos ao 1º Departamento Judiciário Especial para mantê-los sobrestados, e para que ao fim do período, junte-se a carta de ordem aos autos originários e os retornem conclusos a este gabinete.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 21 de fevereiro de 2018
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

Despacho DO RELATOR
Ação Penal - Procedimento Ordinário
Número do Processo :0002605-37.2017.8.22.0000
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Charles Luis Pinheiro Gomes
Advogada: Ivonete Rodrigues Caja(OAB/RO 1871)
Relator:Des Eurico Montenegro Junior
Vistos.
Considerando-se o termo de audiência (fls. 154/ 155) referente à proposta de suspensão condicional do processo, remeta-se à douta Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 21 de fevereiro de 2018
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

## 1ª CÂMARA CRIMINAL

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Correição Parcial
Número do Processo :0006719-19.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 1002207-28.2017.8.22.0015
Corrigente: Aguinaldo Gilmar Tavares
Advogado: Hamilton Júnior Constantino Andrade Trondoli(OAB/RO 6856)
Corrigido: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará-Mirim/RO
Relator em Substituição: Juiz Convocado Francisco Borges Ferreira Neto
Vistos.
O Ministério Público de 1º grau interpôs esta Correição impugnando ato dito tumultuário atribuído ao Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará-Mirim, por não apreciar, por ausência de pedido expresso, a quebra de sigilo telefônico de Aguinaldo Gilmar Tavares, preso por suspeita de envolvimento em crime de receptação, ao conduzir o veículo Honda HR-V LX CVT, placa PZC 1975, com restrição de furto/roubo.
O pedido de liminar, lastreado em elementos abstratos, sem indicação do risco ao perecimento do direito, tampouco ao comprometimento da eventual prova, se as informações pretendidas poderiam ser obtidas a qualquer tempo, para justificar a excepcionalidade da medida, foi indeferido.
Aberto prazo à instrução do feito, remetido por fac-símile, aportam novos autos (0006813-64.2017.8.22.0000), de idêntico conteúdo.
O Ministério Público consigna na inicial a remessa da petição por fac-símile.
Pela data do protocolo, infere-se que a cópia da inicial foi recebida em 13.12.2017 (autos 0006719-19.2017.8.22.0000); com juntada de mídia digital em 19.12.2017. Em 26.12.2017, a desembargadora Marialva H. Daldegan Bueno, respondendo durante o recesso, proferiu despacho indeferindo a liminar, fls.30.
Os originais foram recebidos em 15.12.2017; autuados sob o n.0006813-64; e, conclusos em 19.12.2017, foi proferido despacho pelo relator originário na mesma data, fls.28.
A toda evidência, há equívoco na dúplice autuação da Correição Parcial.
Como se sabe, nos exatos termos da Lei Federal n.9.800/99, é permitido às partes utilizar sistema de transmissão de dados e imagens por fac-símile ou similar, aos fins da prática de atos processuais que dependam de petição escrita, sem prejuízo dos prazos processuais, devendo os originais ser entregues em juízo em até 5 dias.
No caso, o Ministério Público consignou a remessa por fac-símile; os originais foram remetidos no prazo; e razão não havia à dupla autuação, notadamente por, em uma delas, conferir ao acusado Aguinaldo Gilmar Tavares a condição de corrigente, quando o titular do feito é também o da ação penal.

Anoto, por fim, que, com a autuação em duplicidade do mesmo pedido, foram juntados documentos originais nos autos instruídos com a cópia do pedido, de modo a exigir a reunião das peças em único feito e regularizá-lo no distribuidor.
Posto isso, remetam-se à Vice-Presidência aos fins de deliberação.
Publique-se.

Despacho DO RELATOR
Correição Parcial
Número do Processo :0006813-64.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 1002207-28.2017.8.22.0015
Corrigente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Corrigido: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará-Mirim - RO
Relator em Substituição: Juiz Convocado Francisco Borges Ferreira Neto
Vistos.
O Ministério Público de 1º grau interpôs esta Correição impugnando ato dito tumultuário atribuído ao Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará-Mirim, por não apreciar, por ausência de pedido expresso, a quebra de sigilo telefônico de Aguinaldo Gilmar Tavares, preso por suspeita de envolvimento em crime de receptação, ao conduzir o veículo Honda HR-V LX CVT, placa PZC 1975, com restrição de furto/roubo.
O pedido de liminar, lastreado em elementos abstratos, sem indicação do risco ao perecimento do direito, tampouco ao comprometimento da eventual prova, se as informações pretendidas poderiam ser obtidas a qualquer tempo, para justificar a excepcionalidade da medida, foi indeferido.
Aberto prazo à instrução do feito, remetido por fac-símile, aportam novos autos (0006813-64.2017.8.22.0000), de idêntico conteúdo.
O Ministério Público consigna na inicial a remessa da petição por fac-símile.
Pela data do protocolo, infere-se que a cópia da inicial foi recebida em 13.12.2017 (autos 0006719-19.2017.8.22.0000); com juntada de mídia digital em 19.12.2017. Em 26.12.2017, a desembargadora Marialva H. Daldegan Bueno, respondendo durante o recesso, proferiu despacho indeferindo a liminar, fls.30.
Os originais foram recebidos em 15.12.2017; autuados sob o n.0006813-64; e, conclusos em 19.12.2017, foi proferido despacho pelo relator originário na mesma data, fls.28.
A toda evidência, há equívoco na dúplice autuação da Correição Parcial.
Como se sabe, nos exatos termos da Lei Federal n.9.800/99, é permitido às partes utilizar sistema de transmissão de dados e imagens por fac-símile ou similar, aos fins da prática de atos processuais que dependam de petição escrita, sem prejuízo dos prazos processuais, devendo os originais ser entregues em juízo em até 5 dias.
No caso, o Ministério Público consignou a remessa por fac-símile; os originais foram remetidos no prazo; e razão não havia à dupla autuação, notadamente por, em uma delas, conferir ao acusado Aguinaldo Gilmar Tavares a condição de corrigente, quando o titular do feito é também o da ação penal.
Anoto, por fim, que, com a autuação em duplicidade do mesmo pedido, foram juntados documentos originais nos autos instruídos com a cópia do pedido, de modo a exigir a reunião das peças em único feito e regularizá-lo no distribuidor.
Posto isso, remetam-se à Vice-Presidência aos fins de deliberação.
Publique-se.

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Agravo de Execução Penal
Número do Processo :0000735-20.2018.8.22.0000
Processo de Origem : 0005529-12.2013.8.22.0501
Agravante: Maksueli Andrade da Silva
Defensor Público: Adelino Cataneo(OAB/RO 150B)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Embora tenha sido determinado o traslado das peças indicadas pela parte agravante em seu recurso, o juízo agravado não exerceu seu juízo de retratação.
Remetam-se os autos à origem para que se faça o juízo de retratação para, somente então, ser instruído o feito.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Juiz Convocado Francisco Borges Ferreira Neto
Relator

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Agravo - Nrº: 1
Número do Processo :0005965-77.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 1000579-83.2017.8.22.0021
Agravante: Juarez Flor da Silva
Advogado: Filiph Menezes da Silva(OAB/RO 5035)
Advogado: Hebert Wender Rocha(OAB/RO 3739)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
JUAREZ FLOR DA SILVA interpõe agravo interno contra decisão prolatada pelo Des. Valter de Oliveira, que em substituição regimental não conheceu da ordem de habeas corpus impetrada em favor do agravante pelos advogados Herbert Wender Rocha (OAB/RO 3.739) e Filiph Menezes da Silva (OAB/RO 5.035), por se tratar de mera reiteração de pedido anterior (fls. 108-110).
Em suma, argui que o referido remédio não se constitui em repetição do anterior, pois trouxe fatos e argumentos novos ainda não apreciados, pelo que requer seja revista a decisão agravada, para que seja recebida a ordem de habeas corpus e concedida a medida liminar em seu favor ou, subsidiariamente, seja o recurso posto em mesa para apreciação pelo órgão colegiado (fls. 116-162).
É a síntese.
Em juízo de admissibilidade, observo que a decisão agravada foi exarada no dia 13.12.17 (fls. 108-110), tendo sido disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico n. 230, do dia 14.12.17 (quinta-feira), considerando-se como publicada no dia 15.12.17 (sexta-feira), iniciando-se o cômputo recursal no dia útil imediatamente seguinte, dia 18.12.17 (segunda-feira).
No dia 20.12.17, sobreveio o recesso forense e a suspensão dos prazos processuais, que para os processos envolvendo réus presos perdurou até o dia 6.1.18, conforme ressalva constante no artigo 2º da Resolução n. 32/2016-PR, publicada no Diário da Justiça Eletrônico n. 224, do dia 30.11.16, o qual oportunamente transcrevo (meus destaques):
Art. 2º No período de 7 a 20 de janeiro o expediente no âmbito do PJRO voltará ao horário normal, continuando, no entanto, suspensas a contagem dos prazos processuais, a realização de audiências e as sessões de julgamento, ressalvadas as exceções legais com a finalidade de evitar o perecimento de direitos e os processos envolvendo réus presos e adolescentes.
Desse modo, o prazo recursal do agravante continuou a correr a partir do dia 7.1.18, findando em 19.1.18 (sexta-feira), visto que o artigo 380 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Rondônia estipula o prazo de 15 (quinze) dias para interposição do agravo interno.
Considerando que a petição recursal foi protocolizada em 23.1.18 (f. 116), tenho por intempestivo o agravo, motivo pelo qual lhe nego seguimento.
Intime-se.
Cientifique-se a Procuradoria de Justiça.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz Convocado Francisco Borges Ferreira Neto
Relator

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0000772-47.2018.8.22.0000
Paciente: João Bruno Ferreira Caetano
Impetrante(Advogado): Luiz Guilherme de Castro(OAB/RO 8025)
Impetrante(Advogado): Alecsandro de Oliveira Freitas(OAB/RJ 190137)
Impetrante(Advogado): Eduardo Belmonth Furno(OAB/RO 5539)
Impetrado: Juiz de Direito da Audiência de Custódia da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Vistos.
Trata-se de ordem de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Luiz Guilherme de Castro (OAB/RO 8025), em favor do paciente João Bruno Ferreira Caetano, acusado de, em tese, praticar crime de furto.
Alega o impetrante, em síntese, que o paciente não deve ficar preso, uma vez que se encontram ausentes os requisitos autorizadores da constrição cautelar. Por outro lado, argumenta que o paciente e seus familiares não possuem condições de pagar a fiança arbitrada pelo juiz da audiência de custódia, sendo que o custodiado trabalha como ajudante de pedreiro, auferindo uma quantia diária de R$ 30,00.
Firme nesses argumentos, pleiteia a concessão de liminar aos fins de que seja concedida a liberdade provisória do paciente, sem fiança, e, subsidiariamente aplicação de medidas cautelares diversa da prisão.
Relatei. Decido.
Inicialmente tem-se que esta fase processual, frente a natureza excepcional da medida cautelar, requer relevante convencimento através das circunstâncias fáticas que devem ser capazes de conduzir à concessão do pedido liminar de forma inconteste.
No caso em tela, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar imediata concessão da liminar, havendo necessidade de melhores elementos para análise do pedido, razão pela qual indefiro a liminar, ressalvando melhor juízo quando do julgamento do mérito do habeas corpus.
Requisitem-se informações à autoridade coatora em até 48 horas, a serem prestadas por e-mail dejucri@tjro.jus.br ou malote digital, por questão de celeridade e economia processual.
Após, remetam-se os autos à Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho – RO, 21 de janeiro de 2018.
Juiz Convocado Francisco Borges Ferreira Neto
Relator em Substituição

## ABERTURA DE VISTAS

1ª Câmara Criminal
ABERTURA DE VISTA
Apelação nrº 1008152-90.2017.8.22.0501
Apelante: Luis Eduardo da Silva
Advogado: Gabriele Silva Ximenes (OAB/RO 7656)
Advogada: Marisamia Aparecida de Castro Inacio (OAB/RO 4553)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
[...]
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/09/2001, abro vista aos advogados do Apelante Luis Eduardo da Silva, para apresentarem as razões ao recurso interposto."
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

## 2ª CÂMARA CRIMINAL

2ª Câmara Criminal
Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus
Número do Processo :0000734-35.2018.8.22.0000
Processo de Origem : 0000825-77.2018.8.22.0501
Paciente: Karina Correia das Mercês
Impetrante(Defensora Pública): Marli Vogler Mauda(OABPR 26180)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Vistos,
Trata-se de Habeas Corpus com pedido liminar, impetrado pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia em favor de Karina Correia das Mercês, presa em flagrante no dia 25.01.2018, pela prática do delito previsto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho/RO, que em audiência de custódia converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva (fls. 06).
Em resumo, a impetrante alega que não estão presentes os requisitos da prisão preventiva, previstos no art. 312 do CPP.
Afirma que a autoridade coatora não fundamentou de forma idônea o decreto da medida excepcional, deixando de apontar razões concretas para manter a paciente segregada, pois não há notícias de que em liberdade ela tenha o intuito de frustrar a aplicação da lei penal, nem de prejudicar a instrução criminal, tampouco motivo que possa justificar a garantia da ordem pública, caracterizando suposta abusividade da medida, que a seu ver, se assemelha a mera antecipação de pena.
Destaca ainda que a gravidade abstrata do crime não se presta, por si só, para justificar a medida excepcional.
Afirma ainda que a prisão cautelar pode ser substituída por alguma das medidas cautelares do art. 319 do CPP.
Alternativamente, pugna pela concessão da prisão domiciliar, prevista no art. 318, inciso V do CPP, pois a paciente possui dois filhos menores, com idades de 05 anos e 03 anos, os quais necessitam da sua presença e proteção.
Aduz que a paciente é primária, exerce atividade lícita e possui família, tem filhos menores de idade, possui residência fixa no distrito da culpa, ostentando condições pessoais favoráveis a responder ao processo em liberdade.
Pugna pela concessão da liberdade ao paciente em sede de liminar, e no mérito a concessão da ordem.
Juntou as peças de fls. (06/35).
Examinados, decido.
Em relação à concessão de liminar, não se pode olvidar que, nas palavras de Ada Pellegrini Grinover e outros:
Apesar da sumariedade do procedimento do habeas corpus, certas situações excepcionais recomendam a antecipação da restituição da liberdade ao paciente ou, então, tratando-se de ordem requerida em caráter preventivo, a adoção de providências urgentes para o resguardo do direito de ir, vir e ficar. (GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães e FERNANDES, Antonio Scarance. Recursos no Processo Penal, 6ª ed., Edit. RT, pág. 292).
"Assim", continuam os autores, "embora não prevista em lei para o remédio aqui analisado, a concessão de liminar vem sendo admitida pela jurisprudência, em caráter excepcional, sempre que presentes os requisitos das medidas cautelares em geral (fumus boni iuris e periculum in mora), por analogia com a previsão existente em relação ao mandado de segurança". (obra citada). Negritamos.

Neste diapasão é o entendimento jurisprudencial evidenciado no julgado TJDFT - 20070020059222HBC, Relator ROMÃO C. OLIVEIRA, 2ª Turma Criminal, j. em 21/06/2007, DJ 08/08/2007 p. 92:
AGRAVOREGIMENTALNOHABEASCORPUS-INDEFERIMENTO DA LIMINAR. RECURSO DESPROVIDO. Liminar em habeas corpus decorre de construção pretoriana para remediar situações onde seja manifesta a ilegalidade e/ou abuso de poder. Se a decisão hostilizada no writ não se mostra teratológica, manifestamente ilegal ou abusiva, correto o indeferimento do pedido de liminar. Negritamos.
No mesmo sentido: STJ HC 6575, Relator Ministro Edson Vidigal, 5ª T., 10/02/1998; STJ HC 5785, Relator Ministro Cid Flaquer Scartezzini, 5ª T., 17/06/1997.
Em exame perfunctório dos autos não verifico presentes os requisitos que poderiam autorizar a concessão da liminar pleiteada, por não evidenciar de plano a ilegalidade alegada, guardando-me para analisar oportunamente o mérito, após as informações a serem prestadas pela d. autoridade apontada como coatora, motivo pelo qual a INDEFIRO.
Solicitem-se com urgência informações ao i. Juízo impetrado para prestá-las em 48 horas, conforme preceituam os arts. 662 do CPP e 298 do RITJRO, facultando-lhe prestá-las pelo e-mail, dejucri2@tjro.jus.br, com solicitação de confirmação de recebimento, sem necessidade do envio por malote, por questão de celeridade e economia processual.
Após, com as informações do juízo impetrado, ou, em caso de ausência destas, com as devidas certificações, encaminhem-se os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça.
Intime-se.
Publique-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relatora

Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus
Número do Processo :0000777-69.2018.8.22.0000
Processo de Origem : 0000575-50.2018.8.22.0014
Paciente: Luan Carlos Bertolino
Impetrante(Advogada): Carla Falcão Rodrigues(OAB/RO 616-A)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Relatora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Vistos,
Trata-se de Habeas Corpus com pedido liminar, impetrado pela advogada Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616-A) em favor de Luan Carlos Bertolino, preso em flagrante em 05.02.2018, pela prática do delito previsto no art. 155, §4º, incisos I e IV do Código Penal e art. 244-B do ECA, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena/RO, que indeferiu pedido de revogação de prisão preventiva (fls. 12).
Em resumo, a impetrante afirma que o paciente é inocente, não havendo, destarte, justo motivo para mantê-lo custodiado.
Pontua que a decisão da autoridade impetrada não possui fundamentos idôneos, pois se fundou em meras ilações abstratas sobre a gravidade do delito e a suposta periculosidade do paciente, não demonstrando, destarte, de forma concreta, os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, pontificando que paira em seu favor o princípio constitucional da presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF).
Registra que o paciente em momento algum representou perigo à ordem pública, nem frustrou a instrução criminal.
Afirma que o paciente é primário, possui bons antecedentes, residência fixa, ocupação lícita, preenchendo, destarte, os requisitos autorizadores para responder à ação penal em liberdade.
Pugna pela concessão da liberdade ao paciente em sede de liminar, e, no mérito, a concessão da ordem.
Juntou as peças de fls. 12/36.
Examinados, decido.
Em relação à concessão de liminar, não se pode olvidar que, nas palavras de Ada Pellegrini Grinover e outros:
Apesar da sumariedade do procedimento do habeas corpus, certas situações excepcionais recomendam a antecipação da restituição da liberdade ao paciente ou, então, tratando-se de ordem requerida em caráter preventivo, a adoção de providências urgentes para o resguardo do direito de ir, vir e ficar. (GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães e FERNANDES, Antonio Scarance. Recursos no Processo Penal, 6ª ed., Edit. RT, pág. 292).
"Assim", continuam os autores, "embora não prevista em lei para o remédio aqui analisado, a concessão de liminar vem sendo admitida pela jurisprudência, em caráter excepcional, sempre que presentes os requisitos das medidas cautelares em geral (fumus boni iuris e periculum in mora), por analogia com a previsão existente em relação ao mandado de segurança". (obra citada). Negritamos.
Neste diapasão é o entendimento jurisprudencial evidenciado no julgado TJDFT - 20070020059222HBC, Relator ROMÃO C. OLIVEIRA, 2ª Turma Criminal, j. em 21/06/2007, DJ 08/08/2007 p. 92:
AGRAVOREGIMENTALNOHABEASCORPUS-INDEFERIMENTO DA LIMINAR. RECURSO DESPROVIDO. Liminar em habeas corpus decorre de construção pretoriana para remediar situações onde seja manifesta a ilegalidade e/ou abuso de poder. Se a decisão hostilizada no writ não se mostra teratológica, manifestamente ilegal ou abusiva, correto o indeferimento do pedido de liminar. Negritamos.
No mesmo sentido: STJ HC 6575, Relator Ministro Edson Vidigal, 5ª T., 10/02/1998; STJ HC 5785, Relator Ministro Cid Flaquer Scartezzini, 5ª T., 17/06/1997.
Em exame perfunctório dos autos não verifico presentes os requisitos que poderiam autorizar a concessão da liminar pleiteada, por não evidenciar de plano a ilegalidade alegada, guardando-me para analisar oportunamente o mérito, após as informações a serem prestadas pela d. autoridade apontada como coatora, motivo pelo qual a INDEFIRO.
Solicitem-se com urgência informações ao i. Juízo impetrado para prestá-las em 48 horas, conforme preceituam os arts. 662 do CPP e 298 do novo RITJRO, facultando-lhe prestá-las pelo e-mail, dejucri2@tjro.jus.br, com solicitação de confirmação de recebimento, sem necessidade do envio por malote, por questão de celeridade e economia processual.
Após, com as informações do juízo impetrado, ou, em caso de ausência destas, com as devidas certificações, encaminhem-se os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça.
Intime-se.
Publique-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relatora

2ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Revisão Criminal
Número do Processo :0000721-36.2018.8.22.0000
Processo de Origem : 0001833-70.2010.8.22.0501
Revisionando: Lucileide Fernandes da Silva
Advogado: Diego Victor Rodrigues Barros(OAB/RR 1048)
Advogado: Murilo Augusto Martins(OAB/RR 1793)
Revisionado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. Miguel Monico Neto
Vistos.
Trata-se de revisão criminal proposta por Lucileide Fernandes da Silva visando à reforma da Sentença que a condenou pelo crime de tráfico ilícito de entorpecente.

A revisionanda aduz, em síntese, que não se pode condenar alguém, principalmente pelo crime de tráfico, que não tem envolvimento com o delito, daí porque requer a absolvição ou que seja reconhecida a causa de diminuição de pena prevista no art. 33, §4º, da Lei 11.343/06.
Menciona que a pretensão deduzida funda-se nos incisos I (decisão contrária a texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos) e III (surgimento de prova nova) do art. 621 do CPP.
Contudo, verifica-se que a inicial não foi instruída com a decisão condenatória e nem a certidão de trânsito em julgado (art. 625, § 1º, do CPP).
Anote-se que compete ao requerente a correta instrução da revisão criminal com as peças necessárias à comprovação dos fatos arguidos.
Nesse sentido, colhe-se julgado:
STJ – (...) Conforme já se consignou em julgamento proferido por esta Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, "[o] art. 625, § 1.º do CPP afirma que compete ao requerente a correta instrução do pedido de revisão criminal, sendo indispensável a certidão de haver passado em julgado a sentença condenatória, além das peças necessárias à comprovação dos fatos argüidos" (HC 92.951/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, julgado em 28/10/2008, DJe 24/11/2008).gn
2. Na espécie, à míngua da juntada da certidão do trânsito em julgado da condenação, tem-se por correta a decisão na qual o Desembargador-Relator extinguiu revisão criminal sem resolver seu mérito, por falta de pressuposto processual de validade que impede o correto desenvolvimento do feito.
3. Ordem de habeas corpus denegada. (HC 203.422/PI, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 26/03/2013)
De outra banda, impende anotar que a prova nova mencionada pelo inciso III do art. 621 do CPP deve ser pré-constituída e produzida sob o crivo do contraditório, em audiência de justificação, daí porque a revisão criminal deve vir lastreada com prova pré-constituída, que é ônus do peticionário, não comportando fase instrutória.
Por fim, vale registrar que a revisão criminal não se constituiu numa espécie de segunda apelação (alegação de ofensa do art. 621, I, do CPP), mas uma estreita via pela qual é possível modificar o trânsito em julgado para sanar erro técnico ou injustiça da condenação, caso contrário haveria uma superposição do recurso de apelação, objetivo não pretendido pelo legislador processual.
Isso posto, indefiro a petição inicial, nos termos dos artigos 625, §1º do CPP, e 123, IV, do RITJRO.
Publique-se.
Intime-se.
Arquive-se.
Porto Velho - RO, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador Miguel Monico Neto

Relator

## ABERTURA DE VISTAS

2ª Câmara Criminal
ABERTURA DE VISTA
Apelação nrº 1000388-35.2017.8.22.0701
Apelante: C. G. M. G.
Advogado: Jackson Chediak (OAB/RO 5000)
Advogado: Marco Antônio Ribeiro de Menezes Lagos (OAB/RO 6140)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, abro vista ao apelante para apresentar as razões ao recurso interposto.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Bel. Davi Ferreira Martins
Diretor do 2DEJUCRI em Substituição

2ª Câmara Criminal
ABERTURA DE VISTA
Apelação nrº 0002010-41.2013.8.22.0012
Apelante: M. da S. N.
Advogado: José Carlos da Costa Pereira (OAB-PR 14139)
Advogado: Elzi Gomes (OAB/PR 59265)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, abro vista ao apelante para apresentar as razões ao recurso interposto.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Bel. Davi Ferreira Martins

Diretor do 2DEJUCRI em Substituição

## CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

Câmaras Criminais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Revisão Criminal
Número do Processo :0000269-26.2018.8.22.0000
Processo de Origem : 0000866-33.2016.8.22.0010
Revisionando: Rafael Vieira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Revisionado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. Miguel Monico Neto
VISTOS.
A Defensoria Pública do Estado de Rondônia peticionou (fls. 261/264), requerendo a reconsideração da decisão que indeferiu a petição inicial (fls. 257/259), e pediu autorização para emendar a inicial e consequente prosseguimento da demanda.
Vale registrar que, visando à segurança das decisões já transitadas em julgado, a lei impõe, taxativamente, as hipóteses que devem ser observadas para o conhecimento do pedido revisional, senão vejamos:
Art. 621. A revisão dos processos findos será admitida:
I - quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos;
II - quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos;
III - quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.
Entende a jurisprudência que para o deferimento do pedido revisional - com base no artigo acima citado - é necessário que os novos elementos probatórios tenham força necessária a desfazer o fundamento da condenação, evidenciando a inocência do condenado ou circunstâncias que o favoreçam, não bastando aquelas que apenas debilitam a prova dos autos ou causem dúvidas no espírito dos julgadores.
Assim, em sede revisional, inverte-se o ônus da prova, cabendo ao revisionando demonstrar a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos arts. 621 do CPP, de maneira a tornar inconteste a injustiça da decisão.
Sobre o tema, ensina Julio Fabbrini Mirabete que:
Há na revisão, em verdade, uma inversão no ônus da prova, e os elementos probatórios devem ter poderes conclusivo e demonstrar cabalmente a inocência do condenado ou a circunstância que o favoreça, não bastando aquelas que apenas debilitam a prova dos autos ou causam dúvidas no espírito dos julgadores. (Processo Penal, 10ª ed., São Paulo: Atlas, 2000, p. 679).
Nesse passo, mantenho o despacho de fls. 257/259, que indeferiu a petição inicial.
Publique-se.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 21 de fevereiro de 2018.
Desembargador Miguel Monico Neto
Relator

# PAUTA DE JULGAMENTO

## TRIBUNAL PLENO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal Pleno Judiciário
Pauta de Julgamento
Sessão 683

Pauta elaborada nos termos do artigo 49 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal, relativa aos processos abaixo relacionados, bem como aqueles adiados de pautas já publicadas, que serão julgados em Sessão Ordinária, que se realizará no Plenário do Tribunal Pleno desta Corte (localizado na Rua José Camacho, 585, Bairro Olaria - 5º andar), aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às 8h30min.

Observação : Para a sustentação oral, conforme previsto no art. 57, caput e parágrafo 1º do referido Regimento, os senhores advogados deverão inscrever-se, previamente, junto ao Departamento Pleno, ou verbalmente, até o início da Sessão, observando-se, o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 271 da mesma norma.

PROCESSOS ELETRÔNICOS

01. Mandado de Segurança n. 0804100-20.2016.8.22.0000 - PJe
Impetrante : Liberato Ribeiro de Araújo Filho
Advogado : Hailton Otero Ribeiro de Araújo (OAB/RO 529)
Impetrado : Defensor Público-Geral do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva) : Estado de Rondônia
Procuradores : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528) e outros
Relatora : Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Distribuído por sorteio em 14.12.2016
Redistribuído por sorteio em 21.2.2017
Objeto : Busca o pagamento em pecúnia de férias não gozadas ou, alternativamente o gozo das férias com aplicação de 1/3 constitucional.
Pedido de vista : Desembargador Hiram Souza Marques, em 19.2.2018.
Decisão parcial : "REJEITADA A QUESTÃO DE ORDEM LEVANTADA PELO DESEMBARGADOR ROOSEVELT QUEIROZ COSTA, PARA INVERSÃO DA ORDEM DE ANÁLISE DAS PRELIMINARES, POR MAIORIA. VENCIDOS O PROPONENTE, OS DESEMBARGADORES RENATO MARTINS MIMESSI, VALTER DE OLIVEIRA, WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA E O JUIZ ADOLFO THEODORO NAUJORKS NETO E REJEITADA A PRELIMINAR DE NÃO CABIMENTO DO MANDAMUS NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR ALEXANDRE MIGUEL, POR MAIORIA, VENCIDA A RELATORA. NO MÉRITO, APÓS O VOTO DA RELATORA DENEGANDO A SEGURANÇA NO QUE FOI ACOMPANHADA PELOS DESEMBARGADORES GILBERTO BARBOSA, OUDIVANIL DE MARINS, ISAIAS FONSECA MORAES E VALDECI CASTELLAR CITON, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR HIRAM SOUZA MARQUES. OS DEMAIS AGUARDAM."

02. Agravo Interno e Mandado de Segurança n. 0801724-27.2017.8.22.0000 - PJe
Agravante/Interessado (Parte Passiva) : Estado de Rondônia
Procuradores : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528), Sérgio Fernandes de Abreu Júnior (OAB/RO 6.629) e outros
Agravado/Impetrante : Cerâmica Três Irmãos Ltda - ME
Advogados : André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4.667), Cleber Queiroz Silva (OAB/RO 3.814) e Fernanda Primo Silva Moroni (OAB/RO 4.141)
Impetrados : Governador do Estado de Rondônia e Secretário de Estado de Finanças de Rondônia
Relator : Desembargador Raduan Miguel Filho
Distribuído por sorteio em 30.6.2017
Redistribuído por sorteio em 7.7.2017
Interposto em 25.7.2017
Pedido de vista : Desembargador Isaias Fonseca Moraes, em 19.2.2018
Objeto (Agravo) : Reversão da r. decisão que deferiu a liminar determinando abstenção de exigir o ICMS sobre as tarifas de uso do sistema de Transmissão e Distribuição de energia, se limitando a incidir apenas sobre a TE - Tarifa de Energia, da unidade consumidora n. 0118344-3.
Objeto (Mandamus) : Busca a inexigibilidade do recolhimento de ICMS sobre as Tarifas TUSD (Distribuição) e TUST (Transmissão) de energia da unidade consumidora n. 0118344-3.
Decisão parcial : "REJEITADA A PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL, À UNANIMIDADE E, APÓS O VOTO DO RELATOR REJEITANDO TAMBÉM A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DAS AUTORIDADES COATORAS, DIVERGIRAM OS DESEMBARGADORES RENATO MARTINS MIMESSI, MARIALVA HENRIQUES, GILBERTO BARBOSA (QUE MODIFICOU SEU VOTO ANTERIOR), OUDIVANIL DE MARINS E O DESEMBARGADOR MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA (ANTECIPOU O VOTO) ACOLHENDO A PRELIMINAR PARA EXCLUIR DO POLO PASSIVO AS AUTORIDADES COATORAS E, POR CONSEQUÊNCIA, REMETER O FEITO AO PRIMEIRO GRAU, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR ISAIAS FONSECA MORAES. OS DEMAIS AGUARDAM."

03. Agravo Interno em Mandado de Segurança n. 0801592-67.2017.8.22.0000 - PJe
Agravante/Impetrante : Cunha Lagos Advogados Associados - ME
Advogados : Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2.913 e OAB/AM 722-A), Marco Antônio Ribeiro de Menezes Lagos (OAB/RO 6.140 e OAB/PR 42.732)
Agravados/Impetrados : Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Relator : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Impedidos : Desembargadores Sansão Saldanha, Daniel Ribeiro Lagos e Hiram Souza Marques
Distribuído em 13.6.2017
Redistribuído em 29.6.2017
Pedido de vista : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, em 19.2.2018
Objeto : Busca reverter decisão monocrática que indeferiu a inicial do mandado de segurança, tendo em vista sua inadmissibilidade, em face de ato do Presidente e Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia quando da impugnação do Provimento Conjunto n. 01/2017.
Decisão parcial : "APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELOS DESEMBARGADORES VALDECI CASTELLAR CITON, JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, RENATO

MARTINS MIMESSI, VALTER DE OLIVEIRA, E PELOS JUÍZES FRANCISCO BORGES FERREIRA NETO, RINALDO FORTE SILVA E OSNY CLARO DE OLIVEIRA JÚNIOR, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR MARCOS ALAOR DINIZ. OS DEMAIS AGUARDAM."

04. Agravo Interno e Mandado de Segurança n. 0803027-76.2017.8.22.0000 - PJe
Agravado/Impetrante : Francisco Barros Neto
Advogados : Renato da Costa Cavalcante Junior (OAB/RO 2.390), Marcelo Maldonado Rodrigues (OAB/RO 2.080), Manoel Ribeiro de Matos Junior (OAB/RO 2.692) e Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4.235)
Agravante/Impetrado : Juiz Corregedor Permanente dos Cartórios Extrajudiciais
Interessado (Parte Passiva) : Estado de Rondônia
Procuradores : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528), Olival Rodrigues Gonçalves Filho (OAB/RO 7.141) e outros
Relator : Desembargador Gilberto Barbosa
Distribuído em : 3.11.2017
Pedido de vista : Desembargador Hiram Marques, em 19.02.2018
Objeto do Mandado de Segurança : Mandamus que visa a cassação da decisão proferida pelo Juiz Corregedor Permanente dos Cartórios Extrajudiciais, que bloqueou o cartão de assinatura do impetrante junto ao 5º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais.
Objeto do Agravo Interno : Busca retratação da decisão que concedeu a liminar.
Decisão parcial: "APÓS O VOTO DO RELATOR REJEITANDO A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO PLENO, PEDIU VISTA ANTECIPADAMENTE O DESEMBARGADOR HIRAM MARQUES. OS DEMAIS AGUARDAM."

05. Direta de Inconstitucionalidade n. 0802607-71.2017.8.22.0000 - PJe
Requerente : Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Requerido : Município de Buritis
Requerida : Câmara do Município de Buritis
Procurador : Sidney Gonçalves Correia (OAB/RO 2.361)
Relator : Desembargador Renato Martins Mimessi
Distribuído por sorteio em 25.9.2017
Objeto : Apreciar o pedido cautelar que objetiva a suspensão da eficácia do art. 1º, §1º e 3º e art. 2º, §7º da Lei n. 875/2014 e do art. 2º da Lei n. 987/2015, ambas do Município de Buritis/RO, que trata de honorários advocatícios.

06. Direta de Inconstitucionalidade n. 0801735-56.2017.8.22.0000 - PJe
Requerente : Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Requerido : Município de Cacoal
Interessado : Estado de Rondônia
Procuradores : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528) e outros
Relator : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Distribuído em 30.6.2017
Objeto : Apreciar pedido cautelar que objetiva suspender a eficácia da Lei n. 2.646/PMC/2010 do Município de Cacoal, especificamente seus arts. 12, 42, 43 e 44, por violar à Constituição Federal e Estadual, que regulamenta as normas gerais de transporte de passageiros em veículos automóveis de aluguel.

07. Direta de Inconstitucionalidade n. 0803219-09.2017.8.22.0000 - PJe
Requerentes : Luiz Gomes Furtado e Município de Nova União
Requerida : Câmara Municipal de Nova União
Procurador : Raphael Pereira Soteli
Interessado : Estado de Rondônia
Procuradores : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528) e outros
Relator : Juiz Osny Claro de Oliveira Júnior
Distribuído por sorteio em 21.11.2017
Objeto : Apreciar o pedido cautelar que objetiva suspender a eficácia da Lei n. 538/2017, por ferir preceitos das Constituições Federal e Estadual, quanto a iniciativa legislativa sobre o provimento de cargos públicos.

08. Direta de Inconstitucionalidade n. 0800834-88.2017.8.22.0000 - PJe
Requerente : Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Requerido : Município de Alta Floresta D'Oeste
Interessado : Estado de Rondônia
Procuradores : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528) e outros
Relator : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Distribuído por sorteio em 4.4.2017
Objeto : Apreciar o pedido cautelar que objetiva suspender a eficácia da Lei Municipal n. 1.143/13 de Alta Floreste do Oeste, por violação aos arts. 1º, caput e 11, caput, da Constituição Estadual, que autoriza a Secretaria Municipal de Educação a fornecer combustível a pais de alunos junto a Zona Rural.

09. Embargos de Declaração em Embargos de Declaração no Mandado de Segurança n. 0800868-97.2016.8.22.0000 - PJe
Embargantes : Albino Lopes do Nascimento Júnior e outros
Advogado : Oswaldo Paschoal Júnior (OAB/RO 3.426)
Embargado : Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva) : Estado de Rondônia
Procuradores : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528), Tiago Cordeiro Nogueira (OAB/RO 7.770), Fábio de Sousa Santos (OAB/RO 5.221) e outros
Relator : Desembargador Miguel Monico Neto
Opostos em 3.7.2017
Objeto : Alegação de contradição no v. acórdão que julgou os embargos de declaração no mandamus em que foi concedida a segurança.

10. Mandado de Segurança n. 0800944-87.2017.8.22.0000 - PJe
Impetrante : Mário Roberto Pereira de Souza
Advogado : Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1.765)
Impetrado : Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Interessado : Município de Jaru
Procuradores : Marcelo André Azevedo Veras (OAB/RO 7.768), Merquizedks Moreira (OAB/RO 501), José Pereira Tavares (OAB/RO 441) e outros
Relator : Desembargador Oudivanil de Marins
Distribuído por sorteio em 18.4.2017
Objeto : Mandamus em face de ato de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em que requer a concessão da ordem, tendo por objeto a absolvição do impetrante das penalidades impostas no acórdão proferido pelo Tribunal de Contas.

11. Mandado de Segurança n. 0801453-52.2016.8.22.0000 - PJe
Impetrante : Wiviane Batista de Oliveira
Advogado : Daniel Gago de Souza (OAB/RO 4155); Ernande Segismundo (OAB/RO 532), Fabrício dos Santos Fernandes (OAB/RO 1.940)
Impetrado : Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Relator : Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Distribuído por sorteio em 18.5.2016
Objeto : Nomeação e posse no cargo de Analista – Pedagogia, comarca de Ouro Preto do Oeste, em relação a concurso promovido pelo Ministério Público do Estado de Rondônia (Edital 047/2011/MP/RO).

12. Mandado de Segurança n. 0801096-72.2016.8.22.0000 - PJe
Impetrante : Rafael Silvio de Oliveira
Advogados : Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796) e Camila Bezerra Batista (OAB/RO 7.212)
Impetrado : Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva) : Estado de Rondônia
Procuradores : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528), Livia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1.673) e outros
Relator : Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Distribuído por sorteio em 12.4.2016
Objeto : Nomeação e Posse no cargo de Engenheiro Florestal (portador de deficiência), do quadro do Ministério Público do Estado de Rondônia, nesta Capital, em razão de aprovação no concurso público na forma do Edital n. 047/2011/MP/RO.

13. Mandado de Segurança n. 0802158-50.2016.8.22.0000 - PJe
Impetrante : Elane de Souza Cruz
Advogado : Cledson Franco de Oliveira (OAB/RO 4049)
Impetrado : Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva) : Estado de Rondônia
Advogado : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528), Franklin Silveira Baldo (OAB/RO 5.733)
Relator : Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Distribuído por sorteio em 15.7.2016
Objeto : Nomeação e posse no cargo de Técnico Administrativo, Comarca de Costa Marques, em relação a concurso promovido pelo Ministério Público do Estado de Rondônia (Edital 047/2011/MP/RO).

14. Mandado de Segurança n. 0802393-17.2016.8.22.0000 - PJe
Impetrante : Tauana Boone Villa
Advogados : Roseane Maria Vieira Tavares Fontana (OAB/RO 2.209) e Nádia Pinheiro Costa (OAB/RO 7.035)
Impetrado : Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva) : Estado de Rondônia
Advogado : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528), Lívia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1.673)
Relator : Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Distribuído por sorteio em 5.8.2016
Objeto : Nomeação e posse no cargo de Analista em Psicologia, comarca de Cacoal, em concurso promovido pelo Ministério Público do Estado de Rondônia (Edital n. 047/2011/MP/RO).

15. Mandado de Segurança n. 0802564-71.2016.8.22.0000 - PJe
Impetrante : Lilian Carol Perez de Almeida
Advogados : Daniel Gago de Souza (OAB/RO 4.155), Fabrício dos Santos Fernandes (OAB/RO 1.940) e Ernande da Silva Segismundo (OAB/RO 532)
Impetrado : Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva) : Estado de Rondônia
Procuradores : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528), Franklin Silveira Baldo (OAB/RO 5.733) e outros
Relator : Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Distribuído por sorteio em 12.8.2016
Objeto : Nomeação e posse no cargo de Assistente Social, comarca de Guajará-Mirim, em relação a concurso promovido pelo Ministério Público do Estado de Rondônia (Edital n. 047/2011/MP/RO).

16. Mandado de Segurança n. 0803095-60.2016.8.22.0000 - PJe
Impetrante : Mara Regina Hentges Leite
Advogados : Paulo Timóteo (OAB/RO 2.437), Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1.779), Gardênia Souza Guimarães (OAB/RO 5.464) e Victor Emannuel Botelho de Carvalho Maron (OAB/RO 1.779)
Impetrados : Governador do Estado de Rondônia e Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas – SEGEP
Procuradores : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528) e outros
Relator : Desembargador Oudivanil de Marins
Distribuído por sorteio em 13.9.2016
Objeto : Mandamus impetrado em face do Governador do Estado, em que requer a anulação do Decreto de 8 de agosto de 2016, firmado por este, que cessou a cedência que beneficiava a autora.

17. Embargos de Declaração em Mandado de Segurança n. 0801165-41.2015.8.22.0000
Embargantes/Impetrantes : Adelviro Nunes, Arnaldo de Menezes Pires, Carmélia Rodrigues Janones e outros
Advogados : Anísio Raimundo Teixeira Grécia (OAB/RO 1.910), Adailton Pereira de Araújo (OAB/RO 2.562) e Lélia de Oliveira Ribeiro Gomes Neta (OAB/RO 4.308)
Embargado/Impetrado : Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Embargado/Impetrado : Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia/IPERON
Interessado (Parte Passiva) : Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia/IPERON
Procuradores : Thiago Alencar Alves Pereira (OAB/RO 5.633), Roger Nascimento (OAB/RO 6.099) e outros
Interessado (Parte Passiva) : Estado de Rondônia
Procuradores : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528), Igor Veloso Ribeiro (OAB/RO 5.231) e outros
Relator : Desembargador Gilberto Barbosa
Impedidos : Desembargadores Rowilson Teixeira e Sansão Saldanha
Opostos em 29.1.2018
Objeto : Obscuridade. Dúbia interpretação da decisão. Indicação de elementos fáticos e/ou fundamentos jurídicos vinculativos. Cumprimento de decisão judicial em relação a terceiros.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 21 de fevereiro de 2018.

Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Presidente

# PUBLICAÇÃO DE ATAS

## 2ª CÂMARA ESPECIAL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
Ata de Julgamento
Sessão 576

Ata da sessão de julgamento realizada no II Plenário deste Tribunal – 5º andar deste Tribunal, situado na rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, no dia vinte do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito. Presidência do Desembargador Renato Martins Mimessi. Presentes ao Excelentíssimo Desembargador Hiram Souza Marques. Presentes, ainda, os Excelentíssimos Desembargador Oudivanil de Marins, convidado para participar da sessão em virtude da ausência justificada do Desembargador Roosevelt Queiroz Costa; O Desembargador Gilberto Barbosa, para julgamento da Apelação nº 0004630-66.2012.8.22.0010. Procurador de Justiça Charles Tadeu Anderson. Secretária Belª Natália Goveia Machado. Declarada aberta a sessão às 08h30, pela ordem, foram submetidos a julgamento os processos extrapauta e os constantes da pauta.

n. 01 0004630-66.2012.8.22.0010 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0004630-66.2012.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível
Apelante/Apelado: Dogival Alves Chalegra
Advogado: Rafael Moisés de Souza Bussioli (OAB/RO 5032)
Apelado/Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído por Sorteio em 18/11/2015
Decisão parcial: "APÓS O VOTO DO RELATOR QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO DE DOGIVAL ALVES CHALEGRA E JULGOU PREJUDICADO O RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, QUE FOI ACOMPANHADO PELO DES. HIRAM, DIVERGIU O DES. GILBERTO. TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES DE OUTRA CÂMARA, PARA PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

n. 02 1001008-83.2017.8.22.0010 Apelação
Origem: 1001008-83.2017.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Criminal
Apelante: Antônio Barros Soares
Advogado: Darci Anderson de Brito Cangirana (OAB/RO 8576)
Advogada: Michele Tereza Correa de Brito Cangirana (OAB/RO 7022)
Advogada: Gabriela Carvalho Guimarães (OAB/RO 8301)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Vagno Oliveira de Almeida (OAB/RO 5185)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído por Sorteio em 08/11/2017
Redistribuído por Sorteio em 17/11/2017
Dada a palavra ao advogado Darci Anderson de Brito Cangirana (OAB/RO 8576) sustentou oralmente em favor de Antônio Barros Soares
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE"

n. 03 0021126-03.2012.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0021126-03.2012.8.22.0001 Porto Velho / 1ª Vara da Fazenda Pública
Embargante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon
Procurador: Thiago Alencar Alves Pereira (OAB/RO 5633)
Procurador: Roger Nascimento dos Santos (OAB/RO 6099)
Embargado: Renato Hideaki Watanabe
Advogado: Magnaldo Silva de Jesus (OAB/RO 3485)
Advogada: Agna Ricci de Jesus (OAB/RO 6349)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Opostos em 01/09/2016
Adiado em 06/02/2018
Decisão: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS, POR UNANIMIDADE"

n. 04 0800642-58.2017.8.22.0000 Mandado de Segurança (PJe)
Impetrante: Ronnilda Maria Gonçalves de Araújo
Advogado: Arthur Antunes Gomes Queiroz (OAB/RO 7869)
Advogada: Márcia Cristina dos Santos (OAB/RO 7986)
Impetrado: Secretário de Educação Adjunto do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Francisco Silveira de Aguiar Neto (OAB/RO 5632)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído por sorteio em 14/03/2017
Adiado em 06/02/2018
Decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, SEGURANÇA DENEGADA, POR UNANIMIDADE"

n. 05 0800589-77.2017.8.22.0000 Mandado de Segurança (PJe)
Impetrante: Francisca Aguiar da Silva
Advogada: Marcia Cristina dos Santos (OAB/RO 7986)
Advogado: Arthur Antunes Gomes Queiroz (OAB/RO 7869)
Impetrado: Secretário de Educação do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído por sorteio em 09/03/2017
Adiado em 06/02/2018
Decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, SEGURANÇA DENEGADA, POR UNANIMIDADE"

n. 06 0000343-80.2018.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem:00000184220188220021 Buritis/1ª Vara
Paciente: Wallace Bernardo da Silva
Impetrante(Advogada): Érica Caroline Ferreira Vairich (OAB/RO 3893)
Impetrante(Advogada): Gessika Nayhara Torres Coimbra (OAB/RO 8501)
Impetrante(Advogada): Sandra Pires Corrêa Araújo (OAB/RO 3164)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Buritis – RO
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 25/01/2018
Decisão: "ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA, POR UNANIMIDADE"

n. 07 0802553-08.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7003428-75.2016.8.22.0015/2ª Vara Cível de Guajará-Mirim/RO
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Sérgio Fernandes de Abreu Junior (OAB/RO 6629)
Procuradora: Luciana Fonseca Azevedo (OAB/RO 5726)
Procurador: Daniel Leite Ribeiro (OAB/RO 7142)
Agravado: Pato Branco Alimentos Ltda
Advogado: Josemário Secco (OAB/RO 724)
Advogado: Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Distribuído em 19/09/2017
Decisão: "RECURSO PROVIDO, POR UNANIMIDADE"

n. 08 0000232-24.2013.8.22.0501 Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 00002322420138220501 Porto Velho - Fórum Criminal/3ª Vara Criminal
Embargante: Francisco Edwilson Bessa Holanda Negreiros
Advogado: Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193)
Advogado: Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2721)
Advogado: Otávio Cesar Saraiva Leão Viana (OAB/RO 4889)
Advogado: Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412)
Advogado: Gustavo Nóbrega da Silva (OAB/RO 5235)
Advogado: André Phelipe Oldoni Haito (OAB/RO 704E)
Advogada: Ana Caroline Mota de Almeida (OAB/RO 818E)
Embargante: Leila Oliveira Fortuoso
Advogado: Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193)
Advogado: Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2721)
Advogado: Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412)
Advogado: Rafael Maia Correa (OAB/RO 4721)
Advogado: Gustavo Nóbrega da Silva (OAB/RO 5235)
Advogada: Ana Caroline Mota de Almeida (OAB/RO 818E)

Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelante: Shisley Milene Araújo Couto
Advogado: Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567)
Apelante: João Francisco da Costa Chagas Junior
Advogado: Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567)
Advogado: Wilson Dias de Souza (OAB/RO 1804)
Advogado: Daison Nobre Belo (OAB/RO 4796)
Apelante: Valney Cristian Pereira de Moraes
Advogado: Francisco Alves Pinheiro Filho (OAB/RO 568)
Advogada: Carla Begnini Pinheiro (OAB/RO 778)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Opostos em 03/03/2017
Decisão: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS, POR UNANIMIDADE"

n. 09 0802422-67.2016.8.22.0000 Embargos de Declaração em Mandado de Segurança (PJe)
Embargante: Almeida & Costa Ltda
Advogado: Dalmo Jacob do Amaral Junior (OAB/GO 13905)
Advogada: Sabrina Puga (OAB/RO 4879)
Advogado: Daniel Puga (OAB/GO 21.324)
Advogado: Daniel Henrique de Souza Guimarães (OAB/RO 24.534)
Advogado: Rodrigo Otávio Skaf de Carvalho (OAB/GO 20064)
Embargado: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima (OAB/RO 7418)
Procurador: Sérgio Fernandes de Abreu Júnior (OAB/RO 6629)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Opostos em 22/05/2017
Decisão: "EMBARGOS PROVIDOS, POR UNANIMIDADE"

n. 10 0801938-18.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7005953-26.2017.8.22.0005 Ji-Paraná/2ª Vara Cível
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima (OAB/RO 949)
Procuradora: Caroline Mezzomo Barroso Bittencourt (OAB/RO 2267)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Redistribuído em 10/08/2017
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE"

n. 11 0801740-15.2016.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7022273-03.2016.8.22.0001 Porto Velho 1ª Vara da Fazenda Pública
Embargante: Estado de Rondônia
Procurador: Danilo C. Sigarini (OAB/RO 7.366)
Embargado: Aparecida Antonia da Silva Lacerda
Advogada: Tamara Lucia Lacerda (OAB/RO 5.341)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Opostos em 27/01/2018
Decisão: "EMBARGOS PROVIDOS, POR UNANIMIDADE"

n. 12 0801799-66.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7001651-60.2017.8.22.0002 Ariquemes/4ª Vara Cível
Agravante: E J Construtora Ltda - Me
Advogado: Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164)
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Agravado: Município de Ariquemes
Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Ariquemes
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Redistribuído em 12/07/2017
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE"

n. 13 0802520-18.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 0182630-96.2004.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Execuções Fiscais
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Valdecir da Silva Maciel (OAB/RO 390)
Procurador: Daniel Leite Ribeiro (OAB/RO 7142)
Procurador: Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398-B)
Procurador: Joel de Oliveira (OAB/RO 174-B)
Procurador: Leri Antônio Souza e Silva (269-A)
Agravado: SPAC Transportes Ltda – Me
Defensor Público: Kelsen Henrique Rolim Dos Santos
Defensor Público: Victor Hugo De Souza Lima
Defensor Público: José Oliveira de Andrade (OAB/RO 111-B)
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Distribuído em 15/09/2017
Decisão: "RECURSO PROVIDO, POR UNANIMIDADE"

n. 14 0016463-37.2014.8.22.0002 Apelação (Agravo Retido) (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0016463-37.2014.8.22.0002 Ariquemes 1ª Vara Cível
Apelante/Agravado: Município de Ariquemes - RO
Procurador: Michel Eugenio Madella (OAB/RO 3390)
Procurador: Paulo César dos Santos (OAB/RO 4768)
Procurador: Vergílio de Pereira Resende (OAB/RO 4068)
Apelado/Agravante: Alex Ribeiro da Silva
Advogada: Jane Miriam da Silveira Gonçalves (OAB/RO 4996)
Apelado/Agravante: Ana Paula Ribeiro Vieira
Advogada: Jane Miriam da Silveira Gonçalves (OAB/RO 4996)
Apelado/Agravante: Elielma Ribeiro Vieira
Advogada: Jane Miriam da Silveira Gonçalves (OAB/RO 4996)
Apelado/Agravante: Tiago Ribeiro Vieira
Advogada: Jane Miriam da Silveira Gonçalves (OAB/RO 4996)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído por Sorteio em 19/02/2016
Decisão: "NÃO CONHECIDO O AGRAVO RETIDO E NÃO PROVIDO O RECURSO DE APELAÇÃO, POR UNANIMIDADE"

n. 15 0000948-29.2014.8.22.0012 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0000948-29.2014.8.22.0012 Colorado do Oeste 1ª Vara Cível
Apelante: Paulo Élcio Klein
Advogada: Grasiela Albina Castaman Victoria (OAB/RO 4939)
Apelado: Município de Colorado do Oeste - RO
Procurador: Márcio Augusto Chaves Barbosa (OAB/RO 3659)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído por Sorteio em 18/07/2016
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE"

n. 16 0801916-57.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 0045407-38.2008.8.22.0009 2ª Vara Cível de Pimenta Bueno/RO
Agravante: Eduardo di Gennaro Junior
Advogado: Antonio Benedito Piatti (OAB/SP 62326)
Advogada: Nayara Nacarato (OAB/SP 38.1234)
Advogada: Beatriz Cristine Montes Dainese (OAB/SP 301.569)
Advogada: Andrea Giugliani Negrisolo (OAB/SP185.856)
Advogado: Gustavo Antonio Piatti (OAB/SP 289.754)
Advogada: Fernanda Noronha Pompeu (OAB/SP 380.466)
Advogada: Carolina di Lullo Ferreira (OAB/SP 332.568)
Advogada: Andrea Giugliani Negrisolo (OAB/SP185.856)
Advogada: Maíra Célie Madureira Serra (OAB/RO 7966)
Agravante: Andreza Luzia di Gennaro
Advogado: Antonio Benedito Piatti (OAB/SP 62326)
Advogada: Nayara Nacarato (OAB/SP 38.1234)
Advogada: Beatriz Cristine Montes Dainese (OAB/SP 301.569)
Advogada: Andrea Giugliani Negrisolo (OAB/SP185.856)
Advogado: Gustavo Antonio Piatti (OAB/SP 289.754)
Advogada: Fernanda Noronha Pompeu (OAB/SP 380.466)
Advogada: Carolina di Lullo Ferreira (OAB/SP 332.568)
Advogada: Andrea Giugliani Negrisolo (OAB/SP185.856)
Advogada: Maíra Célie Madureira Serra (OAB/RO 7966)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Antônio das Graças Souza
Procurador: Henry A. Corso Henrique (OAB/RO 922)
Procurador: Valério César Milani e Silva (OAB/RO 3934)
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Redistribuído em 26/07/2017
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE"

n. 17 0107507-53.2008.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0107507-53.2008.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Daniel Leite Ribeiro (OAB/RO 7142)
Procurador: Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Procurador: Lerí Antônio Souza e Silva (OAB/RO 269A)
Procurador: Luciano Alves de Souza Neto (OAB/RO 2318)
Procurador: Thiago Denger Queiroz (OAB/RO 2360)
Apelada: Turin Auto Peças Ltda
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído por Sorteio em 04/11/2016
Decisão: "RECURSO PROVIDO, POR UNANIMIDADE"

n. 18 0802157-31.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7059727-17.2016.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara da Fazenda Pública
Agravante: Sigma Transportes e Logística Ltda. - ME
Advogada: Daniele Pontes Almeida (OAB/RO 2567)
Advogado: José ngelo de Almeida (OAB/RO 309)
Agravada: Jalapão Tecidos Ltda. - EPP
Advogado: Breno Dias de Paula (OAB/RO 3990)
Advogado: Arquilau de Paula (OAB/RO 1-B)
Advogado: Rodrigo Barbosa Marques do Rosário (OAB/RO 2969)
Advogado: Francisco Aquilau de Paula (OAB/RO 1B)
Advogada: Franciany D'Alessandra Dias de Paula (OAB/RO 3490)
Advogado: Mozart Luiz Borsato Kerne (OAB/RO 272)
Advogada: Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289)
Advogado: Thiago Maia de Carvalho (OAB/RO 7472)
Interessado: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Redistribuído em 23/08/2017
Decisão: "RECURSO PROVIDO, POR UNANIMIDADE"

n. 19 0802414-56.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7007658-53.2017.8.22.0007 Cacoal/3ª Vara Cível
Agravante: Márcio Alves de Souza
Advogado: Fábio Charles da Silva (OAB/RO 4898)
Agravado: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS
Procurador: Procuradoria Federal do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Redistribuído em 21/09/2017
Decisão: "RECURSO PROVIDO, POR UNANIMIDADE"

n. 20 0009501-52.2015.8.22.0005 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0009501-52.2015.8.22.0005 Ji-Paraná/5ª Vara Cível
Apelante: Sonia Aparecida Alexandrino
Advogado: Fagner Rezende (OAB/RO 5607)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador Federal: Fábio Correia de Oliveira (OAB/PE 41086)
Procurador Federal: Juliana Bueno Bergmann (OAB/RS 100038)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído por Sorteio em 01/08/2016
Decisão: "RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, POR UNANIMIDADE"

n. 21 0801955-54.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 0092187-75.1999.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Agravante: João Wilson de Almeida Gondim
Advogado: Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado (OAB/RO 4b)
Advogado: Amadeu Guilherme Lopes Machado (OAB/RO 1225)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Redistribuído em 27/07/2017
Decisão parcial: "APÓS O VOTO DO RELATOR DANDO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, PEDIU VISTA DES. RENATO, DES. OUDIVANIL AGUARDA"

n. 22 0803101-67.2016.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7002593-29.2016.8.22.0002 Ariquemes/2ª Vara Cível
Agravante: Exame - Assessoria & Treinamento Ltda - Epp
Advogado: Rodrigo Reis Ribeiro (OAB/RO 1659)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído em 12/09/2016
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE"

n. 23 0802074-15.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7005526-51.2016.8.22.0009 Pimenta Bueno/1ª Vara Cível
Agravante: Hildo Meurer
Advogado: Gabriel Almeida Meurer (OAB/RO 7274)
Advogado: Léliton Luciano Lopes da Costa (OAB/RO 2237)
Agravado: Município de Pimenta Bueno/RO
Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Pimenta Bueno/RO
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Redistribuído em 15/08/2017
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE"

n. 24 0800507-46.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7024778-64.2016.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Execuções Fiscais
Agravante: M R da Silva Ferreira Eireli - Epp
Advogado: Gustavo Monteiro Amaral (OAB/MG 85.532)
Advogado: Daniel Puga (OAB/GO 21324)
Advogado: Rodrigo Otavio Skaf De Carvalho (OAB/GO 20.064)
Advogado: Daniel Henrique De Souza Guimaraes (OAB/GO 24534)
Advogado: Dalmo Jacob Do Amaral Junior (OAB/GO 13905)
Advogada: Sabrina Puga (OAB/RO 4.879)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Sérgio Fernandes de Abreu Júnior (OAB/RO 6629)
Procurador: Daniel Leite Ribeiro (OAB/RO-7142)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído em 24/02/2017
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE"

PROCESSOS RETIRADOS

0800987-24.2017.8.22.0000 Mandado de Segurança (PJe)
Impetrante: Daniel de Paiva Abreu
Advogado: Paulo Emilio Martins e Cunha (OAB/GO 9004)
Advogado: Gustavo Nogueira Filho (OAB/GO 31.521)
Impetrado: Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Sérgio Fernandes de Abreu Júnior (OAB/RO 6629)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído em 20/04/2017

0801915-72.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 0027414-06.2008.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Agravante: Demétrio Laino Justo Filho
Advogado: Demétrio Laino Justo Filho (OAB/RO 276)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398-B)
Procurador: Tiago Cordeiro Nogueira (OAB/RO 7770)
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Redistribuído em 04/08/2017

Inexistindo processos para julgamento, o Desembargador Presidente determinou a leitura da presente ata, a qual foi aprovada à unanimidade encerrando-se a sessão às 9h51min.

Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.

Desembargador Renato Martins Mimessi
Presidente da 2ª Câmara Especial

# PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

## 1ª CÂMARA CÍVEL

Data de distribuição: 11/02/2014
Data do julgamento: 06/02/2018
0001464-85.2014.8.22.0000 - Apelação
Origem: 0006064-48.2011.8.22.0003 - Jaru/ 2ª Vara Cível
Apelantes: Elisandra Petri Vassoler Almeida,
Maurício Almeida de Jesus,
Odair José
Petri Vassoler e outros
Advogados: José Fernando Roge (OAB/RO 5427) e
Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177)
Apelada: Linha Verde Transmissora de Energia S/A
Advogados: Nilmara Gimenes Navarro (OAB/RO 2.288),
Bernardo Rosário Fusco Pessoa de Oliveira (OAB/DF 7.669) e Washington Rodrigues Dias (OAB/MS 12.363)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Apelação. Servidão administrativa. Valor da indenização.
Mantém-se o valor da indenização fixado para o fim de cobrir os prejuízos sofridos em razão da passagem da linha transmissora de energia, porque justo, razoável e compatível com o prejuízo sofrido.
Os fatos que motivaram o convencimento estão bem delineados.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 10/02/2014
Data do julgamento: 06/02/2018
0001357-97.2012.8.22.0004 - Apelação
Origem : 00013579720128220004 Ouro Preto do Oeste/RO (1ª Vara Cível)
Apelantes : Antônio Miguel Arrabal e
Maria de Lourdes Oliveira Arrabal
Advogada : Sônia Cristina Arrabal (OAB/RO 1872)
Apelados : Marco José Bueno Guimarães e
Claudineia Lemos da Silva
Advogado : Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (OAB/RO 2505)
Relator : Desembargador Sansão Saldanha
Apelação. Processo Civil. Gratuidade da justiça. Custas judiciais e honorários advocatícios. Comprovação da hipossuficiência. Possibilidade.
Comprovada a hipossuficiência econômica e financeira dos apelantes, de acordo com os artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil, é devida a concessão da gratuidade.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 28/01/2014
Data do julgamento: 06/02/2018
0004434-26.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0004434-26.2012.8.22.0001 Porto Velho/RO (5ª Vara Cível)
Apelante : Maria Macedo de Souza Coelho
Advogado : Fabrício Matos da Costa (OAB/RO 3270)
Advogado : Fernando Maia (OAB/RO 452)
Advogada : Jéssica Peixoto Cantanhêde (OAB/RO 2275)
Advogado : Pedro Pereira de Oliveira (OAB/RO 4282)
Advogado : Valtair Silva dos Santos (OAB/RO 707)
Apelado : Heldo Oliveira de Souza
Advogada : Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues (OAB/RO 3798)
Advogado : Antônio Cândido de Oliveira (OAB/RO 2311)
Advogada : Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796)
Advogado : Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (OAB/RO 644)
Relator : Desembargador Sansão Saldanha
Apelação. Indenização. Ações judiciais indenizatória e executiva. Causa de pedir distintas. Ausência de Coisa julgada.
O reconhecimento da coisa julgada deve ser afastado, quando distintas as causas de pedir das ações indenizatória e executiva: a primeira se trata de pedido de indenização por danos materiais e morais decorrente da desistência do negócio jurídico celebrado, enquanto que a segunda se refere à execução da multa contratual em razão da rescisão do contrato.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 05/03/2014
Data do julgamento: 06/02/2018
0033307-02.2009.8.22.0014 - Apelação
Origem: 0033307-02.2009.8.22.0014 - Vilhena/ 2ª Vara Cível
Apelante: Unimed de Rondônia - Cooperativa de Trabalho Médico
Advogados: Eurico Soares Montenegro Neto (OAB/RO 1.742),
Edson Bernardo Andrade Reis Neto (OAB/RO 1.207),
Adevaldo Andrade Reis (OAB/RO 628) e
Rodrigo Otávio Veiga de Vargas (OAB/RO 2.829
Apelada: Eloína Serrath de Souza
Advogado: Calebe Oliveira Bezerra do Nascimento (OAB/RO 3.379)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Apelação. Plano de saúde. Materiais cirúrgicos. Cobertura. Recusa injustificada. Danos material e moral. Configuração. Valor. Manutenção.
A recusa indevida à cobertura pleiteada pelo segurado é causa de dano moral, pois agrava a sua situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do usuário.
O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, às características individuais e ao conceito social das partes.
Comprovado o dano material suportado, sem impugnação pela parte contrária, devido é o valor indicado em prova documental.
Recurso não provido.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 30/01/2012
Data do julgamento: 06/02/2018
0009638-16.2006.8.22.0016 – Apelação
Origem: 0009638-16.2006.8.22.0016 – Costa Marques (1ª Vara Cível)
Apelante: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda.
Advogados: Edson Ferreira do Nascimento (OAB/RO 296-B)
Wisley Machado Santos de Almada (OAB/RO 1217)
Gilberto Piselo do Nascimento (OAB/RO 78-B)
Apelado: Ramão Xavier
Advogado: José Neves Bandeira (OAB/RO 182)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Apelação cível. Acidente de trânsito. Danos morais. Empresa de transporte coletivo. Responsabilidade civil objetiva. Valor da indenização. Manutenção.
A responsabilidade do transportador, em relação aos passageiros, é contratual e objetiva, configurando-se independentemente de culpa.
O valor fixado a título de reparação por dano moral, quando razoável e adequado ao caso, considerando o conjunto fático probatório e as regras da razoabilidade e proporcionalidade, não deve ser alterado.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 21/11/2013
Data do julgamento: 06/02/2018
0020586-52.2012.8.22.0001 – Apelação
Origem: 0020586-52.2012.8.22.0001 – Porto Velho (10ª Vara Cível)
Apelantes: José Carlos Baier
Juracy de Moura Ferreira
Cosme de Moura Geunon e outros
Advogados: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Apelado: Banco do Brasil S.A.
Relator: Desembargador Sansão Saldanha

Apelação Cível. Expurgos inflacionários. Ação Civil Pública. Cumprimento de sentença. Juízo incompetente. Relação de consumo. Domicílio. Autor. Réu. Escolha do consumidor. Precedente. STJ.
Os beneficiários da sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 1998.01.016798-9, relativa ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, têm a sua escolha a possibilidade de propor ação de execução no local em que melhor possa deduzir sua defesa, no foro de seu domicílio ou no domicílio onde o réu tem sua sede.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 14/11/2013
Data do julgamento: 06/02/2018
0008964-55.2012.8.22.0007 – Apelação
Origem: 0008964-55.2012.8.22.0007 – Cacoal (1ª Vara Cível)
Apelante: Banco BMG S.A.
Advogados: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63440)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG 109730)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Paula Prates Boggione Guimarães (OAB/MG 127451)
Natália Kelly Garbazza de Carvalho (OAB/MG 132164)
Apelado: Alcides Bathcke
Advogados: João Francisco Pinheiro Oliveira (OAB/RO 1512)
Juliano Mendonça Gede (OAB/RO 5391)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Apelação. Relação jurídica. Inexistência. Benefício previdenciário. Descontos indevidos. Dano moral. Configuração. Quantum indenizatório. Excesso. Redução. Cabimento. Honorários advocatícios sucumbenciais. Percentual mínimo. Diminuição. Impossibilidade. Multa diária. Imposição. Antecipação de tutela. Astreintes. Sentença. Rediscussão. Descabimento.
Evidenciado que houve lançamentos indevidos por parte da instituição financeira em benefício de aposentadoria recebida pelo consumidor, deve ser mantido o reconhecimento de inexistência de relação jurídica entre as partes e o reconhecimento da responsabilidade civil.
O valor da indenização deve observar as circunstâncias do caso concreto e, não existindo a comprovação de consequências que extrapolem as próprias do ato ilícito, não se justifica a fixação acima do que vem sendo aplicado em hipóteses semelhantes.
A fixação de honorários advocatícios sucumbenciais no percentual mínimo de 10% sobre a condenação atende os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.
A fixação de multa diária em sede de antecipação de tutela, não impugnada oportunamente, sem referência no dispositivo da sentença, tampouco objeto de embargos de declaração, não está sujeita à rediscussão em recurso de apelação.
Recurso não provido.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 10/10/2013
Data do julgamento: 06/02/2018
0218662-27.2009.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0218662-27.2009.8.22.0001 - Porto Velho/RO (6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais)
Apelante: Banco do Brasil S.A.
Advogados: Rafael Sganzerla Durand (OAB/SP 211.648),
Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912),
Flávio Luís dos Santos (OAB/RO 2.238) e
Marcos Edmundo Magno Pinheiro (OAB/MG 64.233)
Apelante: Josimar Oliveira Muniz
Advogado: Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912)
Apeladas: Renata Mourão Rodrigues,
Eunice Lemos Tavares,
Heleno Lopes Neto e outros
Advogados: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3.471),
Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303-B) e
Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15.066)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Apelação Cível. Expurgos inflacionários. Cumprimento de sentença proferida em ação civil pública. Prescrição da pretensão coletiva. Desistência. Honorários advocatícios. Cabimento. Provimento.
Os recorrentes iniciaram o cumprimento de sentença proferida em ação civil pública, ainda pendente de recurso, que resultou extinta ante a prescrição da pretensão coletiva e, nessa medida, devem arcar os riscos inerentes.
Cabível a condenação em honorários advocatícios em hipótese de extinção de cumprimento de sentença ante a desistência da ação.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 21/02/2014
Data do julgamento: 06/02/2018
0001938-56.2014.8.22.0000 - Apelação
Origem: 0014231-60.2011.8.22.0001 - Porto Velho/ 1ª Vara Cível
Apelante: Francisco Farias de Lima
Advogados: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4.871),
Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3.765) e
Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4.741)
Apelado: Banco BMG S/A
Advogados: Carla Prato Campos (OAB/SP 156.844),
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB/SP 327.026),
Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3.434),
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696),
Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2.913) e
Luciana de Moura Teixeira (OAB/MG 126.476)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Apelação. Exibição de documentos. Resistência do requerido. Exibição em sede de apelação. Condenação ao pagamento de honorários.
Caracterizada a resistência por parte de instituição bancária, ante a ausência de apresentação dos documentos pleiteados na exordial na primeira oportunidade de falar nos autos, configurado está seu dever de arcar com os custos processuais e honorários advocatícios.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 03/02/2014
Data do julgamento: 06/02/2018
0010573-57.2013.8.22.0001 – Apelação
Origem: 0010573-57.2013.8.22.0001 Porto Velho/RO (9ª Vara Cível)
Apelantes: Erivaldo Gusmão de Paula
Sônia Maria Gusmão Dornelles
Sandra Maria Gusmão Dornelles
Maria do Rosário Gusmão do Nascimento
Advogados: Fernando Deseyvan Rodrigues (OAB/RO 1099)
Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Apelados: Ariosvaldo Gusmão de Paula
Geraldo Lopes de Paula
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Apelação Cível. Ação de anulação de procuração pública. Direito de propriedade. Extinção. Ausência de interesse processual. Outorga de amplos poderes para gerência e administração de bens a terceiro. Outorgante com deficiência visual. Provimento.
Tratando-se de direito de propriedade dos autores sobre os bens móveis e imóveis, deixados por sua genitora, os quais estão na posse e administração de pessoa com deficiência visual, que, por sua vez, outorgou procuração pública a terceiro, conferindo-lhe amplos poderes para gerir e administrar os bens pertencentes ao espólio, verifica-se interesse processual em anular a procuração pública que outorga poderes a terceiro de alienar suas cotas-partes.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 09/12/2011
Data do julgamento: 06/02/2018
0005532-90.2010.8.22.0009 – Apelação
Origem: 0005532-90.2010.8.22.0009 Pimenta Bueno/RO (1ª Vara Cível)
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogados: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Sandro Pissini Espíndola (OAB/MS 6817)
Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
André Costa Ferraz (OAB/SP 271481A)
André Castilho (OAB/SP 196408)
Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Apelado : Fiorindo Cherri
Advogadas: Rosane Corina Odísio dos Santos (OAB/RO 1468)
Walfrane Leila Odísio dos Santos (OAB/RO 3489)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Apelação. Securitização da dívida. Crédito rural pignoratício ou hipotecário. Alongamento do crédito. Direito do produtor rural. Requisitos do requerimento comprovados.
Cumprido os requisitos para o alongamento da dívida de crédito rural, não constitui faculdade da instituição financeira, mas, direito do devedor nos termos da lei.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 08/12/2013
Data do julgamento: 06/02/2018
0020220-47.2011.8.22.0001 – Apelação (Recurso Adesivo)
Origem: 0020220-47.2011.8.22.0001 - Porto Velho/RO (5ª Vara Cível)
Apelante/Recorrido: Banco Volkswagen S/A
Advogados: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4.658),
Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3.434),
Vagner Marques de Oliveira (OAB/SP 159.335),
Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5.258),
Ana Catiúcia Lins de Almeida Gariglio (OAB/RO 4.762) e
Cynthia Durante (OAB/RO 4.678)
Apelado/Recorrente: José Carlos Pires
Advogados: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3.718) e
Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4.164)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Apelação. Revisional de contrato. Comissão de permanência cumulada com outros encargos moratórios. Restituição de forma simples. Honorários. Requisitos processuais do recurso adesivo.
A cobrança da comissão de permanência não pode ser cumulada com outros encargos de inadimplência.
Embora tenha sido realizada cobrança ilegal de comissão de permanência, esta se baseia em relação contratual estabelecida entre as partes, o que elide a má-fé. Portanto, sua devolução deve se dar de forma simples.
Mantém-se a condenação ao pagamento dos honorários de sucumbência, quando constatado que a parte autora decaiu na parte mínima de seus pedidos.
Ausentes os requisitos processuais de tempestividade e falta de pagamento do preparo, não deve ser conhecido o recurso adesivo.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO DO BANCO VOLKSWAGEN S/A E NÃO CONHECER DO RECURSO ADESIVO DE JOSÉ CARLOS PIRES NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 28/02/2014
Data do julgamento: 06/02/2018
0003079-41.2013.8.22.0002 Apelação
Origem: 0003079-41.2013.8.22.0002 - Ariquemes/1ª Vara Cível
Apelante: Alair da Silva Pereira
Advogados: Luiz Eduardo Fogaça (OAB/RO 876) e
José Carlos Fogaça (OAB/RO 2.960)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Apelação. Alvará judicial. Levantamento de valores do Pis/Pasep. Medida Provisória n. 813/2017. Requisito da idade. Redução para 60 anos. Possibilidade.
Considerando a publicação da Medida Provisória n. 813/2017, reduzindo o requisito de idade para sacar valores referentes ao Pis/Pasep nas instituições financeiras para 60 anos, necessário faz-se a liberação do alvará judicial.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 09/12/2013
Data do julgamento: 06/02/2018
0015945-52.2011.8.22.0002 – Apelação
Origem: 0015945-52.2011.8.22.0002 – Ariquemes (1ª Vara Cível)
Apelante: Linha Verde Transmissora de Energia S.A.
Advogados: Nilmara Gimenes Navarro (OAB/RO 2288)
Diego Herrera Alves de Moraes (OAB/DF 22002)
Marco Vanin Gasparetti (OAB/SP 207221)
Bernardo Rosário Fusco Pessoa de Oliveira (OAB/DF 7669)
José Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB/SP 12363)
Apelante: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte
Advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB/RO 4715)
Roberto Venesia (OAB/RO 4716)
Otávio Vieira Tostes (OAB/RO 6253)
Fernando Aparecido Soltovski (OAB/RO 3478)
Lígia de Souza Frias (OAB/MG 84507)
Apelados: Ângelo Gimenez e Zuleika Alves de Lima Gimenez
Advogada: Lauana de Lima Bezerra (OAB/RO 5121)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Apelação. Servidão administrativa. Valor da indenização.
Mantém-se o valor da indenização fixado para o fim de cobrir os prejuízos sofridos em razão da passagem da linha transmissora de energia quando justo e razoável.
Os fatos que motivaram o convencimento estão bem delineados se levadas em conta a capacidade que o imóvel tem de gerar rendimento e sua localização em relação aos imóveis dos quais resultaram as pesquisas mercadológicas, bem como o prejuízo do proprietário do bem serviente.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 21/02/2014
Data do julgamento: 06/02/2018
0016203-28.2012.8.22.0002 Apelação
Origem: 0016203-28.2012.8.22.0002 - Ariquemes/ 1ª Vara Cível
Apnte/Apda: Maria Amelia de Morais Forte
Advogado: Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2.629)
Apdo/Apnte: Banco Daycoval S/A
Advogados: Maria Fernanda Barreira de Faria Fornos (OAB/SP 198.088),
Denis Audi Espinela (OAB/SP 198.153),
Paulo Bardella Caparelli (OAB/SP 216.411),
Karine Reis Silva (OAB/RO 3.942) e
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5.546)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Apelações. Contrato. Analfabeto. Assinatura a rogo. Ausência de procuração. Inexistência de relação jurídica. Prova das negociações. Controle empresarial. Função social da empresa. Descontos indevidos. Benefício previdenciário. Dano moral. Configuração. Quantum indenizatório. Redimensionamento Descabimento. Razoabilidade. Recursos. Não provimento.
A empresa possui o dever de deter o controle de suas operações, não podendo depender de expediente externo à sua atividade para comprová-las. Trata-se de tarefa ínsita à própria função social da empresa.
É nulo instrumento negocial que esteja subscrito a rogo e por duas testemunhas, mas desacompanhado de procuração conferindo poderes para tanto.
Evidenciado que houve lançamentos indevidos por parte da instituição financeira em benefício de aposentadoria recebida pelo consumidor, deve ser mantido o reconhecimento de inexistência de relação jurídica entre as partes e o reconhecimento da responsabilidade civil.

O valor da indenização deve observar as circunstâncias do caso concreto e, inexistindo a comprovação de consequências que extrapolem as próprias do ato ilícito, não se justifica a fixação acima do que vem sendo aplicado em hipóteses semelhantes.
Recursos que se negam provimento.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 20/02/2014
Data do julgamento: 06/02/2018
0020167-32.2012.8.22.0001 – Apelação
Origem: 0020167-32.2012.8.22.0001 – Porto Velho (9ª Vara Cível)
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON
Advogados: Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994)
Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Sílvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Francianny Aires da Silva Ozias (OAB/RO 1190)
Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Apelada: Maria das Graças Ferreira da Silva
Def. Públicos: Valmir Junior Rodrigues Fornazari
Sérgio Muniz Neves
Marcus Edson de Lima
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Apelação Cível. Energia elétrica. Cobrança. Consumo superior à média. Demonstração de uso efetivo. Ausência. Inexigibilidade do débito.
Na hipótese de cobrança de consumo superior à média, é necessária a demonstração, pela concessionária, de que houve o efetivo consumo, bem como a obediência aos procedimentos da agência reguladora e das regras do contraditório e da ampla defesa, sem os quais se deve declarar inexistente o valor da cobrança.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 14/06/2013
Data do julgamento: 06/02/2018
0007440-30.2006.8.22.0008 Apelação - Agravos Retidos
Origem: 0007440-30.2006.8.22.0008 - Espigão do Oeste/1ª Vara
Apntes/Agrdos: Olívio Aparecido Gazetta, Roberto Bueno, Ivete Nabão
Gazetta e Flora Nabão Bueno
Advogados: Marcelo Vendrúsculo (OAB/RO 304-B) e
Vinícius de Paula Vieira (OAB/RO 3.517)
Apdas/Agrntes: Rosane da Cunha Nabão e
Aparecida Santini da Cunha Nabão
Advogado: José Edilson da Silva (OAB/RO 1554)
Apda/Agrnte: Aparecida da Cunha Nabão Romlo
Advogada: Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3.981)
Apelado: Daniel da Cunha Nabão
Apelada: Marizete Fernandes Nabão
Apelado: Antônio da Cunha Nabão Filho e outros
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Apelação. Complementação do preparo recursal. Interesse de agir. Prescrição. Anulação de testamento. Formalidades. Vontade do testador.
Realizada a complementação, nos termos do despacho do relator, levando-se em conta o valor atribuído à causa, atualizado à época da interposição do apelo, afasta-se a preliminar de deserção.
Os irmãos excluídos do testamento têm interesse de agir para a ação de anulação de testamento (art. 1.859 do CC/02).
Em que pese ser o testamento um ato solene, que se submete a várias formalidades, estas não podem ser concebidas de modo exagerado, cabendo mitigação para assegurar a vontade do testador, que é primordial.
POR UNANIMIDADE, AFASTAR A. PRELIMINAR, NEGAR PROVIMENTO AOS AGRAVOS RETIDOS E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 20/11/2013
Data do julgamento: 06/02/2018
0010732-22.2012.8.22.0005 - Apelação
Origem : 0010732-22.2012.8.22.0005 Ji-Paraná/RO (5ª Vara Cível)
Apelante/Recorrido : Banco Dibens S.A.
Advogado : Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB/SP 122626)
Advogada : Isana Silva Guedes (OAB/PA 12679)
Advogado : Renan Louchard da Cunha Castro (OAB/PA 16733)
Advogado : Wellington Reberte de Carvalho (OAB/SP 171961)
Advogada : Mariana Faulin Gamba (OAB/SP 208140)
Apelada/Recorrente : Lindaura de Carvalho Nascimento
Advogado : Bassem de Moura Mestou (OAB/RO 3680)
Relator : Desembargador Sansão Saldanha
Apelação. Dano moral. Indenização. Falta de transferência de veículo. Impossibilidade de emissão de certidão negativa de tributos. Valor da indenização. Honorários.
A impossibilidade de emissão de certidão negativa de tributos para instrução do processo administrativo de aposentadoria por invalidez, em razão de débitos de imposto, que deveria ter sido adimplido pela instituição financeira, que receberá o veículo automotor, gera danos morais na pessoa idosa, que necessitava de se aposentar por invalidez, considerando seu estado de saúde, que devem ser reparados.
Mantém-se o valor fixado a título de danos morais por ser razoável e proporcional à extensão do dano.
Devem ser mantidos os honorários advocatícios compatíveis com a complexidade da causa, o local da prestação do serviço e as peças processuais apresentadas pelo patrono.
Desprovimento dos recursos de apelação e adesivo.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 13/01/2014
Data do julgamento: 06/02/2018
0000201-18.2014.8.22.0000 - Apelação
Origem: 0018437-54.2010.8.22.0001 - Porto Velho/RO (2ª Vara Cível)
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogados: Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4.872-A e OAB/SP 211,648), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4.875-A),
Romulo Romano Salles (OAB/RO 6.094),
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123),
Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4.571),
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5.546),
Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4.507) e
Paula Rodrigues da Silva (OAB/SP 221.271)
Apelados: Amaury Adão de Souza,
Clarice Vargas Matos de Souza,
Elza Carminatti e outros
Advogados: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3.471) e
Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Processo civil. Apelação. Expurgos. Bloqueio BacenJud. Garantia do juízo. Nulidade. Procedimento. Prévia liquidação da sentença. Termo inicial de juros moratórios e índice aplicável. Juros remuneratórios. Utilização da tabela prática do TJ/RO para atualização monetária.
O bloqueio de dinheiro via BancenJud, quando efetuado após a improcedência de exceção de pré-executividade, configura medida destinada a garantir a efetividade da pretensão executória.
Se não foi discutida na sentença, tampouco objeto de embargos de declaração, questão atinente à necessidade de prévia liquidação da sentença coletiva para subsidiar a execução, a matéria não deve ser conhecida em sede de apelação, por constituir inovação em seara recursal.
Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor no processo de conhecimento da Ação Civil Pública quando esta se fundar em responsabilidade contratual, cujo inadimplemento já produza a mora, salvo a configuração da mora em momento anterior (Tema 685 STJ).

Ante a ausência de previsão expressa no título executivo judicial, é vedada a inclusão dos juros remuneratórios no cálculo da diferença de correção monetária em saldo de caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Tema 887 do STJ).
Recurso parcialmente provido.
POR UNANIMIDADE, AFASTAR AS PRELIMINARES E, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 23/09/2013
Data do julgamento: 06/02/2018
0125944-79.2007.8.22.0001 – Apelação (Agravo Retido)
Origem: 0125944-79.2007.8.22.0001 - Porto Velho/RO (3ª Vara Cível)
Apelante/Agravante: Marisa Lage Donato e
Luiz Fernando da Costa Donato (pág. 475 E 541)
Advogados: José Alexandre Casagrande (OAB/RO 379-B),
Luiz Roberto Mendes de Souza (OAB/RO 4.648 431-E) e
Marcel Reis Fernandes (OAB/AC 2.069)
Apelado/Agravado: Melo Distribuidora de Peças Ltda
Advogado: Lourenço Manoel dos Santos (OAB/RO 522-A)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Apelação. Imissão de posse. Recurso prejudicado. Agravo retido. Indeferimento de prova testemunhal. Arguição de usucapião. Cerceamento de defesa. Prejuízo. Ocorrência. Desocupação do imóvel pelo possuidor. Anuência ao pedido inicial. Não configuração. Desocupação forçada. Cumprimento de ordem judicial. Agravo conhecido e provido.
O usucapião pode ser arguido em defesa (Súmula 237 do STF).
O indeferimento da produção de prova testemunhal requerida com o fim de comprovar a arguição de usucapião como matéria de defesa configura cerceamento ao direito de defesa.
A saída do imóvel pelo possuidor em cumprimento à ordem judicial não constitui anuência à pretensão inicial.
Agravo retido conhecido e provido.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO AGRAVO RETIDO E JULGAR PREJUDICADO O RECURSO DE APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

## 2ª CÂMARA CÍVEL

Data de distribuição: 04/11/2015
Data do julgamento: 07/02/2018
0005177-94.2012.8.22.0014 – Apelação (Agravo Retido)
Origem : 0005177-94.2012.8.22.0014 Vilhena/RO (3ª Vara Cível)
Apelante/Agravante : Jorge Luiz Kliczewski
Advogado: Rafael Cunha Raful (OAB/RO 4896)
Apelado/Agravado: Flávio Kenhyti Grespan Ishitani
Advogados: João Paulo das Virgens Lima (OAB/RO 4072)
Paulo Batista Duarte Filho (OAB/RO 4459)
Andréia Aparecida Silva Soares (OAB/RO 5049)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Processual civil. Agravo retido. Denunciação da lide. Procedimento sumário. Não cabimento. Lucros cessantes. Cabimento. Apuração do valor. Fato novo. Liquidação por artigos. Recursos não providos.
De acordo com o Código de Processo Civil de 1973, nas ações ajuizadas sob o rito sumário não é admissível a denunciação da lide, salvo a assistência, recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.
No caso de condenação que dependa de fato novo para apuração do montante da dívida, o correto é a liquidação do quantum por artigos.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO RETIDO E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 21/10/2016
Data do julgamento: 07/02/2018
0011778-53.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0011778-53.2015.8.22.0001 Porto Velho/RO (8ª Vara Cível)
Apelante : Rondônia Transportes e Serviços Ltda
Advogados: Ketllen Keity Gois Pettenon (OAB/RO 6028) e
Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Apelado : Edson Francisco de Oliveira Silveira
Advogado : Wilson Marcelo Minini de Castro (OAB/RO 4769)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Responsabilidade civil objetiva. Danos morais. Pessoa jurídica. Declaração proferida em reunião privada. Ausência de comprovação. Dano moral não configurado. Recurso não provido.
Dano moral que não ficou comprovado, não obstante a possibilidade de sua configuração em relação às pessoas jurídicas (Súmula n. 227 do STJ), haja vista que há necessidade de prova, porque a pessoa jurídica não possui honra subjetiva, mas, sim, honra objetiva.
Declaração proferida em reunião privada da qual participavam quatro pessoas não tem o condão de afetar a honra objetiva de pessoa jurídica.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 27/06/2014
Data de redistribuição: 01/07/2016
Data do julgamento: 07/02/2018
0024990-49.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0024990-49.2012.8.22.0001 Porto Velho (9ª Vara Cível)
Apelante : Francisca de Macêdo Gaiafi
Advogada : Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)
Advogada : Lidiane Pereira Arakaki (OAB/RO 6875)
Advogado : Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Advogada : Ketllen Keity Gois Pettenon (OAB/RO 6028)
Advogado : Thiago Azevedo Lopes (OAB/RO 6745)
Advogada : Pamela Glaciele Vieira da Rocha (OAB/RO 5353)
Apelado : Banco J. Safra S/A
Advogado : Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB/PE 21678)
Advogado : Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogada : Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
Advogado : José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB/RO 5402)
Relator : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Financiamento de veículo. Pagamento de parcela em ação de consignação em pagamento. Quitação do financiamento. Recusa de proceder à liberação do gravame. Dano moral configurado. Recurso provido.
Tendo o consumidor depositado o valor de uma parcela do financiamento em ação de consignação em pagamento, com a quitação do financiamento, o agente financeiro deve proceder à baixa do gravame, independentemente do resultado da ação consignatória, importando em dano moral a recusa.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 12/09/2016
Data do julgamento: 14/02/2018
0012444-54.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0012444-54.2015.8.22.0001 Porto Velho/RO (8ª Vara Cível)
Apelante : Carla Taiara Camilo da Silva
Advogados: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073) e
Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535 A)
Apelada : Gazin Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda
Advogados: Celso Nobuyuki Yokota (OAB/PR 33389),
Francisco José Gonçalves de Camargo Filho (OAB/RO 2764) e
Francisco Ribeiro Neto (OAB/RO 875)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Inscrição em órgão de restrição ao crédito devida. Comprovação da relação jurídica. Perícia grafotécnica. Laudo judicial conclusivo. Presunção de veracidade. Reparação moral indevida. Litigância de má-fé mantida. Recurso não provido.
Havendo prova da autenticidade da assinatura por meio de laudo grafotécnico, não há que se falar em inexistência da relação jurídica.
Tratando-se de dívida subsistente, a inscrição de dados do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito mostra-se devida, sendo inoportuno falar-se em reparação por dano moral.

É cabível a condenação em litigância de má-fé quando o autor altera a verdade dos fatos.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 21/11/2016
Data do julgamento: 07/02/2018
0002880-93.2012.8.22.0021 – Apelação
Origem : 0002880-93.2012.8.22.0021 Buritis/RO (1ª Vara)
Apelante : M. B. de A.
Advogado : Alberto Biaggi Netto (OAB/RO 2740)
Apelado : A. A. D.
Advogado : Bruno de Mello Scarcella Galuppo Trufelli (OAB/SC 29118)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Investigação de paternidade. Sentença proferida antes do julgamento de agravo de instrumento. Possibilidade. Nulidade afastada. Extinção do processo nos termos do art. 484 do CPC. Julgamento do mérito pelo Tribunal. Causa madura. Recusa em realizar exame de DNA. Presunção da paternidade. Recurso provido.
Não é nula a sentença prolatada antes do julgamento de agravo de instrumento, recebido pelo tribunal sem conferir efeito suspensivo.
Pode o Tribunal decidir o mérito, quando reformar sentença fundada no art. 484 do CPC, quando as provas dos autos forem suficientes.
Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção juris tantum de paternidade.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 02/09/2016
Data do julgamento: 07/02/2018
0002412-63.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem : 00024126320108220001 Porto Velho/RO (4ª Vara Cível)
Apelante : Pemaza Distribuidora de Auto Peças e Pneus Ltda
Advogada : Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Advogada : Jane Sampaio de Souza (OAB/RO 3892)
Apelado : Donizete Jorge de Oliveira
Relator : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Cumprimento de sentença. Ausência de bens penhoráveis. Perda superveniente do interesse de agir. Recurso não provido.
Esgotados os meios de localização de bens do devedor passíveis de penhora, tornando-se a tramitação do feito ação inócua, impõe-se a extinção ante a excepcional perda superveniente do interesse de agir, sobretudo pelo fato de o prolongamento ineficaz do processo configurar violação aos princípios da efetividade e da primazia da tutela específica.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 10/10/2016
Data do julgamento: 07/02/2018
0001723-43.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem : 00017234320158220001 Porto Velho/RO (5ª Vara Cível)
Apelante : Einstein Instituiçao de Ensino Ltda
Advogado : Antônio Ricardo Carneiro Andrade (OAB/RO 6347)
Advogado : Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389)
Advogado : Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado : Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Advogado : Leonardo Guimarães Bressan da Silva (OAB/RO 1583)
Apelada : Silzette Ferreira Santos Rodrigues
Relator : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Execução de título extrajudicial. Ausência de bens do devedor. Extinção do processo. Impossibilidade. Hipótese de suspensão do processo. Recurso provido.
Nos termos do inciso III do artigo 791 do CPC/73 (art. 921, III, CPC/2015), a ausência de bens do executado passíveis de constrição acarreta a suspensão do processo executivo, e não a sua extinção.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 10/06/2016
Data do julgamento: 07/02/2018
0009395-27.2014.8.22.0102 - Apelação
Origem : 0009395-27.2014.8.22.0102 Porto Velho (1ª Vara de Família e Sucessões)
Apelante : L. C. A. de O.
Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelado : F. C. representado por sua mãe S. P. de C.
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Investigação de paternidade c/c alimentos. Verba alimentar. Manutenção. Recurso não provido.
É do alimentante, não do alimentado, o ônus de fazer prova sobre suas possibilidades.
Não há excesso na fixação de alimentos em 50% do salário mínimo.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 27/04/2016
Data do julgamento: 07/02/2018
0001713-19.2013.8.22.0017 - Apelação
Origem : 0001713-19.2013.8.22.0017 Alta Floresta do Oeste / 1ª Vara Cível
Apelante : O. de F.
Advogados : Helainy Fuzari Santos (OAB/RO 1548) Aleander Mariano Silva Santos (OAB/RO 2295)
Apelada : V. Z.
Advogada : Adriana Janes da Silva (OAB/RO 3166)
Relator : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Dissolução de união estável. Partilha de bens. Deliberação sobre pagamento das dívidas do casal. Deliberação das partes.
Não cabe ao Poder Judiciário determinar como as partes devem saldar as dívidas do casal, salvo o reconhecimento da solidariedade.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 27/07/2016
Data do julgamento: 07/02/2018
0004738-36.2014.8.22.0007 - Apelação
Origem : 0004738-36.2014.8.22.0007 Cacoal (1ª Vara Cível)
Apelante : Eliane Imana Surui
Curador : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada : Comércio de Móveis Montreal Ltda ME
Advogada : Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)
Advogada : Luciana Dall´Agnol (OAB/MT 6774)
Relator : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Embargos monitórios. Citação por edital. Necessidade de esgotamento dos meios de localização. Citação inválida. Requisitos da ação preenchidos. Recurso parcialmente provido.
A citação por edital só será deferida depois de frustradas as tentativas de citação pessoal sendo, para tanto, necessário o esgotamento dos meios possíveis para localização do citando o que, não sendo observado, culmina na nulidade do ato citatório.
O documento escrito e suficiente para influir na convicção do magistrado acerca do direito alegado configura prova hábil a instruir a ação monitória.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 28/09/2015
Data do julgamento: 07/02/2018
0013159-55.2013.8.22.0005 - Apelação
Origem : 0013159-55.2013.8.22.0005 Ji-Paraná (3ª Vara Cível)
Apelante : G. B. da C.
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado : G. S. da C.
Advogado : Moisés Severo Franco (OAB/RO 1183)
Advogado : Edimar Ferreira Soares (OAB/RO 613 A)
Relator : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Ação negatória de paternidade. Recusa de suposto filho submeter-se a exame de DNA. Presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial. Ausência de vínculo socioafetivo. Aplicação da Súmula 301 do STJ. Recurso não provido.

A negativa por parte do suposto filho em realizar exame de DNA que traria irretorquível esclarecimento acerca da controvérsia que se estabelece sobre a paternidade faz contra ele exsurgir presunção da veracidade da inexistência de vínculo biológico.
Descartada a paternidade biológica do autor, bem como inexistente vínculo socioafetivo entre as partes, deve ser mantida a sentença que julgou procedente a ação negatória de paternidade.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 21/09/2016
Data do julgamento: 14/02/2018
0014125-75.2014.8.22.0007 - Apelação
Origem : 0014125-75.2014.8.22.0007 Cacoal/RO (2ª Vara Cível)
Apelante : Banco do Brasil S. A.
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872-A)
Apelado : Wellinton Repiso Burgarelli
Advogados: Anderson Fabiano Brasil (OAB/RO 5921) e
Hosney Repiso Nogueira (OAB/RO 6327)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação. Espera em fila de banco. Tempo não excessivo. Dano moral não configurado. Mero dissabor. Recurso provido.
Nos termos dos precedentes do STJ, a espera por atendimento em fila de banco, quando excessiva ou associada a outros constrangimentos e reconhecida faticamente como provocadora de sofrimento moral, enseja condenação por dano moral. Contudo, não havendo comprovação de tais fatos, não há que se falar em dano moral, mas, somente, em ocorrência de mero dissabor.
POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR. NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 11/10/2016
Data do julgamento: 07/02/2018
0005572-89.2016.8.22.0000 - Apelação
Origem: 0005189-45.2015.8.22.0001 Porto Velho/RO (8ª Vara Cível)
Apelante: T. A. da S. A. Representado pelo(a) responsável R. M. da S.
Advogada: Valdenira Freitas Neves de Souza (OAB/RO 1983)
Apelada: Transporte Coletivo Rio Madeira Ltda
Advogada: Márcia de Souza Nepomuceno (OAB/RO 4181)
Advogado: Masterson Neri Castro Chaves (OAB/RO 5346)
Relator(: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Responsabilidade civil. Acidente em rodovia. Ciclista que trafega na mesma direção e na pista de rolamento. Sinistro causado pela falta de atenção e cuidados necessários. Culpa exclusiva da vítima. Recurso não provido.
Age com culpa exclusiva o ciclista que trafega em rodovia, a noite e em dia chuvoso, em local que dispunha de acostamento que permitia o seu trânsito.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 12/08/2016
Data do julgamento: 07/02/2018
0004061-87.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0004061-87.2015.8.22.0001 Porto Velho/RO (5ª Vara Cível)
Apelante: Karla Andréa Bandeira Pinto
Advogada: Shisley Nilce Soares da Costa Camargo (OAB/RO 1244)
Advogado: Zoil Batista Magalhães Neto (OAB/RO 1619)
Apelada: MAC Idiomas Ltda ME
Advogado: Fabio Coimbra Ribeiro (OAB/RO 6841)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Ação de cobrança. Adimplemento. Não comprovado. Abusividade do valor. Princípios da autonomia das vontades e do pacta sunt servanda. Via inadequada. Recurso não provido.
Não havendo comprovação acerca do adimplemento do crédito, não merece acolhimento a referida tese. É ônus da parte ré a comprovação de fatos modificativos, impeditivos ou extintivos do direito do autor.
A alegação de ser abusivo o importe cobrado pela recorrida não merece prosperar, ante a vigência dos princípios da autonomia da vontade e do pacta sunt servanda, sobretudo pelo fato de ser aduzido em sede de defesa - via inadequada para tanto.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

## 1ª CÂMARA ESPECIAL

Data de distribuição: 29/03/2016
Data do julgamento: 08/02/2018
0000854-62.2015.8.22.0007 - Apelação
Origem: 0000854-62.2015.8.22.0007 Cacoal (3ª Vara Cível)
Apelante: Esme Bezerra do Amaral
Def. Público: Roberson Bertone de Jesus
Apelante: Sueli da Conceição Queres
Def. Público: Roberson Bertone de Jesus
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Valério Cesar Milani e Silva (OAB/RO 3934)
Procurador: Antônio das Graças Souza (OAB/RO 10 B)
Procurador: Luciano Brunholi Xavier (OAB/RO 550 A)
Procurador: Aparício Paixão Ribeiro Júnior (OAB/RO 1313)
Procurador: Leandro José de Souza Bussioli (OAB/RO 3493)
Relator : Desembargador Gilberto Barbosa
Apelação. Execução fiscal. Citação por edital. Não esgotamento dos meios de localização. Necessidade de dupla publicação em jornal. Art. 231, inciso II, do CPC/73. Nulidade. CDA. Ausência dos requisitos legais. Art. 202 CTN. Redirecionamento da execução fiscal.
1. Não tendo o legislador imposto qualquer condicionante – a não ser a tentativa frustrada de citação pelos demais meios cabíveis – infenso ao Judiciário criar óbices insustentáveis à citação ficta.
2. Por se tratar de norma especial, a citação editalícia no âmbito da execução fiscal é regida pelo disposto no art. 8º, inc. IV, da Lei 6.830/80, dispensando, por isso, dupla publicação em jornal de circulação local.
3. Evidenciados os requisitos previstos no art. 202 do CTN, não prospera a alegação de nulidade de CDA.
4. O redirecionamento da execução fiscal, na hipótese de dissolução irregular da sociedade ou de sua presunção, deve recair sobre o sócio-gerente que se encontrava no comando da entidade no momento da dissolução irregular ou da ocorrência de ato que presuma a sua materialização, sendo irrelevantes a data do surgimento da obrigação tributária (fato gerador), bem como o vencimento do respectivo débito fiscal.
5. Nos termos do Enunciado nº 07 do STJ, somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18.03.2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, §11, do novo CPC.
6. Apelo não provido.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

## 2ª CÂMARA ESPECIAL

Data de interposição: 09/10/2017
Data do julgamento: 06/02/2018
0090212-42.2004.8.22.0001 - Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 0090212-42.2004.8.22.0001 Porto Velho/RO
(1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis)
Embargante: Estado de Rondônia
Advogado: Thiago Denger Queiroz (OAB/RO 2360)
Advogado: Daniel Leite Ribeiro (OAB/RO 7142)
Embargada: Rafaela Grangeiro Aragão
Def. Público: José de Oliveira de Andrade (OAB/RO 111B)
Relator: Desembargador Renato Martins Mimessi
Embargos de declaração. Questões suscitadas e já enfrentadas. Vício de omissão não caracterizado. Rediscussão das matérias. Impossibilidade. Recurso não provido.
Os embargos de declaração têm finalidade restrita de promover o aperfeiçoamento do pronunciamento judicial, sanando-o de eventuais vícios de omissão, contradição ou obscuridade identificados na decisão.

Inexistindo omissão ou contradição no acórdão, os embargos de declaração não podem ser utilizados com o fim de rediscutir a matéria devidamente decidida nos limites em que travada a controvérsia.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

## 1ª CÂMARA CRIMINAL

Data: 21/02/2018
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :05/12/2017
Data do julgamento : 15/02/2018
0000252-98.2016.8.22.0019 Apelação
Origem: 00002529820168220019 Machadinho do Oeste/RO(1ª Vara Criminal)
Apelantes: Felipe Viana de Sousa Santos Aparecida dos Santos
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Revisor: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação. Furto qualificado. Rompimento de obstáculo. Corrupção de menores. Concurso formal. Concomitância com o delito de furto. Identidade falsa. Autoria e Materialidade comprovadas. Confissão do corréu. Conjunto probatório. Inexistência de laudo. Exigência legal.
O furto qualificado por rompimento de obstáculo depende da realização de laudo pericial quando possível, uma vez que o réu não pode ser penalizado pela não realização de diligência estatal na formação da culpa.
A presença de menor durante a prática de crime já aponta para a configuração da corrupção de menores, à qual se reconhece a regra do concurso formal (art. 70, CP) quando praticado concomitantemente ao delito de furto em razão de haver uma só ação para a prática de 2 (dois) crimes.
A simples declaração de nome diverso do próprio para identificar-se às autoridades públicas já configura falsa identidade, especialmente se o objetivo seja furtar-se à persecução penal.

Data de distribuição :30/01/2018
Data do julgamento : 15/02/2018
0000454-64.2018.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 10006923420178220701 Porto Velho (2º Juizado da Infância e da Juventude)
Paciente: Amaro Francisco dos Santos
Impetrante (Adv): Marco Antônio Ribeiro de Menezes Lagos (OAB/RO 6140)
Impetrado: Juiz de Direito do 2º Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM.".
Ementa : Habeas corpus. Constrangimento de adolescente. Vítima menor, com 12 (doze) anos de idade. Medida protetiva. Proibição de o paciente adentrar no condomínio. Requisitos presentes. Cabimento. Constrangimento ilegal não evidenciado. Ordem denegada.
O impedimento de o paciente adentrar no condomínio em que reside a vítima, menor com apenas 12 (doze) anos de idade, onde supostamente aconteceram os fatos delituosos, presentes os requisitos necessários ao deferimento da medida, bem como considerando o superior interesse da criança e do adolescente e seu especial estágio de desenvolvimento e vulnerabilidade, mostra-se devidamente justificado, descabendo revogação.
Denegação da ordem.

Data de distribuição :23/11/2017
Data do julgamento : 15/02/2018
0006306-06.2017.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00008463920078220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais)
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Fábio dos Santos Araújo
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.".
Ementa : Agravo de execução penal. Questão preliminar. Nulidade da decisão agravada. Negativa de jurisdição e supressão de instância não configurados. Rejeição. Remição. Pena efetivamente cumprida. Art. 128 da Lei de Execuções Penais. Recurso não provido.
Descabe falar-se em nulidade da decisão agravada por negativa de jurisdição ou supressão de instância se as questões suscitadas pelas partes foram devidamente enfrentadas pelo juízo de primeiro grau.
O tempo remido deve ser considerado como pena efetivamente cumprida, para quaisquer efeitos, inclusive para obtenção de benefícios como progressão de regime e livramento condicional. Exegese do art. 128 da Lei de Execuções Penais.

Data de distribuição :11/12/2017
Data do julgamento : 15/02/2018
0042937-04.2008.8.22.0019 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 00429370420088220019 Machadinho d'Oeste/RO (1ª Vara Criminal)
Recorrentes: Valdemar Ogrodowczyk Sandra Teles de Oliveira Ogrodowczyk
Advogados: Diego Henrique Neves Rosa (OAB/RO 8483) Luciara Bueno Seman (OAB/RO 7873) Sindinara Cristina Gilioli (OAB/RO 7721) Armando Krefta (OAB/RO 321 B) Luciano Douglas Ribeiro dos Santos Silva (OAB/RO 3091)
Recorrente: Joadir Lutz de Lima
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS.".
Ementa : Recurso em sentido estrito. Homicídio qualificado. Impronúncia. Inviabilidade. Motivo torpe. Recurso que impossibilitou a defesa da vítima. Exclusão da qualificadora. Impossibilidade.
A inexistência de causa de absolvição sumária, com indícios de materialidade e autoria, implica na submissão ao Conselho de Sentença, a quem cabe julgar crimes dolosos contra a vida.
As circunstâncias integrantes do tipo qualificado somente serão excluídas quando manifestamente improcedentes, sem nenhum apoio nos autos.

Data de distribuição :21/11/2017
Data do julgamento : 15/02/2018
1000632-15.2017.8.22.0005 Apelação
Origem: 10006321520178220005 Ji-Paraná/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Edilberto Monte Lopes
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Revisor: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO E, DE OFÍCIO, REDIMENSIONAR A PENA INTERMEDIÁRIA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação criminal. Homicídio qualificado. Circunstâncias judiciais. Valoração. Fundamentação inidônea. Agravante de motivo fútil. Exasperação. Excessividade. Dosimetria. Adequação. Possibilidade.
A valoração negativa ou desfavorável de circunstância judicial deve decorrer de fundamentação adequada, a qual justifique a exasperação da pena-base.
Não sendo empregada fundamentação idônea, a respectiva circunstância judicial deve ser neutralizada e a pena-base deve ser redimensionada.
A majoração da pena-base pela existência de agravante deve ser proporcional e razoável.

Data de distribuição :15/12/2017
Data de redistribuição :02/01/2018
Data do julgamento : 15/02/2018
1000667-27.2017.8.22.0020 Apelação
Origem: 10006672720178220020 Nova Brasilândia do Oeste/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Wemerson dos Santos Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Revisor: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Roubo. Concurso de pessoas. Pena-base. Confissão espontânea. Redução aquém do mínimo. Regime mais brando. Impossibilidade.
No crime de roubo, a fundamentação remetida ao emprego de simulacro é inválida para a fixação da pena acima do mínimo legal, pois a grave ameça faz parte do tipo penal. E, o ataque ao patrimônio no período noturno, sem nenhum plus não é suficiente para exacerbar a pena acima do mínimo legal.
Fixada a pena-base no mínimo legal a redução pelas circunstâncias atenuantes é vedada, consoante a Súmula 231 do STJ.
A primariedade do agente e a ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, aliada a pena definitiva fixada superior a quatro anos de reclusão e inferior a 8 anos, não impede o início do cumprimento no regime semiaberto.

Data de distribuição :03/11/2017
Data do julgamento : 15/02/2018
1001518-14.2017.8.22.0005 Apelação
Origem: 10015181420178220005 Ji-Paraná/RO (1ª Vara Criminal)
Apelantes: Ricardo Gomes dos Santos Priore e Eziel Pereira de Almeida Abreu
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Revisor: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Roubo. Autoria e materialidade. Prova. Reconhecimento. Posse da res furtiva. Absolvição. Impossibilidade.
A palavra da vítima, alicerçada nas declarações de testemunhas e na apreensão do bem subtraído na posse dos agentes, forma um conjunto suficiente para fundamentar a condenação, mormente diante de inúmeras contradições nas declarações dos réus.

Data de distribuição :29/11/2017
Data de redistribuição :02/01/2018
Data do julgamento : 15/02/2018
1003450-46.2017.8.22.0002 Apelação
Origem: 10034504620178220002 Ariquemes/RO (3ª Vara Criminal)
Apelante: Edvan da Silva Araújo
Advogado: José Carlos Fogaça (OAB/RO 2960)
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça (OAB/RO 876)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Revisor: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Posse de arma de fogo. Atenuante de confissão espontânea. Agravante de reincidência genérica. Concurso. Compensação integral. Possibilidade. Regime semiaberto. Alteração. Impossibilidade.
É possível a compensação integral entre a atenuante de confissão espontânea com a agravante de reincidência genérica, conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça.
Inviável a alteração do regime inicial semiaberto para o mais brando ao agente reincidente, embora as condições judiciais não lhe sejam desfavoráveis.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 21/02/2018
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :26/01/2018
Data do julgamento : 15/02/2018
0000365-41.2018.8.22.0000 Habeas Corpus
Paciente: Sérgio Divino de Souza
Impetrante: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Execuções e Contravenções Penais da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO HABEAS CORPUS.".
Ementa : Habeas corpus. Dosimetria da pena. Ausência de prova pré-constituída. Sucedâneo de revisão criminal. Não conhecimento.
No ajuizamento do habeas corpus, é dever do impetrante trazer aos autos todos os elementos que atestem os argumentos ilustrados no pleito, sob pena de prejuízo à impetração.
O meio idôneo para combater irregularidades na dosimetria da pena, após o trânsito em julgado é o manejo de revisão criminal, de modo que fica inviável o conhecimento do writ como sucedâneo.

Data de distribuição :09/01/2017
Data do julgamento : 15/02/2018
0014628-77.2015.8.22.0002 Apelação
Origem: 00146287720158220002 Ariquemes/RO (2ª Vara Criminal)
Apelante: R. da S.
Advogados: Sandra Regina da Silva Oliveira (OAB/RO 6490), Anderson Carvalho da Matta (OAB/RO 6396), André StefanoMattge Lima (OAB/RO 6538) e Marcelo Antonio França Brito dos Santos (OAB/RO 6784)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Revisor: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR A. PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO. VENCIDO O RELATOR QUANTO À EXPEDIÇÃO DO MANDADO DE PRISÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Estupro de vulnerável. Prejuízo inexistente às partes. Não acolhimento. Insuficiência de provas. Palavra da vítima. Outros elementos probatórios. Absolvição. Inviabilidade. Desclassificação para contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor. Tipicidade da conduta prevista no art. 217-A do CP.
O aumento de pena pela causa especial prevista no art. 226, II, do Código Penal é devido quando se têm elementos comprobatórios de que o agente exercia atividade de professor de futebol da vítima, de tal forma que se achava ela sob sua autoridade, não havendo se falar em nulidade por ausência de fundamento na elevação da pena se, embora deficiente quanto a esse aspecto, a motivação foi lançada na parte da fundamentação da sentença, em que o julgador fez constar os motivos do seu convencimento acerca da circunstância.
Em crimes contra a dignidade sexual, a palavra da vítima, corroborada por outros elementos de provas, é suficiente para consubstanciar a condenação do agente.
O fato narrado na denúncia e comprovado nos autos, uma vez comprovado o fim lúbrico da conduta, amolda-se ao tipo penal descrito no art. 217-A, do Código Penal, e não à contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 21/02/2018
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :12/07/2017
Data do julgamento : 15/02/2018
0000091-42.2016.8.22.0002 Apelação
Origem: 00000914220168220002 Ariquemes (3ª Vara Criminal)
Apelante: Francisco José Rangel Nunes
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO. VENCIDO O RELATOR QUANTO À EXPEDIÇÃO DO MANDADO DE PRISÃO.".
Ementa: Apelação criminal. Lesão corporal. Embriaguez na condução de veículo automotor. Trânsito. Confissão do réu. Depoimento das vítimas. Imprudência. Absolvição. Não cabimento.
Uma vez demonstrada prova suficiente nos autos de que a conduta do agente é decorrente da ausência de cautela com o tráfego a sua frente, sendo esta decisiva para a ocorrência do acidente, deve ser mantida a condenação.

Data de distribuição :30/01/2018
Data do julgamento : 15/02/2018
0000386-17.2018.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 10020274220178220005 Ji-Paraná (1ª Vara Criminal)
Paciente: Airton Jose da Silva
Impetrante (Adv): José Sebastião da Silva (OAB/RO 1474)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM.".
Ementa : Habeas Corpus. Homicídio qualificado. Presença dos requisitos da prisão preventiva. Garantia da ordem pública. Condições pessoais favoráveis do paciente. Irrelevância.
A gravidade concreta e a periculosidade do agente, evidenciadas pelas circunstancias em que se deram os fatos, traduzem a necessidade de se garantir a ordem pública e autorizam a manutenção da custódia cautelar, sendo irrelevantes as suas condições pessoais favoráveis.

Data de distribuição :21/11/2017
Data do julgamento : 15/02/2018
0004601-98.2016.8.22.0002 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 00046019820168220002 Ariquemes/RO (1ª Vara Criminal)
Recorrente: Ismael Alves dos Santos
Advogados: Édio José Ghellere (OAB/RO 2121) e Marcelo Antônio Geron Ghuerelle (OAB/RO 1842)
Recorrente: Lucas da Guarda Machado
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Recorrente: Alas Roque dos Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS.".
Ementa : Homicídio qualificado. Autoria. Indícios suficientes. Pronúncia. Manutenção.
O que autoriza a impronúncia é o convencimento do juiz quanto à inexistência de provas que indiquem a autoria do crime ou a ausência da prova material. Havendo fundada suspeita da autoria ou participação mantém-se a pronúncia para que o Tribunal do Júri, competente para julgar o crime, possa decidir o caso, inclusive sobre a ocorrência das qualificadoras, que só devem ser excluídas da pronúncia quando manifestamente improcedentes, o que não ocorre quando se tem indícios suficientes de que o crime foi praticado por motivo fútil, com emprego de meio cruel e em condições que denotam terem os agentes impossibilitado a defesa da vítima.

Data de distribuição :03/11/2017
Data do julgamento : 15/02/2018
0005870-47.2017.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00003251820168220004 Ouro Preto do Oeste/RO (1ª Vara Criminal)
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Alexandre da Silva Castilho
Advogado: Eronaldo Fernandes Nobre (OAB/RO 1041)
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, ACOLHER A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo em execução. Condenação criminal. Suspensão dos direitos políticos. Revogação. Competência.
Incumbe ao magistrado, apenas, proceder à comunicação da respectiva sentença penal condenatória ao juízo eleitoral, não se podendo imiscuir na competência daquela para avaliar o cabimento, ou não, da suspensão dos direitos políticos do condenado, tampouco de sua revogação.

Data de distribuição :10/11/2017
Data do julgamento : 15/02/2018
1001241-65.2017.8.22.0015 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 10012416520178220015 Guajará-Mirim/RO (1ª Vara Criminal)
Recorrente: Jesus Vieira dos Santos
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.".
Ementa : Júri. Pronúncia. Desclassificação para lesão corporal seguida de morte. Dúvida sobre a intenção do agente. Submissão ao Tribunal do Júri. Qualificadoras. Exclusão quando manifestamente improcedentes.
A desclassificação do delito de homicídio doloso para lesão corporal seguida de morte só será possível se a prova autorizar um juízo de certeza. Havendo dúvida quanto à intenção do agente, impõe-se o encaminhamento do feito ao Tribunal do Júri para dirimir a questão.
As qualificadoras descritas na denúncia por crime doloso contra a vida só podem ser excluídas da pronúncia quando manifestamente improcedentes.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

## 2ª CÂMARA CRIMINAL

Data: 21/02/2018
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :11/12/2017
Data do julgamento : 07/02/2018
0000325-43.2011.8.22.0020 Apelação
Origem: 00003254320118220020 Nova Brasilândia do Oeste/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: V. H. G.
Advogado: Gilson Alves de Oliveira (OAB/RO 549-A)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Revisor: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa: Estupro de vulnerável. Autoria comprovada. Consentimento da vítima ou experiência sexual. Irrelevância. Exclusão da tipicidade da conduta do agente. Erro de tipo. Redução da pena. Impossibilidade. Regime inicial semiaberto. Recurso não provido. Dosimetria. Reforma de ofício.
O consentimento da vítima de crime de estupro de vulnerável não é bastante para afastar a tipicidade da conduta do agente, uma vez que o indivíduo menor de 14 anos ainda não tem o desenvolvimento psicológico suficiente para entender e compreender as consequências de seus atos.

Data de distribuição :14/11/2017
Data do julgamento : 07/02/2018
0007289-25.2015.8.22.0501 Apelação
Origem: 00072892520158220501 Porto Velho/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Luiz Augusto de Lima Machado
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Revisor: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Roubo. Corrupção de menores. Palavra da vítima. Credibilidade. Reconhecimento do agente. Absolvição. Impossibilidade. Confissão extrajudicial. Harmonia. Conjunto probatório. Recurso não provido.
Como cediço, a confissão extrajudicial, mesmo retratada em juízo, serve para embasar o decreto condenatório quando prestada de forma espontânea, sem coação, estando em harmonia com o conjunto probatório.
Tratando-se de crime contra o patrimônio a palavra da vítima é prova relevante e suficiente para fundamentar o decreto condenatório, principalmente se uníssona nas duas fases do processo, bem como o reconhecimento do agente.
A prova é suficiente para condenação quando, reduzindo ao mínimo desejável a margem de erro, conduz à formulação de juízo de certeza possível, ou seja, juízo revestido de confortadora probabilidade de exatidão (RT 757/561).
O crime de corrupção de menores não exige que o menor seja ou não dado à prática de crime à época dos fatos. A lei não mencionou qualquer adjetivo à condição do menor.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

Data: 21/02/2018
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :21/11/2017
Data do julgamento : 07/02/2018
0000363-21.2016.8.22.0007 Apelação
Origem: 00003632120168220007 Cacoal/RO (2ª Vara Criminal)
Apelante: Gelson Rosa de Oliveira
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Ameaça. Absolvição. Impossibilidade. Palavra da vítima. Posse irregular de arma de fogo. Conduta típica. Crime de perigo abstrato. Conjunto probatório harmônico. Absolvição. Impossibilidade. Recurso. Não provimento.
A palavra da vítima, no âmbito familiar, é prova suficiente para manter a sentença condenatória, especialmente quando o conjunto probatório é seguro a evidenciar que o réu praticou o crime pelo qual foi condenado, tornando-se desarrazoada a tese defendida de fragilidade probatória.
A posse irregular de arma de fogo configura crime de perigo abstrato ou presumido, consumando-se independentemente da ocorrência de dano, pois tem como objetividade jurídica imediata a incolumidade pública.

Data de distribuição :21/11/2017
Data do julgamento : 07/02/2018
0000544-74.2016.8.22.0701 Apelação
Origem: 00005447420168220701 Porto Velho/RO (2º Juizado da Infância e da Juventude)
Apelante: Mirian Evangelista de Souza Freitas
Advogados: Celivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3561) Larissa Nery Soares (OAB/RO 7172)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Revisor: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação criminal. Contravenção penal de vias de fato. Injúria. Absolvição. Autoria e materialidade comprovadas. Palavra das vítimas. Conjunto probatório harmônico. Impossibilidade. Recurso não provido.
Impõe-se a manutenção da condenação, quando as provas acarreadas aos autos se mostrem harmônicas nesse sentido, notadamente pelo seguro e coerente depoimento das vítimas e demais elementos de provas.
Recurso não provido.

Data de distribuição :29/11/2017
Data do julgamento : 07/02/2018
0002846-39.2016.8.22.0002 Apelação
Origem: 00028463920168220002 Ariquemes/RO (3ª Vara Criminal)
Apelante: Geovane Rodrigues Gomes
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação criminal. Trânsito. Embriaguez ao volante. Privativa de liberdade Restritiva de direitos. Substituição. Impossibilidade. Medida socialmente não recomendável.
Para o réu reincidente em crime doloso, é inviável a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito, por vedação expressa do art. 44, II, do CP.
A substituição da pena reclusiva não se mostra socialmente recomendável ao apelante que já foi condenado por outro crime.
Substitui-se a pena privativa de liberdade por restritiva de direito ao réu reincidente, desde que não específico, se a medida for socialmente recomendável.
Recurso não provido.

Data de distribuição :29/11/2017
Data do julgamento : 07/02/2018
0003557-44.2016.8.22.0002 Apelação
Origem: 00035574420168220002 Ariquemes (3ª Vara Criminal)
Apelante: Juarez Pacheco
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação Criminal. Trânsito. Embriaguez ao volante. Pedido de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos. Impossibilidade. Medida socialmente não recomendável. Recurso não provido.
Reincidente o réu em crime doloso, inviável a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito, vedação expressa do art. 44, II, do CP.
A substituição da pena reclusiva não se mostra socialmente recomendável à espécie, uma vez que o apelante já foi condenado por outro crime.
Substitui-se a pena privativa de liberdade por restritiva de direito ao réu reincidente, desde que não específico, e a medida seja socialmente recomendável.
Recurso não provido.

Data de distribuição :29/11/2017
Data do julgamento : 07/02/2018
0012422-90.2015.8.22.0002 Apelação
Origem: 00124229020158220002 Ariquemes (3ª Vara Criminal)
Apelante: Wenderson Melgarejo da Silva
Advogados: Mário Lacerda Neto (OAB/RO 7448) Denis Augusto Monteiro Lopes (OAB/RO 2433) Maiele Rogo Mascaro Nobre (OAB/RO 5122) Natiane Carvalho de Bonfim (OAB/RO 6933) Sergio Fernando Cesar (OAB/RO 7449)

Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Revisor: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Posse irregular de arma de fogo. Conduta típica. Crime de perigo abstrato. Conjunto probatório harmônico. Absolvição. Impossibilidade. Substituição da pena de prestação de serviço à comunidade por prestação pecuniária. Possibilidade. Recurso parcialmente provido.
A posse irregular de arma de fogo configura crime de perigo abstrato ou presumido, consumando-se independentemente da ocorrência de dano, pois tem como objetividade jurídica imediata a incolumidade pública.
É possível a substituição da pena de prestação de serviço à comunidade por prestação pecuniária, sempre que aquela impossibilitar as atividades laborais do condenado.

Data de distribuição :16/11/2017
Data do julgamento : 07/02/2018
1000502-86.2017.8.22.0017 Apelação
Origem: 10005028620178220017 Alta Floresta do Oeste/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Claudemir Roque
Advogados: Bruno Roque (OAB/RO 5905) Altemir Roque (OAB/RO 1311)
Apelada: Angélica Pancieri Zandonadi
Advogados: Álvaro Marcelo Bueno (OAB/RO 6843) Roberto Araújo Júnior (OAB/RJ 137438)
Apelada: Nadir Fernandes Costa
Advogados: Álvaro Marcelo Bueno (OAB/RO 6843) Roberto Araújo Júnior (OAB/RJ 137438)
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Revisor: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Crime de falsidade ideológica. Servidor público. Folha de frequência. Assinatura. Licença prêmio. Compensação. Elemento subjetivo. Dolo. Ausência. Conduta atípica.
O crime de falsidade ideológica exige a presença do elemento subjetivo do tipo, ou seja, o dolo específico, a vontade de agir dirigida para prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
A aposição de assinatura na folha de ponto enquanto o agente aguarda a publicação da portaria de concessão de licença prêmio, com data retroativa, não comprova, por si só, a má-fé do servidor.
Mantém-se a sentença absolutória na hipótese em que o período não trabalhado pelo servidor foi devidamente compensado, não criando para a Administração ou o erário obrigação anormal.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

Data: 21/02/2018
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :23/11/2016
Data do julgamento : 07/02/2018
0017542-72.2015.8.22.0501 Apelação
Origem: 00175427220158220501 Porto Velho (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apelantes: Eleilson Tomáz dos Santos Evandro Feitosa da Conceição
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Jose Bruno dos Santos Avelino
Advogado: Rudgélio Antônio Van Horn Ávila (OAB/RO 6664)
Apelante: Jairo Castro da Silva
Advogada : Ana Lidia da Silva (OAB/RO 4153)
Apelante: Edeilson Freitas do Nascimento
Advogados: Jean Kleber Nasciemnto Collins (OAB/RO 1617) Pedro Brito dos Santos (OAB/RO 578)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Revisor: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Recurso especial em apelação criminal. Tráfico de drogas e associação para o tráfico. Compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão. Impossibilidade. Reincidência específica. Impossibilidade.
Seguindo o entendimento do STJ, é possível a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, mas com a devida análise das singularidades do caso concreto.
In casu, trata-se de condenado com reincidência específica, razão pela qual é inviável a compensação entre a confissão e a reincidência.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

Data: 21/02/2018
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :06/11/2017
Data do julgamento : 07/02/2018
1004411-42.2017.8.22.0501 Apelação
Origem: 10044114220178220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apelante: Júlio Cezar da Silva Dezidério
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Revisor: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Tráfico ilícito de drogas. Desclassificação para uso pessoal. Insuficiência probatória. Impossibilidade. Depoimentos policiais. Credibilidade. Redução do quantum. Agravante de reincidência. Inviável. Redução da pena de multa. Sanção impositiva. Não ocorrência.
Não se opera a desclassificação do crime de tráfico para o crime previsto no art. 28 da Lei 11.343/06 quando não demonstrado que o entorpecente se destinava única e exclusivamente ao consumo pessoal, ônus que incumbe ao apelante.
Os depoimentos de policiais, em regra, possuem plena eficácia probatória e esta presunção só é afastada quando presentes motivos concretos que coloquem em dúvida a veracidade de suas declarações.
O Código Penal não estabelece rígidos esquemas matemáticos ou regras absolutamente objetivas para a fixação da pena, cabendo ao juiz, com certa discricionariedade, pois mais próximo dos fatos e das provas, fixar as penas, de modo que o Tribunal somente poderá modificá-la se flagrantemente desproporcional e arbitrária.
A multa é uma espécie de pena (art. 32 do CP) - sanção de preceito secundário do tipo penal - no qual o agente é condenado, não podendo o julgado isentar o condenado, sob pena de violação ao princípio da legalidade.
Recurso não provido.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

# DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Ata de Distribuição - Data : 20/02/2018
Vice-Presidente : Des. Renato Martins Mimessi
Representante da OAB : Shisley Nilce Soares da Costa (OAB/RO 1244)

Foram distribuídos os seguintes feitos, pelo sistemas SDSG E SAP 2º Grau:

PRESIDÊNCIA
0000785-46.2018.8.22.0000 Precatório
Origem: 70411144620168220001
Porto Velho - Juizados Especiais/1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Requerente: Allan Dayvison dos Santos Oliveira Teixeira
Advogado: Uillian Honorato Tressmann (OAB/RO 6805)
Advogado: Gilber Rocha Mercês (OAB/RO 5797)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Glaucio Puig de Mello Filho (OAB/SP 201024)
Distribuição por Sorteio

0000792-38.2018.8.22.0000 Precatório
Origem: 02154361920068220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Requerente: Roberto Carlos Tomaz Filho
Advogado: Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Requerente: Maria de Fátima Ribeiro
Advogado: Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Requerente: Ivo Bento Soares
Advogado: Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Requerente: Neusa Tavares
Advogado: Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Requerente: Maria do Socorro Pinheiro Gomes
Advogado: Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Requerente: Clara Alves Mereles Nobre
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogado: Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000791-53.2018.8.22.0000 Precatório
Origem: 70024846920178220005
Ji-Paraná/1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Requerente: Nazinha dos Santos
Advogado: Francisco Batista Pereira (OAB/RO 2284)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Leandro José de Souza Bussioli (OAB/RO 3493)
Distribuição por Sorteio

0000790-68.2018.8.22.0000 Precatório
Origem: 70027205520168220005
Ji-Paraná/1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Requerente: Raimundo Nonato da Silva
Advogada: Maria Luiza de Almeida (OAB/RO 3252)
Advogado: Cleber Carmona de Freitas (OAB/RO 3314)
Advogada: Michelly Mensch Fogiatto (OAB/RO 1473)
Advogada: Larissa Lopes Nunes (OAB/RO 5469)
Requerido: Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia - DER/RO
Procuradora: Augusta Gabriela Pini de Souza Silveira (OAB/RO 4134)
Distribuição por Sorteio

0000787-16.2018.8.22.0000 Precatório
Origem: 70022111920158220601
Porto Velho - Juizados Especiais/1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Requerente: Misael Nonato Rodrigues
Advogada: Ludmila Moretto Sbarzi Guedes (OAB/RO 4546)
Advogada: Bruna Giselle Ramos (OAB/RO 4706)
Advogada: Graziela Pereira Danilucci (OAB/RO 4805)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Igor Almeida da Silva Marinho (OAB/RO 6153)
Distribuição por Sorteio

0000786-31.2018.8.22.0000 Precatório
Origem: 70106017520158220601
Porto Velho - Juizados Especiais/1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Requerente: Everton Farias Porto
Advogado: Gilber Rocha Mercês (OAB/RO 5797)
Advogado: Uílian Honorato Tressmann (OAB/RO 6805)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Pedro Henrique Moreira Simões (OAB/RO 5491)
Distribuição por Sorteio

0000780-24.2018.8.22.0000 Precatório
Origem: 70390468920178220001
Porto Velho - Juizados Especiais/1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Requerente: Francisco Pinto Alcântara
Advogada: Bruna Giselle Ramos (OAB/RO 4706)
Requerido: Estado de Rondônia
Procuradora: Livia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 608)
Procurador: Luis Eduardo Mendes Serra (OAB/RO 6674)
Distribuição por Sorteio

0000781-09.2018.8.22.0000 Precatório
Origem: 70459961720178220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara do Juizado Especial Cível
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Requerente: Rodrigo dos Reis Oliveira
Advogada: Bruna Giselle Ramos (OAB/RO 4706)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Joel de Oliveira (OAB/RO 147B)
Distribuição por Sorteio

0000782-91.2018.8.22.0000 Precatório
Origem: 70035415120158220601
Porto Velho - Juizados Especiais/1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior

Requerente: Alisson Fernando Marinho
Advogado: Uílian Honorato Tressmann (OAB/RO 6805)
Advogado: Gilber Rocha Mercês (OAB/RO 5797)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Luis Eduardo Mendes Serra (OAB/RO 6674)
Distribuição por Sorteio

0000783-76.2018.8.22.0000 Precatório
Origem: 70134597920158220601
Porto Velho - Juizados Especiais/1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Requerente: Maria da Penha Souza
Advogada: Marlise Kemper (OAB/RO 6865)
Advogada: Lorena Kemper Carneiro (OAB/RO 6497)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Danilo Cavalcante Sigarini (OAB/RO 7366)
Procuradora: Ellen Cristine Alves de Melo (OAB/RO 5985)
Distribuição por Sorteio

0000784-61.2018.8.22.0000 Precatório
Origem: 70124282420158220601
Porto Velho - Juizados Especiais/1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Requerente: Valdemir Ferreira do Carmo
Advogado: Gilber Rocha Mercês (OAB/RO 5797)
Advogado: Uillian Honorato Tressmann (OAB/RO 6805)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Luis Eduardo Mendes Serra (OAB/RO 6674)
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA CRIMINAL
0001246-67.2013.8.22.0008 Apelação
Origem: 00012466720138220008
Espigão do Oeste/1ª Vara
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Apelante: Franciele Inácio da Rosa
Advogado: Cezar Artur Felberg (OAB/RO 3841)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA CRIMINAL
0000793-23.2018.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00001738120188220009
Pimenta Bueno/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valdeci Castellar Citon
Paciente: Alexandro Tenório
Impetrante (Advogada): Ana Paula Gomes da Silva Lima (OAB/RO 3596)
Impetrante (Advogado): Wanderlan da Costa Monteiro (OAB/RO 3991)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Pimenta Bueno - RO
Distribuição por Sorteio

0000789-83.2018.8.22.0000 Habeas Corpus
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Welington Ferreira Barbosa
Impetrante (Advogado): Ezio Pires dos Santos (OAB/RO 5870)
Impetrante (Advogada): Bruna Duarte Feitosa dos Santos Barros (OAB/RO 6156)
Impetrado: Juiz de Direito da Audiência de Custódia da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

0000788-98.2018.8.22.0000 Habeas Corpus
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Lucas Eduardo da Silva Chaves
Impetrante (Advogado): Ezio Pires dos Santos (OAB/RO 5870)
Impetrante (Advogada): Bruna Duarte Feitosa dos Santos Barros (OAB/RO 6156)
Impetrado: Juiz de Direito da Audiência de Custódia da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

0001960-08.2010.8.22.0501 Apelação
Origem: 00019600820108220501
Porto Velho - Juizado da Infância e Juventude/2º Juizado da Infância e da Juventude
Relator: Des. Valdeci Castellar Citon
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Apelante: J. J. de S.
Advogado: Thiago Aciole Guimarães (OAB/RO 6798)
Advogada: Ana Clara Scholze Guimarães (OAB/PR 89125)
Advogado: Ronaldo Assis Lima (OAB/RO 6648)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000777-69.2018.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00005755020188220014
Vilhena/2ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Luan Carlos Bertolino
Impetrante (Advogada): Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616-A)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Distribuição por Sorteio

RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO

| Orgão Julgador / Magistrado | Dist | Red | Tra | Tot |
|---|---|---|---|---|
| 1ª CÂMARA CRIMINAL | | | | |
| Des. Daniel Ribeiro Lagos | 1 | 0 | 0 | 1 |
| 2ª CÂMARA CRIMINAL | | | | |
| Des. Valdeci Castellar Citon | 2 | 0 | 0 | 2 |
| Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno | 3 | 0 | 0 | 3 |
| PRESIDÊNCIA | | | | |
| Des. Walter Waltenberg Silva Junior | 11 | 0 | 0 | 11 |
| Total de Distribuições | 17 | 0 | 0 | 17 |

Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018

Des. Renato Martins Mimessi
Vice-Presidente do TJ/RO.

# RELATÓRIO ESTATÍSTICO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA JUDICIÁRIA

NOTA EXPLICATIVA

a) Na Coluna “Exercício Atual - Distribuídos - Ano” são computadas as redistribuições/transferências, eventualmente ocorridas no decorrer do período;

b) No sistema PJe não são computados os recursos internos (embargos de declaração, agravo interno e etc.), haja vista que, por não possuírem cadastro próprio, sendo apenas juntados ao processo principal como petição dentro da movimentação processual, não foi possível extrair esse acervo de forma segura, por impossibilidades técnicas do próprio sistema em questão;

c) Todos os julgamentos realizados no processo são computados para o magistrado judicante;

d) Na coluna “Exercício Atual - Julgados - Ano” estão computados os processos, que eventualmente foram baixados sem julgamento.

NUCAD/ SECRETARIA JUDICIÁRIA

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

## SECRETARIA JUDICIÁRIA

## RELATÓRIO ESTATÍSTICO POR ÓRGÃO JULGADOR - EXERCÍCIO 2018

### PROCESSOS DO SISTEMA PJe NO 2º GRAU

**Período: 1 a 31 de janeiro de 2018**

**1ª CÂMARA CÍVEL**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES (mês) | DISTRIBUÍDOS | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. SANSÃO SALDANHA | 1 | 1 | 1385 | 83 | 83 | | | 83 | 1 | 1468 |
| DES. RADUAN MIGUEL | 30 | 30 | 931 | 85 | 85 | 2 | 2 | 83 | 32 | 1014 |
| DES. ROWILSON TEIXEIRA | 7 | 7 | 1067 | 85 | 85 | 3 | 3 | 82 | 10 | 1149 |
| **TOTAL** | **38** | **38** | **3383** | **253** | **253** | **5** | **5** | **248** | **43** | **3631** |

**2ª CÂMARA CÍVEL**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES (mês) | DISTRIBUÍDOS | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. ALEXANDRE MIGUEL | 5 | 5 | 933 | 84 | 84 | 1 | 1 | 83 | 6 | 1016 |
| DES. ISAIAS MORAES | 40 | 40 | 1081 | 92 | 92 | | | 92 | 40 | 1173 |
| DES. KIYOCHI MORI | 95 | 95 | 756 | 92 | 92 | 1 | 1 | 91 | 96 | 847 |
| DES. MARCOS ALAOR | | | 1019 | 85 | 85 | | | 85 | 0 | 1104 |
| **TOTAL** | **140** | **140** | **3789** | **353** | **353** | **2** | **2** | **351** | **142** | **4140** |

**CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES (mês) | DISTRIBUÍDOS | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | | Mês | Ano | Mês | Ano | | | |
| DES. ALEXANDRE MIGUEL | | | 5 | 3 | 3 | | | 3 | 0 | 8 |
| DES. ISAIAS MORAES | | | 11 | 2 | 2 | | | 2 | 0 | 13 |
| DES. KIYOCHI MORI | | | 6 | 1 | 1 | | | 1 | 0 | 7 |
| DES. MARCOS ALAOR | | | 14 | 2 | 2 | | | 2 | 0 | 16 |
| DES. SANSÃO SALDANHA | | | 20 | 2 | 2 | | | 2 | 0 | 22 |
| DES. RADUAN MIGUEL | 2 | 2 | 3 | | | | | | 2 | 3 |
| DES. ROWILSON TEIXEIRA | | | 12 | | | | | | 0 | 12 |
| **TOTAL** | **2** | **2** | **71** | **10** | **10** | **0** | **0** | **10** | **2** | 81 |

*Fonte: PJe*

Observações:

1 – No total (Ano) dos processos distribuídos estão computados as redistribuições/transferências.

2 – Não estão sendo computados os Recursos Internos.

3 – São computados todos os julgamentos realizados nos processos.

4 – No total (Ano) dos processos julgados estão computados os processos baixados sem julgamento.

5 – O Juiz Convocado Johnny Gustavo Clemes, está substituindo o Des. Alexandre Miguel, conforme ato nº 1804/2017, DJe 233 de 19/12/2017.

Bel. Jucélio Scheffmacher de Souza

Secretário Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

## SECRETARIA JUDICIÁRIA

## RELATÓRIO ESTATÍSTICO POR ÓRGÃO JULGADOR - EXERCÍCIO 2018

### PROCESSOS DO SISTEMA PJe NO 2º GRAU

**Período: 1 a 31 de janeiro de 2018**

**1ª CÂMARA ESPECIAL**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES (mês) | DISTRIBUÍDOS | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. EURICO MONTENEGRO | 12 | 12 | 603 | 33 | 33 | | | 33 | 12 | 636 |
| DES. GILBERTO BARBOSA | 7 | 7 | 484 | 47 | 47 | | 2 | 45 | 9 | 529 |
| DES. OUDIVANIL DE MARINS | 23 | 23 | 514 | 34 | 34 | | | 34 | 23 | 548 |
| **TOTAL** | **42** | **42** | **1601** | **114** | **114** | **0** | **2** | **112** | **44** | **1713** |

**2ª CÂMARA ESPECIAL**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES (mês) | DISTRIBUÍDOS | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. HIRAM MARQUES | 18 | 18 | 552 | 40 | 40 | | | 40 | 58 | 592 |
| DES. RENATO MIMESSI | 20 | 20 | 561 | 38 | 38 | 1 | 1 | 37 | 58 | 598 |
| DES. ROOSEVELT QUEIROZ | 20 | 20 | 508 | 37 | 37 | 1 | 1 | 36 | 57 | 544 |
| **TOTAL** | **58** | **58** | **1621** | **115** | **115** | **2** | **2** | **113** | **173** | **1734** |

**CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES (mês) | DISTRIBUÍDOS | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. EURICO MONTENEGRO | 4 | 4 | 15 | 4 | 4 | | 1 | 3 | 5 | 18 |
| DES. GILBERTO BARBOSA | 3 | 3 | 10 | 4 | 4 | | | 4 | 3 | 14 |
| DES. HIRAM MARQUES | 5 | 5 | 15 | 1 | 1 | | | 1 | 5 | 16 |
| DES. OUDIVANIL DE MARINS | 1 | 1 | 18 | 2 | 2 | | | 2 | 1 | 20 |
| DES. RENATO MIMESSI | 2 | 2 | 13 | 2 | 2 | | | 2 | 2 | 15 |
| DES. ROOSEVELT QUEIROZ | 6 | 6 | 18 | 4 | 4 | | | 4 | 6 | 22 |
| **TOTAL** | **21** | **21** | **89** | **17** | **17** | **0** | **1** | **16** | **22** | **105** |

*Fonte: PJe*

Observações:
1 – No total (Ano) dos processos distribuídos estão computados as redistribuições/transferências.
2 – Não estão sendo computados os Recursos Internos.
3 – São computados todos os julgamentos realizados nos processos.
4 – No total (Ano) dos processos julgados estão computados os processos baixados sem julgamento.

Bel. Jucélio Scheffmacher de Souza
Secretário Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
## SECRETARIA JUDICIÁRIA

## RELATÓRIO ESTATÍSTICO POR ÓRGÃO JULGADOR - EXERCÍCIO 2018

### PROCESSOS DO SISTEMA PJe NO 2º GRAU

**Período: 1 a 31 de janeiro de 2018**

**TRIBUNAL PLENO**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES (mês) | DISTRIBUÍDOS | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | | Mês | Ano | Mês | Ano | | | |
| DES. ALEXANDRE MIGUEL | 2 | 2 | 16 | | | | | | 2 | 16 |
| DES. DANIEL LAGOS | | | 15 | | | | | | 0 | 15 |
| DES. EURICO MONTENEGRO | | | 24 | | | | | | 0 | 24 |
| DES. GILBERTO BARBOSA | 1 | 1 | 11 | 2 | 2 | | | 2 | 1 | 13 |
| DES. HIRAM MARQUES | | | 9 | | | | | | 0 | 9 |
| DES. ISAIAS MORAES | | | 12 | 4 | 4 | | | 4 | 0 | 16 |
| DES. KIYOCHI MORI | 1 | 1 | 14 | 1 | 1 | | | 1 | 1 | 15 |
| DES. MARCOS ALAOR | | | 9 | | | | | | 0 | 9 |
| DESª. MARIALVA BUENO | | | 25 | | | | | | 0 | 25 |
| DES. MIGUEL MONICO | | | 18 | 1 | 1 | | | 1 | 0 | 19 |
| DES. OUDIVANIL DE MARINS | 1 | 1 | 19 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | 20 |
| DES. RADUAN MIGUEL | | | 11 | | | | | | 0 | 11 |
| DES. RENATO MIMESSI | | | 20 | 1 | 1 | | | 1 | 0 | 21 |
| DES. ROOSEVELT QUEIROZ | | | 13 | | | | | | 0 | 13 |
| DES. ROWILSON TEIXEIRA | | | 11 | | | | | | 0 | 11 |
| DES. SANSÃO SALDANHA | 1 | 1 | 26 | | | | | | 1 | 26 |
| DES. VALDECI CITON | 1 | 1 | 14 | 1 | 1 | | | 1 | 1 | 15 |
| DES. VALTER DE OLIVEIRA | 1 | 1 | 17 | | | | | | 1 | 17 |
| JUIZ CONVOCADO FRANCISCO BORGES | 1 | 1 | 15 | | | | | | 1 | 15 |
| **TOTAL** | **9** | **9** | **299** | **12** | **12** | **1** | **1** | **11** | **10** | **310** |

*Fonte: PJe*

Observações:
1 – No total (Ano) dos processos distribuídos estão computados as redistribuições/transferências.
2 – Não estão sendo computados os Recursos Internos.
3 – São computados todos os julgamentos realizados nos processos.
4 – No total (Ano) dos processos julgados estão computados os processos baixados sem julgamento.
5 – O Juiz Convocado Johnny Gustavo Clemes, está substituindo o Des. Alexandre Miguel, conforme ato nº 1804/2017, DJe 233 de 19/12/2017.

Bel. Jucélio Scheffmacher de Souza
Secretário Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

## SECRETARIA JUDICIÁRIA

## RELATÓRIO ESTATÍSTICO POR ÓRGÃO JULGADOR - EXERCÍCIO 2018

### Sistema Digital do 2º Grau - SDSG

**Período: 1 a 31 de janeiro de 2018**

**1ª CÂMARA CÍVEL**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. RADUAN MIGUEL | 4 | 4 | 600 | | | 11 | 11 | | | 11 | 4 | 611 |
| DES. ROWILSON TEIXEIRA | 8 | 8 | 1340 | | | 5 | 5 | | | 5 | 8 | 1345 |
| DES. SANSÃO SALDANHA | 1 | 1 | 3105 | | | 1 | 1 | | | 1 | 1 | 3106 |
| **TOTAL** | **13** | **13** | **5045** | **0** | **0** | **17** | **17** | **0** | **0** | **17** | **13** | **5062** |

*Fonte: COINF/SDSG*

**2ª CÂMARA CÍVEL**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. ALEXANDRE MIGUEL | 3 | 3 | 323 | | | 7 | 7 | | | 7 | 3 | 330 |
| DES. ISAIAS MORAES | 28 | 28 | 487 | | | 17 | 17 | | | 17 | 28 | 504 |
| DES. KIYOCHI MORI | 29 | 29 | 65 | | | 1 | 1 | | | 1 | 29 | 66 |
| DES. MARCOS ALAOR | | | 900 | | | 8 | 8 | | | 8 | 0 | 908 |
| **TOTAL** | **60** | **60** | **1775** | **0** | **0** | **33** | **33** | **0** | **0** | **33** | **60** | **1808** |

*Fonte: COINF/SDSG*

**CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. ALEXANDRE MIGUEL | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. ISAIAS MORARES | | | 2 | | | | | | | | 0 | 2 |
| DES. KIYOCHI MORI | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. MARCOS ALAOR | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. RADUAN MIGUEL | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. ROWILSON TEIXEIRA | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. SANSÃO SALDANHA | | | 3 | | | | | | | | 0 | 3 |
| **TOTAL** | **0** | **0** | **5** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **5** |

*Fonte: SDSG*

Observações:

1 – No total estão incluídos os processos baixados sem julgamento do mérito.

2 – O Juiz Convocado Johnny Gustavo Clemes, está substituindo o Des. Alexandre Miguel, conforme ato nº 1804/2017, DJe 233 de 19/12/2017.

Bel. Jucélio Scheffmacher de Souza
Secretário Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

## SECRETARIA JUDICIÁRIA

## RELATÓRIO ESTATÍSTICO POR ÓRGÃO JULGADOR - EXERCÍCIO 2018

### Sistema Digital do 2º Grau - SDSG

**Período: 1 a 31 de janeiro de 2017**

**1ª CÂMARA ESPECIAL**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. EURICO MONTENEGRO | | | 534 | | | 4 | 4 | | | 4 | **0** | 538 |
| DES. GILBERTO BARBOSA | | | 206 | | | 1 | 1 | | | 1 | **0** | 207 |
| DES. OUDIVANIL DE MARINS | 2 | 2 | 822 | | | | | | | | **2** | 822 |
| **TOTAL** | **2** | **2** | **1562** | **0** | **0** | **5** | **5** | **0** | **0** | **5** | **2** | **1567** |

**2ª CÂMARA ESPECIAL**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. HIRAM MARQUES | 17 | 17 | 422 | | | | | | | | 17 | 422 |
| DES. RENATO MIMESSI | 21 | 21 | 327 | | | 1 | 1 | | | 1 | 21 | 328 |
| DES. ROOSEVELT QUEIROZ | | | 536 | | | 4 | 4 | | | 4 | 0 | 540 |
| **TOTAL** | **38** | **38** | **1285** | **0** | **0** | **5** | **5** | **0** | **0** | **5** | **38** | **1290** |

*Fonte: COINF/SDSG*

**CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. EURICO MONTENEGRO | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. GILBERTO BARBOSA | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| DES. HIRAM MARQUES | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| DES. OUDIVANIL DE MARINS | | | 2 | | | | | | | | 0 | 2 |
| DES. RENATO MIMESSI | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| DES. ROOSEVELT QUEIROZ | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| **TOTAL** | **0** | **0** | **5** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **5** |

*Fonte: SDSG*

Observações:

1 – No total estão incluídos os processos baixados sem julgamento do mérito.

Bel. Jucélio Scheffmacher de Souza
Secretário Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
## SECRETARIA JUDICIÁRIA

### RELATÓRIO ESTATÍSTICO POR ÓRGÃO JULGADOR - EXERCÍCIO 2018
**Sistema Digital do 2º Grau - SDSG**

**Período: 1 a 31 de janeiro de 2018**

**TRIBUNAL PLENO**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. ALEXANDRE MIGUEL | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. DANIEL LAGOS | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. EURICO MONTENEGRO | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. GILBERTO BARBOSA | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. HIRAM MARQUES | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| DES. ISAIAS MORARES | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. KIYOCHI MORI | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. MARCOS ALAOR | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DESª. MARIALVA BUENO | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. MIGUEL MONICO | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. OUDIVANIL DE MARINS | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. RADUAN MIGUEL | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. RENATO MIMESSI | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| DES. ROOSEVELT QUEIROZ | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. ROWILSON TEIXEIRA | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. SANSÃO SALDANHA | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. VALDECI CITON | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. VALTER DE OLIVEIRA | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| JUIZ CONVOCADO FRANCISCO BORGES | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| **TOTAL** | **0** | **0** | **2** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **2** |

*Fonte: SDSG*

Observações:
1 – No total estão incluídos os processos baixados sem julgamento do mérito.
2 – O Juiz Convocado Johnny Gustavo Clemes, está substituindo o Des. Alexandre Miguel, conforme ato nº 1804/2017, DJe 233 de 19/12/2017.

Bel. Jucélio Scheffmacher de Souza
Secretário Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

## SECRETARIA JUDICIÁRIA

### RELATÓRIO ESTATÍSTICO POR ÓRGÃO JULGADOR - EXERCÍCIO 2018
**Sistema de Automação Processual do 2º GRAU – SAP/SG**

**Período: 1 a 31 de janeiro de 2018**

**1ª CÂMARA CÍVEL**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. SANSÃO SALDANHA | | | 12 | | | | | | | | 0 | 12 |
| DES. RADUAN MIGUEL | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. ROWILSON TEIXEIRA | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| **TOTAL** | **0** | **0** | **12** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **12** |

**2ª CÂMARA CÍVEL**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO 2017 | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. ALEXANDRE MIGUEL | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. ISAIAS MORAES | | | 9 | | | | | | | | 0 | 9 |
| DES. KIYOCHI MORI | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. MARCOS ALAOR | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| **TOTAL** | **0** | **0** | **9** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **9** |

**CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO 2017 | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. ALEXANDRE MIGUEL | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. ISAIAS MORARES | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| DES. KIYOCHI MORI | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. MARCOS ALAOR | | | 2 | | | | | | | | 0 | 2 |
| DES. SANSÃO SALDANHA | | | 3 | | | | | | | | 0 | 3 |
| DES. RADUAN MIGUEL | | | 3 | | | | | | | | 0 | 3 |
| DES. ROWILSON TEIXEIRA | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| **TOTAL** | **0** | **0** | **9** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **9** |

*Fonte: SAPSG*

Observações:
1 – No total estão incluídos os processos baixados sem julgamento do mérito.
2 – O Juiz Convocado Johnny Gustavo Clemes, está substituindo o Des. Alexandre Miguel, conforme ato nº 1804/2017, DJe 233 de 19/12/2017.

Bel. Jucélio Scheffmacher de souza
Secretário Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
## SECRETARIA JUDICIÁRIA

## RELATÓRIO ESTATÍSTICO POR ÓRGÃO JULGADOR - EXERCÍCIO 2018
### Sistema de Automação Processual do 2º GRAU – SAP/SG

**Período: 1 a 31 de janeiro de 2018**

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. DANIEL LAGOS | 14 | 14 | 143 | 56 | 56 | 2 | 2 | 1 | 1 | 57 | 15 | 200 |
| DES. VALTER DE OLIVEIRA | 8 | 8 | 305 | 66 | 66 | 1 | 1 | 6 | 6 | 61 | 14 | 366 |
| JUIZ CONVOCADO FRANCISCO BORGES | 22 | 22 | 97 | 64 | 64 | 4 | 4 | 5 | 5 | 63 | 27 | 160 |
| **TOTAL** | **44** | **44** | **545** | **186** | **186** | **7** | **7** | **12** | **12** | **181** | **56** | **726** |

**2ª CÂMARA CRIMINAL**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO 2017 | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DESª. MARIALVA BUENO | 23 | 23 | 242 | 59 | 59 | 3 | 3 | 3 | 3 | 59 | 26 | 301 |
| DES. MIGUEL MONICO | 29 | 29 | 94 | 58 | 58 | 9 | 9 | 3 | 3 | 64 | 32 | 158 |
| DES. VALDECI CITON | 47 | 47 | 91 | 59 | 59 | 4 | 4 | 8 | 8 | 55 | 55 | 146 |
| **TOTAL** | **99** | **99** | **427** | **176** | **176** | **16** | **16** | **14** | **14** | **178** | **113** | **605** |

**CÂMARA CRIMINAIS REUNIDAS**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO 2017 | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. DANIEL LAGOS | | | 6 | 1 | 1 | 1 | 1 | | | 2 | 0 | 8 |
| DESª MARIALVA BUENO | 1 | 1 | 10 | 2 | 2 | | | | | 2 | 1 | 12 |
| DES. MIGUEL MONICO | | | 6 | 2 | 2 | | | 1 | 1 | 1 | 1 | 7 |
| DES. VALDECI CITON | | | 16 | 2 | 2 | | | | | 2 | 0 | 18 |
| DES. VALTER DE OLIVEIRA | | | 20 | 1 | 1 | | | | | 1 | 0 | 21 |
| JUIZ CONVOCADO FRANCISCO BORGES | | | 8 | 1 | 1 | | | | | 1 | 0 | 9 |
| **TOTAL** | **1** | **1** | **66** | **9** | **9** | **1** | **1** | **1** | **1** | **9** | **2** | **75** |

*Fonte: SAPSG*

Observações:
1 – No total estão incluídos os processos baixados sem julgamento do mérito.

Bel. Jucélio Scheffmacher de Souza
Secretário Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

## SECRETARIA JUDICIÁRIA

## RELATÓRIO ESTATÍSTICO POR ÓRGÃO JULGADOR - EXERCÍCIO 2018
### Sistema de Automação Processual do 2º GRAU – SAP/SG

**Período: 1 a 31 de janeiro de 2018**

**1ª CÂMARA ESPECIAL**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. EURICO MONTENEGRO | | | 63 | | | 1 | 1 | | | 1 | **0** | 64 |
| DES. GILBERTO BARBOSA | 1 | 1 | 29 | 3 | 3 | | | | | 3 | **1** | 32 |
| DES. OUDIVANIL DE MARINS | | | 28 | 1 | 1 | | | | | 1 | **0** | 29 |
| **TOTAL** | **1** | **1** | **120** | **4** | **4** | **1** | **1** | **0** | **0** | **5** | **1** | **125** |

**2ª CÂMARA ESPECIAL**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO 2017 | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. HIRAM MARQUES | 1 | 1 | 20 | 2 | 2 | | | | | 2 | 1 | 22 |
| DES. RENATO MIMESSI | 3 | 3 | 35 | 1 | 1 | | | 1 | 1 | | 4 | 35 |
| DES. ROOSEVELT QUEIROZ | | | 27 | 2 | 2 | | | | | 2 | 0 | 29 |
| **TOTAL** | **4** | **4** | **82** | **5** | **5** | **0** | **0** | **1** | **1** | **4** | **5** | **86** |

**CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS**

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO 2017 | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. EURICO MONTENEGRO | | | 21 | | | 1 | 1 | | | 1 | 0 | 22 |
| DES. GILBERTO BARBOSA | | | 11 | | | | | | | | 0 | 11 |
| DES. HIRAM MARQUES | | | 3 | | | | | | | | 0 | 3 |
| DES. OUDIVANIL DE MARINS | | | 16 | 1 | 1 | | | | | 1 | 0 | 17 |
| DES. RENATO MIMESSI | | | 5 | | | | | | | | 0 | 5 |
| DES. ROOSEVELT QUEIROZ | | | 9 | | | | | | | | 0 | 9 |
| **TOTAL** | **0** | **0** | **65** | **1** | **1** | **1** | **1** | **0** | **0** | **2** | **0** | **67** |

*Fonte: SAPSG*

Observações:
1 – No total estão incluídos os processos baixados sem julgamento do mérito.

Bel. Jucélio Scheffmacher de Souza
Secretário Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
## SECRETARIA JUDICIÁRIA

## RELATÓRIO ESTATÍSTICO POR ÓRGÃO JULGADOR - EXERCÍCIO 2018
## Sistema de Automação Processual do 2º GRAU – SAP/SG

**Período: 1 a 31 de janeiro de 2018**

### TRIBUNAL PLENO

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO ATUAL | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. ALEXANDRE MIGUEL | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| DES. DANIEL LAGOS | | | 2 | | | | | | | | 0 | 2 |
| DES. EURICO MONTENEGRO | | | 6 | | | | | | | | 0 | 6 |
| DES. GILBERTO BARBOSA | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| DES. HIRAM MARQUES | | | 3 | | | | | | | | 0 | 3 |
| DES. ISAIAS MORARES | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| DES. KIYOCHI MORI | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. MARCOS ALAOR | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DESª. MARIALVA BUENO | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. MIGUEL MONICO | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. OUDIVANIL DE MARINS | | | 3 | | | | | | | | 0 | 3 |
| DES. RADUAN MIGUEL | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. RENATO MIMESSI | | | 2 | | | | | | | | 0 | 2 |
| DES. ROOSEVELT QUEIROZ | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| DES. ROWILSON TEIXEIRA | | | 3 | | | | | | | | 0 | 3 |
| DES. SANSÃO SALDANHA | | | 4 | | | | | | | | 0 | 4 |
| DES. VALDECI CITON | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| DES. VALTER DE OLIVEIRA | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| JUIZ CONVOCADO FRANCISCO BORGES | | | 2 | 1 | 1 | | | | | 1 | 0 | 3 |
| **TOTAL** | **0** | **0** | **31** | **1** | **1** | **0** | **0** | **0** | **0** | **1** | **0** | **32** |

### TRIBUNAL PLENO ADMINISTRATIVO

| MAGISTRADOS | EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | EXERCÍCIO 2017 | | | | | | | TOTAL GERAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JULGADOS | | PENDENTES | DISTRIBUÍDOS | | INCIDENTES | | JULGADOS | | PENDENTES | JULGADOS | PENDENTES |
| | Mês | Ano | (mês) | Mês | Ano | Mês | Ano | Mês | Ano* | | | |
| DES. ALEXANDRE MIGUEL | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. DANIEL LAGOS | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. EURICO MONTENEGRO | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. GILBERTO BARBOSA | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. HIRAM MARQUES | | | 3 | | | | | | | | 0 | 3 |
| DES. ISAIAS MORARES | | | | 1 | 1 | | | | | 1 | 0 | 1 |
| DES. JOSÉ JORGE R. DA LUZ | | | 2 | | | | | | | | 0 | 2 |
| DES. KIYOCHI MORI | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. MARCOS ALAOR | | | 3 | | | | | | | | 0 | 3 |
| DESª. MARIALVA BUENO | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. MIGUEL MONICO | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. OUDIVANIL DE MARINS | | | 3 | | | | | | | | 0 | 3 |
| DES. RADUAN MIGUEL | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. RENATO MIMESSI | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| DES. ROOSEVELT QUEIROZ | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| DES. ROWILSON TEIXEIRA | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| DES. SANSÃO SALDANHA | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| DES. VALDECI CITON | | | 1 | | | | | | | | 0 | 1 |
| DES. VALTER DE OLIVEIRA | | | 3 | | | | | | | | 0 | 3 |
| DES. WALTER WALTENBERG | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| **TOTAL** | **0** | **0** | **18** | **1** | **1** | **0** | **0** | **0** | **0** | **1** | **0** | **19** |

*Fonte: SAPSG*

Observações:
1 – No total estão incluídos os processos baixados sem julgamento do mérito.
2 – O Juiz Convocado Johnny Gustavo Clemes, está substituindo o Des. Alexandre Miguel, conforme ato nº 1804/2017, DJe 233 de 19/12/2017.

Bel. Jucélio Scheffmacher de Souza
Secretário Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
## SECRETARIA JUDICIÁRIA

### PROCESSOS PENDENTES NO 2º GRAU

**Em: 31 janeiro de 2018**

| MAGISTRADOS | SAPSG | | | | | SDSG | | | | PJe | | | | TOTAIS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Cível | Especial | Criminal | Reunidas | Pleno | Cível | Especial | Reunidas | Pleno | Cível | Especial | Reunidas | Pleno | Cível | Especial | Criminal | Reunidas | Pleno | TOTAL GERAL |
| DES. ALEXANDRE MIGUEL | | | | | 1 | 330 | | | | 1.016 | | 8 | 16 | **1.346** | **0** | **0** | **8** | **17** | **1.371** |
| DES. DANIEL LAGOS | | | 200 | 8 | 2 | | | | | | | | 15 | **0** | **0** | **200** | **8** | **17** | **225** |
| DES. EURICO MONTENEGRO | | 64 | | 22 | 6 | | 538 | | | | 363 | 18 | 24 | **0** | **965** | **0** | **40** | **30** | **1.035** |
| DES. GILBERTO BARBOSA | | 32 | | 11 | 1 | | 207 | | | | 529 | 14 | 13 | **0** | **768** | **0** | **25** | **14** | **807** |
| DES. HIRAM MARQUES | | 22 | | 3 | 3 | | 422 | 1 | 1 | | 592 | 16 | 9 | **0** | **1.036** | **0** | **20** | **13** | **1.069** |
| DES. ISAIAS MORARES | 9 | | | 1 | 1 | 504 | | 2 | | 1.173 | | 13 | 16 | **1.686** | **0** | **0** | **16** | **17** | **1.719** |
| DES. KIYOCHI MORI | | | | | | 66 | | | | 847 | | 7 | 15 | **913** | **0** | **0** | **7** | **15** | **935** |
| DES. MARCOS ALAOR | | | | 2 | | 908 | | | | 1.104 | | 16 | 9 | **2.012** | **0** | **0** | **18** | **9** | **2.039** |
| DESª. MARIALVA BUENO | | | 301 | 12 | | | | | | | | | 25 | **0** | **0** | **301** | **12** | **25** | **338** |
| DES. MIGUEL MONICO | | | 158 | 7 | | | | | | | | | 19 | **0** | **0** | **158** | **7** | **19** | **184** |
| DES. OUDIVANIL DE MARINS | | 29 | | 17 | 3 | | 822 | 2 | | | 548 | 20 | 20 | **0** | **1.399** | **0** | **39** | **23** | **1.461** |
| DES. RADUAN MIGUEL | | | | 3 | | 611 | | | | 1.014 | | 3 | 11 | **1.625** | **0** | **0** | **6** | **11** | **1.642** |
| DES. RENATO MIMESSI | | 35 | | 5 | 2 | | 328 | 1 | 1 | | 598 | 15 | 21 | **0** | **961** | **0** | **21** | **24** | **1.006** |
| DES. ROOSEVELT QUEIROZ | | 29 | | 9 | 1 | | 540 | | | | 544 | 22 | 13 | **0** | **1.113** | **0** | **31** | **14** | **1.158** |
| DES. ROWILSON TEIXEIRA | | | | | 3 | 1.345 | | | | 1.149 | | 12 | 11 | **2.494** | **0** | **0** | **12** | **14** | **2.520** |
| DES. SANSÃO SALDANHA | 12 | | | 3 | 4 | 3.106 | | 3 | | 1.468 | | 22 | 26 | **4.586** | **0** | **0** | **28** | **30** | **4.644** |
| DES. VALDECI CITON | | | 146 | 18 | 1 | | | | | | | | 15 | **0** | **0** | **146** | **18** | **16** | **180** |
| DES. VALTER DE OLIVEIRA | | | 366 | 21 | 1 | | | | | | | | 17 | **0** | **0** | **366** | **21** | **18** | **405** |
| JUIZ CONVOCADO FRANCISCO BORGES | | | 160 | 9 | 3 | | | | | | | | 15 | **0** | **0** | **160** | **9** | **18** | **187** |
| **TOTAL** | **21** | **211** | **1.331** | **151** | **32** | **6.870** | **2.857** | **9** | **2** | **7.771** | **3.174** | **186** | **310** | **14.662** | **6.242** | **1.331** | **346** | **344** | **22.925** |

Bel. Jucélio Scheffmacher de souza
Secretário Judiciário

# SECRETARIA ADMINISTRATIVA

## DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Extrato de Contrato
EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2018

1 – CONTRATADA: C C R COMÉRCIO DE GÁS LTDA ME.
2 - PROCESSO: 0311/0395/18.
3 – OBJETO: Fornecimento de água mineral, sem gás, envasada em garrafões de 20L (vinte litros), sem o custo do garrafão, água mineral sem gás, envasada em garrafas de 500 ml (quinhentos mililitros), devidamente lacrados, garrafões para água mineral vazios/novos, com capacidade de 20L (vinte litros) e carga de gás GLP de 13 Kg (treze quilos), para atender às necessidades do Fórum da Comarca de Jaru/RO.
4 – BASE LEGAL: Pregão Eletrônico nº 125/2017.
5 - VALOR: R$ 8.042,90.
6 - VIGÊNCIA: A partir da última data de assinatura pelas partes em 21/02/2018 até 31/12/2018.
7 – NOTA DE EMPENHO: 2018NE00398.
8 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU.
9 - FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 02.122.2067.2071.
10 – ELEMENTOS DE DESPESA: 33.90.30.
11 – ASSINAM: Juiz Sérgio Willian Domingues Teixeira – Secretário Geral do Tribunal de Justiça de Rondônia e Cleberson Carlos dos Reis – Representante legal.

Documento assinado eletronicamente por FREDSON LUIZ CARVALHO MENDES, Diretor (a) de Departamento, em 21/02/2018, às 13:59, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0574572 e o código CRC E3C65E09.

Extrato de Contrato Simplificado
Nº 71/2018

1 – CONTRATADA: STAR COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI ME.
2 - PROCESSO: 0311/0257/18
3 - OBJETO: Aquisição de material de expediente, para atender ao Poder Judiciário do Estado de Rondônia - PJRO.
4 – BASE LEGAL: Pregão Eletrônico n° 015/2017.
5 – VIGÊNCIA: A partir da data da sua última assinatura pelas partes em 20/02/2018 até 31/12/2018.
6 – VALOR: R$ 22.663,00
7 - NOTA DE EMPENHO: 2018NE00395.
8 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
9 - FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 02.122.2067.2180
10 - ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.
11 – ASSINAM: Juiz Sérgio William Domingues Teixeira – Secretário Geral do Tribunal de Justiça de Rondônia e Edson de Almeida Magalhães – Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por FREDSON LUIZ CARVALHO MENDES, Diretor (a) de Departamento, em 20/02/2018, às 18:08, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0572573 e o código CRC 92B92FBB.

Extrato de Contrato Simplificado
CONTRATO SIMPLIFICADO Nº 75/2018

1 – CONTRATADA: ART COPIAS LTDA ME.
2 - PROCESSO: 0311/0348/18
3 - OBJETO: Contratação de empresa na prestação de serviços de fotocópias em atendimento às necessidades do Fórum da Comarca de Cacoal/RO.
4 – BASE LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei n° 8.666/93
5 – VIGÊNCIA: A partir da data de sua última assinatura pelas partes em 21/02/2018 até 31 de dezembro de 2018
6 – VALOR: R$ 2.380,00
7 - NOTA DE EMPENHO: 2018NE00403.

8 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
9 - FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 02.122.2067.2071
10 - ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.
11 – ASSINAM: Juiz Sérgio William Domingues Teixeira – Secretário Geral do Tribunal de Justiça de Rondônia e Giovane Schmechel – Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por FREDSON LUIZ CARVALHO MENDES, Diretor (a) de Departamento, em 21/02/2018, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0574597 e o código CRC 8BCD61FF.

Extrato de Termo Aditivo
2º TERMO ADITIVO Nº 7/2018 AO CONTRATO Nº 048/2016

1 – CONTRATADA: GERALDA ALVES DE OLIVEIRA REZENDE.
2 - PROCESSO: 0311/0115/18.
3 - OBJETO: Acréscimo, no percentual de 23,07%, e supressão de 7,65%, no valor do Contrato nº 048/2016, cujo objeto é a "prestação de serviços para fornecimento de refeições do tipo almoço/jantar (no sistema se/r service), bem como lanches e refrigerantes no atendimento às necessidades do Tribunal do Júri, Operação Justiça Rápida, Projeto Ressoar, Mutirão Carcerário e Projeto Estratégico da Comarca de Ji-Paraná".
4 – VIGÊNCIA: A partir da data da última assinatura pelas partes em 20/02/2018.
5 – VALOR: O valor total é de R$6.147,05, resultante do acréscimo de 23,07%, Fica alterado o valor total estimado do Contrato para R$46.012,05.
6 – NOTA DE EMPENHO: 2018NE00378.
7 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
8 - FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 02.122.2067.2071.
9 - ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.
10 - DAS CLÁUSULAS VIGENTES: Exceto o disposto no presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas e em plena vigência as demais Cláusulas e subitens constantes no Contrato n° 048/2016.
11 – ASSINAM: Desembargador Walter Waltemberg Silva Junior – Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia e Geralda Alves de Oliveira Rezende – Representante Legal.

Documento assinado eletronicamente por FREDSON LUIZ CARVALHO MENDES, Diretor (a) de Departamento, em 21/02/2018, às 10:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0573358 e o código CRC B231DB4E.

## DEPARTAMENTO DE COMPRAS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA
PROCESSO n. 0014671-08.2017.8.22.8000
PREGÃO ELETRÔNICO 020/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por meio do Pregoeiro, torna público a instauração da Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo Menor Preço, cujo objeto é o registro de preços, pelo período de 12 (doze) meses, para eventual fornecimento de Material de Permanente (equipamentos / materiais de captação de áudio e vídeo), para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado de Rondônia. O encaminhamento de proposta será a partir das 8h do dia 26/02/2018 e a abertura da sessão pública de disputa será às 09:00h do dia 09/03/2018 (Horário de Brasília), no site www.comprasnet.gov.br. O edital estará disponível no site supracitado e pelo sítio eletrônico https://www.tjro.jus.br/resp-transp-licitacoes/pe-2018. O Edital poderá ser retirado no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia na Rua José Camacho, n. 585, sala 04, térreo - Bairro Olaria, nesta Capital, no horário local das 7h às 13h e das 16h às 18h, fone: (69) 3217-1372/1373; ou ainda solicitado pelo e-mail: licitacoes@tjro.jus.br

Porto Velho - RO, 21 de fevereiro de 2018.

Fábio Aran Gomes de Castro
Pregoeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA
PROCESSO n. 0018353-68.2017.8.22.8000
PREGÃO ELETRÔNICO 021/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por meio do Pregoeiro, torna público a instauração da Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo Menor Preço, cujo objeto é o registro de preços, pelo período de 12 (doze) meses, para eventual fornecimento de água mineral sem gás, envasada em garrafões de 20L (vinte litros), sem o custo do garrafão, água mineral sem gás, envasada em garrafas de 500 ml (quinhentos mililitros), devidamente lacrados e garrafões para água mineral vazios/novos, com capacidade de 20L (vinte litros), para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado de Rondônia na Comarca de Rolim de Moura. O encaminhamento de proposta será a partir das 8h do dia 26/02/2018 e a abertura da sessão pública de disputa será às 09:00h do dia 09/03/2018 (Horário de Brasília), no site www.comprasnet.gov.br. O edital estará disponível no site supracitado e pelo sítio eletrônico https://www.tjro.jus.br/resp-transp-licitacoes/pe-2018. O Edital poderá ser retirado no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia na Rua José Camacho, n. 585, sala 04, térreo - Bairro Olaria, nesta Capital, no horário local das 7h às 13h e das 16h às 18h, fone: (69) 3217-1372/1373; ou ainda solicitado pelo e-mail: licitacoes@tjro.jus.br

Porto Velho - RO, 21 de fevereiro de 2018.

Paulo Roberto Coelho Leite
Pregoeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA
PROCESSO n. 0023347-42.2017.8.22.8000
PREGÃO ELETRÔNICO 024/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por meio do Pregoeiro, torna público a instauração da Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo Menor Preço, cujo objeto é o registro de preços, pelo período de 12 (doze) meses, para eventual fornecimento de Material de Consumo (caixa de arquivo morto, capa de proteção de processo, lápis, Borracha, perfurador de papel, etc.), para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado de Rondônia. O encaminhamento de proposta será a partir das 8h do dia 26/02/2018 e a abertura da sessão pública de disputa será às 09:30h do dia 09/03/2018 (Horário de Brasília), no site www.comprasnet.gov.br. O edital estará disponível no site supracitado e pelo sítio eletrônico https://www.tjro.jus.br/resp-transp-licitacoes/pe-2018. O Edital poderá ser retirado no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia na Rua José Camacho, n. 585, sala 04, térreo - Bairro Olaria, nesta Capital, no horário local das 7h às 13h e das 16h às 18h, fone: (69) 3217-1372/1373; ou ainda solicitado pelo e-mail: licitacoes@tjro.jus.br

Porto Velho - RO, 21 de fevereiro de 2018.

Gildalene Carvalho de Paiva
Pregoeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA
PROCESSO n. 0015240-09.2017.8.22.8000
CONCORRENCIA PÚBLICA 003/2017

RESULTADO DO JULGAMENTO DE RECURSO

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por meio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, torna público o resultado do julgamento de recurso da Concorrência Pública 003/2017, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para executar os serviços de reforma, adequação e ampliação do Novo Fórum da Comarca de Cacoal/RO, conforme decisão a seguir:

“Vistos, Vieram os autos para decisão acerca do recurso apresentado pela empresa CONSTRUTORA MOSAICO LTDA contra a decisão (0509867) da Comissão Permanente de Licitação - CPL, que declarou a empresa FERNANDES SALAME - EPP vencedora da Concorrência Pública n. 003/2017 (0389321), que tem por objeto a contratação de empresa especializada para executar os serviços de reforma, adequação e ampliação do Novo Fórum da Comarca de Cacoal/RO, com proposta no valor total de R$ 6.709.392,81. (...) Pelo que se observa, o recurso (0519950) da empresa CONSTRUTORA MOSAICO LTDA não merece prosperar, tendo em vista que o procedimento licitatório seguiu as regras constantes no Edital de Concorrência Pública n. 3/2017 e entendimentos do Tribunal de Contas da União, sem violação do princípio da isonomia, vez que tanto a Recorrente quanto a Recorrida tiveram as mesmas oportunidades de saneamento de falhas nas suas propostas. Ante o exposto, decido pelo não provimento do recurso (0519950) da empresa CONSTRUTORA MOSAICO LTDA, mantendo-se a

Decisão (0509867) da Comissão Permanente de Licitação, que classificou e declarou a licitante FERNANDES SALAME - EPP vencedora da Concorrência Pública n. 003/2017. (...) Expeça-se o necessário. Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 20/02/2018, às 13:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0562447 e o código CRC C1C16E68.".

A íntegra da decisão e maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras-DEC deste Tribunal, situado na Rua José Camacho n. 585, Térreo, sala 04 - Bairro Olaria, nesta capital, no horário das 7h às 13h e 16h às 18h, pelo Fone: 69 3217-1372/1373 e no site https://www.tjro.jus.br/resp-transp-licitacoes/cp-2017

Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.

Raimundo Trindade Gomes de Lima
Presidente da CPL/TJRO

## SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

## PORTARIAS

Portaria SGP Nº 89/2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n. 0640/2012-PR, publicada no DJE n. 128 de 16/07/2012,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0000016-61.2018.8.22.8011,

R E S O L V E:

CONVALIDAR os atos praticados pelo servidor ABRAAO PEREIRA COSTA, cadastro 2066718, Técnico Judiciário, lotado no Cartório Criminal da Comarca de Alvorada d'Oeste/RO, no exercício da função gratificada de Secretário de Gabinete - FG4, do Gabinete da Vara da Comarca de Alvorada d'Oeste/RO, em substituição à titular PHAMELA SANTOS DE PAULA DA CONCEIÇÃO, cadastro 2062038, nos períodos de 07/12/2017, 11 a 15/12/2017 e de 18 a 19/12/2017.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JEAN CARLO SILVA DOS SANTOS, Secretário de Gestão de Pessoas, em 21/02/2018, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0568674 e o código CRC 61FD7DAE.

Portaria SGP Nº 90/2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0000116-34.2018.8.22.8005,

R E S O L V E:

ALTERAR os termos da Portaria n. 3386/2014-PR, republicada no DJE. n. 237, de 18/12/2014, que instituiu a Escala de Substituição Automática, do Cartório da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná/RO, conforme quadro abaixo, com efeitos retroativos a 20/12/2017.

| Titular | | | Substituto | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nome | Cadastro | Função/Cargo | Excluir | Cadastro | Incluir | Cadastro |
| MÁRIO DILSO CORILAÇO | 0027405 | Chefe de Serviço de Cartório - FG4 | RONDINALDO SOARES PEREIRA | 2064014 | AGNES FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA | 2065606 |

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JEAN CARLO SILVA DOS SANTOS, Secretário de Gestão de Pessoas, em 21/02/2018, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0568731 e o código CRC 1F072065.

Portaria SGP Nº 91/2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0000007-75.2018.8.22.8019,

R E S O L V E:

INCLUIR o servidor OTÁVIO POLICHUK OLIVEIRA RODRIGUEZ FERRO, cadastro 2066521, Técnico Judiciário, na Escala de Substituição Automática, instituída por meio da Portaria n. 3386/2014-PR, republicada no DJE. n. 237, de 18/12/2014, como substituto automático da servidora ROSIMAR MIRANDA DE SOUZA OLIVEIRA DEGAM, cadastro 2067153, lotada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Machadinho d'Oeste/RO, exercendo a função gratificada de Chefe do CEJUSC - FG5, com efeitos retroativos a 23/01/2018.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JEAN CARLO SILVA DOS SANTOS, Secretário de Gestão de Pessoas, em 21/02/2018, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0568776 e o código CRC E9DFCAAF.

Portaria SGP Nº 92/2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0000565-07.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

CONVALIDAR os atos praticados pelo servidor REGINALDO DE SOUZA GADELHA, cadastro 2060060, Analista Judiciário, na especialidade de Analista de Sistemas, no exercício do cargo em comissão de Diretor de Departamento - DAS5, do Departamento de Sistemas/STIC, em substituição ao titular BRUNO SPADETO, cadastro 2043963, nos períodos de 27/11/2017 a 03/12/2017 e de 11 a 19/12/2017.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JEAN CARLO SILVA DOS SANTOS, Secretário de Gestão de Pessoas, em 21/02/2018, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0568901 e o código CRC 6F468E57.

Portaria SGP Nº 93/2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0001425-36.2017.8.22.8002,

R E S O L V E:

CONVALIDAR os atos praticados pelo servidor VALTER FRANCISCO FRANCINO, cadastro 2040379, Auxiliar Operacional, na especialidade de Agente de Segurança, no exercício da função gratificada de Chefe de Núcleo II - FG4, do Núcleo de Informática da Comarca de Ariquemes/RO, em substituição ao titular NÉLIS CARLOS DE SOUZA JUNIOR, cadastro 2037629, nos períodos de 16 a 25/01/2017, 23 a 24/02/2017, 02/03/2017, 06 a 08/03/2017, 13 a 14/03/2017, 21/03/2017, 11 a 12/04/2017, 24/04/2017, 08 a 09/05/2017, 30/05/2017, 02/06/2017, 28 a 29/06/2017 e de 27 a 28/07/2017.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JEAN CARLO SILVA DOS SANTOS, Secretário de Gestão de Pessoas, em 21/02/2018, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0568954 e o código CRC 7B32F042.

Portaria SGP Nº 94/2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0000746-08.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

INCLUIR o servidor JOSÉ BASTOS RIBEIRO NETO, cadastro 2065932, na Escala de Substituição Automática, instituída por meio da Portaria n. 3386/2014-PR, republicada no DJE. n. 237, de 18/12/2014, como substituto automático do servidor EDUARDO LUIZ WILL BEZERRA, cadastro 2043785, lotado no Departamento de Engenharia e Arquitetura/SA, exercendo o cargo em comissão de Diretor de Departamento - DAS5, com efeitos retroativos a 09/01/2018.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

---

Documento assinado eletronicamente por JEAN CARLO SILVA DOS SANTOS, Secretário de Gestão de Pessoas, em 21/02/2018, às 12:45, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0571875 e o código CRC EFD37EA6.

---

Portaria SGP Nº 95/2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0000315-68.2018.8.22.8001,

R E S O L V E:

CONVALIDAR os atos praticados pelo servidor LUZARDO RODRIGUES BANDEIRA, cadastro 2055716, Técnico Judiciário, lotado no Cartório Distribuidor do Fórum Criminal da Comarca de Porto Velho/RO, no exercício da função gratificada de Chefe de Serviço de Cartório - FG4, em substituição à titular MARIA ENEIDE OCAMPO DE SOUZA, cadastro 2033178, nos períodos de 28/11/2017 a 05/12/2017 e de 08 a 17/01/2018.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

---

Documento assinado eletronicamente por JEAN CARLO SILVA DOS SANTOS, Secretário de Gestão de Pessoas, em 21/02/2018, às 12:45, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0571921 e o código CRC B741C6C7.

---

Portaria SGP Nº 96/2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0000253-28.2018.8.22.8001,

R E S O L V E:

INCLUIR o servidor SÍLVIO FRANCISCO DE ALMEIDA CARVALHO, cadastro 2065355, Técnico Judiciário, na Escala de Substituição Automática, instituída por meio da Portaria n. 3386/2014-PR, republicada no DJE. n. 237, de 18/12/2014, como substituto automático do servidor THIAGO LUIZ PINHEIRO LIMA, cadastro 2065215, lotado no Cartório da 9ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO, exercendo a função gratificada de Chefe de Serviço de Cartório - FG4, com efeitos retroativos a 01/01/2018.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

---

Documento assinado eletronicamente por JEAN CARLO SILVA DOS SANTOS, Secretário de Gestão de Pessoas, em 21/02/2018, às 12:45, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0571955 e o código CRC EF97292F.

---

Portaria SGP Nº 97/2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0000344-21.2018.8.22.8001,

R E S O L V E:

CONVALIDAR os atos praticados pelo servidor JOÃO FABRÍCIO DE CAMARGO GARCIA, cadastro 2052318, Técnico Judiciário, lotado no Cartório Distribuidor de Mandados da Comarca de Porto Velho/RO, no exercício da função gratificada de Chefe de Serviço de Cartório - FG4, em substituição à titular CARINA ELEN SILVA SOBREIRA, cadastro 2063557, no período de 08 a 17/01/2018.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JEAN CARLO SILVA DOS SANTOS, Secretário de Gestão de Pessoas, em 21/02/2018, às 12:45, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0573271 e o código CRC BCC7A6C7.

Portaria SGP Nº 98/2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0003411-94.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

CONVALIDAR os atos praticados pela servidora ANA CAROLINA DE LELES RODRIGUES, cadastro 2061473, Técnica Judiciária, lotada no Gabinete do Desembargador Isaías Fonseca Moraes, exercendo a função gratificada de Secretária de Gabinete - FG4, no exercício do cargo em comissão de Oficiala de Gabinete de Desembargador - DAS2, em substituição à titular ROSIMAIRE CARRANZA LEITE, cadastro 2060981, nos períodos de 16 a 20/10/2017, 23 a 25/10/2017 e de 08 a 27/01/2018.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JEAN CARLO SILVA DOS SANTOS, Secretário de Gestão de Pessoas, em 21/02/2018, às 12:45, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0573309 e o código CRC 81799F39.

Portaria SGP Nº 99/2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0002316-29.2018.8.22.8000,

R E S O L V E:

CONVALIDAR os atos praticados pelo servidor FELIPE PINHEIRO DOS SANTOS, cadastro 2063344, Técnico Judiciário, lotado na Divisão de Apoio aos Projetos e Elaboração de Editais/DEC/SA, exercendo o cargo em comissão de Diretor de Divisão - DAS3, no exercício do cargo em comissão de Diretor de Departamento - DAS5, do Departamento de Compras/SA, em substituição à titular MÁRCIA DUARTE DA SILVA, cadastro 2035278, no período de 11 a 19/12/2017.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JEAN CARLO SILVA DOS SANTOS, Secretário de Gestão de Pessoas, em 21/02/2018, às 12:45, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0573762 e o código CRC 46B5D940.

Portaria SGP Nº 100/2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0000404-91.2018.8.22.8001,

R E S O L V E:

CONVALIDAR os atos praticados pelo servidor RAFAEL MARTINS DE AZEVEDO, cadastro 2068699, Técnico Judiciário, lotado no Cartório do 2º Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Porto Velho/RO, no exercício da função gratificada de Chefe de Serviço de Cartório - FG4, em substituição ao titular ROBSON JOSÉ AUGUSTO DA COSTA, cadastro 2046563, no período de 28/11/2017 a 07/12/2017.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JEAN CARLO SILVA DOS SANTOS, Secretário de Gestão de Pessoas, em 21/02/2018, às 12:45, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0573905 e o código CRC 1BE50CD1.

Portaria SGP Nº 101/2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o constante nos artigos 110 a 115 c/c o artigo 98 da Lei Complementar n. 68/92,

Considerando o que consta na Instrução N. 002/2014-PR, que dispõe sobre a concessão de férias e o pagamento das vantagens pecuniárias dela decorrentes aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia,

Considerando o que consta nos processos eletrônicos SEI abaixo descritos,

R E S O L V E:

CONCEDER férias aos servidores abaixo qualificados.

| Nome | Cadastro | Lotação | Processo SEI | Período Aquisitivo | Período de Fruição | | Abono Pecuniário |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CICERO SANTANA GOMES FILHO | 0030236 | Seção de Operações de Transporte | 0002441-94.2018.8.22.8000 | 2016/2017 | 04/06/2018 | 23/06/2018 | Sim |
| ELIDA MARIA DE SOUZA SILVA | 0030279 | Núcleo de Segurança da Comarca de Guajará-Mirim/RO | 0000054-61.2018.8.22.8015 | 2017/2018 | 20/11/2018 | 19/12/2018 | Não |
| ERIENE GRANGEIRO DE ALMEIDA SILVA | 0022730 | 1º Departamento Judiciário Especial | 0004015-55.2018.8.22.8000 | 2017/2018 | 16/04/2018 | 05/05/2018 | Sim |
| GIRLEYNE DOMINGOS DE SOUZA | 2044650 | Núcleo Psicossocial da Comarca de Vilhena/RO | 0000066-78.2018.8.22.8014 | 2017/2018 | 11/07/2018 | 30/07/2018 | Sim |
| ITAMAR NASCIMENTO ROCHA | 2031353 | Departamento de Serviços e Infraestrutura de TIC | 0003967-96.2018.8.22.8000 | 2018/2019 | 23/04/2018<br>28/11/2018 | 02/05/2018<br>07/12/2018 | Sim |
| JESONIAS SOUZA DA SILVA JUNIOR | 2066599 | Gabinete da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná/RO | 0000164-90.2018.8.22.8005 | 2017/2018 | 02/04/2018 | 21/04/2018 | Sim |
| JOSÉ AVANI DAS CHAGAS | 2037459 | Administração dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Velho/RO | 0000487-10.2018.8.22.8001 | 2016/2017 | 16/04/2018 | 05/05/2018 | Sim |
| JOSÉ RICARDO DA SILVA | 2035588 | Coordenadoria da Infância e Juventude/PR/TJRO | 0002266-03.2018.8.22.8000 | 2017/2018 | 23/04/2018 | 12/05/2018 | Sim |
| LÉCIA CRISTINA ALVES OLIVA GRUDZIN | 2060809 | Núcleo Psicossocial da Comarca Ariquemes/RO | 0000110-36.2018.8.22.8002 | 2014/2015 | 14/02/2018<br>06/06/2018 | 23/02/2018<br>15/06/2018 | Sim |
| MARCELO HELLMANN | 2059886 | Núcleo Psicossocial da Comarca de Vilhena/RO | 0000066-78.2018.8.22.8014 | 2017/2018 | 03/09/2018 | 22/09/2018 | Sim |
| MÉRES RODRÍGUES | 2066300 | Gabinete da 3ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes/RO | 0000126-87.2018.8.22.8002 | 2016/2017 | 07/05/2018 | 26/05/2018 | Sim |
| ROBERSON DANIEL GOMES | 2036053 | Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Espigão d’Oeste/RO | 0000038-31.2018.8.22.8008 | 2016/2017 | 26/03/2018 | 14/04/2018 | Sim |

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JEAN CARLO SILVA DOS SANTOS, Secretário de Gestão de Pessoas, em 21/02/2018, às 12:45, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0574113 e o código CRC B6808879.

Portaria SGP Nº 102/2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Presidência n. 911/2017, publicada no DJE n. 089 de 17/05/2017,

Considerando o constante nos artigos 110 a 115 c/c o artigo 98 da Lei Complementar n. 68/92,

Considerando o que consta na Instrução N. 002/2014-PR, que dispõe sobre a concessão de férias e o pagamento das vantagens pecuniárias dela decorrentes aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia,

Considerando o que consta nos processos eletrônicos SEI abaixo descritos,

R E S O L V E:

ALTERAR o período de gozo de férias dos servidores abaixo qualificados.

| Nome | Cadastro | Lotação | Processo SEI | Período Aquisitivo | Programadas para | | Período de Fruição | | Abono Pecuniário |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Data Inicial | Data Final | Data Inicial | Data Final | |
| ALEXANDRE KRAEMER | 2051508 | Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Pimenta Bueno/RO | 0000120-59.2018.8.22.8009 | 2016/2017 | 27/02/2018 | 18/03/2018 | 20/02/2018 | 11/03/2018 | Sim |
| | | | | 2017/2018 | 19/03/2018 | 28/03/2018 | 12/03/2018 | 21/03/2018 | Sim |
| ANDRESSA PACHECO | 2053896 | Núcleo Psicossocial da Comarca de Ji-Paraná/RO | 0002107-79.2017.8.22.8005 | 2016/2017 | 18/01/2018 | 06/02/2018 | 02/07/2018 | 21/07/2018 | Sim |
| BEATRIZ DADALTO | 2056410 | Gabinete da Vara da Comarca de Nova Brasilândia d'Oeste/RO | 0000039-77.2018.8.22.8020 | 2015/2016 | 18/07/2018 | 27/07/2018 | 02/04/2018 | 11/04/2018 | Sim |
| CARLOS VIDAL DE BRITO | 2036150 | Cartório da 1ª Vara da Comarca de Cerejeiras/RO | 0000044-23.2018.8.22.8013 | 2016/2017 | 29/01/2018 | 17/02/2018 | 18/06/2018 | 07/07/2018 | Sim |
| CLEOMAR RAMOS BARRETO | 2033089 | Divisão de Processamento Especial I | 0002322-36.2018.8.22.8000 | 2016/2017 | 02/07/2018 | 31/07/2018 | 23/07/2018 | 21/08/2018 | Não |
| EDSEIA PIRES DE SOUSA | 2036070 | Cartório da Turma Recursal | 0000024-87.2018.8.22.8900 | 2016/2017 | 16/07/2018 | 25/07/2018 | 02/07/2018 | 11/07/2018 | Sim |
| EDUARDO GABRIEL SANTANA MARCOLAN ROBAERT | 2059444 | Gabinete do Desembargador Roosevelt Queiroz Costa | 0002427-13.2018.8.22.8000 | 2017/2018 | 06/08/2018 | 25/08/2018 | 02/04/2018 | 21/04/2018 | Sim |
| ELISANGELA SOUZA MAMEDES | 2054248 | Coordenação do Serviço de Apoio Psicossocial às Varas de Família da Comarca de Porto Velho/RO | 0000452-50.2018.8.22.8001 | 2017/2018 | 02/05/2018 | 11/05/2018 | 23/04/2018 | 02/05/2018 | Sim |
| | | | | | 10/09/2018 | 19/09/2018 | 24/09/2018 | 03/10/2018 | |
| ENILZA TAVARES DE CARVALHO SILVA | 2062119 | Departamento de Saúde e Bem-Estar Social | 0002450-56.2018.8.22.8000 | 2015/2016 | 09/10/2017 | 18/10/2017 | 01/02/2018 | 10/02/2018 | Sim |
| EVANICE CUNHA DA SILVA BATISTA | 2060140 | Seção de Planejamento e Orçamento/Diplan/Dead/SG/Emeron | 0000099-47.2018.8.22.8700 | 2017/2018 | 04/06/2018 | 23/06/2018 | 07/01/2019 | 26/01/2019 | Sim |
| EVELYN JUCILEIDE SAAVEDRA DE ARAÚJO | 2060299 | Central de Processos Eletrônicos | 0000300-30.2018.8.22.8800 | 2015/2016 | 01/11/2018 | 30/11/2018 | 02/05/2018 | 11/05/2018 | Não |
| | | | | | | | 11/11/2018 | 30/11/2018 | |
| EVELYN SCHNEIDER NOBREGA DE ARAUJO SARMENTO | 2051516 | Núcleo de Segurança da Comarca de Pimenta Bueno/RO | 0000079-92.2018.8.22.8009 | 2016/2017 | 14/02/2018 | 23/02/2018 | 02/05/2018 | 11/05/2018 | Sim |
| FRANCI FELIX PAIVA | 2049066 | Gabinete da 2ª Vara de Família da Comarca de Porto Velho/RO | 0000723-59.2018.8.22.8001 | 2017/2018 | 19/02/2018 | 28/02/2018 | 14/05/2018 | 23/05/2018 | Sim |
| HUMBERTO PEREIRA LINS | 0025879 | Gabinete do Desembargador Oudivanil de Marins | 0002278-17.2018.8.22.8000 | 2015/2016 | 01/02/2018 | 20/02/2018 | 11/07/2018 | 30/07/2018 | Sim |
| JAIANE RABELO MORONA | 2069164 | Gabinete da Corregedoria | 0000287-31.2018.8.22.8800 | 2017/2018 | 14/03/2018 | 28/03/2018 | 14/03/2018 | 23/03/2018 | Sim |
| | | | | | 10/09/2018 | 24/09/2018 | 10/09/2018 | 19/09/2018 | |
| JANETE VIEIRA COSTA COELHO LARA | 2050579 | Gabinete do Desembargador Valdeci Castellar Citon | 0002044-35.2018.8.22.8000 | 2014/2015 | 02/04/2018 | 11/04/2018 | 14/05/2018 | 23/05/2018 | Sim |
| JEDIAEL DA SILVA ALMEIDA | 2061902 | Cartório Distribuidor de Mandados da Comarca de Porto Velho/RO | 0000510-53.2018.8.22.8001 | 2016/2017 | 02/04/2018 | 21/04/2018 | 02/04/2018 | 01/05/2018 | Não |
| JÉSSICA DEINA | 2069695 | Núcleo Psicossocial da Comarca de Cerejeiras/RO | 0000056-37.2018.8.22.8013 | 2017/2018 | 02/05/2018 | 16/05/2018 | 02/05/2018 | 11/05/2018 | Sim |
| | | | | | 05/12/2018 | 19/12/2018 | 12/05/2018 | 21/05/2018 | |
| JOÃO CARLOS DA SILVA | 2049562 | Cartório da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal/RO | 0000100-74.2018.8.22.8007 | 2017/2018 | 02/07/2018 | 21/07/2018 | 02/04/2018 | 11/04/2018 | Sim |
| | | | | | | | 01/07/2019 | 10/07/2019 | |
| JOÃO NOGUEIRA NETO | 0030821 | Seção de Operações de Transporte | 0002369-10.2018.8.22.8000 | 2015/2016 | 01/02/2018 | 20/02/2018 | 06/02/2018 | 25/02/2018 | Sim |
| LEILA CRISTINA DE ANDRADE LIMA | 2052822 | Cartório da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná/RO | 0000169-15.2018.8.22.8005 | 2017/2018 | 14/01/2019 | 23/01/2019 | 07/01/2019 | 16/01/2019 | Sim |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| LEILA PALMIERI DE LIMA | 2052750 | Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Cacoal/RO | 0000096-37.2018.8.22.8007 | 2016/2017 | 14/02/2018 | 23/02/2018 | 02/05/2018 | 11/05/2018 | Sim |
| | | | | 2017/2018 | 22/03/2018 | 10/04/2018 | 12/05/2018 | 31/05/2018 | Não |
| LUCIARA FREIRE ROCHA | 2043726 | Seção de Registro, Autuação e Arquivamento de Processos | 0001920-52.2018.8.22.8000 | 2017/2018 | 14/02/2018 | 23/02/2018 | 16/07/2018 | 25/07/2018 | Sim |
| MARIA LUCIMAR ROCHA ALEXANDRE | 2037882 | Seção de Cadastro de Fornecedores | 0002132-73.2018.8.22.8000 | 2015/2016 | 08/01/2018 | 17/01/2018 | 27/06/2018 | 06/07/2018 | Sim |
| NÚBIA GENY SOUZA OLIVEIRA NOGUEIRA | 2053551 | Seção de Psicologia Organizacional | 0001860-79.2018.8.22.8000 | 2016/2017 | 09/07/2018 | 18/07/2018 | 07/01/2019 | 16/01/2019 | Sim |
| PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA | 2059975 | Departamento de Saúde e Bem-Estar Social | 0002483-46.2018.8.22.8000 | 2017/2018 | 04/06/2018 | 23/06/2018 | 19/02/2018 | 10/03/2018 | Sim |
| RAIMUNDO TRINDADE GOMES DE LIMA | 2041502 | Divisão de Apoio aos Projetos e Elaboração de Editais | 0004014-70.2018.8.22.8000 | 2016/2017 | 05/03/2018 | 24/03/2018 | 02/05/2018 | 21/05/2018 | Sim |
| VALDIR DE ANDRADE SOUZA JUNIOR | 2065886 | 1º Departamento Judiciário Especial | 0002352-71.2018.8.22.8000 | 2016/2017 | 02/05/2018 | 11/05/2018 | 16/07/2018 | 25/07/2018 | Sim |
| VANDERLEIA NUNES DE FREITAS | 2066998 | Cartório Cível da Comarca de Costa Marques/RO | 0000028-60.2018.8.22.8016 | 2016/2017 | 02/02/2018 | 11/02/2018 | 19/03/2018 | 28/03/2018 | Sim |

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JEAN CARLO SILVA DOS SANTOS, Secretário de Gestão de Pessoas, em 21/02/2018, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0574140 e o código CRC 578D5D33.

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 45
17 DE FEVEREIRO DE 2018
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
ALTERAR, a portaria nº 26, de 29.01.2018, publicada no DJE n. 20, de 31.01.2018, para fazer constar que o período de atuação do Procurador de Justiça ILDEMAR KUSSLER, cadastro 2037-0, junto ao gabinete da Procuradora de Justiça RITA MARIA LIMA MONCKS, cadastro 2062-1, é o compreendido entre 08.01 e 16.02.2018.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
OSVALDO LUIZ DE ARAUJO
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 46
17 DE FEVEREIRO DE 2018
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
DESIGNAR, sem prejuízo de suas funções, o Procurador de Justiça JACKSON ABÍLIO DE SOUZA, cadastro 2023-0, para responder pelo Gabinete da Procuradora de Justiça RITA MARIA LIMA MONCKS, cadastro 2062-1, no período de 19 a 27.02.2018.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
OSVALDO LUIZ DE ARAUJO
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 47
17 DE FEVEREIRO DE 2018
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
DESIGNAR, sem prejuízo de suas funções, o Procurador de Justiça CLÁUDIO JOSÉ DE BARROS SILVEIRA, cadastro 2019-2, para responder pelo Gabinete do Procurador de Justiça ILDEMAR KUSSLER, cadastro 2037-0, nos períodos de 19 a 22.02.2018 e 26.02 a 17.03.2018.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
OSVALDO LUIZ DE ARAUJO
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 48
20 DE FEVEREIRO DE 2018
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Processo SEI nº 19.25.110000954.0000813/2018-62,
RESOLVE:
ALTERAR, parcialmente, a Portaria n. 42, de 15.02.2018, publicada no DJE n. 31 de 19.02.2018, para fazer constar que a fruição da licença por motivo de doença em pessoa da família concedida à Procuradora de Justiça RITA MARIA LIMA MONCKS, cadastro 2062-1, foi no período de 29.01 a 12.02.2018.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
OSVALDO LUIZ DE ARAUJO
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 49
20 DE FEVEREIRO DE 2018
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Processo SEI Nº 19.25.110000954.0001469/2018-61,
RESOLVE:
CONCEDER à servidora ROSILEN MIRIAM DA ROSA, cadastro n. 5270-7, ocupante do cargo comissionado de Assessor Jurídico, 03 (três) dias de dispensa remunerada, em razão de serviços prestados à Justiça Eleitoral nas Eleições Municipais 2016, para fruição nos dias 22, 23 e 26.02.2018, com base no art. 98, da Lei 9.504/1997.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
OSVALDO LUIZ DE ARAUJO
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 50
20 DE FEVEREIRO 2018
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Processo SEI nº 19.25.110000954.0000081/2018-87,
RESOLVE:
ALTERAR, parcialmente, a Portaria n. 328, de 06.12.2017, publicada no DJE n. 227, de 11.12.2017, no que se refere as férias concedidas ao servidor MÁRCIO COUTINHO BARBOSA, cadastro nº 5237-5, ocupante do cargo comissionado de Assessor Jurídico, para fazer constar conforme abaixo especificado:

| PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE FRUIÇÃO |
|---|---|
| 15.05.2016 a 14.05.2017 | 14.05 a 23.05.2018 |
| | 23.07 a 01.08.2018 |
| | 05.11 a 14.11.2018 |

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
OSVALDO LUIZ DE ARAUJO
Subprocurador-Geral de Justiça

Extrato da Portaria nº 12/2018- PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
PARQUETWEB: 2018001010062370
Data da Instauração: 14/02/2018
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Ji-Paraná-RO
Interessado: Hospital Cândido Rondon - HCR
Assunto: Acompanhamento e fiscalização dos leitos de UTI-SUS oferecidos pelo Hospital Cândido Rondon-HCR, a saber, se estão de acordo com a legislação vigente (RDC nº 07/2010 ANVISA).
Promotora de Justiça: Dra. Josiane Alessandra Mariano Rossi.

CURADORIA DA SAÚDE
EXTRATO DA PORTARIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DIFUSOS E COLETIVOS Nº 008/2018
AUTOS Nº 2016001010028464.
Data da instauração: 19 de janeiro de 2018.
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Vilhena/2ª Titularidade.
Promotor: Dr. Paulo Fernando Lermen
Autor: Ministério público do Estado de Rondônia.
Objeto: Acompanhar a regularidade da prorrogação do contrato entre o Município de Vilhena e a empresa CANMED CLÍNICA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA EPP, prestadora de serviços médicos no setor de anestesiologia e uti no hospital Regional de Vilhena.
Vilhena/RO, 19 de janeiro de 2018.
PAULO FERNANDO LERMEN
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 020/2018 - 3ªPJ/2ªTIT
O Promotor de Justiça ELÍCIO DE ALMEIDA E SILVA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, incisos II e III da Constituição Federal e art. 26, inciso I da Lei 8.625/93, instaura o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, na forma do art. 3º, §1º, da Resolução 001/2013-PGJ-CG, com o fim de controlar as visitas à Casa do Egresso (Patronato) de Vilhena/RO, no ano de 2018. Para secretariar o feito nomeio a Assistente da Promotoria, Andréia Perin Correia. Para tanto, determino as seguintes providências: a) registre-se e autue-se o presente, procedendo as anotações; b) junte-se os relatórios das visitas já realizadas no ano de 2018; c) dê-se a publicidade exigida no art. 25, § 2º da Resolução 05/2010-CPJ, inclusive anexando-se ao Parquet Web, conforme determina o art. 37 da mesma resolução. Vilhena-RO, 20 de fevereiro de 2018. ELÍCIO DE ALMEIDA E SILVA. Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 021/2018 - 3ªPJ/2ªTIT
O Promotor de Justiça ELÍCIO DE ALMEIDA E SILVA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, incisos II e III da Constituição Federal e art. 26, inciso I da Lei 8.625/93, instaura o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, na forma do art. 3º, §1º, da Resolução 001/2013-PGJ-CG, com o fim de controlar as visitas à Colônia Penal e Presídio Feminino de Vilhena/RO, no ano de 2018. Para secretariar o feito nomeio a Assistente da Promotoria, Andréia Perin Correia. Para tanto, determino as seguintes providências: a) registre-se e autue-se o presente, procedendo as anotações; b) junte-se os relatórios das visitas já realizadas no ano de 2018; c) dê-se a publicidade exigida no art. 25, § 2º da Resolução 05/2010-CPJ, inclusive anexando-se ao Parquet Web, conforme determina o art. 37 da mesma resolução. Vilhena-RO, 20 de fevereiro de 2018. ELÍCIO DE ALMEIDA E SILVA. Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 022/2018 - 3ªPJ/2ªTIT
O Promotor de Justiça ELÍCIO DE ALMEIDA E SILVA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, incisos II e III da Constituição Federal e art. 26, inciso I da Lei 8.625/93, instaura o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, na forma do art. 3º, §1º, da Resolução 001/2013-PGJ-CG, com o fim de controlar as visitas à Casa de Detenção – Cadeia Pública de Vilhena/RO, no ano de 2018. Para secretariar o feito nomeio a Assistente da Promotoria, Andréia Perin Correia. Para tanto, determino as seguintes providências: a) registre-se e autue-se o presente, procedendo as anotações; b) junte-se os relatórios das visitas já realizadas no ano de 2018; c) dê-se a publicidade exigida no art. 25, § 2º da Resolução 05/2010-CPJ, inclusive anexando-se ao Parquet Web, conforme determina o art. 37 da mesma resolução. Vilhena-RO, 20 de fevereiro de 2018. ELÍCIO DE ALMEIDA E SILVA. Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 023/2018 - 3ªPJ/2ªTIT
O Promotor de Justiça ELÍCIO DE ALMEIDA E SILVA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, incisos II e III da Constituição Federal e art. 26, inciso I da Lei 8.625/93, instaura o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, na forma do art. 3º, §1º, da Resolução 001/2013-PGJ-CG, com o fim de controlar as visitas ao Centro de Ressocialização Cone Sul – Presídio de Vilhena/RO, no ano de 2018. Para secretariar o feito nomeio a Assistente da Promotoria, Andréia Perin Correia. Para tanto, determino as seguintes providências: a) registre-se e autue-se o presente, procedendo as anotações; b) junte-se os relatórios das visitas já realizadas no ano de 2018; c) dê-se a publicidade exigida no art. 25, § 2º da Resolução 05/2010-CPJ, inclusive anexando-se ao Parquet Web, conforme determina o art. 37 da mesma resolução. Vilhena-RO, 20 de fevereiro de 2018. ELÍCIO DE ALMEIDA E SILVA. Promotor de Justiça

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
Extrato da Portaria Nº 04/2018
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO n. 04/2018
PARQUETWEB: 2017001010021210
Data da Instauração: 08/02/2018.
4ª Promotoria de Justiça de Ji-Paraná - 2ª Titularidade – Curadoria de Defesa da Probidade.
Envolvido: Everton Vidigal
Envolvido: Município de Ji-Paraná
Assunto: Apurar denúncia de acúmulo ilegal de cargos públicos
Promotor: Dr. Fernando Rey de Assis.

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
Extrato da Portaria Nº 05/2018
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO n. 05/2018
PARQUETWEB: 2017001010026805
Data da Instauração: 08/02/2018.
4ª Promotoria de Justiça de Ji-Paraná - 2ª Titularidade – Curadoria de Defesa da Probidade.
Envolvido: Casa de Apoio a saúde Indígena - CASAI
Envolvido: Município de Ji-Paraná
Assunto: Apurar denúncia Irregularidade no contrato de locação do imóvel onde funcionava a CASAI
Promotor: Dr. Fernando Rey de Assis.

EXTRATO DE PORTARIA
Procedimento n. 2017001010011890
Data da instauração: 19/02/2018
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/3ª Titularidade
Promotor: Dr. Glauco Maldonado Martins

Interessado: White Solder Metalurgica e Mineração Ltda
Interessado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Inquérito Civil Público – Portaria n. 0089/2018 – Instaurado para investigar se a atividade empreendedora da empresa WHITE SOLDER METALÚRGICA E MINERAÇÃO está provocando poluição atmosférica fora dos padrões ambientais estabelecidos.

EXTRATO DE PORTARIA
Procedimento n. 2016001010021908
Data da instauração: 16/02/2018
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/3ª Titularidade
Promotor: Dr. Glauco Maldonado Martins
Interessado: CR DOS SANTOS FABRICA DE PRODUTOS DE LIMPEZA
Interessado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - PORTARIA Nº 0091/18 - Investigar a regularidade da indústria de saneantes CR DOS SANTOS FRABICA DE PRODUTOS DE LIMPEZA - ME (Estrela de Rondônia), situada em Ariquemes.

EXTRATO DE PORTARIA
Procedimento n. 2016001010016141
Data da instauração: 19/02/2018
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/3ª Titularidade
Promotor: Dr. Glauco Maldonado Martins
Interessado: B. W. Madeiras Ltda - EPP
Interessado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: INQUÉRITO CIVIL para investigar se a atividade empreendedora da empresa BW MADEIRAS provoca poluição atmosférica fora dos padrões ambientais estabelecidos.

EXTRATO DE PORTARIA
Procedimento n. 2015001010031615
Data da instauração: 19/02/2018
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/3ª Titularidade
Promotor: Dr. Glauco Maldonado Martins
Interessado: Município de Ariquemes-RO
Interessado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: INQUÉRITO CIVIL para investigar se a Prefeitura Municipal de Ariquemes e o DER-RO finalizaram as obras de drenagem nas Ruas Maracanã e Urupá, no Setor 02, Ariquemes-RO, de forma a comportar todo o volume de água da chuva que escoa no referido local.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 096/2018-1ªPJC/2ªTIT
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL
Parquetweb: 2018001010062254
Data da instauração: 16/02/2018
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Cacoal/2ªTitularidade
Promotora: Dra. Luciana Ondei Rodrigues Silva
Interessados: I. S. A., V. J. de S. e M.P. de A. A.
Assunto: Acompanhar a implementação de medida protetiva em favor da menor I. S. A.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 040/2018-1ªPJC/2ªTIT
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DIFUSOS E COLETIVOS
Parquetweb: 2018001010062537
Data da instauração: 16/02/2018
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Cacoal/2ªTitularidade
Promotora: Dra. Luciana Ondei Rodrigues Silva
Interessado: Município de Cacoal-RO
Assunto: Acompanhar e fomentar a criação e implementação de vagas na educação infantil da rede pública municipal de Cacoal-RO em 2018.

EXTRATO DE ARQUIVAMENTO
Procedimento nº. 2017001010022477
Data da instauração:20/09/2017
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/2ª Titularidade
Promotor: Dra. Priscila Matzenbacher Tibes Machado
Interessado: 1ª Promotoria de Justiça de Ariquemes
Data de arquivamento:08/02/2018
Assunto: Instaurado para acompanhar e fiscalizar a situação dos moradores da linha C70, TB 20, BR 421 em relação a atendimento por agente comunitário de saúde (Comunidade São Roque)
Resumo do despacho de Arquivamento: Solucionado a questão referente ao atendimento por agente comunitário de saúde.

EXTRATO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO
Inquérito Civil Público – Portaria 0010/2017-PJA
Feito nº 2016001010012888
Data da instauração:14/02/2017
Promotoria:1ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/1ª Titularidade
Promotora: Dra. Priscila Matzenbacher Tibes Machado
Interessado: Município de Cujubim/RO
Interessado: Escola Municipal Pequeno Príncipe
Assunto: Promoção de Arquivamento com encaminhamento ao CSMP/RO para análise e homologação.
Resumo: Determinado o Arquivamento, por verificar que as condições da Escola em Pequeno Príncipe melhorou, e que, após a atuação da Promotoria de Justiça de Ariquemes, os fatos que ensejaram o ICP cessaram.

Portaria n.º 006/2018/2ªPJ/OPO/RO
Promotor: Evandro Araujo Oliveira
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Ouro Preto do Oeste
Portaria de Instauração de Procedimento Administrativo
ParquetWeb: 2015001010005584
Interessado: Secretaria Municipal de Educação de Ouro Preto do Oeste
Assunto: Procedimento Administrativo com o objetivo de acompanhar as providências junto a Secretaria Municipal de Educação de Ouro Preto do Oeste visando a ampliação e reforma da Escola Municipal de Rondominas.

PORTARIA nº 172/PGJ
19 de fevereiro de 2018
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 296, de 16 de janeiro de 2004, e no artigo 16 da Resolução nº 012/2005-PGJ, de 05 de outubro de 2005,
R E S O L V E:
I – DESIGNAR os servidores Fabiani Alves Posser, cadastro nº 44311, Domingos Reis Braga, cadastro nº 42404, e Kátia Janete Góes Lima, cadastro nº 44488, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão para Avaliação e Baixa Patrimonial dos bens constantes no SEI nº 19.25.110000943.0001540/2018-55
II – FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos desta Comissão.
III – Esta Portaria não surtirá efeitos financeiros.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 175
07 DE FEVEREIRO DE 2018
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 3 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 129, de 5 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 28, de 11.2.2010, e, ainda, o contido no Processo Sei nº 19.25.110000952.0000371/2018-65,
R E S O L V E:
ALTERAR, parcialmente, a Portaria nº 1561, de 23.8.2017, publicada no Diário da Justiça nº 159, de 29.8.2017, que concedeu férias ao servidor CID SOUZA, cadastro nº 5288-6, ocupante do cargo efetivo de Socioeducador, referentes ao período aquisitivo de 4.11.2016 a 3.11.2017, para constar que o período de fruição é de 2 a 16.4.2018.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
Jesualdo Eurípedes Leiva De Faria
Promotor de Justiça
Secretário Geral

PORTARIA nº 219
15 de fevereiro de 2018
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 3.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 129, de 5.2.2010, publicada no DJ/RO nº 28, de 11.2.2010, e, ainda, o contido no Processo Sei nº19.25.110000931.0000660/2018-30,
R E S O L V E:
CONVALIDAR como dispensa remunerada ao servidor OMÍLIO SANTOS SOUSA, cadastro nº 4405-0, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Diligências, para fruição nos dias 19.1 e 1 e 2.2.2018, em razão de serviços prestados à Justiça Eleitoral nas Eleições Municipais 2016, conforme disposto no art. 98, da Lei 9.504, de 30.9.1997.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
Jesualdo Eurípedes Leiva De Faria,
Promotor de justiça
Secretário Geral

PORTARIA nº 226
15 DE FEVEREIRO 2018
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 3.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 129, de 5.2.2010, publicada no DJ/RO nº 28, de 11.2.2010, e, ainda, o contido no Processo Sei nº 9.25.110000942.0003833/2017-31,
R E S O L V E:
CONVALIDAR como dispensa remunerada ao servidor RAFAEL HARTVIG MANHÃES, cadastro nº 4416-7, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, para fruição no dia 14.12.2017, em razão de serviços prestados à Justiça Eleitoral no dia 5.10.2014, conforme disposto no art. 98, da Lei 9.504, de 30.9.1997.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
Jesualdo Eurípedes Leiva De Faria
Promotor de Justiça
Secretário Geral

PORTARIA nº 228
15 de fevereiro de 2018
O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, considerando as disposições contidas no artigo 8° c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar n° 93, de 3 de novembro de 1993, no uso de suas atribuições conferidas pelo item 3, da Portaria n° 129, de 5 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO n° 28, de 11/02/2010, o que consta na Ordem de Serviço n° 001/SG, de 10 de fevereiro de 2014, publicada no DJE n° 38/2014, de 25/02/2014, e o disposto no processo nº 19.25.110000936.0001436/2018-73,
RESOLVE:
Art. 1° CONCEDER SUPRIMENTO DE FUNDOS em regime de adiantamento ao servidor FRANCISCO ELIVANIO OLIVEIRA PEREIRA, cadastro nº 4440-0 no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para suprir as necessidades básicas do Cartório das Promotorias de Cerejeiras/RO, correndo a despesa à Conta da Programação 03.122.1280.2002, do orçamento vigente, nos seguintes elementos de despesas:
339030 - Material de consumo R$ 1.000,00
339039 - Outros serviços de terceiros R$ 1.000,00
Art. 2° Decorrido o prazo de aplicação, que será de 45 (quarenta e cinco) dias, o responsável apresentará, no decorrer de 10 (dez) dias, a prestação de contas junto à Diretoria Orçamento e Finanças, de acordo com as normas adotadas pelo Ministério Público.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
JESUALDO E. LEIVA DE FARIA
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA nº 231
15 de fevereiro de 2018
O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, considerando as disposições contidas no artigo 8° c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar n° 93, de 3 de novembro de 1993, no uso de suas atribuições conferidas pelo item 3, da Portaria n° 129, de 5 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO n° 28, de 11/02/2010, o que consta na Ordem de Serviço n° 001/SG, de 10 de fevereiro de 2014, publicada no DJE n° 38/2014, de 25/02/2014, e o disposto no processo nº 19.25.110000933.0001460/2018-16,
RESOLVE:
Art. 1° CONCEDER SUPRIMENTO DE FUNDOS em regime de adiantamento à servidora VANESSA MARLÍS PEREIRA, cadastro n°4459-4, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), para suprir as necessidades básicas do Cartório das Promotorias de Ariquemes /RO, correndo a despesa à Conta da Programação 03.122.1280.2002, do orçamento vigente, nos seguintes elementos de despesas:
339030 - Material de consumo R$ 2.000,00
339039 - Outros serviços de terceiros R$ 2.000,00
Art. 2° Decorrido o prazo de aplicação, que será de 45 (quarenta e cinco) dias, o responsável apresentará, no decorrer de 10 (dez) dias, a prestação de contas junto à Diretoria de Orçamento e Finanças, de acordo com as normas adotadas pelo Ministério Público.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
JESUALDO E. LEIVA DE FARIA
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA nº 238
16 DE FEVEREIRO DE 2018
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 3.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 129, de 5.2.2010, publicada no DJ/RO nº 28, de 11.2.2010, e, ainda, o contido no Processo Sei nº 19.25.110000942.0001232/2018-35,
R E S O L V E:
CONVALIDAR como dispensa remunerada, o afastamento do servidor RONALDO BATISTA LIMA, cadastro nº 4411-9, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Diligência, ocorrido no dia 9.2.2018, em razão de serviços prestados à Justiça Eleitoral nas Eleições Municipais de 2016, conforme disposto no art. 98, da Lei 9.504, de 30.9.1997.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
Jesualdo Eurípedes Leiva De Faria
Promotor de Justiça
Secretário Geral

PORTARIA nº 239
16 DE FEVEREIRO DE 2018
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 3 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 129, de 5 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 28, de 11.2.2010, e, ainda, o contido no Processo Sei nº 19.25.110001011.0001084/2018-20,
R E S O L V E:
SUSPENDER as férias do servidor JOÃO RICARDO DA SILVA, cadastro nº 4414-5, ocupante do cargo efetivo de Analista de Redes e Comunicação de Dados e do cargo comissionado de Chefe de Departamento, concedidas pela Portaria nº 9, de 9.1.2018, publicada no Diário de Justiça nº 26, de 8.2.2018, referentes ao período aquisitivo de 24.11.2016 a 23.11.2017.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
Jesualdo Eurípedes Leiva De Faria
Promotor de Justiça
Secretário Geral

PORTARIA nº 252
19 DE FEVEREIRO DE 2018
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 3 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 129, de 5 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 28, de 11.2.2010, e, ainda, o contido no Processo Sei nº 19.25.110000933.0000658/2018-65,
R E S O L V E:
CONCEDER licença-prêmio ao servidor CLEVER JOSÉ ALVES MENDES, cadastro nº 4235-8, ocupante do cargo efetivo de Vigilante, referente ao período aquisitivo de 24.12.2012 a 23.1.2018, para fruição no período de 21.6 a 21.7.2018., nos termos do artigo 123 da Lei Complementar nº 68/92.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
Jesualdo Eurípedes Leiva De Faria
Promotor de Justiça
Secretário Geral

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SECRETARIA-GERAL

Processo Licitatório nº. 03/2018
Pregão Eletrônico nº. 03/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Ministério Público do Estado de Rondônia, por intermédio do seu Secretário-Geral, torna público para conhecimento de todos os interessados o resultado da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº. 03/2018, que tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviço telefônico fixo comutado local (STFC), para ligações de fixo para fixo local (dentro do mesmo município) e de fixo para móvel (dentro do Estado de Rondônia), no âmbito das unidades do MPE/RO, incluindo o serviço de discagem direta a ramal – DDR e feixe E1, para até 400 (quatrocentos) ramais, e de identificação de chamadas, para atender às necessidades do Ministério Público do Estado de Rondônia, no qual se sagrou vencedora a seguinte empresa:

| Lote | Empresa Vencedora | Valor total |
|---|---|---|
| 01 | OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL<br>CNPJ nº. 76.535.764/0001-43 | R$ 5.772,98 |
| 02 | | R$ 191.347,44 |
| 03 | | R$ 111.780,00 |
| Valor Total dos Lotes | | R$ 308.900,42 |

Porto Velho, 22 de fevereiro de 2018.

JESUALDO EURIPEDES LEIVA DE FARIA
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

## TERCEIRA ENTRÂNCIA

## COMARCA DE PORTO VELHO

## 1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

1º Cartório do Juizado Especial Criminal

Proc.: 0000180-43.2018.8.22.0601
Ação: Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular (Juizado Criminal)
Querelante: Zenaide Maria Barbosa de Souza
Advogados: Renan Gomes Maldonado de Jesus OAB/RO 5769; Eliane Mara de Miranda OAB/RO 7904
Querelado: Marcio Fernandes
DESPACHO: "Vistos, etc. Trata-se de queixa-crime proposta por Zenaide Maria Barbosa de Souza em face de Márcio Fernandes. Não obstante, verifico que o querelante não juntou nos autos o comprovante do pagamento de 50% (cinquenta por cento) das custas processuais no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), conforme determina o art. 26, III, da Lei 3.896/2016. Isto posto, intime-se a querelante e seu patrono para pagar as custas, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento do feito, bem como para que, dentro do prazo estipulado no art. 103 do CP, traga aos autos instrumento de mandato em conformidade com o art. 44 do Diploma Processual Penal. Designo audiência de conciliação para o dia 23/03/2018 às 09h. Intime-se as partes após a juntada do comprovante de pagamento das custas. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018." (a) Roberto Gil de Oliveira - Juiz de Direito

Proc.: 0002761-36.2015.8.22.0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumaríssimo
Assunto: Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético
Vítima: Meio Ambiente
Denunciado: Ronaldo de Souza Aguilar, brasileiro, nascido em 18/04/1976, natural de Terra Roxa/PR, filho de Eva Lima de Souza Aguilar.
SENTENÇA: "Vistos, etc. Recebo a denúncia de fls.02/03, em relação a RONALDO DE SOUZA AGUILAR. Trata-se de ação penal pública proposta contra RONALDO DE SOUZA AGUILAR, a quem foi imputada a prática do crime florestal capitulado no art. 54, § 1º, da Lei 9.605/98. Analisando detidamente os autos, razão assiste o membro do Parquet, o caso é de absolvição sumária. Vejamos: Para configurar o crime é necessário a comprovação da emissão de contaminantes na atmosfera em níveis que resultem danos à saúde humana. Tal comprovação é feita por meio de perícia, a qual não foi realizada, prejudicando a confirmação da materialidade do delito. Diante disso, o Ministério Público pediu a absolvição dos acusados, pois não houve como aferir o nível de poluição da atmosfera ocasionado pela queima de resíduos a céu aberto, sem licença ou autorização da autoridade competente. Assim, antes de qualquer coisa, torna-se necessário registrar que, em casos como o dos autos, exige-se a realização do auto de exame de corpo de delito, consubstanciado no laudo pericial, o qual comprovará a materialidade do crime. Sobre tal assunto, diz a doutrina: Exame de corpo de delito: os crimes que deixam vestígios materiais devem redundar na elaboração de exame de corpo de delito, que é o exame pericial, para a formação da materialidade (prova da sua existência), conforme prevê o art. 158 do CPP [...]. Como regra, os crimes contra o meio ambiente são capazes de deixar vestígios (poluições em geral, matança de animais, devastação de florestas, danos a plantas, etc.), motivo pelo qual o art. 19 da Lei 9.605/98 faz referência à perícia de constatação do dano ambiental. (NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 943). Nesse sentido: APELAÇÃO. CRIME DE POLUIÇÃO AMBIENTAL. Para configuração do crime do art. 54 da Lei nº 9.605/98 não basta comprovação de lançamento de resíduos líquidos ao solo, em desacordo com as exigências legais. Necessária prova de que tenham causado prejuízo à saúde, como descrito na denúncia. Ausência de laudo pericial. Prova testemunhal frágil para conferir certeza necessária à formação de juízo condenatório. A ausência de perícia conduz à absolvição. Apelo ministerial improvido e apelo da defesa provido. (TJ-RS - ACR: 70050187681 RS, Relator: Aristides Pedroso de Albuquerque Neto, Data de Julgamento: 13/12/2012, Quarta Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/12/2012). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. PREFEITO MUNICIPAL. CRIME DE POLUIÇÃO AMBIENTAL. ART. 54 DA LEI 9.605/98. AUSÊNCIA DE PROVA PERICIAL. ARQUIVAMENTO. PEDIDO DEFERIDO. Impõe-se o arquivamento do pedido de providências formulado pela Procuradoria-Geral de Justiça, em face da ausência de prova técnica, necessária para a comprovação do delito de poluição ambiental, no caso concreto. (TJ-PR - PP: 4254097 PR 0425409-7, Relator: Noeval de Quadros, Data de Julgamento: 24/07/2008, 2ª Câmara Criminal, Data de Publicação: DJ: 7669). Como vimos, neste caso, é imprescindível o laudo pericial para constatar a materialidade do delito. Sem o laudo pericial, o qual deveria ter sido realizado, não há como comprovar o dano ambiental, se ocorreu a poluição na atmosfera em níveis que pudesse resultar perigo à saúde humana, impossibilitando a comprovação da materialidade do delito. Pelo exposto, em consonância com manifestação ministerial de fls. 95/96, ABSOLVO SUMARIAMENTE RONALDO DE SOUZA AGUILAR, com fulcro no art. 397, III, do Código de Processo Penal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 7 de dezembro de 2017." (a) Roberto Gil de Oliveira - Juiz de Direito
Belª Sandra Regina Gil Nunes Menezes

Escrivâ Judicial

## VARA DA AUDITORIA MILITAR

1º Cartório da Auditoria Militar
Vara da Auditoria Militar
Juiz: Carlos Augusto Teles Negreiros
Diretora de Cartório: Marlene Jacinta Dinon
Endereço eletrônico: pvh1militar@tjro.jus.br

Proc.: 1011311-41.2017.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Luiz Castro Gomes da Costa
Advogado:Antônio Fraccaro (OAB/RO 1941)
DESPACHO:Considerando que a denúncia preenche todos os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal e art. 77 do Código de Processo Penal Militar, esta foi recebida. Ademais, já restou consignado que há lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo delito imputado.O réu foi regularmente citado (f. 82) e apresentou sua resposta à acusação (f. 74-77), na qual não vislumbro qualquer as hipóteses de absolvição sumária previstas no art. 397 do Código de Processo Penal.Depreque-se a instrução no que tange a(s) testemunha(s) localizada(s) no interior com prazo para cumprimento de 60 (sessenta) dias. Faculto às partes a apresentação de quesitos, no prazo de 03 (três) dias.Após o cumprimento do ato deprecado, retornem-me os autos conclusos para designar audiência de instrução e julgamento a se realizar perante o Conselho Permanente de Justiça.Intime-se, se for o caso, e depreque-se.Diligencie-se, pelo necessário.Porto Velho-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: 0007535-84.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Fábio Junior Krause
Advogado:Cristian Rodrigo Fim (OAB/RO 4434)
DESPACHO:(...). Entendo que os argumentos apresentados pela defesa não prosperam e afasto a preliminar arguida em resposta à acusação, estando ausente qualquer causa que impeça o prosseguimento do feito.A presente denúncia já foi recebida posto que alicerçada em subsídios indicativos de prática de crime não afastados de plano com a resposta escrita e preenchidos todos os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal e art. 77 do Código de Processo Penal Militar. Ademais, já restou consignado que há lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo delito imputado e não vislumbro qualquer das hipóteses previstas no art. 397 do CPP. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 25/04/2018 às 10h00, visando a oitiva da testemunha Marcilei Pereira Leite.Depreque-se a instrução no que tange as testemunhas localizadas no interior, bem como o interrogatório do réu. Solicito que este seja realizado após a data acima mencionada em atenção aos princípios da ampla defesa e do contraditório. Faculto às partes a apresentação de quesitos, no prazo de 03 (três) dias.Após o cumprimento do ato deprecado, retornem-me os autos conclusos.Intime-se, se for o caso, e depreque-se.Diligencie-se, pelo necessário.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito
Marlene Jacinta Dinon
Diretora de Cartório

## VEPEMA - VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

VEPEMA
Proc.: 0000100-90.2015.8.22.0017
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Aderval Galdino dos Santos
Advogado:Rafael Ferreira Batista (OAB/RO 4182)
Advogado:Carlos Eduardo Roumie de Souza (OAB/RO 6401)
DESPACHO:
Intime-se a defesa constituída de fls. 116 para apresentar o apenado em cartório (audiência admonitória) no prazo de cinco dias, sob pena de conversão do benefício. Validade do MANDADO de Prisão: 29/04/2020.

Proc.: 0015300-09.2016.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Osvaldinei Custodio da Silva
Advogados:Carlos Reinaldo Martins (OAB/RO 6923) e Orlando Pereira da Silva Júnior (OAB/RO 9031)
FINALIDADE: Intimar os advogados do condenado a tomar ciência, prazo 5 dias, do seguinte DESPACHO: “Trata-se de pedido de revogação da prisão decretada em razão da não localização do apenado. Na petição de fls. 22/32 a Defesa informa que o reeducando reside na Comarca de Cerejeiras/RO, e que pretende a transferência da execução àquela localidade.Compulsando os autos, verifica-se que Osvaldinei foi condenado a 3 anos de reclusão em regime prisional aberto, sendo a reprimenda substituída por restritiva de direitos.Desse modo, acolho pedido da Defesa e com fulcro no art. 225 das Diretrizes Gerais Judiciais da CGTJ/RO, determino sejam os autos remetidos a Cerejeiras/RO, servindo cópia desta como MANDADO.Proceda-se a baixa no MANDADO de prisão nº217164/2017.Intime-se a Defesa constituída via edital. Cumpra-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 19 de janeiro de 2018. Luciane Sanches Juíza de Direito

Proc.: 0010381-45.2014.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Anderson Gomes de Oliveira
Advogado: Dr Celivaldo Soares da Silva OAB-RO 3561
DESPACHO: Ante a juntada de nova guia de execução de pena em regime semiaberto, não substituída, a conversão da pena restritiva de direitos, com fulcro nos artigos 44 §5º do Código Penal e artigo 181, §1º, e da LEP, é medida que se impõe, tendo em vista a incompatibilidade de cumprimento simultâneo de ambas. Assim, nos termos das disposições legais algures indicadas, bem como reiterada e pacífica jurisprudência dos tribunais pátrios, converto a pena restritiva de direitos imposta nos autos em privativa de liberdade novamente.Dê-se vista as partes para ciência desta DECISÃO. Quanto ao pedido de autorização de saída para trabalho e estudo, deixo de analisá-lo tendo em vista que a competência para sua apreciação é da Vara de Execuções Penais desta Capital. Outrossim, o pedido de fls. 112/114 para designação de nova audiência admonitória resta prejudicado em virtude da conversão de pena.Sobreveio informações de que o apenado evadiu-se da CAPEP, razão pela qual expaça-se MANDADO de prisão para recolhimento na CAPEP, com validade até 20/03/2028. Cumprido o MANDADO de prisão e juntadas as folhas de frequência das prestações de serviços à comunidade cumpridas pelo apenado, para fins de detração, remetam-se os autos à VEP. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 23 de outubro de 2017.Sérgio William Domingues Teixeira Juiz de Direito
Ana Zelia Vaz de Oliveira

Diretora de Cartório

## VEP - VARA DE EXECUÇÕES E CONTRAVENÇÕES PENAIS

1º Cartório de Execuções e Contravenções Penais
1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais – VEP
Proc.: 0030400-58.2003.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Jean Carlos de Oliveira Freitas
Advogado:Alzerina Nogueira Leite Souza (OAB/RO 3939), Shirlei Oliveira da Costa (OAB/RO 4294)
Ficam os respectivos Advogados intimados, para no prazo de 05 dias, manifestarem-se sobre os cálculos de liquidação de penas de fls. 852/855.

Proc.: 0018040-28.2002.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Umberto Teixeira de Oliveira
Advogado:Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646)
Ficam intimados os seus respectivos Advogados, para no prazo de 05 dias, manifestarem-se sobre os cálculos de liquidação de pena de fls. 858/863.
Vagner Rodrigues Chagas

Diretor de Cartório da VEP

## VARA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER

Cartório do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
EXPEDIENTE DO DIA 21/02/2018
Proc.: 0000968-66.2018.8.22.0501
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Central de Flagrantes de Delitos Plantão de Policia
Indiciado:Luiz Alberto Nunes Ewerton
Advogado: Gilber Rocha Merces, OAB/RO 5797
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima mencionado para devolver os autos nº 0000968-66.2018.8.22.0501 em Cartório no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão, nos termos do art. 98 das Diretrizes Gerais Judiciais.
Porto Velho, 21 de Fevereiro de 2018.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

Cartório do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
Cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PORTO VELHO
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
EXPEDIENTE DO DIA 1º/08/2016
EXPEDIENTE DO DIA 21/02/2018
Proc.: 0009565-63.2014.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Denunciado:R. da S. F. C.
Advogado: Almir Rodrigues Gomes, OAB/RO 7711
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima mencionado para devolver os autos nº 0009565-63.2014.8.22.0501 em Cartório no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão, nos termos do art. 98 das Diretrizes Gerais Judiciais.
Porto Velho, 21 de Fevereiro de 2018.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

EXPEDIENTE DO DIA 21/02/2018
Proc.: 1004653-98.2017.8.22.0501
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Requerente:M. dos P. S.
Requerido:R. da S. F. C.
Advogado: Almir Rodrigues, OAB/RO 7711
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima mencionado para devolver os autos nº 1004653-98.2017.8.22.0501 em Cartório no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão, nos termos do art. 98 das Diretrizes Gerais Judiciais.
Porto Velho, 21 de Fevereiro de 2018.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

EXPEDIENTE DO DIA 21/02/2018
Proc.: 0013948-16.2016.8.22.0501
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Requerente:E. F. R. da C.
Requerido:M. J. R. da S.
Advogado: CARL TESKE JUNIOR - OAB/RO 3297
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima mencionado para devolver os autos nº 0013948-16.2016.8.22.0501 em Cartório no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão, nos termos do art. 98 das Diretrizes Gerais Judiciais.
Porto Velho, 21 de Fevereiro de 2018.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

EXPEDIENTE DO DIA 21/02/2018
Proc.: 0001575-84.2015.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Rogerio Sampaio Maia
Advogado MOREL MARCONDES SANTOS, OAB/RO 3832
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima mencionado para devolver os autos nº 0001575-84.2015.8.22.0501 em Cartório no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão, nos termos do art. 98 das Diretrizes Gerais Judiciais.
Porto Velho, 21 de Fevereiro de 2018.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório
Muzamar Maria Rodrigues Soares

Escrivã Judicial

## 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

1º Cartório do Tribunal do Júri
1ª Vara do Tribunal de Júri
Juíza de Direito: Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Diretor de Cartório: Franclin Miranda Falcão (em substituição)
Endereço eletrônico: pvh1juri@tjro.jus.br

Proc.: 0072423-24.2000.8.22.0501
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Edjan Ribeiro dos Santos
Advogado:Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lagos (OAB/RO 6140)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima acerca do DESPACHO proferido pela MM. Juíza.
DESPACHO:Designo o dia 05/04/2018, às 8h30min, para ter lugar a sessão de instrução e julgamento, perante o Tribunal do Júri, durante a realização da 2ª Reunião Periódica do ano em curso. Adotem-se as medidas necessárias.Porto Velho-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Juliana Paula Silva da Costa Brandão Juíza de Direito.

Proc.: 1009463-19.2017.8.22.0501
Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado (Pronunciado): Valnei Almeida Alexandre
Advogado: Lauro Fernandes da Silva Junior (OAB/RO 6797)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima acerca da DECISÃO da MMª Juíza, conforme abaixo:
DESPACHO:
Vistos.A defesa requereu a expedição de ofício à operadora de telefonia móvel CLARO para fins de requisição dos dados de propriedade do terminal (69) 99213-7638, sustentando que a vítima supostamente estaria mantendo um relacionamento afetivo paralelo com a pessoa de FRANCISCO ONOFRE DA SILVA. Com efeito, a providência não é necessária e nem essencial para eludicação do fato ou mesmo à defesa do acusado, pessoa que confessou a prática do crime e declinou a dinâmica do evento. Ademais, destaca-se que não constitui cerceamento de defesa o indeferimento da referida diligência, se for considerada desnecessária pelo órgão julgador a quem compete a avaliação da necessidade ou conveniência do procedimento então proposto (o sublinhado extraiu-se do julgado do STF no HC n. 76.614/RJ, Primeira Turma, Relator o Ministério Ilmar Galvão, DJ de 12/6/98). Diante do exposto, indefiro o pedido de fls.269/270, determinando a intimação da defesa. Aguarde-se o julgamento já designado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Juliana Paula Silva da Costa Brandão Juíza de Direito

Proc.: 0007125-36.2010.8.22.0501
Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Geovane da Conceição Pacifico, Jardel do Nascimento Moraes
Advogado: Jeoval Batista da Silva (OAB/RO 5943)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima acerca do DESPACHO da MMª Juíza:
DESPACHO:
Diante da Certidão de fls.537, aguarde-se o recambiamento do acusado para a devida expedição da Guia de Recolhimento. Porto Velho-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Juliana Paula Silva da Costa Brandão Juíza de Direito

Proc.: 0016987-60.2012.8.22.0501
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciados: Antonio Fagner de Almeida Mendes e Nilson Mont Silva
Edital de Citação
Prazo: 15 dias
Réu: NILSON MONT SILVA, vulgo "Polaco" ou "Gaucho", brasileiro, nascido aos 30/08/1987, em Jaru/RO, filho de Nelson de Bessa e Silva e Maria de Lourdes Clara do Monte Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Capitulação: artigo 121, § 2º, inciso I, do Código Penal.
FINALIDADE: Citar o acusado acima qualificado para responder à acusação que lhe foi imputada nos termos da denúncia, apresentando resposta, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, quando poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, o que deverá ser feito por meio de advogado. Declarando o acusado não ter defensor nem condições financeiras para constituí-lo, ser-lhe-á então nomeado para sua defesa o Defensor Público da Comarca, que atua nesta Vara. OBSERVAÇÃO: O acusado, não tendo defensor, poderá comparecer na sede do Juízo, dentro do prazo estabelecido, munido dos documentos, justificações, provas pretendidas e rol de testemunhas com suas qualificações, a fim de que o Defensor Público da Vara responda à acusação. A Defensoria Pública fica localizada à Rua Padre Chiquinho, 913, Bairro Pedrinhas (próximo ao Supermercado Aragão - Esplanada das Secretarias), Porto Velho/RO, no horário das 7:30 às 13:30 horas.
Sede do Juízo: Fórum Criminal Des. Fouad Darwich Zacharias – 1ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho, CEP – 78916-050. Telefone (69)3217-1215

Proc.: 0013627-15.2015.8.22.0501
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Ueliton Alves da Silva
Advogado:Sérgio Holanda da Costa Morais (OAB/RO 5966), Gustavo Adolfo Anez Menacho (OAB/RO 5296)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados acima acerca do DESPACHO proferido pela MM. Juíza.
DESPACHO:Vistos.Designo o dia 22/03/2018, às 8h30min, para ter lugar a sessão de instrução e julgamento, perante o Tribunal do Júri, durante a realização da 2ª Reunião Periódica do ano em curso. Adotem-se as medidas necessárias.Porto Velho-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Juliana Paula Silva da Costa Brandão Juíza de Direito
Franclin Miranda Falcão
Diretor de Cartório Substituto

## 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

2º Cartório do Tribunal do Júri
2º Cartório do Tribunal do Júri
Juiz de Direito: José Gonçalves da Silva Filho
Escrivã Judicial: Sandra Mª L. Cantanhêde de Vasconcellos
Endereço eletrônico: pvh2juri@tjro.jus.br

Proc.: 0010015-35.2016.8.22.0501
Ação: Ação Penal - crime doloso contra a vida
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Josemar Lima de Moraes
Advogado: Márcio Santana de Oliveira (OAB/RO 7238)
FINALIDADE: Intimar o advogado Márcio Santana de Oliveira (OAB/RO 7238), a apresentar as legações finais no prazo legal.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
SANDRA MARIA LIMA CANTANHÊDE
Diretora de Cartório

Proc.: 0001808-81.2015.8.22.0501
Ação: Ação Penal - crime doloso contra a vida
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Lucas Braga de Oliveira
Advogado: Marco Antônio Ribeiro de Menezes Lagos (OAB/RO 6140)
FINALIDADE: Intimar o advogado Marco Antônio Ribeiro de Menezes Lagos (OAB/RO 6140), a apresentar as legações finais no prazo legal.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
SANDRA MARIA LIMA CANTANHÊDE
Diretora de Cartório
Sandra Maria Lima Cantanhêde de Vasconcellos
Escrivã Judicial

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações, façam-nos pessoalmente
ao Juiz ou contate-nos via internet
Endereço eletrônico:
Escrivão: phv1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0001727-30.2018.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Luiz Nardie da Silva
Advogada:Silvana Devacil Santos (OAB/RO 8679)
FINALIDADE: Intimar a Advogada supramencionado do DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO:Vistos.O pedido já foi analisado e deferido pelo Juiz Plantonista nos autos principais (Autos n. 0001729-97.2018.8.22.0501).O acusado foi solto depois de prestar fiança. Intimem-se.Após, arquivem-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Luciane Sanches Juíza de Direito

Proc.: 0001715-16.2018.8.22.0501
Ação:Notificação para Explicações (Lei de Imprensa)
Interpelante:Expedito Gonçalves Ferreira Júnior
Interpelado:Carlos Sperança Neto
Advogado:Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827), Cassio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 5649)

FINALIDADE: Intimar os Advogados supramencionados da DECISÃO proferida nos autos supra, abaixo transcrita.
DECISÃO:DECISÃO Trata-se de Pedido de Explicações em Juízo requerido por Expedido Gonçalves Ferreira Júnior em face de Carlos Sperança Neto, fundamentado no art. 144 do Código Penal, com o objetivo de colher esclarecimentos do interpelado para fins de viabilizar o exercício eventual de ação penal privada pela prática do crime calúnia. Analisando atentamente o fato articulado na inicial, verifico que ele amolda-se, em tese, única e exclusivamente ao delito do artigo 138, caput, do Código Penal, cuja pena é de detenção de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos e multa, logo o Juízo competente para a analise do procedimento cautelar é o mesmo Juízo competente para julgar a ação principal, ou seja, o Juizado Especial Criminal. Nesse sentido: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PEDIDO DE EXPLICAÇÕES/INTERPELAÇÃO JUDICIAL. PROCEDIMENTO DE NATUREZA CAUTELAR. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EVENTUAL AÇÃO PENAL. I - O pedido de explicações ou interpelação judicial, previsto no artigo 144 do Código Penal, é procedimento de natureza cautelar e, como tal, deve ser avaliado pelo mesmo juízo competente para julgar a ação principal. II - Como o crime supostamente cometido (difamação, art. 139 do CP) é punível com pena privativa de liberdade máxima de um ano de detenção, é imperativo reconhecer a competência do Juizado Especial Criminal. Inteligência dos artigos 60 e 61 da Lei 9.099/1995. III - Conflito de Competência improcedente para declarar o Juízo do 13.º Juizado Especial Criminal de Manaus competente para julgar o Pedido de Explicações/Interpelação Judicial. (TJ-AM - CC: 00020092520158040000 AM 0002009-25.2015.8.04.0000, Relator: João de Jesus Abdala Simões, Data de Julgamento: 03/06/2015, Câmaras Reunidas, Data de Publicação: 03/06/2015) Por isso, com fundamento nos artigos 60 e 61, da Lei 9.099/95, declino a competência em favor do Juizado Especial Criminal, desta Comarca.Publique-se e intimem-se.Decorrido o prazo para eventual recurso, os presentes autos deverão ser encaminhados ao Juízo Competente, via Distribuidor, com as baixas e anotações pertinentes.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018. Luciane Sanches Juíza de Direito

Proc.: 0006294-71.2013.8.22.0601
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Raimundo Bandeira de Moura, Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Celso Fernandes Bastida
Advogado: Alan Oliveira Bruschi (OAB/ RO 6350).
FINALIDADE: Intimar a defesa a para a fase do artigo 402 do CPP, ou, nada sendo requerido, a apresentar alegações finais, por memoriais, no prazo legal.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 90 (NOVENTA) DIAS
Proc.: 0006846-45.2013.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Edmilson de Jesus, brasileiro, solteiro, nascido aos 18.02.1992, filho de Neilton de Jesus e Luciana Alves de Jesus.
FINALIDADE: Intimar o condenado acima qualificado, da SENTENÇA abaixo transcrita, prolatada nos autos supra.
SENTENÇA: SENTENÇA I. RELATÓRIO O Ministério Público do Estado de Rondônia ofereceu denúncia em face de Edmilson de Jesus, qualificado nos autos em epígrafe, pela prática do seguinte fato delituoso: “No dia 09.11.2012, por volta das 03h50min, na Rua Benedito Brito, n. 4443, Setor Industrial, nesta Cidade e Comarca, o denunciado EDMILSON DE JESUS e uma outra pessoa, previamente ajustados e com unidade de desígnios, agindo com ânimo de assenhoreamento definitivo, subtraíram para eles, mediante rompimento de obstáculo, 01 (um) aparelho notebook, marca SAMSUNG, devidamente avaliado (fls. 20, pertencente ao estabelecimento/vítima denominado CONCREPOSTES Segundo o apurado, o denunciado e seu comparsa foram até o local e, após forçarem uma janela e danificarem o trinco desta (rompimento de obstáculo), adentraram naquele estabelecimento e de lá subtraíram o notebook, empreendendo fuga logo a seguir. É de se ressaltar que as digitais do denunciado foram encontradas naquela janela, conforme se observa às fls. 06/15. A denúncia, informada com o respectivo Inquérito Policial (IPL n° 25/2013-2°DP), foi recebida no dia 29 de julho de 2015 ( fl. 42).O denunciado, citado por edital (fls. 54), não compareceu em Juízo, nem constituiu Defensor, razão pela qual o processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, bem como decretada sua prisão preventiva (fls. 56). Com o cumprimento do MANDADO de prisão expedido, foi ordenada a retomada da marcha processual e revogada a DECISÃO que decretou a prisão preventiva do denunciado ( fls. 67/68). Pessoalmente intimado o acusado apresentou resposta escrita à acusação (fl. 80).Em Juízo foram inquiridas duas testemunhas, conforme consta na mídia audiovisual gravada, acostada às fls. 89.O denunciado não foi localizado no Juízo deprecado por estar foragido do Sistema Penitenciário, razão pela qual foi decretada a sua revelia. Em alegações finais, o Ministério Público requereu a parcial procedencia da inicial acusatória, para condenar o acusado como incurso nas penas do artigo 155, parágrafo 4°, inciso IV, do Código Penal (fls. 113/116).A Defesa, a seu turno, requereu a absolvição do acusado (fls. 117/118).É o sucinto relatório.II. FUNDAMENTAÇÃOInexistindo questões prévias a serem analisadas e verificando que o presente feito desenvolveu-se de forma válida e regular, não havendo nenhuma nulidade a ser sanada, uma vez que foram respeitados todos os princípios constitucionais e processuais e estando presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo a apreciar o MÉRITO da demanda.II.1. DA MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA A materialidade do delito se comprova por meio de Boletim de Ocorrência Policial (fls. 03/04), Laudo Pericial de Papiloscópico em local de crime (fls. 06/15) e Laudo de Avaliação Merceológica Indireta (fls. 20). A prova oral colhida no curso da instrução criminal também colabora para a demonstração da ocorrência dos fatos descritos na inicial. Ultimada a instrução restou satisfatoriamente comprovado que o acusado e terceira pessoa, até o momento não identificada, executaram o furto narrado na denúncia, restando bem demonstrada a autoria delitiva, não obstante a revelia do acusado. Inicialmente é importante destacar que há fortes elementos coletados na fase inquisitorial.O laudo pericial papiloscópico foi fundamental para o deslinde da investigação. Foi a partir do trabalho técnico do papiloscopista que o denunciado foi identificado. Concluiu-se no laudo que as impressões coletadas no local do crime são do nacional Edmilson de Jesus. Ouvido judicialmente, a vítima Jucelito Reda ratificou as declarações prestadas em fase policial esclarecendo que era sócio da empresa CONCREPOSTES e que na época possuía um sistema de alarme cujo acionamento se dava por meio de seu aparelho celular, sendo que na noite dos fatos o referido aparelho foi acionado.Logo após o alarme ter sido acionado, se dirigiu ao estabelecimento comercial juntamente com seu sócio e lá chegando verificaram que a janela estava aberta e que havia sido subtraído um notebook e outros objetos de menor valor. Afirmou ainda, que por meio das imagens das câmeras de segurança instaladas verificou que o furto havia sido praticado por dois indivíduos que, após pularem o muro do estabelecimento, subtraíram os objetos, mas que nas imagens não foi possível visualizar os rostos dos indivíduos, os quais estariam utilizando bonés. A testemunha PM Davi Debrie nada acrescentou, já que não se recorda dos fatos narrados na denúncia em razão do lapso temporal decorrido. Por fim, restou satisfatoriamente comprovado que o acusado concorreu para a prática do furto narrado na inicial, ficando bem demonstrada a qualificadora do concurso de agentes, eis que conforme apurado o crime foi praticado por mais de uma pessoa. A ausência de laudo de exame de constatação de arrombamento, em que pesem as referências orais, impede a configuração da qualificadora relativa ao rompimento de obstáculo à subtração da coisa. Isso porque, para a substituição da prova

pericial os outros elementos probatórios teriam que ser mais fortes, somente as declarações colhidas não foram suficientes para tanto, razão pela qual a afasto a referida qualificadora. Para prolação de um decreto penal condenatório é indispensável prova robusta que dê certeza da existência do delito e seu autor. A íntima convicção do Magistrado deve sempre se apoiar em dados objetivos indiscutíveis. Caso contrário, transformar-se-á o princípio do livre convencimento em arbítrio.Desta forma, parcialmente comprovadas as condutas imputadas na exordial acusatória, concluo que estão presentes os elementos do tipo penal previsto no artigo 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, pelo que o fato é típico. Nenhuma excludente de ilicitude há a militar em favor do acusado, o que torna o fato antijurídico.Presentes estão, também, os elementos da culpabilidade, a saber, a imputabilidade, o potencial conhecimento da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa, pelo que o acusado é culpável impondo-se, via consequencial, a aplicação da sanção respectiva.III - DISPOSITIVO Diante do exposto e considerando tudo o que mais dos autos consta, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida na inicial e, por consequência, CONDENO Edmilson de Jesus, devidamente qualificado nos autos, por infração ao artigo 155, parágrafo 4°, inciso IV, do Código Penal.Passo a dosar as penas, seguindo as diretrizes dos artigos 59 e 68, do Código Penal.A culpabilidade do agente, de acordo com a reprovabilidade concreta da infração em seus mais variados graus, não extrapola a normalidade do referido crime. O sentenciado, de acordo com a certidão de fls. 38/40, não registrava antecedente criminal à época dos fatos. Não há elementos nos autos para que se possa valorar a personalidade e conduta social. Os motivos, circunstâncias e consequências do crime são normais ao crime cometido, constituindo, assim, a própria tipicidade e o comportamento da vítima em nada contribuiu para a prática do delito.Desta forma, sopesadas as circunstâncias judiciais, fixo a pena-base em 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa.Reconheço a atenuante da menoridade relativa penal, mas deixo de aplicá-la, por já ter sido a pena fixada no mínimo legal (conforme o verbete da Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça).Na falta de outras circunstâncias e/ou causas de modificação, fixo a pena definitiva em 02 (dois) anos de reclusão + 10 (dez) dias-multa.Deixo de exigir a pena pecuniária, devido a manifesta hipossuficiência financeira do condenado.O regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade será o ABERTO (CP, art. 33 § 2º 'c' c/c § 3º).Atenta ao artigo 44, do Código Penal, e considerando suficiente e socialmente recomendável, substituo a privação da liberdade por duas penas restritivas de direito, quais sejam, prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e recolhimento domiciliar diário, das 22h às 06h (do dia seguinte), ambas pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade.Faculto ao condenado o apelo em liberdade porque nesta condição vem sendo processado.Após o trânsito em julgado, o nome do réu deverá ser lançado no rol dos culpados e expedida a documentação necessária, para fins de execução.Isento o sentenciado das custas processuais.P. R. I. C. (INI/DF, II/RO, TRE/RO etc.).Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de fevereiro de 2018.Luciane Sanches Juíza de Direito

Proc.: 0000088-74.2018.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Ernildo Ribeiro Soares
Advogado: Ezio Pires dos Santos (OAB/ RO 5870)
FINALIDADE: Intimar o advogado supra do DESPACHO abaixo transcrito:
Vistos. A denúncia já foi recebida e não vislumbro na(s) resposta(s) do(s) acusado(s) alguma das hipóteses do artigo 397, do Código de Processo Penal. O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, e a existência de lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo(s) delito(s) imputado(s). POR ISSO, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 14 de março de 2018, às 09h20min. Abra-se vistas ao órgão mimisterial para manifestar-se quanto ao pedido de revogação da prisão preventiva, juntado às fls. 83/92.Intime(m)-se.Requisite(m)-se e/ou depreque (m)-se, se for o caso. Diligencie-se, pelo necessário.Porto Velho-RO, sexta-feira, 9 de fevereiro de 2018.Luciane Sanches Juíza de Direito

Proc.: 0000501-13.2015.8.22.0010
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça do Município de Rolim de Moura ( )
Denunciado:Sidelvano Campos, Célia Regina Campos, Maria Gonçalves Campos
Advogados: Airton Pereira de Araújo (OAB/ RO 243, Daniel dos Anjos Fernandes Junior (OAB/ RO 3214), Cristovam Coelho Carneiro (OAB/ RO 115), Fábio José Reato (OAB/ RO 2061), Danilo Constance Martins Durigon (OAB/ RO 5114), Tayná Damasceno de Araújo (OAB/ RO 6952).
FINALIDADE: Ficam as partes, por via de seus Advogados, intimadas a apresentarem alegações finais por memorias no prazo legal.
Élia Massumi Okamoto

Diretora de Cartório

## 2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
Proc.: 1000764-39.2017.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Jaconias Antonio Simão, Fagner José de Almeida, Weltânia Leite de Araújo, Luzia Prates da Silva
Advogado:Alexandre do Carmo Batista (OAB/RO 4860), Éveli Souza de Lima (OAB/RO 7668), Romildo Fernandes da Silva (OAB/RO 4416), Thalita Roberta de Santana (OAB/RO 8499)
Assistente - (ativo):Omar Vicente
FINALIDADE: Intimar advogados da SENTENÇA abaixo transcrita.
SENTENÇA: (...)III - D I S P O S I T I V OPELO EXPENDIDO e considerando tudo o que mais dos autos consta, julgo PROCEDENTE EM PARTE a pretensão punitiva estatal e, por consequência, CONDENO Fagner José de Almeida, Weltânia Leite de Araújo e Luzia Prates da Silva, todos qualificados nos autos, o primeiro (Fagner) por infração aos artigos 157, § 3°, "parte final", do Código Penal (1º fato), e 347, caput, do Código Penal (duas vezes - 2º e 3º fatos, em continuidade delitiva - CP, art. 71), com a norma de extensão do artigo 29, e na forma do artigo 69, todos do Código Penal; e as corrés (Weltânia e Luzia), por infração aos artigos 157, § 3°, "parte final" (1º fato), e 347, caput (2º fato), com a norma de extensão do artigo 29, e na forma do artigo 69, todos do Código Penal.Passo a dosar as penas, seguindo as diretrizes dos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal.III 1. Fagner(...)À falta de outras circunstâncias e/ou causas de modificação, fixo a pena definitiva, do crime de latrocínio, em 25 (vinte e cinco) anos de reclusão + 25 (vinte e cinco) dias multa; e a pena definitiva, de cada crime de fraude processual, em 06 (seis) meses de detenção + 20 (vinte) dias multa.Tocantemente ao concurso de crimes de fraude processual majorada, considerando o disposto no artigo 71, do Código Penal, aplico tão somente a pena de um desses crimes (são idênticas), aumentada de 1/6 (um sexto), totalizando parcialmente a sanção em 07 (sete) meses de detenção + 23 (vinte e três) dias multa.Atendendo ao disposto no artigo 69, caput, do Código Penal, somo as penas decorrentes da continuidade delitiva acima mencionada com a pena do crime de latrocínio, totalizando definitivamente a sanção em 25 (vinte e cinco) anos de reclusão

+ 07 (sete) meses de detenção + 48 (quarenta e oito) dias multa, pena esta que entendo necessária e suficiente para prevenção e reprovação dos crimes cometidos.Atento à condição econômica desse condenado (declarou renda mensal de R$ 1.250,00), fixo o valor do dia multa em 1/20 (um vigésimo) do valor do salário mínimo atual, correspondendo a sanção pecuniária de R$ 2.289,60.O regime inicial será o fechado, em relação ao crime apenado com reclusão (latrocínio), e o aberto, em relação aos crimes de fraude processual majorada, estes apenados com detenção (v. CP, art. 33, § 2º, 'a' e 'c' c/c § 3º), porque a pena de reclusão é superior a 08 (oito) anos e a pena de detenção inferior a 04 (quatro) anos. III 2. Weltânia(...)Por fim, entendendo que o parágrafo único do artigo 347, do Código Penal - produzir efeito em processo penal -, constitui causa de aumento de pena, conforme orientam doutrina e jurisprudência (v. Nucci, Código Penal Comentado, RT, 10ª Edição, Ano 2010, Nota 122, Pág. 1.206; e STJ - HC Nº 137.206/SP), dobro a pena do crime de fraude processual.À falta de outras circunstâncias e/ou causas de modificação, fixo a pena definitiva, do crime de latrocínio, em 25 (vinte e cinco) anos de reclusão + 25 (vinte e cinco) dias multa; e a pena definitiva do crime de fraude processual em 06 (seis) meses de detenção + 20 (vinte) dias multa.Na forma do artigo 69, caput, do Código Penal, somo as penas impostas, totalizando a sanção em 25 (vinte e cinco) anos de reclusão + 06 (seis) meses de detenção + 45 (quarenta e cinco) dias multa, pena esta que entendo necessária e suficiente para prevenção e reprovação dos crimes cometidos.Atento à condição econômica dessa condenada (declarou ser empregada doméstica), fixo o valor do dia multa no mínimo legal, ou seja, em 1/30 (um trigésimo) do valor do salário mínimo atual, correspondendo a sanção pecuniária de R$ 1.431,00.O regime inicial será o fechado, em relação ao crime apenado com reclusão (latrocínio), e o aberto, em relação ao crime de fraude processual majorada, este apenado com detenção (v. CP, art. 33, § 2º, 'a' e 'c' c/c § 3º), porque a pena de reclusão é superior a 08 (oito) anos e a pena de detenção inferior a 04 (quatro) anos.III 3. Luzia(...)Por fim, entendendo que o parágrafo único do artigo 347, do Código Penal - produzir efeito em processo penal -, constitui causa de aumento de pena, conforme orientam doutrina e jurisprudência (v. Nucci, Código Penal Comentado, RT, 10ª Edição, Ano 2010, Nota 122, Pág. 1.206; e STJ - HC Nº 137.206/SP), dobro a pena do crime de fraude processual.À falta de outras circunstâncias e/ou causas de modificação, fixo a pena definitiva, do crime de latrocínio, em 25 (vinte e cinco) anos de reclusão + 25 (vinte e cinco) dias multa; e a pena definitiva do crime de fraude processual em 06 (seis) meses de detenção + 20 (vinte) dias multa.Na forma do artigo 69, caput, do Código Penal, somo as penas impostas, totalizando a sanção em 25 (vinte e cinco) anos de reclusão + 06 (seis) meses de detenção + 45 (quarenta e cinco) dias multa, pena esta que entendo necessária e suficiente para prevenção e reprovação dos crimes cometidos.Atento à condição econômica dessa condenada (declarou renda mensal de aproximadamente R$ 300,00), fixo o valor do dia multa no mínimo legal, ou seja, em 1/30 (um trigésimo) do valor do salário mínimo atual, correspondendo a sanção pecuniária de R$ 1.431,00.O regime inicial será o fechado, em relação ao crime apenado com reclusão (latrocínio), e o aberto, em relação ao crime de fraude processual majorada, este apenado com detenção (v. CP, art. 33, § 2º, 'a' e 'c' c/c § 3º), porque a pena de reclusão é superior a 08 (oito) anos e a pena de detenção inferior a 04 (quatro) anos.III 4. Disposições finais/comunsDeixo de substituir a privação da liberdade por penas restritivas de direitos porque os sentenciados não preenchem os requisitos legais (CP, art. 44, I, II e III), ou seja, porque se tratam de crimes dolosos, o latrocínio cometido com violência a pessoa, e as penas totais impostas são superiores a 04 (quatro) anos, além de existirem circunstâncias judiciais desfavoráveis, em relação ao roubo qualificado. Esclareço, outrossim, que a impossibilidade jurídica de substituição, em relação ao crime de latrocínio, atinge o delito de fraude processual majorada, ex vi do artigo 69, §1º, do Código Penal.Pelos mesmos motivos não pode ser concedida a suspensão condicional das penas, ex vi do artigo 77, do Código Penal.Recomendo os condenados Fagner e Weltânia na prisão, porque nesta condição vêm sendo processados e continuam presentes os pressupostos, os requisitos de admissibilidade e os fundamentos que ensejaram a manutenção da prisão cautelar, agora robustecidos com o acolhimento da pretensão punitiva estatal. A prisão continua sendo necessária, para garantia da ordem pública (CPP, art. 312), sobretudo para evitar que esses condenados continuem delinquindo. Faculto à condenada Luzia o apelo em liberdade, porque nesta condição vem sendo processada e não verifico o surgimento, agora, de algum fundamento legal para a decretação da prisão preventiva.Após o trânsito em julgado os nomes dos condenados deverão ser lançados no rol dos culpados e expedida a documentação necessária, para fins de execução.Custas pelos sentenciados, pro rata.As armas e munições apreendidas deverão ser encaminhadas ao Exército, para fins de destruição, nos termos do artigo 25, da Lei 10.826/03. Os valores das penas de multa e das custas processuais deverão ser recolhidos no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa, nos termos do artigo 51, do Código Penal.P.R.I.C. (INI/DF, II/RO, TRE/RO etc.).Decorrido o prazo para eventual recurso e cumpridos todos os comandos desta SENTENÇA, os presentes autos deverão retornar conclusos, para fins de suspensão no SAP/TJRO, em relação ao corréu Jaconias.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de fevereiro de 2018.Edvino Preczevski Juiz de Direito

Proc.: 0004564-29.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Central de Flagrantes de Delitos Plantão de Policia
Réu:Igor Silva Mota, Eudes dos Santos, Thaiane Freitas Matos
Réu com processo sus:Diego dos Santos Silva, Melicia Nascimento Pinheiro
Advogado:Edivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3082)
FINALIDADE: Intimar o advogado acima mencionado para apresentar alegações finais no prazo legal.
Kauê Alexsandro Lima

Escrivão Judicial

## 3ª VARA CRIMINAL

3º Cartório Criminal
3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Franklin Vieira dos Santos
Escrivã Judicial: Rosimar Oliveira Melocra
Endereço eletrônico: pvh3criminal@tjro. jus. br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 1012311-76.2017.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Maciel Mota da Silva, Advogado:Domingos Pascoal dos Santos (OAB/RO 2659); Advogado: Antônio Carlos Monteiro (OAB/RO 567-A)
Intimar a defesa, acima mencionada, para apresentar alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias;

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0000031-56.2018.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (réu preso e réu solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Alex Botelho Sena e Rodisney Balbino Martins
Advogado: Clayton de Souza Pinto (OAB/RO 6908)
FINALIDADE: INTIMAR a defesa acima mencionada da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 28 de fevereiro de 2018, às 08h30min.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 1007439-18.2017.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Leiriane de Paula Silveira, Alysson Alves Filardi, Jean Almeida, Tiago Cosmo da Silva Rosa
Advogado:João Lenes dos Santos (OAB/RO 392).
FINALIDADE: Intimar a defesa acima mencionada da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 13/03/2018 às 09h00min. Nada mais.
Dr. Franklin Vieira dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 1014757-52.2017.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Dione Chaves Sousa, Cleilson dos Santos Salas
Advogado:Josman Alves de Souza (OAB/RO n° 8857).
FINALIDADE: Intimar a defesa acima mencionada da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 22/03/2018 às 11h00min. Nada mais.
Dr. Franklin Vieira dos Santos
Juiz de Direito

Proc.: 0001702-17.2018.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Danilson Feitosa da Silva
Advogado:Juliana Caroline Santos Nascimento (OAB/RO 7859)
DECISÃO:
Vistos. DANILSON FEITOSA DA SILVA, devidamente qualificado nos autos, postula a concessão da liberdade provisória sem fiança, estando incurso nas sanções do artigo 155, §4º, inciso IV, do Código Penal. Porém, no dia 16 de fevereiro de 2018, nos autos da comunicação de prisão em flagrante, houve o pagamento da fiança e imediata expedição de alvará de soltura em favor do requerente. Resta assim, o presente pedido prejudicado, tendo em vista a perda do objeto.Oportunamente dê-se baixa na Distribuição, promovam-se as anotações cartoriais pertinentes e arquivem-se os autos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 1002253-05.2017.8.22.0601
Ação:Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d
Querelante:Emerson Luiz Sena da Silva
Querelado:Milena Barbosa Sales
DECISÃO:
Vistos. Indefiro o pedido de degravação formulado pela defesa, às fls. 102/103.Saliento que a providência poderá ser realizada pela própria parte e somente se houve divergências ou questionamentos por parte da querelada é que poderá ser deferminada perícia por este juízo. Portanto, faculto a defesa do querelante a realizar a degravação da mídia e promover a sua juntada dos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham-me os autos conclusos. Intimem-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito
Rosimar Oliveira Melocra

Escrivã Judicial

## 1º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

Proc: 1000373-37.2014.8.22.0001 Ação:Execução Fiscal
Fazenda Pública Estadual Estado de Rondônia(Exequente)
JABUR PNEUS S/A(Executado)
Advogado(s): Paulo Rogério Tsukassa de Maeda(OAB 20912 PR), Fernanda Fujisão Kato(OAB 37725 PR)
Fazenda Pública Estadual Estado de Rondônia(Exequente)
JABUR PNEUS S/A(Executado)
Advogado(s): Paulo Rogério Tsukassa de Maeda(OAB 20912 PR), Fernanda Fujisão Kato(OAB 37725 PR)
Vistos, Tendo em vista o comparecimento espontâneo da devedora, bem como os princípios norteadores das execuções em especial o da menor onerosidade, intime-se a executada para que oferte bens à penhora em cinco dias. Atente-se a devedora à ordem estabelecida no art. 11 da LEF.
Silente, intime-se a Fazenda para atualização de cálculos e retorneme concluso para análise do requerimento de mov. 44. Cumpra-se. Porto Velho, 01 de Fevereiro de 2018
Amauri Lemes Juiz de Direito

Proc: 1000369-63.2015.8.22.0001 Ação:Execução Fiscal
Fazenda Pública Estadual Estado de Rondônia(Exequente)
TRANS. EDEMAR TRANSPORTES LTDA. ME(Executado)
Advogado(s): PATRICIA WITT HOLSBACH(OAB 23375 SC)
Fazenda Pública Estadual Estado de Rondônia(Exequente)
TRANS. EDEMAR TRANSPORTES LTDA. ME(Executado)
Advogado(s): PATRICIA WITT HOLSBACH(OAB 23375 SC)
Vistos, Verifica-se que a Caixa Econômica Federal procedeu a devidatransferência do valor bloqueado à conta bancária da devedora, conforme comprovantes acostados nos autos (evento 55.2). Intimem-se as partes para se manifestar quanto à extinção do feito, no prazo de cinco dias. Decorrido o lapso temporal, independente de manifestações, retornem conclusos. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 20 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc: 1000337-58.2015.8.22.0001 Ação:Execução Fiscal
Fazenda Pública Estadual Estado de Rondônia(Exequente)
ACRE BEER DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA(Executado)
Fazenda Pública Estadual Estado de Rondônia(Exequente)
ACRE BEER DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA(Executado)
Vistos, etc., Trata-se de execução fiscal proposta pela Fazenda Pública Estadual, para recebimento do crédito tributário descrito na CDA n. 20130200126478, em desfavor de ACRE BEER DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (CNPJ n. 12.141.734/0001-70). Realizado o bloqueio judicial do débito exequendo, acrescido de custas e honorários (evento 30.1). Valor bloqueado foi devidamente transferido aos cofres da Exequente,
assim como foram pagas as custas e honorários (evento 42).
Intimada, a Fazenda comunicou a vinculação da transferência à CDA exequenda (evento 48).Ante o exposto, julgo extinta a execução fiscal nos termos do inciso II do
art. 924 do CPC c/c art. 156, I do CTN. Dispenso o prazo recursal. Custas e honorários pagos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após, arquive-se com as baixas de estilo.
Porto Velho, 19 de Fevereiro de 2018 Fabíola Cristina Inocêncio Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis da Comarca de Porto Velho
Avenida Lauro Sodré, 2800, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-490 Fone:(69)3217-1237 (Fax)3217-1239 email:pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.

Processo nº: 7022825-31.2017.8.22.0001
Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172)
EMBARGANTE: MARCOS ALVES DA COSTA
EMBARGADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO
SENTENÇA
Vistos,
Marcos Alves da Costa promove embargos à execução fiscal em desfavor de Departamento Estadual de Trânsito.
A certidão de ID:13645114 noticia a ausência de garantia do juízo. Devidamente intimado para reforço da garantia ou distribuição da peça como exceção, o Embargante não se manifestou.
É o breve relatório. Decido.
Ainda que o art. 914 do NCPC informe que os embargos podem ser apresentados independentemente de penhora, seus efeitos não se estendem às execuções fiscais.
Aplica-se, neste caso, o princípio da especialidade, sobretudo porque na Lei de Execuções Fiscais (6.830/80) possui determinação expressa para garantia do juízo (art. 16, §1º). Inclusive, este é o entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia:
Agravo interno e agravo regimental. Fungibilidade. DECISÃO monocrática. Improvimento do agravo de instrumento. Execução fiscal. Oposição de embargos. Garantia do juízo. Necessidade. Lei n. 11.382/2006 e Lei n. 6.830/80. Normas. Conflito aparente. Princípio da especialidade. Inafastabilidade do judiciário. Acesso à justiça. Ausência de violação. Constitucionalidade da norma. Improvimento do recurso. […] Nas ações de execução fiscal, nos termos do art. 16, § 1º, da Lei n. 6.830/80, a oposição dos embargos fica condicionada à garantia do juízo. A alteração feita no CPC pela Lei n. 11.382/2006, que retirou a exigência de garantia do juízo para oposição de embargos em execuções comuns, não se aplica às execuções fiscais, em razão do princípio da especialidade, devendo prevalecer os DISPOSITIVO s da LEF. Precedentes do STJ. […] (Agravo de instrumento nº 0003728-41.2015.822.0000 TJ/RO, publicado em 15/05/2015)
Pelo exposto, deixo de receber os embargos à execução apresentados e julgo extinto o feito por ausência de pressupostos nos termos do art. 485, IV do NCPC.
Sem custas. Sem honorários.
Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas de estilo.
P.R.I.C.
Porto Velho - RO, 20 de fevereiro de 2018.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juíza de Direito
(assinatura digital)

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: trinta dias
CITAÇÃO DE: MODKOVSKI E BARROS LTDA - EPP, CNPJ n. 20.864.878/0001-82, atualmente em local incerto e não sabido.
Processo: 7029911-87.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Exequente: ESTADO DE RONDÔNIA
Executado: MODKOVSKI E BARROS LTDA - EPP E OUTROS
Corresponsáveis (art. 135, III, do CTN): Emerson Ferreira Modkovski, CPF: 017.618.482-16 e José Maria Alves de Barros, CPF: 036.015.232-56
CDA: 20150205814860
Data da Inscrição: 26/08/2015
Valor da Dívida: R$ 105.893,29 - atualizado até 08/11/2017 (Base de cálculo: R$ 93.710,88; Honorários 10%: R$ 9.371,09; Custas 3%: R$ 2.811,33)
Natureza da Dívida: Dívida Ativa Tributária, ref. a ICMS declarado mensalmente pelo contribuinte. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 140 da Lei 688/96. Rito Especial e Sumário, relativo aos meses de referências 05/2015.
FINALIDADE: De ordem da MM. Juíza de Direito, citar MODKOVSKI E BARROS LTDA - EPP, acima qualificado, para, no prazo de CINCO DIAS, efetuar o pagamento da dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe ser(em) penhorado(s) ou arrestado(s) bem(ns) suficiente(s) para garantir a dívida, nos termos do artigo 256, II do CPC. Ficando advertido de que, em caso de revelia, será nomeado curador especial.
DESPACHO: "Vistos, 1. A consulta aos sistemas Bacenjud e Renjaud restou negativa em nome do corresponsável. 2. Expeça-se edital para citação da pessoa jurídica. 3. Decorrido o prazo sem manifestação, em observância ao disposto no artigo 72, inciso II do Código de Processo Civil, dê-se vista dos autos à Defensoria Pública, que passará atuar no feito na qualidade de Curadora de Ausentes e deverá ser intimada de todos os atos processuais doravante realizados. 4. Após, encaminhem-se à Fazenda para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias. Cumpra-se. Porto Velho - RO, 20 de fevereiro de 2018. Fabíola Cristina Inocêncio, Juíza de Direito".
SEDE DO JUÍZO: 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis – Av. Lauro Sodré, n. 2.800 – Costa e Silva CEP 76.803-490, em Porto Velho/RO. Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239. E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
(assinado digitalmente)
ERN - 204902-3

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: trinta dias
CITAÇÃO DE: L. CALIXTO DA SILVA - EPP, CNPJ n. 84.557.263/0003-58, atualmente em local incerto e não sabido
Processo: 7032521-91.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Exequente: ESTADO DE RONDÔNIA
Executado: L CALIXTO DA SILVA - EPP
Corresponsável (art. 135, III, do CTN): Leonardo Calixto da Silva, CPF: 996.041.918-53
CDA: 20170200004431
Data da Inscrição: 15/3/2017
Valor da Dívida: R$ 47.404,32 - atualizado até 18/8/2017 (Base de cálculos: R$ 41.950,73; Honorários 10%: R$ 4.195,07; Custas 3%: R$ 1.258,52)
Natureza da Dívida: Dívida Ativa Tributária, ref. a ICMS declarado mensalmente pelo contribuinte. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 140 da Lei 688/96. Rito Especial e Sumário, relativo aos meses de referências: 08/2016, 07/2016, 06/2016, 05/2016, 09/2016, 11/2016 e 10/2016.
FINALIDADE: De ordem da MM. Juíza de Direito, citar L CALIXTO DA SILVA - EPP, acima qualificada, para, no prazo de CINCO DIAS, efetuar o pagamento da dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe ser(em) penhorado(s) ou arrestado(s) bem(ns) suficiente(s) para garantir a dívida, nos termos do artigo 256, II do CPC. Ficando advertido de que, em caso de revelia, será nomeado curador especial.
DESPACHO: "Vistos, O MANDADO de citação retornou negativo em virtude do oficial não ter localizado a pessoa jurídica ou seu corresponsável (ID:14749560).
Assim,cite-se a empresa por edital. Decorrido o prazo sem manifestação, em observância ao disposto no artigo 72, inciso II do Código de Processo Civil, dê-se vista dos autos à Defensoria Pública, que passará atuar no feito na qualidade de Curadora de Ausentes e deverá ser intimada de todos os atos processuais doravante realizados. Após, encaminhem-se à Fazenda para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias. Cumpra-se. Porto Velho - RO, 20 de fevereiro de 2018. Fabíola Cristina Inocêncio, Juíza de Direito".

SEDE DO JUÍZO: 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis – Av. Lauro Sodré, n. 2.800 – Costa e Silva CEP 76.803-490, em Porto Velho/RO. Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239. E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
(assinado digitalmente)
ERN - 204902-3

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: trinta dias
CITAÇÃO DE: MADEIREIRA RAMOS LTDA - ME, CNPJ n. 115.18.568/0001-15, na pessoa de seu representante legal, atualmente em local incerto e não sabido.
Processo: 7059716-85.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Exequente: ESTADO DE RONDÔNIA
Executado: MADEIREIRA RAMOS LTDA - ME e outros
Corresponsáveis (art. 135, III, do CTN): Cleberson Lima Feitosa (CPF: 833.478.282-91)
CDA: 20160200060852
Data da Inscrição: 03/11/2016
Valor da Dívida: R$ 416.455,44 (quatrocentos e dezesseis mil quatrocentos e cinquenta e cinco mil e quarenta e quatro centavos) - atualizado até 23/11/2016.
Natureza da Dívida: O VALOR INSCRITO REFERE-SE AO CRÉDITO TRIBUTÁRIO LANÇADO ATRAVÉS DO AUTO DE INFRAÇÃO DE Nº 20153000609573 LAVRADO EM 20/02/2015; INT. PESSOAL 30/04/15; DEFESA ADM EM 29/05/15; CONTRARRAZÕES EM 15/6/15; DECISÃO DE 1ª INST. N. 000364/2016/TATE/SEFIN QUE JULGOU PROCEDENTE EM 30/3/16; INT. DECISÃO DOE N. 153 EM 17/8/16; TRANSITO EM JULGADO EM 30/9/16; INFRINGÊNCIA: ARTIGOS 177-§-2º-4 E 859, DO RICMS APROVADO PELO DEC. N.º 8321/98. PENALIDADE: ART. 78-III-H1 LEI N.º 688/96.NOVA REDAÇÃO DADA PELA LEI 787/98.
FINALIDADE: De ordem da MM. Juíza de Direito, citar MADEIREIRA RAMOS LTDA - ME e outros, acima qualificado, para, no prazo de CINCO DIAS, efetuar o pagamento da dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe ser(em) penhorado(s) ou arrestado(s) bem(ns) suficiente(s) para garantir a dívida, nos termos do artigo 256, II do CPC. Ficando advertido de que, em caso de revelia, será nomeado curador especial.
DESPACHO: "Vistos, etc., 1. A Exequente requer a exclusão do sócio Evanio Schulz do polo passivo da demanda pois, em consulta à JUCER, verificou que não detém poderes de gerência sobre a empresa.O art. 135, inciso III, do Código Tributário Nacional prêve a hipótese de responsabilidade pelas obrigações tributárias por parte dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado. Não sendo aplicável, portanto, ao sócio mencionado acima. Assim, defiro a retirada do sócio Evanio Schulz do polo passivo da execução fiscal.2. O redirecionamento da execução fiscal para os corresponsáveis é possível quando houver demonstração de que os sócios agiram com excesso de poderes, infração à lei ou estatuto, ou, ainda, em caso de dissolução irregular da empresa (art. 135 do CTN). Sobre o tema o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 435, que dispõe: "Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgão competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente." No julgamento do REsp 1.120.407/SP, a corte superior definiu em quais hipóteses poderá ser redirecionado o feito para a pessoa física nos casos de dissolução irregular da sociedade. Definiu-se ser imprescindível que a pessoa física contra quem se pretende redirecionar o feito preencha os requisitos do art. 135 do CTN e cumulativamente, tenha estado presente nos quadros da sociedade tanto ao tempo do vencimento do débito inadimplido quanto ao tempo do encerramento atual das atividades. (AgRg no REsp 1120407/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/04/2017). Sob essa mesma perspectiva, decidiu o TJRO no Agravo de Instrumento n. 0802264-75.2017.8.22.0000, em 08/09/2017.No caso em análise, foram empreendidas diligências para citação da empresa, inclusive por MANDADO, constatando que a pessoa jurídica não funciona mais no endereço cadastrado junto ao Fisco. Ademais, do extrato da junta comercial (ID 9087833), nota-se que a corresponsável encontra-se no quadro societário desde 2012, sendo que o auto de infração indicado na inicial data 20/02/2015. Ante o exposto, presentes os requisitos do art. 135 do CTN bem como súmula 435 do STJ ejurisprudência do STJ, defiro o redirecionamento da execução fiscal à corresponsável Cleberon Lima Feitosa, CPF. Cite-se o sócio pelas sucessivas modalidades para pagamento da dívida ou indicação de bens à penhora em cinco dias.Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, remeta-se à Exequente para atualização do débito e retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio. Cumpra-se. A cópia servirá de CARTA/MANDADO.Endereço: Rua Jaó, S/N, Setor Industrial II, Cujubim/RO, CEP 76864-000. Observações: Para atualização do débito, expedição de guias para pagamento ou para apresentar cópias das guias de parcelamento pagas, comparecer à Procuradoria Fiscal do Estado (Av. Presidente Dutra, 4250, Bairro Pedrinhas, Porto Velho/RO - Tel: (069) 3223-3881 e 3216-5060. O pagamento dos honorários será feito via depósito na Conta Corrente n° 33.818-4, Agencia 3796-6, Banco do Brasil, tendo como favorecido a Associação de Procuradores do Estado de Rondônia, CNPJ n° 34.482.497/0001-43. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site deste Tribunal (www.tjro.jus.br). Porto Velho - RO, 5 de dezembro de 2017. Fabíola Cristina Inocêncio Juíza de Direito".
SEDE DO JUÍZO: 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis – Av. Lauro Sodré, n. 2.800 – Costa e Silva CEP 76.803-490, em Porto Velho/RO. Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239. E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
assinado digitalmente.
JMSE - 207150-9

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: trinta dias
CITAÇÃO DE: JOÃO BATISTA NETO, CPF n. 728.016.892-20, atualmente em local incerto e não sabido.
Processo: 0114112-15.2008.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Exequente: ESTADO DE RONDÔNIA
Executado: INSTALADORA URUPÁ LTDA E OUTROS
CDA: 20070200017740
Data da Inscrição: 17/12/2007.
Valor da Dívida: R$ 381.222,28 - atualizado até 07/12/2017 (Base de cálculo: R$ 337.364,85: Honorários 10%: R$ 33.736,49; Custas 3%: R$ 10.120,95)
Natureza da Dívida: DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA: § 2º do Artigo 39 da Lei 4.320/64. Referência: Crédito não tributário objeto de ofício n. 1578/2006/Comarca de Ji-Paraná, ref. custas processuais, remanescentes dos autos n. 005.2005.009211-7.
FINALIDADE: De ordem da MM. Juíza de Direito, citar JOAO BATISTA NETO, acima qualificado, para, no prazo de CINCO DIAS, efetuar o pagamento da dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe ser(em) penhorado(s) ou arrestado(s) bem(ns) suficiente(s) para garantir a dívida, nos termos do artigo 256, II do CPC. Ficando advertido de que, em caso de revelia, será nomeado curador especial.

DESPACHO: "Vistos, As modalidades de citação previstas no art. 8º da LEF restaram frustradas. Assim, defiro a citação do sócio JOAO BATISTA NETO por edital. Decorrido o prazo sem manifestação, em observância ao disposto no artigo 72, inciso II do Código de Processo Civil, dê-se vista dos autos à Defensoria Pública, que passará atuar no feito na qualidade de Curadora de Ausentes e deverá ser intimada de todos os atos processuais doravante realizados. Após, encaminhem-se à Exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias. Cumpra-se. Porto Velho - RO, 14 de fevereiro de 2018. Fabíola Cristina Inocêncio, Juíza de Direito".
SEDE DO JUÍZO: 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis – Av. Lauro Sodré, n. 2.800 – Costa e Silva CEP 76.803-490, em Porto Velho/RO. Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239. E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Porto Velho, 16 de fevereiro de 2018.
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
(assinado digitalmente)
ERN - 204902-3

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis da Comarca de Porto Velho
Avenida Lauro Sodré, 2800, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-490 Fone:(69)3217-1237 (Fax)3217-1239 email:pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Processo nº: 7039646-47.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: G.G.G. MAIA - ME
SENTENÇA
Vistos, etc.,
Trata-se de execução fiscal proposta em desfavor de G.G.G. MAIA – ME para cobrança de crédito tributário descrito na CDA n. 20150205814033.
Com base na planilha apresentada pela Exequente (ID 6336128) procedeu-se a consulta ao sistema Bacenjud, resultando na constrição do valor integral do débito; diante do silêncio da executada, o valor foi utilizado para quitação do débito principal, custas processuais e honorários advocatícios, inclusive com atualização monetária.
Intimada quanto aos comprovantes, a Fazenda Pública pede a suspensão do trâmite processual para vinculação da quantia.
Pois bem. Não houve conduta da empresa no sentido de obstar o adimplemento do débito. Desse modo, em que pese o lapso temporal decorrido entre a planilha da Exequente e o momento da transferência dos valores, o ônus pela demora não deve ser imputado a devedora pois, no momento em que foi concretizado o bloqueio, o valor era suficiente para quitar o débito e seus encargos.
Importante frisar que há previsão legal que dispõe que o depósito em dinheiro faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora. Confira-se, a respeito, o teor do art. 9º, §4º da Lei 6.830/80:
Art. 9º – Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o executado poderá:
[…].
§4º – Somente o depósito em dinheiro, na forma do artigo 32, faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora.
No mesmo sentido, o TJRO já se manifestou no sentido de que o bloqueio integral via Bacenjud faz cessar a responsabilidade do Executado pela dívida cobrada. Veja-se:
Apelação. Cumprimento de SENTENÇA. Bloqueio de valores. Extinção pelo pagamento. Considerando que o bloqueio de valores ocorreu na integralidade do valor discutido, correta a SENTENÇA que extingue o cumprimento de SENTENÇA com fulcro no art. 794, I, CPC. (Apelação, Processo nº 0012909-03.2014.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 31/05/2017). [g. n.]
Ante o exposto, julgo extinta a execução fiscal pelo pagamento, nos termos do art. 924, II, do CPC/2015.
Custas e honorários pagos. Dispenso o prazo recursal. Havendo constrições ou gravames administrativos, libere-se. Após, arquivem-se.
P. R. I. C.
Porto Velho - RO, 20 de fevereiro de 2018.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juíza de Direito
(assinatura digital)

## 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7000538-74.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: ZENILDE LIMA DA FONSECA
Advogado do(a) EXEQUENTE: WASHINGTON FERREIRA MENDONCA - RO0001946
EXECUTADO: BANCO BMG CONSIGNADO S/A
Advogado do(a) EXECUTADO: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MG0109730
Intimação À PARTE REQUERENTE (DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7029756-50.2017.8.22.0001
REQUERENTE: REGINALDO APARECIDO BELINI
Advogados do(a) REQUERENTE: ITALO LIMA DE PAULA MIRANDA - RO5222, FRANCISCO SILVEIRA DE AGUIAR NETO - RO5632, BRUNNO CORREA BORGES - RO5768, TOMAS JOSE MEDEIROS LIMA - RO0006389, THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA - RO0005633
REQUERIDO: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Advogado do(a) REQUERIDO: CELSO DE FARIA MONTEIRO - SP0138436
Intimação À PARTE REQUERENTE (DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7045338-90.2017.8.22.0001
Requerente: LINDOMAR VASCONCELOS SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: SILVANA DEVACIL SANTOS - RO8679, GRAZIELE PARADA VASCONCELOS HURTADO - RO8973, ANA PAULA LIMA SOARES - RO7854
Requerido(a): BANCO DO BRASIL S..A
Advogados do(a) REQUERIDO: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RO0006676, SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO0006673
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7012982-56.2015.8.22.0601
REQUERENTE: ABRAAO CONDE SHOCKNESS
Advogado do(a) REQUERENTE: FABIO HENRIQUE FURTADO COELHO DE OLIVEIRA - RO0005105
Intimação DO REQUERENTE - DJE
Por força e determinação do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, de todo o teor do DESPACHO de ID 16071008.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7047683-63.2016.8.22.0001
Requerente: MARCIA FERREIRA LOPES
Advogados do(a) REQUERENTE: AGNA RICCI DE JESUS - RO0006349, MAGNALDO SILVA DE JESUS - RO0003485
Requerido(a): LANEK ERLYFE REIS SOUZA
Advogados do(a) REQUERIDO: ALBINO MELO SOUZA JUNIOR - RO0004464, MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO0003208
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7029389-60.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: MAIQUE DE LIMA COUTINHO
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROBERTO ALBUQUERQUE JUNIOR - RO0005590
EXECUTADO: BARCACA RESTAURANTE E DANCETERIA LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO: MARCELO LESSA PEREIRA - RO0001501
Intimação AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7006135-38.2015.8.22.0601.
EXEQUENTE: FRANCISCO RAIMUNDO COUTINHO JUNIOR.
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogado do(a) EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
II - Apresentar, após decorrido o prazo acima e não efetuado o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de penhora ou nova intimação, nos próprios autos, impugnação ao cumprimento da SENTENÇA, conforme disposto no art. 525, do CPC, sob pena de preclusão de seu direito.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842

Processo nº: 7040063-63.2017.8.22.0001
Requerido(a): OI S.A
Advogado do(a) REQUERIDO: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO0004240
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7035992-18.2017.8.22.0001
Requerido(a): OI S.A
Advogado do(a) REQUERIDO: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO0004240
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7000841-88.2017.8.22.0001.
REQUERENTE: JANINE PEREIRA CLEMENTE.
REQUERIDO: BANCO SANTANDER
Advogado do(a) REQUERIDO: MARCO ANDRE HONDA FLORES - MS0006171
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
II - Apresentar, após decorrido o prazo acima e não efetuado o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de penhora ou nova intimação, nos próprios autos, impugnação ao cumprimento da SENTENÇA, conforme disposto no art. 525, do CPC, sob pena de preclusão de seu direito.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Processo nº: 7064502-75.2016.8.22.0001
REQUERENTE: Nome: EDIENE APARECIDA ALVES ROCHA
Endereço: Avenida Amazonas, 1239, - de 1145 a 1281 - lado ímpar, Nossa Senhora das Graças, Porto Velho - RO - CEP: 76804-171
Advogados do(a) REQUERENTE: MARIA DA CONCEICAO AGUIAR LEITE DE LIMA - RO0005932, LUIZ GUILHERME DE CASTRO - RO0008025, ANDREA AGUIAR DE LIMA - RO7098
REQUERIDA(O): Nome: CONDOMINIO RESIDENCIAL LEONARDO DA VINCI SPAZIO CLUB
Endereço: Avenida Amazonas, 1239, - de 1145 a 1281 - lado ímpar, Nossa Senhora das Graças, Porto Velho - RO - CEP: 76804-171
Nome: FRANCELINA BARROS AMARAL GURGEL
Endereço: Rua Camburiú, 40, APTO 601, Vilage Wilde Maciel, Rio Branco - AC - CEP: 69918-496
Nome: LUCIANO BARROS AMARAL GURGEL
Endereço: Rua Camburiú, 40, APTO 601, Vilage Wilde Maciel, Rio Branco - AC - CEP: 69918-496
Advogado do(a) REQUERIDO: TIAGO BARBOSA DE ARAUJO - RO7693
Advogado do(a) REQUERIDO:
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos e etc...,
Em atenção à manifestação da demandante registrada na ata de audiência de ID11989130, e considerando não ter havido ainda a citação dos corréus, DETERMINO a exclusão do requerido CONDOMINIO RESIDENCIAL LEONARDO DA VINCI SPAZIO CLUB do polo passivo da presente demanda, nos termos do art. 329, I,do CPC, prosseguindo o feito em relação aos demais requeridos.
Ademais, havendo audiência de conciliação já designada, aguarde-se a solenidade.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) ou via diligência de Oficial de Justiça.
INTIME-SE e CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito
[assinatura digital]

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Processo nº: 7052643-62.2016.8.22.0001
REQUERENTE: Nome: ALESSANDRA MARIA XAVIER
Endereço: RAFAEL VAZ E SILVA APTO 202, 3600, RES PORTO ESMERALDA, LIBERDADE, Porto Velho - RO - CEP: 76803-847
Advogado do(a) EXEQUENTE:

REQUERIDA(O): Nome: TVLX VIAGENS E TURISMO S/A
Endereço: Rua Manoel Coelho, 600 (3 andar), - de 423 a 771 - lado ímpar, Centro, São Caetano do Sul - SP - CEP: 09510-111
Nome: AVIOR AIRLINES
Endereço: Avenida Santos Dumont, 1350, Tarumã, Manaus - AM - CEP: 69041-000
Advogado do(a) EXECUTADO: MARCIO PEREZ DE REZENDE - SP77460
Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
Vistos e etc...,
I – DEFERI a requisição eletrônica de valores monetários conforme espelho anexo, posto que a penhora on line representa bloqueio judicial de ativos financeiros do executado, o que significa a constrição de dinheiro em espécie, que goza de ordem preferencial, nos moldes dos arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 854, NCPC (LF 13.105/2015);
II - Aguardado o decurso de prazo, efetivei nova consulta no sistema BACENJUD (espelho anexo) e constatei o bloqueio total do valor requisitado e equivalente ao crédito exequendo, de modo que determinei a respectiva transferência para conta judicial remunerada, tornando sem efeito as demais ordens de bloqueio e liberando os valores excedentes;
III – Por conseguinte e considerando a nova sistemática de cumprimento de SENTENÇA (NCPC – Lei 13.015/2015), aplicável ao microssistema dos Juizados Especiais (art. 52, caput, LF 9.099/95), DETERMINO que, independentemente da confirmação de transferência judicial dos valores bloqueados, intime-se o(a) executado(a) para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias e querendo, arguir as defesas previstas nos incisos I e II, do §3º, do art. 854, do NCPC. O silêncio importará na conversão do bloqueio em penhora judicial e na consequente liberação/levantamento de valores pelo(a) exequente;
IV – Promovida a intimação e transcorrido in albis o prazo fixado, fica desde logo convertida a indisponibilidade financeira (bloqueio) em penhora, dispensando-se a respectiva lavratura de termo, devendo a CPE certificar a inércia e, tão logo confirmada a transferência judicial determinada, expedir alvará de levantamento em prol do(a) exequente, vindo os autos ao final para extinção (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 924, II e III, NCPC);
V - Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) ou via diligência de Oficial de Justiça; e
CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Processo nº: 7052875-40.2017.8.22.0001
REQUERENTE: Nome: ROSEMEIRE BRAGA DA SILVA FREIRES
Endereço: Rua Sampa, 6091, (Mucuripe), Aponiã, Porto Velho - RO - CEP: 76824-120
Advogado do(a) REQUERENTE: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO - RO0004783
REQUERIDA(O): Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Endereço: Avenida Sete de Setembro, 734, - de 596 a 934 - lado par, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-084
Nome: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Endereço: Av. 7 de setembro, 734, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-028 Endereço: Av. 7 de setembro, 734, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-028
Advogado do(a) REQUERIDO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RO0004875
Advogado do(a) REQUERIDO:
Vistos e etc...,
I - Navegando pelos autos verifico que há DECISÃO de antecipação de tutela concedendo a medida reclamada (ID 15328526) e que a parte requerente fez novo pedido (ID 15945010), alegando que a instituição bancária demandada fez nova anotação desabonadora. Ocorre que a nova certidão “Serasa Experian” (ID 15945059) demonstra que a anotação efetuada tem valor diverso daquela cuja ordem de baixa fora determinada por este juízo, o que equivale a dizer que inexiste prova imediata de que se trata de débito relativo ao mesmo contrato em discussão na presente demanda;
II - Desta forma, aguarde-se a audiência já designada pelo sistema (07/03/2018, às 10h40min) para oportuna análise do MÉRITO;
III - SIRVA-SE o presente DESPACHO de CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO via sistema Pje, (LF 11.419/2006), DJe e/ou via diligência de Oficial de Justiça; e
IV - CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7001551-79.2015.8.22.0001.
REQUERENTE: JANINE FREITAS NEVES DE SOUZA.
REQUERIDO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
II - Apresentar, após decorrido o prazo acima e não efetuado o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de penhora ou nova intimação, nos próprios autos, impugnação ao cumprimento da SENTENÇA, conforme disposto no art. 525, do CPC, sob pena de preclusão de seu direito.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Processo nº: 7006419-80.2014.8.22.0601
REQUERENTE: Nome: FRANCISCO BARBOSA DA SILVA
Endereço: MANDONADO, 3698, NOVO HORIZONTE, Porto Velho - RO - CEP: 76810-420
Advogado do(a) EXEQUENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN - RO0006805
REQUERIDA(O): Nome: ANTONIO BENTO LACERDA
Endereço: Rua Fabiana, s/n, ao lado do n 3320, Cuniã, Porto Velho - RO - CEP: 76824-426
Advogado do(a) EXECUTADO: JETER BARBOSA MAMANI - RO0005793
Vistos e etc..,
I - Em atenção ao transcurso do prazo certificado pela escrivania/ sistema, DEFERI a requisição eletrônica de valores monetários conforme espelho anexo, posto que a penhora on line representa bloqueio judicial de ativos financeiros do executado, o que significa a constrição de dinheiro em espécie, que goza de ordem preferencial, nos moldes dos arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 854, NCPC (LF 13.105/2015);
II - Aguardado o decurso de prazo, efetivei nova consulta no sistema BACENJUD (espelho anexo) e constatei a inexistência de quaisquer valores bloqueados (espelho anexo), razão pela qual DETERMINO que se intime o(a) credor(a) para, em 10(dez) dias e sob pena de arquivamento (art. 53, §4º, da LF 9.099/95), impulsionar o feito e indicar bens penhoráveis ou para requerer o que entender de direito, posto que já foram empreendidas as diligências necessárias, não podendo o feito perdurar ad eternum.
III -Sirva-se o presente DESPACHO de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006),DJe ou via diligência de Oficial de Justiça;
IV - CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Processo nº: 7020045-21.2017.8.22.0001
REQUERENTE: Nome: Loc-Maq LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
Endereço: JOAO GOULART, 2483, SAO CRISTOVAO, Porto Velho - RO - CEP: 76804-050 Endereço: JOAO GOULART, 2483, SAO CRISTOVAO, Porto Velho - RO - CEP: 76804-050
Advogado do(a) EXEQUENTE: LEONARDO GUIMARAES BRESSAN SILVA - RO0001583
REQUERIDA(O): Nome: J. C. O. HURTADO EIRELI - ME
Endereço: HEBERT DE AZEVEDO, 2662, LOJA 03, LIBERDADE, Porto Velho - RO - CEP: 76803-896
Advogado do(a) EXECUTADO:
Vistos e etc...,
I – Em atenção ao transcurso do prazo certificado pela escrivania/ sistema, DEFERI a requisição eletrônica de valores monetários conforme espelho anexo, posto que a penhora on line representa bloqueio judicial de ativos financeiros do executado, o que significa a constrição de dinheiro em espécie, que goza de ordem preferencial, nos moldes dos arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 854, NCPC (LF 13.105/2015).
II - Aguardado o decurso de prazo, efetivei nova consulta no sistema BACENJUD (espelho anexo) e constatei que o CPF ou CNPJ informado no sistema não tem qualquer relacionamento com instituições financeiras do país, razão pela qual DETERMINO que se intime o(a) credor(a) para, em 10(dez) dias e sob pena de arquivamento (art. 53, §4º, da LF 9.099/95), impulsionar o feito e indicar bens penhoráveis, ou para requerer o que entender de direito, posto que já foram empreendidas as diligências necessárias, não podendo o feito perdurar ad eternum.
III - Sirva-se o presente DESPACHO de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006),DJe ou via diligência de Oficial de Justiça;
IV - CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Processo nº: 7021700-28.2017.8.22.0001
REQUERENTE: Nome: J.J. COM E IMPORTACAO DE PECAS, ACESSORIOS E SERVICOS LTDA - ME
Endereço: BR 364 KM3.5, 9350, ELDORADO, Porto Velho - RO - CEP: 76900-999
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOSE ROBERTO DA SILVA SANTOS - RO0006755, WALDENEIDE DE ARAUJO CAMARA - RO0002036
REQUERIDA(O): Nome: J DA C ELEUTERIO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO - ME
Endereço: Av. Rio Madeira 02, 02, quadral 02, Centro, Mutum Paraná (Porto Velho) - RO - CEP: 76842-000
Advogado do(a) EXECUTADO:
Vistos e etc..,
I - Em atenção ao transcurso do prazo certificado pela escrivania/ sistema, DEFERI a requisição eletrônica de valores monetários conforme espelho anexo, posto que a penhora on line representa bloqueio judicial de ativos financeiros do executado, o que significa a constrição de dinheiro em espécie, que goza de ordem preferencial, nos moldes dos arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 854, NCPC (LF 13.105/2015);
II - Aguardado o decurso de prazo, efetivei nova consulta no sistema BACENJUD (espelho anexo) e constatei a inexistência de quaisquer valores bloqueados (espelho anexo), razão pela qual DETERMINO que se intime o(a) credor(a) para, em 10(dez) dias e sob pena de arquivamento (art. 53, §4º, da LF 9.099/95), impulsionar o feito e indicar bens penhoráveis ou para requerer o que entender de direito, posto que já foram empreendidas as diligências necessárias, não podendo o feito perdurar ad eternum.
III -Sirva-se o presente DESPACHO de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006),DJe ou via diligência de Oficial de Justiça;
IV - CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Processo nº: 7018974-52.2015.8.22.0001
REQUERENTE: Nome: MARILEIA TEIXEIRA DE ASSUNCAO
Endereço: Rua São Miguel, 1405, Cohab, Porto Velho - RO - CEP: 76808-030
Advogado do(a) EXEQUENTE: CAIO SERGIO CAMPOS MACIEL - RO0005878

REQUERIDA(O): Nome: SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAUDE DE RONDONIA
Endereço: Rua Rio Ituxi, 80, (presidente-EMANOEL GLEDESTON DANTAS LICARIÃO), Nossa Senhora das Graças, Manaus - AM - CEP: 69053-530
Advogados do(a) EXECUTADO: JOSEANDRA REIS MERCADO - RO0005674, GEREMIAS CARMO NOVAIS - RO0005365
Vistos e etc..,
I - Em atenção ao transcurso do prazo certificado pela escrivania/sistema, DEFERI a requisição eletrônica de valores monetários conforme espelho anexo, posto que a penhora on line representa bloqueio judicial de ativos financeiros do executado, o que significa a constrição de dinheiro em espécie, que goza de ordem preferencial, nos moldes dos arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 854, NCPC (LF 13.105/2015);
II - Aguardado o decurso de prazo, efetivei nova consulta no sistema BACENJUD (espelho anexo) e constatei a inexistência de quaisquer valores bloqueados (espelho anexo), razão pela qual DETERMINO que se intime o(a) credor(a) para, em 10(dez) dias e sob pena de arquivamento (art. 53, §4º, da LF 9.099/95), impulsionar o feito e indicar bens penhoráveis ou para requerer o que entender de direito, posto que já foram empreendidas as diligências necessárias, não podendo o feito perdurar ad eternum.
III -Sirva-se o presente DESPACHO de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006),DJe ou via diligência de Oficial de Justiça;
IV - CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Processo nº: 7018892-84.2016.8.22.0001
REQUERENTE: Nome: FABIANA PEREIRA DA SILVA
Endereço: Rua Magno Guimarães, 4657, Caladinho, Porto Velho - RO - CEP: 76808-168
Advogado do(a) REQUERENTE: NILSON APARECIDO DE SOUZA - RO0003883
REQUERIDA(O): Nome: ELETICIA DIAS PINTO
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4549, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-058
Advogado do(a) REQUERIDO: ELVIS DIAS PINTO - RO0003447
Vistos e etc...,
Em atenção ao transcurso do prazo certificado pela escrivania/sistema, DEFERI a requisição eletrônica de valores monetários conforme espelho anexo, posto que a penhora on line representa bloqueio judicial de ativos financeiros do executado, o que significa a constrição de dinheiro em espécie, que goza de ordem preferencial, nos moldes dos arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 854, NCPC (LF 13.105/2015)
Desse modo, efetivei o referido bloqueio eletrônico conforme requisição feita via BACENJUD (espelho anexo). Contudo, aguardado o decurso de prazo, efetivei nova consulta no sistema BACENJUD e constatei o bloqueio de valores irrisórios, de modo que determinei o respectivo desbloqueio;
Por conseguinte, DETERMINO que se intime o(a) credor(a) para, em 10(dez) dias e sob pena de arquivamento (art. 53, §4º, da LF 9.099/95), impulsionar o feito e indicar bens penhoráveis ou para requerer o que entender de direito, posto que já foram empreendidas as diligências necessárias, não podendo o feito perdurar ad eternum.
Sirva-se o presente DESPACHO de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006), DJe ou via diligência de Oficial de Justiça;
CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Processo nº: 7013660-71.2015.8.22.0601
REQUERENTE: Nome: LUIZ FERNANDO FRANCO
Endereço: Rua Algodoeiro, 3391, J NETO centro Automotivo, Eletronorte, Porto Velho - RO - CEP: 76900-999
Advogado do(a) EXEQUENTE: EUDES COSTA LUSTOSA - RO0003431
REQUERIDA(O): Nome: Citylar
Endereço: Avenida Jatuarana, 4669, Nova Floresta, Porto Velho - RO - CEP: 76807-313
Advogados do(a) EXECUTADO: ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA - MT006551A, INESSA DE OLIVEIRA TREVISAN SOPHIA - MT006483O
Vistos e etc..,
I - Em atenção ao transcurso do prazo certificado pela escrivania/sistema, DEFERI a requisição eletrônica de valores monetários conforme espelho anexo, posto que a penhora on line representa bloqueio judicial de ativos financeiros do executado, o que significa a constrição de dinheiro em espécie, que goza de ordem preferencial, nos moldes dos arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 854, NCPC (LF 13.105/2015);
II - Aguardado o decurso de prazo, efetivei nova consulta no sistema BACENJUD (espelho anexo) e constatei a inexistência de quaisquer valores bloqueados (espelho anexo), razão pela qual DETERMINO que se intime o(a) credor(a) para, em 10(dez) dias e sob pena de arquivamento (art. 53, §4º, da LF 9.099/95), impulsionar o feito e indicar bens penhoráveis ou para requerer o que entender de direito, posto que já foram empreendidas as diligências necessárias, não podendo o feito perdurar ad eternum.
III -Sirva-se o presente DESPACHO de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006),DJe ou via diligência de Oficial de Justiça;
IV - CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Processo nº: 7012982-56.2015.8.22.0601
REQUERENTE: Nome: ABRAAO CONDE SHOCKNESS
Endereço: Rua Novo Horizonte, 5118, Nova Esperança, Porto Velho - RO - CEP: 76822-088
Advogado do(a) REQUERENTE: FABIO HENRIQUE FURTADO COELHO DE OLIVEIRA - RO0005105
REQUERIDA(O): Nome: OI MOVEL
Endereço: Avenida Lauro Sodré, 3290, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-460
Advogado do(a) REQUERIDO: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO0004240
Vistos e etc...,

Considerando a notoriedade do processo recuperação judicial da telefônica OI S/A, tendo esta conseguido em AGC a elaboração do PRJ (ID 16041127, 16041161 e 16041165), o qual fora já homologado judicialmente, tem-se como possível e autorizada a execução sincrética neste juízo de origem, conforme autorização da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de janeiro (ID 16041172).
Contudo e por ora, INDEFIRO o pleito de penhora on line formulado pela credora (ID 15848723), posto que não se apresentou a respectiva planilha atualizada de cálculo do crédito exequendo, nos moldes dos arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 524 e 771, CPC/2015, obrigação que compete à parte interessada.
Intime-se à providência em 10 (dez) dias e sob pena de arquivamento.
Cumprida a diligência, retornem os autos conclusos para penhora on line.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006), DJe ou diligência de Oficial de Justiça.
CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7054685-84.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: ANDRE LUIS VIDAL AGOSTINI
Advogado do(a) EXEQUENTE: PATRICIA OLIVEIRA DE HOLANDA ROCHA - RO0003582
EXECUTADO: GOL LINHAS AÉREAS
Advogado do(a) EXECUTADO: ALINE SUMECK BOMBONATO - RO0003728
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria. INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, quanto à impugnação/embargos a execução/cumprimento de SENTENÇA.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7032913-31.2017.8.22.0001.
REQUERENTE: MARIA ALEXANDRA DE SOUZA.
REQUERIDO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado do(a) REQUERIDO: FATIMA GONCALVES NOVAES - RO0003268
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
II - Apresentar, após decorrido o prazo acima e não efetuado o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de penhora ou nova intimação, nos próprios autos, impugnação ao cumprimento da SENTENÇA, conforme disposto no art. 525, do CPC, sob pena de preclusão de seu direito.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( ) Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Processo nº: 7001017-04.2016.8.22.0001
REQUERENTE: Nome: TANIA MARIA RIBEIRO DE SOUZA FROTA - ME
Endereço: Rua Doutor Gondim, 6038, Castanheira, Porto Velho - RO - CEP: 76811-406
Advogado do(a) REQUERENTE: ANNA LUIZA SOARES DINIZ DOS SANTOS - RO0005841
REQUERIDA(O): Nome: TECHNOS DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
Endereço: Edifício Delamare, 446, ANDAR 2 SALA 201 A 207, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20071-907
Advogado do(a) REQUERIDO: PAULO RAFAEL FENELON ABRAO - GO20694
Vistos e etc...,
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA prolatada por este juízo (reformada parcialmente pela Turma Recursal - ID 15965277 e 15965279), nos moldes do art. 52, IV e seguintes, da LF 9.099/95, havendo depósito voluntário (ID15965302 e 15965306) do quantum determinado.
Por conseguinte, exaurido está o interesse processual e o objeto de eventual execução, devendo o cartório expedir alvará de levantamento em prol do(a) exequente da quantia já disponibilizada nos autos e conforme requerido.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, com fulcro nos arts 52, caput, LJE (LF 9.099/95), e 924, II, NCPC (LF 13.105/2015), JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, determinando o respectivo arquivamento após o cumprimento da diligência acima determinada, independentemente de nova CONCLUSÃO e observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) ou via diligência de Oficial de Justiça.
INTIME-SE e CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito
[assinatura digital]

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Processo nº: 7028856-67.2017.8.22.0001
REQUERENTE: Nome: IVONILDE BEZERRA LUZ DA SILVA
Endereço: Rua Venezuela, 1142, CASA, Nova Porto Velho, Porto Velho - RO - CEP: 76820-100
Advogado do(a) EXEQUENTE:
REQUERIDA(O): Nome: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Endereço: 13 de maio, 2022, centro, Alto Paraíso - RO - CEP: 76862-000
Advogado do(a) EXECUTADO: ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO0006207
Vistos e etc...,
Navegando pelo feito constato que a parte exequente reclama o descumprimento da obrigação de fazer imposta na r. SENTENÇA.
Desse modo, intime-se a parte executada para ofertar, caso assim o queira e sob pena de preclusão, eventual impugnação à execução e à conta (art. 525, NCPC);
Efetivada a diligência e transcorrido in albis o prazo legal (15 dias), deverá o cartório certificar a referida inércia e atualizar o crédito exequendo, para posteriores diligências de penhora on line via BACENJUD.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006), DJe ou via diligência de Oficial de Justiça.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Processo nº: 7012716-26.2015.8.22.0001
REQUERENTE: Nome: WESLLY DOUGLAS DOS SANTOS DA SILVA
Endereço: Rua Patápio Silva, 5453, Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho - RO - CEP: 76820-618
Advogados do(a) EXEQUENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN - RO0006805, GILBER ROCHA MERCES - RO0005797
REQUERIDA(O): Nome: BANCO DO BRASIL S..A
Endereço: Avenida Presidente Dutra, 3660, Banco do Brasil - AG PRES. DUTRA, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-222
Advogado do(a) EXECUTADO: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO0006673
Vistos e etc...,
INDEFIRO, por ora, o pedido de penhora on line, posto que o credor acresce honorários de execução (10%), nos moldes do §1º, do art. 523, in fine, CPC/2015, o que não é permitido na seara e microssistema dos Juizados Especiais, ex vi dos arts. 54 e 55, da LF 9.099/95, que preveem as únicas despesas ocorrentes nos Juizados. Até mesmo o novel Código de Processo assegura a primazia de referida Lei Especial (LJE), fazendo as ressalvas pertinentes nos arts. 318 e 1.046, §2º, NCPC (LF 13.105/2015).
Enfrentando a matéria e questão posta a discussão, assim entendeu o FONAJE - Forum Nacional dos Juizados Especiais:
"A multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC/2015 aplica-se aos Juizados Especiais Cíveis, ainda que o valor desta, somado ao da execução, ultrapasse o limite de alçada; a segunda parte do referido DISPOSITIVO não é aplicável, sendo, portanto, indevidos honorários advocatícios de dez por cento" (Enunciado nº 97).
Por conseguinte, deve o cartório intimar o exequente para, em 10(dez) dias e sob pena de arquivamento, retificar a memória de cálculo, excluindo os pretensos honorários.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) ou via diligência de Oficial de Justiça.
CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito

## 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7049194-62.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: CONDOMINIO LIRIO
Advogado do(a) EXEQUENTE: ELVIS DIAS PINTO - RO0003447
EXECUTADO: ADON BONFIM SILVA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7049865-85.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: CONDOMINIO LIRIO
Advogado do(a) EXEQUENTE: ELVIS DIAS PINTO - RO0003447
EXECUTADO: WELINSON DIEFENBACH
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7053877-45.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: RICARDO ROGERIO DE OLIVEIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: BRUNA VASCONCELOS DE OLIVEIRA - RO0006845
EXECUTADO: RAIMUNDO ADALBERTO SIQUEIRA DA SILVA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7044435-55.2017.8.22.0001.
REQUERENTE: GEOVANNI SAMPAIO DOS SANTOS.
REQUERIDO: SAGA AMAZONIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA
Advogado do(a) REQUERIDO: MAGDA ZACARIAS DE MATOS - RO0008004
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente, junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil. Por fim, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme art. 525 do CPC.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7001467-10.2017.8.22.0001
Requerente: FABIANE GURGEL DO AMARAL CECATTO
Advogado do(a) EXEQUENTE: FRANCISCO LOPES COELHO - RO0000678
Requerido(a): JHONATA SENA TORRES
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria. INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, quanto à impugnação/embargos a execução/cumprimento de SENTENÇA.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7037141-49.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: SIMPLICIO MARTINS BEZERRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: SANDRA STEPHANOVICHI BRESOLIN - RO4627
EXECUTADO: CASTRO & SAMPAIO TRANSPORTADORA LTDA - ME
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7001376-80.2018.8.22.0001
REQUERENTE: ALCIENIA DUTRA DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: TAIARA DAVIS MOTA LOURENCO - RO6868
REQUERIDO: JOAO NASCIMENTO RODRIGUES
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7048592-71.2017.8.22.0001
Requerente: SEBASTIAO DORADO DASSINAKIS
Advogado do(a) REQUERENTE: ANDRE VINICIUS DE BARROS - RO0005508
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7047994-20.2017.8.22.0001
REQUERENTE: MONTEIRO RENT'A CAR LTDA - EPP
Advogados do(a) REQUERENTE: DIEGO ALEXIS DOS SANTOS ARENAS - RO0005188, MIGUEL ANGEL ARENAS RUBIO FILHO - RO0005380
REQUERIDO: JOSE JUVENIL COELHO
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
A audiência de conciliação marcada para 28/02/2018 foi cancelada, uma vez que o Requerido não fora localizado.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7037023-73.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: BRUNA SENA XAVIER
Advogado do(a) EXEQUENTE: BELIZIA QUEIROZ VIEIRA - RO8491
EXECUTADO: PAMELA CAVALCANTE BARROS
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7034076-46.2017.8.22.0001
REQUERENTE: GUALTER CEGARRA TRAJANO
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE ALVES PEREIRA FILHO - RO0000647, LUIZ FERNANDO COUTINHO DA ROCHA - RO000307B
REQUERIDO: CIELO S.A.
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca do documento de ID 16236107 NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7048116-67.2016.8.22.0001
REQUERENTE: VILMA NUNES DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO - RO0003300
REQUERIDO: SKY BRASIL SERVICOS LTDA
Advogados do(a) REQUERIDO: WILSON BELCHIOR - CE0017314, RICHARD LEIGNEL CARNEIRO - RN0009555
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7020211-53.2017.8.22.0001
REQUERENTE: MARCUS EDSON DE LIMA
Advogado do(a) REQUERENTE: GEANI RIBEIRO COSTA - RO5615
REQUERIDO: TAM LINHAS AEREAS S/A.
Advogados do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434, FABIO RIVELLI - RO0006640
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7008232-11.2015.8.22.0601
REQUERENTE: ELCIDE ALBERTO LANZARIN
Advogado do(a) REQUERENTE: PEDRO LUIZ LEPRI JUNIOR - RO0004871
REQUERIDO: PASSAREDO TRANSPORTES AEREOS S.A
Advogado do(a) REQUERIDO: CHARLES BACCAN JUNIOR - RO02823-A
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7036018-50.2016.8.22.0001
REQUERENTE: FERNANDO FERREIRA MARTINS
Advogados do(a) REQUERENTE: ELISANDRA NUNES DA SILVA - RO0005143, ANDERSON MARCELINO DOS REIS - RO0006452
REQUERIDO: BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO S/A, ODEBRECHT REALIZACOES IMOBILIARIAS S.A
Advogados do(a) REQUERIDO: GUSTAVO CLEMENTE VILELA - SP0220907, PAULO BARROSO SERPA - RO0004923, ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO - RO000303B
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842

Processo n°: 7051845-04.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: TAMIRES DA SILVA VALENT
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA ELENA PEREIRA MALHEIROS - RO0004310
EXECUTADO: OI MOVEL S.A
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da CERTIDÃO DE DÍVIDA JUDICIAL DECORRENTE DE SENTENÇA, de ID 16289178 NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7024060-67.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: DOMISSE BOTELHO DE CARVALHO 64848981204
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAQUEL DA SILVA BATISTA - RO6547
EXECUTADO: JOSEANE ZEED DO NASCIMENTO MONTEIRO
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da proposta de Acordo de ID 15801363 NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7041142-77.2017.8.22.0001
Requerente: MARIA INEZ MARQUES DE LIMA
Advogados do(a) REQUERENTE: DENISE PAULINO BARBOSA - RO0003002, LAERCIO BATISTA DE LIMA - RO0000843
Requerido(a): AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A
Advogado do(a) REQUERIDO: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE - MT007413O
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7043994-74.2017.8.22.0001
REQUERENTE: JEAN THIAGO DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: RAPHAEL ERIK FERNANDES DE ARAUJO - RO0004471, DAIANA ARAUJO SANTOS GRAVATA - RO5285, ANTONIO ROGERIO DE ALMEIDA CRISPIM - RO7856
REQUERIDO: CAERD - COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7033681-54.2017.8.22.0001
Requerente: ANDREIA VAZ BATISTA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GABRIEL LOYOLA DE FIGUEIREDO - RO4468
Requerido(a): FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria. INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, quanto à impugnação/embargos a execução/ cumprimento de SENTENÇA, ID15086120.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7049115-83.2017.8.22.0001
Requerente: ALEX ANDRADE SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: ANA PAULA CARVALHO VEDANA - RO0006926
Requerido(a): AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A
Advogado do(a) REQUERIDO: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE - MT007413O
Intimação À PARTE REQUERENTE/RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7048166-59.2017.8.22.0001
Requerente: GEISSIANE MENDES DE CASTRO
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO PAULO SILVINO AGUIAR - SP336486
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiúva, 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, CEP: 76820-842, email: pvh2jespcivel@tjro.jus.br.
Processo nº: 7019207-78.2017.8.22.0001
Parte Autora: Nome: ONIVALDO RODRIGUES GUIMARAES
Endereço: Rua Salgado Filho, 3255, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-776
Advogados do(a) EXEQUENTE: CRISTIAN DE SOUZA ARAUJO - RO0006563, ANA PAULA DE SOUZA - RO8059
Parte Requerida: Nome: MARIA DA CONCEICAO NOGUEIRA VIEIRA

Endereço: Estrada Santo Antônio, 4353, Condomínio Veredas do Madeira, apartamento 102, Triângulo, Porto Velho - RO - CEP: 76805-696
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Aguarde-se manifestação da parte autora por 30 (trinta) dias corridos.
Decorrido o prazo sem manifestação, volte o feito concluso para extinção.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7052281-26.2017.8.22.0001
REQUERENTE: BRUNA SOUSA LIMA
Advogado do(a) REQUERENTE: EDSON MATOS DA ROCHA - RO0001208
REQUERIDO: ITAU SEGUROS S/A, BANCO ITAÚ
Intimação DA PARTE REQUERENTE - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala B - 2º Juizado Especial Cível Data: 13/04/2018 Hora: 08:40 Tipo: Conciliação Sala: Sala A - 2º Juizado Especial Cível Data: 20/02/2018 Hora: 11:20
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7053695-59.2017.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA SUELY MATOS DE CASTRO
Advogado do(a) REQUERENTE: MASTERSON NERI CASTRO CHAVES - RO0005346
REQUERIDO: RENAN CARVALHO SALVATIERRA DA SILVA
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala B - 2º Juizado Especial Cível Data: 16/04/2018 Hora: 16:00
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a

possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:(69) 32175009
Processo nº 7038966-28.2017.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA DAS GRACAS DA COSTA
REQUERIDO: BANCO PAN S.A.
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado em virtude do disposto no artigo 38, da Lei 9099/95.
Em resumo, a parte autora alegou que, em março de 2007, adquiriu um cartão de fornecido pelo réu, antigo Banco Cruzeiro do Sul, com limite de crédito no valor de R$ 1.000,00 (Um mil reais). Esclareceu que utilizou o cartão de crédito até o ano de 2008, e que a anuidade do cartão é descontado diretamente em sua folha de pagamento. Afirmou ainda que o Banco réu inscreveu seu nome indevidamente em cadastro de inadimplentes, em razão do débito no valor de R$ 2.417,82. Requereu a declaração de inexistência do débito, e condenação do réu à restituição de valores e a indenização por danos morais
No MÉRITO afirmou que o débito questionado é decorrente de despesas com o Banco Cruzeiro do Sul que não foram quitadas, e ainda, que a autora utilizou o cartão de crédito que afirmou não ter solicitado. O réu Banco Pan afirmou que o valor mínimo da fatura do cartão de crédito é descontado diretamente na folha de pagamento da autora, e que o pagamento do saldo devedor remanescente deveria ser efetuado pela autora da forma que achasse ser mais conveniente. Igualmente, alegou que a autora não quitava integralmente as faturas, dessa foram eram gerados cobrança de encargos de financiamento e juros sobre o saldo devedor remanescente.
Na espécie, verifica-se que há relação jurídica na qual é cabível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista a adequação das partes ao conceito de fornecedor e consumidor, nos termos do Artigo 2º, caput, e Artigo. 3º, caput, ambos do mencionado diploma legal.
No mais, ressalta-se a possibilidade de aplicação do CDC em relação a instituição financeira requerida, em razão do disposto na Súmula n. 297 do STJ.
A conexão alegada não merece acolhida, haja vista a extinção da ação conexa suscitada pela ré.
Analisando detidamente os documentos apresentados no feito, os réus demonstraram que o cartão de crédito foi utilizado pela autora para realizar compras e saques de pequena monta nos anos de 2008, 2009 e 2010, conforme extrato da faturas juntadas no ID 14251105, cuja legitimidade e veracidade não foram especificamente impugnadas. Portanto, concluí-se que os débitos apontados nas faturas acima mencionadas foram efetivamente constituídos pela autora.
Por outro lado, a parte ré não comprovou a realização de outras despesas pela autora, além daquelas acima mencionadas, tampouco trouxe histórico de evolução de débito, desde o início da relação contratual discutida, a fim de justificar o valor atual do débito cobrado e a permanência dos descontos, até a atualidade, do valor mínimo da fatura.
Dessa feita, vislumbra-se o lançamento do valor mínimo do cartão no contracheque da autora, gera uma dívida sem qualquer previsão para ser quitada, tornando praticamente perpétuo o débito.
Com efeito, a autora comprovou que no período de março de 2007 a Janeiro de 2017 foram descontados pela parte ré, direto de sua folha de pagamento, a quantia de R$7.857,38 (Sete mil oitocentos e cinquenta e sete reais e trinta e oito centavos), conforme se observa da análise das fichas financeiras anuais, juntadas com a inicial.
Assim, o comportamento abusivo da parte ré foi devidamente comprovado pela consumidora, fato que autoriza alteração judicial do pacto firmado entre as partes, concretizado quando da utilização do cartão de crédito pela autora.
Desta forma, atendo as normas elencadas no Código de Defesa do Consumidor, verifico que a situação narrada pela autora indica a prática de abuso do direito por parte do banco ré. Dessa maneira, atendo a hipossuficiência do consumidor, entendo que merece, em parte, procedência ao pleito da autora.
As fichas financeiras indicam que a autora pagou valor superior ao débito constituído com a utilização do cartão de crédito e indica que se os descontos não cessarem o pagamento permanecerá de forma contínua em seus vencimentos, eternamente, o que demonstra abuso por parte da instituição financeira, razão pela qual o contrato para utilização deve ser declarado rescindido, sem qualquer ônus para parte autora.
De outro norte, não há que se falar em restituição de valores, uma vez que o contrato permaneceu válido até início desta lide. A rescisão do contrato contempla à autora no sentido de evitar prejuízo futuro.
No que tange ao dano moral, verifica-se que a situação narrada no feito não atingiu sobremaneira qualquer direito de personalidade da autora. Em que pese os descontos terem sido efetuados por longo período, e seu montante ter ultrapassado o valor original do débito, ressalta-se que a consignação na folha de pagamento foi efetivada a fim de pagar débito devidamente constituído pela autora, decorrente de relação jurídica válida, firmada voluntariamente pela autora.
Além disso, a parte autora não demonstrou que os descontos realizados comprometeram sua subsistência a ponto de causar significativa lesão a direito de personalidade, sobretudo à dignidade. Assim, não merece procedência o pedido de condenação de dano moral em virtude da não comprovação do dano sofrido.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO INICIAL e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito com resolução de MÉRITO, para o fim de DECLARAR rescindido o contrato firmado com o RÉU referente aos descontos denominados Consig Card- Banco Cruzeiro do Sul, referente ao cartão 4218******3033, sem ônus para a autora, bem como DETERMINO o cancelamento imediato dos descontos, de qualquer natureza, consignado na folha de pagamento da autora, código 7230, denominado CONSIG CARD – BANCO CRUZEIRO DO SUL, decorrente da relação jurídica tratada na presente lide, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (Quinhentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), sem prejuízo de outras medidas tendentes ao efetivo cumprimento desta DECISÃO.
Sem custas e sem honorários nesta instância, haja vista tratar-se de DECISÃO proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995.
Nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, da Lei 9.099/1995, a ré fica intimada a cumprir a obrigação de fazer determinada, após o trânsito em julgado, independente de nova intimação, sob pena de execução imediata da multa diária.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiúva, 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, CEP: 76820-842, email: pvh2jespcivel@tjro.jus.br.
Processo nº: 7047215-65.2017.8.22.0001
Parte Autora: Nome: JOANA DARC MACEDO PASSOS
Endereço: RUA GIACOMO CASSARA, 809, PLANALTO, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Advogados do(a) REQUERENTE: ACSA LILIANE CARVALHO BRITO - RO0005882, CAROLINA GIOSCIA LEAL DE MELO - RO0002592
Parte Requerida: Nome: LOJAS RIACHUELO SA
Endereço: Avenida Rio Madeira, 3288, LOJA 155 E 254, PORTO VELHO SHOPPING, Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho - RO - CEP: 76820-408
Nome: MIDWAY S.A.- CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Endereço: Lojas Riachuelo S.A., 500, Rua Leão XIII 500, Jardim São Bento, São Paulo - SP - CEP: 02526-900
Advogado dos REQUERIDOS: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB/RO 4.875-A e OAB/SP 128.341
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado em virtude do disposto no artigo 38, da Lei 9099/95.
Em síntese, a parte autora afirmou que contratou empréstimo com a ré Midway S/A, cujo pagamento seria realizado em 10 prestações de R$ 347,25 (Trezentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos), a serem realizados diretamente em uma das lojas da ré Riachuelo S/A. Afirmou ainda que no dia 21/07/2017 se dirigiu a loja da requerida Riachuelo para pagar a fatura de seu cartão de crédito, e posteriormente, em 25/07/2017, retornou a referida loja para pagar a parcela do empréstimo referente a julho, sendo informada pela atendente do caixa que o valor para pagamento era de R$ 305,29 (Trezentos e cinco reais e vinte e nove centavos). Entretanto, no dia 30/07/2017, ao tentar realizar o pagamento antecipado da 3ª parcela do empréstimo, do mês de agosto de 2017, tomou ciência que a parcela do mês de julho de 2017 não havia sido paga. Esclareceu a autora que o pagamento realizado no dia 25/07/2017 foi lançado, indevidamente, pela ré Riachuelo como sendo concernente ao cartão de crédito e não como pagamento do empréstimo. Afirmou que seu nome foi inscrito em cadastro de inadimplentes em razão de débito questionado no presente feito, e que, no mês de setembro de 2017, pagou novamente a parcela do empréstimo refere ao mês de julho de 2017.
Conforme devidamente esclarecido pela parte ré, em sua contestação, o pagamento do empréstimo era efetuado mediante o obrigatório comparecimento da autora a qualquer loja da ré Riachuelo, e por meio de apresentação de "Carnê". E ainda, de acordo com o aduzido pelas rés, no mês de agosto o valor da fatura do cartão de crédito da autora seria de R$ 272,28 (Duzentos e setenta e dois reais e vinte e oito centavos).
Não seria crível que a autora comparecesse, por duas vezes, no mês de julho de 2017 para efetuar o pagamento da mesma fatura de cartão de crédito. Além disso, não havia razão alguma a autora desembolsar o valor de R$ 305,29 para quitar a fatura do mês agosto de 2017 que era no valor de R$ 272,28.
Dessa maneira, claramente, pode-se constatar que na realidade a parte autora compareceu em uma das filiais da Loja Riachuelo S/A a fim de realizar o pagamento da tanto da fatura do cartão de crédito quanto da parcela do empréstimo, porém em datas distintas.
Vale ressaltar que as rés, por meio de seus prepostos, têm o dever de orientar seus consumidores sobre o procedimento correto para efetivação de pagamento de suas obrigações concernente aos serviços e produtos por elas fornecidos.
Assim, pode-se observar a ocorrência da falha na prestação de serviço, sobretudo quanto à falta de orientação e cuidado por parte das rés, ao receber pagamento, destinado a quitação de uma obrigação, e efetuar o lançamento em outra, provocando o inadimplemento involuntário da autora.
Nota-se que todo o imbróglio questionado na presente demanda ocorreu por ato praticado exclusivamente pelas requeridas, que deu origem ao débito no valor de R$ 464,52 e resultou na inscrição do nome da requerente em cadastro de inadimplentes, decorreu da falha na orientação ao consumidor e do efetivo lançamento do crédito realizado pela autora para quitação do empréstimo.
Nesse ponto, o pedido da autora de condenação das rés a restituir os valores pagos equivalente aos juros acrescido à prestação do empréstimo, Porém, tal devolução deve ser realizada de maneira simples, eis que não ficou configurada hipótese que autorize a repetição do indébito no valor igual ao dobro, conforme definida no parágrafo único do artigo 42, do Código de Defesa do Consumidor.
Igualmente, merece procedência o pedido de ressarcimento do dano material sofrido, relativo às despesas com deslocamento da autora até a sede da loja ré, conforme devidamente demonstrado por meio do comprovante de pagamento de passagens, juntado no ID 14241102.
A parte ré, por força de sua atividade, deveria ter plena consciência de suas obrigações e poderia facilmente, sem qualquer prejuízo considerável, atender extrajudicialmente a solicitação de adequação dos pagamentos realizados, de acordo com a efetiva intenção da autora, a fim de prestar o serviço contratado de maneira correta, e evitar maiores prejuízos à consumidora. Contudo, permaneceu inerte.
A responsabilidade objetiva das réus, com fundamento no artigo 14 do CDC, foi reconhecida em decorrência da inadequada prestação do serviço à autora, o que lhe acarretou lesão injusta, surgindo o dever de indenizar fundado na teoria do risco do empreendimento. Reza o art. 14 do CDC que "responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos a prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Portanto, não é necessária a ocorrência da ilicitude, para estar caracterizada a má prestação do serviço e o consequente dever de indenizar.
Por conseguinte, em relação aos danos morais, não restam dúvidas de que são devidos.
Destarte, verificada a ocorrência dos danos morais apontados pela parte autora e advindos da conduta ilícita da parte ré, é cabível a indenização pretendida, de forma que passo à fixação do valor do quantum indenizatório.
Com efeito, o arbitramento do valor da indenização por danos morais deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a FINALIDADE da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir conduta abusiva.
Saliento, ainda, que o valor a ser recebido a título de indenização não pode ser tão alto a ponto de levar a um enriquecimento sem causa por parte da requerente, mas também não pode ser tão baixo a ponto de não cumprir o seu papel punitivo e pedagógico em relação ao causador da lesão, ora ré, razão pela qual fixo a indenização para a hipótese vertente, em R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a pretensão da parte autora, e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito, com resolução de MÉRITO, para o fim de CONDENAR as rés, solidariamente, a restituir em favor da autora a quantia recebida indevidamente, a título de juros moratórios, concernente ao pagamento das parcelas do empréstimo, contrato registro sob n. 9901242, no valor de R$ 117,26, referente à prestação de julho de 2017 e R$ 49,08, referente a prestação de agosto de 2017, bem como a restituir a quantia de R$ 72,45 (setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), a título de dano material, ambas na modalidade simples, corrigidas monetariamente a partir da data do respectivo

desembolso, e acrescidas de juros legais, estes devidos a partir da citação, CONDENAR as Rés, solidariamente, ao pagamento à AUTORA, a título de indenização por DANO MORAL, o valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), atualizado monetariamente e acrescido de juros legais a partir da publicação desta DECISÃO.
Sem custas e sem honorários nesta instância, haja vista tratar-se de DECISÃO proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995.
Nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, da Lei 9.099/1995, a devedora fica intimada a cumprir suas obrigações e realizar o pagamento, imediatamente após o trânsito em julgado, o valor da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil.
Em caso de depósito judicial, o valor da condenação deverá ser depositado, obrigatoriamente, na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a pena prevista no artigo 523, §1º, do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiúva, 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, CEP: 76820-842, email: pvh2jespcivel@tjro.jus.br.
Processo nº: 7013932-51.2017.8.22.0001
Parte Autora: Nome: RODRIGO DOS REIS GONCALVES
Endereço: TIJUCA, 8768, SOCIALISTA, Porto Velho - RO - CEP: 76801-000
Advogado do(a) REQUERENTE: GENIVAL FERNANDES DE LIMA - RO0002366
Parte Requerida: Nome: HUDSON MAGALHAES DA ROCHA
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 6400, Aponiã, Porto Velho - RO - CEP: 76824-028
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Aguarde-se manifestação da parte autora por 30 (trinta) dias corridos.
Decorrido o prazo sem manifestação, volte o feito concluso para extinção.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7047215-65.2017.8.22.0001.
REQUERENTE: JOANA DARC MACEDO PASSOS.
REQUERIDO: LOJAS RIACHUELO SA, MIDWAY S.A.- CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado do(a) REQUERIDO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - AM000A598
Advogado do(a) REQUERIDO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - AM000A598
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA da SENTENÇA prolatada no feito, anexa, e DO PRAZO RECURSAL DE 10 (DEZ) DIAS, bem como a cumprir espontaneamente a referida SENTENÇA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, contados automaticamente após o decurso do prazo de trânsito recursal, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiúva, 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, CEP: 76820-842, email: pvh2jespcivel@tjro.jus.br.
Processo nº: 7041608-08.2016.8.22.0001
Parte Autora: Nome: FUNERARIA FLOR DE LIS LTDA - ME
Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 3179, Funerária Flor de Lis, em frente a Eucatur, Liberdade, Porto Velho - RO - CEP: 76803-859
Advogados do(a) EXEQUENTE: ARTUR LOPES DE SOUZA - RO0006231, SERGIO CARDOSO GOMES FERREIRA JUNIOR - RO0004407
Parte Requerida: Nome: EUDINICE OLIMPIO RODRIGUES
Endereço: Rua José de Alencar, 4712, - de 4547/4548 a 4883/4884, Pedrinhas, Porto Velho - RO - CEP: 76801-454
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Aguarde-se manifestação da parte autora por 30 (trinta) dias corridos.
Decorrido o prazo sem manifestação, volte o feito concluso para extinção.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7042579-56.2017.8.22.0001
Requerente: ULYSSES RIBEIRO
Advogados do(a) REQUERENTE: LENINE APOLINARIO DE ALENCAR - RO0002219, CLAUDIO FON ORESTES - RO6783
Requerido(a): OI S.A
Advogado do(a) REQUERIDO: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO0004240
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7034506-95.2017.8.22.0001.
REQUERENTE: XENOFONTE FERROSIL.
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) REQUERIDO: RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP0211648
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA da SENTENÇA prolatada no feito, anexa, e DO PRAZO RECURSAL DE 10 (DEZ) DIAS, bem como a cumprir espontaneamente a referida SENTENÇA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, contados automaticamente após o decurso do prazo de trânsito recursal, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiúva, 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, CEP: 76820-842, email: pvh2jespcivel@tjro.jus.br.
Processo nº: 7034506-95.2017.8.22.0001
Parte Autora: Nome: XENOFONTE FERROSIL
Endereço: Rodovia BR-364, 114, Bairro Novo, Cond. Res. Alfazema, Casa-98, Cidade Jardim, Porto Velho - RO - CEP: 76815-800
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS ANTONIO ROCHA DA SILVA - RO6708
Parte Requerida: Nome: BANCO DO BRASIL SA
Endereço: Avenida Presidente Dutra, 3660, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-222
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de pedido de indenização por dano moral em virtude do demasiado tempo em que o autor teria passado aguardando atendimento em fila de espera na agência bancária do réu.
Há prova por meio do documento anexo ao ID 12158095, que o autor esteve na agência bancária do réu no dia 26/05/2017, chegou às 13h57min e foi atendido somente às 14h57min.
O banco réu, por sua vez, não trouxe qualquer comprovação de tratamento adequado e digno ao consumidor ou mesmo a fiel comprovação de que a operação financeira/bancária efetivada poderia ser realizada por outros meios disponibilizados pelo próprio banco (via terminal/caixa eletrônico, Internet Banking, etc), o que poderia, eventualmente, eximir a responsabilidade civil imputada.
Resta evidente, pois, que o autor aguardou atendimento por excessivo período de tempo, o que é injustificado.
Assim, não há dúvida de que o banco réu agiu em total desrespeito à Lei Municipal vigente, de n.º 1.877, de 19 de Maio de 2010, que prevê em artigo 1.º, § 3º:
"§ 3º. Para efeitos desta lei, considera-se como tempo razoável para atendimento o computo, via senha eletrônica, desde a entrada do consumidor na fila de espera até o início do efetivo atendimento, não podendo exceder:
I – vinte (20) minutos em dias de expediente normal;
II – vinte e cinco (25) minutos às vésperas e depois de feriados;
III – trinta (30) minutos nos dias de pagamento a servidores municipais, estaduais, federais, aposentados e pensionistas".
Desta forma, ainda que admitida a hipótese prevista no inciso III, do referido parágrafo, o tempo aguardado para atendimento é deveras excessivo, o que materializa em transtorno significativo e desgaste psicológico, que autoriza indenização.
No direito brasileiro, para a caracterização da responsabilidade civil, é necessária a presença concomitante de três elementos: um ato culposo ou doloso, um dano e o nexo de causalidade entre o dano e a culpa. Insta salientar que o dano moral não necessita ser provado, sendo simplesmente presumido, decorrendo dos fatos em si.
O Colendo Superior Tribunal de Justiça, em reiterados julgados, já pacificou o entendimento de que o dano moral independe de prova, havendo necessidade apenas de se demonstrar o fato que o gerou.
Configurou-se no caso em análise a existência de ato ilícito, pois o banco réu desafiou Lei Municipal, a exemplo de outras que vigoram em Unidades da Federação, o que demonstra total desrespeito aos consumidores que residem neste município.
A culpa do banco réu restou demonstrada no processo e a sua conduta negligente possibilitou a caracterização do fato alegado na inicial.
O nexo de causalidade entre o dano sofrido pelo autor e a culpa do réu é, igualmente, inquestionável, pois não fosse sua conduta negligente ao oferecer de forma insuficiente e precária estrutura e pessoal para atendimento da demanda de clientes, não haveria tamanha demora em seu atendimento, consequentemente, não ocasionaria o dano.
Assim, tenho que caracterizada a responsabilidade civil do réu pelo dano moral experimentado pelo autor, analisada de acordo com o fato narrado na petição inicial e o documento apresentado. Resta apenas fixar o valor da indenização, que é a tarefa mais árdua em se tratando de indenização por dano moral, uma vez que a um só tempo lidamos com duas grandezas absolutamente distintas: uma imaterial (a dor sofrida) e outra material (o dinheiro).
A jurisprudência tem oferecido critérios para quantificar o valor do dano moral, havendo entendimento majoritário no sentido de que se leve em consideração a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor, o tempo e a condição econômica do ofendido, de forma que a reparação não represente a ruína para o devedor, nem constitua fonte de enriquecimento sem causa para o credor.
Necessário ressaltar que, especificamente neste caso, o dano moral ocorreu. Tal afirmação é embasada no fato do expressivo tempo em que o consumidor aguardou na fila de atendimento do banco réu.
Por fim, considerando os argumentos expostos, os elementos constantes no feito, a condição econômico-financeira do autor, a repercussão do ocorrido e, ainda, a culpa e capacidade financeira

do réu, fixo o dano moral em R$ 2.000,00 (dois mil reais), por entender que referida quantia seja suficiente para atender os objetivos reparatórios e punitivos, sem gerar enriquecimento sem causa do consumidor e empobrecimento do réu.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO INICIAL e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito com resolução de MÉRITO, para o fim de condenar o réu a pagar ao autor, a título de indenização por dano moral, o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), atualizado monetariamente e acrescidos de juros legais a partir da publicação desta DECISÃO.
Sem custas e sem honorários na forma da lei.
Nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, da Lei 9.099/95, o devedor fica intimado a pagar, após o trânsito em julgado, independente de nova intimação, o valor da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento).
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a pena prevista no artigo 523, §1º, do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7044416-49.2017.8.22.0001
REQUERENTE: IGOR BRASIL MOURA, ARTENIZA WINK, SUSANA WINK PERPETUO
Advogados do(a) REQUERENTE: ACSA LILIANE CARVALHO BRITO - RO0005882, CAROLINA GIOSCIA LEAL DE MELO - RO0002592
REQUERIDO: TAM LINHAS AEREAS S/A.
Advogado do(a) REQUERIDO:
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala B - 2º Juizado Especial Cível Data: 13/04/2018 Hora: 12:00
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7050472-98.2017.8.22.0001
REQUERENTE: ROBERTO WAGNER AMORIM
Advogado do(a) REQUERENTE: SEBASTIAO UENDEL GALVAO ROBERTO - RO0001730
REQUERIDO: CLARO S.A.
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala A - 2º Juizado Especial Cível Data: 16/04/2018 Hora: 10:00 Tipo: Conciliação Sala: Sala A - 2º Juizado Especial Cível Data: 05/02/2018 Hora: 12:00 Tipo: Conciliação Sala: Sala B - 2º Juizado Especial Cível Data: 05/02/2018 Hora: 12:00 Tipo: Conciliação Sala: Sala B - 1º Juizado Especial Cível Data: 05/02/2018 Hora: 12:00 Tipo: Conciliação Sala: Sala A - 2º Juizado Especial Cível Data: 05/02/2018 Hora: 12:00
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu

não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiúva, 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, CEP: 76820-842, email: pvh2jespcivel@tjro.jus.br.
Processo nº: 7002966-77.2014.8.22.0601
Parte Autora: Nome: ROBERTA MARA VERGOTTI
Endereço: Rua Maranguape, 7110, Lagoinha, Porto Velho - RO - CEP: 76829-882
Advogado do(a) EXEQUENTE: LIZA LIZ XIMENES DE SOUZA - RO0003920
Parte Requerida: Nome: HERZIO MARCOS ALMEIDA PINTO
Endereço: Avenida Sete de Setembro, 1796, FUNDOS, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-028
Advogados do(a) EXECUTADO: MIRLENI DE OLIVEIRA MARIANO MEIRA - RO0005708, WALMAR MEIRA PAES BARRETO NETO - RO0002047
DESPACHO
Manifeste-se a parte credora, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da liberação de valores penhorados, via bacenjud, e da proposta formulada pela parte devedora (ID 16324369/PJE). Caso se manifeste pela aceitação, deverá indicar conta bancária para os depósitos das parcelas.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7050439-11.2017.8.22.0001
REQUERENTE: VALTERVAM DA SILVA GARCEZ
Advogados do(a) REQUERENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN - RO0006805, GILBER ROCHA MERCES - RO0005797
REQUERIDO: BANCO PAN S.A.
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala A - 2º Juizado Especial Cível Data: 16/04/2018 Hora: 11:20
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7032266-70.2016.8.22.0001.
REQUERENTE: EVA PANTOJA SILVA.
REQUERIDO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462

Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente, junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil. Por fim, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme art. 525 do CPC.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7034197-74.2017.8.22.0001
Requerente: ELIAS AGUILERA VARGAS
Advogado do(a) REQUERENTE: NEILA BRAULA ZACARIAS FROTA - RO8688
Requerido(a): BANCO DO BRASIL SA e outros
Advogado do(a) REQUERIDO: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO0006673
Advogado do(a) REQUERIDO: DAVID SOMBRA PEIXOTO - CE0016477
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais, ID16071262.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7034197-74.2017.8.22.0001
Requerente: ELIAS AGUILERA VARGAS
Advogado do(a) REQUERENTE: NEILA BRAULA ZACARIAS FROTA - RO8688
Requerido(a): BANCO DO BRASIL SA e outros
Advogado do(a) REQUERIDO: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO0006673
Advogado do(a) REQUERIDO: DAVID SOMBRA PEIXOTO - CE0016477
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais, ID16217528.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7051833-53.2017.8.22.0001
REQUERENTE: DINIZ & GONCALVES LTDA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIA DE FATIMA DE SOUZA MAIA - RO0007062
REQUERIDO: JACSON NERIS DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERIDO:
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala A - 2º Juizado Especial Cível Data: 16/04/2018 Hora: 12:00
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa

jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7053705-06.2017.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA SUELY MATOS DE CASTRO
Advogado do(a) REQUERENTE: MASTERSON NERI CASTRO CHAVES - RO0005346
REQUERIDO: RENAN CARVALHO SALVATIERRA DA SILVA
Advogado do(a) REQUERIDO:
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala B - 2º Juizado Especial Cível Data: 16/04/2018 Hora: 08:00
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7057845-20.2016.8.22.0001.
EXEQUENTE: SURAMA MARQUES TEIXEIRA.
EXECUTADO: VIVO S.A.
Advogado do(a) EXECUTADO: EDUARDO ABILIO KERBER DINIZ - RO0004389
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente, junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil. Por fim, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme art. 525 do CPC.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842

Processo nº 7006151-41.2018.8.22.0001
REQUERENTE: MARCOS MIRANDA
Advogado do(a) REQUERENTE: DAGUIMAR LUSTOSA NOGUEIRA CAVALCANTE - RO0004120
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala A - 2º Juizado Especial Cível Data: 13/04/2018 Hora: 16:40
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7048028-92.2017.8.22.0001.
REQUERENTE: CONSTRUSERVICE EIRELI ME - ME.
REQUERIDO: NISSEY MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
Advogado do(a) REQUERIDO: SIDNEY DUARTE BARBOSA - RO000630A-A
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA da SENTENÇA prolatada no feito, anexa, e DO PRAZO RECURSAL DE 10 (DEZ) DIAS.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7034350-44.2016.8.22.0001.
EXEQUENTE: ALINE CONCEICAO PEREA LOPES.
EXECUTADO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON
Advogado do(a) EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente, junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil. Por fim, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme art. 525 do CPC.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E

CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiúva, 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, CEP: 76820-842, email: pvh2jespcivel@tjro.jus.br.
Processo nº: 7046937-64.2017.8.22.0001
Parte Autora: Nome: CONSTRUSERVICE EIRELI ME - ME
Endereço: Rua Rio Grande do Sul, 3430, Conceição, Porto Velho - RO - CEP: 76808-380
Advogados do(a) REQUERENTE: LOURIVAL GOEDERT - RO0002371, CARLOS DOBIS - RO0000127
Parte Requerida: Nome: NISSEY MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
Endereço: rodovia 174, sn, km 222, cenro, Pontes E Lacerda - MT - CEP: 78250-000
Advogado do(a) REQUERIDO: Sídney Duarte Barbosa Advogado - OAB/RO nº. 630 A
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma da lei.
Não obstante o trâmite processual desenvolvido verifica-se que não há como o feito prosseguir nesta Justiça Especialíssima, pois a empresa autora pretende ser representada pelo senhor ADAUTO PEREIRA DE LIMA, consoante petição inicial (ID 14189771) e procuração anexa ao ID 14189776.
Em sede de Juizados Especiais não é admitido este tipo de representação, pois a presença da parte é indispensável em determinados atos e termos processuais.
Com relação à microempresa e a empresa de pequeno porte verifica-se que devem ser representadas pessoalmente pelo empresário individual ou sócio dirigente, conforme prelecionam os Enunciados 48 e 141 do FONAJE:
ENUNCIADO 48 – O disposto no parágrafo 1º do art. 9º da lei 9.099/1995 é aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES).
ENUNCIADO 141 (Substitui o Enunciado 110) – A microempresa e a empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (XXVIII Encontro – Salvador/BA).
A circunstância acima inviabiliza o processamento da presente ação, razão pela qual a extinção do processo sem resolução de MÉRITO é medida que se impõe em razão de ausência de pressupostos processuais.
Ante o exposto, com fulcro no artigo 51, inciso II, da Lei nº. 9.099/1995, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.
Sem custas e sem honorários nesta instância na forma da lei.
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7043341-72.2017.8.22.0001
Requerente: DEISSY CRIS DE SOUSA PIRES
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIA MARCIA FERNANDES NUNES - RO4933
Requerido(a): BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS
Advogado do(a) REQUERIDO: PAULO EDUARDO PRADO - SP182951
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiúva, 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, CEP: 76820-842, email: pvh2jespcivel@tjro.jus.br.
Processo nº: 7048028-92.2017.8.22.0001
Parte Autora: Nome: CONSTRUSERVICE EIRELI ME - ME
Endereço: Rua Rio Grande do Sul, 3430, Conceição, Porto Velho - RO - CEP: 76808-380
Advogados do(a) REQUERENTE: LOURIVAL GOEDERT - RO0002371, CARLOS DOBIS - RO0000127
Parte Requerida: Nome: NISSEY MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
Endereço: Avenida Celso Mazutti, Jardim Araucária, Vilhena - RO - CEP: 76987-487
Advogado do(a) REQUERIDO: Sídney Duarte Barbosa Advogado - OAB/RO nº. 630 A
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma da lei.
Não obstante o trâmite processual desenvolvido verifica-se que não há como o feito prosseguir nesta Justiça Especialíssima, pois a empresa autora pretende ser representada pelo senhor ADAUTO PEREIRA DE LIMA, consoante petição inicial (ID 14373312) e procuração pública anexa ao ID 14373339.
Em sede de Juizados Especiais não é admitido este tipo de representação, pois a presença da parte é indispensável em determinados atos e termos processuais.
Com relação à microempresa e a empresa de pequeno porte verifica-se que devem ser representadas pessoalmente pelo empresário individual ou sócio dirigente, conforme prelecionam os Enunciados 48 e 141 do FONAJE:
ENUNCIADO 48 – O disposto no parágrafo 1º do art. 9º da lei 9.099/1995 é aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES).
ENUNCIADO 141 (Substitui o Enunciado 110) – A microempresa e a empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (XXVIII Encontro – Salvador/BA).
A circunstância acima inviabiliza o processamento da presente ação, razão pela qual a extinção do processo sem resolução de MÉRITO é medida que se impõe em razão de ausência de pressupostos processuais.
Ante o exposto, com fulcro no artigo 51, inciso II, da Lei nº. 9.099/1995, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.
Sem custas e sem honorários nesta instância na forma da lei.
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842

Processo nº 7051324-25.2017.8.22.0001
REQUERENTE: DINIZ & GONCALVES LTDA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIA DE FATIMA DE SOUZA MAIA - RO0007062
REQUERIDO: GEISA KELE SANTOS SOUSA BRITO
Advogado do(a) REQUERIDO:
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala A - 2º Juizado Especial Cível Data: 16/04/2018 Hora: 09:20
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842

Processo nº 7048412-55.2017.8.22.0001
REQUERENTE: DEUSILENE SOUZA VIEIRA DALLACQUA
Advogado do(a) REQUERENTE: LEANDRO CAVOL - RO000473A
REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S.A.
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala B - 2º Juizado Especial Cível Data: 13/04/2018 Hora: 16:40 Tipo: Conciliação Sala: Sala B - 2º Juizado Especial Cível Data: 22/01/2018 Hora: 11:20
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842

Processo nº: 7055903-50.2016.8.22.0001.
EXEQUENTE: JACSON BASTOS FERREIRA.
EXECUTADO: EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICACOES SA
Advogado do(a) EXECUTADO: RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS0041486
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente, junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil. Por fim, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme art. 525 do CPC.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7049588-69.2017.8.22.0001.
REQUERENTE: MANOEL BRITO DE MACEDO PROCURADOR: JULIAN TIAGO JOHNSON DO AMARAL.
Advogado do Requerente: Washington Ferreira Mendonça OAB/RO 1946
REQUERIDO: ILZE SARMENTO PASSOS, MICHELE R. DOS SANTOS
Advogados do(a) REQUERIDO: TIAGO VICTOR NASCIMENTO DA SILVA - RO0007914, ANISIO RAIMUNDO TEIXEIRA GRECIA - RO0001910
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Instrução e Julgamento Sala: Instrução e Julgamento do 2º Juizado Esp Cível Data: 05/04/2018 Hora: 10:20 Tipo: Conciliação Sala: Sala A - 2º Juizado Especial Cível Data: 30/01/2018 Hora: 11:20
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7006252-15.2017.8.22.0001.
EXEQUENTE: MARIA CELIANE RABELO.
EXECUTADO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias,

efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente, junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil. Por fim, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme art. 525 do CPC.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiúva, 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, CEP: 76820-842, email: pvh2jespcivel@tjro.jus.br.
Processo nº: 7040526-05.2017.8.22.0001
Parte Autora: Nome: GLAUCIANE QUIUNE RAMOS
Endereço: Rua João Goulart, 855, - até 999/1000, Mato Grosso, Porto Velho - RO - CEP: 76804-414
Advogados do(a) REQUERENTE: ARIOSWALDO FREITAS GIL - RO0005964, LETICIA FREITAS GIL - RO0003120
Parte Requerida: Nome: IRMAOS GONCALVES COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.
Endereço: Avenida Sete de Setembro, 2698, - de 2278 a 2698 - lado par, Nossa Senhora das Graças, Porto Velho - RO - CEP: 76804-142
Advogado do(a) REQUERIDO: MAGALI FERREIRA DA SILVA - RO000646A
DESPACHO
Vistos etc.
Em que pese o feito estar concluso para SENTENÇA, constato que não está apto para julgamento, haja vista que há pedido de produção de provas em audiência pelo réu que mencionou em defesa possuir prova testemunhal e juntou o respectivo rol ID 14271637, página 21.
Assim, visando evitar futura arguição de nulidade ou cerceamento de defesa, CONVERTO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA e determino a designação de audiência de instrução e julgamento para o dia 5 DE ABRIL DE 2018 ÀS 9h00min.
As partes deverão apresentar, na referida solenidade, as demais provas que pretenderem produzir, inclusive a testemunhal, salientando-se que em relação a esta última, caso necessite de intimação, deverão formular requerimento, no prazo legal de 5 (cinco) dias, tudo sob pena de renúncia tácita da prova.
Intimem-se, INCLUSIVE AS TESTEMUNHAS JÁ ARROLADAS PELO RÉU.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:(69) 32175009
Processo nº 7050167-51.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: EDMILSON DIAS DE MORAES
Advogado: Alexandre Carneiro Moraes - OAB/RO 6739
EXECUTADO: CLARO S.A.
Advogado: Rafael Gonçalves da Rocha - OAB/RS 41.486
IntimaçãoPor ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível, fica V. Sa. intimada do inteiro teor da SENTENÇA de embargos à execução prolatada nos autos do processo acima, conforme cópia abaixo.
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A tese da impugnante não merece acolhida, pois em que pese a extensa argumentação exposta, não comprovou o tempestivo cumprimento da obrigação de fazer, determinada na SENTENÇA de MÉRITO (ID 7883879/PJE).
Ao contrário, a impugnada informou e comprovou no feito o descumprimento, sendo a embargante intimada para esclarecer e comprovar o cumprimento tempestivo, inclusive, intimada para se manifestar quanto ao vídeo anexado ao feito (ID 14954830/PJE), porém, quedou-se inerte.
Note-se que o quantum da multa revela-se justo e correto, pois decorreu de descumprimento de ordem judicial, de modo que a impugnante deveria tê-la cumprido tempestivamente, mas assim não procedeu, apesar de instada a fazê-la.
No caso em comento não restou evidente nenhuma causa impeditiva (cumprimento da obrigação de fazer) a ponto de ensejar a inexigibilidade do valor executado.
A multa diária trata de medida coercitiva, a fim de compelir o cumprimento de determinação judicial, e em razão desta FINALIDADE só deve ser modificada em casos extremos, para que não perca o condão de coagir a parte inadimplente com seus deveres judiciais.
A multa diária só chegou a ser executada em razão do transcurso do tempo que a própria impugnante ignorou a DECISÃO judicial, portanto, não trata de violação ao princípio da razoabilidade, uma vez que sua natureza é coercitiva e não compensatória.
Assim, a penhora deve ser mantida, em caráter pedagógico a servir de prevenção para condutas similares, tendo em vista que ignorou, pelas vias normais, as decisões judiciais.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO e mantenho a penhora on-line havida nas contas da impugnante.
Decorridos 10 (dez) dias da intimação, e nada sendo requerido, certifique-se o trânsito em julgado desta DECISÃO e expeça-se alvará judicial em favor da impugnada – parte autora - e seu advogado com poderes para recebimento (procuração – ID 6238040/PJE), para levantamento da quantia penhorada, conforme extrato anexo ao ID 15605834/PJE.
Intimem-se.
Porto Velho, 26 de janeiro de 2018.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7002207-02.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: JESSICA CAROLINE SANTOS DE LAI
Advogado do(a) EXEQUENTE: LENILCE SANTOS DA SILVA FRANZOLINI - RO0003932

EXECUTADO: J. G. DA SILVA AUTO ESCOLA - ME
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7011419-27.2015.8.22.0601
EXEQUENTE: CARLOS ANTONIO CHAGAS JUNIOR
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA - RO0005565
EXECUTADO: MARCOS ANTÔNIO SILVA PEREIRA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7035865-80.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: B. P. HANEMANN - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: DEBORAH INGRID MATOSO RIBAS NONATO - RO0005458
EXECUTADO: PRISCILA NASCIMENTO VAZ
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7012061-83.2017.8.22.0001.
EXEQUENTE: JOAO EDUARDO DRUMOND.
EXECUTADO: BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO S/A, ODEBRECHT REALIZACOES IMOBILIARIAS S.A
Advogados do(a) EXECUTADO: ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO - RO000303B, PAULO BARROSO SERPA - RO0004923, GUSTAVO CLEMENTE VILELA - SP0220907
Advogados do(a) EXECUTADO: ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO - RO000303B, PAULO BARROSO SERPA - RO0004923, GUSTAVO CLEMENTE VILELA - SP0220907
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente, junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil. Por fim, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme art. 525 do CPC.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7046937-64.2017.8.22.0001.
REQUERENTE: CONSTRUSERVICE EIRELI ME - ME.
REQUERIDO: NISSEY MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
Advogado do(a) REQUERIDO: SIDNEY DUARTE BARBOSA - RO000630A-A
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA da SENTENÇA prolatada no feito, anexa, e DO PRAZO RECURSAL DE 10 (DEZ) DIAS.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842

Processo nº: 7041116-79.2017.8.22.0001
Requerente: JOCILEIDE GUEDES GUARIBANO VASCONCELOS
Advogado do(a) REQUERENTE: DULCINEIA BACINELLO RAMALHO - RO0001088
Requerido(a): CLARO S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS0041486
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7037825-71.2017.8.22.0001
Requerente: ANA PAULA CAVALCANTE DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES - RO8381
Requerido(a): TELEFONICA BRASIL S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES - GO29320
Intimação À PARTE RECORRIDA/REQUERIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiúva, 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, CEP: 76820-842, email: pvh2jespcivel@tjro.jus.br.
Processo nº: 7037597-96.2017.8.22.0001
Parte Autora: Nome: RUY MOREIRA PEIXOTO
Endereço: Rua Rio Machado, 824, Apto2, Triângulo, Porto Velho - RO - CEP: 76805-788
Advogado do(a) REQUERENTE: ROSECLEIDE MARTINS NOÉ OAB-RO 793, VINÍCIUS MARTINS NOÉ OAB-RO 6667
Parte Requerida: Nome: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 2112, - de 1964 a 2360 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-046
Advogado do(a) REQUERIDO: LORENA GIANOTTI BORTOLETE - RO8303
DESPACHO
Vistos etc.
Em que pese o feito estar concluso para SENTENÇA, constato que não está apto para julgamento, haja vista que há pedido de produção de provas em audiência pela autora que mencionou na petição ID 14650070, página 4 possuir prova testemunhal e juntou o respectivo rol.
Assim, visando evitar futura arguição de nulidade ou cerceamento de defesa, CONVERTO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA e determino a designação de audiência de instrução e julgamento para o dia 5 DE ABRIL DE 2018 ÀS 9h40min.
As partes deverão apresentar, na referida solenidade, as demais provas que pretenderem produzir, inclusive a testemunhal, salientando-se que em relação a esta última, caso necessite de intimação, deverão formular requerimento, no prazo legal de 5 (cinco) dias, tudo sob pena de renúncia tácita da prova.
Intimem-se, INCLUSIVE AS TESTEMUNHAS JÁ ARROLADAS PELO AUTOR.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7034197-74.2017.8.22.0001
Requerente: ELIAS AGUILERA VARGAS
Advogado do(a) REQUERENTE: NEILA BRAULA ZACARIAS FROTA - RO8688
Requerido(a): BANCO DO BRASIL SA e outros
Advogado do(a) REQUERIDO: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO0006673
Advogado do(a) REQUERIDO: DAVID SOMBRA PEIXOTO - CE0016477
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais, ID16217528.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7046891-75.2017.8.22.0001
Requerente: VANDERLAN FERREIRA DE ARAUJO
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO PAULO SILVINO AGUIAR - SP336486
Requerido(a): BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) REQUERIDO: RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP0211648
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

## 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA PORTO VELHO
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7011032-32.2016.8.22.0001
Parte requerente: Nome: FRANCISCO ALBERTO ROCHA DE ALBUQUERQUE
Endereço: Rua Abóbora, 5981, Cohab, Porto Velho - RO - CEP: 76807-528
Advogado (a): Advogado do(a) EXEQUENTE: JOAO MARCOS DE OLIVEIRA DIAS - RO0000823
Parte requerida: Nome: METALURGICA AMAZONIA ESQUADRIAS DE FERRO EIRELI - EPP
Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 2753, Liberdade, Porto Velho - RO - CEP: 76803-859
Nome: ANDRE AUGUSTO FREIRE OREJANA
Endereço: Rua da Gaita, 1643, CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS, Cohab, Porto Velho - RO - CEP: 76807-778
Advogado (a): Advogados do(a) EXECUTADO: ELDA LUCIANA OLIVEIRA MELO - RO0003924, LAIANA OLIVEIRA MELO - RO0004906
Advogado do(a) EXECUTADO:

DESPACHO
Intime-se a parte autora para manifestar quanto aos bens penhorados, sob pena de arquivamento.
Porto Velho/RO, data inserida na movimentação.
Acir Teixeira Grécia
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA PORTO VELHO
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7044060-54.2017.8.22.0001
Parte requerente: Nome: LEIDIANE GONCALVES PEREIRA
Endereço: Rua Jamary, 2020, Pedrinhas, Porto Velho - RO - CEP: 76801-492
Advogado (a): Advogado do(a) REQUERENTE: ELIEL SOEIRO SOARES - RO8442
Parte requerida: DIGITI BRASIL COMERCIO DE LIVROS EIRELI - ME
Advogado (a): Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.
O feito efetivamente comporta julgamento antecipado, dada a ausência de outras provas a serem produzidas e porque exclusivamente de direito a matéria a ser analisada, não se justificando designação de audiência de instrução ou dilação probatória.
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Em casos tais, onde se mostra desnecessária a realização de mais provas, vez que já há elementos suficientes e formar o convencimento do juízo, o julgamento antecipado da lide é cogente e não mera liberalidade do Magistrado que, ao emiti-lo, atende ao interesse público, não havendo que se falar em ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, ainda mais no caso dos presentes autos em que ambas as partes expressaram em audiência que não há mais provas a produzirem e pleitearam o julgamento do processo no estado em que se encontra.
Trata-se de ação onde a parte requerente alega nunca ter contratado os serviços da empresa requerida. Aduz que tentou realizar abertura de crediário e houve a negativa de crédito em virtude de inscrição realizada pela empresa requerida.
Devidamente citada e intimada para comparecer em audiência de conciliação, a parte requerida não compareceu ao evento e tampouco apresentou justificativa, demonstrando descaso ao chamamento do juízo.
Deve-se reconhecer os efeitos da revelia, reconhecendo a veracidade das alegações trazidas na inicial. No caso em tela, faltou a comprovação que somente a parte requerida poderia realizar, quedando-se inerte.
Por essas razões, deve-se ser reconhecida a inexibilidade da relação jurídica entre as partes, devendo ser dado baixa na cobrança que gerou a negativação.
O que se perquire, então, é a responsabilidade da requerida pelo fato.
No entanto, não há comprovação nos autos, de que tenha o nome da parte requerente, sido inscrita junto aos órgãos de proteção ao crédito.
A parte requerente juntou, com a inicial, somente a comprovação do SCPC, sendo que houve chamamento para que apresentasse as demais, sob o fundamento do ENUNCIADO 29 do FOJUR.
Enunciado 29 Para análise do dano por negativação indevida é necessária a juntada de pesquisa realizada diretamente junto ao órgão de proteção ao crédito (SPC, SERASA, SCPC etc.).
A alegação da parte requerente de que inexiste inscrição não é suficiente para comprovar o dano, uma vez que deve ser demonstrado documentalmente, quedando-se inerte ao chamamento do juízo.
Assim, deixou a parte requerente de cumprir com a incumbência que lhe cabia ao não acostar aos autos a comprovação do abalo creditício, não incidindo o direito a reparação por danos morais.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial, para fins de DECLARAR a inexigibilidade dos débitos apontado na inicial, e, por conseguinte, CONDENO a requerida a proceder a baixa do referido débito no prazo de 10 dias, sob pena de aplicação de multa diária em caso de descumprimento.
Por conseguinte, declaro EXTINTO O PROCESSO, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I do CPC.
Intime-se as partes da SENTENÇA.
Sem custas e sem honorários por se trata de DECISÃO em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei 9.099/1995.
Publicado e registrado eletronicamente.
Cumpra-se.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, data inserida na movimentação.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7051887-19.2017.8.22.0001
REQUERENTE: DINIZ & GONCALVES LTDA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIA DE FATIMA DE SOUZA MAIA - RO0007062
REQUERIDO: ROSILANDS SOCORRO LELO SANTIAGO
Advogado do(a) REQUERIDO:
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala B - 3º Juizado Especial Cível Data: 23/04/2018 Hora: 12:00
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45,

Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7051846-52.2017.8.22.0001
REQUERENTE: DINIZ & GONCALVES LTDA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIA DE FATIMA DE SOUZA MAIA - RO0007062
REQUERIDO: ANTONIO EGON DE MENDONCA
Advogado do(a) REQUERIDO:
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala B - 3º Juizado Especial Cível Data: 23/04/2018 Hora: 16:00
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA PORTO VELHO
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7049269-04.2017.8.22.0001
Parte requerente: Nome: MAISA MAIA SOARES
Endereço: Rua Darcy Vargas, 1531, São Sebastião, Porto Velho - RO - CEP: 76801-674
Advogado (a): Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO DUARTE MOREIRA - RO0005266
Parte requerida: SABRINA MONTEIRO BARBOSA
DESPACHO
A parte autora justificou sua “futura” ausência na audiência de conciliação ante a possível falta de tempo hábil para a citação da requerida. Saliento que tal justificativa ocorreu um dia antes da efetiva citação da requerida.
No ato da audiência, a parte requerida compareceu e requereu a extinção do feito ou prazo para a apresentação da contestação.
Com a devida vênia, constato que parte autora não apresentou o devido cuidado no acompanhamento da tramitação deste feito. Deveria, por imposição legal, comparecer à audiência, cuja ausência, inclusive, acarreta a extinção do feito sem julgamento do MÉRITO por expressa previsão legal (art. 51, I, da Lei 9.099/95), mesmo supondo que a parte contrária não seria citada ou não compareceria.
No entanto, em obediência aos princípios que informam os Juizados Especiais, em especial a celeridade, informalidade e economia processual, e considerando a efetiva citação da requerida, por meio de oficial de justiça (com custos ao
PODER JUDICIÁRIO) deixo de determinar a extinção do feito e concedo prazo de 15 (quinze) dias para que a requerida apresente contestação.
Desde já fica a parte autora intimada a apresentar réplica, após a contestação, no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o prazo in albis, retornem conclusos para SENTENÇA.
Serve cópia desta DECISÃO como comunicação/MANDADO / ofício/intimação.
Porto Velho, data inserida no movimento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA PORTO VELHO
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7058071-25.2016.8.22.0001
Parte requerente: Nome: HERMENSON FELIX PEREIRA
Endereço: Rua Simon Camelo, 3422, Lagoinha, Porto Velho - RO - CEP: 76829-892
Advogado (a): Advogado: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA OAB: MT13741/O Endereço: desconhecido
Parte requerida: Nome: BRADESCARD ELO PARTICIPACOES S.A.
Endereço: Banco Bradesco S.A., S/N, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4 Andar, Vila Yara, Osasco - SP - CEP: 06029-900
Advogado (a): Advogado: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB: RO0005546 Endereço: Avenida Sete de Setembro, 2481, Nossa Senhora das Graças, Porto Velho - RO - CEP: 76804-141
DESPACHO
Verifica-se que a parte autora, embora tenha sido condenada por litigância de má-fé, desconhece o ajuizamento da ação em seu favor. Isso pode ser constatado pelo fato da inicial indicar endereço fictício, como tem sido prática do causídico que subscreve a inicial em outros processos.
Todavia, em cumprimento ao disposto no artigo 77, VI, § 6º, do CPC, encaminhe-se cópia desta DECISÃO, à OAB/MT e de Rondônia, a fim de apurar infração disciplinar do Advogado, por ter postulado em Juízo, utilizando nome de parte que aparentemente, desconhece o ajuizamento da ação em seu favor.
Assim, considerando que a parte autora não foi localizada no endereço indicado nos autos, intime-se o Banco Bradescard para requerer o que for de direito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho/RO, data inserida na movimentação.
Acir Teixeira Grécia
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7026247-14.2017.8.22.0001.
REQUERENTE: ANSELMO NASCIMENTO DE SOUZA.
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA da SENTENÇA prolatada no feito, anexa, e DO PRAZO RECURSAL DE 10 (DEZ) DIAS, bem como a cumprir espontaneamente a referida SENTENÇA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, contados automaticamente após o decurso do prazo de trânsito recursal, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7026247-14.2017.8.22.0001
Requerente: ANSELMO NASCIMENTO DE SOUZA
Advogado do(a) REQUERENTE: MARLI SALVAGNINI - RO0008050
Requerido(a): CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462
Intimação À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA da SENTENÇA prolatada no feito, anexa, e DO PRAZO RECURSAL DE 10 (DEZ) DIAS.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7001339-87.2017.8.22.0001
REQUERENTE: CLINICA ODONTOLOGICA DR FABRICIO LOPES DA SILVA LTDA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: MIRIAM PEREIRA MATEUS - RO0005550
REQUERIDO: CIRSA APARECIDA PINTO
Advogado do(a) REQUERIDO:
Intimação
DESPACHO
O documento do sigilo fiscal agora estão visíveis para ambas as partes e a advogada da parte exequente.
Prazo de 10 (dez) dias para manifestação.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/ intimação.
Porto Velho, data inserida no movimento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA PORTO VELHO
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7048641-15.2017.8.22.0001
Parte requerente: Nome: WANDERLEY JOSE DE OLIVEIRA JUNIOR
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 1990, apartamento fundos, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-038
Advogado (a): Advogado do(a) REQUERENTE: ANTONIO SANTANA MOURA - RO000531A
Parte requerida:
Advogado (a): Advogado do(a) REQUERIDO:

DESPACHO
Converto o julgamento em diligência, uma vez verificado que o processo não está maduro para SENTENÇA, devendo a parte requerente, saná-la no prazo de 05 (cinco) dias juntando comprovante de pagamento da quantia informada na inicial (recibo, extrato de cartão, extrato de transferência, etc), sob pena de julgamento antecipado da lide no estado em que se encontra.
Providencie o cartório o necessário.
INTIME-SE.
Serve este DESPACHO como comunicação/MANDADO / intimação.
Cumpra-se
Porto Velho, data inserida no movimento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7049429-29.2017.8.22.0001
REQUERENTE: GENILDO FRANCISCO DE BARROS
Advogado do(a) REQUERENTE: LUCAS ARABE GOMES DA SILVA - RO8170
REQUERIDO: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA
Advogado do(a) REQUERIDO: ARMANDO SILVA BRETAS - PR0031997
Intimação
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95.
A parte autora objetiva indenização por danos materiais (R$ 1.315,50) e morais (R$ 5.000,00), pois não obteve desconto no pagamento antecipado de parcelas referente à compra de dois celulares na empresa requerida.
Constam dos autos as notas fiscais dos celulares, contrato de seguro e o carnê de pagamento referente à compra, consubstanciada em 12 parcelas de R$ 269,07, bem como o pagamento dos valores de 268,98, em 08/06/17 e R$ 1.447,03, em 27/05/2017.
O valor da compra dos dois celulares foi de R$ 2.834,94. Com o parcelamento, a compra passou a ter o valor de R$ 3.228,81. Entre o valor real dos celulares e o valor total das parcelas chega-se a uma diferença de R$ 392,82.
O pedido desta ação, referente a indenização por danos materiais, deveria insurgir-se apenas com relação aos juros cobrados, qual seja, R$ 392,82. No entanto, o autor requer a indenização do valor que antecipou, por livre e espontânea vontade, como se indenização material fosse, além de suposto abalo moral pela falta de desconto nos juros cobrados.
Diante de tais circunstâncias, entendo que não existe a necessária lógica entre os fatos e o pedido, de modo que o reconhecimento da inépcia da inicial, e a consequente extinção do feito sem julgamento do MÉRITO, mostra-se a melhor medida, a fim de possibilitar ao autor, caso queira, a propositura de nova demanda, com pedidos adequados aos fatos.
Isto posto, diante da inépcia da inicial (art. 330, § 1º, III, do CPC), julgo extinto o feito sem julgamento do MÉRITO, na forma do art. 485, I, do CPC.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Cumpra-se.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/ intimação.
Porto Velho, data inserida no movimento.
Assinado eletronicamente por: ACIR TEIXEIRA GRECIA
http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 16161011”

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7049429-29.2017.8.22.0001
REQUERENTE: GENILDO FRANCISCO DE BARROS
Advogado do(a) REQUERENTE: LUCAS ARABE GOMES DA SILVA - RO8170
REQUERIDO: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA
Advogado do(a) REQUERIDO: ARMANDO SILVA BRETAS - PR0031997
Intimação
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95.
A parte autora objetiva indenização por danos materiais (R$ 1.315,50) e morais (R$ 5.000,00), pois não obteve desconto no pagamento antecipado de parcelas referente à compra de dois celulares na empresa requerida.
Constam dos autos as notas fiscais dos celulares, contrato de seguro e o carnê de pagamento referente à compra, consubstanciada em 12 parcelas de R$ 269,07, bem como o pagamento dos valores de 268,98, em 08/06/17 e R$ 1.447,03, em 27/05/2017.
O valor da compra dos dois celulares foi de R$ 2.834,94. Com o parcelamento, a compra passou a ter o valor de R$ 3.228,81. Entre o valor real dos celulares e o valor total das parcelas chega-se a uma diferença de R$ 392,82.
O pedido desta ação, referente a indenização por danos materiais, deveria insurgir-se apenas com relação aos juros cobrados, qual seja, R$ 392,82. No entanto, o autor requer a indenização do valor que antecipou, por livre e espontânea vontade, como se indenização material fosse, além de suposto abalo moral pela falta de desconto nos juros cobrados.
Diante de tais circunstâncias, entendo que não existe a necessária lógica entre os fatos e o pedido, de modo que o reconhecimento da inépcia da inicial, e a consequente extinção do feito sem julgamento do MÉRITO, mostra-se a melhor medida, a fim de possibilitar ao autor, caso queira, a propositura de nova demanda, com pedidos adequados aos fatos.
Isto posto, diante da inépcia da inicial (art. 330, § 1º, III, do CPC), julgo extinto o feito sem julgamento do MÉRITO, na forma do art. 485, I, do CPC.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Cumpra-se.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/ intimação.
Porto Velho, data inserida no movimento.
Assinado eletronicamente por: ACIR TEIXEIRA GRECIA
http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 16161011 “

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7028676-51.2017.8.22.0001
REQUERENTE: JOHNATAN URTADO DIAS
Advogados do(a) REQUERENTE: MARIA GORETI DE OLIVEIRA - RO0003199, JOSE REINALDO DE OLIVEIRA - SP0125685
REQUERIDO: TELEFONICA DATA S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO ABILIO KERBER DINIZ - RO0004389
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)

FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA PORTO VELHO
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7039128-23.2017.8.22.0001
Parte requerente: Nome: ALCEONE DA SILVA BISPO
Endereço: Rua Clóves Machado, 3282, - até 3301/3302, Juscelino Kubitschek, Porto Velho - RO - CEP: 76829-450
Advogado (a): Advogado do(a) REQUERENTE: CLAUDIO RUBENS NASCIMENTO RAMOS JUNIOR - ES21937
Parte requerida: CLARO S.A.
DESPACHO
Intimem-se a parte autora para que se manifeste sobre o acordo juntado no presente feito, visto não constar a assinatura do advogado Cláudio Rubens Nascimento, no prazo de 5 (cinco) dias.
Serve cópia desta DECISÃO como comunicação/MANDADO / ofício/intimação.
Porto Velho, data inserida no movimento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7052657-46.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: FABIO VALERIO BAIA DE LIMA
Advogados do(a) EXEQUENTE: WYLIANO ALVES CORREIA - RO0002715, ODAILTON KNORST RIBEIRO - RO0000652, LEME BENTO LEMOS - RO000308A, ANDERSON ADRIANO DA SILVA - RO0003331
EXECUTADO: BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) EXECUTADO: RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP0211648
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7023730-36.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: ELISANGELA CARVALHO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: WALDENEIDE DE ARAUJO CAMARA - RO0002036, JOSE ROBERTO DA SILVA SANTOS - RO0006755
EXECUTADO: NADIA LIZIE DE PAULA SOUZA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7025189-44.2015.8.22.0001
EXEQUENTE: PAULA MARIA SOUSA SANTOS
Advogado do(a) EXEQUENTE: NAGEM LEITE AZZI SANTOS - RO0006915
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD, BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO S/A
Advogado do(a) EXECUTADO: ANA PAULA CARVALHO VEDANA - RO0006926
Advogado do(a) EXECUTADO: ANA PAULA DUMONT DE OLIVEIRA - DF47286
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7018417-94.2017.8.22.0001
REQUERENTE: RENATHA DO MONTE MIRANDA
Advogados do(a) REQUERENTE: LEONARDO ALENCAR MOREIRA - RO5799, MOEMA ALENCAR MOREIRA - RO0006824
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A
Advogado do(a) REQUERIDO: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE - MT007413O
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA PORTO VELHO
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7037517-35.2017.8.22.0001
Parte requerente: Nome: ADILSON DA SILVA SANTANA
Endereço: Rua América do Norte, 2591, Três Marias, Porto Velho - RO - CEP: 76812-712
Advogado (a): Advogados do(a) REQUERENTE: LIDIANE PEREIRA ARAKAKI - RO0006875, THIAGO AZEVEDO LOPES - RO0006745
Parte requerida: AUTOVEMA VEICULOS LTDA
Advogado (a): Advogado do(a) REQUERIDO: JOSE CRISTIANO PINHEIRO - RO0001529

SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/1.995.
ALEGAÇÕES DO AUTOR: Afirma que procurou empresa requerida em dezembro de 2016, adquirindo uma caminhonete Frontier, marca Nissan, placa NCW 7993, no valor de R$ 50.954,02 (cinquenta mil novecentos e cinquenta e quatro reais e dois centavos). Afirma que deu seu veículo Honda Fit, avaliado em dez mil reais, mais a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais) em espécie, como forma de pagamento.
Relata que o vendedor da empresa requerida, Sr. Paulo Roberto de Oliveira, não abateu no débito o valor do veículo, bem como foi autorizado no ato da contratação a transferência de propriedade para esposa do vendedor ( Andreia Marques de Souza).
Afirma que o vendedor, agiu de forma maliciosa, repassando o veículo para sua esposa, não abatendo no valor da negociação e não realizar a transferência de propriedade do veículo.
Assim ajuizou a presente ação, pleiteando a restituição do valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), transferência de propriedade do veículo e pagamento de todos os débitos que surgiram após a entrega do veículo e indenização por danos morais.
ALEGAÇÕES DA REQUERIDA: Suscita preliminar de ilegitimidade Passiva. E no MÉRITO, alega que a transação comercial, ocorreu apenas com a venda do veículo FRONTIER para o Requerente, mediante a entrada do valor em dinheiro de R$ 10.000,00 (dez mil reais), que foi devidamente pago para a Requerida. Afirma ainda que não existe prova de que a empresa requerida tenha recebido ou vendido o veículo Honda Fit, conforme informado pelo autor. Sustenta não ter responsabilidade pelo ocorrido e que não há o que se falar em indenização por dano moral.
PRELIMINAR: A preliminar arguida não merece prosperar, vez que o autor demonstrou ter realizado toda transação comercial dentro da empresa requerida, conforme documentos em anexos.
PROVAS E FUNDAMENTAÇÃO: Resta comprovado toda transação comercial entre o autor e a requerida, conforme documentos em anexo.
Analisando os autos, e em pesquisa no sítio eletrônico da SEFIN e do DETRAN (https://portalcontribuinte.sefin.ro.gov.br/Publico/certidaoNegativa.jsp;https://consulta.detran.ro.gov.br/CentralDeConsultasInternet/Software/ViewConsultaVeiculos.aspx), verifica-se que não há qualquer débito em aberto em nome do autor ou inscrição, referente ao veículo Honda Fit, objeto da presente demanda, em relação ao pedido de transferência.
Cumpre destacar que, já houve a transferência do veículo, e o atual proprietário chama-se Andreia Marques de Souza, conforme consulta acima mencionada.
Desta forma, reconheço a perda do objeto quanto ao pedido transferência de propriedade do veículo Honda Fit, placa NCO 4383.
Quanto ao pedido dos danos materiais, deve ser procedente, tendo em vista que de acordo com a negociação, bem como as oitivas de testemunhas, o veículo Honda Fit, repassado ao vendedor Paulo Roberto de Oliveira, na época funcionário da empresa requerida, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), não houve abatimento do valor do débito, na compra da caminhonete Frontier, marca Nissan, placa NCW 7993, adquirida pelo valor de R$ 50.954,02, podendo a empresa requerida ajuizar com ação de regresso, em razão dos eventuais prejuízos causados por seu antigo funcionário.
Assim a requerida deverá arcar com o pedido de danos materiais, haja vista que não ocorreu abatimento do veículo Honda Fit, dado em pagamento para aquisição da caminhonete Frontier, conforme documentos anexados nos autos, tendo em vista que as negociações ocorreram dentro da empresa requerida, sendo a mesma responsável por qualquer prejuízo causado em seus consumidores
Neste caso é presumida a culpa da requerida pelo ato culposo do empregado ou preposto, ou seja, não é necessário comprovar que a empresa requerida contribuiu para a ocorrência do dano para que ela seja responsabilizado, bastando apenas estar caracterizada a culpa do empregado, neste caso o vendedor que realizou a transação comercial com a venda do veículo.
Quanto ao pedido de dano moral, não o vejo caracterizado. Trata-se de aborrecimentos naturais do cotidiano, sem repercussão na esfera íntima mais profunda do ser.
Somente deve ser reparado aquele dano que causa sofrimento ou humilhação, com interferência no comportamento psicológico do indivíduo, o que não se verifica no caso.
A indenização por dano moral não deve ser banalizada, pois não se destina a confortar meros percalços da vida comum.
Esta é a DECISÃO que mais justa se revela para o caso concreto, nos termos do art. 6º da LF 9.099/95.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE em parte o pedido inicial, formulado pela parte autora em desfavor da requerida e CONDENO a requerida ao pagamento do dano material na importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigida monetariamente desde a data da compra do veículo (15/12/2016) e juros de mora, de 1% (um por cento), desde a citação
Por conseguinte, declaro EXTINTO O PROCESSO, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I do CPC.
Intime-se as partes da SENTENÇA. Ocorrido o trânsito em julgado, a parte devedora deverá, independente de nova intimação, efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 52, inciso III e IV da Lei 9.099/95, subsidiariamente ao artigo 523, §1º do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
O Valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com comprovação tempestiva nos autos, sob pena de incidência da multa descrita anteriormente.
Caso haja pagamento espontâneo, expeça-se o respectivo alvará.
Sem custas e sem honorários por se trata de DECISÃO em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei 9.099/1995.
Porto Velho/RO, data inserida na movimentação.
Acir Teixeira Grécia
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA PORTO VELHO
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7037517-35.2017.8.22.0001
Parte requerente: Nome: ADILSON DA SILVA SANTANA
Endereço: Rua América do Norte, 2591, Três Marias, Porto Velho - RO - CEP: 76812-712
Advogado (a): Advogados do(a) REQUERENTE: LIDIANE PEREIRA ARAKAKI - RO0006875, THIAGO AZEVEDO LOPES - RO0006745
Parte requerida: AUTOVEMA VEICULOS LTDA
Advogado (a): Advogado do(a) REQUERIDO: JOSE CRISTIANO PINHEIRO - RO0001529
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/1.995.
ALEGAÇÕES DO AUTOR: Afirma que procurou empresa requerida em dezembro de 2016, adquirindo uma caminhonete Frontier, marca Nissan, placa NCW 7993, no valor de R$ 50.954,02 (cinquenta mil novecentos e cinquenta e quatro reais e dois centavos). Afirma que deu seu veículo Honda Fit, avaliado em dez mil reais, mais a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais) em espécie, como forma de pagamento.
Relata que o vendedor da empresa requerida, Sr. Paulo Roberto de Oliveira, não abateu no débito o valor do veículo, bem como foi autorizado no ato da contratação a transferência de propriedade para esposa do vendedor ( Andreia Marques de Souza).
Afirma que o vendedor, agiu de forma maliciosa, repassando o veículo para sua esposa, não abatendo no valor da negociação e não realizar a transferência de propriedade do veículo.
Assim ajuizou a presente ação, pleiteando a restituição do valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), transferência de propriedade do veículo e pagamento de todos os débitos que surgiram após a entrega do veículo e indenização por danos morais.

ALEGAÇÕES DA REQUERIDA: Suscita preliminar de ilegitimidade Passiva. E no MÉRITO, alega que a transação comercial, ocorreu apenas com a venda do veículo FRONTIER para o Requerente, mediante a entrada do valor em dinheiro de R$ 10.000,00 (dez mil reais), que foi devidamente pago para a Requerida. Afirma ainda que não existe prova de que a empresa requerida tenha recebido ou vendido o veículo Honda Fit, conforme informado pelo autor. Sustenta não ter responsabilidade pelo ocorrido e que não há o que se falar em indenização por dano moral.

PRELIMINAR: A preliminar arguida não merece prosperar, vez que o autor demonstrou ter realizado toda transação comercial dentro da empresa requerida, conforme documentos em anexos.

PROVAS E FUNDAMENTAÇÃO: Resta comprovado toda transação comercial entre o autor e a requerida, conforme documentos em anexo.

Analisando os autos, e em pesquisa no sítio eletrônico da SEFIN e do DETRAN (https://portalcontribuinte.sefin.ro.gov.br/Publico/certidaoNegativa.jsp;https://consulta.detran.ro.gov.br/CentralDeConsultasInternet/Software/ViewConsultaVeiculos.aspx), verifica-se que não há qualquer débito em aberto em nome do autor ou inscrição, referente ao veículo Honda Fit, objeto da presente demanda, em relação ao pedido de transferência.

Cumpre destacar que, já houve a transferência do veículo, e o atual proprietário chama-se Andreia Marques de Souza, conforme consulta acima mencionada.

Desta forma, reconheço a perda do objeto quanto ao pedido transferência de propriedade do veículo Honda Fit, placa NCO 4383.

Quanto ao pedido dos danos materiais, deve ser procedente, tendo em vista que de acordo com a negociação, bem como as oitivas de testemunhas, o veículo Honda Fit, repassado ao vendedor Paulo Roberto de Oliveira, na época funcionário da empresa requerida, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), não houve abatimento do valor do débito, na compra da caminhonete Frontier, marca Nissan, placa NCW 7993, adquirida pelo valor de R$ 50.954,02, podendo a empresa requerida ajuizar com ação de regresso, em razão dos eventuais prejuízos causados por seu antigo funcionário.

Assim a requerida deverá arcar com o pedido de danos materiais, haja vista que não ocorreu abatimento do veículo Honda Fit, dado em pagamento para aquisição da caminhonete Frontier, conforme documentos anexados nos autos, tendo em vista que as negociações ocorreram dentro da empresa requerida, sendo a mesma responsável por qualquer prejuízo causado em seus consumidores

Neste caso é presumida a culpa da requerida pelo ato culposo do empregado ou preposto, ou seja, não é necessário comprovar que a empresa requerida contribuiu para a ocorrência do dano para que ela seja responsabilizado, bastando apenas estar caracterizada a culpa do empregado, neste caso o vendedor que realizou a transação comercial com a venda do veículo.

Quanto ao pedido de dano moral, não o vejo caracterizado. Trata-se de aborrecimentos naturais do cotidiano, sem repercussão na esfera íntima mais profunda do ser.

Somente deve ser reparado aquele dano que causa sofrimento ou humilhação, com interferência no comportamento psicológico do indivíduo, o que não se verifica no caso.

A indenização por dano moral não deve ser banalizada, pois não se destina a confortar meros percalços da vida comum.

Esta é a DECISÃO que mais justa se revela para o caso concreto, nos termos do art. 6º da LF 9.099/95.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE em parte o pedido inicial, formulado pela parte autora em desfavor da requerida e CONDENO a requerida ao pagamento do dano material na importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigida monetariamente desde a data da compra do veículo (15/12/2016) e juros de mora, de 1% (um por cento), desde a citação

Por conseguinte, declaro EXTINTO O PROCESSO, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I do CPC.

Intime-se as partes da SENTENÇA. Ocorrido o trânsito em julgado, a parte devedora deverá, independente de nova intimação, efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 52, inciso III e IV da Lei 9.099/95, subsidiariamente ao artigo 523, §1º do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.

O Valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com comprovação tempestiva nos autos, sob pena de incidência da multa descrita anteriormente.

Caso haja pagamento espontâneo, expeça-se o respectivo alvará.

Sem custas e sem honorários por se trata de DECISÃO em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei 9.099/1995.

Porto Velho/RO, data inserida na movimentação.

Acir Teixeira Grécia

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA PORTO VELHO
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7049534-06.2017.8.22.0001
Parte requerente: Nome: MARIA SONIA ARAUJO NASCIMENTO
Endereço: Rua Paulo Coelho, 1303, São Sebastião, Porto Velho - RO - CEP: 76801-720
Advogado (a): Advogado do(a) REQUERENTE: WILSON MOLINA PORTO - TO3546
Parte requerida: Nome: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO SAGA LTDA
Endereço: Rua T 27, 390, - até 1119/1120, Setor Bueno, Goiânia - GO - CEP: 74210-030
Advogado (a): Advogado do(a) REQUERIDO: JEFFERSON DO CARMO ASSIS - PR0004680
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei nº 9.099/95.

Trata-se de Repetição do Indébito c/c Indenização por Dano Morais proposta por Maria Sônia Nascimento de Lima em face da Administradora de Consórcio Saga Ltda.

Alega a autora que fez um lance de R$ 6.019,12 (seis mil, dezenove reais e doze centavos) com o objetivo de amortizar as últimas parcelas de um consórcio que tinha com a ré. No entanto, mesmo com tal pagamento efetuado continuou pagando todas as parcelas previstas inicialmente no contrato, sem amortização alguma.

A requerida se defendeu alegando que o plano de consórcio aderido pela requerente previa o resgate no final de somente 75% do valor referencial do contrato. Posteriormente, decidiu a autora realizar um aditivo para que pudesse resgatar 100% do valor referencial. Para isso, concordou em realizar o pagamento de R$ 6.019,12 (seis mil, dezenove reais e doze centavos) pela diferença do valor das parcelas, evitando o aumento destas após o aditivo.

No caso, por se tratar de direito consumerista, implica a inversão do ônus da prova previsto no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Correndo os olhos pelas provas anexadas aos autos pela parte requerida não é possível visualizar qual o percentual sobre o valor do automóvel de referência teria direito ao resgate a autora no final do grupo.

Os documentos que supostamente comprovariam o aditivo não explicam o pagamento de R$ 6.019,12 (seis mil, dezenove reais e doze centavos) na forma como a defesa narra.

Em outras palavras, a requerida não conseguiu provar que o aditivo realizado no contrato se referia a uma mudança na categoria do consórcio da autora, permitindo que ela resgatasse ao final 100% do valor do bem. Frise-se que esta prova está totalmente ao alcance da ré e não da autora.

O art. 42 do Código de Defesa do Consumidor em seu parágrafo único estipula que “o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável”.

No caso dos autos não deixou comprovado o requerido o engano justificável. Denota-se, portanto, que a requerida tem o dever patente de devolver em dobro toda a quantia ilegalmente apropriada da parte requerente, pelas razões expressas acima.
O valor da quantia apropriada indevidamente com a aplicação da dobra legal, chega-se ao valor de R$ 12.038,24 (doze mil, trinta e oito reais e vinte e quatro centavos).
Com relação ao dano moral não entendo como cabível neste caso, uma vez que não vislumbro abalo psicológico além do normal ou um profundo desgosto, capaz de tirar consideravelmente a tranquilidade do autor de forma prolongada, vale dizer, embora houve um desgaste emocional, raiva, nervosismo ou outros sentimentos, mas não ao ponto de deixar o requerente numa situação sem saída.
Ademais, a própria devolução em dobro do valor indevidamente cobrado é uma forma de reparação dos transtornos experimentados pelo consumidor.
Assim, considerando todo o abordado acima, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO INICIAL para condenar o requerido, Administradora de Consórcio Saga Ltda, a pagar ao requerente, Maria Sônia Nascimento de Lima, a quantia de R$ 12.038,24 (doze mil, trinta e oito reais e vinte e quatro centavos) a título de repetição do indébito, com correção monetária deste o ingresso da ação e juros legais a partir da citação válida.
Por consequência determino a EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 267, I, do CPC.
Intime-se as partes da SENTENÇA. Ocorrido o trânsito em julgado, a parte devedora deverá, independente de nova intimação, efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 52, inciso III e IV da Lei 9.099/95, subsidiariamente ao artigo 523, §1º do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
O Valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com comprovação tempestiva nos autos, sob pena de incidência da multa descrita anteriormente.
Caso haja pagamento espontâneo, expeça-se o respectivo alvará.
Sem custas e sem honorários por se trata de DECISÃO em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei 9.099/1995.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/ intimação.
Porto Velho, data inserida no movimento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA PORTO VELHO
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7049534-06.2017.8.22.0001
Parte requerente: Nome: MARIA SONIA ARAUJO NASCIMENTO
Endereço: Rua Paulo Coelho, 1303, São Sebastião, Porto Velho - RO - CEP: 76801-720
Advogado (a): Advogado do(a) REQUERENTE: WILSON MOLINA PORTO - TO3546
Parte requerida: Nome: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO SAGA LTDA
Endereço: Rua T 27, 390, - até 1119/1120, Setor Bueno, Goiânia - GO - CEP: 74210-030
Advogado (a): Advogado do(a) REQUERIDO: JEFFERSON DO CARMO ASSIS - PR0004680
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei nº 9.099/95.
Trata-se de Repetição do Indébito c/c Indenização por Dano Morais proposta por Maria Sônia Nascimento de Lima em face da Administradora de Consórcio Saga Ltda.
Alega a autora que fez um lance de R$ 6.019,12 (seis mil, dezenove reais e doze centavos) com o objetivo de amortizar as últimas parcelas de um consórcio que tinha com a ré. No entanto, mesmo com tal pagamento efetuado continuou pagando todas as parcelas previstas inicialmente no contrato, sem amortização alguma.
A requerida se defendeu alegando que o plano de consórcio aderido pela requerente previa o resgate no final de somente 75% do valor referencial do contrato. Posteriormente, decidiu a autora realizar um aditivo para que pudesse resgatar 100% do valor referencial. Para isso, concordou em realizar o pagamento de R$ 6.019,12 (seis mil, dezenove reais e doze centavos) pela diferença do valor das parcelas, evitando o aumento destas após o aditivo.
No caso, por se tratar de direito consumerista, implica a inversão do ônus da prova previsto no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor (CDC).
Correndo os olhos pelas provas anexadas aos autos pela parte requerida não é possível visualizar qual o percentual sobre o valor do automóvel de referência teria direito ao resgate a autora no final do grupo.
Os documentos que supostamente comprovariam o aditivo não explicam o pagamento de R$ 6.019,12 (seis mil, dezenove reais e doze centavos) na forma como a defesa narra.
Em outras palavras, a requerida não conseguiu provar que o aditivo realizado no contrato se referia a uma mudança na categoria do consórcio da autora, permitindo que ela resgatasse ao final 100% do valor do bem. Frise-se que esta prova está totalmente ao alcance da ré e não da autora.
O art. 42 do Código de Defesa do Consumidor em seu parágrafo único estipula que “o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável”.
No caso dos autos não deixou comprovado o requerido o engano justificável. Denota-se, portanto, que a requerida tem o dever patente de devolver em dobro toda a quantia ilegalmente apropriada da parte requerente, pelas razões expressas acima.
O valor da quantia apropriada indevidamente com a aplicação da dobra legal, chega-se ao valor de R$ 12.038,24 (doze mil, trinta e oito reais e vinte e quatro centavos).
Com relação ao dano moral não entendo como cabível neste caso, uma vez que não vislumbro abalo psicológico além do normal ou um profundo desgosto, capaz de tirar consideravelmente a tranquilidade do autor de forma prolongada, vale dizer, embora houve um desgaste emocional, raiva, nervosismo ou outros sentimentos, mas não ao ponto de deixar o requerente numa situação sem saída.
Ademais, a própria devolução em dobro do valor indevidamente cobrado é uma forma de reparação dos transtornos experimentados pelo consumidor.
Assim, considerando todo o abordado acima, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO INICIAL para condenar o requerido, Administradora de Consórcio Saga Ltda, a pagar ao requerente, Maria Sônia Nascimento de Lima, a quantia de R$ 12.038,24 (doze mil, trinta e oito reais e vinte e quatro centavos) a título de repetição do indébito, com correção monetária deste o ingresso da ação e juros legais a partir da citação válida.
Por consequência determino a EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 267, I, do CPC.
Intime-se as partes da SENTENÇA. Ocorrido o trânsito em julgado, a parte devedora deverá, independente de nova intimação, efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 52, inciso III e IV da Lei 9.099/95, subsidiariamente ao artigo 523, §1º do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
O Valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com comprovação tempestiva nos autos, sob pena de incidência da multa descrita anteriormente.
Caso haja pagamento espontâneo, expeça-se o respectivo alvará.
Sem custas e sem honorários por se trata de DECISÃO em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei 9.099/1995.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/ intimação.
Porto Velho, data inserida no movimento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA PORTO VELHO
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7044452-91.2017.8.22.0001
Parte requerente: Nome: DIEGO DINIZ CENCI
Endereço:, Porto Velho - RO - CEP: 76847-000
Advogado (a): Advogado: DIEGO DINIZ CENCI OAB: RO0007157
Endereço: desconhecido
Parte requerida: Nome: BANCO DO BRASIL SA
Endereço: Avenida Presidente Dutra, 3660, - de 3366 a 3678 - lado par, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-222
Advogado (a): Advogado: SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB: RO0006673 Endereço:, Buritis - RO - CEP: 76880-000 Advogado: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB: RO0006676 Endereço:, Porto Velho - RO - CEP: 76847-000
DECISÃO
Vistos.
Deixa o requerente de apresentar documentação hábil capaz de provar a falta de recursos financeiros para pagar as despesas do processo.
O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal estabelece que o Estado preste assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, com o que, desde a Edição da Constituição de 1988, a insuficiência de recursos deve ser demonstrada.
A Assistência Judiciária Gratuita destina-se às pessoas pobres e necessitadas, situação na qual não provou se enquadrar o requerente, ainda, a concessão indiscriminada do benefício, a quem não necessita, traz como consequência a inviabilização do acesso ao Poder Judiciário daquelas pessoas destituídas de suficiência econômica e que efetivamente necessitam da AJG.
O requerente, aliás, sequer juntou comprovante de insuficiência de recurso, nem foi claro sobre os meios de subsistência, e, ainda, a pretensão deduzida revela ter linha de crédito, o que faz presumir capacidade de pagamento. Desta forma, indefiro o pedido de justiça gratuita.
Contudo, como o pedido não fora analisado na SENTENÇA, deixo de julgar deserto o recurso e abro o prazo de 48h para a juntada do devido preparo, sob pena de deserção.
Caso ocorra pedido de reconsideração, deverá ser recolhido as custas.
Ocorrendo o pagamento, determino que subam os autos à Colenda Turma Recursal.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, data inserida na movimentação.
Acir Teixeira Grécia
Juiz de Direito

## 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7045704-32.2017.8.22.0001
REQUERENTE: ALDA IRES DA ROCHA CAMPELO
Advogado do(a) REQUERENTE: WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS - RO000655A
REQUERIDO: BANCO ITAÚ
Advogados do(a) REQUERIDO: MARCELO MOSQUEIRA TAVEIROS - RJ0113002, CARLOS ALBERTO BAIAO - RO0007420
Intimação DAS PARTES - SENTENÇA
Por força e determinação do juízo, FICAM AS PARTES INTIMADAS de todo o teor do DISPOSITIVO da SENTENÇA abaixo transcrito, bem como a, requerendo, recorrer no prazo legal.
"(...) DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial formulado por ALDA AIRES DA ROCHA em face de BANCO ITAÚ S/A, partes qualificados, e, por via de consequência, CONDENO o banco requerido ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais) à parte autora, a título dos reconhecidos danos morais, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária, a partir da publicação da SENTENÇA (S. 362, STJ).
Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC. Com o trânsito em julgado e após o pedido de cumprimento de SENTENÇA, a parte devedora deverá ser intimada na forma do artigo 523 e ss. do CPC, não sendo aplicável a parte final do §1° do referido artigo, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE. Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária (Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG). Havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, desde logo fica autorizado o levantamento, independente de nova CONCLUSÃO. Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei. Serve a presente como comunicação."
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7046508-97.2017.8.22.0001
REQUERENTE: RICARDO JOSE DE OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: LUCIO AFONSO DA FONSECA SALOMAO - RO0001063
REQUERIDO: GONCALVES INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Advogados do(a) REQUERIDO: PAULO TIMOTEO BATISTA - RO0002437, DOUGLAS RICARDO ARANHA DA SILVA - RO0001779
Por força e determinação do juízo, FICAM AS PARTES INTIMADAS de todo o teor do DISPOSITIVO da SENTENÇA abaixo transcrito, bem como a, requerendo, recorrer no prazo legal.
"(...) DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por RICARDO JOSÉ DE OLIVEIRA em desfavor de GONÇALVES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, ambos qualificados nos autos e, em consequência, CONDENO o requerido a pagar ao autor o valor de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), a título de indenização por danos materiais, com juros e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado.
Assim, JULGO EXTINTO o processo COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, I do CPC. Com o trânsito em julgado e após o pedido de cumprimento de SENTENÇA, a parte devedora deverá ser intimada na forma do artigo 523 e ss. do CPC, não sendo aplicável a parte final do §1° do referido artigo, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE. Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária (Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG). Havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, desde logo fica autorizado o levantamento, independente de nova CONCLUSÃO. Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei. Serve a presente como comunicação."
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7020792-68.2017.8.22.0001
Requerente: ADILSON BORGES DA SILVA
Requerido(a): RAPIDO TRANSPAULO LTDA
Advogados do(a) REQUERIDO: ARTUR HENRIQUE NASCIMENTO SANTOS - RO6772, THALES ANTIQUEIRA DINI - SP324998
Intimação ÀS PARTES - SENTENÇA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, ficam as partes intimadas da SENTENÇA, cujo DISPOSITIVO segue abaixo, bem como a, no prazo legal, querendo, apresentar recurso.
SENTENÇA: "DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial formulado por ADILSON BORGES DA SILVA em face de RAPIDO TRANSPAULO LTDA, partes qualificadas, e, por via de consequência, CONDENO a requerida ao pagamento de R$ 4.058,77 (quatro mil e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos) acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir do vencimento e de correção monetária desde o ajuizamento da ação, pelos índices publicados pelo Eg. TJRO, nos termos da fundamentação supra.
Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Com o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação em 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito, não sendo aplicável a condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária (Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG).
Após o trânsito em julgado e havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, fica autorizado o levantamento, independente de nova CONCLUSÃO.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei. Serve a presente como comunicação. Porto Velho/RO, data inserida na movimentação."
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia -
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, nº 3061, Bairro Embratel, CEP: 76820-842, Porto Velho/RO
Processo n.: 7002996-78.2015.8.22.0601
Parte requerente: Nome: IRA REIS GOMES
Endereço: DO COBRE, 3644, CONJ MARECHAL RONDON, FLODOALDO P PINTO, Porto Velho - RO - CEP: 76820-672
Advogado (a): Advogado do(a) EXEQUENTE: FERNANDO AUGUSTO TORRES DOS SANTOS - RO0004725
Parte requerida: Nome: MÓVEIS ÍTALO
Endereço: Avenida Mamoré, 5480, Esperança da Comunidade, Porto Velho - RO - CEP: 76825-084
Advogado (a): Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
Foi deferida a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD.
As informações anexas a este DESPACHO devem ser juntadas nos autos com advertência de sigiloso, para manuseio exclusivo dos advogados das partes, mediante acesso ao PJe.
Intime-se a parte exequente a se manifestar acerca dos documentos fiscais solicitados, no prazo de 10 (dez) dias.
Após o prazo, acima delimitado, os documentos fiscais devem ser excluídos dos autos.
Intime-se. Cumpra-se.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/ intimação.
Porto Velho, data inserida na movimentação.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7012730-53.2015.8.22.0601
EXEQUENTE: JOSE FERREIRA SANTIAGO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogados do(a) EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA SISTEMA PJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7014864-39.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: MILTON XAVIER DEZIDERIO
Advogados do(a) EXEQUENTE: MORGHANNA THALITA DOS SANTOS AMARAL - RO0006850, MARCOS DONIZETTI ZANI - RO0000613, RAPHAELLA FERNANDA MATOS SILVERIO - RO8364
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogados do(a) EXECUTADO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434, MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO0002391, GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA SISTEMA PJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia -
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, nº 3061, Bairro Embratel, CEP: 76820-842, Porto Velho/RO
Processo n.: 7031298-06.2017.8.22.0001
Parte requerente: Nome: K & M JOIAS LTDA - ME
Endereço: Avenida Sete de Setembro, 1083, - de 945 a 1355 - lado ímpar, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-097
Advogado (a): Advogados do(a) EXEQUENTE: LARISSA TEIXEIRA RODRIGUES FERNANDES - RO7095, RALENSON BASTOS RODRIGUES - RO8283, MICHEL MESQUITA DA COSTA - RO0006656, GESSICA DANDARA DE SOUZA - RO7192
Parte requerida: Nome: TATIANA MENDES DOS SANTOS
Endereço: Rua Piaba, 1288, - até 5699/5700, Lagoa, Porto Velho - RO - CEP: 76812-164
Advogado (a): Advogado do(a) EXECUTADO:

DECISÃO
Foi deferida a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD.
As informações anexas a este DESPACHO devem ser juntadas nos autos com advertência de sigiloso, para manuseio exclusivo dos advogados das partes, mediante acesso ao PJe.
Intime-se a parte exequente a se manifestar acerca dos documentos fiscais solicitados, no prazo de 10 (dez) dias.
Após o prazo, acima delimitado, os documentos fiscais devem ser excluídos dos autos.
Intime-se. Cumpra-se.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/ intimação.
Porto Velho, data inserida na movimentação.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7006041-47.2015.8.22.0001
REQUERENTE: LORIVAL LOURENCO DE CAMARGO
Advogado do(a) REQUERENTE: GABRIEL LOYOLA DE FIGUEIREDO - RO4468
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogados do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA SISTEMA PJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia -
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, nº 3061, Bairro Embratel, CEP: 76820-842, Porto Velho/RO
Processo n.: 7031026-12.2017.8.22.0001
Parte requerente: Nome: K & M JOIAS LTDA - ME
Endereço: Avenida Sete de Setembro, 1083, - de 945 a 1355 - lado ímpar, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-097
Advogado (a): Advogados do(a) EXEQUENTE: GESSICA DANDARA DE SOUZA - RO7192, MICHEL MESQUITA DA COSTA - RO0006656, RALENSON BASTOS RODRIGUES - RO8283, LARISSA TEIXEIRA RODRIGUES FERNANDES - RO7095
Parte requerida: Nome: IURI RODRIGUES DA SILVA
Endereço: Avenida Jatuarana, 5695, - de 5695 a 5861 - lado ímpar, Floresta, Porto Velho - RO - CEP: 76806-001
Advogado (a): Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
Foi deferida a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD.
As informações anexas a este DESPACHO devem ser juntadas nos autos com advertência de sigiloso, para manuseio exclusivo dos advogados das partes, mediante acesso ao PJe.
Intime-se a parte exequente a se manifestar acerca dos documentos fiscais solicitados, no prazo de 10 (dez) dias.
Após o prazo, acima delimitado, os documentos fiscais devem ser excluídos dos autos.
Intime-se. Cumpra-se.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/ intimação.
Porto Velho, data inserida na movimentação.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia -
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, nº 3061, Bairro Embratel, CEP: 76820-842, Porto Velho/RO
Processo n.: 7011222-58.2017.8.22.0001
Parte requerente: Nome: VIVIANE RODRIGUES DOS SANTOS
Endereço: Avenida Vigésima, 6034, apto. 503, Bloco A, Rio Madeira, Porto Velho - RO - CEP: 76821-436
Nome: TIAGO BRANDAO SANTANA
Endereço: Avenida Vigésima, 6034, apto. 503, Bloco A, Rio Madeira, Porto Velho - RO - CEP: 76821-436
Nome: DEYSA DOS SANTOS RODRIGUES
Endereço: Rua Salgado Filho, 2535, - de 2365/2366 a 2704/2705, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-054
Nome: MAURIZIO RODRIGUES DOS SANTOS
Endereço: Rua Salgado Filho, 2535, - de 2365/2366 a 2704/2705, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-054
Advogado (a): Advogados do(a) EXEQUENTE: ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA - RO0004260, KAMILA ARAUJO PRADO - RO0007371
Advogados do(a) EXEQUENTE: ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA - RO0004260, KAMILA ARAUJO PRADO - RO0007371
Advogados do(a) EXEQUENTE: ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA - RO0004260, KAMILA ARAUJO PRADO - RO0007371
Advogados do(a) EXEQUENTE: ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA - RO0004260, KAMILA ARAUJO PRADO - RO0007371
Parte requerida: Nome: INSEL AIR INTERNATIONAL B.V.
Endereço: Edifício Monte Castelo, 227, Avenida Erasmo Braga 227 - Sala 905 a 908 (parte), Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20020-902
Advogado (a): Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
DEFIRO a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD.
As informações anexas a este DESPACHO devem ser juntadas nos autos com advertência de sigiloso, para manuseio exclusivo dos advogados das partes, mediante acesso ao PJe.
Intime-se a parte exequente a se manifestar acerca dos documentos fiscais solicitados, no prazo de 10 (dez) dias.
Após o prazo, acima delimitado, os documentos fiscais devem ser excluídos dos autos.
Intime-se. Cumpra-se.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/ intimação.
Porto Velho, data inserida na movimentação.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia -
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, nº 3061, Bairro Embratel, CEP: 76820-842, Porto Velho/RO
Processo n.: 7039099-70.2017.8.22.0001
Parte requerente: Nome: BRENO AZEVEDO LIMA
Endereço: Rua Senador Álvaro Maia, 1865, - de 1705/1706 a 2024/2025, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-064
Advogado (a): Advogado do(a) EXEQUENTE: BRENO AZEVEDO LIMA - RO0002039
Parte requerida: Nome: FRANCISCO RICARDO DE SOUSA
Endereço: Rua Paulo Freire, 586, Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho - RO - CEP: 76820-514
Advogado (a): Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
Foi deferida a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD.
As informações anexas a este DESPACHO devem ser juntadas nos autos com advertência de sigiloso, para manuseio exclusivo dos advogados das partes, mediante acesso ao PJe.

Intime-se a parte exequente a se manifestar acerca dos documentos fiscais solicitados, no prazo de 10 (dez) dias.
Após o prazo, acima delimitado, os documentos fiscais devem ser excluídos dos autos.
Intime-se. Cumpra-se.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/ intimação.
Porto Velho, data inserida na movimentação.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7050775-49.2016.8.22.0001.
EXEQUENTE: FABIANA VENTURA DE OLIVEIRA.
EXECUTADO: BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO S/A
Advogados do(a) EXECUTADO: GUSTAVO CLEMENTE VILELA - SP0220907, ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO - RO000303B, PAULO BARROSO SERPA - RO0004923
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - Poder Judiciário
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Processo n.: 7043286-24.2017.8.22.0001
Parte requerente: Nome: JORDELINO ALVES DA COSTA JUNIOR
Endereço: Rua Senador Álvaro Maia, 2345, Liberdade, Porto Velho - RO - CEP: 76803-892
Nome: SANDRO ALMEIDA DA COSTA
Endereço: Rua Senador Álvaro Maia, 2345, Liberdade, Porto Velho - RO - CEP: 76803-892
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIA ORISLENE MOTA DE SOUSA - RO3292
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIA ORISLENE MOTA DE SOUSA - RO3292
Parte requerida: Nome: VRG LINHAS AEREAS S.A.
Endereço: AC Aeroporto Internacional de Porto Velho, 6490, Avenida Governador Jorge Teixeira 6490, Aeroporto, Porto Velho - RO - CEP: 76803-970
Advogados do(a) REQUERIDO: ALINE SUMECK BOMBONATO - RO0003728, MARCIO VINICIUS COSTA PEREIRA - RJ0084367, BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO - RO0002991
DECISÃO
INDEFIRO o pleito de gratuidade da justiça reclamado pelos autores, uma vez que não vislumbro a hipossuficiência econômica das partes para receber o benesse legal.
Desse modo, deveria a parte diligenciar e comprovar a real necessidade da isenção. É certo que a jurisprudência dominante se orienta no sentido de que somente o pedido já seria suficiente para o deferimento do pleito, contudo, a situação particular merece atenção.
O preparo recursal, quando a parte não goza do benefício da gratuidade judiciária, deve ser comprovado no ato de interposição do recurso, ou no prazo de 48 horas após a interposição do recurso, conforme disposição expressa do art. 42, § 1º, da Lei n. 9.099/95.
Dessa forma, intimem-se os recorrentes para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, realizar o recolhimento do preparo, sob pena de não conhecimento do recurso.
Serve a presente como comunicação.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Processo: 7049131-37.2017.8.22.0001
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: DAGOBERTO BONETTI DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: FRANK MENEZES DA SILVA - RO7240, CAREN RANILE MOURA DE SOUZA - RO7485
REQUERIDO: LUCY MARY DA SILVA MENDANHA FRAGA
Advogado do(a) REQUERIDO:
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora/requerido, no prazo de 5 dias úteis, quanto o aviso de recebimento com o motivo de mudou-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7001964-72.2014.8.22.0601
REQUERENTE: MAIRSON CANTERLE CARDOZO
Advogado do(a) REQUERENTE: PITAGORAS CUSTODIO MARINHO - RO0004700
REQUERIDO: TECNOCOMEX COMERCIAL LTDA - ME, ROBERTO MENDES GALVAO DE MIRANDA, ROGERIO MENDES GALVAO DE MIRANDA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca do aviso de recebimento com motivo de recusado, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

## 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
Processo nº 7019115-71.2015.8.22.0001
REQUERENTE: ALBERTO FERREIRA ALBERNAZ
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Vistos.
Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo Estado de Rondônia contra a SENTENÇA que julgou os pedidos formulados pela parte requerente procedentes.
Sustenta, em síntese, que a SENTENÇA reconheceu a isenção do IR em razão de lesão ocorrida por acidente de serviço, mas a legislação tributária condicionaria o reconhecimento do benefício apenar a partir de laudo médico oficial e que o aposentado por invalidez deve ser submetido a cada dois anos a reavaliação médica.
É o necessário.
Conheço dos embargos, eis que presentes seus pressupostos de admissibilidade.
Inicialmente cumpre ressaltar que os embargos de declaração são cabíveis apenas nas hipóteses previstas em Lei, por se tratar de recurso de fundamentação restrita.
Logo, deve o embargante demonstrar em que ponto a SENTENÇA é obscura, contraditória, omissa ou incorre em erro material.
Entretanto, o Estado de Rondônia não aponta qualquer dos vícios sanáveis através do recurso apresentado, vez que busca tão somente rediscutir o MÉRITO.
A alegação da inexistência de Laudo Médico Oficial não se sustenta, vez que há Laudo nos autos (ID 1452612 - pág. 1 e ID 1452613))
No tocante a perícia bienal, incumbe à autarquia previdenciária convocar o servidor aposentado para novas perícias, na forma da Lei.
Ademais, a SENTENÇA não desobriga o autor a passar pelos procedimentos previstos em lei para manutenção de sua aposentadoria por invalidez e, por consequência, da isenção do IR, apenas lhe declara o direito à isenção, evidentemente, enquanto a situação de fato constatada nos autos persistir, esvaindo-se os seus efeitos na hipótese de Reversão (art. 32, LC 68/92).
Pelo exposto, julgo improcedentes os embargos de declaração opostos pelo Estado de Rondônia.
Considerando a petição do requerente de que não houve o cumprimento da DECISÃO liminar e de que este está aposentado, é necessário oficiar o IPERON para que deixe de realizar os descontos de Imposto de Renda, vez que nesta hipótese a autarquia figura tão somente como substituto tributário.
INTIME-SE O(A) PRESIDENTE DO IPERON para que determine à folha de pagamentos a supressão do desconto de imposto de renda do Policial Militar Reformado ALBERTO FERREIRA ALBERNAZ (matrícula 100040517), no prazo de 10 dias, sob pena de responsabilidade.
IPERON: Av. Sete de Setembro, 2557 - Bairro Nossa Senhora das Graças, Porto Velho, RO - CEP 76804141.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo recursal, transcorrido sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se.
Cópia da presente servirá como MANDADO.
Porto Velho, data do movimento
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7023639-77.2016.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (1114)
EXEQUENTE: FATIMA YOUNES HERRMANN
Advogados do(a) EXEQUENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN - RO0006805, GILBER ROCHA MERCES - RO0005797
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Considerando a concordância apresentada.
Analisar se o processo está com a classe correta (ECFP) e promover a correção se for o caso.
O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor apresentado pela parte executada.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Havendo impugnação o processo deverá ser movimentado como "JEC – Concluso para Julgamento – Embargos".
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
assinando digitalmente.
Assinado eletronicamente por: PEDRO SILLAS CARVALHO
http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 15393414 18020509570517200000014331814

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7044474-86.2016.8.22.0001
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: ITAMAR DE OLIVEIRA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: GILBER ROCHA MERCES - RO0005797, UILIAN HONORATO TRESSMANN - RO0006805
EXECUTADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Analisar se o processo está com a classe correta (ECFP) e promover a correção se for o caso.
Não assiste razão à executada.
Os valores pleiteados em execução estão claramente abrangidos pelo DISPOSITIVO do título executado nesta, de forma que não se vislumbra excesso na execução.
O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor de R$ 794,84.

Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/ precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7050274-61.2017.8.22.0001
JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: NILZA MARIA BATISTA DEODATO
Advogado do(a) REQUERENTE: DIEGO IONEI MONTEIRO MOTOMYA - RO7757
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos, etc...
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Decido.
Trata-se de ação de natureza condenatória em que a parte requerente postula o fornecimento de insulina PTH.
Instada a manifestar o interesse no prosseguimento do feito, ante a informação de que existiria o mencionado medicamento pronto para dispensa, a autora manteve-se inerte, o que enseja o indeferimento da petição inicial.
DISPOSITIVO.
Pelo exposto, declaro extinto o feito, sem resolução de MÉRITO, nos termos do art. 485, I, CPC.
Sem custas e honorários advocatícios.
Intime-se.
Agende-se decurso de prazo, transcorrido sem manifestação, arquivem-se.
Porto Velho, data do movimento
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7009203-16.2016.8.22.0001
JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: MARIA PATRICIA DE SOUSA
Advogados do(a) REQUERENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN - RO0006805, GILBER ROCHA MERCES - RO0005797
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Analisar se o processo está com a classe correta (ECFP) e promover a correção se for o caso.
Não assiste razão à executada.
Os valores pleiteados em execução estão claramente abrangidos pelo DISPOSITIVO do título executado nesta, de forma que não se vislumbra excesso na execução.
O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor de R$ 820,41.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/ precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7001305-63.2014.8.22.0601
EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (1114)
EXEQUENTE: JANDER BARBOSA REBELO
Advogados do(a) EXEQUENTE: BRUNA GISELLE RAMOS - RO4706, LUDMILA MORETTO SBARZI GUEDES - RO0004546
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos,
Ante a divergência nos cálculos apresentados, em especial quanto à proporcionalidade do 13º, remetam-se à contadoria para apuração dos valores devidos.
Após, intimem-se as partes para manifestarem-se no prazo de 05 dias e, com ou sem manifestação, tornem-me conclusos para DECISÃO.
Intimem-se via DJe.
Porto Velho, data do sistema.
Juiz de Direito, assinado digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
0000021-91.2017.8.22.0001
EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (1114)
EXEQUENTE: MARIA DO PERPETUO FERREIRA DA FONSECA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOSE ROBERTO DE CASTRO - SP139198, EDIR ESPIRITO SANTO SENA - RO7124
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Vistos etc,
A parte requerida impugnou o cumprimento de SENTENÇA reclamando apresentação de conta detalhada.
DECIDO.
Em 20/09/2017 o pleno do STF decidiu que os índices de juros e correção das dívidas da Fazenda Pública, mesmo antes da formação do precatório são apurados com aplicação do IPCA-E e 0,5% ao mês, portanto, nada mais há que se discutir em relação ao esse tópico, pois foi o critério aplicado pela contadoria judicial.
A parte executada alega que a exequente recebeu valor maior do que o indicado em novembro de 2016, porém, utiliza valor idêntico ao desta em sua planilha.
Ademais, diferente do que alega a executada os juros utilizados foram de 0,5% a.m..

Posto isto, julgo IMPROCEDENTE a impugnação para declarar como valor do crédito principal sendo R$ 14.381,31. Não há honorários decorrentes de execução.
O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor de R$ 14.381,31.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76.820-842
Processo nº: 7000348-62.2014.8.22.0601 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: RONY DIAS DE MOURA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANTONIO FRACCARO - RO0001941
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Ao expedir a RPV (Requisição de Pequeno Valor) nos autos em epígrafe, em que pese o patrono da parte ter juntado procuração com poderes para dar e receber quitação, não juntou o contrato de honorários advocatícios, documento necessário para discriminação dos valores na RPV (valores da parte e do advogado), conforme entendimento do mm. juiz.
Diante do exposto, promovo a intimação da parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar contrato de honorários advocatícios para expedição da competente RPV, sob pena de arquivamento. Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76.820-842
Processo nº: 7031573-86.2016.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: NILTON BARRETO LINO DE MORAES, LEONARDO FERREIRA DE MELO
Advogado do(a) REQUERENTE: LEONARDO FERREIRA DE MELO - RO0005959
Advogado do(a) REQUERENTE: LEONARDO FERREIRA DE MELO - RO0005959
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação AO REQUERENTE (VIA DJE)
Certifico que, compulsando os autos, foi constatado que a parte autora não apresentou os dados bancários (nome, cpf, agência, conta corrente e banco), razão pela qual promovo a intimação da parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar os dados bancários das pessoas em favor das quais a RPV deve ser expedida. Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7050332-98.2016.8.22.0001
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ADIVILSON BRITO DAS NEVES
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROBSON VIEIRA LEBKUCHEN - RO0004545
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos,
Ante a divergência nos cálculos apresentados, em especial ao percentual de juros utilizado, remetam-se à contadoria para apuração dos valores devidos.
Após, intimem-se as partes para manifestarem-se no prazo de 05 dias e, com ou sem manifestação, tornem-me conclusos para DECISÃO.
Intimem-se via DJe.
Porto Velho, data do sistema.
Juiz de Direito, assinado digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7003800-46.2015.8.22.0601
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ADALBERTO ROSA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: VANESSA FERNANDA CARNELOSE - RO0006280
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos, etc.
Em vista dos cálculos apresentados pelas partes, decido por acolher o apresentado pela parte executada, pois conforme os parâmetros consignados no venerável acórdão de ID n. 9887260.
Registro que a parte exequente já havia anuído com os primeiros cálculos apresentados pelo Estado. Todavia, intimado, apresentou novos cálculos, porém, novamente, de forma equivocada.
Explico!
A parte exequente deixou de deduzir em seus cálculos os valores recebidos a título de adicional de insalubridade que é inacumulável ao adicional de periculosidade.
Tanto é verdade que no venerável acórdão de ID n. 9887260 foi determinada a suspensão do pagamento do adicional de insalubridade (item “c” do DISPOSITIVO ).
Saliento que este Juízo possui o entendimento de que em se tratando de RPV, é possível que se conceba duas, uma a título de honorários advocatícios “sucumbenciais” (crédito exclusivo do advogado) e outra referente ao crédito principal da parte credora de onde se pode ter dois beneficiários (a própria parte juntamente com seu advogado em relação aos honorários advocatícios “contratuais” que lhe são devidos por aquele).
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo o respectivo pagamento no prazo de 60 (sessenta) dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.

Tratando-se, porém, de precatório, expeça-se o competente ofício requisitório de pagamento ao presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, para que, por seu intermédio, expeça-se precatório em favor da parte exequente, observando-se o disposto no art. 535, § 3º, inciso I, da Lei n. 13.105/2015 (novo Código de Processo Civil) c/c art. 27 da Lei n. 12.153/2009.
Tendo em vista a natureza alimentar da quantia, deve a autoridade responsável inseri-la como crédito preferencial nos moldes da súmula n. 144 do STJ e art. 100, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal de 1988.
Após, arquive-se.
Analisar se o processo está com a classe correta (ECFP) e promover a correção se for o caso.
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
Juiz(a) de Direito, assinando digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7024408-85.2016.8.22.0001
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: MAHMOUD FAWZI EL RAFIHI
Advogado do(a) EXEQUENTE: VALDIR ANTONIO DE VARGAS - RO2192
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Analisar se o processo está com a classe correta (ECFP) e promover a correção se for o caso.
Com razão a executada.
A exequente busca o pagamento do mês referente ao mês 09/13, porém, conforme fichas financeiras, no referido mês já houve o pagamento de tal verba, portanto acolho os cálculos apresentados pela executada.
O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor de R$ 12.413,32.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7025619-25.2017.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: JUCINEY VIANA DOS SANTOS
Advogados do(a) REQUERENTE: ARMANDO DIAS SIMÕES NETO - RO8288, VANESSA CESARIO SOUSA - RO8058
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Trata-se pedido de ação que trata sobre a incidência de ICMS sobre a TUST /TUSD e há pedido de antecipação de tutela.
Entretanto, o Ministro Relator Herman Benjamin suspendeu todos os processos em trâmite em território nacional que versem sobre a referida matéria (RESP Nº 1.163.020 – RS), com efeito, deixo de analisar o pedido de tutela de urgência.
Em atenção ao princípio da celeridade e economia processual, o Estado de Rondônia deverá ser citado e após o decurso de prazo para resposta os autos aguardarão a DECISÃO do RESP Nº 1.163.020 – RS.
Cite-se a parte requerida com prazo de 30 (trinta) dias, devendo ser enviada cópia da inicial, ficando ciente de que se desejar a produção de provas deverá apresentar na peça defensiva tal requerimento com todas as informações necessárias quais sejam: 1- Testemunhal: nomes e endereços; 2- Pericial: nome, telefone, e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos; 3- Exibição de documento ou fornecimento de informações: identificação do documento, descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado, sob pena de perda do direito de produzir tais provas.
Em relação a produção de provas, o mesmo vale para a parte requerente, mas com prazo de 10 dias, sob pena de preclusão.
Deixo de analisar eventual pedido de assistência judiciária gratuita em razão da garantia de acesso gratuito em primeiro grau nos juizados especiais.
Cite-se e intime-se a parte requerida pelo sistema PJe, servindo-se da presente como MANDADO.
Agende-se decurso de prazo para contestação e em seguida, todos os processos que versem sobre a mesma matéria deverão ser alocados em caixa própria pela CPE aguardando a DECISÃO do STJ para retornar ao gabinete.
Porto Velho, data do movimento
Juiz(a) de Direito
Assinado eletronicamente por: PEDRO SILLAS CARVALHO
http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 15727474 18020211440514900000014640138

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7037464-88.2016.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (1114)
EXEQUENTE: MARIVALDA SENA LEITE
Advogado do(a) EXEQUENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN - RO0006805
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Considerando a concordância apresentada.
Analisar se o processo está com a classe correta (ECFP) e promover a correção se for o caso.
O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor apresentado pela parte executada.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.

Havendo impugnação o processo deverá ser movimentado como "JEC – Concluso para Julgamento – Embargos".
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
assinando digitalmente.
Assinado eletronicamente por: PEDRO SILLAS CARVALHO
http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 15393408 18020509512851900000014331809

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
Processo nº 7062004-06.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: SHIRLANE DE BRITO, RUAN PABLO DE BRITO ALVES
EXECUTADO: IPAM
SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA
Vistos, etc.
Relatório dispensado, nos termos do art. 27 da Lei n. 12.153/2009 c/c art. 38 da Lei n. 9.099/1995.
Fundamentos. Decido.
Extrai-se dos autos que as partes transacionaram extrajudicialmente (ID n. 15396893) e que o Ministério Público do Estado de Rondônia, intimado, manifestou-se em favor da homologação deste acordo, bem como pelo pagamento imediato ao menor (parte autora) e pela desnecessidade de nomeação de curador especial (ID n. 15966425).
Neste sentido, é de rigor proceder à homologação da transação de ID n. 15396893 à luz do art. 487, inciso III, "b", do CPC/2015.
DISPOSITIVO.
Posto isto, HOMOLOGO a transação de ID n. 15396893 onde as partes entabularam os seguintes itens:
a) O valor total a ser pago pelo IPAM à título de retroativo de auxílio-reclusão, referente ao período de agosto/2015 a 14 de março de 2017, conforme planilha de cálculos anexa, será de R$ 19.657,18 (Dezenove mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e dezoito centavos).
b) Do valor total, R$ 13.760,03 (Treze mil, setecentos e sessenta reais e três centavos) será depositado diretamente na conta em nome do titular do benefício, Ruan Pablo de Brito Alves, nos seguintes dados bancários: Agência nº 7116-1, Conta Corrente nº 9.312-2 – Banco do Brasil.
c) E 30% (Trinta por cento) do valor total, correspondente à importância de R$ 5.897,15 (Cinco mil, oitocentos e noventa e sete reais e quinze centavos) será paga ao patrono do requerente, Dr. Anderson dos Santos Mendes, à título de honorários advocatícios, e conforme contrato de honorários em anexo, nos seguintes dados bancários: Agência nº 0674, Conta Corrente nº 01034108-0, Banco Santander.
DECLARO EXTINTO o feito, com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso III, "b", do CPC/2015.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, caput, da Lei n. 9.099/1995.
A Central de Processamento Eletrônico (CPE) deverá alterar a classe judicial para Procedimento do Juizado Especial Cível (PJEC), advertindo o patrono em momento ulterior sobre eventual equívoco, se necessário.
Intime-se as partes pelo sistema PJe, servindo a presente de expediente/ comunicação/ intimação/ MANDADO / ofício/ AR.
Agende-se decurso de prazo e, com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Porto Velho, data do sistema.
Juiz(a) de Direito, assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7019115-71.2015.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ALBERTO FERREIRA ALBERNAZ
Advogado do(a) REQUERENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO0004594
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Vistos. Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo Estado de Rondônia contra a SENTENÇA que julgou os pedidos formulados pela parte requerente procedentes. Sustenta, em síntese, que a SENTENÇA reconheceu a isenção do IR em razão de lesão ocorrida por acidente de serviço, mas a legislação tributária condicionaria o reconhecimento do benefício apenar a partir de laudo médico oficial e que o aposentado por invalidez deve ser submetido a cada dois anos a reavaliação médica. É o necessário. Conheço dos embargos, eis que presentes seus pressupostos de admissibilidade. Inicialmente cumpre ressaltar que os embargos de declaração são cabíveis apenas nas hipóteses previstas em Lei, por se tratar de recurso de fundamentação restrita. Logo, deve o embargante demonstrar em que ponto a SENTENÇA é obscura, contraditória, omissa ou incorre em erro material. Entretanto, o Estado de Rondônia não aponta qualquer dos vícios sanáveis através do recurso apresentado, vez que busca tão somente rediscutir o MÉRITO. A alegação da inexistência de Laudo Médico Oficial não se sustenta, vez que há Laudo nos autos (ID 1452612 - pág. 1 e ID 1452613)) No tocante a perícia bienal, incumbe à autarquia previdenciária convocar o servidor aposentado para novas perícias, na forma da Lei. Ademais, a SENTENÇA não desobriga o autor a passar pelos procedimentos previstos em lei para manutenção de sua aposentadoria por invalidez e, por consequência, da isenção do IR, apenas lhe declara o direito à isenção, evidentemente, enquanto a situação de fato constatada nos autos persistir, esvaindo-se os seus efeitos na hipótese de Reversão (art. 32, LC 68/92). Pelo exposto, julgo improcedentes os embargos de declaração opostos pelo Estado de Rondônia. Considerando a petição do requerente de que não houve o cumprimento da DECISÃO liminar e de que este está aposentado, é necessário oficiar o IPERON para que deixe de realizar os descontos de Imposto de Renda, vez que nesta hipótese a autarquia figura tão somente como substituto tributário. INTIME-SE O(A) PRESIDENTE DO IPERON para que determine à folha de pagamentos a supressão do desconto de imposto de renda do Policial Militar Reformado ALBERTO FERREIRA ALBERNAZ (matrícula 100040517), no prazo de 10 dias, sob pena de responsabilidade. IPERON: Av. Sete de Setembro, 2557 - Bairro Nossa Senhora das Graças, Porto Velho, RO - CEP 76804141. Intimem-se. Agende-se decurso de prazo recursal, transcorrido sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se. Cópia da presente servirá como MANDADO. Porto Velho, data do movimento Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7045755-43.2017.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)

Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: LUANA CAROLINE ROSA
Advogado do(a) REQUERENTE: RODRIGO AUGUSTO BARBOZA PINHEIRO - RO0005706
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado na forma dos arts. 27 da Lei n. 12.153/09 c/c 38 da Lei n. 9.099/95. Fundamentos. Decido. Trata-se de ação em que a parte requerente pretende o recebimento de Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte em Pecúnia. À guisa dos autos, verifiquei que a parte requerente não conseguiu comprovar que é servidor(a) público(a) "efetivo(a)", pertencente ao quadro "permanente" dos servidores públicos da Câmara Municipal de Porto Velho/RO, ônus que lhe incumbia à luz do art. 373, inciso I, do CPC/2015. Destarte, entendo que a parte autora não preenche os requisitos legais para pleitear valores atinentes ao Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte que são pagos tão somente aos servidores "efetivos" da Câmara, à luz do princípio da Legalidade Estrita (CF/88, art. 37, caput). Ademais, a Carta Magna, em seu art. 37, inciso XIII, é expressa em vedar a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público. Por fim, e em consonância com o entendimento sedimentado no STF (Súmula Vinculante n. 37), tenho que não cabe ao
PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos, sob o fundamento de isonomia, pois restaria vulnerado o princípio basilar do Estado Democrático de Direito, consubstanciado na Separação de Poderes Assim, é de rigor julgar improcedente(s) o(s) pedido(s) da parte requerente. DISPOSITIVO. Frente ao exposto e ao mais que dos autos constam, julgo IMPROCEDENTE(S) o(s) pedido(s) formulado(s) pela parte requerente para condenar o município de Porto Velho/RO a pagar o Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte de forma vinculada ou equiparada à remuneração paga aos servidores públicos "efetivos", pertencentes ao quadro "permanente" da Câmara Municipal de Porto Velho/RO. DECLARO RESOLVIDO o MÉRITO nos termos do art. 487, inciso I, do CPC/2015. Em relação à assistência judiciária gratuita, registro que a parte requerente não comprovou a sua hipossuficiência, razão pela qual não lhe assiste tal direito, devendo, num eventual recurso, recolher o respectivo preparo recursal. Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n. 9.099/95, artigo 27, da Lei n. 12.153/09. A Central de Processamento Eletrônico (CPE) deverá alterar a classe judicial para Procedimento do Juizado Especial Cível (PJEC), advertindo o patrono em momento ulterior sobre eventual equívoco, se for o caso. Intime-se as partes pelo sistema PJe, servindo cópia da presente de expediente/ comunicação/ intimação/ carta-AR/ MANDADO / ofício. Porto Velho, data do sistema. Juiz(a) de Direito, assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7028841-35.2016.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: RICARDO GOMES DE ARAUJO PEREIRA
Advogados do(a) EXEQUENTE: YANARA OLIVEIRA DE VASCONCELOS - RO0005989, JAMILE CHEREM GOMES DE ARAUJO PEREIRA - PE29457
EXECUTADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
SENTENÇA
Vistos, etc.
Em vista dos cálculos apresentados pelas partes, decido por acolher o apresentado pela parte executada.
A parte exequente embasou seus cálculos na taxa SELIC que não é utilizada pela Fazenda Pública municipal na remuneração de seu crédito tributário nos termos da Lei Complementar Municipal n. 199, de 21/12/2004 (Código Tributário do município de Porto Velho), art. 272, incisos I e II c/c art. 282 e que sequer foi mencionada na SENTENÇA que ora se requer cumprimento.
Destarte, acolho os cálculos apresentados pela parte executada por ter se utilizado dos índices de correção e juros consignados na SENTENÇA.
Outrossim, DEFIRO o requerimento de substabelecimento apresentado (ID n. 15779680), razão pela qual a CPE – Central de Processamento Eletrônico, deverá proceder com o cadastro dos advogados(as) substabelecidos "com" reserva de poderes.
Assim sendo, considerando que o processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, expeça-se a RPV/PRECATÓRIO nos valores indicados pela parte executada.
Saliento que este Juízo possui o entendimento de que em se tratando de RPV, é possível que se conceba duas, uma a título de honorários advocatícios "sucumbenciais" (crédito exclusivo do advogado) e outra referente ao crédito principal da parte credora de onde se pode ter dois beneficiários (a própria parte juntamente com seu advogado em relação aos honorários advocatícios "contratuais" que lhe são devidos por aquele).
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/ precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Analisar se o processo está com a classe correta (ECFP) e promover a correção se for o caso.
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
Juiz(a) de Direito, assinando digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Amazonas, 2375, Esquina, Nova Porto Velho, PORTO VELHO - RO - CEP: 76820-163 - Fone:(69) 32175007 / 32175010
Processo nº: 0022833-35.2014.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
REQUERENTE(S): MANOLO KELER e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: KHARIN DE CAMARGO - RO0002150
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA, THEODOMIRO DE OLIVEIRA PINTO
DESPACHO
Ante a certidão de que não houve a citação do requerido THEODOMIRO DE OLIVEIRA PINTO em decorrência de suas férias, proceda-se novamente a citação no endereço fornecido.
Cite-se (sistema) com prazo de defesa de 30 dias, ficando ciente de que se desejar a produção de provas deverá apresentar na peça defensiva tal requerimento com todas as informações necessárias quais sejam, sob pena de perda do direito de produzi-las.
1- Testemunhal: nomes e endereços;
2- Pericial: nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos;
3- Exibição de documento ou fornecimento de informações: identificação do documento, descrição de seu conteúdo, bom como onde e com quem está depositado).

Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias, para manifestação.
Ao mesmo tempo, intime-o da redesignação da audiência de conciliação, instrução e julgamento que ocorrerá na data de 10/04/2018, as 10 horas.
Ante o pedido de audiência de conciliação por parte do município e levando em conta que no microssistema dos Juizados Especiais buscar-se-á sempre que possível a conciliação (Lei n. 9.099/1995, art. 2º), converto o julgamento em diligência para convocar as partes a comparecerem devidamente acompanhadas por seus advogados na sala n. 103 (sala de audiência do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho), situada na Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, Porto Velho- Rondônia –, para audiência de conciliação, instrução e julgamento a realizar-se em 10 de abril de 2018 (terça-feira), às 10h.
Se possível, as partes e testemunhas deverão se apresentar ao secretário do gabinete com 15 (quinze) minutos de antecedência portando documento de identificação com foto para fins de coleta de dados pessoais.
As testemunhas comparecerão à audiência de conciliação, instrução e julgamento em no máximo de três para cada parte, incumbindo ao(s) patrono(s) da parte informar ou intimar a(s) testemunha(s) por ele arrolada(s) do dia, da hora e do local da audiência designada.
Inexistindo rol de testemunhas, certifique-se.
Intime-se pelo sistema PJe, servindo a presente de expediente/ comunicação/ intimação/ carta-AR/ MANDADO / ofício.
Intime-se a parte requerente (sistema).
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7002912-14.2014.8.22.0601 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: FERNANDO AVELAR DOS SANTOS, GENESIS UENDER ELLER
Advogado do(a) REQUERENTE: WILLIAM ALVES BORGES - RO5074
Advogado do(a) REQUERENTE: WILLIAM ALVES BORGES - RO5074
REQUERIDO: AGENCIA DE DEFESA SANITARIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos etc,
A parte requerida impugnou o cumprimento de SENTENÇA reclamando quanto ao índice de juros e correção monetária pela aplicação da TR e de juros com 0,5% ao mês, desde a citação.
DECIDO.
Em 20/09/2017 o pleno do STF decidiu que os índices de juros e correção das dívidas da Fazenda Pública, mesmo antes da formação do precatório são apurados com aplicação do IPCA-E e 0,5% ao mês, portanto, nada mais há que se discutir em relação ao esse tópico, pois foi o critério aplicado pela exequente.
A parte executada apenas apresentou cálculos sem dar qualquer explicação lógica sobre em quais pontos estariam incorretos os cálculos da exequente além de utilizar índices incorretos, motivos pelos quais acolho os cálculos da exequente.
Posto isto, julgo IMPROCEDENTE a impugnação para declarar como valor do crédito principal os valores apresentados pela exequente IDs 10081456 e 10081465.
Declaro RESOLVIDO o MÉRITO, de acordo com o art. 487, inciso I, do novo CPC.
Sem custas e sem honorários.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/ precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Desde já informo a requerente que para expedição de RPV se faz necessária renúncia expressa aos valores excedentes À 10 salários mínimos, hipótese em que os honorários contratuais serão contados desse montante. Informo ainda que em caso de opção por precatório não é possível a separação dos honorários contratuais, devendo ser pagos juntamente do crédito principal pela mesma via escolhida.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Havendo impugnação o processo deverá ser movimentado como "JEC – Concluso para Julgamento – Embargos".
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz Johnny Gustavo Clemes, assinando digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7029575-20.2015.8.22.0001
EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (1114)
EXEQUENTE: THIAGO ARAUJO LAIOLA
Advogados do(a) EXEQUENTE: GRAZIELA PEREIRA DANILUCCI - RO0004805, LUDMILA MORETTO SBARZI GUEDES - RO0004546, BRUNA GISELLE RAMOS - RO4706
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos,
Ante a divergência nos cálculos apresentados, em especial a taxa de juros utilizado, remetam-se à contadoria para apuração dos valores devidos.
Após, intimem-se as partes para manifestarem-se no prazo de 05 dias e, com ou sem manifestação, tornem-me conclusos para DECISÃO.
Intimem-se via DJe.
Porto Velho, data do sistema.
Juiz de Direito, assinado digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7008019-39.2014.8.22.0601
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: GISELE SONI ANTONIO
Advogados do(a) EXEQUENTE: GRAZIELA PEREIRA DANILUCCI - RO0004805, LUDMILA MORETTO SBARZI GUEDES - RO0004546, BRUNA GISELLE RAMOS - RO4706
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:

Vistos etc,
A parte requerida impugnou o cumprimento de SENTENÇA reclamando reclamando apresentação de conta detalhada.
DECIDO.
Em 20/09/2017 o pleno do STF decidiu que os índices de juros e correção das dívidas da Fazenda Pública, mesmo antes da formação do precatório são apurados com aplicação do IPCA-E e 0,5% ao mês, portanto, nada mais há que se discutir em relação ao esse tópico, pois foi o critério aplicado pela exequente.
Quanto aos descontos de IRPF ou previdenciários deverão ser efetuados no momento do pagamento do crédito.
Embora o Estado não seja devedor de custas processuais, deve ressarcir à exequente os custos que esta teve com a demanda, o que o torna devedor dos valores antecipados a título de custas judiciais pela exequente.
Posto isto, julgo IMPROCEDENTE a impugnação para declarar como valor do crédito principal sendo R$ 40.501,12.
Declaro RESOLVIDO o MÉRITO, de acordo com o art. 487, inciso I, do novo CPC.
Sem custas e sem honorários.
O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor de R$ 40.501,12 .
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7010444-05.2015.8.22.0601
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: ODENILDO GUILHERME DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: BRUNA GISELLE RAMOS - RO4706, GRAZIELA PEREIRA DANILUCCI - RO0004805, LUDMILA MORETTO SBARZI GUEDES - RO0004546
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos,
Ante as divergências entre os cálculos apresentados, remetam-se à contadoria para apuração dos valores devidos.
Após, intimem-se as partes para manifestarem-se no prazo de 05 dias e, findo o prazo, tornem-me conclusos para DECISÃO.
Intimem-se via DJe.
Porto Velho, data do sistema.
Juiz de Direito, assinado digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7045262-03.2016.8.22.0001
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: CARLOS HENRIQUE FARIAS DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: GILBER ROCHA MERCES - RO0005797, UILIAN HONORATO TRESSMANN - RO0006805
EXECUTADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Analisar se o processo está com a classe correta (ECFP) e promover a correção se for o caso.
Não assiste razão à executada.
Verifica-se que a executada não demonstra quais seriam os erros nos cálculos da exequente, observando-se ainda que a exequente aplicou os índices e juros pertinentes à fazenda pública não, portanto, julgo improcedente a impugnação apresentada.
O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor de R$ 681,31.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Havendo impugnação o processo deverá ser movimentado como "JEC – Concluso para Julgamento – Embargos".
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7008912-16.2016.8.22.0001
JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ROSANGELA DA SILVA LOPES
Advogados do(a) REQUERENTE: GILBER ROCHA MERCES - RO0005797, UILIAN HONORATO TRESSMANN - RO0006805
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Analisar se o processo está com a classe correta (ECFP) e promover a correção se for o caso.
Não assiste razão à executada.
Os valores pleiteados em execução estão claramente abrangidos pelo DISPOSITIVO do título executado nesta, de forma que não se vislumbra excesso na execução.
O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor de R$ 758,51.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito , assinando digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7002983-36.2015.8.22.0001
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: FABRICIO DE SOUZA DO NASCIMENTO
Advogados do(a) EXEQUENTE: LUDMILA MORETTO SBARZI GUEDES - RO0004546, GRAZIELA PEREIRA DANILUCCI - RO0004805, BRUNA GISELLE RAMOS - RO4706
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Vistos etc,
A parte requerida impugnou o cumprimento de SENTENÇA reclamando apresentação de conta detalhada.
DECIDO.
Em 20/09/2017 o pleno do STF decidiu que os índices de juros e correção das dívidas da Fazenda Pública, mesmo antes da formação do precatório são apurados com aplicação do IPCA-E e 0,5% ao mês, portanto, nada mais há que se discutir em relação ao esse tópico, pois foi o critério aplicado pela exequente.
Quanto aos descontos de IRPF ou prveidenciários deverão ser efetuados no momento do pagamento do crédito.
Os juros estão calculados de forma regressiva, diferente da alegação da executada.
Posto isto, julgo IMPROCEDENTE a impugnação para declarar como valor do crédito principal sendo R$ 34.926,60.
Declaro RESOLVIDO o MÉRITO, de acordo com o art. 487, inciso I, do novo CPC.
Sem custas e sem honorários.
O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor de R$ 34.926,60.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7008020-24.2014.8.22.0601
JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: JOCILDA ALMEIDA DE BARROS
Advogados do(a) REQUERENTE: GRAZIELA PEREIRA DANILUCCI - RO0004805, LUDMILA MORETTO SBARZI GUEDES - RO0004546, BRUNA GISELLE RAMOS - RO4706
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos etc,
A parte requerida impugnou o cumprimento de SENTENÇA reclamando reclamando apresentação de conta detalhada.
DECIDO.
Em 20/09/2017 o pleno do STF decidiu que os índices de juros e correção das dívidas da Fazenda Pública, mesmo antes da formação do precatório são apurados com aplicação do IPCA-E e 0,5% ao mês, portanto, nada mais há que se discutir em relação ao esse tópico, pois foi o critério aplicado pela exequente.
Quanto aos descontos de IRPF ou previdenciários deverão ser efetuados no momento do pagamento do crédito.
Os juros estão calculados de forma regressiva, diferente da alegação da executada.
Posto isto, julgo IMPROCEDENTE a impugnação para declarar como valor do crédito principal sendo R$ 37.230,56.
Declaro RESOLVIDO o MÉRITO, de acordo com o art. 487, inciso I, do novo CPC.
Sem custas e sem honorários.
O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor de R$ 37.230,56.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7008624-48.2015.8.22.0601 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: JOSE NILTON FERREIRA DAS NEVES
Advogado do(a) REQUERENTE: VINICIUS SOARES SOUZA - RO0004926
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos, etc.
Considerando que a parte exequente concordou com os cálculos apresentados pela parte executada e considerando que com isso o processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, expeça-se a RPV/PRECATÓRIO nos valores indicados pela parte executada.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Saliento, em tempo, que na hipótese de pagamento por precatório é vedado o fracionamento para fins de recebimento dos honorários contratuais por meio de RPV.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.

Analisar se o processo está com a classe correta (ECFP) e promover a correção se for o caso.
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
Juiz(a) de Direito, assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7009569-55.2016.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (1114)
EXEQUENTE: FRANCISCO ALVES SANTANA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DEIVID CRISPIM DE OLIVEIRA - RO0006913
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos etc,
A parte requerida impugnou o cumprimento de SENTENÇA reclamando quanto ao índice de juros e correção monetária pela aplicação da TR e de juros com 0,5% ao mês, desde a citação.
DECIDO.
Em 20/09/2017 o pleno do STF decidiu que os índices de juros e correção das dívidas da Fazenda Pública, mesmo antes da formação do precatório são apurados com aplicação do IPCA-E e 0,5% ao mês, portanto, nada mais há que se discutir em relação ao esse tópico, pois foi o critério aplicado pela contadoria judicial.
A parte requerida apenas alegou juros computados com termo inicial equivocado, mas deixou de demonstrar matematicamente essa alegação, sendo rejeitada a queixa.
Posto isto, julgo IMPROCEDENTE a impugnação para declarar como valor do crédito principal sendo o valor apresentado pela exequente.
Devendo ser observado que, tratando-se de honorários sucumbenciais, é plenamente possível o recebimento através de RPV/PRECATÓRIO autônoma(o). Todavia, o mesmo não ocorre em relação aos honorários de natureza contratual, devendo este ser recebido juntamente com o valor principal.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Declaro RESOLVIDO o MÉRITO, de acordo com o art. 487, inciso I, do novo CPC.
Sem custas e sem honorários.
Intimem-se pelo sistema (cópia como expediente).
Expeça-se RPV.
Porto Velho, data do sistema.
Juiz de Direito, assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7003494-77.2015.8.22.0601 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: CLOVIS HENRIQUE DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN - RO0006805, GILBER ROCHA MERCES - RO0005797
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Analisar se o processo está com a classe correta (ECFP) e promover a correção se for o caso.
Com razão a executada quanto aos valores dos cálculos.
A exequente utilizou datas para aplicação de juros incorretas, bem como não aplicou a proporcionalidade onde deveria, fazendo com que haja excesso em seus cálculos.
Dito isto, acolho os cálculos da executada, com ressalva aos descontos previdenciários, que deverão ser efetivados no momento do pagamento do crédito.
O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor de R$ 31.637,57.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Havendo impugnação o processo deverá ser movimentado como "JEC – Concluso para Julgamento – Embargos".
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito , assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7044831-66.2016.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MADECON ENGENHARIA E PARTICIPACOES LTDA
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO0003208
RÉU: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES DO ESTADO DE RONDONIA
DECISÃO
Na petição de id. 7962032 a parte requerente informou que não é MICRO nem PEQUENA EMPRESA, não cumprindo o que determina o art. 5º, inciso I, da Lei 12.153/2009. A DECISÃO de id. 12360746 se atenta tão somente à parte requerida tratar-se de uma Autarquia Estadual.
Apesar da competência deste juízo ser absoluta em relação ao valor da causa, este não é o único fator que delimita a competência do juizado especial da fazenda pública.
O art. 5º, inciso I, da lei 12.153/2009 assim dispõe:
"Art. 5º. Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública:
I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006".
Diante do exposto, considerando que a parte autora MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÔES LTDA não se enquadra nos moldes do artigo 5º, inciso I, da Lei n. 12.153/2009, para evitar

futuras nulidades, suscito o conflito negativo de competência a fim de que o Tribunal de Justiça possa determinar o juízo competente para julgamento do presente processo.
Cópia da presente DECISÃO serve de ofício suscitando o conflito de competência e deverá ser enviado pelo próprio sistema PJe.
Porto Velho, data do sistema.
Juiz(a) de Direito, assinando eletronicamente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7001910-24.2018.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ROZEMBERGUE PIRES DE ASSIS
Advogado do(a) REQUERENTE: RAFAEL FERREIRA BATISTA - SP279653
REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO Se necessário, adequar a classe para que conste como PJEC. Não há que se deliberar sobre assistência judiciária, pois a lei confere automaticamente gratuidade para as custas e para honorários em primeiro grau. Cite-se (sistema) com prazo de defesa de 30 dias, ficando ciente de que se desejar a produção de provas deverá apresentar na peça defensiva tal requerimento com todas as informações necessárias quais sejam, sob pena de perda do direito de produzi-las. 1- Testemunhal: nomes e endereços; 2- Pericial: nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos; 3- Exibição de documento ou fornecimento de informações: identificação do documento, descrição de seu conteúdo, bom como onde e com quem está depositado). Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias, para manifestação. Intime-se a parte requerente (sistema). Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício. Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade. Agende-se decurso de prazo de defesa. Porto Velho, data do sistema. juiz(a) de Direito, assinando digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Amazonas, 2375, Esquina, Nova Porto Velho, PORTO VELHO - RO - CEP: 76820-163 - Fone:(69) 32175007 / 32175010
Processo nº: 7004931-08.2018.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
REQUERENTE(S): ROSEMEIRE LISBOA MODESTO
Advogado do(a) REQUERENTE: CRISTIAN DE SOUZA ARAUJO - RO0006563
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Há uma tradição forense ligada ao antigo procedimento ordinário em que os profissionais buscam fornecer parâmetros para a liquidação da SENTENÇA somente depois que ela é proferida, induzindo a causa a passar por um necessário procedimento de liquidação, tão extenso quanto o ordinário.
Atento a isso e a intenção de criar condições para que nos Juizados Especiais as ações tenham tramitação mais abreviada criou-se procedimento único com eliminação de várias fases, inclusive a da liquidação de SENTENÇA, tanto que no art. 38, parágrafo único, da Lei n° 9.099/95 proibiu-se SENTENÇA condenatória ilíquida, “ainda que genérico o pedido”.
Por essa razão é preciso que o advogado da parte requerente sempre apresente um memorial de cálculo no qual faça esclarecimentos sobre a origem dos dados numéricos que empregar (em que provas constam), bem como qual sua relação com a tese jurídica construída e qual o raciocínio matemático utilizado para que seja possível entender se a formação do valor e sua evolução obedecem critérios legais (índices corretos, forma de contagem correta, momento inicial e final de contagem corretos etc).
A falta de atenção para esse aspecto poderá ter como resultado a falência no ônus de influenciar a formação da convicção do julgador e, por consequência, o direito não ser reconhecido no MÉRITO. Na medida em que não é possível concordar que os valores sugeridos são os correspondentes a tese jurídica ou mesmo sobre como esses valores deveriam ter evoluído no tempo o resultado será uma declaração de que o direito não foi provado.
Esse esclarecimento é prestado porque muitas das petições iniciais apresentam cálculos sintéticos que presumem uma série de pontos que o advogado da parte requerente deve convencer o julgador de serem existentes e também de produzirem a consequência indicada na tese jurídica. Como nenhum julgamento pode partir de presunções, salvo de autorizadas por lei, falha na construção de cálculos poderá prejudicar o acolhimento de um pedido.
Ademais, não se deve esquecer que a parte contrária tem o direito de contraditório e isso significa que deva receber um pleito com dados que permitam uma CONCLUSÃO lógica, sob pena de impedir a construção de uma defesa. Daí ser obrigação do advogado da parte requerente apresentar dados compreensíveis acerca do desdobramento matemático de sua tese jurídica, sob pena de ofensa ao contraditório e a ampla defesa.
Analisando a planilha de cálculo da parte requerente percebo que está desacompanhada de um memorial onde haja explicação sobre de quais provas foram extraídos os dados numéricos empregados para sustentar a formação do crédito da parte requerente, bem como sua relação com o preenchimento dos requisitos materiais da tese jurídica e o desenvolvimento de uma fórmula matemática aceita para atualização dos valores.
Posto isto, no prazo de 15 dias, o advogado da parte requerente deverá emendar a inicial para que os cálculos contenham um memorial que esclareça:
1) de quais provas foram extraídos os dados numéricos empregados para sustentar a formação do crédito da parte requerente,
2) relação com o preenchimento dos requisitos materiais da tese jurídica
3) desenvolvimento de uma fórmula matemática aceita para atualização dos valores (não calcular juros sobre juros, calcular juros moratórios desde a citação, informar marco inicial e final de cada item);
4) se os juros são simples e de 0,5% ao mês;
5) se a atualização monetária está pela TR até 25/03/2015 e a partir desta data pelo IPCA-E;
Intime-se (sistema) para adequação no prazo de 15 dias, sob pena de extinção e arquivamento.
Cópia do presente serve de expediente para comunicação do ato.
Agendar decurso de prazo.
Porto Velho, data do sistema.
Juiz(a) de Direito, assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7005954-23.2017.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: EDILSON PEREIRA DE SOUZA
Advogados do(a) REQUERENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN - RO0006805, GILBER ROCHA MERCES - RO0005797
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Advogado do(a) REQUERIDO:

DESPACHO
Vistos,
Tendo em vista a DECISÃO da Turma Recursal, os autos deverão ser colocados em caixa própria pela CPE para aguardar a DECISÃO do MÉRITO do agravo de instrumento/MANDADO de segurança junto com os demais processos nas mesmas circunstâncias.
Vindo DECISÃO definitiva pela subida do recurso, remetam-se os autos para Turma Recursal.
Vindo DECISÃO contrária, arquivem-se.
Intimem-se.
Porto Velho, data do movimento.
Juíza Katyane Viana Lima Meira, assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7011109-21.2015.8.22.0601 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (1114)
EXEQUENTE: JULLINETTE LOPES DE CARVALHO
Advogado do(a) EXEQUENTE: VINICIUS SOARES SOUZA - RO0004926
EXECUTADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos, etc.
Considerando que a parte exequente concordou com os cálculos apresentados pela parte executada e considerando que com isso o processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, expeça-se a RPV/PRECATÓRIO nos valores indicados pela parte executada.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/ precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Saliento, em tempo, que na hipótese de pagamento por precatório é vedado o fracionamento para fins de recebimento dos honorários contratuais por meio de RPV.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Analisar se o processo está com a classe correta (ECFP) e promover a correção se for o caso.
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
Juiz(a) de Direito, assinando digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7000654-31.2014.8.22.0601
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: KLEBER CASTRO DE GOES
Advogado do(a) EXEQUENTE: DOUGLACIR ANTONIO EVARISTO SANT ANA - RO0000287
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Vistos etc,
A parte requerida impugnou o cumprimento de SENTENÇA reclamando apresentação de conta detalhada.
DECIDO.
Em 20/09/2017 o pleno do STF decidiu que os índices de juros e correção das dívidas da Fazenda Pública, mesmo antes da formação do precatório são apurados com aplicação do IPCA-E e 0,5% ao mês, portanto, nada mais há que se discutir em relação a esse tópico, pois foi o critério aplicado pela exequente.
Quanto aos descontos de IRPF ou previdenciários deverão ser efetuados no momento do pagamento do crédito.
Os juros estão calculados de forma regressiva, diferente da alegação da executada.
Ademais, as custas estão sendo cobradas devido à antecipação efetuada pela requerente, sedo devida a cobrança.
Posto isto, julgo IMPROCEDENTE a impugnação para declarar como valor do crédito principal sendo R$ 84.943,86.
Declaro RESOLVIDO o MÉRITO, de acordo com o art. 487, inciso I, do novo CPC.
Sem custas e sem honorários.
O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor de R$ 84.943,86 .
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/ precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
Processo nº 7011351-77.2015.8.22.0601
REQUERENTE: SIDOMAR PEREIRA DA SILVA
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
SENTENÇA Vistos.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Decido.
Trata-se de ação em que o requerente pretende o pagamento de diferenças entre o valor pago à título de 13º salário (gratificação natalina) e o que alega ter direito a receber.
Sustenta que a base de cálculo do 13º salário deve ser a remuneração de dezembro e não pela média anual.
Entretanto, a Turma Recursal de Rondônia, assim como este juízo atualmente, possui entendimento consolidado de que a gratificação natalina deve ser paga com base na média anual e não com base na remuneração de dezembro, na forma do art. 72 da LC 385/10:
"Relatório dispensado nos termos da Lei n.º 9.099/95.
DECISÃO
Conheço do recurso interposto eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.
Sem razão o recorrido seja porque incluiu em seu pedido valor correspondente ao auxílio-transporte que, pela sua natureza jurídica, não pode integrar a base de cálculo do 13º salário, seja porque as vantagens ou variações ocorridas ao longo do ano somente serão consideradas por ocasião do pagamento seguinte, qual seja, o 13º devido no ano posterior.
Salienta-se, por oportuno, que a forma de cálculo adotada pelo Município de Porto Velho encontra amparo na Lei Complementar

Municipal n.º 385 de 01/07/2010 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Porto Velho, das autarquias, das fundações Públicas municipais, in verbis:
Art. 72. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze) avos da remuneração prevista no artigo 44, a que o servidor fizer jus por mês de exercício no respectivo ano.
Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.
Art. 73. O pagamento da gratificação natalina será efetuado no mês de aniversário do servidor público municipal
§1º. Fica facultado ao servidor, mediante requerimento, em tempo hábil, o pagamento da gratificação natalina no mês de dezembro.
§2º. Os empregados públicos, os contratados em caráter emergencial ou para atender termo de convênio, os comissionados e os servidores cedidos para este município, receberão a gratificação natalina no mês de dezembro.
§3º. Será antecipado ao servidor ocupante do cargo efetivo, mediante requerimento, desde que autorizado pela Administração, o pagamento da gratificação natalina dentro do exercício financeiro vigente.
§4º O servidor que obtiver 30 (trinta) faltas consecutivas ou mais nos 12 (doze) meses anteriores a data de seu aniversário, perderá o direito à antecipação da gratificação natalina bem como ao pagamento no mês de seu aniversário, devendo ser paga somente no mês de dezembro. (Redação dada pela Lei Complementar n° 430, de 13.09.2011, publicada no DOM n° 4.082, de 13.09.2011).
Por fim, destaca-se que o entendimento aqui delineado já foi objeto de análise por este e. Colegiado, em julgamento unânime, conforme se observa do seguinte aresto:
EMENTA. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. RECURSO INOMINADO. GRATIFICAÇÃO NATALIDA (13º SALÁRIO). BASE DE CÁLCULO. 1/12 AVOS REMUNERAÇÃO MÊS DE ANIVERSÁRIO DO SERVIDOR ART. 72 E SEGUINTES LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 385 DE 01/07/2010 (TJRO Turma Recursal Única, Processo n.º 0000723-85.2014.8.22.0601, Data de Julgamento: 21/10/2015).
Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso inominado para reformar a SENTENÇA do Juízo a quo e JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos iniciais.
Isento de custas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se os autos à origem. Porto Velho - RO, 29 de outubro de 2015.Juíza Euma Mendonça Tourinho Relatora".
Ademais, o pagamento da gratificação natalina no mês de aniversário do servidor não é obrigatório, podendo o requerente postular junto à administração municipal que seja pago em dezembro, considerando que entende estar sendo prejudicado.
Entretanto, a demanda deve ser julgada improcedente.
DISPOSITIVO.
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial pelos autores.
Declaro resolvido o MÉRITO, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas e honorários advocatícios.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo, transcorrido sem manifestação, arquivem-se.
Porto Velho, data do movimento
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
Processo nº 7028841-35.2016.8.22.0001
REQUERENTE: RICARDO GOMES DE ARAUJO PEREIRA
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
SENTENÇA
Vistos, etc.
Em vista dos cálculos apresentados pelas partes, decido por acolher o apresentado pela parte executada.
A parte exequente embasou seus cálculos na taxa SELIC que não é utilizada pela Fazenda Pública municipal na remuneração de seu crédito tributário nos termos da Lei Complementar Municipal n. 199, de 21/12/2004 (Código Tributário do município de Porto Velho), art. 272, incisos I e II c/c art. 282 e que sequer foi mencionada na SENTENÇA que ora se requer cumprimento.
Destarte, acolho os cálculos apresentados pela parte executada por ter se utilizado dos índices de correção e juros consignados na SENTENÇA.
Outrossim, DEFIRO o requerimento de substabelecimento apresentado (ID n. 15779680), razão pela qual a CPE – Central de Processamento Eletrônico, deverá proceder com o cadastro dos advogados(as) substabelecidos "com" reserva de poderes.
Assim sendo, considerando que o processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, expeça-se a RPV/PRECATÓRIO nos valores indicados pela parte executada.
Saliento que este Juízo possui o entendimento de que em se tratando de RPV, é possível que se conceba duas, uma a título de honorários advocatícios "sucumbenciais" (crédito exclusivo do advogado) e outra referente ao crédito principal da parte credora de onde se pode ter dois beneficiários (a própria parte juntamente com seu advogado em relação aos honorários advocatícios "contratuais" que lhe são devidos por aquele).
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/ precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Analisar se o processo está com a classe correta (ECFP) e promover a correção se for o caso.
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
Juiz(a) de Direito, assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7013628-66.2015.8.22.0601 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (1114)
EXEQUENTE: SERGIO ALVES RIBEIRO
Advogados do(a) EXEQUENTE: GILBER ROCHA MERCES - RO0005797, UILIAN HONORATO TRESSMANN - RO0006805
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
ATO ORDINATÓRIO
Certifico que, compulsando os autos, foi constatado que a parte autora apresentou os dados bancários (nome, cpf, agência, conta corrente e banco) em nome da empresa (Pessoa Jurídica), entretanto, o contrato de honorários e a procuração estão em nome das pessoas físicas, razão pela qual promovo a intimação da parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar os dados bancários em nome das pessoas físicas ou a documentação - contrato de honorários - em nome da pessoa jurídica. Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7008883-43.2015.8.22.0601
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: JOSECLEI SCHEREDER
Advogados do(a) EXEQUENTE: GRAZIELA PEREIRA DANILUCCI - RO0004805, LUDMILA MORETTO SBARZI GUEDES - RO0004546, BRUNA GISELLE RAMOS - RO4706
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Analisar se o processo está com a classe correta (ECFP) e promover a correção se for o caso.
A executada se limita a apresentar nova planilha sem delimitar quais seriam as inconsistências existentes no cálculo da exequente, portanto, julgo improcedente a impugnação apresentada.
O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor de R$ 39.987,79.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Havendo impugnação o processo deverá ser movimentado como "JEC – Concluso para Julgamento – Embargos".
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7011972-74.2015.8.22.0601
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: MARCIO BELCHIOR DE MACEDO
Advogados do(a) EXEQUENTE: GRAZIELA PEREIRA DANILUCCI - RO0004805, LUDMILA MORETTO SBARZI GUEDES - RO0004546, BRUNA GISELLE RAMOS - RO4706
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos etc,
A parte requerida impugnou o cumprimento de SENTENÇA reclamando reclamando apresentação de conta detalhada.
DECIDO.
Em 20/09/2017 o pleno do STF decidiu que os índices de juros e correção das dívidas da Fazenda Pública, mesmo antes da formação do precatório são apurados com aplicação do IPCA-E e 0,5% ao mês, portanto, nada mais há que se discutir em relação a esse tópico, pois foi o critério aplicado pela parte exequente.
Quanto aos descontos de IRPF ou previdenciários deverão ser efetuados no momento do pagamento do crédito.
Os juros estão calculados de forma regressiva, diferente da alegação da executada.
Não houve qualquer atualização diferente da efetuada pela própria executada no valor referente aos 10% de sucumbência.
Posto isto, julgo IMPROCEDENTE a impugnação para declarar como valor do crédito principal sendo R$ 93.577,41 e honorários de sucumbência no valor de R$ 9.357,74.
Declaro RESOLVIDO o MÉRITO, de acordo com o art. 487, inciso I, do novo CPC.
Sem custas e sem honorários.
O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor de R$ 93.577,41 e RPV relativa aos honorários de sucumbência no valor de R$ 9.357,74.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Amazonas, 2375, Esquina, Nova Porto Velho, PORTO VELHO - RO - CEP: 76820-163 - Fone:(69) 32175007 / 32175010
Processo nº: 7004976-12.2018.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
REQUERENTE(S): EDILEUZA BENICIO CARUTA
Advogados do(a) REQUERENTE: VANESSA CESARIO SOUSA - RO8058, ARMANDO DIAS SIMOES NETO - RO8288
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
DESPACHO
Se necessário, adequar a classe para que conste como PJEC.
Não há que se deliberar sobre assistência judiciária, pois a lei confere automaticamente gratuidade para as custas e para honorários em primeiro grau.
Cite-se (sistema) com prazo de defesa de 30 dias, ficando ciente de que se desejar a produção de provas deverá apresentar na peça defensiva tal requerimento com todas as informações necessárias quais sejam, sob pena de perda do direito de produzi-las.
1- Testemunhal: nomes e endereços;
2- Pericial: nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos;
3- Exibição de documento ou fornecimento de informações: identificação do documento, descrição de seu conteúdo, bom como onde e com quem está depositado).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias, para manifestação.
Intime-se a parte requerente (sistema).
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, data do sistema.
Juiz(a) de Direito, assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842

Processo nº: 7004469-02.2015.8.22.0601 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: FRANCISCO CARLOS JACINTO DO NASCIMENTO
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO0004594
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO: JOEL DE OLIVEIRA - RO000174B
DESPACHO
Vistos etc,
Com razão a executada, razão pela qual torno sem efeito a DECISÃO ID 13544553.
A parte requerida impugnou o cumprimento de SENTENÇA reclamando quanto ao índice de juros e correção monetária pela aplicação da TR e de juros com 0,5% ao mês, desde a citação.
DECIDO.
Em 20/09/2017 o pleno do STF decidiu que os índices de juros e correção das dívidas da Fazenda Pública, mesmo antes da formação do precatório são apurados com aplicação do IPCA-E e 0,5% ao mês, portanto, nada mais há que se discutir em relação ao esse tópico, pois foi o critério aplicado pela exequente.
Posto isto, julgo IMPROCEDENTE a impugnação para declarar como valor do crédito principal sendo R$ 3.080,38.
Declaro RESOLVIDO o MÉRITO, de acordo com o art. 487, inciso I, do novo CPC.
Sem custas e sem honorários.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/ precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Havendo impugnação o processo deverá ser movimentado como "JEC – Concluso para Julgamento – Embargos".
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7018420-49.2017.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: SERGIO LUIZ DOS SANTOS CRUZ
Advogados do(a) REQUERENTE: CLAUDETE FURQUIM DE SOUSA - RO0006009, LINCOLN JOSE PICCOLI DUARTE - RO0000731, ANTONIO JUAREZ BEZERRA MAIA - RO8309
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) REQUERIDO:
FINALIDADE: Considerando que a parte requerida apresentou recurso em face à r. SENTENÇA, promovo a intimação da parte autora para, em 10 (dez) dias, apresentar contrarrazões. Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7029761-72.2017.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: KEYTIANE MENDES ALVES DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS ANTONIO ROCHA DA SILVA - RO6708
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
Retifico, a requerimento da parte autora, o DISPOSITIVO da SENTENÇA ID 14076560 que determinou a condenação da parte requerida ao pagamento retroativo do adicional de periculosidade. Assim, na letra "b" do DISPOSITIVO, onde se lê "desde ABRIL de 2015", leia-se "desde 28 de julho de 2015" (vide portaria de lotação n. 176/GAD/GAB/HBAP), mantendo-se inalterado os demais termos.
A CPE – Central de Processamento Eletrônico, deverá proceder com a intimação da parte requerente para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto pelo Estado de Rondônia dentro do prazo legal, consoante dispõe o art. 41, § 2º, da Lei n. 9.099, de 26/09/1995.
Caso a parte requerente já tenha sido intimada para apresentação das contrarrazões ao recurso inominado, certifique-se.
Após, remetam-se os autos para a egrégia Turma Recursal deste Juizado.
Intime-se pelo sistema PJe, servindo a presente de expediente/ comunicação/ intimação/ carta-AR/ MANDADO / ofício.
Agende-se decurso de prazo.
Porto Velho, data do sistema.
Juiz(a) de Direito, assinando digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7044187-26.2016.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARCOS FERREIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: OTNIEL LAION RODRIGUES - RO0005342
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Analisar se o processo está com a classe correta (ECFP) e promover a correção se for o caso.
Intime-se pessoalmente o Superintendente da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas para que, no prazo de 30 dias, promova o cumprimento da SENTENÇA proferida nos autos (cópia em anexo), sob pena de multa pessoal e demais sanções cabíveis.
Quanto aos cálculos, com razão a executada.
A exequente utiliza de índices diversos e de forma incorreta na aplicação dos juros, fato pelo qual, acolho os cálculos da executada.

O processo venceu as etapas para definição do valor do crédito, assim sendo expeça-se RPV/precatório no valor de R$ 9.116,23.
Quanto aos descontos previdenciários devem ser efetuados no momento do pagamento do crédito.
Se faltarem dados ou documentos para expedição de RPV/ precatório, o advogado da parte requerente deverá ser intimado para providência no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Assim que a RPV/precatório for expedido e encaminhado, arquive-se.
Ao advogado da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Havendo impugnação o processo deverá ser movimentado como "JEC – Concluso para Julgamento – Embargos".
Cópia do presente serve de MANDADO /carta/ofício.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7005872-55.2018.8.22.0001
JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ELIZABETE ALVES DE SOUZA MOURA
Advogados do(a) REQUERENTE: LETICIA MARIA DE SA BASILIO LUCENA - RO1222, ANA CRISTINA DA SILVA BARBOSA - RO0003232
REQUERIDO: IPERON
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos.
A parte requerente deverá emendar a petição inicial para:
1. Incluir no polo passivo da demanda a menor Vitória Teixeira M. da Silva, a ser representada por sua genitora.
2. Apresentar planilha de cálculo detalhada de todos os valores retroativos que pretende receber, indicando quais índices de correção foram utilizado, eventuais juros etc e a respectiva base de cálculo do benefício previdenciário postulado.
3. Adequar o valor da causa, considerando as parcelas vencidas mais 12 vincendas, na forma do art. 2º, §2º da Lei 12.153/09.
4. Corrigir o item "a" dos pedidos, vez que consta o INSS ao invés do IPERON.
5. Apresentar certidão de casamento atualizada (data posterior ao óbito do Sr. Gílson Teixeira de Moura).
Intime-se.
Prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Agende-se decurso de prazo, transcorrido com ou sem manifestação, voltem-me conclusos para DECISÃO liminar/tutela.
Porto Velho/RO, data do movimento
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7022663-07.2015.8.22.0001
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: LUCIMAR BATISTA DE AZEVEDO
Advogados do(a) EXECUTADO: UILIAN HONORATO TRESSMANN - RO0006805, GILBER ROCHA MERCES - RO0005797
DESPACHO
Vistos etc,
Manifeste-se a exequente, no prazo de 05 dias, sobre as alegações trazidas pela executada, sob pena de serem acolhidas.
Após, tornem-me conclusos.
Intime-se via DJe.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quitino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, 2472, - de 2408 a 2800 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 - Fone:( )
7023008-70.2015.8.22.0001
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: IVONE DE PAULA CARVALHO
Advogados do(a) EXECUTADO: UILIAN HONORATO TRESSMANN - RO0006805, GILBER ROCHA MERCES - RO0005797
DESPACHO
Vistos etc,
Manifeste-se a exequente, no prazo de 05 dias, sobre as alegações trazidas pela executada, sob pena de serem acolhidas.
Após, tornem-me conclusos.
Intime-se via DJe.
Porto Velho, data do sistema.
juiz de Direito, assinando digitalmente.

## 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

1º Cartório da Fazenda Pública
Juiz de Direito: Inês Moreira da Costa
Escrivã Judicial: Rutinéa Oliveira da Silva
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET..
www.twitter.com/1FazPublica_RO
A íntegra das decisões estão disponíveis no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia ou consultada diretamente no SAP.
E-MAIL GABINETE: phv1fazgab@tj.ro.gov.br
E-MAIL ESCRIVANIA: pvh1faz@tj.ro.gov.br

Proc.: 0235238-32.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Antônio Alves de Lacerda Filho
Advogado:Hiram Souza Marques (OAB/RO 205), Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297)
Requerido:Município de Porto Velho RO
Advogado:Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se as partes para ciência da volta dos autos ao juízo de origem, com o julgamento do agravo de instrumento, bem como para se manifestarem, quanto ao prosseguimento do feito. Prazo sucessivo 5 dias.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0007221-23.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcelo Nogueira
Advogado:Aline Dares (OAB/RO 3353), Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567), Daison Nobre Belo (OAB/RO 4796), Wilson Dias de Souza (OAB/RO 1804)

Requerido:Estado de Rondônia, Nubio Lopes de Oliveira
Advogado:Kherson Maciel Gomes Soares (OAB/RO 7139), Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( ), Walteir de Oliveira (OAB/GO 5101), Mayara Maria de Oliveira Resende (OAB/GO 42171)
DESPACHO:
DESPACHO Recebo as contrarrazões ao recurso de apelação, manejado pela parte recorrida. Assim, considerando o cumprimento das formalidades legais, determino a remessa dos autos ao Egrégio TJ/RO para apreciação e julgamento do recurso.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0127470-67.1996.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Estado de Rondônia Beron
Advogado:Renato Condeli (OAB/RO 370), Alexandre Cardoso da Fonsêca (OAB/RO 556)
Réu:João Batista das Neves Ximenes, Nilo Pereira da Silva
Advogado:Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247), Advogado Nao Informado Ppp (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
DESPACHO Para fins de cumprimento do r. MANDADO de avaliação, defiro o pedido formulado pelo Estado de Rondônia, concedendo a dilação do prazo por mais 20 dias, a fim de que este providencie a documentação necessária. Vindo a documentação, expeça-se o MANDADO de avaliação dos imóveis penhorados, conforme determinação de fls. 518.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0065234-98.2004.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Município de Vilhena - RO
Advogado:Carlos Augusto de Carvalho França (OAB/RO 562), Fernando César Volpini (OAB/RO 610A)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO Arquive-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0114095-47.2006.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Estado de Rondônia BERON
Advogado:Renato Condeli (OAB/RO 370), Alexandre Cardoso da Fonsêca (OAB/RO 556)
Executado:José Airto Leite
Advogado:Helena Lúcia Santos Carvalho (OAB/RO 1155)
DESPACHO:
DESPACHO À Secretaria para levantamento de possíveis valores depositados em juízo e/ou bloqueados. Após remetam-se os autos ao Estado de Rondônia para análise.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0205140-98.2007.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia - DER/RO
Advogado:Maria de Fátima Salvador de Lima (OAB/RO 80A), Ana Gleysa de Oliveira Guedes Carvalho (OAB/RO 1764), Bruno César Singulani França (OAB/RO 3937), Bruno Rafael Orsi (OAB/RO 4852), Marlúcia Chianca de Morais (OAB/RO 3632)
Requerido:J. Malucelli Seguradora S.A., Guiso Construções e Terraplenagem Ltda
Advogado:Haroldo Lopes Lacerda (OAB/RO 962), Fábio José Possamai (OAB/PR 21631), Airton Peasson (OAB/PR 20391), Gladimir Adriani Poletto (OAB/PR 21208)
DESPACHO:
DESPACHO Em atenção a certidão expedida pela secretaria consubstanciada às fls. 442 verso, ficam os autos suspensos por mais 6 meses, enquanto aguarda julgamento do agravo em recurso especial perante o STJ.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito
Rutinéa Oliveira da Silva

Escrivã Judicial

## 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

2º Cartório de Fazenda Pública
Endereço: Av. Lauro Sodré, n. 1728, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO - Fórum Cível, CEP: 76803-686
Telefone: (69) 3217-1330
Email: pvh2fazgab@tjro.jus.br
Email:pvh2faz@tjro.jus.br
Juiz de Direito: Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa
Diretor de Cartório: Francisco Alves de Mesquita Júnior

Proc.: 0020500-38.1999.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Sindicato dos Trabalhadores dos Poderes Legislativos do Estado de Rondônia - SINDLER
Advogado:Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641), Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640), Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Executado:Estado de Rondônia, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDONIA
Advogado:Aparício Paixão Ribeiro Júnior (OAB/RO 1313), Celso Ceccatto (OAB/RO 111), Glaucio Puig de Mello Filho (OAB/SP 201024), Celso Ceccatto (OAB/RO 111)
INTIMAÇÃO: “Fica a parte exequente, através de seus advogados, intimada a se manifestar sobre o prosseguimento do feito”.

Proc.: 0046255-98.1998.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia - SINSEPOL, Sidrônio Timóteo e Silva
Advogado:Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640), Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641), Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114), Ernandes Viana (OAB/RO 1357), Adão Turkot (OAB/RO 2933)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Deise Lúcia da Silva Silvino Virgolino (OAB/RO 615), Maria Rejane Sampaio dos Santos ( ), Patrícia Barros Capeleiro (OAB/RO 5226), Marcella Sanguinetti Soares Mendes Pge ( ), Ellen Cristine Alves de Melo (OAB/RO 5985)
Terceiro interessado: Rafaela Barato Prestes e José da Silveira Campos Sobrinho
Advogado: Luiz de França Passos (OAB/ro 2936) e Carla Caroline Barbosa Passos Marrocos (OAB/RO 5436)
DESPACHO: Indefiro o pedido de habilitação fls. 4420/4442, pois existe a informação de ação de inventário nº 7056017-86.2016.8.22.0001. Portanto, cabe ao Juízo da 3º Vara de Família da Comarca de Porto Velho analisar o pedido de habilitação, pois o crédito existente deverá ser incluso no processo de inventário. Intime-se os patronos de fls. 4423 para tomar ciência da DECISÃO. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao Estado de Rondônia para se manifestar quanto ao prosseguimento do feito. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de fevereiro de 2018.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0025370-38.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Município de Porto Velho RO
Advogado:Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Jefferson de Souza (OAB/RO 1139)
Executado:Veronica Célia Rosa Me
Advogado:Jairo Pelles (OAB/RO 1736)
DESPACHO: Abra-se vista às partes para se manifestarem, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os valores que estão em conta judicial, requerendo o que entenderem cabível.Após, retornem os autos conclusos para deliberação. Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de fevereiro de 2018.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0012451-51.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Município de Porto Velho - RO
Advogado:Luiz Duarte Freitas Junior (OAB/RO 1058)
Executado:ASSEMP Associação dos Servidores Públicos da Saúde do Município de Porto Velho
Advogado:Jéssica Carvalho dos Santos (OAB/RO 5240)
DESPACHO: Abra-se vista às partes para se manifestarem, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os valores que estão em conta judicial, requerendo o que entenderem cabível.Após, retornem os autos conclusos para deliberação. Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de fevereiro de 2018.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0010212-69.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Transporte Coletivo Rio Madeira Ltda, Três Marias Transportes Ltda
Advogado:Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), Odair Martini (OAB/RO 30-B), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)
Requerido:Município de Porto Velho
Advogado:Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Luiz Duarte Freitas Junior (OAB/RO 1058)
DESPACHO: Intimem-se os Requerentes para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizarem o pagamento das custas processuais. Int. Porto Velho-RO, quarta-feira, 14 de fevereiro de 2018.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito
Francisco Alves de Mesquita Júnior
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA - PORTO VELHO
Av. Lauro Sodré, n. 1728, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO – Fórum Cível, CEP: 76803-686. Telefone: (69) 3217-1330. E-mail: pvh2faz@tjro.jus.br
PROCESSO N. 7058930-41.2016.8.22.0001
CLASSE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA (65)
AUTOR: MPRO - MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA, EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDURA
RÉU: MARIO SERGIO LEIRAS TEIXEIRA, NEIDSONIA MARIA DE FATIMA FERREIRA, DENISE MEGUMI YAMANO, HELLEN VIRGINIA DA SILVA ALVES, JOEDINA DOURADO E SILVA, CIRO ERNESTO MEDEIROS DOS SANTOS, ROMULO RODRIGUES DE SOUSA FILHO, VERA LUCIA DA SILVA, SILVIO JORGE BARROSO DE SOUZA
PUBLICAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias - Art. 257, III, CPC
NOTIFICAÇÃO DE: CIRO ERNESTO MEDEIROS DOS SANTOS, RG n.. 679.019, CPF n. 839.971.562-04, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: NOTIFICAÇÃO da parte requerida acima mencionada para, querendo, apresentar defesa preliminar, por escrito, instruindo-a com documentos, para fins de analisar o recebimento ou rejeição da ação, no prazo de 15 (quinze) dias.
PRAZO: 15 (quinze) dias.
PROCESSO: 7058930-41.2016.8.22.0001
CLASSE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA (65)
AUTOR: MPRO - MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA, EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDURA
RÉU: MARIO SERGIO LEIRAS TEIXEIRA E OUTROS
RESUMO DA INICIAL: “O Ministério Público propôs a presente Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa em face de MARIO SERGIO LEIRAS TEIXEIRA, NEIDSÔNIA MARIA DE FÁTIMA FERREIRA, DENISE MEGUMI YAMANO, HELLEN VIRGÍNIA DA SILVA ALVES, JOÉDINA DOURADO E SILVA, CIRO ERNESTO MEDEIROS, RÔMULO RODRIGUES DE SOUSA, VERA LÚCIA DA SILVA E SÍLVIO JORGE BARROSO alegando apropriação do objeto da contratação realizada no procedimento licitatório nº 2.050/2010 e fraude no procedimento licitatório nº 0101.0122- 00/2011-EMDUR. O Ministério Público do Estado de Rondônia requer a procedência total da ação com a consequente condenação dos Requeridos nos termos do art. 12, incisos II e III, da Lei 8.429/1992, conforme detalhado no item IV, mais as custas processuais e ônus da sucumbência, além do ressarcimento integral do dano causado ao Erário.”
ADVERTÊNCIA: não sendo apresentada contestação será presumido que são verdadeiros os fatos alegados pelo autor.
ADVERTÊNCIA: será nomeado curador especial em caso de revelia, nos termos do artigo 257, inciso IV, do Código de Processo Civil.
Porto Velho, 9 de fevereiro de 2018
Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa
Juiz de Direito
(documento assinado digitalmente)

## 2º JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Cartório do 2º Juizado da Infância e da Juventude
2º Juizado da Infância e Juventude de Porto Velho-RO
Juiza: Dra. Juliana Paula Silva da Costa Brandão
e-mail: pvh2jij@tjro.jus.br
Diretor de Cartório: Danilo Aragão da Silva
Proc.: 0002328-28.2012.8.22.0701
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Denunciado:L. V. L.
Advogado:Marisamia Aparecida de Castro Inacio (OAB/RO 4553), Kelly Michelle de Castro Inacio Sobrinho (OAB/RO 3240), Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646)
DECISÃO:
Trata-se de Embargos de Declaração interpostos por Leandro Viana Lopes em face da SENTENÇA proferida por este Juízo narrando a ocorrência de omissão. Aduz o Embargante a inocorrência da revelia decretada na DECISÃO. Contrarrazões aos Embargos devidamente apresentadas pelo Ministério Público.Conheço dos Embargos, eis que esses preenchem os requisitos de admissibilidade. O art. 382 do CPP traz, em seu bojo, as hipóteses em que os Embargos de Declaração são cabíveis: Art. 382. Qualquer das partes poderá, no prazo de 2 (dois) dias, pedir ao juiz que declare a SENTENÇA, sempre que nela houver obscuridade, ambigüidade, contradição ou omissão.Verifica-se que o Embargante alega a ocorrência de omissão na SENTENÇA, uma vez que, em suas alegações finais, discorreu sobre a inexistência de revelia, sendo essa, no entanto, mantida no julgamento. Razão, contudo, não assiste ao Recorrente. Isso porque a SENTENÇA constatou que, apesar de devidamente intimado sobre a audiência, o Réu não compareceu, razão pela qual foi decretada a sua revelia. Não há, portanto, na DECISÃO combatida, qualquer omissão.Por fim, esclareça-se que o fato de o Juiz julgar contrário ao que alega uma das partes não pode ser

considerado como omissão, contradição ou obscuridade. Com isso, as questões suscitadas pela parte embargante não constituem causa para acolhimento dos embargos.Deve parte insatisfeita interpor o recurso cabível com o fim de obter eventual reforma da DECISÃO no segundo grau de Jurisdição.Em sendo assim, conheço dos embargos eis que próprios e tempestivos, contudo, nego-lhes provimento.Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.Porto Velho-RO, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito
Danilo Aragão da Silva
Diretor de Cartório

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 2ª Vara de Inf. e Juventude
Avenida Rogério Weber, 2396, Caiari, Porto Velho - RO - CEP: 76801-160 - Fone:( )
Processo nº 7050053-15.2016.8.22.0001
AUTOR: B. E. M. D. S.
RÉU: A. L. C. D. L.
ADVOGADO: FLÁVIO BRUNO AMANCIO VALE FONTENELE OAB/RO 2584
ADVOGADO: FÁBIO VIANA OLIVEIRA OAB/RO 2060
ADVOGADA: ISABELLA CARVALHO MILHOMEM E SILVA ARAÚJO OAB/RO 2578
ADVOGADA: RAFAELE OLIVEIRA DE ANDRADE OAB/RO
ADVOGADA: MARÍLIA LISBOA BENINCASA MORO OAB/RO 2252
PUBLICAÇÃO DE DESPACHO DESPACHO: Conforme consta em DECISÃO anterior, este juízo suspendeu o direito de visita da avó materna, assim agindo no melhor interesse da criança, considerando o ambiente de conflito vivenciado por esta. Na mesma oportunidade foi mantido o direito de visita da genitora, mediante supervisão da atual guardiã. A supervisão se faz necessária em razão da dificuldade de manter o afastamento da avó materna, quando a criança está em visita a mãe. O prejuízo alegado pela genitora deve ser visto com certa ressalva, pois conforme extraídos dos estudos até agora existentes nos autos e pelas provas colhidas pelo juízo da vara de família, tem-se que a genitora da criança nunca participou ativamente das atividades desta, tendo delegado à avó materna, as responsabilidades decorrentes do poder familiar. Também não se pode perder de vista que, como destacado na DECISÃO lançada no ID nº 11804172, o conflito familiar existente no âmbito materno pode causar sérios prejuízos à criança, sendo certo que a mãe, repise-se, não exerce a guarda de fato e tampouco presta assistência à sua filha. Em razão de tais fatos, este juízo, buscando agir no melhor interesse da criança, mantém a DECISÃO anterior quanto a suspensão do direito de visita da avó materna em relação a criança Alice e, visando dar garantia ao cumprimento da DECISÃO judicial, mantém o direito de visita da genitora, de forma supervisionada pela atual guardiã, a qual se dará em finais de semana alternados, durante 2 (duas) horas no sábado e 2 (duas) horas no domingo, sendo sábado no período matutino e domingo no período vespertino. Aguarde-se a realização do estudo determinado nos autos do processo nº 000001-03.2018.8.22.0701, cuja cópia determino a juntada neste feito, para que somente após esta providência, seja aferida a necessidade da realização de novo estudo. Esclareçam as partes se foi dado cumprimento da DECISÃO lançada no ID nº 14327115, quando a realização da mediação. As partes devem ser advertidas que o atual ambiente de conflito em nada contribui para o desenvolvimento saudável da criança, sendo certo que havendo agravamento da situação, a proteção integral da criança poderá demandar sua institucionalização. Após a juntada do Estudo psicossocial, devem as partes se manifestar sobre o mesmo no prazo de 5 (cinco) dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, encaminhem-se os autos ao Ministério Público. Por fim, voltem conclusos para deliberação. Porto Velho, 15 de fevereiro de 2018. JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS - Juiz de Direito.

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 2ª Vara de Inf. e Juventude
Avenida Rogério Weber, 2396, Caiari, Porto Velho - RO - CEP: 76801-160 - Fone:( )
Processo nº 7051114-08.2016.8.22.0001
REQUERENTE: AURICELIA DE ALMEIDA MODESTO QUADROS
REQUERIDO: FRANCISCA HELEN NOGUEIRA PARÁ
PUBLICAÇÃO DE DECISÃO DECISÃO: " Chamo o feito à ordem vez que a citação anexa ao ID 10328867 é flagrantemente NULA, já que a requerida FRANCISCA HELEN seria, em tese, maior de idade. Aliás, verificando-se a inicial constata-se que há outras irregularidades que precisam ser sanadas, sob pena de nulidade. Isso porque os documentos indispensáveis à propositura da ação de adoção não foram anexados na inicial, devendo a parte autora emendá-la para regularização dos seguintes pontos:
- certidão de nascimento da infante A. V. A. (D. N. 06/09/2010);- indicação dos genitores no polo passivo da ação, conforme consta da certidão de nascimento;- qualificação completa dos requeridos, inclusive com CPF e RG;- dados familiares e indicação de eventual parentesco com a infante;- cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento, ou declaração relativa ao período de união estável;- comprovante de renda e domicílio;- atestados de sanidade física e mental;- certidão de antecedentes criminais;- certidão negativa de distribuição cível.
Destarte, com fundamento no art. 321 do CPC/2015, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora emende a inicial suprindo as irregularidades acima apontadas, sob pena de indeferimento da petição inicial.Intime-se por intermédio dos patronos constituídos pela parte requerente.Por fim, deve a escrivania promover a inclusão da infante A. V. A. (D. N. 06/09/2010) como terceiro interessado.Porto Velho/RO, 9 de janeiro de 2018. JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS - Juiz de Direito.

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 2ª Vara de Inf. e Juventude
Avenida Rogério Weber, 2396, Caiari, Porto Velho - RO - CEP: 76801-160 - Fone:( )
Processo nº 7051114-08.2016.8.22.0001
REQUERENTE: A. DE A. M. Q.
ADVOGADA: TATIANA FEITOSA DA SILVEIRA - OAB/RO 4733
ADVOGADO: CLAUDECY CAVALCANTE FEITOSA - OAB/RO 3257
REQUERIDO: F. H. N. P.
PUBLICAÇÃO DE DECISÃO DECISÃO: " Chamo o feito à ordem vez que a citação anexa ao ID 10328867 é flagrantemente NULA, já que a requerida FRANCISCA HELEN seria, em tese, maior de idade. Aliás, verificando-se a inicial constata-se que há outras irregularidades que precisam ser sanadas, sob pena de nulidade. Isso porque os documentos indispensáveis à propositura da ação de adoção não foram anexados na inicial, devendo a parte autora emendá-la para regularização dos seguintes pontos:
- certidão de nascimento da infante A. V. A. (D. N. 06/09/2010);- indicação dos genitores no polo passivo da ação, conforme consta da certidão de nascimento;- qualificação completa dos requeridos, inclusive com CPF e RG;- dados familiares e indicação de eventual parentesco com a infante;- cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento, ou declaração relativa ao período de união estável;- comprovante de renda e domicílio;- atestados de sanidade física e mental;- certidão de antecedentes criminais;- certidão negativa de distribuição cível.
Destarte, com fundamento no art. 321 do CPC/2015, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora emende a inicial suprindo as irregularidades acima apontadas, sob pena de indeferimento da petição inicial.Intime-se por intermédio dos patronos constituídos pela parte requerente.Por fim, deve a escrivania promover a inclusão da infante A. V. A. (D. N. 06/09/2010) como terceiro interessado.Porto Velho/RO, 9 de janeiro de 2018. JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS - Juiz de Direito.

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 2ª Vara de Inf. e Juventude
Avenida Rogério Weber, 2396, Caiari, Porto Velho - RO - CEP: 76801-160 - Fone:( )
Processo nº 7032184-05.2017.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA LADY MUNIZ VIANA
REQUERIDO: FRANCISCO DAS CHAGAS MONTEIRO, LARISSE PEREIRA RAMOS
PUBLICAÇÃO DE DECISÃO DECISÃO: "Chamo o feito à ordem. Compulsando os autos, verifica-se que a inicial não preenche os requisitos necessários, conforme disposições dos arts. 319 e seguintes do Novo Código de Processo Civil/2015. Isso porque os documentos indispensáveis à propositura da ação não foram anexados na inicial (art. 197-A, ECA), devendo a parte autora emendá-la para apresentação dos seguintes documentos:
- comprovante de renda e domicílio; - atestados de sanidade física e mental; - certidão de antecedentes criminais; - certidão negativa de distribuição cível.
Destarte, com fundamento no art. 321 do CPC/2015, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora emende a inicial suprindo as irregularidades acima apontadas, sob pena de indeferimento da petição inicial. Por fim, aescrivania deverá promover a alteração da classe processual para a seguinte: INF JUV CIV - ADOÇÃO C/C DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR (1412). Porto Velho/RO, 9 de janeiro de 2018. JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS - Juiz de Direito.

## 1ª VARA DE FAMÍLIA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312
Processo nº: 7001656-22.2016.8.22.0001
Classe: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80 (74)
Parte autora: H. S. P. e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: MARISAMIA APARECIDA DE CASTRO INACIO - RO0004553
Parte requerida: E. D. F. e outros (2)
Intimação VIA SISTEMA/DJE
Por Ordem da Exmª Drª Juíza de Direito de Porto Velho - 1ª Vara de Família, fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada do DESPACHO proferido nos autos acima mencionado, cujo cópia segue em anexo.
"Vistos e examinados. 1. Intime-se a parte autora para comprovar o depósito da quota parte dos menores, apresentando a documentação pertinente (extrato bancário, etc.). Prazo: 15 (quinze) dias. 2. Com atendimento, ao MP e conclusos. 3. Não cumprido, tornem conclusos. Porto Velho, 31 de janeiro de 2018. Angélica Ferreira de Oliveira Freire - Juíza de Direito."

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312
Processo nº: 7003396-44.2018.8.22.0001
Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Parte autora: A. C. S. D. S.
Advogado: AGENOR CARLOS SALES DA SILVA - OAB/AL 4.757
Parte requerida: A. S. C. D. S.
Intimação VIA SISTEMA/DJE
Por Ordem da Exmª Drª Juíza de Direito de Porto Velho - 1ª Vara de Família, fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada da DECISÃO prolatada nos autos acima mencionado, cujo cópia segue em anexo.
"Vistos e examinados. Trata-se de Ação Revisional de Alimentos proposta pelo genitor/alimentante em face do filho menor. Observa-se que o requerido/alimentando D. S. C. S. e sua representante legal residem na cidade de Manaus/AM. [...] Assim, incabível o conhecimento e julgamento da ação neste Juízo, uma vez que o processo deve ser conhecido e julgado no foro de domicílio do alimentando. Sendo menor, trata-se de competência ABSOLUTA. Posto isso, e atentando ao artigo 147, I e II, do Estatuto da criança e do Adolescente e da Súmula 383, do STJ, DECLINO DA COMPETÊNCIA para a Comarca de MANAUS/AM. Intime-se a parte requerente, via PJE. Promova a Escrivania a redistribuição do feito, com as cautelas e movimentações que se fizerem necessárias. Porto velho, 01 fevereiro de 2018. Angélica Ferreira de Oliveira Freire - Juíza de Direito."

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312
Processo nº: 7027183-73.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Parte autora: a c sousa da silva
Advogados do(a) EXEQUENTE: GLEYSON BELMONT DUARTE DA COSTA - RO0005775, ROOSEVELT ALVES ITO - RO0006678
Intimação VIA SISTEMA/DJE
Por Ordem da Exmª Drª Juíza de Direito de Porto Velho - 1ª Vara de Família, fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada do DESPACHO proferido nos autos acima mencionado:
DESPACHO
Vistos e examinados.
Acolho a cota ministerial de Num. 14262013.
Intime-se a parte exequente para cumprimento, após, novamente ao Ministério Público para
manifestação e concluso.
Prazo: 15 (quinze) dias.
Porto Velho/RO, 14 de fevereiro de 2018.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juíza de Direito
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Sede do Juízo: Fórum Sandra Nascimento - Av. Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312 - E-mail: pvh1famil@tjro.jus.br.
Processo nº: 7045691-67.2016.8.22.0001
Parte autora: MARIA FRANCISCA DA ROCHA e outros (6)
Intimação VIA DJE
Por Ordem da Exmª Drª Juíza de Direito de Porto velho - 1ª Vara de Família, fica a parte requerida, Cézar Luiz Rocha Reis intimada da r. SENTENÇA prolatada nos autos acima mencionado, conforme parte dispositiva transcrita abaixo:
Considerando o que consta nos autos e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, julgo procedente o pedido e homologo a partilha na forma em que foi esboçada na petição de Num. 7905086, p.3, destes autos de inventário dos bens deixados por CARMELITA PEREIRA DA ROCHA, atribuindo aos nela contemplados os respectivos quinhões, ressalvados erro, omissão ou direito de terceiros.
Já pago o imposto causa mortis, conforme consta nos eventos de Num. 14230983/14231004/14231014/14231080/14231095/14231066/14231053 e 14231034.

No tocante às custas processuais, apure a Escrivania e, havendo, condiciona-se a expedição do formal à quitação.
Transitado em julgado esta SENTENÇA, expeça-se o formal respectivo.
Cumpridas e procedidas as anotações pertinentes, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 7 de fevereiro de 2018.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire Juíza de Direito
Porto velho, 20 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312
Processo nº: 7048023-70.2017.8.22.0001
Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
Parte autora: M. G. M. D. S.
Advogado do(a) AUTOR: PATRICIO MEDEIROS DE SOUZA - RO6600
Intimação VIA DJE
Por Ordem da Exmª Drª Juíza de Direito de Porto Velho - 1ª Vara de Família, fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada do DESPACHO proferido nos autos acima mencionado, cujo cópia segue em anexo.
Vistos e examinados.
1. O autor informa que não localizou a SENTENÇA que fixou os alimentos, mesmo diligenciando junto ao Arquivo Geral. Contudo, não trouxe aos autos nenhuma comprovação da impossibilidade de localização do processo, conforme determinado no item 1, alínea 'a' do DESPACHO de Id n. 14487491.
Referido documento se revela crucial para o recebimento e deslinde da demanda, inclusive para aferição da competência deste Juízo para processamento e julgamento dos autos.
A apresentação do relatório de informações extraído do Sistema SAP/TJ/RO não substitui a declaração determinada pelo Juízo, uma vez que os processos que tramitam perante as Varas de Família estão em segredo de justiça, não aparecendo em consultas realizadas pelo nome da parte.
Assim, pela derradeira vez, seja emendada a inicial para que o autor traga aos autos cópia da SENTENÇA que fixou os alimentos que pretende exonerar e, caso não seja possível, traga declaração do Arquivo Geral ou setor responsável junto ao
PODER JUDICIÁRIO, acerca da impossibilidade de localização do processo.
2. Quanto ao pleito de gratuidade ou recolhimento de custas ao final, este Juízo mantém a DECISÃO de indeferimento (Id n. 14487491) por seus próprios fundamentos, devendo a parte autora apresentar nos autos comprovante do recolhimento das custas iniciais.
3. Prazo para cumprimento das determinações: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho/RO, 30 de janeiro de 2018.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juíza de Direito
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312
Processo nº: 7004212-26.2018.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO CONSENSUAL (98)
Parte autora: M. J. D. S. F.
Advogado do(a) REQUERENTE: NELINE SANTOS AZEVEDO - RO8961
INTIMAÇÃO VIA DJE
Por Ordem da Exmª Drª Juíza de Direito de Porto Velho - 1ª Vara de Família, fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada do DESPACHO proferido nos autos acima mencionado, cujo cópia segue em anexo.
Vistos e examinados.
1. Deve ser emendada a inicial para que a parte requerente:
a) informe a data do pagamento dos alimentos;
b) promova a indexação correta do valor dos alimentos (diante das disposições do art. 1.710, do
Código Civil), pois 50% do salário mínimo corresponde a R$ 477,00 e não R$ 490,00 como informado;
c) traga cópia dos 3 (três) últimos comprovantes de rendimentos de cada autor (declaração de IR,
extrato bancário, etc.), de modo a demonstrar a afeição aos benefícios da justiça gratuita reclamada. Não
havendo adequação fática e documental com a situação legal prevista, deverá ser realizado o recolhimento
das custas iniciais;
d) retifique o valor dado à causa, que deve corresponder ao efeito patrimonial almejado, somado
ao valor ânuo dos alimentos pleiteados. Tudo na forma do art. 319, V, do CPC/2015, e art. 286, § 2º, das
Diretrizes Gerais Judiciais do TJ/RO.
2. Intime-se a parte interessada, para a providência, em 15 (quinze) dias, sob pena de
indeferimento da inicial e imediato arquivamento do feito.
Porto Velho/RO, 9 de fevereiro de 2018.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juíza de Direito
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312
Processo nº: 7017817-73.2017.8.22.0001
Classe: ALVARÁ JUDICIAL (1295)
Parte autora: C. B. L. e outros (5)
Advogado do(a) REQUERENTE: SUELEN DAIANE LIMA DA SILVA - RO8606
Intimação VIA SISTEMA/PJE
Por Ordem da Exmª Drª Juíza de Direito de Porto Velho - 1ª Vara de Família, fica a parte autora, por meio de seu representante, intimada da expedição do Alvará.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312
Processo nº: 7057361-05.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Parte autora: M G DOS S
Advogado do(a) AUTOR: RAFAELA PAMMY FERNANDES SILVEIRA - RO0004319
INTIMAÇÃO VIA DJE
Por Ordem da Exmª Drª Juíza de Direito de Porto Velho - 1ª Vara de Família, fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada do DESPACHO proferido nos autos acima mencionado, cujo cópia segue em anexo.
Vistos e Examinados:
1. O processo não deve ser sentenciado de plano, pois requer a produção de outras provas, não estando presentes as hipóteses de julgamento antecipado da lide.
Presentes à espécie os pressupostos processuais e condições da ação, entendidas como direito abstrato.
Não havendo questões preliminares ou prejudiciais a serem apreciadas nesta fase, dou o feito por saneado.
2. A considerar o teor do § 6º do art. 357 do CPC/2015, tendo a requerente arrolado 04 testemunhas, sem justificar tratar-se de prova de fato diverso das demais, aliás, sem qualquer justificativa,

como advertido no DESPACHO de Num. 14676800, indefiro a oitiva da última testemunha apresentada (Claudionisio de Souza Silva – Num. 15942636).
3. Designo audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento para o dia 04/04/2018, às 9h30.
Deve o cartório a todos intimar, inclusive patronos, o Ministério Público e a parte requerida Gabrielly Trindade Lima Schultz, menor representada por Priscila Trindade Guedelha, para prestar depoimento pessoal, sob pena de confesso.
Expeça-se o necessário, inclusive carta precatória para depoimento pessoal parte requerente Marlene Gonçalves dos Santos, dos requeridos Noeli Schultz e Marcio Schultz, e oitiva das testemunhas Devanir Oliveira Alves, Edson Rodrigues e Luci Gonçalves dos Santos (Num. 15942636).
Quanto às provas documentais, só serão admitidas na hipótese do art. 397, do CPC.
Porto Velho/RO, 8 de fevereiro de 2018.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juíza de Direito
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312
Processo nº: 7003416-35.2018.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO
Parte autora: F. J. DE C. T.
Advogado: MAGDA CHAUL BARBOSA AIDAR PEREIRA - OAB/RO 1.530
Parte requerida: L. DA S. F.
Intimação VIA SISTEMA/DJE
Por Ordem da Exmª Drª Juíza de Direito de Porto Velho - 1ª Vara de Família, fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada do DESPACHO proferido nos autos acima mencionado, cujo cópia segue em anexo.
"Vistos e examinados. 1. Deve ser emendada a inicial para que a parte requerente: a) informe o endereço completo do imóvel que pretende partilhar; b) instrua a inicial com certidão de inteiro teor do imóvel (acaso não tenha matrícula em Cartório de Registro de Imóveis, seja apresentada certidão descritiva e informativa da Prefeitura, no qual conste todos os limites e confrontações, bem como a cadeia possessória do bem perante a municipilidade); c) especifique em petição cada dívida referente a produtos e/ou móveis de salão de beleza (informadas genericamente); d) esclareça qual é o pedido tutela provisória de urgência, pois nada mencionado a respeito; e) traga cópia dos 3 (três) últimos comprovantes de rendimentos do autor (extrato do seu banco dos últimos três meses; Declaração Anual do Imposto de Renda, etc.), de modo a demonstrar a afeição aos benefícios da justiça gratuita reclamada. Não havendo adequação fática e documental com a situação legal prevista, deverá ser realizado o recolhimento das custas iniciais. 2. Intime-se a parte interessada, para a providência, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial e imediato arquivamento do feito. Porto Velho, 31 janeiro de 2018. Angélica Ferreira de Oliveira Freire - Juíza de Direito."

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312
Processo nº: 7005437-18.2017.8.22.0001
Classe: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80 (74)
Advogado do(a) REQUERENTE: VERIDIANA LUCENA MUNIZ - RO3459
Intimação VIA SISTEMA/PJE
Por Ordem da Exmª Drª Juíza de Direito de Porto Velho - 1ª Vara de Família, fica a advogada da parte autora intimada da expedição do Alvará.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312
Processo nº: 7026903-68.2017.8.22.0001
Classe: ALVARÁ JUDICIAL (1295)
Parte autora: MARCIA PAEMA DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: CASIMIRO ANCILON DE ALENCAR NETO - RO0004569, BRENDA RODRIGUES DOS SANTOS - RO8648, DIEGO JOSE NASCIMENTO BARBOSA - RO0005184
Intimação VIA DJE
Por Ordem da Exmª Drª Juíza de Direito de Porto Velho - 1ª Vara de Família, fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada da SENTENÇA prolatada nos autos acima mencionado, cuja parte dispositiva segue transcrita abaixo.
Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO e AUTORIZO MÁRCIA PAEMA DA
SILVA a receber o valor de R$ 452,75 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco
centavos), bem como os acréscimos legais exclusivamente referentes ao referido montante, existentes na
conta bancária n. 10.020.579-8, agência 2290-x, do Banco do Brasil (Num. 14763460 - Pág. 1), em nome
do falecido Raimundo Nonato da Silva (CPF 052.055.652-68).
Expeça-se o necessário, com prazo de trinta dias.
Sem custas, dada a gratuidade deferida.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 09 de fevereiro de 2018.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juíza de Direito
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018

## 2ª VARA DE FAMÍLIA

2ª Vara de Família e Sucessões
pvh2famil@tjro.jus.br
Proc.: 0008795-06.2014.8.22.0102
Ação:Execução de Alimentos
Requerente:R. P. de O.
Requerido:E. F. de O.
Advogado:Carolina Gioscia Leal de Melo (OAB/RO 2592)
Custas Judiciais - Requerido.
Fica a parte requerida, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento integral das custas processuais no valor de R$ 479,35 (quatrocentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), sob pena de expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa. Porto Velho, 21 de janeiro de 2018. Raimundo Bezerra do Vale Filho - Diretor de Cartório.

Proc.: 0004309-41.2015.8.22.0102
Ação:Inventário
Inventariante:J. A. G. e outros
Meeira: Z. O. da S. G.
Herdeira: L. O. G.
Advogado: João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213), Francisco Ricardo Vieira Oliveira (OAB/RO 1959), Pedro Vitor Lopes Vieira (OAB/RO 6767), Carlos Silvio Vieira de Sousa (OAB/RO 5826), Cornélio Luiz Recktenvald (OAB/RO 2487), e Fabiane Martini (RO 3817)
Espólio:E. de R. A. G.

DESPACHO: fl. 226, últimas declarações e plano de partilha - fls. 228 uesque 235.
(....) dê-se vista à meeira Zelenir e à herdeira Luzzielany, não representadas pela inventariante, para manifestarem-se, no prazo de 15 dias, acerca do plano de partilha e requerimento para alienaçao do automóvel.Int. C.(...). Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018. Raimundo Bezerra do Vale Filho - Diretor de Cartório.
RAIMUNDO BEZERRA DO VALE FILHO
Diretor de Cartório

Processo nº 7041011-05.2017.8.22.0001
REQUERENTE: M. O. D. S. F.
REQUERIDO: HELIO DA COSTA FREITAS
ATA DE AUDIÊNCIA
Diante do exposto, julgo procedente a pretensão, para o efeito de decretar a interdição de HELIO DA COSTA FREITAS, brasileiro, casado, declarando-o incapaz de exercer os atos da vida civil, razão pela qual o feito resta extinto com resolução de MÉRITO (artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil). Com fundamento no artigo 1.775, § 3º, do Código Civil, nomeio o(a) senhora MARIA ODACILA DE SOUZA FREITAS, brasileira, casada, pescadora (no momento do lar),, para exercer a função de curadora. Fica a curadora cientificada de que deverá prestar contas da administração dos bens e valores eventualmente existentes em nome do interditando se e quando for instada a tanto, devendo por isso manter registro de recebimentos e gastos relativos ao eventual patrimônio. Em virtude da ausência de interesse recursal, dou a SENTENÇA por transitada em julgado na presente data. Em atenção ao disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil: (a) inscreva-se a presente DECISÃO no Registro Civil de Pessoas Naturais desta Comarca; (b) publique-se no diário da justiça eletrônico por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; (c) dispenso a publicação na imprensa local em inteligência ao disposto no artigo 3º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50, pois agora defiro aos interessados os benefícios da justiça gratuita; (d) com a confirmação da movimentação desta SENTENÇA, fica ela automaticamente publicada na rede mundial de computadores, no portal do PJe do Tribunal de Justiça; (e) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento; e (f) Se o caso, comunique-se à zona Eleitoral via sistema On line, comunicando-se a perda da capacidade civil do interditado, para cancelamento de seu cadastro de eleitor (caso possua). Esta SENTENÇA servirá como edital, publicando-se o DISPOSITIVO dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias. Esta SENTENÇA servirá como MANDADO de inscrição, dirigido ao cartório de Registro Civil. Remeta-se via da SENTENÇA ao Registro Civil da Comarca do 1º Ofício de Registro Civil desta Comarca para inscrição da interdição (sendo que o assento de casamento do interditado foi lavrado sob o número de ordem 14.184, fls. 60, LV B-60 do 1º Ofício da Comarca de Porto Velho-RO). Esta SENTENÇA servirá como certidão de curatela, independentemente de assinatura da pessoa nomeada como curador(a). Sem condenação aos ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário e que ganhou afeição de procedimento de jurisdição voluntária. Arquive-se. SENTENÇA publicada em audiência, Dou as partes por intimadas. Nada mais. Eu,, Secretária, digitei e subscrevo.
Juiz de Direito Promotor de Justiça
Requerente Defensora Pública
Requerido
EDITAL DE INTERDIÇÃO DE: WILSON RODRIGUES DE LIMA
O Dr. João Adalberto Castro Alves, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presentes EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Cartório, respectivamente, aos termos da Ação de Tutela e Curatela - Processo nº 7005027-57.2017.8.22.0001, que Aline Silva Lima move em face de Wilson Rodrigues de Lima, brasileiro, união estável, portador do RG nº 769444 SSP/RO e CPF nº 826374312-53, decretou a INTERDIÇÃO deste, conforme se vê da SENTENÇA a seguir transcrita:"(...) Ante o exposto, julgo procedente o pedido e DECRETO A INTERDIÇÃO do requerido WILSON RODRIGUES DE LIMA, nomeando-lhe curadora a requerente, sua filha, ALINE SILVA LIMA. Inscreva-se a presente no Registro Civil (art. 9º, III, do CC) e publique-se na forma do art. 755, § 3º, do CPC. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85 da Lei nº 13.146/2015). Consigne-se que eventuais bens do(a) curatelado(a) não poderão ser vendidos pelo(a) curador(a), a não ser mediante autorização judicial (artigos 1.750 e 1.754, ambos do Código Civil). Não poderá também o(a) curador(a) contrair dívidas em nome do(a) curatelado(a), inclusive para abatimento direto em eventual benefício previdenciário, a não ser por expressa e específica autorização judicial (art. 1.748, I, do Código Civil). Sem custas, ante a gratuidade de justiça concedida às partes. Transitada em julgado, após o cumprimento integral das determinações legais, arquive-se. P.R.I.C. Porto Velho/RO, 5 de outubro de 2017. (a) João Adalberto Castro Alves, Juiz de Direito". DADO e PASSADO nesta cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, aos quatro (04) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete (2017).
Eu, Rone da Silva Ramos - Chefe de Cartório, mandei digitar e conferi.
(a) João Adalberto Castro Alves - Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família e Sucessões
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69)3217-1314
Processo nº: 7045297-26.2017.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
REQUERENTE: N. G. F. e outros (3)
Advogados do(a) EXEQUENTE: ROSINEY ARAUJO REIS - RO0004144, LIZA LIZ XIMENES DE SOUZA - RO0003920
REQUERIDO: A. G. F.
Advogado do(a) EXECUTADO: CARLOS ERIQUE DA SILVA BONAZZA - RO8176
DESPACHO
Considerando que não houve pagamento voluntário da dívida, atualize-se o débito nos termos do DESPACHO de id.13914654, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.
Int. C.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família e Sucessões
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69)3217-1314
Processo nº: 7026832-03.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: C. H. M. D. S.
Advogado do(a) EXEQUENTE: ERICA COSTA DA SILVA - RO0005938
REQUERIDO: C. A. D. S.
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Defiro o requerimento de id 16288646 - Pág. 1/2.
Expeça-se MANDADO de prisão a ser cumprido pela POLINTER.
C.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família e Sucessões
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69)3217-1314
Processo nº: 7044853-90.2017.8.22.0001
Classe: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80 (74)
REQUERENTE: DANILO TIBANA ITO
Endereço: Avenida Ouro Verde de Minas, 101, apto 31, Jardim Imperador (Zona Leste), São Paulo - SP - CEP: 03937-090
DESPACHO SERVINDO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO
Intime-se o representante da parte autora pessoalmente, via postal, para dar andamento ao processo no prazo de 5 (cinco) dias, manifestando-se sobre a cota lançada pelo MP, no id.15725970, requerendo o que de direito, sob pena de extinção e arquivamento do feito.
Servirá cópia do presente como carta de intimação da parte autora.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família e Sucessões
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69)3217-1314
Processo nº: 7047195-74.2017.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
REQUERENTE: J. O. E. S.
Advogados do(a) EXEQUENTE: JAIR CLAUDIO CARVALHO DE JESUS - RO7424, FELIPE ANDRADE DE MIRANDA - RO7434
REQUERIDO: C. F. D. S.
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Providencie a parte autora a atualização do débito alimentar devido, abatendo os valores já pagos pelo requerido e incluindo os meses vencidos no curso do processo (art. 528, §7º, CPC), no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.
Int. C.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família e Sucessões
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69)3217-1314
Processo nº: 7001446-97.2018.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- ABERTURA, REGISTRO E CUMPRIMENTO DE TESTAMENTO (51)
REQUERENTE: A. D. A. e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: DANNY HELLEN JACKSON DOS SANTOS DA SILVEIRA - RO8526
Advogado do(a) REQUERENTE: DANNY HELLEN JACKSON DOS SANTOS DA SILVEIRA - RO8526
REQUERIDO:
DESPACHO
Nesta data retificou-se a autuação, pois não se trata de abertura, registro e cumprimento de SENTENÇA.
Emende-se a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, NCPC), devendo o(a) autor(a):
1) discriminar os bens móveis e imóveis que integram o patrimônio de cada um dos cônjuges, apresentando a documentação comprobatória respectiva (certidão de inteiro teor, por exemplo);
2) atribuir valor aos bens de cada um dos cônjuges, retificando o valor da causa, que deve corresponder à soma de todos eles;
3) recolher as custas processuais iniciais ou fundamentar o pedido de gratuidade, apresentando comprovante de rendimentos das partes;
4) oportunamente, deverão os interessados promover a publicação, em jornal de ampla circulação local, do edital referido no §1º do art. 734 do CPC.
Int. C.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família e Sucessões
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69)3217-1314
Processo nº: 7054138-10.2017.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
REQUERENTE: Y. A. C.
Advogado do(a) EXEQUENTE:
REQUERIDO: J. N. N. D. C.
Advogado do(a) EXECUTADO: DIEGO ALEXIS DOS SANTOS ARENAS - RO0005188
SENTENÇA
Indefiro a intimação pessoal da parte autora, pois o requerido apresentou comprovantes nominais de depósito em dinheiro, demonstrando a quitação da dívida alimentar.
Ante a satisfação da obrigação, conforme petição do requerido de id 15808784 e comprovantes de depósito em dinheiro em favor da representante da parte autora de ids 15808786, 15808788 e 15808789, julgo extinta a execução, com fundamento no artigo 924, II, do CPC.
Providencie-se o necessário e arquive-se.
P.R.I.C.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família e Sucessões
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69)3217-1314
Processo nº: 7015658-60.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: J. V. B. D. O. e outros (2)
Advogados do(a) EXEQUENTE: JANAINA CANUTO DE OLIVEIRA - RO0005516, JOSE BERNARDES PASSOS FILHO - RO000245B
REQUERIDO: A. J. D. O.
Advogado do(a) EXECUTADO:
SENTENÇA
Ante a satisfação da obrigação, conforme petição da parte requerida de id 16075969, julgo extinta a execução, com fundamento no artigo 924, II, do CPC.
Não havendo interesse recursal, nas modalidades necessidade e utilidade, certifique-se de imediato o trânsito em julgado desta.
Providencie-se o necessário e arquive-se.
P.R.I.C.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família e Sucessões
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69)3217-1314
Processo nº: 7049529-81.2017.8.22.0001

Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
REQUERENTE: P. C. de O. J.
Advogado do(a) AUTOR: FRANCISCO ALVES PINHEIRO FILHO - RO0000568
REQUERIDO: S. de O. C.
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Considerando que o autor não obteve êxito em diligenciar a conta bancária da representante da menor, cumpra-se o DESPACHO de id.15320271, retificando o pedido para ofertar os alimentos em percentual do salário-mínimo, para que possam ser pagos mediante recibo.
Caso insista que os alimentos sejam fixados com base em seus rendimentos, apresente cópia dos 03 últimos contracheques a fim de se delimitar o valor da causa e dos alimentos a serem prestados.
Cumpra-se em 05 dias sob pena de indeferimento da petição inicial.
Int. C.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família e Sucessões
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69)3217-1314
Processo nº: 7006581-27.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
REQUERENTE: Y. M. B.
Advogado do(a) AUTOR:
REQUERIDO: P. A. D. S.
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
A mídia enviada pelo juízo deprecado está inaudível. Em contato com a Vara de Registros Públicos e de Cartas Precatórias Cíveis da Comarca de Rio Branco/AC, constatou-se que ocorreu um erro de gravação na audiência, de modo que o reenvio de outra mídia será medida inócua.
Se assim, depreque-se novamente o depoimento pessoal do requerido.
C.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

## 3ª VARA DE FAMÍLIA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316 PROCESSO Nº 7010430-41.2016.8.22.0001
CLASSE: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
PROTOCOLADO EM: 18/04/2016 16:25:55
REQUERENTE: ANIELE MENDES FERNANDES
INVENTARIADO: ANTONIO FELIX FERNANDES FILHO
DESPACHO:
1. PETIÇÃO DE ID Nº 15758484:
Apesar de a inventariante ter apresentado as últimas declarações, ainda não cumpriu o DESPACHO de id nº 14240767. Ademais, ela informou que o falecido deixou valores junto ao Banco do Brasil, que serão partilhados em sobrepartilha. Ocorre, porém, que essa situação não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art. 669 do CPC.
Assim, para o prosseguimento do feito, intime-se a inventariante para tomar as seguintes providências, em 30 dias:
a) trazer aos autos a comprovação do crédito existente em nome do falecido junto ao Banco do Brasil;
b) apresentar as últimas declarações e o esboço de partilha, incluindo todos os créditos, bem como a quota-parte do imóvel localizado na Rua Álvaro Maia, nº 1456, Bairro Olaria, Porto Velho/RO.
2. Int.
Porto Velho, 1 de fevereiro de 2018.
Assinado eletronicamente
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7046400-68.2017.8.22.0001
CLASSE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
AUTOR: M. B. V. D. S.
Advogado do(a) AUTOR: EDINALDO TIBURCIO PINHEIRO - OAB/RO 6931
RÉU: C. D. M. S.
Advogado do(a) RÉU: MOISES MARINHO DA SILVA - OAB/RO 5163
INTIMAÇÃO
DESPACHO: Após a citação, a desistência da ação está condicionada à anuência da parte ré, nos termos do § 4º do art. 485 do CPC. Assim, intime-se a requerida para que se manifeste sobre o pedido de desistência, no prazo de 5 dias, advertindo que a inércia será presumida como aceitação Int.Porto Velho, 14 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7002645-57.2018.8.22.0001
CLASSE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
AUTOR: J. C. D. S., M. P. D. P., M. D. D. M.
Advogado do(a) AUTOR: FRANCISCO GASTON MAGALHAES DA SILVA - RO3603
Advogado do(a) AUTOR: LUIZ GUILHERME DE CASTRO - RO0008025
INTIMAÇÃO
Intime-se a parte autora para emendar a inicial, manifestando-se e tomando as
providências necessárias sobre os seguintes pontos:
a)apresentar comprovantes de rendimentos para análise do pedido de gratuidade
da Justiça. De forma alternativa, poderão requerer a desconsideração do pedido de gratuidade e
comprovar o pagamento das custas iniciais;
b)regularizar a representação processual, juntando procuração dos requerentes
Manuel Pereira dos Passos e Maria das Dores Maciel com relação ao advogado Francisco Gaston
Magalhães da Silva.
Em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, CPC).
Porto Velho, 6 de fevereiro de 2018.
Assinado eletronicamente
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7034140-90.2016.8.22.0001
CLASSE: FAMÍLIA- SOBREPARTILHA
REQUERENTE: MARIA DAS GRACAS DE LIMA, CLEBSON MOLINO DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: RENNER PAULO CARVALHO - OAB/RO 0003740
Intimação
1. O Cartório deverá juntar o extrato atualizado da conta judicial nº 2848 -040 - 1649704-5 (id nº 11336362), em 05 dias.2. PETIÇÃO DE ID Nº 14899065: Apesar de os requerentes terem apresentado o esboço de partilha, não indicaram os valores dos créditos. Assim, como última oportunidade, intime-os para tomarem as seguintes providências, em 15 dias: a) apresentar as últimas declarações e o esboço de partilha de forma mercantil, identificando claramente os valores partilháveis, e a parte cabível a cada herdeiro, conforme estabelece o art. 653 do CPC; b) apresentar a DIEF; c) apresentar o contrato de honorários para o levantamento dos valores separadamente. 3. Cumpridas as determinações supra, intime-se a Fazenda Pública Estadual, para manifestação.4. Int. Porto Velho, 15 de fevereiro de 2018. Aldemir de Oliveira - Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7049897-90.2017.8.22.0001
CLASSE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
AUTOR: A. F. D. S.
Advogados do(a) AUTOR: SERGIO CARDOSO GOMES FERREIRA JUNIOR - OAB/RO 4407, ARTUR LOPES DE SOUZA - OAB/RO 6231
RÉU: J. M. D. O.
DESPACHO:
1. Recebo a emenda de id. n° 16131842 - págs. 1/2. Processo já incluído como prioridade. Observe-se o segredo de justiça.
2. Apesar da emenda realizada, ainda não é possível o regular processamento do feito, pois é imprescindível a comprovação da morte dos pais da falecida A. da S. O., os quais, ante a alegação de inexistência de filhos, são os herdeiros imediatos, conforme a vocação hereditária prevista na legislação civil (art. 1.829, II, CC), e deveriam compor o polo passivo da ação.
2.1. As diligências para que sejam trazidas as informações aos autos compete ao autor, sendo que a simples alegação de dificuldade não afasta o ônus.
2.2. É de se observar que eventual requerimento para buscas deverá ser instruído com o comprovante do pagamento da diligência, na forma do art. 17 da Lei Estadual nº 3.896/2016.
3. Assim, concedo ao requerente o prazo de 15 dias para que traga aos autos a comprovação da morte dos pais da falecida A. da S. O. ou requeira o que entender de direito, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, CPC).
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7004126-55.2018.8.22.0001
CLASSE: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO
REQUERENTE: C. C. P. D. C.
Advogado do(a) REQUERENTE: JOVANA ALVES CANTAREIRA - RO5781
INTIMAÇÃO
1. Processe-se em segredo e com gratuidade da Justiça.
2. Atento a prova da filiação e aos demais elementos constantes dos autos, defiro
os alimentos provisórios ao filho Caio L. C. C., que fixo em 60% (sessenta por cento) do salário
, a serem pagos mensalmente, até final DECISÃO, com depósito diretamente mínimo em conta bancária
da requerente, devendo o primeiro pagamento ocorrer em até 10 dias depois da citação.
3. Indefiro o pedido de alimentos provisórios à requerente Carina Cris
Pereira da Costa Amaro. É que o arbitramento de pensão alimentícia para ex-cônjuge somente
poderá ocorrer em situação excepcional. No caso dos autos, a requerente não trouxe elementos
suficientes para a caracterização de plano de suas necessidades. Assim, é necessária a dilação
probatória para se analisar as necessidades da pessoa que pleiteia os alimentos e as reais
possibilidades daquele contra quem se requer o pagamento
3. Designo audiência de conciliação para o dia 12 de abril de 2018, às 12h.
4. CITE-SE o requerido, consignando-se que o prazo para contestar é de 15 dias
úteis e fluirá da data da audiência de conciliação, ainda que a solenidade não seja realizada, ficando
ciente a parte requerida que, não sendo contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos como
verdadeiros os fatos alegados pela parte requerente.
5. INTIMEM-SE requerente e requerido para a audiência designada, devendo
comparecer acompanhados de seus advogados.
6. Ciência ao Ministério Público.
7. Sirva-se de MANDADO. O Oficial de Justiça deverá informar que, não tendo
condições de constituir advogado, a parte requerida deverá procurar o Defensor Público da Comarca.
Porto Velho, 16 de fevereiro de 2018.
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7051056-68.2017.8.22.0001
CLASSE: PROCEDIMENTO SUMÁRIO
AUTOR: U. N. G.
Advogados do(a) AUTOR: LUCAS SANTOS GIROLDO - RO0006776, JOHNE MARCOS PINTO ALVES - RO0006328, LUCAS SILVA BARRETTO - RO6529
INTIMAÇÃO
1. Acolho a emenda à inicial (id nº 15957741). Processe-se em segredo e com
gratuidade da Justiça.
2. Trata-se de ação de modificação de guarda c/c pedido de alimentos com pedido de tutela
de urgência.
3. Designo audiência de conciliação para o da 15 de março de 2018, às 12 horas.
INTIMEM-SE requerente e requerido para a audiência designada, devendo comparecer acompanhados de seus
advogados.
4. Cite-se a parte requerida, para que, apresente, querendo, a contestação, que deverá ocorrer
no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da audiência, sob pena de revelia.

5. Com referência à tutela de urgência, verifica-se que a requerente, como mãe, é detentora do
poder familiar, pelo que tem o direito/dever de visitar a filha, como extensão da função de tê-la em sua companhia
(CC, art. 1.634, II). Há, pois, prova que evidencia a probabilidade do direito (CPC, 300).
5.1. Por outro lado, à luz da própria narrativa da requerente, o último contato com a criança
ocorreu em fevereiro de 2015, portanto há mais de 2 anos. Assim, considerando os parcos elementos trazidos deforma unilateral, tenho que, antes de se proceder à análise da pretensão, melhor que se complete a relação jurídicaprocessual para que se tenha conhecimento das razões do requerido, inclusive com a realização de estudo técnico do caso. É de se observar que a audiência de conciliação está designada para período próximo, de forma que não se
vislumbra prejuízo na análise após o ato.
6. proceda-se ao estudo técnico do caso pelo Serviço Psicossocial, sendo que o relatório
deverá ser apresentado até 1 dia antes da audiência.
7.Ciência ao Ministério Público.
8. Sirva-se de MANDADO. O Oficial de Justiça deverá informar que, não tendo condições de
constituir advogado, a parte requerida deverá procurar o Defensor Público da Comarca.
Porto Velho, 8 de fevereiro de 2018.
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PROCESSO Nº 7033098-06.2016.8.22.0001
CLASSE: FAMÍLIA- INVENTÁRIO
REQUERENTE: J. DA S. C., D. L C. M., D. C. M.
Advogados do(a) REQUERENTE: PAULO FLAMINIO MELO DE FIGUEIREDO LOCATTO - OAB/RN 9437, RAINA COSTA DE FIGUEIREDO - OAB/RO 6704
Advogados do(a) REQUERENTE: GUILHERME CAVALCANTE NERI DE SOUZA - OAB/GO 42092, JOHNATHAN GONCALVES DE SOUZA VILELA - OAB/GO 42076
INVENTARIADO: D. F. M.
DECISÃO:
PETIÇÃO DE ID Nº 15752428:
1 - Com referência ao ITCD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos: A despeito do entendimento esposado pela inventariante, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia adotou procedimento diverso para o recolhimento do ITCD, o lançamento por homologação. Assim, cabe ao contribuinte proceder à declaração do valor do bem e ao lançamento administrativo do imposto, conforme estabelecem as disposições expressas na Lei Estadual nº 959/2000 e no Decreto Estadual nº 15.474/2010, observando que as informações necessárias para a prática do ato poderão ser encontradas no site eletrônico www.sefin.ro.gov.br. Assim, intime-se a inventariante para que cumpra integralmente o determinado na alínea a do DESPACHO de id nº 14380220, em 15 dias.
2 - Com referência à cessão dos direitos hereditários por parte do coerdeiros D. e D.: a cessão em questão, para que seja válida e eficaz, deve ser realizada por instrumento público, conforme estabelece expressamente o art. 1.793 do CC, cabendo à inventariante, se houver interesse, trazer o documento para os autos.
3 - Com referência à pretensão de adquirir o quinhão hereditário do coerdeiro W.: a pretensão somente poderá ser acatada se houver concordância por parte do Curador Especial ou após o término do inventário mediante a extinção de condomínio.
4 - Cumprida a determinação contida no item 1, intime-se a fazenda Pública Estadual para manifestar-se sobre a regularidade do recolhimento do ITCD.
Int.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7033098-06.2016.8.22.0001
CLASSE: FAMÍLIA- INVENTÁRIO
REQUERENTE: J. DA S. C., D. L C. M., D. C. M.
Advogados do(a) REQUERENTE: PAULO FLAMINIO MELO DE FIGUEIREDO LOCATTO - OAB/RN 9437, RAINA COSTA DE FIGUEIREDO - OAB/RO 6704
Advogados do(a) REQUERENTE: GUILHERME CAVALCANTE NERI DE SOUZA - OAB/GO 42092, JOHNATHAN GONCALVES DE SOUZA VILELA - OAB/GO 42076INVENTARIADO: D. F. M.
DECISÃO:
PETIÇÃO DE ID Nº 15752428:
1 - Com referência ao ITCD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos: A despeito do entendimento esposado pela inventariante, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia adotou procedimento diverso para o recolhimento do ITCD, o lançamento por homologação. Assim, cabe ao contribuinte proceder à declaração do valor do bem e ao lançamento administrativo do imposto, conforme estabelecem as disposições expressas na Lei Estadual nº 959/2000 e no Decreto Estadual nº 15.474/2010, observando que as informações necessárias para a prática do ato poderão ser encontradas no site eletrônico www.sefin.ro.gov.br. Assim, intime-se a inventariante para que cumpra integralmente o determinado na alínea a do DESPACHO de id nº 14380220, em 15 dias.
2 - Com referência à cessão dos direitos hereditários por parte do coerdeiros D. e D.: a cessão em questão, para que seja válida e eficaz, deve ser realizada por instrumento público, conforme estabelece expressamente o art. 1.793 do CC, cabendo à inventariante, se houver interesse, trazer o documento para os autos.
3 - Com referência à pretensão de adquirir o quinhão hereditário do coerdeiro W.: a pretensão somente poderá ser acatada se houver concordância por parte do Curador Especial ou após o término do inventário mediante a extinção de condomínio.
4 - Cumprida a determinação contida no item 1, intime-se a fazenda Pública Estadual para manifestar-se sobre a regularidade do recolhimento do ITCD.
Int.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7028152-54.2017.8.22.0001
CLASSE: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
EXEQUENTE: N. N. D. O.
Advogados do(a) EXEQUENTE: CINTIA BARBARA PAGANOTTO RODRIGUES - RO0003798, JACSON DA SILVA SOUSA - RO0006785
EXECUTADO: R. O. D. S.
Advogado do(a) EXECUTADO: CONCEICAO DE MARIA VARELA FONTENELE - CE27275
Intimação
Assim, homologo por SENTENÇA o acordo celebrado pelas partes, que se regerá pelas cláusulas e condições constantes nos termos das petições de id's nº 13350317 - pp. 1/13 e nº 15755789), para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, com fundamento no art. 924, III do CPC (transação), julgo extinto o processo.

Oficie-se ao empregador do executado para que proceda ao desconto em folha de pagamento, cumulando com o desconto mensal da pensão alimentícia.
Sem custas e sem honorários.
Transitada em julgado, arquivem-se.
P. R. I. C.
Porto Velho, 2 de fevereiro de 2018.
Assinado eletronicamente
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7064859-55.2016.8.22.0001
CLASSE: FAMÍLIA- TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO
REQUERENTE: E. D. S. D. R.
INTERESSADO: P. C. B. D. R.
EDITAL
PRAZO: 10 (DEZ) DIAS
INTERDIÇÃO DE: INTERESSADO: PAULO CESAR BERNARDO DOS REIS
O DR. ALDEMIR DE OLIVEIRA, JUIZ DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE PORTO VELHO, CAPITAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, NA FORMA DA LEI, ETC...
FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que se processando por este Juízo e Cartório, respectivamente, aos termos da Ação de Interdição e Curatela - Processo sob N° 7064859-55.2016.8.22.0001 em que Emilia de Souza dos Reis, move contra Paulo César Bernardo dos Reis , brasileiro, nascido em 21 de dezembro de 1965, filho Sebastião B. da S e de Maria L., decretou a interdição deste (a), conforme se vê da SENTENÇA a seguir transcrita: "(...) Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO e, em consequência, nomeio EMILIA DE SOUZA DOS REIS para exercer o encargo de curadora de seu esposo PAULO CESAR BERNARDO DOS REIS, alcançando a curatela os atos de caráter patrimonial ou negocial (art. 85 da Lei 13.146/2015). Expeça-se o termo de curatela, especificando, EM DESTAQUE, as seguintes limitações:Ficará AUTORIZADO o curadora a:a) receber e administrar os vencimentos ou benefício previdenciário do curatelado, nos termos do art. 1.747, II, do Código Civil. Outros valores que não aqueles (vencimentos e benefícios previdenciários), deverão ser depositados em conta poupança, somente movimentável mediante alvará judicial;b) representar o curatelado em órgãos administrativos e judiciais, em qualquer justiça e instância, para preservação de seu direito, sendo que qualquer valor recebido em ação administrativa ou judicial deverá ser depositado em conta poupança, igualmente movimentável mediante alvará judicial; Outras situações particulares deverão ser reclamadas de forma individualizada no feito. Os valores somente poderão ser utilizados em benefício exclusivo da curatelado, lembrando que a qualquer instante poderá a curadora ser instada para prestação de contas, pelo que deverá ter cuidado no armazenamento de notas, recibos, comprovantes etc. Na forma do que dispõe o § 3º do artigo 755 do CPC, publique-se esta DECISÃO por três vezes apenas no Diário da Justiça, com intervalo de 10 (dez) dias. Em obediência ao disposto no art. 755, § 3º do CPC, inscreva-se a presente SENTENÇA no Registro Civil (art. 29, V, Lei 6.015/73). SENTENÇA com resolução de MÉRITO nos termos do art. 487, inc. I do CPC. Sem custas e sem honorários. Transitada em julgado, após o cumprimento integral das determinações, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho, 10 de dezembro de 2017. Assinado eletronicamente, Aldemir de Oliveira, Juiz de Direito".
Porto Velho/RO, 1 de fevereiro de 2018.
Assinado Digitalmente
Mara Lúcia Castro de melo
Escrivã Judicial

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7000266-46.2018.8.22.0001
CLASSE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: R. F. D. S.
Advogado do(a) AUTOR: CARLOS CORREIA DA SILVA - RO0003792
RÉU: A. R. V. D. S.
INTIMAÇÃO Certidão
Certifico para os devidos fins que, em cumprimento ao art. 203 § 4º do novo CPC, faço a intimação do autor para se manifestar sobre a certidão do oficial de justiça.
Por ser verdade dou fé.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Sônia Maria D. Fernandes-Chefe de cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7054017-79.2017.8.22.0001
CLASSE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
AUTOR: G. D. M. C. T.
Advogado do(a) AUTOR: MARILIA LISBOA BENINCASA MORO - OAB/RO 2252
RÉU: V. D. G.
Advogado do(a) RÉU:
... Em face do exposto, julgo EXTINTO O FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, inciso VIII do Código de Processo Civil.
Custas iniciais já recolhidas (id. nº 15356164). Sem custas finais e sem honorários.
Transitada em julgado, arquive-se.
P.R.I.C.
Porto Velho, 9 de fevereiro de 2018.
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7003631-11.2018.8.22.0001
CLASSE: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
REQUERENTE: TANIA MARIA CARDOSO PEDROZA, GABRIELLY MARIA NUNES VIEIRA, LILIAM SOCORRO DOS SANTOS NUNES, TATIANE ARINA DOS SANTOS VIEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: CELIO OLIVEIRA CORTEZ - RO3640

Intimação
DESPACHO:
1. Oficie-se ao Juízo 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia comunicando sobre a existência do presente alvará e solicitando informação a respeito de eventual crédito em nome do falecido WALTER DOS SANTOS VIEIRA, nos autos nº 2005.01.00.052195-8, que tramitou naquele Juízo. Em caso positivo, e não havendo óbice, que o valor seja colocado à disposição deste juízo em conta judicial, que deverá ser aberta pela escrivania. Anexe-se cópia dos documentos de ids. n° 15948014 - págs. 1/5 e id. n° 15948032 - págs. 1/2. Aguarde-se pelo prazo de 30 dias.
2. Intime-se a requerente para acompanhar o trâmite do documento naquele juízo;
3. Após, decidirei sobre o pedido de gratuidade processual.
4. Int.
Porto Velho, 2 de fevereiro de 2018.
Assinado eletronicamente
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7042867-04.2017.8.22.0001
CLASSE: FAMÍLIA- INVENTÁRIO
REQUERENTE: A. DE S. C.
Advogados do(a) REQUERENTE: DHULI ARIETA DA SILVA ELER - OAB/RO 8140, SONIA DE FARIAS DA LUZ - OAB/RO 7515
INVENTARIADO: D. D. C.
...5. Prestado o compromisso, o inventariante deverá, nos 20 dias seguintes, apresentar as primeiras declarações, observando rigorosamente as disposições expressas no art. 620 do CPC, trazendo as certidões negativas da Fazenda Pública (Nacional, Estadual e Municipal) e os documentos que comprovem a titularidade dos bens.
6. Para análise do pedido de expedição da alvará para levantamento de valores, deverá a inventariante trazer o extrato atualizado da conta e, em caso de impossibilidade, requerer a requisição.
Int.
Porto Velho, 16 de dezembro de 2017.
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7004759-71.2015.8.22.0001
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: M. S. L.
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANA LIDIA DA SILVA - RO0004153
EXECUTADO: J. S. D. O.
INTIMAÇÃO Certidão
Certifico para os devidos fins que, em cumprimento ao art. 203 § 4º do novo CPC, faço a intimação do autor para se manifestar sobre a certidão do oficial de justiça.
Por ser verdade dou fé.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018
Sônia Maria D. Fernandes-Chefe de cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7002358-94.2018.8.22.0001
CLASSE: FAMÍLIA- INVENTÁRIO
REQUERENTE: A. J. R. B. F.
Advogado do(a) REQUERENTE: DIEGO MARADONA MELO DA SILVA - OAB/RO 7815
INVENTARIADO: P. H. B. F.
DECISÃO:
1. Retifiquem-se os registros do PJe, excluindo-se R. R. de M. do polo ativo, incluindo o menor A. J. R. B. F.. Declaro aberto o inventário dos bens deixados pela morte de P. H. B. F.
2. Indefiro o gratuidade, pois os bens do espólio garantirão o pagamento das custas e do ITCD, observando-se que o valor da causa deve corresponder ao total dos bens a serem inventariados.
3. Nomeio inventariante a representante do requerente, Sra. R. R. DE M., a qual deverá ser intimada a prestar o compromisso legal, em 05 dias (art. 617, parágrafo único, CPC). Expeça-se termo de compromisso com prazo de um ano, que tenho como tempo suficiente para o término do inventário.
4. Prestado o compromisso, a inventariante deverá, nos 20 dias seguintes, apresentar as primeiras declarações, observando rigorosamente as disposições expressas no art. 620 do CPC, trazendo as certidões negativas da Fazenda Pública (Nacional, Estadual e Municipal) e os documentos que comprovem a titularidade dos bens.
5. Int.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2018.
Assinado eletronicamente
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7041026-71.2017.8.22.0001
CLASSE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: L. D. O. P.
Advogado do(a) AUTOR: FIRMINO GISBERT BANUS - RO0000163
RÉU: G. L. P. D. O.
Advogado do(a) RÉU: EDILAMAR BARBOSA DE HOLANDA - RO0001653
INTIMAÇÃO - Certidão
Certifico para os devidos fins que, em cumprimento ao art. 203 §4º do CPC, faço a intimação do patrono do requerente, para manifestar-se quanto à contestação.
Por ser verdade dou fé.
Porto Velho, 16 de fevereiro de 2018.
Sônia Maria D. Fernandes-Chefe de cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone: (69) 3217-1316
PROCESSO Nº 7040659-47.2017.8.22.0001
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
AUTOR: F. R. DA S. V.
Advogado do(a) AUTOR: MONA SETH ALEXANDRE CAVALCANTE CORDEIRO - OAB/RO 0005640
RÉU: R. S. DE C. V.

INTIMAÇÃO
DECISÃO:1. Recebo a emenda de id. n° 15852926 e id. n° 15853293 - pgs. 1/11. Processe-se em segredo de Justiça.2. Trata-se de ação de exoneração de pensão alimentícia com pedido de tutela de urgência, movida por F. R. DA S. V. em desfavor de seu filho R. S. DE C. V.. Assim, o processo deverá seguir pelo rito especial da Lei nº 5.478/78, ante ao que dispõe art. 13. 2.1. De acordo com a nova sistemática processual, a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. A tutela provisória de urgência pode ser de natureza cautelar ou antecipada, a qual pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental (art. 294 do CPC). Os pressupostos fundamentais para a concessão das tutelas de urgência estão elencados no art. 300 do Código de Processo Civil, que dispõe: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo do processo. 2.2. No caso dos autos, considerando os fatos alegados na petição inicial e a documentação acostada aos autos, em especial a declaração de independência econômica assinada pelo requerido RAFINI (doc. id. n° 13115139), DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, determinando a suspensão do desconto em folha da pensão alimentícia, até DECISÃO definitiva, pois presentes, nesta fase preliminar, os requisitos autorizadores da medida. Assim, oficie-se à fonte pagadora para suspensão dos descontos da pensão alimentícia dos rendimentos líquidos do requerente. 3. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 20 de março de 2018, às 11h.3.1. CITE-SE o requerido. INTIMEM-SE requerente e requerido para comparecerem à audiência acima designada, devendo comparecer acompanhados de seus advogados. 3.2. Para a audiência advirta-se a parte autora que seu não comparecimento implicará no arquivamento do feito e a parte requerida que não comparecendo terá a revelia decretada, presumindo-se então verdadeiros os fatos descritos na inicial. A contestação deverá ser apresentada até o início da audiência. 3.3. Advirta-se também as partes de que não havendo conciliação o feito será na mesma data instruído e julgado, pelo que deverão comparecer à audiência acompanhadas das provas que tiverem, sendo que testemunhas serão admitidas no máximo três para cada parte, que deverá trazê-las independentemente de intimação, tudo nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68); 4. Intimem-se todos, inclusive o MP. 5. Sirva-se de MANDADO. O Oficial de Justiça deverá informar que, não tendo condições de constituir advogado, a parte deverá procurar o Defensor Público da Comarca. Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018. Aldemir de Oliveira-Juiz de Direito

## 4ª VARA DE FAMÍLIA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº:0002611-34.2014.8.22.0102
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: D. A. M. D. O.
Advogados do(a) AUTOR: JURACI APARECIDA VALENTE DA SILVA - RO000156B, MARIA LUCIA PRETTO - RO000248B
RÉU: F. V. R.
Advogados do(a) RÉU: DAVID PINTO CASTIEL - RO0001363, TADEU AGUIAR NETO - RO0001161
DESPACHO
Retifique-se a classe do processo para cumprimento de SENTENÇA.
Foi realizado bloqueio no Bacenjud, todavia retornou com valores irrisórios os quais já foram liberados.
Manifeste-se validamente a exequente em 5 dias. Nada sendo requerido, ao arquive-se.
Porto Velho, 9 de fevereiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº:7011966-53.2017.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO DE MORAIS DAMASCENO
REQUERIDO: FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA DAMASCENO
Vistos,
MARIA DO SOCORRO DE MORAES DAMASCENO propôs ação de divórcio litigioso em face de FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA DAMASCENO, ambos devidamente qualificados.
Alega a autora que é casada com o requerido, contudo estão separados de fato há mais de vinte e três anos. Aduz ainda que da constância do casamento advieram três filhos maiores, que não adquiriram bens a serem partilhados. Pede a decretação do divórcio.
Devidamente citado, o requerido não apresentou contestação.
É o relatório.
Trata-se de ação de divórcio litigioso.
O requerido não contestou os fatos da inicial.
O casal durante a constância do casamento não amealhou bens e os filhos nascidos da constância do matrimônio são maiores, o que não foi refutado pelo requerido.
Isto posto, julgo procedente o pedido inicial. Decreto o divórcio do casal na forma e condições requeridas na exordial de ID 9258673 e petição de ID nº 13590395. SENTENÇA com resolução de MÉRITO, na forma do artigo 487, I, do CPC.
Após o trânsito em julgado, serve esta de MANDADO de averbação.
Sem custas e sem honorários face a gratuidade que ora defiro ao requerido.
P.R.I.C.
Porto Velho, 11 de janeiro de 2018.
ANGÉLICA FERREIRA DE OLIVEIRA FREIRE
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº:7005863-93.2018.8.22.0001
Classe: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)
DEPRECANTE: A. V. S.
Advogado do(a) DEPRECANTE:
DEPRECADO: R. D. C. F. V.
Advogado do(a) DEPRECADO:
DESPACHO
Vistos,
Cumpra-se a precatória, servindo cópias como MANDADO.
Após devolva-se à origem com as nossas homenagens.
Porto Velho, 19 de fevereiro de 2018
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 0011793-78.2013.8.22.0102
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
EXEQUENTE: N. F. F. representado por Denise Michele Silva Foster
EXECUTADO: LEANDRO COUTO FONSECA
Intimação DA PARTE REQUERIDA - SENTENÇA
FINALIDADE: intimação da Parte Requerida acerca da SENTENÇA de ID 16302811: " Ante o exposto, extingo o cumprimento de SENTENÇA sem resolução de MÉRITO na forma inciso VI do art. 485 c/c parágrafo único do art. 771 do CPC, ambos do código de Processo Civil. Sem custas. Foi retirada a restrição do veículo, conforme anexo. P.R.I.C. Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito".
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo n°: 7063630-60.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: ARTHUR CESAR MENDES DE SOUZA, IAN PIETRO MENDES DE SOUZA
Advogado do(a) EXEQUENTE: SINDINARA CRISTINA GILIOLI - RO7721
EXECUTADO: GUSTAVO HENRIQUE DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a se manifestar no prazo legal.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7039861-86.2017.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: ROSANE BARROS DE SOUZA
Advogados do(a) REQUERENTE: THIAGO VALIM - RO0006320, NICOLE DIANE MALTEZO MARTINS - RO7280
INTIMAÇÃO DO DESPACHO
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada do DESPACHO de ID 16351612.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7039049-44.2017.8.22.0001
Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: L. F. A. R.
RÉU: F. S. R. B.
Advogado do(a) RÉU: FERNANDO YGOR FERNANDES FONSECA - RO358-B
Intimação DO DESPACHO (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para dizer se tem provas a produzir em audiência, devendo justificar a sua pertinência, em 5 dias, conforme DESPACHO de ID 15594912.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7031120-57.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: GISLAINE MENOSSI TEIXEIRA DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: NADIA ALVES DA SILVA - RO0003609, ANDERSON LEAL ALVES MARINHO - RO0004666
EXECUTADO: CLIDOMAR BOTELHO
Intimação (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para manifestar quanto a impugnação do executado (ID 16249039).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7051763-36.2017.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INTERDIÇÃO (58)
REQUERENTE: GESSON ALVARES DE MAGALHAES
Advogado do(a) REQUERENTE: LAED ALVARES SILVA - RO000263A
REQUERIDO: IVETE GOMES DE MAGALHAES
Intimação (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada do Termo de Curatela Provisório expedido.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº:7052229-30.2017.8.22.0001
Classe: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80 (74)
REQUERENTE: MARIA CONCEICAO SOUZA
Advogado do(a) REQUERENTE: EVA LIDIA DA SILVA - RO6518
INTERESSADO: GERENTE DA FOLHA DE PAGAMENTO DO COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR
Advogado do(a) INTERESSADO:
DESPACHO
Vistos,
O documento de Id 15061860 encontra-se ilegível e o de Id 15677249 pertence a outro filho da autora.
Assim, traga cópia do documento pessoal do falecido, em 05 (cinco) dias.
Proceda a gestora da equipe da CPE a retificação do polo passivo, para excluir o existente.
Cumprida a determinação, retorne concluso para SENTENÇA.
Porto Velho, 19 de fevereiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( )
Processo nº:7000143-19.2016.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: VALDIRENE MARIANA CARRI MONTEIRO, POLIANA HECKMAM ALECRIM, PRISCILA HECKMAM ALECRIM, BRUNO MAIA ALECRIM, WILSON MAIA ALECRIM JUNIOR
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAQUIM SOARES EVANGELISTA JUNIOR - RO0006426
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCUS VINICIUS MELO DE SOUZA - RO0006194

INVENTARIADO: AMADEU ANDRADE ALECRIM
Advogado do(a) INVENTARIADO:
Advogado do(a) INVENTARIADO:
VALDIRENE MARIANA CARRI MONTEIRO, SOLANGE MARIA SILVA ALECRIM, JORGE LUIZ CARRI ALECRIM, IGO SILVA ALECRIM, IANA MARIA SILVA ALECRIM, ELAINE REGINA SILVA ALECRIM e AMADEU SILVA ALECRIM propuseram abertura de inventário dos bens deixados em razão do falecimento de AMADEU ANDRADE ALECRIM.
O autor da herança faleceu em 08/04/2011.
Valdirene Mariana Carri Monteiro foi nomeada inventariante e prestou primeiras declarações no ID 5836974.
Wilson Junior Alecrin afirma existir, além dos bens arrolados nas primeiras declarações, dois imóveis em Humaitá, um barco e uma lancha no Estado do Amazonas. Relata que o imóvel na Rua Atlântica não faz parte do acervo.
Priscila Heckmann Alecrim sustenta que existem outros dois filhos não alegados até o momento: Delyas Vinhorque Alecrim e Delielson Vinhorque Alecrim. Sustenta ainda que há a existência de um filho desaparecido: Euler Silva de Alecrim. Afirma que o imóvel da Rua Atlântida, 2494, foi transferido para seu pai Wilson desde 1995 e que uma das autoras rasgou os documentos que provavam a transferência. Sustenta que a inventariante deixou de elencar as mercadorias e mobiliários da empresa do falecido. Sustenta omissão de um veículo e um barco. Relata que há apertamentos nos autos do imóvel localizado na Estrada Mamoré nº 1376. Pede que as autoras sejam intimadas a apresentar extratos bancários do falecido.
A inventariante se manifestou no ID 15362255 aduzindo que as faturas de energia elétrica não são aptos para comprovar a posse ou propriedade do imóvel. Afirma não ter conhecimento da embarcação e demais bens sustentados.
Em inventário somente são partilhados os bens cuja existência possa ser documentalmente provada. Portanto faculto às partes prazo de 15 dias para que juntem aos autos os documentos que provem a existência dos bens alegados para a análise da impugnação às primeiras declarações.
No mesmo prazo determino à inventariante que apresente as certidões negativas federal, municipal e estadual em nome do falecido.
Traga a herdeira Priscila Heckman o endereço para citação de citação de Delyas. Deve vir aos autos a certidão de óbito de Delielson Vinhorque Alecrim. Deve ser juntado também certidão de óbito de Euler Silva de Alecrim ou sua declaração de ausência em 15 dias.
Intime-se a Fazenda Pública.
Porto Velho, 9 de fevereiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( )
Processo nº:0042634-44.2008.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: MARIA ROZANA DE LIRA NOGUEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE ALEXANDRE CASAGRANDE - RO000379B-B
INVENTARIADO: ESPÓLIO DE PEDRO TAVARES DE LIRA
Advogado do(a) INVENTARIADO:
DESPACHO
Maria Rozana de Lira Nogueira propôs abertura de inventariante Pedro Tavares de Lira.
Como apontado ID Num. 14729699, Pedro Tavares e Walda Frida casaram em 11/12/1962 e se divorciaram em 29/10/2002 (documento de fl. 38- processo físico).
Os imóveis de matrículas 17.097 e 8004 (arrolados neste inventário conforme fl. 29) foram adquiridos em 24/04/1984 e 6/01/1992, respectivamente, conforme documentos de fl. 43/44 e 235/237.
Na ação de divórcio de Pedro e Walda (ID Num. 15015549) ficou consignado que os bens do casal seriam divididos pela metade.
Assim, em princípio, metade dos imóveis referidos pertencem à Walda devendo ela integrar o inventário.
Portanto, comprove o inventariante que embora o registro tenha ocorrido no curso do casamento tal bem é exclusivo por ter causa anterior ao início do relacionamento ou que já tenha ocorrido a efetiva partilha dos bens e que os dois imóveis objeto deste inventário são de propriedade exclusiva do falecido.
Em não sendo esse o caso, promova a citação de Walda ou de seus herdeiros, se falecida em 15 dias.
Retifique a direção do cartório o cadastro do processo incluído todos os herdeiros.
Porto Velho, 2 de fevereiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( )
Processo nº:7057341-14.2016.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: DAIANE PIMENTA FERNANDES, ILMA PIMENTA FERNANDES, WILMA PIMENTA FERNANDES, WALTER FERNANDES DA COSTA, ELIZETH FERNANDES PIMENTA, DANUZA CRISTINA REIS LIMA FERNANDES
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAQUIM SOARES EVANGELISTA JUNIOR - RO0006426
Advogado do(a) REQUERENTE: FRANCISCO ALVES PINHEIRO FILHO - RO0000568
INVENTARIADO: OLENINA PIMENTA FERNANDES
Advogado do(a) INVENTARIADO:
DESPACHO
Manifestem-se os herdeiros quanto às últimas declarações apresentadas.
Manifestem-se todos quanto à penhora de ID 15859252.
Em 15 dias.
Porto Velho, 9 de fevereiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( )
Processo nº:0004877-57.2015.8.22.0102
Classe: OPOSIÇÃO (236)
OPOENTE: JOVELINO PERONDI, MARIA CELESTE DA FONSECA PERONDI
Advogados do(a) OPOENTE: JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO0002213, CORNELIO LUIZ RECKTENVALD - RO0002497, FABIANE MARTINI - RO0003817
Advogados do(a) OPOENTE: JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO0002213, CORNELIO LUIZ RECKTENVALD - RO0002497, FABIANE MARTINI - RO0003817
OPOSTO: ADILSON AZEVEDO SOARES, FRANCISCO DORLY AZEVEDO SOARES, ELECTO AZEVEDO SOARES FILHO, CECY DE AZEVEDO MONTEL
Advogados do(a) OPOSTO: LUIZ CARLOS RIBEIRO DA FONSECA - RO0000920, PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA - RO0004282
Advogados do(a) OPOSTO: LUIZ CARLOS RIBEIRO DA FONSECA - RO0000920, PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA - RO0004282, MIRLA MARIA SOUZA DA SILVA - RO0002157

Advogados do(a) OPOSTO: RODRIGO BORGES SOARES - RO0004712, FERNANDA MAIA MARQUES - RO0003034, LANESSA BACK THOME - RO0006360
Advogados do(a) OPOSTO: DANIEL HENRIQUE DE SOUZA GUIMARÃES - GO0024534, SABRINA PUGA - GO0026687
DESPACHO
Vistos,
Manifestem-se as partes sobre a falta de interesse de agir, considerando a inadequação da via eleita na ação de sonegados em 5 dias.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7060289-26.2016.8.22.0001
Classe: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80 (74)
REQUERENTE: FRANCISCO BATISTA DE LIMA e outros (5)
Advogado do(a) REQUERENTE: LIGIA CRISTINA TROMBINI PAVONI - RO0001419
INTIMAÇÃO DO DESPACHO (VIA SISTEMA)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada do alvará expedido ID 16129976.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº: 0106910-50.2009.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
Protocolado em: 04/05/2017 13:48:43
REQUERENTE: MIRIAN ALVES CAVALCANTE, PAMELA ALVES CAVALCANTE, EDVARDISON PABLO ALVES CAVALCANTE, THAINÁ ARAÚJO CAVALCANTE, ELIAS SILVA FERNANDES
INVENTARIADO: EDUVARDISON DE ANDRADE CAVALCANTE
DESPACHO
Vistos,
Manifestem-se a inventariante e demais herdeiros sobre a penhora de ID Num. 15614040.
Traga a inventariante certidão de inteiro teor atualizada do imóvel que foi indicado para venda judicial.
Expeça-se desde já MANDADO de avaliação do imóvel.
Juntado o laudo de avaliação intime-se as partes e retornem conclusos.
Porto Velho, 25 de janeiro de 2018
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº: 0106910-50.2009.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
Protocolado em: 04/05/2017 13:48:43
REQUERENTE: MIRIAN ALVES CAVALCANTE, PAMELA ALVES CAVALCANTE, EDVARDISON PABLO ALVES CAVALCANTE, THAINÁ ARAÚJO CAVALCANTE, ELIAS SILVA FERNANDES
INVENTARIADO: EDUVARDISON DE ANDRADE CAVALCANTE
DESPACHO
Vistos,
Manifestem-se a inventariante e demais herdeiros sobre a penhora de ID Num. 15614040.
Traga a inventariante certidão de inteiro teor atualizada do imóvel que foi indicado para venda judicial.
Expeça-se desde já MANDADO de avaliação do imóvel.
Juntado o laudo de avaliação intime-se as partes e retornem conclusos.
Porto Velho, 25 de janeiro de 2018
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº: 0106910-50.2009.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
Protocolado em: 04/05/2017 13:48:43
REQUERENTE: MIRIAN ALVES CAVALCANTE, PAMELA ALVES CAVALCANTE, EDVARDISON PABLO ALVES CAVALCANTE, THAINÁ ARAÚJO CAVALCANTE, ELIAS SILVA FERNANDES
INVENTARIADO: EDUVARDISON DE ANDRADE CAVALCANTE
DESPACHO
Vistos,
Manifestem-se a inventariante e demais herdeiros sobre a penhora de ID Num. 15614040.
Traga a inventariante certidão de inteiro teor atualizada do imóvel que foi indicado para venda judicial.
Expeça-se desde já MANDADO de avaliação do imóvel.
Juntado o laudo de avaliação intime-se as partes e retornem conclusos.
Porto Velho, 25 de janeiro de 2018
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo nº 7002639-50.2018.8.22.0001
AUTOR: M. L. S. S., B. S. P.
Advogado do(a) AUTOR: JOVANA ALVES CANTAREIRA - RO5781
Advogado do(a) AUTOR: JOVANA ALVES CANTAREIRA - RO5781
RÉU: M. D. S. S.
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
Por força e determinação do juízo, FICA A PARTE AUTORA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, a comparecer a AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na Sala de audiência da 4ª Vara de Família, localizada na Rua. Rogério Weber, nº 1872, Centro, em frente ao Bingol Clube, Porto Velho, Rondônia, conforme informações abaixo:
Dia 07 de março de 2018, 08:00 h para realização de audiência de conciliação, instrução e julgamento.
OBSERVAÇÃO: Em se tratando de Audiência de Instrução e Julgamento, as partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( )
Processo nº:0003835-07.2014.8.22.0102
Classe: FAMÍLIA- SONEGADOS (142)
AUTOR: ELECTO AZEVEDO SOARES FILHO
Advogado do(a) AUTOR: FERNANDA MAIA MARQUES - RO0003034

RÉU: JOVELINO PERONDI, FRANCISCO DORLY AZEVEDO SOARES, MARIA CELESTE DA FONSECA PERONDI, ADILSON AZEVEDO SOARES
Advogados do(a) RÉU: FABIANE MARTINI - RO0003817, JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO0002213
Advogado do(a) RÉU: PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA - RO0004282
Advogados do(a) RÉU: JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO0002213, FABIANE MARTINI - RO0003817
Advogado do(a) RÉU: PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA - RO0004282
DESPACHO
Manifestem-se as partes sobre a inadequação da via eleita em 5 dias.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( )
Processo nº:0003835-07.2014.8.22.0102
Classe: FAMÍLIA- SONEGADOS (142)
AUTOR: ELECTO AZEVEDO SOARES FILHO
Advogado do(a) AUTOR: FERNANDA MAIA MARQUES - RO0003034
RÉU: JOVELINO PERONDI, FRANCISCO DORLY AZEVEDO SOARES, MARIA CELESTE DA FONSECA PERONDI, ADILSON AZEVEDO SOARES
Advogados do(a) RÉU: FABIANE MARTINI - RO0003817, JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO0002213
Advogado do(a) RÉU: PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA - RO0004282
Advogados do(a) RÉU: JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO0002213, FABIANE MARTINI - RO0003817
Advogado do(a) RÉU: PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA - RO0004282
DESPACHO
Manifestem-se as partes sobre a inadequação da via eleita em 5 dias.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( )
Processo nº:0003835-07.2014.8.22.0102
Classe: FAMÍLIA- SONEGADOS (142)
AUTOR: ELECTO AZEVEDO SOARES FILHO
Advogado do(a) AUTOR: FERNANDA MAIA MARQUES - RO0003034
RÉU: JOVELINO PERONDI, FRANCISCO DORLY AZEVEDO SOARES, MARIA CELESTE DA FONSECA PERONDI, ADILSON AZEVEDO SOARES
Advogados do(a) RÉU: FABIANE MARTINI - RO0003817, JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO0002213
Advogado do(a) RÉU: PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA - RO0004282
Advogados do(a) RÉU: JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO0002213, FABIANE MARTINI - RO0003817
Advogado do(a) RÉU: PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA - RO0004282
DESPACHO
Manifestem-se as partes sobre a inadequação da via eleita em 5 dias.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº:7003063-97.2015.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
Polo Ativo
Nome: MILTON LELES PEREIRA e outros
Polo Passivo
Nome: ESPÓLIO DE JOSÉ LELES RAMOS
Vistos,
Deve ser regularizada a representação processual das partes indicadas no ID Num. 14758564, pois as procurações que foram juntadas foram outorgadas ao advogado por Milton Pereira que somente tem poderes outorgados por procuração dos herdeiros Joanita, Nivia, Davi e Nilson.
Destaque-se que as cópias de procurações de ID 1058443 e 1058443 são em favor de Margarida Leles Ramos e não do inventariante.
Além disso deve o inventariante trazer últimas declarações com informações do art. 620 do CPC, esclarecendo se o inventário destina-se a partilha da posse ou propriedade. Deve ser juntado aos autos os documentos que comprovem a existência dos bens, assim como que pertença ao espólio.
Havendo propriedade de imóveis, deve vir aos autos certidão de inteiro teor expedida após o óbito do autor da herança. Em caso de veículos o respectivo registro.
Apresente ainda certidões negativas federal, estadual e municipal. Existindo bens em mais de um Município ou Estado, deve ser juntado aos autos certidões de todos eles. Deve ser apresentado ainda, se for o caso, relação de débitos do falecido e certidão de inexistência de testamento na forma do provimento 56/2016 do CNJ.
O inventariante deve juntar cópias de documentos pessoais de todas as partes que representa, para comprovar capacidade civil e parentesco com o autor da herança.
Registre-se que cessão de direitos hereditários se faz por escritura pública e ela deve ser juntada aos autos para prosseguimento do feito.
Apresentadas as últimas declarações, promova a direção do cartório:
1) Citação por edital dos possíveis herdeiros do falecido com prazo de 20 dias na forma do §1º do art. 626 do CPC.
3) Intimação da Fazenda Pública.
4) Intimação do Ministério Público, se houver herdeiro incapaz ou ausente.
5) Intimação dos herdeiros Margarida e José da últimas declarações apresentadas por meio de diário da justiça.
Se forem apresentadas impugnações às primeiras declarações, dê-se vista ao inventariante para que se manifeste em 5 dias.
6) Providencie-se, se for o caso, a correção da distribuição do feito, incluindo-se nos polos ativo e passivo todas as partes nominadas na inicial.
Porto Velho, 23 de janeiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( )
Processo nº:7000143-19.2016.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: VALDIRENE MARIANA CARRI MONTEIRO, POLIANA HECKMAM ALECRIM, PRISCILA HECKMAM ALECRIM, BRUNO MAIA ALECRIM, WILSON MAIA ALECRIM JUNIOR
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAQUIM SOARES EVANGELISTA JUNIOR - RO0006426
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCUS VINICIUS MELO DE SOUZA - RO0006194

INVENTARIADO: AMADEU ANDRADE ALECRIM
Advogado do(a) INVENTARIADO:
Advogado do(a) INVENTARIADO:
VALDIRENE MARIANA CARRI MONTEIRO, SOLANGE MARIA SILVA ALECRIM, JORGE LUIZ CARRI ALECRIM, IGO SILVA ALECRIM, IANA MARIA SILVA ALECRIM, ELAINE REGINA SILVA ALECRIM e AMADEU SILVA ALECRIM propuseram abertura de inventário dos bens deixados em razão do falecimento de AMADEU ANDRADE ALECRIM.
O autor da herança faleceu em 08/04/2011.
Valdirene Mariana Carri Monteiro foi nomeada inventariante e prestou primeiras declarações no ID 5836974.
Wilson Junior Alecrin afirma existir, além dos bens arrolados nas primeiras declarações, dois imóveis em Humaitá, um barco e uma lancha no Estado do Amazonas. Relata que o imóvel na Rua Atlântica não faz parte do acervo.
Priscila Heckmann Alecrim sustenta que existem outros dois filhos não alegados até o momento: Delyas Vinhorque Alecrim e Delielson Vinhorque Alecrim. Sustenta ainda que há a existência de um filho desaparecido: Euler Silva de Alecrim. Afirma que o imóvel da Rua Atlântida, 2494, foi transferido para seu pai Wilson desde 1995 e que uma das autoras rasgou os documentos que provavam a transferência. Sustenta que a inventariante deixou de elencar as mercadorias e mobiliários da empresa do falecido. Sustenta omissão de um veículo e um barco. Relata que há apertamentos nos autos do imóvel localizado na Estrada Mamoré nº 1376. Pede que as autoras sejam intimadas a apresentar extratos bancários do falecido.
A inventariante se manifestou no ID 15362255 aduzindo que as faturas de energia elétrica não são aptos para comprovar a posse ou propriedade do imóvel. Afirma não ter conhecimento da embarcação e demais bens sustentados.
Em inventário somente são partilhados os bens cuja existência possa ser documentalmente provada. Portanto faculto às partes prazo de 15 dias para que juntem aos autos os documentos que provem a existência dos bens alegados para a análise da impugnação às primeiras declarações.
No mesmo prazo determino à inventariante que apresente as certidões negativas federal, municipal e estadual em nome do falecido.
Traga a herdeira Priscila Heckman o endereço para citação de citação de Delyas. Deve vir aos autos a certidão de óbito de Delielson Vinhorque Alecrim. Deve ser juntado também certidão de óbito de Euler Silva de Alecrim ou sua declaração de ausência em 15 dias.
Intime-se a Fazenda Pública.
Porto Velho, 9 de fevereiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( )
Processo nº:0003835-07.2014.8.22.0102
Classe: FAMÍLIA- SONEGADOS (142)
AUTOR: ELECTO AZEVEDO SOARES FILHO
Advogado do(a) AUTOR: FERNANDA MAIA MARQUES - RO0003034
RÉU: JOVELINO PERONDI, FRANCISCO DORLY AZEVEDO SOARES, MARIA CELESTE DA FONSECA PERONDI, ADILSON AZEVEDO SOARES
Advogados do(a) RÉU: FABIANE MARTINI - RO0003817, JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO0002213
Advogado do(a) RÉU: PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA - RO0004282
Advogados do(a) RÉU: JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO0002213, FABIANE MARTINI - RO0003817
Advogado do(a) RÉU: PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA - RO0004282
DESPACHO
Manifestem-se as partes sobre a inadequação da via eleita em 5 dias.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( )
Processo nº:0003835-07.2014.8.22.0102
Classe: FAMÍLIA- SONEGADOS (142)
AUTOR: ELECTO AZEVEDO SOARES FILHO
Advogado do(a) AUTOR: FERNANDA MAIA MARQUES - RO0003034
RÉU: JOVELINO PERONDI, FRANCISCO DORLY AZEVEDO SOARES, MARIA CELESTE DA FONSECA PERONDI, ADILSON AZEVEDO SOARES
Advogados do(a) RÉU: FABIANE MARTINI - RO0003817, JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO0002213
Advogado do(a) RÉU: PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA - RO0004282
Advogados do(a) RÉU: JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO0002213, FABIANE MARTINI - RO0003817
Advogado do(a) RÉU: PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA - RO0004282
DESPACHO
Manifestem-se as partes sobre a inadequação da via eleita em 5 dias.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº:7048264-44.2017.8.22.0001
Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: LORRANA ALEXANDRA FERREIRA DE LIMA, EMANOEL ALEXANDRE FERREIRA LIMA, HEURISSON FERREIRA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR:
Advogado do(a) AUTOR:
Advogado do(a) AUTOR:
RÉU: IVANILDO FERREIRA DE LIMA
Advogado do(a) RÉU:
Vistos,
Em segredo de justiça e com gratuidade.
Nos termos do artigo 1.706 do Código Civil c/c o artigo 4º da Lei 5.478/68 e em razão da ausência de elementos que indiquem a renda do requerido, arbitro alimentos provisórios em 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, devidos a partir da citação do requerido e pagos mensalmente até DECISÃO final.
Cite-se a parte requerida para contestar até o início da audiência e intime-se as partes. Designo o dia 28 de março de 2018, 8h para realização de audiência de conciliação, instrução e julgamento.
Para a audiência advirta-se no MANDADO a parte autora que seu não comparecimento implicará no arquivamento do feito e a parte requerida que não comparecendo implicará em revelia.
A parte requerida poderá contestar, desde que o faça por intermédio de advogado. Não havendo acordo, será realizada a oitiva das testemunhas, alegações finais e prolatação da SENTENÇA. Advirta-se também as partes de que não havendo conciliação o feito será na mesma data instruído e julgado, pelo que deverão comparecer à audiência acompanhadas das testemunhas que tiverem e serão admitidas no máximo três (03) para cada parte, que deverá trazê-las independentemente de intimação.

Informe às partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação é considerada ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termo do §8º do art. 334 do CPC.
Cite-se. Intime-se o Ministério Público. Servindo esta como MANDADO /Carta Precatória.
Porto Velho, 19 de fevereiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito
Autor:
Nome: LORRANA ALEXANDRA FERREIRA DE LIMA, EMANOEL ALEXANDRE FERREIRA LIMA e HEURISSON FERREIRA DA SILVA, representados por MARIA LUCELIA FERREIRA DA SILVA,
Endereço: Rua Angico, 2880, Eletronorte, Porto Velho - RO - CEP: 76808-526
Réu:
Nome: IVANILDO FERREIRA DE LIMA
Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 3734, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-064

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7040627-42.2017.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO CONSENSUAL (98)
REQUERENTE: A. L. L. D. A. e R. L. D. A.
Advogados do(a) REQUERENTE: VALERIA MOREIRA DE ALENCAR RAMALHO - RO0003719, CAMILLA ALENCAR ASSIS SILVA - RO8645
Advogados do(a) REQUERENTE: VALERIA MOREIRA DE ALENCAR RAMALHO - RO0003719, CAMILLA ALENCAR ASSIS SILVA - RO8645
INTIMAÇÃO DO DESPACHO (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada do DESPACHO de ID 16086933.
Porto Velho (RO), 19 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº:7039584-07.2016.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: ROSIANE MARINS, THIAGO ANTONIO PIMENTA CUNHA, MARIA FERNANDA AMARAL CUNHA
Advogado do(a) REQUERENTE: FABIO VIANA OLIVEIRA - RO0002060
Advogado do(a) REQUERENTE: MURILO PINTO PEREIRA DA LUZ JUNIOR - RJ113895
Advogado do(a) REQUERENTE: FERNANDO ALBINO DO NASCIMENTO - RO0006311
INVENTARIADO: CARLOS ALBERTO FERNANDES CUNHA
Advogado do(a) INVENTARIADO:
O comparecimento espontâneo supre a falta de citação. Todos os herdeiros estão representados.
Manifeste-se o herdeiro Tiago quanto às primeiras declarações em 15 dias.
A inventariante deve juntar aos autos a certidão negativa municipal em 15 dias.
Promova a direção do cartório:
1) Citação por edital dos possíveis herdeiros do falecido com prazo de 20 dias na forma do §1º do art. 626 do CPC.
2) Expedição de ofício para as instituições bancárias como determinado no ID 6428885.
3) Intimação do Ministério Público
Se forem apresentadas impugnações às primeiras declarações, dê-se vista ao inventariante para que se manifeste em 5 dias.
Porto Velho, 16 de fevereiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº:7039584-07.2016.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: ROSIANE MARINS, THIAGO ANTONIO PIMENTA CUNHA, MARIA FERNANDA AMARAL CUNHA
Advogado do(a) REQUERENTE: FABIO VIANA OLIVEIRA - RO0002060
Advogado do(a) REQUERENTE: MURILO PINTO PEREIRA DA LUZ JUNIOR - RJ113895
Advogado do(a) REQUERENTE: FERNANDO ALBINO DO NASCIMENTO - RO0006311
INVENTARIADO: CARLOS ALBERTO FERNANDES CUNHA
Advogado do(a) INVENTARIADO:
O comparecimento espontâneo supre a falta de citação. Todos os herdeiros estão representados.
Manifeste-se o herdeiro Tiago quanto às primeiras declarações em 15 dias.
A inventariante deve juntar aos autos a certidão negativa municipal em 15 dias.
Promova a direção do cartório:
1) Citação por edital dos possíveis herdeiros do falecido com prazo de 20 dias na forma do §1º do art. 626 do CPC.
2) Expedição de ofício para as instituições bancárias como determinado no ID 6428885.
3) Intimação do Ministério Público
Se forem apresentadas impugnações às primeiras declarações, dê-se vista ao inventariante para que se manifeste em 5 dias.
Porto Velho, 16 de fevereiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

Se forem apresentadas impugnações às primeiras declarações, dê-se vista ao inventariante para que se manifeste em 5 dias.
Porto Velho, 16 de fevereiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( )
Processo nº:7057341-14.2016.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: DAIANE PIMENTA FERNANDES, ILMA PIMENTA FERNANDES, WILMA PIMENTA FERNANDES, WALTER FERNANDES DA COSTA, ELIZETH FERNANDES PIMENTA, DANUZA CRISTINA REIS LIMA FERNANDES
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAQUIM SOARES EVANGELISTA JUNIOR - RO0006426
Advogado do(a) REQUERENTE: FRANCISCO ALVES PINHEIRO FILHO - RO0000568
INVENTARIADO: OLENINA PIMENTA FERNANDES
Advogado do(a) INVENTARIADO:
DESPACHO
Manifestem-se os herdeiros quanto às últimas declarações apresentadas.
Manifestem-se todos quanto à penhora de ID 15859252.
Em 15 dias.
Porto Velho, 9 de fevereiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº:7019150-60.2017.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: JEAN CARLOS DE OLIVEIRA FREITAS
Advogado do(a) REQUERENTE: EUDISLENE MENDES DE OLIVEIRA - RO0001462
INVENTARIADO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXX, DIOGO ROGERIO DE OLIVEIRA FREITAS, SUSANE KETHELEN DE FREITAS CARVALHO, PEDRO MELO DE FREITAS JUNIOR
Advogado do(a) INVENTARIADO:
Advogado do(a) INVENTARIADO:
Advogado do(a) INVENTARIADO:
Advogado do(a) INVENTARIADO:
DESPACHO
Intime-se a inventariante para dar andamento ao inventário, prazo de 5 dias, sob pena de extinção.
Porto Velho, 16 de fevereiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( )
Processo nº:0004877-57.2015.8.22.0102
Classe: OPOSIÇÃO (236)
OPOENTE: JOVELINO PERONDI, MARIA CELESTE DA FONSECA PERONDI
Advogados do(a) OPOENTE: JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO0002213, CORNELIO LUIZ RECKTENVALD - RO0002497, FABIANE MARTINI - RO0003817
Advogados do(a) OPOENTE: JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO0002213, CORNELIO LUIZ RECKTENVALD - RO0002497, FABIANE MARTINI - RO0003817
OPOSTO: ADILSON AZEVEDO SOARES, FRANCISCO DORLY AZEVEDO SOARES, ELECTO AZEVEDO SOARES FILHO, CECY DE AZEVEDO MONTEL
Advogados do(a) OPOSTO: LUIZ CARLOS RIBEIRO DA FONSECA - RO0000920, PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA - RO0004282
Advogados do(a) OPOSTO: LUIZ CARLOS RIBEIRO DA FONSECA - RO0000920, PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA - RO0004282, MIRLA MARIA SOUZA DA SILVA - RO0002157
Advogados do(a) OPOSTO: RODRIGO BORGES SOARES - RO0004712, FERNANDA MAIA MARQUES - RO0003034, LANESSA BACK THOME - RO0006360
Advogados do(a) OPOSTO: DANIEL HENRIQUE DE SOUZA GUIMARÃES - GO0024534, SABRINA PUGA - GO0026687
DESPACHO
Vistos,
Manifestem-se as partes sobre a falta de interesse de agir, considerando a inadequação da via eleita na ação de sonegados em 5 dias.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº: 0106910-50.2009.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
Protocolado em: 04/05/2017 13:48:43
REQUERENTE: MIRIAN ALVES CAVALCANTE, PAMELA ALVES CAVALCANTE, EDVARDISON PABLO ALVES CAVALCANTE, THAINÁ ARAÚJO CAVALCANTE, ELIAS SILVA FERNANDES
INVENTARIADO: EDUVARDISON DE ANDRADE CAVALCANTE
DESPACHO
Vistos,
Manifestem-se a inventariante e demais herdeiros sobre a penhora de ID Num. 15614040.
Traga a inventariante certidão de inteiro teor atualizada do imóvel que foi indicado para venda judicial.
Expeça-se desde já MANDADO de avaliação do imóvel.
Juntado o laudo de avaliação intime-se as partes e retornem conclusos.
Porto Velho, 25 de janeiro de 2018
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº: 0106910-50.2009.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
Protocolado em: 04/05/2017 13:48:43
REQUERENTE: MIRIAN ALVES CAVALCANTE, PAMELA ALVES CAVALCANTE, EDVARDISON PABLO ALVES CAVALCANTE, THAINÁ ARAÚJO CAVALCANTE, ELIAS SILVA FERNANDES
INVENTARIADO: EDUVARDISON DE ANDRADE CAVALCANTE
DESPACHO
Vistos,
Manifestem-se a inventariante e demais herdeiros sobre a penhora de ID Num. 15614040.
Traga a inventariante certidão de inteiro teor atualizada do imóvel que foi indicado para venda judicial.
Expeça-se desde já MANDADO de avaliação do imóvel.
Juntado o laudo de avaliação intime-se as partes e retornem conclusos.
Porto Velho, 25 de janeiro de 2018
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº: 0106910-50.2009.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
Protocolado em: 04/05/2017 13:48:43
REQUERENTE: MIRIAN ALVES CAVALCANTE, PAMELA ALVES CAVALCANTE, EDVARDISON PABLO ALVES CAVALCANTE, THAINÁ ARAÚJO CAVALCANTE, ELIAS SILVA FERNANDES
INVENTARIADO: EDUVARDISON DE ANDRADE CAVALCANTE
DESPACHO
Vistos,
Manifestem-se a inventariante e demais herdeiros sobre a penhora de ID Num. 15614040.
Traga a inventariante certidão de inteiro teor atualizada do imóvel que foi indicado para venda judicial.
Expeça-se desde já MANDADO de avaliação do imóvel.
Juntado o laudo de avaliação intime-se as partes e retornem conclusos.
Porto Velho, 25 de janeiro de 2018
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ). Processo: 7051850-89.2017.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
Data da Distribuição: 04/12/2017 15:44:52
Requerente: E. D. S. M.
Advogados do(a) REQUERENTE: JOELMA ALBERTO - RO0007214, REGINA EUGENIA DE SOUZA BENSIMAN - RO0001505
Requerido: D. F. B.
Advogado do(a) REQUERIDO:
Vistos.
Vistos,
Considerando a ausência de previsão legal para atender ao pedido, indefiro o pedido de diferimento de custas ao final.
Providencie a requerente o recolhimento das custas, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho, 19 de fevereiro de 2018.
DANILO AUGUSTO KANTHACK PACCINI
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( )
Processo nº:7000143-19.2016.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: VALDIRENE MARIANA CARRI MONTEIRO, POLIANA HECKMAM ALECRIM, PRISCILA HECKMAM ALECRIM, BRUNO MAIA ALECRIM, WILSON MAIA ALECRIM JUNIOR
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAQUIM SOARES EVANGELISTA JUNIOR - RO0006426
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCUS VINICIUS MELO DE SOUZA - RO0006194
INVENTARIADO: AMADEU ANDRADE ALECRIM
Advogado do(a) INVENTARIADO:
Advogado do(a) INVENTARIADO:
VALDIRENE MARIANA CARRI MONTEIRO, SOLANGE MARIA SILVA ALECRIM, JORGE LUIZ CARRI ALECRIM, IGO SILVA ALECRIM, IANA MARIA SILVA ALECRIM, ELAINE REGINA SILVA ALECRIM e AMADEU SILVA ALECRIM propuseram abertura de inventário dos bens deixados em razão do falecimento de AMADEU ANDRADE ALECRIM.
O autor da herança faleceu em 08/04/2011.
Valdirene Mariana Carri Monteiro foi nomeada inventariante e prestou primeiras declarações no ID 5836974.
Wilson Junior Alecrin afirma existir, além dos bens arrolados nas primeiras declarações, dois imóveis em Humaitá, um barco e uma lancha no Estado do Amazonas. Relata que o imóvel na Rua Atlântica não faz parte do acervo.
Priscila Heckmann Alecrim sustenta que existem outros dois filhos não alegados até o momento: Delyas Vinhorque Alecrim e Delielson Vinhorque Alecrim. Sustenta ainda que há a existência de um filho desaparecido: Euler Silva de Alecrim. Afirma que o imóvel da Rua Atlântida, 2494, foi transferido para seu pai Wilson desde 1995 e que uma das autoras rasgou os documentos que provavam a transferência. Sustenta que a inventariante deixou de elencar as mercadorias e mobiliários da empresa do falecido. Sustenta omissão de um veículo e um barco. Relata que há apertamentos nos autos do imóvel localizado na Estrada Mamoré nº 1376. Pede que as autoras sejam intimadas a apresentar extratos bancários do falecido.
A inventariante se manifestou no ID 15362255 aduzindo que as faturas de energia elétrica não são aptos para comprovar a posse ou propriedade do imóvel. Afirma não ter conhecimento da embarcação e demais bens sustentados.
Em inventário somente são partilhados os bens cuja existência possa ser documentalmente provada. Portanto faculto às partes prazo de 15 dias para que juntem aos autos os documentos que provem a existência dos bens alegados para a análise da impugnação às primeiras declarações.
No mesmo prazo determino à inventariante que apresente as certidões negativas federal, municipal e estadual em nome do falecido.
Traga a herdeira Priscila Heckman o endereço para citação de citação de Delyas. Deve vir aos autos a certidão de óbito de Delielson Vinhorque Alecrim. Deve ser juntado também certidão de óbito de Euler Silva de Alecrim ou sua declaração de ausência em 15 dias.
Intime-se a Fazenda Pública.
Porto Velho, 9 de fevereiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº:7063877-41.2016.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: WILLIAN BORGES DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: ROBINSON BORGES DA SILVA JUNIOR - SP338755
INVENTARIADO: ESPÓLIO
Advogado do(a) INVENTARIADO: DANILO ALMEIDA SILVA - RO7152
DESPACHO
Desnecessário diligenciar se um dos herdeiros convive em união estável. Se não há prova documental de que ele vivem em união estável, deve o feito prosseguir na forma como se encontra.
Nas últimas declarações foi informado uma cessão de direitos hereditários. Deve vir aos autos a respectiva escritura pública de tal ato e as últimas declarações já devem se referir a esta cessão.
O processo já caminha para a efetiva partilha dos bens. Desse modo as últimas declarações deve conter a partilha para encerramento do inventário, sem qualquer condição futura ou documentos que ainda serão juntados.
Cumpra a inventariante corretamente o DESPACHO de ID 14541323 e traga um plano de partilha definitivo.
Traga a inventariante a DIEF (declaração para Fazenda Pública) comprovante de pagamento do ITCMD e das custas no prazo de 15 dias.
Após cumpra a direção do cartório a parte final do DESPACHO anterior.
Porto Velho, 16 de fevereiro de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
PRAZO: 20 (vinte)dias
O Juiz de Direito da 4ª Vara de Família, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito referente a Execução que se menciona.
PROCESSO Nº: 7026040-49.2016.8.22.0001
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR: NOEME VIEIRA DA CONCEICAO
RÉU: JANES JULIO DE CAMPOS
DESCRIÇÃO DOS BENS: Imóvel matrícula 22.714 no Cartório do 1º Ofício de Registros de Imóveis de Porto Velho - Imóvel constituído pelo Lote nº 15, Quadra nº 04, Loteamento Antares, com uma área total de 300,50m² (trezentos metros e cinquenta centímetros quadrados), construído em alvenaria, tipo residencial, com área construída 63,65m². Limitando-se frente, com a Rua 03; Fundos, com o lote nº 033; Lado direito, com o lote 016; Lado esquerdo, com o lote nº 14;
VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
DATA PARA O PRIMEIRO LEILÃO: 06 de abril de 2018 às 9h30min.
LOCAL DO LEILÃO: Átrio do Fórum Sandra Nascimento, Rua Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, em frente ao Bingol Motos. Porto Velho. CEP: 76.901.030
LOCALIZAÇÃO DOS BENS: Em poder do requerido podendo ser encontrado na quadra 04 Loteamento “Antares” lote de terra urbano nº 15 em Porto Velho/RO
INTIMAÇÃO: do Sr. JANES JULIO DE CAMPOS, residente a Rua Estácio de Sá, 6853, Cuniã, Porto Velho - RO - CEP: 76824-466,, fica por este ato intimado se não o for pessoalmente.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar o lance igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á no dia 20 de abril de 2018 às 09h30min, no mesmo local, a fim do que o mesmo seja arrematado por quem maior preço lançar, desde que respeite o mínimo de 60% da avaliação.OBS: Eventuais débitos, impostos, multas, ou taxas que recaírem sobre os bens objetos do leilão/praça, serão suportados pelo arrematante.
* Caso a data designada para o leilão/praça recair em dia não útil, será realizada no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário.
SEDE DO JUÍZO: FÓRUM SANDRA NASCIMENTO, Rua Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, em frente ao Bingol Motos. Porto Velho. CEP: 76.901.030, Porto Velho – RO.
Porto Velho, 9 de fevereiro de 2018
Alessandra Maciel Pereira
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7000960-49.2017.8.22.0001
Classe: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80 (74)
REQUERENTE: I. G. B. M. e outros
Advogados do(a) REQUERENTE: ADRIANO MICHAEL VIDEIRA DOS SANTOS - RO0004788, WENDEL RAYNER PEREIRA FIGUEREDO - RO8183
Advogados do(a) REQUERENTE: ADRIANO MICHAEL VIDEIRA DOS SANTOS - RO0004788, WENDEL RAYNER PEREIRA FIGUEREDO - RO8183
INTIMAÇÃO DO DESPACHO (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada do Alvará expedido ID 16275472.
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 0009213-41.2014.8.22.0102
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: GILVAN SILVA SOARES e outros (6)
Advogados do(a) REQUERENTE: SARA COELHO DA SILVA - RO0006157, VALERIANO LEAO DE CAMARGO - RO0005414, DEBORA MENDES GOMES LAUERMANN - RO0005618
INVENTARIADO: Espólio de Luis Soares da Costa
Advogado do(a) INVENTARIADO:
Intimação DO DESPACHO (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada acerca do Alvará expedido (ID16277224).
Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ). Processo: 7024847-62.2017.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
Data da Distribuição: 15/08/2017 10:32:54
Requerente: ALEXANDRO BARBOSA DA SILVA e outros (3)
Advogado do(a) REQUERENTE: MANOEL RIVALDO DE ARAUJO - SP0171069
Requerido: EDNA MARIA BARBOSA DA SILVA
Advogado do(a) INVENTARIADO:
Para homologação da partilha deve vir aos autos o pagamento do ITCMD juntamente com a DIEF (declaração feita à SEFIN), nos termos do 192 do CTN.
Junte-se ainda certidão negativa estadual, federal e municipal.
Deve ser recolhidas as custas para que se possa homologar a partilha nos termos do art. 20 da Lei Estadual 3896/16, razão pela qual indefiro o requerimento de ID 158194206.
Os documentos pessoais apresentados de Alonso estão ilegíveis. O passaporte não contém os dados de sua filiação. Desse modo deve vir aos autos documento que comprove a filiação com a falecida.
Prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo.
Porto Velho, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018
DANILO AUGUSTO KANTHACK PACCINI
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:( ) Processo nº:7053077-51.2016.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
REQUERENTE: RONICLEIA DA SILVA PEREIRA
REQUERIDO: CARLOS HENRIQUE SANTOS GUILLEN
Vistos,
RONICLÉIA DA SILVA PEREIRA GUILLEN propôs ação de divórcio litigioso em face de CARLOS HENRIQUE SANTOS GUILLEN, ambos devidamente qualificados.
Alega a autora que é casada com o requerido, contudo estão separados de fato. Aduz ainda que tiveram filhos e não há bens a partilhar. Pede a decretação do divórcio e que a requerida volta a usar o nome de solteira.
O requerido foi citado por edital e apresentou contestação por negativa geral.
É o relatório.
Trata-se de ação de divórcio litigioso.
O requerido contestou os fatos da inicial por negativa geral.
Em que pese haver contestação, não há como impor a parte autora o ônus da prova de que não há bens a serem partilhados, pois trata-se de prova negativa.

O casal durante a constância do casamento não amealhou bens, o que não foi refutado pelo requerido.
Quanto a guarda e alimentos, tenho que a forma compartilhada da guarda com a fixação do domicílio das menores no lar materno é a que melhor opção que se impõe ao caso, bem como a fixação de alimentos no percentual de 50%(cinquenta por cento) do salário-mínimo, visto que ambos os genitores têm obrigações quanto a mantença das menores.
Diante do exposto, julgo procedente o pedido inicial e decreto o divórcio do casal Ronicléia da Silva Pereira Guillen e Carlos Henrique Santos Guillen. A varoa voltará a usar o nome de solteira: Ronicléia da Silva Pereira. A guarda será exercida de forma compartilhada com a fixação da residência das menores no lar materno, bem como condeno o requerido a prestar alimentos as menores no percentual de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, sendo 25% (vinte e cinco por cento) para cada, com vencimento até o dia 30 de cada mês e depositados na conta da genitora das menores, ag 2748, Op 023, Conta 7584-3, Caixa Econômica Federal. SENTENÇA com resolução de MÉRITO, na forma do artigo 487, I, do CPC.
Após o trânsito em julgado, serve esta de MANDADO de averbação/inscrição.
Custas e honorários pelo requerido, os últimos em 10% do valor dado à causa, com exigibilidade suspensa face a gratuidade judiciária, que ora estendo a este.
P.R.I.C.
Porto Velho, 7 de dezembro de 2017.
MARISA DE ALMEIDA
Juíza de Direito

## 1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7005432-59.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Protocolado em: 14/02/2018 15:34:13
AUTOR: ARIELY GIOVANNA CARVALHO GUASTELLA
Advogado(s) do reclamante: ANDERSON ADRIANO DA SILVA
RÉU: LATAM AIRLINES GROUP S/A
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
A serventia deverá designar Audiência de Conciliação e Mediação, junto a CEJUSC.
O autor e o réu deverão comparecer à audiência a ser designada, pessoalmente ou por representante, que não seus advogados, com poderes especiais para transigir. No caso de não comparecimento injustificado, seja do autor ou do réu, restará sujeito à multa prevista no art. 334, § 8º, CPC/2015:
Art. 334, § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.
Cite-se a parte requerida. O prazo para oferecimento de contestação será de 15 (quinze) dias úteis, a iniciar-se da data da audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, ressalvadas as hipóteses dos incisos II e III do art. 335, CPC/2015:
Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:
I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;
II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;
III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.
Em caso de a parte requerida não possuir interesse na realização da audiência de conciliação (art. 335, CPC/2015), deverá informá-lo nos autos por petição, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis antes da solenidade, ocasião em que o prazo para defesa se iniciará no primeiro dia útil subsequente ao protocolo da petição.
Se a diligência retornar como negativa, intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresentar novo endereço, procedendo com a nova tentativa de citação, dispensando-se a CONCLUSÃO dos autos. Em caso de necessidade de recolhimento das custas para efetivação da diligência, intime-se a requerente para comprovar o pagamento no mesmo prazo acima exposto. Em quaisquer dos casos, devidamente intimado pelo próprio cartório, em caso de inércia da parte autora, remetam-se os autos conclusos para apreciação.
Frisa-se que as partes têm livre acesso a íntegra do processo diretamente pelo website do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
ADVERTÊNCIA: Não havendo apresentação de defesa no prazo de 15 dias, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na inicial.
OBSERVAÇÃO: O prazo para responder a ação será de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data de realização da audiência de conciliação.
SIRVA CÓPIA DESTA DECISÃO COMO CARTA/MANDADO.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito
ENDEREÇO PARA DILIGÊNCIA:
Nome: LATAM AIRLINES GROUP S/A
Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, Aeroporto, Porto Velho - RO - CEP: 76803-250

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7053906-95.2017.8.22.0001
Classe: REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707)
Protocolado em: 19/12/2017 08:39:16
REQUERENTE: JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA
Advogado do(a) REQUERENTE: KLAUS DE PINHO PESSOA BORGES - CE12861
REQUERIDO: AHSLEY QUEIROZ COSTA
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos.
Determinada a emenda à petição inicial para recolhimento das custas, a parte requerente, apesar de devidamente intimada, quedou-se inerte no cumprimento da determinação.
Isto posto, indefiro a petição inicial com fulcro no art. 321, parágrafo único, c/c art. 330, IV, do NCPC e, por consequência, julgo extinto o processo sem resolução do MÉRITO, conforme dispõe o art. 485, I, do Novo Código de Processo Civil.
Não havendo interposição de apelação, certifique-se o trânsito em julgado e intime-se a parte requerida dos termos da SENTENÇA, conforme disposto no art. 331, § 3º do NCPC.
Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7006238-94.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Protocolado em: 20/02/2018 17:20:39
EXEQUENTE: MARCINETE LATORRE ALMEIDA
Advogado(s) do reclamante: JOANNES PAULUS DE LIMA SANTOS, EDMAR DA SILVA SANTOS
EXECUTADO: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Na forma dos artigos 513 e 523, CPC/2015, intime-se a parte devedora para, querendo, efetuar e comprovar o pagamento voluntário da condenação, sob pena de incorrer em multa de 10% (dez por cento) e, ainda, honorários advocatícios de cumprimento de SENTENÇA também fixados em 10%, salvo oposição de embargos. Deve ser frisado que em caso de não comprovação nos autos do pagamento eventualmente efetivado a parte executada estará sujeita a cobrança da multa e dos honorários de cumprimento de SENTENÇA.
A intimação se dará por meio do Diário da Justiça nos termos do § 2º do artigo 513 do CPC/2015, ou por meio eletrônico caso haja advogado cadastrado no sistema do PJE.
Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis sem que haja o pagamento voluntário, haverá início imediato do prazo para apresentação de impugnação, independentemente de nova intimação ou penhora, nos termos do art. 525 do CPC/2015.
Não havendo manifestação da parte executada nos prazos acima assinalados, o exequente deverá, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto ao prosseguimento da execução, apresentando planilha atualizada do débito e meio alternativo para execução, sob pena de extinção e arquivamento.
SIRVA CÓPIA DESTA DECISÃO COMO CARTA/MANDADO.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito
ENDEREÇO PARA DILIGÊNCIA:
Nome: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
Endereço: Rua dos Otoni, 177, Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG - CEP: 30150-270

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7006156-63.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Protocolado em: 20/02/2018 14:33:24
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO0003831
EXECUTADO: ADEMIR DE LIMA CORREA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
A parte deverá emendar a inicial de cumprimento de SENTENÇA, nos termos do art. 524 do CPC, qualificando a credora e a devedora, com todos os dados essenciais às suas respectivas identificações, adequando também a exordial às demais determinações do referido artigo, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7006139-27.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Protocolado em: 20/02/2018 13:09:36
EXEQUENTE: CONDOMINIO DOIS TOTAL VILLE PORTO VELHO
Advogado do(a) EXEQUENTE: NAYARA SIMEAS PEREIRA RODRIGUES - RO0001692
EXECUTADO: D C EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Na forma dos artigos 319, 320 e 321 do CPC/2015, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, emendar a petição inicial a fim de recolher as custas processais iniciais, sob pena de indeferimento.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte autora, retornem-me os autos conclusos.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7006202-52.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Protocolado em: 20/02/2018 16:07:23
AUTOR: DOMINGUES VASCONCELOS PEREIRA
Advogados do(a) AUTOR: ELISANDRA NUNES DA SILVA - RO0005143, ANDERSON MARCELINO DOS REIS - RO0006452
RÉU: BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO S/A, ODEBRECHT REALIZACOES IMOBILIARIAS S.A
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Na forma dos artigos 319, 320 e 321 do CPC/2015, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, emendar a petição inicial a fim de recolher as custas processais iniciais, sob pena de indeferimento.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte autora, retornem-me os autos conclusos.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7000345-93.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Protocolado em: 07/01/2016 15:08:58
AUTOR: CAIRA VITORIA GOMES DA CRUZ
Advogados do(a) AUTOR: MEIRIVONE MIRANDA DE SOUZA - RO0003127, RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA - RO0005565
RÉU: JOHN ERIC PEREZ DA SILVA
Advogados do(a) RÉU: MARCOS ANTONIO FARIA VILELA CARVALHO - RO84, FABIO VILLELA LIMA - RO7687

DESPACHO
Oficiem-se ao 2º Juizado da Infância e Juventude onde se apurou a responsabilidade criminal do ora requerido John Erick nos autos 0001002-96.2013.8.22.0701 e ao 1º Juizado da Infância e Juventude, onde se apurou a responsabilidade infracional de natureza criminal dos adolescentes envolvidos – autos nº 0001003-81.2013.8.22.0701) para que enviem a esta Vara Cível todas as oitivas de pessoas (depoimentos, interrogatórios, oitivas de informantes etc) colhidos (na fase judicial, eis que na fase inquisitorial já consta dos autos) no bojo daqueles processos, bem como os documentos de fls. 219/228 dos autos 0001003-81.2013.8.22.0701 do 1º Juizado da Infância e Juventude.
No mais, autorizo ao Ministério Público, a retirada do CD depositado em cartório pela parte autora, conforme documento de ID. 2122871, mediante certidão expedida pela Escrivania no momento da referida retirada. Prazo de 15 (quinze) dias úteis para manifestação acerca do áudio depositado em cartório.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7044885-95.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Protocolado em: 13/10/2017 10:04:59
AUTOR: DESEYVAN & DESEYVAN COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP
Advogado do(a) AUTOR: THIAGO DE OLIVEIRA SA - RO0003889
RÉU: PEDRO DE OLIVEIRA PINTO, VERA LUCIA DOS SANTOS
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
A parte autora deverá se manifestar quanto ao prosseguimento do feito no prazo impreterível de 15 dias, objetivando viabilizar a citação da parte requerida Vera Lúcia dos Santos, sob pena de imediata extinção do feito em relação a esta requerida.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7064010-83.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Protocolado em: 17/12/2016 19:38:11
AUTOR: VIVIANE FERREIRA BARBOSA
Advogado do(a) AUTOR: HELEN SIME MARQUES MOREIRA - RO6705
RÉU: RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.
Advogados do(a) RÉU: ALAN DE OLIVEIRA SILVA - SP0208322, LUCIANO DA SILVA BURATTO - SP0179235
DESPACHO
Digam as partes no prazo de 15 (quinze) dias se pretendem a produção de outras provas nestes autos.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7033598-38.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Protocolado em: 30/07/2017 21:49:31
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO0004594
EXECUTADO: ROBSON DA LUZ DRUM, LURDES DA LUZ DRUM
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Considerando a insuficiência de ativos financeiros para a penhora através do sistema BACENJUD, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar bens passíveis de penhora, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7026442-33.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Protocolado em: 19/05/2016 16:35:46
EXEQUENTE: EINSTEIN INSTITUIÇÃO DE ENSINO LTDA. EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO - RO0007957
EXECUTADO: CAIO GALVAO CLYMACO FOSCHIERA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Defiro a consulta postulada.
R.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7053929-41.2017.8.22.0001
Classe: REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707)
Protocolado em: 19/12/2017 09:20:37
REQUERENTE: JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA
Advogado do(a) REQUERENTE: KLAUS DE PINHO PESSOA BORGES - CE12861
REQUERIDO: AHSLEY QUEIROZ COSTA
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos.
Determinada a emenda à petição inicial para recolhimento das custas, a parte requerente, apesar de devidamente intimada, quedou-se inerte no cumprimento da determinação.
Isto posto, indefiro a petição inicial com fulcro no art. 321, parágrafo único, c/c art. 330, IV, do NCPC e, por consequência, julgo extinto o processo sem resolução do MÉRITO, conforme dispõe o art. 485, I, do Novo Código de Processo Civil.

Não havendo interposição de apelação, certifique-se o trânsito em julgado e intime-se a parte requerida dos termos da SENTENÇA, conforme disposto no art. 331, § 3º do NCPC.
Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7023735-58.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Protocolado em: 05/06/2017 14:33:28
AUTOR: ANTONIO SOUZA OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR:
RÉU: TCHARLLES BRYNNER ANDRADE HOLLPHEN
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Defiro a citação do requerido por meio de edital.
Expeça-se o necessário.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7026398-77.2017.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
Protocolado em: 19/06/2017 11:34:57
AUTOR: IVAM JOSE REIS
Advogado do(a) AUTOR: PAULINO PALMERIO QUEIROZ - RO000208A
RÉU: JOSE ILDO DOS SANTOS
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Inviável a suspensão do feito nesse momento processual, visto que sequer houve a citação da parte requerida.
A parte autora deverá se manifestar quanto ao prosseguimento do feito no prazo impreterível de 15 dias, objetivando viabilizar a citação da parte requerida, sob pena de imediata extinção e arquivamento do feito.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7050030-69.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Protocolado em: 23/09/2016 13:30:43
AUTOR: CARLOS HENRIQUE SANTOS GUILLEN
Advogado do(a) AUTOR: KARINNE DAYDAME PEDROSO RENNO - MT18896/O
RÉU: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado do(a) RÉU: WILSON BELCHIOR - CE0017314
DESPACHO
Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, se manifestarem acerca do retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
Em caso de inércia, cumpridas as providências de praxe, dê-se baixa e arquivem-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7051169-22.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Protocolado em: 29/11/2017 17:57:27
AUTOR: ROBSON DE MENEZES DO BOMFIM
Advogados do(a) AUTOR: NAJILA PEREIRA DE ASSUNCAO - RO0005787, MARIA CLARA DO CARMO GOES - RO000198B
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Digam as partes no prazo de 15 (quinze) dias se pretendem a produção de outras provas nestes autos.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 0021009-80.2010.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Protocolado em: 22/01/2018 10:08:12
AUTOR: BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.
Advogado do(a) AUTOR: ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI - PR0039274
RÉU: INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS JAMARI LTDA - EPP
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
A parte autora pretende a adoção de medida cautelar incidental (arresto prévio de bens), antes mesmo da citação da parte requerida.
Ocorre, todavia, que não vislumbro a presença dos elementos para deferimento da medida cautelar de arresto, sobretudo porque não foi demonstrado nos autos que a parte requerida se encontra em estado de insolvência ou mesmo na iminência de desfazimento de seus bens com a intenção de lesar seus credores.
O autor almeja, em verdade, adiantar a fase expropriatória do processo de execução antes da citação para acelerar o recebimento do seu crédito, o que só pode ser concebido em casos excepcionais, afinal, até o trânsito em julgado a SENTENÇA condenatória poderá ser revertida a pretensão processual.
Frise-se que a própria Constituição Federal é clara ao dispor que ninguém poderá ser privado de seus bens sem o devido processo legal.
Em sendo assim, indefiro o pedido do credor para arresto prévio dos bens da parte devedora.

A parte autora deverá se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, indicando meio efetivo para viabilizar a citação da parte requerida, sob pena de imediata extinção e arquivamento do processo.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7006242-34.2018.8.22.0001
Classe: DESPEJO (92)
Protocolado em: 20/02/2018 17:30:07
AUTOR: SEBASTIAO ANTONIO DE CARVALHO FILHO
Advogado(s) do reclamante: AUGUSTO DE ALMEIDA MAIA
RÉU: DELICE ALVES BASTOS - ME
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Trata-se de pedido liminar de despejo em virtude da falta de pagamentos e término do prazo contratual estabelecido entre as partes, com fulcro na lei 8.245/1991.
Pois bem.
A Lei do inqulinato, estabelece o procedimento necessário para a concessão da liminar de despejo, impondo como requisito necessário para o deferimento da medida a apresentação de caução. Analisando os autos, percebe-se que o autor da demanda ofertou o imóvel descrito na inicial como forma de caucionamento da ação, comprovando sua propriedade.
Ainda que não haja nada nos autos que comprove o valor do imóvel dado em caução, não é crível que o montante não ultrapasse o valor de 03 meses de aluguel, visto ser completamente desarrazoado entender que o mesmo valha menos de R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos) reais.
Saliento ainda, que houve notificação da parte requerida para desocupação do imóvel em virtude da falta de pagamentos dos aluguèis, que já ultrapassam, segundo o autor, o prazo de 09 (nove) meses.
Dessa forma, entendendo preenchidos os requisitos para a concessão da liminar, com fulcro nos artigos 9º, inciso III e 59, §1º, inciso IX, ambos da Lei 8.245/1991, determino a expedição de MANDADO de despejo para a desocupação voluntária da parte requerida, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada da medida.
Lavre-se o respectivo termo de caução.
A serventia deverá designar ainda Audiência de Conciliação e Mediação, junto a CEJUSC.
O autor e o réu deverão comparecer à audiência a ser designada, pessoalmente ou por representante, que não seus advogados, com poderes especiais para transigir. No caso de não comparecimento injustificado, seja do autor ou do réu, restará sujeito à multa prevista no art. 334, § 8º, CPC/2015:
Art. 334, § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.
O prazo para oferecimento de contestação será de 15 (quinze) dias úteis, a iniciar-se da data da audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, ressalvadas as hipóteses dos incisos II e III do art. 335, CPC/2015:
Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:
I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;
II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;
III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.
Em caso de a parte requerida não possuir interesse na realização da audiência de conciliação (art. 335, CPC/2015), deverá informá-lo nos autos por petição, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis antes da solenidade, ocasião em que o prazo para defesa se iniciará no primeiro dia útil subsequente ao protocolo da petição.
Frisa-se que as partes têm livre acesso a íntegra do processo diretamente pelo website do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
ADVERTÊNCIA: Não havendo apresentação de defesa no prazo de 15 dias, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na inicial.
OBSERVAÇÃO: O prazo para responder a ação será de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data de realização da audiência de conciliação.
SIRVA CÓPIA DESTA DECISÃO COMO CARTA/MANDADO.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito
ENDEREÇO PARA DILIGÊNCIA:
Nome: DELICE ALVES BASTOS - ME
Endereço: Avenida Jatuarana, 4682, Loja 2, Nova Floresta, Porto Velho - RO - CEP: 76807-313

## 2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
SUGESTÕESOURECLAMAÇÕESFAÇAM-NASPESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
pvh2civel@tj.ro.gov.br
JUIZ: Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Escrivã: Maria Dulcenira Cruz Bentes

Proc.: 0000972-27.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO BMC S/A
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Celso Marcon (OAB/RO 3700), Celso Marcon (OAB/RO 3700), Carla Passos Melhado (OAB/SP) 187329).
Requerido: Edina Maria de Lima
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento.

Proc.: 0000853-95.2015.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Igor Pereira Salvador
Advogado: Gardênia Souza Guimarães (OAB/RO 5464), Paulo Timóteo Batista (OAB/RO 2437)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123), Maria Heloísa Bisca Bernardi (OAB/RO 5758), Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673), José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676).
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento.

Proc.: 0000787-52.2014.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rosiel Benta Lima
Advogado: Márcia de Souza Nepomuceno (OAB/RO 4181)
Requerido: Banco do Brasil S.A.
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123), Amanda

Géssica de Araújo Farias (OAB/RO 5757), Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872-A), Maria Heloísa Bisca Bernardi (OAB/RO 5758).
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento.

Proc.: 0014819-62.2014.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cecilia Luiza Damaceno Correa Fabri
Advogado: José Ademir Alves (OAB/RO 618), Laura Maria Braga Araruna (OAB/RO 3730)
Requerido: Direcional Ambar Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB/MG 91263), Leonardo Braz de Carvalho (OAB/MG 76653), Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479), Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511).
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento.
Maria Dulcenira Cruz Bentes
Sra.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320.
Processo nº 7016541-07.2017.8.22.0001
[Prestação de Serviços]
MONITÓRIA (40)
Nome: PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VAL E SEGURANCA
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO CARDOSO BIAZIOLI - SP237165
Nome: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSP DE PASSAG DE P. VELHO
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora, no prazo de 05 dias, intimada para se manifestar sobre a Certidão Negativa do Oficial de Justiça (ID nº 16235094 ).
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1320 - e-mail: pvh2civel@tjro.jus.br
Processo nº 7011182-76.2017.8.22.0001
[Contratos Bancários]
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: BANCO DO BRASIL S..A
Endereço: Quadra SEPN 515 Bloco A, 515, Asa Norte, Brasília - DF - CEP: 70770-501
Advogado do(a) EXEQUENTE: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO0006673, José Arnaldo Janssen Nogueira - RO0006676
Nome: TEMPOS MODERNOS MOVEIS E DECORACOES LTDA - EPP
Endereço: Rua José de Alencar, 3149, - de 2978/2979 a 3272/3273, Caiari, Porto Velho - RO - CEP: 76801-154
Nome: ANTONIO BENEDITO DE ALMEIDA BATISTA
Endereço: Rua José de Alencar, 3149, - de 2978/2979 a 3272/3273, Caiari, Porto Velho - RO - CEP: 76801-154
Nome: LUCY CAMELO BATISTA
Endereço: Rua José de Alencar, 3149, - de 2978/2979 a 3272/3273, Caiari, Porto Velho - RO - CEP: 76801-154
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a comprovar recolhimento de diligência de oficial de justiça, para expedição de novo MANDADO no valor de R$ 126,78.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320.
Processo nº 7017341-35.2017.8.22.0001
[Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: ABRAAO VIEIRA DA COSTA
Endereço: Rua Benedito Inocêncio, 8212, - de 7489/7490 a 7853/7854, Juscelino Kubitschek, Porto Velho - RO - CEP: 76829-454
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO0006985
Nome: BANCO BRADESCO SA
Endereço: Rua da Ajuda, 131, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-000
Advogado do(a) RÉU: Edson Antônio Sousa Pinto OAB/RO 4643, Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli OAB/RO 5546.
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada a, querendo, apresentar réplica à contestação (ID nº 15636167) no prazo legal. Bem como para no Prazo de 05(cinco) dias, efetuar o recolhimento de mais 1% sobre o valor da causa a título de custas iniciais, comprovando-o nos autos no prazo de até 5 (cinco) dias, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( )
Processo nº 7046787-83.2017.8.22.0001
AUTOR: ASSOCIACAO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDONIA
Advogado: JEFERSON DE SOUZA RODRIGUES - RO7544
RÉU: MARIA DA CONCEICAO SOUTO MAIOR TORRES NUNES
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Porto Velho - 2ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada do inteiro teor do DESPACHO, conforme segue [transcrito abaixo / em lauda anexa].“[
DECISÃO
Vistos.
I – Considerando que a parte autora não pretende a realização de audiência, mas, no entanto a lei determina a sua designação, designe-se o cartório data para a realização de audiência de conciliação junto ao CEJUSC. Fica a parte autora intimada por seu advogado, na forma do artigo 334, § 3º do CPC.
II - Consigno que apenas não será realizada a audiência acima designada se a parte requerida também optar pela sua não realização, fato que deverá ser comunicado a este Juízo, com 10 (dez) dias de antecedência, ocasião em que começará a contar o prazo para a apresentação da contestação.
III – Caso não haja requerimento para o cancelamento da audiência acima referida, devem as partes comparecerem pessoalmente na audiência de conciliação, admitido preposto apenas para a pessoa jurídica, devendo estarem acompanhadas por seus respectivos advogados. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.
IV - Não obtida a conciliação, a parte requerida deverá oferecer resposta escrita, por meio de advogado constituído ou de Defensor Público, no prazo de 15 dias, a contar da data da audiência, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial e eventual procedência do pedido e ainda, a condenação em custas e honorários de advogado. Se o réu reconhecer a procedência do

pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários serão reduzidos pela metade.
V - Consigne-se que, restando infrutífera a tentativa de citação, quer seja por incorreção do endereço indicado ou por falta dos meios necessários ao cumprimento, para nova diligência deverá a parte autora recolher as custas do Oficial de Justiça (art. 93 do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias, salvo em caso da autora ser beneficiária da justiça gratuita. Sobrevindo a comprovação do recolhimento, expeça-se novo expediente de citação para cumprimento no endereço indicado pela autora.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/ MANDADO /CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO DESTE
Porto Velho, 8 de fevereiro de 2018.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Nome: ASSOCIACAO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDONIA
Endereço: Rua Almirante Barroso, 976, - de 961 a 1371 - lado ímpar, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-091
Nome: MARIA DA CONCEICAO SOUTO MAIOR TORRES NUNES
Endereço: Rua Guarani, 6414, - de 6364/6365 ao fim, Três Marias, Porto Velho - RO - CEP: 76812-636

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320.
Processo nº 7024982-11.2016.8.22.0001
[Assinatura Básica Mensal]
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: CLARO S.A.
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 2471, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-021
Advogados do(a) EXEQUENTE: RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS0041486, FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - RO0006235
Nome: GEANE ANDREZA LIMA DE OLIVEIRA
Endereço: Rua Curimba, 1146, Lagoinha, Porto Velho - RO - CEP: 76847-000
DESPACHO
Vistos.
A executada já foi intimada para cumprir a obrigação, no entanto, manteve-se silente. Por isso, manifeste-se a parte exequente em termos de prosseguimento do feito, observando a normativa do art. 17 a 19 da Lei Estadual num. 3896/16.
Porto Velho, 22 de agosto de 2017
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1320 - e-mail: pvh2civel@tjro.jus.br
Processo nº 7031695-65.2017.8.22.0001
[Contratos Bancários, Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos]
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: VLADEMIR ALDO BRAVO SUAREZ
Endereço: Avenida Sete de Setembro, 851, - de 521 a 941 - lado ímpar, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-073
Nome: LEDA BOUEZ BOUCHABKI
Endereço: AC Guajara Mirim, 342, Centro, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-970
Nome: LUCIA BOUEZ BOUCHABKI
Endereço: Av. Quintino Bocaiuva, 342, Centro, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: LUIZ FERNANDO MENA DIEHL
Endereço: Av. Antonio Correia da Costa, 1199, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: MARGARET ANN MC COMB PALACIO
Endereço: Av. Dr. Antonio Correia da Costa, 1001, São José, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: MONICA PEREZ BADRA JABOUR
Endereço: Avenida Rio Madeira, 6739, Nova Esperança, Porto Velho - RO - CEP: 76822-449
Nome: VALDERY JOSE GOMES SOARES
Endereço: Av. Antonio Carlos da Costa, 1513, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: VALBER LUIS GOMES SOARES
Endereço: Rua Antonio Correia da Costa, 1513, Centro, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: JOSE SOARES NETO
Endereço: Avenida Antonio C. da Costa, 1513, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: PURA ALPIRE GERMANO
Endereço: Av. Balbino Maciel, 1463, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: RAIMUNDO AGUIAR DE CASTRO
Endereço: Setima Linha do Iata, s/n, Centro, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: NICIA RAMIREZ ACHIMO
Endereço: Av. Touficc Melhem Bouchabihi, 4183, PROSPERO, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Nome: ITAU UNIBANCO S.A.
Endereço: Avenida Rio Madeira, 3283, Embratel, Porto Velho - RO - CEP: 76820-741
Advogados do(a) EXECUTADO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO0005546, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO0004643, MARLI FERREIRA CLEMENTE - SP102396
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada a, querendo, se manifestar da petição de ID nº 16213667.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320.
Processo nº 7025791-35.2015.8.22.0001
[Bancários]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: ELZA DA CRUZ PIMENTEL
Endereço: Rua Getúlio Vargas, 2089, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-060
Advogado do(a) AUTOR: WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS - RO0000655A
Nome: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Endereço: Banco Santander, 474, Santo Amaro, São Paulo - SP - CEP: 04752-901
Advogados do(a) RÉU: GUSTAVO DAL BOSCO - RO0006480, PATRICIA FREYER - RS0062325
advogados DAL BOSCO ADVOGADOS, inscrita na OAB/RS nº 1.405, Gustavo Dal Bosco, OAB/RS 54.023, OAB/SC 29.899, OAB/PR 58.222, OAB/SP 348.297, OAB/MG 151.617, OAB/GO 39.881, OAB/ES 22.103, OAB/AM 1036A, OAB/AL 12.186A, OAB/AC 4.181, OAB/RJ 186.953, OAB/RN 1.054-A, OAB/AP 2.639-A, OAB/BA 42.435, OAB/CE 29.982-A, OAB/DF 43.986, OAB/PI 11.580, OAB/RO 6.480, OAB/TO 6.265-A, OAB/MT 18.673/A, OAB/MS 18.245-A, OAB/PA 20.6
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada a, querendo, apresentar manifestação sobre a petição da parte requerida (ID 15104102) no prazo legal,.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - Fórum Cível - 2ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, 1728, Bairro Jardim América, CEP 76803-686
Fone: (69) 3217-1320 Fax: (69) 3217-1303
Processo nº 7038330-96.2016.8.22.0001
[Indenização por Dano Moral, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: PORTO & PORTO SERVICOS MEDICOS LTDA - ME
Endereço: Rua Joaquim Nabuco, - de 2686 a 3056 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-074
Advogados do(a) AUTOR: LENINE APOLINARIO DE ALENCAR - RO0002219, CLAUDIO FON ORESTES - RO6783
Nome: INDUSMACHE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME
Endereço: Rua Mercúrio, 1031, Sol, Londrina - PR - CEP: 86070-220
Advogado do(a) RÉU:
Intimação DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA
Ficam as partes INTIMADAS da audiência de Conciliação designada para 31/07/2018 08:00 na SALA DE AUDIÊNCIA 9 - CEJUSC/CÍVEL nos termos do art. 334, NCPC à Av. Governador Jorge Teixeira, n. 3061 – Bairro Embratel - Porto Velho/RO - CEP: 76803-859. telefones (69) 3217-5046 / 3217-5049.
Ficando ciente de: I – Devem as partes comparecerem pessoalmente na audiência de conciliação, admitido preposto apenas para a pessoa jurídica, devendo estarem acompanhadas por seus respectivos advogados. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. II - Não obtida a conciliação, a parte requerida deverá oferecer resposta escrita, por meio de advogado constituído ou de Defensor Público, no prazo de 15 dias, a contar da data da audiência, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial e eventual procedência do pedido e ainda, a condenação em custas e honorários de advogado. Se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários serão reduzidos pela metade. III - Consigne-se que, restando infrutífera a tentativa de citação, quer seja por incorreção do endereço indicado ou por falta dos meios necessários ao cumprimento, para nova diligência deverá a parte autora recolher as custas do Oficial de Justiça (art. 93 do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias, salvo em caso da autora ser beneficiária da justiça gratuita. Sobrevindo a comprovação do recolhimento, expeça-se novo expediente de citação para cumprimento no endereço indicado pela autora.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320.
Processo nº 7022179-21.2017.8.22.0001
[Valor da Execução / Cálculo / Atualização]
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
Endereço: Rua das Araras, 241, Eldorado, Porto Velho - RO - CEP: 76811-678
Advogados do(a) EXEQUENTE: CAMILA BEZERRA BATISTA - RO0007212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO0000796
Nome: KASSIA FERREIRA DA SILVA
Endereço: Avenida Nações Unidas, 1536, - de 1150 ao fim - lado par, Roque, Porto Velho - RO - CEP: 76804-436
Nome: VANDERLEA BARBOSA LACERDA
Endereço: Avenida Guaporé, 2435, - de 2165 a 2505 - lado ímpar, Lagoa, Porto Velho - RO - CEP: 76812-139
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Intimação
Fica a parte autora, no prazo de 05 dias, intimada para se manifestar sobre a Certidão Negativa do Oficial de Justiça (ID nº14459625).
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320.
Processo nº 7030805-29.2017.8.22.0001
[Contratos Bancários, Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos]
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: CLEIDE AYARDE DOS REIS
Endereço: Av. 21 de junho, 1546, Centro, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: CRISANTO EUGENIO BRITO PEREIRA
Endereço: Av. Estevão Correia, 1894, Santa Luzia, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: HELIO ALVES BRITO
Endereço: Avenida Estevao Correia, 2776, 10 de abril, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: JARBELINI COSTA DE LIMA
Endereço: Rua Dom Xavier Rey, 814, Tamadaré, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: JULIO DOS SANTOS
Endereço: AV. DOS SERINGUEIROS, 1688, 10 DE ABRIL, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: MELHEM TOUFIC BOUCHABKI
Endereço: Av. Presidente Dutra, 222, Centro, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000

Nome: REJANE MARIA BOUEZ RIBEIRO MENDES
Endereço: Av. Costa Marques, 988, Centro, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: RICARDO JORGE BOUEZ RIBEIRO
Endereço: Av. Costa Marques, 988, Tamandare, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: TATIANA NORONHA SURIADAKIS
Endereço: Av. Leopoldo de Matos, 92, Centro, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: VALBER LUIS GOMES SOARES
Endereço: Rua Antonio Correia da Costa, 1513, Centro, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Nome: ITAU UNIBANCO S.A.
Endereço: Avenida Rio Madeira, 3283, Embratel, Porto Velho - RO - CEP: 76820-741
Advogados do(a) EXECUTADO: MARLI FERREIRA CLEMENTE - SP102396, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO0005546, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO0004643
Certidão/INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada a, querendo, se manifestar da Petição de ID nº 16223697.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320
Processo nº 7050187-08.2017.8.22.0001
[Indenização por Dano Moral, Tarifas]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: ANA CLARA MEDEIROS DE ALMEIDA - ME
Endereço: Avenida Prefeito Chiquilito Erse, 2853, - de 2671 a 2867 - lado ímpar, Embratel, Porto Velho - RO - CEP: 76820-763
Nome: ANA CLARA MEDEIROS DE ALMEIDA
Endereço: Rua Antônio Serpa do Amaral, 1610, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-796
Nome: CELIA MARIA DE MEDEIROS RODRIGUES ALMEIDA
Endereço: Rua Antônio Serpa do Amaral, 1610, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-796
Nome: EMANUEL MIRTIL RODRIGUES DE ALMEIDA
Endereço: Rua Antônio Serpa do Amaral, 1610, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-796
Nome: FIRMINO GISBERT MOREIRA
Endereço: Rua Tucunaré, 1002, casa 22, Lagoa, Porto Velho - RO - CEP: 76812-072
Advogados do(a) AUTOR: THIAGO MAIA DE CARVALHO - RO7472, PRISCILA DE CARVALHO FARIAS - RO8466, SUELEN SALES DA CRUZ - RO0004289, FRANCISCO ARQUILAU DE PAULA - RO000001B, FRANCIANY D ALESSANDRA DIAS DE PAULA - RO000349B, BRENO DIAS DE PAULA - RO000399B, ITALO JOSE MARINHO DE OLIVEIRA - RO7708, RAFAELE OLIVEIRA DE ANDRADE - RO6289
Advogados do(a) AUTOR: PRISCILA DE CARVALHO FARIAS - RO8466, THIAGO MAIA DE CARVALHO - RO7472, SUELEN SALES DA CRUZ - RO0004289, FRANCISCO ARQUILAU DE PAULA - RO000001B, FRANCIANY D ALESSANDRA DIAS DE PAULA - RO000349B, BRENO DIAS DE PAULA - RO000399B, ITALO JOSE MARINHO DE OLIVEIRA - RO7708, RAFAELE OLIVEIRA DE ANDRADE - RO6289
Advogados do(a) AUTOR: PRISCILA DE CARVALHO FARIAS - RO8466, SUELEN SALES DA CRUZ - RO0004289, THIAGO MAIA DE CARVALHO - RO7472, FRANCISCO ARQUILAU DE PAULA - RO000001B, FRANCIANY D ALESSANDRA DIAS DE PAULA - RO000349B, BRENO DIAS DE PAULA - RO000399B, ITALO JOSE MARINHO DE OLIVEIRA - RO7708, RAFAELE OLIVEIRA DE ANDRADE - RO6289
Advogados do(a) AUTOR: THIAGO MAIA DE CARVALHO - RO7472, PRISCILA DE CARVALHO FARIAS - RO8466, SUELEN SALES DA CRUZ - RO0004289, FRANCISCO ARQUILAU DE PAULA - RO000001B, FRANCIANY D ALESSANDRA DIAS DE PAULA - RO000349B, BRENO DIAS DE PAULA - RO000399B, ITALO JOSE MARINHO DE OLIVEIRA - RO7708, RAFAELE OLIVEIRA DE ANDRADE - RO6289
Advogados do(a) AUTOR: PRISCILA DE CARVALHO FARIAS - RO8466, SUELEN SALES DA CRUZ - RO0004289, THIAGO MAIA DE CARVALHO - RO7472, FRANCISCO ARQUILAU DE PAULA - RO000001B, FRANCIANY D ALESSANDRA DIAS DE PAULA - RO000349B, BRENO DIAS DE PAULA - RO000399B, ITALO JOSE MARINHO DE OLIVEIRA - RO7708, RAFAELE OLIVEIRA DE ANDRADE - RO6289
Nome: BANCO DO BRASIL SA
Endereço: Avenida Presidente Dutra, 3660, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-222
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Emende-se a inicial, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção, devendo a parte autora:
a) Com fundamento no art. 10 do CPC oportunizo a manifestação para esclarecer o seu interesse de agir, tendo em vista o enunciado da Súmula 541-STJ preleciona que “A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada. STJ. 3ª Seção. Aprovada em 10/06/2015, Dje 15/06/2015.”, lembrando, ainda, a normativa processual do art. 332 I do CPC;
b) Indicar expressamente no contrato as cláusulas contratuais que entende abusivas;
c) Indicar os valores que entende como devido, adequando o valor da causa, se for o caso.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320
Processo nº 7043946-18.2017.8.22.0001
[Alienação Fiduciária]
BUSCA E APREENSÃO (181)
Nome: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA.
Endereço: Banco Bradesco S.A., S/N, AV. CIDADE DE DEUS PREDIO PRATA 2 ANDAR, Vila Yara, Osasco - SP - CEP: 06029-900
Advogado do(a) REQUERENTE: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - RO0004943-A

Nome: BETANIA TRINDADE LOURENCO
Endereço: Rua Oswaldo Ribeiro, 9410, Socialista, Porto Velho - RO - CEP: 76829-210
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos.
Considerando a petição de ID nº 15763429, onde a parte autora requer a desistência da ação, com a concordância da requerida, DECLARO EXTINTO o processo supra referido, nos termos do artigo 485, inciso VIII do Código de Processo Civil. Sem custas, conforme o disposto no art. 8º, III da Lei Estadual nº 3.896/2016.
Posto isso, indefiro o pedido de desbloqueio judicial uma vez que não chegou a ser feito, e, ainda, indefiro a expedição de ofício aos órgãos competentes eis que não compete ao Juízo tal medida.
P.R.I. Arquivem-se oportunamente.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320
Processo nº 7029689-22.2016.8.22.0001
[Indenização por Dano Moral]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: JOANA GONCALVES FAGUNDES
Endereço: linha do azul I, esquina B-40/A, S/N, zona rural, Itapuã do Oeste - RO - CEP: 76861-000
Advogado do(a) AUTOR: FAUSTO SCHUMAHER ALE - SP0273516
Nome: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogados do(a) RÉU: ALEX CAVALCANTE DE SOUZA - RO0001818, MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO0002391, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434
SENTENÇA
Vistos.
Joana Gonçalves da Silva move a presente Ação de Reparação por Danos Morais em desfavor de Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON pretendendo a condenação da requerida ao pagamento de indenização pelos danos morais decorrentes da interrupção no fornecimento de energia elétrica que ocorreu no Município de Itapuã do Oeste no dia 23/01/2016 às 07h00, que foi restabelecido às 15h30, com oscilações, cessando novamente às 22h30, retornando às 06h00 do dia 24/01/2016, que foi ocasionado pelo descaso, omissão e negligência da requerida. Diz que ficar várias horas sem energia elétrica é extremamente desconfortante, o que lhe causou inúmeros danos, sejam eles morais ou materiais. Requer o reconhecimento do direito a indenização pelos danos morais, em valor a ser arbitrado, e concessão dos benefícios da justiça gratuita. Juntou documentos.
Sob o ID nº 10368873 foi regularizada a representação processual.
Sob o ID nº 10426575 foi deferida a assistência judiciária gratuita.
Citada, a requerida apresentou contestação arguindo preliminar de ilegitimidade ativa. No MÉRITO, alega que a interrupção durante o período indicado na inicial ocorreu pela empresa Eletronorte, supridora, e não pela requerida, que é distribuidora, sendo a causa da interrupção problemas no disjuntor da subestação na usina hidrelétrica de Samuel, que atende toda a cidade de Itapuã. Diz que os documentos apresentados estão em nome de Zenaide de Souza Lima Santos e Francisco Correia Pereira, pessoas estranhas aos autos. Requer a improcedência da ação. Junta documentos.
Houve réplica sob o ID nº 16215233.
É o relato do necessário.
Decido.
Desnecessária a dilação probatória no caso em exame, uma vez que as questões ventiladas são exclusivamente de direito. Ademais, as provas carreadas são suficientes e permitem o seguro desate da lide, autorizando, assim, o julgamento antecipado, na forma do inciso I, art. 355 do Código de Processo Civil.
DA PRELIMINAR
Da ilegitimidade ativa
A requerida suscitou a preliminar de ilegitimidade ativa sob o argumento de que o titular da unidade consumidora é o esposo do requerente, Sr. José Fagundes Sobrinho, razão pela qual não tem a autora legitimidade para postular danos morais.
Segundo a jurisprudência do TJRO, "é necessário mínimo de prova capaz de atestar com clareza se de fato a pessoa é residente do imóvel no qual houve a interrupção de energia elétrica haja vista que a prova é destinada ao magistrado para formação de sua livre convicção" (TJRO. Apelação Cível nº 7024649-59.2016.822.0001, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 18/10/2017).
Assim, não há necessidade de que a autora seja titular da unidade consumidora, bastando para a comprovação de consumidor que demonstre a residência no imóvel, o que está devidamente comprovado por meio dos documentos de ID nº 4277141-Pág.5. Assim, afasto a preliminar de ilegitimidade ativa.
DO MÉRITO
Ab initio, antes de qualquer ilação acerca propriamente do meritum in causae, necessário esclarecer ter a autora plena legitimidade para a tutela jurisdicional que vindica por meio desta ação judicial.
É que o artigo 17 do Código de Defesa do Consumidor estabelece que todas as vítimas do evento se equiparam a consumidor, o que significa, então, a meu ver, ser irrelevante o fato de não ser o titular da unidade consumidora de energia elétrica que também é tratada nestes autos, bastando-lhe apenas que comprovasse em seu bojo o nome da pessoa titular da unidade consumidora que mantém vínculo jurídico com esta a parte ré e, ainda, sua condição de residente do imóvel, o que só acontece por meio dos documentos de ID nº 4277141-Pág.5.
Deste modo, consideram-se consumidores equiparados todas as vítimas de um acidente de consumo, não importando se tenham ou não realizado ato de consumo (adquirido ou utilizado produto ou serviço). Basta para ostentar tal qualidade, que tenha sofrido danos decorrentes de um acidente de consumo (fato do produto ou do serviço). No mesmo diapasão, vejamos a jurisprudência:
DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INTERRUPÇÃO. DEMORA NO RESTABELECIMENTO. PREFACIAL DE ILEGITIMIDADE ATIVA. ALEGAÇÃO, NO MÉRITO, DE CASO FORTUITO. DANO MORAL. "QUANTUM" REPARATÓRIO. MARCO DA INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. Legitimidade ativa de quem sofreu os danos decorrentes da interrupção no fornecimento da energia elétrica, mesmo que não figure, perante a ré, como contratante do serviço e/ou proprietário da UC (Unidade de Consumo). Exegese dos arts. 2º, parágrafo único, e 17 do Código de Defesa do Consumidor (figura do "consumidor equiparado"). Precedentes. 2. (...). PREFACIAL REJEITADA. APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO DESPROVIDOS. (Apelação Cível Nº 70055184501, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mylene Maria Michel, Julgado em 03/12/2013)
Feitas tais digressões, passo, então, à análise do MÉRITO.
As interrupções no fornecimento da energia elétrica no Município de Itapuã do Oeste, especialmente a ocorrida em janeiro de 2016, é fato incontroverso nos autos.
Também restou incontroverso que o "apagão", como popularmente ficou conhecido, perdurou, pelo menos, por mais de 29 horas consecutivas, e foi decorrente de problemas ocorridos no gerador, consoante documentos colacionados aos autos.

A requerida, como concessionária e responsável pela prestação do serviço de energia elétrica, deveria estar em condições de solucionar o problema com urgência, dentro da maior brevidade possível, o que não ocorreu.
Por outro lado, para fins de exclusão da responsabilidade, cabia a Requerida, nos termos do 14, § 3º do Código de Defesa do Consumidor, comprovar defeito inexiste, ocorrência de caso fortuito ou força maior, ou então que a culpa pelo evento danoso foi exclusiva do consumidor. Não o fez.
Assim, é de se ter por certo que houve falha por parte da Requerida na prestação do serviço.
estas circunstâncias, o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 6°, inc. VI, garante ao consumidor a efetiva reparação dos danos patrimoniais e morais sofridos.
Registre-se, ademais, que a Requerida, como concessionária do serviço público que é, possui responsabilidade objetiva, bastando, para sua responsabilização, a existência do dano decorrente de ação ou omissão na prestação do serviço.
No que toca a configuração do dano moral, inegável que privação do uso de energia elétrica por várias horas ultrapassa o mero dissabor e atinge a incolumidade físico-psíquica do consumidor, sendo causa apta, sim, a gerar transtornos e abalos passíveis de indenização.
A propósito, a questão já foi apreciada pelas Câmaras Cíveis Reunidas na composição de divergência na Apelação Cível n. 100.001.2007.021191-3, que teve como Relator o Desembargador Moreira Chagas, tendo sido reconhecida a existência dos danos morais nos apagões ocorridos em Itapuã do Oeste, fixando-se a indenização, a título de danos morais, dizendo sobre a prescindibilidade da comprovação dos danos morais. Vejamos:
EMENTA. JULGAMENTO ANTECIPADO. PECULIARIDADES DA CAUSA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. ENERGIA ELÉTRICA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO. DANO MORAL. PROVA. PRESCINDIBILIDADE. VALOR. FIXAÇÃO. Inexiste cerceamento de defesa quando, da análise do caso concreto, verifica-se ser desnecessária a produção de outras provas além daquelas já constantes dos autos. É devida indenização por dano moral decorrente de falha no fornecimento de energia elétrica que priva o consumidor de utilizar serviço essencial, dano este que prescinde de prova, tratando-se de espécie de dano moral presumido. O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e ao conceito social das partes.
O caso dos autos é idêntico e decorre do mesmo fato típico (falha no fornecimento de energia), o que dispensa, assim, maiores discussões a respeito.
Posto isso, em conformidade com o art. 487, inciso I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora e, seguindo DECISÃO das Câmaras Reunidas Cíveis do e. TJRO, CONDENO a requerida a pagar a quantia de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), a título de indenização pelos danos morais.
CONDENO a Ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, em razão da simplicidade da causa, nos termos do art. 85, §2º do CPC.
Não havendo o pagamento espontâneo e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA dentro do prazo de quinze dias do trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para a atualização do valor da causa e apuração das custas finais. Com retorno, proceda a Diretoria de Cartório a alteração do valor da causa, intimando-se, em seguida, para pagamento. Se não pagas, inscreva-se em dívida ativa e arquivem os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320
Processo nº 7042223-61.2017.8.22.0001
[Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: DANIELE VAZ FERREIRA
Endereço: Rua Tancredo Neves, 3430, - de 3212/3213 a 3775/3776, Caladinho, Porto Velho - RO - CEP: 76808-118
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO0006985
Nome: BANCO BRADESCO CARTOES S.A.
Endereço: Alameda Rio Negro, 585, Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP: 06454-000
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos.
Defiro a assistência judiciária gratuita.
I – Considerando que a parte autora não pretende a realização de audiência, mas, no entanto a lei determina a sua designação, designe-se o cartório data para a realização de audiência de conciliação junto ao CEJUSC. Fica a parte autora intimada por seu advogado, na forma do artigo 334, § 3º do CPC.
II - Consigno que apenas não será realizada a audiência acima designada se a parte requerida também optar pela sua não realização, fato que deverá ser comunicado a este Juízo, com 10 (dez) dias de antecedência, ocasião em que começará a contar o prazo para a apresentação da contestação.
III – Caso não haja requerimento para o cancelamento da audiência acima referida, devem as partes comparecerem pessoalmente na audiência de conciliação, admitido preposto apenas para a pessoa jurídica, devendo estarem acompanhadas por seus respectivos advogados. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.
IV - Não obtida a conciliação, a parte requerida deverá oferecer resposta escrita, por meio de advogado constituído ou de Defensor Público, no prazo de 15 dias, a contar da data da audiência, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial e eventual procedência do pedido e ainda, a condenação em custas e honorários de advogado. Se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários serão reduzidos pela metade.
V - Consigne-se que, restando infrutífera a tentativa de citação, quer seja por incorreção do endereço indicado ou por falta dos meios necessários ao cumprimento, para nova diligência deverá a parte autora recolher as custas do Oficial de Justiça (art. 93 do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias, salvo em caso da autora ser beneficiária da justiça gratuita. Sobrevindo a comprovação do recolhimento, expeça-se novo expediente de citação para cumprimento no endereço indicado pela autora.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/ MANDADO /CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO DESTE
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320
Processo nº 7003718-11.2016.8.22.0009

[Indenização por Dano Material, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Protesto Indevido de Título]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: MARCOS COELHO ALVES
Endereço: linha Triangulo, Km 6, Distrito de União Bandeirante, Travessão 2, Porto Velho - RO - CEP: 76841-000
Advogado do(a) AUTOR: LUIS SERGIO DE PAULA COSTA - RO0004558
Nome: DUARTE E BRASIL LTDA - EPP
Endereço: Rua Segundo Marques, 307, Nova Betânia, Mossoró - RN - CEP: 59607-423
Nome: J & C COBRANCAS LTDA - ME
Endereço: Rua Segundo Marques, 307, Nova Betânia, Mossoró - RN - CEP: 59607-423
Advogado do(a) RÉU: MARCOS TOSHIRO ISHIDA - RO0004273
Advogado do(a) RÉU: MARCOS TOSHIRO ISHIDA - RO0004273
DESPACHO
Vistos.
I - Considerando o requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, INTIME-SE a parte executada nos termos do art. 513, § 1º a 4º do CPC, para que cumpra a obrigação no prazo de 15 dias, conforme dispõe o artigo 523 do mesmo Codex legal.
II - Em caso de não pagamento no prazo do caput do art. 523, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, de honorários de advogado de 10%, nos termos do §1º do art. 523 do CPC, ressalvado o disposto no artigo 525 do mesmo código.
III - Proceda o cartório a alteração da classe processual junto ao sistema PJE, devendo constar como “Cumprimento de SENTENÇA”.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320
Processo nº 7024774-27.2016.8.22.0001
[Indenização por Dano Moral, Acidente de Trânsito]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: NADIR FEITOSA DOS SANTOS
Endereço: RUA SÃO JOSE, S/N, AP 01, MARIANA, Porto Velho - RO - CEP: 76847-000
Advogados do(a) AUTOR: JOAO CARLOS GOMES DA SILVA - RO7588, GISELE MEIRELLES DO NASCIMENTO ALMEIDA - RO0008101
Nome: CONSORCIO DO SISTEMA INTEGRADO MUNICIPAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO - SIM
Endereço: Rua Caparari, 112, Nova Porto Velho, Porto Velho - RO - CEP: 76820-016
Advogados do(a) RÉU: JOSE CRISTIANO PINHEIRO - RO0001529, VALERIA MARIA VIEIRA PINHEIRO - RO0001528
DESPACHO
Vistos.
Considerando as alegações da inicial e da contestação e o pedido genérico de provas, especifiquem circunstanciadamente as provas que pretendem produzir, indicando sua relevância e pertinência. Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.
Saliento que caso proteste pela produção de prova pericial, logo no seu requerimento deve a parte indicar o tipo de perícia pretendida, a sua FINALIDADE, indicar o assistente técnico e apresentar os quesitos, sob pena de indeferimento da prova pretendida.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320
Processo nº 7020773-96.2016.8.22.0001
[Causas Supervenientes à SENTENÇA ]
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: KESYANE PRISCILLA DE CARVALHO
Endereço: Rua Particular, 4780, CASA 14, Rio Madeira, Porto Velho - RO - CEP: 76821-494
Advogado do(a) EXEQUENTE: AUGUSTO CESAR DE OLIVEIRA - RO0001054
Nome: LINCON SIQUEIRA MIRANDA
Endereço: Rua Miguel Chakian, 2192, Embratel, Porto Velho - RO - CEP: 76820-890
Nome: PHOTOSHOW PRODUCOES LTDA - ME
Endereço: Rua Miguel Chakian, 2192, Embratel, Porto Velho - RO - CEP: 76820-890
Advogado do(a) EXECUTADO: ALLAN MONTE DE ALBUQUERQUE - RO0005177
Advogado do(a) EXECUTADO: ALLAN MONTE DE ALBUQUERQUE - RO0005177
DESPACHO
Vistos.
Defiro nos termos requeridos sob o ID nº 15106736. Expeça-se MANDADO de penhora e avaliação, até o limite da execução, de bens encontrados no endereço da parte executada.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320
Processo nº 7003356-67.2015.8.22.0001
[Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]
PETIÇÃO (241)
Nome: ANDERSON CUNHA DAS CHAGAS
Endereço: Rua Laguna, 2727, Cohab, Porto Velho - RO - CEP: 76808-094
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO0001073
Nome: OI S.A
Endereço: Rua do Lavradio, 71, ANDAR 2, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20230-070
Advogados do(a) REQUERIDO: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO0004240, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO0000635, MARCELO LESSA PEREIRA - RO0001501
DESPACHO
Vistos.
Expeça-se as certidões pretendidas sob o ID nº 15406965, após, arquivem-se os autos.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320
Processo nº 7055749-32.2016.8.22.0001
[Obrigação de Fazer / Não Fazer, Liminar]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: AMARAL BORGES DA SILVA
Endereço: BELEM, 420, EMBRATEL, Porto Velho - RO - CEP: 76828-632
Advogado do(a) AUTOR: AMARAL BORGES DA SILVA - RO0002465

Nome: THALES PRUDENCIO PAULISTA DE LIMA
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 2356, - de 1964 a 2360 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-046
Nome: THALES COMERCIO DE VEICULOS NOVOS E USADOS - ME
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 2356, - de 1964 a 2360 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-046
Advogado do(a) RÉU: BENTO MANOEL DE MORAIS NAVARRO FILHO - RO0004251
Advogado do(a) RÉU: BENTO MANOEL DE MORAIS NAVARRO FILHO - RO0004251
DESPACHO
Vistos.
Trata de obrigação de fazer visando a transferência do veículo indicado na inicial. O réu demonstra a impossibilidade de cumprimento da obrigação ante a pendência de processo criminal envolvendo o veículo objeto da presente, pugnando pela suspensão do feito. Instada a se manifestar o requerente manteve-se silente. Considerando, pois, a inviabilidade do cumprimento da obrigação indispensável e imprescindível a manifestação da parte autora sobre o pedido de suspensão ou em termos de prosseguimento do feito, devendo especificar circunstanciadamente as provas que pretendem produzir, indicando sua relevância e pertinência. Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.
Saliento que caso proteste pela produção de prova pericial, logo no seu requerimento deve a parte indicar o tipo de perícia pretendida, a sua FINALIDADE, indicar o assistente técnico e apresentar os quesitos, sob pena de indeferimento da prova pretendida.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1320 - e-mail: pvh2civel@tjro.jus.br
Processo nº 7031930-32.2017.8.22.0001
[Contratos Bancários, Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos]
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: CRISTIANE BOUEZ BOUCHABKI
Endereço: Av Quintino Bocaiuva, 342, Centro, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: DIEGO SURIADAKIS PEREZ
Endereço: Av. Constituição, 269, Centro, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: FRANCISCO SUAREZ DE SOUZA
Endereço: Av Oito de dezembro, 5219, Prospero, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: FRANCISCO VAZ DE CARVALHO
Endereço: Av. dos seringueiros, 4028, Liberdade, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: GENY ALICE DE ALMEIDA
Endereço: Rua 08, 3157, Santa Luzia, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: GLORIA DA COSTA ABIORANA
Endereço: Av. Mendonça Lima, 1241, Tamandare, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: GUMERCINDO CORREA
Endereço: Av. Castelo Branco, 1481, 10 de abril, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: ILZANIR COSTA DOS SANTOS LIMA
Endereço: RUA TOUFIC MELHEM BOUCHABKI, 2865, sANTA IUZIA, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: JANIRA ALVES ARAUJO
Endereço: Av. Dom Pedro II, 508, Centro, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: PAULO ROBERTO TEIXEIRA GOMES
Endereço: Avenida Ponta Porã, Jardim Mato Grosso, Rondonópolis - MT - CEP: 78740-378
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Nome: ITAU UNIBANCO S.A.
Endereço: Avenida Rio Madeira, 3283, Embratel, Porto Velho - RO - CEP: 76820-741
Advogados do(a) EXECUTADO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO0005546, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO0004643, MARLI FERREIRA CLEMENTE - SP102396
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada a, querendo se manifestar da Petição da requerida no ID nº 16208038. Prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320.
Processo nº 0010773-93.2015.8.22.0001
[Pagamento]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: BANCO BRADESCO S.A.
Endereço: Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Osasco, Osasco - SP - CEP: 06029-900
Advogado do(a) AUTOR: ANDRE NIETO MOYA - SP0235738
Nome: RAFFAELE ITALO MUNAFO
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 1828, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76900-000
Advogado do(a) RÉU:
CERTIDÃO
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG. Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320
Processo nº 7049766-52.2016.8.22.0001
[Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: JAQUELINE LIMA CAVALCANTE
Endereço: Rua Amsterdã, s/n, Novo Horizonte, Porto Velho - RO - CEP: 76810-428

Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO0001073
Nome: E.S. FERREIRA & CIA LTDA. - ME
Endereço: Avenida Raimundo Carlos Costa e Silva, Jardim das Américas 3ª Etapa, Anápolis - GO - CEP: 75071-130
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Em diligência junto ao sistema Renajud, não foram localizados veículos (livre e desembaraçados) cadastrados em nome do executado perante o Denatran.
Diga a parte exequente em termo de prosseguimento válido do feito, no prazo de 30 (trinta) dias.
Decorrido tal prazo sem manifestação, considerando que restaram infrutíferas as diligências de localização de bens do devedor, que a jurisprudência superior aponta para a aplicabilidade do art. 921, inciso III do CPC, nos termos dos seguintes julgados (TJ/RO, Apelação Cível n. 100.001.1997.005972-9, Relator Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, julgado em 30-07-2008 e Apelação Cível n. 100.001.2004.008078-0, Relator Desembargador Alexandre Miguel, julgado em 18-01-2006; STJ, REsp 1.231.544/ RJ, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27-03-2012, DJe 27/04/2012), ressalvado entendimento pessoal do magistrado, fica determinada a suspensão e arquivamento provisório do feito, com a remessa dos presentes autos ao arquivo.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320
Processo nº 7021632-78.2017.8.22.0001
[Honorários Advocatícios]
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: FUNDO DE ESPECIAL DA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE RONDONIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Nome: XARAME CONSTRUCOES E ENCORPORACOES LTDA. - ME
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) EXECUTADO: CARLOS HENRIQUE TELES DE NEGREIROS - RO0003185
DESPACHO
Vistos.
Considerando a inércia da parte executada, diga a parte exequente em termos de prosseguimento válido do feito, no prazo de cinco dias, apresentando ainda planilha detalhada e atualizada do débito, sob pena de arquivamento.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( )
Processo nº 7001637-16.2016.8.22.0001
REQUERENTE: BANCO HONDA S/A.
ADVOGADO: Renan Pasqualotto Silva - OAB/RO 6017
REQUERIDO: KATIA CRISTINA SANTOS MOURAO
Intimação
Fica a parte autora, por via de seu advogado, no prazo de 05 dias, se manifestar da juntada de Ofício de id nº 16156202.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Cid Mário da Silva Bonazza
Técnico Judiciário
Nome: BANCO HONDA S/A.
Endereço: Rua Doutor José Áureo Bustamante, 337, Santo Amaro, São Paulo - SP - CEP: 04710-090
Nome: KATIA CRISTINA SANTOS MOURAO
Endereço: Rua Pau Ferro, 1611, Castanheira, Porto Velho - RO - CEP: 76811-483

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320
Processo nº 7059850-15.2016.8.22.0001
[Duplicata, Juros, Correção Monetária]
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: R J VAQUIS DA SILVA - ME
Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 144, - até 216 - lado par, Nova Porto Velho, Porto Velho - RO - CEP: 76820-096
Advogado do(a) EXEQUENTE: ERICA COSTA DA SILVA - RO0005938
Nome: AMAZON FORT SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
Endereço: Rodovia BR-364, s/n, - do km 4,500 ao km 6,500, Cidade Jardim, Porto Velho - RO - CEP: 76815-800
Nome: AF TRANSPORTES ESPECIAIS LTDA - EPP
Endereço: Rua Uruguai, 3457, - de 3436/3437 ao fim, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-010
Advogado do(a) EXECUTADO: EDUARDO ABILIO KERBER DINIZ - RO0004389
Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
Vistos,
Realizado bloqueio do valor total exequendo em ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, CONVOLO-O em penhora.
Fica a parte executada intimada na forma do § 1º do art. 841 c/c § 3º do art. 854 do Código de Processo Civil.
Havendo manifestação nos termos do § 3º do art. 854 do CPC, dê-se vista ao exequente. Decorrido o prazo sem manifestação do executado, certifique-se e tornem conclusos.
Porto Velho, 6 de fevereiro de 2018.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - Fórum Cível - 2ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, 1728, Bairro Jardim América, CEP 76803-686
Fone: (69) 3217-1320 Fax: (69) 3217-1303
Processo nº 7020783-09.2017.8.22.0001
[DIREITO DO CONSUMIDOR, Financiamento de Produto]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: ROSANA ALVES FEITOSA
Endereço: Rua José de Alencar, 4813, - de 4547/4548 a 4883/4884, Pedrinhas, Porto Velho - RO - CEP: 76801-454
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS ANTONIO SILVA PEREIRA - RO000367A
Nome: BANCO ITAUCARD S.A.
Endereço: Rua José de Alencar, 2968, - de 2727/2728 a 2967/2968, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-064
Advogado do(a) RÉU:
Intimação DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA
Ficam as partes INTIMADAS da audiência de Conciliação redesignada para 16/04/2018 08:00 na SALA DE AUDIÊNCIA 10 - CEJUSC/CÍVEL nos termos do art. 334, NCPC à Av. Governador Jorge Teixeira, n. 3061 – Bairro Embratel - Porto Velho/RO - CEP: 76803-859. telefones (69) 3217-5046 / 3217-5049.

Ficando ciente de: I – Devem as partes comparecerem pessoalmente na audiência de conciliação, admitido preposto apenas para a pessoa jurídica, devendo estarem acompanhadas por seus respectivos advogados. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. II - Não obtida a conciliação, a parte requerida deverá oferecer resposta escrita, por meio de advogado constituído ou de Defensor Público, no prazo de 15 dias, a contar da data da audiência, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial e eventual procedência do pedido e ainda, a condenação em custas e honorários de advogado. Se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários serão reduzidos pela metade. III - Consigne-se que, restando infrutífera a tentativa de citação, quer seja por incorreção do endereço indicado ou por falta dos meios necessários ao cumprimento, para nova diligência deverá a parte autora recolher as custas do Oficial de Justiça (art. 93 do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias, salvo em caso da autora ser beneficiária da justiça gratuita. Sobrevindo a comprovação do recolhimento, expeça-se novo expediente de citação para cumprimento no endereço indicado pela autora.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Tribunal de Justiça de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( )
Processo nº 7052001-55.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: EMANUELA DE ASSIS LOURENCO
Advogado (autor): Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
EXECUTADO: TELEFONICA BRASIL S.A.
Advogado (requerido): Eduardo Abilio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Felipe Bensiman Ciampi (OAB/RO 6551), Daniel França Silva (OAB/DF 24214)
DESPACHO
Vistos.
I - Considerando o requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, INTIME-SE a parte executada nos termos do art. 513, § 1º a 4º do CPC, para que cumpra a obrigação no prazo de 15 dias, conforme dispõe o artigo 523 do mesmo Codex legal.
II - Em caso de não pagamento no prazo do caput do art. 523, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, de honorários de advogado de 10%, nos termos do §1º do art. 523 do CPC, ressalvado o disposto no artigo 525 do mesmo código.
III - Proceda o cartório a anotação do número do processo PJE nos autos físicos, arquivando-se em seguida o processo físico.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: EMANUELA DE ASSIS LOURENCO
Endereço: Rua Treze de Setembro, 1968, - de 1858/1859 ao fim, Mocambo, Porto Velho - RO - CEP: 76804-254
Nome: TELEFONICA BRASIL S.A.
Endereço: Telefonica Brasil S/A, 1376, Cidade Monções, São Paulo - SP - CEP: 04571-936
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( )
Processo nº 7021123-21.2015.8.22.0001
REQUERENTE: MARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA
Advogado: Diego Diniz Cenci - 7157/RO
Ezio Pires dos Santos - 5870/RO
Bruna Duarte F.S. Barros - 5156/RO
REQUERIDO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado: Daniel Penha de Oliveira - OAB/RO 3434
Marcelo Rodrigues Xavier OAB/RO 2391
Gabriela de Lima Torres OAB/RO 5714
SENTENÇA
Vistos.
Considerando o depósito realizado pela executada e o requerimento de ID nº 15729015, com fundamento no inciso II do art. 924, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a ação de execução movida por MARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA contra ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON, ambos qualificados nos autos.
Autorizo a expedição de alvará em favor da parte credora do valor depositado sob o ID nº 14963537.
Com a expedição do alvará, intime-se a parte credora para recebimento deste em cartório, no prazo de cinco dias.
Em caso de inércia, proceda-se a transferência do referido valor para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG.
Custas pela executada.
Certificado o trânsito em julgado, e pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se.
P. R.I.C.
Porto Velho, 8 de fevereiro de 2018.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito
Fica V. Sa ciente de que, caso queira, poderá interpor recurso, dentro do prazo de 10(dez) dias, de acordo com o art. 42 da Lei nº 9.099/95
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - Fórum Cível - 2ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, 1728, Bairro Jardim América, CEP 76803-686
Fone: (69) 3217-1320 Fax: (69) 3217-1303
Processo nº 7050867-27.2016.8.22.0001
[Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: KATIANE MAIA DOS SANTOS
Endereço: Rua José Vieira Caúla, 8161, CONDOMINIO VILA VERDE, Esperança da Comunidade, Porto Velho - RO - CEP: 76825-018
Advogado do(a) AUTOR: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS - RO0005769
Nome: MEGA VEICULOS LTDA
Endereço: Rua da Beira, 6930, - de 6060 a 6380 - lado par, Floresta, Porto Velho - RO - CEP: 76806-130
Advogado do(a) RÉU:
Intimação DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA
Ficam as partes INTIMADAS da audiência de Conciliação designada para 02/05/2018 08:00 na SALA DE AUDIÊNCIA 9 - CEJUSC/CÍVEL nos termos do art. 334, NCPC à Av. Governador Jorge Teixeira, n. 3061 – Bairro Embratel - Porto Velho/RO - CEP: 76803-859. telefones (69) 3217-5046 / 3217-5049.
Ficando ciente de: I – Devem as partes comparecerem pessoalmente na audiência de conciliação, admitido preposto apenas para a pessoa jurídica, devendo estarem acompanhadas por seus respectivos advogados. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. II - Não obtida a conciliação, a parte requerida deverá oferecer resposta escrita, por meio de advogado constituído ou de Defensor Público, no prazo de 15 dias, a contar da data da audiência, sob pena de

serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial e eventual procedência do pedido e ainda, a condenação em custas e honorários de advogado. Se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários serão reduzidos pela metade. III - Consigne-se que, restando infrutífera a tentativa de citação, quer seja por incorreção do endereço indicado ou por falta dos meios necessários ao cumprimento, para nova diligência deverá a parte autora recolher as custas do Oficial de Justiça (art. 93 do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias, salvo em caso da autora ser beneficiária da justiça gratuita. Sobrevindo a comprovação do recolhimento, expeça-se novo expediente de citação para cumprimento no endereço indicado pela autora.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - Fórum Cível - 2ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, 1728, Bairro Jardim América, CEP 76803-686
Fone: (69) 3217-1320 Fax: (69) 3217-1303
Processo nº 7010396-32.2017.8.22.0001
[Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: JARDEL MARQUES
Endereço: Rua Bernardo Simão, 3985, - de 3625/3626 a 4003/4004, Cidade do Lobo, Porto Velho - RO - CEP: 76810-502
Advogado do(a) AUTOR: Carlos Alberto Troncoso OAB/RO 535-A e/ou Maria Nazarete Pereira da Silva OAB/RO 1073.
Nome: CLARO S.A.
Endereço: Rua Flórida, 1970, Cidade Monções, São Paulo - SP - CEP: 04565-001
Advogado do(a) RÉU:
Intimação DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA
Ficam as partes INTIMADAS da audiência de Conciliação designada para 07/05/2018 08:00 na SALA DE AUDIÊNCIA 9 - CEJUSC/CÍVEL nos termos do art. 334, NCPC à Av. Governador Jorge Teixeira, n. 3061 – Bairro Embratel - Porto Velho/RO - CEP: 76803-859. telefones (69) 3217-5046 / 3217-5049.
Ficando ciente de: I – Devem as partes comparecerem pessoalmente na audiência de conciliação, admitido preposto apenas para a pessoa jurídica, devendo estarem acompanhadas por seus respectivos advogados. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. II - Não obtida a conciliação, a parte requerida deverá oferecer resposta escrita, por meio de advogado constituído ou de Defensor Público, no prazo de 15 dias, a contar da data da audiência, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial e eventual procedência do pedido e ainda, a condenação em custas e honorários de advogado. Se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários serão reduzidos pela metade. III - Consigne-se que, restando infrutífera a tentativa de citação, quer seja por incorreção do endereço indicado ou por falta dos meios necessários ao cumprimento, para nova diligência deverá a parte autora recolher as custas do Oficial de Justiça (art. 93 do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias, salvo em caso da autora ser beneficiária da justiça gratuita. Sobrevindo a comprovação do recolhimento, expeça-se novo expediente de citação para cumprimento no endereço indicado pela autora.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320.
Processo nº 7022396-64.2017.8.22.0001
[Valor da Execução / Cálculo / Atualização]
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
Endereço: Rua das Araras, 241, - de 1/2 a 240/241, Eldorado, Porto Velho - RO - CEP: 76811-678
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARCOS RODRIGO BENTES BEZERRA - RO0000644, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO0000796, CAMILA BEZERRA BATISTA - RO0007212
Nome: GEANDERSON FERNANDES PEREIRA
Endereço: Rua Algodoeiro, 3901, - de 3703/3704 a 3939/3940, Conceição, Porto Velho - RO - CEP: 76808-414
Nome: GERLEI FERNANDES PEREIRA
Endereço: Rua Vinícius de Moraes, 5886, (São Sebastião I), São Sebastião, Porto Velho - RO - CEP: 76801-626
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Intimação
Fica a parte autora, no prazo de 05 dias, intimada para se manifestar sobre a Certidão Negativa do Oficial de Justiça (ID nº15003082).
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320.
Processo nº 7040653-74.2016.8.22.0001
[Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: FRANCISCO MARQUES DIOGENES
Endereço: Rua Mestre Valentim, 5163, (Esperança da Comunidade) - até 5249/5250, Esperança da Comunidade, Porto Velho - RO - CEP: 76825-145
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO0001073
Nome: OI S.A
Endereço: Rua do Lavradio, 71, ANDAR 2, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20230-070
Advogados do(a) RÉU: MARCELO LESSA PEREIRA - RO0001501, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO0000635, ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO0004240
Certidão
Certifico, para os devidos fins de direito, que o Recurso de Apelação (ID nº 14915835 e as contrarrazões de id nº 15245870) é tempestiva. Fica a parte requerida intimada, para querendo, apresentar Contrarrazões ao Recurso Adesivo de id nº 15245869 no prazo legal. O certificado é verdade e dou fé.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1320 - e-mail: pvh2civel@tjro.jus.br
Processo nº 7003917-23.2017.8.22.0001
[Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Moral]
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: ROBERTA SANDRA GOMES MACEDO
Endereço: Brasilia, 188, Centro, Itapuã do Oeste - RO - CEP: 76861-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: FAUSTO SCHUMAHER ALE - SP0273516
Nome: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063

Advogados do(a) EXECUTADO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434, MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO0002391, JONATHAS COELHO BAPTISTA DE MELLO - RO0003011, ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO0006207
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico, para os devidos fins de direito, que a petição (ID nº 15069167) é intempestiva. Fica a parte autora intimada a, querendo, apresentar manifestação no prazo legal. O certificado é verdade e dou fé.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - Fórum Cível - 2ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, 1728, Bairro Jardim América, CEP 76803-686
Fone: (69) 3217-1320 Fax: (69) 3217-1303
Processo nº 7044391-36.2017.8.22.0001
[Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Moral]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: MARIA RIBEIRO DA SILVA
Endereço: rua santa isabel, 135, extrema, Extrema (Porto Velho) - RO - CEP: 76847-000
Advogados do(a) AUTOR: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO - RO0003531, CARLA FRANCIELEN DA COSTA - RO0007745
Nome: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado do(a) RÉU:
Intimação DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA
Ficam as partes INTIMADAS da audiência de Conciliação designada para 07/05/2018 10:30 na SALA DE AUDIÊNCIA 9 - CEJUSC/CÍVEL nos termos do art. 334, NCPC à Av. Governador Jorge Teixeira, n. 3061 – Bairro Embratel - Porto Velho/RO - CEP: 76803-859. telefones (69) 3217-5046 / 3217-5049.
Ficando ciente de: I – Devem as partes comparecerem pessoalmente na audiência de conciliação, admitido preposto apenas para a pessoa jurídica, devendo estarem acompanhadas por seus respectivos advogados. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. II - Não obtida a conciliação, a parte requerida deverá oferecer resposta escrita, por meio de advogado constituído ou de Defensor Público, no prazo de 15 dias, a contar da data da audiência, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial e eventual procedência do pedido e ainda, a condenação em custas e honorários de advogado. Se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários serão reduzidos pela metade. III - Consigne-se que, restando infrutífera a tentativa de citação, quer seja por incorreção do endereço indicado ou por falta dos meios necessários ao cumprimento, para nova diligência deverá a parte autora recolher as custas do Oficial de Justiça (art. 93 do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias, salvo em caso da autora ser beneficiária da justiça gratuita. Sobrevindo a comprovação do recolhimento, expeça-se novo expediente de citação para cumprimento no endereço indicado pela autora.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - F:(69) 3217-1320
Processo nº 7018506-20.2017.8.22.0001
[Espécies de Contratos]
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Endereço: Rua João Goulart, 2182, - de 1923/1924 a 2251/2252, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-034
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO0004594
Nome: NEUZINDA OLIVEIRA SOARES
Endereço: Et Linha 135, Kapa, 142, Lote 74, Zona Rural, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Nome: SIDERI OLIVEIRA DE SA
Endereço: Et Linha 135, Kapa, 142, Lote 71, Zona Rural, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Nome: ELMO DE SA
Endereço: Et Linha 135, Kapa, 140, Lote 30, Zona Rural, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) EXECUTADO:
Intimação
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada a comprovar o recolhimento das custas referente ao artigo 30 da Lei Estadual n. 3.896/2016 – Cuja tabela atualizada foi Publicada no DOE N. 158 de 24 de agosto de 2016 para que este cartório possa distribuir o documento expedido ID n. 16251631. Caso, vossa senhoria prefira fazê-lo, deverá no mesmo prazo informar nestes autos a referida distribuição feita.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - Fórum Cível - 2ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, 1728, Bairro Jardim América, CEP 76803-686
Fone: (69) 3217-1320 Fax: (69) 3217-1303
Processo nº 7050748-32.2017.8.22.0001
[Revisão do Saldo Devedor, Interpretação / Revisão de Contrato]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: WLADIMIR RIBEIRO GOMES
Endereço: Estrada Santo Antônio, 4353, Triângulo, Porto Velho - RO - CEP: 76805-696
Advogado do(a) AUTOR: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL - SP349410;
Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Endereço: Banco Bradesco S.A., S/N, Vila Yara, Osasco - SP - CEP: 06029-900
Advogado do(a) RÉU:
Intimação DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA
Ficam as partes INTIMADAS da audiência de Conciliação designada para 02/05/2018 10:30 na SALA DE AUDIÊNCIA 9 - CEJUSC/CÍVEL nos termos do art. 334, NCPC à Av. Governador Jorge Teixeira, n. 3061 – Bairro Embratel - Porto Velho/RO - CEP: 76803-859. telefones (69) 3217-5046 / 3217-5049.
Ficando ciente de: I – Devem as partes comparecerem pessoalmente na audiência de conciliação, admitido preposto apenas para a pessoa jurídica, devendo estarem acompanhadas por seus respectivos advogados. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. II - Não obtida a conciliação, a parte requerida deverá oferecer resposta escrita, por meio de advogado constituído ou de Defensor Público, no prazo de 15 dias, a contar da data da audiência, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial e eventual procedência do pedido e ainda, a condenação em custas e honorários de advogado. Se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários serão reduzidos pela metade. III - Consigne-se que, restando infrutífera a tentativa de citação, quer seja por incorreção do endereço indicado ou por falta dos meios necessários ao cumprimento, para nova diligência deverá a parte

autora recolher as custas do Oficial de Justiça (art. 93 do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias, salvo em caso da autora ser beneficiária da justiça gratuita. Sobrevindo a comprovação do recolhimento, expeça-se novo expediente de citação para cumprimento no endereço indicado pela autora.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.
Tribunal de Justiça de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( )
Processo nº 7052001-55.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: EMANUELA DE ASSIS LOURENCO
Advogado (autor): Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
EXECUTADO: TELEFONICA BRASIL S.A.
Advogado (requerido): Eduardo Abilio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Felipe Bensiman Ciampi (OAB/RO 6551), Daniel França Silva (OAB/DF 24214)
DESPACHO
Vistos.
I - Considerando o requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, INTIME-SE a parte executada nos termos do art. 513, § 1º a 4º do CPC, para que cumpra a obrigação no prazo de 15 dias, conforme dispõe o artigo 523 do mesmo Codex legal.
II - Em caso de não pagamento no prazo do caput do art. 523, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, de honorários de advogado de 10%, nos termos do §1º do art. 523 do CPC, ressalvado o disposto no artigo 525 do mesmo código.
III - Proceda o cartório a anotação do número do processo PJE nos autos físicos, arquivando-se em seguida o processo físico.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Nome: EMANUELA DE ASSIS LOURENCO
Endereço: Rua Treze de Setembro, 1968, - de 1858/1859 ao fim, Mocambo, Porto Velho - RO - CEP: 76804-254
Nome: TELEFONICA BRASIL S.A.
Endereço: Telefonica Brasil S/A, 1376, Cidade Monções, São Paulo - SP - CEP: 04571-936

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320
Processo nº 7016541-75.2015.8.22.0001
[Inadimplemento, Compra e Venda]
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: MARCIO ANTONIO MENEZES ALVES
Endereço: BR 319, KM 13, S/N, RAMAL TRANSPURUS - MARGEM ESQ. DO ASS. TERRA NOVA, ZONA RURAL, Canutama - AM - CEP: 69820-000
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Nome: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA
Endereço: Rua Afonso Pena, 1696, Nossa Senhora das Graças, Porto Velho - RO - CEP: 76804-134
Nome: EDVIRGES NOVAK OLIVEIRA
Endereço: Rua Afonso Pena, 1696, Nossa Senhora das Graças, Porto Velho - RO - CEP: 76804-134
Advogado do(a) EXECUTADO: RAYANA TALITA BATISTA MENDES - RO8065
Advogado do(a) EXECUTADO:
SENTENÇA
Vistos.
Após a citação da executada a parte exequente se manifesta nos autos, informando o adimplemento do débito e requerendo a extinção do feito. Assim, com fundamento no inciso II do art. 924, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a ação de execução movida por MARCIO ANTONIO MENEZES ALVES contra FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA e outros, ambos qualificados nos autos.
Custas pela executada.
Não havendo o pagamento espontâneo e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA dentro do prazo de quinze dias do trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para a atualização do valor da causa e apuração das custas finais. Com retorno, proceda a Diretoria de Cartório a alteração do valor da causa, intimando-se, em seguida, para pagamento. Se não pagas, inscreva-se em dívida ativa e arquivem os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 1 de setembro de 2017.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1320 - e-mail: pvh2civel@tjro.jus.br
Processo nº 7036096-44.2016.8.22.0001
[Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Moral, Bancários]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: MUNIRA ELIANE ABDO
Endereço: Rua José Ribeiro, 1527, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76900-000
Advogado do(a) AUTOR: FERNANDO DA SILVA MAIA - RO 452
Nome: ITAU UNIBANCO S.A.
Endereço: Avenida José de Alencar, 2968, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76900-000
Advogado do(a) RÉU: JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR - RN000392A, José Almir da R. Mendes Júnior OAB/AM nº 1235
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico, para os devidos fins de direito, que os Recursos de Apelações (IDs nº 15000268 e 15063348) são tempestivas. Ficam as partes autora e requerida intimadas a, querendo, apresentar Contrarrazões no prazo legal. O certificado é verdade e dou fé.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - Fórum Cível - 2ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, 1728, Bairro Jardim América, CEP 76803-686
Fone: (69) 3217-1320 Fax: (69) 3217-1303
Processo nº 7047477-15.2017.8.22.0001
[Cobrança de Aluguéis - Sem despejo]
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: MARIA JOSE STRUTHOS
Endereço: Rua José de Alencar, 3492, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-226
Advogado do(a) AUTOR: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO0005546
Nome: JARED ICARY DA FONSECA
Endereço: Rua Abunã, 2230, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-762
Advogado do(a) RÉU:
Intimação DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA
Ficam as partes INTIMADAS da audiência de Conciliação designada para 04/05/2018 08:00 na SALA DE AUDIÊNCIA 9 - CEJUSC/CÍVEL nos termos do art. 334, NCPC à Av. Governador Jorge Teixeira, n. 3061 – Bairro Embratel - Porto Velho/RO - CEP: 76803-859. telefones (69) 3217-5046 / 3217-5049.
Ficando ciente de: I – Devem as partes comparecerem pessoalmente na audiência de conciliação, admitido preposto apenas para a pessoa jurídica, devendo estarem acompanhadas por seus respectivos advogados. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. II - Não

obtida a conciliação, a parte requerida deverá oferecer resposta escrita, por meio de advogado constituído ou de Defensor Público, no prazo de 15 dias, a contar da data da audiência, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial e eventual procedência do pedido e ainda, a condenação em custas e honorários de advogado. Se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários serão reduzidos pela metade. III - Consigne-se que, restando infrutífera a tentativa de citação, quer seja por incorreção do endereço indicado ou por falta dos meios necessários ao cumprimento, para nova diligência deverá a parte autora recolher as custas do Oficial de Justiça (art. 93 do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias, salvo em caso da autora ser beneficiária da justiça gratuita. Sobrevindo a comprovação do recolhimento, expeça-se novo expediente de citação para cumprimento no endereço indicado pela autora.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( )
Processo nº 7006397-08.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: CONDOMINIO GARDEN VILLAGE
Advogado: RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA - AOAB/RO 5565
OCTÁVIA JANE LÉDO SILVA - OAB/RO 1160
EXECUTADO: SEGIS RICARDO ANGELI
Advogado: Carlos Frederico Meira Borré - OAB/RO 3010
Orlando Leal Freire OAB/RO - 5117
IntimaçãoPor ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Porto Velho - 2ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada do inteiro teor da SENTENÇA prolatada nos autos do processo acima, conforme cópia em anexo.
SENTENÇA
Vistos.
Trata-sedecumprimentodeSENTENÇApropostaporCONDOMINIO GARDEN VILLAGE em desfavor de SEGIS RICARDO ANGELI.
A parte executada foi intimada para realizar o pagamento, sob pena de multa nos termos do artigo 523 do CPC, depositando os valores.
Posteriormente, a parte exequente requer a extinção e o arquivamento.
Assim é que, considerando o cumprimento da obrigação, julgo extinta a presente ação nos termos do art. 924, II do CPC.
Defiro a expedição de alvará do valor depositado às fls. ID Num. 15839738, conforme requerido pela parte exequente às fls. ID Num. 16022845, qual seja: R$ 874,36 em favor da parte executada e R$ 2.364,70 em favor da parte exequente.
Com a expedição do alvará, intime-se as partes requerente para levantamento em cartório no prazo de cinco dias.
Em caso de inércia, proceda-se a transferência do valor depositado para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG.
Certificado o trânsito em julgado, e pagas as custas pela parte executada ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se.
P.R.I. Arquive-se com o trânsito em julgado.
Porto Velho, 9 de fevereiro de 2018.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito
Fica V. Sa ciente de que, caso queira, poderá interpor recurso, dentro do prazo de 10(dez) dias, de acordo com o art. 42 da Lei nº 9.099/95
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320.
Processo nº 7004893-30.2017.8.22.0001
[Inadimplemento]
MONITÓRIA (40)
Nome: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogados do(a) AUTOR: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434, MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO0002391, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB/RO 3.434
MARCELO RODRIGUES XAVIER OAB/RO 2.391
GABRIELA DE LIMA TORRES – OAB/RO 5.714
JONATHAS COELHO DE MELLO – OAB/RO 3.011
BRUNA TATIANE S. P. SARMENTO – OAB/RO 5.462
ÉRICA CRISTINA C. DE ASSUNÇÃO – OAB/RO 6.207
ANA CAROLINE CASTELO BRANCO – OAB/RO 5.991
DAVI SOUZA BASTOS – OAB/RO 6.973
LEILA APPIO – OAB/RO 7.269
Nome: MARIA DAS GRACAS MOURA DO CARMO
Intimação
Fica a parte autora, no prazo de 05 dias, intimada para se manifestar sobre o AR Negativo (ID 16343285).
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018.

## 3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
Juiz de Direito OSNY CLARO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Cristian Eunides Mar
Diretor de Cartório
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
JUIZ DIRETOR: pvhjuizcivel@tjro.jus.br
CARTÓRIO: pvh3civel@tjro.jus.br

Proc.: 0024690-19.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nivaldo Ortiz
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Claro S. A.
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Custas Finais:
Fica a parte requerida, por via de seu advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, intimada a efetuar o pagamento das custas finais, conforme relatório do contador de fl(s) 167/168, sob pena de ter seu débito enviado para Protesto e posteriormente inscrito na dívida ativa (Prov. Conj. n. 002/17-CG-PR, art. 2º, §2º).

Proc.: 0014110-61.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leonizia Bueno Oliveira
Advogado:Leoniza Bueno de Oliveira (OAB/RO 4790)
Requerido:OI S.A.
Advogado:Rochilmer Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240), Anne Caroline Freitas Pereira Matsushita (OAB/RO 4816), Jaime Pedrosa dos Santos Neto (OAB/RO 4315), Marlen de Oliveira

Silva (OAB/RO 2928), Márcia Aparecida Del Piero Silva (OAB/RO 5293), Taise Agra Costa (OAB/RO 5149), Aldo Guilherme da Costa Tourinho Teixeira Souza (OAB/RO 6848)
Custas Finais:
Fica a parte requerida, por via de seu advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, intimada a efetuar o pagamento das custas finais, conforme relatório do contador de fl(s) 160/161, sob pena de ter seu débito enviado para Protesto e posteriormente inscrito na dívida ativa (Prov. Conj. n. 002/17-CG-PR, art. 2º, §2º).

Proc.: 0012666-22.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Iuri Silva Ferreira
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Requerido:OI S/A
Advogado:Rochilmer Melo da Rocha Filho (RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Amanda Géssica de Araújo Farias (OAB/RO 5757)
Custas Finais:
Fica a parte requerida, por via de seu advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, intimada a efetuar o pagamento das custas finais, conforme relatório do contador de fl(s) 115/116, sob pena de ter seu débito enviado para Protesto e posteriormente inscrito na dívida ativa (Prov. Conj. n. 002/17-CG-PR, art. 2º, §2º).

Proc.: 0006396-50.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:House Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado:Pedro Alexandre Assis Moreira (OAB/RO 3675)
Requerido:Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado:Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 4712)
Custas Finais:
Ficam as partes, por via de seus advogados, no prazo de 15 (quinze) dias, intimadas a efetuarem o pagamento das custas finais, conforme relatório do contador de fl(s) 270/271, sob pena de ter seu débito enviado para Protesto e posteriormente inscrito na dívida ativa (Prov. Conj. n. 002/17-CG-PR, art. 2º, §2º).

Proc.: 0005404-55.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Viviane Mateus Campos
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300), Luana da Silva Antonio (OAB RO 731-E)
Requerido:Sabenauto - Comércio de Veículos Ltda, Banco Bradesco S. A
Advogado:Antônio Cândido de Oliveira (OAB/RO 2311), Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796), Samir Raslan Carageorge (RO 616-E), José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Iris Elena da Cunha Gomes da Silva (OAB/RO 5833), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Custas Iniciais e Finais:
Fica a parte requerida, por via de seu advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, intimada a efetuar o pagamento das custas iniciais e finais, conforme relatório do contador de fl(s) 165/166, sob pena de ter seu débito enviado para Protesto e posteriormente inscrito na dívida ativa (Prov. Conj. n. 002/17-CG-PR, art. 2º, §2º).

Proc.: 0018101-11.2014.8.22.0001
Ação:Consignação em Pagamento
Requerente:Reginaldo Gomes Babosa
Advogado:Luis Sergio de Paula Costa (OAB/RO 4558), Josimá Alves da Costa Júnior (OAB/RO 4156), Alciene Lourenço de Paula Costa (OAB/RO 4632)
Requerido:Banco Itaúcard S. A.
Advogado:Melanie Galindo Martinho (OAB/RO 3793), Antônio Braz da Silva (OAB/RO 6557)
Custas Finais:
Fica a parte autora, por via de seu advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, intimada a efetuar o pagamento das custas finais, conforme relatório do contador de fl(s) 80/81, sob pena de ter seu débito enviado para Protesto e posteriormente inscrito na dívida ativa (Prov. Conj. n. 002/17-CG-PR, art. 2º, §2º).

Proc.: 0012568-71.2014.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Itaúcard S. A.
Advogado:Melanie Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793)
Requerido:Reginaldo Gomes Babosa
Advogado:Josimá Alves da Costa Júnior (OAB/RO 4156), Alciene Lourenço de Paula Costa (OAB/RO 4632), Luis Sergio de Paula Costa (OAB/RO 4558)
Custas Finais:
Fica a parte requerida, por via de seu advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, intimada a efetuar o pagamento das custas finais, conforme relatório do contador de fl(s) 79/80, sob pena de ter seu débito enviado para Protesto e posteriormente inscrito na dívida ativa (Prov. Conj. n. 002/17-CG-PR, art. 2º, §2º).

Proc.: 0013968-57.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Auzimeire Lopes da Silva
Advogado:Francisca Nay Luanny Vituriano Bezerra (OAB/RO 5444), Mirian Barnabé de Souza (OAB/RO 5950)
Requerido:Banco Itaucard S/A
Advogado:José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB/PI 2338), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Custas Finais:
Fica a parte requerida, por via de seu advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, intimada a efetuar o pagamento das custas finais, conforme relatório do contador de fl(s) 141/142, sob pena de ter seu débito enviado para Protesto e posteriormente inscrito na dívida ativa (Prov. Conj. n. 002/17-CG-PR, art. 2º, §2º).

Proc.: 0005996-65.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosiana Belizarda Mesquita
Advogado:Deivid Crispim de Oliveira (OAB/RO 6913), José Gomes Bandeira Filho (OAB/RO 816)
Requerido:Tam - Linhas Aéreas S/A
Advogado:Fabio Rivelli (OAB/RO 6640), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Custas Finais:
Fica a parte requerida, por via de seu advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, intimada a efetuar o pagamento das custas finais, conforme relatório do contador de fl(s) 97/98, sob pena de ter seu débito enviado para Protesto e posteriormente inscrito na dívida ativa (Prov. Conj. n. 002/17-CG-PR, art. 2º, §2º).

Proc.: 0000930-41.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Loanna Souza Cruz
Advogado:Jussier Costa Firmino (OAB/RO 3557)
Requerido:Banco Bradesco S/a
Custas Finais:
Fica a parte autora, por via de seu advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, intimada a efetuar o pagamento das custas finais, conforme relatório do contador de fl(s) 74/75, sob pena de ter seu débito enviado para Protesto e posteriormente inscrito na dívida ativa (Prov. Conj. n. 002/17-CG-PR, art. 2º, §2º).

Proc.: 0006048-03.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Energia Sustentável do Brasil S.A.
Advogado:Eder Giovani Sávio (OAB/SC 11131), Fábio Barcelos da Silva (OAB/SC 21562), Renato da Silva Marques (OAB/MT 11664),

Rafaela Cristina Lopes Mercês (OAB/RO 3923), Jean Bento (OAB/SC 25762), Lidiani Silva Ramires Donadelli (OAB/RO 5248), Fernandes Fernandes da Silva (OAB/RO 7384)
Requerido:Poliano de Lima Marques, Tainan Vieira Cruz Marques, Daiana Rossi de Lima Marques
Advogado:Maria Cleonice Gomes de Araújo (OAB/RO 1608)
Carga Rápida:
Fica a advogada Fernandes Fernandes da Silva (OAB/RO 7384), intimada a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga rápida rápida além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos.

Proc.: 0250501-70.2009.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Francisco Patricio Dourado
Advogado:Clara Regina do Carmo Góes Orlando (OAB/RO 653), Flávio Henrique Teixeira de Orlando (OAB/RO 2003), Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Requerido:União P F N
Advogado:Josiane Tavares Gomes Simões (OAB/MG 122502)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0002185-93.1998.8.22.0001
Requerente:Banco do Brasil S.A
Advogado:
Requerido:Roberto Lopes Viegas
Advogado: Amadeu Guilherme Lopes Machado (OAB/RO 1225)
Retirar petição:
Fica o advogado Amadeu Guilherme Lopes Machado (OAB/RO 1225), no prazo de 05 (cinco) dias, intimado a retirar petição de desarquivamento em cartório, pois o processo foi eliminado pelo arquivo geral.

Proc.: 0007331-90.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Barbiroto Aires de Oliveira
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados - NPL I
Advogado:Hianara de Marilac Braga Ocampo (OAB/RO 4783), Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (OAB/SP 290089)
Custas Iniciais e Finais:
Fica a parte requerida, por via de seu advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, intimada a efetuar o pagamento das custas iniciais e finais, conforme relatório do contador de fl(s) 180/181, sob pena de ter seu débito enviado para Protesto e posteriormente inscrito na dívida ativa (Prov. Conj. n. 002/17-CG-PR, art. 2º, §2º).

Proc.: 0011999-07.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adam Aleixo Gouveia de Assis
Advogado:Andrey Cavalcante ( ), Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Requerido:Daltair Ferreira Mafra, TAMIRIS MÜLLER MAFRA
Advogado:Jéferson Nunes Arantes Fuhr (OAB/RO 5249), Adriana Longuini Raquebaque Costa Fuhr (OAB/RO 5952), Jeferson Nunes Arantes Fuhr (OAB-RO OAB 5249), Adriana Longuini Raquebaque Costa Fuhr (OAB/RO 5952)
Litesdenunciado:Caixa Seguros S. A.
Custas Iniciais e Finais:
Fica a parte requerida, por via de seu advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, intimada a efetuar o pagamento das custas iniciais e finais, conforme relatório do contador de fl(s) 301/302, sob pena de ter seu débito enviado para Protesto e posteriormente inscrito na dívida ativa (Prov. Conj. n. 002/17-CG-PR, art. 2º, §2º).

Proc.: 0009607-94.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aluizio Ciriaco Tavares
Advogado:Marcello Henrique de Menezes Pinheiro (OAB/RO 265B)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia
Advogado:Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), Odair Martini (OAB/RO 30-B), Alexandre Camargo (OAB/RO 704), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506), José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063), Cesar Henrique Longuini (OAB/RO 5217), Elaine Saad Abdulnur (OAB/RO 5073), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), Samira Araújo Oliveira (OAB/RO 3432), Cristiane da Silva Lima (OAB/RO 1569), Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994), Kharina Mielke (OAB/RO 2906), Juvenilço Iriberto Decarli Junior (RO 1193), Juvenilço Iriberto Decarli (OAB/RO 248A), Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 972)
DESPACHO:
DESPACHO Conforme entendimento do STJ, o cumprimento de SENTENÇA não é automático, havendo necessidade de intimação da parte executada, para cumprir a obrigação no prazo previsto no art. 523, do CPC. 1- Intime-se a parte executada na forma do art. 513, § 2º do CPC para que efetue o cumprimento da SENTENÇA, nos termos do art. 523, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor do débito, sob pena de atos de expropriação (art. 523, § 3º do CPC). Para a fase de cumprimento de SENTENÇA, que terá início após o decurso do prazo supra fixado, fixo honorários advocatícios de 10% do valor, sem prejuízo de sua majoração em caso de impugnação.2- Havendo inércia da parte devedora, certifique-se e arquive.3- De outro passo, saliento que com a implantação do Processo Judicial Eletrônico PJE, a fase de Cumprimento de SENTENÇA deverá ser proposta perante aquele sistema, consoante Resolução n. 031/2014, editada pela Presidência do Tribunal de Justiça de Rondônia (art. 16), que regulamenta o processo judicial eletrônico no TJ/RO, in verbis: Art. 16. A partir da implantação do PJe será feita migração de processo do sistema físico para o virtual sempre que for apresentado requerimento de cumprimento de SENTENÇA. Parágrafo único. O cartório deverá anotar o número do processo gerado para cumprimento de SENTENÇA na movimentação processual do processo que será arquivado. 4- Desta forma, a parte exequente deverá instruir sua petição com a cópia dos seguintes documentos: 1) petição inicial;2) procuração das partes;3) SENTENÇA /acórdão;4) certidão do trânsito em julgado;5) DECISÃO judicial que determinou a intimação nos termos do art. 523;6) certidão da inércia do executado;7) planilha de atualização do crédito;8) indicação dos bens à penhora;Deverá, ainda, o exequente cadastrar no PJE o advogado que representou o executado no processo físico.Ressalto que a petição deve ser distribuída por dependência a esta unidade jurisdicional (3ª Vara Cível), por meio da aba Processo/Novo Processo Incidental. Eventual distribuição deverá ser comunicada ao Cartório para fins de anotação do número do processo do PJE nos autos físicos, com consequente arquivamento em seguida.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0011958-69.2015.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Indústria e Comércio de Bebidas MDM Ltda
Advogado:José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063), Tiago Henrique Muniz Rocha (OAB/RO 7201)
Requerido:Jean Leite Freitas
DESPACHO:
Indefiro o pedido de fl.62. A parte exequente deverá se manifestar quanto ao prosseguimento da execução no prazo impreterível de 15 (quinze) dias, indicando na oportunidade meio efetivo para satisfação da obrigação, sob pena de imediata extinção, expedição de carta de crédito e arquivamento do feito.Int.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0020302-15.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Andreia Lima de Araujo
Advogado:Cleber Jair Amaral (OAB/RO 2856)
Requerido:Maria Aparecida da Silva Prestes
Advogado:Juliano Junqueira Ignácio (OAB/RO 3552)
SENTENÇA:
Vistos.Por primeiro, altere-se a classe processual.HOMOLOGO, por SENTENÇA, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de parcelamento de dívida proposto pela requerida e acolhido pela requerente, o qual se regerá nas condições previstas na petição de fl.662.Em consequência, JULGO EXTINTO o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil.Em caso de eventual descumprimento do acordo, deverá ser distribuído incidente de cumprimento de SENTENÇA pelo sistema digital.Oficie-se à 2ª Câmara Cível solicitando que disponibilize os valores a este Juízoe expedindo-se alvará à parte interessada.Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as cautelas de praxe.Publique-se. Registre-se. Nada mais. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0029796-74.2005.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Poder Judiciário Federal do Município de Porto Velho RO SICOOB CREDJURD
Advogado:João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213), Francisco Ricardo Vieira Oliveira (OAB/RO 1959)
Requerido:Ricardo Augusto da Silva
Advogado:Mário Lúcio Machado Profeta (OAB/RO 820)
DESPACHO:
Intime-se a parte exequente, através de seu representante legal, para informar no processo, no prazo de 05 dias, o número da conta bancária para depósitos mensais efetivados pela executada, tendo em vista que se trata de prestação continuada por longo período. Expeça-se MANDADO de levantamento dos valores depositados nos autos em favor da parte interessada e oficie-se o órgão empregador quanto da apresentação do número da conta bancária. Tudo regularizado, suspendam-se os autos até o cumprimento total da dívida.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018. Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0062735-68.2009.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Silvano Ferreira Ramos
Advogado:Márcia de Oliveira Lima (OAB/RO 3495)
Requerido:Banco Daycoval S/A
Advogado:Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Maria Fernanda Barreira de Faria Fornos (OAB/SP 198088), Denis Audi Espinela (OAB/SP 198.153), Maria Fernanda Barreira de Faria Fornos (OAB/SP 198088)
DESPACHO:
Vistos, etc. Conforme extrato de andamento processual junto ao 2º grau, adiante juntado, os autos foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça em 14/02/2018. Os autos nº 0009109.37.2009.8.22.0001 em apenso, já foram julgados e, atualmente está em fase de cumprimento de SENTENÇA. Face ao acima exposto, DETERMINO à escrivania que remeta novamente os autos ao 2º Grau uma vez que, recebidos equivocadamente pelo cartório. Proceda-se com o desapensamento dos autos, tendo em vista pendente de julgamento, aguardando em cartório DECISÃO superior. Intime-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018. Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0009109-37.2009.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Silvano Ferreira Ramos
Advogado:Márcia de Oliveira Lima (OAB/RO 3495)
Requerido:Banco Daycoval S/A
Advogado:Juliana Morheb Nunes (OAB/RO 3737)
DECISÃO:
Vistos, etc.Conforme entendimento do STJ, o cumprimento de SENTENÇA não é automático, havendo necessidade de intimação da parte executada, para cumprir a obrigação no prazo previsto no art. 523, do CPC. 1- Intime-se a parte executada na forma do art. 513, § 2º do CPC para que efetue o cumprimento da SENTENÇA, nos termos do art. 523, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor do débito, sob pena de atos de expropriação (art. 523, § 3º do CPC). Para a fase de cumprimento de SENTENÇA, que terá início após o decurso do prazo supra fixado, fixo honorários advocatícios de 10% do valor, sem prejuízo de sua majoração em caso de impugnação.2- Havendo inércia da parte devedora, certifique-se e arquive.3- De outro passo, saliento que com a implantação do Processo Judicial Eletrônico PJE, a fase de Cumprimento de SENTENÇA deverá ser proposta perante aquele sistema, consoante Resolução n. 031/2014, editada pela Presidência do Tribunal de Justiça de Rondônia (art. 16), que regulamenta o processo judicial eletrônico no TJ/RO, in verbis: Art. 16. A partir da implantação do PJe será feita migração de processo do sistema físico para o virtual sempre que for apresentado requerimento de cumprimento de SENTENÇA. Parágrafo único. O cartório deverá anotar o número do processo gerado para cumprimento de SENTENÇA na movimentação processual do processo que será arquivado. 4- Desta forma, a parte exequente deverá instruir sua petição com a cópia dos seguintes documentos: 1) petição inicial;2) procuração das partes;3) SENTENÇA / acórdão;4) certidão do trânsito em julgado;5) DECISÃO judicial que determinou a intimação nos termos do art. 523;6) certidão da inércia do executado;7) planilha de atualização do crédito;8) indicação dos bens à penhora;Deverá, ainda, o exequente cadastrar no PJE o advogado que representou o executado no processo físico.Ressalto que a petição deve ser distribuída por dependência a esta unidade jurisdicional (3ª Vara Cível), por meio da aba Processo/Novo Processo Incidental.Eventual distribuição deverá ser comunicada ao Cartório para fins de anotação do número do processo do PJE nos autos físicos, com consequente arquivamento em seguida.Para o caso de não pagamento, remeta os autos para contadoria judicial afim de serem apuradas as custas finais, devendo a parte vencida ser intimada para recolhimento(15 dias), sob pena de protesto e inclusão em Dívida Ativa Estadual. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0099092-96.1999.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Antonio Henriques Lemos Leite
Advogado:Walter Bernardo de Araújo Silva (OAB/RO 74B)
Requerido:Banco Industrial e Comercial S/A
Advogado:Samily Fontenele Silva (OAB/RO 406E), Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912), Taíse Garcia Galvani.. (OAB/SP 233.034), Flávio Luiz dos Santos (OAB/RO 2238), Vantuilo Geovanio Pereira da Rocha (OAB/RO 6229), Marcelo Rayes (OAB/SP 141541)
SENTENÇA:
Vistos, examinados.Da análise dos autos, verifica-se que houve intimação pessoal da parte autora, conforme preceitua o artigo 485, §1º do Código de Processo Civil, para impulsionar o feito, sob pena de extinção. Contudo, expedida carta de intimação no endereço fornecido na inicial, o AR retornou negativo, conforme atesta o AR.De acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 274 do Código de Processo Civil: Presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial ou profissional declinado na inicial, contestação ou embargos, cumprindo às partes atualizar o respectivo endereço sempre que houver modificação temporária ou definitiva. Ora, não tendo a parte autora promovido regularmente a alteração do seu endereço, como a lei lhe impunha, reputa-se válida a intimação pessoal remetida para o endereço mencionado na petição inicial. À propósito:PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO POR CARTA. MUDANÇA DE ENDEREÇO. AUSÊNCIA DE

INFORMAÇÃO AO JUÍZO. VALIDADE.1. A jurisprudência do STJ reputa possível promover a intimação do autor para dar andamento ao processo por carta registrada, desde que não haja questionamento acerca do efetivo recebimento do comunicado, e que tal providência tenha sido requerida pelo réu. Precedentes.2. Na hipótese de mudança de endereço pelo autor que abandona a causa, é lícito ao juízo promover a extinção do processo após o envio de correspondência ao endereço que fora declinado nos autos.3. O Código de Ética da OAB disciplina, em seu art. 12, que "o advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo os feitos, sem motivo justo e comprovada ciência do constituinte". Presume-se, portanto, a possibilidade de comunicação do causídico quanto à expedição da Carta de Comunicação ao endereço que ele mesmo se furtara de atualizar no processo.4. A parte que descumpre sua obrigação de atualização de endereço, consignada no art. 39, II, do CPC, não pode contraditoriamente se furtar das consequências dessa omissão. Se a correspondência enviada não logrou êxito em sua comunicação, tal fato somente pode ser imputado à sua desídia.5. Recurso especial improvido. (REsp 1299609/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 28/08/2012)CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTIMAÇÃO PESSOAL PARA DAR ANDAMENTO AO PROCESSO. ENDEREÇO DESATUALIZADO. ÔNUS DO AUTOR. ABANDONO DA CAUSA. EXTINÇÃO DO FEITO.Consoante a regra processual, presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial ou profissional declinado na inicial, contestação ou embargos, cumprindo às partes atualizar o respectivo endereço sempre que houver modificação temporária ou definitiva. Intimação para dar andamento ao processo remetido a endereço desatualizado, é, de acordo com a regra processual, presumida válida. (TJRO, Ap. Cível n.0029881-81.2001.8.22.0007,Rel. Des. Alexandre Miguel, J. 10/04/2013)Ante o exposto, com fulcro no artigo 485, inciso III e 76, § 1º, I, do Novo Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o feito, condenando o autor ao pagamento de custas. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a INICIAL, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de custas processuais, mediante a apresentação de cópiasTransitada em julgado e ultimadas as diligências legais, dê-se baixa e arquivem-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0005998-69.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Diogo Barros Sabião
Advogado:Graziela Zanella de Corduva (OAB/RO 4238)
Requerido:Zurich Minas Brasil Seguros S.A., H S B C Bank Brasil S A
Advogado:Manuela Motta Moura da Fonte (OAB/PE 20.397), Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546), José Eduardo Pires Alves (OAB/RO 6300), Cleverton Reikdal (OAB/RO 6688)
DESPACHO:
DESPACHO Conforme entendimento do STJ, o cumprimento de SENTENÇA não é automático, havendo necessidade de intimação da parte executada, para cumprir a obrigação no prazo previsto no art. 523, do CPC. 1- Intime-se a parte executada na forma do art. 513, § 2º do CPC para que efetue o cumprimento da SENTENÇA, nos termos do art. 523, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor do débito, sob pena de atos de expropriação (art. 523, § 3º do CPC). Para a fase de cumprimento de SENTENÇA, que terá início após o decurso do prazo supra fixado, fixo honorários advocatícios de 10% do valor, sem prejuízo de sua majoração em caso de impugnação.2- Havendo inércia da parte devedora, certifique-se e arquive.3- De outro passo, saliento que com a implantação do Processo Judicial Eletrônico PJE, a fase de Cumprimento de SENTENÇA deverá ser proposta perante aquele sistema, consoante Resolução n. 031/2014, editada pela Presidência do Tribunal de Justiça de Rondônia (art. 16), que regulamenta o processo judicial eletrônico no TJ/RO, in verbis: Art. 16. A partir da implantação do PJe será feita migração de processo do sistema físico para o virtual sempre que for apresentado requerimento de cumprimento de SENTENÇA. Parágrafo único. O cartório deverá anotar o número do processo gerado para cumprimento de SENTENÇA na movimentação processual do processo que será arquivado. 4- Desta forma, a parte exequente deverá instruir sua petição com a cópia dos seguintes documentos: 1) petição inicial;2) procuração das partes;3) SENTENÇA /acórdão;4) certidão do trânsito em julgado;5) DECISÃO judicial que determinou a intimação nos termos do art. 523;6) certidão da inércia do executado;7) planilha de atualização do crédito;8) indicação dos bens à penhora;Deverá, ainda, o exequente cadastrar no PJE o advogado que representou o executado no processo físico.Ressalto que a petição deve ser distribuída por dependência a esta unidade jurisdicional (3ª Vara Cível), por meio da aba Processo/Novo Processo Incidental. Eventual distribuição deverá ser comunicada ao Cartório para fins de anotação do número do processo do PJE nos autos físicos, com consequente arquivamento em seguida.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0007637-30.2011.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogado:Ingrid Rodrigues de Menezes (RO 1.460), Márcio Nobre do Nascimento (OAB/RO 2852), Ana Paula de Carvalho Vedana (OAB/RO 6926), Fátima Gonçalves Novaes (OAB/RO 3268), Não Informado (OAB/SP 243972), Adilson de Oliveira Silva (OAB/RO 8047)
Executado:Petronio Ferreira Soares
DECISÃO:
Há nos autos sucessivos pedidos e deferimentos suspensão do feito requerido pela parte exequente.Assim, indefiro novo pedido de suspensão formulado à fl.120.Intime-se a parte exequente a se manifestar quanto ao prosseguimento da execução no prazo impreterível de 15 (quinze) dias, indicando na oportunidade meio efetivo para satisfação da obrigação, sob pena de imediata extinção, expedição de carta de crédito e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0004937-47.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Ana Vitoria da Costa
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Ego Empresa Geral de Obras S.A.
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antonio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546), Igor Justiniano Sarco da Silva (RO 7957)
DECISÃO:
Vistos, Considerando as reuniões realizadas, via Corregedoria Geral da Justiça, buscando soluções para as ações desta natureza junto à SEMUR, defiro o pedido da Defensoria Pública do Estado de Rondônia e determino a suspensão do feito pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para que as partes possam chegar a uma composição para solução definitiva da lide.Decorrido o prazo, intime-se a parte autora para manifestação, via Defensoria Pública. Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018. Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0157795-68.2009.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Cleomildo de Melo Freire
Advogado:Fernando Soares Garcia (RO 1089)

Requerido:Pedro Casagrande, Mercia Ferreira Neves Casagrande, José de Melo Freire
Advogado:Eduardo Pinheiro Dias (OAB/RO 3491), Emerson Pinheiro Dias (OAB/RO 1307), Andrea Nogueira Almeida Lima (OAB/RO 6614), Eduardo Pinheiro Dias (OAB/RO 3491), Andrea Nogueira Almeida Lima (OAB/RO 6614), Iasmine Pereira Barreto (OAB/RO 4621)
DECISÃO:
Manifestou-se a parte exequente pela adjudicação do bem penhorado (fls. 647/648). Nos termos do artigo 876, II, do NCPC, o executado foi intimado do pedido de adjudicação e do quantitativo do bem penhorado.A parte executada não impugnou o pedido de adjudicação e do quantitativo do bem.Anoto que a adjudicação é o primeiro na ordem de preferência entre os meios de expropriação, que se justifica pela ausência de despesa, ao contrário do leilão judicial. Assim, o pedido de adjudicação atende o disposto no artigo 876, caput, do NCPC. Diante do exposto, DEFIRO ADJUDICAÇÃO do bem penhorado descritos nas fls. 620/622 a favor do exequente. Oportunamente, nos termos do artigo 877 do NCPC, lavre-se auto de adjudicação, intimando-se para assinatura. Após, nos termos do artigo 877, § 1º, II, do NCPC, expeça-se MANDADO de remoção e entrega ao adjudicatário. Para tanto, recolha o exequente a respectiva despesa do oficial de justiça, observando-se que deverá oferecer meios para remoção do bem. Por fim, removido e entregue o bem, deverá o exequente trazer planilha atualizada do débito, abatendo-se o valor do bem adjudicado e requer o que de direito para fins de prosseguimento da execução ou a extinção do feito pela satisfação.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0003048-53.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Centro Farma Com Import.Export.Ltda
Advogado:Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lagos (PR 42.732)
Executado:B.a.negreiros Barros Me
DESPACHO:
Para consulta aos sistemas online BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD, a parte deve primeiro recolher as custas previstas pela Lei 3.896/2016, em 5 dias. No silêncio, intime-se o autor para promover o efetivo andamento no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0008168-48.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846), Sâmara de Oliveira Souza (OAB/RO 7298), Heberte Roberto Neves do Nascimento (OAB/RO 5322)
Executado:Vigher Serviços de Segurança Ltda, Oswaldo Morales, Adail GonÇalves da Costa Func
DESPACHO:
Houve recolhimento de custas referente a dois executados. Diga o exequente sobre quais executados devem recair a pesquisa ou complemente as custas.Int.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0004912-34.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Maria Aparecida Rodrigues Magalhães, Francisco de Assis Gomes de Sousa
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Ego Empresa Geral de Obras S.A.
DECISÃO:
Vistos, Considerando as reuniões realizadas, via Corregedoria Geral da Justiça, buscando soluções para as ações desta natureza junto à SEMUR, defiro o pedido da Defensoria Pública do Estado de Rondônia e determino a suspensão do feito pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para que as partes possam chegar a uma composição para solução definitiva da lide.Decorrido o prazo, intime-se a parte autora para manifestação, via Defensoria Pública. Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018. Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0000696-06.2007.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Posto Santa Terezinha Ltda
Advogado:Marcos Rodrigues Cassetari Júnior (OAB/RO 1880), Ivanildo Pereira de Lima (OAB/RO 5204), Kelisson Monteiro Campos (OABRO 5871), Joaquim Mota Pereira Filho (OAB/RO 2795)
Requerido:Iara Elisete Correa
Advogado:Sérgio Cristiano Corrêa (OAB/RO 3492)
DECISÃO:
Vistos, etc. Diante de reinteradas tentativas do credor para receber seu crédito, restarem negativas, com as custas recolhidas, DEFIRO pela derradeira vez pesquisa pelo Bacen-Jud.Por ser o dinheiro o bem de 1ª ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835 do NCPC e visando menor dispêndio, atendendo ainda aos princípios de celeridade, efetividade e economia processual, determinei a penhora via on line de ativos financeiros eventualmente existentes em nome do devedor, a ser realizado pelo sistema BACEN-JUD, com incidência de 10% de multa e 10% de honorários advocatícios, sobre o valor do crédito.Aguarde-se por 05 (cinco) dias respostas das instituições bancárias/financeiras. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018. Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0025439-07.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Espólio de Mário Lúcio Machado Profeta
Advogado:Pascoal Cahulla Neto (OAB/RO 6571), Eliseu dos Santos Paulino (OAB/AC 3650)
Executado:Ricardo Augusto da Silva
DESPACHO:
Vistos,Intimem-se, pessoalmente, a parte autora para dar andamento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do MÉRITO e consequente arquivamento, nos termos do art. 485, §1º do NCPC.Cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0003343-95.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Centro de Ensino São Lucas LTDA
Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Jesus Clezer Cunha Lobato (OAB/RO 2863), ALEXANDRE CARNEIRO MORAES (OAB/RO 6739)
Requerido:Janaina Kelen Paulo de Matos
DECISÃO:
Vistos,Custas recolhidas, DEFIRO Bacen-Jud mais uma vez.Por ser o dinheiro o bem de 1ª ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835 do NCPC e visando menor dispêndio, atendendo ainda aos princípios de celeridade, efetividade e economia processual, determinei a penhora via on line de ativos financeiros eventualmente existentes em nome do devedor, a ser realizado pelo sistema BACEN-JUD, com incidência de 10% de multa e 10% de honorários advocatícios, sobre o valor do crédito. Aguarde-se por 05 (cinco) dias respostas das instituições bancárias/financeiras. Proceda a parte autora com a assinatura da petição de fls. 114, eis que apócrifa. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0004654-24.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Fatima dos Santos Esteves, Raymundo Queiroz de Lima
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Ego Empresa Geral de Obras S.A.
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
DECISÃO:
Vistos, Considerando as reuniões realizadas, via Corregedoria Geral da Justiça, buscando soluções para as ações desta natureza junto à SEMUR, defiro o pedido da Defensoria Pública do Estado de Rondônia e determino a suspensão do feito pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para que as partes possam chegar a uma composição para solução definitiva da lide.Decorrido o prazo, intime-se a parte autora para manifestação, via Defensoria Pública. Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018. Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0001482-45.2010.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Pemaza S/A
Advogado:Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Requerido:Denilson da Silva
DECISÃO:
Dado o caráter alimentar dos benefícios previdenciários, somente é possível o desconto ou penhora em situações extremas, tal como ocorre no pagamento de pensão alimentícia.Ademais, embora a execução deva se desenvolver no interesse do credor, cabe a este também buscar a satisfação de seu crédito da forma menos gravosa ao executado (artigo 805 do CPC). Nesse sentido o entendimento jurisprudencial:MANDADO DE SEGURANÇA. PREVIDENCIÁRIO. DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. COBRANÇA DE VALORES ORIUNDOS DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 114 E 115 DA LEI DE BENEFÍCIOS. 1. Competência deste Tribunal para processar e julgar MANDADO de segurança impetrado por autarquia federal contra DECISÃO de juiz estadual. Precedentes do STF. 2. É inviável a operacionalização de descontos previdenciários fora das hipóteses permissivas constantes dos artigos 114 e 115 da Lei nº 8.213/91. 3. Os honorários advocatícios perseguidos pelo credor, na ação de execução de SENTENÇA ajuizada na Justiça Estadual, em que pese o caráter alimentar dessa verba, não estão abrangidos pela exceção do § 2º do artigo 649 do CPC. (TRF4, MS 0005093-38.2013.404.0000, Sexta Turma, Relator Néfi Cordeiro, D.E. 06/02/2014).Destarte, indefiro o pedido de penhora e de descontos junto ao INSS, relativo ao benefício previdenciário do executado.Posto isso, a parte exequente deverá se manifestar quanto ao prosseguimento da execução no prazo impreterível de 15 (quinze) dias, indicando na oportunidade meio efetivo para satisfação da obrigação, sob pena de imediata extinção, expedição de carta de crédito e arquivamento do feito.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0019036-56.2011.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sociedade Educacional Porto Velho
Advogado:Cecilia Smith Lorenzom (OAB/RO 5967), Felipe Bensiman Ciampi (OAB/RO 760-E), Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antonio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Amanda Géssica de Araújo Farias (OAB/RO 5757), Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli ( ), Leonardo Guimarães Bressan (OAB/RO 1583), Aline Maria de Almeida Lopes (OAB/RO 7163), Antônio Ricardo Carneiro Andrade (OAB/RO 6347), Renata Zonatto Lopes (OAB/RO 7767), Hugo Marques Monteiro (OAB/RO 6803), Igor Justiniano Sarco da Silva (RO 7957), Gleidson Santos Oliveira (OAB/RO 8479)
Executado:ANTENOR MENDES DA SILVA JUNIOR
DESPACHO:
DESPACHO Vistos, etc.Defiro o pedido de fls. 140 pelo prazo de 15(quinze) dias úteis, requerendo em após, o que entender de direito. Decorrido o prazo supra, havendo manifestação, venham os autos conclusos, caso contrário, intime-se, pessoalmente, a parte autora para dar andamento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do MÉRITO e consequente arquivamento, nos termos do art. 485, §1º do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0295419-96.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Francisco de Souza Lunguinho Junior
Advogado:Manoel Veríssimo Ferreira Neto (OAB/RO 3766)
Requerido:Leandro Soares
Advogado:Maria Letice Pessoa Freitas (OAB/RO 2615)
SENTENÇA:
Vistos.HOMOLOGO, por SENTENÇA, o acordo de fls. 240/240-v., a que chegaram as partes, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, julgando extinto o processo nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b” do CPC.Em razão da preclusão lógica, dou esta DECISÃO por transitada em julgado nesta data.Publique-se; registre-se; intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0002865-58.2010.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:J. L. G. Barbosa Me
Advogado:Hugo Wataru Kikuchi Yamura (OAB/RO 3613)
Requerido:Francisco Jose Siqueira Nogueira
DECISÃO:
Há nos autos sucessivos pedidos e deferimentos suspensão do feito requerido pela parte exequente.Assim, indefiro novo pedido de suspensão formulado à fl.96.Intime-se a parte exequente a se manifestar quanto ao prosseguimento da execução no prazo impreterível de 15 (quinze) dias, indicando na oportunidade meio efetivo para satisfação da obrigação, sob pena de imediata extinção, expedição de carta de crédito e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0015210-22.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Jesus Clezer Cunha Lobato (OAB/RO 2863), Thiago Valim (OAB/RO 6320), ALEXANDRE CARNEIRO MORAES (OAB/RO 6739)
Requerido:Leila Gomes Garcia
DECISÃO:
Vistos, etc. Diante de reinteradas tentativas do credor para receber seu crédito, restarem negativas, com as custas recolhidas, DEFIRO pela derradeira vez pesquisa pelo Bacen-Jud.Por ser o dinheiro o bem de 1ª ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835 do NCPC e visando menor dispêndio, atendendo ainda aos princípios de celeridade, efetividade e economia processual, determinei a penhora via on line de ativos financeiros eventualmente existentes em nome do devedor, a ser realizado pelo sistema BACEN-JUD, com incidência de 10% de multa e 10% de honorários advocatícios, sobre o valor do crédito.Aguarde-se por 05 (cinco) dias respostas das instituições bancárias/financeiras. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018. Marisa de Almeida Juíza de Direito
Cristian Eunides Mar
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( ). Processo: 7005571-11.2018.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
Data da Distribuição: 15/02/2018 17:15:01
Requerente: BANCO HONDA S/A.
Advogado do(a) REQUERENTE: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ - SP0206339
Requerido: EDERVANIA CARDOSO DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Intime-se o autor, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar o comprovante de entrega da notificação extrajudicial no endereço do requerido em data anterior a distribuição da ação, sob pena de indeferimento.
No mesmo prazo deverá o autor adequar o valor da causa e apresentar o comprovante de recolhimento das custas iniciais, no valor corresponde ao valor do saldo devedor (parcelas vencidas e vincendas), sob pena de cancelamento da distribuição - ( art. 290 CPC).
Considerando que a natureza do procedimento, deverá ser recolhido o percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor atribuído a causa, na forma do art. 12, I, da Lei 3.896/16. Deverá a parte autora atentar para os termos do art. 12, § 1º da referida lei.
Porto Velho, Sexta-feira, 16 de Fevereiro de 2018
OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Juiz de Direito
Assinado eletronicamente por: OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 16249723 180216121032804000000015128224
ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Processo: 7005238-59.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MICHELE LIMA AGUIAR PEREIRA
Advogados do(a) AUTOR: CARLA FRANCIELEN DA COSTA - RO0007745, EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO - RO0003531, MARCIA BERENICE SIMAS ANTONETTI - RO0001028, WILMO ALVES - RO0006469
RÉU: OI MOVEL S.A
DESPACHO O Novo Código de Processo Civil em seu art. 99,§ 2º determina que não de convencendo o juiz de que a parte faz juz aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido.Assim, determino que a parte autora apresente comprovantes da alegada hipossuficiência, incluindo seus rendimentos e despesas, no prazo de 15 (quinze) dias para regularização, nos termos dos artigos 319, 320 e 321 do CPC/15, sob pena de indeferimento do pedido e, por consequência, o cancelamento da distribuição - ( art. 290 CPC), ou, querendo, recolher as custas processuais correspondentes.Porto Velho, 14 de fevereiro de 2018.OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR.Juiz de Direito
ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Processo: 7048268-81.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: SEBASTIANA AGUIAR RIBEIRO
Advogado do(a) EXEQUENTE: INARA REGINA MATOS DOS SANTOS - RO0002921
EXECUTADO: BANCO BMG CONSIGNADO S/A
Advogado(s) do reclamado: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES, ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA
Advogados do(a) EXECUTADO: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA - RO0002913, FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - RO0006235
DESPACHO Trata-se de cumprimento de SENTENÇA relativo a processo físico nº 0012908-54.2010.8.22.0001 – arquivado em 10/11/2017. Proceda a escrivania com a inclusão dos advogados do executado no polo passivo. Após, intime-se a parte devedora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetuar o pagamento da condenação e custas, sob pena de incorrer em multa de 10% (dez por cento) e, ainda, honorários advocatícios também de 10% sobre o débito, ficando ainda sujeito a atos de expropriação (§3 do art. 523 do NCPC).Também, fica a parte executada desde já ciente de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC (independentemente de penhora ou nova intimação), inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que, querendo, apresente impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.Havendo inércia, certifique e intime o Credor, via advogado, para impulsionar o feito, apresentar o cálculo atualizado do crédito e indicar bens à penhora. Caso queira, poderá requerer consulta de bens por meio dos sistemas BACENJUD e RENAJUD, nesta ordem, mediante recolhimento das custas (art. 17 da Lei 3896/2016).Intime-se e cumpra-sePorto Velho, Quinta-feira, 15 de Fevereiro de 2018.OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR.Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( )
Processo nº 0000167-06.2015.8.22.0001
Polo Ativo: GERMANO DE ALBUQUERQUE NERY
Advogados do(a) AUTOR: WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS - RO0000655A, PAMELA GLACIELE VIEIRA DA ROCHA - RO0005353
Polo Passivo: SERASA S.A.
Advogados do(a) RÉU: DULCINEIA BACINELLO RAMALHO - RO0001088, SANI CRISTINA GUIMARAES - SP0154348, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO0005546
CertidãoCertifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Tribunal de Justiça de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( )
Processo nº 7045205-82.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: HELEN CAROLINE ROCHA DO VALE
Advogado do(a) EXEQUENTE: ZULDAS VEIGA DA COSTA FILHO - RO7295
EXECUTADO: WALMIR FERNANDES DA SILVA
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Porto Velho - 3ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada sobre o DESPACHO abaixo:
Intime-se a exequente para, no prazo de 10 (dez) dias comprovar as duas publicações nos jornais de grande circulação, sob pena de extinção.Porto Velho, 16 de fevereiro de 2018.OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR.Juiz de Direito
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Processo: 7004688-98.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: FRANCISCO LOBATO DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO - RO0003531, CARLA FRANCIELEN DA COSTA - RO0007745
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogado(s) do reclamado: ERICA CRISTINA CLAUDINO
Advogado do(a) RÉU: ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO0006207
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte requerida intimada a proceder com o pagamento das custas finais, conforme certidão da Contadoria ID n. 15996205, no prazo de 15 dias úteis.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Processo: 7028608-04.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA - RO0001246
EXECUTADO: ADEVAIR ALVES LOPES
Advogado(s) do reclamado: MARCIA APARECIDA DE MELLO ARTUSO, RISOLENE ELIANE GOMES DA SILVA
Advogados do(a) EXECUTADO: RISOLENE ELIANE GOMES DA SILVA - RO0003963, MARCIA APARECIDA DE MELLO ARTUSO - RO0003987
DESPACHO Considerando os termos da certidão ID 15024194, INTIME-SE a parte executada nos termos do art. 513, § 1º e 4º do CPC, para que cumpra a obrigação no prazo do artigo 523 do mesmo Codex legal.Havendo inércia, certifique e intime o Credor, via advogado, para impulsionar o feito, apresentar o cálculo atualizado do crédito e indicar bens à penhora. Caso queira, poderá requerer consulta de bens por meio dos sistemas BACENJUD e RENAJUD, nesta ordem, mediante recolhimento das custas (art. 17 da Lei 3896/2016).Intime-se e cumpra-se.Porto Velho, 14 de fevereiro de 2018. OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR.Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Processo: 7063008-78.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: PORTO RURAL PRODUTOS AGRICOLAS LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: LEUDO RIBAMAR SOUZA SILVA - RO0004485
EXECUTADO: VILZIMAR JOVINIANO FREIRE
Advogado do(a) EXECUTADO:
ATO ORDINATÓRIO
Diante da petição de ID n. 16168304, fica a parte autora intimada a dizer quais diligências pretende requerer para fins de prosseguimento do feito, no prazo de 5 dias úteis.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Processo: 7054008-54.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JAQUELINE FERNANDES SILVA - RO8128, DEISE LUCIA DA SILVA SILVINO VIRGOLINO - RO0000615
EXECUTADO: TAIS CANTANHEDE DOS SANTOS
Advogado do(a) EXECUTADO:
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora intimada a se manifestar acerca do AR negativo de ID n. 16248283, no prazo de 5 dias úteis.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( ). Processo: 7031615-04.2017.8.22.0001
Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172)
Data da Distribuição: 17/07/2017 17:41:28
Requerente: ELCI BITENCOURT DUTRA
Advogado do(a) EMBARGANTE: IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO0000796
Requerido: AGRO EXPORT COMERCIAL SEMENTES COSMORAMA LTDA
Advogados do(a) EMBARGADO: LORENA FRANCIELLE - RO7299, CLAYTON DE SOUZA PINTO - RO0006908
DESPACHO
Nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, intime-se o embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se quantos aos fundamentos da petição ID 1472174.
Porto Velho, Quarta-feira, 14 de Fevereiro de 2018
OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Processo: 7020535-43.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GEOVANE DIEGO LOPES MUDESTO
Advogado do(a) AUTOR: FABIO ANTONIO MOREIRA - RO0001553
RÉU: Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A
Advogado(s) do reclamado: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO0005369
DESPACHO Intime-se a parte autora para, querendo, manifestar-se acerca dos embargos declaratórios, no prazo de 05 dias.Após, tornem os autos conclusos para DECISÃO.Porto Velho, 8 de fevereiro de 2018.OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIORJuiz(a) de Direito
Indefiro o pedido de Id 13852930. Verifica-se que a exequente não comprovou o recolhimento das custas de publicação do edital e as duas publicações nos jornais de grande circulação. Assim, fica a exequente intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o recolhimento das custas de publicação do edital, bem como as duas publicações, sob pena de extinção.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( ). Processo: 7012406-83.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Data da Distribuição: 09/03/2016 15:49:43

Requerente: GLEIDSTON PAINS PAMPLONA
Advogado do(a) EXEQUENTE: POLLYANA JUNIA MUNIZ DA SILVA NASCIMENTO - RO0005001
Requerido: ADEMILSON QUADROS
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Indefiro o pedido de Id 13852930. Verifica-se que a exequente não comprovou o recolhimento das custas de publicação do edital e as duas publicações nos jornais de grande circulação. Assim, fica a exequente intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o recolhimento das custas de publicação do edital, bem como as duas publicações, sob pena de extinção.
Porto Velho, Sexta-feira, 16 de Fevereiro de 2018
OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Processo: 7023806-94.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: INSTITUTO JOAO NEORICO
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA CAHULLA - RO0004117, TIAGO FAGUNDES BRITO - RO0004239
EXECUTADO: MARCOS PAULO DE SOUSA RIBEIRO
Advogado do(a) EXECUTADO:
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte exequente intimada a retirar o alvará expedido de ID n. 16262369, no prazo de 5 dias úteis, sob pena de transferência dos valores para a conta única do TJ/RO.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Processo: 7014585-87.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: GLAUCIA MARIA MICHALSKI RAPOSO DE ALMEIDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: LILIAN MARIA LIMA DE OLIVEIRA - RO0002598
EXECUTADO: LUIZ CARLOS ERDE
Advogado(s) do reclamado: ANA CAROLINA GOMES DE SOUZA ABREU
Advogado do(a) EXECUTADO: ANA CAROLINA GOMES DE SOUZA ABREU - RO0004574
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora, por via de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, intimado(a) a promover o regular andamento ao feito, sob pena de extinção.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( ). Processo: 7005205-69.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 09/02/2018 15:46:26
Requerente: RAIMUNDA DE SOUZA GOMES
Advogados do(a) AUTOR: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO - RO0003531, CARLA FRANCIELEN DA COSTA - RO0007745
Requerido: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
O Novo Código de Processo Civil em seu art. 99,§ 2º determina que não de convencendo o juiz de que a parte faz juz aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido. Assim, determino que a parte autora apresente comprovantes da alegada hipossuficiência, incluindo seus rendimentos e despesas, no prazo de 15 (quinze) dias para regularização, nos termos do artigo 321 do CPC/15, sob pena de indeferimento do pedido e, por consequência, o cancelamento da distribuição - ( art. 290 CPC), ou, querendo, recolher as custas processuais correspondentes.Porto Velho, Sexta-feira, 16 de Fevereiro de 2018
OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( ). Processo: 7005235-07.2018.8.22.0001
Classe: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXIGIDAS (45)
Data da Distribuição: 09/02/2018 17:03:28
Requerente: ALTAIR JORGE DE CASTRO PEDROSA
Advogado do(a) AUTOR: IZIDORO CELSO NOBRE DA COSTA - RO0003361
Requerido: MARA CRISTINA PAZ HENRIQUE
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
O Novo Código de Processo Civil em seu art. 99,§ 2º determina que não de convencendo o juiz de que a parte faz juz aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido. Assim, determino que a parte autora apresente comprovantes da alegada hipossuficiência, incluindo seus rendimentos e despesas, no prazo de 15 (quinze) dias para regularização, nos termos dos artigos 319, 320 e 321 do CPC/15, sob pena de indeferimento do pedido e, por consequência, o cancelamento da distribuição - ( art. 290 CPC), ou, querendo, recolher as custas processuais correspondentes.
Porto Velho, Sexta-feira, 16 de Fevereiro de 2018
OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Processo: 7014806-36.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MOISES ANDRADE DE OLIVEIRA
Advogados do(a) EXEQUENTE: EZIO PIRES DOS SANTOS - RO0005870, BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS - RO0006156
EXECUTADO: SILVA & CASSARES - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SORVETE LTDA - EPP
Advogado do(a) EXECUTADO:
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora, por via de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, intimado(a) a promover o regular andamento ao feito, sob pena de extinção.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018

# 4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À JUÍZA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
pvhcivel4a@tj.ro.gov.br
JUIZ: JOSÉ ANTONIO ROBLES
ESCRIVÃ: BELª IRENE COSTA LIRA SOUZA

Proc.: 0010704-61.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sandra Dias Ferreira
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:LOSANGO PROMOÇOES DE VENDAS LTDA
Advogado:Edson Antonio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Intimação
Fica intimada a parte autora, bem como seu advogado, para recolhimento do débito relativo a custas finais no valor de R$ 285,53 (duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), devendo ser atualizado até a data do pagamento, nos autos mencionados, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa, conforme art.12, § 1º da Lei 3.896 de 24 de agosto de 2016.
Irene Costa Lira Souza
Escrivã Judicial

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( ). Processo: 7010477-78.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 17/03/2017 11:23:06
Requerente: WEVERTON CARLOSTORRES DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: DIEGO DINIZ CENCI - RO0007157
Requerido: OI MOVEL
Advogado do(a) RÉU: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO0000635
SENTENÇA
Vistos, etc...
I - RELATÓRIO
WEVERTON CARLOS TORRES DA SILVA propôs a presente AÇÃO REVISIONAL C/C COM DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA em face de OI MÓVEL S.A.
Nela, narra o autor, em síntese, ser titular da linha telefônica de número 69 3251-1191, o qual não era utilizado para fazer ou receber ligações, mas apenas para uma máquina de cartão de crédito e débito.
Demais disso, que em razão de um veículo "pá carregadeira" ter colidido com o poste localizado na frente de sua residência, necessitou acionar tal parte ré, para efetuar os devidos reparos na rede de linhas telefônicas.
Diz, também, ter um funcionário da requerida procedido a religação dos fios de forma "errada", na medida em que os religou em uma outra residência, levando assim ao denominado cruzamento de linhas. Demais disso, que que após a inspeção que ela realizou, os valores das faturas dos meses de janeiro e fevereiro de 2016, aumentaram exorbitantemente, passando de R$ 49,90 para as importâncias de R$ 437,44 e R$ 685,52, respectivamente.
Demais disso, afirma que a requerida estava cobrando valores referente a ligações que não realizou, além disso, ter solicitado o cancelamento do contrato referente a tal linha telefônica, pelo fato de não ter conseguido solucionar a questão de forma administrativa.
Ressalta, ainda, que posteriormente a tais fatos foi surpreendido com a inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, procedido pela empresa ré, cujo fato acabou lhe ocasionando sérios constrangimentos.
Ao final, com base nessa retórica, pugnou, inicialmente, pelo deferimento de tutela antecipada, para a exclusão do seu nome dos órgão de proteção ao crédito. No MÉRITO, para que seja julgada procedente a presente ação ordinária, determinando as revisões das faturas dos meses de janeiro e fevereiro de 2016, e exclusões das cobranças que excedam ao que realmente consumiu, bem como para que seja condenadas n, a condenação da parte ré ao pagamento de indenização por danos morais e verbas de sucumbência.
Com a inicial vieram procuração e documentos.
Citada, a empresa ré deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar contestação, incorrendo em revelia.
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relatório.
II - DECIDO
Do Julgamento Antecipado do MÉRITO
In casu, atento ao bojo dos autos, vislumbro que nele há elementos suficientemente inequívocos a ensejar convencimento do juízo, mormente a possibilitar o seu julgamento antecipado. Por consequência, dispensável qualquer dilação processual.
Aliás, sobre tal entendimento, vejamos a jurisprudência:
Presentes nos autos elementos documentais suficientes à elucidação da matéria de fato efetivamente controvertida, nada importa que o juiz tenha previamente consultado as partes sobre a produção de mais provas, e alguma delas a tenha requerido. A opção pela antecipação ou não do julgamento pertence exclusivamente ao Juiz, que pode saber, e só ele pode, da suficiência ou insuficiência dos dados disponíveis para o seu convencimento. [...]" (RJTJRGS, 133/355)
Do corpo deste último aresto trago ainda à colação a seguinte passagem:
O Juiz, e somente ele, como destinatário da prova que é, detém, com exclusividade, o poder de optar pela antecipação do julgamento ou pela remessa do processo à dilação probatória. Seu é o convencimento a ser formado, e seu, portanto, há de ser também o juízo quanto à suficiência ou não dos elementos já coligidos para a consolidação desse convencimento. Por outras palavras, não é às partes que cabe aquilatar do cabimento ou descabimento da aplicação do art. 330 do CPC, mas o Juiz. A prova em audiência faz-se ou deixa-se de fazer não porque as partes desejam ou prefiram esta ou aquela alternativa, mas porque o Juiz ainda precisa ou não precisa mais esclarecer-se quanto à matéria de fato. [...]".
Ainda antes de qualquer ilação acerca do direito que vindicam as partes, peço venia para transcrever lição sobre o tema "responsabilidade civil". Vejamos:
Para que se configure o ato ilícito, será imprescindível que haja: a) fato lesivo voluntário, negligência ou imperícia; b) ocorrência de um dano patrimonial ou moral, sendo que pela Súmula 37do Superior Tribunal de Justiça serão cumuláveis as indenizações por dano material e moral decorrentes do mesmo fato e c) nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente." (Maria Helena Diniz, in Código Civil Anotado, 6ª Edição, Editora Saraiva, págs. 169/170).
E mais:
Fundamento da responsabilidade civil. A responsabilidade civil se assenta na conduta do agente (responsabilidade subjetiva) ou no fato da coisa ou no risco da atividade (responsabilidade objetiva). Na responsabilidade objetiva o sistema fixa o dever de indenizar independentemente da culpa ou dolo do agente. Na responsabilidade subjetiva há o dever de indenizar quando se demonstra o dolo ou a culpa do agente, pelo fato causador do dano". (Nelson Nery Júnior e Rosa M. de Andrade Ney, Código Civil Anotado, 2ª Edição, Editora Revista dos Tribunais, pág. 186).
Feitas tais digressões, passo ao cerne dos autos.
Conforme observo, diz o autor ser titular da linha telefônica de número 69 3251-1191, o qual não era utilizado para fazer ou receber ligações, mas apenas para uma máquina de cartão de crédito e débito. Demais disso, que em razão de um veículo "pá carregadeira" ter colidido com o poste localizado na frente de sua

residência, necessitou acionar tal parte ré, para efetuar os devidos reparos na rede de linhas telefônicas.
Aduz, também, ter um funcionário da requerida procedido a religação dos fios de forma "errada", na medida em que os religou em uma outra residência, levando assim ao denominado cruzamento de linhas. Demais disso, que que após a inspeção que ela realizou, os valores das faturas dos meses de janeiro e fevereiro de 2016, aumentaram exorbitantemente, passando de R$ 49,90 para as importâncias de R$ 437,44 e R$ 685,52, respectivamente.
Demais disso, afirma que a requerida estava cobrando valores referente a ligações que não realizou, além disso, ter solicitado o cancelamento do contrato referente a tal linha telefônica, pelo fato de não ter conseguido solucionar a questão de forma administrativa.
Ressalta,por fim, que posteriormente a tais fatos foi surpreendido com a inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, procedido pela empresa ré, cujo fato acabou lhe ocasionando sérios constrangimentos.
Citada para defender-se, quedou-se silente a empresa ré, incorrendo em revelia.
Logo, do que se vê, quanto ao MÉRITO, o ponto essencial da presente demanda recai sobre a análise da configuração ou não de ofensa moral, pela inclusão do nome do autor em órgãos de proteção ao crédito, por débitos indevidos.
Pois bem.
Diante da afirmativa de tal parte autora - cobrança indevida por ligações não efetuadas, sob alegação de linha cruzada -, cabia à empresa ré a comprovação da existência de fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito postulado pelo autor, a teor do previsto no art. 373, inc. II, do NCP, não tendo este sujeito processual, no entanto, se desincumbindo de tal ônus. Sendo assim, correta a referida pretensão de desconstituição dos débitos referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2016, com exceção do valor cobrado pela assinatura básica, porquanto devido e no valor de R$ 49,90 -.
Registre-se ainda, por necessário, que caberia à empresa ré comprovar que não houve falha na prestação do serviço, ou seja, que por meio da linha telefônica utilizada para o funcionamento de uma máquina de cartão de crédito era possível a realização e recebimento de ligações, justificando, portanto, os valores pelos quais o autor foi negativado, todavia, assim não o fez.
Com efeito, à par destas considerações, tenho que deve ser declarada a inexigibilidade dos valores dessas faturas, exclusivamente na importância referente a cobrança das ligações fixo-móvel ou fixo-fixo. Em sendo inexigíveis, como corolário lógico, por certo que foi indevida a inclusão do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito, razão pela qual deve ser indenizado, tanto que acerca deste entendimento a jurisprudência vem dizendo o seguinte:
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. TELEFONIA FIXA. OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADO COM DANO MORAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LINHA CRUZADA. DANO MORAL DECORRENTE DO CARÁTER ILÍCITO DA PRÁTICA ABUSIVA. QUANTUM ADEQUADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. Quanto aos danos morais, tenho que estes restam configurados, porquanto a atitude abusiva e ilícita do fornecedor agrava substancialmente a condição de vulnerabilidade e impotência do consumidor, que, o mais das vezes, ainda que cumpra com suas obrigações adimplindo mensalmente suas faturas acaba por esbarrar em atos unilaterais da ré.... (TJ-RS - Recurso Cível: 71003406055 RS, Relator: Adriana da Silva Ribeiro, Data de Julgamento: 12/04/2012, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 16/04/2012).
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. TELEFONIA FIXA. PEDIDO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADO COM DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE LINHA CRUZADA. INSCRIÇÃO DO NOME DO AUTOR JUNTO AOS ÓRGÃOS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. PARTE DO VALOR É DEVIDO. REPETIÇÃO DESCABIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. PRETENSÃO RESISTIDA. QUANTUM MINORADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. [...] Quanto aos danos morais, incontroversa a inscrição do nome do autor junto aos órgãos restritivos de crédito, consoante tela da fl. 34, porém parte do débito é devido no que tange à assinatura básica. Razão pela qual entendo que o valor arbitrado na SENTENÇA merece redução. Ainda assim, considerando que a atitude abusiva e ilícita do fornecedor agrava substancialmente a condição de vulnerabilidade e impotência do consumidor que, no caso concreto, buscou solução extrajudicial e não obteve sucesso, conforme tentativas mencionadas na inicial, corroboradas pelos protocolos de atendimento anotados nos documentos das fls.26 e 30, tendo que se valer da via judicial para assegurar um direito, situação em que o transtorno experimentado excede os meros dissabores. Recurso parcialmente provido para reduzir a condenação arbitrada a título de danos morais. (TJ-RS - Recurso Cível: 71003817566 RS, Relator: Adriana da Silva Ribeiro, Data de Julgamento: 28/06/2012, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 02/07/2012).
Já concernente à quantificação do dano moral, incumbe ao julgador, levar em conta as peculiaridades do caso concreto, estimando valor que não se preste a ensejar o enriquecimento sem causa do ofendido, porém seja suficiente para significar adequada reprimenda ao ofensor (causador do dano indenizável), evitando que reincida no comportamento lesivo.
Sopesados tais vetores e, ainda, levando-se em conta as peculiaridades do caso concreto, o caráter punitivo da medida, a condição social e econômica da parte lesada, o necessário efeito pedagógico da indenização, a dupla função dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade - a primeira dirigida ao agente do ato lesivo, a fim de evitar que atos semelhantes ocorram novamente, e a segunda que o valor arbitrado não cause enriquecimento sem causa à parte lesada -, enfim, tenho que o valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) se mostra adequado, assegurando, principalmente, o caráter repressivo-pedagógico, próprio da indenização por danos morais.
III – CONCLUSÃO
Diante do exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, NCPC, JULGO PROCEDENTE a presente AÇÃO REVISIONAL C/C COM DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA promovida por WEVERTON CARLOS TORRES DA SILVA em face de OI MÓVEL S.A.
1 - ratificar a DECISÃO de antecipação de tutela (ID n. 9162025).
2 - declarar a inexigibilidade do débito pelo qual o autor foi negativado (contrato: 0000002120285254, vencimento: 27/01/2016), bem como o valor de R$ 635,52, referente a cobrança de ligações fixo-móvel e outros valores (vencimento: fevereiro/2016 – ID n.9086686).
Demais disso, determinar à empresa ré que, após o trânsito em julgado, emita em face do autor duas faturas, ambas no valor de R$ 49,90, referente ao meses de janeiro e fevereiro de 2016), exatamente com o propósito de permitir que cumpra a obrigação contratual firmada com a mesma, efetuando os seus pagamentos.
2) condená-la, também, a pagar ao autor, a título de danos morais, o valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), corrigido monetariamente – INPC, além de juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data, uma vez que na fixação foi considerado montante atualizado (EDRESP 194.625/SP, publicado no DJU em 05.08.2002, p. 0325);
CONDENO-A, ainda, no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor da condenação, CPC, art. 85, § 2º).
Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do art. 523, § 1º, do CPC/15, no prazo de quinze dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
Não havendo pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de seis meses do trânsito em julgado.

Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.
Se interposto recurso de apelação, deverá ser observado o disposto no art. 1010, do CPC.
P.R.I.
Porto Velho, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
JOSE ANTONIO ROBLES
Juíz(a) de Direito

## 5ª VARA CÍVEL

5º Cartório Cível
O INTEIRO TEOR DOS DESPACHO S E SENTENÇA S PODEM SER OBTIDOS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.tjro.jus.br SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
JUIZ: acir@ tjro.jus.br
DIRETORA DE CARTÓRIO: denisiane@tjro.jus.br
VARA: pvh5civel@tjro.jus.br

Proc.: 0072385-62.1997.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Maurício Coelho Lara (OAB/RO 845), José Ary Gurjão Silveira (OAB/RO 121), Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Executado:Nelson Pereira da Silva
Advogado:Mário Lúcio Machado Profeta (OAB/RO 820)
48 horas:
Fica a parte Autora/Exequente, no prazo de 5 dias, intimada a promover o regular andamento do feito.

Proc.: 0016576-96.2011.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:R.e.o Ramos Me Raddar Veiculos
Advogado:Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963), Francisco Ricardo Vieira Oliveira (OAB/RO 1959)
Executado:Kaipa Comércio e Serviços Ltda
Advogado:Linêide Martins de Castro (OAB/RO 1902)
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls. 108, dos autos.

Proc.: 0009978-87.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Anazildo Lima de Oliveira
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Jalapão Tecidos Ltda EPP
Advogado:Adriana Desmaret Spinet (OAB/RO 4393), Diomar Aparecida da Silva Godinho (OAB/RO 1962)
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl(s).160, bem como, manifestando-se se tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que de direito.

Proc.: 0003440-90.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Einstein Instituição de Ensino Ltda
Advogado:Leonardo Guimarães Bressan Silva (OAB/RO 1583), Antônio Ricardo Carneiro Andrade (OAB/RO 6347)
Executado:Leandro de Souza Pereira
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: 0228932-47.2008.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pemaza S. A.
Advogado:Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Executado:Jose Ribamar da Silva
Advogado:José Girão Machado Neto (OAB/RO 2664)
Custas Finais:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 221,31, (atualizada até a data de 14/02/2018), O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0014136-93.2012.8.22.0001
Ação:Despejo (Cível)
Requerente:Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S/A
Advogado:Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Requerido:Arpo Produções e Eventos Ltda Me Movie Light, MR BALL MALTEZO BOLICHES LTDA
Advogado:Marcus Vinícius de Oliveira Cahulla (OAB/RO 4117), Tiago Fagundes Brito (OAB/RO 4239)
Custas Finais:
Fica a parte Autora e Requerida MR. Ball Maltezi Boliches Ltda, por via de seus Advogados, no prazo de 15 dias, intimadas para efetuarem o pagamento das custas finais no valor de R$ 618,32 (atualizada até a data de 14/02/2018), O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0005305-90.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Kliven de Araújo Reis
Advogado:Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844)
Requerido:Banco Daycoval S/A, Banco BMG S/A
Advogado:Fábio Roberto de Almeida Tavares (OAB/SP 147386), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB MT 16.846-A), Rafael Antônio da Silva (OAB/SP 244223), Sandro Lúcio de Freitas Nunes (OAB/RO 4529), Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23.255)
Parte retirada do po:Banco Cruzeiro do Sul S/A (em liquidação extrajudicial)
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875-A), Marcelo Orabona Angélico (OAB/SP 94389), Marly Vieira Tonett Sismero de Oliveira (OAB/RO 1620)
FINALIDADE: Intimem-se as partes, através de seus advogados, para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, caso queiram.

Proc.: 0014622-78.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Eleacre Engenharia Ltda
Advogado:Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B), Juliene Janones Manfredinho (OAB/RO 4839), Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923), Saiera Silva de Oliveira (OAB/RO 2458), Iran da Paixão Tavares Júnior (OAB/RO 5087)
Executado:Valclei Queiroz da Silva
Advogado:Cristiane Patricia Hurtado Madueno (OAB/RO 1013), Jucirene Lopes Cardoso (RO 798)
Parte retirada do po:Valcilei Queiroz da Silva
Advogado:Cristiane Patrícia Hurtado Madueno (OAB/RO 1013), Jucirene Lopes Cardoso (OAB/RO 798)
Custas Finais:
Fica a parte Executada, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 1.156,86, (atualizada até a data de 15/02/2018), O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0007497-54.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Alessandro Issler Botoni da Silva
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300), Luana Lane Sales de Oliveira Neto (OAB/RO 5312), Paloma Raiély Queiroz Maia ( 961-E)
Requerido:Sheller Pablo de Mattos Alves

Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 101,94, (atualizada até a data de 14/02/2018), O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0015843-96.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Fermino Ribeiro Lacerda
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Requerido:Vianei L. Wendt & Cia Ltda
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 100,00, (atualizada até a data de 10/11/2017), O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0024556-89.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco José da Silva Oliveira
Advogado:Marcia Antonetti (OAB/RO 1028)
Requerido:Sky Brasil Serviços Ltda
Custas Finais:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 101,94, (atualizada até a data de 15/02/2018), O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0016680-54.2012.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Maria Elizabete Ramos das Neves Cabral
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:Banco do Brasil S/A (Ag. 1401-X)
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 101,94, (atualizada até a data de 14/02/2018), O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0295877-16.2008.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Itaú Seguros Soluções Corporativas S A
Advogado:Maria Helena Gurgel Prado (OAB/SP 75401), Maria Amelia Saraiva (OAB/SP 41233)
Requerido:Enfra Transportes Ltda
Advogado:Ocicled Cavalcante da Costa (OAB/RO 1175)
Litesdenunciado:Gerson Greco, Dionei de Jesus Santos, Transportadora Falcheto Ltda-me, Adilon Marques Correa
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: 0004401-28.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Neuza Gomes de Lima, José Ferreira de Lima
Advogado:Gláucea Évelin Avinte de Santiado ( ), Marcus Vinicius Melo de Souza ( ), Gláucea Évelin Avinte de Santiado ( ), Marcus Vinicius Melo de Souza ( )
Requerido:Alexandre Azis Pereira, Janio Lopes de Souza, Paula Márcia de Jesus Menezes, Michel Fernandes Barros., José Geraldo Scarpati
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: 0016266-85.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdir Carlos da Silva Martins
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Requerido:Dinamica Mult Comercio e Serviços de Material de Construçoes Ltda Me
Certidão dos Correios:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a devolução do AR/MP, negativo (motivo: “desconhecido”), para fornecer o atual endereço da parte Requerida e/ou outro dado indispensável.

Proc.: 0298515-22.2008.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Centro de Ensino São Lucas LTDA
Advogado:Vera Lúcia Nunes de Almeida (OAB/RO 1833), Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Pablo Rosa Corrêa Carneiro de Andrade (OAB/RO 4635), Jesus Clezer Cunha Lobato (OAB/RO 2863)
Requerido:Maisa Barros da Silva
Advogado:Defensoria Pública ( )
Carta precatória
Fica a parte REQUERENTE/EXEQUENTE/REQUERIDA intimada para no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar a distribuição e cumprimento da Carta Precatória, nos termos do Art. 1º da Portaria 001/2017 - 5ª Vara Cível.

Proc.: 0020275-90.2014.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Volkswagen S. A.
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/GO 21593)
Requerido:Luis Carlos da Silva
Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fls. 150 dos autos

Proc.: 0086916-12.2004.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Raimundo Gonçalves de Araújo, Espolio de Rosario Cicoti
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300), Ivani Ana Mazzonetto de Toledo (OAB/RO 3580)
Requerido:Solo Corretores Associados SC Ltda
Advogado:Inês Aparecida Gulak (OAB/RO 3512)
Parte retirada do po:Rosário Cicoti
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300), Paloma Raiély Queiroz Maia ( 961-E)
FINALIDADE: Fica a parte Autora, através de seu advogado, intimada, para no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar se tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que de direito.

Proc.: 0008901-77.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Petrobras Distribuidora S.A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Renato Alves da Silva (OAB/MT 14850), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
Executado:F. I. Estigarribia Comércio de Combustíveis e Derivados de Petróleo EPP, Felipe Idalgo Estigarribia, Espólio de Afrânio Estigarribia

FINALIDADE: Fica a parte Exequente, através de advogado(a)(s). intimado(s) para que, no prazo de 10 (dez) dias, diga se ainda tem interesse no imóvel penhorado nos autos. Ciente, desde já, que deverá indicar o endereço para avaliação do bem, nos termos das decisões de fls.163, 178 e 184.Caso não haja mais interesse da exequente no imóvel mencionado nos autos, determino que se intime, pessoalmente, a parte executada para que, no prazo de 10 (dez) dias, indique bens passíveis de penhora e onde se encontram, sob pena de incorrer em ato atentatório contra a dignidade da justiça (art. 774, IV, CPC), sem prejuízo de aplicação da multa em até 20% sobre o valor do débito (art. 774, parágrafo único, CPC)

Proc.: 0020134-42.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Milton Ribeiro de Souza
Advogado:Magnum Jorge Oliveira da Silva (OAB/RO 3204)
Requerido:União P F N
FINALIDADE: Fica a parte Requerente/Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para apresentar nos autos, cópia do Cartão do SUS

Proc.: 0008496-07.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisca Aline Belmiro da Silva
Advogado:Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Requerido:Telefônica Brasil S. A.
Advogado:Leonardo Guimarães Bressan (OAB/RO 1583), Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar, nos autos, o pagamento das custas finais no valor de R$ 100,00, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0008462-32.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Antônio Sivaldo Canhin
Advogado:Roosevelt Alves Ito (OAB/RO 6678), Gleyson Belmont Duarte da Costa (OAB/RO 5775)
Executado:Marcilia Carvalho Oviczki
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a petição da parte requerida de fls. 94 e seguintes, dos autos.

Proc.: 0022909-98.2010.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Adilson Luis Capelini Faria, Aldina Amalia Carletto, Antonio Lúcio Arrabal, Antonio Pereira Rocha, Assunta Piva Longoni, Dejalmo Rodrigues de Oliveira, Lourival Alves Bezerra, Joelina Alves dos Santos, Valdenir Alves Bezerra, Lindalva Alves da Silva, Livino Alves Bezerra, Verdelina Alves Bezerra, Vaemir da Silva Bezerra, Joabe Bianchi, Kirla Damasceno Bezerra
Advogado:Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Requerido:Banco do Brasil S.A.
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872A)
Ofício - Partes:
Ficam as partes, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimadas do Oficio fl(s)..605/607 dos autos

Proc.: 0001762-74.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Construtora Araguaia e Comércio Ltda
Advogado:Juliane Silveira da Silva ( 2268)
Requerido:Nilton da Silva Oliveira
Advogado:Jose Luis Pereira de Sousa (OAB/PA 12993), André Luis Fernandes Martins (OAB/PA 19992-B)
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl(s).148/152 dos autos

Proc.: 0011733-88.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Raimundo Moreno Faustino
Advogado:Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Requerido:Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
DESPACHO:
Vistos,Considerando a informação da parte autora de que houve bloqueio do pagamento do seu benefício previdenciário, de forma reiterada, o que concedido por DECISÃO de tutela antecipada, às fls. 44/45, determino a intimação da autarquia requerida, via oficial de justiça, para comprovar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a manutenção do cumprimento da DECISÃO de fls. 44/45 que concedeu o restabelecimento do auxílio-doença ao requerente (NB 6199412749), sob pena de incidência da multa fixada na referida DECISÃO. Intime-se com urgência. Instrua-se com o necessário. CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO Parte requerida: INSS Rua Campos Sales, n. 3132, Bairro Olaria, CEP: 76.801-246, Porto Velho/RO (Setor de Implantação de Benefícios Diretor Jairo Antônio Pelles).Intimem-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito

Proc.: 0011155-57.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria do Socorro Lacerda de Souza, José de Almeida Ferreira, Laiane Lacerda de Souza, Larice de Souza Ferreira
Advogado:Mateus Baleeiro Alves (OAB/RO 4707), Robson Araújo Leite (OAB/RO 5196)
Requerido:Santo Antônio Energia S/a
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982)
DESPACHO:
Vistos,Intime-se o perito para que esclareça os pontos divergentes apresentados pela parte requerida no laudo contraposto, bem como no parecer técnico divergente (fls. 1185/1214 -1219/1317), no prazo de 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 477, § 2° do NCPC.Intimem-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito

Proc.: 0020492-75.2010.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente:Maria Rochelane Pinto
Advogado:Maurício Gomes de Araújo (OAB/RO 2007), José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163)
Requerido:Sarlete Nascimento da Silva, Zacarias Felício e outros invasores do lote de terras situado na rua Lageado com Libero Badaró Bairro Costa e Silva, Flávio Gonçalves Batista Júnior, Orlenildo Souza da Silva
Advogado:Agnaldo Muniz (RO 258 B), Anita de Cácia Notargiácomo Saldanha (OAB/RO 3644), José Rezende (OAB/RO 552E), Jeremias de Souza Leite (OAB/RO 5104), João Roberto Lemes Soares (OAB/RO 2094), Agnaldo Muniz (OAB/RO 258B), Anita de Cácia Notargiacomo Saldanha (OAB/RO 3644), Luiz Zildemar Soares (OAB/RO 701), João Roberto Lemes Soares (OAB/RO 2094)
DESPACHO:
Vistos,Considerando a convocação do magistrado titular deste juízo, pela presidência do TJ/RO (ato 217/2018), hei por bem, redesignar a solenidade anteriormente marcada para o dia 22/02/2018, às 08h:30min.Com efeito, designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 02 de maio de 2018, às 08h30min. Cabe aos advogados constituídos pelas partes informar ou intimar a testemunha por si arrolada (observadas as regras do artigo 455 do CPC). Intimem-se pessoalmente a requerente e requeridos para prestarem depoimento pessoal, com a advertência de pena de confesso em caso não compareça ou recuse-se a depor, constante do art. 385, §1º, do CPC.Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito

Proc.: 0058560-36.2006.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Oresto Correia de Souza
Advogado:Aglico José dos Reis (OAB/GO 6075), Neidy Jane dos Reis (OAB/RO 1268)
Requerido:Luiz Mario Dalsoglio
Advogado:Marcel Reis Fernandes (OAB/AC 2069), Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844)
DECISÃO:
DECISÃO Verifica-se dos autos que o imóvel penhorado não possui registro nos cartórios de imóveis desta comarca.O que ele possui é um "título de propriedade sob condição resolutiva n. 132662", outorgado em 07 de julho de 1997, pelo INCRA, em favor de Antônia de Oliveira, a qual, por sua vez, outorgou procuração ao ora executado, concedendo todos os poderes relativos ao referido imóvel (fls. 181/182).Sendo assim, para se garantir a publicidade da penhora perante terceiros, bem como o sucesso do futuro leilão, determino, por ora, que se suspenda o leilão designado.Determino, ainda, que se oficie ao INCRA para que o mesmo informe sobre a situação do imóvel descrito no título de propriedade sob condição resolutiva n. 132662, esclarecendo se há alguma restrição, pendência cadastral, procedimento de regularização ou outra informação pertinente sobre referido imóvel.Deverá o INCRA, também, registrar a existência de penhora sobre referido imóvel por determinação deste juízo.Sem prejuízo, oficie-se o Ofício Único de Notas e Anexos da Comarca de Vilhena para que o mesmo promova a averbação sobre a procuração de fl. 182, registrada no livro 171, folhas 068, de que o referido imóvel encontra-se penhorado por este juízo.Instrua-se os ofícios com cópias dos documentos de fls. 181/182 e 255/257.Intimem-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito

Proc.: 0034670-73.2003.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Eduardo Guardiola Velloso
Advogado:Hugo Evangelista da Silva (OAB/RO 194), José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Executado:Francisca de Castro Pinheiro, Alfredo de Castro Pinheiro
DESIGNAÇÃO DE LEILÃO JUDICIAL: "Por ordem do(a) MM.(a) Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO, designo as datas abaixo mencionadas, para o leilão judicial do(s) bem(s) penhorado(s) nestes autos, bem como passo à expedição dos atos necessários. 1º LEILÃO JUDICIAL: 17 de abril de 2018, às 10h30; 2º LEILÃO JUDICIAL: 27 de abril de 2018, às 10h30 (caso seja necessário). Porto Velho-RO, 16 de fevereiro de 2018. Paulo Pereira Xisto Filho - Chefe de Cartório / Cad. 206608-4."

Proc.: 0108870-12.2007.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Assistência Médica e Odontológica de Rondônia S.A.
Advogado:Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2728), Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3.431)
Requerido:I/o Infomática Comércio e Representações Ltda, Supridados - Informática e Representações Ltda
Advogado: João Zaniboni (OAB/RO 187-A)
DESIGNAÇÃO DE LEILÃO JUDICIAL: "Por ordem do(a) MM.(a) Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO, designo as datas abaixo mencionadas, para o leilão judicial do(s) bem(s) penhorado(s) nestes autos, bem como passo à expedição dos atos necessários. 1º LEILÃO JUDICIAL: 17 de abril de 2018, às 11h00; 2º LEILÃO JUDICIAL: 27 de abril de 2018, às 11h00 (caso seja necessário). Porto Velho-RO, 09 de fevereiro de 2018. Paulo Pereira Xisto Filho - Chefe de Cartório / Cad. 206608-4."

Proc.: 0034670-73.2003.8.22.0001
Leilão:
EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL
O Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho-RO torna público que será realizado o leilão do bem a seguir descrito, referente aos autos abaixo mencionados.
Processo: 0034670-73.2003.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Parte Exequente: Eduardo Guardiola Velloso
Parte Executada: Francisca de Castro Pinheiro e Alfredo de Castro Pinheiro
DESCRIÇÃO DO(S) BEM(S):
01 (um) imóvel rural referente ao lote nº 10 da Gleba Jacundá, Projeto Fundiário Alto Madeira, matrícula nº 60355, Livro 2 de Registro Geral do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho/RO. Situado no município de Cujubim/RO, com área de 223,5648ha (duzentos e vinte e três hectares, cinquenta e seis ares e quarenta e oito centiares). Limites e confrontações: ao Norte com o lote 09 e os lotes (Oeste) 18 e 20 do Setor 05, separados por uma estrada vicinal; ao Sul com o lote 11 e o Seringal Manoa ou Cujubim; a Este como os lotes 20 e 22, separados por um estrada vicinal; e a Oeste com o Seringal Manoa ou Cujubim.
AVALIAÇÃO DO BEM: R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).
OBSERVAÇÃO: Não há nos autos informações sobre a existência de débitos ou restrições de qualquer natureza referentes ao(s) bem(s) objeto(s) do presente leilão.
DEPOSITÁRIO(A): ALFREDO DE CASTRO PINHEIRO, com endereço na Av. Sete de Setembro, n. 1.205, Centro, Porto Velho - RO.
DATA PARA O 1º LEILÃO: 17 de abril de 2018, às 10h30.
LOCAL: Átrio do Fórum Cível - Av. Lauro Sodré, n. 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76803-686, Porto Velho-RO. Tel.: (069) 3217-1324.
Intimação: Fica desde já intimada a parte executada e seu cônjuge, se casado(a) for, caso não sejam localizados pessoalmente, para tomarem conhecimento do presente leilão.
COMUNICAÇÃO: Se não houver arrematante no primeiro leilão, prosseguir-se-á no dia 27 de abril de 2018, às 10h30, no mesmo local, a fim de que o(s) bem(s) seja(m) arrematado(s) por quem maior preço lançar, desde que não seja vil.
DATA PARA O 2º LEILÃO: 27 de abril de 2018, às 10h30.
OBSERVAÇÃO: Caso o leilão não possa ser realizado na data designada, por motivos alheios à determinação do juízo, este realizar-se-á no dia útil seguinte.
PortoVelho-RO, 09 de fevereiro de 2018.
Paulo Pereira Xisto Filho
Chefe de Cartório
Cad. 206608-4
Assino por determinação do(a) MM.(a) Juiz(a) de Direito. Digitado por Ailson Souza de França.

Proc.: 0108870-12.2007.8.22.0001
Leilão:
EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL
O(a) Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho-RO torna público que será realizado o leilão do bem a seguir descrito, referente aos autos abaixo mencionados.
Processo: 0108870-12.2007.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Parte requerente: AMERON - Assistência Médica e Odontológica de Rondônia Ltda
Parte requerida: I/O Informativa Comércio e Representações Ltda e Supridados Comércio e Representações Ltda

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(S):
01 (um) lote de terras urbano nº 280, Quadra 43, Setor 02, cad. 002-043-280, área de 500,020m² (quinhentos metros quadrados e dois centímetros), situado na cidade de Porto Velho/RO, na Av. Pinheiro Machado, nº 2699, Bairro São Cristóvão. Limitando-se: ao Norte com o lote 060; ao Sul com a Av. Pinheiro Machado; a Leste com o lote 270; e a Oeste com o lote 290. Perímetro: 118,80m. Medindo o lote: 10,00m de frente; 8,86m de fundos; 49,80m do lado direito; 50,14m do lado esquerdo. Registrado no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho sob matrícula nº 017275. Existente no lote uma casa de alvenaria avaliada em R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).
AVALIAÇÃO DO BEM: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).
OBSERVAÇÃO: Não há nos autos informações sobre a existência de débitos ou restrições de qualquer natureza referentes ao(s) bem(s) objeto(s) do presente leilão.
DEPOSITÁRIO(A): ROBERTA BRITO DA SILVA, portadora do CPF n. 087.035.027-75, residente na Rua César Guerra Peixe, n. 6038, Bairro Nova Caiari, Porto Velho - RO.
DATA PARA O 1º LEILÃO: 17 de abril de 2018, às 11h00.
LOCAL: Átrio do Fórum Cível - Av. Lauro Sodré, n. 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76803-686, Porto Velho-RO. Tel.: (069) 3217-1324.
Intimação: Fica desde já intimada a parte executada, caso não seja localizada pessoalmente, para tomar conhecimento do presente leilão.
COMUNICAÇÃO: Se não houver arrematante no primeiro leilão, prosseguir-se-á no dia 27 de abril de 2018, às 11h00, no mesmo local, a fim de que o(s) bem(s) seja(m) arrematado(s) por quem maior preço lançar, desde que não seja vil.
DATA PARA O 2º LEILÃO: 27 de abril de 2018, às 11h00.
OBSERVAÇÃO: Caso o leilão não possa ser realizado na data designada, por motivos alheios à determinação do juízo, este realizar-se-á no dia útil seguinte.
PortoVelho-RO, 09 de fevereiro de 2018.
Paulo Pereira Xisto Filho
Chefe de Cartório
Cad. 206608-4
Assino por determinação do(a) MM.(a) Juiz(a) de Direito. Digitado por Ailson Souza de França.

Proc.: 0108870-12.2007.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Assistência Médica e Odontológica de Rondônia S.A.
Advogado:Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2728), Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3.431)
Requerido:I/o Infomática Comércio e Representações Ltda, Supridados - Informática e Representações Ltda
INTIMAÇÃO DA ESCRIVANIA: Fica a parte exequente intimada para tomar ciência que encontra-se disponível o Edital de Leilão expedido nos presentes autos, cuja publicação deverá ser comprovada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data do 1º leilão, designado para 17 de abril de 2018, às 11h00.

Proc.: 0034670-73.2003.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Eduardo Guardiola Velloso
Advogado:Hugo Evangelista da Silva (OAB/RO 194), José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Executado:Francisca de Castro Pinheiro, Alfredo de Castro Pinheiro
INTIMAÇÃO DA ESCRIVANIA: Fica a parte exequente intimada para tomar ciência que encontra-se disponível o Edital de Leilão expedido nos presentes autos, cuja publicação deverá ser comprovada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data do 1º leilão, designado para 17 de abril de 2018, às 10h30min.
Denisiane Cristina Lago Fioravante
Escrivã

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7011291-90.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Perdas e Danos, Dano Ambiental]
Parte autora: ELIAS GOMES DA SILVA e outros
Advogado da parte autora: Advogado do(a) AUTOR: JOAQUIM SOARES EVANGELISTA JUNIOR - RO0006426
Advogado do(a) AUTOR: JOAQUIM SOARES EVANGELISTA JUNIOR - RO0006426
Parte requerida: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
SENTENÇA
Vistos, etc...
Considerando a intimação dos autores para promoverem emenda à inicial, sob pena de indeferimento (id. 15384091 e 15384092), vislumbro não o terem feito (nº do evento 11415911 e 11415913).
Assim, com fundamento no parágrafo único do art. 321 do Novo Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial apresentada por ELIAS GOMES DA SILVA e JOSEFA FERREIRA PEREIRA em face de SANTO ANTONIO ENERGIA S.A e, por consequência, nos termos do inciso I do art. 485 do mesmo Código, julgo extinto o processo, sem resolução de MÉRITO.
Sem custas.
Não havendo apelação, certifique-se o trânsito em julgado desta e intime-se o requerido dos termos da SENTENÇA, consoante dispõe o art. 331, §3º, do CPC.
Após, procedam-se às baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7040922-79.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Obrigação de Fazer / Não Fazer]
Parte autora: ADEMIR CARNEIRO
Advogado da parte autora: Advogado do(a) AUTOR: WILSON MARCELO MININI DE CASTRO - RO0004769
Parte requerida: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado da parte requerida: Advogado do(a) RÉU:
SENTENÇA
ADEMIR CARNEIRO ajuizou a presente ação em face de SANTO ANTONIO ENERGIA S.A., sendo concedido prazo para comprovação de sua alegada comprovação da hipossuficiência ou o recolhimento das custas pertinentes, sob pena de indeferimento da inicial (id. 13375633).
O autor deixou de atender a determinação e interpôs recurso de agravo de instrumento, o qual não fora conhecido (id. 15199738).
Fora concedido novo prazo para comprovação da hipossuficiência, sob pena de indeferimento da inicial (id. 15425225).
Regularmente intimada, a parte autora veios aos autos reiterando os argumentos anteriores (id. 16066786).
É o relatório.
A parte requerente foi instada a emendar a petição inicial no prazo legal estabelecido pelo Código de Processo Civil, entretanto, deixou de atender a determinação do Juízo, dando causa ao indeferimento da inicial, face a ausência de comprovação de sua hipossuficiência ou recolhimento das custas cabíveis.
Veja que conforme DECISÃO de id. 13375633 este juízo já havia afirmado que não bastava a mera declaração de hipossuficiência,

sendo necessário a apresentação de elementos que demonstrassem a alegada hipossuficiência. No entanto o autor limita-se a apresentar referida declaração de hipossuficiência.
A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O novo CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido DISPOSITIVO, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do NCPC.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A parte autora furta-se de apresentar qualquer documento para embasar seus argumentos, levando a CONCLUSÃO de que os não possui.
Ademais, não apresentou justificativa para o diferimento do recolhimento das custas, valendo-se dos mesmos argumentos sem comprovação do pedido de assistência judiciária gratuita.
Ante o exposto, com fundamento no parágrafo único do art. 321 c/c o art. 330, IV, do Novo Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial apresentada por ADEMIR CARNEIRO em face de SANTO ANTONIO ENERGIA S.A. e, em consequência, nos termos do inciso I do art. 485 do mesmo Código, julgo extinto o processo, sem resolução de MÉRITO.
Sem custas.
Não havendo apelação, certifique-se o trânsito em julgado e intime-se o Réu dos termos da SENTENÇA, conforme disposto no art. 331, § 3° do NCPC, após procedam-se às baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7039111-21.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Seguro]
Parte autora: JOSE VIEIRA DOS SANTOS
Advogado do autor: Advogado do(a) AUTOR: GENIVAL FERNANDES DE LIMA - RO0002366
Parte requerida: Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A
Advogado do requerido: Advogado do(a) RÉU: WILSON VEDANA JUNIOR - RO6665
SENTENÇA
HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes (id. 15689304) para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, com fundamento na alínea b do inciso III do art. 487 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, com resolução de MÉRITO, o processo movido por JOSE VIEIRA DOS SANTOS em face de Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A, todos qualificados nos autos e ordeno seu arquivamento.
Custas pela ré.
EXPEÇA-SE alvará em favor da parte autora para levantamento das quantias depositadas (id. 15395790).
O não levantamento da importância, no prazo de validade do alvará, implicará na imediata transferência do valor para conta a cargo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme disposto no §7º do art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais.
Certifique-se o trânsito em julgado desta DECISÃO e procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7049985-65.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Prestação de Serviços]
Parte autora: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP
Advogado do autor: Advogado do(a) EXEQUENTE: EDUARDO ABILIO KERBER DINIZ - RO0004389
Parte requerida: JOAO RENATO MEDEIROS DE MELO E SILVA
Vistos,
Para possibilitar o deferimento do pedido do exequente, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que apresente nos autos comprovante de recolhimento das custas, nos termos do art. 17 da Lei n. 3.896/2016 (Regimento de Custas), vez que o documento juntado no id. 15635622, corresponde tão somente ao agendamento de pagamento de título.
Intimem-se.
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7022609-41.2015.8.22.0001
Classe: DESAPROPRIAÇÃO (90)
Assunto: [Desapropriação Indireta]
Parte autora: APARECIDO BENTO e outros
Advogado do autor: Advogado do(a) AUTOR: ROGERIO MAURO SCHMIDT - RO0003970
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIO MAURO SCHMIDT - RO0003970
Parte requerida: ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. - ESBR
Advogado do requerido: Advogado do(a) RÉU: LIDIANI SILVA RAMIRES DONADELLI - RO0005348
Vistos,
Considerando o art. 1.023, § 2º do CPC, intime-se o embargado/autor para se manifestar no prazo de 05 dias, sobre os embargos opostos.
Intimem-se.
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)

Processo: 7006163-55.2018.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
Assunto: [Cédula de Crédito Bancário]
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE PORTO VELHO LTDA
Advogado do autor: Advogado do(a) AUTOR: WYLIANO ALVES CORREIA - RO0002715
Parte requerida: AUTO POSTO MEU PATRAO EIRELI - EPP e outros
Vistos,
Emende-se a inicial, apresentando planilha atualizada da dívida, segundo os índices divulgados pelo TJ/RO. Da mesma forma, recolham-se as custas iniciais pertinentes.
Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Intime-se.
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7053490-30.2017.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Assunto: [Alienação Fiduciária]
Parte autora: BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado do autor: Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA - PE0012450
Parte requerida: DARLY GAZEL DA SILVA
Advogado do requerido: Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Comprovados a mora e o não pagamento do débito, defiro liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante da exordial e contrato.
Assim, nos termos do art. 3º do Decreto-Lei n. 911/69, expeça-se MANDADO de busca e apreensão, depositando-se o bem em poder da parte autora, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários-mínimos até o limite do valor do veículo.
Executada a liminar, cite-se a parte requerida para, em 05 (cinco) dias efetuar o pagamento integral da dívida pendente, conforme indicado na inicial, incluídas as parcelas vincendas, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei n. 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei n. 10.931/04).
Efetuado o pagamento a parte requerente deverá restituir o veículo à parte requerida, comprovando nos autos.
No prazo de 15 (quinze) dias a contar da citação o devedor fiduciante poderá apresentar contestação.
Intimem-se.
ADVERTÊNCIA: A petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO COMO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO, CITAÇÃO, VISTORIA E AVALIAÇÃO.
Endereço da parte requerida: Nome: DARLY GAZEL DA SILVA
Endereço: Rua Piedade, 2023, Aeroclube, Porto Velho - RO - CEP: 76811-086
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( )
Processo nº 7044501-69.2016.8.22.0001
Parte autora: CELIA DOS SANTOS PAULA
Advogado do autor: Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO0001073
Parte requerida: TELEFONICA BRASIL S.A.
Advogado do requerido: Advogado do(a) RÉU: EDUARDO ABILIO KERBER DINIZ - RO0004389
SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Vistos,
TELEFONICA BRASIL S.A. opôs embargos de declaração contra A SENTENÇA de ID13365515, alegando a existência de omissão. Pretende seja sanada a irregularidade.
O incidente é tempestivo, razão pela qual dele conheço.
É o relatório. D E C I D O.
De acordo com o art. 1.022, I e II, do Novo CPC, só cabem embargos de declaração contra qualquer DECISÃO judicial para: I) I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II – suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento.
Os argumentos da embargante merecem acolhimento, porquanto o juízo deixou de consignar na parte dispositiva que os juros e a correção monetária, calculados a partir da data da publicação da SENTENÇA, relativamente à condenação financeira da peça, deveriam obedecer à atualização pelos índices divulgados pelo TJ/RO.
Com razão a embargante, oportunidade em que esclareço que de acordo com o Provimento 013/98-CG, que versa sobre o índice de juros deste Tribunal de Justiça, os fatores de atualização monetária foram compostos pela aplicação do INPC-IBGE de julho/95 em diante, ou seja, até a presente data.
Ante o exposto, acolho os embargos de declaração opostos nos autos e determino que onde se lê: “Condenar a ré ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos pela parte autora no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), atualizado monetariamente e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante já atualizado”, leia-se “Condenar a ré ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos pela parte autora no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), atualizado monetariamente e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante já atualizado, seguindo os índices do Tribunal de Justiça de Rondônia, considerando-se como fatores de atualização monetária aqueles compostos pela aplicação do INPC-IBGE”.
Aguarde-se o prazo para recurso desta DECISÃO.
Conclusos, oportunamente.
Intime-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018
DALMO ANTÔNIO DE CASTRO BEZERRA
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7043357-26.2017.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
Assunto: [Alienação Fiduciária]
Parte autora: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA.
Advogado da parte autora: Advogado do(a) REQUERENTE: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - RO0004943-A
Parte requerida: JOSE DE JESUS SOUZA

SENTENÇA
Atento à petição de id. 15544229 e considerando a ausência de citação, com fundamento no inciso VIII do art. 485 do Código de Processo Civil, homologo a desistência da ação e julgo extinta, sem resolução de MÉRITO, a presente ação movida por BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. em face de JOSE DE JESUS SOUZA, ambos qualificados nos autos.
Sem custas.
Considerando a preclusão lógica o feito transita em julgado na data de hoje. Assim procedam-se às anotações necessárias e baixas, arquivando-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7052596-54.2017.8.22.0001
Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172)
Assunto: [Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução]
Parte autora: LUIZ EDUARDO DE ALMEIDA CAVALCANTE
Advogado da parte autora: Advogado do(a) EMBARGANTE: ANGELA MARIA MENDES DOS SANTOS - RO0002651
Parte requerida: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A CULTURA NA AMAZONIA MOACYR GRECHI - AASCAM
Advogado da parte requerida: Advogado do(a) EMBARGADO:
DECISÃO
Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita ao embargante, na forma do art 98 do CPC.
Recebo os presentes embargos, sem efeito suspensivo (NCPC, art. 919). Certifique-se nos autos principais.
Intime-se o embargado/exequente, através de seu advogado, para impugnar os Embargos no prazo de 15 dias (NCPC, art. 920, I).
Após, tornem-me o feito para análise.
Intimem-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.
Endereço da parte requerida: Nome: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A CULTURA NA AMAZONIA MOACYR GRECHI - AASCAM
Endereço: Rua Gonçalves Dias, 290, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-132
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7049382-55.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Compra e Venda]
Parte exequente: DIRECIONAL TSC RIO MADEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Advogado do exequente: Advogado do(a) EXEQUENTE: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO0006673
Parte executada: GERSON VIEIRA COSTA
Advogado do executado: Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do NCPC), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do NCPC.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se do MANDADO que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC).
Valor atualizado da dívida: R$ 3.541,60 + 10% de honorários advocatícios.
Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do NCPC.
O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do NCPC.
Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis.
Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 NCPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem.
Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
Silenciando-se quanto ao impulsionamento do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do NCPC.
Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do NCPC.
Fica a parte executada advertida que a petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
VIAS DESTA SERVIRÃO DE CARTA/MANDADO
Endereço da parte executada: Nome: GERSON VIEIRA COSTA
Endereço: Rua José de Alencar, 3.754, - de 2978/2979 a 3272/3273, Caiari, Porto Velho - RO - CEP: 76801-154
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7000098-44.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Despesas Condominiais]
Parte exequente: CONDOMINIO RESIDENCIAL MARGARIDA
Advogado do exequente: Advogado do(a) EXEQUENTE: JETER BARBOSA MAMANI - RO0005793
Parte executada: CARLA SIMONE SOUZA CAMARA
Advogado do executado: Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do NCPC), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do NCPC.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se do MANDADO que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC).

Valor atualizado da dívida: R$ 2.428,41 + 10% de honorários advocatícios.
Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do NCPC.
O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do NCPC.
Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis.
Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 NCPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem.
Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
Silenciando-se quanto ao impulsionamento do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do NCPC.
Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do NCPC.
Fica a parte executada advertida que a petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
VIAS DESTA SERVIRÃO DE CARTA/MANDADO
Endereço da parte executada: Nome: CARLA SIMONE SOUZA CAMARA
Endereço: Rua Jardins, BR 364, Condomínio Residencial Margarida, casa 096, Bairro Novo, Porto Velho - RO - CEP: 76817-001
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7006057-93.2018.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Assunto: [Alienação Fiduciária]
Parte autora: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do autor: Advogado do(a) AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA - SP0115665
Parte requerida: ORFILENO ARAUJO DOS SANTOS
Vistos,
Emende-se a inicial, apresentando planilha atualizada da dívida, segundo os índices divulgados pelo TJ/RO. Da mesma forma, recolham-se as custas iniciais pertinentes.
Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Intime-se.
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7006053-56.2018.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Assunto: [Alienação Fiduciária]
Parte autora: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do autor: Advogado do(a) AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA - SP0115665
Parte requerida: ANTONIO DE SOUSA MOURAO
Vistos,
Emende-se a inicial, apresentando planilha atualizada da dívida, segundo os índices divulgados pelo TJ/RO. Da mesma forma, recolham-se as custas iniciais pertinentes.
Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Intime-se.
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7005683-77.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Antecipação de Tutela / Tutela Específica]
Parte autora: ISRAEL BARBOSA DIAS
Advogado do autor: Advogado do(a) AUTOR: LUCIO AFONSO DA FONSECA SALOMAO - RO0001063
Parte requerida: BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.
Advogado do requerido: Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos,
Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita.
Trata-se de pedido de tutela de urgência de natureza antecipada pela qual a parte requerente pretende o levantamento da restrição de seu nome em cadastro de inadimplentes. Informa que a inclusão decorreu de suposto débito com a parte requerida, contudo, não possui qualquer débito com a mesma e, por isso, pretende, a imediata exclusão por considerá-la ilícita. Afirma ter quitado todos débitos. Juntou documentos.
Decido.
A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida (art. 300, § 3°, CPC), o que não é o caso dos autos.
Alegando a parte autora que não possui qualquer débito com a requerida, discutindo o suposto débito em juízo, demonstra-se pela probabilidade do direito.
Forçar a parte requerente ao aguardo dos trâmites normais do presente feito para, só ao final, conferir-lhe o efeito da pretendida tutela definitiva, implicará dano de incerta reparação, com a manutenção de seu nome em cadastro de inadimplentes.
Diante do exposto, presentes os requisitos exigidos pelo art. 300, do NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada, para, no prazo de 48 horas, determinar a retirada do CPF do autor dos cadastros de inadimplentes, referente, exclusivamente, à inscrição mencionada nestes autos, sob pena de desobediência. Advirta-se que o cumprimento deverá ser comunicado nos autos em até cinco dias. Oficie-se, com urgência.
Em atenção ao art. 334 do NCPC a escrivania deverá agendar audiência de conciliação.

O autor e o Réu deverão comparecer à audiência designada pessoalmente ou por representante, que não seus advogados, com poderes para transigir. No caso de não comparecimento injustificado, seja do autor ou do réu, à audiência de conciliação, as partes estarão sujeitas à multa prevista no art. 334, §8°, CPC.
Expeça-se carta de citação/intimação à parte requerida (art. 250, NCPC), que deverá comparecer acompanhada de advogado/ Defensor Público e, caso não obtida a conciliação, apresentar contestação, sob pena de ser considerado revel e presumir-se como verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, nos termos dos arts. 248, § 3º, e 344 do NCPC.
O prazo para oferecimento de contestação é de 15 (quinze) dias, a iniciar-se da data da audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335, NCPC.
Findo o prazo para contestação, com sua apresentação, dê-se vista dos autos à parte autora para manifestação em 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, NCPC.
Após, com ou sem impugnação do autor, o que deverá ser certificado, retornem-me os autos conclusos para providências preliminares e/ou saneamento do feito (art. 347, NCPC).
Fica a parte requerida advertida que a petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.
Endereço da parte requerida: Nome: BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.
Endereço: Avenida das Nações Unidas, - de 17281 ao fim - lado ímpar, Vila Almeida, São Paulo - SP - CEP: 04795-100
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7030195-95.2016.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
Assunto: [Correção Monetária, Correção Monetária]
Parte autora: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogado do autor: Advogado do(a) AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO0003208
Parte requerida: ANGELA MARIA PEREIRA DA SILVA POMPEU
Advogado do requerido: Advogado do(a) RÉU: VELCI JOSE DA SILVA NECKEL - RO0003844
Vistos,
Considerando a falta de resposta da parte devedora em relação à proposta de acordo apresentada (id. 15146875), intime-se o credor para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento.
Intimem-se.
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7005360-72.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Seguro]
Parte autora: ANA PAULA PEREIRA DE SOUZA e outros
Advogado do autor: Advogado do(a) AUTOR: JOAO CARLOS GOMES DA SILVA - RO7588
Advogado do(a) AUTOR: JOAO CARLOS GOMES DA SILVA - RO7588
Parte requerida: BANCO ITAUCARD S.A. e outros (2)
Advogado do requerido: Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos. Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita.
Trata-se de pedido de tutela de urgência de natureza antecipada pela qual a parte requerente pretende que os requeridos sejam compelidos a apresentarem as apólices dos seguros discutidos nos autos.
Decido.
A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida (art. 300, § 3°, CPC), o que não é o caso dos autos.
Os documentos pretendidos pelos autores são de seu interesse direito, visto que beneficiários dos seguros, além de serem documentos necessários para o trâmite processual, sendo documento comum às partes que os requeridos não podem se recusar a fornecer.
Assim, há probabilidade do direito neste ponto, bem como perigo de dano, considerando que a falta de informações contratuais impede que os autores exerçam seus direitos.
Ante o exposto, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado pela parte autora e DETERMINO que os requeridos apresentem cópias das apólices do contrato de seguro de vida em grupo ao qual a falecida genitora dos autores era aderente, no prazo de 15 (quinze) dias.
Em atenção ao art. 334 do NCPC a escrivania deverá agendar audiência de conciliação.
O autor e o Réu deverão comparecer à audiência designada pessoalmente ou por representante, que não seus advogados, com poderes para transigir. No caso de não comparecimento injustificado, seja do autor ou do réu, à audiência de conciliação, as partes estarão sujeitas à multa prevista no art. 334, §8°, CPC.
Expeça-se carta de citação/intimação à parte requerida (art. 250, NCPC), que deverá comparecer acompanhada de advogado/ Defensor Público e, caso não obtida a conciliação, apresentar contestação, sob pena de ser considerado revel e presumir-se como verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, nos termos dos arts. 248, § 3º, e 344 do NCPC.
O prazo para oferecimento de contestação é de 15 (quinze) dias, a iniciar-se da data da audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335, NCPC.
Findo o prazo para contestação, com sua apresentação, dê-se vista dos autos à parte autora para manifestação em 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, NCPC.
Após, com ou sem impugnação do autor, o que deverá ser certificado, retornem-me os autos conclusos para providências preliminares e/ou saneamento do feito (art. 347, NCPC).
Fica a parte requerida advertida que a petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.
Endereço da parte requerida: Nome: BANCO ITAUCARD S.A.
Endereço: Alameda Pedro Calil, 43, Vila das Acácias, Poá - SP - CEP: 08557-105
Nome: ITAU SEGUROS S/A
Endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, 100, 12 ANDAR, Parque Jabaquara, São Paulo - SP - CEP: 04344-902
Nome: ACE SEGURADORA S.A.
Endereço: Condomínio Edifício Eldorado Business Tower, 3970, Avenida Rebouças 3970, ANDAR 25 26 27 e 28, Pinheiros, São Paulo - SP - CEP: 05402-920
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7006009-37.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Direito de Imagem]
Parte autora: ZADIR CARRERA PALMEIRA FILHO
Advogado da parte autora: Advogados do(a) AUTOR: BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS - RO0006156, EZIO PIRES DOS SANTOS - RO0005870
Parte requerida: BANCO BRADESCO SA
Advogado da parte requerida: Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Acerca do pedido de gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação da Lei n. 1.060/50, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.
Isto porquê a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 4º da Lei n. 1.060/50 e art. 98 do NCPC).
A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O novo CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido DISPOSITIVO, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do NCPC.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Quanto mais se concede gratuidade, mais oneroso fica o Judiciário para o Estado. Como o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, salta aos olhos que o contribuinte já teve sua capacidade contributiva extrapolada, decorrendo daí não ser uma opção o simples aumento de impostos.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o
PODER JUDICIÁRIO significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde...
Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Assim, pela nova leitura dos DISPOSITIVO s constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência.
Nesse sentido:
TJRO.AGRAVOINTERNO.NEGATIVADESEGUIMENTOAAGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar DECISÃO que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).
Ademais, o Novo Código de Processo Civil em seu art. 99 §2º determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido.
Portanto, a simples afirmação da parte autora de que é pobre na forma da lei, não comprova a reduzida capacidade financeira.
A parte autora afirmou na inicial que é hipossuficiente, porém, não apresentou nenhum documento que prove sua real condição econômica.
Ademais, com o novo CPC há a possibilidade, inclusive, de parcelamento das custas.
Isso posto, emende-se a inicial no prazo de 15 dias úteis para comprovar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de comprovante de renda mensal hábil para atestar suas alegações, sob pena de indeferimento da gratuidade.
Caso queira, no mesmo prazo, poderá comprovar o recolhimento das custas.
Pena de indeferimento da inicial em caso de não manifestação.
Intimem-se.
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7038207-64.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Levantamento de Valor]
Parte autora: CARLOS HILARIO ALVES
Advogado do autor: Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE ASSIS - RO0002332
Parte requerida: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PROCURADORIA FEDERAL
Vistos,
Manifeste-se o exequente sobre os cálculos apresentados pela contadoria (id. 15171750), e da mesma forma, manifeste-se a respeito da informação trazida pela procuradoria, de que os meses de junho e julho/2017 estão pagos.
Prazo de 05 dias. Concluso, oportunamente.
Intimem-se.
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7051826-61.2017.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
Assunto: [Alienação Fiduciária]
Parte autora: BANCO GMAC S.A.
Advogado do autor: Advogado do(a) REQUERENTE: HIRAN LEAO DUARTE - CE0010422
Parte requerida: EDEZILDA MARTINS DE OLIVEIRA
Advogado do requerido: Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Comprovados a mora e o não pagamento do débito, defiro liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante da exordial e contrato.
Assim, nos termos do art. 3º do Decreto-Lei n. 911/69, expeça-se MANDADO de busca e apreensão, depositando-se o bem em poder da parte autora, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários-mínimos até o limite do valor do veículo.
Executada a liminar, cite-se a parte requerida para, em 05 (cinco) dias efetuar o pagamento integral da dívida pendente, conforme indicado na inicial, incluídas as parcelas vincendas, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei n. 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei n. 10.931/04).
Efetuado o pagamento a parte requerente deverá restituir o veículo à parte requerida, comprovando nos autos.
No prazo de 15 (quinze) dias a contar da citação o devedor fiduciante poderá apresentar contestação.
Intimem-se.
ADVERTÊNCIA: A petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO COMO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO, CITAÇÃO, VISTORIA E AVALIAÇÃO.
Endereço da parte requerida: Nome: EDEZILDA MARTINS DE OLIVEIRA
Endereço: Avenida Calama, 6415, - de 5699 a 6097 - lado ímpar, Aponiã, Porto Velho - RO - CEP: 76824-213
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7016896-17.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Rescisão / Resolução, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro]
Parte autora: VANDERLEI LEITE DE ANDRADE
Advogado do autor: Advogado do(a) AUTOR: SAMUEL DOS SANTOS JUNIOR - RO0001238
Parte requerida: THIAGO CASTRO DE OLIVEIRA
Advogado do requerido: Advogado do(a) RÉU: ROBSON WILKENS FARIAS MELGAREJO - RO7431
Vistos,
Diante da petição e documentos apresentados pela parte requerida (id. 16170289 a 16170310), defiro o pedido constante no id. 16170289, e assim, redesigno a data da audiência de Instrução e julgamento para o dia 26/04/2018, às 10:00hrs.
Intimem-se por meio de seus advogados. Mantenho os demais termos da DECISÃO saneadora (id. 15028280).
Cancele-se a solenidade anteriormente agendada.
Intimem-se.
Segunda-feira, 19 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7016896-17.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Rescisão / Resolução, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro]
Parte autora: VANDERLEI LEITE DE ANDRADE
Advogado do autor: Advogado do(a) AUTOR: SAMUEL DOS SANTOS JUNIOR - RO0001238
Parte requerida: THIAGO CASTRO DE OLIVEIRA
Advogado do requerido: Advogado do(a) RÉU: ROBSON WILKENS FARIAS MELGAREJO - RO7431
Vistos,
Diante da petição e documentos apresentados pela parte requerida (id. 16170289 a 16170310), defiro o pedido constante no id. 16170289, e assim, redesigno a data da audiência de Instrução e julgamento para o dia 26/04/2018, às 10:00hrs.
Intimem-se por meio de seus advogados. Mantenho os demais termos da DECISÃO saneadora (id. 15028280).
Cancele-se a solenidade anteriormente agendada.
Intimem-se.
Segunda-feira, 19 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7013790-81.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Despesas Condominiais]
Parte autora: CONDOMINIO PORTAL DAS ARTES
Advogado do autor: Advogados do(a) EXEQUENTE: OCTAVIA JANE LEDO SILVA - RO0001160, RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA - RO0005565
Parte requerida: JOAO VICTTOR ALMEIDA FERNANDES
Advogado do requerido: Advogado do(a) EXECUTADO: VIVALDO GARCIA JUNIOR - RO0004342

SENTENÇA
HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes (id.Num. 15803225) para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, com fundamento na alínea b do inciso III do art. 487 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, com resolução de MÉRITO, o processo movido por CONDOMINIO PORTAL DAS ARTES em face de JOAO VICTTOR ALMEIDA FERNANDES, todos qualificados nos autos e ordeno seu arquivamento.
Sem custas.
Arquive-se, eis que homologo renúncia ao prazo recursal.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7001118-70.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Inadimplemento, Correção Monetária, Serviços Hospitalares]
Parte autora: ASSOCIACAO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDONIA
Advogado da parte autora: Advogado do(a) AUTOR: FREDSON AGUIAR RODRIGUES - RO7368
Parte requerida: ANA LAURA CAMACHO ROCA
Advogado da parte requerida: Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Em atenção ao art. 334 do NCPC a escrivania deverá agendar audiência de conciliação.
O autor e o Réu deverão comparecer à audiência designada pessoalmente ou por representante, que não seus advogados, com poderes para transigir. No caso de não comparecimento injustificado, seja do autor ou do réu, à audiência de conciliação, as partes estarão sujeitas à multa prevista no art. 334, §8°, CPC.
Expeça-se carta de citação/intimação à parte requerida (art. 250, NCPC), que deverá comparecer acompanhada de advogado/Defensor Público e, caso não obtida a conciliação, apresentar contestação, sob pena de ser considerado revel e presumir-se como verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, nos termos dos arts. 248, § 3º, e 344 do NCPC.
O prazo para oferecimento de contestação é de 15 (quinze) dias, a iniciar-se da data da audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335, NCPC.
Findo o prazo para contestação, com sua apresentação, dê-se vista dos autos à parte autora para manifestação em 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, NCPC.
Caso a citação reste infrutífera, deverá o cartório intimar a parte autora para promover a citação, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo sem manifestação da parte tornem os autos conclusos para extinção.
Em caso de apresentação de novo endereço deverá o cartório agendar nova data de audiência e realizar as comunicações necessárias, observando-se, se for o caso, a necessidade de recolhimento de custas de repetição de diligência.
Fica a parte requerida advertida que a petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.
Endereço da parte requerida: Nome: ANA LAURA CAMACHO ROCA
Endereço: Rua Cachoeira do Itapemirim, 2281, Marcos Freire, Porto Velho - RO - CEP: 76814-028
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7006177-39.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Cédula de Crédito Bancário]
Parte autora: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do autor: Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO0004937
Parte requerida: SAMARA ALBUQUERQUE CARDOSO
Vistos,
Emende-se a inicial, apresentando planilha atualizada da dívida, segundo os índices divulgados pelo TJ/RO. Da mesma forma, recolham-se as custas iniciais pertinentes.
Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Intime-se.
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5º Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 3217-1324)
Processo: 7048168-29.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Moral]
Parte autora: ELIVANDA DOS SANTOS SILVA
Advogado da parte autora: Advogados do(a) AUTOR: CARLA FRANCIELEN DA COSTA - RO0007745, EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO - RO0003531
Parte requerida: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado da parte requerida: Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita à parte autora, nos termos do art. 98 do NCPC.
Considerando as diversas demandas similares a estas, nas quais a parte autora sempre informa o desinteresse na audiência de tentativa de conciliação, bem como pelo fato da requerida, ao ser citada, sempre informar também não ter interesse na conciliação, sendo cediço pelo Judiciário rondoniense que nas ações com este objeto a requerida não apresenta qualquer proposta de acordo e, ainda, buscando atender à economia processual e liberar a pauta de audiências para outras demandas com chance de autocomposição, deixo excepcionalmente de designar audiência de conciliação.
Cite-se a parte requerida para contestar a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da juntada do aviso de recebimento aos autos, nos termos do art. 335, III, do CPC, sob pena de ser considerado revel e presumir-se como verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, nos termos do art. 344 do NCPC.
Fica a parte requerida advertida que a petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
Intimem-se.
Fica a parte requerida advertida que a petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.
Endereço da parte requerida: Nome: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

## 6ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326
Processo nº: 7016280-42.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ADELSON PAZ PEREIRA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: ALEXANDRE AZEVEDO ANTUNES - MT8843/O
RÉU: BANCO BRADESCO SA
Advogado do(a) RÉU: MAURO PAULO GALERA MARI - RO0004937
DECISÃO
ADELSON PAZ PEREIRA DA SILVA ajuizou a presente ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais em desfavor de BANCO BRADESCO SA, ambos qualificados nos autos, aduzindo, em suma, ter seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito a mando do requerido, sem possuir qualquer relação jurídica com o mesmo e por dívida estranha a si.
Trouxe documentos (ID's 9774480 a 9774505).
Citado (ID 10896332 - Pág. 1), o requerido contestou (ID 11042542), argumentando a legitimidade da cobrança, frente a efetiva prestação do serviço em favor da parte requerente, bem como acerca da inexistência do dano moral.
Audiência de conciliação realizada (ID 11084025 - Pág. 1), nos termos do art. 334 do Código de Processo Civil, porém sem êxito na resolução amigável.
O prazo para réplica transcorreu in albis (ID 14053073).
Vieram-me os autos conclusos.
É o essencial. Decido.
As partes são legítimas e encontram-se devidamente representadas. Não há nulidades ou vícios a sanar, bem como não há questão processual pendente.
Por não comportar o feito julgamento no estado em que se encontra, fixo como pontos controvertidos:
1. A comprovação da relação jurídica existente entre as partes;
2. A licitude do débito;
3. A existência dos danos morais e sua extensão.
Ficam intimadas as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar as provas que pretendam produzir informando quanto a sua necessidade/utilidade.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação das partes, o que deverá ser certificado, voltem-me os autos conclusos para DECISÃO.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Rosimeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326
Processo nº: 7016280-42.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ADELSON PAZ PEREIRA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: ALEXANDRE AZEVEDO ANTUNES - MT8843/O
RÉU: BANCO BRADESCO SA
Advogado do(a) RÉU: MAURO PAULO GALERA MARI - RO0004937
DECISÃO
ADELSON PAZ PEREIRA DA SILVA ajuizou a presente ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais em desfavor de BANCO BRADESCO SA, ambos qualificados nos autos, aduzindo, em suma, ter seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito a mando do requerido, sem possuir qualquer relação jurídica com o mesmo e por dívida estranha a si.
Trouxe documentos (ID's 9774480 a 9774505).
Citado (ID 10896332 - Pág. 1), o requerido contestou (ID 11042542), argumentando a legitimidade da cobrança, frente a efetiva prestação do serviço em favor da parte requerente, bem como acerca da inexistência do dano moral.
Audiência de conciliação realizada (ID 11084025 - Pág. 1), nos termos do art. 334 do Código de Processo Civil, porém sem êxito na resolução amigável.
O prazo para réplica transcorreu in albis (ID 14053073).
Vieram-me os autos conclusos.
É o essencial. Decido.
As partes são legítimas e encontram-se devidamente representadas. Não há nulidades ou vícios a sanar, bem como não há questão processual pendente.
Por não comportar o feito julgamento no estado em que se encontra, fixo como pontos controvertidos:
1. A comprovação da relação jurídica existente entre as partes;
2. A licitude do débito;
3. A existência dos danos morais e sua extensão.
Ficam intimadas as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar as provas que pretendam produzir informando quanto a sua necessidade/utilidade.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação das partes, o que deverá ser certificado, voltem-me os autos conclusos para DECISÃO.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Rosimeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 7018544-66.2016.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
Requerente: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogados do(a) AUTOR: JULIANA SAVENHAGO PEREIRA - RO0007681, MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO0003208
Requerido: ELINA MARIA CARDOSO DE ANDRADE
Advogado do(a) RÉU:
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326
Processo nº: 7030258-23.2016.8.22.0001
Classe:MONITÓRIA (40)
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO0003208

RÉU: LUCIA MARIA SOUSA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Atenta ao contexto dos autos e ante a inércia das partes, DETERMINO que a CPE cumpra as diretrizes insculpidas na parte final da SENTENÇA, atinente a inscrição na dívida ativa do devedor das custas.
Após, inexistindo pedido formal de cumprimento de SENTENÇA, providencie o imediato arquivamento.
Porto Velho/RO, 5 de janeiro de 2018.
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Telefone da Secretária:(69) 3217-1326
Processo nº: 7039701-95.2016.8.22.0001
Classe:PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
AUTOR: DEBORA FERREIRA DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: WANDERLAN DA COSTA MONTEIRO - RO0003991, EDINALDO TIBURCIO PINHEIRO - RO0006931, RANUSE SOUZA DE OLIVEIRA - RO0006458
RÉU: J. G. DA SILVA AUTO ESCOLA - ME
SENTENÇA
DÉBORA FERREIRA DA SILVA ajuizou a presente ação de indenização por danos morais e materiais em face de CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES E DESPACHANTES J.G. DA SILVA AUTO ESCOLA – ME., alegando, em síntese, que contratou a empresa requerida para prestação de serviços de expedição de carteira nacional de habilitação, categoria “A” e “B”.
Aduz que realizou as aulas referentes a categoria “B”, sendo posteriormente conferida a habilitação para dirigir veículos da categoria em referência. Alega que durante as aulas, por diversas vezes procurou a requerida para fazer as aulas referentes a categoria “A”, entretanto, era informada de que não havia disponibilidade de veículo para tal.
Trouxe documentos (ID 5266231 até 5266255)
Citada (ID 12137743 - Pág. 1, datado de 31/07/2017), a parte Requerida deixou transcorrer in albis o prazo para resposta.
Vieram-me os autos conclusos.
Relatado o Feito. Passo a decidir.
I - DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ – 4ªTurma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sáde Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).
No presente caso, a questão de MÉRITO dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, inciso II, do Código de Processo Civil.
II - DO MÉRITO
A parte Requerida é revel, eis que não apresentou contestação, havendo de serem considerados verdadeiros os fatos articulados na petição inicial, nos termos do art. 344 do CPC.
Não obstante, ainda que não reconhecidos os efeitos da revelia, a pretensão da parte Autora continuaria a merecer agasalho, consoante se demonstrará.
Por verificar a presença dos pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido do processo, além de reunidas às condições da ação, passo ao exame de MÉRITO.
Oportuno assentir que o caso em testilha trata-se de relação de consumo, logo, o arcabouço legal utilizável para dirimir a presente lide será o Código de Defesa do Consumidor, sem olvidar, logicamente, as demais normas ordinariamente utilizadas.
A parte autora afirma que contratou a empresa requerida para prestação de serviços de expedição de carteira nacional de habilitação, categoria “A” e “B”, realizou as aulas referentes a categoria “B”, sendo posteriormente conferida a habilitação para dirigir veículos da categoria em referência. Entretanto, mesmo tendo a parte autora, por diversas vezes, envidado todos os esforços para fazer as aulas referentes a categoria “A”, era informada pela requerida da indisponibilidade de veículo para tal.
Dos documentos carreados aos autos (ID 5266249), nota-se que a autora contratou o serviço para emissão da habilitação nas categorias “A” e “B”, entretanto, a requerida não honrou com o compromisso assumido.
Na hipótese vertente, os documentos que instruem a petição inicial amparam a versão da parte autora no sentido de fazer prova de que a parte Requerida não se desincumbiu do ônus de provar o contrário.
Dano Material
Sustenta a parte requerente que diante dos fatos ocasionados pela parte requerida, eis que suportou prejuízos de ordem material, pois pagou pela emissão de CNH com as categorias “A” e “B”, entretanto, só recebeu habilitação para dirigir veículos da categoria “A”.
De plano, registre-se que o dano material não se presume, devendo ser comprovado pela parte interessada.
Sobre o tema, segue o aresto:
“RECURSO INOMINADO. REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO TRASEIRA. INDICATIVO DE EXCESSO NOS ORÇAMENTOS APRESENTADOS. MODULAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. O dano material não se presume, devendo ser provado pela parte interessada. Com efeito, os orçamentos, por si só, não demonstram os efetivos prejuízos sofridos pelo autor. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71005808688, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 24/03/2016)”.
A parte autora comprova o pagamento de R$ 1.000,00, cujo objeto do recibo descreve “pagamento da sua CNH a vista “AB”, bem como junta a própria CNH dando conta de que só possui a categoria “B”.
Assim, diante dos efeitos da revelia aplicada a parte requerida, bem como o fato de que não trouxe aos autos nenhuma prova que inviabilizasse as alegações da parte autora, levando o Juízo a concluir pela veracidade dos fatos alegados no pedido inicial, nos termos do art. 344 do CPC, notadamente diante dos documentos anexados ao processo, entendo que o pedido de indenização por danos materiais deve ser acolhido, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais).
Danos Morais
Quanto a ocorrência de danos morais, antes de analisar sua configuração, por oportuno, entende-se necessária tecer algumas considerações sobre o instituto.
Segundo o professor Yussef Said Cahali, dano moral:
“(…) é a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranquilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-se desse modo, em dano que afeta a parte social do patrimônio moral(honra, reputação, etc.) e dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc.), dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc.) (Cahali, Yussef Said. Dano Moral, Editora Revista dos Tribunais, SP, 1998, 2ª edição, p. 20).”
Para Savatier, dano moral:
“(…) é qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária, e abrange todo atentado à reputação da vítima, à sua autoridade legitima, ao seu pudor, à sua segurança e tranquilidade, ao seu amor próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições, etc. (Traité de La Responsabilité Civile, vol.II, nº 525, in Caio Mario da Silva Pereira, Responsabilidade Civil, Editora Forense, RJ, 1989)”.
Assim, com arrimo na doutrina supra colacionada, tem-se que o dano moral é uma ofensa que atinge o âmago do indivíduo, dor esta, de difícil comprovação, vez que varia de indivíduo para indivíduo, razão pela qual a jurisprudência há muito tempo vem entendendo que o dano moral não se prova, mas sim, os fatos.

Neste sentido vaticina o professor Nehemias Domingos de Melo:
"Autores renomados têm sustentado que o dano moral, por tratar-se de lesão ao íntimo da pessoa, dispensa a necessidade de prova, conformando-se a ordem jurídica com a demonstração do ilícito, visto que o dano moral configurado desde que demonstrado o fato ofensivo, existindo in re ipsa. (Dano Moral nas Relações de Consumo, doutrina e jurisprudência. Editora Saraiva, ano 2008, 1ª Edição, São Paulo, p. 61)".
Isto posto, é evidente que a situação frustrante vivenciada pela parte autora gerou expectativas em ter sua carteira de habilitação nas categorias "A" e "B", causou, sem sombra de dúvida, aborrecimentos, angústia e grande desgaste emocional, pois terá que iniciar todo o procedimento novamente para obter a anotação da categoria "A" em sua CNH, o que não pode ser considerado como mero transtorno, cabível, portanto, uma indenização.
No caso em comento, o dano existe no próprio fato violador.
Com efeito, sopesando os aborrecimentos suportados pela parte autora, e também que a indenização pelo dano moral deve revestir-se de caráter inibidor e compensatório, observando ainda, a situação econômica dos requeridos, fixo o dano moral em R$1.500,00 (mil e quinhentos reais). Os juros e a correção monetária devem incidir a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado o valor já atualizado, conforme jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça (EDRESP 194.625/SP, publicado no DJU em 05.08.2002, p. 0325).
III - DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 6º, IV e 14 do CDC e art´s 186 e 927 do CC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, a pagar a parte autora:
a) R$1.500,00 (mil e quinhentos reais), a título de danos morais, com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado.
b) R$ 500,00 (quinhentos reais), a título de danos materiais, devidamente atualizados a partir do efetivo desembolso e juros contatos a partir da citação.
Resta resolvida a fase de conhecimento, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil.
Condeno o Requerido ao pagamento dos honorários advocatícios do Requerente, estes arbitrados em R$800,00, nos termos do artigo 85, §2°, do CPC, além das custas processuais, considerando.
Certificado o trânsito em julgado, deverá a parte exequente requerer o cumprimento de SENTENÇA.
Registrando-se o pagamento espontâneo deverá ser intimada a parte vencedora ao respectivo recebimento, providenciando o que for necessário.
Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.
Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Telefone da Secretária:(69) 3217-1326
Processo nº: 7039701-95.2016.8.22.0001
Classe:PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
AUTOR: DEBORA FERREIRA DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: WANDERLAN DA COSTA MONTEIRO - RO0003991, EDINALDO TIBURCIO PINHEIRO - RO0006931, RANUSE SOUZA DE OLIVEIRA - RO0006458
RÉU: J. G. DA SILVA AUTO ESCOLA - ME
SENTENÇA
DÉBORA FERREIRA DA SILVA ajuizou a presente ação de indenização por danos morais e materiais em face de CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES E DESPACHANTES J.G. DA SILVA AUTO ESCOLA – ME., alegando, em síntese, que contratou a empresa requerida para prestação de serviços de expedição de carteira nacional de habilitação, categoria "A" e "B".
Aduz que realizou as aulas referentes a categoria "B", sendo posteriormente conferida a habilitação para dirigir veículos da categoria em referência. Alega que durante as aulas, por diversas vezes procurou a requerida para fazer as aulas referentes a categoria "A", entretanto, era informada de que não havia disponibilidade de veículo para tal.
Trouxe documentos (ID 5266231 até 5266255)
Citada (ID 12137743 - Pág. 1, datado de 31/07/2017), a parte Requerida deixou transcorrer in albis o prazo para resposta.
Vieram-me os autos conclusos.
Relatado o Feito. Passo a decidir.
I - DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (STJ – 4ªTurma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sáde Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).
No presente caso, a questão de MÉRITO dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, inciso II, do Código de Processo Civil.
II - DO MÉRITO
A parte Requerida é revel, eis que não apresentou contestação, havendo de serem considerados verdadeiros os fatos articulados na petição inicial, nos termos do art. 344 do CPC.
Não obstante, ainda que não reconhecidos os efeitos da revelia, a pretensão da parte Autora continuaria a merecer agasalho, consoante se demonstrará.
Por verificar a presença dos pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido do processo, além de reunidas às condições da ação, passo ao exame de MÉRITO.
Oportuno assentir que o caso em testilha trata-se de relação de consumo, logo, o arcabouço legal utilizável para dirimir a presente lide será o Código de Defesa do Consumidor, sem olvidar, logicamente, as demais normas ordinariamente utilizadas.
A parte autora afirma que contratou a empresa requerida para prestação de serviços de expedição de carteira nacional de habilitação, categoria "A" e "B", realizou as aulas referentes a categoria "B", sendo posteriormente conferida a habilitação para dirigir veículos da categoria em referência. Entretanto, mesmo tendo a parte autora, por diversas vezes, envidado todos os esforços para fazer as aulas referentes a categoria "A", era informada pela requerida da indisponibilidade de veículo para tal.
Dos documentos carreados aos autos (ID 5266249), nota-se que a autora contratou o serviço para emissão da habilitação nas categorias "A" e "B", entretanto, a requerida não honrou com o compromisso assumido.
Na hipótese vertente, os documentos que instruem a petição inicial amparam a versão da parte autora no sentido de fazer prova de que a parte Requerida não se desincumbiu do ônus de provar o contrário.
Dano Material
Sustenta a parte requerente que diante dos fatos ocasionados pela parte requerida, eis que suportou prejuízos de ordem material, pois pagou pela emissão de CNH com as categorias "A" e "B", entretanto, só recebeu habilitação para dirigir veículos da categoria "A".
De plano, registre-se que o dano material não se presume, devendo ser comprovado pela parte interessada.
Sobre o tema, segue o aresto:
"RECURSO INOMINADO. REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO TRASEIRA. INDICATIVO DE EXCESSO NOS ORÇAMENTOS APRESENTADOS. MODULAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. O dano material

não se presume, devendo ser provado pela parte interessada. Com efeito, os orçamentos, por si só, não demonstram os efetivos prejuízos sofridos pelo autor. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71005808688, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 24/03/2016)".

A parte autora comprova o pagamento de R$ 1.000,00, cujo objeto do recibo descreve "pagamento da sua CNH a vista "AB", bem como junta a própria CNH dando conta de que só possui a categoria "B".

Assim, diante dos efeitos da revelia aplicada a parte requerida, bem como o fato de que não trouxe aos autos nenhuma prova que inviabilizasse as alegações da parte autora, levando o Juízo a concluir pela veracidade dos fatos alegados no pedido inicial, nos termos do art. 344 do CPC, notadamente diante dos documentos anexados ao processo, entendo que o pedido de indenização por danos materiais deve ser acolhido, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais).

Danos Morais

Quanto a ocorrência de danos morais, antes de analisar sua configuração, por oportuno, entende-se necessária tecer algumas considerações sobre o instituto.

Segundo o professor Yussef Said Cahali, dano moral:

"(…) é a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranquilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-se desse modo, em dano que afeta a parte social do patrimônio moral(honra, reputação, etc.) e dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc.), dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc.) (Cahali, Yussef Said. Dano Moral, Editora Revista dos Tribunais, SP, 1998, 2ª edição, p. 20)."

Para Savatier, dano moral:

"(…) é qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária, e abrange todo atentado à reputação da vítima, à sua autoridade legitima, ao seu pudor, à sua segurança e tranquilidade, ao seu amor próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições, etc. (Traité de La Responsabilité Civile, vol.II, nº 525, in Caio Mario da Silva Pereira, Responsabilidade Civil, Editora Forense, RJ, 1989)".

Assim, com arrimo na doutrina supra colacionada, tem-se que o dano moral é uma ofensa que atinge o âmago do indivíduo, dor esta, de difícil comprovação, vez que varia de indivíduo para indivíduo, razão pela qual a jurisprudência há muito tempo vem entendendo que o dano moral não se prova, mas sim, os fatos.

Neste sentido vaticina o professor Nehemias Domingos de Melo:

"Autores renomados têm sustentado que o dano moral, por tratar-se de lesão ao íntimo da pessoa, dispensa a necessidade de prova, conformando-se a ordem jurídica com a demonstração do ilícito, visto que o dano moral configurado desde que demonstrado o fato ofensivo, existindo in re ipsa. (Dano Moral nas Relações de Consumo, doutrina e jurisprudência. Editora Saraiva, ano 2008, 1ª Edição, São Paulo, p. 61)".

Isto posto, é evidente que a situação frustrante vivenciada pela parte autora gerou expectativas em ter sua carteira de habilitação nas categorias "A" e "B", causou, sem sombra de dúvida, aborrecimentos, angústia e grande desgaste emocional, pois terá que iniciar todo o procedimento novamente para obter a anotação da categoria "A" em sua CNH, o que não pode ser considerado como mero transtorno, cabível, portanto, uma indenização.

No caso em comento, o dano existe no próprio fato violador.

Com efeito, sopesando os aborrecimentos suportados pela parte autora, e também que a indenização pelo dano moral deve revestir-se de caráter inibidor e compensatório, observando ainda, a situação econômica dos requeridos, fixo o dano moral em R$1.500,00 (mil e quinhentos reais). Os juros e a correção monetária devem incidir a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado o valor já atualizado, conforme jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça (EDRESP 194.625/SP, publicado no DJU em 05.08.2002, p. 0325).

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 6º, IV e 14 do CDC e art´s 186 e 927 do CC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, a pagar a parte autora:

a) R$1.500,00 (mil e quinhentos reais), a título de danos morais, com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado.

b) R$ 500,00 (quinhentos reais), a título de danos materiais, devidamente atualizados a partir do efetivo desembolso e juros contatos a partir da citação.

Resta resolvida a fase de conhecimento, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil.

Condeno o Requerido ao pagamento dos honorários advocatícios do Requerente, estes arbitrados em R$800,00, nos termos do artigo 85, §2°, do CPC, além das custas processuais, considerando.

Certificado o trânsito em julgado, deverá a parte exequente requerer o cumprimento de SENTENÇA.

Registrando-se o pagamento espontâneo deverá ser intimada a parte vencedora ao respectivo recebimento, providenciando o que for necessário.

Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.

Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.

Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza

Juíza de Direito

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais

Processo: 0011984-72.2012.8.22.0001

Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

Requerente: FISTIANE CONCEICAO MENDONCA DE CARVALHO

Advogados do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO0001073, CARLOS ALBERTO TRONCOSO JUSTO - RO00535-A

Requerido: BANCO DO BRASIL S/A

Advogados do(a) RÉU: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RO0006676, SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO0006673

INTIMAÇÃO

Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:

http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.

O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO

6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais

Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326

Processo: 7002551-12.2018.8.22.0001

Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

Data da Distribuição: 25/01/2018 10:01:12

Requerente: MARGARETE GEIARETA DA TRINDADE e outros

Advogados do(a) AUTOR: RAFAEL VALENTIN RADUAN MIGUEL - RO0004486, MARGARETE GEIARETA DA TRINDADE - RO0004438

Requerido: KIMBERLLY CRIVI

Advogado do(a) RÉU: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO - RO0003300

DESPACHO
Mantenho a data da coleta, constante no DESPACHO de ID 16115212, objetivando a celeridade do processo e como tentativa de minimizar os abalos emocionais que alegam estarem sofrendo as partes.
Faculto a requerida indicar uma pessoa que irá acompanhar a coleta do material, o que também poderá ser procedido por seus respectivos patronos. Quanto a alegação da requerida pertinente a existência dos genitores do gato, objeto da lide, diga a parte autora, em 5 dias.
Porto Velho, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326
Processo: 7002551-12.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 25/01/2018 10:01:12
Requerente: MARGARETE GEIARETA DA TRINDADE e outros
Advogados do(a) AUTOR: RAFAEL VALENTIN RADUAN MIGUEL - RO0004486, MARGARETE GEIARETA DA TRINDADE - RO0004438
Requerido: KIMBERLLY CRIVI
Advogado do(a) RÉU: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO - RO0003300
DESPACHO
Mantenho a data da coleta, constante no DESPACHO de ID 16115212, objetivando a celeridade do processo e como tentativa de minimizar os abalos emocionais que alegam estarem sofrendo as partes.
Faculto a requerida indicar uma pessoa que irá acompanhar a coleta do material, o que também poderá ser procedido por seus respectivos patronos. Quanto a alegação da requerida pertinente a existência dos genitores do gato, objeto da lide, diga a parte autora, em 5 dias.
Porto Velho, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 7042631-52.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: VILMA MOTTA BATISTA MISZKOVSKI
Advogado do(a) AUTOR: ANA LIDIA DA SILVA - RO0004153
Requerido: CLARO S.A.
Advogado do(a) RÉU:
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza, Dra. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza foi designada a audiência de que trata a DECISÃO acostada nos autos, para data a seguir descrita:
Data da audiência Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA 10 - CEJUSC/CÍVEL Data: 12/04/2018 Hora: 09:00 do CEJUSC/Cível, localizado na BR 319(Avenida Jorge Teixeira) esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho, Porto Velho/RO.
Ficam as partes intimadas.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326
Processo: 7002551-12.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 25/01/2018 10:01:12
Requerente: MARGARETE GEIARETA DA TRINDADE e outros
Advogados do(a) AUTOR: RAFAEL VALENTIN RADUAN MIGUEL - RO0004486, MARGARETE GEIARETA DA TRINDADE - RO0004438
Requerido: KIMBERLLY CRIVI
Advogado do(a) RÉU: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO - RO0003300
DESPACHO
Mantenho a data da coleta, constante no DESPACHO de ID 16115212, objetivando a celeridade do processo e como tentativa de minimizar os abalos emocionais que alegam estarem sofrendo as partes.
Faculto a requerida indicar uma pessoa que irá acompanhar a coleta do material, o que também poderá ser procedido por seus respectivos patronos. Quanto a alegação da requerida pertinente a existência dos genitores do gato, objeto da lide, diga a parte autora, em 5 dias.
Porto Velho, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 7010994-83.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: ISRAEL CARLOS FERREIRA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: LEUDO RIBAMAR SOUZA SILVA - RO0004485
Requerido: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL
Advogado do(a) RÉU: RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS0041486
INTIMAÇÃO:
Fica a parte Requerida intimada da Certidão de Transito em julgado.
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 7030055-27.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: ELVIS JONATAS DO NASCIMENTO DANTAS
Advogado do(a) AUTOR: ADRIANO BRITO FEITOSA - RO0004951
Requerido: CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA.
Advogado do(a) RÉU: VALERIA CRISTINA BAGGIO DE CARVALHO RICHTER - MT4676/O
INTIMAÇÃO:
Fica a parte Requerida, por seu patrono, intimada da Certidão de Trânsito em Julgado.

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 0204491-65.2009.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: Francismar Pinheiro Mopes
Advogado do(a) AUTOR: RONALDO CARLOS BARATA - RO0000729
Requerido: MATERIAIS PARA CONSTRUCAO DOM BOSCO LTDA e outros
Advogados do(a) RÉU: ARIANE MARIA GUARIDO - RO0003367, DANIELA TURCINOVIC BONDEZAN - RO0003086, KARIMA FACCIOLI CARAM - RO0003460, RICARDO OLIVEIRA JUNQUEIRA - RO0004477
Advogado do(a) RÉU: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 7018685-51.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: JOILSON BOSCO TRASPADINI
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO0006985
Requerido: LOSANGO PROMOÇOES DE VENDAS LTDA
Advogado do(a) RÉU: PAULO EDUARDO PRADO - SP182951

INTIMAÇÃO:
Fica a parte Requerida intimada da Certidão de Trânsito em Julgado.
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 0031399-22.2004.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: HOSPITAL PANAMERICANO LTDA e outros (2)
Advogados do(a) EXEQUENTE: DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS - RO0002013, MARCIO MELO NOGUEIRA - RO0002827, EUDES COSTA LUSTOSA - RO0003431, MAYRA MARINHO MIARELLI - RO0004963
Advogados do(a) EXEQUENTE: AURIMAR LACOUTH DA SILVA - RO0000602, LOURIVAL GOEDERT - RO0002371, MAYRA MARINHO MIARELLI - RO0004963, MARCIO MELO NOGUEIRA - RO0002827
Advogados do(a) EXEQUENTE: MAYRA MARINHO MIARELLI - RO0004963, MARCIO MELO NOGUEIRA - RO0002827
Requerido: Tim Celular
Advogados do(a) EXECUTADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - BA0016780, GUSTAVO GEROLA MARSOLA - RO0004164, MARCEL DAVIDMAN PAPADOPOL - RO0005064, MATHEUS EVARISTO SANTANA - RO0003230
INTIMAÇÃO
Fica a parte executada, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 7026790-51.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: WILSES SEBASTIANA CANTO DE LIMA
Advogado do(a) EXEQUENTE: PAULO FRANCISCO DE MATOS - RO0001688
Requerido: BANCO J. SAFRA S.A
Advogados do(a) EXECUTADO: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI - PE0021678, SANDRO LUCIO DE FREITAS NUNES - RO0004529, LUANA DA SILVA ANTONIO - RO0007470
INTIMAÇÃO
Fica a parte executada, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 7016321-09.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: MARCOS ANTONIO LEITAO FERREIRA
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO0006985
Requerido: BANCO BRADESCO SA
Advogado do(a) RÉU: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - RO0004571
INTIMAÇÃO:
Fica a parte Requerente, por seu patrono, intimada da Certidão de Trânsito em Julgado para requer o que entender.

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 7016321-09.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: MARCOS ANTONIO LEITAO FERREIRA
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO0006985
Requerido: BANCO BRADESCO SA
Advogado do(a) RÉU: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - RO0004571
INTIMAÇÃO
Fica a parte executada, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 7010445-10.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: RECOL DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: GLEYSON BELMONT DUARTE DA COSTA - RO0005775, ROOSEVELT ALVES ITO - RO0006678
Requerido: OLIVEIRA MEDICAMENTOS LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO:
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 0020408-69.2013.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: AMAZONTRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI - EPP
Advogados do(a) EXEQUENTE: FABRICIO FRANCIS DA SILVA FIGUEIREDO - RO0004829, ANTONIO SERGIO SILVA DE CARVALHO - RO0004639, ZAINE FRANCISCO DA SILVA FIGUEIREDO - RO0004916
Requerido: RAIMUNDO JORGE DA SILVA BARROS
Advogado do(a) EXECUTADO:
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 7026510-80.2016.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Requerente: BV FINANCEIRA S/A
Advogado do(a) AUTOR: GIULIO ALVARENGA REALE - RO0006980

Requerido: MARIA FRANCISCA LOPES RODRIGUES
Advogado do(a) RÉU:
Intimação
Para fins de atendimento ao pleito da parte Requerente, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas das diligências, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 7007667-67.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: ALEXANDRE RICARDO OLIVEIRA VIANA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO0001073
Requerido: BS CONSTRUTORA LTDA - ME e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: MAURO DA SILVA ANDRIESKI - MT010925B
Advogado do(a) EXECUTADO: RENATA FABRIS PINTO - RO0003126
Intimação
Para fins de atendimento ao pleito da parte Requerente, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326
Processo: 7006014-59.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 20/02/2018 00:04:27
Requerente: EDNALDO OLIVEIRA DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: LUAN ICAOM DE ALMEIDA AMARAL - RO7651
Requerido: Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A
DESPACHO
Cite-se a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação/perícia, em sistema de Mutirão, no dia 26 de abril de 2018, às 09h00min, que ocorrerá na CEJUSC – Centro Judiciário de solução de Conflitos e Cidadania, à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Gov. Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), e-mail: pvh6civel@tjro.jus.br, devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º), oportunidade em que a parte Autora será submetida a perícia médica com trinta minutos de antecedência ao horário fixado à audiência conciliatória, ou seja, 08h30min.
A perícia será realizada pelo perito designada por este juízo, o médico ortopedista Victor Hugo Fini Júnior, CRM 2.480-RO (telefone 98444-5355), que, para a realização de perícia em regime de mutirão, fixo a verba pericial em R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), que deverá ser custeado integralmente pela requerida.
Na sala de perícia permanecerão os médicos (peritos e assistentes), o requerente a ser periciado, e os patronos das partes, condicionada a presença destes à autorização do periciando. No momento do exame, em respeito à privacidade da parte, os peritos poderão realizá-lo somente na presença dos demais médicos. Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos no prazo de 10 (dez) dias, bem como apresentação de quesitos, desde que já não o tenham feito anteriormente nos autos.
A verba pericial deverá ser depositada pela Seguradora até o dia da audiência, comprovando o depósito judicial diretamente no processo.
Eventual depósito de verba pericial existente nos autos será devolvida à requerida, mediante alvará de transferência, se não for realizada a perícia.
Deverá o autor comparecer para realização de perícia, com todos os documentos e laudos médicos realizados em razão do seu acidente.
Caberá ao advogado comunicar ao respectivo autor/cliente a data da conciliação e perícia.
No caso de não comparecimento do autor, sem justificativa legal, os autos serão extintos sem julgamento de MÉRITO, por falta de pressuposto de constituição válido e regular do processo.
Comunique-se ao perito quanto às datas. Comunique-se à Seguradora Líder os processos incluídos no Mutirão.
A Seguradora será citada por meio eletrônico, no email coordenacaodepoliticasdeconciliacao@seguradoralider.com. br, o qual deverá ser encaminhado uma vez por semana, no mesmo horário, todos os processos para citação.
A contestação será apresentada pela Seguradora até o momento da realização da audiência de conciliação. Na audiência de conciliação, se não houver acordo, a parte requerente apresentará sua impugnação, incluindo-a na ata de audiência, bem como as partes manifestarão se pretendem a produção de outras provas.
Este DESPACHO servirá como carta/MANDADO, assim, neste ato, a Requerida está sendo citada para comparecer à audiência e apresentar, caso queira, sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
A petição inicial e o inteiro teor do processo poderão ser consultados pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).
Defiro em favor do Autor as benesses da Justiça Gratuita.
Requerido: Nome: Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A
Endereço: Rua Senador Dantas, 74, - de 58 ao fim - lado par, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20031-205
Porto Velho, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326
Processo: 7006207-74.2018.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
Data da Distribuição: 20/02/2018 16:20:09
Requerente: BV FINANCEIRA S/A
Advogado do(a) REQUERENTE: HUDSON JOSE RIBEIRO - SP0150060
Requerido: MARIA INES VIEIRA DE ALENCAR
DECISÃO /LIMINAR/MANDADO
Aguarde-se, pelo prazo de 15 dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora, tendo em vista não ter comprovado o cumprimento da respectiva providência.
Ressalto que de acordo com a Lei Estadual 3896/16 (Nova Lei de Custas), as custas inicias devem ser recolhidas no importe de 2% sobre o valor da causa, uma vez que o presente feito não é caso de realização de audiência preliminar.
Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos conclusos para SENTENÇA de extinção.
Comprovado o recolhimento das custas, o cartório deverá cumprir os demais itens do presente DESPACHO.
Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969.
No caso dos autos, embora trate-se de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, prevista no artigo 300 do NCPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.

A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pela Cédula de Crédito Bancário devidamente assinado pela parte requerida e a notificação informando a respeito do inadimplemento da obrigação.
De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo
Isso posto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante da exordial e contrato, depositando-se o bem em mãos do(a) Autor(a), com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários mínimos até o limite do valor do veículo.
Executada a liminar, cite-se a parte Requerida para, em 05 dias efetuar o pagamento integral da dívida pendente sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
Efetuado o pagamento a parte Requerente deverá restituir o veículo à parte Requerida, comprovando nos autos.
No prazo de 15 dias, a contar da citação, a devedora fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do NCPC.
O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º do NCPC
A parte Requerida poderá ter acesso integral aos autos do processo, com digitação do número dos autos em epígrafe, por meio do link a seguir:http://www.tjro.jus.br/inicio-pje
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.
Nome: MARIA INES VIEIRA DE ALENCAR
Endereço: Rua Porto Alegre, 193, Embratel, Porto Velho - RO - CEP: 76820-727
Porto Velho, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Telefone da secretária: (69) 3217-1326
Processo nº: 7013418-98.2017.8.22.0001
Classe:MONITÓRIA (40)
AUTOR: BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP0211648
RÉU: SIDINEIA BERNARDES DE MORAES ME, SIDINEIA BERNARDES DE MORAES, TEREZINHA DE MARIA CONCEICAO DOS SANTOS
Advogado do(a) RÉU: KRISTEN RORIZ DE CARVALHO - RO0002422
DESPACHO
Considerando o advento do novo Código de Processo Civil e a priorização do sistema pelas formas consensuais de solução dos conflitos, na forma do art. 334 do CPC e em atendimento aos princípios da celeridade e economia processual, bem ainda, atenta a implantação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, de acordo com a Resolução n. 008/2013-PR, disponível no DJ de n. 098, de 29/5/2013, DETERMINO a designação de audiência de conciliação em data a ser indicada pelo CPE, cuja solenidade realizar-se-á no CEJUSC/Cìvel, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO, devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º, CPC).
À CPE: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE e, após, certifique-se nos autos. Posteriormente, intime-se a parte Autora e Requerida, via Diário Oficial de Justiça.
Ficam as partes intimadas e advertidas, desde já, que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e poderá ser sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
ADVIRTO às partes que:
a) deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
b) deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 0013781-15.2014.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: LINEIDE MARTINS DE CASTRO
Advogado do(a) AUTOR: LINEIDE MARTINS DE CASTRO - RO0001902
Requerido: DECOLAR. COM LTDA.
Advogado do(a) RÉU: PRICILA ARAUJO SALDANHA DE OLIVEIRA - RO0002485
Intimação - Retorno do TJ/RO
Ficam as partes, intimadas a se manifestarem, no prazo de 05 dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento.Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de SENTENÇA.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326
Processo nº: 7046451-16.2016.8.22.0001
Classe:CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ESPÓLIO DE SANTINO ALVES RODRIGUES
Advogado do(a) EXEQUENTE: FRANCISCO RICARDO VIEIRA OLIVEIRA - RO0001959
EXECUTADO: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogados do(a) EXECUTADO: GELCA MARIA DE OLIVEIRA PEREIRA - RO0004786, BIANCA PAOLA CAMARGO DE OLIVEIRA - RO0004020
DECISÃO
Analisando minuciosamente todo o contexto desta demanda se verifica que há um imbróglio atinente as custas processuais. Entretanto, em melhor analise, constata-se que as partes estão isentas de custas.
Pois bem.
Os autos em comento se trata de processo de cumprimento de SENTENÇA provisória embasado na ação de desapropriação.
Todavia, após intimação do Executado a efetuar o pagamento da condenação, as partes noticiaram a formalização de acordo, antes mesmo do transito em julgado do acordão do processo originário.
O Impugnante embora transcreva os DISPOSITIVO s do art. 6º da Lei de Custas faz interpretação equivocada. O valor da causa passa a ser o valor fixado em SENTENÇA de conhecimento nas hipóteses de condenação.

Ademais o acordo firmado após a prestação jurisdicional de primeiro grau não isenta o sucumbente de pagar as custas. O cumprimento voluntário da obrigação apenas isenta o recolhimento das custas da fase de execução (cumprimento de SENTENÇA ) quando ocorrer acordo nesta fase.
Assim, sem maiores delongas determino que seja cumprida a SENTENÇA quanto às custas e, havendo inércia, proceda-se a inscrição em dívida ativa, arquivando-se oportunamente os autos.
Porto Velho/RO, 26 de dezembro de 2017.
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe -
CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326
Processo nº: 7028634-70.2015.8.22.0001
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: RAIMUNDO MAIA SANTIAGO
Advogados do(a) AUTOR: MARCIA BERENICE SIMAS ANTONETTI - RO0001028, EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO - RO0003531, WILMO ALVES - RO0006469
RÉU: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogados do(a) RÉU: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434, JONATHAS COELHO BAPTISTA DE MELLO - RO0003011, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462
SENTENÇA
Vistos, etc.
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA movida por RAIMUNDO MAIA SANTIAGO em face de ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON, sendo certo que no ID: 16108636 - Pág. 1 consta o alvará no valor correspondente ao crédito perseguido nos autos, motivo pelo qual, o feito caminha rumo à extinção.
Custas finais (ID: 16095213 - Pág. 2).
Nos termos do art. 924, inciso II, do CPC/15, extingue-se a execução, dentre outras causas, quando a obrigação for satisfeita. É o caso dos autos.
Diante do exposto:
a) Consigno que o alvará de ID: 16108636 - Pág. 1 está em vigor. Recomendo que a parte interessada imprima o referido alvará, esta DECISÃO e desloque-se à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 2848), localizada na avenida “Nações Unidas”, nesta urbe, portando documentos de identificação.
Em caso de vencimento do prazo do alvará judicial, deverá ser expedido novo alvará, mediante requerimento da parte interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, sendo certo que o levantamento será dentro do novo período de validade do documento, sob pena de, após o vencimento deste último, o(s) valore(s) ser(em) encaminhado(s) à conta centralizadora, o que desde já segue determinado.
b) por fim, considerando a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO por SENTENÇA o feito, nos termos do artigo 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Nada mais pendente e procedido o pagamento das custas ou sua inscrição em dívida ativa, arquive-se os autos com as baixas e cautelas de praxe.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326 ou (69) 3217-1327
Processo nº: 7005952-19.2018.8.22.0001
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ORLANDO JOSE FERREIRA MIRANDA
Advogado do(a) AUTOR: FRANCISCO MANUEL DA SILVA - RO1810
RÉU: LOURIVALINA MACEDO RIBEIRO, EDINALDO AGUILERA TAVARES, BARROS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Atentando-se ao contexto dos autos, neste momento, não se mostram presentes todos os elementos necessários para o deferimento da benesse pleiteada. Assim, determino que a parte emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, devendo juntar documentação necessária que demonstre a sua hipossuficiência financeira alegada, ou promover o pagamento das custas processuais.
Neste caminho são os precedentes do Eg. TJ/RO:
GRATUIDADE DA JUSTIÇA TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM.. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
Agravo interno. Negativa de seguimento a agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Ausência de comprovação de hipossuficiência financeira. Ditames constitucionais. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar DECISÃO que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. ( Agravo, N. 00088812620138220000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)
Agravo interno. Agravo de instrumento. Justiça gratuita. Simples alegação da hipossuficiência. Necessidade de comprovação. A simples afirmação da parte de que não possui condições de arcar com o pagamento das custas processuais não é suficiente para a concessão da assistência judiciária gratuita, existindo a necessidade da comprovação do estado de hipossuficiência para sua concessão, conforme previsão contida no art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal. Não sendo possível verificar que a parte não possui recursos para arcar com as custas processuais, o indeferimento da gratuidade da justiça é medida que se impõe.( Agravo, N. 00069022920138220000, Rel. null, J. 21/08/2013)
E ainda, por necessário, deverá emendar no sentido de apontar expressamente o quantum pretendido a título de danos morais, nos termos do art. 324 do NCPC.
Após, volvam os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326 ou (69) 3217-1327
Processo: 7001887-78.2018.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
Data da Distribuição: 19/01/2018 12:15:28
Requerente: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PUBLICOS
Advogado do(a) AUTOR: VINICIUS SOARES SOUZA - RO0004926

Requerido: CHARLES DA CUNHA
DESPACHO /CARTA/MANDADO
Cite-se a parte requerida para no prazo de 15 dias proceda ao pagamento da quantia ora pleiteada, bem como honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa (art. 701 CPC), podendo, em igual prazo opor, nos próprios autos, embargos à monitória (art. 702 CPC), sendo que, se estes não forem opostos, o MANDADO inicial ficará convertido em MANDADO de execução, atendendo ao rito processual previsto no art. 701, §2º do Código de Processo Civil.
Saliente-se ao(à) requerido (ré) que, em efetuando o pagamento no prazo estabelecido alhures, ficará isento das custas processuais. (art. 701, §1º do CPC).
Havendo embargos, intime-se o Autor para responder a este no prazo de 15 (quinze) dias (art. 702, §5º do CPC).
Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO atendendo aos requisitos dos arts. 248, 249 e 250.
Requerido: Nome: CHARLES DA CUNHAEndereço: Rua Gregório Alegre, 7120, - de 6977/6978 a 7499/7500, Aponiã, Porto Velho - RO - CEP: 76824-160Porto Velho - Rondônia, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326
Processo nº: 7004097-05.2018.8.22.0001
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ASSOCIACAO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDONIA
Advogado do(a) AUTOR: FREDSON AGUIAR RODRIGUES - RO7368
RÉU: MARIO REZENDE COSTA FILHO
DESPACHO
Aguarde-se, pelo prazo de 5 (cinco) dias, para que o Autor cumpra integralmente o DESPACHO de ID 16029384.
Com a apresentação, o cartório deverá cumprir os demais itens do presente DESPACHO.
Nos termos do art. 334, DETERMINO a designação de audiência de conciliação para data a ser indicada pelo CPE, cuja solenidade realizar-se-á no CEJUSC/Cìvel, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO, devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º, CPC).
À CPE: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE e, após, certifique-se nos autos. Posteriormente, intime-se a parte Autora, via DJE, e cite-se e intime-se a parte Requerida, via correios ou oficial de justiça.
Cite-se com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC)
Ficará o Autor intimado via DJE (por seu advogado) a comparecer na audiência designada (art. 334, §3º, CPC).
As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do NCPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do NCPC).
Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
A solenidade somente não será realizada se também houver desinteresse expresso da parte Requerida nos autos (art. 334, § 4º, I, do NCPC).
Havendo pedido de dispensa pela(s) parte(s), desde já determino o cancelamento da audiência, sendo possível a liberação dos autos à parte demandada para oferecer contestação no prazo legal, a contar do protocolo do pedido expresso da parte Requerida de não realização de audiência conciliatória (art. 335, II, do NCPC).
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas dos autos à parte Autora para réplica.
Consigno que ambas as partes ficam intimadas que tanto em contestação como em réplica deverão especificar as provas que pretendem produzir, inclusive arrolando testemunhas, se entenderem, postulando e indicando a necessidade de prova pericial, uma vez que após a réplica será saneado o feito e já apreciados os pedidos acerca das provas a serem produzidas, inclusive com a audiência de instrução e julgamento, se for o caso.
Não havendo acordo na audiência de conciliação, deverá a parte Autora proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, a complementação das custas iniciais, conforme estabelecido no artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3896/2016 (Lei de Custas), exceto em caso de gratuidade de justiça.
Fica a parte autora, desde já, intimada do inteiro teor desta, por meio de seu advogado.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO MANDADO:
a) DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:
Nome: MARIO REZENDE COSTA FILHO
Endereço: Rua Bandeirantes, 4645, Escola de Polícia, Porto Velho - RO - CEP: 76824-800
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário para tal desiderato.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326
Processo nº: 7006188-68.2018.8.22.0001
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ANA MARIA FONSECA DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: ELIANE MARA DE MIRANDA - RO7904
RÉU: GOL LINHAS AÉREAS, VRG LINHAS AÉREAS S/A
DESPACHO
Aguarde-se, pelo prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora, tendo em vista não ter comprovado o cumprimento da respectiva providência.
Ressalto que de acordo com a Lei Estadual 3896/16 (Nova Lei de Custas), as custas inicias devem ser:
“Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado; (...)”
Decorrido in albis o prazo para recolhimento das custas, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos concluso para SENTENÇA de extinção.
Comprovado o recolhimento, o cartório deverá cumprir os demais itens do presente DESPACHO.

Nos termos do art. 334, DETERMINO a designação de audiência de conciliação para data a ser indicada pelo CPE, cuja solenidade realizar-se-á no CEJUSC/Cível, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO, devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º, CPC).
À CPE: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE e, após, certifique-se nos autos. Posteriormente, intime-se a parte Autora, via DJE, e cite-se e intime-se a parte Requerida, via correios ou oficial de justiça.
Cite-se com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC)
Ficará a Autora intimado via DJE (por seu advogado) a comparecer na audiência designada (art. 334, §3º, CPC).
As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do NCPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do NCPC).
Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
A solenidade somente não será realizada se também houver desinteresse expresso da parte Requerida nos autos (art. 334, § 4º, I, do NCPC).
Havendo pedido de dispensa pela(s) parte(s), desde já determino o cancelamento da audiência, sendo possível a liberação dos autos à parte demandada para oferecer contestação no prazo legal, a contar do protocolo do pedido expresso da parte Requerida de não realização de audiência conciliatória (art. 335, II, do NCPC).
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas dos autos à parte Autora para réplica.
Consigno que ambas as partes ficam intimadas que tanto em contestação como em réplica deverão especificar as provas que pretendem produzir, inclusive arrolando testemunhas, se entenderem, postulando e indicando a necessidade de prova pericial, uma vez que após a réplica será saneado o feito e já apreciados os pedidos acerca das provas a serem produzidas, inclusive com a audiência de instrução e julgamento, se for o caso.
Não havendo acordo na audiência de conciliação, deverá a parte Autora proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, a complementação das custas iniciais, conforme estabelecido no artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3896/2016 (Lei de Custas), exceto em caso de gratuidade de justiça.
Fica a parte autora, desde já, intimada do inteiro teor desta, por meio de seu advogado.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO MANDADO:
a) DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:
Nome: GOL Linhas Aéreas, VRG Linhas Aéreas S/A
Endereço: AC Aeroporto Internacional de Porto Velho, s/n, Avenida Governador Jorge Teixeira 6490, Aeroporto, Porto Velho - RO - CEP: 76803-970
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário para tal desiderato.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326
Processo: 7006072-62.2018.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
Data da Distribuição: 20/02/2018 10:18:55
Requerente: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogado do(a) AUTOR: ALEXANDRE PAIVA CALIL - RO0002894
Requerido: DIEMISSON BARRETO DE FREITAS
DESPACHO /CARTA/MANDADO
Aguarde-se, pelo prazo de 15 dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora, tendo em vista não ter comprovado o cumprimento da respectiva providência.
Ressalto que de acordo com a Lei Estadual 3896/16 (Nova Lei de Custas), as custas inicias devem ser recolhidas no importe de 2% sobre o valor da causa, uma vez que o presente feito não é caso de realização de audiência preliminar.
Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos concluso para SENTENÇA de extinção.
Comprovado o recolhimento, o cartório deverá cumprir os demais itens do presente DESPACHO.
Cite-se a parte requerida para no prazo de 15 dias proceda ao pagamento da quantia ora pleiteada, bem como honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa (art. 701 CPC), podendo, em igual prazo opor, nos próprios autos, embargos à monitória (art. 702 CPC), sendo que, se estes não forem opostos, o MANDADO inicial ficará convertido em MANDADO de execução, atendendo ao rito processual previsto no art. 701, §2º do Código de Processo Civil.
Saliente-se ao(à) requerido (ré) que, em efetuando o pagamento no prazo estabelecido alhures, ficará isento das custas processuais. (art. 701, §1º do CPC).
Havendo embargos, intime-se o Autor para responder a este no prazo de 15 (quinze) dias (art. 702, §5º do CPC).
Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO atendendo aos requisitos dos arts. 248, 249 e 250.
Requerido: Nome: DIEMISSON BARRETO DE FREITAS
Endereço: Avenida Sete de Setembro, 6738, - de 6470 a 7022 - lado par, Cuniã, Porto Velho - RO - CEP: 76824-436
Porto Velho - Rondônia, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326
Processo nº: 7018518-34.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARCELO GOMES
Advogado do(a) AUTOR: ELVIS DIAS PINTO - RO0003447
RÉU: BANCO PAN S.A.
Advogado do(a) RÉU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE0023255
DECISÃO
MARCELO GOMES ajuizou a presente ação declaratória de nulidade c/c obrigação de fazer e indenização por danos morais em desfavor de BANCO PAN S.A., ambos qualificados nos autos, aduzindo, em suma, que firmou contrato de empréstimo consignado com preposta do Banco Requerido, no valor de R$ 10.000,00, parcelados em 48 parcelas de R$ 259,40. Alega ter sido vítima de proposta enganosa, pois por ocasião da elaboração do contrato nº 712455099-2, após a assinatura, verificou que o empréstimo teria sido realizado em 60 parcelas de R$ 328,96.
Trouxe documentos (ID 10076946 a 10077210).

Citada (ID 12596332), a parte requerida contestou (ID12681057), argumentando a legitimidade da cobrança, frente a efetiva prestação do serviço em favor da parte requerente, bem como acerca da inexistência do dano moral. Assevera a existência de contrato firmado entre as partes e a comprovação do repasse do valor contratado.
Trouxe documentos (ID's 12681067 a 12681088).
Audiência de conciliação realizada (ID 12701933), nos termos do art. 334 do Código de Processo Civil, porém sem êxito na resolução amigável.
O prazo para apresentação da réplica transcorreu in albis (ID 14093381).
Vieram-me os autos conclusos.
É o essencial. Decido.
As partes são legítimas e encontram-se devidamente representadas. Não há nulidades ou vícios a sanar, bem como não há questão processual pendente.
Por não comportar o feito julgamento no estado em que se encontra, fixo como pontos controvertidos:
1. A fidelidade dos termos do contrato de empréstimo consignado nº 712455099-2 (quantidade de parcelas e valor destas), com a proposta aceita previamente pela parte autora;
2. A existência de proposta enganosa;
3. A existência dos danos morais e sua extensão.
Ficam intimadas as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar as provas que pretendam produzir informando quanto a sua necessidade/utilidade.
Por oportuno, visando otimizar a prestação jurisdicional e buscando a minimização da morosidade processual, e por ser essencial para o deslinde de demandas dessa natureza, fica intimado o banco requerido, para no mesmo prazo de 15 (quinze) dias, juntar em cartório distribuidor a via original do contrato nº 712455099-2.
Após a juntada do referido contrato no cartório distribuidor, concedo vista a parte autora, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca do documento.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação das partes, o que deverá ser certificado, voltem-me os autos conclusos para DECISÃO.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Rosimeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326
Processo: 7006058-78.2018.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
Data da Distribuição: 20/02/2018 09:41:08
Requerente: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PUBLICO NO ESTADO DE RONDÔNIA - ASPER
Advogado do(a) AUTOR: ALEXANDRE PAIVA CALIL - RO0002894
Requerido: MARCIA VALERIA BRITO CAVALCANTE
DESPACHO /CARTA/MANDADO
Aguarde-se, pelo prazo de 15 dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora, tendo em vista não ter comprovado o cumprimento da respectiva providência.
Ressalto que de acordo com a Lei Estadual 3896/16 (Nova Lei de Custas), as custas inicias devem ser recolhidas no importe de 2% sobre o valor da causa, uma vez que o presente feito não é caso de realização de audiência preliminar.
Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos concluso para SENTENÇA de extinção.
Comprovado o recolhimento, o cartório deverá cumprir os demais itens do presente DESPACHO.
Cite-se a parte requerida para no prazo de 15 dias proceda ao pagamento da quantia ora pleiteada, bem como honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa (art. 701 CPC), podendo, em igual prazo opor, nos próprios autos, embargos à monitória (art. 702 CPC), sendo que, se estes não forem opostos, o MANDADO inicial ficará convertido em MANDADO de execução, atendendo ao rito processual previsto no art. 701, §2º do Código de Processo Civil.
Saliente-se ao(à) requerido (ré) que, em efetuando o pagamento no prazo estabelecido alhures, ficará isento das custas processuais. (art. 701, §1º do CPC).
Havendo embargos, intime-se o Autor para responder a este no prazo de 15 (quinze) dias (art. 702, §5º do CPC).
Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO atendendo aos requisitos dos arts. 248, 249 e 250.
Requerido: Nome: MARCIA VALERIA BRITO CAVALCANTE
Endereço: Rua Monte Santo, 2032, Nova Floresta, Porto Velho - RO - CEP: 76807-480
Porto Velho - Rondônia, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 7053061-63.2017.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
Requerente: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogado do(a) AUTOR: ALEXANDRE PAIVA CALIL - RO0002894
Requerido: ELIZABETH MOREIRA DA LUZ MASCARENHAS
Advogado do(a) RÉU:
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza, Dra. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza foi redesignada a audiência de que trata a DECISÃO acostada nos autos, para data a seguir descrita:
Data da audiência Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA 9 - CEJUSC/CÍVEL Data: 12/04/2018 Hora: 11:30 do CEJUSC/Cível, localizado na BR 319(Avenida Jorge Teixeira) esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho, Porto Velho/RO.
Ficam as partes intimadas.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326
Processo nº 0013781-15.2014.8.22.0001
Polo Ativo: LINEIDE MARTINS DE CASTRO
Advogado do(a) AUTOR: LINEIDE MARTINS DE CASTRO - RO0001902
Polo Passivo: DECOLAR. COM LTDA.
Advogado do(a) RÉU: PRICILA ARAUJO SALDANHA DE OLIVEIRA - RO0002485
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326
Processo nº: 7017745-86.2017.8.22.0001
Classe:MONITÓRIA (40)

AUTOR: BANCO DO BRASIL S..A
Advogado do(a) AUTOR: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO0006673
RÉU: ILLUMINARIUM COMERCIO DE LUSTRES E LUMINARIAS EIRELI - EPP, ALVARO LUIZ MENDONCA DE OLIVEIRA, SILVANA MARIA DE FREITAS
DESPACHO
Atentando-se ao contido nos autos, fica INTIMADO(A) a parte autora/exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para dar andamento normal ao feito, requerendo o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326
Processo: 7006094-23.2018.8.22.0001
Classe: DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA (94)
Data da Distribuição: 20/02/2018 10:57:49
Requerente: SOCIAL ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA - EPP
Advogados do(a) AUTOR: JOSE VITOR COSTA JUNIOR - RO0004575, MARIA ALDICLEIA FERREIRA - RO0006169
Requerido: VINICIUS DE ALMEIDA CAMPOS e outros
DESPACHO
Analisando os autos, verifico que o custo do aluguel pactuado entre as partes era de no mínimo no importe de R$ 2.300,00 reais, e o artigo 58, inciso III, da Lei do Inquilinato, dispõe que o valor da causa corresponderá a doze meses de aluguel, sendo certo que, em respeito ao referido DISPOSITIVO legal, este seria no total de R$ 27.600,00.
Ocorre que o Autor cobra da Requerida a quantia de R$ 16.866,77, a título de acordo não cumprido e aluguéis atrasados entre outras cobranças, logo, nas ações de despejo cumulada com cobrança de aluguéis serão somados os valores das duas causas, sendo que a ação de despejo (12 vezes o valor do aluguel) e a ação de cobrança (o valor do débito).
Ante o exposto, determino que o Autor, no prazo de 15 dias, proceda a correção do valor da causa, devendo ainda comprovar nos autos ao pagamento da complementação do valor das custas, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 0013781-15.2014.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: LINEIDE MARTINS DE CASTRO
Advogado do(a) AUTOR: LINEIDE MARTINS DE CASTRO - RO0001902
Requerido: DECOLAR. COM LTDA.
Advogado do(a) RÉU: PRICILA ARAUJO SALDANHA DE OLIVEIRA - RO0002485
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, nesta urbe - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1326
Processo nº: 7013552-28.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
AUTOR: ANDRESON DE OLIVEIRA MAGALHAES
Advogado do(a) AUTOR: ELIELDO ROCHA DOS SANTOS - RO0006069
RÉU: BMG LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL, BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU: JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR - RN000392A
DECISÃO
ANDRESON DE OLIVEIRA MAGALHAES ajuizou a presente ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais em desfavor de BMG LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL e outros, ambos qualificados nos autos, aduzindo, em suma, ter seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito a mando da requerida, sem possuir qualquer relação jurídica com a mesmo e por dívida estranha a si.
Trouxe documentos (ID's 9456091 a 9459464 e ID 10931673 - Pág. 2-5).
Citado (ID 12426003 - Pág. 1) o Banco BMG LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, contestou (ID 12819658), alegando preliminar de ilegitimidade passiva, haja vista a cessão havida entre o BANCO BMG S/A e o BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A, e no MÉRITO a legalidade da inscrição ante a existência de inadimplência da parte autora, bem como a inexistência do dano moral.
Por sua vez, o Banco ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A, comparece nos autos e apresenta contestação (ID 12825203), alegando, em síntese, inépcia da inicial devido ao comprovante de endereço da parte autora não ser de sua titularidade, bem como a prescrição da pretensão, tendo em vista que o contrato de empréstimo ter sido firmado em 19/02/2009. Aduz ainda que devido a cessão de crédito havida em 28/12/2016, o BANCO BMG S/A transferiu a titularidade das operações financeiras para o BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A.
Trouxe documentos (ID 12825210 a 12825803).
Audiência de conciliação realizada (ID 12936620), nos termos do art. 334 do Código de Processo Civil, porém sem êxito na resolução amigável.
Aportou-se réplica aos autos (ID13047465).
Vieram-me os autos conclusos.
É o essencial. Decido.
As partes são legítimas e encontram-se devidamente representadas. Considerando que o contrato inicial foi firmado com Banco BMG LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, independentemente da cessão havida posteriormente, deverá permanecer na lide para se aferir eventual irregularidade na gênese do contrato. Não há nulidades ou vícios a sanar, bem como não há questão processual pendente.
Por não comportar o feito julgamento no estado em que se encontra, fixo como pontos controvertidos:
1. A existência da relação jurídica entre as partes, em especial pelo contrato de empréstimo nº 191803177;
2. A existência de outros contratos inadimplidos firmados entre as partes;
4. A existência dos danos morais e sua extensão.
Ficam intimadas as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar as provas que pretendam produzir informando quanto a sua necessidade/utilidade.
Por oportuno, visando otimizar a prestação jurisdicional e buscando a minimização da morosidade processual, e por ser essencial para

o deslinde de demandas dessa natureza, ficam intimados os bancos requeridos, para no mesmo prazo de 15 (quinze) dias, juntar em cartório distribuidor a via original do contrato nº 191803177.
Após a juntada do referido contrato no cartório distribuidor, concedo vista a parte autora, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca do documento.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação das partes, o que deverá ser certificado, voltem-me os autos conclusos para DECISÃO.
Ainda, atentando-se ao contexto dos autos, defiro as benesses da justiça gratuita pleiteadas pela parte autora.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Rosimeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Processo: 7053281-61.2017.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
Requerente: JOSE DAS GRACAS CASTILHO PEREIRA
Advogado do(a) AUTOR: ALINE MERELES MUNIZ - RO7511
Requerido: FRANCISCO EDUARDO DE F. NASCIMENTO CONS
Advogado do(a) RÉU:
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza, Dra. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza foi redesignada a audiência de que trata a DECISÃO acostada nos autos, para data a seguir descrita:
Data da audiência Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA 9 - CEJUSC/CÍVEL Data: 12/04/2018 Hora: 09:00 do CEJUSC/Cível, localizado na BR 319(Avenida Jorge Teixeira) esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho, Porto Velho/RO.
Ficam as partes intimadas.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326
Processo: 7046320-07.2017.8.22.0001
Classe: HABILITAÇÃO DE CRÉDITO (111)
Data da Distribuição: 24/10/2017 10:52:16
Requerente: MARTA KALAURO GUILLERME
Advogado do(a) REQUERENTE: ELISANGELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA MIRANDA - RO0001043
Requerido: WELCON INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA
Advogados do(a) REQUERIDO: FELIPPE FERREIRA NERY - AC0003540, ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO - RO000303B, PAULO BARROSO SERPA - RO0004923, EMMILY TEIXEIRA DE ARAUJO - AC0003507, SAULO JOSE BARBOSA MACEDO - AC0003972, GILLIARD NOBRE ROCHA - AC0002833
DESPACHO
Prefacialmente determino que a CPE deverá incluir a pessoa de NILZA ELIANE KALOURO GUILHERME, no polo ativo desta demanda, em conformidade com a petição inicial ID 14066230, considerando o equívoco do respectivo Patrono.
Em atenção à petição de ID 14541511 determino que a Recuperanda apresente aos autos comprovante das restrições dos veículos e respectiva vinculação ao crédito apontado pela parte credora, em 24 horas.
Vindo os documentos, cumpra-se as demais determinações contidas no DESPACHO de ID 14072898.
Porto Velho, Quarta-feira, 22 de Novembro de 2017
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

## 7ª VARA CÍVEL

7ª Vara Cível
Ilisir Bueno Rodrigues - Juiz de Direito
Sugestão ou reclamações podem ser feitas pessoalmente ao Juiz ou via Internet - pvh7civelgab@tjro.jus.br
Diretora de Cartório: Elza Elena Gomes Silva

Proc.: 0131647-59.2005.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Colégio Pitágoras Porto Velho Ltda
Advogado:Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
Executado:Marcia Regina Sampaio Monteiro
Advogado:Ricardo Maldonado Rodrigues (OAB/RO 2717), Juliana Medeiros Pires (OAB/RO 3302), José Damasceno de Araújo (OAB/RO 66B)
DESPACHO:
Apresente a parte exequente o cálculo atualizado de seu crédito. Intime-se.Porto Velho,20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0011354-11.2015.8.22.0001
Ação:Interdito Proibitório (Cível)
Requerente:Andre Manoel Caparros Feitosa
Advogado:Eliana Soleto Alves Massaro (OAB/RO 1847)
Requerido:J.R.do Vale Carvalho Eireli ME, Claudonilda Moreira da Silva, Barros Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado:Ronaldo Assis Lima (OAB/RO 6648), Raimundo Soares (OAB/RO 6232)
DESPACHO:
Intime-se a parte autora para as contra-razões, no prazo legal. Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0252410-50.2009.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Rejane da Silva Lima Cunha
Advogado:Nádia Alves da Silva (OAB/RO 3609), Luzileide Alves Silva da Costa Medeiros (OAB/RO 5296)
Executado:Sabemi Emprestimo, Panamericano, Equatorial Previdência Complementar, Banco Familia Bandeirantes Previdencia Privada Sa
Advogado:Eduardo Portugal Rodrigues (OAB/RJ 57434), Amaro Vinícius Bacinello Ramalho (OAB/RO 3212), Vinicius N. Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933), Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111), Feliciano Lyra Moura (OSB/PE 21.714), Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23.255), Teresa Cristina Pitta Pinheiro Fabricio (OAB/CE 14694), Renato Djean Roriz de Assumpção (OAB/RO 3917), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875), Marcio Roberto de Souza (OAB/RO 496E), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
DESPACHO:
Promova a autora o efetivo andamento do processo, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção.Intime-se.Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0021299-27.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Ativos S. A Securitizadora de Créditos Financeiros
Advogado:Sâmara de Oliveira Souza (OAB/RO 7298), Eloi Contini (OAB/RO 525-A)
Executado:Selo Ambiental Comércio e Serviço de Equipamentos de Tratamento de Água Ltda Me, Luiza Maria Guedes de Carvalho, Willian Feitoza Costa
Advogado:Carmem Mello Moura (OAB/AM 3649)
DESPACHO:
Informe a parte exequente o andamento da precatória, em 05 (cinco) dias.Intime-se.Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0019274-07.2013.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Ivonelio dos Santos Dias
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Ego Empresa Geral de Obras S. A
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389)
DESPACHO:
Considerando o retorno dos autos do TJRO, eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser apresentado por meio do Sistema Processual Eletrônico – PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO. Com a peça inicial de cumprimento de SENTENÇA, necessariamente deverá o exequente apresentar os seguintes documentos: 1) inicial da ação originária; 2) SENTENÇA; 3) acórdão; certidão de trânsito em julgado; 4) planilha atualizada do débito; 5) procuração de ambas as partes; 6) qualquer outro documento que entenda pertinente.Com o protocolo do pedido de cumprimento de SENTENÇA pelo PJE, deverá ser anotado o número do processo nestes autos.Intime-se a parte requerida a recolher as custas finais, em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. Recolhido o valor, arquive-se. Não havendo recolhimento, cumpra a escrivania o disposto no artigo 35 e seguintes da Lei n. 3.896/16 e 2§º art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG e, após arquive-se.Porto Velho,20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0007181-46.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Edilene Rodrigues Silva
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Ego - Empresa Geral de Obras S.a.
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
DESPACHO:
Considerando o retorno dos autos do TJRO, eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser apresentado por meio do Sistema Processual Eletrônico – PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO. Com a peça inicial de cumprimento de SENTENÇA, necessariamente deverá o exequente apresentar os seguintes documentos: 1) inicial da ação originária; 2) SENTENÇA; 3) acórdão; certidão de trânsito em julgado; 4) planilha atualizada do débito; 5) procuração de ambas as partes; 6) qualquer outro documento que entenda pertinente.Com o protocolo do pedido de cumprimento de SENTENÇA pelo PJE, deverá ser anotado o número do processo nestes autos.Intime-se a parte requerida a recolher as custas finais, em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. Recolhido o valor, arquive-se. Não havendo recolhimento, cumpra a escrivania o disposto no artigo 35 e seguintes da Lei n. 3.896/16 e 2§º art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG e, após arquive-se. Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0005399-04.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Elane Cristina Carvalho
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Ego Empresa Geral de Obras S.A.
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
DESPACHO:
Considerando o retorno dos autos do TJRO, eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser apresentado por meio do Sistema Processual Eletrônico – PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO. Com a peça inicial de cumprimento de SENTENÇA, necessariamente deverá o exequente apresentar os seguintes documentos: 1) inicial da ação originária; 2) SENTENÇA; 3) acórdão; certidão de trânsito em julgado; 4) planilha atualizada do débito; 5) procuração de ambas as partes; 6) qualquer outro documento que entenda pertinente.Com o protocolo do pedido de cumprimento de SENTENÇA pelo PJE, deverá ser anotado o número do processo nestes autos.Intime-se a parte requerida a recolher as custas finais, em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. Recolhido o valor, arquive-se. Não havendo recolhimento, cumpra a escrivania o disposto no artigo 35 e seguintes da Lei n. 3.896/16 e 2§º art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG e, após arquive-se.Porto Velho,20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0005309-93.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Marieth Neves de Lima Santos
Requerido:Luiz Altiere Santana dos Santos, Ego - Empresa Geral de Obras S.a.
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli ( )
DESPACHO:
Considerando o retorno dos autos do TJRO, eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser apresentado por meio do Sistema Processual Eletrônico – PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO. Com a peça inicial de cumprimento de SENTENÇA, necessariamente deverá o exequente apresentar os seguintes documentos: 1) inicial da ação originária; 2) SENTENÇA; 3) acórdão; certidão de trânsito em julgado; 4) planilha atualizada do débito; 5) procuração de ambas as partes; 6) qualquer outro documento que entenda pertinente.Com o protocolo do pedido de cumprimento de SENTENÇA pelo PJE, deverá ser anotado o número do processo nestes autos.Intime-se a parte requerida a recolher as custas finais, em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. Recolhido o valor, arquive-se. Não havendo recolhimento, cumpra a escrivania o disposto no artigo 35 e seguintes da Lei n. 3.896/16 e 2§º art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG e, após arquive-se.Porto Velho,20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0108080-28.2007.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Italianinha Maquinas e Equipamentos
Advogado:Marloiva Andrade Sampaio (OAB/RS 31008), Jorge André Santiago Neves (OAB/RO 3079)
Executado:Simone Santos Oliveira
Advogado:Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
DESPACHO:
Considerando o retorno dos autos do TJRO, eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser apresentado por meio do Sistema Processual Eletrônico – PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO. Com a peça inicial de cumprimento de SENTENÇA, necessariamente deverá o exequente apresentar os seguintes documentos: 1) inicial da ação originária; 2) SENTENÇA; 3) acórdão; certidão de trânsito em julgado; 4) planilha atualizada do débito; 5) procuração de ambas as partes; 6) qualquer outro documento que entenda pertinente.Com o protocolo do pedido de cumprimento de SENTENÇA pelo PJE, deverá ser anotado o número do processo nestes autos.Intime-se a parte requerida a recolher as custas finais, em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. Recolhido o valor, arquive-se. Não havendo recolhimento, cumpra a escrivania o disposto no artigo 35 e seguintes da Lei n. 3.896/16 e 2§º art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG e, após arquive-se.Porto Velho,20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0004645-62.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Disneia Zacki
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Ego Empresa Geral de Obras S.A.
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)

DESPACHO:
Considerando o retorno dos autos do TJRO, eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser apresentado por meio do Sistema Processual Eletrônico – PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO. Com a peça inicial de cumprimento de SENTENÇA, necessariamente deverá o exequente apresentar os seguintes documentos: 1) inicial da ação originária; 2) SENTENÇA; 3) acórdão; certidão de trânsito em julgado; 4) planilha atualizada do débito; 5) procuração de ambas as partes; 6) qualquer outro documento que entenda pertinente.Com o protocolo do pedido de cumprimento de SENTENÇA pelo PJE, deverá ser anotado o número do processo nestes autos.Intime-se a parte requerida a recolher as custas finais, em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. Recolhido o valor, arquive-se. Não havendo recolhimento, cumpra a escrivania o disposto no artigo 35 e seguintes da Lei n. 3.896/16 e 2§º art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG e, após arquive-se.Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0007219-58.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Raimunda Nonata Ferreira da Silva, Francisco Firmino Rodrigues
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Ego - Empresa Geral de Obras S.a.
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389)
DESPACHO:
Considerando o retorno dos autos do TJRO, eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser apresentado por meio do Sistema Processual Eletrônico – PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO. Com a peça inicial de cumprimento de SENTENÇA, necessariamente deverá o exequente apresentar os seguintes documentos: 1) inicial da ação originária; 2) SENTENÇA; 3) acórdão; certidão de trânsito em julgado; 4) planilha atualizada do débito; 5) procuração de ambas as partes; 6) qualquer outro documento que entenda pertinente.Com o protocolo do pedido de cumprimento de SENTENÇA pelo PJE, deverá ser anotado o número do processo nestes autos.Intime-se a parte requerida a recolher as custas finais, em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. Recolhido o valor, arquive-se. Não havendo recolhimento, cumpra a escrivania o disposto no artigo 35 e seguintes da Lei n. 3.896/16 e 2§º art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG e, após arquive-se.Porto Velho,20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0017024-98.2013.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Tereza de Amorim Lima
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Ego - Empresa Geral de Obras S.a.
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antonio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
DESPACHO:
Considerando o retorno dos autos do TJRO, eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser apresentado por meio do Sistema Processual Eletrônico – PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO. Com a peça inicial de cumprimento de SENTENÇA, necessariamente deverá o exequente apresentar os seguintes documentos: 1) inicial da ação originária; 2) SENTENÇA; 3) acórdão; certidão de trânsito em julgado; 4) planilha atualizada do débito; 5) procuração de ambas as partes; 6) qualquer outro documento que entenda pertinente.Com o protocolo do pedido de cumprimento de SENTENÇA pelo PJE, deverá ser anotado o número do processo nestes autos.Intime-se a parte requerida a recolher as custas finais, em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. Recolhido o valor, arquive-se. Não havendo recolhimento, cumpra a escrivania o disposto no artigo 35 e seguintes da Lei n. 3.896/16 e 2§º art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG e, após arquive-se.Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0017327-15.2013.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Viviane Portela de Faria Oliveira, Everaldo Pinheiro de Oliveira
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Ego - Empresa Geral de Obras S.a.
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antonio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
DESPACHO:
Considerando o retorno dos autos do TJRO, eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser apresentado por meio do Sistema Processual Eletrônico – PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO. Com a peça inicial de cumprimento de SENTENÇA, necessariamente deverá o exequente apresentar os seguintes documentos: 1) inicial da ação originária; 2) SENTENÇA; 3) acórdão; certidão de trânsito em julgado; 4) planilha atualizada do débito; 5) procuração de ambas as partes; 6) qualquer outro documento que entenda pertinente.Com o protocolo do pedido de cumprimento de SENTENÇA pelo PJE, deverá ser anotado o número do processo nestes autos.Intime-se a parte requerida a recolher as custas finais, em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. Recolhido o valor, arquive-se. Não havendo recolhimento, cumpra a escrivania o disposto no artigo 35 e seguintes da Lei n. 3.896/16 e 2§º art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG e, após arquive-se. Porto Velho,20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0019273-22.2013.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Neuza Maria da Silva
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Ego Empresa Geral de Obras S. A
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antonio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
DESPACHO:
Considerando o retorno dos autos do TJRO, eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser apresentado por meio do Sistema Processual Eletrônico – PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO. Com a peça inicial de cumprimento de SENTENÇA, necessariamente deverá o exequente apresentar os seguintes documentos: 1) inicial da ação originária; 2) SENTENÇA; 3) acórdão; certidão de trânsito em julgado; 4) planilha atualizada do débito; 5) procuração de ambas as partes; 6) qualquer outro documento que entenda pertinente.Com o protocolo do pedido de cumprimento de SENTENÇA pelo PJE, deverá ser anotado o número do processo nestes autos.Intime-se a parte requerida a recolher as custas finais, em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. Recolhido o valor, arquive-se. Não havendo recolhimento, cumpra a escrivania o disposto no artigo 35 e seguintes da Lei n. 3.896/16 e 2§º art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG e, após arquive-se. Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0134134-65.2006.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Italianinha Maquinas e Equipamentos
Advogado:Jorge André Santiago Neves (OAB/RO 3079), Marloiva Andrade Sampaio (OAB/RS 31008)
Executado:Simone Santos Oliveira
Advogado:( ), Paulo Francisco de Matos (RO 1688)
DESPACHO:
Considerando o retorno dos autos do TJRO, eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser apresentado por meio do Sistema Processual Eletrônico – PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO. Com a peça inicial de cumprimento de

SENTENÇA, necessariamente deverá o exequente apresentar os seguintes documentos: 1) inicial da ação originária; 2) SENTENÇA; 3) acórdão; certidão de trânsito em julgado; 4) planilha atualizada do débito; 5) procuração de ambas as partes; 6) qualquer outro documento que entenda pertinente.Com o protocolo do pedido de cumprimento de SENTENÇA pelo PJE, deverá ser anotado o número do processo nestes autos.Intime-se a parte requerida a recolher as custas finais, em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. Recolhido o valor, arquive-se. Não havendo recolhimento, cumpra a escrivania o disposto no artigo 35 e seguintes da Lei n. 3.896/16 e 2§º art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG e, após arquive-se. Porto Velho,20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0019114-16.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Lindalva da Silva Cruz, José Ribamar Santos Araujo
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Ego Empresa Geral de Obras S.A.
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli ( ), Camila Chaul Aidar Pereira (OAB/RO 5777)
DESPACHO:
Considerando o retorno dos autos do TJRO, eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser apresentado por meio do Sistema Processual Eletrônico – PJE, conforme artigo 16, da Resolução 13/2014-PR-TJRO. Com a peça inicial de cumprimento de SENTENÇA, necessariamente deverá o exequente apresentar os seguintes documentos: 1) inicial da ação originária; 2) SENTENÇA; 3) acórdão; certidão de trânsito em julgado; 4) planilha atualizada do débito; 5) procuração de ambas as partes; 6) qualquer outro documento que entenda pertinente.Com o protocolo do pedido de cumprimento de SENTENÇA pelo PJE, deverá ser anotado o número do processo nestes autos.Intime-se a parte requerida a recolher as custas finais, em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. Recolhido o valor, arquive-se. Não havendo recolhimento, cumpra a escrivania o disposto no artigo 35 e seguintes da Lei n. 3.896/16 e 2§º art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG e, após arquive-se.Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito
Elza Elena Gomes Silva
Diretora de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, n. 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP 76.803-686 - Fone: (69) 3217-1343 e-mail: pvh7cível@tjro.jus.br
Processo n°: 0000267-58.2015.8.22.0001
AUTOR: IRENE DA SILVA ANDRE
Advogado do(a) AUTOR: CARLOS ALBERTO TRONCOSO JUSTO - RO00535-A
RÉU: CLARO S.A.
Advogado(s) do reclamado: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES, ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA
CERTIDÃO
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as pertições pertinentes. Informo que para melhor visualização do processo o mesmo deverá ser visualizado em forma crescente.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
Elza Elena Gomes Silva
Diretora de Cartório

## 8ª VARA CÍVEL

8ª Vara Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À DIRETORA DO CARTÓRIO DESTA VARA E/OU MAGISTRADA COMO AINDA CONTATE-NOS VIA INTERNET ATRAVÉS DO E-MAIL: pvh8civel@tjro.jus.br e pvh8civelgab@tjro.jus.br
JUÍZA DE DIREITO TITULAR: ÚRSULA GONÇALVES THEODORO DE FARIA SOUZA.
DIRETORA DE CARTÓRIO: KELI CRISTINA DIAS MONTEIRO FLORES.

Proc.: 0025623-60.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosaria Rabêlo Ferreira, Joel Ferreira Lima, Denise Menezes Carril, Francisco Santos Guimarães, Helio da Costa Freitas, José Neto Alves dos Santos, Francisca Sampaio de Souza, Davi Valente Miranda, Marcelo Pereira Braga, Elisama Lopes Lacerda
Advogado:Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579)
Requerido:Energia Sustentável do Brasil S.A., Santo Antônio Energia S.A, Consórcio Construtor Santo Antônio CCSA
Advogado:Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234412), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Antonio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ricardo Gonçalves Moreira (OAB/SP 215212), Philippe Ambrosio Castro e Silva (OAB/SP 279767)
DESPACHO:
Encaminhe-se o processo para digitalização, uma vez que esta unidade aderira ao PJe.Uma vez digitalizado, arquive-se este processo, intimando-se as partes, uma vez que o processo prosseguirá no sistema eletrônico.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juíza de Direito
Keli Cristina Dias Monteiro Flores
Diretora de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7060400-10.2016.8.22.0001
Classe: REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707)
Assunto: [Reintegração de Posse]
REQUERENTE: SENNER WINNER NOGUEIRA MIGUEL
Advogado do(a) REQUERENTE: PEDRO PAULO BARBOSA - RO0006833
REQUERIDO: MARIA ELIANE PIRES DA SILVA, ODARIO BRAZ HAUCO
Advogado do(a) REQUERIDO: FRANKLIN MOREIRA DUARTE - RO0005748
Advogado do(a) REQUERIDO: FRANKLIN MOREIRA DUARTE - RO0005748
SENTENÇA
Vistos, etc.
I - Relatório
SENNER WINNER NOGUEIRA MIGUEL ajuizou ação de reintegração de posse em face de MARIA ELIANE PIRES DA SILVA e ODÁRIO BRAZ HAUCO, ambos com qualificação nos autos, afirmando ser possuidor do imóvel situado à Rua Caldas Novas, nº 4123, nº 0256 no mapa da SEMUR, inscrição municipal 01330220256001-SEMUR, o qual está indevidamente ocupado pelos requeridos que se recusam a retirar-se. Relata que ser possuidor dos lotes na Rua Caldas Novas, Bairro Jardim Santana (Setor 33, Quadra 22, Lote 0248001), e por ser menor à época, era seu pai quem os cuidava, sendo que uma fração dessa área

continha um galpão, o qual foi alugado para o segundo requerido em 2006. Indica que em 2011 os requeridos derrubaram o muro que delimitava o galpão e adentraram em fração maior da área cuidada pelo pai. Acresce que à época era menor de idade e seu pai adotou providências para retirada dos requeridos, inclusive com registros de ocorrência policial, todavia, inexitosas. Descreve que os requeridos usaram documentos inadequados para tentar regularizar junto à Prefeitura, como se fosse sua, a àrea em discussão, gerando o processo administrativo 01.33.022.0256.0001. Destaca que antes desse processo dos requeridos, já havia processos administrativo do pai do autor que abrangiam a área sendo de números 18-4050-2010, 18-4051-2010 e 18-3581-2010. Indica que solicitando providências da prefeitura houve determinação de embargos das obras iniciadas pelos requeridos no local, mas os requeridos descumpriram a ordem. Indica que em 22/12/2011 o filho dos requeridos foi até a residência do autor, portando arma de fogo, ameaçando seu pai de morte pelas desavenças quanto ao imóvel. Indica ainda que os requeridos já esbulharam outro imóvel do pai do autos, nas proximidades sendo afastados do bem, por força da ação 1002777-75.2012.8.22.0601 (7043419-03.2016.8.22.0001) 1º Juizado Especial Cível. Afirma que em 05/11/2015 o autor foi abordado na rua pelos requeridos que lhe encurralaram na parede obrigando que entregasse documento do imóvel, fato que também foi objeto de registro de ocorrência policial. Pede ao final a reintegração na posse do imóvel.

Em contestação os requeridos impugnam a gratuidade da justiça concedida ao autor afirmando que este não demonstrara sua condição de hipossuficiente. Defendem a inadequação da via eleita e falta de legitimidade já que o autor nunca esteve na posse do imóvel. Destacam que há apenas o direito à discussão quanto à duplicidade de registro na municipalidade. Alegam inépcia da inicial já que faltaria documento essencial, notificação prévia dos requeridos. Impugnam o valor da causa afirmando que na outra ação do Juizado Especial Cível o mesmo imóvel fora avaliado em R$ 100.000,00. No MÉRITO defendem ser pessoas de poucos recursos e necessitarem do imóvel para habitação, aduzindo que o autor nunca teve a posse do bem. Indicam que o autor não trouxe demonstração de como seria possuidor do imóvel, não apresentando contrato, recibo ou algo desta natureza, apenas mencionando registro na municipalidade. Defendem que vivem no imóvel há mais de 15 anos, sendo regularizado junto à prefeitura somente em 2010 com contrato entre Maria Francisca Alves da Silva em relação aos dois terrenos que ocupam. Indicam que na prefeitura os os pedidos de regularização receberam as numerações de 18-4050/2010 e 18-4051/2010 sendo o primeiro referente a àrea de galpão onde funciona a oficina mecânica e o segundo a casa ao lado onde vivem. Acrescem que ao lado desses dois terrenos o pai do autor detinha imóvel na esquina e sempre tentou invadir os imóveis dos requeridos. Indicam ter filho menor pelo que pedem a intervenção do Ministério Público no feito. Acrescem que há documento de líder do bairro, Sr. Irineu no qual se atesta que os requeridos vivem no local há mais de 15 anos. Defendem demonstrar sua posse velha sobre o bem, o que merece proteção jurídica. Indicam serem inverídicas as afirmações de ameaça e violência a si imputadas pela inicial, pois do contrário, o pai do autor teria ingressado com ação penal privada. Afirmam que nunca derrubaram muro do pai do autor e indicam que registraram ocorrência policial porque o pai do autos derrubou parede de sua casa. Requerem o acolhimento das preliminares e subsidiariamente a improcedência da ação.

Em réplica o autor acresce que adquiriu a maior idade há pouco tempo, motivo pelo qual os atos pretéritos na tentativa de reaver a posse do bem foram praticados por seu genitor. Reafirma que os registros na prefeitura em seu favor são mais antigos que os dos requeridos e que há documentos que demonstrar a atuação de posse sobre o bem por longa data, como recolhimento de tributos, pedido de providências de embargo de obras dos requeridos etc. Afirma que o valor da causa de refere ao imóvel nu, não pretendia as construções realizadas pelos requeridos. Indica que não faltam documentos essenciais à inicial. Rechaça a afirmação dos requeridos de não terem onde morar visto que há registro que a requerido inclusive vendera outro imóvel no mesmo bairro para a pessoa de Lusinete de Oliveira Ressurreição, venda essa na qual o autor fora incluído como integrante da cadeia sucessória daquele imóvel inobservando a impossibilidade jurídica disso já que à época apontada era menor de idade. Questiona que o comprovante de registro de pessoa jurídica, salão de beleza da requerida, que funciona na residência situada no imóvel em discussão, consta com numeração diversa do número do imóvel, logo, não se refere ao mesmo local. Defende que o contrato de compra e venda que subsidiou o pedido de regularização na prefeitura foi uma manobra pra tentar regularizar o imóvel. Indica que reconhece a posse velha dos requeridos, todavia, esta foi de má-fé, injusta e violenta. Acrescenta que seu pai de fato entrou com ação penal privada, a qual se encerrou por compromisso dos requeridos de bem viver, em acordo feito à época perante a autoridade judiciária, 000847-39.2012.8.22.0601 (1º Juizado Especial Criminal). Frisa que os requerimentos dos requeridos na prefeitura se referem aos lotes 240 e 248 os quais estão na quadra 20 do croqui da prefeitura, ao passo que o imóvel do autor é de numeração 256, da quadra 22 no mesmo croqui. Os requeridos se manifestaram quanto aos documentos juntados em réplica afirmando que a prefeitura já reconheceu o erro na indicação do imóvel no processo administrativo retificando-o e que atualmente consta que os dois lotes são dos requeridos.

Em audiência especial foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) a comprovação da posse; b) a eventual perda da posse e sua data; c) realização e existência de benfeitorias; d) eventual divergência quanto à numeração do lote; e) discussão quanto à necessidade do imóvel para moradia;

f) demonstração de qual imóvel fora destinada a venda. As partes pretendem a produção de prova testemunhal.

Em audiência de instrução foram ouvidas duas pessoas indicadas pelos requeridos e uma indicada pelo autor.

Ambas partes mantiveram seus posicionamentos iniciais.

É o relatório.

II – Fundamentos

Quanto as preliminares indica-se que a alegação do autor de estar desempregado associado à comprovação de que sua genitora, que sustenta a família, é assistida pelo INSS, são suficientes à concessão da gratuidade da justiça.

Quanto à impugnação ao valor da causa, indicando que há avaliação posterior do valor do imóvel em R$ 100.000,00, veja-se que a avaliação mencionada se refere a parte do imóvel que não é discutida nessa ação, trata-se da outra fração invadida por terceira pessoa 1002777-75.2012.8.22.0601 (7043419-03.2016.8.22.0001) 1º Juizado Especial Cível. Assim na ausência de avaliação ou indicativo de valor diverso daquele apontado pelo autor para o imóvel em discussão, deve permanecer por ora o valor atribuído à causa.

pode ser levada em consideração, já que trata-se de valoração mais recente do bem, assim ajuste-se o valor da causa para este valor apontado.

Em relação à falta de documento essencial, notificação dos requeridos para desocupação, este tipo de documento não é requisito para a possessória podendo ser provada a tentativa de retirada dos requeridos por outros meios no decorrer do processo.

Quanto à falta de legitimidade do autor e inadequação de via eleita em que os requeridos indicam que o autor nunca foi possuidor e discute a propriedade, veja-se que o imóvel é terreno invadido e irregular, ambas partes discutem a posse, dessa forma viável o tipo de ação eleito e a condição de possuidor do autor trata-se exatamente do MÉRITO da ação.

Assim, afastam-se as preliminares.

Pontua-se ainda que o fato dos requeridos terem filho menor não atrai a necessidade de atuação do MP no feito, veja-se que aqui discute-se a propriedade dos pais e não do menor, e pelas características dos pais, ambos com profissões e atuando não se vê que mesmo que percam a ação a criança será colocada em risco.

MÉRITO
Primeiramente pontua-se que a região em que o imóvel em discussão se encontra trata-se de invasão, o que faz com que traz dificuldades quanto as provas formais escritas sobre o bem que além de poucos registros é comum que as negociações entre invasores iniciais e sucessores se deem verbalmente.
Trata-se de discussão quanto à posse velha, o autor reconhece a ocupação dos requeridos no imóvel há longa data, todavia, questiona que se deu de forma injusta, com má-fé e violência. Esclarece ser menor de idade à época inicial do esbulho e que as primeiras providências para tentativa de retirada dos requeridos foram adotas por seu pai. Indica que em 2006 seu pai locou o galpão que se situava em parte do imóvel para que o requerido utilizasse-o como oficina mecânica, aduz que dessa contratação não há prova escrita atualmente. Refere que em 2011 iniciaram os conflitos de forma mais intensa eis que os requeridos teriam derrubado muro do galpão para adentrar em mais espaço da área do autor, daí em diante promovendo assenhoramento maior da área, realizando construção de casa com salão de beleza acoplado e diante disso a Prefeitura foi acionada embargando a obra dos requeridos, que desrespeitaram a ordem e finalizaram a construção, também houve dois episódios de maior confronto que culminou com registros policiais e ação penal em que o autor indicou ser ameaçado de forma violenta pela discussão pelo imóvel. Acresce ainda que os requeridos tem histórico de vendas indevidas de outros lotes no mesmo bairro e que não lhes pertencia. Menciona que ingressou primeiramente na prefeitura para regularizar o bem pagando os tributos a cada ano, e que os processo posterior iniciado pelos requeridos sobre a mesma área é fajuto já que forjou negócio de terceira pessoa vendendo o imóvel pros requeridos além de mencionar numeração diversa da numeração correta do imóvel.
Os requeridos se defendem afirmando que sempre ocuparam o imóvel que é fronteiriço com a área do pai do autor a qual se situa na esquina, e que na verdade o pai do autor sempre cometeu investidas tentando adentrar no imóvel dos requeridos, inclusive derrubando parede. Alega que o erro de indicação de numeração do imóvel já foi corrigido, que não cometeu atos de violência e ameaça e que precisa do imóvel para moradia. Aduzem que o autor nunca teve a posse do bem.
Passa-se a analisar a causa tendo como ponto de partida os pontos controvertidos:
a) a comprovação da posse
Inicialmente pontua-se que trata-se e imóvel situado em esquina e que suas dimensões avançam à subesquina, a área em discussão refere-se à ocupação dos requeridos, que se encontram em duas frações posteriores à esquina, a primeira no meio do imóvel, onde se situa galpão de oficina (onde trabalha o requerido) e a segunda, casa acoplada com salão de beleza construída pelos requeridos (onde trabalha a requerida e vivem o casal com seus filhos).
A posse do autor foi demonstrada pelas suas alegações, provas documentais e testemunhais, veja-se que o fato de ter adquirido há pouco tempo a maior idade não afasta tal situação, já que, seu responsável genitor tomava as providências em relação ao imóvel, demonstrando-se sua iniciativa de tentativa de regularização junto à prefeitura em data anterior à dos requeridos, assim como embargou a obra dos requeridos naquele âmbito, veja-se ainda que recolhia impostos.
Já quanto a ocupação dos requeridos que é posterior, não houve demonstração de que ocorrera de forma mansa e pacífico por qualquer período.
Veja-se que o argumento de que o primeiro contato dos requeridos com o imóvel, foi com locação de barracão pelo pai do autor, para oficina, conforme menciona a inicial, não foi impugnado especificamente pelos requeridos, assim dotando-se de presunção conforme art. 341 do CPC.
Assim, inicialmente teriam locado parte da área e posteriormente invadido área maior tentando se apoderar, todavia, o autor sempre esteve presente tentando reaver a posse do bem, com providências junto à municipalidade.
A testemunha Daniel Pereira da Silva foi enfática ao afirmar que toda a área, englobando o terreno da esquina e os dois lotes ocupados pelos requeridos, tinha um muro contínuo, característica essa que traz indício de pertencer a um mesmo dono. Veja-se que este muro e as tratativas com o requerido levaram-no a crer que toda a área pertencia ao requerido, por isso fez o negócio comprando a área da esquina, mas na verdade a área tinha sido murada pelo autor. Frisa-se que o negócio foi interrompido, a testemunha parou de pagar as parcelas, quando soube por terceiros, que o imóvel não era do requerido, e até hoje, não foram reavidas as parcelas pagas. Estes elementos evidenciam a má-fé dos requeridos, eis que, além da discussão em si quanto às duas frações do imóvel que ocupam, ainda venderam para a testemunha Daniel a área da esquina, a qual pelas circunstância dos autos, evidentemente não se discutia ser do autor, já que sobre esta, se quer havia a discussão sobre a ocupação dos requeridos.
Veja-se que esta área contígua à área que os requeridos ocupam também foi por eles negociada com a pessoa de Maria Ilma Ribeiro, a qual teve SENTENÇA desfavorável (1002777-75.2012.8.22.0601, 7043419-03.2016.8.22.0001 1º Juizado Especial Cível), segundo a fala de referida testemunha. Veja-se que naquele julgado constou que foi confessado por tal pessoa que a índole de ocupação na área, com negociações entre pessoas lá ocupantes se dava no afã de conseguir registro junto à prefeitura que promovia ações de regularização fundiária, fazendo espécie de censo no local para averiguar quem nele vivia.
Quanto aos documentos da prefeitura, independentemente das impropriedades quanto à identificação dos imóveis é certo que o autor ingressou anteriormente com processo de regularização fundiária na prefeitura, recolhendo tributos continuamente, assim, também sob esse aspecto, sua posse se mostra melhor.
Veja-se que em vários momentos os requeridos tentam se apegar às certidões da municipalidade dando conta de sua ocupação atual no imóvel, ora, mas tal fato não é objeto de discussão, o objetivo do processo é exatamente retirar os requeridos do local, não se discute que nele estejam à considerável lapso, discutisse-se somente a natureza dessa ocupação, que seria sobreposta de forma indevida à posse anterior do autor. Assim, os documentos em que os requeridos se apegam nada acrescentam, apenas atestam sua ocupação atual, mas não demonstram que lá tenham adentrado de forma legítima, ou que o autor não tenha tentado retirá-los.
Pontua-se ainda que o autor conseguiu embargar a obra dos requeridos através de pedido junto à prefeitura, mas estes descumpriram a ordem da municipalidade finalizando a edificação.
Dessa forma, os elementos dos autos demonstram a posse melhor caracterizada no âmbito jurídico do autor, e os requeridos, detém somente a ocupação de forma violenta e com atos de má-fé, sobretudo levando-se em conta as negociações que realizaram quanto à área contígua, a qual não se discutia ser do autor e ainda o descumprimento à ordem de embargo à obra determinado pela municipalidade.
b) a eventual perda da posse e sua data
Durante o tempo em que o autor não esteve fisicamente com a guarda do imóvel, nem seu genitor à época de sua menor idade, vê-se que não se cessaram as tentativas de retirar os requeridos no local, com providências no âmbito administrativo da municipalidade, assim como procedimentos criminais para afastar as ameaças e violências promovidas pelos requeridos.
Dessa sorte, não houve interrupção do caráter de posse, o autor utilizou meios legais viáveis os quais sabidamente são morosos por isso a longa data de ocupação irregular pelo requeridos, mas em momento algum houve mansidão nessa ocupação.
c) realização e existência de benfeitorias.
As benfeitorias são evidentes, pela fala de ambas partes assim como pelas imagens fotográficas. Não se caracterizam como necessárias, já que alteraram substancialmente o imóvel em sua condição inicial, principalmente a construção da casa com salão de beleza acoplado.
De toda sorte, ante a má-fé na ocupação dos requeridos, caracterizada pelos elementos acima expostos além do contrato fajuto que deu

origem ao processo administrativo de regularização fundiária, não assiste aos requeridos direito de retenção sobre as benfeitorias, assim, sua desocupação forçada pode se dar de imediato.
Para fins de se evitar enriquecimento ilícito do autor, porque evidente que houve agregação de valor no imóvel, há o direito dos requeridos à indenização pelos gastos nas benfeitoria, mas tal direito deve ser exercido mediante cobrança na fase de liquidação e cumprimento de SENTENÇA.
d) eventual divergência quanto à numeração do lote
As divergências quanto à numeração do lote, devem ser resolvidas no âmbito da municipalidade. Neste processo, pelos documento apresentados e prova testemunhal produzida, ficou patente o exercício da posse pelo autor na exata área ocupada pelos requeridos. Assim, tal CONCLUSÃO basta para assegurar-lhe a proteção estatal de reintegrar-se na posse de seu bem. A regularização fundiária caberá aos órgãos competentes da municipalidade.
e) discussão quanto à necessidade do imóvel para moradia
O direito à moradia é garantido pela Constituição mas há que se ponderar neste caso concreto com os direitos de posse do autor. Veja-se que não pode determinar que os requeridos continuem no imóvel tão somente porque alegam não terem outro imóvel para residir pois, além do fato de terem vindo à tona outras negociações dos requeridos, vendendo áreas no mesmo bairro de invasão, é certo que ambos tem suas profissões da qual adquirem recursos, o requerido como mecânico, dono de empreendimento que realiza conserto de veículos, e a requerida cabeleireira, dona de salão de beleza formalmente inscrito em CNPJ, assim, mesmo que ambos empreendimentos funcionem no local, é evidente que pelo conhecimento de profissão que detém, clientela etc, tem condições de se estabelecerem noutro lugar e com a renda locarem residência. Dessa forma, não há como se negar o direito à posse pelo autor, já que os requeridos não ficarão impossibilitados de meios para moradia.
f) demonstração de qual imóvel fora destinada a venda
A questão das vendas promovidas pelos requeridos, de área contígua, a qual não se discutia pertencer ao autor, não afeta diretamente o MÉRITO da ocupação irregular das duas frações ocupadas pelos requeridos, o galpão mecânico e a casa com salão de beleza acoplado, mas evidencia ainda mais a má-fé dos requeridos.
Tal fato ficou evidenciado sobretudo pela prova testemunhal, especialmente da testemunha Daniel, assim como os documentos juntados, inclusive de natureza criminal que relatam tais vendas irregulares.
III - DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC, julgo PROCEDENTE o pedido inicial para:
Reconhecer o direito do autor à reintegração de posse da área discutida.
Determinar aos requeridos que desocupem o imóvel no prazo de 15 dias a partir do trânsito em julgado, sob pena de desocupação forçada.
Determinar aos requeridos que não alterem as condições do imóvel, não retirando itens de sua composição atual, componentes da edificação.
Reconhecer o direito dos requeridos à indenização pelas benfeitorias a ser paga pelo autor, para tanto devendo os valores serem apurados em fase de liquidação, que poderá se processar pelo procedimento comum (art. 509, II do CPC) caso os requeridos pretendam a demonstração de valores pelos gastos na construção ou liquidação por arbitramento (art. 509, I do CPC) caso pretendam a avaliação por perito judicial custeado pelos requeridos.
Será levando em conta ainda na apuração de valores a indenizar, o lapso em que os requeridos utilizaram a área do autor, sem pagar alugueres.
Sucumbente, condena-se a parte requerida em honorários de sucumbência de 10% sobre o valor da causa.
P.I.R.
Porto Velho/RO, 19 de fevereiro de 2018.
Juíza Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 0017169-23.2014.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Obrigação de Fazer / Não Fazer]
EXEQUENTE: BRAZ RESENDE, ELIO DIECKMANN, RAFAEL OENNING DIECKMANN, SANDI SALES DOS SANTOS, HERCULANO PIMENTEL DA SILVA NETO, JALDO DIAS DE ARAUJO FILHO, MARLON GONCALVES HOLANDA, CLEUZA ANITELI GUEZI, FILINHO DIAS NETO, JALDIANNE CAETANO DIAS ABREU, MARCOS DE OLIVEIRA CARVALHO, MARIA JOANA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
Advogados do(a) EXECUTADO: EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS - PR0024498, RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELOS - RO0006637
DESPACHO
Como houve a desafetação do recurso, determino o prosseguimento do feito.
À contadoria judicial para atualização do valor do débito e depois, intime-se o requerido para pagamento em 5 (cinco) dias, sob pena de bloqueio judicial.
Deverá o requerente efetuar o pagamento da taxa de consulta no valor de R$ 15,29, para realização do bloqueio on-line.
Porto Velho/RO, 16 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7057008-62.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]
AUTOR: CLEBIO RODRIGUES CLAUDINO
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO0006985
RÉU: BANCO BRADESCO CARTOES S.A.
Advogado do(a) RÉU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO0005546
SENTENÇA
Vistos, etc.
I - Relatório
Clebio Rodrigues Claudino ajuizou Ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito c/c Reparação por Danos Morais em desfavor de Banco Bradesco Cartões S. A., ambos com qualificação nos autos, alegando, em síntese, que ao tentar realizar uma compra no comércio local, tomou conhecimento que estava negativado nos órgãos de proteção ao crédito. Afirma que dirigiu até o SCPC e Serasa e foi lhe dito que se tratava de um débito oriundos do banco requerido no valor de R$ 967,68 (novecentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos), referente ao contrato

nº 667909212000049C. Afirma que nunca realizou qualquer tipo de transação bancária com o banco requerido da qual pudesse originar a dívida, inexistindo relação jurídica entre as partes. Alega que a negativação imputada pelo requerido é totalmente indevida e ilegal. Postulou os benefícios da justiça gratuita, inversão do ônus da prova, danos morais e pagamento de custas e honorários advocatícios. Juntou documentos.

DESPACHO inicial (ID 7661190), deferiu tutela antecipada e inversão do ônus da prova, custas iniciais já pagas.

A requerida devidamente citada apresentou sua defesa. Alegou a existência de outra negativação em nome do requerente e postulou a aplicação da súmula 385 do STJ. Alega a legitimidade do débito cobrado, consignando que o requerente é titular do cartão de crédito VISA FÁCIL, sob nº 40966016307551989, por meio do qual foram contraídos débitos que atualmente é de R$ 2.272,06 (dois mil, duzentos e setenta e dois reais e seis centavos) que restaram inadimplidos, ocasionado a inscrição de seu nome nos bancos de dados dos órgãos de proteção ao crédito. Ressaltou que não há como o cadastro ser fraudulento, vez que há pagamento de faturas. Afirma que a negativação é oriunda do débito no valor de R$ 967,68 (novecentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos). Apresenta critérios para aferição dos danos morais. Postulou a improcedência dos pedidos e condenação em litigância de má-fé. Juntou documentos.

A parte autora apresentou impugnação a contestação e aos documentos. Afirma que nunca realizou qualquer relação jurídica junto ao banco requerido.

Em fase de produção de provas, tanto a parte autora quanto a requerida, solicitaram a produção de prova pericial.

DECISÃO saneadora (ID 10135672) deferiu perícia grafotécnica.

Realizada a perícia grafotécnica, o laudo concluiu pela autenticidade das assinaturas apostas nos contratos apresentando pela requerida.

A requerida manifestou-se pela concordância com o laudo, e requerendo a condenação em litigância de má-fé.

II - Fundamentação

O Julgamento Conforme o Estado do Processo

Consoante entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).

MÉRITO

A parte autora mencionou em sua peça vestibular que foi negativada indevidamente pela requerida, sob o fundamento de que não possuía qualquer relação jurídica.

Pede o requerido a revogação da concessão do benefício da justiça gratuita. Não há que se falar em revogação do benefício, vez que não fora concedido.

Soma-se ao fato que, determinado ao autor apresentar comprovante da alegada hipossuficiência, este apresentou comprovante de pagamento de custas iniciais, ficando nítido a desistência quanto ao pedido de justiça gratuita.

Da comprovação da relação jurídica

A parte requerida junta aos autos diversas faturas demonstrando que algumas foram pagas por meio de débito em conta corrente do autor, (ID 9141944, vencimentos 10/02/2015, 10/03/2015 e 10/04/2015), demonstrando que não haveria o que se falar em desconhecimento da dívida.

O autor contestou a assinatura aposta no contrato, contudo, prova pericial grafotécnica (ID 13295817) constatou que a assinatura constante na ficha cadastral foi assinada pelo demandante:

"Assim, diante do que foi analisado e exposto, conclui o perito, à luz do material examinado, que as assinaturas atribuídas ao requerente Sr. Clébio Rodrigues Claudino, apostas nos originais dos documentos apresentados pelo requerido em 14/06/2017, descritos no item 3 do presente Laudo Pericial, são autênticas."

O laudo foi conclusivo de que os documentos foram assinados pelo autor, agindo de má-fé, ao declarar que nunca possuiu relação contratual com o requerido.

Além do laudo grafotécnico, nenhuma outra prova foi produzida nos autos que pudesse atestar o contrário do constatado na prova pericial.

A hipótese dos autos configura-se exercício regular de direito, que é causa excludente da responsabilidade civil, conforme artigo 188, I do Código Civil de 2002 que dispõe:

Art. 188: Não constituem atos ilícitos:

I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.

Comprovadas a relação jurídica entre as partes, restaram também evidenciadas as dívidas que em nenhum momento foram negadas pelo autor, que somente alegou que "nunca entabulou qualquer contrato, não adquiriu produtos, não solicitou serviços, isto é, não possui absolutamente nenhum vínculo com o banco réu que possa justificar a restrição de crédito...".

Da notificação prévia do débito

Argumenta o autor que o requerido deixou de promover a comunicação prévia do débito, como determina o artigo 43, § 2º do Código de Defesa do Consumidor.

A comunicação antes da realização da inscrição nos órgãos de proteção ao crédito é de grande importância, já que entre o interstício da comunicação e o apontamento, o devedor poderá providenciar a regularização da situação que deu causa a inclusão. No entanto, a responsabilidade pela notificação é do próprio órgão mantenedor, e não do credor. Este é o entendimento que se extrai da Súmula 359 STJ: "Cabe ao órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição".

Da ausência de dano moral

Pelos documentos apresentados nos autos conclui-se que a requerida comprovou fato extintivo do eventual direito do autor, ao demonstrar a contratação entre eles, o que leva à improcedência do pedido de se ver indenizado por aquela negativação que não foi indevida.

Dessa forma, não vislumbro ter o autor demonstrado a ocorrência dos fatos alegados na inicial a ensejar indenização por danos morais, ônus que lhe incumbia, por tratar-se de fato constitutivo de seu direito.

Insta esclarecer que embora não seja necessária a prova objetiva do abalo sofrido para gerar direito à indenização por dano moral, é preciso que sejam apresentados elementos mínimos que comprovem os fatos alegados, causadores dos sentimentos íntimos negativos capazes de ensejar o dano.

Portanto, os valores que estão sendo cobrados são legítimos, assim como a inscrição no cadastro de inadimplentes.

Não há mais controvérsias, e o cerne da questão devidamente definido. Portanto a parte autora não faz jus ao ressarcimento dos danos morais e os demais pedidos aventados.

Da litigância de má-fé

Alega o requerido que o autor agiu de má-fé, diante da intenção de alterar a verdade dos fatos, dizendo que nunca firmou negócio jurídico com o requerido e utilizar o processo para angariar objetivo ilegal.

Pois bem, o ajuizamento de ação declaratória de inexigibilidade de débito, cumulada com pedido de dano moral, sob a alegação de inexistência de qualquer relação jurídica, sendo demonstrada que houve contratação, caracteriza má-fé processual.

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil/2015, JULGO, por SENTENÇA com resolução de MÉRITO, IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial e revogo a antecipação de tutela deferida.

Condeno a requerente em multa de 10% sobre o valor da causa atualizado, por litigância de má-fé, nos termos do art. 80, II, CPC.

Sucumbente, condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor da causa atualizado, nos termos do art. 85, § 2, do Código de Processo Civil de 2015.

Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se.

P.I.R.

Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018

Juíza Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7004616-14.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]
AUTOR: LUZIANIA RODRIGUES DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO0001073
RÉU: EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICACOES SA
Advogado do(a) RÉU: RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS0041486
DESPACHO
Com o retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça, a parte vencedora deverá apresentar seu pedido de cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Em caso de inércia, arquive-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 0017169-23.2014.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Obrigação de Fazer / Não Fazer]
EXEQUENTE: BRAZ RESENDE, ELIO DIECKMANN, RAFAEL OENNING DIECKMANN, SANDI SALES DOS SANTOS, HERCULANO PIMENTEL DA SILVA NETO, JALDO DIAS DE ARAUJO FILHO, MARLON GONCALVES HOLANDA, CLEUZA ANITELI GUEZI, FILINHO DIAS NETO, JALDIANNE CAETANO DIAS ABREU, MARCOS DE OLIVEIRA CARVALHO, MARIA JOANA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO0003471
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
Advogados do(a) EXECUTADO: EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS - PR0024498, RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELOS - RO0006637
DESPACHO
Como houve a desafetação do recurso, determino o prosseguimento do feito.
À contadoria judicial para atualização do valor do débito e depois, intime-se o requerido para pagamento em 5 (cinco) dias, sob pena de bloqueio judicial.
Deverá o requerente efetuar o pagamento da taxa de consulta no valor de R$ 15,29, para realização do bloqueio on-line.
Porto Velho/RO, 16 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7026762-83.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP
Advogados do(a) EXEQUENTE: ANTONIO RICARDO CARNEIRO ANDRADE - RO0006347, IGOR JUSTINIANO SARCO - RO0007957
Requerido: FRANCISCO TARCISIO EVANGELISTA e outros
Advogado do(a) EXECUTADO:
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Luciana Martins Resende
Técnico Judiciário - Cad. 205931-2
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Processo nº: 7004692-04.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [DIREITO DO CONSUMIDOR]
AUTOR: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO, CARLA FRANCIELEN DA COSTA
Advogados do(a) AUTOR: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO - RO0003531, CARLA FRANCIELEN DA COSTA - RO0007745
Advogados do(a) AUTOR: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO - RO0003531, CARLA FRANCIELEN DA COSTA - RO0007745
RÉU: ANA CLARA MEDEIROS DE ALMEIDA - ME, ANA CLARA MEDEIROS DE ALMEIDA
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
Certidão
Em cumprimento à determinação deste Juízo, fica designada audiência CONFORME ABAIXO, a ser realizada na Central de Conciliação, situada à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com a Av. Jorge Teixeira, Bairro Embratel-Porto Velho-RO, ficando as partes intimadas para comparecimento à audiência.
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA 10 - CEJUSC/CÍVEL
Data: 05/04/2018 Hora: 09:30
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Luciana Martins Resende
Técnico Judiciário - Cad. 205931-2
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Processo nº: 7004692-04.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [DIREITO DO CONSUMIDOR]
AUTOR: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO, CARLA FRANCIELEN DA COSTA
Advogados do(a) AUTOR: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO - RO0003531, CARLA FRANCIELEN DA COSTA - RO0007745
Advogados do(a) AUTOR: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO - RO0003531, CARLA FRANCIELEN DA COSTA - RO0007745
RÉU: ANA CLARA MEDEIROS DE ALMEIDA - ME, ANA CLARA MEDEIROS DE ALMEIDA
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
Certidão
Em cumprimento à determinação deste Juízo, fica designada audiência CONFORME ABAIXO, a ser realizada na Central de Conciliação, situada à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com a Av. Jorge Teixeira, Bairro Embratel-Porto Velho-RO, ficando as partes intimadas para comparecimento à audiência.
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA 10 - CEJUSC/CÍVEL
Data: 05/04/2018 Hora: 09:30
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Luciana Martins Resende
Técnico Judiciário - Cad. 205931-2
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Processo nº: 7047809-79.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Empréstimo consignado]
AUTOR: PAULO DE SOUZA RAMALHO
Advogados do(a) AUTOR: MARIA HELOISA BISCA BERNARDI - RO0005758, GUSTAVO BERNARDO HADAMES BERNARDI MONTEIRO - RO0005275
RÉU: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD, BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU: WILSON BELCHIOR - CE0017314
Certidão DE ADITAMENTO AO DESPACHO 16335499
Em cumprimento à determinação deste Juízo, fica designada audiência CONFORME ABAIXO, a ser realizada na Central de Conciliação, situada à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com a Av. Jorge Teixeira, Bairro Embratel-Porto Velho-RO, ficando as partes intimadas para comparecimento à audiência.
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA 9 - CEJUSC/CÍVEL
Data: 20/04/2018 Hora: 09:30
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Eliane Estela Moura Araújo Lima
Técnica Judiciária
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Processo nº: 7047809-79.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Empréstimo consignado]
AUTOR: PAULO DE SOUZA RAMALHO
Advogados do(a) AUTOR: MARIA HELOISA BISCA BERNARDI - RO0005758, GUSTAVO BERNARDO HADAMES BERNARDI MONTEIRO - RO0005275
RÉU: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD, BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU: WILSON BELCHIOR - CE0017314
Certidão DE ADITAMENTO AO DESPACHO 16335499
Em cumprimento à determinação deste Juízo, fica designada audiência CONFORME ABAIXO, a ser realizada na Central de Conciliação, situada à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com a Av. Jorge Teixeira, Bairro Embratel-Porto Velho-RO, ficando as partes intimadas para comparecimento à audiência.
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA 9 - CEJUSC/CÍVEL
Data: 20/04/2018 Hora: 09:30
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Eliane Estela Moura Araújo Lima
Técnica Judiciária

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7064404-90.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: ROBSON GUIMARAES DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO0001073
Requerido: OI S.A
Advogado do(a) EXECUTADO: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO0004240
Fica a parte executada, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais.A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7042291-11.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: ANA LUCIA DA SILVA TRINDADE
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO0006985
Requerido: RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.
Advogado do(a) RÉU:
Fica a parte autora na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais.A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7043980-90.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: MARIA FRANCISCA MARTINS DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Requerido: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogado do(a) EXECUTADO:
Fica a parte executada, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais.A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7027608-66.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: MARIA CRISTIANE VAZ ARAUJO
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO0006985
Requerido: BANCO BRADESCO S.A.
Advogados do(a) RÉU: ANTONIO PINHEIRO DE OLIVEIRA - AM808, SERGIO RODRIGO RUSSO VIEIRA - BA24143, MARA LUCIA ANTONY - AM598, NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - AM000A598
Fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais.A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7022437-31.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: ROMILDO BRAVO
Advogado do(a) AUTOR:
Requerido: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogado do(a) RÉU: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434
Fica a parte executada, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais.A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/

guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Processo nº: 7049908-22.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [DIREITO DO CONSUMIDOR, Bancários]
AUTOR: PORTO MADEIRA TURISMO LTDA - EPP
Advogado do(a) AUTOR: JOSE CRISTIANO PINHEIRO - RO0001529
RÉU: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) RÉU:
Certidão DE ADITAMENTO AO DESPACHO 16238962
Em cumprimento à determinação deste Juízo, fica designada audiência CONFORME ABAIXO, a ser realizada na Central de Conciliação, situada à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com a Av. Jorge Teixeira, Bairro Embratel-Porto Velho-RO, ficando as partes intimadas para comparecimento à audiência.
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA 10 - CEJUSC/CÍVEL
Data: 23/04/2018 Hora: 16:00
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Eliane Estela Moura Araújo Lima
Técnica Judiciária

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7014950-78.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: E. A. P. CASTILHO & CIA LTDA - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: CLEMERSON LUIZ MARTINS - MT11223/B, LEOPOLDO LOADYR DA SILVA JUNIOR - MT6757/B
Requerido: MOLAS PARAIBANAS LTDA - EPP
Advogado do(a) EXECUTADO: PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - RO0003675
Fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se da certidão do Oficial de Justiça. Certifico que caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7018925-40.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Juros, Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens]
EXEQUENTE: INSTITUTO JOAO NEORICO
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA CAHULLA - RO0004117, TIAGO FAGUNDES BRITO - RO0004239
EXECUTADO: DORIANE BENTES PEREIRA RODRIGUES
Advogado do(a) EXECUTADO:
SENTENÇA
Houve entabulação de acordo em solenidade de audiência conduzida pela Central de Conciliação, em que as partes requerem a homologação, estando devidamente assinado e não havendo vícios aparentes. Posto isso, homologo por SENTENÇA o acordo estabelecido pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, conforme as cláusulas especificadas.
Julgo extinto o processo, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b" do CPC/2015.
Sem custas e sem honorários.
No sentido de que com a homologação do presente acordo forma-se um título executivo judicial, que poderá ser executado nos termos do art. 523 do CPC/2015, em caso de descumprimento.
As partes renunciaram ao prazo recursal.
Oportunamente arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
Juíza Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7036395-84.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
AUTOR: ELIZETE DA SILVA FREITAS
Advogado do(a) AUTOR: DULCINEIA BACINELLO RAMALHO - RO0001088
RÉU: RILDO FIRMINO NERES FILHO
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Demonstrada a existência de contrato de seguro, defiro a denunciação da lide para a seguradora Itaú Auto e Residência, com qualificação no documento ID 15128341.
Ao cartório, inclua-se no polo passivo e providencie a citação da seguradora nos termos do DESPACHO inicial.
Expeça-se o necessário. Intime-se a Defensoria Pública via, sistema PJE.
Porto Velho/RO, 15 de fevereiro de 2018
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 0023168-59.2011.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Compromisso]
EXEQUENTE: JOSE FERREIRA DA SILVA, ALMEZINDA LUCIA FERREIRA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE RAIMUNDO DE JESUS - RO0003975
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE RAIMUNDO DE JESUS - RO0003975
EXECUTADO: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
1. Inclua-se o patrono dos requeridos no cadastro do processo.
2. Conforme DESPACHO de f. 112, o depósito judicial realizado pelo executado fora levantado.
A petição de f. 123 consta petição dos próprios requerentes esclarecendo que receberam referido valor, remanescendo tão somente os honorários sucumbenciais.
Assim, esclareça devidamente o seu pedido o requerente, trazendo, ainda, aos autos, comprovante de levantamento do valor, a SENTENÇA dos embargos, acórdão e DECISÃO do STJ. Prazo de 5 dias, sob pena de extinção
Porto Velho/RO, 15 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7019642-52.2017.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
Assunto: [Espécies de Títulos de Crédito]
AUTOR: PV EMPRESA DE FOMENTO MERCANTIL LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: PAULINO PALMERIO QUEIROZ - RO000208A
RÉU: JANUARIO VIEIRA MENDES, I. S. LEITE METALURGICA - ME
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Decorreu o prazo sem manifestação do requerente.
Intime-se pessoalmente a dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485, inciso III e § 1º, do CPC.
Porto Velho/RO, 6 de fevereiro de 2018
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346
email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7049987-98.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Indenização por Dano Moral]
EXEQUENTE: VALDEMARINA PIMENTEL DOS SANTOS
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIOGO SPRICIGO DA SILVA - RO0003916
EXECUTADO: DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogados do(a) EXECUTADO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434, WILSON BELCHIOR - CE0017314, CELSO MARCON - RO0003700
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA.
Consigno que a requerida realizou o pagamento da condenação nos autos físicos 0000949-73.2015, o qual fora extinto pelo pagamento.
Tudo isso é feito para otimizar o andamento da execução, e facilitar às partes um rápido e efetivo cumprimento da SENTENÇA.
Assim, extingo o presente feito, sem o julgamento do MÉRITO, nos termos do art.924, II, do CPC/15.
Arquive-se, após as anotações de estilo.
P. R. I.
Juíza Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7003764-24.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Juros]
EXEQUENTE: THIAGO FERREIRA FRAGA DE MORAES
Advogado do(a) EXEQUENTE: SHELDON ROMAIN SILVA DA CRUZ - RO0004432
EXECUTADO: LUIZ EUGENIO FONTES BARRETO
Advogado do(a) EXECUTADO: LAERCIO BATISTA DE LIMA - RO0000843
D E C I S Ã O
Vistos,
1. Esgotadas as diligências junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, não foram encontrados bens para penhora, mesmo já tendo sido citado/intimado o executado.
Foram realizadas, ainda, diversas diligências para localização de bens, também inexitosas.
Consoante a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, não há razão para a repetição das diligências já realizadas, que somente se justifica mediante:
"motivação expressa da exequente, que não apenas o transcurso do tempo, sob pena de onerar o Juízo com providências que cabem ao autor da demanda" (STJ. AgRg no AREsp 366440 Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, J. 25/03/2014).
Assim, não tendo o executado manifestado ou procurado, de alguma forma, quitar o respectivo débito, o exequente pede a suspensão da CNH, CPF e cartões de crédito do executado, como forma de coação para que procedam ao pagamento do débito.
O Código de Processo Civil/15 incumbiu ao juiz "determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária" (artigo 139, IV)
Assim, dentre os poderes-deveres do magistrado, disponibilizou ferramental para que fosse eficiente e eficaz a tutela jurisdicional no sentido de efetivamente o vencedor da demanda possa obter o numerário, bem ou direito por ele reclamado.
Como diversas diligências foram realizadas para localização de bens do executado, arrastando-se estes autos desde 2016, sem a satisfação da obrigação, vislumbra-se que medidas mais efetivas e coercitivas são necessárias.
A tutela específica, pedida pelo exequente, é bem factível, uma vez que não veda a possibilidade dos executados subsistirem em outras funções ou serviços, mas evita que despendam valores em gastos que podem ser evitados, para possibilitar o pagamento a suas dívidas.
Assim, determino a suspensão do CPF, do CNH e o bloqueio dos cartões de crédito do executado.
Oficie-se à CIRETRAN, Receita Federal e às bandeiras de cartão de crédito.
2. O exequente deverá fornecer o endereço das operadoras de cartão de crédito para encaminhamento dos ofícios.
3. Suspendo o processo pelo prazo de 3 meses.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7040076-96.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Erro Médico]
AUTOR: KENIA RORIZ DE CARVALHO
Advogado do(a) AUTOR: JOSE CRISTIANO PINHEIRO - RO0001529
RÉU: TOSTA E CASTRO LTDA, PAULO CESAR DOS REIS, PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Advogados do(a) RÉU: D ARTAGNAN VASCONCELOS - GO26123, JOSE MANOEL DANTAS - GO26103
Advogado do(a) RÉU: CARLOS MARCIO RISSI MACEDO - GO22703
Advogado do(a) RÉU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO0005546

DESPACHO
1. Os requeridos e testemunhas residentes em outras Comarcas, serão ouvidas na comarca que residem, devendo os requeridos, por meio de seus advogados, apresentá-las na solenidade a ser designada pelo juízo deprecado, independente de intimação.
Expedida a carta precatória, a respectiva parte deverá comprovar sua distribuição no prazo de 30 dias, sob pena de se considerar que houve desistência tácita quanto à produção da respectiva prova.
2. O requerido Paulo Cesar desistiu da produção da prova pericial. Como a prova técnica também fora pedida pela requerente, manifeste-se a requerente se pretende a realização da prova, em 5 dias, arcando com as despesas de sua produção.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 0001214-83.2013.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Compromisso]
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO0003831
EXECUTADO: JUSSARA DE SOUZA LEITE
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos,
Esgotadas as diligências junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, não foram encontrados bens para penhora, mesmo já tendo sido citada/intimada a executada.
Consoante a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, não há razão para a repetição das diligências já realizadas, que somente se justifica mediante: "motivação expressa da exequente, que não apenas o transcurso do tempo, sob pena de onerar o Juízo com providências que cabem ao autor da demanda" (STJ. AgRg no AREsp 366440 Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, J. 25/03/2014).
Assim, no prazo de 30 dias, manifeste-se a parte exequente em termos de prosseguimento, indicando outros bens à penhora, ou, alternativamente, postulando a suspensão do processo.
Em caso de inércia por prazo superior a 30 dias, sem manifestação do exequente quanto à indicação de bens penhoráveis, nos termos do artigo 921, § 2º, CPC/15, determino o arquivamento dos autos.
No caso de arquivamento, deve ser devidamente anotado no processo, por se encontrar em pendência de prescrição intercorrente (art. 921, § 4º, CPC/15).
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346
Processo nº: 7035994-22.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Honorários Advocatícios]
EXEQUENTE: LUIS SERGIO DE PAULA COSTA
Advogado do(a) EXEQUENTE: LUIS SERGIO DE PAULA COSTA - RO0004558
EXECUTADO: MAURO JOSE DE SOUZA
Advogado do(a) EXECUTADO: JURACI APARECIDA VALENTE DA SILVA - RO0000156B
ATO ORDINÁRIO
Fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da resposta de ofício do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Processo nº: 7039358-65.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Obrigação de Fazer / Não Fazer]
AUTOR: THAYANE RODRIGUES
Advogado do(a) AUTOR: DALGOBERT MARTINEZ MACIEL - RO0001358
RÉU: ISABEL CARLA DE MELLO MOURA PIACENTINI
Advogado do(a) RÉU:
CERTIDÃO
Em cumprimento à determinação deste Juízo, fica designada audiência de conciliação para 2/4/2018, às 12 horas (meio-dia), Sala 9, a ser realizada na Central de Conciliação, SEJUSC/CÍVEL, situada à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com a Av. Jorge Teixeira, Bairro Embratel-Porto Velho-RO, ficando as partes intimadas para comparecimento à audiência.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7045399-82.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Valor da Execução / Cálculo / Atualização, Juros, Correção Monetária, Multa de 10%]
EXEQUENTE: ROSINALDO SANTOS RODRIGUES
Advogado do(a) EXEQUENTE: NEIDY JANE DOS REIS - RO0001268
EXECUTADO: OI/SA
Advogado do(a) EXECUTADO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO0000635
D E C I S Ã O
Libere-se o valor bloqueado em favor do executado, mediante transferência para a conta indicada no ID 16128846, como determinado no AI (ID 16330424):
"Portanto, a DECISÃO agravada merece um pequeno ajuste para que dela seja excluída a seguinte redação: "devendo o exequente habilitar seu crédito junto à recuperação judicial".
Posto isso, ante as ponderações, dou parcial provimento ao agravo para excluir da DECISÃO agravada o texto: "devendo o exequente habilitar seu crédito junto à recuperação judicial".
Revogo a medida que suspendeu a DECISÃO na origem em relação ao desbloqueio e liberação dos valores.
É como voto.
EMENTA
Agravo de instrumento. Cumprimento de SENTENÇA. Constrição de valores. Empresa em
recuperação judicial. Constituição do crédito que é posterior ao deferimento da recuperação judicial.
Desbloqueio. Habilitação de crédito junto à recuperação judicial. Descabimento. Recurso parcialmente
provido.
Havendo demonstração de que o trânsito em julgado da condenação e a constrição do valor na conta da
empresa que se encontra em recuperação judicial foram posteriores ao deferimento do plano de recuperação e, estando suspenso o curso de todas as ações e execuções contra a devedora, deve haver o desbloqueio e devolução da quantia à empresa em recuperação.
Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido de recuperação."
Cumprindo a DECISÃO ali constante, determino a suspensão do feito e seu arquivamento provisório.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 0023168-59.2011.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Compromisso]
EXEQUENTE: JOSE FERREIRA DA SILVA, ALMEZINDA LUCIA FERREIRA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE RAIMUNDO DE JESUS - RO0003975
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE RAIMUNDO DE JESUS - RO0003975
EXECUTADO: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
1. Inclua-se o patrono dos requeridos no cadastro do processo.
2. Conforme DESPACHO de f. 112, o depósito judicial realizado pelo executado fora levantado.
A petição de f. 123 consta petição dos próprios requerentes esclarecendo que receberam referido valor, remanescendo tão somente os honorários sucumbenciais.
Assim, esclareça devidamente o seu pedido o requerente, trazendo, ainda, aos autos, comprovante de levantamento do valor, a SENTENÇA dos embargos, acórdão e DECISÃO do STJ. Prazo de 5 dias, sob pena de extinção
Porto Velho/RO, 15 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 0014038-40.2014.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Compromisso]
EXEQUENTE: PORTO VELHO SHOPPING S.A
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO0000635
EXECUTADO: VALE & LIMA LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO: BRENO DIAS DE PAULA - RO000399B
DESPACHO
Impulsione a exequente o feito com medida útil executiva, no prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho/RO, 16 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7019839-41.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Espécies de Títulos de Crédito]
EXEQUENTE: INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS MDM LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: TIAGO HENRIQUE MUNIZ ROCHA - RO0007201
EXECUTADO: C. J. COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
1. Realizada consulta pelo sistema RENAJUD, conforme anexos, não constam registros de veículos em nome do executado.
2. Realizada a consulta no sistema INFOJUD, esta restou infrutífera, estando intimada a parte exequente a se manifestar acerca do resultado das consultas realizadas, no prazo de 15 (quinze) dias.
Segue, em anexo, o detalhamento das consultas.
Porto Velho/RO, 16 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7006196-45.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Transação]
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALEXANDRE CAMARGO - RO0000704
EXECUTADO: PHILIPP ROGED LIMA DA SILVA, ZENILDE LIMA DA SILVA CARVALHO
Nome: PHILIPP ROGED LIMA DA SILVA
Endereço: Rua Jacó Aires, 1651, Nova Humaitá, Humaitá - AM - CEP: 69800-000
Nome: ZENILDE LIMA DA SILVA CARVALHO
Endereço: Rua Jacó Aires, 1651, Nova Humaitá, Humaitá - AM - CEP: 69800-000
DESPACHO
Vistos.
1. Emende o requerente a inicial para proceder ao recolhimento das custas iniciais, no importe de 2% sobre o valor da causa, ou no mínimo o valor de R$ 101,94, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Pagas as custas, cumpra-se o item 2.
2. Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida no valor de R$ 22.634,97 mais honorários abaixo fixados, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC/2015), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do NCPC.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se do MANDADO /carta que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC).
Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do NCPC.
Caso não seja encontrado o devedor, deverá o Oficial de Justiça, arrestar-lhe tantos bens quanto sejam necessários para garantir a execução, cumprindo o disposto no artigo 830, § 1º do CPC/2015.
O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e seguintes do CPC/2015.
Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis.
Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 NCPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.

Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem. Desde que previamente proceda ao recolhimento no valor de R$ 15,00 para cada sistema.
Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do NCPC.
Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do NCPC.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA PRECATÓRIA, COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS.
O advogado do exequente deverá distribuir a carta precatória no prazo de 30 (trinta) dias, comprovando nos autos.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam usando o código: 18022015533177600000015202263 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
Juiz de Direito

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 0009919-70.2013.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: JOAQUIM DE LIMA PIRES
Advogados do(a) AUTOR: MATEUS BALEEIRO ALVES - RO0004707, ROBSON ARAUJO LEITE - RO0005196
Requerido: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO0003861, LUCIANA SALES NASCIMENTO - PB017625B, EVERSON APARECIDO BARBOSA - RO0002803, IGOR HABIB RAMOS FERNANDES - RO0005193
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada a manifestar-se, no prazo de 15 dias, acerca do laudo complementar.
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7053811-65.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: EVERTON PONTES DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: BRENDA MORAES SANTOS - RO8933, LARISSA SILVA PONTE - RO8929, SIDNEY RONDON TAQUES JUNIOR - RO9039
Requerido: Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A
Advogado do(a) RÉU:
Fica a parte Autora intimada para retirar a Carta Precatória e comprovar a distribuição em 10 dias, ficando a seu encargo o acompanhamento da precatória, devendo, inclusive, sempre manter este Juízo informado quanto ao estágio da mesma.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7037479-23.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Causas Supervenientes à SENTENÇA ]
EXEQUENTE: CAMILA CAROLINE MENDES KAIL VIZALLI
Advogado do(a) EXEQUENTE: IGOR HABIB RAMOS FERNANDES - RO0005193
EXECUTADO: JADER JEFFERSON CUNHA MARQUES
Advogados do(a) EXECUTADO: ROGERIO CUNHA ESTEVAM - PB16415, LIVIA FREITAS GIL - RO0003769
D E C I S Ã O
Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do BACENJUD, a consulta bloqueou parte dos valores devidos. Sendo assim, determinei sua transferência para conta judicial na Caixa Econômica Federal, agência 2848.
Intime-se a parte executada para se manifestar quanto à penhora, nos termos do artigo 854, § 3º do CPC/2015, no prazo de 5 (cinco) dias. Expeça-se carta de intimação caso não possua patrono constituído nos autos, do contrário, considerar-se-á intimada da publicação deste no Diário da Justiça ou será intimada pelo PJE.
Determino que o exequente se manifeste pela efetividade da execução, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento, para:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) apresentar cálculo atualizado da dívida.
Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de arquivamento.
Converto o bloqueio em penhora. Segue anexo o detalhamento do BACENJUD.
Porto Velho/RO, 16 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7037479-23.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Causas Supervenientes à SENTENÇA ]
EXEQUENTE: CAMILA CAROLINE MENDES KAIL VIZALLI
Advogado do(a) EXEQUENTE: IGOR HABIB RAMOS FERNANDES - RO0005193
EXECUTADO: JADER JEFFERSON CUNHA MARQUES
Advogados do(a) EXECUTADO: ROGERIO CUNHA ESTEVAM - PB16415, LIVIA FREITAS GIL - RO0003769
D E C I S Ã O
Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do BACENJUD, a consulta bloqueou parte dos valores devidos. Sendo assim, determinei sua transferência para conta judicial na Caixa Econômica Federal, agência 2848.
Intime-se a parte executada para se manifestar quanto à penhora, nos termos do artigo 854, § 3º do CPC/2015, no prazo de 5 (cinco) dias. Expeça-se carta de intimação caso não possua patrono constituído nos autos, do contrário, considerar-se-á intimada da publicação deste no Diário da Justiça ou será intimada pelo PJE.
Determino que o exequente se manifeste pela efetividade da execução, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento, para:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) apresentar cálculo atualizado da dívida.
Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de arquivamento.
Converto o bloqueio em penhora. Segue anexo o detalhamento do BACENJUD.
Porto Velho/RO, 16 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7031330-11.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [DIREITO DO CONSUMIDOR, Bancários]
AUTOR: FRANCISCO DAS CHAGAS SAMPAIO DE CARVALHO
Advogado do(a) AUTOR: LELIA DE OLIVEIRA RIBEIRO GOMES NETA - RO0004308
RÉU: BANCO DO BRASIL S/A
Advogados do(a) RÉU: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO0006673, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RO0006676
DESPACHO
Evoluam-se os registros pra fase de cumprimento de SENTENÇA.
Na forma do artigo 513 §2º, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver, devendo, ainda, apresentar os documentos determinados na SENTENÇA, no prazo de 30(trinta) dias.
Intime-se observando-se o disposto no §2º do art. 513 do diploma processual.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, 10% de honorários de fase de cumprimento de SENTENÇA.
Por fim, certificado o trânsito em julgado da DECISÃO e transcorrido o prazo do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7010319-57.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Indenização por Dano Moral]
AUTOR: EVALDO ALFAIA MEDEIROS
Advogado do(a) AUTOR: FAUSTO SCHUMAHER ALE - SP0273516
RÉU: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogados do(a) RÉU: ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO0006207, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434
DESPACHO
Evoluam-se os registros pra fase de cumprimento de SENTENÇA.
Na forma do artigo 513 §2º, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver.
Intime-se observando-se o disposto no §2º do art. 513 do diploma processual.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, 10% de honorários de fase de cumprimento de SENTENÇA.
Por fim, certificado o trânsito em julgado da DECISÃO e transcorrido o prazo do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7006166-10.2018.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
Assunto: [Alienação Fiduciária]
REQUERENTE: BANCO HONDA S/A.
Advogado do(a) REQUERENTE: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ - SP0206339
REQUERIDO: ANDERSON FREITAS DE LIMA
Nome: ANDERSON FREITAS DE LIMA
Endereço: Rua Duarte da Costa, 1572, São Sebastião, Porto Velho - RO - CEP: 76801-680
D E C I S Ã O
Vistos.
1. Emende o requerente a inicial para proceder ao recolhimento das custas iniciais, no importe de 2% sobre o valor da causa, neste momento, ou no mínimo o valor de R$ 101,94, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Pagas as custas, cumpra-se o item 2.
2. Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969. Sabe-se que com o advento do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), extinguiram-se as ações cautelares.
No caso dos autos, embora trate-se de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (SATISFATIVA/ANTECIPADA), prevista no artigo 300 do NCPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pela Cédula de Crédito Bancário devidamente assinado pela parte ré e a notificação informando a respeito do inadimplemento da obrigação.
De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo
Ante o exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante na inicial e contrato.
Depositando-se o bem em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários-mínimos até o limite do valor do veículo.
Executada a liminar, cite-se a parte ré para que, no prazo de 5 dias, efetue o pagamento integral da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
Efetuado o pagamento, o autor deverá restituir o veículo à parte ré, comprovando nos autos.

No prazo de 15 dias, a contar da citação, a devedora fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do NCPC.
O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º do NCPC
VIAS DESTA DECISÃO SERVEM COMO MANDADO DE BUSCA, APREENSÃO, CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam usando o código: 18022014504226700000015199747 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Porto Velho - RO, 20 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 0009919-70.2013.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: JOAQUIM DE LIMA PIRES
Advogados do(a) AUTOR: MATEUS BALEEIRO ALVES - RO0004707, ROBSON ARAUJO LEITE - RO0005196
Requerido: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO0003861, LUCIANA SALES NASCIMENTO - PB017625B, EVERSON APARECIDO BARBOSA - RO0002803, IGOR HABIB RAMOS FERNANDES - RO0005193
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a manifestar-se, no prazo de 15 dias, acerca do laudo complementar.

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7026303-81.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: EDEZIO BARRETO e outros
Advogado do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO0001996
Advogado do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO0001996
Requerido: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO0003861
INTIMAÇÃO
Ficam as partes, na pessoa de seu advogados, intimadas para manifestarem-se quanto ao laudo pericial. Prazo de 15 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7006166-10.2018.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
Assunto: [Alienação Fiduciária]
REQUERENTE: BANCO HONDA S/A.
Advogado do(a) REQUERENTE: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ - SP0206339
REQUERIDO: ANDERSON FREITAS DE LIMA
Nome: ANDERSON FREITAS DE LIMA
Endereço: Rua Duarte da Costa, 1572, São Sebastião, Porto Velho - RO - CEP: 76801-680
D E C I S Ã O
Vistos.
1. Emende o requerente a inicial para proceder ao recolhimento das custas iniciais, no importe de 2% sobre o valor da causa, neste momento, ou no mínimo o valor de R$ 101,94, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Pagas as custas, cumpra-se o item 2.
2. Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969. Sabe-se que com o advento do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), extinguiram-se as ações cautelares.
No caso dos autos, embora trate-se de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (SATISFATIVA/ANTECIPADA), prevista no artigo 300 do NCPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pela Cédula de Crédito Bancário devidamente assinado pela parte ré e a notificação informando a respeito do inadimplemento da obrigação.
De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo
Ante o exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante na inicial e contrato.
Depositando-se o bem em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários-mínimos até o limite do valor do veículo.
Executada a liminar, cite-se a parte ré para que, no prazo de 5 dias, efetue o pagamento integral da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
Efetuado o pagamento, o autor deverá restituir o veículo à parte ré, comprovando nos autos.
No prazo de 15 dias, a contar da citação, a devedora fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do NCPC.
O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º do NCPC
VIAS DESTA DECISÃO SERVEM COMO MANDADO DE BUSCA, APREENSÃO, CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam usando o código: 18022014504226700000015199747 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Porto Velho - RO, 20 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7007051-92.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: GILBERTO ANDRADE FERREIRA e outros
Advogados do(a) AUTOR: JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO0001068, ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR - RO0002811
Advogados do(a) AUTOR: ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR - RO0002811, JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO0001068
Requerido: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO0003861, EVERSON APARECIDO BARBOSA - RO0002803
INTIMAÇÃO
Ficam as partes, na pessoa de seu advogados, intimadas para manifestarem-se quanto ao laudo pericial, no prazo de 15 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7003442-67.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Mútuo]
EXEQUENTE: FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
Advogado do(a) EXEQUENTE: WILSON BELCHIOR - CE0017314
EXECUTADO: CLEDSON DO NASCIMENTO PEREIRA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD para verificação dos endereços, bens ou valores do executado/réu, o requerente/exequente deve providenciar o recolhimento da respectiva taxa no valor de R$ 15,29 para cada uma das consultas a cada órgão (artigo 17 da Lei n. 3.896/2016), no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7005808-45.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Direito de Imagem]
AUTOR: ELIANE DIDRICH PEREIRA
Advogados do(a) AUTOR: BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS - RO0006156, EZIO PIRES DOS SANTOS - RO0005870
RÉU: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDONIA/CERON
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Determino que a parte autora apresente comprovantes da alegada hipossuficiência, incluindo seus rendimentos e despesas, sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por consequência, da inicial, em face do não recolhimento das custas.
Inclusive já posicionamento adotado neste tribunal, e julgados semelhantes:
TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico-financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
Prazo de 15 (quinze) dias para regularização, nos termos do artigo 321 do CPC/15, sob pena de indeferimento da inicial e consequente condenação em custas iniciais.
Porto Velho/RO, 19 de fevereiro de 2018
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7022491-94.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Compromisso]
AUTOR: THIAGO PATTA DA SILVA, NATILA RONCONI ZANOTELLI PATTA
Advogados do(a) AUTOR: ERIKA CAMARGO GERHARDT - RO0001911, RICHARD CAMPANARI - RO0002889, LUIZ FELIPE DA SILVA ANDRADE - RO0006175
Advogados do(a) AUTOR: ERIKA CAMARGO GERHARDT - RO0001911, RICHARD CAMPANARI - RO0002889, LUIZ FELIPE DA SILVA ANDRADE - RO0006175
RÉU: WVL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, ALPHAVILLE URBANISMO S/A
Advogado do(a) RÉU: LUCIANA NAZIMA - SP0169451
Advogado do(a) RÉU: LUCIANA NAZIMA - SP0169451
SENTENÇA
I. Relatório
Thiago Patta da Silva e Natila Ronconi Zanotelli ajuizaram ação de rescisão contratual, devolução de valores e indenização por danos morais em face de Alphaville Urbanismo S. A. e WVL Empreendimentos Imobiliários Ltda alegando, em síntese, que em 11.12.2010 e 03.10.2012 firmaram dois instrumentos particulares de promessa de compra e venda de imóvel objeto de loteamento imobiliário denominado Alphaville Porto Velho. Alegam que o primeiro lote foi adquirido pelo valor de R$ 218.977,46 (duzentos e dezoito mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos) e outro no valor de R$ 183.200,00 (cento e oitenta e três reais e duzentos centavos). Especificaram a forma de pagamento dos referidos lotes. Dizem que a partir do atraso na entrega dos imóveis, precisaram realizar outra contratação destinada a constituir sua moradia e perderam o interesse na aquisição dos lotes. Afirmam que tentaram amigavelmente o encerramento do contrato com a devolução dos valores pagos, descontando-se o valor da multa contratual de 20% (vinte por cento) das parcelas pagas. Sustentam que todas as tentativas de resilição contratual foram recusadas e que passaram a serem forçados ao pagamento das parcelas, sob ameaça de restrição creditícia. Afirmam que sofreram diversos prejuízos, transtornos e constrangimentos, inclusive com a negativação de seu crédito – o que foi realizado a despeito e à revelia das tentativas de negociação administrativas. Postularam declaração de resolução contratual em sede de antecipação de tutela e deferimento dos benefícios da justiça gratuita. No MÉRITO pediram a procedência da ação para reconhecer e declarar a ocorrência da resolução contratual e nulidades das cláusulas referenciadas no corpo presente com o reconhecimento da ocorrência da resolução, que sejam a requeridas compelidas a restituir os valores pagos, devidamente corrigidos. Alternativamente postulam a procedências para reconhecer e declarar a ocorrência da resilição contratual e nulidade das cláusulas referenciadas com o reconhecimento da resolução, que sejam as requeridas compelidas a restituir os valores pagos, devidamente corrigidos, retendo-se o percentual máximo de 10%. Postularam ainda a condenação das requeridas ao pagamento de danos materiais, consubstanciados em lucros cessantes, além de danos morais. Juntaram documentos.

DESPACHO inicial indeferindo os benefícios da justiça gratuita, contudo deferindo o pagamento das custas iniciais de forma parcelada (ID 11400295).
Audiência de tentativa de conciliação realizada (ID 12668039).
A requerida, devidamente citada, apresentou defesa. Primeiramente alega impossibilidade de rescisão contratual em vista do contrato firmado em regime de alienação fiduciária. Diz que os autores, após celebrarem a promessa de compra e venda, por motivos alheios a parte ré, resolveram desfazer o negócio celebrado. Ressalta que inexistiu qualquer motivação para a intenção de extinguir o acordo, evidencie o inadimplemento imotivado por parte dos compradores. Sustenta a legalidade da devolução da quantia de forma parcelada. Quanto aos danos materiais na modalidade lucros cessantes, alega que o pedido não encontra respaldo lógico ou jurídico, uma vez que não há garantia nenhuma de que conseguiria suposto lucro. Alega ausência do dever de indenizar ante a não comprovação dos supostos danos morais. Postula a improcedência dos pedidos.
A parte requerida apresentou réplica reafirmando os termos da inicial.
Sem pedido de produção de provas.
É o relatório. Decido.
II. Fundamentação
Do Julgamento Antecipado do MÉRITO
Consoante entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513). O presente caso retrata questão que dispensa a produção de outras provas, razão pela qual passo, doravante, a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 330, I do Código de Processo Civil.
Do MÉRITO
Versam os presentes sobre ação de rescisão contratual c/c com restituição de valores, dano material e dano moral, em que o requerente alega que adquiriu 2 lotes de terras que não foram entregues pela requerida, em virtude de pendências ambientais.
1. Da aplicação do CDC e inversão do ônus da prova.
Prefacialmente, convém frisar que a relação jurídica material existente entre os litigantes enquadra-se perfeitamente como relação de consumo, nos termos dos arts.2º e 3º, 2º, do Código de Defesa do Consumidor, os quais dispõe:
"Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista."
Isso implica dizer que para o deslinde da questão, aplica-se o art. 14, do CDC, o qual prevê a responsabilidade objetiva.
Ademais, tratando-se de relação de consumo, incide o art. 6º, incido VIII do CDC, cabendo a ré o ônus de demonstrar que houve regularidade das cobranças feitas ao autor.
2. Da resolução do contrato
É incontroverso nos autos a aquisição das áreas especificadas na inicial, conforme contratos de promessas de compra e venda juntado (ID 10589497, 10589497) bem como não restam dúvidas de que os pagamentos das parcelas referentes a esses contratos estavam sendo realizados relativamente em dia até o mês de abril de 2016.
É patente o direito da consumidora autora de rescindir o contrato. Não é crível a discussão em sentido contrário, tratando de obrigações sucessivas de relação de longo prazo situações imprevistas e sem necessidade de motivação expressa podem suscitar a quebra contratual, resguardados os direitos de cada parte à reparação de danos por aquele que optou ou deu causa à rescisão.
Assim, não há que se falar em irrevogabilidade do contrato, o que de forma alguma não afasta sua força vinculante já que se reconhece a estipulação de consequências de sua quebra.
O ponto crucial de discussão gira em torno dos termos de devolução dos valores pagos pela consumidora.
No contrato há a seguinte previsão:
CLÁUSULA DEZESSETE - RESCISÃO
(...) Parágrafo Segundo. Ocorrendo a rescisão desta Promessa motivada pelo Comprador, este pagará a título de cláusula penal de natureza compensatória, a quantia correspondente a 20% dos valores pagos à Alphaville, que serão descontados do montante a restituir.
Parágrafo Terceiro: Caso a rescisão desta Promessa tenha sito motivada pelo Comprador, ser-lhe-ão devolvidos os valores pagos, em até 12 parcelas sucessivas, iniciando-se no mês subsequente ao da rescisão, atualizadas pelo mesmo indexador desta Promessa, descontados:
a) os valores previstos no parágrafo segundo desta cláusula;
b) custas de registro desta Promessa, na ficha matrícula do Lote, no Cartório de registro de Imóveis competente, desde que comprovadamente despendidas pela vendedora e/ou Alphaville, e da notificação, ambos para os fins do art. 32 da Lei 6.766/79;
c) os tributos, exemplificativamente, o Imposto Predial e Territorial Urbano, uma vez lançado pela Prefeitura Municipal de Porto Velho de forma individualizada, e Taxa de Manutenção, e Taxa de Aprovação de Projeto, a Taxa de Alteração de Projeto e outras taxas previstas no Estatuto Social da Associação, que, devidas e vencidas, não tenham sido pagas.
Os consumidores apresentam objeção afirmando que o abatimento do percentual de 20% seria ilegal, uma vez que o inadimplemento contratual seria da própria requerida, que atrasou em vários meses a entrega da obra.
Ressaltam que o atraso injustificado do empreendimento fez com que tivessem que adquirir outro imóvel para fixar sua moradia. Questionam ainda que a devolução não deve ser feita de forma parcelada, mas sim de imediato.
Em seu favor apresenta súmula 543 do STJ e precedentes daquela Corte em favor de sua tese, já a parte requerida se firma na força vinculante do contrato e não necessidade de reparação pelos danos advindos da rescisão unilateral.
Pois bem, quanto ao percentual, verifica-se que não há que se falar em abatimento de 20%, considerando que foi a requerida quem deu causa ao desfazimento do contrato. Compulsando os documentos juntados, verifica-se que o inadimplemento do contrato por parte dos compradores iniciou após a o atraso injustificado da requerida, que não entregou ao empreendimento no prazo pactuado. Dessa sorte, determino a devolução integral da quantia efetivamente paga pelos autores.
Quanto à forma de devolução, igualmente assiste razão os consumidores, nos termos da Súmula 543, "na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador - integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento", assim o pagamento deve ser imediato.
Assim, deve ser tido por rescindido o contrato gerando a obrigação da requerida de devolver os valores recebidos dos autores.
3. Lucros cessantes
Quanto ao pedido de danos materiais, cumpre tecer algumas considerações a respeito.
A relação negocial é um acordo jurídico que deve ser pautado pela adimplência recíproca, sucessiva e contínua, consistente na boa-fé objetiva e subjetiva, em que ambas as partes relacionadas na pactuação cumpram indistintamente suas obrigações.
No caso em tela, a requerida não atuou com presteza e zelo com seus clientes, muito menos atenuou os efeitos decorrentes de sua inércia. O ressarcimento pelos danos materiais (lucros cessantes) suportados pelo autor poderia ser devido em virtude do inadimplemento contratual da ré.

Ocorre que especificamente quanto ao caso em tela, verifica-se que a unidade imobiliária adquirida se trata de um terreno e não de uma casa ou apartamento, o que impossibilita que seja alugado a terceiros, para fins residenciais.

Desta forma, julgo improcedente o pedido de lucros cessantes.

4. Dano moral

No que tange ao dano moral, verifica-se que o imóvel não foi entregue após o termo final aprazado entre as partes no instrumento contratual. O atraso por período tão longo, por certo, trouxe angústia e insegurança em relação à CONCLUSÃO da obra. Nesse sentido, entendo que o indivíduo que adquire unidade habitacional para moradia ou locação o faz perseguindo um sonho de moradia ou renda. Há reserva de recursos durante anos para a entrada e o restante, via de regra, é parcelado em inúmeras prestações, tudo com vistas a consolidar o tão sonhado objetivo. Não há dúvidas, portanto, que o inadimplemento das empresas vendedoras/construtoras, o longo atraso na entrega da unidade — sobretudo em razão da desconformidade com as amplas propagandas publicitárias e promessas feitas no momento da contratação, frustraram a expectativa do comprador, causando-lhe muito mais do que meros aborrecimentos, mas verdadeiros transtornos, capazes de abalar-lhe psicologicamente.

Inconteste que os autores sofreram diversos abalos em decorrência do negócio frustrado, onde realizaram suas expectativas restando impedidos no seu intento, ou seja tomar posse e residir em seu próprio imóvel. Passaram por diversos aborrecimentos e problemas, além de dispor de seu patrimônio, sem, contudo, ter como usufruir do imóvel adquirido. Nada lhe foi apresentado para solver sua questão.

Não se trata de mero inadimplemento contratual, tendo em vista que o autor ficou durante extenso período sem seu imóvel, conforme vem entendendo o egrégio Superior Tribunal de Justiça:

DANO MORAL. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. Há mais de 12 anos houve a assinatura do contrato de promessa de compra e venda de uma unidade habitacional. Contudo, passados mais de nove anos do prazo previsto para a entrega, o empreendimento imobiliário não foi construído por incúria da incorporadora. Nesse contexto, vê-se que a inexecução causa séria e fundada angústia no espírito do adquirente a ponto de transpor o mero dissabor oriundo do corriqueiro inadimplemento do contrato, daí ensejar, pela peculiaridade, o ressarcimento do dano moral. Não se desconhece a jurisprudência do STJ quanto a não reconhecer dano moral indenizável causado pelo descumprimento de cláusula contratual, contudo há precedentes que excepcionam as hipóteses em que as circunstâncias atinentes ao ilícito material têm consequências severas de cunho psicológico, mostrando-se como resultado direto do inadimplemento, a justificar a compensação pecuniária, tal como ocorre na hipótese. Outrossim, é certo que a Lei n. 4.591/1964 (Lei do Condomínio e Incorporações) determina equiparar o proprietário do terreno ao incorporador, imputando-lhe responsabilidade solidária pelo empreendimento. Mas isso se dá quando o proprietário pratica atividade que diga respeito à relação jurídica incorporativa, o que não ocorreu na hipótese, em que sua atuação, conforme as instâncias ordinárias, limitou-se à mera alienação do terreno à incorporadora, o que não pode ser sindicado no especial, por força da Súm. n. 7-STJ. Dessarte, no caso, a responsabilidade exclusiva pela construção do empreendimento é, sem dúvida, da incorporadora. Precedentes citados: REsp 1.072.308-RS, DJe 10/6/2010; REsp 1.025.665-RJ, DJe 9/4/2010; REsp 617.077-RJ, DJe 29/4/2011; AgRg no Ag 631.106-RJ, DJe 8/10/2008, e AgRg no Ag1.010.856-RJ, DJe 1º/12/2010. REsp 830.572-RJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 17/5/2011. 4ª Turma.

COMPRA. VENDA. IMÓVEL. INADIMPLÊNCIA. INCORPORADORA. DANOS MORAIS. Trata-se de REsp decorrente de ação de rescisão contratual cumulada com indenizatória ajuizada pela recorrida em desfavor da recorrente, tendo em vista o inadimplemento contratual por parte desta, relativo a contrato de compra e venda de imóvel. Inicialmente, ressaltou o Min. Relator não se desconhecer que a jurisprudência deste Superior Tribunal, por vezes, afirma que o inadimplemento contratual acarreta mero dissabor, sendo verdade, entretanto, que os precedentes não se posicionam de modo intransigente no que tange à matéria. Admitiu que, dependendo da peculiaridade do caso concreto, pode ser constatado abalo moral a exigir compensação pecuniária. Assim, recepcionam-se as hipóteses em que, na própria descrição das circunstâncias que perfazem o ilícito material, é possível verificar consequências bastante sérias de cunho psicológico que são resultado direto do inadimplemento culposo. No caso em questão, o acórdão recorrido chegou à CONCLUSÃO de que a ocorrência de dano moral decorreu do não cumprimento do contrato de promessa de compra e venda de imóvel, cujo atraso já conta mais de dez anos, circunstância que extrapola o mero aborrecimento. Diante disso, a Turma, ao prosseguir o julgamento, manteve o acórdão ao não conhecer do recurso especial. Precedentes citados: REsp 1.025.665-RJ, DJe 9/4/2010; REsp 1.072.308-RS, DJe 10/6/2010; AgRg no Ag 1.010.856-RJ, DJe 1º/12/2010; AgRg no Ag 830.546-RJ, DJ 8/10/2007, e AgRg no Ag 482.521-RJ, DJ 5/3/2007. REsp 617.077-RJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 5/4/2011. 4ª Turma.

Em conformidade com o exposto acima, a legislação pátria possui diversos DISPOSITIVO s que tratam a respeito dessa questão. Colaciona-se alguns, a fim de que ao menos ajude a compor o entendimento a respeito da configuração, quantificação e mesmo modalidade.

Segundo a Constituição Federal, há direito a indenização, toda vez que restar comprovada a lesão a determinado bem jurídico tutelado pelo Estado:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Ainda o Estatuto Civil Brasileiro disciplina a respeito:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

E por último, o Estatuto brasileiro de Proteção ao Consumidor é enfático, ao dispor o seguinte:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...)

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

Assim, notório que o Sistema Normativo Brasileiro, agrega um conjunto de valores, que redundam na aplicação de ressarcimento àqueles que experimentam alguma espécie de dano a bem jurídico que possui preservação legal. Considerando essa assertiva, entendo devido a indenização a parte autora, a qual sofreu violação por ato da parte requerida, devendo ser aplicado o valor adequado a qual passo a analisar os fundamentos de sua quantificação.

Pontua-se ainda, que este Juízo dispensa a demonstração de que o imóvel seja negociado para fins de residência para reconhecer danos morais. Neste sentido decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

Apelação cível. Contrato de compra e venda de imóvel. Atraso na entrega. Multa contratual. Cláusula de tolerância. Abusividade. Correção pelo IGPM. Data prevista de entrega. Lucros cessantes.

Percentual do valor do imóvel. Dano moral. Investimento. Configuração. Contratação de advogado. Se não houve cláusula estipulando multa por atraso na entrega da obra, não deve haver penalização em desfavor da construtora. As cláusulas contratuais que permitem à construtora, sem justificativa, o atraso na entrega do imóvel são abusivas. Tendo o contrato estabelecido data para a entrega do imóvel, há de ser substituído o índice INCC pelo IGP-M a partir da data prevista para entrega, sob pena de beneficiar-se a construtora em mora. O valor dos lucros cessantes deve ser apurado em liquidação de SENTENÇA, considerando a incidência de correção monetária e com valor de aluguel mensal de 0,5% sobre o valor total do imóvel à época. Fica configurado o dano moral quando a construtora atrasa a entrega da obra injustificadamente, ainda que o bem tenha sido adquirido para fins de investimento. A relação obrigacional que enseja pagamento ao profissional da advocacia dá-se entre este e seu cliente, não sendo possível atribuir a terceiro o cumprimento do ônus decorrente do contrato. (TJ/RO, ProcessoAPL 00223801120128220001 RO 0022380-11.2012.822.0001, Publicação Processo publicado no Diário Oficial em 30/03/2016, Relator Desembargador Alexandre Miguel)

Apelação cível. Contrato de compra e venda de imóvel. Descumprimento pela parte vendedora. Atraso na entrega da obra. Responsabilidade civil. Configuração. Dever de indenizar. Manutenção. Dano material. Configurado. Comprovado o descumprimento do contrato de promessa de compra e venda, em razão do injustificado atraso na construção e entrega do imóvel, deve ser reconhecido o direito da parte adquirente ao recebimento dos valores desembolsados referentes ao sinal que pagou no momento da contratação da compra do bem. Os desgastes emocionais sofridos em decorrência do atraso na entrega do imóvel ultrapassaram os dissabores decorrentes de um mero inadimplemento contratual, devendo a construtora ser responsabilizada pelos danos morais causados. Quando o valor arbitrado pelo juízo singular a título de indenização por danos morais revela-se razoável e suficiente, tanto para compensar o abalo sofrido pelo ofendido quanto para satisfazer a função educativa do instituto, não há motivos para modificá-lo. (TJ/RO, Processo APL 00121142820138220001 RO 0012114-28.2013.822.0001, Orgão Julgador2ª Câmara Cível, Publicação Processo publicado no Diário Oficial em 16/02/2016, Relator Desembargador Isaias Fonseca Moraes)

Configurados os danos morais, deve-se observar para sua aferição, a intensidade da culpa e as consequências advindas do ato ilícito. Apresentam-se como norteadores para a quantificação do dano moral, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, ainda, o princípio que veda o enriquecimento ilícito, deles não podendo se divorciar o Julgador. Além disso, o dano deve ser fixado em valor razoável, procurando compensar o lesado e desestimular o lesante, sem proporcionar enriquecimento ilícito. A reparação atua como elemento educativo do ofensor e da sociedade, no sentido da conscientização de seus deveres. Cabe ao juízo, de acordo com o seu prudente arbítrio, atentando para a repercussão do dano na vida do autor e a possibilidade econômica do ofensor, estimar uma quantia consentânea aos fatos ocorridos.

O grau de culpa e a situação econômica das partes indicam a necessidade de exasperação da indenização, pois a ré atua no setor de construção civil, e, portanto, deveria exercer seu labor com mais diligência, e em obediência aos prazos convencionados para a entrega do empreendimento, considerando que se trata de sua atividade-fim. Assim, tendo em vista que o dano moral visa coibir que uma das partes volte a praticar o ato ilícito, além do notório poder econômico da requerida, fixo o montante da indenização em R$ 6.000,00 (seis mil reais), valor este, que deverá ser atualizado a partir do arbitramento.

III. DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos deduzidos na petição inicial para o fim de:

a) declarar rescindido os dois Contratos Particulares de Promessa de Compra e Venda;

b) condenar as requeridas a devolução integral da quantia paga pelos autores, devidamente atualizada e em parcela única.

c) condenar as requeridas ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), já atualizados;

d) rejeitar o pleito concernente à indenização por danos materiais (lucros cessantes);

e) confirmar a antecipação de tutela.

Sucumbente em sua maioria, condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º do CPC.

Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.

P.R.I.

Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018

Juíza Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7029910-68.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Invalidez Permanente]
EXEQUENTE: NAPOLIAO FREIRES DOS SANTOS
Advogado do(a) EXEQUENTE: FLAVIO HENRIQUE TEIXEIRA ORLANDO - RO0002003
EXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO

Oficie-se a APSADJ - PORTO VELHO para que implementem de imediato a aposentadoria por invalidez determinada na SENTENÇA, anexando cópia da SENTENÇA, e determinando que informem ao juízo o motivo pelo houve a cessação do benefício, encaminhando cópia do processo administrativo que culminou no descumprimento da ordem judicial, sob pena de responsabilização.

Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7002406-87.2017.8.22.0001
Classe: LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS (152)
Assunto: [Causas Supervenientes à SENTENÇA ]
AUTOR: WELIGTON VIEIRA DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: INGRID JULIANNE MOLINO CZELUSNIAK - RO0007254, TIAGO DE BRITO SANTOS - RO8189, EVANDRO JUNIOR ROCHA ALENCAR SALES - RO0006494, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
RÉU: CONSTRUTORA BS LTDA, CONSTRUTORA BS S.A., SIDNEI BORGES DOS SANTOS, ELIANE PEREIRA BORGES DOS SANTOS, AGLAUCIO VIANA DE SOUZA, IRANEIDE PEREIRA DA SILVA
Advogado do(a) RÉU: RODRIGO BADARO ALMEIDA DE CASTRO - DF002221A
Advogado do(a) RÉU: RODRIGO BADARO ALMEIDA DE CASTRO - DF002221A
Advogado do(a) RÉU: RODRIGO BADARO ALMEIDA DE CASTRO - DF002221A
Advogado do(a) RÉU: RODRIGO BADARO ALMEIDA DE CASTRO - DF002221A
Advogado do(a) RÉU: RODRIGO BADARO ALMEIDA DE CASTRO - DF002221A
Advogado do(a) RÉU: MANOEL VERISSIMO FERREIRA NETO - RO0003766

DESPACHO
Expeça-se certidão de crédito em favor do requerente, o qual deverá habilitar o seu crédito junto ao processo falimentar.
Depois, arquive-se.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7020466-11.2017.8.22.0001
Classe: IMISSÃO NA POSSE (113)
Assunto: [Imissão]
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO DE QUEIROZ LOPES DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: LIGIA CARLA CAMACHO FURTADO - RO0003528
REQUERIDO: ANTONIO GONZAGA BRANCO, MARIA ROSANGELA CAVALCANTE BRANCO, SILVANO TEIXEIRA DE MIRANDA, MARA CRISTINA COSTA FERNANDES DE TEIXEIRA
Advogados do(a) REQUERIDO: CELIVALDO SOARES DA SILVA - RO0003561, LARISSA NERY SOARES - RO7172
Advogados do(a) REQUERIDO: CELIVALDO SOARES DA SILVA - RO0003561, LARISSA NERY SOARES - RO7172
Advogados do(a) REQUERIDO: CELIVALDO SOARES DA SILVA - RO0003561, LARISSA NERY SOARES - RO7172
Advogados do(a) REQUERIDO: CELIVALDO SOARES DA SILVA - RO0003561, LARISSA NERY SOARES - RO7172
SENTENÇA
I – Relatório
Carlos Alberto de Queiroz Lopes da Silva ajuizou ação de imissão na posse em face de ANTÔNIO GONZAGA BRANCO, MARIA ROSÂNGELA CAVALCANTE BRANCO, SILVANO TEIXEIRA DE MIRANDA e MARA CRISTINA COSTA FERNANDES DE TEIXEIRA, alegando que, em 12/02/2010, teria adquirido 2 (dois) imóveis em leilão realizado na 1ª Vara Cível da Comarca de Guajará-Mirim/RO, em decorrência da Execução Fiscal que tramitou sob o nº: 0055509-38.2007.822.0015. E, que por dificuldades financeiras somente teria tido oportunidade de efetivar a transferência dos bens imóveis para seu nome em 2016, levando a escritura a registro no 1º Serviço Registral da Comarca de Porto Velho/RO.
O autor indicou os seguintes lotes:
Lote nº 39: Matrícula n° 87.339. Lote de terras urbano nº 39 (trinta e nove), do Patrimônio desta Municipalidade, situado na quadra nº 8 (oito). Loteamento “Jardim Acapu”. Área: 300,00m² (trezentos metros quadrados). Título: Carta de Aforamento n° 1522/Desmembrada, expedida pela Prefeitura Municipal desta Capital. Situado na Cidade de Porto Velho-RO: Limitando-se: Frente, com a Rua 05; Fundos, com o lote nº 10 (dez); lado direito, com o Lote nº 40; Lado esquerdo, com o Lote nº 38. Medindo o lote 10,00m de frente; 10,00m de fundos; e 30,00m do lado direito; e 30,00m do lado esquerdo.
Lote nº 40: Matrícula 87.340. Lote de terras urbana nº 40 (quarenta) do Patrimônio desta Municipalidade, situado na quadra nº 8 (oito). Loteamento: “Jardim Acapu”. Área: 300,00m² (trezentos metros quadrados). Título: Carta de Aforamento n° 1522/Desmembrada, Expedida pela Prefeitura Municipal desta Capital. Situado na Cidade de Porto Velho/RO. Limitando-se: Frente, com a Rua 05; Fundos, com o lote nº 9 (nove) lado direito, com o lote nº 41; Lado esquerdo, com o Lote nº 39. Medindo o lote 10,00m de frente; 10,00m de fundos; 30,00m do lado direito; e 30,00m do lado esquerdo.
Afirmou que tomou conhecimento do fato de que os imóveis estavam ocupados após a arrematação, e que teria procurado os moradores dos imóveis para requerer a desocupação, mas não teria logrado êxito, motivo pelo qual teria ingressado com ação de imissão na posse que tramitou nesta vara cível sob o nº 0016530-39.2013.8.22.0001 e que fora extinta sem resolução do MÉRITO em razão de à época não ter o ainda procedido com a regularização da propriedade dos imóveis arrematados.
Aduz que não fora firmado qualquer contrato de locação, escrito ou verbal, como os ocupantes dos imóveis, ora requeridos, e que estes estariam, portanto, aproveitando-se indevidamente de suas propriedades, impedindo-o de utilizá-las. Afirmou ter realizado registro de boletim de ocorrência n.º 13E1005006308, com o detalhamento dos fatos.
Asseverou ser o legítimo proprietário dos imóveis. Requereu a desocupação dos imóveis em caráter liminar, em tutela de urgência antecipada. Postulou por sua imissão na posse dos imóveis.
Os 2 (dois) primeiros requeridos, ANTÔNIO GONZAGA BRANCO, MARIA ROSÂNGELA CAVALCANTE BRANCO, ofertaram contestação alegando que não assiste razão ao autor, ao passo que afirmam residirem no imóvel a mais de 15 (quinze) anos, e que este à época da ocupação era um lote vazio, no qual teriam construído a casa da família e benfeitorias. Contaram que jamais tinham sido notificados judicial ou extrajudicialmente, até a citação feita por via de oficial de justiça em 14/06/17 sob ordem desse juízo nos presentes autos, e que não foram em nenhuma oportunidade procurados pelo requerente para que desocupassem a área, ou informados de que a propriedade seria leiloada. Alegaram o direito de usucapir a terra urbana por terem-na possuído por mais de 5 (cinco) anos ininterruptamente e sem oposição para a moradia da família. Requereram a declaração de domínio via prescrição aquisitiva, e a improcedência dos pedidos do autor.
Os 2 (dois) últimos requeridos, SILVANO TEIXEIRA DE MIRANDA e MARA CRISTINA COSTA FERNANDES DE TEIXEIRA, apresentaram sua contestação com os mesmos fundamentos apresentados pelos primeiros 2 (dois) requeridos.
O requerente apresentou réplica às contestações dos requeridos, alegando preliminarmente que não fora apostada assinatura nas procurações de ANTONIO GONZAGA BRANCO e SILVANO TEIXEIRA DE MIRANDA, pugnando pela decretação da revelia em desfavor destes ante a ausências de representação processual. Impugnou a afirmação dos réus de que detinham a posse mansa e pacífica, em relação aos imóveis que afirmam possuir a mais de década, pois já responderam demanda com mesmo objeto e causa de pedir nos autos de n.º 0016530-39.2013.822.0001. Asseverou que adquiriu os imóveis através de leilão judicial, que observa o devido processo legal, o que tornaria descabidas as alegações dos requeridos. Aduziu que os requeridos não trouxeram aos autos qualquer documento que comprove a longa data de ocupação dos imóveis. Pugnou pela procedência total de seus pedidos.
É o relatório.
Decido.
II - Fundamentos
O Julgamento Conforme o Estado do Processo.
Consoante entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder (STJ - 4ª Turma, REsp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).
Razão pela qual passo, doravante, a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 355, I do Código de Processo Civil/2015.
Da preliminar de irregularidade na representação arguida pelo requerente
Não obstante a arguição do autor, os requeridos regularizaram suas representações juntando aos autos procurações com as devidas assinaturas apostadas, mesmo sem ter havido intimação para correção do vício por este juízo.
Ainda que não houvesse ocorrido a retificação espontânea pelos requeridos, a irregularidade na representação não enseja a penalização da parte irregular de plano, vez que o códex processual civil pátrio prevê a possibilidade de ser a parte intimada à regularizar sua representação, e apenas se não cumprida a determinação - em se tratando de irregularidade na representação dos réus - é que se ensejará a decretação da revelia.

Vejamos o que delineia o Código de Processo Civil acerca do assunto:
Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.
§ 1o Descumprida a determinação, caso o processo esteja na instância originária:
I - o processo será extinto, se a providência couber ao autor;
II - o réu será considerado revel, se a providência lhe couber;
III - o terceiro será considerado revel ou excluído do processo, dependendo do polo em que se encontre.
Assim, rejeito a preliminar de irregularidade na representação arguida pelo requerente, pelo exposto.
Do MÉRITO
Versam os presentes sobre ação em que o requerente pretende a imissão nos bens imóveis adquiridos.
Ação de imissão na posse é destinada à aquisição da posse por quem ainda não a obteve. Logo, a ação de imissão na posse não é uma ação possessória, ou seja, não é uma ação fundada no ius possessionis, mas que possui sim natureza de ação petitória, fundada no ius possidendi.
Haverá a necessidade da propositura da ação de imissão na posse quando o direito à posse decorrer do domínio, e que, neste caso, tenha como FINALIDADE a aquisição originária da posse do bem, devendo ser a ação proposta sempre em face daquele que tem a tença do bem, seja ele o alienante, seja ele um terceiro.
O autor alegou a aquisição dos lotes 39 e 40 – descrição pormenorizada no relatório desse decisum – através de arrematação em leilão judicial promovido pela 1ª Vara cível da Comarca de Guajará-Mirim/RO, nos autos da Execução Fiscal n.º 0055509-38.2007.822.0015. Fato corroborado através da Carta de Arrematação expedida por esse referido juízo, que fora juntada aos autos sob ID. 10314175.
Das certidões de inteiro teor (ID.10314239 e ID.10314269), bem como pelos endereços onde foram citados os requeridos, depreende-se que os requeridos ANTÔNIO GONZAGA BRANCO e MARIA ROSÂNGELA CAVALCANTE BRANCO encontram-se na posse do Lote n.º 40, enquanto que os requeridos SILVANO TEIXEIRA DE MIRANDA e MARA CRISTINA COSTA FERNANDES DE TEIXEIRA, na posse do Lote nº 39.
Os requeridos, afirmam que detêm a posse dos respectivos imóveis a mais de década, e que jamais tiveram ciência de que iriam a leilão, tampouco que haviam sido arrematados, ao passo que aduzem jamais terem sido notificados extrajudicial ou judicialmente acerca disso, e que teriam tido ciência da oposição à posse que exercem apenas através da citação ocorrida nos presentes autos.
Alegaram o direito de usucapir as propriedades sobre as quais respectivamente detém a posse, através da usucapião urbana, prevista no art. 1.240, do Código Civil.
Não obstante terem arguido o direito de usucapir as respectivas propriedades através da via processualmente inadequada, reconvenção ou ação autônoma, é sabido que o direito à usucapião pode ser arguido como matéria de defesa, conforme súmula 237 do Supremo tribunal Federal.
Portanto, o pleito de direito deve ser analisado.
Faz-se necessária algumas considerações acerca do instituto da usucapião urbana previsto no referido artigo 1.240, do Código Civil.
Vejamos o que dispõe o texto normativo:
Art. 1.240. Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
§ 1o O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
§ 2o O direito previsto no parágrafo antecedente não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
Portanto, vemos que são requisitos para a aquisição originária da propriedade através da usucapião urbana:
·área urbana de até 250m²;
·posse ininterrupta e sem oposição pelo período de 5 (cinco) anos;
·utilização para moradia pessoal ou familiar;
·não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
Notadamente esses requisitos são cumulativos, uma vez que não há conectivo alternativo entre eles.
Pois bem.
Os requeridos alegaram utilizar os respectivos imóveis sobre os quais exercem a posse para moradia familiar. Entretanto, não demonstraram o alegado por via de qualquer meio probatório. O que poderia ser demonstrado facilmente através de documentos.
Não demonstraram não possuir outros imóveis sob seus domínios.
Afirmaram o não conhecimento da oposição à posse que exercem, e que teriam tomado conhecimento apenas através da citação ocorrida nos presentes autos, o que se demonstra inverídico diante dos documentos carreados aos autos pelo autor, que demonstram que, no mínimo, desde os idos de 2013 os requeridos têm conhecimento da oposição à posse dos bens imóveis ora em discussão, pois foram citados nos autos da ação de imissão na posse que tramitou nesta vara cível sob o nº 0016530-39.2013.8.22.0001, onde inclusive ofertaram contestações.
Sendo assim, desde então a posse revela-se injusta, ante a oposição.
Cumpriria aos requeridos demonstrarem que detinham a posse pelo período ininterrupto de 5 (cinco) anos, em lapso pretérito ao ano de 2013, onde restou demonstrada a oposição. No entanto, também não demonstraram.
Essas ultimas considerações foram feitas com caráter elucidativo e aclarador, pois ainda que tivessem sido acostados aos autos, documentos que comprovasse a posse pelo referido período, não haveria azo ao direito de aquisição originária por via da usucapião urbana prevista no artigo supramencionado, pois lhe faltaria um dos requisitos objetivos, qual seja: a dimensão da propriedade, indicada pelo texto encartado na lei, de no máximo 250m².
Ambas as propriedade contam com 300m² (trezentos metros quadrados), o que foge aos requisitos do instituto alegado pela usucapião urbana.
Feita essas considerações, resta límpido que não há direito que ampare os requeridos, no que tange à matéria de defesa alegada.
Fato é que o autor demonstrou sua aptidão dominial sobre as propriedades diante da arrematação destas, demonstrada através da carta de arrematação expedida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Guajará-Mirim em 12 de fevereiro de 2010, nos autos da execução fiscal de nº 0055509-38.2007.822.0015, que juntou aos autos sob ID. 10314175, muito embora tenha procedido à escrituração e registro, em janeiro de 2017. Efetivando assim a aquisição da propriedade, formalmente, pelo que dispõem os artigos. 1.227, 1245 a 1247, do Código Civil.
A carta de arrematação expedida em nome do autor constitui-se como justo título revestido de aptidão concreta à transferência de domínio das propriedades arrematadas, não podendo ser ignorado, para considerar apenas a formalização da transmissão da propriedade com o registro no cartório de imóveis.
Destarte, as propriedades pertencem ao requerente desde 2010, constituindo-se a posse exercida pelos requeridos em ilegítima e injusta. Esta posse, por esses exercida, priva o autor do uso e gozo das propriedades que lhe pertencem por aquisição onerosa em arrematação ocorrida em leilão judicial.
Portanto, o direito assiste ao autor, devendo ser imitido na posse dos imóveis detalhadamente descritos no relatório do decisum.
III - DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, inciso I do CPC, julgo procedente o pedido formulado na inicial e reconheço ao autor o direito de imissão na posse dos imóveis:
· Lote nº 39: Matrícula n° 87.339. Lote de terras urbano nº 39 (trinta e nove), do Patrimônio desta Municipalidade, situado na quadra nº 8 (oito). Loteamento “Jardim Acapu”. Área: 300,00m² (trezentos metros quadrados). Título: Carta de Aforamento n° 1522/

Desmembrada, expedida pela Prefeitura Municipal desta Capital. Situado na Cidade de Porto Velho-RO: Limitando-se: Frente, com a Rua 05; Fundos, com o lote nº 10 (dez); lado direito, com o Lote nº 40; Lado esquerdo, com o Lote nº 38. Medindo o lote 10,00m de frente; 10,00m de fundos; e 30,00m do lado direito; e 30,00m do lado esquerdo.
· Lote nº 40: Matrícula 87.340. Lote de terras urbana nº 40 (quarenta) do Patrimônio desta Municipalidade, situado na quadra nº 8 (oito). Loteamento: "Jardim Acapu". Área: 300,00m² (trezentos metros quadrados). Título: Carta de Aforamento n° 1522/Desmembrada, Expedida pela Prefeitura Municipal desta Capital. Situado na Cidade de Porto Velho/RO. Limitando-se: Frente, com a Rua 05; Fundos, com o lote nº 9 (nove) lado direito, com o lote nº 41; Lado esquerdo, com o Lote nº 39. Medindo o lote 10,00m de frente; 10,00m de fundos; 30,00m do lado direito; e 30,00m do lado esquerdo.
Determino que os requeridos desocupem voluntariamente o imóvel no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de imissão imediata na posse, a partir do trânsito em julgado da SENTENÇA.
Sucumbentes, condeno os requeridos ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da causa para cada uma das requeridas, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil/2015
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
Juíza Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7023469-71.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Perdas e Danos, Erro Médico]
AUTOR: JHONATHAN BRITO DO NASCIMENTO
Advogado do(a) AUTOR: VALDENIRA FREITAS NEVES DE SOUZA - RO0001983
RÉU: HOSPITAL PANAMERICANO LTDA, AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A
Advogado do(a) RÉU: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO0002827
Advogado do(a) RÉU: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO0002827
DESPACHO
Oportunizo o prazo de 05 (cinco) dias para que as partes digam se pretendem produzir outras provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Porto Velho/RO, 16 de fevereiro de 2018
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7023469-71.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Perdas e Danos, Erro Médico]
AUTOR: JHONATHAN BRITO DO NASCIMENTO
Advogado do(a) AUTOR: VALDENIRA FREITAS NEVES DE SOUZA - RO0001983
RÉU: HOSPITAL PANAMERICANO LTDA, AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A
Advogado do(a) RÉU: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO0002827
Advogado do(a) RÉU: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO0002827
DESPACHO
Oportunizo o prazo de 05 (cinco) dias para que as partes digam se pretendem produzir outras provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Porto Velho/RO, 16 de fevereiro de 2018
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7044813-45.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: EVERLEIDE COSTA NOGUEIRA e outros (3)
Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR - RO0002811
Requerido: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO0003861
Intimação
Fica a parte Requerida intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar comprovante de depósito nos honorários periciais.
Porto Velho, 21 de fevereiro de 2018
Luciana Martins Resende
Técnico Judiciário - Cad. 205931-2

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7059628-47.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Correção Monetária]
EXEQUENTE: APARECIDA SANTOS DO NASCIMENTO
Advogados do(a) EXEQUENTE: DEBORA DE SOUZA LIMA - RO7663, FAUSTO SCHUMAHER ALE - SP0273516
EXECUTADO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON
Advogado do(a) EXECUTADO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434
DESPACHO COM ALVARÁ
Vistos, etc.
Efetivamente remanescera o valor principal sem expedição de alvará. Assim, determino:
a) o levantamento do valor, valendo este DESPACHO como alvará em favor do exequente devendo a instituição bancária conveniada observar os seguintes dados:
ALVARÁ JUDICIAL Nº *83*/2018/GAB
FAVORECIDO: DEBORA DE SOUZA LIMA CPF: 006.177.752-81, APARECIDA SANTOS DO NASCIMENTO CPF: 014.641.482-95, FAUSTO SCHUMAHER ALE CPF: 317.243.878-39 por intermédio de Advogados do(a) EXEQUENTE: DEBORA DE SOUZA LIMA - RO7663, FAUSTO SCHUMAHER ALE - SP0273516
FINALIDADE: Proceder ao levantamento e/ou retirada do valor de R$ *2.949,20* e seus rendimentos de conta, existentes na conta judicial vinculada a este Juízo, nº *01644365-4*, ID *049284800941702217*, da Caixa Econômica Federal, Porto Velho-RO, Agência 2848, operação 040, referente ao documento bancário de ID/PJE *9003406*, devendo encerrar esta conta judicial ao final.
PRAZO DE VALIDADE: 30 dias (art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais), em caso de expiração do prazo deverá o favorecido peticionar novo alvará, em até 15 dias, sob pena de encaminhamento dos valores à conta centralizadora deste tribunal.
b) a recomendação de que a parte favorecida levante os valores no prazo de 5 dias a fim de otimizar os trâmites finais do processo. Para tanto deve imprimir esta DECISÃO e dirigir-se à agência da Caixa Econômica Federal 2848 na Av. Nações Unidas portando documentos pessoais.
c) que o executado proceda ao pagamento das custas finais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa, cuja guia deverá ser gerada pelo endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
d) Procedido ao pagamento das custas ou sua inscrição em dívida ativa, arquivem-se os autos, com as cautelas devidas.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7022171-44.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: RAIMUNDA NOGUEIRA BORGES
Advogado do(a) AUTOR:
Requerido: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado do(a) RÉU: LORENA GIANOTTI BORTOLETE - RO8303
INTIMAÇÃO
Ficam as partes requerente e requerida, na pessoa de seus(uas) advogado(a)s, intimado(a)s para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem-se acerca da petição do Perito Judicial, bem como tomar ciência da data e local da realização da perícia.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7006209-44.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Despesas Condominiais]
EXEQUENTE: CONDOMINIO DOIS TOTAL VILLE PORTO VELHO
Advogado do(a) EXEQUENTE: NAYARA SIMEAS PEREIRA RODRIGUES - RO0001692
EXECUTADO: D C EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Nome: D C EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Endereço: Avenida Rio Madeira, 4.102, Rio Madeira, Porto Velho - RO - CEP: 76821-300
DESPACHO
Vistos.
1. Emende o requerente a inicial para proceder ao recolhimento das custas iniciais, no importe de 2% sobre o valor da causa, ou no mínimo o valor de R$ 101,94, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Pagas as custas, cumpra-se o item 2.
2. Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida no valor de R$ 3.597,64 mais honorários abaixo fixados, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC/2015), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do NCPC.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se do MANDADO /carta que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC).
Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do NCPC.
Caso não seja encontrado o devedor, deverá o Oficial de Justiça, arrestar-lhe tantos bens quanto sejam necessários para garantir a execução, cumprindo o disposto no artigo 830, § 1º do CPC/2015.
O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e seguintes do CPC/2015.
Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis.
Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 NCPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem. Desde que previamente proceda ao recolhimento no valor de R$ 15,00 para cada sistema.
Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do NCPC.
Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do NCPC.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO MANDADO.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam usando o código: 18022016245605200000015201432 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7030985-45.2017.8.22.0001
Classe: REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707)
Assunto: [Posse, Esbulho / Turbação / Ameaça]
REQUERENTE: ANISIO RAIMUNDO TEIXEIRA GRECIA
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO VICTOR NASCIMENTO DA SILVA - RO0007914
REQUERIDO: GRUPO DE INVASORES - LITISCONSÓRCIO MULTITUDINÁRIO, HÉLIO MOREIRA LOPES, VALTEIR BATISTA ALVES
Advogado do(a) REQUERIDO:
Advogado do(a) REQUERIDO: ROBERTO EGMAR RAMOS - MS0004679
Advogado do(a) REQUERIDO: ROBERTO EGMAR RAMOS - MS0004679
DESPACHO
1. O autor relata que o grupo requerido se encontra ameaçando e impedindo o trânsito na estrada pública que atende a sua área rural, pedindo a manutenção da liminar e prosseguimento do feito.
Os requeridos manifestam nos autos, relatando o ocorrido em outro processo, que tramita nesta mesma Vara, assim, determino que esclareça se o patrono está fazendo a defesa do mesmo grupo, e, se as pessoas relacionadas no polo passivo da demanda sob n. 7030302-08.2017, são as mesmas deste procedimento, sob pena de deferimento do pedido inserto na p. 3 da petição ID 16263184. Prazo de 5 dias.
2. Apresente o requerente o croqui da estrada mencionada, em relação à sua área, indicando onde estaria ocorrendo o bloqueio da estrada, bem como esclarecendo se efetivamente ainda persiste este fato. Prazo de 5 dias.
3. Defiro a prorrogação do prazo de publicação do edital, por mais 15 dias.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7029726-15.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]
AUTOR: MAIRA DE MELO MACHADO
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO0006985
RÉU: IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.
Advogados do(a) RÉU: ALAN DE OLIVEIRA SILVA - SP0208322, LUCIANO DA SILVA BURATTO - SP0179235
DESPACHO
Apresente o requerido o contrato originário da obrigação constituída entre requerente e Banco Itaú, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como esclareça se o original está disponível.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 0007318-23.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Área de Preservação Permanente]
AUTOR: MARIA FRANCISCA AFONSO DOSSIMO, LUCAS AFONSO DE LIMA, EDSON DE SOUZA LIMA, ERICLES AFONSO DE SOUZA, TIAGO AFONSO DE LIMA
Advogados do(a) AUTOR: ROBSON ARAUJO LEITE - RO0005196, MATEUS BALEEIRO ALVES - RO0004707
Advogado do(a) AUTOR:
Advogado do(a) AUTOR:
Advogado do(a) AUTOR:
Advogado do(a) AUTOR:
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO0003861, EVERSON APARECIDO BARBOSA - RO0002803
DESPACHO
Cumpra-se a determinação contida no DESPACHO de ID 14945175 - pág. 68.
Oportunizo às partes apresentação de alegações finais por memoriais, no prazo de 15 dias.
Após retorne os autos conclusos para SENTENÇA.
Porto Velho/RO, 8 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 0007318-23.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Área de Preservação Permanente]
AUTOR: MARIA FRANCISCA AFONSO DOSSIMO, LUCAS AFONSO DE LIMA, EDSON DE SOUZA LIMA, ERICLES AFONSO DE SOUZA, TIAGO AFONSO DE LIMA
Advogados do(a) AUTOR: ROBSON ARAUJO LEITE - RO0005196, MATEUS BALEEIRO ALVES - RO0004707
Advogado do(a) AUTOR:
Advogado do(a) AUTOR:
Advogado do(a) AUTOR:
Advogado do(a) AUTOR:
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO0003861, EVERSON APARECIDO BARBOSA - RO0002803
DESPACHO
Cumpra-se a determinação contida no DESPACHO de ID 14945175 - pág. 68.
Oportunizo às partes apresentação de alegações finais por memoriais, no prazo de 15 dias.
Após retorne os autos conclusos para SENTENÇA.
Porto Velho/RO, 8 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7005209-77.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: CLAUDIANE FERREIRA DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO0001073
Requerido: AVON COSMETICOS LTDA.
Advogado do(a) RÉU: HORACIO PERDIZ PINHEIRO NETO - SP157407
Fica a parte executada, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas finais.A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7011248-27.2015.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Requerente: BANCO HONDA S/A.
Advogados do(a) AUTOR: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434, FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ - SP0206339
Requerido: RODNEI MOREIRA DOS SANTOS
Advogado do(a) RÉU:
Fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se da certidão do Oficial de Justiça. Certifico que caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7027239-09.2016.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
Requerente: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) REQUERENTE: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RO0004875
Requerido: O T ARDENGUE
Advogado do(a) REQUERIDO:
Fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se da certidão do Oficial de Justiça. Certifico que caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7040698-44.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: CONDOMINIO RESIDENCIAL DALIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: ROBERVAL DA SILVA PEREIRA - RO0002677, CARLOS ALBERTO MARQUES DE ANDRADE JUNIOR - RO0005803
Requerido: VALERIA SOARES DA SILVA RIBEIRO
Advogado do(a) EXECUTADO:
Fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se da certidão do Oficial de Justiça. Certifico que caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7047809-79.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Empréstimo consignado]
AUTOR: PAULO DE SOUZA RAMALHO
Advogados do(a) AUTOR: MARIA HELOISA BISCA BERNARDI - RO0005758, GUSTAVO BERNARDO HADAMES BERNARDI MONTEIRO - RO0005275
RÉU: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD, BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Nome: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 2112, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-247
Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 / 2235, BLOCO A, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04543-011
DESPACHO
1.Como houve o pagamento de custas iniciais e a instituição financeira requerida comparecera espontaneamente, apresentando que foram baixadas as negativações, perdeu o objeto o pedido de tutela antecipada.
2. Cite-se a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), telefone: (69) 3217-1346, e-mail: pvh8civel@tjro.jus.br, devendo as partes se fazer acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º).
AO CARTÓRIO: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE. Após, certifique-se, intime-se a parte autora via Sistema Eletrônico, e encaminhando como anexo à parte requerida.
A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC/2015).
O prazo para contestar, 15 dias, fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
Este DESPACHO servirá como carta/MANDADO, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam usando o código: 17110318530223600000013336073 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 0019418-78.2013.8.22.0001
Classe: REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707)
Assunto: [Esbulho / Turbação / Ameaça]
REQUERENTE: MARLY CELESTINO DE LIMA
Advogado do(a) REQUERENTE: NELIO SOBREIRA REGO - RO0001380
REQUERIDO: SEBASTIÃO PIRES DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERIDO: HENRY RODRIGO RODRIGUES GOUVEA - RO000632A
DESPACHO
Ocorrera a condenação do Estado de Rondônia ao pagamento da verba pericial do perito, nestes autos, em razão da gratuidade processual.
Como se trata de ressarcimento da verba pericial, determino que seja oficiado à Presidência do Tribunal de Justiça para que informe se existe rubrica própria para pagamento de honorários de perito em causas em que há assistência judiciária, no orçamento do próprio Tribunal de Justiça, e, caso positivo, a reserva do valor da verba pericial.
Aguarde-se resposta pelo prazo de 30 dias.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7054058-46.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: FBA BUENO COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: SHELDON ROMAIN SILVA DA CRUZ - RO0004432
Requerido: EVALDO GONCALVES MORAES
Advogado do(a) EXECUTADO:
Fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se da certidão do Oficial de Justiça. Certifico que caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7048530-65.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Aposentadoria por Invalidez, Honorários Advocatícios, Antecipação de Tutela / Tutela Específica]
AUTOR: MARCOS CESAR PEIXOTO DE LIMA
Advogado do(a) AUTOR: FABRICIO MATOS DA COSTA - RO0003270
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Evolua-se a classe para cumprimento de SENTENÇA.
Apresente o requerido o cálculo de liquidação da SENTENÇA, em 15 dias.
Com o cálculo, intime-se o requerente para manifestação, em 5 dias.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7021138-19.2017.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
Assunto: [Alienação Fiduciária]
REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A
Advogado do(a) REQUERENTE: GIULIO ALVARENGA REALE - RO0006980
REQUERIDO: RAFAEL BERNARDES SOUZA
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Apresente o requerente o novo endereço do requerido, em 5 dias.
Se pretender a busca nos sistemas informatizados, deverá efetuar o recolhimento da respectiva taxa de R$ 15,29, para cada consulta.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7022398-34.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Valor da Execução / Cálculo / Atualização]
EXEQUENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARCOS RODRIGO BENTES BEZERRA - RO0000644, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO0000796, CAMILA BEZERRA BATISTA - RO0007212
EXECUTADO: CASSIO RODRIGUES DOS SANTOS, RAFAEL RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Cite-se o executado Rafael no endereço declinado no último DESPACHO.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

Porto Velho - 8ª Vara Cível
Processo: 7023971-10.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: CAROLINE CARRANZA FERNANDES
Advogado do(a) EXEQUENTE: CAROLINE CARRANZA FERNANDES - RO0001915
Requerido: AMABILINI EQUIPAMENTOS LTDA
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCIO JOSE DE OLIVEIRA PERANTONI - SP164774, DELIANA CESCHINI PERANTONI - SP169988
DESPACHO
Cadastrem-se os advogados da parte executada, certificando-se no processo físico originário que o feito se encontra em trâmite pelo PJE.
Na forma do artigo 513 §2º, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver.
Intime-se observando-se o disposto no §2º do art. 513 do diploma processual.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, de honorários de fase de cumprimento de SENTENÇA de 10%.
Por fim, certificado o trânsito em julgado da DECISÃO e transcorrido o prazo do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 6 de junho de 2017
Juíza Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7042208-29.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Obrigação de Fazer / Não Fazer]
AUTOR: MARIA AUXILIADORA NASCIMENTO ANDRADE
Advogado do(a) AUTOR: NARA CAMILO DOS SANTOS BOTELHO - RO0007118
RÉU: MAR COMERCIO DE VEICULOS EIRELI - EPP, MARCELINO GRAMINHOLI
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
A empresa requerida não fora localizada nos endereços declinados pela requerente, o que é imprescindível para regularização do recurso.
Como a requerente se mantém inerte quanto à providência de indicar novo endereço, apesar de sucessivamente intimada para tal, determino a remessa do recurso ao egrégio Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7030146-20.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

Assunto: [Abatimento proporcional do preço, Acidente Aéreo]
AUTOR: GLORIA SOCORRO AUGUSTA RICA GUARATE, SARA RICA GUARATE
Advogados do(a) AUTOR: JUAREZ PAULO BEARZI - RO0000752, MARIA DA CONCEICAO AMBROSIO DOS REIS - RO0000674
Advogados do(a) AUTOR: JUAREZ PAULO BEARZI - RO0000752, MARIA DA CONCEICAO AMBROSIO DOS REIS - RO0000674
RÉU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A
Advogado do(a) RÉU: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE - MT007413O
DESPACHO
Considerando figurar menor no polo ativo da ação, oportuniza-se manifestação do Ministério Público para o caso haver interessem em pronunciar-se na causa. Intime-se-o.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346
email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7023469-71.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Perdas e Danos, Erro Médico]
AUTOR: JHONATHAN BRITO DO NASCIMENTO
Advogado do(a) AUTOR: VALDENIRA FREITAS NEVES DE SOUZA - RO0001983
RÉU: HOSPITAL PANAMERICANO LTDA, AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A
Advogado do(a) RÉU: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO0002827
Advogado do(a) RÉU: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO0002827
DESPACHO
Oportunizo o prazo de 05 (cinco) dias para que as partes digam se pretendem produzir outras provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Porto Velho/RO, 16 de fevereiro de 2018
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346
email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7005811-97.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Direito de Imagem]
AUTOR: IRIS VIANA BORGES
Advogados do(a) AUTOR: BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS - RO0006156, EZIO PIRES DOS SANTOS - RO0005870
RÉU: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDONIA/CERON
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Determino que a parte autora apresente comprovantes da alegada hipossuficiência, incluindo seus rendimentos e despesas, sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por consequência, da inicial, em face do não recolhimento das custas.
Inclusive já posicionamento adotado neste tribunal, e julgados semelhantes:
TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico-financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
Prazo de 15 (quinze) dias para regularização, nos termos do artigo 321 do CPC/15, sob pena de indeferimento da inicial e consequente condenação em custas iniciais.
Porto Velho/RO, 19 de fevereiro de 2018
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171346 email: pvh8civel@tjro.jus.br
Processo nº: 0014038-40.2014.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Compromisso]
EXEQUENTE: PORTO VELHO SHOPPING S.A
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO0000635
EXECUTADO: VALE & LIMA LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO: BRENO DIAS DE PAULA - RO000399B
DESPACHO
Impulsione a exequente o feito com medida útil executiva, no prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho/RO, 16 de fevereiro de 2018.
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Processo nº: 7026368-13.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Indenização por Dano Moral]
AUTOR: MARIA AUXILIADORA MELO DIOGENES
Advogado do(a) AUTOR: FAUSTO SCHUMAHER ALE - SP0273516
RÉU: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) RÉU:
CERTIDÃO
Em cumprimento à determinação deste Juízo, fica designada audiência CONFORME ABAIXO, a ser realizada na Central de Conciliação, situada à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com a Av. Jorge Teixeira, Bairro Embratel-Porto Velho-RO, ficando as partes intimadas para comparecimento à audiência.
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA 10 - CEJUSC/CÍVEL Data: 06/04/2018 Hora: 12:00

# 9ª VARA CÍVEL

9ª Vara Cível
SUGESTÕES, RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAÇAM PESSOALMENTE AO JUIZ, À OUVIDORIA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET - E-MAIL:pvh9civel@tjro.jus.br
JUIZ DE DIREITO: RINALDO FORTI DA SILVA

Proc.: 0002786-74.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Didersom Gimas Barros
Advogado:Vanessa Rodrigues Alves Moita (OAB/RO 5120)
Executado:Eletrobras Distribuição/Rondônia - Ceron - Centrais Eletricas de Rondonia S/A
Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Douglacir Antônio Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 287), Ana Caroline Romano Castelo Branco (OAB/RO 5991)
DECISÃO:
INTIMAÇÃO DRA. VANESSA RODRIGUES ALVES MOITA OAB/RO 5120DR. DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB/RO 3434Como terei curso na EMERON na próxima quinta e sexta, aproveitei para trabalhar até mais tarde hoje.Só para contextualizar, os pedidos iniciais desta ação foram: a) declaração de inexistência das faturas de agosto/2012 (R$ 5052,37), outubro/2012 (R$ 1198,80), novembro/2012 (R$ 1134,02), dezembro/2012 (R$ 1182,59), janeiro/2013 (R$ 1215,39) e com vencimento em 28/1/2013 conforme fls. 34 (R$ 821,03), totalizando R$ 10.604,02; e, b) danos morais em valor a ser arbitrado.Na SENTENÇA (fls. 145), o juízo declarou inexistente os débitos das fls. 25, de outubro a dezembro de 2012 e janeiro de 2013 (fls. 31) e condenou a ré em danos morais de R$ 12.000,00.Houve apelação, mas a SENTENÇA não foi alterada (fls. 185), ocorrendo o trânsito em 23/9/2016 (fls. 186).A parte autora iniciou o cumprimento (fls. 187/191), cobrando o valor atualizado do dano moral (R$ 20.101,52), custas (R$ 142,32), multa por supostos descumprimentos (R$ 6742,07, R$ 9363,97, R$ 36200,03, R$ 74993,17 e R$ 31468,75) e honorários de 20% que totalizaria R$ 35.782,06. A requerida depositou judicialmente R$ 24139,64 para pagamento da parte autora (fls. 195) referente a indenização pelo dano moral, custas e honorários, bem com, pagou as custas finais (fls. 196).O alvará de fls. 202 foi expedido para a parte autora.A requerida ofereceu impugnação (fls. 209/228) questionando a cobrança da multa com juntada de documentos (fls. 229/233).A parte autora se manifestou (fls. 235/250).Este juízo decidiu (fls. 251/254).A parte autora fez pedido de reconsideração (fls. 257/261).Depois de transcorrido o prazo, a parte requerida manifestou nas fls. 266/273.Sucinto relatório, DECIDO.Pelas fls. 46/47 fica provado que a requerida foi intimada no dia 21/3/2013 sobre a DECISÃO de fls. 41/42 que determinava: a) abster de efetuar a suspensão do fornecimento de energia elétrica do autora por débitos em discussão na lide; e, b) retirar o nome do autor dos cadastros de proteção ao crédito por inclusão relacionada aos débitos questionados no feito. A requerida foi intimada, ainda, de que o descumprimento incidiria multa diária de R$ 500,00 até o limite de R$ 5.000,00.Pois bem.Os documentos de fls. 69 e 117 confirmam que o nome do autor foi exposto a todos no cadastro do SERASA em 07/5/2013 (foi essa a data da disponibilização, conforme fls. 117), só sendo excluído em 23/9/2013. A ordem para inclusão foi recebido pelo SERASA em 24/4/2013.Ora, a requerida mesmo sabendo da vedação das fls. 41/42 (ciente desde 21/3/13), desconsiderou a ordem judicial e manteve o nome do autor em cadastro restritivo de 7/5/2013 até 23/9/2013. Sem maiores delongas, resta evidente que a multa diária de R$ 500,00 da DECISÃO de fls. 41/42 incidiu a partir de 4/5/2013 até o limite de 5.000,00. Ou seja, em 16/5/2013 já tinha a multa chegado ao seu limite. Logo, pelo descumprimento de fls. 69 e 117, a requerida deve pagar a multa de R$ 5.000,00 corrigida pelo índice do TJRO desde 16/5/2013 e juros moratórios de 1% desde hoje (data que a multa ficou conhecida).O autor alega novo descumprimento da DECISÃO de fls. 41/42 porque em 23/7/2013 teria ocorrido novo corte de energia.Olhando o documento de fls. 101 verifico estar provado que às 15:39h do dia 23/7/2013 foi a energia elétrica do autor interrompida por falta de pagamento das faturas 10/2012-12/2012 e 01/2013, ou seja, faturas discutidas nestes autos, que o juízo foi expresso nas fls. 41/42 que não poderiam provocar a interrupção de energia, sob pena de multa diária de R$ 500,00 até 5.000,00.Assim, incontestável que houve um segundo descumprimento da DECISÃO de fls. 41/42 que a parte requerida tinha conhecimento desde 21/3/13.Com base nas fls. 103 (juiz cientificado do corte em 23/7/2013 dá duas horas para religação) e 255/256 (prazo de duas horas começa a correr às 22 do dia 26/7/2013), com base na falta de reclamação do autor de descumprimento da ordem de duas horas para religação, presumo que a requerida cumpriu a determinação de religação nas duas horas dadas. a energia foi cortada em 23/7/2013 e religada em 26/7/2013 - no máximo duas horas depois da intimação que ocode 22 horas da intimação.Portanto, a energia foi cortada em 23/7/2013 e religada em 26/7/2013, o que significa que a multa de R$ 500,00 das fls. 41/42 incidiu por quatro dias, o que totaliza uma multa devida de R$ 2.000,00 a ser corrigo pelo índice do TJRO desde 26/7/2013 e juros moratórios de 1% desde hoje (data que a multa ficou conhecida).O autor alega um terceiro descumprimento gerador de multa, porque em 30/9/2013 teria ocorrido novo corte de energia (vide fls. 119/120).O documento de fls. 120 confirma o corte de energia às 14:21 horas do dia 30/9/2013 por débitos suspensos nos autos (faturas 10/2012 até 01/2013) e o documento de fls.121 e 124 confirmam a religação em 07/10/2013.E agora incide multa nesse terceiro descumprimento  Se sim, é a multa prevista na DECISÃO de fls. 41/42 ou na DECISÃO de fls. 103 A multa das fls. 103 não se aplica ao terceiro descumprimento porque a ordem do juízo foi explícita em fixar multa de R$ 500,00 por cada hora que a requerida se recusasse a restabelecer a energia no contexto do corte realizado em 23/7/2013. Com a devida vênia, essa multa não falava de corte de energia. A DECISÃO que veda corte, foi a de fls. 41/42 que fixou multa diária de R$ 500,00. Assim, a multa que incide no terceiro descumprimento é a prevista na DECISÃO de fls. 41/42.Com relação ao terceiro descumprimento entendo que o autor demorou para comunicar o corte. Conforme fls. 119/120 o corte foi em 30/9/2013, porém, o autor só faz a comunicação do juízo em 11/10/2013. Ora, como pode alguém demorar tanto em comunicar o corte. A demora do autor em comunicar o fato ao juízo indica que o corte não lhe trouxe qualquer problema (quem fica tantos dias sem energia ) ou traz a suspeita (não sei se foi isso que aconteceu) de que o autor estava deixando a multa fluir.Por conta de tudo isso, considero que a conduta do autor violou o princípio da boa-fé objetiva que exigia dele o dever de mitigar o prejuízo da requerida (Duty to mitigate the loss) no dia seguinte ao corte.Por isso, incidiu uma multa diária de R$ 500,00 pelo terceiro descumprimento, a ser corrigido desde 30/9/2013 e juros moratórios de 1% desde hoje.Os cortes ocorridos em datas posteriores não estão sendo analisados porque o autor não os questiona como indevidos.Por fim, lembro a FINALIDADE da multa (astreinte). ASTREINTES. LIMITE. A multa diária, nas ações que tenham por objeto cumprimento de obrigação de fazer - astreintes - não é pena, mas providência inibitória. Tem a FINALIDADE de compelir o devedor a cumprir a obrigação na forma específica e inibi-lo de negar-se a cumpri-la. Quando excessivo, o valor deve ser reduzido, como forma de evitar o enriquecimento sem causa. Apelação provida em parte. (TJDFT.Acórdão n.588873, 20100910114012APC, Relator: ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, Relator Designado:JAIR SOARES, Revisor: JAIR SOARES, 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 16/05/2012, Publicado no DJE: 24/05/2012. Pág.: 184)(...) 2. O escopo da multa (astreintes) diária não é a sua execução, mas tornar efetiva a tutela jurisdicional, mediante a fixação de pena pecuniária capaz de compelir o obrigado a cumprir a determinação judicial. 3. Recurso desprovido. (TJDFT. Acórdão n.1021677, 07030226320178070000, Relator: GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA 7ª Turma Cível, Data de

Julgamento: 31/05/2017, Publicado no DJE: 06/06/2017)(...) 3. O valor das astreintes, todavia, deve ser compatível com a FINALIDADE coercitiva a que se destina para não configurar enriquecimento sem causa, fazendo-se necessária a redução do valor quando este foi arbitrado em patamar excessivo. (...) (TJDFT. Acórdão n.1032773, 20150111458553APC, Relator: ROMEU GONZAGA NEIVA 7ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 12/07/2017, Publicado no DJE: 26/07/2017. Pág.: 428-433)De se ver, mesmo se as alegações do autor fossem acolhidas na integralidade a multa seria reduzida porque em valor excessivo (autor falou de R$ 82.005,70 de multa nas fls. 261), provocador de manifesto enriquecimento sem causa.Ante o exposto, RESOLVO a impugnação, para declarar que neste feito houve três descumprimentos às ordens judiciais que ensejaram a incidência da multa de R$ 5.000,00 corrigida pelo índice do TJRO desde 16/5/2013 e juros moratórios de 1% desde hoje, R$ 2.000,00 corrigida pelo índice do TJRO desde 26/7/2013 e juros moratórios de 1% desde hoje e R$ 500,00 corrigida pelo índice do TJRO desde 30/9/2013 e juros moratórios de 1% desde hoje.Sobre o valor total da multa incide honorários advocatício de 20% conforme fixado nas fls. 145.Por esta DECISÃO a parte requerida já fica intimada por seu patrono a pagar em até 15 dias o valor do item 32 devidamente corrigido até o efetivo pagamento (deverá com o pagamento apresentar a planilha usando o site do TJRO), sob pena da multa de 10% do art. 523, § 1º, CPC mais honorários de 10% (art. 523, § 1º, CPC).Após o pagamento, intime-se o autor para levantamento. Não havendo questionamento pelo autor, arquive-se porque o feito terá cumprido sua FINALIDADE.Havendo questionamento por qualquer das partes, venham conclusos.Partes intimadas via DJE, que deverá ser publicado no dia 22/2/2012.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Audarzean Santana da Silva Juiz de Direito

Cleiziane Gomes dos Santos
Diretora de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - Fórum Cível
9ª Vara Cível
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, Térreo, São João Bosco, Porto Velho, RO, 76803-686 - Telefone: (069) 3217 – 2520
Autos n°: 7011207-26.2016.8.22.0001
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GILSOMAR BARRETO DO NASCIMENTO JUNIOR
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO0001073
RÉU: RAMOS FERNANDES CURSOS PALESTRAS E TREINAMENTO LTDA - ME
Advogado do(a) RÉU: ISABELLA LIVERO - SP0171859
DESPACHO
Vistos em saneador.
Trata-se de demanda em que a parte autora sustenta a inexistência de relação jurídica entre as partes, vindicando a responsabilidade civil da parte ré pela inscrição negativa de seu nome nos cadastros de proteção ao crédito.
Passo ao saneamento e organização do processo nos termos do artigo 357 do CPC.
Em análise dos autos, verifica-se que não há questões processuais pendentes, eis que ausentes questões preliminares ou prejudiciais de MÉRITO e presentes as condições da ação e os pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo (Art. 357, I do CPC).
Quanto à distribuição do ônus da prova (Art. 357, III, CPC), considerando tratar-se de matéria afeta a direito do consumidor, determino sua inversão.
Quanto às questões de fato sobre as quais recairão a atividade probatória (Art. 357, II do CPC), esta será a existência, validade e eficácia do negócio jurídico originário da inscrição negativa, em especial a assinatura nos documentos de Id n. 15126490, págs. 01/02.
DESIGNO AUDIÊNCIA de tentativa de conciliação (Art.139, IV do CPC), instrução e julgamento (Art. 357, V do NCPC) para o dia 10 de maio de 2018, às 08h:30min, na sala audiências deste Juízo (Av. Lauro Sodré, nº 1728, bairro São João Bosco, Porto Velho/RO).
1 – Desde já, ficam as partes intimadas para apresentarem o rol de testemunhas no prazo comum de 15 dias (art. 357, §4º do CPC).
2 – As testemunhas deverão ser intimadas pelos advogados das partes, comprovando-se nos autos com até 03 dias de antecedência da audiência, nos termos do art. 455, §1º do CPC.
3 – Excepcionalmente, caso haja necessidade de intimação das testemunhas pelo Juízo, a parte deverá justificar seu pedido no mesmo prazo de apresentação do rol, consoante as hipóteses do art. 455, §4º do CPC.
4 – Expeça-se MANDADO de intimação pessoal das partes (art. 385, §1º do CPC). Alerte-se quanto as consequências legais dos atos praticados ou deixados de praticar na solenidade. Consignem-se as advertências do art. 385 do CPC.
5 – Apresentado o rol de testemunhas e havendo pedido fundamentado, intimem-se por MANDADO ou carta precatória.
VIAS DESTA SERVEM COMO CARTA/MANDADO /OFÍCIO.
Nome: RAMOS FERNANDES CURSOS PALESTRAS E TREINAMENTO LTDA - ME
Endereço: Rua Baffin, 335, 1andar, sala. 21,22,23, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo - SP - CEP: 09750-620
Porto Velho-RO, 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - Fórum Cível
9ª Vara Cível
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, Térreo, São João Bosco, Porto Velho, RO, 76803-686 - Telefone: (069) 3217 – 2520
Autos n°: 7043419-66.2017.8.22.0001
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ROBSON DE JESUS PEREIRA
Advogado do(a) AUTOR: ALEXANDRE AZEVEDO ANTUNES - MT8843/O
RÉU: BANCO LOSANGO SA - BANCO MÚLTIPLO
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Indefiro a tutela de urgência pelos motivos já explanados no DESPACHO de Id. 13683352.
Cite-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º CPC).
AO CARTÓRIO: Agende audiência utilizando-se o sistema do PJE, manual ou automático. Após, certifique-se, intimem-se para comparecer a audiência designada, a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico e a requerida por carta ou MANDADO com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.
Caso não haja acordo e a parte autora não seja beneficiária da gratuidade processual, deverá recolher as custas complementares em 1% do valor atribuído à causa.
O não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal.
Ressalto que o prazo para contestar (15 dias úteis) fluirá a partir da data da audiência designada ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).

Advirto à parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
OBSERVAÇÃO: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.
Nome: BANCO LOSANGO SA - BANCO MÚLTIPLO
Endereço: Praça Quinze de Novembro, 20, sala 1101 e 1102, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20010-010
Porto Velho-RO, 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - Fórum Cível
9ª Vara Cível
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, Térreo, São João Bosco, Porto Velho, RO, 76803-686 - Telefone: (069) 3217 – 2520
Autos n°: 7038885-79.2017.8.22.0001
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: NILSON DA SILVA ROCHA
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO0006985
RÉU: BRASIL CARD ADMINISTRADORA DE CARTAO DE CREDITO LTDA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para que o autor comprove o recolhimento das custas iniciais, conforme requerido na última petição.
Decorrido o prazo, autos conclusos.
Porto Velho-RO, 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - Fórum Cível
9ª Vara Cível
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, Térreo, São João Bosco, Porto Velho, RO, 76803-686 - Telefone: (069) 3217 – 2520.
Autos n°: 7005842-20.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LARA NADIA ALVES SALES MIRANDA, MARIA GENY ALVES DA SILVA, MARLON SALES MIRANDA
Advogados do(a) AUTOR: MARINA FERNANDES MAMANNY - RO8124, BIANCA HONORATO DE MATOS - RO8119
RÉU: AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A
DECISÃO
Concedo a justiça gratuita pleiteada.
Nesta ação a parte autora (infante), devidamente representada por seus pais, ingressou com esta ação alegando em resumo: desde 2011 possui plano de saúde com a requerida; em 24/10/2017 foi à Ameron com dores no tornozelo e panturrilha direita; dois dias depois retornou com mesmas dores e febres, sendo feito drenagem para retirada de pus; dia 29/10/17 a autora estava com dificuldade para respirar, sendo constatado estar com pneumonia em estágio avançado; a suposição é que bactéria da panturrilha circulou e provocou a pneumonia; no dia 31/10/2017 a autora foi para a semi UTI do Hospital Infantil Cosme Damião, ficando seis dias sob tratamento intensivo; contudo, até hoje a autora está internada; ao sair da UTI foi diagnosticada com Osteomielite MID/TIBIA (doença causada por bactérias); apesar dos antibióticos fortes, a doença não foi debelada; foi recomendado tratamento de Oxigenoterapia Hiperbárica; a requerida negou atendimento; a família coitzou e com muito esforço pagou 20 sessões para a autora (R$ 11.000,00); a autora precisa de mais sessões; discorre sobre seu direito. Ao final foi requerido, concessão de tutela de urgência para que a requerida custeie as sessões de Oxigenoterapia Hiperbárica e no MÉRITO seja condenada a ressarcir os R$ 11.000,00 gastos mais dano moral de R$ 20.000,00.
Com a inicial vieram documentos.
Sucinto relatório, DECIDO.
Após analisar os documentos e fazer pesquisa na jurisprudência fui convencido da presença dos requisitos do art. 300, CPC (probabilidade do direito da autora e perigo de dano).
O parecer técnico 36/GEAS/GGRAS/DIPRO/2016 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) juntado pela autora no ID 16328064 e checado por este juízo no site da ANS (vide http://www.ans.gov.br/images/stories/parecer_tecnico/uploads/parecer_tecnico/_parecer_2016_36.pdf) deixa evidente que a Oxigenoterapia Hiperbárica deve ser obrigatoriamente coberto por planos de saúde.
Se não bastasse isso, o primeiro atendimento feito foi por médico da Ameron. Não sou médico, sou leigo no assunto. Mas é lamentável que um simples ferimento no tornozelo e panturrilha possa ter sido a porta de entrada para bactérias nefastas que afetaram o pulmão da autora e a fizeram amargar meses de internação e ainda estão resistindo aos fortes remédios agora provocando uma infecção óssea da tíbia (Osteomielite). Um problema pequeno evolui para algo grave. Se foi determinado a Oxigenoterapia Hiperbárica é porque os antibióticos não estão respondendo a contento.
Verdade que se for analisado o item 58 (vide ID 16328064), Anexo II, 1 da Diretriz de Utilização (DUT) não consigui encontrar a situação da autora. Todavia, tem sentido esperar mais para deixar o quadro evoluir para uma situação mais grave, que se enquadre no DUT Tem sentido essa prudência arriscada Estamos falando de uma criança de sete anos, que está há meses internada. Será que não foi o primeiro atendimento conservador que permitiu a evolução do quadro Não seria o caso de nesse atendimento já ter entrado com antibiótico Se no início tivesse dado antibiótico será que teria pneumonia e osteomielite Claro que não tem como hoje dizer que houve uma falha no primeiro atendimento. Falo disto só para mostrar que não é mais hora de comedimento. Tudo que estiver disponível para curar a autora no menor tempo deve ser feito.
Reforçando a posição deste juiz, cito os julgados abaixo que reconhecem como dever dos planos de saúde cobrir a Oxigenoterapia Hiperbárica.
EMENTA TJSP: PLANO DE SAÚDE - Pedido para realização de procedimento cirúrgico (oxigenoterapia hiperbárica) - Procedência - Insurgência das rés (...) Recusa incontroversa das rés para a realização do procedimento - Exclusão que contraria o objeto do contrato - Operadora que tem direito de limitar as enfermidades cobertas, mas não o tratamento indicado pelo médico - A recusa injustificada de autorização para tratamento gera abalo psicológico ao paciente, principalmente diante do quadro de saúde da autora - Dano moral configurado - Indenização reduzida para R$10.000,00, valor que se adequa aos parâmetros desta Câmara - RECURSO DA CORRÉ ASSOCIAÇÃO DESPROVIDO E PARCIALMENTE PROVIDO O DA CORRÉ UNIMED.(TJSP. 7ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO. Apelação 1002532-21.2015.8.26.0319. Relator: Miguel Brandi. Julgamento: 13/12/2017).
EMENTA TJDFT: CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RELAÇÃO DE CONSUMO. OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA. CLÁUSULA QUE EXCLUI COBERTURA. ABUSIVIDADE. NULIDADE. COBERTURA DEVIDA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS.1. É abusiva a cláusula contratual que exclui da cobertura determinado procedimento médico necessário à saúde do Autor (sessões de oxigenoterapia hiperbárica), pois, embora não ponha o consumidor em desvantagem extrema, restringe-lhe direitos inerentes à natureza do contrato, a ponto de tornar impraticável a realização de seu objeto, nos exatos termos do Artigo 51, §1º, inciso II, do CDC.2.. As cláusulas restritivas, que impeçam o restabelecimento da saúde em virtude de doença sofrida, atentam contra a expectativa legítima do consumidor quanto ao plano de saúde contratado.3. Sobretudo quando estejam em voga direitos fundamentais, cumpre ao Judiciário mitigar a eficácia do princípio da vinculatividade dos contratos (pacta sunt servanda).4. O rol de procedimentos e eventos em saúde constantes da

Resolução Normativa nº 167 da Agência Nacional de Saúde-ANS não é taxativo, mas contém apenas a referência para a cobertura assistencial mínima obrigatória nos planos de saúde contratados no território nacional.5. Configurando o fato lesivo mero aborrecimento originado em descumprimento contratual, e não gerando intensa violação à intimidade, à imagem ou à vida privada do Autor, não há falar em indenização a título de danos morais.6. Recurso principal e adesivo não providos.(Acórdão n.572431, 20100110124876APC, Relator: CRUZ MACEDO, Revisor: FERNANDO HABIBE, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 07/03/2012, Publicado no DJE: 20/03/2012. Pág.: 141)

EMENTA TJMS – AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PRECEITO COMINATÓRIO – REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE CÂMARA HIPERBÁRICA – OSTEOMIELITE DESENVOLVIDA EM DECORRÊNCIA DE INFECÇÃO HOSPITALAR – CIRURGIA DE FRATURA DA TÍBIA – PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA – COBERTURA OBRIGATÓRIA MÍNIMA – DIRETRIZES DE UTILIZAÇÃO FIXADAS PELA ANS – RISCO DE EVOLUÇÃO DO QUADRO CLÍNICO – INAPLICABILIDADE DA MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO NOVO CPC – RECURSO DESPROVIDO. Presentes os requisitos da prova inequívoca da verossimilhança das alegações e do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, há de ser confirmada a DECISÃO de primeiro grau que concedeu o tratamento pleiteado pela agravada. Conforme Diretrizes de Utilização fixadas pela Agência Nacional de Saúde a oxigenoterapia hiperbárica configura cobertura obrigatória para os planos de saúde, caso preenchidos alguns dos critérios, dentre eles tratar-se de paciente com gangrena gasosa, ou diabético com ulcerações infectadas profundas da extremidade inferior (comprometendo ossos ou tendões) quando não houver resposta ao tratamento convencional, circunstância que, ao menos em sede de antecipação de tutela, vislumbrasse presente. Não sendo o agravo interno manifestamente improcedente, inaplicável a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do novo Código de Processo. (TJMS. 3ª Câmara Cível. Agravo Regimental 1402291-22.2016.8.12.0000/50001. Relator: Eduardo Machado Rocha. Julgamento: 5/7/2016).

De se ressaltar que o último julgado envolveu caso de pessoa que estava com Osteomielite na tíbia, tal qual a autora.

Assim, como os argumentos e julgados acima indicam que há fumaça do bom direito (probabilidade do direito), como a possibilidade do agravamento do quadro de saúde indica perigo na demora (risco de dano), só me resta com base no art. 300, CPC, CONCEDER a tutela de urgência pleiteada.

PARTE FINAL

Ante o exposto, com base no art. 300, CPC, CONCEDO TUTELA DE URGÊNCIA para DETERMINAR à requerida que providencie o tratamento de Oxigenoterapia Hiperbárica conforme prescrição médica.

Devido a urgência, fixo o prazo de 24 horas para a requerida agendar as sessões conforme prescrição médica, comunicando nos autos esse agendamento.

Para estimular o cumprimento da medida, fixo multa diária de R$ 1000,00 limitado a R$ 10.000,00 por dia de descumprimento, com base no art. 537, caput c/c § 4º, NCPC.

Se depois de dez dias, a liminar continuar sem cumprimento, poderá ser ordenado sequestro de valores para que o tratamento Oxigenoterapia Hiperbárica seja feito na rede privada.

Apesar da manifestação da autora no desinteresse em conciliar, por entender ser possível a conciliação no caso, DESIGNO audiência de conciliação a ser realizada pelo CEJUSC, na data a ser indicada pelo cartório. Providencie o cartório o agendamento no sistema do PJE.

A audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º CPC).

Advirto às partes de que o não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal. Esta multa não incidirá se as partes disserem antes (a autora já manifestou) que não desejam a conciliação.

Ainda, INFORMO às partes que mesmo se o réu dizer que não tem interesse na conciliação, a audiência ocorrerá, servindo a data como termo inicial do prazo de contestação (art. 335, I, NCPC). Assim, havendo petição do réu dizendo que não tem interesse na conciliação, basta as partes não comparecerem à audiência, não havendo necessidade de CONCLUSÃO e DESPACHO sobre isso. Esta providência evita uma CONCLUSÃO e assegura que o processo não atrase sua marcha natural, o que significa que todos já sabem que com ou sem interesse na conciliação, o prazo de contestação correrá conforme o art. 335, I, NCPC (data agendada para a audiência).

Ademais, o item anterior é um estímulo para as partes tirarem um momento para elas próprias tentarem resolver a lide num tempo mais curto e de forma mais econômica. Vejo que a questão dos autos é simples com real possibilidade de conciliação se as duas partes não forem teimosas e se estarem abertas a concessões mútuas.

Já serve esta DECISÃO como MANDADO para: a) intimar o responsável para cumprimento da tutela de urgência, devendo o(a) oficial(a) anotar o horário da intimação, para que comece a correr o prazo de cumprimento; b) Intimar sobre a audiência de conciliação; e, c) citar a requerida para contestar em 15 dias da audiência de conciliação, caso não haja acordo (art. 335, CPC).

A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.

Parte autora intimada via DJE e sistema.

Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.

AUDARZEAN SANTANA DA SILVA

Juiz de Direito

ENDEREÇO PARA ENVIO/CUMPRIMENTO DA CARTA/MANDADO

Nome: AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A

Endereço: Avenida Calama, - de 2474 a 3016 - lado par, Liberdade, Porto Velho - RO - CEP: 76803-884

PODER JUDICIÁRIO

Porto Velho - Fórum Cível

9ª Vara Cível

Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, Térreo, São João Bosco, Porto Velho, RO, 76803-686 - Telefone: (069) 3217 – 2520

Autos n°: 7032257-74.2017.8.22.0001

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

AUTOR: RAFAEL ALMIR MARTINS MONTEIRO

Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO0006985

RÉU: SS COMERCIO DE COSMETICOS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA

Advogado do(a) RÉU:

DESPACHO

Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para que o autor comprove o recolhimento das custas iniciais, conforme requerido na última petição.

Decorrido o prazo, autos conclusos.

Porto Velho-RO, 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - Fórum Cível
9ª Vara Cível
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, Térreo, São João Bosco, Porto Velho, RO, 76803-686 - Telefone: (069) 3217 – 2520
Autos n°: 7016325-46.2017.8.22.0001
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: SIDNEY JUNIOR SALES GARCIAS
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO0006985
RÉU: BANCO BRADESCO SA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
O pedido de concessão de gratuidade da justiça já foi analisado e indeferido sob Id n. 12832656. Portanto intime-se o autor, pela última vez, para promover o pagamento das custas iniciais, sob pena de indeferimento da inicial.
Prazo: 5 (cinco) dias.
Decorrido o prazo, conclusos para extinção.
I.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.
Nome: BANCO BRADESCO SA
Endereço: Rua Duque de Caxias, 1614, - até 2548 - lado par, Centro, Uruguaiana - RS - CEP: 97500-180
Porto Velho-RO, 20 de fevereiro de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( ) Processo nº: 7025187-06.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ROSILENE OLIVEIRA DE LIMA
Advogado do(a) AUTOR: WILSON VEDANA JUNIOR - RO6665
RÉU: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) RÉU: ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO0006207
Nome: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
SENTENÇA
Vistos e examinados.
I – RELATÓRIO.
PETIÇÃO: ROSILENE OLIVEIRA DE LIMA ajuizou a presente ação de indenização por danos morais em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A – CERON, ambos já qualificados nos autos, alegando, em síntese, que reside na cidade de Vista Alegre do Abunã/RO, local que viria sofrendo com a deficitária prestação de serviços desenvolvida pela parte requerida.
Assevera que constantemente na região em reque reside, acontecem episódios de falta de energia, bem como, oscilação, se que já ficou por aproximadamente 03 (três) dias sem fornecimento de energia elétrica.
Ressalta que a empresa requerida sequer possuiria um ponto de atendimento, quando dos apagões e demais serviços a serem prestados pela população, tendo que se deslocar a outra região (Extrema ou Porto Velho), para realizar qualquer ato.
Relata que a falha no fornecimento de energia teria ocasionado enorme constrangimento à parte autora e sua família, haja vista que ficaram sem um serviço essencial, lhes trazendo muitas situações, que não ocorreriam se a requerida tivesse uma prestação de serviço eficaz.
Requer seja a empresa requerida condenada ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), bem como danos materiais causados à parte autora e, ainda ao pagamento de honorários advocatícios e custas. Apresentou documentos.
EMENDA: pelo DESPACHO de Id n. 11016167 foi determinada a emenda à inicial a fim de que a parte autora comprovasse a alegada hipossuficiência financeira ou, no mesmo prazo, o pagamento das custas iniciais.
Sob o Id n. 11609186 a requerente apresentou pedido de reconsideração, o qual foi acolhido (Id n. 13293925).
CITAÇÃO/DEFESA: citada (Id n. 13519294), a requerida apresentou defesa alegando, em síntese que, apesar de autora questionar interrupções havidas em fevereiro/2016, afirmando estar presente e ter sofrido com a interrupção em tal época não era cliente e que sua Unidade Consumidora somente teria sido adequada em 24/04/2017.
Afastou a alegação de dano moral com o argumento de que analisando o histórico da requerente observou que paga sempre as faturas com atraso ao ponto de ter a energia de sua UC cortada e permanecendo neste estado por 03 (três) dias. Afastou, ainda, o pedido de inversão do ônus da prova. Pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais. Apresentou prints de seu sistema interno.
Defesa instruída com documentos de representação e atos constitutivos.
Réplica: intimada, a autora apresentou réplica tempestiva sob Id n. 14973332 rechaçando os termos da inicial e pugnando pela procedência de seus pedidos iniciais.
Sob o DESPACHO de Id n. 15140765 a requerente foi intimada a se manifestar acerca da alegação de ilegitimidade ativa levantada pela requerida, mas permaneceu silente (vide certidão de Id n. 15849680).
É o relatório. Fundamento e Decido.
II – FUNDAMENTAÇÃO.
II.1 – Do Julgamento Antecipado do MÉRITO
O feito comporta julgamento antecipado, pois a matéria fática veio comprovada por documentos, evidenciando-se despicienda a designação de audiência de instrução ou a produção de outras provas (CPC, art. 355, I).
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “A FINALIDADE da prova é o convencimento do juiz, sendo ele o seu direto e principal destinatário, de modo que a livre convicção do magistrado consubstancia a bússola norteadora da necessidade ou não de produção de quaisquer provas que entender pertinentes à solução da demanda (art. 330 do CPC); exsurgindo o julgamento antecipado da lide como mero consectário lógico da desnecessidade de maiores diligências.”.(REsp 1338010/SP)
II.2 – Da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor
Primeiramente, cumpre observar que a questão a ser debatida deverá ser analisada à luz do Código de Defesa do consumidor, sendo o requerente consumidor típico (Art. 2º. CDC) e o requerido fornecedor, nos termos do artigo 3º do CDC.
III – MÉRITO
Segundo estabelecido pelo art. 14 do CDC, a responsabilidade da requerida CENTRAIS ELÉTRICA DE RONDÔNIA S/A – CERON, pelo defeito na prestação do seu serviço é objetiva, ou seja, se assenta na equação binária cujos polos são o dano e a autoria do evento danoso.
Nada obstante, sendo consumidora por equiparação (art.17 do CDC) - já que não tem relação jurídica direta com a demandada - deve provar objetivamente o sofrimento do dano.
Não basta, portanto, alegar residir em Vista Alegre do Abunã, mas provar que lá residia à época das falhas na prestação do serviço, dada a inexistência da relação direta de consumo que permita presumir o dano.
Nesse sentido, caberia à requerente apresentar cópias de contas de energia elétrica ou mesmo obter comprovante junto à requerida relativo à época em que sua unidade consumidora foi instalada.
Além disso, a requerida apresenta diversos prints nos quais consta como data de instalação da unidade consumidora da requerida 24/04/2017, ou seja, no ano posterior aos apagões indicados na inicial e nos documentos apresentados pela parte autora.
Acerca do conceito de consumidor por equiparação, segue o trecho do voto do Desembargador Isaías Fonseca Moraes:
O conceito de consumidor por equiparação, para este caso, está disciplinado no art. 17 do CDC:
‘Art. 17. Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.’ O legislador pretendeu proteger aqueles que sofrem em razão do evento danoso sofrido pelo consumidor titular da relação jurídica. Sem sombra de

dúvidas, todos os moradores do imóvel, unidade consumidora, são consumidores diretos da concessionária, ficando evidente que merecem indenização pela má prestação dos serviços. Ocorre que, para tanto, há de ter o mínimo de prova capaz de atestar, com clareza, se a pessoa de fato é residente no imóvel onde houve a interrupção.
Ainda que a autora residisse na localidade de Vista Alegre do Abunã, tal fato não é suficiente para obter a indenização pretendida, uma vez que não vieram aos autos provas do reflexo que os fatos surtiram em sua rotina.
O Termo de Ocorrência de Inspeção – TOI, datado de 05/04/2017 não esclarece se a requerente era ou não cliente da requerida no momento dos apagões ou sequer que residia naquele local à época.
Na esteira desse posicionamento, os seguintes julgados:
"Apelação cível. Interrupção no fornecimento de energia elétrica. Longo período. Danos individuais. Titularidade diferente da fatura. Consumidor por equiparação. Falta de comprovação.
A falha na prestação dos serviços pela concessionária de energia elétrica, que interrompe o serviço por longo período de tempo, causa ao consumidor transtornos individuais, que ultrapassam os simples aborrecimento, configurando ofensa moral indenizável.
Para requerer o dano na condição de consumidor por equiparação, a parte deve trazer aos autos provas mínimas de sua condição, se não se desincumbiu de sua obrigação, por isso a improcedência do pedido é medida que se impõe."
(Apelação, Processo nº 0016047-72.2014.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 09/12/2016)
"Apelação cível. Direito do consumidor. Interrupção no fornecimento de energia elétrica. Morador na unidade consumidora. Situação não comprovada. SENTENÇA de improcedência mantida.
Cabe ao consumidor provar os fatos constitutivos de seu direito, especialmente em caso de interrupção no fornecimento de energia elétrica, que era residente no imóvel denominado por unidade consumidora."
(Apelação, Processo nº 0009226-18.2015.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 02/06/2016)
"Apelação. Interrupção de energia. Falha na prestação do serviço. Não titular da unidade consumidora. Ausência de comprovação. Impossibilidade de comprovação por simples declaração de terceiro.
A falta de prova que demonstre que a parte-autora residia no imóvel e que foi afetada com a má prestação de serviço da concessionária, impõe a improcedência do pedido indenizatório.
A simples declaração de terceiro não possui valor probante por ser documento unilateral."
(Apelação, Processo nº 0006770-32.2014.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 13/10/2016)
Não tendo a autora provado que estava exposta ao dano por ocasião da alegada falha no serviço, violando o disposto no art. 373, I do CPC, devem os pedidos inciais, na esteira dos inúmeros precedentes transcritos, serem julgados improcedentes.
IV – DISPOSITIVO
Diante do exposto, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos contidos na inicial.
Em razão da sucumbência, condeno a requerente ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do NCPC, ressalvada a condição suspensiva prevista no art. 98, §3º do CPC.
Observadas as formalidades legais e transitada em julgado a presente SENTENÇA, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 20 de fevereiro de 2018.

## 10ª VARA CÍVEL

10ª Vara Cível
10ª VARA CÍVEL
Endereço: Avenida Lauro Sodré, 1728, Jardim América, Porto Velho/RO CEP 76803-686.
E- mail: pvh10civel@tjro.jus.br e pvh10civelgab@tjro.jus.br
Juíza de Direito Titular: Duília Sgrott Reis
Diretor de Cartório: Raimundo Neri Santiago
Telefone: (069) 3217-1283 (Cartório) e (069) 3217-1285 (Gabinete)
O INTEIRO TEOR DOS DESPACHO S E SENTENÇA S PODEM SER OBTIDOS NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS, ACIMA MENCIONADOS. SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO DIRETOR DO CARTÓRIO E/OU À MAGISTRADA DESTA VARA, COMO AINDA, CONTATE-NOS VIA INTERNET ATRAVÉS DOS E-MAIL.
**I.** PORTARIA Nº 01/2018 – 10ª VARA CÍVEL
A MMª Juíza de Direito Duilia Sgrott Reis, Juíza de Direito, titular da 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, III, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia,
CONSIDERANDO o disposto no art. 4º das Diretrizes Geras Judiciais do Estado de Rondônia.
RESOLVE:
Art. 1 º REALIZAR Correição Ordinária na 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho – Rondônia, nos dias 24; 25; 26 e 30 de abril de 2018 em razão da suspensão da correição designada para os dias 01; 4; 5 e 6 de dezembro de 2017, diante de problemas ocorridos no sistema PJE.
§1º Durante esse período o expediente no cartório e no gabinete ocorrerá normalmente.
§2º Não haverá suspensão de prazos.
§3º As audiências serão realizadas normalmente.
§4º A correição ocorrerá no período da manha, das 07 às 13:00 horas, e, no período da tarde, das 16:00 às 18:00 horas.
Art. 2º DETERMINAR que se dê ampla divulgação da presente, publicando-se no Diário da Justiça.
Art. 3º DETERMINAR a remessa de cópia da presente à Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Rondônia, à Ordem dos Advogados do Brasil ( Seccional Rondônia ), à Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado de Rondônia e ao Ministério Público do Estado de Rondônia.
Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 29 de janeiro de 2018.
Duília Sgrott Reis
Juíza de Direito

Proc.: 0017419-90.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Armando Knoblauch, Artur Bahia de Souza, Elza Carminatti, Elias de Almeida, Zilda de Almeida Souza, Elisa Maria Pereira de Almeida, Vanilda de Almeida Pereira, José de Almeida, Elealdo Pereira de Almeida, Nilda Pereira de Almeida, Lucilena de Almeida, Irma Maria Pejara, Jadir Fermino Coelho, João Pedro Arrabal, Jorge Barbosa, José Aparecido Pissolato, Valdecir Coppini
Advogado:Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado:HSBC Bank Brasil S.A Múltiplo
Advogado:Teresa Arruda Alvim Wambier (OAB/PR 22129A), Rita de Cássia Corrêa de Vasconcelos (OAB/RO 6637), Caroline Carranza Fernandes Arnuti (OAB/RO 1915)
DESPACHO:
DESPACHO Intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, promoverem o regular andamento do feito, devendo requerer o que entenderem de direito.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0002255-51.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado:Leno Ferreira Almeida (OAB/RO 6211)

Requerido:Relvas e Melo Industria e Comércio
SENTENÇA:
SENTENÇA O autor requereu a desistência do feito (fls. 116). Ante o exposto, julgo extinto o feito, sem resolução de MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso VIII do Código de Processo Civil. Sem custas, considerando a isenção prevista no art. 8º, III da Lei Estadual 3.896/2016 Regimento de Custas.Tratar-se de pedido de desistência, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no que se refere ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0008923-09.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cambuci S/A
Advogado:Alessandra Maria Margarida La Regina (OAB/SP 97954)
Executado:Tecnomed Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Médico Hospitalares Ltda
Advogado:Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2037)
DECISÃO:
DECISÃO Deverá a parte executar o acordo por meio eletrônico, conforme art. 16 da Resolução n. 013/2014 do Tribunal de Justiça de Rondônia.Arquivem-se estes autos.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0017789-06.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Raymundo Queiroz de Lima, Marina Alves, Marigese Alexandre Ferreira, Manoel Raimundo Ribeiro, Marinalva Vicente de Moura, Maria do Rosário Marques de Oliveira, José Prudêncio Soudré, Maria Marques de Oliveira, Elinéia Silva Moreira, Edileice Mendonça de Brito
Advogado:Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Requerido:Energia Sustentável do Brasil S.A., Santo Antônio Energia S.A, Consórcio Construtor Santo Antônio CCSA
Advogado:Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234412), Antonio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Ricardo Gonçalves Moreira ( 215.212)
DESPACHO:
DESPACHO Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca da proposta de honorários apresentada pelo perito.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0002362-32.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Alverina Miranda Eller, Antonio Barros Soares, Judite Ferreira Duda, Givanildo Antonio Duda, Marineide Duda Martins, Marleide Ferreira Duda Silva, Antonio Lourenço de Bastos, Minervina Soares da Silva, Iraci da Silva, Ilson Marques da Silva, Maria Aparecida da Silva Santos, Eunice da Silva, Geni da Silva Pêgo, Ademilson Marques da Silva, Douglas Pereira de Sousa, Edivaldo Marcario dos Santos, Emídio Duarte Vargas, Jandir Portes Guimarães, Maria Aparecida Balbino
Advogado:Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado:Banco do Brasil S/A
Advogado:Maria Heloisa Bisca Bernardi (OAB/RO 5758), Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/RO 8123)
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar acerca do extrato atualizado das contas judiciais vinculadas a este processo e requerer o que entender de direito.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0018626-61.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Silvanir Ribeiro de Toledo
Advogado:Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado:Banco do Brasil S. A.
Advogado:José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676), Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673)
DESPACHO:
DESPACHO Reitero a DECISÃO de fls. 612. Arquivem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0020961-53.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Patricia Gonçalves Cardoso
Advogado:Diego José Nascimento Barbosa (OAB/RO 5184), José Teixeira Vilela Neto (OAB/RO 4990)
Requerido:BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando a petição de fls. 189, expeça-se alvará em nome da requerida BV Financeira (CNPJ 01.149.953/0001-89) sobre os valores de fls. 185.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0020739-51.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antonio Lopes Ferreira, Francisca Pinho Alves, Francisco Souto Miranda, Altamira Pantoja do Nascimento, Antonio Pedro Ferreira, Aldenira Tavares dos Santos, Antônio Nonato da Silva Sobrinho, Albenor Batista dos Santos, Jorge Afonso da Silva, Antonio Valdino Mendonça Nobre
Advogado:Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579)
Requerido:Energia Sustentavel do Brasil S.A., Santo Antônio Energia S/a, Consórcio Construtor Santo Antônio CCSA
Advogado:Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/RO 6092), Rochilmer Rocha Filho (OAB/RO 635), Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796)
DESPACHO:
DESPACHO Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca da proposta de honorários apresentada pelo perito.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0016256-75.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Hugo dos Santos Esteves, Regina Mendonça Brito, Cleunete Braga Gonçalves, Arlete Bentes Nogueira, Josias Maciel Sena, José Alves de Castro, Francisco das Chagas Ferreira, Cleumar Reis Alves, Francilene da Rocha Sena, Lucineide Ramos do Nascimento
Advogado:Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844), Everthon Barbosa Padilha de Melo (OAB/RO 3531), Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844), Everthon Barbosa Padilha de Melo (OAB/RO 3531), Jorge Felype Costa de

Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844), Everthon Barbosa Padilha de Melo (OAB/RO 3531), Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844), Everthon Barbosa Padilha de Melo (OAB/RO 3531), Everthon Barbosa Padilha de Melo (OAB/RO 3531), Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844), Everthon Barbosa Padilha de Melo (OAB/RO 3531), Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844), Everthon Barbosa Padilha de Melo (OAB/RO 3531), Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844)
Requerido:Energia Sustentavel do Brasil S.A., Santo Antônio Energia S/a, Consórcio Construtor Santo Antônio CCSA
Advogado:Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234412), Jaime Pedrosa dos Santos Neto (OAB/RO 4315), Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Fernando Maximiliano Neto (OAB/RJ 45441), Ciro Rangel Azevedo (OAB/RJ 166575)
DESPACHO:
DESPACHO Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca da proposta de honorários apresentada pelo perito.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0009710-67.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcus Vinicius Xavier de Oliveira
Advogado:Jéssica Peixoto Cantanhêde (OAB/RO 2275), Luria Melo de Souza (OAB/RO 8241), David Alves Moreira (OAB/RO 299B), Eduardo Carlos de Oliveira (OAB/PR 81495)
Requerido:B2W - Companhia Global do Varejo
Advogado:Richard Leignel Carneiro (OAB/RN 9555)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando a petição de fls. 186/187, determino a transferência do valor total depositado em juízo na Caixa Econômica Federal agência/operação/conta 2848/040/01643973-8 e agência/operação/conta 2848/040/01650537-4 para a Caixa Econômica Federal, agência 4144, conta corrente 1730-1 de titularidade de B2W Companhia Digital (CNPJ 00.776.574/0001-56).Esta DECISÃO serve como ofício/alvará judicial com validade de 30 (trinta) dias.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0006667-93.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria Helena da Silva Sombra
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:Banco do Brasil S. A.
Advogado:Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673), José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676A)
DECISÃO:
DECISÃO Considerando que a conta judicial sobre a qual é pedido expedição de alvará às fls. 135 encontra-se zerada e o alvará foi expedido às fls. 129, arquivem-se estes autos.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0023490-45.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Juarez Carvalho de Almeida, Sandra Maracaipe Vieira, Rondônia Aquário Ltda
Advogado:Alecsandro Rodrigues Fukumura (OAB/RO 6575)
Requerido:Consórcio Santo Antônio Energia, Energia Sustentável do Brasil S.A., Santo Antônio Energia S. A.
Advogado:Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Viviane Barros Alexandre (OAB/RO 353B), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/RO 6092), Rochilmer Mello da Rocha ( ), Jaime Pedrosa dos Santos Neto (OAB/RO 4315), Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
DESPACHO:
DESPACHO Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca da proposta de honorários apresentada pelo perito.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0000459-93.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura Maria Coelho Aguiar
Advogado:Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796), Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (OAB/RO 644)
Executado:Maria das Dôres da Silva, Eliaquim Sebastião Silva Aquino
Advogado:Valdismar Marim Amancio (OAB/RO 5866)
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se a dívida persiste, devendo apresentar planilha atualizada de débito com eventuais valores recebidos.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0000265-25.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Samara Albuquerque Cardoso (OAB/RO 5720), Heberte Roberto Neves do Nascimento (OAB/RO 5322), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Interessado (Parte P:S. S. Service Ltda EPP, Juliano da Silva San, Gilson Marinho Pinheiro, Josiane de Moura Santos
Advogado:Taciana Afonso R. Xavier de Carvalho ( 5108), Francisco Ribeiro Neto (OAB/RO 875)
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, promover o regular andamento do feito, sob pena de arquivamento.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0010651-51.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Mútua de Assistência dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Advogado:Giovana Tonello Pedro Lima (OAB/DF 34.777), Ricardo de Paula Ribeiro (OAB/DF 15928)
Executado:Marcos Rogério Mesquita de Paula, Catiuse Rodrigues Sakai
Advogado:Franklin Moreira Duarte (OAB/RO 5748)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando a petição de fls. 142/145, determino a transferência do valor total depositado em juízo na Caixa Econômica Federal agência/operação/conta 2848/040/01576761-8 para o Banco do Brasil, agência 3382-0, conta corrente 407000-3 de titularidade de Mútua de Assistência dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CNPJ 00.509.026/0001-60).Esta DECISÃO serve como ofício/alvará judicial com validade de 30 (trinta) dias.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0005398-82.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Suedy dos Santos Nobre
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Requerido:Vivo S/A
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/MG 87318), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714), João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)

DECISÃO:
DECISÃO SUEDY DOS SANTOS NOBRE opõe embargos de declaração contra DECISÃO proferida por este juízo alegando omissão.Prescreve a nova regra processual que cabem os embargos de declaração contra qualquer DECISÃO judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual deveria se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, corrigir erro material (art. 1.022, CPC). Assim, constitui pressuposto de admissibilidade dessa espécie de recurso há existência de obscuridade ou contradição na DECISÃO, ou omissão de algum ponto sobre que devia pronunciar-se. Por conseguinte, a sua FINALIDADE consiste em completar a DECISÃO omissa ou ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades, contradições ou omissões. Portanto, os embargos de declaração têm caráter integrativo ou aclaratório da DECISÃO embargada. MARCATO ensina quanto à configuração destes vícios que:Nesse passo, ocorre a obscuridade quando a redação do julgado não for clara, dificultando, pois a correta interpretação do pronunciamento judicial. Já a contradição existe em razão da incerteza quanto aos termos do julgado, pelo uso de proposições inconciliáveis, podendo acarretar, inclusive, dificuldades a seu cumprimento. Por fim, a omissão se dá quando o julgado não aprecia ponto, ou questão, que deveria ter sido dirimida. (Código de Processo Civil Interpretado, Editora Atlas, 3ª edição, 2008, p. 1.800)Não assiste razão à parte embargante eis que a determinação é, de fato, apenas para transferir o valor depositado na agência/operação/conta judicial n. 2848/040/01607982-0. Isto porque o cumprimento de SENTENÇA encontra-se em fase recursal no Tribunal de Justiça de Rondônia, ou seja, a DECISÃO final acerca dos valores devidos não transitou em julgado.Portanto, não há o que se falar em levantamento de quaisquer quantias, mas sim em somente transferência do montante da conta supracitada para a agência/operação/conta judicial n. 2848/040/01621691-7.Ante o exposto, com fundamento no art. 1.022 do Código de Processo Civil, NÃO ACOLHO os embargos de declaração apresentados e, em consequência, ratifico a DECISÃO proferida às fls. 310/311. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0023816-34.2014.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Volkswagen S. A.
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Requerido:Rondonorte Transp. e Turismo Ltda
Advogado:José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
DECISÃO:
DECISÃO BANCO VOLKSWAGEN S.A. opõe embargos de declaração contra DECISÃO proferida por este juízo alegando contradição.Prescreve a nova regra processual que cabem os embargos de declaração contra qualquer DECISÃO judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual deveria se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, corrigir erro material (art. 1.022, CPC).Assim, constitui pressuposto de admissibilidade dessa espécie de recurso há existência de obscuridade ou contradição na DECISÃO, ou omissão de algum ponto sobre que devia pronunciar-se.Por conseguinte, a sua FINALIDADE consiste em completar a DECISÃO omissa ou ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades, contradições ou omissões. Portanto, os embargos de declaração têm caráter integrativo ou aclaratório da DECISÃO embargada.MARCATO ensina quanto à configuração destes vícios que:Nesse passo, ocorre a obscuridade quando a redação do julgado não for clara, dificultando, pois a correta interpretação do pronunciamento judicial. Já a contradição existe em razão da incerteza quanto aos termos do julgado, pelo uso de proposições inconciliáveis, podendo acarretar, inclusive, dificuldades a seu cumprimento. Por fim, a omissão se dá quando o julgado não aprecia ponto, ou questão, que deveria ter sido dirimida. (Código de Processo Civil Interpretado, Editora Atlas, 3ª edição, 2008, p. 1.800) Razão parcial assiste à parte embargante eis que a DECISÃO de fls. 355 não determinou a continuação da pretensão de busca e apreensão dos veículos que ainda não foram encontrados, isto é, aqueles relacionados às fls. 358. Em relação à baixa da restrição do RENAJUD, mantenho a DECISÃO de indeferimento.Ante o exposto, com fundamento no art. 1.022 do Código de Processo Civil, ACOLHO PARCIALMENTE os embargos de declaração apresentados e, em consequência, retifico a DECISÃO proferida para alterar os termos existentes, de forma que a mesma passa a ser: ( ) Determino que a parte ré, no prazo de 10 (dez) dias, indique a localização correta dos bens ainda não apreendidos, sob pena de multa diária no valor de R$200,00 até o limite de R$10.000,00. Mantendo-se o restante inalterado.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0018587-64.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria Laurentina da Silva, Zely Laia da Silva, Carmindo Sperotto, Celso Luiz Del Piero Sperotto, Dorvalino Victor, Ely Cristiano Dias, Geraldo Del Piero, Leir Teixeira da Silva, Maria Madalena Resende de Souza, Valdeci Machado
Advogado:Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Requerido:Banco do Brasil S. A.
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123), Amanda Géssica de Araújo Farias (OAB/RO 5757), Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872A)
DESPACHO:
DESPACHO Oportunizo o prazo comum de 05 (cinco) dias para manifestação das partes acerca da produção de outras provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0009051-92.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Thiago Amaral da Silva
Advogado:Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido:Seguradora LÍder do Consórcio do Seguro DPVAT
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando a petição de fls. 85, determino a transferência do valor total depositado em juízo na Caixa Econômica Federal agência/operação/conta 2848/040/01582357-7 para o Banco do Brasil, agência 1769-8, conta corrente 644.000-2 de titularidade de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (CNPJ 09.248.608/0001-04).Esta DECISÃO serve como ofício/alvará judicial com validade de 30 (trinta) dias.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0018817-38.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Bruno Henrique Oliveira do Rosario
Advogado:Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412)
Requerido:Azul Linhas Aéreas Brasileiras S A
SENTENÇA:
SENTENÇA Compulsando os autos verifico que a parte executada promoveu o pagamento espontâneo do valor da condenação, conforme depósito de fls. 78/81.Intimada a se manifestar acerca do referido depósito, a parte exequente requereu a expedição de alvará e a extinção do feito ante o cumprimento integral da condenação (fls. 82).Posto Isto, julgo extinto o feito com fundamento no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.Expeça-se alvará em favor da parte exequente para possibilitar o levantamento dos valores depositados mais acréscimos legais.Atente-se a escrivania quanto ao recolhimento das custas finais.Tendo em vista ter ocorrido o pagamento do valor da condenação, em que a parte autora requereu a extinção do feito, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no que se refere ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data. Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0003670-06.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Raimundo Jorge Barbosa Lacerda
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), Graça Jacqueline da Cunha Lima (OAB/RO 626A)
Requerido:Silvano Oliveira Cezar, Reis e Oliveira Industria Ltda Epp
Advogado:Defensoria Publica ( ), Alessandro Callil de Castro (OAB/AC 3131), Lucas Vieira Carvalho (OAB/AC 3456)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando a manifestação de fls 225v, mantenho a audiência designada para 27/03/2018 às 10h00min, apenas para oitiva da parte autora.Expeça-se carta precatória para oitiva dos requeridos, que deverá ser preferencialmente por meio eletrônico (NCPC, art. 263), desde que comprovado o recolhimento das despesas no juízo deprecado (NCPC, art. 266). Observe-se os requisitos dos artigos 250 e 260 do NCPC.Não sendo possível a expedição por meio eletrônico, o diretor de cartório deverá fazer contato com o cartório distribuidor da comarca deprecada para obter endereço eletrônico para transmissão da carta que, uma vez enviada, deverá ter seu recebimento confirmado, identificando-se o servidor que a tenha recebido e sendo a confirmação juntada nos autos.Prazo 30 dias.Após a oitiva das partes deverá ser designado audiência de instrução para oitiva de eventuais testmunhas arroladas.Intime-se a Defensoria Pública para comparecer neste ato.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0022446-54.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Instituto João Neórico
Advogado:Marcus Vinícius de Oliveira Cahulla (OAB/RO 4117), Tiago Fagundes Brito (OAB/RO 4239)
Executado:Marcelo Lima da Silva
SENTENÇA:
SENTENÇA Compulsando os autos verifico que o valor da execução foi penhorado via BACENJUD (fls. 117).Intimada a se manifestar acerca do referido depósito, a parte exequente, por meio da Curadoria Especial - Defensoria Pública, requereu a extinção do feito ante o cumprimento integral da condenação (fls. 143).Posto isto, julgo extinto o feito com fundamento no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.Expeça-se alvará em favor da parte exequente para possibilitar o levantamento dos valores depositados mais acréscimos legais.Atente-se a escrivania quanto ao recolhimento das custas finais.Tendo em vista ter ocorrido o pagamento do valor da condenação com requerimento de extinção do feito, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no que se refere ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data. Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0019584-76.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Condominio do Edificio Comercial Galeria Kennedy
Advogado:Fabio Andressa Bastos ( 206.706)
Requerido:Ana Quele Goncalves Matos, Gustavo de Albuquerque Gonçalves, Ana Clara Albuquerque Gonçalves, Grasielle de Albuquerque Gonçalves
Advogado:Carlos Alberto Cantanhêde de Lima (OAB/RO 3206)
DESPACHO:
DESPACHO Compulsando os autos verifico que a presente demanda tramita em apenso a demandas que envolvem a posse/propriedade do imóvel salão comercial no Edifício Comercial Galeria Kennedy.Contudo, o objeto desta ação restringe-se ao pedido de que o imóvel não seja usado para fim residencial. Dessarte, determino o desapensamento dos autos e considerando que encontra-se na fase de saneamento, designo audiência de conciliação/saneamento para o dia 18 de maio de 2018 às 08h30min.Registro que por ocasião da audiência, com vistas ao aproveitamento do ato, poderão ser colhidos os depoimentos pessoais da parte autora e ré.Ficam intimadas as partes e os advogados via Diário da Justiça.Porto Velho-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0011008-60.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Manoel do Rosário de Farias, Donizete Gomes Farias, Ravaides Gomes Farias
Advogado:Robson Araújo Leite (OAB/RO 5196), Mateus Baleeiro Alves (OAB/RO 4707)
Requerido:Santo Antonio Energia S. A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Luciana Sales Nascimento (OAB/RO 5082)
DESPACHO:
DESPACHO Indefiro a produção de prova emprestada, ante a especificidade do caso e necessidade de oitiva das referidas testemunhas.Assim, proceda o cartório a intimação das testemunhas arroladas pela requerida para audiência designada para 02 de abril de 2018 às 16h00min, na forma do art. 455, §4º, III, CPC.Porto Velho-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0012909-34.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdino Prestes Ferreira, Vagner Vieira Barrozo, Sionice Nobre Cruz, Domingos de Goes Campos, Wilson Batista Fontenele, Mario Helio Ferreira Gonçalves Junior, Maria Lucileia da Silva Carvalho, Leonardo Veiga Rodrigues, Luciano de Araujo Veloso, Lindinalva Vieira dos Santos, Maria da Conceição Belarmino da Silva
Advogado:Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Requerido:Energia Sustentável do Brasil S.A., Santo Antônio Energia S/a, Consórcio Construtor Santo Antônio CCSA
Advogado:Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234412), Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Ricardo Gonçalves Moreira (OAB/SP 215212)
DESPACHO:
DECISÃO Diante da certidão do cartório em relação à data da nomeação e não apresentação do laudo completo, chamo o feito à ordem.O perito é um profissional essencial e de maior relevância em processos complexos, estando sujeito às mesmas causas de suspeição e impedimento do juiz. Considerando sua relevância para o esclarecimento dos fatos, comumente seu parecer define a demanda, decorrendo daí a confiança que deve gozar do juízo. Não é só. Deve deter comprovado conhecimento técnico ou científico na área para a qual foi nomeado, não bastando habilitação formal. O artigo 468, II do Código de Processo Civil dispõe que o perito poderá ser substituído quando sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo, no prazo que lhe foi assinado. A situação ocorrida nos presentes autos se amolda à hipótese citada, pois o perito nomeado não cumpriu os prazos fixados por esse juízo. Sua nomeação ocorreu em março de 2014 e até a presente data não houve CONCLUSÃO dos trabalhos.Em face do exposto, destituo o perito nomeado anteriormente e nomeio em seu lugar NASSER CAVALCANTE HIJAZI, biológo, CFBIO 103047/06D, e-mail nasserhijazi@gmail.com, telefone (69) 99945-0150, que deverá ser intimado pessoalmente, para informar se aceita o encargo e:a) esclarecer o prazo para CONCLUSÃO dos trabalhos, que não deve ser superior a seis meses; b) apresentar calendário de realização dos atos periciais a fim de que as partes tenham conhecimento prévio destas datas e,c) apresentar proposta de honorários periciais, vinculada a tabela do IBAPE de Manaus/AM, local mais próximo de

Porto Velho que se utiliza daquela tabela.Em face da destituição do perito Orlando José Guimarães, o cartório deverá providenciar a intimação do mesmo para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar a devolução de eventuais valores percebidos a título de honorários periciais com a devida correção monetária, sob pena de ficar impedido de atuar com perito judicial por cinco anos, nos termos do artigo 468, § 2º do Código de Processo Civil.Com a resposta do novo perito nomeado, os autos deverão vir conclusos para que seja aberta vista dos autos às partes para que se manifestem quanto a proposta de honorários e quanto a manutenção dos assistentes técnicos já indicados.Cumpra-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0016147-61.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Lopes da Silva Filho
Advogado:Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro (OAB/RO 5706)
Requerido:Banco Santander S.A., HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, Banco Cruzeiro do Sul S/A (em liquidação extrajudicial)
Advogado:Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/RO 6.087), Marcos André Honda Flores (OAB/MS 6.171), Antonio Braz da Silva (OAB/AC 4235-A)
DESPACHO:
DESPACHO A parte autora apresentou petição às fls. 297/298 alegando que o requerido Santander S/A realizou o pagamento voluntário da condenação, no importe de R$ 1.017,31, conforme fls. 271/273, contudo, equivocadamente foi exarada pelo cartório a certidão de fls. 276, certificando que o valor pago pelo requerido teria sido a título de pagamento das custas, e por esse motivo foi transferido para uma conta de recolhimento de custas processuais (fls. 277/279).Requer as providências necessárias à regularização do feito, com a consequente expedição de alvará judicial para levantamento do valor depositado acrescido de correções.Pois bem.Compulsando os autos verifico que assiste razão à parte autora, uma vez que a petição que acompanha o comprovante de depósito do valor de R$ 1.017,31 é clara ao apontar que tal valor se refere ao pagamento voluntário da condenação (fls. 271).Dessa forma, reconheço o equívoco ocorrido e determino a restituição da quantia de R$ 1.017,31, mais acréscimos legais, à parte autora, através de procedimento administrativo, considerando que o valor foi transferido para a conta do Tribunal de Justiça.Em tempo, verifico que a Contadoria apresentou certidão às fls. 270 indicando que o valor das custas iniciais e finais importam em R$ 4.854,97, de modo que, cada requerido deverá efetuar o recolhimento de R$ 1.618,32.Assim, ficam os requeridos Banco Santander (Brasil) S/A e HSBC Bank Brasil S.A Banco Multiplo, intimados para efetuar o recolhimento do complemento das custas, no prazo de 10 dias, uma vez que os comprovantes apresentados às fls. 284 e 294 encontram-se em valor inferior.No mesmo prazo, fica o requerido Banco Cruzeiro do Sul S/A intimado para efetuar o recolhimento da sua parte das custas processuais (R$ 1.618,32).Decorrido o prazo sem a comprovação do recolhimento das custas, certifique-se e inscreva-se em dívida ativa. Após, arquivem-se os autos.Porto Velho-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0012755-16.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Benedito Soares Rodrigues, Angela Maria Ferreira de Souza, Leandro Ribeiro dos Santos, Lindalva Pereira da Silva, Rosicleia Ferreira da Silva, Raimundo Nonato Alves Silva, Rozete Botelho Costa, Raimundo Leonidas de Lima Ferreira, Lucineide Lopes da Silva, Lady Pereira de Oliveira Rocha
Advogado:Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Requerido:Energia Sustentável do Brasil S.A., Santo Antônio Energia S/a, Consórcio Construtor Santo Antônio CCSA
Advogado:Rochilmer Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Jaime Pedrosa dos Santos Neto (OAB/RO 4315), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/RO 6092), Philippe Ambrosio Castro e Silva (OAB/SP 279767), Vanessa Santos Moreira (OAB/SP 319404), Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Sâmara de Oliveira Souza ( ), Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796), Ricardo Gonçalves Moreira (OAB/SP 215212)
DESPACHO:
DECISÃO ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. opõe embargos de declaração contra DECISÃO proferida por este juízo alegando omissão.Prescreve a nova regra processual que cabem os embargos de declaração contra qualquer DECISÃO judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual deveria se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, corrigir erro material (art. 1.022, CPC). Assim, constitui pressuposto de admissibilidade dessa espécie de recurso há existência de obscuridade ou contradição na DECISÃO, ou omissão de algum ponto sobre que devia pronunciar-se. Por conseguinte, a sua FINALIDADE consiste em completar a DECISÃO omissa ou ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades, contradições ou omissões. Portanto, os embargos de declaração têm caráter integrativo ou aclaratório da DECISÃO embargada. MARCATO ensina quanto à configuração destes vícios que:Nesse passo, ocorre a obscuridade quando a redação do julgado não for clara, dificultando, pois a correta interpretação do pronunciamento judicial. Já a contradição existe em razão da incerteza quanto aos termos do julgado, pelo uso de proposições inconciliáveis, podendo acarretar, inclusive, dificuldades a seu cumprimento. Por fim, a omissão se dá quando o julgado não aprecia ponto, ou questão, que deveria ter sido dirimida. (Código de Processo Civil Interpretado, Editora Atlas, 3ª edição, 2008, p. 1.800)Razão assiste à parte embargante eis que a DECISÃO não determinou a correção monetária do valor a ser devolvido pelo perito em razão de sua destituição. Considerando que se a quantia estivesse depositada em juízo, sofreria correção monetária, nada mais justo que a devolução seja no valor que exerça o mesmo poder aquisitivo da quantia depositada à época do saque.Ante o exposto, com fundamento no inciso II do art. 1.022 do Código de Processo Civil, ACOLHO os embargos de declaração apresentados e, em consequência, retifico a DECISÃO proferida para alterar os termos existentes, de forma que a mesma passa a ser: ( ) Em face da destituição do perito Orlando José Guimarães, o cartório deverá providenciar a intimação do mesmo para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar a devolução do valor percebido a título de honorários periciais corrigidos monetariamente desde a data do saque, sob pena de não o fazendo ficar impedido de atuar com perito judicial por cinco anos, nos termos do artigo 468, §2º do Código de Processo Civil. (...) Mantendo-se o restante inalterado.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito
Raimundo Neri Santiago
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7002951-26.2018.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Assunto: [Alienação Fiduciária]
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA - SP0115665
RÉU: ADRIANA GUIMARAES DA COSTA
Advogado do(a) RÉU:

DECISÃO
Trata-se de Ação de Busca e Apreensão com pedido de liminar, formulado pelo Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A, com espeque em inadimplência de contrato de alienação fiduciária em garantia, proposta em face de Adriana Guimarães da Costa.
O requerente anexou o contrato de alienação fiduciária (documento n° 15841838 - Pág. 1/15841840 - Pág. 1), demonstrou a mora do devedor, através da notificação extrajudicial (id 15841845 - Pág. 1/15841845 - Pág. 2), tabela atualizada com os valores inadimplentes (id 15841848 - Pág. 1/15841848 - Pág. 2).
Portanto, defiro liminarmente a busca e apreensão do veículo descrito na inicial (15841780 - Pág. 1) e nos termos do artigo 3º, § 9º, acrescento que inseri a restrição, via RENAJUD, no banco de dados do RENAVAM – Registro Nacional de Veículos Automotores.
Expeça-se MANDADO de busca e apreensão, depositando-se o bem, com o requerente, ou quem ele venha a indicar, mediante o compromisso.
Deverá constar no MANDADO, que 5 (cinco) dias após executada a liminar e intimado o réu, acaso não haja pagamento, consolidar-se-á a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, ficando as às repartições competentes, autorizadas a expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou terceiro por ele indicado, livre de ônus da propriedade fiduciária (§ 1º, do art. 3º, Decreto-lei 911/69).
No mesmo prazo supra (5 dias), poderá o devedor fiduciante pagar a integralidade da dívida pendente, conforme valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus.
01. Cite-se a devedora fiduciante que poderá apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
02. Se houver a apreensão do bem, os autos deverão vir conclusos para a retirada da restrição, conforme o disposto no art. 3º, § 9º do Dec. Lei 911/69.
03. Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor, requerer, nestes autos, a conversão do pedido de busca e apreensão, em ação executiva(art. 4º, do Decreto-Lei n. 911/69).
Fica a parte autora advertida de que sendo julgada improcedente a presente ação, e tendo ocorrido alienação do bem descrito na inicial, o autor será condenado ao pagamento de multa, em favor do devedor fiduciante, equivalente a 50% do valor originalmente financiado, devidamente atualizado, conforme disposição do Art. 3º, §6º, do Decreto-Lei nº 911.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
SERVINDO COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA/OFÍCIO
Nome: ADRIANA GUIMARAES DA COSTA
Endereço: Rua Montes Claros, 6967, Aponiã, Porto Velho - RO - CEP: 76824-014

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7026467-80.2015.8.22.0001
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
ASSUNTO: [Cédula de Crédito Bancário]
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO0004937
EXECUTADO: JALAPAO COMERCIO DE CASCALHO LTDA, FRANCINEIDE DE AZEVEDO ANGELO
Advogado do(a) EXECUTADO: GABRIEL DA COSTA ALEXANDRE - RO0004986
Advogado do(a) EXECUTADO: GABRIEL DA COSTA ALEXANDRE - RO0004986
VALOR DA AÇÃO: R$ 48.736,40
[7026467-80.2015.8.22.0001, null]
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a promover o regular andamento do feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de extinção sem resolução do MÉRITO, conforme art. 485, § 1º, incisos II e III do CPC, e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
ALVARO LEITE DE MORAES

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7026263-65.2017.8.22.0001
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
ASSUNTO: [Concurso de Credores]
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO0004594
EXECUTADO: JORGEANE ARAUJO SARAIVA, ANNE LAIS RODRIGUES SARAIVA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 2.516,91
[]
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7026285-26.2017.8.22.0001
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
ASSUNTO: [Concurso de Credores]
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO0004594
EXECUTADO: JOSEFA DE FARIAS PEREIRA, VANDGLEY AFONSO BARROS DE CARVALHO, FRANCA PECAS E SERVICOS LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 10.482,80

Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7018130-05.2015.8.22.0001
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
ASSUNTO: [Inadimplemento, Correção Monetária, Juros de Mora - Legais / Contratuais, Espécies de Contratos]
EXEQUENTE: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogado do(a) EXEQUENTE: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434
EXECUTADO: CLEITON CARVALHO DE PAIVA
Advogado do(a) EXECUTADO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 28.365,23
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7021812-94.2017.8.22.0001
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
ASSUNTO: [Valor da Execução / Cálculo / Atualização]
EXEQUENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO0000796, CAMILA BEZERRA BATISTA - RO0007212
EXECUTADO: MARIA ADRIANA BIRKHANN, ANTONIO SERAFIM DA SILVA JUNIOR
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 11.666,85
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7018680-97.2015.8.22.0001
CLASSE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
ASSUNTO: [Seguro]
AUTOR: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE
Advogado do(a) AUTOR: JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS - SP0273843
RÉU: PENSE O CORPO FISIOTERAPIA E ESTETICA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Advogado do(a) RÉU:
VALOR DA AÇÃO: R$ 18.302,41
[]
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7019323-84.2017.8.22.0001
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
ASSUNTO: [Espécies de Contratos]
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO0004594
EXECUTADO: BENEDITA BEZERRA DE AZEVEDO, SARA VIEIRA DA SILVA, MARIA DO CARMO MENDES REZENDE
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 3.320,91
[]
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7020848-04.2017.8.22.0001
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
ASSUNTO: [Valor da Execução / Cálculo / Atualização]
EXEQUENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CAMILA BEZERRA BATISTA - RO0007212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO0000796
EXECUTADO: MANOEL MARIA NASCIMENTO BATISTA, MARIA DE JESUS NUNES RODRIGUES
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 7.486,25
[]
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7019715-24.2017.8.22.0001
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
ASSUNTO: [Espécies de Contratos]
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO0004594
EXECUTADO: DESIREE RIBEIRO RODRIGUES, DEIVID FERNANDES DO NASCIMENTO
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 4.632,72
[]
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7024603-07.2015.8.22.0001
CLASSE: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
ASSUNTO: [Liminar]
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado do(a) AUTOR: CELSO MARCON - RO0003700
RÉU: BRUNO BOTELHO BRITO DAS CHAGAS
Advogado do(a) RÉU:
VALOR DA AÇÃO: R$ 27.234,87
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7001649-30.2016.8.22.0001
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
ASSUNTO: [Cédula de Crédito Bancário]
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - AM000A598
EXECUTADO: JORADI COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP, RAFAEL BEZERRA FERREIRA DE ARAUJO
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 54.491,05
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7026613-53.2017.8.22.0001
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)

ASSUNTO: [Nota Promissória]
EXEQUENTE: DISTRIBUIDORA EBENEZER LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: IURE AFONSO REIS - RO0005745
EXECUTADO: VERALAC INDUSTRIA COMERCIO REPRESENTACOES DE LATICINIOS LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 2.041,86
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7021583-37.2017.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
Assunto: [Cédula de Crédito Comercial]
AUTOR: SUDOESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: JESUS CLEZER CUNHA LOBATO - RO0002863
RÉU: MARIA DE FATIMA MENDONCA
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
01. Deferi e realizei diligência em sistema INFOJUD e a pesquisa restou infrutífera, conforme detalhamento anexo, pois indicou o mesmo endereço da inicial.
02. Assim intimo o credor a impulsionar o feito em 10 dias, requerendo o que entender de direito, podendo:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) apresentar cálculo atualizado da dívida, sob pena de extinção e/ou arquivamento da presente execução/cumprimento de SENTENÇA.
c) requerer ainda pesquisa RENAJUD e BACENJUD, desde que recolhidas as custas de diligência.
03. Se decorrer in albis o prazo, intime-se pessoalmente a dar impulso ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º do CPC.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito
CPF/CNPJ:204.812.502-63Nome do contribuinte:MARIA DE FATIMA MENDONCATipo logradouro Endereço:ALEXANDRE GUIMARAESNúmero:3749Complemento: Bairro:NOVA PORTO VELHOMunicípio:PORTO VELHOUF:ROCEP:76804-970Telefone: Fax:
SERVINDO COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA/OFÍCIO
Nome: MARIA DE FATIMA MENDONCA
Endereço: Rua Alexandre Guimarães, 3749, - de 4444 a 4840 - lado par, Agenor de Carvalho, Porto Velho - RO - CEP: 76820-208

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7031303-28.2017.8.22.0001
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
ASSUNTO: [Contratos Bancários]
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO0004937
EXECUTADO: FABIO FREITAS DA SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 35.862,21
[]
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7021556-54.2017.8.22.0001
CLASSE: DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA (94)
ASSUNTO: [Despejo para Uso Próprio]
AUTOR: BENEDITA SOUSA COSTA
Advogado do(a) AUTOR: SAIERA SILVA DE OLIVEIRA - RO0002458
RÉU: DIGITUS PRESTACAO DE SERVICOS LTDA - ME, DIEK CORREIA DA SILVA, RAQUEL VERGINIA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
VALOR DA AÇÃO: R$ 28.338,80
[]
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7052922-48.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Espécies de Contratos]
EXEQUENTE: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogado do(a) EXEQUENTE: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434
EXECUTADO: TELMA BARBOSA DA SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO:

DECISÃO
01. Nesta data, realizei bloqueio referente à circulação com relação ao veículo objeto da lide, no sistema RENAJUD viabilizado por convênio do Judiciário com os órgãos de trânsito.
Saliento, porém que na restrição ocorre a impossibilidade de comercialização do bem e de sua movimentação, desde que seja apreendido em blitz realizada pelos órgãos públicos ou se envolva em acidente de trânsito ou ainda a parte comparece para fazer vistoria do veículo, quando do pagamento do IPVA,, não sendo informado o local físico de onde se localiza o bem, o que deverá ser diligenciado pelo exequente.
Ressalto que o veículo em abordagens policiais como "blitz" poderá ser detido, nos termos do art. 9º do Regulamento do Sistema RENAJUD:
A restrição de circulação (restrição total) impede o registro da mudança da propriedade do veículo, um novo licenciamento no sistema RENAVAM e também a sua circulação em território nacional, autorizando o recolhimento do bem a depósito.
02. Manifeste-se a parte exequente para prosseguimento do feito, com indicação do endereço de onde pode ser localizado o bem acima restrito ou indicar novos bens, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de extinção do feito nos termos do art. 485, inciso IV do Novo Código de Processo Civil.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito
RENAJUD - Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores
Usuário: EDUARDO BAIA DA SILVA
21/02/2018 - 12:29:06
Comprovante de Inclusão de Restrição VeicularDados do ProcessoTribunalTRIBUNALDEJUSTICADERONDONIAComarca/MunicípioPORTO VELHOJuiz InclusãoDUILIA SGROTT REISÓrgão JudiciárioDECIMA VARA CIVEL DA COMARCA DE PORTO VELHON° do Processo70529224820168220001
Total de veículos: 1PlacaUFMarca/ModeloProprietárioRestriçãoNDW0226ROHONDA/BIZ 125 ESTELMA BARBOSA DA SILVACirculação

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7013830-97.2015.8.22.0001
Classe: RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO (137)
Assunto: [Locação de Imóvel]
AUTOR: LOJAS AMERICANAS S.A.
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO0003208
RÉU: JOSE MARIA RABELO DE CARVALHO
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
01. Deferi e realizei diligência em sistema INFOJUD e a pesquisa restou infrutífera, conforme detalhamento anexo, pois indicou o mesmo endereço da inicial.
02. Assim intimo o credor a impulsionar o feito em 10 dias, requerendo o que entender de direito, podendo:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) apresentar cálculo atualizado da dívida, sob pena de extinção e/ou arquivamento da presente execução/cumprimento de SENTENÇA.
c) requerer ainda pesquisa RENAJUD e BACENJUD, desde que recolhidas as custas de diligência.
03. Se decorrer in albis o prazo, intime-se pessoalmente a dar impulso ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º do CPC.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito
CPF/CNPJ:005.641.852-30Nome do contribuinte:JOSE MARIA RABELO DE CARVALHOTipo logradouroEndereço:R HERBERT DE AZEVEDONúmero:2652Complemento:Bairro:LIBERDADEMunicípio:PORTO VELHOUF:ROCEP:76801-000Telefone: Fax:
SERVINDO COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA/OFÍCIO
Nome: JOSE MARIA RABELO DE CARVALHO
Endereço: HERBERT DE AZEVEDO, 2652, LIBERDADE, Porto Velho - RO - CEP: 76801-000

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7006329-58.2016.8.22.0001
CLASSE: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
ASSUNTO: [Alienação Fiduciária]
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado do(a) AUTOR: ROSANGELA DA ROSA CORREA - RO0005398
RÉU: MARIA SOCORRO DA SILVA
Advogado do(a) RÉU:
VALOR DA AÇÃO: R$ 16.810,50
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 0003128-22.2012.8.22.0001
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
ASSUNTO: [Compromisso]
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO0003831
EXECUTADO: ROSA SILVA SOUSA
Advogado do(a) EXECUTADO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 1.839,73
CERTIDÃO / INTIMAÇÃO
Certifico que procedi a juntada do ofício referente ao órgão pagador da parte ré, bem como, intimo o autor acerca do teor do ofício já mencionado.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
ALINE CRISTINA DE ALMEIDA LOPES

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7014823-09.2016.8.22.0001
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO (181)

ASSUNTO: [Alienação Fiduciária, Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Busca e Apreensão]
REQUERENTE: BANCO HONDA S/A.
Advogado do(a) REQUERENTE: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ - SP0206339
REQUERIDO: CLEIDE GOMES BATISTA
Advogado do(a) REQUERIDO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 4.770,38
[]
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7000208-77.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Mensalidades]
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO0003831
EXECUTADO: LARYSSA ABIORANA PIMENTEL, DIEGO WINAGRASKI
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Considerando que a parte executada não foi intimada, indefiro o pedido de bloqueio eletrônico.
No entanto, vislumbro que o AR retornou com motivo “ausente”, devendo ser expedido MANDADO de intimação via Oficial de Justiça, com devido recolhimento das custas de diligência do senhor meirinho. Prazo: 5(cinco) dias.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito
SERVINDO COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA/OFÍCIO
Nome: LARYSSA ABIORANA PIMENTEL
Endereço: Rua Íris Antônio Campos, 250, Bloco 02, apto 203, Campo Comprido, Curitiba - PR - CEP: 81220-370
Nome: DIEGO WINAGRASKI
Endereço: Rua Íris Antônio Campos, 250, Bloco 02, apto 2036, Campo Comprido, Curitiba - PR - CEP: 81220-370

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7029409-17.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Obrigação de Fazer / Não Fazer]
AUTOR: EDEN DOS PASSOS LIMA
Advogados do(a) AUTOR: LUPERCIO PEDROSA DA SILVA JUNIOR - RO0001511, LUPERCIO PEDROSA DA SILVA - RO0004233
RÉU: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC
Advogado do(a) RÉU: ROSILENE DE OLIVEIRA ZANINI - RO0004542
DESPACHO
ÉDEN DOS PASSOS LIMA ajuíza ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais e morais em face de SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, ambos devidamente qualificados.
Afirma ter sofrido acidente de trabalho que o deixou incapaz de exercer suas atividades laborais. Assevera que a requerida não emitiu o CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho, impedindo-o de receber benefício previdenciário mais vantajoso. Diante da cessação do gozo de auxílio-doença, requer a condenação da ré na obrigação de fazer consistente em expedir o CAT, assim como pagamento de pensão mensal alimentícia vitalícia e de todas as despesas com tratamento médico.
A parte requerida, regularmente citada, suscitou preliminar de incompetência material deste juízo e, no MÉRITO, inexistência de danos indenizáveis. Postula a improcedência da ação.
É o sucinto relatório. Decido.
A Justiça Estadual não detém competência para conhecer de ações propostas pelo empregado em face de sua empregadora, objetivando obter a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho, haja vista que a natureza da lide é exclusivamente trabalhista, pois nestas hipóteses não se discute a concessão, revisão ou restabelecimento de benefícios acidentários devidos pela autarquia previdenciária. A competência para conhecer da presente demanda é da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, IX da Constituição Federal de 1988, não se encaixando nas hipóteses de competência da Justiça Estadual prevista no art. 109, I, do mesmo diploma.
Ante o exposto, acolho a preliminar de incompetência e declino a competência para julgar esta lide para uma das varas da Justiça do Trabalho.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7022222-55.2017.8.22.0001
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
ASSUNTO: [Concurso de Credores]
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO0004594
EXECUTADO: PABLO GUTIERREZ DE SOUSA ANJOS, MARCOS VALERIO GUTIERREZ DOS ANJOS, EVA DANTAS DA SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 3.007,22
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7041928-24.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Valor da Execução / Cálculo / Atualização, Juros, Levantamento de Valor, Multa de 10%, Sucessão, Busca e Apreensão, Multa Cominatória / Astreintes]
EXEQUENTE: M. E. L. COMERCIO DE MADEIRAS SOLTOVSKI LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: WANDERSON MODESTO DE BRITO - RO0004909
EXECUTADO: CONSTRUTORA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
01. Deferi e realizei diligência em sistema INFOJUD, conforme demonstrativos depositados em cartório, disponíveis aos advogados das partes pelo prazo de 10 (dez) dias.
02. Decorrido o prazo, o documento será inutilizado.
03. Fica intimada a parte credora para impulsionar o feito em 10 (dez) dias.
04. Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se pessoalmente o exequente para dar impulso ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º do CPC e mantendo-se inerte, os autos deverão vir conclusos para extinção.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7002590-77.2016.8.22.0001
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO (181)
ASSUNTO: [Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Busca e Apreensão]
REQUERENTE: BANCO HONDA S/A.
Advogado do(a) REQUERENTE: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ - SP0206339
REQUERIDO: VAGNER RODRIGUES LEAO
Advogado do(a) REQUERIDO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 6.342,53
[7002590-77.2016.8.22.0001]
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.brProcesso: 7003133-12.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Obrigação de Fazer / Não Fazer]
AUTOR: FABRICIO CHAVES DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: AUGUSTO CESAR DE OLIVEIRA - RO0001054
RÉU: UNIMED DO ESTADO DE SAO PAULO - FEDERACAO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MEDICAS
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Cumpra-se com urgência o item “B” do DESPACHO de fls. 15874537 - Pág. 1/15874537 - Pág. 3 (b – Tão logo sejam recolhidas as custas deverá ser intimada a parte ré, a esclarecer a esse juízo, no prazo de 48 o motivo da recusa da cirurgia indicada ao autor. Decorrido esse prazo com ou sem manifestação da parte ré, venham conclusos para análise do pedido de tutela de urgência.).
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
SERVINDO COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA/OFÍCIO
Nome: UNIMED DO ESTADO DE SAO PAULO - FEDERACAO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MEDICAS
Endereço: Rua José Getúlio, 78, - lado par, Liberdade, São Paulo - SP - CEP: 01509-000

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7028127-41.2017.8.22.0001
CLASSE: MONITÓRIA (40)
ASSUNTO: [Contratos Bancários]
AUTOR: BANCO DO BRASIL S..A
Advogado do(a) AUTOR: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO0006673
RÉU: COSTA & FRANCA LTDA - ME, WALMIR DA CUNHA FRANCA, CELINA PONTES DA COSTA FRANCA
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
VALOR DA AÇÃO: R$ 411.671,40
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7022336-91.2017.8.22.0001
CLASSE: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
ASSUNTO: [Alienação Fiduciária, Propriedade Fiduciária]
AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
Advogado do(a) AUTOR: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI - PE0021678

RÉU: MARIA JOSE FREITAS DE OLIVEIRA
Advogado do(a) RÉU:
VALOR DA AÇÃO: R$ 31.992,73
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 0024968-20.2014.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
AUTOR: MARCOS ROBERTO BORGES DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA - RO0002913
RÉU: WANDERLEY ALVES DE MELO, FRANCISCO JOSE DA CONCEICAO CAMILO
Advogado do(a) RÉU:
Advogados do(a) RÉU: GUILBER DINIZ BARROS - RO0003310, JOSE ERNESTO ALMEIDA CASANOVAS - RO0002771
DECISÃO
01. Deferi e realizei diligência em sistema BACENJUD e a pesquisa restou frutífera, conforme detalhamento anexo, pois localizou novos endereços das partes requeridas.
02. Considerando que o sistema indicou mais de um endereço dos requeridas, intime-se a parte requerente a manifestar-se no prazo de 5(cinco) dias.
Porto Velho/RO, 16 de fevereiro de 2018
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito
SERVINDO COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA/OFÍCIO
Nome: WANDERLEY ALVES DE MELO
Endereço: Rua Lira, n. 11372,, Ulisses Guimarães, Porto Velho - RO - CEP: 76800-000
Nome: FRANCISCO JOSE DA CONCEICAO CAMILO
Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 3023, cpf 408.792-53S. Sebastiao IRua Vinicius de Morais, 6126, Socialista, Porto Velho - RO - CEP: 76800-000

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7003081-21.2015.8.22.0001
CLASSE: MONITÓRIA (40)
ASSUNTO: [Títulos de Crédito, Cédula de Crédito Bancário]
AUTOR: LUBRIPAR - LUBRIFICANTES PARANA LTDA - EPP
Advogados do(a) AUTOR: HOSNEY REPISO NOGUEIRA - RO0006327, ANDERSON FABIANO BRASIL - RO0005921
RÉU: RALF RAND NUNES RUBIM, ANDREIA ADRIANA ALVES
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
VALOR DA AÇÃO: R$ 1.023,01
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7032604-10.2017.8.22.0001
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
ASSUNTO: [Duplicata]
EXEQUENTE: HERNANDES RONDONIA COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: SILVANA DEVACIL SANTOS - RO8679, ANA PAULA LIMA SOARES - RO7854
EXECUTADO: MARCOS VIANA BENTO
Advogado do(a) EXECUTADO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 1.617,33
[null]
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 0003020-85.2015.8.22.0001
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
ASSUNTO: [Compromisso]
EXEQUENTE: EINSTEIN INSTITUIÇÃO DE ENSINO LTDA. EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDUARDO ABILIO KERBER DINIZ - RO0004389
EXECUTADO: CLAUDIA MARIA ALENCAR MORAES, SLOURAN BERNARD ALENCAR MORAES
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
VALOR DA AÇÃO: R$ 13.879,21
[]
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte interessada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar sobre a juntada da Certidão do Oficial de Justiça e, não sendo beneficiária da justiça gratuita, requerendo busca de endereços, bloqueio de bens e valores (apresentando o valor atualizado do débito) em fase de cumprimento de SENTENÇA ou

de execução, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados, deverá recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), para cada pedido, referente às custas dos serviços forenses, conforme Lei nº. 3.896, de 24 de agosto de 2016.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
DAYANE GUILHERME AZEVEDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 7060285-86.2016.8.22.0001
CLASSE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
ASSUNTO: [Indenização por Dano Moral, Dano Ambiental, Indenização por Dano Material]
AUTOR: LEONILDA ALVES DA SILVA, ISABELLE ALVES DE MENDONCA, MARIA ALVES DE SANTANA, ELISANGELA ALVES QUEIROZ DO NASCIMENTO, ZENILDA ALVES DE QUEIROZ, ELIZABETH ALVES DE QUEIROZ, ZACARIAS ALVES DE QUEIROZ
Advogado do(a) AUTOR: HELI DE SOUZA GUIMARAES - RO0004121
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO0003861
VALOR DA AÇÃO: R$ 1.100.000,00
Certidão / INTIMAÇÃO
Fica a parte requerida intimada, no prazo de 10 (dez) dias, a apresentar a Ata Notarial, conforme solicitação do perito (id 16301933).
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018.
ALVARO LEITE DE MORAES

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 0020053-25.2014.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Compromisso]
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO0003831
EXECUTADO: VALERIA CRISTINA MENDES LIMA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
01. Deferi e realizei diligência em sistema BACENJUD, contudo, a pesquisa restou infrutífera, conforme detalhamento anexo, pois não foram encontrados valores em nome da executada.
02. Assim intimo o credor a impulsionar o feito em 10 dias, requerendo o que entender de direito, podendo:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) postular a realização das consultas pelos sistemas informatizados, RENAJUD e INFOJUD, desde que recolhidas as devidas custas processuais, conforme art. 17 da Lei n. 3896/2016, se não for beneficiária da gratuidade da justiça;
c) apresentar cálculo atualizado da dívida, sob pena de extinção e/ou arquivamento da presente execução/cumprimento de SENTENÇA.
03. Se decorrer in albis o prazo, intime-se o autor pessoalmente a dar impulso ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º do CPC.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 0014803-45.2013.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Compromisso]
EXEQUENTE: GEISA OTERO DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARY TEREZINHA DE SOUZA DOS SANTOS - RO0001994
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado do(a) EXECUTADO: ARMANDO NOGUEIRA LEITE - RO0002579
DECISÃO
1. Considerando ter sido positiva a apreensão de ativos financeiros pelo sistema eletrônico de valores em nome do executado, via Bacenjud, convalido-o em penhora.
2. Intime -se o executado a manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme prazo previsto nos arts. 854, §3° e 523, §11, do CPC.
3. Decorrido o prazo, sem manifestação, voltem conclusos para extinção, em razão do cumprimento da obrigação.
Segue anexo o detalhamento.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7043089-06.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Nota Promissória]
AUTOR: ABDUL & ABDUL COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: ALCIENE LOURENCO DE PAULA COSTA - RO0004632
RÉU: VERA LUCIA ROCHA SOUZA
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
01. Deferi e realizei diligência em sistema RENAJUD, viabilizado por convênio com órgãos de trânsito, contudo, as pesquisas restou infrutífera.
2. Assim intimo o credor a impulsionar o feito em 10 dias, requerendo o que entender de direito, podendo:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) apresentar cálculo atualizado da dívida, sob pena de extinção e/ou arquivamento da presente execução/cumprimento de SENTENÇA.
03. Se decorrer in albis o prazo, intime-se pessoalmente a dar impulso ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º do CPC.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito
Inserir Restrição Veicular A pesquisa não retornou resultados. Pesquisa de Veículos (Informe 1 ou mais campos) Placa Chassi CPF/CNPJ Mostrar somente veículos sem restrição RENAJUD Pesquisar Limpar
SERVINDO COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA/OFÍCIO
Nome: VERA LUCIA ROCHA SOUZA
Endereço: Rua Crato, 7066, Lagoinha, Porto Velho - RO - CEP: 76829-656

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.brProcesso: 7053966-68.2017.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Assunto: [Alienação Fiduciária]
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA - PE0012450
RÉU: VANILDA GOMES DE OLIVEIRA
Advogado do(a) RÉU:
SENTENÇA
Trata-se de Ação de Busca e Apreensão com Pedido Liminar movida por Banco Bradesco Financiamentos S.A. em face de Vanilda Gomes de Oliveira, ambos qualificados nos autos.
Inicialmente a presente ação foi distribuída à 8ª Vara Cível, onde constatou-se a existência de ação anterior que tramitou perante esta Vara, que foi extinta sem resolução de MÉRITO (autos nº 7037990-21.2017.8.22.0001).
Dessa forma, com fundamento no art. 57, e art. 286, II, do CPC foi declinada a competência e determinada a redistribuição do feito.
Nessas condições os autos vieram conclusos.
Decido.
O Código de Processo Civil estabelece em seu art. 486, §1º, que o pronunciamento judicial que não resolve o MÉRITO não obsta a que a parte proponha de novo a ação, contudo, no caso de extinção em razão de litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à SENTENÇA sem resolução do MÉRITO.
Em consulta aos autos nº 7037990-21.2017.8.22.0001, através do Sistema PJE, verifico que a parte autora havia sido intimada para comprovar o recolhimento das custas iniciais e para juntar a notificação extrajudicial da parte requerida (fls. 12690592 - Pág. 1 – proc. 7037990-21.2017.8.22.0001).
A parte autora cumpriu parcialmente a determinação, juntando aos autos o comprovante de recolhimento das custas, contudo, requereu prazo para demonstrar a notificação extrajudicial da parte requerida, o que foi indeferido, motivo pelo qual o feito foi extinto com fundamento no art. 485, I, do Código de Processo Civil (fls. 13512835 - Pág. 1/13512835 - Pág. 2 – proc. 7037990-21.2017.8.22.0001).
Desse modo, conforme disciplina o já citado art. 486, §1º, do CPC, o ajuizamento de nova demanda depende da correção do vício que levou à SENTENÇA sem resolução do MÉRITO anterior, o que não foi feito neste caso, visto que a parte autora juntou aos autos Notificação Extrajudicial que não foi entregue (Ausente), conforme documento de fls. 15338827 - Pág. 14.
Na ação de busca e apreensão é requisito para a sua propositura a demonstração da constituição em mora do devedor que poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, conforme §2º, do art. 2º, do Decreto-Lei nº 911/1969.
Ainda, seguindo as disposições do citado parágrafo, não se exige que a assinatura constante do aviso de recebimento seja a do próprio destinatário, contudo, é necessária a demonstração do recebimento da notificação no endereço constante no contrato para que se configure a constituição em mora.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. NECESSIDADE. CONSTITUIÇÃO EM MORA. SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.1. A jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento de que, nos contratos de alienação fiduciária, para que ocorra a busca e apreensão do bem, é necessária a constituição do devedor em mora, por meio de notificação extrajudicial realizada por Cartório de Títulos e Documentos, entregue no endereço do devedor. 2. Apesar de não ser exigida a notificação pessoal do devedor, é necessária a prova do recebimento da notificação no endereço declinado para que se tenha por constituída a mora. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ, T4 – Quarta Turma, AgRg no AREsp 473118 RS 2014/0026750-8, Rel. Min. Antônio Carlos Ferreira, j. em 05.06.2014, p. em 11.06.2014)
Assim, considerando que a parte autora ao propor nova ação não corrigiu os vícios que levaram à extinção da ação anterior (notificação extrajudicial válida), JULGO extinto o feito, sem resolução de MÉRITO, com fundamento nos arts. 485, I, e, 486, §1º, ambos do Código de Processo Civil.
Sem custas finais ou honorários.
Transitada em julgado, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7002506-08.2018.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
Assunto: [Alienação Fiduciária]
REQUERENTE: BR CONSORCIOS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
Advogado do(a) REQUERENTE: EDEMILSON KOJI MOTODA - SP0231747
REQUERIDO: CLEDSON FERREIRA GOMES
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Trata-se de Ação de Busca e Apreensão com pedido de liminar, formulado pelo BR Consórcios Administradora de Consórcios Ltda., com espeque em inadimplência de contrato de alienação fiduciária em garantia, proposta em face de Cledson Ferreira Gomes.
O requerente anexou o contrato de alienação fiduciária (documento n° 15780293 - Pág. 1), demonstrou a mora do devedor, através da notificação extrajudicial (id 15780271 - Pág. 1/15780271 - Pág. 3), tabela atualizada com os valores inadimplentes (id 15780269 - Pág. 1).
Portanto, defiro liminarmente a busca e apreensão do veículo descrito na inicial (15780244 - Pág. 2) e nos termos do artigo 3º, § 9º, acrescento que inseri a restrição, via RENAJUD, no banco de dados do RENAVAM – Registro Nacional de Veículos Automotores.
Expeça-se MANDADO de busca e apreensão, depositando-se o bem, com o requerente, ou quem ele venha a indicar, mediante o compromisso.
Deverá constar no MANDADO, que 5 (cinco) dias após executada a liminar e intimado o réu, acaso não haja pagamento, consolidar-se-á a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, ficando as às repartições competentes, autorizadas a expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou terceiro por ele indicado, livre de ônus da propriedade fiduciária (§ 1º, do art. 3º, Decreto-lei 911/69).
No mesmo prazo supra (5 dias), poderá o devedor fiduciante pagar a integralidade da dívida pendente, conforme valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus.
01. Cite-se a devedora fiduciante que poderá apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
02. Se houver a apreensão do bem, os autos deverão vir conclusos para a retirada da restrição, conforme o disposto no art. 3º, § 9º do Dec. Lei 911/69.
03. Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor, requerer, nestes autos, a conversão do pedido de busca e apreensão, em ação executiva(art. 4º, do Decreto-Lei n. 911/69).

Fica a parte autora advertida de que sendo julgada improcedente a presente ação, e tendo ocorrido alienação do bem descrito na inicial, o autor será condenado ao pagamento de multa, em favor do devedor fiduciante, equivalente a 50% do valor originalmente financiado, devidamente atualizado, conforme disposição do Art. 3º, §6º, do Decreto-Lei nº 911.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
SERVINDO COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA/OFÍCIO
Nome: CLEDSON FERREIRA GOMES
Endereço: Rua Carlos Costa, 2057, Juscelino Kubitschek, Porto Velho - RO - CEP: 76829-290

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7025627-36.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]
EXEQUENTE: ANILDO MIGUEL BENEDIX
Advogados do(a) EXEQUENTE: MORGHANNA THALITA DOS SANTOS AMARAL - RO0006850, MARCOS DONIZETTI ZANI - RO0000613
EXECUTADO: TIM CELULAR
Advogados do(a) EXECUTADO: RUBENS GASPAR SERRA - SP0119859, FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - RO0006235
DECISÃO
1. Considerando ter sido positiva a apreensão de ativos financeiros pelo sistema eletrônico de valores em nome do executado, via Bacenjud, convalido-o em penhora.
2. Intime -se o executado a manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme prazo previsto nos arts. 854, §3° e 523, ambos do CPC.
3. Decorrido o prazo, sem manifestação, voltem conclusos para extinção, em razão do cumprimento da obrigação.
Segue anexo o detalhamento.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.brProcesso: 7000251-77.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Execução Provisória]
EXEQUENTE: EURICO MONTENEGRO JUNIOR
Advogado do(a) EXEQUENTE: EURICO SOARES MONTENEGRO NETO - RO0001207
EXECUTADO: ALPHAVILLE URBANISMO S/A, WVL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Tratando-se de cumprimento provisório de SENTENÇA, fica a parte exequente advertida sobre as disposições dos arts. 520 e 521 do CPC.
Nos termos do art. 523 do CPC, fica o executado intimado para pagar voluntariamente o débito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, também em 10% (dez por cento) sobre o débito, ficando ainda sujeito a atos de expropriação (§3º do art. 523 do CPC).
Intime-se o executado nos termos do §2º, do art. 513, do diploma processual.
Também, fica a parte executada desde já ciente de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC (independentemente de penhora ou nova intimação), inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que, querendo, apresente impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.
Não havendo impugnação, intime-se a parte exequente para atualizar o débito e requerer o que entender de direito, atentando para que, caso ocorra o pagamento parcial do débito, a multa e os honorários advocatícios estabelecidos incidirão sobre o remanescente da dívida.
Intime-se.
A contagem do decurso de prazo terá início a partir de 22/01/2018 em virtude do recesso forense (Portaria n. 2441/2016-PR do TJRO, DJE 217/2016 de 21/11/2016 c/c arts. 219 e 220 do CPC).
Porto Velho/RO, 10 de janeiro de 2018
Juiz de Direito
SERVINDO COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA/OFÍCIO
Nome: ALPHAVILLE URBANISMO S/A
Endereço: Avenida das Nações Unidas, 9 ANDAR, PINHEIROS, Pinheiros, São Paulo - SP - CEP: 05425-070
Nome: WVL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Endereço: Rua Tabajara, 1084, 2 ANDAR, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-316

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7030397-72.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Mensalidades]
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO0003831
EXECUTADO: PATRICIA MALTA LOPES DOS SANTOS
Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
01. Deferi e realizei diligência em sistema BACENJUD, contudo, a pesquisa restou infrutífera, conforme detalhamento anexo, pois não foram valores em nome da executada.
02. Assim intimo o credor a impulsionar o feito em 10 dias, requerendo o que entender de direito, podendo:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) postular a realização das consultas pelos sistemas informatizados, RENAJUD e INFOJUD, desde que recolhidas as devidas custas processuais, conforme art. 17 da Lei n. 3896/2016, se não for beneficiária da gratuidade da justiça;
c) apresentar cálculo atualizado da dívida, sob pena de extinção e/ou arquivamento da presente execução/cumprimento de SENTENÇA.
03. Se decorrer in albis o prazo, intime-se o autor pessoalmente a dar impulso ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º do CPC.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7006062-18.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

Assunto: [Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Obrigação de Fazer / Não Fazer, Reserva legal]
AUTOR: DORIAN DA SILVA SARAIVA
Advogado do(a) AUTOR: SHELDON ROMAIN SILVA DA CRUZ - RO0004432
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Determino que o autor emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, para juntar documentação necessária que demonstre a sua hipossuficiência financeira ou comprovante de recolhimento das custas processuais.
Neste sentido tem sido a posição adotada pelo Eg. TJ/RO, servindo de paradigma os seguintes julgados:
GRATUIDADE DA JUSTIÇA TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM.. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
Decorrendo o prazo in albis, devidamente certificado, venham-me conclusos os autos.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7054033-67.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Causas Supervenientes à SENTENÇA ]
EXEQUENTE: CLEYDE CORREA MARTINS
Advogado do(a) EXEQUENTE: ELY ROBERTO DE CASTRO - RO0000509
EXECUTADO: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Considerando que por inconsistência do sistema não houve intimação da parte, intime-se a parte executada do DESPACHO de fls. 16207120 - Pág. 1.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juíza de Direito
SERVINDO COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA/OFÍCIO
Nome: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
Endereço: Rua Volkswagen, 291, 1 andar, Jabaquara, São Paulo - SP - CEP: 04344-020

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7036121-23.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Honorários Advocatícios, Correção Monetária]
EXEQUENTE: JOSE ALEXANDRE CASAGRANDE
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE ALEXANDRE CASAGRANDE - RO000379B-B
EXECUTADO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado do(a) EXECUTADO: HELEN CRISTINE DO NASCIMENTO FERREIRA - RO0005751
DECISÃO
1. Considerando ter sido positiva a apreensão de ativos financeiros pelo sistema eletrônico de valores em nome do executado, via Bacenjud, convalido-o em penhora.
2. Intime -se o executado a manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme prazo previsto nos arts. 854, §3° e 523, ambos do CPC.
3. Decorrido o prazo, sem manifestação, voltem conclusos para extinção, em razão do cumprimento da obrigação.
Segue anexo o detalhamento.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7012028-93.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Dano Ambiental, Litisconsórcio e Assistência, Intimação / Notificação, Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Provas, Multa Cominatória / Astreintes]
AUTOR: ADIM ALVES BASTOS, ADRIANO DE OLIVEIRA SANTOS, ALMIR FERREIRA LIMA, ANA MARIA DA CONCEICAO, ANTONIO CARLOS DE AGUIAR ARAUJO, ANTONIO PAULO LOPES DOS SANTOS, ANTONIO TEIXEIRA DOS SANTOS, AURO APARECIDO FIGUEIRA, BENEDITO PORTUGAL MARQUES, CELIA PEREIRA DONATO, CLAUDECI TEIXEIRA LIMA, CRISTINA CORREIA DA SILVA, CRISTINA SOUZA RAMOS DA SILVA, DEIR ALVES FERREIRA, DILSON JACINTO MARTINS, DIRLENE NASCIMENTO DA SILVA, ESPEDITO LOPES FERNANDES, FABIO RAMOS DA SILVA, FERNANDO NUNES DE MOURA, FLAVIO RAMOS DA SILVA, GERALDO DA SILVA, HELENO PEREIRA DOS SANTOS, INALDO DOS SANTOS BOTELHO, IVANI RODRIGUES DA SILVA, JANDIRA MARINHO FALCAO, JOAO BARBOSA DOS SANTOS, JOAO VICENTE FERREIRA, JOCELITO ALVES DOS SANTOS, JOSE ALECIO CARDOSO, KATIA RAFAELA CONCEICAO DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON

SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO0003099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA - RO0005792
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A., ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A.
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO0003861
Advogado do(a) RÉU: ALEX JESUS AUGUSTO FILHO - RO0005850
DESPACHO
A parte requerente apresentou Recurso de Apelação, bem ainda a parte requerida manifestou-se em contrarrazões.
Considerando o advento do NCPC, cujo regramento determina que o juízo de admissibilidade deva ser feito somente no Tribunal de Justiça (art. 1.010, §3º, NCPC): "Após as formalidades previstas nos §§1º e 2º, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade", subam os autos ao TJ/RO para análise.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juíza de Direito
SERVINDO COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA/OFÍCIO
Nome: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Endereço: Estrada Santo Antônio, s/n, A CANTEIRO DE OBRAS UHE SANTO ANTONIO MARGEM ESQUE, Triângulo, Porto Velho - RO - CEP: 76805-812
Nome: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A.
Endereço: Rodovia BR-364, KM 824 S/No, S/N, Rodovia BR-364, KM 824 S/No, DISTRITO DE JACI PARANA, Jaci Paraná (Porto Velho) - RO - CEP: 76840-000

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7006245-86.2018.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
Assunto: [Cheque]
AUTOR: SEBASTIAO ANTONIO DE CARVALHO FILHO
Advogado do(a) AUTOR: AUGUSTO DE ALMEIDA MAIA - RO7390
RÉU: DELICE ALVES BASTOS - ME
Advogado do(a) RÉU:

DESPACHO
Fica intimada a parte autora a emendar a petição inicial, via sistema PJE, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito sem julgamento do MÉRITO, devendo promover o recolhimento do complemento das custas iniciais (2%), conforme art. 12, I, da Lei Estadual 3.896/2016 – Regimento de Custas, uma vez que no procedimento escolhido não há designação de audiência de conciliação na fase inicial do processo.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham-me os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7005567-71.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Aquisição]
AUTOR: ALEXANDRE LEITE DE CARVALHO
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIO MAURO SCHMIDT - RO0003970
RÉU: ISAAC BENAYON SABBA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Fica intimada a parte autora a emendar a petição inicial, via sistema PJE, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito sem julgamento do MÉRITO, para:
a) Adequar o valor da causa, devendo considerar o valor que concorda mencionado no ID15928930 - p. 02 dos autos n. 0008607-30.2011.8.22.0001;
c) Apresentar documentação necessária que demonstre a sua hipossuficiência financeira ou comprovante de recolhimento das custas processuais.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham-me os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 16 de fevereiro de 2018
JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7030690-42.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Causas Supervenientes à SENTENÇA ]
EXEQUENTE: MARIA OLITA CRUZ DE MORAES
Advogado do(a) EXEQUENTE: GECILENE ANTUNES FAUSTINO - RO0002474
EXECUTADO: SKINNDER COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME
Advogados do(a) EXECUTADO: CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO0003010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO0005117
DECISÃO
01. Deferi e realizei diligência em sistema BACENJUD/INFOJUD, contudo, a pesquisa restou infrutífera, conforme detalhamento anexo,pois os endereços constantes são os mesmos da inicial.
02. Assim intimo o credor a impulsionar o feito em 10 dias, requerendo o que entender de direito, podendo:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) postular a realização das consultas por bens e ativos pelos sistemas informatizados, RENAJUD e BACENJUD, desde que recolhidas as devidas custas processuais, conforme art. 17 da Lei n. 3896/2016, se não for beneficiária da gratuidade da justiça;
c) apresentar cálculo atualizado da dívida, sob pena de extinção e/ou arquivamento da presente execução/cumprimento de SENTENÇA.
03. Se decorrer in albis o prazo, intime-se o autor pessoalmente a dar impulso ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º do CPC.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 0000761-88.2013.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Compromisso]
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO0003831
EXECUTADO: MICAELE DE SOUZA OLIVEIRA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
01. Deferi e realizei diligência em sistema BACENJUD, contudo, a pesquisa restou infrutífera, conforme detalhamento anexo, pois não foram valores em nome da executada.
02. Assim intimo o credor a impulsionar o feito em 10 dias, requerendo o que entender de direito, podendo:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) postular a realização das consultas pelos sistemas informatizados, RENAJUD e INFOJUD, desde que recolhidas as devidas custas processuais, conforme art. 17 da Lei n. 3896/2016, se não for beneficiária da gratuidade da justiça;
c) apresentar cálculo atualizado da dívida, sob pena de extinção e/ou arquivamento da presente execução/cumprimento de SENTENÇA.
03. Se decorrer in albis o prazo, intime-se o autor pessoalmente a dar impulso ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º do CPC.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7025513-97.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Cartão de Crédito]
AUTOR: BANCO BRADESCO CARTOES S.A.
Advogado do(a) AUTOR: ANDRE NIETO MOYA - SP0235738
RÉU: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA LUCA
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
01. Deferi e realizei diligência em sistema BACENJUD e a pesquisa restou frutífera, conforme detalhamento anexo, pois localizou novo endereço da parte executada.
02. Considerando que a pesquisa resultou a existência de mais de um endereço, intime-se a parte exequente a informar para qual deverá ser remetido o expediente.Prazo: 5(cinco) dias
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito
SERVINDO COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA/OFÍCIO
Nome: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA LUCA
Endereço: Rua Emídio Alves Feitosa, 888, Agenor de Carvalho, Porto Velho - RO - CEP: 76820-210 Endereço: Rua Emídio Alves Feitosa, 888, Agenor de Carvalho, Porto Velho - RO - CEP: 76820-210

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7006033-65.2018.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Assunto: [Alienação Fiduciária]
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA - SP0115665
RÉU: DAVI CARDOZO DE ANDRADE
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Determino que o autor emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, para juntar documentação necessária que demonstre a sua hipossuficiência financeira ou comprovante de recolhimento das custas processuais.
Neste sentido tem sido a posição adotada pelo Eg. TJ/RO, servindo de paradigma os seguintes julgados:
GRATUIDADE DA JUSTIÇA TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM.. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
Decorrendo o prazo in albis, devidamente certificado, venham-me conclusos os autos.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 0021838-22.2014.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Compromisso]
EXEQUENTE: SOCIEDADE EDUCACIONAL DA REGIAO AMAZONICA - SERA
Advogados do(a) EXEQUENTE: ALEXANDRE CARNEIRO MORAES - RO0006739, DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO0003831
EXECUTADO: THIAGO EDUARDO CAVALCANTE NUNES
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
01. A diligência virtual em sistema BACENJUD para captação de valores restou infrutífera, captando apenas valor irrisório o qual libero nesta data.
02. Assim intimo o credor a impulsionar o feito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) apresentar cálculo atualizado da dívida.
c)pesquisas junto aos sistemas RENAJUD e INFOJUD, desde que recolhidas as devidas custas processuais, conforme artigo 17 da Lei n. 3896/2016, se não for beneficiária da gratuidade da justiça;
03. Não havendo manifestação no lapso temporal concedido pelo autor, os autos serão extintos.
04. Se decorrer in albis o prazo, intime-se pessoalmente a dar impulso ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º do CPC.
Segue, em anexo, o detalhamento do Bacenjud.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (069) 3217-1283 - E-mail pvh10civel@tjro.jus.brPorto Velho - 10ª Vara Cível
PROCESSO: 0001627-62.2014.8.22.0001
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
ASSUNTO: [Compromisso]
EXEQUENTE: TRANSENER INTERNACIONAL LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: REBECA SILVA GOMES - DF39051
EXECUTADO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON
Advogados do(a) EXECUTADO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434, MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO0002391, RODRIGO AUGUSTO BARBOZA PINHEIRO - RO0005706
VALOR DA AÇÃO: R$ 74.185,38
Certidão / INTIMAÇÃO
Certifico que a SENTENÇA transitou em julgado. Art. 523 do CPC - Fica a parte Devedora intimada para pagar o débito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, acrescido de custas, se houver. § 1º Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2º Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1º incidirão sobre o restante. § 3º Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, MANDADO de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Valor da Condenação: R$ 180.843,45 (cento e oitenta mil oitocentos e quarenta e três reais e quarenta e cinco centavos)
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018.
RONALDO ANTONIO ELIAS SILVA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7005681-10.2018.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Assunto: [Alienação Fiduciária]
AUTOR: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA.
Advogado do(a) AUTOR: PEDRO ROBERTO ROMAO - AM00A1023
RÉU: MARCOS FABIANO DA SILVA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Fica intimada a parte autora a emendar a petição inicial, via sistema PJE, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito sem julgamento do MÉRITO, devendo apresentar contrato de adesão ao grupo de consórcio e comprovante de recolhimento de custas (2%).
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham-me os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 19 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7013152-48.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Mensalidades]
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO0003831
EXECUTADO: VIVIANE GOMES DOMINGUES
Advogados do(a) EXECUTADO: JAQUELINE MAINARDI - RO8520, JEFFERSON SILVA DE BRITO - RO0002952
DESPACHO
01. A diligência virtual em sistema BACENJUD para captação de valores restou infrutífera, captando apenas valor irrisório o qual libero nesta data.
02. Assim intimo o credor a impulsionar o feito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) apresentar cálculo atualizado da dívida.
c)pesquisas junto aos sistemas RENAJUD e INFOJUD, desde que recolhidas as devidas custas processuais, conforme artigo 17 da Lei n. 3896/2016, se não for beneficiária da gratuidade da justiça;
03. Não havendo manifestação no lapso temporal concedido pelo autor, os autos serão extintos.
04. Se decorrer in albis o prazo, intime-se pessoalmente a dar impulso ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º do CPC.
Segue, em anexo, o detalhamento do Bacenjud.
Porto Velho/RO, 20 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7010159-32.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]
AUTOR: EDIVALDO DE SOUZA BARROS
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO0001073
RÉU: CLARO S.A.
Advogado do(a) RÉU: RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS0041486
SENTENÇA
Versam os autos sobre ação de execução.
Compulsando os autos verifico que já o adimplemento integral da execução, por meio de constrição judicial forçada (SISTEMA BACENJUD), do qual intimada, a executada não apresentou impugnação, o que importa na extinção do feito.
Posto Isto, julgo extinto o feito com fundamento no artigo 924, II, do Novo Código de Processo Civil.
1. Após o trânsito em julgado. Expeça-se alvará em favor da parte exequente – Edivaldo de Souza Barros – possibilitando o levantamento dos valores penhorados, conforme comprovante de id16140340, mais seus acréscimos legais.
2. Atente-se a escrivania quanto ao recolhimento das custas finais.
Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho
10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 7043100-35.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Nota Promissória]
AUTOR: ABDUL & ABDUL COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: ALCIENE LOURENCO DE PAULA COSTA - RO0004632
RÉU: DANIOR ISRAEL ZILIO
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
01. Deferi e realizei diligência em sistema BACENJUD e a pesquisa restou frutífera, conforme detalhamento anexo, pois localizou novo endereço da parte executada.
02. Considerando que a pesquisa resultou a existência de mais de um endereço, intime-se a parte exequente a informar para qual deverá ser remetido o expediente.Prazo: 5(cinco) dias
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito
SERVINDO COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA/OFÍCIO
Nome: DANIOR ISRAEL ZILIO
Endereço: Rua Abiurana, 14, Nova Mutum Parana, Mutum Paraná (Porto Velho) - RO - CEP: 76842-000 Endereço: Rua Abiurana, 14, Nova Mutum Parana, Mutum Paraná (Porto Velho) - RO - CEP: 76842-000 Endereço: Rua Abiurana, 14, Nova Mutum Parana, Mutum Paraná (Porto Velho) - RO - CEP: 76842-000

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho
10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
Fone: (69) 3217-1283 E-mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Processo: 0003766-21.2013.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Obrigação de Fazer / Não Fazer]
EXEQUENTE: COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO NORTE DO BRASIL
Advogados do(a) EXEQUENTE: MANUELA GSELLMANN DA COSTA - RO0003511, ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA - RO0001246
EXECUTADO: FELIPE GURJAO SILVEIRA
Advogado do(a) EXECUTADO: NATHASHA MARIA BRAGA ARTEAGA SANTIAGO - RO0004965
SENTENÇA
O feito encontra-se em fase de cumprimento de SENTENÇA.
Compulsando os autos verifico que a parte exequente informa a composição entre as partes e a quitação do débito pela executada.
Posto Isto, julgo extinto o feito com fundamento no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
Tendo em vista a composição amigável entre as partes, sem custas.
Efetuo ainda o desbloqueio dos valores junto ao bacenjud.
Verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no que se refere ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se.
Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2018
José Augusto Alves Martins
Juiz de Direito

# COMARCA DE JI-PARANÁ

## 1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7009908-65.2017.8.22.0005
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) AUTOR: THATIANE TUPINAMBA DE CARVALHO - RO0005086
RÉU: MARCOS ELI COSTA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) RÉU:
Nome: MARCOS ELI COSTA DE OLIVEIRA
Endereço: Rua Luiz Muzambinho, 1872, - de 1571/1572 a 1901/1902, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-398
SENTENÇA
Vistos,
AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A ajuizou ação de busca e apreensão em face de MARCOS ELI COSTA OLIVEIRA, alegando, em síntese, que pactuaram contrato de alienação fiduciária do veículo VW – VOLKSWAGEN, Saveiro Cross 1.6 MI, 2013, cor: prata, chassi: 9BWLB05U3EP05U3EP052438, placa: OHW 4688, sendo que o requerido deixou de pagar prestações do contrato, estando constituído em mora. Pleiteou assim, com base no Decreto-Lei n. 911/69, a busca e apreensão liminar do bem e a procedência do pedido para o fim de consolidar a propriedade e a posse em suas mãos. Juntou procuração e documentos.
Concedida e executada a liminar pleiteada (ID 14330847 e 14822155), o devedor fiduciário foi devidamente citado, todavia, não efetuou o pagamento, tampouco ofertou defesa (ID 2102572).
É o relatório. DECIDO.
Conforme se infere nos autos, a parte requerida foi regularmente citada (ID 2102572), mas permaneceu inerte ao chamamento judicial, levando ao julgamento antecipado da lide, na forma do inciso II do art. 355 do Código de processo Civil.
No MÉRITO, o pedido inicial deve ser julgado procedente pois, em razão da revelia, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 344 do CPC), conforme expressa advertência constante no MANDADO de citação.
A presunção não é absoluta mas, no presente caso concreto, tratando-se exclusivamente de matéria fática, diante dos documentos apresentados – contrato e instrumentos de notificação (ID 14274131 e 14274124) – não existem elementos para se formar convicção em contrário, sendo razoável o desfecho pretendido pela parte autora, com o integral acolhimento da pretensão inicial.
Caberia, no caso, à parte requerida demonstrar a existência de pagamentos, ou de qualquer outro fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito da parte autora, o que não ocorreu.
Nesse sentido a jurisprudência:
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA BUSCA E APREENSÃO REVELIA - IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO SENTENÇA REFORMADA. 1. Comprovados o vínculo contratual entre as partes e a mora do devedor, mediante protesto ou notificação extrajudicial, restam preenchidos os requisitos para a concessão da liminar (art. 3º do Decreto-lei nº 911/69) e sua posterior convalidação. 2. A revelia acarreta a presunção relativa de veracidade dos fatos alegados pelo autor (CPC, art. 319), sobretudo à míngua de qualquer prova em sentido contrário. (APL 00031512520128260431 SP 0003151-25.2012.8.26.0431 Relator: Mendes Gomes, Julgamento: 10/03/2014, Órgão Julgador: 35ª Câmara de Direito Privado, Publicação: 10/03/2014)
Dessa forma, a procedência da ação é medida que se impõe.
Ante ao exposto, com fundamento no art. 3º do Decreto-Lei n. 911/69, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A em face de MARCOS ELI COSTA DE OLIVEIRA, ambos qualificados nos autos e, em consequência, DECLARO rescindido o contrato celebrado entre as partes (ID 14274131) e CONSOLIDO nas mãos da parte autora a posse plena e exclusiva do bem descrito e caracterizado na petição inicial, cuja apreensão liminar (ID 14822155) torno definitiva.
Faculto a venda do bem pela parte autora, na forma do art. 2º do DL n. 911/69.
Cumpra-se o disposto no §1º do art. 3º do DL supracitado, oficiando-se ao Detran-RO, comunicando estar a parte requerente autorizada a proceder a transferência a terceiros que indicar.
CONDENO o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R$500,00 (quinhentos reais), nos termos do §2º do art. 85 do Código de Processo Civil.
Extingo, portanto, o presente feito, com resolução de MÉRITO, na forma do art. 487, I do CPC.
Após, o trânsito em julgado, se nada for requerido no prazo de 05 (cinco) dias, arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Ji-Paraná, data do registro do movimento no sistema.
Márcia Adriana Araújo Freitas Santana
Juíza Substituta

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 dias
NÚMERO DO PROCESSO: 7007121-63.2017.8.22.0005
CLASSE: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
REQUERENTE: E. D. O. V.
REQUERIDO: JOSÉ VICENTE
VALOR DA AÇÃO: R$ 937,00
CITAÇÃO DE: REQUERIDO: JOSÉ VICENTE, atualmente em lugar incerto e não sabido.
O Doutor Haruo Mizusaki, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, na forma da Lei, etc...
FINALIDADE: CITAÇÃO da parte acima qualificada, para responder à presente ação de Procedimento Ordinário, e, querendo, contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo(a) Requerente.
NATUREZA DO PEDIDO:.A requerente e o requerido contraíram matrimônio no dia 24 de junho de 1961, sob o regime de comunhão de bens, conforme se depreende de certidão de casamento anexa. O casal separou-se há 40 (quarenta) anos, não havendo possibilidade ou interesse em reconciliação. Da união advieram duas filhas ao casal, todas maiores e plenamente capaz. A requerente deseja voltar a adotar seu nome de solteira.
Ji-Paraná, 19 de fevereiro de 2018.
Maria Luzinete Correia da Mata
Diretora de Cartório Autorizada – Portaria 003/2009/GAB/1ªVCRPC

## 2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 0070572-65.2009.8.22.0005
Classe:EMBARGOS DE TERCEIRO (37)
EMBARGANTE: OSORIO DE ALMEIDA NASCIMENTO COSTA, MARIA CRISTINA PIZARRO COSTA
Advogados do(a) EMBARGANTE: ARMANDO VICENTE NOVACZYK - MT003391A, JOAQUIM ALVES DE OLIVEIRA - MT006276B, JURACI MARQUES JUNIOR - RO0002056

Advogado do(a) EMBARGANTE:
EMBARGADO: TRESCINCO VEICULOS PESADOS LTDA
Advogados do(a) EMBARGADO: LUIZ GONCALO DA SILVA - MT004265O, AGNALDO KAWASAKI - MT003884O
DESPACHO
ALTERE-SE A CLASSE DO FEITO PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, haja vista que a manutenção indevida do feito como ação de conhecimento aumenta indevidamente a taxa de congestionamento da vara e não reflete a realidade dos autos e dos números gerais dos feitos que tramitam no Juízo.
Indefiro o pedido de parcelamento de custas, visto que os embargantes tratam-se de proprietários de consideração números de terras, o que ficou claro durante a oitiva de Osório de Almeida pelo Juízo e da instrução do feito, visto que apenas o imóvel objeto de discussão nos autos possui 2.027 hectares de terras, sendo que os embargantes são proprietários de muitos outros imóveis.
Além do que, não há previsão legal para parcelamento de custas.
Diante do exposto, intimem-se os embargantes para pagamento das custas processuais, no prazo de 05 (cinco) dias. Consigno que não havendo pagamento das custas voluntariamente, deverá ser realizado seu protesto e por conseguinte inscrito em dívida ativa, consoante art. 35, da Lei 3.896/2016.
Após arquive-se.
Ji-Paraná/RO, 15 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7002252-91.2016.8.22.0005
Classe:EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: MOURAO PNEUS EIRELI - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: GEOVANE CAMPOS MARTINS - RO0007019, NAIANY CRISTINA LIMA - RO0007048
EXECUTADO: EDSON MARIO RIBEIRO COELHO
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Em consulta junto ao sistema Renajud, foram encontrados veículos de propriedade do executado, conforme espelho anexo.
Ante o exposto, intime-se a parte exequente para manifestar-se se possui interesse na penhora destes veículos.
Caso o exequente manifeste interesse, que o mesmo providencie a pesquisa referida no artigo 871, inciso IV, do CPC, a fim de que a penhora pretendida seja realizada por termo nos autos, prescindindo de avaliação.
Após, expeça-se termo de penhora dos veículos, conforme artigo 845. §1º.
Ao final intime-se o executado, que no prazo de 10 (dez) dias poderá requerer substituição da penhora, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente, nos termos do art. 847 do CPC, bem como que, a incorreção da penhora ou da avaliação poderá ser impugnada por simples petição, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência do ato.
Cumpra-se.
Ji-Paraná/RO, 16 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7002282-29.2016.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
AUTOR: ANESTOR ALVES DE SOUSA
Advogado do(a) AUTOR: LINCOLN MAX BERNARDO DE AGUIAR - SP0290712
RÉU: LOTEAMENTO RESIDENCIAL ORLEANS - JI-PARANA SPE LTDA
Advogado do(a) RÉU:
SENTENÇA
Trata-se de ação de restituição de cobrança indevida c/c rescisão de negócio jurídico proposta por ANESTOR ALVES DE SOUSA em face de LOTEAMENTO RESIDENCIAL ORLEANS JI-PARANÁ SPE LTDA.
Intimada (Id nº 14442635), a emendar a inicial no prazo legal sob pena de indeferimento, para apresentar o comprovante de renda mensal, caso insistisse na hipossuficiência, ou o comprovante do pagamento das custas processuais, a parte autora não o fez.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relato. DECIDO.
Nos termos do artigo 321, do CPC, "O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de MÉRITO, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial."
No caso em apreço, à parte requerente foi oportunizada a emenda da inicial. Entretanto, não o fez.
Diante disso, o indeferimento da inicial se impõe, pelo que o faço.
Ante o exposto, não atendida a emenda conforme determinado, INDEFIRO A INICIAL, nos termos do art. 321, parágrafo único, do CPC e, consequentemente, extingo o feito sem a resolução do MÉRITO, com espeque no artigo 485, I do CPC.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se.
Ji-Paraná/RO, 16 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7008212-91.2017.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ROGELITON FERNANDO DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: BRUNA MOURA DE FREITAS - RO0006057, ABEL NUNES TEIXEIRA - RO0007230
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO0005369
SENTENÇA
ROGELITON FERNANDO DA SILVA, devidamente qualificado e representado nos autos, promove a presente ação de cobrança em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, igualmente qualificada e representada.
Sustenta o requerente, em síntese, que sofreu acidente de trânsito no dia 23.08.2016, o que acarretou trauma no joelho direito; limitações de movimentos; dores e instabilidade ligamentar do joelho direito.
Afirma que procurou receber o valor atinente ao DPVAT. No entanto, o pagamento da indenização devida no valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais) foi negado.
Pugna pela procedência do pedido, com a consequente condenação da requerida no pagamento da indenização devida.
Juntou documentos.
Citada, a requerida apresentou contestação no Id nº 13518814, oportunidade em que arguiu, em sede de preliminar: a) a ausência de comprovante de residência; b) a ilegibilidade de documentos essenciais. No MÉRITO, alegou: a) lesão inexistente; b) a invalidade do laudo particular como única prova para decidir o MÉRITO; c) necessidade de perícia complementar a ser realizada pelo IML; d) que eventual indenização deve se dar de acordo com a Lei n.º 11.945/09 e entendimento da súmula 474, do STJ e; d) que em caso de condenação, a data do início da incidência de juros de mora deverá equivaler à da citação e a da correção monetária à da propositura da ação. Acostou documentos.
Impugnou-se a contestação (Id nº 13766518).

Saneou-se o feito (Id nº 14227942).
Laudo pericial acostado no Id nº 15555315.
Acerca do laudo pericial, a parte requerente (Id nº 15869492) e a requerida (Id nº 15744075) manifestaram-se.
Vieram os autos conclusos.
É O RELATÓRIO.
FUNDAMENTOS
Em se tratando de cobrança do seguro DPVAT, referente a fatos ocorridos após o advento da Medida Provisória nº 451 de 16.12.2008, convertida na Lei nº 11.945, de 04.06.2009, estabelecendo percentuais da indenização conforme a extensão das lesões dos membros com lesão permanente, dando nova redação ao art. 3º da Lei n. 6.194/74, tenho que não mais subsistem controvérsias quanto a legalidade do pagamento escalonado do seguro em pauta.
No caso dos autos, de acordo com o laudo e dos demais documentos que instruem a inicial, a parte autora sofreu lesão permanente, de forma parcial, envolvendo o membro inferior direito.
Concluiu o experto que houve uma invalidez permanente, parcial, incompleta de 25%, consubstanciada no membro inferior direito – Id nº 15555315, quesito "5".
O teor do que se extrai da tabela anexa ao artigo 3º da lei 6.194/74, incluída pela lei 11.945 de 4 de junho de 2009, os casos de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores enseja a indenização no percentual de 70%, do valor máximo de R$13.500,00.
Assim sendo, verifica-se que a perda funcional completa de um dos membros inferiores é: (R$ 13.500,00) X 70% (tabela de invalidez) X 25% (laudo pericial) = R$ 2.362,50
Assim, considerando o órgão afetado no acidente, a parte autora faria jus a ter recebido a importância total de R$ 2.362,50, a ser adimplido pela Seguradora Ré.
Quanto a correção monetária, juros legais e honorários advocatícios, são consectários legais que não podem ser afastados.
A jurisprudência do TJRO é no sentido de que a correção monetária, na indenização do seguro obrigatório por acidente de veículos decorrente de DECISÃO judicial, incide do ajuizamento da ação, se não houve pedido administrativo, e os juros de moratórios, da citação.
É o que dispõe a Súmula n. 08 do TJRO.
Assim, a correção monetária somente incide a partir do ajuizamento da ação quando não houver pedido administrativo. Sendo assim, a correção monetária tem incidência a partir da data do dia 05/09/2017.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais e condeno a requerida ao pagamento consistente no valor de R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), valor este que deverá ser corrigido monetariamente a contar do dia 05/09/2017, com aplicação de juros legais, a contar da citação. Condeno, ainda, a requerida, por maior sucumbente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 20% do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. Por conseguinte, julgo extinto o feito com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Intime-se a requerida para depósito dos valores referente aos honorários do perito. Apresentado o comprovante, expeça-se alvará para levantamento. O perito deverá comprovar o levantamento em cinco dias. Recomende-se ao gerente de expediente da instituição depositária que a conta deverá ser encerrada no ato do levantamento.
Havendo depósito da condenação, expeça-se alvará para levantamento em nome da advogada da parte autora, Dra. Bruna Moura de Freitas, OAB/RO 6.057, inscrita no CPF sob o nº 953.303.562-53. Do contrário, o cumprimento de SENTENÇA deverá ser promovido por processo eletrônico, via sistema PJE.
P. R. I. C.
Oportunamente, arquivem-se.
Ji-Paraná/RO, 16 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº: 7009142-12.2017.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JACKSON DA SILVA TEODORO
Advogado do(a) AUTOR: DARLENE DE ALMEIDA FERREIRA - RO0001338
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A
Advogados do(a) RÉU: IRAN DA PAIXAO TAVARES JUNIOR - RO0005087, WILSON VEDANA JUNIOR - RO6665
DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO
Cuida-se de ação para recebimento de valores complementares aos já recebidos administrativamente pela parte autora a título de seguro DPVAT, em virtude de acidente de trânsito que lhe causou invalidez permanente.
A requerida, preliminarmente, impugnou a concessão de gratuidade da justiça, sob a assertiva de que a parte autora possui condições de arcar com as despesas e custas processuais. No MÉRITO, alegou: a) o valor liquidado perfaz a integralidade do quantum indenizatório de acordo com limite máximo indenizável; b) a invalidade de laudo particular como única prova para decidir o MÉRITO; c) a necessidade de perícia complementar; c) que eventual indenização deve se dar de acordo com a Lei 11.945/2009 e com a Súmula 474, do STJ; e) que em caso de condenação, a data do início da incidência de juros de mora deverá equivaler à da citação e da correção monetária à da propositura da ação.
É o relatório.
Não havendo necessidade de providências preliminares, e não sendo o caso de julgamento conforme o estado do processo, segue seu saneamento e organização.
A preliminar aventada não merece acolhida, até porque a parte requerida não apresentou qualquer notícia sobre eventual hipossuficiência da parte autora, impugnando genericamente.
Aliado a isso, RECHAÇA-SE a preliminar de gratuidade judiciária.
Sem mais questões processuais a serem resolvidas, passo à delimitação probatória.
A necessidade de produção de prova, aqui, volta-se, primeiro, à existência, ou não, de invalidez da parte autora e, caso positiva, qual a espécie e grau, a fim de que se chegue a eventual importância devida pela requerida e, depois, a existência do nexo de causalidade entre o acidente relatado e a invalidez sofrida.
Para tanto, entendo suficiente a prova documental já carreada aos autos e a realização de perícia, que determino.
Assim, nomeio o Dr. WALTER MACIEL como perito judicial fixando, para entrega do laudo, o prazo de 20 (vinte) dias. Ciente da nomeação, o perito deverá apresentar, em 5 (cinco) dias, eventual escusa, desde que fundada em impedimento ou suspeição, ou em caso de aceitação, proposta de honorários; currículo, com comprovação de especialização e; contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.
Intimem-se as partes para, dentro de 15 (quinze) dias, arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; indicar assistente técnico e; apresentar quesitos, se já não o fizeram.
Providencie a escrivania a retificação da autuação fazendo constar o nome da Seguradora requerida como: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, para evitar futuras nulidades.
Pratique-se o necessário.
Ji-Paraná/RO, 16 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7010032-48.2017.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: VINICIUS BARBOSA DE MEIRA ROSA
Advogados do(a) AUTOR: BRUNA MOURA DE FREITAS - RO0006057, ABEL NUNES TEIXEIRA - RO0007230
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A
Advogados do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117, WILSON VEDANA JUNIOR - RO6665, ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO - RO000303B
DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO
Cuida-se de ação para recebimento do complemento de valores pela parte autora a título de seguro DPVAT em virtude de acidente de trânsito que lhe causou invalidez permanente.
A requerida arguiu, preliminarmente, a gratuidade judiciária, pleiteando que a mesma seja revogada. No MÉRITO, alegou a invalidade do laudo particular com única prova para decidir o MÉRITO; a necessidade de perícia complementar a ser realizada pelo IML. Por fim, afirmou que a indenização deve se dar de acordo com a Lei n.º 11.945/2009 e com a Súmula 474, do STJ e requereu que caso haja condenação os juros de mora incidam a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação (ID nº 15207956).
A parte autora impugnou a contestação apresentada pela seguradora requerida (ID nº 15982912).
Vieram-me os autos conclusos.
É O RELATÓRIO.
Não havendo necessidade de providências preliminares, e não sendo o caso de julgamento conforme o estado do processo, segue seu saneamento e organização.
As questões processuais levantadas pela requerida não merecem acolhida.
A preliminar aventada não merece acolhida, até porque a parte requerida não apresentou qualquer notícia sobre eventual hipossuficiência da parte autora, impugnando genericamente.
Aliado a isso, RECHAÇA-SE a preliminar de gratuidade judiciária.
Sem mais questões processuais a serem resolvidas, passo à delimitação probatória.
A necessidade de produção de prova, aqui, volta-se exclusivamente a existência, ou não, de invalidez da parte autora e, caso positiva, qual a espécie e grau, a fim de que se chegue a importância devida pela requerida que, atendo-se ao já pago, importará na improcedência dos pedidos ou, do contrário, revelará o valor a ser complementado à autora.
Assim, indefiro o pedido de produção de prova de depoimento pessoal da parte autora, por entender suficientes a prova documental constantes dos autos e a prova pericial oportunamente realizada.
O ônus da prova seguirá a regra do artigo 373, do CPC.
A questão de direito cinge-se, portanto, à presença do dever de indenizar, por parte da requerida, no caso em tela.
Para tanto, determino a realização da prova pericial e nomeio o Dr. WALTER MACIEL como perito judicial fixando, para entrega do laudo, o prazo de 20 (vinte) dias. Ciente da nomeação, o perito deverá apresentar, em 5 (cinco) dias, eventual escusa, desde que fundada em impedimento ou suspeição, ou em caso de aceitação, proposta de honorários; currículo, com comprovação de especialização e; contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.
Intimem-se as partes para, dentro de 15 (quinze) dias, arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; indicar assistente técnico e; apresentar quesitos, se já não o fizeram.
Processo em ordem.
Pratique-se o necessário.
Ji-Paraná/RO, 16 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 0008812-42.2014.8.22.0005
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Protocolado em: 17/02/2017 10:11:05
EXEQUENTE: N. P. B.ADVOGADO: MÁRCIA REGINA BARBISAN DE SOUZA - OAB/RO 2031
EXECUTADO: J. C. V. D. S.
DESPACHO
Trata-se o presente feito de cumprimento de SENTENÇA, em que pretende a parte exequente o recebimento de valores a título de honorários sucumbenciais, qual teve início em 11/03/2015 (Id nº 8555319 página 55).
Nota-se da certidão de Id nº 13266563, que não houve a intimação da parte executada para que, no prazo legal, realizasse o pagamento espontâneo do débito nos termos do art. 475-J do antigo CPC e atual art. 523 do NCPC.
Desta feita, a fim de evitar qualquer DECISÃO surpresa, nos termos do art. 10 do CPC, intime-se a parte exequente, via seu advogado, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, tome conhecimento da nulidade dos atos praticados e ainda esclareça se eventualmente houve quitação do débito extrajudicialmente.
Após, com ou sem manifestação, voltem conclusos.
Ji-Paraná, 16 de fevereiro de 2018.
Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7003649-54.2017.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MOURAO PNEUS LTDA - ME
Advogados do(a) AUTOR: GEOVANE CAMPOS MARTINS - RO0007019, NAIANY CRISTINA LIMA - RO0007048
RÉU: ROLIM COMERCIO DE FRIOS LTDA - ME, ERICA DOS SANTOS CAMPOS, DAYANE CLIDES FALCIER
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Indefiro, por ora, a petição sob ID 15679559, pois, para citação por edital, necessário o esgotamento das tentativas de localização da requerida, inclusive mediante requisição, pelo Juízo, de informações sobre seu endereço, como impõe o § 3.º, do artigo 256, do CPC.
Com isso, manifeste-se a parte requerente em 10 (dez) dias, apontando o endereço para citação da parte requerida. Desde já observo que para realização de consultas aos sistemas de auxílio do Judiciário necessária a comprovação do recolhimento das custas, nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016 (Regimento de Custas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia).
Ji-Paraná/RO, 15 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 0004013-19.2015.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
AUTOR: ANDREA MODAS LTDA - EPP
Advogado do(a) AUTOR: MILTON FUGIWARA - RO0001194
RÉU: BANCO DO BRASIL S. A., VERÔNICA ANDRADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO CALÇADOS LTDA
Advogado do(a) RÉU: RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP0211648

DESPACHO
Em atenção ao contraditório, manifeste-se o requerido Banco do Brasil acerca do requerimento sob ID 15623756.
Após, tornem conclusos.
Ji-Paraná/RO, 16 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7008293-40.2017.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOAO AUGUSTO DA SILVA FILHO
Advogado do(a) AUTOR: ANA MARIA DE ASSIS E ASSIS CARMO - RO0004147
RÉU: GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Intimem-se as partes para esclarecerem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e sua adequação e, em caso de produção de prova testemunhal, já deverá apresentar o seu rol de testemunhas (todas devidamente qualificadas, conforme dispõe o art. 450 do CPC), no prazo de 15 (dez) dias, sob pena de preclusão, nos termos do art. 357, §4º, do CPC.
Pratique-se o necessário.
Ji-Paraná/RO, 17 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7008032-12.2016.8.22.0005
Classe:CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL GAZIN LTDA
Advogado do(a) AUTOR: PEDRO ROBERTO ROMAO - AM00A1023
RÉU: AILTON CARLOS DOS SANTOS
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Apresente a exequente, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovante de recolhimento de custas para cada diligência requerida (R$ 15,29), nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016 (Regimento de Custas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia) e atualizações dispostas no Provimento Corregedoria nº 024/2017 (DJE nº 233 de 19/12/2017).
Pratique-se o necessário.
Ji-Paraná/RO, 17 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7006362-02.2017.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: VALDEIR DA SILVA PELOGIA
Advogados do(a) AUTOR: POLYANA LUSTOSA BEZERRA - RO0008210, RODRIGO SAMPAIO DE SOUZA - RO0002324
RÉU: COMETA JI PARANA MOTOS LTDA
Advogado do(a) RÉU: PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS - RO0006644
DESPACHO
Intimem-se as partes para esclarecerem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e sua adequação e, em caso de produção de prova testemunhal, já deverá apresentar o seu rol de testemunhas (todas devidamente qualificadas, conforme dispõe o art. 450 do CPC), no prazo de 15 (dez) dias, sob pena de preclusão, nos termos do art. 357, §4º, do CPC.
Pratique-se o necessário.
Ji-Paraná/RO, 17 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7001539-19.2016.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CONSTRUTORA LOURENCO LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: SHARLESTON CAVALCANTE DE OLIVEIRA - RO0004535
RÉU: ENPA ENGENHARIA E PARCERIA LTDA
Advogados do(a) RÉU: KALIANA ANISSA PRADO NERY - RO0005654, LEANDRO MARTINS PARREIRA - MG0086037, BARBARA QUEIROZ BORGES TESTA - MG0083492
DESPACHO
Indefiro o pedido de concessão de gratuidade da justiça, pois não houve comprovação da impossibilidade de pagamento das custas e despesas processuais e, de acordo com entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, em consonância com sua Súmula 481, “cuidando-se de pessoa jurídica, ainda que em regime de recuperação judicial, a concessão da gratuidade somente é admissível em condições excepcionais, se comprovada a impossibilidade de arcar com as custas do processo e os honorários advocatícios” (AgRg no REsp 1509032/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015).
Entretanto, considerando a situação apresentada pela requerida-reconvinte, que se encontra em recuperação judicial, defiro o pedido de parcelamento das custas processuais, nos termos do §6.º, do CPC.
Intime-se a autora-revonvinda para que, querendo, apresente resposta à reconvenção e emenda apresentadas, na forma e prazo legais.
Ji-Paraná/RO, 15 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 0006252-35.2011.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: IRACI ALVES CARVAIS
Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO FRACCARO - RO0001941
RÉU: OI MOVEL S.A
Advogado do(a) RÉU: MARCELO LESSA PEREIRA - RO0001501
Advogado do Reú: Rochilmer Mello da Rocha Filho, OAB/RO 635.
DESPACHO
Manifeste-se a requerida quanto ao término do prazo de suspensão determinado no processo judicial descrito no DESPACHO sob ID nº 10869709.
Prazo: 10 (dez) dias.
Após, tornem conclusos.
Ji-Paraná/RO, 18 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 0011482-19.2015.8.22.0005
Classe:EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: RECAPADORA DE PNEUS MOURAO LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: NAIANY CRISTINA LIMA - RO0007048, GEOVANE CAMPOS MARTINS - RO0007019
EXECUTADO: MAX SILVA LOPES CONSTRUCOES EIRELI - EPP
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Apresente a parte exequente, valor atualizado do débito. Após, tornem os autos conclusos.
Ji-Paraná/RO, 19 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 7003296-14.2017.8.22.0005
EXEQUENTE: ILSON JACONI
ADVOGADO: MIGUEL ANGELO FOLADOR - OAB RO0004820
EXECUTADO: VISION MED ASSISTENCIA MEDICA LTDA, UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA
ADVOGADOS: GUSTAVO GONCALVES GOMES - OAB RJ121350 e CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO OAB/RO nº 5014
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ji-Paraná - 2ª Vara Cível, fica V. Sa. intimados para se manifestar quanto certidão juntada nos autos ID 16354176.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7006722-68.2016.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CONCEICAO GONCALVES MARTINS FURTADO
Advogado do(a) AUTOR: MILTON FUGIWARA - RO0001194
RÉU: RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.
Advogados do(a) RÉU: ALAN DE OLIVEIRA SILVA - SP0208322, LUCIANO DA SILVA BURATTO - SP0179235
DESPACHO
Com o fundamento na vedação de DECISÃO surpresa, com base no art. 10 do CPC, intimem-se às partes para, no prazo de 10 (dez), manifestarem-se sobre eventual incompetência absoluta deste juízo arguida no Id nº 13087534 páginas 01/06.
Pratique-se o necessário.
Ji-Paraná/RO, 19 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº: 7000663-93.2018.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOAO VITOR VILAS BOAS ESTEVES DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: SUELY LEITE VIANA VAN DAL - RO8185
RÉU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO INICIAL
Designo audiência de conciliação para o dia de 20 de março de 2018, às 11h40min, a ser realizada no prédio da CEJUSC, localizado na rua Elias Cardoso Balau, n. 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardi, nesta cidade, na rua do Quartel da Polícia Militar e do DETRAN.
Cite-se a parte requerida para conhecimento acerca dos termos da presente ação, com antecedência mínima de 20 dias da audiência designada, intimando-a para que compareça ao ato, bem como para que, querendo, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência de conciliação, sob pena de serem presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (artigo 344, CPC).
Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para que compareça à solenidade.
Advirtam-se as partes de que elas deverão comparecer à audiência acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (artigo 34, § 9º, do CPC), e de que sua ausência injustificada será considerada ato atentatório à dignidade da justiça e sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (artigo 334, § 8º, do CPC).
Caso a parte requerida manifeste desinteresse na autocomposição, deverá formular pedido, na forma e prazo do art. 334, § 5º do CPC, observando-se que em caso de litisconsórcio o desinteresse deverá ser manifestado por todos (§ 6.º). Neste caso, o prazo para apresentação de defesa começará a fluir do protocolo do pedido de cancelamento da audiência, nos termos do artigo 335, II, do CPC.
Diante do disposto no ofício nº 30/2016/CEJUSC datado de 14/10/2016, do Juiz de Direito e Coordenador do CEJUSC, Maximiliano Darcy David Deitos, caso a audiência não seja realizada por ausência de citação em tempo hábil ou de eventual intimação da parte autora, desde logo AUTORIZO o conciliador (a) a REDESIGNAR nova conciliação, providenciando o necessário para que as partes sejam intimadas para comparecerem ao ato.
Caso a audiência não seja realizada por citação negativa, AUTORIZO o conciliador (a) a intimar a parte autora a fornecer em 05 (cinco) dias o endereço atualizado do requerido para prosseguimento do feito, e sob pena de extinção.
Se a conciliação restar frutífera, tornem os autos conclusos para homologação, caso contrário, e tendo a parte requerida formulado reconvenção, alegado qualquer das matérias enumeradas no artigo 337 do CPC ou juntado documentos, desde logo determino que a parte autora seja intimada para manifestação, no prazo de 15 dias, na forma do art. 351 do CPC.
Não ocorrendo a hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem, no prazo de 10 dias, quanto ao interesse em produzir outras provas, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de julgamento antecipado – art. 355 do CPC.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO/CIENTIFICAÇÃO E CARTA PRECATÓRIA.
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível, 14 de fevereiro de 2018.
Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro
Juíza de Direito

Processo nº: 7005473-48.2017.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JEFFERSON JUNIOR SILVA PORTUGAL
Advogado do(a) AUTOR: MARIZETE ANTUNES DOS SANTOS - RO0007034
RÉU: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADA: ANA PAULA CARVALHO VEDANA OAB/RO 6926
DESPACHO INICIAL
Intime-se o devedor, observando as disposições do artigo 513, § 2º, do CPC, para, em 15 (quinze) dias, pagar a importância executada, mais as custas processuais, sob pena de o débito ser acrescido de multa processual e honorários advocatícios, cada um na razão de 10% sobre o valor devido (artigo 523, § 1º, do CPC).
Advirta-o de que havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do

débito e de que transcorrido o prazo para pagamento voluntário inicia-se o prazo para impugnação, que deverá ser realizada em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
Com os cálculos, venham os autos conclusos.
Sem prejuízo, desde logo, caso requerido pela parte, autorizo a expedição da certidão do teor da DECISÃO, que deverá ser fornecida conforme artigo 517, § 2º, do CPC, após o decurso do prazo para pagamento voluntário, de modo a permitir que a parte efetue o protesto.
ALTERE-SE A CLASSE DO FEITO PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, haja vista que a manutenção indevida do feito como ação de conhecimento aumenta indevidamente a taxa de congestionamento da vara e não reflete a realidade dos autos e dos números gerais dos feitos que tramitam no Juízo.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO, CARTA AR OU CARTA PRECATÓRIA
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível, 20 de fevereiro de 2018.
Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro
Juíza de Direito
Assinado eletronicamente por: ANA VALERIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 16319893

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7007322-89.2016.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: EDUARDO RODRIGUES FERNANDES
Advogados do(a) AUTOR: SERGIO LUIZ MILANI FILHO - RO0007623, DHEIME SANDRA DE MATOS - RO0003658
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO0005369
SENTENÇA
EDUARDO RODRIGUES FERNANDES, devidamente qualificado e representado nos autos, promove a presente ação de cobrança em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A, igualmente qualificada e representada.
Sustenta a requerente, em síntese, que sofreu acidente de trânsito no dia 14.03.2015, o que acarretou cicatriz dorso do pé direito, dores aos esforços com pé direito, limitação dos movimentos dos dedos do pé direito, limitação funcional do MID em 50%.
Afirma que procurou receber o valor atinente ao DPVAT e somente lhe foi paga a quantia de R$ 1.687,50, havendo uma diferença de R$ 1.687,50 a receber.
Pugna pela procedência do pedido, com a consequente condenação da requerida no pagamento da diferença apurada.
Juntou documentos.
Citada, a requerida apresentou contestação no Id nº 5825197, oportunidade em que arguiu a preliminar de ausência de comprovante de residência e, no MÉRITO, em síntese, afirmou: a) que o pagamento se deu de acordo com a legislação vigente e que a autora recebeu o que lhe era devido; b) a invalidade do laudo particular como única prova para decidir o MÉRITO da causa; c) a necessidade de perícia complementar a ser realizada pelo Instituto Médico Legal; d) que eventual indenização deve se dar de acordo com a Lei n.º 11.945/09 e; e) que em caso de condenação, a data do início da incidência de juros de mora e de correção monetária deverá equivaler a da propositura da ação. Acostou documentos.
Saneou-se o feito (Id nº 9515825).
Laudo pericial acostado no Id nº 14193297.
Intimadas as partes do laudo pericial, a parte requerida manifestou-se no Id nº 14779716.
Vieram os autos conclusos.
É O RELATÓRIO.
FUNDAMENTOS
Em se tratando de cobrança do seguro DPVAT, referente a fatos ocorridos após o advento da Medida Provisória nº 451 de 16.12.2008, convertida na Lei nº 11.945, de 04.06.2009, estabelecendo percentuais da indenização conforme a extensão das lesões dos membros com lesão permanente, dando nova redação ao art. 3º da Lei n. 6.194/74, tenho que não mais subsistem controvérsias quanto a legalidade do pagamento escalonado do seguro em pauta.
No caso dos autos, de acordo com o laudo e dos demais documentos que instruem a inicial, restou claro que, em decorrência do acidente de trânsito, a parte autora sofreu lesão permanente, de forma parcial, envolvendo o membro inferior direito.
Concluiu o experto que houve uma invalidez permanente, parcial, incompleta de 50%, consubstanciada no membro inferior direito – Id nº 14882278, quesito "4".
O teor do que se extrai da tabela anexa ao artigo 3º da lei 6.194/74, incluída pela lei 11.945 de 4 de junho de 2009, os casos de perda anatônica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores enseja a indenização no percentual de 70%, do valor máximo de R$13.500,00.
Assim sendo, verifica-se que a perda funcional completa de um dos membros inferiores é: (R$ 13.500,00) X 70% (tabela de invalidez) X 50% (laudo pericial) = R$ 4.725,00.
Logo, considerando o órgão afetado no acidente, a parte autora faria jus a ter recebido a importância total de R$ 4.725,00. Tendo em conta que a ré efetuou o pagamento administrativo de R$ 1.687,50 (Id nº 5825469 – Pág. 5), restaria um saldo remanescente de R$ 3.037,50, a ser adimplido pela Seguradora Ré.
Ocorre que o pedido inicial se limitou ao pedido do valor de R$ 1.687,50, valor que é devido ao autor, haja vista que a tutela jurisdicional deve se limitar ao pedido do autor, sob pena de julgamento ultra petita.
Eis a jurisprudência:
APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO DE COBRANÇA. SENTENÇA ULTRA PETITA. DECOTE DO EXCESSO. PEDIDO NÃO VENTILADO NA INICIAL. JUROS COMPENSATÓRIOS. 1) O autor fixa os limites da lide na petição inicial, como preceitua o artigo 128 do CPC. Este DISPOSITIVO deve ser conjugado com o que estabelece o artigo 460 do mesmo diploma legal, que, dirigindo-se ao magistrado, veda o julgamento extra petita (que decide de forma diversa do que foi pedido) ou ultra petita (que ultrapassa os termos do pedido), tendo em vista a máxima sententia debet esse conformis libello. Assim, a lide deve ser circunscrita aos limites do pedido, não podendo ir além do pleiteado. 2) Caracterizada a ocorrência de SENTENÇA ultra petita, a parte excedente deverá ser decotada, a fim de que o julgado se amolde aos limites da lide. 3) Apelação conhecida e provida. (TJ-DF - APC: 20110110638439, Relator: ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, Data de Julgamento: 11/11/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 17/11/2015. Pág.: 236)
Quanto a correção monetária, juros legais e honorários advocatícios, são consectários legais que não podem ser afastados.
A jurisprudência do TJRO é no sentido de que a correção monetária, na indenização do seguro obrigatório por acidente de veículos decorrente de DECISÃO judicial, incide do ajuizamento da ação, se não houve pedido administrativo, e os juros de moratórios, da citação.
É o que dispõe a Súmula n. 08 do TJRO.
Assim, a correção monetária somente incide a partir do ajuizamento da ação quando não houver pedido administrativo. Quando presente o pedido administrativo, como é o caso dos presentes autos, a correção monetária tem incidência a partir da data do pagamento parcial, qual seja, dia 01/06/2016.

DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais e condeno a requerida ao pagamento da diferença apurada, consistente no valor de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), valor este que deverá ser corrigido monetariamente a contar do dia 01/06/2016, com aplicação de juros legais, a contar da citação. Condeno, ainda, a requerida, por maior sucumbente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 20% do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. Por conseguinte, julgo extinto o feito com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Intime-se a requerida para depósito dos valores referente aos honorários do perito. Apresentado o comprovante, expeça-se alvará para levantamento. O perito deverá comprovar o levantamento em cinco dias. Recomende-se ao gerente de expediente da instituição depositária que a conta deverá ser encerrada no ato do levantamento.
Havendo depósito da condenação, expeça-se alvará para levantamento em nome do advogado da parte autora, Dr. Sérgio Luiz Milani Filho, OAB/RO 7623. Do contrário, o cumprimento de SENTENÇA deverá ser promovido por processo eletrônico, via sistema PJE.
P. R. I. C.
Oportunamente, arquivem-se.
Ji-Paraná/RO, 16 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7000652-64.2018.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
AUTOR: VALDECIR RODRIGUES DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: MARILZA RAMOS NOGUEIRA - RO8730
RÉU: ESTADO DE RONDONIA, SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA - SEJUS
DESPACHO
Sobre a gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação da Lei n. 1.060/50, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.
Isto porque a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 4º da Lei n. 1.060/50 e art. 98 do CPC).
A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido DISPOSITIVO, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do CPC.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Quanto mais se concede gratuidade, mais oneroso fica o Judiciário para o Estado. Como o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, salta aos olhos que o contribuinte já teve sua capacidade contributiva extrapolada, decorrendo daí não ser uma opção o simples aumento de impostos.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o
PODER JUDICIÁRIO significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde, etc.
Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Assim, pela nova leitura dos DISPOSITIVO s constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência.
Nesse sentido:
TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar DECISÃO que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).

Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99, § 2.º, determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar a parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos antes de indeferir o pedido.
Portanto, a simples afirmação do autor de que é pobre na forma da lei, não comprova a reduzida capacidade financeira.
A parte autora não comprovou que faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, devendo fazê-lo no prazo de emenda, apresentando documentos que provem sua condição econômica.
Dessa feita, intime-se a autora, via advogado, para emendar a peça inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, do CPC/2015), apresentando o comprovante de pagamento das custas processuais. Na hipótese de insistir na hipossuficiência alegada, para melhor se aferir a necessidade do benefício pleiteado, deverá apresentar comprovante de renda mensal ou, na ausência deste, cópia da última declaração de renda fornecida pela Receita Federal ou outro documento que demonstre seus rendimentos. Caso a parte seja agricultora, deverá apresentar ficha do IDARON.
Pratique-se o necessário.
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível, 15 de fevereiro de 2018.
Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7011592-25.2017.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: BH COMERCIO DE CALCADOS E CONFECCOES LTDA - EPP
Advogado do(a) AUTOR: HUDSON DA COSTA PEREIRA - RO0006084
RÉU: CHRISTINA BARTELS
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Pela derradeira vez, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial dando valor à causa, sob pena de indeferimento da inicial.
Ji-Paraná/RO, 15 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7011622-94.2016.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: EDINALDO DE JESUS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: JULIANA TRAUTWEIN CHEDE - PR52880
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO0005369
DECISÃO
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A, alegando em síntese, que a SENTENÇA contém contradição, no sentido de que a data estabelecida para fixação da data de início da aplicação dos juros de 1% ao mês desde a citação não corresponde ao estabelecido no DISPOSITIVO da SENTENÇA, que estabeleceu a data do pagamento parcial para a aplicação dos juros.
Ao final, requereu sejam acolhidos os presentes embargos de declaração, de modo que os juros sejam contados da data da citação.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório necessário. Decido.
Conheço dos Embargos, eis que tempestivos, na forma do art. 1.023 do CPC.
No MÉRITO, sabe-se que os Embargos de Declaração encontram-se previstos no art. 1.022 do CPC, vejamos:
Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer DECISÃO judicial para:
I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
III - corrigir erro material.
Parágrafo único. Considera-se omissa a DECISÃO que:
I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;
II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.
Aduz o embargante, que houve contradição quanto a referência de data para incidência dos juros, não considerando a data da citação.
Em sendo assim, à míngua dos elementos do artigo 1.022, I, do CPC, CONHEÇO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, para o fim de ACOLHÊ-LO para eliminar a contradição apontada, estabelecendo que:
ONDE SÊ LÊ na SENTENÇA de Id nº 15954826: "(…) Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais e condeno a requerida ao pagamento da diferença apurada, consistente no valor de R$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), valor este que deverá ser corrigido monetariamente a contar do dia 03.08.2015, com aplicação de juros legais, a contar da data do pagamento parcial."
LEIA-SE "(…) Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais e condeno a requerida ao pagamento da diferença apurada, consistente no valor de R$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), valor este que deverá ser corrigido monetariamente a contar do dia 03.08.2015, com aplicação de juros legais, a contar da data da citação."
No mais, persiste a SENTENÇA tal como lançada.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se.
Ante o exposto, conheço e ACOLHO os embargos de declaração, a fim de sanar o erro material apontado, no sentido de que a correção monetária seja contada a partir do dia 03.08.2015 e os juros legais a partir da data da citação. Intimem-se.
Ji-Paraná/RO, 19 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7008122-83.2017.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LEOVIGILDO SANTOS SILVA
Advogados do(a) AUTOR: BRUNA MOURA DE FREITAS - RO0006057, ABEL NUNES TEIXEIRA - RO0007230
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A
Advogado do(a) RÉU: LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - RO0005017
SENTENÇA
LEOVIGILDO SANTOS SILVA, devidamente qualificado e representado nos autos, promove a presente Ação de Cobrança em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A, igualmente qualificada e representada.
Sustenta o requerente, em síntese, que sofreu acidente de trânsito no dia 14 de maio de 2016 e ficou com trauma no ombro esquerdo; trauma no quadril esquerdo; trauma no tórax; limitações de movimentos e dores.

Afirma que procurou receber o valor atinente ao DPVAT e a requerida negou-lhe o pagamento.
Pugna pela procedência do pedido, com a consequente condenação da requerida no pagamento da indenização apurada.
Juntou documentos.
Citada, a requerida apresentou contestação no Id nº 13689138, oportunidade em que requereu a retificação do seu nome no polo passivo da demanda e no MÉRITO afirmou a improcedência dos pedidos iniciais, em decorrência da inexistência de invalidade. Acostou documentos.
Saneou-se o feito (Id nº 14230333).
Laudo pericial acostado no Id nº 15112318.
Intimadas acerca do laudo pericial, a parte requerente (Id nº 15968691) e a requerida (Id nº 16089513) manifestaram-se.
A requerida, em sua manifestação de Id nº 16089513, requereu a realização de complementação do laudo pericial, para o esclarecimento da lesão acometida ao autor e o apontamento do grau de repercussão da respectiva lesão incapacitante.
Vieram os autos conclusos.
É O RELATÓRIO.
FUNDAMENTOS
Indefiro o requerimento de Id nº 16089513, visto que o laudo pericial é claro ao afirmar que o grau de repercussão da lesão na região lombar é residual (10%), conforme se verifica no quesito "i" de Id nº 15112318
Ademais, o perito concluiu, no quesito "o" de Id nº 15112318, que a parte autora apresenta o total de 17% de invalidez, conforme tabela. Assim, percebe-se que tal resultado corresponde aos 10% da perda anatômica e/ou funcional de um dos membros inferiores somados aos 10% da lesão na estrutura cervical.
Em se tratando de cobrança do seguro DPVAT, referente a fatos ocorridos após o advento da Medida Provisória nº 451 de 16.12.2008, convertida na Lei nº 11.945, de 04.06.2009, estabelecendo percentuais da indenização conforme a extensão das lesões dos membros com lesão permanente, dando nova redação ao art. 3º da Lei n. 6.194/74, tenho que não mais subsistem controvérsias quanto a legalidade do pagamento escalonado do seguro em pauta.
No caso dos autos, a teor do que se extrai dos laudos e dos demais documentos que instruem a inicial, restou claro que, em decorrência do acidente de trânsito, a parte autora sofreu lesões permanentes, de forma parcial, envolvendo o membro inferior esquerdo e a coluna lombar.
Concluiu o experto que houve uma invalidez parcial permanente incompleta de 10%, consubstanciada na perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores; e lesão de caráter residual com 10% de incapacidade da coluna lombar.
A teor do que se extrai da tabela anexa ao artigo 3º da lei 6.194/74, incluída pela lei 11.945 de 4 de junho de 2009, os casos de perda da funcionalidade de um dos membros inferiores ensejam a indenização no percentual de 70%, do valor máximo de R$13.500,00, enquanto que os casos de lesão da estrutura cervical ensejam a indenização no percentual de 100%, do valor máximo de R$13.500,00. No caso da parte autora, por resultar, em ambos os casos, em repercussão residual, a teor do que se extrai do inciso II do § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74, enseja a redução em 17%, (grau de lesão, conforme laudo), o que perfaz a importância de R$2.295,00, a que a parte autora faz jus a receber em conformidade com os órgãos e grau de invalidez permanente destes membros.
Assim, considerando os órgãos afetados no acidente, a autora faria jus a ter recebido a importância total de R$ 2.295,00.
Quanto a correção monetária, juros legais e honorários advocatícios, são consectários legais que não podem ser afastados.
A jurisprudência do TJRO é no sentido de que a correção monetária, na indenização do seguro obrigatório por acidente de veículos decorrente de DECISÃO judicial, incide do ajuizamento da ação, se não houve pedido administrativo, e os juros de moratórios, da citação.
É o que dispõe a Súmula n. 08 do TJRO.
Assim, a correção monetária somente incide a partir do ajuizamento da ação quando não houver pedido administrativo. Sendo assim, a correção monetária tem incidência a partir da data do dia 03/09/2017.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido inicial e condeno a requerida ao pagamento da indenização, consistente no valor de R$2.295,00 (dois mil, duzentos e noventa e cinco reais), valor este que deverá ser corrigido monetariamente a contar do dia 03/09/2017, com aplicação de juros legais, a contar da citação.
Condeno, ainda, a requerida, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 20% do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. Por conseguinte, julgo extinto o feito com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Fixo os honorários periciais em R$ 1.000,00 (mil reais), que deverão ser pagos pela empresa requerida. Intime-se a requerida para depósito dos valores referente aos honorários do perito. Apresentado o comprovante, expeça-se alvará para levantamento. O perito deverá comprovar o levantamento em cinco dias. Recomende-se ao gerente de expediente da instituição depositária que a conta deverá ser encerrada no ato do levantamento.
Havendo depósito da condenação, expeça-se alvará para levantamento em nome do advogado da parte autora, Dr. Abel Nunes Teixeira, OAB/RO 7320. Do contrário, o cumprimento de SENTENÇA deverá ser promovido por processo eletrônico, via sistema PJE.
P. R. I. C.
Oportunamente, arquivem-se.
Ji-Paraná/RO, 19 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 7009664-73.2016.8.22.0005
EXEQUENTE: GISELE DE ANDRADE SILVA
Advogado: CELSO DOS SANTOS - OAB RO0001092
EXECUTADO: BANCO PAN S.A.
Advogado: FERNANDO LUZ PEREIRA - OAB RO0004392
DESPACHO
Ante a concordância da exequente com os cálculos apresentados pela contadoria (ID 13688529) e a inércia da executada, intime-se o devedor, observando as disposições do artigo 513, § 2º, do CPC, para, em 15 (quinze) dias, pagar a importância executada, mais as custas processuais (R$16.844,91), sob pena de o débito ser acrescido de multa processual e honorários advocatícios, cada um na razão de 10% sobre o valor devido (artigo 523, § 1º, do CPC).
Advirta-o de que havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do débito e de que transcorrido o prazo para pagamento voluntário inicia-se o prazo para impugnação, que deverá ser realizada em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
Com os cálculos, venham os autos conclusos.
Sem prejuízo, desde logo, caso requerido pela parte, autorizo a expedição da certidão do teor da DECISÃO, que deverá ser fornecida conforme artigo 517, § 2º, do CPC, após o decurso do prazo para pagamento voluntário, de modo a permitir que a parte efetue o protesto.
Pratique-se o necessário.
Ji-Paraná, 29 de novembro de 2017
Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro
Juíza de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná
2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 7001164-47.2018.8.22.0005
AUTOR: SANDRA SILVA RODRIGUES VIANA
EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES - OAB RO0003894 - CPF: 633.161.532-68 (ADVOGADO)
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DESPACHO
Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar aos autos, comprovante de requerimento administrativo pleiteado junto ao INSS.
Pratique-se o necessário.
Ji-Paraná, 14 de fevereiro de 2018.
Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro
Juíza de Direito
Assinado eletronicamente por: ANA VALERIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 16191019 180221023251845000000015073911

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná
2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 7007683-09.2016.8.22.0005
EXEQUENTE: MINISTERIO INTERNACIONAL GRACA E VIDA, JACINTO DIAS
EXECUTADO: JUDIT DA SILVA CASTRO PRIETO
ADVOGADA: FLÁVIA RONCHI DIAS OAB/RO 2738
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ji-Paraná - 2ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada a parte executada, na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº: 7009839-33.2017.8.22.0005
Classe:EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DOS EMPRESARIOS DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO - RO0006338
EXECUTADO: JI-CALHA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME, CLAUDINEI JOSE DA SILVA, ROSIMARE DA SILVA ROSSI
Advogado do(a) EXECUTADO: MURILO FERREIRA DE OLIVEIRA - OAB/SP 236.143
DESPACHO
Homologo o acordo firmado entre as partes (ID 15499243) e suspendo o feito para que o executado cumpra a obrigação, nos moldes do que estabelece o artigo 922, do CPC.
Decorrido o prazo supra, manifeste-se a parte exequente.
Intimem-se.
Ji-Paraná/RO, 22 de janeiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 0003742-15.2012.8.22.0005
Classe:EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S. A.
Advogados do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO0004937, SAIONARA MARI - MT0005225
EXECUTADO: PAULO ROBERTO DE LYRA BORGES
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Intime-se a parte exequente para apresentar o recolhimento de custas, nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016 (Regimento de Custas), a fim de que sejam realizadas as consultas de endereço requeridas, sob pena de extinção.
Observem os patronos que os pedidos de bloqueio eletrônico de bens devem vir acompanhados do respectivo comprovante de pagamento das custas, evitando-se morosidade ao feito e contribuindo-se para a prestação jurisdicional eficaz e adequada.
Ji-Paraná/RO, 15 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 7007524-32.2017.8.22.0005
EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI
Advogado: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB RO0004937
EXECUTADO: J E J INFORMÁTICA LTDA. E OUTROS
Advogado: JOSE CARLOS NOLASCO - OAB RO000393B
DESPACHO
Intime-se o devedor, observando as disposições do artigo 513, § 2º, do CPC, para, em 15 (quinze) dias, pagar a importância executada, mais as custas processuais, sob pena de o débito ser acrescido de multa processual e honorários advocatícios, cada um na razão de 10% sobre o valor devido (artigo 523, § 1º, do CPC).
Advirta-o de que havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do débito e de que transcorrido o prazo para pagamento voluntário inicia-se o prazo para impugnação, que deverá ser realizada em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
Com os cálculos, venham os autos conclusos.
Sem prejuízo, desde logo, caso requerido pela parte, autorizo a expedição da certidão do teor da DECISÃO, que deverá ser fornecida conforme artigo 517, § 2º, do CPC, após o decurso do prazo para pagamento voluntário, de modo a permitir que a parte efetue o protesto.
Intime-se.
Ji-Paraná, 3 de novembro de 2017
Juíza de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0001002-79.2015.8.22.0005
EXEQUENTE: AURORA MORALES FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO: MIGUEL ANGELO FOLADOR OAB/RO 4820

EXECUTADO: BANCO ITAU CARDS S/A
DESPACHO
Verifica-se que a parte requerida não manifestou-se.
Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecer se o acordo realizado entre as partes nos autos nº 0007446-02.2013.822.0005 englobou a dívida descrita os presentes autos, bem como se a mesma encontra-se satisfeita.
Pratique-se o necessário.
Ji-Paraná, 14 de fevereiro de 2018.
Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº: 7008776-70.2017.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MIRTES MARIA ANGELI DALAPICOLA
Advogado do(a) AUTOR: MILTON FUGIWARA - RO0001194
RÉU: EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICACOES SA
Advogado do(a) RÉU:
SENTENÇA
Trata-se de ação de cobrança c/c indenização por danos materiais e morais proposta por JOSÉ PEREIRA DA SILVA e MARIA DA PENHA SILVA em face de ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA.
Intimados (Id nº 13423356), a emendar a inicial no prazo legal sob pena de indeferimento, para apresentar o comprovante das custas processuais ou, caso insistissem na hipossuficiência alegada, apresentar o comprovante de renda mensal, os autores não o fizeram.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relato. DECIDO.
Nos termos do artigo 321, do CPC, "O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de MÉRITO, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial."
No caso em apreço, aos requerentes foi oportunizada a emenda da inicial. Entretanto, não o fizeram.
Diante disso, o indeferimento da inicial se impõe, pelo que o faço.
Ante o exposto, não atendida a emenda conforme determinado, INDEFIRO A INICIAL, nos termos do art. 321, parágrafo único, do CPC e, consequentemente, extingo o feito sem a resolução do MÉRITO, com espeque no artigo 485, I do CPC.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se.
Ji-Paraná/RO, 15 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº: 7000662-11.2018.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: RENATA VILAS BOAS
Advogado do(a) AUTOR: SUELY LEITE VIANA VAN DAL - RO8185
RÉU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Designo audiência de conciliação para o dia de 27 de março de 2018, às 08hs, a ser realizada no prédio da CEJUSC, localizado na rua Elias Cardoso Balau, n. 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardi, nesta cidade, na rua do Quartel da Polícia Militar e do DETRAN.
Cite-se a parte requerida para conhecimento acerca dos termos da presente ação, com antecedência mínima de 20 dias da audiência designada, intimando-a para que compareça ao ato, bem como para que, querendo, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência de conciliação, sob pena de serem presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (artigo 344, CPC).
Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para que compareça à solenidade.
Advirtam-se as partes de que elas deverão comparecer à audiência acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (artigo 34, § 9º, do CPC), e de que sua ausência injustificada será considerada ato atentatório à dignidade da justiça e sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (artigo 334, § 8º, do CPC).
Caso a parte requerida manifeste desinteresse na autocomposição, deverá formular pedido, na forma e prazo do art. 334, § 5º do CPC, observando-se que em caso de litisconsórcio o desinteresse deverá ser manifestado por todos (§ 6.º). Neste caso, o prazo para apresentação de defesa começará a fluir do protocolo do pedido de cancelamento da audiência, nos termos do artigo 335, II, do CPC.
Diante do disposto no ofício nº 30/2016/CEJUSC datado de 14/10/2016, do Juiz de Direito e Coordenador do CEJUSC, Maximiliano Darcy David Deitos, caso a audiência não seja realizada por ausência de citação em tempo hábil ou de eventual intimação da parte autora, desde logo AUTORIZO o conciliador (a) a REDESIGNAR nova conciliação, providenciando o necessário para que as partes sejam intimadas para comparecerem ao ato.
Caso a audiência não seja realizada por citação negativa, AUTORIZO o conciliador (a) a intimar a parte autora a fornecer em 05(cinco) dias o endereço atualizado do requerido para prosseguimento do feito, e sob pena de extinção.
Se a conciliação restar frutífera, tornem os autos conclusos para homologação, caso contrário, e tendo a parte requerida formulado reconvenção, alegado qualquer das matérias enumeradas no artigo 337 do CPC ou juntado documentos, desde logo determino que a parte autora seja intimada para manifestação, no prazo de 15 dias, na forma do art. 351 do CPC.
Não ocorrendo a hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem, no prazo de 10 dias, quanto ao interesse em produzir outras provas, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de julgamento antecipado – art. 355 do CPC.
Nos termos do artigo 55 do CPC, reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
Em consulta junto ao sistema PJe, verificou-se a existência dos autos nº 7000663-93.2018.8.22.0005 que possui o mesmo pedido e causa de pedir da presente ação. Assim, evitando risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, caso decididos separadamente, proceda-se à dependência destes autos, tendo em vista a conexão entre eles.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO/CIENTIFICAÇÃO E CARTA PRECATÓRIA.
Dados para cumprimento:
Nome: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A
Endereço: sede localizada à Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, n. 939 - Edif. Jatobá, Cond. Castelo Branco Office Park, 9º andar, Alphaville Industrial, bairro Tamboré, CEP 06.460-040, Barueri/SP, e-mail: tributario@voeazul.com.br, telefone n. (11) 4831-1226.
Ji-Paraná/RO, 15 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7000302-76.2018.8.22.0005
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LIZETE MARIA CARVALHO
Advogado do(a) AUTOR: REBECA MORENO DA SILVA - RO0003997
RÉU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Designo audiência de conciliação para o dia de 28 de março de 2018, às 08h40min, a ser realizada no prédio da CEJUSC, localizado na rua Elias Cardoso Balau, n. 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardi, nesta cidade, na rua do Quartel da Polícia Militar e do DETRAN.
Cite-se a parte requerida para conhecimento acerca dos termos da presente ação, com antecedência mínima de 20 dias da audiência designada, intimando-a para que compareça ao ato, bem como para que, querendo, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência de conciliação, sob pena de serem presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (artigo 344, CPC).
Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para que compareça à solenidade.
Advirtam-se as partes de que elas deverão comparecer à audiência acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (artigo 34, § 9º, do CPC), e de que sua ausência injustificada será considerada ato atentatório à dignidade da justiça e sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (artigo 334, § 8º, do CPC).
Caso a parte requerida manifeste desinteresse na autocomposição, deverá formular pedido, na forma e prazo do art. 334, § 5º do CPC, observando-se que em caso de litisconsórcio o desinteresse deverá ser manifestado por todos (§ 6.º). Neste caso, o prazo para apresentação de defesa começará a fluir do protocolo do pedido de cancelamento da audiência, nos termos do artigo 335, II, do CPC.
Diante do disposto no ofício nº 30/2016/CEJUSC datado de 14/10/2016, do Juiz de Direito e Coordenador do CEJUSC, Maximiliano Darcy David Deitos, caso a audiência não seja realizada por ausência de citação em tempo hábil ou de eventual intimação da parte autora, desde logo AUTORIZO o conciliador (a) a REDESIGNAR nova conciliação, providenciando o necessário para que as partes sejam intimadas para comparecerem ao ato.
Caso a audiência não seja realizada por citação negativa, AUTORIZO o conciliador (a) a intimar a parte autora a fornecer em 05 (cinco) dias o endereço atualizado do requerido para prosseguimento do feito, e sob pena de extinção.
Se a conciliação restar frutífera, tornem os autos conclusos para homologação, caso contrário, e tendo a parte requerida formulado reconvenção, alegado qualquer das matérias enumeradas no artigo 337 do CPC ou juntado documentos, desde logo determino que a parte autora seja intimada para manifestação, no prazo de 15 dias, na forma do art. 351 do CPC.
Não ocorrendo a hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem, no prazo de 10 dias, quanto ao interesse em produzir outras provas, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de julgamento antecipado – art. 355 do CPC.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/ CITAÇÃO/CIENTIFICAÇÃO E CARTA PRECATÓRIA.
Dados para cumprimento:
Nome: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A
Endereço: sede localizada à Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, n. 939 - Edif. Jatobá, Cond. Castelo Branco Office Park, 9º andar, Alphaville Industrial, bairro Tamboré, CEP 06.460-040, Barueri/SP, e-mail: tributario@voeazul.com.br, telefone n. (11) 4831-1226.
Ji-Paraná/RO, 15 de fevereiro de 2018
ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPPARRO
Juíza de Direito

## 4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
Dr. Silvio Viana
Juiz de Direito
Lucimere Pianissoli Almeida
Diretora de Cartório
Lauda n.

Proc.: 0005379-30.2014.8.22.0005
Ação:Inventário
Inventariante:Elaine Cristina Ramos Martins, Cassia Aparecida Ramos, Maria do Carmo de Brito Silva
Advogado:Bassem de Moura Mestou (OAB/RO 3680), Agnaldo dos Santos Alves (OAB/RO 1156)
Inventariado:Espolio de Esmeraldo da Silva Ramos, Espolio de Maria Terezinha Albim Ramos
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo de Avaliação.
Lucimere Pianissoli Almeida
Diretora de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0013909-57.2013.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, EURIANNE DE SOUZA PASSOS
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: JOELMA DOS SANTOS SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0008466-28.2013.8.22.0005
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: VITAMAIS NUTRICAO ANIMAL LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: LENIRTO LUCIANO
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0009464-25.2015.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)

EXEQUENTE: COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES - COOPMEDH
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: SANDRA ANDREIA TEIXEIRA ARAUJO
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0015979-13.2014.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: EDISON APARECIDO DA SILVA, CLEIDIANE DOS SANTOS CAMELO SILVA, DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SÃO LUCAS LTA ME
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0004205-25.2010.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO HONDA S/A.
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: ANILDO LUIZ DA SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0012836-16.2014.8.22.0005
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: D. C. N. A., A. A. D. S., G. A. D. S., J. C. A. D. S., G. L. V., S. V. A. D. S., T. V. A. D. S., P. V. A. D. S.
Advogado do(a) REQUERENTE:
Advogado do(a) REQUERENTE:
Advogado do(a) REQUERENTE:
Advogado do(a) REQUERENTE:
Advogado do(a) REQUERENTE:
Advogado do(a) REQUERENTE:
Advogado do(a) REQUERENTE:
Advogado do(a) REQUERENTE:
INVENTARIADO: R. A. D. S.
Advogado do(a) INVENTARIADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0014719-95.2014.8.22.0005
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DOS EMPRESARIOS DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado do(a) AUTOR:
RÉU: PAULA JANE DOS SANTOS RIBEIRO
Advogado do(a) RÉU:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0011795-82.2012.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: BIGSAL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE SUPLEMENTOS PARA NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA
Advogado do(a) AUTOR:
RÉU: NIVALDO FREITAS GOMES
Advogado do(a) RÉU:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0000637-25.2015.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
EXEQUENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA - DETRAN
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: EZEQUIEL JULIO GONCALVES
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0010776-36.2015.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS RONDOBRAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: ROMILDO DA SILVA DOS SANTOS
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0007974-36.2013.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
EXEQUENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA - DETRAN
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: CLEBER MORETH DUARTE BRASIL
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0008169-84.2014.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: CNK ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: JOSE ROBERTO ALVES
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0004212-12.2013.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: EDNILCE DOS SANTOS COLETO, AGROPECUARIA RIO MACHADO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, GERALDO COLETO, JOSE FERNANDES COLETO, JOAO GUALBERTO COLETO, REGINA MARIA COLETO BONAZZA, MARIA ANGELICA PEREIRA COLETO, MARGARIDA GUILHERME DA SILVA COLETO
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0003899-80.2015.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DOS EMPRESARIOS DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: ADEVAIR NOGUEIRA DOS SANTOS
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0003728-94.2013.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: SOL SUPERMERCADOS LTDA
Advogado do(a) AUTOR:
RÉU: SILVAN SILVA MOREIRA
Advogado do(a) RÉU:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0004775-35.2015.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: MASTER CLEAN COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E DESCARTAVEIS LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: D. M. M. TERCEIRIZACAO E CONSULTORIA LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO:

Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0016080-84.2013.8.22.0005
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DOS EMPRESARIOS DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado do(a) AUTOR:
RÉU: MARCOS VENANCIO DA SILVA, MARCOS VENANCIO DA SILVA - ME
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0009175-92.2015.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO HONDA S/A.
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: FLAVIO BRAS DA SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0002067-12.2015.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: FIDELIS FREIRE BOTELHO, GILMARQUES FREIRE BOTELHO
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0007228-03.2015.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: GILTON FERNANDO DE AGUIAR, AGUIAR & BRAGA LTDA - EPP
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 0011891-97.2012.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BIGSAL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUPLEMENTOS PARA NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: NIVALDO FREITAS NUNES
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico para os devidos fins de direito, que os presentes autos foram migrados do Sistema de Automação Processual, SAP, para o Sistema PJe, mantendo o mesmo número de distribuição.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018.
JOSE RENATO VANUCHI
Técnico Judiciário

## 5ª VARA CÍVEL

Processo nº: 7011462-35.2017.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Autor: ASSOCIACAO ECOVILLE JI-PARANA
Advogado: VANESSA ALVES DE SOUZA OAB: RO0008214;
Advogado: CARINA DALLA MARTHA OAB: RO0002612
Réu: THAINARA REYES BATISTA DE SOUZA
FINALIDADE: Intimação da parte autora para, no prazo de 5 dias, recolher as custas judiciais relativas a distribuição de Carta Precatória ou MANDADO em outra comarca de Rondônia - Art. 30, da Lei de Custas e Provimento 008/2017 do TJ/RO.

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 7007046-24.2017.8.22.0005
EXEQUENTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE JIPARAN
EXECUTADO: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
Intimação
Fica o Exequente, por via de seus advogados, intimado acerca do Recurso de Apelação apresentado (IDs 16294145 e 16294219).
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279. Processo: 7007693-19.2017.8.22.0005
Classe: MONITÓRIA (40)
Data da Distribuição: 22/08/2017 15:23:25
Requerente: TRACTOR-TERRA PECAS P/ TRATORES LTDA
Advogado do(a) AUTOR: SAYMON DA SILVA RODRIGUES - RO7622
Requerido: CONSTRUTORA COPARO EIRELI - EPP
Advogado do(a) RÉU:
Vistos,
Concedo a parte autora o prazo de 10 dias para que diligencie e indique o endereço da parte ré, dando o devido prosseguimento ao feito.
Após, retornem os autos conclusos
Ji-Paraná, data do registro.
Juíz(a) de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0091824-37.2003.8.22.0005
EXEQUENTE: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
EXECUTADO: OTÁVIO AUGUSTO CARVALHO DE VELOSO VIANA, ESPOLIO DE OTAVIO AUGUSTO CARVALHO DE VELOSO VIANA
ADVOGADO INVENTARIANTE: Hiran Cesar Silveira - OAB/RO 547
Intimação
Fica o advogado inventariante intimado de que os autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG, tendo em vista a Migração do Processo em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria

Processo nº: 7007472-36.2017.8.22.0005
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Autor: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado: ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB: PE0012450
Réu: MAYARA MARUN CORREA FARIAS
Advogado: RUAN VIEIRA DE CASTRO OAB: RO0008039
FINALIDADE: Intimação da(s) parte(s) , para ciência do inteiro teor da SENTENÇA prolatada nestes autos.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279. Processo: 7010133-85.2017.8.22.0005
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Data da Distribuição: 08/11/2017 20:48:43
Requerente: ELSON NUNES DA SILVA e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE: MILTON FUGIWARA - RO0001194
Advogado do(a) EXEQUENTE: MILTON FUGIWARA - RO0001194
Requerido: LOSANGO PROMOÇOES DE VENDAS LTDA
Advogados do(a) EXECUTADO: EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO0004643, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO0005546
Vistos,
Manifeste-se o exequente, no prazo de cinco dias.
Após, retornem os autos conclusos.
Ji-Paraná,data do registro.
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE JI-PARANÁ
5ª VARA CÍVEL
PROCESSO: 0008984-18.2013.8.22.0005
AUTOR: CLAUDINEI MOREIRA DA CRUZ
REQUERIDO: CUSTODIO GOMES FILHO
Certidão
Certifico que o processo foi digitalizado e migrado para o sistema PJE. Sem mais.
Ji-Paraná - RO, 21 de fevereiro de 2018.
NELSON MORAIS ESCUDERO
206070-1

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279.
Processo: 7003923-18.2017.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 11/05/2017 20:35:25
Requerente: HALLYNE GALDINO FREITAS
Advogado do(a) AUTOR: SILVIA LETICIA DE MELLO RODRIGUES - RO0003911
Requerido: CE INDUSTRIA E TRANSPORTES EIRELI - EPP
Advogado do(a) RÉU: LAED ALVARES SILVA - RO000263A
Vistos,
Declaro a revelia do litisdenunciado Espólio de Valti Pereira da Silva.
Intime-se o autor para que, no prazo de cinco dias, indique o endereço de Antonio Batista Lima. Caso requeira pesquisa no sistema Infojud, deverá vir acompanhado do pagamento das custas.
Ji-Paraná, data do registro.
Juíz(a) de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0016136-59.2009.8.22.0005
EXEQUENTE: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
EXECUTADO: OTAVIO VELLOSO ARQUITETURA E CONSTRUCOES LTDA - ME, ESPOLIO DE OTAVIO VELOSO ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES
Advogado Inventariante: HIRAN CESAR SILVEIRA-OAB/RO 547
Intimação
Fica o advogado inventariante intimado de que os autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG, tendo em vista a Migração do Processo em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: Fazenda Publica do Município de Ji-Paraná - RO
Endereço: Av. Transcontinental com Menezes Filho, 2351,, Dois de Abril, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-837
Nome: OTAVIO VELLOSO ARQUITETURA E CONSTRUCOES LTDA - ME
Endereço: Rua Joao dos Santos Filho,472, 472,, Urupa, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-835
Nome: Espolio de Otavio Veloso Arquitetura e Construções
Endereço: Rua João dos Santos Filho, - de 341 a 435 - lado ímpar, Dois de Abril, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-835

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279. Processo: 7000473-33.2018.8.22.0005
Classe: DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA (94)
Data da Distribuição: 23/01/2018 16:23:03
Requerente: ELIANE GOMES OLIVEIRA ANDRADE
Advogado do(a) AUTOR: GIANE ELLEN BORGIO BARBOSA - RO0002027
Requerido: RENATO COSTA SANTOS
Advogado do(a) RÉU:
Vistos.
1. Trata-se de ação de despejo com base na falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação.
2. O art. 59 da Lei n. 8.245/1991 dispõe a respeito da concessão liminar do despejo.
3. Dessa maneira, com relação ao caso em tela (despejo fundado em ausência de garantia), são requisitos para a concessão da liminar: a) a inexistência, inicial ou superveniente, no contrato entre locador e locatário, das garantias de caução, fiança locatícia ou cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento; e, b) o depósito de caução no valor equivalente a três meses de aluguel.
4. Como se pode ver no contrato juntado aos autos, não se vislumbra no presente momento nenhuma das formas de garantia acima mencionadas.
5. Intime-se a parte autora para prestar caução, no valor equivalente a 3 (três) meses de aluguel, no prazo de 05 (cinco) dias.
6. Desta maneira, cumprido o item supra, DEFIRO A LIMINAR para a desocupação do imóvel em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 59, §1º, inciso IX da Lei n. 8.245/1991, sob pena de despejo.
7. Após o termo de caução, expeça-se MANDADO de citação e desocupação, nos termos postulados na prefacial. Não havendo caução tempestiva, expeça-se MANDADO somente de citação.
8. O despejo deverá ser custeado integralmente pela parte autora, a qual cabe, também, prover os meios de retirada, transporte e armazenamento dos móveis da parte requerida.
9. Cite-se e intime-se o requerido para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 dias, sob pena de revelia.
10. No mesmo prazo o requerido poderá purgar a mora, depositando em Juízo a totalidade dos valores devidos, conforme cálculo apresentado com a petição inicial, bem ainda o valor correspondente às custas processuais e aos honorários do procurador do requerente, que arbitro em 10% da dívida principal (art. 62, incisos II e III, da Lei n. 8.245/91).
11. Feito o depósito, será evitada a resolução contratual e elidida a liminar de desocupação.
Cientifiquem-se eventuais sublocatários.
Cumpra-se e intime-se.
Sirva a presente de MANDADO, carta, carta precatória, conforme for o caso.
Ji-Paraná, data do registro.
Juíz(a) de Direito

Processo nº: 7007472-36.2017.8.22.0005
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Autor: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado: ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB: PE0012450
Réu: MAYARA MARUN CORREA FARIAS
Advogado: RUAN VIEIRA DE CASTRO OAB: RO0008039
FINALIDADE: NOTIFICAÇÃO da parte requerida para recolhimento da importância de R$ 222,26 (atualizada até a data de 21/02/2018 ), a título de custas finais do processo em epígrafe, no prazo de 15(quinze) dias. O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa, nos termos do Provimento Conjunto 002/2017-PR-CG.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279. Processo: 7009423-65.2017.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 18/10/2017 15:00:25
Requerente: COMERCIAL DE BATERIAS AJAX LTDA - EPP
Advogados do(a) AUTOR: CLEBER QUEIROZ SILVA - RO0003814, FERNANDA PRIMO SILVA - RO0004141, ANDRE LUIZ ATAIDE MORONI - RO0004667
Requerido: RENAN SAMPAIO FREITAS OLIVEIRA e outros (2)
Advogado do(a) RÉU: DANILO GALVAO DOS SANTOS - RO8187
Advogados do(a) RÉU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO0005546, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO0004643
Advogado do(a) RÉU:
Vistos.
Considerando que as minutas de acordo nada dispuseram em relação ao réu Nova Cacoal Administradora de Seguros Ltda, intime-se o autor para dizer se desiste da ação em relação a ele, no prazo de 05 (cinco) dias.
Ji-Paraná, data da inclusão.
Juíz(a) de Direito

Processo nº: 7010730-88.2016.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: CARLOS MARCELO SAIA
Advogado: DEOLAMARA LUCINDO BONFA OAB/RO 1561
Requerido: LEONARDO SCHMITT e outros (2)
Advogado: DANIELLE SILVA MORANDI OAB/MT15961/O e Advogado: PAULO EDUARDO PRADO OAB/SP182951
FINALIDADE: Intimação das partes supracitados , para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem sobre o laudo pericial juntado do ID 14354283 e bem como, apresentarem Alegações Finais.
Ji-Paraná - RO, 21 de fevereiro de 2018.
ADEMIR TOBAR

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº: 7000734-95.2018.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: ABSOLON DOS REIS FREITAS
Endereço: Rua José Geraldo, 414, - até 654/655, Duque de Caxias, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-008
Advogado: FERNANDO DIEGUES NETO OAB: SP307279
Endereço: desconhecido
Nome: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Endereço: Avenida das Nações Unidas, 14261, 29 andar - Ala 'A', Vila Gertrudes, São Paulo - SP - CEP: 04794-000
Vistos.
Trata-se de Embargos de Declaração interpostos em face do DESPACHO inicial, alegando a parte embargante que a DECISÃO partiu de premissas fáticas equivocadas.
O juízo de admissibilidade do presente recurso é positivo, uma vez que se encontram preenchidos os pressupostos recursais (cabimento, tempestividade, regularidade formal, inexistência de fato impeditivo ou extintivo, interesse processual e legitimidade), portanto recebo e conheço os embargos de declaração interpostos.
No MÉRITO, o recurso merece desprovimento. Os embargos de declaração têm cabimento unicamente quando a DECISÃO apresentar erro material, omissão, obscuridade ou contradição, conforme dispõe o art. 1.022 do Código de Processo Civil.

Acerca do tema, o professor Fredie Didier Junior leciona:
"Com efeito, os casos previstos para manifestação dos embargos declaratórios são específicos, de modo que somente admissíveis quando houver obscuridade, contradição ou omissão em questão (ponto controvertido) sobre a qual deveria o juiz ou o tribunal pronunciar-se necessariamente. Os embargos de declaração são espécie de recurso de fundamentação vinculada. Considera-se omissa a DECISÃO que não se manifestar: a) sobre um pedido; b) sobre os argumentos relevantes lançados pelas partes (para o acolhimento do pedido, não é necessário o enfrentamento de todos os argumentos deduzidos pela parte, mas para o não-acolhimento, sim, sob pena de ofensa à garantia do contraditório); c) ausência de questões de ordem pública, que são apreciáveis de ofício pelo magistrado, tenham ou não tenham sido suscitadas pela parte. A DECISÃO é obscura quando for ininteligível, quer porque mal-redigida, quer porque escrita à mão com letra ilegível. Um dos requisitos da DECISÃO judicial é a clareza; quando esse requisito não é atendido, cabem embargos de declaração para buscar esse esclarecimento. A DECISÃO é contraditória quando traz preposições entre si inconciliáveis. O principal exemplo é a existência de contradição entre a fundamentação e a DECISÃO ". (in. Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais, Podiwn, 2007, p.159).
Portanto, o objetivo dos embargos declaratórios é propiciar o esclarecimento de DECISÃO judicial porventura eivada de omissão, contradição ou obscuridade, razão pela qual não podem ser utilizados como forma de impugnar as premissas expostas como razões de decidir no "decisum", sobretudo porque os embargos de declaração não servem como supedâneo recursal.
No caso, os embargos declaratórios não veiculam reais omissões, contradições ou obscuridades, mas objetivam apenas externar o inconformismo da parte.
Assim, ausentes os vícios elencados pelo art. 1.022 do Código de Processo Civil, rejeito os embargos declaratórios opostos.
Concedo a parte autora o derradeiro prazo de cinco dias úteis para recolhimento das custas. Após, retornem os autos conclusos.
Registre-se. Intimem-se.
Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018
MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7000763-48.2018.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: EMANUEL COMERCIO DE TINTAS E ABRASIVOS LTDA - ME
Endereço: Avenida Marechal Rondon, 800, - de 607 a 819 - lado ímpar, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-057
Advogado: MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA OAB: RO0005174 Endereço: desconhecido Advogado: ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA OAB: RO0007495 Endereço: Avenida Ji-Paraná, 877, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-285
Nome: PAULISTA BUSINESS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS ELETRICOS S/A.
Endereço: Avenida Paulista, 777, ANDAR 14 CONJ 141 E 142, Bela Vista, São Paulo - SP - CEP: 01311-100
Nome: CREDIT BRASIL FOMENTO MERCANTIL S/A
Endereço: Avenida Ibirapuera, 2033, 19 ANDAR CJ 192, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04028-002
Vistos.
1.Versa o presente feito sobre ação declaratória de inexigibilidade do débito c/c indenização por danos morais, com pedido de antecipação de tutela para exclusão do nome da autora dos cadastros do SPC e SERASA. Para fundamentar o pedido formulado, alega a parte autora que está sendo cobrada por dívida inexistente, uma vez que desconhece o débito.
Pois bem. Inicialmente, cumpre salientar que a análise a ser proferida nesta sede cinge tão somente em se verificar, segundo as alegações e documentos constantes na inicial, a possibilidade de antecipação de um dos efeitos da tutela final almejada.
Em casos como o dos autos, onde se postula a baixa de inscrição nos cadastros do SPC/SERASA e congêneres, além de aferir-se os pressupostos necessários à concessão da medida, faz-se necessário que se busque afastar, negando ou concedendo a medida, a ocorrência de prejuízos maiores e desnecessários.
Com efeito, em uma análise não exauriente, única possível nesta sede, tenho que o pedido do requerente comporta deferimento, porquanto há possibilidade de que o débito que objetivou sua inscrição nos cadastros de inadimplentes já tenha sido pago em sua integralidade, sendo inexigível.
Ademais, considerando o dever de lealdade e de boa-fé das partes, sem olvidar da dificuldade em se produzir prova negativa do alegado, reputo, para este instante, suficiente a prova apresentada pela parte autora.
Portanto, tenho como verossímil o relato apresentado na inicial. A requerente, além do incômodo pelo qual está passando ainda tem que arcar com o ônus de ter que ingressar em juízo para ter resguardada sua idoneidade financeira, posto que protestos e negativação em banco de dados tem o poder de impedir que o consumidor tome crédito em qualquer parte deste país e, eventual demora no julgamento pode, dessa forma, causar danos de difícil reparação à parte requerente.
É certo e óbvio que somente após a instrução do feito, inclusive com a análise detida da defesa a ser ofertada nos autos e as demais provas a serem produzidas, poder-se-á aferir se procedem ou não os fatos narrados na inicial. Todavia, ao menos neste momento, o deferimento do pedido tem lugar para se afastar a possibilidade de maiores prejuízos a requerente.
Demais disso, a concessão da medida é perfeitamente reversível, posto que em caso de improcedência do pedido com a consequente revogação desta DECISÃO, a inscrição poderá ser reativada.
Por estas razões, nos termos do art. 294, art. 300 do CPC, DEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, a fim determinar a exclusão do nome da autora junto aos cadastros restritivos de crédito, exclusivamente relativa a aludida dívida com a requerida. Oficie-se com urgência ao SERASA/SPC, servindo a presente DECISÃO como ofício.
2. Cite-se o(a) Réu(é), com todas as advertências legais, consignando-se que o prazo para contestar, será de 15(quinze) dias, contados a partir da audiência, bem como, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial, nos termos dos art. 344, do CPC.
Considerando que este juízo não delega ao CEJUSC a presidência da audiência conciliatória, a qual é realizada pelo Magistrado, bem como em observância aos princípios da cooperação e celeridade processual, consagrados nos arts. 4º e 6º do CPC, exorta-se (encoraja-se, estima-se) a parte requerida que apresente a contestação até a data da audiência.
Intimem-se as partes para comparecerem à audiência de conciliação, a ser realizada na Sala de audiências da 5ª Vara Cível, Fórum Des. Hugo Auller, situado na Avenida Ji-Paraná, 615, bairro Urupá, nesta cidade, no dia 28/03/2012018, às 09:00h, devendo as partes comparecerem, em atendimento a Resolução 008/2013 deste Tribunal.
Em sendo frutífera a conciliação, atento ao princípio da celeridade, economicidade e efetividade, o acordo será homologado na audiência.
Caso a parte requerida manifeste seu desinteresse na audiência de conciliação, retire-se o processo de pauta, restando cancelada a audiência acima designada. Neste caso, o prazo para contestação iniciar-se-á na data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência realizado pelo réu, nos termos do art. 335, inciso II, do CPC.

Em sendo o caso de apresentação de contestação após a audiência, voltem conclusos para julgamento antecipado ou deliberações. Se for arguida alguma preliminar ou juntados documentos, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias corridos, após, voltem conclusos.
Advirta-se, ainda, que caberá ao procurador da parte requerida se habilitar no processo por meio do sistema PJE, sob pena de os prazos correrem independentemente de intimação.
SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO/CIENTIFICAÇÃO e CARTA PRECATÓRIA SE FOR O CASO.
SIRVA, TAMBÉM A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIOS AO SERASA, SCPC E SPC- BRASIL PARA EXCLUSÃO PROVISÓRIA DO NOME DA AUTORA DOS SEUS CADASTROS, REFERENTE AO APONTAMENTO DESCRITO NA INICIAL, SEGUINDO CÓPIA DA INICIAL E DO APONTAMENTO.
A PARTE AUTORA SERÁ INTIMADA NA PESSOA DO SEU ADVOGADO, VIA SISTEMA PJE, CONFORME ARTIGO 19 DA RESOLUÇÃO 185/2013.
Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018
MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Juiz de Direito
Nome: PAULISTA BUSINESS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS ELETRICOS S/A.
Endereço: Avenida Paulista, 777, ANDAR 14 CONJ 141 E 142, Bela Vista, São Paulo - SP - CEP: 01311-100
Nome: CREDIT BRASIL FOMENTO MERCANTIL S/A
Endereço: Avenida Ibirapuera, 2033, 19 ANDAR CJ 192, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04028-002

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº: 7010854-37.2017.8.22.0005
Classe: FAMÍLIA- ARROLAMENTO COMUM (30)
Nome: MARIA NUBIA SANTOS
Endereço: Rua Padre Adolfo Rhol, 2013, - de 1817/1818 ao fim, Casa Preta, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-538
Advogado: MARIA LUIZA DE ALMEIDA OAB: RO000200B
Endereço: desconhecido
Nome: JOAO EVANGELISTA DOS SANTOS
Endereço: Rua Padre Adolfo Rhol, 2.013, - de 1817/1818 ao fim, Casa Preta, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-538
Vistos.
JULGO, por SENTENÇA, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a partilha feita na Id 15231804 dos bens deixados pelo inventariado, adjudicando os direitos do imóvel descritos à única herdeira Maria Núbia dos Santos, salvo erro, omissões e ressalvados os direitos de terceiros.
Sem custas, ante a concessão da gratuidade da justiça. Expeça-se carta de adjudicação e, a seguir, arquive-se.
P. R. I.
Ji-Paraná data do registro.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279. Processo: 7008643-28.2017.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 02/10/2017 07:45:20
Requerente: JOSE FERREIRA MACIEL
Advogado do(a) AUTOR: JANCLEIA DE JESUS BARROS KVASNE - RO0004205
Requerido: CLARO S.A.
Advogado do(a) RÉU: RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS0041486
Vistos.
JOSÉ FERREIRA MACIEL, qualificado nos autos, por meio de seu advogado, ingressou com AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA em face da CLARO S/A, aduzindo em síntese que: 1. teve conhecimento de que seu nome foi inserido indevidamente nos órgão de proteção ao crédito pela ré; 2. o contrato que o autor possuía com a ré já havia sido cancelada, tendo o autor efetuado o pagamento dos débitos devidos, restando no máximo um débito no valor de R$ 4,46; 2. seu nome foi inserido indevidamente nos órgão de proteção ao crédito em razão desse suposto débito; 3. face o ocorrido, requer a declaração de inexistência de relação jurídica, o cancelamento da inscrição indevida e, por fim, uma indenização por danos extrapatrominais suportados em R$ 11.244,00; 4. em sede de antecipação de tutela, a sustação e posterior cancelamento da inscrição indevida. Com a inicial vieram os documentos.
Concedida a liminar, designada audiência de tentativa de conciliação (Id 13562217).
Realizada audiência de conciliação, que restou infrutífera.
Citada, a requerida apresentou contestação aduzindo, em síntese, que por um erro em seu sistema, houve a cobrança de valor referente a multa por quebra de contrato. Porem, descabe a indenização por danos morais, em razão da existência de outra anotação préexistente em nome do autor e da aplicação da Súmula 385, do STJ. Em caso de condenação os valores deverão ser fixados em quantia razoável para não causar enrequecimento sem causa. Ao final, requereu a improcedência dos pedidos formulados pela parte autora, alternativamente, em caso de condenação, que essa seja arbitrada dentro dos padrões de razoabilidade.
O autor deixou de impugnar a contestação.
Relatado, resumidamente, decido.
O julgamento antecipado da lide é medida que se impõe, nos termos do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Ademais, as partes deixaram de pugnar pela produção de outras provas, embora devidamente intimadas para tanto.
Não havendo preliminares ou questão incidente a ser dirimida, passa-se a análise de MÉRITO.
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulado com pedido de indenização por danos morais, onde a parte autora argumenta que teve seu nome indevidamente inscrito no cadastro de inadimplentes, por dívida decorrente de contrato de telefonia não pactuado.
Sem mais delongas, quanto a responsabilidade da parte ré na negativação do nome do autor, tem-se que na contestação restou reconhecida a ilegalidade de tal conduta, tendo a ré aduzido que se deu em decorrência de um erro em seu sistema ao lançar indevidamente multa por quebra de contrato. Assim, resta inegável a inexistência de relação jurídica entre as partes correspondente ao débito negativado. Assim, se tal desídia resultou na indevida negativação do nome do autor junto aos órgãos de proteção ao crédito, resulta daí a obrigação de indenizar.
O direito a indenização por danos morais, no caso em epígrafe, independe da apresentação de provas que atestem a ofensa ou violação aos direitos personalíssimos da pessoa. Segundo, o Superior Tribunal de Justiça, trata-se de dano moral in re ipsa, dano vinculado a própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos.
Nesse passo, colaciona-se acórdão que assenta o entendimento ora exposto:
"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL IN RE IPSA. VALOR. REVISÃO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Consolidado neste Tribunal Superior "que a inscrição ou a manutenção indevida em cadastro de inadimplentes gera, por si só, o dever de indenizar e constitui dano moral in re ipsa" (AgRg no Ag 1.379.761/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe

de 2.5.2011). 2. Admite a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de indenização por danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese, todavia, em que o valor foi estabelecido na instância ordinária, atendendo às circunstâncias de fato da causa, de forma condizente com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 3.O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ. 4. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ - AgRg no AREsp: 479011 SP 2014/0038145-8, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 06/05/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/05/2014)

A inscrição indevida gera evidentes reflexos negativos, por obstar acesso ao crédito necessário para a satisfação das necessidades humanas mais comezinhas. Portanto, não há que se falar em ausência de comprovação do dano moral, o qual, no caso em tela, é in re ipsa, não dependendo de comprovação.

Com efeito, no caso em exame não há que se falar na aplicação da Súmula 385 do STJ, eis que o autor comprovou nos autos que discute a validade da anotação preexistente, tendo proposta outra demanda para seu cancelamento (Id 14187535).

Deveras, a indenização por danos extrapatrimoniais possui nítida FINALIDADE compensatória e punitiva, devendo, por esta razão, ser fixada em montante que não represente desproporcionalidade com o evento dano, levando-se em conta, ainda, o grau de culpa do ofensor e a repercussão do dano na vida privada do ofendido.

Portanto, o quantum indenizatório não pode ser irrisório, como também não pode constituir em instrumento de enriquecimento sem causa do ofendido. Ainda, deve-se levar em conta a capacidade financeira do ofensor e do ofendido. Em relação a requerida, verifica-se tratar-se de uma das maiores operadores de telefonia do país. A autora é pessoa humilde, de poucas posses, o que se evidencia pelo abrigo da Assistência Judiciária Gratuita.

Outrossim, como decorre a lide de uma relação de consumo, existe a responsabilidade objetiva da empresa ré de reparar os danos causados à parte autora (artigo 14 do CDC), por efetuar uma inscrição indevida, por débitos não realizados, e serviços não contratados pela autora. Por essa razão condeno ao pagamento da indenização por danos morais, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais).

Ante ao exposto, com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulado na inicial por JOSÉ FERREIRA MACIEL em face de CLARO S/A, para declarar indevido o débito registrado no SPC/SERASA mencionado na inicial e condeno ao pagamento da indenização por danos morais, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigidos monetariamente desde a data do arbitramento, com juros de mora a partir da citação, extinguindo o feito com resolução de MÉRITO. Consequentemente, confirmo a tutela de urgência deferida.

Tendo a parte autora decaído em parte mínima no seu pedido (apenas em relação ao montante dos danos morais), condeno a parte ré ao pagamento de custas e despesas processuais e honorários de sucumbência, que arbitro em 10% sobre o valor da condenação, na forma do artigo 85, §2º, do CPC.

P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Ji-Paraná, data do registro.

Juíz(a) de Direito

Processo nº: 0000031-26.2017.8.22.0005
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: ROBSON SOARES MARTINES MANTOVANI
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARINEUZA DOS SANTOS LOPES OAB - RO 6214 e MONIQUE SAMIRA SAKEB TOMMALIEH OAB/RO 7528
Requerida: VALERIA COMERCIO DE CELULARES LTDA - ME
FINALIDADE: Intimação da parte requerente , para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que de direito, ante da juntada do ID 16294168.

Processo nº: 7005587-84.2017.8.22.0005
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Autor: INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS MDM LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO - RO0006338
Réu: MELO COMERCIO DE ALIMENTOS E CASTANHAS EIRELI - ME
FINALIDADE: Intimação da parte autora para, no prazo de 5 dias, recolher as custas judiciais relativas a:
(X) Requerimento de busca de endereços, bloqueio de bens e valores, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados; (art. 17, da Lei de Custas);
Processo nº: 7005441-43.2017.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Exequente: RMR LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: GILMARA DE ANDRADE ALVES OAB - RO 7503
Executado: WELLINGTTON SOARES DE SOUZA
FINALIDADE: Intimação da parte exequente , para, prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas finais no valor R$: 101,94, sobre pena protesto e inscrição em divida ativa.
Processo nº: 7009636-71.2017.8.22.0005
Classe: USUCAPIÃO (49)
Autor: SAMUEL SOUZA OLIVEIRA e outros
Advogados do(a) AUTOR: GUNTER FERNANDO KUSSLER - RO0006534, ADEMAR SELVINO KUSSLER - RO1324
Advogados do(a) AUTOR: GUNTER FERNANDO KUSSLER - RO0006534, ADEMAR SELVINO KUSSLER - RO1324
Réu: MARIA PEREIRA BUIM e outros (6)
FINALIDADE: Intimação da Parte Autora, por via de seus advogados, para, no prazo de 5 dias, manifestar-se acerca do AR negativo (Citação de JOÃO PEREIRA DOS SANTOS - mudou-se), requerendo o que de direito.

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0008984-18.2013.8.22.0005
EXEQUENTE: CLAUDINEI MOREIRA DA CRUZ
ADVOGADO: JUSTINO ARAÚJO - OAB/RO 1038
EXECUTADO: CUSTODIO GOMES FILHO
ADVOGADO: ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA - OAB/RO 1404 E ALLANA ARAÚJO SILVA OLIVEIRA-OAB/RO 5500
IntimaçãoCertifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Ji-Paraná, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria

Processo nº: 7007768-58.2017.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Autor: LUZIA HORA DA SILVA
Advogado: EDER KENNER DOS SANTOS OAB: RO0004549
Réu: Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A
Advogado: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES OAB: RO0005369
FINALIDADE: Intimação da parte autora, para, no prazo de 5 dias, requerer o que de direito, tendo em vista a SENTENÇA id 15091302.

Processo nº: 7001077-91.2018.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Autor: POSTO DE MOLAS ESTUKE LTDA - EPP
Advogado: GILMARA DE ANDRADE ALVES OAB: RO7503

Réu: JANE PRESTES VERAS
FINALIDADE: NOTIFICAÇÃO da parte exequente para recolhimento das Custas Processuais id 16336448 , conforme determinado na SENTENÇA id 16192771, no prazo de 15(quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa, nos termos do Provimento Conjunto 002/2017-PR-CG.

Processo nº: 7003464-16.2017.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Autor: COSMO DA SILVA GOMES
Advogado: MARLENE SGORLON OAB: RO0008212 Endereço: desconhecido
Réu: Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A
Advogado: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES OAB: RO0005369 Endereço: Rua eripedes garcez do nascimento, 549, Ahu, Curitiba - PR - CEP: 80540-280
FINALIDADE: Intimação da parte autora para que, em 05 (cinco) dias, manifeste-se no processo ante o seu retorno do TJ/RO.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7001237-19.2018.8.22.0005
Classe: MONITÓRIA (40)
Nome: MIRIAN AUTO POSTO LTDA
Endereço: Rodovia dos Imigrantes, s/n, - do km 18,601 ao km 18,999 - lado ímpar, Jeanne, Várzea Grande - MT - CEP: 78132-400
Advogado: ANDRE RICARDO STRAPAZZON DETOFOL OAB: RO0004234 Endereço: desconhecido
Nome: P. O. C. SILVA TRANSPORTE - ME
Endereço: Avenida Brasil, - de 1803 a 2397 - lado ímpar, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-617
DESPACHO
Vistos.
Intime-se o requerente para que efetue o preparo das custas processuais, no prazo 05 (cinco) dias, sob pena de ser cancelada a distribuição.
Não sendo efetuado o pagamento das custas processuais no prazo acima assinalado, tornem conclusos para SENTENÇA.
Ji-Paraná, data do registro.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279. Processo: 7007067-97.2017.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
Data da Distribuição: 02/08/2017 14:57:54
Requerente: NIQUILAUDA DE OLIVEIRA
Advogados do(a) AUTOR: IASMINI SCALDELAI DAMBROS - RO7905, CELSO DOS SANTOS - RO0001092
Requerido: SERGIRLAYNE ANEZ SEREJO
Advogado do(a) RÉU:
Vistos,
NIQUILAUDA DE OLIVEIRA, devidamente qualificado, por meio de sua advogada, ingressou com AÇÃO DE COBRANÇA em face de SERGILAYNE ANÊZ SEREJO, aduzindo em síntese que a autora era revendedora de produtos de beleza e perfumarias, em junho de 2016 vendeu a ré alguns produtos no importe de R$ 492,40 (quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), tendo a ré assinado nota promissória comprometendo-se a efetuar o pagamento, porém não o fez no termo fixado. Pugnou pela procedência dos pedidos iniciais, para que a ré seja compelida ao pagamento atualizado de R$ 575,08 (quinhentos e setenta e cinco reais e oito centavos). Juntou documentos (id 12113467/12113517).
DESPACHO inicial (id 12986267).
Realizada audiência de conciliação que restou prejudicada por ausência de citação da parte ré (id 13593167).
A citação pessoal foi inêxitosa. Realizada citação por edital (id 14239267/14328352).
A Defensoria Pública na qualidade de curadora de ausentes apresentou contestação por negativa geral (id 16073682).
Relatado, decido.
O julgamento antecipado da lide é medida que se impõe nos termos do artigo 355, I, do Novo Código de Processo Civil vez que os autos tratam de matéria de direito e os fatos já se encontram devidamente comprovados pelos documentos acostados a inicial.
Cuida-se de ação de cobrança em que o autor pretender obter o pagamento decorrente de contrato de compra e venda, firmado com a parte ré, que adquiriu produtos, mas não adimpliu o débito, conforme documentos de id 12113517.
Compulsando os autos, verifico que à dívida foi devidamente comprovada, como se vê nos documento de id 12113517, o qual consiste em nota descritiva de compra assinada pela ré, que demonstram a venda dos produtos e compromisso de pagamento.
O feito foi instruído com prova escrita hábil, que comprova o débito, não havendo nenhuma impugnação, sendo provas aptas a comprovar o direito constitutivo do autor, segundo artigo 373, I do CPC.
Na contestação por negativa geral não foram aduzidos quaisquer fundamentos de defesa que pudessem afastar a exigibilidade do crédito, ou apontados vícios dos documentos que encartam os autos e subsidiam à cobrança.
Sendo assim, observo que as alegações do curador de ausente são insuficientes para infirmar o crédito sustentado pela autora.
Consta dos autos que, que todas as tentativas de localização e citação pessoal da ré foram infrutíferas. Assim, correto o deferimento para citação por edital, nos termos do artigo 246, IV do CPC do Código de Processo Civil. De mais a mais, o procedimento para citação obedeceu os ditames legais, não havendo que se falar em nulidade.
Os argumentos lançados pela ré são incapazes de desconstituir o crédito, não tendo o contestante, por meio da curadoria de ausente, logrado êxito no ônus de produzir provas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito do autor, nos termos do artigo 373, II do CPC, as quais deveriam ter sido juntadas a contestação, consoante artigo 4354 do CPC.
Ante o exposto, e com base no art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido inicial formulado por NIQUILAUDA DE OLIVEIRA em face de SERGILAYNE ANÊZ SEREJO, para condenar a ré ao pagamento da dívida no valor de R$ 575,08 (quinhentos e setenta e cinco reais e oito centavos), aplicando juros de 1% ao mês, mais correção monetária a partir da citação.
Condeno a parte ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação, consoante artigo 85, § 2º do Novo Código de Processo Civil.
P. R.I
Transitado em julgado, arquivem-se.
Ji-Paraná, data do registro.
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279. Processo: 7005650-12.2017.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Data da Distribuição: 22/06/2017 13:21:49
Requerente: JEFFERSON CARLOS SANTOS SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JEFFERSON CARLOS SANTOS SILVA - RO0005754
Requerido: HUGO SILVA FACHIANO
Advogado do(a) EXECUTADO:

Vistos.
JEFERSON CARLOS SANTOS SILVA, qualificada nos autos, ingressou com AÇÃO DE EXECUÇÃO em face de HUGO SILVA FACHIANO, aduzindo ser credor da quantia descrita na inicial, decorrente do título de crédito que não foi quitado no tempo aprazado.
DESPACHO inicial (Id 11816162).
Antes da citação do devedor, o exequente apresentou petição informando a quitação extrajudicial do débito, requerendo a extinção do feito (Id 16213863).
Relatado, resumidamente, decido.
Considerando que não há nos autos provas de que a dívida foi quitada, tampouco houve homologação de acordo, acolho o pedido de Id 16213863, como de desistência da execução.
Homologo por SENTENÇA o pedido de desistência formulado à Id 16213863, com fundamento no artigo 200, parágrafo único, do CPC e em consequência julgo extinta a presente ação com fulcro no art. 485, VIII do mesmo estatuto.
Custas finais pelo exequente, na forma do artigo 90 do CPC. Sem honorários, uma vez que não houve atos de defesa.
Neste ato procedi a liberação das restrições veiculares via renajud. Oficie-se ao IDARON determinando o levantamento das restrições, caso tenha sido levadas a cabo. Sirva-se de ofício.
Considerando que nos autos não foi encontrado o paradeiro do executado, proceda-se a transferência dos valores depositados nos autos para conta centralizadora, restando desde já deferido a expedição de alvará em favor do executado, caso haja requerimento.
Aguarde-se o trânsito em julgado no arquivo.
P.R.I.
Ji-Paraná, Segunda-feira, 19 de Fevereiro de 2018
MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7000537-43.2018.8.22.0005
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Endereço: Banco Bradesco S.A., CIDADE DE DEUS, Vila Yara, Osasco - SP - CEP: 06029-900
Advogado: ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB: PE0012450
Endereço: desconhecido
Nome: GERSON APARECIDO DE DEUS
Endereço: Avenida Pedro Lira Pessoa, 2222, Novo Ji-Paraná, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-576
Vistos.
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.,devidamente qualificado nos autos, por seu advogado, ajuizou a presente ação em face de GERSON APARECIDO DE DEUS.
A parte autora foi intimada para providenciar o pagamento das custas iniciais, sob pena de indeferimento da inicial e cancelamento da distribuição.
Decorreu o prazo para a parte autora recolher as custas iniciais.
É o relatório. DECIDO.
O requerente não recolheu as custas processuais como lhe foi determinado, deixando transcorrer in albis o prazo concedido, de maneira que deve ser indeferida a inicial.
O artigo 82, § 1º do Novo Código de Processo Civil, estabelece que compete ao autor adiantar as custas tendo em vista que estas se referem a despesas forenses decorrentes de atos judiciários como citação, intimação, entre outros.
Diante do exposto, com base no art. 485, I do Código de Processo Civil, indefiro a inicial extinguindo o processo sem julgamento de MÉRITO.
Sem custas e honorários advocatícios.
P. R. I. Aguarde-se o trânsito em julgado no arquivo.
Ji-Paraná, data do registro.
MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279. Processo: 0011834-74.2015.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Data da Distribuição: 27/06/2017 12:38:03
Requerente: BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: CARLOS EDUARDO MENDES ALBUQUERQUE - PE18857
Requerido: EDITE MARIA VIANA FERREIRA
Advogado do(a) EXECUTADO:
SENTENÇA
Vistos,
BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S/A, devidamente qualificado, por meio de seus advogados, ingressou com AÇÃO EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL em face de EDITE MARIA VIANA FERREIRA, aduzindo que é credora da importância de R$ 165.510,30 (cento e sessenta e cinco mil quinhentos e dez reais e trinta centavos) consubstanciada em contrato de crédito bancário. Pugnou para que o executado seja compelido ao pagamento (id 11259768/11259828).
DESPACHO inicial.
Realizadas várias tentativas de citação, a executado não foi localizada (id 11259828-96/11259838-18/26/13035738-1).
Intimados pessoalmente o exequente para dar prosseguimento ao feito e indicar novo endereço, quedou-se inerte (id 15331587).
Relatado, resumidamente, decido.
Em análise aos autos observo que apesar de a parte exequente ter sido intimada pessoalmente, para dar o efetivo andamento ao feito, sendo, portanto, o caso de extinção do feito por falta de interesse de agir.
A este respeito, Leciona Hélio Tornaghi:
A inércia das partes diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse, que é condição para o regular exercício do direito de ação (apud Humberto Theodoro Júnior, Curso de Direito Processual Civil, Vol. I, 17.ª ed., Forense, p. 308).
Caracterizada a desídia ou negligência da exequente, imperiosa a extinção do processo com base no art. 485, III, do CPC, observada a exigência do §1º, do mesmo artigo.
Diante do exposto, julgo extinto o processo nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil, sem resolução de MÉRITO.
Neste ato procedi a liberação da restrição lançada no Renajud.
Custas pelo exequente.
P.R.I. Transitado em julgado, arquive-se o feito.
Ji-Paraná, data do registro.
Juíz(a) de Direito

Processo nº: 7007768-58.2017.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Autor: LUZIA HORA DA SILVA
Advogado: EDER KENNER DOS SANTOS OAB: RO0004549
Réu: Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A
Advogado: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES OAB: RO0005369
FINALIDADE: NOTIFICAÇÃO da parte requerida para recolhimento das Custas Processuais Iniciais e Finais, no prazo de 15(quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa, nos termos do Provimento Conjunto 002/2017-PR-CG.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279. Processo: 0015067-89.2009.8.22.0005
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Data da Distribuição: 20/09/2017 11:40:44

Requerente: MONICA RAQUEL MEZZAROBA
Advogado do(a) EXEQUENTE: NIVEA MAGALHAES SILVA - RO0001613
Requerido: AGRO FLORESTAL SULBRASIL S A
Advogados do(a) EXECUTADO: ARIVALDIR GASPAR - PR0018184, ADEMILSON GASPAR - PR0045067
Vistos.
1. A carta precatória juntada nos Ids 16141662 a 16141730 veio fora de ordem, sem seguir a sequência dos atos e da paginação. Assim, determino o cancelamento dos Ids 16141662 a 16141730 e nova juntada da carta precatória de forma correta, observando a devida sequência e paginação, de forma a facilitar sua leitura e compreensão.
2. Cumprido o item supra, intimem-se as partes para se manifestarem sobre o retorno da carta precatória, no prazo de 05 (cinco) dias. Na mesma oportunidade, deverá o autor dar andamento ao feito, requerendo o que entender de direto.
Ji-Paraná, data da inclusão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279. Processo: 7010808-48.2017.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
Data da Distribuição: 01/12/2017 14:43:24
Requerente: CLEIDIANE LACERDA DIAS
Advogado do(a) AUTOR: SYRNE LIMA FELBERK DE ALMEIDA - RO0003186
Requerido: CAERD - COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: THIAGO COSTA MIRANDA - RO0003993
Vistos,
CLEIDIANE LACERDA DIAS, devidamente qualificada, por meio de seu advogado, ingressou com AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em face da COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA-CAERD, aduzindo em síntese: 1. que reside na rua Wadih Said Klaime, 1178, Bairro Bosque dos Ipês II, que no mês de setembro e outubro do ano de 2016 e no período de 15/11/2015 a 19/11/2015, seu imóvel ficou sem o abastecimento de água pela empresa Caerd, permanecendo por cerca de 15 dias; 2. que o serviço de fornecimento de água foi suspenso em razão da bomba de captação de água ter queimado, e não haver outro equipamento reserva, tendo sido solicitado outro equipamento da cidade de Porto Velho; 3. a empresa ré comunicou que supriria a necessidade dos moradores com os serviços de abastecimento por meio de carro pipa, o que não aconteceu para todos os moradores; 4. que durante todas essas ocasiões a autora teve que se socorrer de vizinhos ou de terceiros, buscando água em posto de gasolina próximo a sua residência e na de uma tia, tendo que suspender os serviços de limpeza, lavagem de roupas preparo de alimentos e outras atividades do cotidiano em suas próprias residências trazendo uma série de constrangimentos e transtornos que excedem o mero dissabor. Pugnou pela procedência dos pedidos iniciais para que a ré seja condenada ao pagamento de danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais)(id 14957684). Juntou documentos (id 14957691/14957774/14957808/14957901). DESPACHO inicial (id 15200542).
Na contestação a ré que empresa tem sofrido com transtornos de ordem técnica, que não tem medido esforços para solucioná-los. Que todos aqueles que questionaram a falta de água em novembro de 2016 e outubro de 2016, tiveram seus imóveis abastecidos por carro-pipa. Que na maioria das vezes, mesmo quando solicitado, o abastecimento por carro pipa muitas vezes não é possível, tendo em vista a forma em são construídas as caixas d'água. Que no dia 18/10/2016 houve problema na bomba reserva, que foi encaminhada a cidade de Porto Velho para manutenção. No dia 19/10/2016 prontamente foi instalada mais uma bomba de eixo horizontal. Que as bombas queimaram por força maior, falta de energia, acontecimentos alheios a ré, que em meio aos problemas operacionais a ré tem tomado todas as medidas cabíveis para solução do problema. Que tem havido captação de clientela por muitos advogados da Comarca, que buscam clientes que tenha sofrido algum desabastecimento de água, na tentativa de ganhar danos morais. Da ausência de ação ou omissão, negligência, de ato ilícito que possa gerar o dever da reparação pecuniária por danos morais. Pugnou pela improcedência da demanda.(id15868601). Juntou documentos (id 15868701/15868754/15869033).
Realizada audiência de conciliação, que restou infrutífera. A parte pugnou por prova emprestada dos autos nº7000769.89.2017.822.0005,7005255.20.2017.822.0005e 7005264.79.2017.822.0005, que foi deferida. As partes apresentaram alegações finais remissivas a inicial e a contestação (id 15880113).
Alegações finais pela parte ré (id 16067739).
Relatado, decido.
Trata-se de ação de indenização por dano moral, em que a parte autora aponta a ineficiência dos serviços prestados pela parte ré, ante a falta de abastecimento de água nos meses novembro de 2015, setembro e outubro de 2016, que teria causado transtornos, comprometendo as atividades cotidianas de higiene pessoal e os cuidados com a casa, tendo a autora que se socorrer do auxílio de terceiros.
A parte autora trouxe aos autos provas constitutivas do seu direito, conforme artigo 373, I do CPC, que atesta que nos meses de novembro de 2015 e outubro de 2016, ocorreu a suspensão dos serviços de água tratada por problema de ordem técnica nas bombas da Concessionária ré, conforme matérias jornalísticas (id 14957795/14957808/14957823/14957838), além de prova testemunhal, colhida nos autos nº 7005255.20.2017.822.0005, 7005264.79.2017.822.0005, 7000769.89.2017.822.0005 que demonstrou que a autora fora atingida pelo desabastecimento de água em sua residência, visto que o bairro bosque dos Ipês I e II foi um dos grandes atingidos pelo desabastecimento de água nos anos de 2015 e 2016.
A parte ré não logrou êxito e produzir provas de fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito da autora, segundo artigo 373, II do CPC, não tendo os documentos juntados a contestação evidenciado que medidas foram tomadas pela permissionária/ concessionária para minorar a situação da parte autora.
A responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviço público é objetiva, consoante disposição expressa do art. 37, § 6º da CF/88 e art. 14 do Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade é objetiva, na medida em que o dano causado ao consumidor deve ser reparado independente de culpa da entidade prestadora do serviço, quando não comprovada qualquer causa excludente de sua responsabilização.
Outrossim, é de conhecimento público e ampla repercussão que a falta de água neste Município nos anos de 2015 e 2016 foi severa, atingindo de forma contundente os bairros mais altos da cidade em que a água não chegava, ante a ausência de força e fluxo suficiente. Que o abastecimento reduzido acontecia no período noturno e era incapaz de suprir a integralidade do perímetro urbano.
Nesse prisma, conforme disposto no art. 22 do Código de Defesa Consumidor, os serviços prestados pelas concessionárias e permissionárias deverão obedecer aos princípios da adequação, eficiência, segurança, e em relação aos essenciais, o da continuidade. Quando a pessoa jurídica de direito privado prestadora do serviço viola tais princípios e causa dano ao consumidor, é indiscutível que esse faz jus a uma reparação pelo dano sofrido.
No caso dos autos, em que pese a parte ré tente se esquivar de sua responsabilização o fato é público e notório, inclusive por diversas vezes foi veiculado através dos meios de comunicação que a falta de abastecimento de água potável no período declinado na inicial era constante e durava diversos dias consecutivos no Município de Ji-Paraná.

Na audiência de instrução as testemunhas confirmaram o desabastecimento nos meses de novembro de 2015 e setembro e outubro de 2016, como se vê nos depoimentos de Nilda Gonçalves de Souza, que respondeu: "no mês de novembro de 2015, por aproximadamente dez dias houve o desabastecimento de água, sendo necessário que os moradores adquirissem água junto ao comércio ou se valessem de terceiros, tal fato também ocorreu no ano de 2016, iniciando-se no mês de setembro e agravando-se no mês de novembro, com a paralisação total do abastecimento. Que o motivo seria a queima de uma bomba utilizada na captação de água. Que no período noturno havia um abastecimento muito pequeno e pela falta de pressão a água não subia as caixas de armazenamento. ". (id 12172647)

No mesmo passo, o depoimento de Genivaldo Lima dos Santos, secretário da Associação de Moradores do Bairro Bosque dos Ipês I e II, "que afirmou que no ano de 2015 (setembro e novembro), por um período aproximado houve o total desabastecimento de água, sendo necessários que os moradores se valessem da compra de água ou ajuda de terceiros, que o motivo alegado para o desabastecimento pela empresa foi a queima de uma bomba de captação de água. Tal fato ocorrera também nos meses de setembro e outubro de 2016, também pelo mesmo fato. Que neste último período alguns moradores foram atendidos por carros pipa, não sendo o caso da autora dos autos 7005255.20.2017.822.0005, a qual se utilizava de galões e carriolas para buscar água em um posto de gasolina próximo a sua residência."(id 12172647)

As alegações da ré no sentido de que a interrupção no abastecimento de água ocorreu por poucos dias, e se deve a motivações de origem de força maior, que não podem ser previstas. Que os equipamentos são caros e ter substitutos imediatos gera custos dispendiosos, não consiste em fundamento que mereça guarida. Ante a responsabilidade da empresa ré em prestar serviços ao consumidor de qualidade, consoante artigo 22 do CDC.

Ressalta-se que não é admissível que em uma cidade de tamanhas proporções o serviço de abastecimento de água seja feito por meio de equipamentos exclusivos, sem a disponibilidade maquinário reserva, visando suplantar episódios e intercorrências desta natureza, tendo que ser aguardado o envio de bomba da capital para a segunda maior cidade do Estado. Tal fato, por si só demonstra a forma de tratamento que é dado a um serviço tão essencial.

A causa de pedir das demandas em epígrafe não é desarrazoada, tampouco os pedidos decorrem de fatos de pequena relevância. Denota-se das narrativas e documentos coligidos aos autos que o desabastecimento de água potável neste Município, não foi um acontecimento isolado e de curta duração. Na verdade, foram acontecimentos que perduraram por longos dias, por mais de uma vez, nos anos de 2015 e 2016, o qual ultrapassa os limites do tolerável, do admissível. O desabastecimento comprometeu à vida cotidiana de muitos munícipes, por mais de 10 dias, ficando eles desprovidos de água para suprimento das necessidades mais básicas da vida humana. Não se está aqui a falar de produto supérfluo, do qual um ser vivo pode se abster. A água, segundo bem expôs o Ministro Herman Benjamin no recurso especial nº 1.629.505- SE, "é ponto de partida, é a essência de toda vida, sendo portanto, um direito humano básico, o qual deve receber especial atenção por parte daqueles que possuem o mister de fornecê-las à população."

Nessa senda, segue o julgado:

PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. SERVIÇO ESSENCIAL. DIREITO HUMANO À ÁGUA. DEMORA EXCESSIVA NO REABASTECIMENTO. EXCESSO DE PRAZO SEM PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PRESCRIÇÃO. 5 ANOS. ART. 27 DO CDC.1. Trata-se na origem de ação ajuizada em desfavor da ora recorrente, na qual se pleiteia indenização por danos morais, tendo em vista o lapso de cinco cinco dias sem que houvesse fornecimento de água no imóvel da ora recorrida, em função de manobras realizadas pela Companhia de Saneamento de Sergipe na rede de água.2. Em Recurso Especial, a insurgente aduz que o prazo prescricional a ser adotado no caso dos autos é o de três anos, conforme preceitua o artigo 206, § 3º do Código Civil. 3. O alegado dissenso jurisprudencial deve ser comprovado, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a colação de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente, não bastando a mera transcrição de ementas. O não respeito a tais requisitos legais e regimentais impede o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea "c", III, do art. 105 da Constituição Federal.4. Conforme entendimento pacificado no STJ, "a relação entre concessionária de serviço público e o usuário final, para o fornecimento de serviços públicos essenciais, tais como água e energia, é consumerista, sendo cabível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor" (AgRg no AREsp 354.991/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11/9/2013).5. Em se tratando de matéria relacionada a danos oriundos de produtos ou serviços de consumo, é afastada a aplicação do Código Civil, tendo em vista o regime especial do Código de Defesa do Consumidor. Só excepcionalmente aplica-se o Código Civil, ainda assim quando não contrarie o sistema e a principiologia do CDC.6. In casu, a recorrente alega que o caso dos autos trata de vício do serviço, uma vez que apenas a prestação de água foi comprometida, sem que houvesse lesão à saúde do consumidor.7. É de causar perplexidade a afirmação de que "apenas a prestação de água foi comprometida". O Tribunal de origem deixou muito claro que, "No caso dos autos, a DESO havia comunicado aos moradores de determinados bairros da capital, entre eles o do autor, sobre uma interrupção no fornecimento de água, no dia 08/10/2010, das 06:00 às 18:00 horas. Ocorre que a referida suspensão estendeu-se por cinco dias, abstendo-se a empresa de prestar qualquer assistência aos consumidores".8. É inadmissível acatar a tese oferecida pela insurgente. A água é o ponto de partida, é a essência de toda vida, sendo, portanto, um direito humano básico, o qual deve receber especial atenção por parte daqueles que possuem o mister de fornecê-la à população.9. As nuances fáticas delineadas no acórdão recorrido demonstram claramente o elevado potencial lesivo dos atos praticados pela concessionária recorrente, tendo em vista os cinco dias sem abastecimento de água na residência da parte recorrida, o que configura notória falha na prestação de serviço, ensejando, portando, a aplicação da prescrição quinquenal do art. 27 do Código de Defesa do Consumidor.10. Recurso Especial não provido.RECURSO ESPECIAL Nº 1.629.505 - SE (2016/0122207-9)

Assim, está comprovada a má prestação de serviço pela parte ré com os documentos acostados a inicial. Importante registrar que, por mais que o processo para recuperação das bombas prescinda de prazos a serem cumpridos e normas técnicas que devem ser respeitadas, até que o conserto do sistema de abastecimento seja finalizado, não se pode admitir que o serviço seja totalmente ou parcialmente interrompido por longos dias, acarretando desabastecimentos sem qualquer garantia de fornecimento por meio meios alternativos e temporários, causando riscos irreparáveis à vida dos consumidores. Logo, não há que se falar em caso fortuito ou força maior.

Nesse sentido seguem os julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. MULTA. SÚMULA 7/STJ.1. O Tribunal de origem, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do convencimento motivado, acolheu a responsabilidade objetiva da concessionária pela ineficiência da prestação do serviço de esgoto, reconhecendo o nexo de

causalidade entre o fato e dano.2. O acolhimento das alegações deduzidas no recurso especial, a fim analisar se houve, ou não, responsabilidade civil atribuível à agravante, demandaria a incursão no conjunto fático-probatório da causa, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.3. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o valor da indenização estabelecido pelas instâncias ordinárias somente pode ser revisto quanto for irrisório ou exorbitante, o que não se verifica no caso dos autos (R$ 6.975,00).4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 403.750/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 25/11/2013)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA. CEDAE. DEFICIÊNCIA NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM RESIDÊNCIA SITUADA NO DISTRITO DE SANTA CLARA, MUNICÍPIO DE PORCIÚNCULA. 1. Versa a controvérsia a respeito da responsabilidade civil da Companhia Estadual de Águas e Esgotos pelo regular abastecimento de água na residência do autor, localizada no distrito de Santa Clara, município de Porciúncula. 2. A relação estabelecida entre as partes é regida pelas normas de proteção ao consumidor, havendo previsão expressa, no art. 22 da Lei n 8.078/90, quanto à aplicação daquele diploma legal em relação às concessionárias de serviço público. 3. Sendo assim, aplicável ao caso em comento o disposto no art. 14, caput, do CDC, que consagra a responsabilidade civil objetiva do prestador de serviços, com base na teoria do risco de empreendimento. 4. É dever da empresa ré prestar o serviço de forma adequada e contínua, não havendo que se falar em descumprimento do art. 333, inciso I, do CPC, por ausência de comprovação de falha no abastecimento de água, porquanto é fato notório a falta de regularidade do fornecimento de água naquela localidade e, de acordo com o art. 334, inciso I, do CPC, os fatos notórios são dispensados da produção de prova. 5. Fornecimento de água que constitui serviço público essencial, indispensável à população. Dano moral in re ipsa. 6. Tendo em vista as inúmeras demandas ajuizadas pelos moradores da região, que sofrem com as mesmas irregularidades do serviço prestado, entendo que o montante fixado em R$2.000,00 (dois mil reais) se revela excessivo, devendo ser reduzido para R$1.000,00 (mil reais), a fim de se adequar aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. 7. Parcial provimento do recurso, com fulcro no art. 557, § 1º-A do CPC. (TJ-RJ - APL: 52454020098190044 RJ 0005245-40.2009.8.19.0044, Relator: DES. BENEDICTO ABICAIR, Data de Julgamento: 12/01/2012, SEXTA CAMARA CIVEL)

SANEPAR. CORTE ABASTECIMENTO ÁGUA. RECLAMANTE ALEGA QUE POSSUI CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM A RECLAMADA, ENTRETANTO, VEM SOFRENDO COM A FALTA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, POIS O CORTE OCORRE QUASE QUE DIARIAMENTE. ADUZ, AINDA, QUE OS VALORES DE COBRANÇA CONTINUAM OS MESMOS E AS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO RESTARAM INFRUTÍFERAS. SOBREVEIO SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA QUE CONDENOU AS RECLAMADAS AO PAGAMENTO DE R$ 300,00 À TÍTULO DE DANOS MORAIS. INSURGÊNCIA RECURSAL DA RECLAMANTE PUGNA PELA MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESTOU DEMONSTRADO ATRAVÉS DAS PROVAS COLIGIDAS NOS AUTOS E INSTRUÇÃO PROCESSUAL QUE HOUVE FALTA DE ÁGUA NO BAIRRO EM QUE A RECLAMANTE MORA E QUE REFERIDO PROBLEMA PERDUROU POR DIVERSOS MESES. A PRÓPRIA RECLAMADA EM CONTESTAÇÃO AFIRMA QUE HOUVE: UMA QUEDA NA PRESSÃO DISPONÍVEL NA REDE, DEVIDO O AUMENTO EXPRESSIVO DE CONSUMO EM CONSEQUÊNCIA DAS ALTAS TEMPERATURAS. O FATO DE ALTAS TEMPERATURAS, TEMPO SECO E AUMENTO DE CONSUMO NÃO EXIMEM A RESPONSABILIDADE DA RECLAMADA EM PRESTAR O SERVIÇO DE FORMA ADEQUADA, ISTO PORQUE, A CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO POSSUI RESPONSABILIDADE OBJETIVA, NOS TERMOS DO ARTIGO 14 DO CDC. OU SEJA, A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO GERA O DEVER DE INDENIZAR, BASTANDO ESTAR PRESENTE O DANO E O NEXO CAUSAL, INEXIGÍVEL A COMPROVAÇÃO DE CULPA. AINDA, A RECLAMADA NÃO COMPROVOU QUE NOTIFICOU PREVIAMENTE A RECLAMANTE ACERCA DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS, O QUE ENSEJA O RECONHECIMENTO DA SUSPENSÃO DE FORMA CONTRÁRIA ÀS DETERMINAÇÕES LEGAIS. A INTERRUPÇÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE SERVIÇO ESSENCIAL GERA O DEVER DE INDENIZAR. PONDERE-SE, (TJPR. SANEPAR. CORTE ABASTECIMENTO ÁGUA. RECLAMANTE ALEGA QUE POSSUI CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM A RECLAMADA, ENTRETANTO, VEM SOFRENDO COM A FALTA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, POIS O CORTE OCORRE QUASE QUE DIARIAMENTE. ADUZ, AINDA, QUE OS VALORES DE COBRANÇA CONTINUAM OS MESMOS E AS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO RESTARAM INFRUTÍFERAS. SOBREVEIO SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA QUE CONDENOU AS RECLAMADAS AO PAGAMENTO DE R$ 300,00 À TÍTULO DE DANOS MORAIS. INSURGÊNCIA RECURSAL DA RECLAMANTE PUGNA PELA MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESTOU DEMONSTRADO ATRAVÉS DAS PROVAS COLIGIDAS NOS AUTOS E INSTRUÇÃO PROCESSUAL QUE HOUVE FALTA DE ÁGUA NO BAIRRO EM QUE A RECLAMANTE MORA E QUE REFERIDO PROBLEMA PERDUROU POR DIVERSOS MESES. A PRÓPRIA RECLAMADA EM CONTESTAÇÃO AFIRMA QUE HOUVE: UMA QUEDA NA PRESSÃO DISPONÍVEL NA REDE, DEVIDO O AUMENTO EXPRESSIVO DE CONSUMO EM CONSEQUÊNCIA DAS ALTAS TEMPERATURAS. O FATO DE ALTAS TEMPERATURAS, TEMPO SECO E AUMENTO DE CONSUMO NÃO EXIMEM A RESPONSABILIDADE DA RECLAMADA EM PRESTAR O SERVIÇO DE FORMA ADEQUADA, ISTO PORQUE, A CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO POSSUI RESPONSABILIDADE OBJETIVA, NOS TERMOS DO ARTIGO 14 DO CDC. OU SEJA, A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO GERA O DEVER DE INDENIZAR, BASTANDO ESTAR PRESENTE O DANO E O NEXO CAUSAL, INEXIGÍVEL A COMPROVAÇÃO DE CULPA. AINDA, A RECLAMADA NÃO COMPROVOU QUE NOTIFICOU PREVIAMENTE A RECLAMANTE ACERCA DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS, O QUE ENSEJA O RECONHECIMENTO DA SUSPENSÃO DE FORMA CONTRÁRIA ÀS DETERMINAÇÕES LEGAIS. A INTERRUPÇÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE SERVIÇO ESSENCIAL GERA O DEVER DE INDENIZAR. PONDERE-SE, (TJPR.. - 1Âª Turma Recursal - 0000881-45.2014.8.16.0040/0 - AltÃ´nia - Rel.: Fernando Swain Ganem - - J. 05.02.2015)(TJ-PR - RI: 00008814520148160040 0 PR 0000881-45.2014.8.16.0040/0 (Acórdão), Relator: Fernando Swain Ganem, Data de Julgamento: 05/02/2015, 1Âª Turma Recursal, Data de Publicação: 20/02/2015)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO.INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. 1.Comprovado que os transtornos sofridos pelo autor geraram inconteste abalo moral, justifica-se a reparação do dano daí decorrente e oriundo do agir indiligente da empresa ré. 2. Na fixação da indenização pelo dano moral cabe ao juiz nortear-se pelo princípio da razoabilidade, estabelecendo-a em valor nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva. SENTENÇA mantida. Recurso improvido. (TJ-SP - APL: 11703670200882600 06 SP 0117036-70.2008.8.26.0006, Relator: Felipe Ferreira, Data de Julgamento: 13/06/2012, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 19/06/2012)

Ademais, cabe a concessionária de serviço público se assegurar de cuidados, equipamentos e sistemas alternativos que busquem manter o abastecimento da cidade, não podendo o consumidor ser penalizado pela ineficiência, falta de cautela e zelo no trato de um serviço público de tamanha importância à vida das pessoas.

Portanto é patente que a deficiência no abastecimento de água potável à parte autora, serviço essencial e indispensável, ocasionou dano moral e deve ser reparado. Saliente-se que, não há que se cogitar de prova da culpa, devendo-se responsabilizar o agente pelo simples fato da violação (damnum in re ipsa).
Para fixar o valor da indenização a título de danos morais, ao magistrado compete estimar-lhe o valor, utilizando-se dos critérios da prudência e do bom senso e levando em estima que o quantum arbitrado representa um valor simbólico que tem por escopo não o pagamento do ultraje, mas a compensação moral, a reparação satisfativa devida pelo ofensor ao ofendido, o caráter punitivo pedagógico de um serviço cuja exploração se dá por concessão pública.
Apesar do alto grau de subjetivismo que circunda a fixação dos danos morais, três fatores contribuem decisivamente para que ela se dê de forma ponderada, adequada e, sobretudo justa, são eles: capacidade econômica das partes, gravidade e repercussão do dano, bem como o nível de reprovação do ato.
Dessa forma, considerando capacidade econômica do ofensor e a intensidade do dano sofrido em toda a sua dimensão, fixo o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais).
Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados pela autora CLEIDIANE LACERDA DIAS em face de CAERD – COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, para condenar a parte ré ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, que deverão ser corrigidos monetariamente mais juros de mora de 1%, a partir desta data.
Considerando a redação da Súmula 326 do STJ, condeno a parte ré ao pagamento de custas processuais, bem como condeno ao pagamento de honorários de sucumbência, que arbitro 10% sobre o valor da condenação, na forma do artigo 85 § 2º, do CPC.
P. R. I. Transitado em julgado, arquivem-se os autos.
Ji-Paraná, Segunda-feira, 19 de Fevereiro de 2018.
MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Juíz(a) de Direito

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Juíz: Valdecir Ramos de Souza
Diretora de Cartório: Janaíne Moraes Vieira
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 90 dias
DE: WESLEI FLORES DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, filho de Cenira Flores de Carvalho, nascido aos 20-08-1995, em Monte Negro/RO, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimação do Réu acima qualificado da parte dispositiva da SENTENÇA, a seguir transcrita: "(...) Por todo o exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão contida na denúncia, para Condenar o réu WESLEY FLORES DE CARVALHO, já qualificado nos autos, por infringência do disposto nos artigos 157, parágrafo 1º, Inciso II, do Código Penal. Passo a dosar sua pena.Analisando as diretrizes do artigo 59 do Código Penal (circunstâncias judiciais), verifico que a culpabilidade do réu é inerente ao tipo incurso, nada tendo a valorar. Com relação aos antecedentes, consta que é primário. Quanto à personalidade e conduta social, não houve apuração técnica. Os motivos do crime são de somenos importância, mas é certo que procurou conseguir dinheiro sem o menor esforço, o que já é valorado negativamente pelo legislador, nada tendo a ser valorado neste momento. As circunstâncias foram as normais do tipo. Não há maior consequência a irradiar sobre o fato, já que houve a restituição dos objetos subtraídos. O comportamento da vítima não contribuiu para a infração. Por tudo isso, com base nos artigos 59 e 68 do Código Penal, fixo ao réu a pena base em 04 (quatro) anos de reclusão. Reconheço as circunstâncias atenuantes da confissão e menoridade, no entanto, deixo de aplicá-las já que a pena base foi fixada em seu mínimo legal. Em razão da causa de aumento prevista no art. 157, § 2º, inciso II, do CP, aumento a pena em 1/3, perfazendo 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, que torno definitiva ante a ausência de outras causas modificadoras da pena. Deixo de aplicar a pena de multa, dada à presunção de pobreza do réu, o qual inclusive foi defendido nestes autos pela Defensoria Pública.O réu cumprirá sua pena em regime semiaberto.Concedo ao réu o direito de apelar em liberdade, eis que respondeu o processo solto, e inexistem elementos que justifiquem a custódia cautelar. Após o trânsito em julgado desta DECISÃO, cumpram-se as seguintes determinações: a) lance–se o nome do réu no rol dos culpados; b) expeça-se guia para cumprimento da pena, enviando-se à 2ª Vara Criminal; c) comunique-se à Justiça Eleitoral; d) adotem-se as demais providências previstas nas DGJ. Custas na forma da Lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se...".
Vara: 1ª Vara Criminal
Processo: 0013097-44.2015.822.0005
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Procedimento: Processo Comum
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Ji-Paraná, 20 de Fevereiro de 2018.
Janaine Moraes Vieira Sassamoto
Diretora de Cartório
Órgão emitente: Primeira Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Data:20 de fevereiro de 2018.
Juiz: Valdecir Ramos de Souza

Proc.: 1005700-43.2017.822.0005
Pedido de Restituição
Requerente. CLAUDINEI DA SILVA CARVALHO
Adv.: GEOCIVALDO SANTANA DIAS - OAB/RO 7164
RAFAEL VALENTIN RADUAN MIGUEL (OAB/RO 4486)
FINALIDADE: INTIMAR o Advogado supramencionado, do teor do DESPACHO a seguir transcrito: ''... Vistos etc.CLAUDINEI DA SILVA CARVALHO, já qualificado, requereu a restituição do veículo TOYOTA HILLUX, modelo SE4, placas NDN 4690, apreendido no processo que apura o homicídio praticado contra as vítimas JOSÉ LEITE DE ARQUINO e JACKSON ESKNDER REINA LEITE, do qual argumenta ser proprietário, juntando os documentos de fls. 07/11.O Ministério Público manifestou-se desfavoravelmente (fl. 13).Brevemente relatado. Decido.O veículo em questão, foi apreendido na cena do homicídio ocorrido em 15/12/2016, onde foram vítimas JOSÉ LEITE DE ARQUINO e JACKSON ESKNDER REINA LEITE, inclusive já tendo pedido de restituição indeferido, requerido por VENINA MORENO REINA DE AQUINO, esposa e mãe das vítimas, respectivamente. Novo pedido de restituição do veículo foi feito, desta feita pelo requerente e junta o contrato de compra e venda de fl. 10, onde consta que ele adquiriu o mesmo veículo da proprietária ANTONIA LUCIA BARROS DA SILVAEntretanto, constatou-se nos autos em apensos, cujas cópias foram juntadas neste processo (fls. 22), que o veículo em questão já foi vendido pelo requerente para a pessoa de VENINA MORENO REINA (fls. 21/22).Não bastasse, em consulta ao DETRAN, verificou-se que há impedimento do RENAJUD sobre o veículo apreendido.Assim sendo, por haver dúvida quanto à propriedade e impedimento do RENAJUD, INDEFIRO a restituição pretendida pelo requerente.Intimem-se. Arquivem-se os autos....''

Janaine Moraes Vieira Sassamoto
Diretora de Cartório
Órgão emitente: Primeira Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Data: 21 de fevereiro de 2018
Juiz: Valdecir Ramos de Souza

Proc.: 1005699-58.2017.8.22.0005
Ação Penal
A: Justiça Pública
R. LEANDRO PEREIRA DOS SANTOS
Adv.: JOSÉ OTACÍLIO DE SOUZA (OAB/RO 2370)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da certidão expedida pelo Oficial de Justiça, quando da intimação de testemunhas, cujo teor segue abaixo:
Certifico que, em 14/02/2018, entre as 12 e 15h, diligenciei nos endereços indicados no
MANDADO e: INTIMEI, nos termos do r. MANDADO, as testemunhas JÉSSICA DE SOUZA SILVA (RG 175652990 SSP/MT), MICHELY CRISTINA PURCINO CORREIA (RG 604604 SESDEC/RO) e EDILEIA APARECIDA DE PAULA (RG 116381 SESDEC/RO), as quais, após intimadas, aceitaram cópia do MANDADO e exaram seu ciente na via do processo; NÃO INTIMEI a testemunha JOSÉ RAMOS DOS SANTOS porque, segundo me informou a testemunha Michely (enteada) o mesmo faleceu em 04/12/2017; NÃO INTIMEI a testemunha ADRIANA DE OLIVEIRA SANTOS porque, segundo me informou o vizinho da casa dos fundos (Sr. Adriano), a mesma se mudou dali há cerca de 3 meses; e NÃO INTIMEI os policiais civis ECLAIR AREDES MOREIRA e ROSEMEIRE RIBEIRO PEDRO DE MORA porque, segundo o que me foi informado na 1ªDP, o primeiro está em Porto Velho, com previsão de retorno apenas para março, e a segunda está de férias até dia 16/02/2018. Em vista do fim do prazo, devolvo o r. MANDADO e solicito a dilação para intimação dos policiais civil nominados. Jefferson Pereira Justiniano, Oficial de Justiça.

_____
Janaíne Moraes Vieira
Diretora de Cartório
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via Internet, nos seguintes endereços eletrônicos:
Cartório: jip1criminal@tjro.jus.br
Juiz: valdecir@tjro.jus.br
Janaíne Moraes Vieira
Diretora de Cartório

## 2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
Juiz de Direito: Edewaldo Fantini Junior
Diretor de Cartório: Everson da Silva Montenegro

Proc.: 0010406-91.2014.8.22.0005
2ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná/RO - hsr
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Parte Ré: Victor Alves de Souza
Advogado: Edivaldo Soares da Silva, OAB-RO 3082
FINALIDADE: Intimar o i. Advogado para tomar ciência do inteiro teor da DECISÃO que substituiu, por Medidas Cautelares, a prisão preventiva do réu, conforme segue:
"Vistos. Considerando as razões expostas pela Defesa, documentos apresentados, a manifestação favorável do Ministério Público e especialmente por não mais vislumbrar os elementos ensejadores da sua permanência, substituo a prisão preventiva do acusado VICTOR ALVES DE SOUZA, já qualificado, pelas medidas cautelares seguintes: a) recolhimento domiciliar na sua residência (no endereço que indicar), isso no horário compreendido das 21h00 até as 6h00 do dia seguinte, podendo sair para trabalhar, estudar, ou para fins religiosos, judiciais ou médicos (art. 319, V do CPP); b) proibição de ausentar-se da Comarca onde reside pelo período instrução criminal (art. 319, inciso IV, do CPP); c) proibição da aproximação do acusado das vítimas até o final definitivo do processo, pelo que deverá manter-se a uma distância mínima de cem metros dela; d)proibição de contato com a requerente com as vítimas, a princípio pelo mesmo prazo, isso por qualquer meio de comunicação. Registro que o descumprimento da medida parte dele poderá ensejar o decreto de sua prisão preventiva (art. 312, parágrafo único, do CPP). Assim e diante da substituição que ora lhe foi deferida, expeça-se em favor dele o ALVARÁ DE SOLTURA, se por outro motivo não estiver preso.Lavre-se o termo de compromisso. Encaminhe-se, para cumprimento, através de carta precatória. Dê-se ciência ao Ministério Público e Defensor constituído. Aguarde-se a resposta à acusação ou o decurso do respectivo prazo (intimação de fl. 132). Ji-Paraná-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018. Edewaldo Fantini Júnior, Juiz de Direito."
Ji-Paraná, terça-feira, 20.02.2018.
Everson da Silva Montenegro
Diretor de Cartório

Proc.: 1004396-09.2017.8.22.0005
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Diego de Oliveira Claudino
FINALIDADE: Intimar a advogada Suellen Santana de Jesus - OAB/RO 5911 - do r. DESPACHO prolatado nos autos acima mencionados.
DESPACHO: "Vistos, 1. Os argumentos apresentados pela Defesa do Acusado não descaracterizam os termos da denúncia, tampouco encontra-se presente alguma das hipóteses previstas no art. 397 do CPP. Da mesma forma, questões que foram alegadas, a princípio relativas ao MÉRITO, somente poderão ser objeto de análise após a instrução processual. Observo, ainda, que a denúncia mostra-se perfeitamente apta ao seu fim. 2. Para a audiência de instrução, designo o dia 13 de março de 2018, às 10h45min. 3. Requisitem-se/intimem-se o Acusado, o advogado constituído (fl. (52), a vítima e a(s) testemunha(s) indicada(s) na denúncia (fls. 03/04). Quanto às testemunhas que a defesa indicou, observo que Débora da Silva Gonçalves, vítima (fl. 51), já consta do rol de acusação e Célia da Silva Gonçalves deverá ser apresentada, independentemente de intimação, vez que não informado o seu endereço (fl. 52). 4. Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defesa (fl. 52). Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 14 de fevereiro de 2018.Edewaldo Fantini Júnior - Juiz de Direito."
Ji-Paraná/RO, 21/02/2018
Everson da Silva Montenegro
Diretor de Cartório

## 3ª VARA CRIMINAL

3º Cartório Criminal
Oscar Francisco Alves Junior - Juiz de Direito
Cleonice Cabral dos Santos Almeida - Diretora de cartório
Email da Vara: jip3criminal@tjro.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO - SENTENÇA
PRAZO: 05 (cinco) DIAS
Proc.: 0012391-32.2013.8.22.0005
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Absolvido: AGNALDO FARIAS ALVERNAZ
Advogada: FLÁVIA RONCHI DIAS, OAB/RO 2738, com escritório na R. Vilagran Cabrita, 1153, nesta Comarca.
FINALIDADE: INTIMAR a advogada, acima qualificada, para ficar ciente da SENTENÇA de fls.159/164, em sua parte dispositiva, abaixo transcrita.

SENTENÇA: " DO DISPOSITIVO Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia de fls.III/V para o fim de ABSOLVER, como absolvido tenho, o acusado AGNALDO FARIA ALVERNAZ, das imputações que lhes foram movidas pela Justiça Pública, como incursos nas sanções do artigo 180, caput, artigo 311, caput e artigo 304, caput todos do Código Penal, fundamentando a absolvição no artigo 386, inciso VII do Código de Processo Penal. Quanto aos documentos apreendidos (fl.14) deverão permanecer no presente feito, tendo vista que em nada atrapalham quando de seu arquivamento. Outrossim, quanto aos documentos apreendidos (fl.13) verifico que houve o laudo de exame de constatação e autenticidade em documentos (fls.25/26), no entanto, não estão juntados nos presentes autos, portanto, oficie-se a Delegacia para que proceda a destruição dos mesmos. Oficie-se a Secretaria de Segurança Pública encaminhando cópia do Laudo de Exame de Constatação em Chassi, Motor em Veículo n.2888/12/SECRIM/JIP/DPTC/PC/SESDEC/RO, para que no prazo de 15 dias proceda a indicação do proprietário do veículo apreendido em fl.13. Destarte, com a indicação do proprietário proceda-se a restituição do veículo, se por outro motivo não deva permanecer apreendido, ou seja, ressalvadas questões administrativas junto aos órgãos de trânsito e/outras circunstâncias que determinem o recolhimento do veículo, porém restando não mais vinculado a estes autos, observando todas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquivem-se. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 12 de janeiro de 2018. Fábio Batista da Silva - Juiz de Direito".

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 90 DIAS
Proc.: 0007732-14.2012.8.22.0005
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenada: JULIANA PEREIRA SANTOS, brasileira, filha de Augusto Ferreira Santos e Genecy Eugênia Pereira, nascida em 11/10/1991 em Ji-Paraná/RO, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Advogada:Elvira Kelli de Almeida Cruz (OAB/RO 1864), com escritório na Av. Benno Luiz Graebim, 2812, Jd. América, Vilhena/RO e Defensoria Pública.
FINALIDADE: INTIMAR a ré, acima qualificada, bem como sua advogada, para ficarem cientes da SENTENÇA, em sua parte dispositiva, abaixo transcrita.
SENTENÇA: " [...] DO DISPOSITIVO Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a denúncia de fls.3/4 e, por consequência, CONDENO a ré JULIANA PEREIRA SANTOS, como incurso nas penas do artigo 171, caput, do Código Penal. Resta dosar a pena observando o critério trifásico. Atento às diretrizes do artigo 59 do Código Penal (circunstâncias judiciais), verifico que a conduta social da ré não deve ser considerada desfavorável, pois não constam nos autos maiores informações. Os motivos são injustificáveis, cingindo-se a ânsia de obter lucro de modo indevido. As circunstâncias do crime são desfavoráveis pois demonstram a insensibilidade e indiferença, bem como falta de arrependimento. As consequências foram graves, vez que o dinheiro e a televisão não foram recuperados. Do que consta nos autos a personalidade da acusada aparentemente não é voltada para a prática de infração penal. A acusada não possui antecedentes criminais (fl.81). Assim, fixo-lhe a pena em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, ao valor equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato, vez que levo em consideração a situação econômica do réu, entendendo ser o necessário para a reprimenda do crime cometido. Quanto às circunstâncias legais verifico que inexistem atenuantes e agravantes. Quanto às circunstâncias legais específicas verifico que não há causa de diminuição e causa de aumento de pena. Portanto, torno a pena aplicada em definitivo para fixá-la em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, ao valor equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato [R$593,18 (quinhentos e noventa e três reais e dezoito centavos), já atualizados de acordo com a tabela do TJ], a ser cumprida, inicialmente, no regime ABERTO de acordo com o artigo 33 do CP. Outrossim, nos termos do art.44, inciso III, do CP, deixo de substituir a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos por entender que a medida não é socialmente recomendada, tendo em vista que a culpabilidade, bem como os motivos e as circunstâncias do crime são desfavoráveis, indicando que tal substituição não é suficiente. Pelos mesmos motivos, incabível o sursis da pena. Disposições Gerais Intime-se a acusada para pagamento e comprovação neste cartório, da respectiva multa no prazo de 10 (dez) dias. Em não sendo adimplida, oficie-se à Procuradoria Geral do Estado, nos termos do art.3º, inciso VII, da Lei Complementar nº 620/2011, para inscrição, cobrança e execução como crédito fiscal não tributário da União. Fixo a indenização prevista no artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, para a vítima Gelcimon no valor de R$930,00 (novecentos e trinta reais), considerando os prejuízos suportados em razão do ato criminoso, podendo este requerer o que entender de direito na esfera cível. Isento a ré ao pagamento de custas processuais nos termos da Lei n.301, de 21/12/90, vez que defendida por Advogado ad hoc e Defensoria Pública. Concedo a ré Juliana o direito de apelar em liberdade, ante o regime e a pena aplicados, não havendo, neste momento processual, razões para decretar eventual segregação cautelar, bem como ante a pena e o regime aplicados. Expeça-se o necessário para o cumprimento da pena, e em caso de eventual recurso, expeça-se a respectiva Guia de Execução Provisória da pena e a encaminhe ao Juízo da 2ª Vara Criminal – Vara de Execuções Penais desta Comarca. Condeno o Poder Executivo/Estado de Rondônia [conforme protocolo 3947-19.2015.8.22.1111 e 18337-91.2015] a pagar honorários advocatícios à Advogada Eurianne de Souza Passos Barrionuevo Alves OAB 3894 RO, no valor de R$680,00 (seiscentos e oitenta reais) pela atuação na audiência ocorrida em 12/12/2016, respectivamente, com juros e correção monetária conforme índices oficiais de remuneração básica, considerando a FINALIDADE compensatória, princípios gerais de prudência, bom senso, proporcionalidade, razoabilidade e adequação, o que demonstra efetivo acompanhamento em procedimento criminal pelo rito ordinário, cujo todos atos são concentrados por força da sistemática do Código de Processo Penal com audiência de instrução e julgamento, devendo o cartório expedir a respectiva certidão e/ou RPV/Requisição de Pequeno Valor, a ser cumprida em 60 dias após o recebimento pelos responsáveis acima e correr em cartório (conforme Instrução Normativa nº01/07-GP, artigo 87 da ADCT e Lei Estadual nº13.120/04), se for necessário, bem como juntar cópia da petição da Defensoria Pública e da ata/SENTENÇA entregando à Advogada para fins de recebimento junto aos órgãos competentes. Remetam-se os autos ao Distribuidor para que proceda-se a retificação do nome da acusada e demais dados constantes no Cadastro do SAP, devendo estes ficarem de acordo com as cópias dos documentos pessoais da acusada juntados em fls.109/110vº. Aguarde-se o comparecimento espontâneo, a prisão ou o decurso do prazo prescricional em relação ao acusado Adiney da Silva, considerando que o feito permanece suspenso, nos termos do art.366 do Código de Processo Penal. Outrossim, expeça-se o necessário, conforme as cautelas de praxe, visando a localização do mesmo. Após o trânsito em julgado, lance-se o nome da ré no rol dos culpados, fazendo-se as anotações e comunicações de praxe (TRE, INI/DF, II/RO, etc). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquivem-se. Ji-Paraná-RO, 18/12/2017. Oscar Francisco Alves Júnior - Juiz de Direito".
Cleonice Cabral dos Santos Almeida
Diretora de cartório

# SEGUNDA ENTRÂNCIA

## COMARCA DE ARIQUEMES

## 1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ARIQUEMES
PROJUDI

Proc: 2000038-56.2018.8.22.0002
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegado de Policia Civil(Autor)
Marlon Ferreira de Almeida da Cruz(Infrator)
Advogado(s): João Gomes de Oliveira Junior(OAB 4305 RO)
Delegado de Policia Civil(Autor)
Marlon Ferreira de Almeida da Cruz(Infrator)
Advogado(s): João Gomes de Oliveira Junior(OAB 4305 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
FINALIDADE
Notificar e intimar o advogado do suposto infrator - Dr. João Gomes de Oliveira Júnior - OAB/RO 4305, para ciência do DESPACHO proferido nos autos acima mencionados, abaixo transcrito.
Apesar de o advogado ter comparecido à audiência e ter informado que seu cliente tem interesse em aceitar a transação penal e que isso pode ser feito por seu intermédio haja vista possuir procuração com poderes para transigir, NÃO foi juntado aos autos nenhuma procuração demonstrando tal situação.
Por outro lado, em respeito à palavra do advogado e considerando que é absolutamente possível que o advogado aceite a transação penal em nome de seu cliente, passo a analisar o pedido, condicionando a validade dessa DECISÃO à juntada da procuração no prazo de 10 (dez) dias.
Dessa forma, HOMOLOGO por SENTENÇA para que surtam seus jurídicos e legais efeitos a TRANSAÇÃO PENAL efetivada aos autos, que se regerá pelos termos consignados em Ata de Audiência realizada junto ao CEJUSC.
Advirto o(a) autor(a) do fato que o não cumprimento da pena aplicada, importará em revogação do benefício e prosseguimento do feito. A pena não importará em reincidência, sendo apenas registrada para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de 5 (cinco) anos, tudo em conformidade com o disposto no artigo 76, § 4º da Lei 9.099/95.
Quanto ao equipamento de som cujo perdimento foi aceito pelo(a) autor(a) do fato, por ocasião da Transação Penal, DECRETO SEU PERDIMENTO em favor da entidade LAR FRATERNO DA 3ª IDADE.
Expeça-se ofício à entidade dando ciência da destinação e solicitando a retirada do bem onde ele se encontra apreendido, servindo a presente DECISÃO como autorização para a entrega do bem ao representante da entidade.
Publique-se.
Registre-se.
Após, considerando o cumprimento da transação penal, faça-se CONCLUSÃO dos autos para extinção da punibilidade.
Intime-se o advogado para juntar a procuração, pena de essa DECISÃO perder a validade.
Ariquemes RO; 01 de fevereiro de 2018.

# 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 1003282-44.2017.8.22.0002
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Claudemir Silva de Queiros
Advogado:Husmath Gerson Duck de Freitas (RO 7744), Evaldo Silvan Duck de Freitas (RO 884)
EDITAL DE INTIMAÇÃO
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
Endereço Eletrônico:
aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Dr. Alex Balmant
Diretora de Cartório: Aleksandra Aparecida Gaienski
Réu(s): Claudemir Silva de Queiros.
Advogado(s):
- Dr. Husmath Gerson Duck de Freitas, OAB/RO 7744, com escritório profissional situado na Av. Candeias, n. 2728, Setor 03, Ariquemes/RO.
- Dr. Evaldo Silvan Duck de Freitas, OAB/RO 884, com escritório profissional situado na Av. Salgado Filho, n. 2996, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO.
FINALIDADE: INTIMAR os advogados acima, para no prazo de 05 (cinco) dias apresentar as Alegações Finais, nos autos acima mencionado.
Ariquemes/RO, 20 de Fevereiro de 2018.
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório

Proc.: 0003227-23.2011.8.22.0002
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Geovane Leal Santos
Advogado:José de Oliveira Heringer. (OAB/RO 575), Weverton Jefferson Teixeira Heringer. ( OAB/RO 2514), Jackeline Sanches Silva (OAB/RO 7108)
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Vara: 1ª Vara Criminal
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUÍZO OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
End. eletrônico:
aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Dr. Alex Balmant
Diretora de Cartório: Aleksandra Aparecida Gaienski
ADVOGADO: Dr. Weverton Jeffeson Teixeira Heringer, OAB/RO 2514, Drª Jackeline Sanches da Silva OAB/RO 7108, Drº José de Oliveira Heringer OAB/RO 575, todos com escritório profissional à Avenida Tancredo Neves, 2605, setor 03, Ariquemes/RO.
FINALIDADE: INTIMAR o(s) advogado(s) acima, da DECISÃO de seguinte teor: “Defiro o pedido de juntada do instrumento procuratório da defesa do denunciado (f. 131), bem como o pedido de vistas para apresentação da defesa preliminar. Cumpra-se. Ariquemes-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018. Alex Balmant Juiz de Direito.”
Ariquemes/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório
(assina por determinação judicial)
Aleksandra Aparecida Gaienski
Escrivã Judicial

## 2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
2º Cartório Criminal
Juiza: Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Diretora de Cartório: Caroline da Silva Modesto
E-mail:aqs2criminal@tjro.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 1003003-58.2017.8.22.0002
Ação: Execução da Pena
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia.
Réu:Romildo Pessini de Oliveira
Advogado:José Fernandes Pereira Junior (OAB/RO 6615)
FINALIDADE: Intimar o advogado supracitado acerca da DECISÃO a seguir transcrita: " Vistos. O reeducando, por meio de advogado constituído, peticionou às fls. 38/39, solicitando a retirada da tornozeleira eletrônica, argumetando possui residência fixa e trabalho lícito e, desse modo, não há riscos de fuga. Ressaltou, ainda, que é motorista e encontra-se trabalhando no pátido da empresa, medindo madeiras em tora. Juntou documentos fls. 40/41. O Ministério Público não se opôs ao pedido à fl. 41-v.DECIDO. É cediço que nesta Comarca não há estabelecimento prisional para cumprimento da pena em regime aberto, razão pela qual os presos cumprem a pena em regime aberto domiciliar mediante monitoramento eletrônico. Nesse sentido, as alegações do reeducando de que possui residência fixa e trabalho lícito e, em razão disso, não oferece riscos de fuga, não merece prosperar, pois se assim o fosse quase nenhum apenado usaria tornozeleira, tendo em vista que o fato de trabalhar e possuir residência fixa são condições do regime aberto. Ademais, as regras do regime são iguais para todos os reeducandos, não devendo o Juízo tratá-lo de forma diferenciada, sobretudo quando inexiste desigualdade. Registro, por fim, que é notório que o trabalho é essencial para reinserção do apenado ao convívio social, no entanto, tal labor tem que atender às condições do regime, eis que não é a sociedade que deve se adequar ao apenado, mas sim o contrário. Desta feita, INDEFIRO o pedido do reeducando, devendo, pois, prosseguir o cumprimento da pena mediante monitoramento eletrônico. Intime-se. Prossiga-se a execução. Ariquemes-RO, quarta-feira, 24 de janeiro de 2018. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes Juíza de Direito.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 1004443-89.2017.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Francisco Amilto Moreira da Silva
Advogada: Marinalva de Paulo OAB/RO 5142
DESPACHO:
Vistos. O acusado, por meio de advogada constituída, apresentou resposta à acusação às fls. 66/69, no entanto, não alegou preliminares, mas tão somente matérias que se cingem com o MÉRITO da causa, as quais serão analisadas em momento oportuno. Desta feita, não vislumbro nenhuma das hipóteses de absolvição sumária, razão pela qual, confirmo o recebimento da denúncia. DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 15/03/2018 às 10hs15min.Intimem-se o réu e as testemunhas para a realização desta solenidade. Ciência ao Ministério Público e à Defesa.Pratique-se o necessário (requisite-se e/ou deprequese).SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFÍCIO DE REQUISIÇÃO.Ariquemes-RO, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2018.Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0000982-63.2016.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Denunciado:Edmilson Oliveira Santos
Advogado: Sidnei Ribeiro de Campos OAB/RO 5355.
DESPACHO:
Vistos.O acusado, por meio de advogado constituído, apresentou resposta à acusação às fls. 75/83, alegando, em preliminar, a atipicidade da conduta por falta de justa causa. No MÉRITO, pugnou pela absolvição do acusado.DECIDO.Reexaminando a denúncia verifica-se que a peça se presta ao fim que se destina, qual seja, narra de forma coerente o fato o qual o réu está sendo acusado, lhe permitindo a devida compreensão da amplitude de sua acusação, garantindo-lhe a possibilidade do devido contraditório.Desta feita, não há que se falar em falta de justa causa para a instauração da ação penal, tampouco em atipicidade, eis que os fatos narrados constituem delito penal, bem como, o bem jurídico protegido foi atingido, devendo-se, assim, ser apurada a autoria do mesmo. Quanto as demais matérias suscitas pelo réu, as mesmas cingem com o MÉRITO da causa, as quais serão analisadas após a instrução criminal. Destarte, à luz do que foi aduzido na resposta inicial apresentada pelo réu, não vejo, nesta fase processual, a presença de elementos taxativos capazes de conduzir à absolvição sumária do acusado, na forma disciplinada pelo artigo 397 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei 11.719/08, devendo a questão de MÉRITO ser analisada após a instrução.Assim, refuto as preliminares arguidas.Com efeito, confirmo o recebimento da denúncia e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 15/03/2018 às 11hs15min.Intimem-se o acusado e as testemunhas para comparecerem à solenidade.Ciência ao Ministério Público e à Defesa.Pratique-se o necessário (requisite-se e/ou deprequese). SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFÍCIO DE REQUISIÇÃO.Ariquemes-RO, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2018.
Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes Juíza de Direito
Caroline da Silva Modesto
Diretora de Cartório

## 3ª VARA CRIMINAL

3º Cartório Criminal
Juíza - Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Diretor de Cartório: Eser Amaral dos Santos e-mail: aqs3criminal@tjro.jus.br
Proc.: 1002367-92.2017.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Diego Teodomiro Gomes da Silva
Advogado:Corina Fernandes Pereira. ( OAB/RO 2074); Iulsf Anderson Michelon (OAB/RO 8084); Cairo Rodrigo da Silva Cuqui (OAB/RO 8506)
FINALIDADE: Intimar o advogado supramencioado do DESPACHO que segue:
DESPACHO:
Vistos.Trata-se de ação penal para apurar a eventual prática ilícita tipificada no artigo 14 da Lei n. 10.826/03.In casu, inexiste manifesta causa excludente de ilicitude do fato, nem excludente da culpabilidade do agente, tampouco que o fato narrado não constitui crime ou a extinção da punibilidade do réu esteja caracterizada, pois há prova de materialidade e indícios de autoria do crime em comento.Assim, por não se tratar de absolvição sumária, conforme o artigo 397 do Código de Processo Penal, o prosseguimento do presente feito torna-se um imperativo. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19/04/2018, às 09 horas, neste Juízo.Intime-se e expeça-se o necessário.Serve a presente de MANDADO /ofício.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de fevereiro de 2018.Juliana Couto Matheus Maldonado Martins Juíza de Direito

Proc.: 0000074-35.2018.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Réu: Ezequiel Cesar Barbosa
Advogado: Michel Eugenio Madella (OAB/RO 3390); Rafaela Pammy Fernandes Silveira (OAB/RO 4319)
FINALIDADE: Intimar os advogados supramencionados do DESPACHO que segue:
DESPACHO:
Vistos.Trata-se de ação penal proposta em desfavor de Ezequiel Cesar Barbosa, qualificado nos autos, como incurso no artigo 1º, inciso I, da Lei n. 8.137/90, por três vezes e artigo 1º, inciso II, da mesma Lei.Na Resposta à Acusação a defesa pugnou pela absolvição sumária.Em síntese, é o relatório. Decido.O art. 396-A, do CPP dispõe que, por ocasião da defesa, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à defesa, além de oferecer documentos e justificações, especificar as provas e arrolar testemunhas. Pois bem. Da análise da resposta a acusação do réu, vislumbro que não foram suscitadas preliminares, sendo que os argumentos da defesa tratam de matéria de MÉRITO e dependem de instrução probatória, de modo que o feito terá prosseguimento. Logo, analisados os argumentos defensivos e verificado inexistir motivos para absolvição sumária neste momento, nos termos do artigo 397 e 399 do CPP, designo audiência de instrução para o dia 19/04/2018, às 09h30min, neste Juízo.Intimem-se.Cumpra-se, expedindo-se o necessário.Serve a presente de MANDADO /ofício. Ariquemes-RO, quinta-feira, 15 de fevereiro de 2018.Juliana Couto Matheus Maldonado Martins Juíza de Direito

Proc.: 0003476-95.2016.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Réu:Geremias de Jesus dos Santos
Advogado:Maxwell Pasian Cerqueira Santos (RO 6.685), Geraldo Ferreira Lins (OAB-RO 8829)
FINALIDADE: Intimar os advogados supramecionados do DESPACHO que segue:
Vistos. O réu GEREMIAS DE JESUS DOS SANTOS não cumpriu as condições imposta por ocasião da suspensão condicional do processo, razão pela qual, revogo o benefício e determino o prosseguimento do feito. Trata-se de ação penal para apurar a eventual prática ilícita tipificada, no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, praticada, em tese, pelo acusado GEREMIAS DE JESUS DOS SANTOS. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 17/04/2018, às 09h30min, neste Juízo, consignando que a análise da absolvição sumária será realizado como primeiro ato desta audiência.Serve a presente de MANDADO /ofício para audiência designada.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de fevereiro de 2018.Juliana Couto Matheus Maldonado Martins. Juíza de Direito

Proc.: 0003648-37.2016.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Réu:Hélio Tomasini da Silva
Advogado:Weverton Jeferson Teixeira Heringer ( 2054)
FINALIDADE: Intimar o advogado supramecionado do DESPACHO que segue:
DESPACHO:
Vistos.Trata-se de ação penal para apurar a eventual prática ilícita tipificada no artigo 12 da Lei n. 10.826/03.In casu, inexiste manifesta causa excludente de ilicitude do fato, nem excludente da culpabilidade do agente, tampouco que o fato narrado não constitui crime ou a extinção da punibilidade do réu esteja caracterizada, pois há prova de materialidade e indícios de autoria do crime em comento.Assim, por não se tratar de absolvição sumária, conforme o artigo 397 do Código de Processo Penal, o prosseguimento do presente feito torna-se um imperativo. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19/04/2018, às 08h30min, neste Juízo.Intime-se e expeça-se o necessário.Serve a presente de MANDADO /ofício.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de fevereiro de 2018.Juliana Couto Matheus Maldonado Martins Juíza de Direito
Eser Amaral dos Santos Diretor de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

Processo n.: 7001782-98.2018.8.22.0002
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO CONSENSUAL (98)
REQUERENTE: A. D. S. B.
Advogado do(a) REQUERENTE: BRIAN GRIEHL - RO261-B
REQUERENTE: R. D. L. S.
Advogado do(a) REQUERENTE:
Vistos.
AILTON DA SILVA BATISTA e ROSILEIA DA LUZ SANTOS ajuizaram a presente ação de divórcio consensual alegando que contraíram matrimônio aos 30/09/2016 e que estão separados de fato não havendo interesse na reconciliação. Declararam que durante a convivência marital não amealharam bens em comum, bem como não adveio filhos desta união. Dispensaram alimentos entre si pugnando pela decretação do divórcio. A inicial veio instruída com os documentos essenciais ao ajuizamento da ação, em especial o instrumento procuratório e a certidão de casamento. Dispensável parecer ministerial ante a ausência de interesse de incapaz.
Após, vieram os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
Trata-se de divórcio consensual, cujo pedido satisfaz às exigências do art. 226, § 6º, da Constituição Federal, segundo a nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 66/2010, bastando para a concessão do pedido de divórcio do casal a manifestação de vontade dos cônjuges, dispensando-se a comprovação do lapso temporal da separação de fato ou a culpa pela falência do matrimônio.
O pedido é consensual, não havendo bens em comum a partilhar, tampouco filhos advindos do matrimônio, sendo de rigor a homologação do pedido, com a decretação do divórcio do casal já que afirmam não haver interesse na reconciliação.
Posto isso, com fundamento no art. 226, § 6º da Constituição Federal/1988, segundo a nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 66/2010, DECRETO O DIVÓRCIO do casal AILTON DA SILVA BATISTA e ROSILEIA DA LUZ SANTOS sem partilha de bens, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas na peça inicial, que homologo para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, declarando cessados todos os deveres inerentes ao casamento, inclusive o regime matrimonial de bens, permanecendo os cônjuges com os mesmos nomes de solteiros, uma vez que não se alteraram por ocasião do casamento e, via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso III, alínea “b”, do NCPC.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE AVERBAÇÃO ao Cartório de Registro Civil das pessoas naturais da Cidade de Monte Negro/RO para que averbe às margens do assento de casamento lavrado sob a matrícula de n. 096222 01 55 2016 2 00007 231 0001916 69 o divórcio do casal, sem partilha de bens. As partes são beneficiárias da gratuidade do ato notarial ou registral, nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei n. 1.060/50 c/c o art. 98, §1º, inciso IX, do NCPC.
Sem custas e honorários, ante a gratuidade da justiça que concedo aos requerentes.
A presente DECISÃO transita em julgado nesta data, por preclusão lógica (art. 1.000, NCPC).
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Observadas as formalidades legais, arquivem-se.
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz
Juíza de Direito

Processo n.: 7009842-94.2017.8.22.0002
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
EXEQUENTE: IVONETE DE SOUZA PORTO
DEFENSORIA PÚBLICA
EXECUTADO: RUBENS ANTÔNIO DE OLIVEIRA

Advogado do(a) EXECUTADO: LAERCIO MARCOS GERON - RO0004078
Vistos.
A parte exequente informou que recebeu integralmente a importância executada neste feito, requerendo sua extinção, mediante expedição de alvará do valor depositado ID 14947315, sendo de rigor a extinção do feito, face a satisfação integral do crédito.
Posto isso e com fulcro no artigo 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil, declaro extinta a execução ante o pagamento do débito.
Ante a preclusão lógica (art. 1.000, do NCPC), a presente DECISÃO transita em julgado nesta data.
Sem custas, nos termos do art. art. 8º, inciso I, da Lei Estadual de Custas Forenses n. 3.896/2016.
Sem honorários.
Expeça-se alvará judicial a favor da parte exequente para levantamento dos valores depositados ID. 14947315.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Observadas as formalidades legais, arquivem-se.
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018.
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz
Juíza de Direito

Processo n. 7001797-67.2018.8.22.0002
Classe: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)
Requerente: Nome: ISADORA RODRIGUES GRESPAN
Endereço: RUA 609, 667 02, PARQUE SAO PAULO, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) DEPRECANTE:
Vistos.
1- Cumpra-se.
2- Designo audiência para o dia 03 DE ABRIL DE 2017, às 10:45 horas.
3- INTIME-SE A TESTEMUNHA - LAINIKE VIEIRA GONTIJO - Avenida Carlos Drummond de Andrade, número 1929, Setor Boa Vista, Monte Negro/RO, a fim de comparecer na audiência acima designada para prestar depoimento na sala de audiências da 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes, localizada no Fórum Dr. Aluizio Sayol de Sá Peixoto – Av. Tancredo Neves, n. 2606.
4- Intime-se o Ministério Público e comunique-se o Juízo deprecante.
Ariquemes, 21 de fevereiro de 2018.
DEISY CRISTHIAN LORENA DE OLIVEIRA FERRAZ
Juíza de Direito

1º Cartório Cível
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
Comarca de Ariquemes/RO
Sugestões ou Reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet-endereço Eletrônico:
e-mail: aqs1civel@tj.ro.gov.br
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz
Juíza de Direito
Márcia Kanazawa
Escrivã pro tempore

Proc.: 0019486-88.2014.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Coutinho e Vicari Ltda Me
Advogado:Edamari de Souza (RO 4616)
Executado:Leandro Iaruchewski
SENTENÇA:
Vistos.A parte interessada foi regularmente intimada para impulsionar o feito em 05 dias, contudo, ficou inerte, deixando o prazo transcorrer in albis. Assim caracterizada está a desídia. Posto isso, declaro extinta a ação, sem resolução do MÉRITO, com fundamento no artigo 485, inciso III e § 1º do Novo Código de Processo Civil.O desbloqueio da restrição administrativa do veículo junto ao DETRAN já foi implementado, conforme espelho anexo.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, exceto a procuração, mediante substituição por cópia e recibo nos autos.Homologo de plano eventual pedido de renúncia ao prazo recursal.Sem custas e honorários.Com o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.Ariquemes-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0000055-68.2014.8.22.0002
Ação:Desapropriação
Requerente:Canaã Geração de Energia Sa Antiga Mega Energia e Investimentos e Participações S.a
Advogado:Luiz Felipe da Silva Andrade (OAB/RO 6175), Erika Camargo Gerhardt (RO 1911), Richard Campanari (OAB/RO 2889)
Requerido:Nelson Cardoso de Sá, Cicera Torres Cardoso, Nilza Cardoso de de Sá, Nilson Cardoso de Sá, Sonia Maria Sugano de Sa, Neusa Cardoso de Sá, Edson Aparecido do Prado, Nestor Cardoso de Sá, Nilza Alves Cardoso, José Cardoso de Sá, Lindinalva da Silva, Avelino Cardoso de Sá, Josefa Rodrigues Alves, Maria do Socorro Nobre, Elidia de Araújo de Sá
Advogado:Luiz Eduardo Fogaça. (OAB/RO 876)
DESPACHO:
Vistos.1- Indefiro o pedido de oitiva do perito, por ser desnecessário para a análise do laudo pericial, sendo que os questionamentos levantados pela autora restaram esclarecidos pelo perito, sendo ao mais critério de análise e julgamento do juízo que será esboçado por ocasião da SENTENÇA. 2- Declaro encerrada a instrução. Intime-se a após, voltem os autos conclusos para SENTENÇA. Ariquemes-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0010798-74.2013.8.22.0002
Ação:Inventário
Inventariante:João Batista Zanetti, Hernandes Domingo Zanetti, Angelina Pires, Gabriele Woicehoscky, Maria LÚcia Zanette
Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074), Flávia Lúcia Pacheco Bezerra. (OAB/RO 2093)
Inventariado:Olivia Babinski Zanette. Espólio
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.1- Concedo ao inventariante mais 15 dias para que atenda na íntegra ao DESPACHO de fls. 233.2- Decorrido o prazo, sem manifestação, intime-se pessoalmente o inventariante, para que impulsione o feito, em 05 dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, §1º, do NCPC.3- Decorrido o prazo, sem manifestação, voltem os autos conclusos para extinção.Ariquemes-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0013502-60.2013.8.22.0002
Ação:Desapropriação
Requerente:Canaã Geração de Energia Sa Antiga Mega Energia e Investimentos e Participações S.a
Advogado:Richard Campanari (OAB/RO 2889), Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911), Luiz Felipe da Silva Andrade (OAB/RO 6175)
Requerido:Marques Rodrigues Alves, Ivana Roberta Ferreira Lordão Alves
Advogado:Jane Miriam da Silveira (RO 4996)
DESPACHO:
Vistos À vista das informações trazidas pelo perito à fl. 327/328, intime-se a parte autora para realizar novo e correto levantamento topográfico para demarcação da área do lago, no prazo de 15 dias, sob pena do serviço ser realizado às suas expensas. Ariquemes-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0017073-05.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco Fernandes da Silva
Advogado:Marcelo Gomes dos Anjos (OAB/RO 4087)
Requerido:Banco Bonsucesso S.a
Advogado:Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB/PE 28490)
DESPACHO:
Vistos 1 - Expeça-se alvará de levantamento a favor do perito referente aos valores depositados a título de honorários periciais. 2 - Sem prejuízo, intimem-se as partes para manifestar sobre o laudo pericial, no prazo de 5 dias. Ariquemes-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0003186-90.2010.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia Sa Belém
Advogado:Michel Fernandes Barros. (RO 1790), Gilberto Silva Bonfim. (OAB/RO 1727), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Executado:Vancenil Dutra da Silva, Marinalva dos Santos Silva
Advogado:Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
DESPACHO:
Vistos 1 - O exequente informou ter recebido administrativamente o crédito cobrado nestes autos, dando integral quitação aos executados. Asseverou que não foram quitados os honorários advocatícios arbitrados pelo juízo. 2 - Neste cenário, DECLARO PARCIALMENTE EXTINTA A EXECUÇÃO, com fulcro no art. 794, I do CPC. 3 - Considerando que a dívida principal foi integralmente paga, exclua-se o Banco da Amazônia S/A do pólo ativo da ação e inclua-se o patrono MICHEL FERNANDES BARROS, titular do crédito dos honorários. 4 - Intimem-se os executados, na pessoa de seu patrono, para efetuar o pagamento dos honorários advocatícios no valor de R$ 8.638,55 no prazo de 5 dias, sob pena de prosseguimento da execução mediante expropriação do bem penhorado. Ariquemes-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0004908-86.2015.8.22.0002
Ação:Oposição
Requerente:Madalena Barata Farinha, Marina Cássia Farinha Samensari
Advogado:Belmiro Rogério Duarte Bermudes Neto (RO 5.890)
Requerido:Niero e Cia Ltda., Antônio Deoclides Casarin, Alzira Custódio Casarin, Dorival Borim, Antônio Deganutti Filho
Advogado:Jeniffer Priscila Zacharias ( ), Luciana Arantes Granzotto. (RO 4316)
Recurso de Apelação Partes:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), intimadas do recurso de apeção apresentado por Niero Cia LTDA nos autos do proc. 0011640.54.2013.8.22.0002. Para querendo manifestar-se no prazo legal.

Proc.: 0004491-36.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Irineu Gonçalves de Lima
Advogado:Edinara Regina Colla (OAB/RO 1123)
Requerido:Zacarias Borges de Andrade
Advogado:José Carlos Fogaça. (OAB/RO 2960), Luiz Eduardo Fogaça. (OAB/RO 876)
Custas Judiciais Autor:
Fica a parte ré intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 550,48, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0014737-28.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Wagner Ramos da Cruz
Advogado:Ricardo Douglas de Souza Gentil (RO 1118)
Requerido:Amota Associação dos Mototaxistas de Ariquemes
Advogado:Luiz Eduardo Fogaça. (OAB/RO 876)
Custas Judiciais
Fica a parte ré, por via de seu(s) procurador(es) intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 461,36 sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0011907-55.2015.8.22.0002
Ação:Inventário
Inventariante:Valeria Borges da Silva
Advogado:Alfredo José Cassemiro (RO 5601), Elonete Loiola Cassemiro (RO 5583)
Inventariado:Claudio Roberto Rodrigues Xavier. Espólio
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Custas Judiciais
Fica a inventariante Valeria Borges da Silva, por via de seu(s) procurador(es) intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 6.759,82, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0008596-90.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alessandro Esteves de Oliveira
Advogado:Flávio Silas Silva Affonso Lamounier (MG 149.189), Jaqueline Vieira Cardoso (RO 5.455)
Requerido:Rondonia Vip Comunicação e Publicidade Ltda. Me
Advogado:Ozéias Dias de Amorim ( RO 4194)
Custas Judiciais requerido
Fica a parte ré intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 1.878,78, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0004908-86.2015.8.22.0002
Ação:Oposição
Requerente:Madalena Barata Farinha, Marina Cássia Farinha Samensari
Advogado:Belmiro Rogério Duarte Bermudes Neto (RO 5.890)
Requerido:Niero e Cia Ltda., Antônio Deoclides Casarin, Alzira Custódio Casarin, Dorival Borim, Antônio Deganutti Filho
Advogado:Jeniffer Priscila Zacharias ( ), Luciana Arantes Granzotto. (RO 4316)
DESPACHO:
Vistos Registro que proferi conjunta nos autos apensos (0011640-54.2013.8.22.0002). Ariquemes-RO, quinta-feira, 7 de dezembro de 2017.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0000969-69.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Joel Vieira
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Executado:Ivo de Oliveira Alves
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
Vistos e examinados.A parte interessada foi pessoalmente intimada a impulsionar o feito em 05 dias (fl. 139/140), contudo, quedou-se inerte, deixando o prazo transcorrer in albis. Assim caracterizada está a desídia, impondo-se a extinção do feito, independente de consentimento da parte ré, posto que se trata de ação de execução. Posto isso, declaro extinta a execução, com fundamento no artigo 485, inciso III e § 1º c/c o art. 771, parágrafo único, ambos do Novo Código de Processo Civil.Custas na forma da lei. Homologo de plano eventual pedido de renúncia ao prazo recursal.P.R.I. Com o trânsito em julgado, arquivem-se. Ariquemes-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0008821-76.2015.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Oeste Lux Comercio de Materiais de Construção de Locação Ltda
Advogado:Elonete Loiola Cassemiro (RO 5583), Alfredo José Cassemiro (RO 5601)
Requerido:Construtora Oliveira e Rodrigues Ltda, Aparecido Rozendo Rodrigues, Ademir Ribeiro de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
Vistos e examinados.A parte interessada foi pessoalmente intimada a impulsionar o feito em 05 dias (fl. 91), contudo, quedou-se inerte, deixando o prazo transcorrer in albis. Assim caracterizada está a desídia, impondo-se a extinção do feito, independente de consentimento da parte ré, posto que se trata de ação de execução. Posto isso, declaro extinta a execução, com fundamento no artigo 485, inciso III e § 1º c/c o art. 771, parágrafo único, ambos do Novo Código de Processo Civil.Custas na forma da lei. Homologo de plano eventual pedido de renúncia ao prazo recursal.P.R.I. Com o trânsito em julgado, arquivem-se. Ariquemes-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018. Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0001183-60.2013.8.22.0002
Ação:Inventário
Inventariante:Dheyco Leme Vedovato, Claudinéia Vedovato Pose
Advogado:Nelson Barbosa. (OAB/RO 2529), Edelson Inocêncio Júnior. (OAB/RO 890)
Inventariado:Atilio Vedovato Espolio, Elvira Falvo Vedovato, Itamar Vedovato Espolio, Erber Vedovato
Advogado:Advogado Não Informado ( ), Edelson Inocêncio Júnior. (OAB/RO 890), Advogado Não Informado ( ), Edelson Inocêncio Júnior. (OAB/RO 890)
DESPACHO:
Vistos.1- Concedo ao inventariante, mais 10 dias para que atenda na íntegra ao DESPACHO de 77, em especial quanto à apresentação do comprovante de recolhimento do ITCD e do plano de partilha, haja vista que apesar de não haver nos autos certidão de nascimento dos herdeiros indicados no DESPACHO de fls. 85, vislumbro que os mesmos apresentaram procuração com indicação dos números de seus documentos pessoais de identificação, o que é suficiente para o preenchimento do relatório do ITCD, smj, cabendo a este providenciar o devido andamento do feito, sob pena de extinção. 2- Decorrido o prazo, sem manifestação do patrono, intime-se pessoalmente o inventariante, para que impulsione o feito, em 05 dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, §1º, do NCPC.3- Decorrido o prazo, sem manifestação, voltem os autos conclusos para extinção.Ariquemes-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0011914-18.2013.8.22.0002
Ação:Desapropriação
Requerente:Canaã Geração de Energia Sa Antiga Mega Energia e Investimentos e Participações S.a
Advogado:Richard Campanari (OAB/RO 2889), Erika Camargo Gerhardt (RO 1911), Luiz Felipe da Silva Andrade (OAB/RO 6175)
Requerido:Luiz Katsumi Yoshitomi, Igor Massayoshi Yoshitomi, Luiz Katsumi Yoshitomi Junior, Thyelles Yoshitomi, Michel Yoshitomi, Luciana Halyne Schneider, Katia Thamy Yoshitomi
Advogado:Igor Massayoshi Yoshitomi (OAB/RO 7249), Luiz Eduardo Staut (OAB/RO 882), Igor Massayoshi Yoshitomi (RO 7249)
DESPACHO:
Vistos Considerando que o feito estava suspenso à vista do disposto np art. 313, I do CPC, intimem-se os requeridos, na pessoa de seu patrono, para manifestar acerca do laudo pericial acostado aos autos, em 15 dias. Ariquemes-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito
Márcia Kanazawa
Escrivã

# 2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
2ª Vâra Cível, Infância e Juventude da Comarca de Ariquemes-RO.
Juiza de Direito Drª Elisangela Nogueira
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente a Diretora de Cartório Vânia de Oliveira ou via internet através do e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0005527-50.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Adjudicante:David Raimundo Gomes
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Adjudicado:Carlos Erwino Siekierski, Jefferson de Souza Soeiro, Jhon Pablo de Souza Soeiro, Gabriel Munis Soeiro
Advogado:Cristian Rodrigo Fim. (OAB 4.434)
2ª Vara Cível, Infância e Adolescência da Comarca de Ariquemes-RO.
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet
Juíza de Dto: Dra. Elisangela Nogueira
Diretora de Cartório: Vânia de Oliveira
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 (trinta) dias
Processo:0005527-50.2014.822.0002
Classe:Procedimento Ordinário
Assunto:Propriedade/Adjudicação Compulsória
Adjudicante:David Raimundo Gomes
Adjudicado:Carlos Erwino Siekierski e Outros
Intimação DE: JEFERSON SOEIRA, brasileiro, solteiro, e JHON PABLO SOEIRA, brasileiro, solteiro, ambos, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais dos autos acima mencionado no valor de R$ 1.548,79 (HUM MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS), sob pena de inscrição em dívida ativa.
Ariquemes – RO, 21 de Fevereiro de 2018.
ELISANGELA NOGUEIRA
Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto
Av. Tancredo Neves, 2606, CEP: 76.870-525 – Fone: 3535-2493
Vânia de Oliveira
Diretora de Cartório

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº: 7003578-95.2016.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Protocolado em: 05/04/2016 09:11:47
Requerente: NEUZA DE SOUZA DOS SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: KARYNNA AKEMY HACHIYA HASHIMOTO - RO0004664, PAULO PEDRO DE CARLI - RO0006628
Requerido: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.
Advogado: JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR OAB: RN000392A Endereço: Avenida Nilo Peçanha, 265, Petrópolis, Natal - RN - CEP: 59012-300
DESPACHO
Expeçam-se alvarás como pleiteado pela autora no ID 14853525.
Após, nada mais requerido, arquive-se pelo cumprimento da obrigação.
Ariquemes, 21 de fevereiro de 2018.
ELISANGELA NOGUEIRA
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº: 7011636-53.2017.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Protocolado em: 28/09/2017 09:18:51
Requerente: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) AUTOR: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - AM000A598
Requerido: RIVALDO FERREIRA FERNANDES DE SOUZA
DESPACHO
Defiro o pedido do exequente (ID 15252509), desde que haja por parte do oficial de justiça suspeita de ocultação do citando.
Intime-se o exequente para comprovar o pagamento das custas da diligência negativa, no prazo de 05 dias.
Recolhidas as custas, desentranhe-se o MANDADO para que o oficial de justiça empreenda nova diligência, consignando no MANDADO os horários em que realizou as diligências.
Configurado a suspeita de ocultação, proceda-se a citação por hora certa.
Juntado o MANDADO a escrivania deverá dar ciência à parte ré, via postal, da citação feita por hora certa.
Após, certificado o prazo e findando este in albis à Defensoria Pública Estadual para indicar um defensor para apresentar defesa no prazo legal (CPC, artigo 72).
Ariquemes, 21 de fevereiro de 2018.
ELISANGELA NOGUEIRA
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº: 0007596-21.2015.8.22.0002
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Protocolado em: 22/08/2017 16:06:46
Requerente: Igapó Motos Ltda Me
Advogado do(a) EXEQUENTE: DENIO FRANCO SILVA - RO0004212
Requerido: Edilson Albani Procopio
DESPACHO
Defiro o pedido de intimação por correspondência, nos endereços indicados no ID 13308836.
Intime-se o exequente para comprovar o pagamento da taxa de expedição do AR, no prazo de 05 dias.
Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar andamento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção do processo (art.485, III, §1º, CPC).
VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.
Ariquemes, 21 de fevereiro de 2018.
ELISANGELA NOGUEIRA
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110
Fone:(69) 35352493
Processo nº: 7012660-53.2016.8.22.0002
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Protocolado em: 24/10/2016 11:37:31
Requerente: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO
Advogados do(a) EXEQUENTE: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434, MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - RO0004658
Requerido: AMANCIO & JESUS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME
DESPACHO
O exequente, intimado a se manifestar indicando bens passíveis de penhora, requereu a suspensão do feito.
Tendo em vista se tratar de cumprimento de SENTENÇA, e visto que neste caso não haverá prejuízo à exequente, deve o feito ser arquivado, facultado à parte interessada promover o seu desarquivamento a qualquer tempo.
Procedidas as baixas e anotações necessárias, arquive-se.
Ariquemes, 21 de fevereiro de 2018.
ELISANGELA NOGUEIRA
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº: 7002584-33.2017.8.22.0002
Classe: MONITÓRIA (40)
Protocolado em: 10/03/2017 11:25:57
Requerente: AGROPECUARIA PICA-PAU COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA
Advogados do(a) AUTOR: JOSE FERNANDES PEREIRA JUNIOR - RO0006615, CORINA FERNANDES PEREIRA - RO0002074
Requerido: FRANCINEIDE CARVALHO DA SILVA
DESPACHO
Intime-se o autor a dar andamento ao feito, informando o atual endereço da requerida para citação, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.
Havendo pedido de nova diligência, deverá comprovar o pagamento da respectiva taxa.
Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar andamento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção do processo (art.485, III, §1º, CPC).
VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.
Ariquemes, 21 de fevereiro de 2018.
ELISANGELA NOGUEIRA
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº: 7001448-64.2018.8.22.0002
Classe: PETIÇÃO (241)
Protocolado em: 07/02/2018 16:46:24
Requerente: DULCE DA SILVA MACHADO SCHMIDT
Advogado do(a) REQUERENTE: FERNANDO SANTINI ANTONIO - RO0003084
Requerido: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
DECISÃO
1. Processe-se com gratuidade.
2. DEFIRO o pedido de tutela de urgência para que o requerido restabeleça/implemente o benefício de auxílio-doença em favor da autora, no prazo de 10 dias, sob pena de fixação de multa diária, no caso de descumprimento da medida, mantendo-o até o deslinde final deste feito ou até nova DECISÃO.
2.1 A concessão da medida é devida, uma vez que os documentos acostados ao feito evidencia a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, bem como a ausência de perigo de reversibilidade dos efeitos da DECISÃO, conforme se depreende da leitura do art. 300, caput e §3º do CPC.

2.2 Os laudos médicos contemporâneos acostados atestam que a autora apresenta quadro de patologia do manguito rotador ombros bilateral, com capsulite adesiva no ombro esquerdo, apresentando algias e limitações funcionais. Além disso, apresenta a autora quadro depressivo decorrente do tratamento de neuropatia periférica nos membros superiores, com realização de operação de descompressão neural ulnar nos cotovelos e mediano nos punhos bilateralmente, o qual a impossibilita de retornar ao labor, e evidenciam a probabilidade do direito.
2.3 Vislumbro que o perigo de dano é inconteste, considerando que se trata de verba alimentar que lhe auxiliará no sustento próprio e de sua família durante o curso do feito, podendo a medida ser revertida a qualquer momento à vista de novos elementos.
2.4 Intime-se o requerido da DECISÃO.
3. Deixo de designar audiência de conciliação, nos termos do artigo 334, §4º, II do CPC.
4. CITE-SE o requerido para contestar a ação, no prazo legal (art. 183, CPC).
5. Vindo a contestação, na hipótese de defesa preliminar e/ou juntada de documentos com a resposta, intime-se a parte autora para se manifestar em réplica ou impugnação, no prazo de 15 dias (Art. 350, do CPC).
6. Em seguida, intimem-se as partes para especificar as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 5 dias.
7. Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/OFICIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 21 de fevereiro de 2018.
ELISANGELA NOGUEIRA
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº: 7003948-74.2016.8.22.0002
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Protocolado em: 13/04/2016 17:37:48
Requerente: MUNICÍPIO DE CUJUBIM
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Requerido: BRASIL 102 ARIQUEMES. COM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME
Advogado: CELIO SOARES CERQUEIRA OAB: RO0003790
Endereço: PIRATININGA, 542, BANDEIRANTES, Contagem - MG - CEP: 32240-550
DESPACHO
Consulta ao Sistema Bacenjud deferida, restando infrutífera.
Considerando que a praxe em ações de execução fiscal, após a pesquisa no Bacen, é o pedido consecutivo de busca de bens no Sistema Renajud, defiro-o de plano, em nome da economia e celeridade processual.
Em consulta do sistema Renajud, não existe veículo automotor de propriedade do executado.
Intime-se o exequente para se manifestar em dez dias, indicando bens passíveis de penhora.
Decorrido o prazo e quedando a parte silente, remetam-se ao arquivo sem baixa na distribuição, sendo que no primeiro ano os autos ficarão com vistas ao exequente, iniciando-se a fluência do prazo prescricional.
VIAS DESTE SERVEM DE CARTA E MANDADO.
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018.
ELISANGELA NOGUEIRA
Juiz(a) de Direito
PROCEDEMOS A REMESSA DE OFÍCIO PARA A APS/INSS PARA FINS DE IMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO.

# 3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível

Proc.: 0011688-13.2013.8.22.0002
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Requerido:Romeu Reolon, Sérgio Adriano Camargo, Fernandes Lucas da Costa, Gildo Ferreira de Oliveira, Antônio Marco de Oliveira, Carlos Eduardo da Costa, Forti Solo Terraplanagem Ltda, José Aparecido Pascoal
Advogado:Niltom Edgard Mattos Marena. (OAB/RO 361B), Marcos Pedro Barbas Mendonça (RO 4.476), Niltom Edgard Mattos Marena. (OAB/RO 361B), Marcos Pedro Barbas Mendonça (RO 4.476), Niltom Edgard Mattos Marena. (OAB/RO 361B), Marcos Pedro Barbas Mendonça (RO 4.476), Luciana Pereira da Silva Lopes (OAB/RO 4422), Cleonice da Silva Lacheski (RO 4703), José Aparecido Pascoal (RO 4929)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos.O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA ajuizou ação de improbidade administrativa em desfavor de ROMEU REOLON, SÉRGIO ADRIANO CAMARGO, FERNANDES LUCAS DA COSTA, GILDO FERREIRA DE OLIVEIRA, ANTÔNIO MARCOS DE OLIVEIRA, CARLOS EDUARDO DA COSTA, FORTI SOLO TERRAPLANAGEM LTDA-ME e JOSÉ APARECIDO PASCOAL, todos qualificados nos autos, imputando-lhes a prática de ato de improbidade administrativa que importou em dano ao erário, com fulcro no art. 10, caput, e incisos VIII e XI, ensejando-lhes as sanções do art. 12, inciso II, ambos da Lei n.º 8.429/92, em decorrência de diversas irregularidades nos processos licitatórios Tomada de Preço n.º 003/2010 (processo administrativo n.º 1-394/2010 contrato n.º 010/2010) e Tomada de Preço n.º 003/2011 (processo administrativo n.º 1-231/2011 Convênio n.º 008/2009), os quais versavam sobre a contratação de empresa especializada no ramo de terraplanagem para recuperação de estradas vicinais, situadas na área rural do Município de Alto Paraíso/RO. Narrou o autor que, o requerido ROMEU REOLON, na condição de Prefeito de Alto Paraíso/RO, autorizou a abertura do processo licitatório Tomada de Preço n.º 003/2011, em duplicidade, uma vez que o serviço contratado qual seja, a recuperação de estradas vicinais da zona rural daquela municipalidade , já teria sido objeto de processo administrativo anterior, a saber a Tomada de Preços n.º 003/2010. Segundo, o Parquet, durante as investigações, constatou-se que o segundo certame não passou de um jogo de cartas marcadas , porquanto teria havido o direcionamento do processo licitatório em referência, para unicamente formalizar a contratação da empresa FORTI SOLO TERRAPLANAGEM LTDA, a qual, de fato, já prestava os serviços objeto do procedimento licitatório deflagrado, antes mesmo do seu término. Afirmou, ainda, o Ministério Público, em síntese, que: 1) foi imposto aos interessados em participar do certame diversas dificuldades para a aquisição do edital, tais como a exigência de retirada do mesmo, mediante o pagamento de R$100,00, em flagrante infringência a ampla participação de eventuais interessados; 2) os dois processos Tomadas de Preço foram embasados pelos mesmos documentos, o que é facilmente aferível, por exemplo, pelas planilhas orçamentárias juntadas nos autos do processo n.º 1-231/2011, as quais são datadas de 2009, tal como o processo imediatamente antecessor (n.º 1-394/2010), fazendo-se as mesmas referências; 3) especificamente, com relação ao primeiro procedimento licitatório (Tomada de Preço n.º 003/2010 processo administrativo n.º 1-394/2010, que culminou no contrato n.º 010/2010), não houve qualquer fiscalização e/ou comprovação de que o serviço efetivamente teria sido prestado (dívida não liquidada), de modo a respaldar o seu pagamento, tanto que, como forma de maquiar, suposta base orçamentária, o pagamento fora realizado de forma fracionada , sem qualquer correspondência

com o montante das notas fiscais emitidas pela empresa requerida; 4) o serviço licitado na Tomada de preço n.º 003/2011 (segundo contrato), somente foi executado no ano de 2012, sendo que tal atraso decorreu de dificuldades para o acesso a recursos financeiros e não por qualquer justificativa de desnecessidade por parte do administrador municipal. Assim, diante da prática de ato de improbidade administrativa capaz de causar lesão ao erário e violação aos princípios da administração pública, pugnou, liminarmente, pela decretação da indisponibilidade de bens dos requeridos até o montante do valor do dano, e, ao final, pela procedência da ação, com a condenação dos requeridos nas sanções do artigo 12, incisos II e III, da Lei 8.429/92, pela prática de ato de improbidade que enseja dano ao erário público e que atenta contra os princípios da Administração Pública. A inicial foi instruída com os documentos constantes dos anexos I a VI, os quais formaram o ICP n.° 154/2012 procedimento n. 2011001010003738. Deferida a medida liminar e decretada a indisponibilidade dos bens dos requeridos, foi determinada a notificação dos requeridos para apresentação de manifestação escrita, nos termos do artigo 17, §7º da Lei de Improbidade Administrativa (fls. 27/29).Notificados (fls. 30, 141, 148 e 151), os deMANDADO s, à exceção do réu SÉRGIO ADRIANO CAMARGO, apresentaram justificativa preliminar às fls. 178/343, 347, 348/359, 360/378, 379/394 e 395/413.Em suas defesas, os requeridos, preliminarmente, arguiram: a) inépcia da inicial e; b) ilegitimidade passiva dos réus CARLOS EDUARDO DA COSTA, JOSÉ APARECIDO PASCOAL, ROMEU REOLON e GILDO FERREIRA DE OLIVEIRA. No MÉRITO pugnaram pela improcedência do pedido, sustentando a inexistência da prática de ato de improbidade administrativa.Em Impugnação às defesas preliminares (fls. 420/423), o Órgão do Ministério Público requereu a rejeição das objeções processuais apresentadas, pleiteando o recebimento da ação.Afastadas as preliminares, a petição inicial foi recebida, sendo determinada a citação dos requeridos (fls. 424/425).Devidamente citados, os réus, à exceção do réu SÉRGIO ADRIANO CAMARGO, contestaram a ação às fls. 427/439, 560/564, 565/572, 573/586, 587/600 e 602/619. Na oportunidade, os requeridos não arguiram nova objeção processual, mas apenas repisaram as preliminares suscitadas em sede de manifestação prévia. No MÉRITO, os requeridos ANTÔNIO MARCO, GILDO FERREIRA, FERNANDES LUCAS e ROMEU REOLON, em um só tom, sustentaram que não praticaram qualquer ato ímprobo, inexistindo sequer indícios de dolo, culpa ou má-fé na conduta que lhes é imputada. Asseveraram que o serviço foi efetivamente prestado. Rebateram o dano ao erário e a violação aos princípios regentes das atividades administrativas. Requereram a improcedência dos pedidos iniciais. CARLOS EDUARDO, por sua vez, alegou que o órgão ministerial não trouxe aos autos qualquer prova de suas alegações, no sentido de comprovar que ele, na condição de engenheiro teria praticado suposto ato de improbidade administrativo. Aduziu que as obras foram devidamente realizadas e fiscalizadas. Discorreu acerca da vistoria efetuada pelo engenheiro Lucélio José Pinto Ribeiro, cujo laudo encontra-se anexo aos autos. Afirmou inexistir dolo em sua conduta, bem como não haver resultado dano ao erário, de modo a descaracterizar suposta improbidade administrativa. Pugnou pela improcedência dos pedidos autorais.JOSÉ APARECIDO e FORTI SOLO, sob os mesmos argumentos, negaram a prática de ato ímprobo, ao argumento de que inexistem provas acerca do alegado direcionamento ou de eventual prejuízo ao erário. Destacaram, ainda, a inocorrência de duplicidade de contratos, uma vez que se tratam de anos diferentes (2010 e 2012), sendo completamente razoável a execução do serviço licitado, porquanto se trata de contrato de recuperação de estradas vicinais, as quais, em decorrência dos períodos chuvosos que as deterioram, necessitam, anualmente, de manutenção. Salientaram a necessidade de comprovação do dano para tipificação no artigo 10 da LIA. Pediram pelo julgamento de improcedência dos pedidos constantes da exordial.Réplica às fls. 786/790.O feito foi saneado, fixando-se os pontos controvertidos e determinando-se a especificação de provas (fls. 791/793).Na sequência, intimadas as partes, ambas requereram a produção de prova oral (fls. 794/795, 797 e 798), cuja adequação foi analisada conforme DECISÃO de fls. 809/810.Realizada audiência de instrução (fls. 831/832-mídia e 836/837-mídia), procedeu-se com a oitiva de cinco testemunhas.O autor apresentou alegações finais, por memoriais, às fls. 938/853. Os réus, a exceção de Carlos que apresentou memoriais intitulada contestação (fls. 854/861), quedaram-se inertes. Com base no conjunto probatório produzido, o autor pede a condenação dos réus pela prática da improbidade administrativa prevista nos arts. 10 e 11 da Lei 8.429/92, com as sanções previstas no art. 12, incisos II e III do mesmo diploma, enquanto que o réu Carlos, de outro modo, pugna pela improcedência do pedido autoral. Vieram os autos conclusos.É, em essência, o relatório. Fundamento e DECIDO.Trata-se de ação civil pública de responsabilidade por ato de improbidade administrativa proposta em desfavor dos réus, com supedâneo, supostamente, em diversas irregularidades, especificamente fraude e direcionamento nos processos licitatórios Tomada de Preço n.º 003/2010 e Tomada de Preço n.º 003/2011, os quais versavam sobre a contratação de empresa especializada no ramo de terraplanagem para recuperação de estradas vicinais, situadas na área rural do Município de Alto Paraíso/RO.Inexistem preliminares a serem enfrentadas.O feito observou tramitação regular. Presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processo, além de reunida as condições da ação, procedo ao exame do MÉRITO.DO MÉRITO:De proêmio, convém observar que o presente feito obedeceu a todos os trâmites contidos na Lei nº 8.429/92 (LIA), principalmente quanto ao § 7º, do artigo 17, o qual dispõe da análise da manifestação prévia antes do recebimento da ação.Como é cediço a responsabilização pelos atos de improbidade administrativa se encontra disciplinada no § 4º, do artigo 37, da Constituição Federal, e atinge a administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, in verbis: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [... ] § 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. Constata-se do artigo acima transcrito que a improbidade administrativa é punível de forma autônoma e independente, tanto no âmbito civil, quanto no criminal.Na seara infraconstitucional, a Lei n.° 8.429/92, regulamentando o DISPOSITIVO constitucional supramencionado, estabeleceu três categorias de atos de improbidade administrativa, consoante se verifica nos artigos 9° (enriquecimento ilícito), 10 (prejuízo ao erário) e 11 (violação aos princípios), cujos preceitos são sancionados, respectivamente, pelos incisos I, II e III do artigo 12. E a teor do disposto nos artigos 1º, 2º, 3º e 6º da LIA, além do agente público, a sujeição do dever de probidade se estende a quaisquer outras pessoas, ainda que não servidores públicos, que estejam de algum modo vinculadas ao Poder Público, bem como aos terceiros que se beneficiem do ato de improbidade, dentre os quais se incluem as pessoas jurídicas, ainda que de direito privado. A esse respeito, pontua Wallace Paiva Martins Júnior o seguinte: estende a sujeição do dever de probidade administrativa (e a correlata legitimidade passiva na ação de aplicação das sanções da improbidade) ao beneficiário e ao partícipe, cúmplice ou co-autor do ato de improbidade administrativa, que podem ser agentes públicos ou não, pessoas físicas ou jurídicas (Probidade Administrativa, 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2006).Cita-se, ainda, a doutrina de Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves in Improbidade Administrativa: Também as pessoas jurídicas poderão figurar como terceiros na prática dos atos de improbidade, o que será normalmente verificado com a incorporação ao seu patrimônio dos bens públicos desviados pelo ímprobo. Contrariamente ao que ocorre com o agente público,

sujeito ativo dos atos de improbidade e necessariamente uma pessoa física, o art. 3º da Lei de Improbidade não faz qualquer distinção em relação aos terceiros, tendo previsto que 'as disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público [... ]', o que permite concluir que as pessoas jurídicas também estão incluídas sob tal epígrafe (5ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010).O exame dos requisitos essenciais para a configuração das modalidades de atos de improbidade desvenda a existência de controvérsia não só em relação à necessidade da identificação do elemento subjetivo (dolo ou culpa), mas também no que tange à sua correta subsunção.No caso em testilha, manejou o autor a presente ação sob a ótica da prática de condutas ímprobas praticadas pelos réus com espeque no artigo 10, caput, e incisos VIII e XI, da mencionada lei, que assim dispõe:Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:[ ..] VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente; [... ] XI liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.Segundo o autor, o conteúdo probatório amealhado aos autos faz constatar, sem sombra de dúvidas, que os réus, fazendo pouco-caso dos princípios que regem a Administração Pública, fraudaram e direcionaram os processos licitatórios Tomada de Preço n.º 003/2010 (processo administrativo n.º 1-394/2010 contrato n.º 010/2010) e Tomada de Preço n.º 003/2011 (processo administrativo n.º 1-231/2011 Convênio n.º 008/2009), causando prejuízo ao erário, no valor de R$1.130.358,92 (um milhão, cento e trinta mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos).O Autor assim individualizou o elemento subjetivo nas condutas dos réus:a) ROMEU REOLON, à época Prefeito de Alto Paraíso/RO, portanto, na condição de ordenador de despesas, autorizou a realização do processo licitatório Tomada de Preço n.º 003/2011, com o nítido intento de promover a contratação da empresa FORTI SOLO TERRAPLANAGEM LTDA, de modo a formalizar situação, de fato, já instalada, qual seja respaldar pagamentos de serviços de Terraplanagem em prol dessa empresa ré, os quais já vinha realizados, mesmo tendo passado poucos meses de sua contratação anterior, por meio da Tomada de Preço n.º 003/2010.b) SÉRGIO ADRIANO CAMARGO, no exercício da função de Secretário de Planejamento do Município de Alto Paraíso/RO, cônscio do direcionamento ocorrido no processo licitatório Tomada de Preço n.º 003/2011, pois teria dito a determinada testemunha que deveria desistir de participar do certame, uma vez que o serviço já estava sendo prestado pela empresa requerida FORTI SOLO TERRAPLANAGEM LTDA, liberou os pagamentos efetuados sem a devida contraprestação.c) FERNANDES LUCAS DA COSTA, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Licitação CPL, compactuando com todos os vícios e falsidades levados a efeito para direcionar certame e vedar a ampla participação de eventuais interessados, deixou de adotar as providências cabíveis e que dele se esperava.d) GILDO FERREIRA DE OLIVEIRA, na qualidade de Coordenador-geral de Projetos, atestou falsamente com os engenheiros representantes das empresas participantes da Tomada de Preço n.º 003/2011, consignando que supostamente teriam se deslocado aos locais em que seriam realizadas as obras, concorrendo para a frustração da ilicitude da competição.e) ANTÔNIO MARCOS DE OLIVEIRA, no exercício das funções do cargo de Secretário de Obras, não zelou para que o contrato oriundo da Tomada de Preços n.º 0003/2010 fosse regularmente cumprido.f) CARLOS EDUARDO DA COSTA, no exercício das funções do cargo de engenheiro do Município de Monte Negro, não fiscalizou efetivamente o cumprimento do contrato oriundo da Tomada de Preços n.º 003/2010, concorrendo para o prejuízo causado ao erário, decorrente da prestação irregular dos serviços contratados.g) FORTI-SOLO TERRAPLANAGEM LTDA-ME, pessoa jurídica e direito privado, responsável pela execução irregular do contrato firmado, ao lado de JOSÉ APARECIDO PASCOAL, participarem de um certame licitatório fraudulento e ilegal, bem como beneficiaram-se com a contratação direcionada e indevida.Pois bem. Feitas essas breves considerações, passo à análise dos fatos. A presente ação versa supostamente sobre reconhecimento de atos praticados sob a eiva da improbidade administrativa, bem como pedido de reparação pelos prejuízos causados ao erário. Não há controvérsia quanto a realização dos processos licitatórios Tomada de Preço n.º 003/2010 (processo administrativo n.º 1-394/2010 contrato n.º 010/2010) e Tomada de Preço n.º 003/2011 (processo administrativo n.º 1-231/2011 Convênio n.º 008/2009), deflagrados para a contratação de empresa especializada no ramo de terraplanagem para recuperação de estradas vicinais do Município de Alto Paraíso/RO. Dessa forma, o cerne da vexata quaestio cinge-se à verificação da existência de ato de improbidade administrativa nas condutas dos réus consubstanciadas em: 1) fraude e direcionamento nos processos licitatórios sobreditos (Tomadas de Preço n.º003/2010 e n. º003/2011); 2) (in)execução dos serviços contratados; e, 3) por fim, a (des)necessidade dos serviços supostamente prestados em decorrência do segundo procedimento licitatório, dada a alegada exiguidade de prazo entre os dois certames.Registro, de plano, que o conjunto probatório amealhado, ao contrário do que alega o autor ministerial, não faz constatar a tese por ele narrada. Denota, na verdade, a inexistência de qualquer elemento seguro e concreto indicativo de fraude ou eventual conluio direcionado a lesar os cofres públicos e/ou promover o enriquecimento ilícito dos réus ou de terceiro.Em verdade, nem durante as investigações e tampouco quando da instrução judicial descortinou-se qualquer elemento a evidenciar suposta articulação montada pelos requeridos para que a empresa ré FORTI-SOLO se sagrasse vencedora.Compulsando-se detidamente os autos, verifico que, em juízo (fls. 837-mídia), a testemunha denunciante/declarante Caroline, ao ser indagada pela Douta Promotora de Justiça acerca do alegado resultado antecipado do certame (direcionamento), no sentido de que a empresa requerida já estaria desenvolvendo os serviços licitados, verberou que houve uma confusão na hora dela anotar lá , referindo-se a pessoa servidora que procedeu com a colheita de seu Termo de Declarações, no âmbito da Promotoria de Justiça, fazendo menção a processo licitatório de outro Município, qual seja Monte Negro/RO.Outrossim, questionada sobre a alegada exigência de valor exorbitante para retirada do instrumento convocatório, a configurar verdadeira cláusula restritiva da ampla participação de eventuais terceiros licitantes interessados em concorrer no certame, esclareceu que a cobrança foi em Monte Negro , acrescentando em Alto Paraíso eles enrolaram para nos levar ao local onde seriam desenvolvidos os serviços Em complemento, a aludida testemunha aduziu que a desistência de participar da concorrência ocorreu porque o engenheiro era uma pessoa bem sistemática, bem correta , dando a entender que a demora de CONCLUSÃO dos procedimentos teria causado, nele, certa estranheza, pelo que verberou que ele achou que a gente tinha feito o serviço, tinha recebido e não tinha repassado para ele Ocorre que, ao ser ouvido, José Antonio Lopes, à época engenheiro da empresa pertencente a família da denunciante Caroline (V. Fernandes Cia Ltda), alegou que a desistência da licitação decorreu da falta de parte da documentação exigida, ante a demora de CONCLUSÃO procedimento junto ao CREA para aquisição de documento, a fim de ficar como responsável técnico da empresa referida (fls. 832-mídia).Ao lado disso, importante consignar o teor das declarações da testemunha Derson Celestino Pereira Filho (fls. 837-mídia), a qual trabalha no Departamento de Estradas e Rodagem de Rondônia (DER/RO), mais precisamente na localidade de Alto Paraíso, segundo o qual, em razão do período chuvoso da região ser muito intenso, é necessário que sejam realizadas obras de recuperação das estradas vicinais constantemente (todos os anos), sendo que em ocasiões críticas tal lapso é de apenas três

meses.Assim, levando-se em conta todo o trâmite de um processo licitatório que (por sua própria natureza pressupõe uma demora), conforme relatado pela testemunha em referência, dura, pelo menos, seis meses, entendo não ter restado configurada qualquer irregularidade entre o intervalo existente entre os dois certames (Tomada de Preço n.º 003/2010 e Tomada de Preço n.º 003/2011), porquanto não se pode desconsiderar as burocracias a serem enfrentadas no novo certame para se chegar ao seu termo final, quando somente então se possibilitará sejam os serviços usufruídos e/ou dispostos à municipalidade.In casu, muito embora a data de deflagração do processo Tomada de Preço n.º 003/2011 tenha sido realmente próxima da CONCLUSÃO da Tomada de Preço n.º 003/2010, tratando-se de serviço de infraestrutura extremamente essencial à população rural e, considerando a previsibilidade da demora inerente a todo procedimento licitatório, bem como os inequívocos prejuízos causados nas estradas durante o período chuvoso, não constato qualquer irregularidade em tais intervalos, uma vez que o mínimo que se teria era a realização anual do serviço, o que, no vertente caso, sequer ocorreu, vez que, o tempo entre a execução dos serviços licitados pelos dois procedimentos, consoante afirmado pelo próprio autor, em sua petição inicial, foi de dois anos (2010 e 2012). Anoto, a par disso, os esclarecimentos da testemunha Licélio José Pinto Ribeiro (fls. 837-mídia), engenheiro civil CREA n.º 861031670 que consultou moradores populares da localidade beneficiária dos serviços contratados e vistoriou as estradas objeto dos autos, confirmando o teor do LAUDO DE VISTORIA coligido às fls. 196/206 (anexos fls. 207/342 parte integrante), segundo o qual: a) a obra efetivamente foi realizada; b) que ambos os serviços foram realizados em um intervalo de, aproximadamente, 02 anos; c) considerando o período de chuva da região, cada obra dessa natureza leva em média 06 meses para ser executada; [ ].Desta forma, como se observa do caderno processual, não há como entender que a contratação em referência fosse desnecessária, e nem mesmo que os serviços licitados efetivamente não foram prestados, como pretende o Órgão Ministerial, ônus que lhe competia, por força do disposto no artigo 373, I, do CPC, uma vez que, ao revés do quanto por ele alegado, restou demonstrado que o serviço foi devidamente prestado à municipalidade.De acordo com o sistema processual de distribuição do ônus da prova, cumpria ao autor demonstrar, de forma contundente, o fato constitutivo de seu direito, ou seja, os prejuízos ao erário e à afronta a princípios que regem a Administração Pública, em observância ao disposto no artigo referido supra. Neste diapasão, Humberto Theodoro Júnior leciona, que: No processo civil, onde quase sempre predomina o princípio DISPOSITIVO, que entrega a sorte da causa à diligência ou interesse da parte, assume especial relevância a questão pertinente ao ônus da prova. Esse ônus consiste na conduta processual exigida da parte para que a verdade dos fatos por ela arrolados seja admitida pelo juiz [... ] Não há um dever de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados e do qual depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Isto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente. No dizer de Kish, o ônus da prova vem a ser, portanto, a necessidade de provar para vencer a causa, de sorte que nela se pode ver uma imposição e uma sanção de ordem processual [ ] Por outro lado, de quem quer que seja o onus probandi, a prova, para ser eficaz, há de apresentar-se como completa e convincente a respeito do fato de que deriva o direito discutido no processo. Falta de prova e prova incompleta equivalem-se, na sistemática do ônus da prova" (Curso de Direito Processual Civil, Vol. I, 12ª ed., Ed. Forense, p. 419/420). Por fim, ressalto a narrativa de Edson Hipolito (fls. 832-mídia), segundo o qual houve a necessidade de cancelamento do empenho para, posteriormente, reempenhá-lo com recursos próprios, porquanto não havia recursos disponíveis, razão pela qual justificou terem ocorridos os novos empenhos de forma fracionada.Destarte, nada obstante a conduta narrada seja irregular, dela não se infere, com âncora nos elementos produzidos nos autos, a ocorrência de prejuízo ao tesouro municipal, ou ainda, gravidade exacerbada a recomendar punição tão severa, como é o sancionamento nos termos da LIA. Anoto, neste ponto, que diante da inexistência de lesividade ao erário, o ressarcimento aos cofres públicos é incabível, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração Pública Municipal. Com efeito, a lesão ao patrimônio público exige a prova de sua ocorrência, mercê da impossibilidade de condenação ao ressarcimento ao erário de dano hipotético ou presumido.Nesse sentido: ADMINISTRATIVO. SIMULAÇÃO DE LICITAÇÃO. TIPIFICAÇÃO COMO ATO DE IMPROBIDADE QUE CAUSA PREJUÍZO AO ERÁRIO (ARTIGO 10 DA LEI Nº 9.429/92). AUSÊNCIA DE PROVA DO DANO. PRECEDENTES DO STJ. ATO DE IMPROBIDADE QUE ATENTA CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CARACTERIZAÇÃO. SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 12, INCISO III, DA LEI Nº 8.429/92. ANÁLISE DA GRAVIDADE DO FATO. SÚMULA 7/STJ. APLICAÇÃO. 1. O enquadramento do ato de frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente na categoria de improbidade administrativa ensejadora de prejuízo ao erário (inciso VIII do artigo 10 da Lei 8.429/92) reclama a comprovação do efetivo dano ao patrimônio público, cuja preservação configura o objeto da tutela normativa (Precedentes do STJ). [...] 3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido (REsp n. 1169153/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 16/8/2011, DJe 24/8/2011).APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VENDA DE PEDRAS POR VALOR ABAIXO DO PREÇO FIXADO NA TABELA. DANO AO ERÁRIO NÃO DEMONSTRADO. O elemento do tipo que caracteriza a conduta imputada aos réus é o efetivo prejuízo ao erário, não se admitindo o dano presumido. Hipótese que não restou configurada a improbidade administrativa pela inexistência de provas quanto ao dano econômico causado aos cofres públicos em decorrência dos atos de má gestão atribuídos ao réu em proveito da empresa demandada. Impossibilidade de subsunção do ato reputado ímprobo ao tipo previsto no artigo 10 da LIA. Precedentes do STJ e desta Corte. SENTENÇA mantida. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. (TJ-RS - AC: 70060454048 RS, Relator: Sergio Luiz Grassi Beck, Data de Julgamento: 20/08/2014, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 15/09/2014)APELAÇÃO IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA Rejeição da ação com fundamento no § 8º, do art. 17, da Lei nº 8.429/92 Contratação por prazo determinado de servidora, sem concurso público - Possibilidade Contratação que se deu por situação de emergência e dentro das normas que excepcionam a regra Servidora que se submeteu a processo seletivo Prorrogações do contrato de trabalho que ultrapassaram o prazo máximo previsto em legislação municipal Irregularidade sanada com a dispensa da servidora Ausência de prejuízo ao erário, ante a efetiva prestação de serviços pela servidora Ausência de dolo ou culpa do agente público Irregularidade que não caracterizou ato de improbidade - SENTENÇA mantida Recurso não provido. (TJSP; Apelação 1002348-04.2014.8.26.0189; Relator (a): Ponte Neto; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Público; Foro de Fernandópolis - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 27/01/2016; Data de Registro: 27/01/2016). AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESPONSABILIDADE POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA Ajuizamento pelo Ministério Público objetivando o reconhecimento da prática de atos de improbidade administrativa na contratação temporária de agentes comunitários de saúde, com base em processo seletivo simplificado SENTENÇA de procedência do pedido inicial que não merece subsistir Hipótese em que não ficou caracterizada a prática de atos de improbidade administrativa tipificados no artigo 11, caput e inciso I, da Lei Federal nº 8.429/92, sancionáveis por aplicação do disposto no artigo 12, inciso III, da mesma lei Elementos de convicção que evidenciam a efetivação daquelas admissões com vistas à continuidade da prestação de serviço

público essencial, tendo em consideração o iminente encerramento de todos os contratos das equipes do Programa de Saúde da Família Providência que realmente encontrava expressa vedação no artigo 16 da Lei Federal nº 11.350/2006, bem como no artigo 37, incisos II e IX, da Constituição Federal Ilegalidade evidenciada, no entanto, que não basta à caracterização do ato de improbidade administrativa, sendo imprescindível à tipificação da conduta prevista no artigo 11 da Lei Federal nº 8.429/92 a presença do elemento doloso, consistente na atuação com manifesta má-fé, visando a beneficiar a si ou a terceiros Realidade fática, ademais, que não evidencia prejuízo ao patrimônio público, haja vista que os serviços contratados foram regularmente prestados, e nem sequer demonstram desonestidade, abuso ou fraude na atuação dos envolvidos, arredando a possibilidade de punição com fundamento nessa legislação federal Apelo dos acionados providos, para julgar improcedente o pedido inicial. (TJSP; Apelação 0001519-23.2012.8.26.0185; Relator (a): Paulo Dimas Mascaretti; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Público; Foro de Estrela D'Oeste Vara Única; Data do Julgamento: 18/03/2015; Data de Registro: 18/03/2015). Outrossim, em caso análogo ao retratado nestes autos, o egrégio TJRO assim decidiu:AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DANO AO ERÁRIO. COMPROVAÇÃO. DOLO OU CULPA. AUSÊNCIA. CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. [ ] O dano material ao erário reclama a prova efetiva de sua ocorrência, porquanto é defesa condenação para recomposição de dano hipotético ou presumido. Ademais, à míngua de prova respeitante ao prejuízo, o eventual ressarcimento caracteriza locupletamento indevido (Apelação Cível n. 00089536020078220020, Rel. Des. Rowilson Teixeira, j. 8/9/2011). Ação civil pública. Improbidade administrativa. Prescrição das penas não patrimoniais. Ressarcimento ao erário. Imprescritibilidade. As penas não patrimoniais, à exceção da sanção de ressarcimento ao erário (art. 37, § 4º, da Lei n. 8.429/92), são atingidas pelo instituto da prescrição, se a ação de improbidade não for ajuizada até cinco anos após o término do exercício de mandato. Dano ao erário. Ausência de comprovação. Condenação. Impossibilidade. A tipificação da lesão ao patrimônio público exige a prova de sua ocorrência, mercê da impossibilidade de condenação ao ressarcimento ao erário de dano hipotético ou presumido. (TJ-RO-APL: 00086685420128220000 RO 0008668-54.2012.822.0000, Relator: Desembargador Rowilson Teixeira, 1ª Câmara Especial, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 01/04/2013.)REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. FALTA DE PROVAS. CONDUTA NÃO CONFIGURADA. A conduta ímproba é aplicável ao agente público, que, por dolo ou culpa, cause prejuízo ao erário, ou, por dolo, importe em enriquecimento ilícito, ou atente contra os princípios da Administração Pública de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, por ação ou omissão. O autor precisa demonstrar que o agente praticou a conduta de forma inequívoca, pois a condenação influirá na esfera dos direitos fundamentais do agente público, e, dessa forma, a condenação deve ser precedida de larga convicção em comprovar os atos de improbidade administrativa. SENTENÇA mantida. (TJ-RO-REEX: 00002465120128220013 RO 0000246-51.2012.822.0013, Relator: Desembargador Oudivanil de Marins, Data de Julgamento: 11/05/2017, 1ª Câmara Especial, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 18/05/2017.)Como se pode ver, não há que se falar em punição do agente se o ato, embora ilegal, não foi capaz de produzir um evento lesivo e nem se produziu prova de haver a ação levado ao enriquecimento ilícito do agente. Além do mais, consoante apregoa a jurisprudência do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA que não se pode confundir improbidade com simples ilegalidade. A improbidade é a ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. (AgRg no REsp 1500812, j. 21.5.15, rel. Min. CAMPBELL MARQUES).E da análise joeirada dos autos não se retira elementos mínimos que demonstrem a presença de dolo, má-fé ou culpa grave da parte dos envolvidos, razão pela qual improcede também o pedido para reconhecimento da prática de ato de improbidade administrativa prevista no artigo 11, caput, da LIA. Ao revés disso, entendo que, teria restado configurada a improbidade administrativa, caso o administrador tivesse agido com descaso na conservação do patrimônio público, consoante se infere do teor do disposto no artigo 10, X, da Lei 8.429/92 que assim dispõe:Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento, ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:[ ] X agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;Como se pode inferir, incide no disposto supra, o administrador que age de forma negligente, não providenciando a conservação de estrada vicinal, gerando a deterioração do patrimônio público, que, neste caso concreto, é a própria estrada, bem de uso comum do povo e, portanto, imprescindível para a locomoção de milhares de cidadãos. Decerto, nos termos da repartição constitucional de competências entre as entidades federativas, a Constituição Federal atribuiu aos municípios o poder-dever de executar obras para a promoção da integração entre as diversas regiões do município e a sua zona urbana, por se tratar de matéria de nítido interesse local. A Carta Magna também atribuiu ao município o poder-dever de disponibilizar o transporte público intramunicipal, de interesse nitidamente local. Sob a mesma ótica a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), atribui ao município, através de sua política urbana, o dever de promover a integração e complementariedade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência. Vejamos o teor do artigo 2º, VII, da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades):Art. 2º. A política urbana tem por objeto ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:[ ] VII integração e complementariedade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;A esse respeito, Hely Lopes Meirelles, em sua obra Direito Municipal Brasileiro, explicou que As estradas vicinais, assim entendidas as vias federais de comunicação da cidade e vilas com a zona rural, são da alçada exclusiva do Município Logo, imprescindível destacar que eventual negligência neste sentido, implicaria em frontal ofensa ao princípio da eficiência no serviço público, um dos principais vetores da Administração Pública, por ser princípio previsto expressamente no artigo 37, caput, da Constituição Federal.Nas lições dos mestres Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves o Poder Público deve buscar o bem comum, utilizando-se de meios idôneos e adequados à consecução de tais objetivos, assegurando um certo padrão de qualidade em seus atos (in Improbridade Administrativa, Editora Lumen Juris, 5ª Edição, página 66).O princípio da eficiência consagra a tese de que a atividade estatal será norteada por parâmetros de economia e de celeridade na gestão de recursos públicos, utilizará adequadamente os meios materiais ao seu dispor e que não será direcionada unicamente à busca de um bom resultado, mas sim, que deve visar, de forma incessante, ao melhor resultado para os administrados. Com isto, o próprio vetor da legalidade passará a ser valorado sob uma ótica material, deixando de ser analisado sob um prisma meramente formal.Referido princípio garante aos usuários dos serviços públicos um mecanismo para a busca de seu constante aperfeiçoamento, permitindo sua adequação aos valores e às necessidades do grupamento no momento de sua prestação. Não é por outra razão que a EC nº 19/98, ao modificar o artigo 37, § 3º, da CF, estimulou a participação do usuário dos serviços públicos com o fim de buscar o aperfeiçoamento da atividade estatal.Ademais, não se deve perder de vista que eficiência, moralidade e legalidade não são premissas conceituais antinômicas. Pelo contrário, integram-se e complementam-se, o que exige do agente a busca incessante do melhor resultado, sem descurar dos mandamentos legais e dos padrões éticos subjacentes ao bom administrador. Além disso, a

eficiência se correlaciona com outros princípios, como o da proporcionalidade, apresentando-se como importante diretriz para aferir a sua observância pelo administrador.O objetivo do princípio da eficiência é assegurar que os serviços públicos sejam prestados com adequação às necessidades da sociedade que os custeia. Eficiência tem como corolário a boa qualidade. A partir da positivação desse princípio como norte da atividade administrativa, a sociedade passa a dispor de base jurídica expressa para exigir a efetividade do exercício de direitos sociais, bem como para reivindicar a qualidade das obras e atividades públicas. Percebe-se que, sendo princípio expresso, a eficiência indiscutivelmente integra o controle de legalidade ou legitimidade, e não de MÉRITO administrativo. Efetivamente, a atuação eficiente não é questão de conveniência e oportunidade administrativa, mas sim uma obrigação do administrador.Assim, pelas razões assinaladas, não havendo nos autos elementos suficientes a caracterizar os atos de improbidade administrativa, a improcedência dos pedidos iniciais é medida que se impõe.São esses os fundamentos jurídicos e fáticos, concretamente aplicados ao caso, suficientes ao julgamento da presente lide, considerando que outros argumentos deduzidos pelas partes no processo, referem-se a pontos irrelevantes ao deslinde da causa, incapazes de infirmarem a CONCLUSÃO adotada na presente SENTENÇA, cumprindo-se os termos do artigo 489 do Código de Processo Civil, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo, para que possa ser considerada fundamentada a DECISÃO, o juiz deverá examinar todos os argumentos trazidos pelas partes, que sejam capazes, por si sós e em tese, de infirmar a CONCLUSÃO que embasou a DECISÃO (Comentários ao Código de Processo Civil - Novo CPC Lei 13.105/2015, Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, 2015). ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais deduzidos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA em desfavor de ROMEU REOLON, SÉRGIO ADRIANO CAMARGO, FERNANDES LUCAS DA COSTA, GILDO FERREIRA DE OLIVEIRA, ANTÔNIO MARCOS DE OLIVEIRA, CARLOS EDUARDO DA COSTA, FORTI SOLO TERRAPLANAGEM LTDA-ME e JOSÉ APARECIDO PASCOAL.Revogo a liminar concedida (fls. 27/29). Promova-se o levantamento de todas as restrições e medidas constritivas decretadas no curso do processo.Por conseguinte, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, extingo o feito com resolução de MÉRITO.Sem condenação em honorários e custas, por se tratar de ação civil pública (Lei 7.347/85, art. 17).De modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado. Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo a quo (CPC, art. 1.010), sem nova CONCLUSÃO, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.P. R. I. CAriquemes-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0002673-54.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Daihana Borge Borille
Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433), Sérgio Fernando Cesar (OAB/RO 7449)
Requerido:Bradesco Administradora de Consórcios Ltda
Advogado:Anne Botelho Cordeiro (RO 4370), Lucyanne C. Brandt Hitzeschky (RO 4659), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre as decisões abaixo transcritas:
Vara: 3ª Vara Cível
Processo: 0002673-54.2012.8.22.0002
Classe: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Daihana Borge Borille
Requerido: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda
Vistos.
Compulsando os autos, verifico que o DESPACHO de folhas 147 não foi publicado no Diário de Justiça, conforme descrito na certidão colacionada às folhas 161-vº.
Desta feita, publique-se o DESPACHO de folhas 147, cientificando os representantes processuais a respeito da inexistência de bloqueio judicial realizado nestes autos que impeça a devolução dos valores pagos pela autora, até o momento que estava adimplente no grupo de consórcio de bens imóveis de n.º 0532, cota 109, do contrato n.º037410.
Promova o necessário.
Ariquemes-RO, terça-feira, 30 de janeiro de 2018.
Adip Chaim Elias Homsi Neto
Juiz de Direito
DECISÃO de fls. 147.

Vara: 3ª Vara Cível
Processo: 0002673-54.2012.8.22.0002
Classe: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Daihana Borge Borille
Requerido: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda
Vistos, etc.
Oficie-se ao réu informando-lhe que inexiste qualquer bloqueio judicial realizado nestes autos que impeça a devolução dos valores pagos pela autora até o momento que estava adimplente no grupo de consórcio de bens imóveis de n. 0532, cota 109, do contrato de n. 037410, na hipotese contemplada nesta petição.
Em mais nada sendo requerido em 05 dias, retornem os autos ao arquivo.
Ariquemes-RO, sexta-feira, 12 de janeiro de 2018.
Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira
Juiz de Direito
Pauliane Mezabarba
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 Processo nº: 7010551-32.2017.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Protocolado em: 30/08/2017 14:54:51
AUTOR: DAIANE COSTA RODRIGUES
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL, INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DESPACHO
Vistos.
Considerando que, por um lapso, a solenidade anteriormente agendada para o dia 12/02/2017, fora marcada para data em que não havia expediente forense, dou-a por prejudicada e REDESIGNO a audiência de instrução para o dia 04/04/2018, às 08h30min.
Intimem-se, com urgência, acerca da nova data.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 21 de fevereiro de 2018
MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº 0026131-42.2008.8.22.0002
Polo Ativo: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESTADO DE RONDONIA e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: N C INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP e outros
Advogados do(a) EXECUTADO: VERGILIO PEREIRA REZENDE - RO0004068, GUSTAVO HENRIQUE MACHADO MENDES - RO0004636
Advogados do(a) EXECUTADO: VERGILIO PEREIRA REZENDE - RO0004068, GUSTAVO HENRIQUE MACHADO MENDES - RO0004636
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogados do(a) EXECUTADO: VERGILIO PEREIRA REZENDE - RO0004068, GUSTAVO HENRIQUE MACHADO MENDES - RO0004636
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG. Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ariquemes, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 Processo: 7009660-11.2017.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Valor da Causa: R$ 15.636,38
Nome do autor: Nome: MARCIA DE AZEVEDO ENCIZO
Endereço: Avenida dos Diamantes, 1649, - de 1483 a 1767 - lado ímpar, Parque das Gemas, Ariquemes - RO - CEP: 76875-835
Advogado do autor: Advogado(s) do reclamante: BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO
Nome do réu: Nome: A. M. DA SILVA - ME
Endereço: Rua Alexandre Guimarães, 2107, - de 2087 a 2289 - lado ímpar, Mato Grosso, Porto Velho - RO - CEP: 76804-383
Advogado(s) do reclamado: MARCELO DUARTE CAPELETTE
SENTENÇA
Vistos.
Versam os autos em ação declaratória de inexistência de débitos e indenização por danos materiais e morais proposta por MARCIA DE AZEVEDO ENCISO em face de A.M DA SILVA ME. Segunda narra a exordial a parte autora adquiriu produtos da requerente, passando a ser devedora do valor de R$598,00 (quinhentos e noventa e oito reais) através da assinatura de uma nota promissória e que, posteriormente, seriam encaminhados boletos bancários possibilitando o adimplemento da dívida. Afirma que os boletos nunca foram enviados, razão pela qual entrou em contato com a requerida e firmou acordo para o pagamento através de boleto bancário. Menciona que já estava protestada quando entrou em contato com a requerida para tomar conhecimento dos boletos não encaminhado, tendo sido informada que, com o pagamento da primeira parcela, seria dado baixa nos protestos. Aduz que mesmo com o pagamento da parcela, seu nome permaneceu protestado, razão pela qual pugna pela condenação em danos morais. Com a inicial, juntou documentos.
O pedido de liminar foi deferido (id 13915430).
Citada, a ré ofereceu contestação (id 14970571). Na oportunidade, não arguiu preliminares e, no MÉRITO, sustenta a existência de negócio jurídico entre as partes, a qual não foi adimplida pela parte autora, justificando o protesto. Rebateu o pedido indenizatório e a ausência do dano. Pugnou pela improcedência do pleito autoral. Juntou documentos.
Houve réplica (id 15974505).
Vieram-me os autos conclusos.
É, em essência, o relatório. Fundamento e DECIDO.
Versam os autos sobre ação declaratória de inexistência de débito e indenizatória por danos morais.
Do julgamento antecipado:
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.
Ademais, o Excelso Supremo Tribunal Federal já de há muito se posicionou no sentido de que a necessidade de produção de prova em audiência há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos da causa estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do magistrado [(RTJ 115/789)(STF- RESP- 101171 - Relator: Ministro Francisco Rezek)].
A esse respeito, confira-se:
"O propósito de produção de provas não obsta ao julgamento antecipado da lide, se os aspectos decisivos da causa se mostram suficientes para embasar o convencimento do magistrado" (Supremo Tribunal Federal RE96725 RS - Relator: Ministro Rafael Mayer).
As provas produzidas nos autos não necessitam de outras para o justo deslinde da questão, nem deixam margem de dúvida. Por outro lado, "o julgamento antecipado da lide, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa, já que cabe ao magistrado apreciar livremente as provas dos autos, indeferindo aquelas que considere inúteis ou meramente protelatórias" (STJ.- 3ª Turma, Resp 251.038/SP, j. 18.02.2003, Rel. Min. Castro Filho).
Sobre o tema, já se manifestou inúmeras vezes o Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício de sua competência constitucional de Corte uniformizadora da interpretação de lei federal:
"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESOLUÇÃO DE CONTRATO. INEXECUÇÃO NÃO DEMONSTRADA. PROVA NÃO PRODUZIDA. DESNECESSIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 07/STJ. 1. Não configura o cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova testemunhal ou pericial requerida. Hão de ser levados em consideração o princípio da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz, que, nos termos do art. 130 do Código de Processo Civil, permitem ao julgador determinar as provas que entende necessárias à instrução do processo, bem como o indeferimento daquelas que considerar inúteis ou protelatórias. Revisão vedada pela Súmula 7 do STJ. 2. Tendo a Corte de origem firmado a compreensão no sentido de que existiriam nos autos provas suficientes para o deslinde da controvérsia, rever tal posicionamento demandaria o reexame do conjunto probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental não provido." (AgRg no Ag 1350955/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 18/10/2011, DJe 04/11/2011).
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS Á EXECUÇÃO DE TÍTULO CAMBIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. I - Para que se tenha por caracterizado o cerceamento de defesa, em decorrência do

indeferimento de pedido de produção de prova, faz-se necessário que, confrontada a prova requerida com os demais elementos de convicção carreados aos autos, essa não só apresente capacidade potencial de demonstrar o fato alegado, como também o conhecimento desse fato se mostre indispensável à solução da controvérsia, sem o que fica legitimado o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil." (STJ-SP- 3 a Turma, Resp 251.038 – Edcl no AgRg, Rel. Min. Castro Filho).

Consoante os Julgados acima expostos, nos quais espelho meu convencimento da desnecessidade da produção de prova diante da suficiência de todas aquelas acostadas aos autos, passo ao julgamento da causa.

Do MÉRITO:

Alega, a parte autora, que merece reparação pelo dano moral sofrido em razão do registro de protesto em seu nome, mesmo tendo realizado o pagamento da dívida, caracterizando-se, assim, indevidas a cobrança e a negativação.

Acentua que a questão da ilicitude se encontra no fato de que a cobrança e a inscrição foram efetuadas mesmo com o pagamento do débito.

Pois bem.

Cinge-se a questão quanto a legalidade do registro do protesto em seu nome, quando este supostamente teria efetuado a quitação da dívida, bem como a potencialidade de caracterização do direito à indenização por dano moral.

De proêmio, verifico que restou devidamente comprovado que a parte requerente foi protestada pela parte requerida, conforme Certidões coligidas aos autos (id 12336586), cujos protestos foram registrados nas datas de 05/06/2017 e 05/07/2017.

Ocorre que, a parte autora, angariou aos autos, comprovante de pagamento do débito apontado, nas datas de 04/05/2017, 19/05/2017 e 20/06/2017, todos coligidos ao id 12336612.

Logo, através dos documentos acostados, resta demonstrado que os protestos foram registrados aproximadamente 60 dias depois da realização do pagamento pela parte autora, ou seja, já não havia mais inadimplência, portanto, indevidos.

Nesta senda, inequívoco que os argumentos vertidos pela requerida não se sustentam, porquanto "o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços". Além disso, "o fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar […] que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste" ou "a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro" (CDC, art. 14 caput, primeira parte e § 3º, I e II).

Portanto, à ré cabia comprovar a licitude do apontamento que perpetrou em protesto, sendo dela o dever de cautelas necessárias referentes a confirmação do pagamento do débito (art. 42 do CDC).

Dessa forma, não pode haver um ônus ao consumidor adimplente (parte autora) pelo defeito na comunicação das verbas relativas a pagamentos de clientes na instituição ré, uma vez que é inerente à própria atividade comercial por ela desenvolvida, configurando o ato como fortuito interno, incapaz de excluir o nexo de causalidade.

Sabe-se que a simples inscrição indevida do nome no rol de maus pagadores ou protesto indevido enseja indenização, ante as inevitáveis consequências advindas de tal ato.

Nesse sentido, confira-se:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE INADIMPLENTES - CONTESTAÇÃO DA ASSINATURA CONSTANTE NO CONTRATO - ÔNUS DA PROVA - PARTE QUE PRODUZIU O DOCUMENTO - RESPONSABILIDADE DA REQUERIDA - DANO MORAL CONFIGURADO - INDENIZAÇÃO DEVIDA - QUANTUM - MANTIDO - ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DO TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA - POSSIBILIDADE - RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. - […] A inscrição indevida em cadastro de inadimplentes, por si só, ocasiona danos morais, a serem ressarcidos, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. - O valor da indenização por dano moral deve ser fixado atendendo-se ao duplo objetivo da reparação moral, e, ainda, aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para o caso em comento. […] (TJ-MG - AC: 10567130019035001 MG, Relator: Edison Feital Leite, Data de Julgamento: 10/09/2015, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/09/2015)

Assim, considerando-se as peculiaridades do vertente caso, entendo perfeitamente caracterizado o prejuízo sofrido, em virtude da inclusão do nome da parte autora naquele cadastro, mesmo diante da inequívoca quitação da dívida.

O dano moral tem caráter subjetivo, devido à natureza do fato, que parta uma carga ofensiva à honra, à boa fama, à dignidade, ao conceito social e ao bom nome da pessoa alvejada. Contudo, em relação ao crédito perturbado, tais cargas são evidentes e, pondo às claras, invoca-se a lição do eminente Yussef Said Cahali, para quem:

O crédito, na conjuntura atual, representa um bem imaterial que integra o patrimônio econômico e moral das pessoas, sejam elas comerciantes ou não, profissionais ou não, de modo que a sua proteção não pode ficar restrita àqueles que dele fazem uso em suas atividades especulativas; o abalo de credibilidade molesta igualmente o particular, no que vê empenhada a sua honorabilidade, a sua imagem, reduzindo o seu conceito perante os cidadãos; o crédito (em sentido amplo) representa um cartão que estampa a nossa personalidade, e em razão de cujo conteúdo seremos bem ou mal recebidos pelas pessoas que conosco se relacionam na diuturnidade da vida privada. (Dano Moral, 2ª ed., RT)

Acerca deste assunto, restou decidido pelo colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA que aquele que:

"promove a indevida inscrição de devedor no SPC e em outros bancos de dados responde pela reparação do dano moral que decorre dessa inscrição. A exigência de prova de dano moral (extrapatrimonial) se satisfaz com a demonstração da existência da inscrição irregular." (REsp n. 51.158)

Assim sendo, basta o protesto indevido, para configuração dos danos morais, ante a evidência dos consequentes transtornos advindos.

No caso em liça, os danos morais são patentes, pelos abalos, transtornos, e desequilíbrio emocional que lhe foram impostos, inclusive com a sensação de impotência em face do descaso da parte ré, que atuou de forma desidiosa e contrária ao direito.

No tocante à verba indenizatória, sabe-se que o valor imposto a título de indenização não deve representar um enriquecimento sem causa para quem o pleiteia, devendo a quantia imposta ser suficiente para desestimular o ofensor à reiteração da prática danosa.

Destarte, cabe ao prudente arbítrio do Juiz, fixar verba que deva corresponder, possivelmente, à situação socioeconômica de ambas as partes, avaliando-se a repercussão do evento danoso na vida pessoal da vítima.

Além disso, frise-se entendimento pacífico das Cortes de Justiça deste país, no sentido de que o valor arbitrado na indenização por dano moral deve ser moderado e equitativo, atendo-se às circunstâncias de cada caso. Desta feita, ao fixar o quantum ressarcitório respeitar-se-á o seu duplo efeito: ressarcitório e punitivo. A indenização não pode ser irrisória, de modo a estimular a reiteração da prática danosa.

Assim, ante essas peculiaridades, no presente caso e, observadas tais premissas, a verba há de ser fixada no patamar de R$8.000,00 (oito mil reais), estabelecendo-se, desta maneira, um critério de razoabilidade, tendente a reconhecer e condenar o infrator a pagar valor que não importe enriquecimento sem causa, para aquele que suporta o dano e que sirva de reprimenda ao autor do ato lesivo, a fim desestimular a reiteração da prática danosa.

Por derradeiro, para evitar a costumeira oposição de embargos declaratórios voltados ao prequestionamento ou suposta contrariedade a regra do art. 489, §1º, IV, do CPC, tenho por expressamente ventilados, neste grau de jurisdição, todos os

DISPOSITIVO s constitucionais e legais citados na fase de conhecimento, bem como que as questões trazidas pelas partes e não abordadas nesta DECISÃO decorrem da insuficiência de infirmarem (enfraquecer) a CONCLUSÃO ora adotada. É importante registrar que a função do juiz é decidir a lide e apontar, direta e objetivamente, os fundamentos que, para julgar, pareceram-lhe suficientes para tal fim. Neste sentido, tem-se: STF, RT 703/226; STJ-Corte Especial, RSTJ 157/27 e, ainda, STJ-1ª Seção, EDcl no MS 21.315-DF.
ANTE AO EXPOSTO, confirmo a tutela antecipada concedida e julgo PROCEDENTE o pedido inicial, o que faço para:
a) DECLARAR a inexistência dos débitos debatidos e determinar o cancelamento de eventuais protestos ainda existentes, demonstrados através das certidões colacionadas ao id 12336586;
b) CONDENAR a A.M DA SILVA ME ao pagamento de indenização por danos morais, fixada em R$8.000,00 (oito mil reais), com juros de mora de 1% ao mês, incidentes desde a data do evento danoso (Súmula 54/STJ) e sem prejuízo da correção monetária, esta calculada a partir da data da prolação desta SENTENÇA (Súmula 362/STJ), além da obrigação de arcar, ainda, com os emolumentos ao Tabelião.
Condeno a requerida, sucumbente, nas custas processuais e honorários sucumbenciais que arbitro em 20% do valor da condenação atualizado, dado o grau de zelo do profissional, a demora na solução da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC.
Oficie-se o Cartório de Protesto competente.
Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.
P.R.I. C.
Ariquemes, 21 de fevereiro de 2018
MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 Processo: 7001820-13.2018.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Valor da Causa: R$ 3.045,00
Nome: JOSIMAR BELISARIO VIEIRA
Endereço: LC-15, lote 14, gleba 28, s/n, Zona Rural, Cacaulândia - RO - CEP: 76889-000
Advogados do(a) AUTOR: VALDECIR BATISTA - RO0004271, SONIA SANTUZZI ZUCCOLOTTO BATISTA - RO8728
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Defiro, por ora, a gratuidade postulada.
JOSIMAR BELISARIO VIEIRA ingressou com a presente ação em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, objetivando a concessão de benefício previdenciário.
Em razão do indeferimento administrativo e como o réu não está comparecendo nas audiências designadas pelo juízo sob a justificativa do reduzido quadro de procuradores, vislumbro que não terá interesse na composição antes da instrução processual, que será tentada caso sinalize em sua resposta, mas que nessa fase preliminar serviria apenas como obstáculo à tempestiva e razoável duração do processo.
Dessa forma, cite-se o réu para, querendo, CONTESTAR o pedido nos termos do art. 183 do CPC, bem como juntar aos autos cópia do processo administrativo, conforme pontuado na Recomendação Conjunta n. 1, de 15/12/2015 do CNJ.
Com a contestação, caso sejam alegadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 337 do CPC e/ou proposta de acordo, intime-se o autor para manifestar em RÉPLICA no prazo de 15 (quinze) dias, podendo apresentar prova quanto aos fatos alegados.
Em seguida, tornem conclusos para saneamento, nos termos do art. 347 do CPC.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018
MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 Processo: 7000413-06.2017.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Valor da Causa: R$ 19.450,00
Nome: ELTON PETRY
Endereço: CENTRO, 3714, CENTRO, Alto Paraíso - RO - CEP: 76862-000
Advogado do(a) AUTOR: MARIA DE FATIMA DA SILVA DOS SANTOS - RO0006829
Nome: SOLETROL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Endereço: ROD MARECHAL RONDON S/N- KM 274, 274, 274, CENTRO, São Manuel - SP - CEP: 18650-000
Advogados do(a) RÉU: FABIO LUIZ ANGELLA - SP286131, EZIO ANTONIO WINCKLER FILHO - SP154938
DECISÃO
Vistos.
Avoco os autos.
Compulsando-se o decisum de fls. 166/168, verifico a existência de erro material constante do quarto parágrafo de seu DISPOSITIVO. Assim, nos termos do art. 1.022, III, do CPC, CORRIJO-O, para que passe a constar as seguintes informações:
“c) Condenar o requerido ao pagamento da quantia de R$5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, corrigida monetariamente desde o arbitramento e segundo os índices divulgados pelo e. TJRO, e juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da SENTENÇA (S. 362, STJ);”.
Com relação às demais determinações, persiste a DECISÃO tal como está lançada.
Intimem-se.
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018
MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº 0010574-73.2012.8.22.0002
Polo Ativo: ANGELA CRISTINA BROENSTRUP FÉLIX
Advogado do(a) EXEQUENTE: FABIANO REGES FERNANDES - RO0004806
Polo Passivo: NELSON BELTRÃO
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 Processo: 7007801-57.2017.8.22.0002
Classe: MONITÓRIA (40)
Valor da Causa: R$ 10.210,95
Nome: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO VALE DO JAMARI - SICOOB VALE DO JAMARI
Endereço: Av Ayrton Senna, 1109, setor 01, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Advogado do(a) AUTOR: SELVA SIRIA SILVA CHAVES GUIMARAES - RO0005007
Nome: TAISA DE OLIVEIRA FRANCA
Endereço: Rua Gralha azul, 2026, centro, Cujubim - RO - CEP: 76864-000
Nome: C.F.J. MADEIRAS LTDA - ME
Endereço: Rua Gralha azul, 2026, centro, Cujubim - RO - CEP: 76864-000 Endereço: Rua Gralha azul, 2026, centro, Cujubim - RO - CEP: 76864-000
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Para evitar futura arguição de nulidade, INDEFIRO o pedido de citação por edital, uma vez que não foram esgotados todos os meios possíveis de localização da parte ré.
Por oportuno, tendo em vista a imprescindibilidade de endereço da requerida para a escorreita citação e, via de consequência, formação da relação jurídico-processual, bem como considerando que as diligências via Sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD não são gratuitas, conforme dispõe o art. 17 do Regimento de Custas do TJRO, intime-se a parte interessada para, no prazo de 15 dias, juntar aos autos o comprovante do pagamento da consulta pretendida, sob pena de arquivamento do feito.
Art. 17. O requerimento de buscas de endereços, bloqueio de bens ou quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, deverá ser instruído com comprovante do pagamento da diligência, no valor de R$15,00 (quinze reais) para cada uma delas.
Intime-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018
MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 Processo: 7001858-25.2018.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Valor da Causa: R$ 14.310,00
Nome: MARIA NOROI DA SILVA VIEIRA
Endereço: Avenida Jorge Teixeira 3628, KM 42, Linha C-85 - TV B-0, Centro, Alto Paraíso - RO - CEP: 76862-970
Advogado do(a) AUTOR: MARCIO APARECIDO MIGUEL - RO0004961
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Defiro, por ora, a gratuidade postulada.
MARIA NOROI DA SILVA VIEIRA ingressou com a presente ação em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, objetivando a concessão de benefício previdenciário.
Em razão do indeferimento administrativo e como o réu não está comparecendo nas audiências designadas pelo juízo sob a justificativa do reduzido quadro de procuradores, vislumbro que não terá interesse na composição antes da instrução processual, que será tentada caso sinalize em sua resposta, mas que nessa fase preliminar serviria apenas como obstáculo à tempestiva e razoável duração do processo.
Dessa forma, cite-se o réu para, querendo, CONTESTAR o pedido nos termos do art. 183 do CPC, bem como juntar aos autos cópia do processo administrativo, conforme pontuado na Recomendação Conjunta n. 1, de 15/12/2015 do CNJ.
Com a contestação, caso sejam alegadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 337 do CPC e/ou proposta de acordo, intime-se o autor para manifestar em RÉPLICA no prazo de 15 (quinze) dias, podendo apresentar prova quanto aos fatos alegados.
Em seguida, tornem conclusos para saneamento, nos termos do art. 347 do CPC.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018
MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº 0005865-58.2013.8.22.0002
Polo Ativo: PROCCION ANTARES FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: NILTOM EDGARD MATTOS MARENA - RO000361B, MARCOS PEDRO BARBAS MENDONCA - RO0004476
Polo Passivo: VISUAL NORTE COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 Processo: 7001871-24.2018.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Valor da Causa: R$ 30.000,00
Nome: GIMA GILBERTO MIRANDA AUTOMOVEIS LTDA
Endereço: Avenida Jamari, 4438, Áreas Especiais 02, Ariquemes - RO - CEP: 76873-008
Advogados do(a) AUTOR: DENNIS LIMA BATISTA GURGEL DO AMARAL - RO0007633, NILTOM EDGARD MATTOS MARENA - RO000361B, MARCOS PEDRO BARBAS MENDONCA - RO0004476
Nome: ADAUTO DE MATOS SOEIRO
Endereço: Rua Ingazeiro, 1523, Setor 01, Ariquemes - RO - CEP: 76870-099
Advogado do(a) RÉU:

DECISÃO
Vistos.
1. GIMA - GILBERTO MIRANDA AUTOMÓVEIS LTDA. ingressou em Juízo com a presente ação de rescisão de contrato em face de ADAUTO DE MATOS SOEIRO, aduzindo ter realizado com este contrato de compra e venda com reserva de domínio, tendo por objeto um veículo Marca: Honda, Modelo: Honda FIT LX 1.4 Flex, Ano: 2008, Cor: Vermelha Alpine, Placa: NDW-0093, Chassi: 93HGE57408Z202248, requerendo, em face do inadimplemento no pagamento das prestações mensais e notícia de que está vendendo o bem na garagem Polakinho Veículos, o arresto do bem e, ao final, além de confirmada a liminar e pagamento das despesas da apreensão e depósito, a rescisão de contrato ou a sua condenação a perdas e danos, dando à causa o valor de R$ 30.000,00.
A inicial foi instruída com cópia do contrato, boletos bancários e fotos do veículo exposto em garagem da cidade.
Pois bem.
Não há dúvidas da relação contratual garantida por cláusula de reserva de domínio, na forma prevista no art. 521 e ss do Código Civil.
A legislação prevê a necessidade de comprovação da mora para a reintegração de posse.
Entretanto, a sorrateira venda do bem, porquanto sem anuência da autora, constitui infração contratual prevista na Cláusula 10, com inequívoco risco de dano ao credor e a terceiros de boa-fé, o que por si só justifica a cautela de arresto do bem, que no Código de Processo Civil vigente encontrou FINALIDADE mais ampla que a legislação anterior.
Para segurança do Juízo, com fundamento no art. 300, § 1º, do CPC, determino a prestação de caução idônea, no valor apontado no título, a ser prestado pela parte autora.
Assim, considerando presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano, defiro o pedido de tutela cautelar de arresto do veículo Marca: Honda, Modelo: Honda FIT LX 1.4 Flex, Ano: 2008, Cor: Vermelha Alpine, Placa: NDW-0093, Chassi: 93HGE57408Z202248, atualmente localizado na garagem Polakinho Veículos (PV Veículos, Esquina na Avenida Tabapuã com Avenida Candeias) em favor da Autora (Depositário Sr. Dennis Lima Batista Gurgel do Amaral, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 881.828.192-53, Telefone: (069) 99251-3614), que exercerá o encargo de depositário do bem até ulterior DECISÃO de MÉRITO.
Promovi, ainda, o bloqueio do bem via Renajud, impossibilitando a sua transferência.
Comprovada caução idônea, expeça-se o respectivo termo, intimando a parte autora para assiná-lo. Após, expeça-se MANDADO de arresto nos termos já especificados, a ser cumprida pelo plantão forense.
2. Nos termos do art. 334 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 28 de fevereiro de 2018, às 10h00min, a qual se realizará na sala de audiências deste Juízo, cidade e comarca de Ariquemes/RO.
2.1 Intimem-se os procuradores que deverão vir acompanhados ao ato de seus clientes, os quais não serão intimados pessoalmente (RT 471/191), salvo se forem patrocinados pela Defensoria Pública.
3. Intime-se a parte ré da audiência, a qual deverá estar acompanhada por advogado ou defensor público, bem como cite-se para, querendo, contestar o pedido em 15 dias, contados, segundo art. 335 e incisos do CPC, a partir: I - da audiência de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação pela parte ré, o qual deverá ser apresentado, em 10 dias contados da sua citação, advertindo-a que se não contestar o pedido, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo-se o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando o julgamento antecipado da lide.
3.1 Ressalto que a antecipação do prazo previsto no art. 334, §5º do CPC, garante aos litigantes a duração razoável do processo, princípio este insculpido na norma processual vigente (art. 139, II do CPC), evitando a paralisação do feito sem a prática de atos úteis ao seu regular andamento, até a data da audiência designada, a qual poderá ser retirada de pauta caso a parte autora sinalize seu desinteresse pela conciliação.
4. Registro que a audiência de conciliação designada somente não será realizada caso ambas as partes sinalizem, expressamente, o desinteresse na audiência de conciliação, advertindo ao réu que a contagem do prazo para contestação inicia-se a partir da audiência, desde que rejeitado o pedido de cancelamento da solenidade.
4.1 Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir) e devem fazê-lo acompanhadas de seus respectivos advogados. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento (02%) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.
4.2 Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.
5. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais (art. 337, CPC); III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).
6. Em seguida, tornem conclusos para saneamento, nos termos do art. 347 do CPC.
7. Por oportuno, procedi com a restrição do veículo junto ao RENAJUD.
Servirá a presente, assinada digitalmente e devidamente instruída, MANDADO /CARTA/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018.
MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Juiz de Direito
RENAJUD - Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores
Usuário: MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
20/02/2018 - 20:12:14
Comprovante de Inclusão de Restrição VeicularDados do ProcessoTribunalTRIBUNAL DE JUSTICA DE RONDONIAComarca/MunicípioARIQUEMESJuiz InclusãoMARCUS VINICIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRAÓrgão JudiciárioTERCEIRA VARA CIVEL DA COMARCA DE ARIQUEMESN° do Processo70018712420188220002
Total de veículos: 1PlacaUFMarca/ModeloProprietárioRestriçãoNDW0093ROHONDA/FIT LX FLEXADAUTO DE MATOS SOEIROTransferência

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 Processo: 7001879-98.2018.8.22.0002
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Valor da Causa: R$ 15.452.274,25
Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Nome: AFFINITY IMPORTACAO & EXPORTACAO DE ARTIGOS DE PRESENTES LTDA
Endereço: Avenida Tabapoã, 2547, - de 2514 a 2818 - lado par, Setor 03, Ariquemes - RO - CEP: 76870-436
Advogado do(a) EXECUTADO:

DESPACHO
Vistos.
1. CITE-SE a parte executada para, no prazo de cinco (05) dias, pagar a dívida com os encargos indicados na CDA desta execução, ou garanti-la, efetuando depósito em dinheiro à ordem deste juízo em estabelecimento oficial de crédito que assegure a atualização monetária, oferecendo fiança bancária ou nomeando bens à penhora, mediante aceitação da parte exequente.
2. Em caso de pronto pagamento, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito.
3. Caso decorrido o prazo do item 1, a dívida não tiver sido quitada ou garantida a execução, penhore-se ou arreste-se tantos bens quanto bastem para a satisfação do débito e acessórios, devendo constar no auto a respectiva avaliação.
4. Intime-se a parte executada e o seu cônjuge, se casado e se a constrição recair sobre bem imóvel (CPC, art. 73, §1º).
5. Cientifique-se a parte executada do prazo de 30 dias para oferecer EMBARGOS, contados da juntada do depósito da dívida, fiança bancária ou intimação da penhora aos autos.
6. Providencie-se o registro da penhora ou arresto perante o Serviço Registral de Imóveis desta Comarca em se tratando de bem imóvel, servindo o MANDADO também de registro.
7. Não encontrados bens passíveis de penhora, autorizo a penhora dos bens que guarnecem a residência do executado, atentando-se o Sr. Oficial de Justiça, quando da diligência, quanto aos tidos como impenhoráveis, (art. 833, inciso II, CPC).
7.1 Fica, desde já, deferido o auxílio de força policial, em caso de resistência (art. 846, §2º do CPC).
8. Caso a parte executada não seja encontrada no endereço indicado na inicial, tornem os autos conclusos para tentativa de localização de endereço junto ao INFOJUD.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE EXECUÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e REGISTRO, CUJO ENDEREÇO DEVE SER OBSERVADO NA INICIAL.
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018
MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 Processo: 7001799-37.2018.8.22.0002
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Valor da Causa: R$ 7.488,99
Nome: COOPERATIVA DE CREDITO DO NORTE DE RONDONIA LTDA. - CREDISIS CREDIARI
Endereço: Rua Heitor Villa Lobos, 3.613, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-866
Advogados do(a) EXEQUENTE: VALDOMIRO JACINTHO RODRIGUES - RO0002368, WILLIAM ALVES JACINTHO RODRIGUES - RO0003272
Nome: ESTRUTURAL NORTE LTDA - ME
Endereço: Rua Natal, 2315, - de 2275/2276 a 2481/2482, Setor 03, Ariquemes - RO - CEP: 76870-515
Nome: SERGIO SOUZA DOS SANTOS JUNIOR
Endereço: Rua Natal, 2315, - de 2275/2276 a 2481/2482, Setor 03, Ariquemes - RO - CEP: 76870-515
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Cite-se em execução, na forma do art. 824 do CPC.
Fixo honorários em 10% (art. 827 do CPC).
Consigne-se no MANDADO que:
a) o prazo para pagamento da dívida atualizada, acrescida de juros, custas e honorários advocatícios, é de 3 (três) dias, a contar da citação (art. 829 do CPC);
b) nos termos do art. 212, §2º do CPC, independente de autorização judicial, poderá o oficial de justiça proceder com as citações, intimações e penhoras, no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário previsto no art. 212, caput do CPC, observado o disposto no art. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.
c) havendo o pagamento voluntário e total nesse prazo, o devedor terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que fora arbitrada no deferimento da petição inicial (art. 827, §1º do CPC);
d) decorrido o prazo sem pagamento, penhore-se e avalie-se o(s) bem(ns) nomeado(s) pelo credor na inicial. Não havendo tal nomeação, penhore-se e avaliem-se tantos bens localizados, quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios;
d.1) fica desde já deferido o auxílio de força policial em caso de resistência (art. 846, §2º do CPC).
e) o prazo de EMBARGOS do devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do MANDADO de citação ou ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 231 do CPC.
f) não sendo localizado o devedor, proceda o Sr. Oficial de Justiça com o arresto de bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830 e ss. do CPC).
g) esclareça à parte executada que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, mais custas e honorários advocatícios, requerer o PARCELAMENTO do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (artigo 916 do CPC).
h) em sendo satisfeita a execução, intime-se a parte executada para que efetue o pagamento do corresponde a 1% (um por cento) do valor da execução, no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa (art. 12, III c/c art. 17 da Lei Estadual 3.896/2016).
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Sirva a presente DECISÃO como MANDADO/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, ARRESTO, PENHORA, AVALIAÇÃO e INTIMAÇÃO para ser cumprida pelo Meirinho, que deverá observar o endereço constante na contrafé, a qual segue anexa ao MANDADO, bem como a descrição do bem, caso tenho sido nomeado.
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018
MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 Processo: 7001889-45.2018.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Valor da Causa: R$ 13.500,00
Nome: IGOR REINHEIMER
Endereço: Rua Mario Quintana, 3752, - até 3959/3960, Setor 11, Ariquemes - RO - CEP: 76873-774
Advogados do(a) AUTOR: VALDECIR BATISTA - RO0004271, SONIA SANTUZZI ZUCCOLOTTO BATISTA - RO8728
Nome: Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A
Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20031-205
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Defiro, por ora, a gratuidade da justiça.
A parte autora não comprovou a necessária hipossuficiência econômica que autoriza a concessão da assistência judiciária gratuita. Com efeito, indefiro-a nos termos do art. 5º da Lei 1.060/50.
Lado outro, considerando o efeito patrimonial vindicado, tenho por crível que a antecipação das despesas processuais pode retardar o seu acesso ao Judiciário, razão pela qual difiro o recolhimento das custas iniciais para o final, nos termos do art. 34, III, do Regimento de Custas do TJRO.

Embora previsto no rito do procedimento comum, deixo designar audiência de conciliação neste momento, a qual será tentada por ocasião da audiência de instrução e julgamento ou em outro momento oportuno, tendo em vista que a parte ré reside em outra comarca, o que gera dificuldades de deslocamento além da incerteza do cumprimento da deprecada e/ou recebimento da carta via-AR, em tempo hábil para comparecimento.
CITE-SE para, querendo, CONTESTAR o pedido em 15 dias, contados da juntada do aviso de recebimento/MANDADO / carta precatória aos autos, advertindo-o que se não contestar o pedido, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo-se o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando o julgamento antecipado da lide.
Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.
Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em RÉPLICA, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais (art. 337, CPC); III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).
Em seguida, tornem conclusos para saneamento, nos termos do art. 347 do CPC.
SERVIRÁ A PRESENTE, ASSINADA DIGITALMENTE E DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, MANDADO /CARTA/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO.
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018
MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 3ª Vara Cível
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
FINALIDADE: CITAÇÃO do executado ADRIANO NUNES PEREIRA, inscrito no CPF n. 577.890.702-82, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do término do prazo de publicação deste edital, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e honorários advocatícios atribuídos em 10%, ou no mesmo prazo, oferecer bens à PENHORA, sob pena de lhe ser penhorado ou arrestado bens suficientes que garantam a dívida.
Processo: 7008578-42.2017.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Multas e demais sanções
Exequente: Departamento Estadual de Trânsito
Advogado: Procurador do DETRAN
Executado: ADRIANO NUNES PEREIRA
Valor da causa: R$957,69 (Novecentos e cinquenta e sete Reais e sessenta e nove Centavos)
CDA: 20150205831431
Data de Inscrição: 05/10/2015
Ariquemes-RO, 07/02/2018
Paulo Sérgio Miguel da Silva
Diretor de Cartório em exercício
(Assinado digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº 0012574-80.2011.8.22.0002
Polo Ativo: ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL GAZIN LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO ROBERTO ROMAO - AM00A1023
Polo Passivo: CÉSAR ANTÔNIO LAUER
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ariquemes, 21 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 Processo: 7015182-53.2016.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Valor da Causa: R$ 10.742,00
Nome: VANESSA RODRIGUES CARVALHO
Endereço: Rua Presidente Hermes da Fonseca, 2139, casa, Nova União 03, Ariquemes - RO - CEP: 76871-360
Advogado do(a) AUTOR: ELIZEU LEITE CONSOLINE - RO0005712
Nome: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Av Campos Sales, 3132, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76847-000
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
1. Providencia, a escrivinia, a alteração da classe processual que passe a constar como cumprimento de SENTENÇA.
2. Considerando a apresentação dos cálculos pelo(a) exequente, intime-se o executado para se manifestar, podendo IMPUGNAR a execução, no prazo de 30 (trinta) dias (artigo 1-B da Lei n. 9494/97 c/c o artigo 535 do CPC).
3. Se não o fizer, desde já fixo honorários na fase de cumprimento de SENTENÇA em 10% (cabendo ao patrono apresentar planilha incluindo os honorários), bem como determino seja expedido ofício requisitório de pagamento/solicitação de Precatório ao órgão competente, referente aos valores apresentados.
4. Havendo impugnação, intime-se o(a) exequente para se manifestar no prazo legal.
4.1 CONCORDANDO com os cálculos apresentados pelo INSS, expeça-se o necessário para o pagamento (RPV/Precatório), sem necessidade de retorno dos autos à CONCLUSÃO.
4.1.1 Com a informação de pagamento, desde já autorizo a expedição de alvará para levantamento do valor a ser depositado nos autos, devendo ser expedido em nome do(a) exequente e de seu(ua) patrono(a), respectivamente, quanto ao saldo devedor e honorários advocatícios.
4.2 NÃO concordando a parte exequente com os cálculos apresentados, remetam-se os autos à contadoria do juízo para apuração do valor devido.
4.2.1 Na sequência, às partes para manifestação.
4.2.2 Em seguida, tornem-me conclusos.
5. Após, cumprido todos os atos, arquivem-se com as baixas necessárias.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018
MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 Processo: 7010835-74.2016.8.22.0002
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Valor da Causa: R$ 3.128,19
Nome: SAPEC AGROPECUARIA LTDA
Endereço: ROD RO 257, KM 42, ZONA RURAL, Ariquemes - RO - CEP: 76870-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: LEVY CARVALHO FERRAZ - RO0001901
Nome: OI MOVEL
Endereço: Avenida Lauro Sodré, 3290, Bairro dos Tanques, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-460
Advogados do(a) EXECUTADO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO0000635, MARCELO LESSA PEREIRA - RO0001501
DECISÃO
Vistos.
Compulsando os autos, verifico que o exequente aguarda desde 2012, para que o executado providencie a retirada dos aparelhos e antena de sua propriedade.
Ademais, por inúmeras vezes o executado foi intimado para dar cumprimento a obrigação de fazer, inclusive quanto ao orçamento apresentado para desmontagem e retirada da antena.
Dessa forma, considerando a desídia do executado, intime-se o exequente para apresentar o valor/orçamento da possível venda da antena ou produto de suas peças/sucata.
Após intime-se o executado, para conhecimento da possibilidade da decretação do perdimento da coisa/antena.
Considerando ainda, que alguns equipamentos estão tombados com etiqueta da ANATEL, OFICIE-SE referida autarquia para conhecimento e providencias.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018
MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº 0000135-32.2014.8.22.0002
Polo Ativo: T. L.
Advogados do(a) EXEQUENTE: PAULO CESAR DOS SANTOS - RO0004768, ISABEL MOREIRA DOS SANTOS - RO0004171
Polo Passivo: D E L SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS E SOLUÇÕES WEB LTDA e outros
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018

## 4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
COMARCA DE ARIQUEMES
4ª Vara Cível
Juiz de Direito: Edilson Neuhaus
Escrivã Judicial: Ivanilda Maria dos Santos
e-mail: aqs4civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0006162-94.2015.8.22.0002
Ação:Inventário
Interessado (Parte A:Laura de Souza Cozzer, Eduarda Rafaela Santos Cozer, Alice Soares Cozer
Advogado:Gilvan Ramos de Almeida (OAB/RO 5771), Belmiro Rogério Duarte Bermudes Neto (RO 5.890), Natiane Carvalho Bonfim (OAB/RO 6933)
Inventariado:Elias Jorge Cozer. Espolio
DESPACHO:
Vistos, 1. Expeça-se alvará conforme requerido pela herdeira EDUARDA RAFAELA SANTOS COZER (fls. 256/259), salientando que o valor levantado, sera descontado de seu quinhão hereditário. 2. Vindo as últimas declarações, após a manifestação dos herdeiros, dê-se vistas ao Ministério Público. Ariquemes-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0000156-71.2015.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Boasafra Comércio e Representações Ltda. Jiparana
Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa (RO 2027)
Executado:Marcelo Bosio
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.1.O pedido de bloqueio de valores via BACENJUD foi deferido, todavia, em acesso ao sistema obteve-se resultado infrutífero.2. Realizda a pesquisa RENAJUD, verificou-se que os veículos registrados em nome do executado possuem restrições de alienação fiduciária e em outros processos judiciais, razão pela qual não fora efetivada a restrição nestes autos.. 3. Ao exequente para, em 5 dias, indicar bens passíveis de penhora.4. Não havendo indicação de bens, desde já determino a suspensão do feito por 01 (um) ano, sendo que ao final de tal prazo o feito deverá ser arquivado, sem baixa, independentemente de nova intimação.Ariquemes-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0009995-91.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Unidas Sociedade de Educação e Cultura Ltda. Faema e Centro Educacional Fênix
Advogado:Caroline Ferraz (OAB/RO 5438)
Executado:Hugo Ferreira de Miranda
DESPACHO:
Vistos1.A pesquisa via INFOJUD restou infrutifera.2. À exequente para, em 5 dias, indicar bens passíveis de penhora.3. Não havendo indicação de bens, arquive-se sem baixa.Ariquemes-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0012311-09.2015.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a Matriz Sp
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Nadiaço Distribuidora de Ferro e Aço Ltda, Ermínio Krajeweski

Advogado:Edamari de Souza (RO 4616), Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos1.A pesquisa via INFOJUD restou infrutifera.2. Ao exequente para, em 5 dias, indicar bens passíveis de penhora.3. Não havendo indicação de bens, arquive-se.Ariquemes-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0001047-63.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fundo de Apoio Ao Empreendimento Popular de Ariquemes Faepar. Banco do Povo
Advogado:Viviane Matos Triches (RO 4695), Vanessa Matos Triches (RO 5.306)
Executado:Joaquim Antonio Nogueira Braz, Maria Valdete de Souza Lopes
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos. 1. Defiro o pedido de bloqueio “on line”, via convênio BACENJUD e desde já pesquisa através do RENAJUD. 2. Tendo em vista a inexistência de saldo a bloquear e de veículos em nome da parte executada, à parte autora para, em 5 dias, indicar bens passíveis de penhora.3. Não havendo indicação de bens, arquive-se. Ariquemes-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0016951-26.2013.8.22.0002
Ação:Desapropriação
Requerente:Canaã Geração de Energia Sa Antiga Mega Energia e Investimentos e Participações S.a
Advogado:Richard Campanari (OAB/RO 2889), Erika Camargo Gerhardt (RO 1911)
Requerido:Deonildo Francisco Duarte
Advogado:Juarez Barreto Macedo Junior (SP 150l47)
DESPACHO:
Vistos. 1. A perita nomeada nos autos, responsável pelo laudo de fls. 210/250, mudou-se para outro Estado. Intimada a prestar os esclarecimentos solicitados pela requerente, informou a necessidade de ir até o local, diante do tempo transcorrido, o que seria inviável, devido a distância (fl. 272). 2. Tendo em vista a informação supra e que a perícia foi realizada há mais de 3 anos, com alteração da situação fática, inclusive valorização do imóvel, faz-se necessária nova perícia (art. 480, do CPC).3. Nomeio como perito o engenheiro agrônomo MARCOS MURILO GONÇALVES, que deverá ser intimado da nomeação, para apresentar proposta de honorários, em 5 dias, designando dia e hora para a realização da perícia. 4. O laudo deverá ser entregue no prazo de 30 dias.5. Intime-se as partes para indicar assistentes técnico e formular quesitos em 15 dias. 6. Os custos da pericia serão arcados pela requerente. Ariquemes-RO, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2018.Edilson Neuhaus Juiz de Direito.
22/02mn

Proc.: 0013423-52.2011.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Valdecir Ferrasso, Sedimar Ferrasso, Sidenei Ferrasso
Advogado:Weverton Jefferson Teixeira Heringer. ( OAB/RO 2514)
Requerido:Banco Bradesco S/a Matriz Sp
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(s) procurador(es), NOTIFICADO(A) PAGAR OU COMPROVAR o pagamento do valor de R$ 101,94 (cento e um reais e noventa e quatro centavos), atualizadas até a data de 21/02/2018, referente às custas finais dos autos supra, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em dívida ativa.
NOTA: a guia de recolhimento pode ser impressa através do site http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, assim: Clicar no ícone “Emissão de 2ª Via”.
22/02mn
Ivanilda Maria dos Santos
Diretora de Cartório

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo: 7000802-54.2018.8.22.0002
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR: LOURENCO BENEDITO DIAS
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCOS ROBERTO FACCIN - RO0001453
RÉU: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado do(a) EXECUTADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - AM000A598
Vistos.
1. Expeça-se alvará conforme requerido pelo exequente.
2. Após, arquive-se.
Ariquemes, 21 de fevereiro de 2018.
EDILSON NEUHAUS
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo: 7004374-86.2016.8.22.0002
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
AUTOR: CONQUISTA COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: JUCYARA ZIMMER - RO0005888
RÉU: AILTON GOMES DA SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Vistos.
1. Defiro o pedido de pesquisa através do RENAJUD.
2. Tendo em vista a inexistência de veículos em nome do executado, ao exequente para, em 5 dias, indicar bens passíveis de penhora, sob pena de arquivamento.
3. Não havendo indicação de bens, arquive-se.
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018
EDILSON NEUHAUS
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo: 7010640-55.2017.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARIA DE FATIMA ALEXANDRE
Advogado do(a) AUTOR: PABLO EDUARDO MOREIRA - RO0006281
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A
Advogado do(a) RÉU: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MG0109730

Vistos.
1. Às partes, para ciência e eventual manifestação acerca dos documentos remetidos pela Caixa Econômica Federal.
Ariquemes, 21 de fevereiro de 2018
EDILSON NEUHAUS
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo: 7011247-05.2016.8.22.0002
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
AUTOR: AGITO GERAL BOUTIQUES LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: JUCYARA ZIMMER - RO0005888
RÉU: ELIANE DE SOUZA CERQUEIRA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Vistos.
1. Proceda-se a inclusão do nome da executada na SERASA.
2. À parte autora para devido prosseguimento do feito, indicando bens à penhora, no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento.
3. Não havendo a indicação de bens, arquive-se.
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018
EDILSON NEUHAUS
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo: 7001807-48.2017.8.22.0002
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR: CARLOS ALBERTO MARTINELI
Advogado do(a) EXEQUENTE: CORINA FERNANDES PEREIRA - RO0002074
RÉU: BANCO DO BRASIL SA
Advogados do(a) EXECUTADO: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - RO0004571, LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR0008123
Vistos.
Ante a quitação do débito, expeça-se alvará do saldo remanescente (ID n. 16282753 – Pág. 1), em favor do Banco do Brasil S/A, após arquive-se, observadas as formalidades legais.
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018.
EDILSON NEUHAUS
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo: 7001532-65.2018.8.22.0002
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
AUTOR: VILMAR ROSAS DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO ANTONIO GERON GHELLERE - RO0001842
RÉU: MARLENE GREGORIO DE OLIVEIRA
Advogado do(a) INVENTARIADO:
DESPACHO
Vistos.
Retifico o DESPACHO (ID n. 16130885 – Pág. 1), para consta como inventariante VILMAR ROSAS DA SILVA.
Ariquemes, 20 de fevereiro de 2018.
EDILSON NEUHAUS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
JUÍZO DE DIREITO DA - 4ª Vara Cível - Comarca de Ariquemes/RO
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet, endereço eletrônico
Juiz de Direito: Edilson Neuhaus
Diretora do Cartório: Ivanilda Maria dos Santos
aqs4civel@tjro.jus.br.
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
Autos nº: 7012990-50.2016.8.22.0002
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Exequente: PAULO SERGIO DA SILVA
Executado: IZILMAR FELIX GOMES
Montante da dívida: R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
Intimação DE: IZILMAR FELIX GOMES, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade RG. 767.727SSP/RO e inscrito no CPF/MFsob o n° 902.533.022-34, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: "Nos termos do art. 523 do CPC, fica o executado intimado para pagar voluntariamente o débito acima descrito, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do término do prazo de 20 (vinte) dias da data da publicação deste edital, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, também em 10% (dez por cento) sobre o débito, ficando ainda sujeito a atos de expropriação (§3º do art. 523 do CPC). Também, fica a parte executada desde já ciente de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC (independentemente de penhora ou nova intimação), inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que,, apresente impugnação ao cumprimento de SENTENÇA."
Ariquemes/RO, 15 de fevereiro de 2018.
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretora de Cartório
(Artigo 62 da DGJ)
Assinado eletronicamente por: IVANILDA MARIA DOS SANTOS
http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 16204649 180215183021259000000015086476

## COMARCA DE CACOAL

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0000042-15.2018.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Denunciado:Peter Goltara dos Santos
Advogado:Gervano Vicent (OAB/RO 1456)
DECISÃO:
RÉU PRESOVistos.Não é caso de absolvição sumária, pois inexiste manifesta causa excludente da ilicitude do fato, ou da culpabilidade. A resposta à acusação não conseguiu assentar, pelo menos em juízo perfunctório, que o fato narrado evidentemente não constituiu crime. De outro lado, não restou extinta a punibilidade do agente. Por conseguinte, designo audiência de instrução e julgamento para 02/03/2018, às 09:00 hs.Ordeno a intimação do(s) acusado(s), defensor(es), e MP.Saliento que salvante as exceções previstas em lei, as alegações finais em audiênciais serão orais. Cacoal-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Carlos Roberto Rosa Burck
Juiz de Direito

Proc.: 0000371-27.2018.8.22.0007
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Réu:Simone Parente Correia
DESPACHO:
Vistos.Para a realização do ato delegado designo audiência para 26/02/2018, às 12:00 horas. Expeça-se MANDADO. Oficie-se ao juízo deprecante comunicando. Cientifique-se o MP e a Defensoria Público, se o caso.Cacoal-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018. Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 1001013-17.2017.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Denunciado:Agnaldo Almeida dos Santos
Advogado:Thiago Luis Alves (OAB/RO 8261), Danilo GalvÃo dos Santos (RO 8187)
DESPACHO:
Recebo o apelo no duplo efeito. Intime-se o Ministério Público a apresentar as razões do recurso. Intime-se, após, a defesa para apresentar as contrarrazões no prazo legal. Em seguida, constatada a regularidade do processado, remeta-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, independentemente de nova CONCLUSÃO. Cacoal-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 1001437-59.2017.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público
Denunciado:Weliton Sousa da Silva, Daniel Lucas da Silva Veiga
Advogado:José Silva da Costa (RO 6945), Defensoria Pública ( )
DECISÃO:
Recebo os apelos dos acusados Weliton Souza da Silva e Daniel Lucas da Silva Veiga no duplo efeito. O primeiro já foi arrazoado. Dê-se vista à DPE para oferecimento das razões, pelo prazo legal e, em seguida, ao MP para contrarrazoar ambos. Em seguida remetam-se os autos ao E. TJRO.Cacoal-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 2000254-36.2017.8.22.0007
Ação:Petição (Criminal)
Querelante:Tony Jerry Gossler
Advogado:Glória Chris Gordon (OAB/RO 3399), Vinicius Pompeu da Silva Gordon (RO 5680)
Querelado:Nataly Camargo Botelho
DESPACHO:
Intime-se o querelante, por meio de seus advogados habilitados, para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de cinco dias, sob pena do não conhecimento da queixa-crime, atendendo ao disposto no art. 25 da Lei nº 3.896/16.Cacoal-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0010760-81.2012.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
GABARITO
RÉU: ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, nascido aos 09.01.73 em Aripuanã/MT, filho de Reinaldo Paulo Rodrigues Arara e Joana Pereira da Silva;
ADVOGADO: SIDNEI SOTELE, OAB/RO 4192, militante nesta Comarca
FINALIDADE: Intimar o advogado acima mencionado para ciência de audiência designada para dia 02 de ABRIL de 2018, às 11 horas.

## 2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal

GABARITO
Proc.: 1003071-90.2017.8.22.0007
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça
Réu:Credival Silva Carvalho
Advogado:Carlos Alberto Biazi (RO 384-B)
DESPACHO: Vistos. Analisando as peculiaridades do caso e a justificativa do apenado inserta no pedido de fls. 25/26, bem ainda, ponderando o quantum da pena, converto a pena de prestação de serviços em pena pecuniária de 02 (dois) salários mínimos, a ser depositada na Conta Centrallidadora deste juízo, mediante pagamento de boleto bancário, a ser providenciado pelo cartório e cuja retirada deve ser feita pelo reeducando ou seu procurador. Faculto ao apenado o parcelamento em até 04 (quatro) parcelas iguais, com vencimento das parcelas todo dia 12 de cada mês (a primeira vencerá dia 12/03/2018), juntamente com o vencimento da parcela referente à obrigação com os familiares da vítma (fl. 23). No mais, deverá apresentar comprovante de depósito da prestação pecuniária paga aos familiares da vítima, de imediato. Ciência ao MP. Cacoal-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Ivens dos Reis Fernandes Juiz de Direito

Proc.: 1000256-23.2017.8.22.0007
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Samuel da Silva Campos
Advogado:José Silva da Costa ( 6945)
Intimar O ADVOGADO ACIMA DA DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O DIA 03/04/2018, às 08:30hs
DECISÃO:Vistos.Apresentada a resposta à acusação pelo réu Samuel da Silva Campos não foram deduzidas questões processuais ou apontada ausência de justa causa para a ação penal.Da análise da prova inquisitorial, mesmo perfunctoriamente, confirmam-se os indícios de autoria e materialidade. Pelo menos para esta fase, não há excesso de acusação e nem se trata de inépcia material da denúncia.De outro norte, vejo que a defesa não apresentou documento ou alegação capaz de afastar, de plano, a responsabilidade penal do(s) acusado(s), ou que determinasse a absolvição sumária deste(s) (artigo 397 do CPP), portanto, RECEBO A DENÚNCIA e designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 03/ abril /2018, às 08:30horas, onde serão tomadas as declarações do(s) ofendido(s), inquiridas as testemunhas e realizado o interrogatório do acusado (art. 400, caput, do CPP).Não requeridas diligências nos termos do art. 402 do CPP, serão oferecidas as alegações finais oralmente na audiência (art. 403, caput).Intimem-se as testemunhas, bem como o réu para comparecerem na sala de audiência da 2ª Vara Criminal,Fórum Min., José Américo de Almeida, Rua dos Pioneiros, 2425 (e-mail: cwl2criminal@tjro.jus.br; fone: 69/3441- 4145 ou 3441-0014), no dia e horário acima mencionados.SERVE A PRESENTE DE MANDADO PARA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO RÉU(S) E DA(S) TESTEMUNHA(S) CONSTANTES NA CERTIDÃO ANEXA.Cópia desta DECISÃO servirá de ofício 593/2018/2ª Criminal, endereçado ao Comando do 4º BPM, requisitando apresentação dos Policiais Militares, arrolados como testemunhas, na sala de audiência da 2ª Vara Criminal, Fórum Min., José Américo de Almeida, Rua dos Pioneiros, 2425 (fone: 69/3441- 4145 ou 3441-0014), no dia e horário acima

mencionados.1- Gilson dos Santos Albuquerque.2- Edson Vieira da Silva.3- José Antonio Alves Cardoso.O Senhor Oficial de Justiça deverá advertir as testemunhas intimadas que, o não comparecimento à audiência, acarretará na condução coercitiva da testemunha faltosa e, ainda, o pagamento das despesas do adiamento do ato, sem prejuízo das sanções penais.Requisite-se o Laudo de Exame Toxicológico definitivo, em sendo o caso.Cite(m)-se o(s) acusado(s).Expeça-se o necessário.Ciência ao MP e defesa.Cacoal-RO, terça-feira, 23 de janeiro de 2018.Ivens dos Reis Fernandes Juiz de Direito.
Maria José Cézar de Oliveira
Diretora de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara Cível
Rua dos Pioneiros, 2425, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76960-790 - Fone:(69) 34412297.
Processo nº: 0000343-69.2012.8.22.0007
§Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE CACOAL
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: RAPIDO RORAIMA LTDA
Advogado(s) do reclamado: RODRIGO SAMPAIO DE SOUZA
DECISÃO
Com fulcro nos artigos 881 e 882 do Novo Código de Processo Civil, defiro o pedido de alienação judicial.
Designo os dias 04.05.2018 e 11.05.2018, às 9h, para a realização da venda judicial, a ser realizada na sede deste Juízo (Rua dos Pioneiros, 2425, Centro, Cacoal/RO).
Expeça-se edital de venda, observando-se os requisitos do art. 886, do NCPC.
Fixo como preço mínimo de arrematação o percentual de 70% do valor da avaliação.
O edital deverá ser publicação uma vez na rede mundial de computadores, em espaço próprio no sítio do TJRO.
A publicação deverá ocorrer com pelo menos 05 dias de antecedência da data de realização da venda judicial (art. 887, §1º, NCPC).
O pagamento dar-se-á na forma do art. 892 e seguintes do NCPC.
À escrivania para providências.
Intimem-se as partes com, no mínimo 05 dias de antecedência da data da venda.
SERVE A PRESENTE DE CARTA/MANDADO.
Advertências:
1. Caso haja algum impedimento legal para a realização da venda judicial nas datas previstas, a hasta pública será realizada no primeiro dia útil subsequente.
2. Na hipótese de impossibilidade da realização da venda judicial nas datas aprazadas, por qualquer outro motivo relevante a ser certificado pela escrivania, fica o Cartório autorizado a designar novas datas, atentando-se ao calendário do Juízo, independentemente de nova CONCLUSÃO dos autos
Cacoal/RO, 15 de fevereiro de 2018.
EMY KARLA YAMAMOTO ROQUE
Juíza de Direito
Exequente: Fazenda Pública do Município de Cacoal, Rua Anísio Serrão, 2100, Centro, Cacoal/RO.
Executado: Rápido Roraima Ltda, Rua dos Marinheiros, 581, Incra, nesta.

## 2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
2ª Vara Cível da Comarca de Cacoal
Juiz de Direito: Ane Bruinjé
Escrivão Judicial: José Vanir de Pieri
(69) 3441-3382 - cwl2civel@tjro.jus.br
Rua dos Pioneiros 2425 Centro

Proc.: 0009168-94.2015.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Emanoel Ferreira Schmoeller
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
SENTENÇA:
SENTENÇA A parte autora ingressou com esta ação contra o réu requerendo o benefício assistencial da lei 8.742/93 (LOAS) com pedido de tutela antecipada, em razão de ser portador de deficiência. Trouxe procuração e demais documentos junto à inicial. No DESPACHO inicial, fora indeferida a antecipação de tutela, tendo em vista necessidade de perícia (fls. 55).Perícia social juntada ao processo (fls. 59-65).Contestação da autarquia-ré, pugnando pela realização do laudo médico-pericial (fls. 70).Réplica à contestação juntada ao processo (fls. 73-75).Laudo médico-pericial juntado ao processo (fls. 109).É o relato do processo. DECIDO.Como não há necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.A parte autora formula pedido para concessão de benefício de amparo assistencial à pessoa portadora de deficiência – LOAS. Para procedência deste pedido basta a parte autora comprovar: a) ter deficiência ou mais de 65 anos, nos termos do art. 20 da Lei 8742/93; b) que não possui meio de prover a própria manutenção ou tê-la provida pela sua família; e, c) que a renda mensal per capita familiar seja inferior a 1/4 do salário mínimo, nos termos do art. 20, § 3º, da Lei 8742/93, ou, na hipótese do §11º, do mesmo artigo retro, comprovar a miserabilidade por outros elementos que não a renda per capita.Quanto ao requisito de ser portador de deficiência, conforme o laudo médico-pericial anexo (fls. 109 e ss), há deficiência que prejudica o desenvolvimento físico e mental do requerente. Ainda, relata que a deficiência teve início em 12/09/2014.O laudo social indica a convivência de quatro pessoas com o requerente: padrasto, mãe, irmão primogênito e mais uma irmã. Ainda, verifica-se que a renda obtida pela família advém do labor do padrasto, que fatura por volta de R$800,00 (oitocentos reais) mensais. Há gastos de R$500,00 mensais para o pagamento do aluguel, bem como cerca de R$300,00 para demais gastos, como energia, água e alimentação. Relata, ainda, a expert do juízo que a família recebe doações esporádicas no valor de R$300,00. Verificando os autos, conclui-se que a renda per capita preenche o requisito de renda ora descrito, por ser inferior a 1/4 do salário mínimo, sobretudo quando se leva em consideração os gastos da família, o que também demonstra a impossibilidade de mantença própria ou pela família.Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para DETERMINAR ao réu que pague à parte autora o benefício assistencial do art. 20 da Lei nº 8.742/93, no valor de um salário mínimo mensal, que não poderá ser cumulado com aposentadoria, devido desde o requerimento administrativo, ou seja, desde 27/11/2014 (fls. 52).No tocante às prestações em atraso deverá incidir sobre o montante, juros moratórios desde a citação válida (Súmula 204/STJ) e correção monetária desde a data do vencimento das prestações (Súmulas 43 e 148 do STJ). O percentual dos juros moratórios será de 12% ao ano até 30/6/2009 (quando entrou em vigor a Lei 11.960/2009) e juros aplicados à caderneta de poupança a partir de 1/7/2009. No programa de cálculo do site www.jfrs.jus.br/jusprev2/ deverá ser colocada a opção “12% a.a até 06/2009, 6% a.a até 06/2012 e juros da poupança (dia 1º) em diante”. A correção monetária deverá observar os índices do Manual de Cálculo da Justiça Federal. Presentes os requisitos legais, posto que julgada procedente a

ação (probabilidade do direito) e trata-se de verba alimentar (perigo de dano), ANTECIPO os efeitos da tutela para determinar que a requerida implante o benefício no prazo de 30 dias, contados da intimação desta DECISÃO. INTIME-SE.Sem custas em face do réu ser autarquia federal, todavia, devidos os honorários advocatícios que fixo equitativamente em 10% das prestações vencidas, com base na Súmula 111/STJ e artigo 85, § 3º, I, do Código de Processo Civil, em face do trabalho desenvolvido, da dificuldade da matéria e importância da causa.Como o benefício previdenciário em atraso não ultrapassa 1.000 salários mínimos, esta SENTENÇA não está sujeita ao duplo grau de jurisdição do art. 496, I, do CPC. Não se aplicando a Súmula 490 do STJ por se tratar simples cálculos que não ultrapassam o valor fixado na norma do art. 496, §3º, I, do CPC/15.Publicação e registro pelo sistema.Intimem-se.Transitada em julgado e nada sendo requerido em 05 dias, arquive-se.Cacoal-RO, segunda-feira, 2 de outubro de 2017.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0003454-56.2015.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neuzita Pinheiro de Souza
Advogado:Luzinete Pagel Galvão (RO 4843)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
SENTENÇA:
SENTENÇA A parte autora ingressou com esta ação contra a autarquia-ré requerendo o benefício assistencial da lei 8.742/93 (LOAS) com pedido de tutela antecipada, alegando estar incapacitada para o trabalho em razão de possuir deficiência. Informado novo endereço pela parte autora (fls. 36).No DESPACHO inicial, fora indeferida a tutela antecipada ora postulada pela parte autora, haja vista a necessidade de produção de prova pericial (fls. 40).O estudo social fora juntado ao processo (fls. 44). Contestação do INSS alegando ausência de prova de deficiência e miserabilidade (fls. 48).Manifestação da parte autora acerca do laudo social (fls. 53), indicando que fora efetuado estudo social no local errado, ante a mudança de endereço.Requerimento de perícia médica pela parte autora (fls. 60).Fora determinado novo estudo social, bem como realização de perícia médica (fls. 62). Laudo médico juntado ao processo (fls. 66).Laudo social juntado ao processo (fls. 72).Alegações finais da parte autora (fls. 78). Alegações finais do INSS (fls. 78v).É o relato do processo. Como não há necessidade de produção de prova em juízo, trata-se de hipótese de julgamento antecipado da lide, razão pela qual passo a decidir.A parte autora formula pedido para concessão de benefício de amparo assistencial à pessoa portadora de deficiência.Para procedência deste pedido basta a parte autora comprovar: a) ter deficiência ou ter mais de 65 anos; b) que não possui meio de prover a própria manutenção ou tê-la provida pela sua família e; c) que a renda mensal per capita familiar seja inferior a 1/4 do salário mínimo, nos termos do art. 20, § 3º, L8742/93, ou, na hipótese do §11º, do mesmo artigo retro, comprovar a miserabilidade por outros elementos que não a renda per capita.Quanto à condição de PCD, o laudo médico indica a incapacidade total e permanente da requerente, afirmando que a deficiência ora alegada surgiu em 2001, como se verifica em fls. 67 e na própria exordial. Não se mostra razoável que uma pessoa, que alega estar em uma condição incapacitante, espere cerca de 14 anos para postular um benefício previdenciário para prover a sua mantença. É cediço, contudo, que a perda de alguns dos dedos da mão é fator que pode levar à incapacidade permanente, mas não de forma total, pois há atividades que podem ser exercidas, ainda que por pessoa sem instrução - como é o caso da requerente.Na perícia médica fora especificado que há limitação para a atividade em razão da idade, e não da condição de deficiência. Cumpre a este juízo esclarecer que a requerente conta, hoje, com 65 anos, o que autoriza a concessão de BPC por idade.Quanto à idade, tendo em vista os documentos constantes no processo, não há dúvidas de que a requerente preenche as condições desde 07/08/2017. De igual forma, não há dúvida quanto a incapacidade de prover sua própria subsistência. Acerca da renda mensal, como a autora mora com sua genitora, de mais de oitenta anos, que recebe benefício previdenciário (fls. 36), não se pode levar em consideração este valor para aferir a renda. Assim, como não há outro valor a ser recebido senão aquele obtido por meio de doações esporádicas, o requisito objetivo de renda resta preenchido, haja vista a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo vigente atualmente. Feitas essas ponderações, entendo ser o caso de conceder o benefício pleiteado, contudo, em razão da idade da requerente, e não de sua alegada “deficiência”, de modo que, a data inicial do benefício deve ser a data de seu 65° aniversário (07/08/2017), posto que apenas a partir de então, apresentou os requisitos para a concessão do benefício. Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para CONCEDER à requerente o benefício assistencial do art. 20 da Lei nº 8.742/93, no valor de um salário mínimo mensal, que não poderá ser cumulado com aposentadoria, devido desde 07/08/2017, consoante fundamentação.No tocante às prestações em atraso deverá incidir sobre o montante, juros moratórios desde a citação válida (Súmula 204/STJ) e correção monetária desde a data do vencimento das prestações (Súmulas 43 e 148 do STJ). O percentual dos juros moratórios será de 12% ao ano até 30/6/2009 (quando entrou em vigor a Lei 11.960/2009) e juros aplicados à caderneta de poupança a partir de 1/7/2009. No programa de cálculo do site www.jfrs.jus.br/jusprev2/ deverá ser colocada a opção “12% a.a até 06/2009, 6% a.a até 06/2012 e juros da poupança (dia 1º) em diante”. A correção monetária deverá observar os índices do Manual de Cálculo da Justiça Federal.Sem custas em face do réu ser autarquia federal, todavia, devidos os honorários advocatícios que fixo equitativamente em 10% das prestações vencidas, com base na Súmula 111/STJ e artigo 85, § 3º, I, do Código de Processo Civil, em face do trabalho desenvolvido, da dificuldade da matéria e importância da causa.Como o benefício previdenciário em atraso não ultrapassa 1.000 salários mínimos, esta SENTENÇA não está sujeita ao duplo grau de jurisdição do art. 496, I, do CPC. Não se aplicando a Súmula 490 do STJ pois por simples cálculos percebe-se que não ultrapassam o valor fixado na norma do art. 496, §3º, I, do CPC/15.Presentes os requisitos legais, tanto que julgado procedente pedido (probabilidade do direito) e tratando-se de verba alimentar (perigo de dano), ANTECIPO os efeitos da tutela, para determinar que a requerida implante o benefício no prazo de 30 dias, contados da intimação desta DECISÃO. INTIME-SE.Publicação e registro pelo sistema.Intimem-se.Transitada em julgado e nada sendo requerido em 05 dias, arquive-se.Cacoal-RO, segunda-feira, 2 de outubro de 2017.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0054416-30.2008.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Jair Alves Batista (OAB/RO 61B)
Executado:Amorim & Miranda Ltda
Advogado:Irvandro Alves da Silva (RO 5662), Hemerson Gomes Couto (RO 7297)
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de ação de execução fiscal proposta pelo Estado de Rondônia em desfavor de AMORIM & MIRANDA LTDA., relativa a dívida ativa oriunda de ICMS em relação a referências do ano de 2007, posteriormente direcionada para os sócios.A empresa, atualmente denominada E. DE MIRANDA & CIA LTDA. - ME apresenta exceção de pré-executividade sob o argumento de que houve alteração no quadro societário razão pela qual a execução não poderia ter sido redirecionada para o sócio Eder Amorim de Miranda, tendo em vista que se retirou da sociedade antes da ocorrência do fato gerador do crédito tributário conforme transação homologada judicialmente. Aduziu também acerca da extinção do crédito tributário pela remissão da dívida ativa, nos termos do art. 156, do CTN, instituída pela Lei Estadual n. 3.551, de 03/02/2015. Juntou documentos.O Estado de Rondônia impugnou sustentando a imprescindibilidade de garantia do juízo para admissão de embargos, e que a exceção não preenche os requisitos previstos

na Súmula 393, do STJ, quais seja, matéria cognoscível de ofício e que não demandem dilação probatória; no MÉRITO defendeu a ilegitimidade ativa porque a pessoa jurídica não tem legitimidade para postular em nome de terceiro (Eder); que o acordo realizado não tem o condão de alterar a responsabilidade tributária, consoante regra do art. 123, do CTN, e porquanto a alteração societária contratual só produz efeitos perante terceiros, inclusive a Fazenda, após a averbação na Junta Comercial. Por fim, aduz que a remissão é incabível em razão do não atendimento ao requisito exposto no art. 1º, §1º, da Lei n. 3.511/2015, uma vez que a empresa não se encontrava paralisada há mais de cinco anos, bem assim não há processo sem tramitação por esse mesmo período da data da publicação da lei.É o necessário relatório, DECIDO.Insta esclarecer que a exceção de pré-executividade é um procedimento simplificado que trata de questões de ordem pública, assim tal procedimento é cabível nas questões ligadas à admissibilidade da execução, tais como requisitos do título executivo, a exigibilidade da obrigação, a legitimidade das partes, a competência absoluta do juízo, a prescrição e a decadência, que dispensa a provocação do executado. Pois bem.Sabe-se que pela via estreita da exceção de pré-executividade, não se admite dilação probatória, ou seja, quem quer demonstrar seu direito pela via da exceção deve angariar provas que conduzam ao juízo decidir de plano.Assim, não há necessidade de garantia do juízo para o pedido de reconhecimento de matérias de ordem pública, que podem ser conhecidas de ofício pelo juiz, a qualquer tempo e grau de jurisdição.Ainda, de fato, a empresa não é legítima para postular em nome do sócio retirante o pedido de alteração do polo passivo, em conformidade com o art. 18, do CPC. Contudo, a ilegitimidade passiva alegada é matéria que poder ser conhecida de ofício pelo juiz, razão pela qual não importa prejuízo à análise da questão.Isto posto, verifica-se às fls. 87/89 que houve transação realizada em 2013, onde restou reconhecida a alteração no quadro societário da empresa executada no ano de 2002, cuja anotação junto a JUCER ocorreu posteriormente à SENTENÇA de homologação, consubstanciada na quarta alteração contratual, averbada em 19/07/2013.Nesse viés, embora com razão o Estado de Rondônia ao arguir a disciplina do art. 123 do CTN, uma vez que não pode ser oposta à Fazenda Pública, ou terceiros, alteração na responsabilidade pelo pagamentos dos tributos/débitos se não constarem devidamente averbadas no registro da empresa no órgão competente, no caso dos autos, o redirecionamento está calcado na dissolução irregular não na inadimplência.Tanto é que, em 2010 (fls. 24), foi determinado o redirecionamento da execução fiscal em desfavor dos sócios Eder Amorim de Miranda e Eliza Amorim de Miranda, sendo Eder citado pessoalmente (fls. 25 v.), mas, constatada, então, a paralisação das atividades (fls. 44), foi deferido o pedido para inclusão e citação dos corresponsáveis Elon de Miranda e Maria Madalena Mariano de Miranda, o que ocorreu já no ano de 2016 (fls. 63).Assim, na linha da jurisprudência, devem ser mantidos no polo passivo da ação os corresponsáveis ao tempo da dissolução irregular da empresa, constatada em maio/2013, tendo em vista que a responsabilidade pessoal do administrador não decorre da simples falta de pagamento do débito tributário, mas da paralisação das atividades em seus domicílios fiscais e não comunicação dessa mudança de modo oficial. Nessa esteira trago jurisprudência:RECURSO ESPECIAL Nº 1.450.293 - SP (2014/0093794-1)RELATOR: MINISTRO HERMAN BENJAMINRECORRENTE: CARLOS MÁRIO FAGUNDES DE SOUZA FILHOADVOGADO: EDUARDO GUERSONI BEHAR - SP183068RECORRIDO: FAZENDA NACIONALADVOGADO: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PR000000OINTERES.: UNITED CORRETORA DE COMMODITIES S/A E OUTROSDECISÃO Trata-se de Recurso Especial interposto, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado:AGRAVO INOMINADO - EXECUÇÃO FISCAL - REDIRECIONAMENTO -POSSIBILIDADE - ART. 135, III, CTN - DISSOLUÇÃO IRREGULAR – RETIRADA DO QUADRO SOCIETÁRIO - NÃO COMPROVAÇÃO - RECURSO IMPROVIDO. 14. O Superior Tribunal de Justiça já enfrentou a questão, posicionando-se pela possibilidade de os sócios -gerentes serem incluídos no polo passivo da execução fiscal, já que, se a sociedade executada não é localizada no endereço informado à Junta Comercial, presume-se sua dissolução irregular. Nesse sentido, são os seguintes precedentes: REsp 1017732/RS, REsp 1004500/PR e AgRg no AgRg no REsp 898.474/SP. 2. Os diretores, gerentes ou representantes das sociedades podem ser responsabilizados pelas obrigações tributárias nos casos de dissolução irregular da sociedade ou de atuação dolosa ou culposa na administração dos negócios, por meio de fraude ou excesso de poderes. 3. Quando há dissolução irregular da sociedade, o ônus da prova se inverte e o gerente da sociedade, incluído na execução fiscal, poderá demonstrar não ter agido com dolo, culpa, excesso de poder ou mediante fraude. Nesse sentido: REsp 1017732/RS e AgRg no REsp 813.875/RS. 4. Na hipótese, a empresa executada não foi localizada no endereço fiscal (fl. 57), restando certificado pelo Oficial de Justiça a inatividade da empresa (fl. 130), inferindo-se, assim, sua dissolução irregular (Súmula 435/STJ), possibilitando o redirecionamento da execução fiscal. 5. Para o deferimento do redirecionamento da execução, cumpre eleger qual administrador será responsabilizado, se o administrador na época em que os tributos não foram pagos ou se os últimos administradores, que teriam dado causa à dissolução irregular. 6. Esta Turma vinha se pronunciando pela inclusão dos sócios /administradores que exerceram a gerência na época do vencimento dos tributos excutidos. No entanto, o Superior Tribunal de Justiça já sinalizou pela inclusão dos últimos sócios /administradores da sociedade (AGA 930334, Relator Ministro José Delgado, DJ 1º/2/2008, p. 447; e EREsp 260107, Primeira Seção, Relator Ministro José Delgado, DJ 19/4/2004, p. 149) e esta parece ser a orientação que será firmada por esta Turma. Considerando que o fundamento do redirecionamento é a presunção de dissolução irregular e não o inadimplemento do tributo e considerando que os sócios / administradores que adentram numa sociedade têm obrigação legal de responder por suas dívidas, ainda que passadas (art. 133, CTN), os sócios /administradores que devem figurar no polo passivo da execução fiscal são os sócios /administradores remanescentes, que teriam falhado na dissolução da sociedade. 7. Compulsando os autos, conforme cadastro da JUCESP (fls. 64/71), documento a que teve acesso o MM Juízo de origem, consta, nas últimas alterações registradas, que o agravante ocupava cargo de direção. 8. Destarte, admitida a sua inclusão no polo passivo da execução fiscal, tendo em vista o disposto no art. 135, III, CTN. 9. A DECISÃO agravada foi devidamente fundamentada, nos termos em que exigido pelo art. 93, CF. 10. O recorrente não logrou êxito em devolver argumentos relevantes a ponto de justificar a reforma da DECISÃO agravada, na medida em que não restou comprovada sua retirada dos quadros diretivos da empresa executada. Dos documentos colacionados às fls. 192/221, consta sua renúncia ao cargo em 1994 e sua eleição em 1995, informações já constantes no registro da Junta Comercial. 11. Agravo inominado improvido. Verifico que a matéria versada no apelo foi submetida a julgamento no rito dos recursos repetitivos (REsp 1.645.333/SP, 1.643.944/SP e 1.645.281/SP, que cuida do tema: "À luz do art. 135, III, do CTN, o pedido de redirecionamento da Execução Fiscal, quando fundado na hipótese de dissolução irregular da sociedade empresária executada ou de presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), pode ser autorizado contra: (i) o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), e que, concomitantemente, tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador da obrigação tributária não adimplida; ou (ii) o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), ainda que não tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido"). (...)Brasília (DF), 30 de

outubro de 2017.MINISTRO HERMAN BENJAMIN Relator(Ministro HERMAN BENJAMIN, 22/11/2017) (grifei)Assim sendo, os corresponsáveis excluídos do quadro societário da empresa executada ao tempo da dissolução irregular, Eder Amorim de Miranda e Eliza Amorim de Miranda devem ser excluídos do polo passivo desta demanda.No tocante à remissão do débito, a Lei n. 3.511/2015 especifica as condições para remissão como: não habilitação do estabelecimento há mais de cinco anos OU ausência de tramitação do processo administrativo ou judicial do crédito tributário por esse mesmo período, além de se referir a débito fiscal relativo a ICM ou ICMS, vencidos há cinco anos ou mais em 31/12/2014 e cujo valor principal seja igual ou inferior a R$ 10.000,00 na data da ocorrência do fato gerador ou da sua conversão para o Real.A disposição da lei, portanto, disciplina condições alternativas (ou), contudo detalha acerca da "ausência de tramitação do processo administrativo ou judicial", e gera ainda mais incerteza diante da Resolução Conjunta SEFIN n. 1 de 13/10/2015, carreada com a exceção às fls. 95/96, que especifica os trâmites necessários ao cumprimento da lei.Diante disso, e não importando em dilação probatória, realizei consulta à Lei n. 3.511/2015, onde constatei que houve alteração de seu texto, importando as seguintes ao presente caso:Art. 1º Ficam remitidos os débitos fiscais relativos ao ICM e ao ICMS, constituídos ou não, inclusive, os espontaneamente denunciados pelo interessado, inscritos ou não em dívida ativa, bem como dispensados os juros, multas e demais acréscimos legais a eles relativos, ainda que estejam com a exigibilidade suspensa que, em 31 de dezembro de 2014, estejam vencidos há cinco anos ou mais e cujo valor principal, seja igual ou inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais), na data da ocorrência do fato gerador ou da sua conversão para o Real.§ 1º A remissão somente se aplica quando, há mais de cinco anos, esteja o estabelecimento não habilitado ou o processo administrativo ou judicial do crédito tributário correspondente esteja sem tramitação ou sem resultados efetivos pelo mesmo período. (Redação do parágrafo dada pela Lei Nº 3755 DE 30/12/2015).(…)§ 5º Considera-se tramitação, para os efeitos do § 1º, o conjunto de ações, procedimentos ou diligências legais e necessárias para desenvolvimento efetivo do processo, não compreendendo a movimentação processual que não implique alteração do status do lançamento e a publicação de edital de notificação ou alteração de status de lançamento para "inscrito em dívida", que não tenha dado início a processo judicial.(Parágrafo acrescentado pela Lei Nº 3755 DE 30/12/2015)Logo, vê-se, que não merece acolhimento a impugnação do Estado de Rondônia, porque a alteração legislativa detalhou que o processo administrativo ou judicial deve estar sem tramitação (depreende-se totalmente paralisado) OU sem resultados efetivos há mais de cinco anos, ou seja, cujas diligências tenham sido infrutíferas e não haja garantia no processo.É o que se verifica no presente caso: houveram penhora de bens da empresa em março/2009, cuja alienação judicial restou infrutífera; houveram restrições de veículos da pessoa jurídica (em 03/03/2010, fls. 21) e do corresponsável cuja exclusão foi reconhecida nesta DECISÃO (em 20/10/2010, fls. 32), e um bloqueio via Bacenjud em nome da corresponsável Maria Madalena no valor de R$ 38,18 (fls. 71) que não é suficiente nem ao pagamento das custas processuais, ou seja, o processo não teve qualquer resultado efetivo à quitação do crédito tributário, desde a sua propositura, praticamente.Assim, tendo em vista que débito fiscal trata-se de ICMS, que, em 31 de dezembro de 2014, estavam vencidos há mais de cinco anos, que o valor principal é inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais), na data da ocorrência do fato gerador ou da sua conversão para o Real e, finalmente, que o processo judicial está há mais de cinco anos sem resultados efetivos, é de se reconhecer a aplicabilidade da lei e declarar a extinção do crédito tributário pela remissão.Por todo exposto, ACOLHO a exceção de pré executividade para declarar que houve a remissão dos débitos objeto de perseguição nesta execução fiscal e, por consequência, reconhecer a extinção do crédito tributário (CDA n. 20080200002423), razão pela qual JULGO EXTINTO o presente feito com fulcro no art. 156, IV, do CTN.Produto da sucumbência, fixo honorários advocatícios em favor do advogado do excipiente a serem arcados pela Fazenda Pública no valor de R$ 800,00, tendo em vista os requisitos do art. 85, §2º, do CPC e na forma do §8º, do DISPOSITIVO citado.Libere-se eventuais penhoras. Havendo necessidade, expeça-se para retirada da constrição.Pub. via DJ.Cacoal-RO, sexta-feira, 9 de fevereiro de 2018.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0055439-11.2008.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Adenira Coelho de Oliveira
Advogado:Glória Chris Gordon (RO 3399)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO A parte autora comparece aos autos informando que houve expedição de RPV do débito principal que não seria devido, ocasião em que procedeu o levantamento do alvará, cujo montante total sofreu desconto do imposto de renda. Informa a realização de depósito judicial dos valores levantados, postulando a devolução à autarquia. Além disso, requer a expedição de RPV complementar dos honorários arbitrados nos embargos à execução.O INSS alega que houve a preclusão consumativa uma vez que a exequente não impugnou, no devido prazo, as requisições de pequeno valor. Primeiramente, destaco à escrivania a observância aos valores efetivamente devidos, o que pode ser obtido com a leitura das petições referente aos cálculos e DESPACHO s pertinentes. Os honorários sucumbenciais dos embargos são devidos não havendo que se falar em preclusão da sua execução.Além disso, tendo em vista a devolução dos valores referentes a requisitório expedido e pago indevidamente, expeça-se o necessário para devolução aos cofres públicos vinculados ao INSS, procedimento que deverá ser diligenciado pelo cartório (fls. 149/151).Verifico que já houve expedição de alvará dos valores correspondentes aos honorários advocatícios do feito principal (fls. 137 v.), contudo, havendo a juntada do documento inutilizado, defiro a expedição de novo alvará para levantamento da verba honorária.Expeça-se RPV dos honorários de sucumbência dos embargos à execução n. 0003415-59.2015.8.22.0007 conforme cálculos de fls. 152/153. Intime-se o INSS.Não sendo atacada a DECISÃO cumpra-se o mandame para expedição do RPV. Os demais poderão ser cumpridos imediatamente.Pub. via DJ.Cacoal-RO, segunda-feira, 2 de outubro de 2017.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0002932-29.2015.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Adjudicante:Filomena Batista de Araújo Oliveira
Advogado:Miguel Antônio Paes de Barros (OAB/RO 301)
Adjudicado:Espólio de Jacob Moreira Lima, Erasmo da Silva, Joselina Moreira Del Sant Rodrigues, José Antonio Del Sant Rodrigues, Marcelo de Oliveira Motta, Célia Maria da Silva Motta, Marilene Bezerra de Oliveira Motta
Advogado:Nilma Aparecida Ruiz (RO 1354)
DECISÃO:
DECISÃO A requerente alega ter havido erro material na SENTENÇA que julgou procedente o pedido de adjudicação compulsória relativamente à descrição do imóvel.Não vislumbrei o erro material descrito pela parte autora, exceto no tocante à metragem do imóvel uma vez que as demais informações estão corretas (lote 160, quadra 11, setor 08, Rua Humberto de Campos, n. 1243, bairro Jardim Vista Alegre), razão pela qual retifico a descrição do bem para fazer constar que possui 360 m².Cumpridas as DGJ, arquive-se.Pub. via DJ.Cacoal-RO, segunda-feira, 2 de outubro de 2017.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0009967-40.2015.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elisangela Ascaciba da Silva
Advogado:Fagner Jose Machado Camargo (RR 1096)
Requerido:Rosivaldo Avelino Freire

Advogado:Zilio Cesar Politano (OAB-RO 489-A)
DECISÃO:
SENTENÇA Trata-se de ação de conhecimento em que já houve SENTENÇA, mas houve acordo entre as partes (fls. 236-237). Tendo em vista interesse de incapaz, o Ministério Público foi intimado e registrou ciência nos autos (fls. 239v).Por verificar os requisitos legais, HOMOLOGO por DECISÃO o presente acordo para que produza os efeitos legais. Tendo em vista o acordo ter ocorrido após a SENTENÇA, intime-se o requerido (fls. 237, item 04) para o pagamento, nos termos do art. 90 §3º, CPC.Int. via DJ.Cacoal-RO, segunda-feira, 2 de outubro de 2017.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0009219-18.2009.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:M. A. da S.
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)
Executado:M. P. R.
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de execução de título extrajudicial em que a parte autora informa a realização de transação (fls 42-43).Assim, HOMOLOGO, por SENTENÇA, o acordo celebrado entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro no art. 924, III, CPC.Desde já determino o arquivamento do presente feito, haja vista a transação e o disposto no art.1.000, §único, CPC. Sem custas finais ante a transação (art. 90, § 3° CPC e art. 8°, III da Lei Estadual n° 3.896/2016).Libere-se eventual penhora existente nos autos.Int. via DJ.Cacoal-RO, segunda-feira, 2 de outubro de 2017.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0010703-92.2014.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cocical Comércio de Cimento Cacoal Ltda
Advogado:Milton Cesar Pozzo da Silva (OAB/RO 4382)
Executado:Edson Teixeira de Souza
DESPACHO:
DESPACHO Houve bloqueio de valores às fls. 39 cujos embargos foram julgados improcedentes.Expeça-se alvará para levantamento em favor do credor.Faço juntada de consulta de endereço via Bacenjud que não revelou novo endereço.Tendo em vista o pagamento das custas (fls. 69), realizei nova consulta no Bacenjud que restou infrutífera.Todas as diligências realizadas pelo Juízo tendentes à penhora de bens restaram infrutíferas, DETERMINO a suspensão do feito por um ano (art. 921, III, §1º, NCPC).Após, independentemente de nova intimação, não havendo bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos sem baixa na distribuição, com fundamento no art. 921, §2º, do NCPC.Ainda, resguardo os interesses do exequente em desarquivar os autos sem ônus, caso encontre bens passíveis de penhora e memória do crédito atualizada.Como o processo será arquivado sine die, a prescrição para o caso em tela será do mesmo prazo da prescrição da ação, conforme Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal. Int. via DJe.Cacoal-RO, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2018.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0007115-43.2015.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Bussola Comércio de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Nerli Tereza Fernandes (OAB/RO 4014), Ana Rúbia Coimbra de Macedo (RO 6042)
Executado:Sonia Serafim da Rocha
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de execução de título extrajudicial em que a parte autora informa a realização de transação e requer a extinção do feito (fls 66-67).Assim, HOMOLOGO, por SENTENÇA, o acordo celebrado entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro no art. 924, III, CPC.Desde já determino o arquivamento do presente feito, haja vista a transação e o disposto no art.1.000, §único, CPC.Sem custas finais ante a transação (art. 90, § 3° CPC e art. 8°, III da Lei Estadual n° 3.896/2016).Libere-se eventuais restrições que tenham sido lançadas em razão do presente feito. Dessa forma, SERVE O PRESENTE COMO OFÍCIO AO DETRAN, a fim de que libere a restrição informada pelo ofício de fls. 68.Int. via DJ.Cacoal-RO, segunda-feira, 2 de outubro de 2017.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0006202-61.2015.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:J. G. Confecções Ltda
Advogado:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145), Luciana Dall´agnol (RO 5495)
Executado:Sonia Serafim da Rocha
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de execução de título extrajudicial em que a parte autora informa a realização de transação (fls 58-61).Assim, HOMOLOGO, por SENTENÇA, o acordo celebrado entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro no art. 924, III, CPC.Contudo, tendo em vista o dispoto no art. 1.000, §único, CPC, desde já determino o arquivamento do presente feito, haja vista a transação.Sem custas finais ante a transação (art. 90, § 3° CPC e art. 8°, III da Lei Estadual n° 3.896/2016).Int. via DJ.Cacoal-RO, segunda-feira, 2 de outubro de 2017.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0000861-54.2015.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:M. M. C. V. P. A. L.
Advogado:Vilson Kemper Junior (RO 6444)
Executado:J. M. S.
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de execução de título extrajudicial em que a parte autora informa a realização de transação (fls 42-43).Assim, HOMOLOGO, por SENTENÇA, o acordo celebrado entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro no art. 924, III, CPC.Desde já determino o arquivamento do presente feito, haja vista a transação e o disposto no art.1.000, §único, CPC. Sem custas finais ante a transação (art. 90, § 3° CPC e art. 8°, III da Lei Estadual n° 3.896/2016).Int. via DJ.Cacoal-RO, segunda-feira, 2 de outubro de 2017.Ane Bruinjé Juíza de Direito
José Vanir de Pieri
Escrivão Judicial

## 3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
3ª Vara Cível da Comarca de Cacoal
Juiz de Direito: Elson Pereira de Oliveira Bastos
Diretora de Cartório: Neide Salgado de Melo
(69) 3443-5036 - cwl3civel@tjro.jus.br
Av. Porto Velho 2728 Centro

Proc.: 0011259-65.2012.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Valter da Conceição de Souza
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (0AB/RO 4.741)
Requerido:Banco Bradesco Financiamentos S.a.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Intimação
Fica as partes, intimadas a manifestarem -se nos autos, sobre os documentos juntados pela perita contábil. Prazo 15 dias.
Neide Salgado de Melo
Diretora de Cartório

## 4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
Juiz de Direito: Mario José Milani e Silva
Diretor de Cartório: Anderson Cantão Silva
(69) 3443-1668 - cwl4civel@tjro.jus.br
Av. Porto Velho 2728 Centro

Proc.: 0004593-48.2012.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Wabe Max Café Indústria e Comércio Café e Cereais Ltda
Advogado:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)
Executado:Francisco Marques dos Reis
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO A tentativa de penhora via BACENJUD restou infrutífera. Assim, intime-se o exequente para requerer o que de direito, no prazo de 10 (dez) dias.Transcorrido o prazo referido, sem manifestação, intime-se nos termos do art. 485, § 1º do Novo CPC.Cacoal-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0001066-88.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Augusto José de Araújo
Advogado:José Jovino de Carvalho (OAB/RO 385A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Tendo a SENTENÇA transitado em julgado e havendo nos autos comprovação de ajuizamento de cumprimento de SENTENÇA via PJE, determino o ARQUIVAMENTO deste processo com as baixas de estiloCacoal-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000380-67.2010.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Mendes da Cruz Filho
Advogado:Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175), Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal ( )
DESPACHO:
DESPACHO Recebo a apelação no efeito devolutivo.O INSS não requereu qualquer produção de prova, se manifestou de modo genérico, não compareceu seque à audiência de instrução, apesar de regularmente intimado e ainda vem alegar ausência de contraditório Intime-se o autor para que nomeio novo advogado no prazo de 10 (dez) dias para oferecer contrarrazões ao recurso. Cacoal-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0005114-61.2010.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Hospital e Maternidade São Paulo Ltda
Advogado:José Edilson da Silva (OAB/RO 1554), Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981)
Requerido:João Paulo Pereira dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO A tentativa de bloqueio on line (Bacenjud) restou infrutífera.Assim, concedo o prazo de 20 dias para que o exequente dê andamento ao feito, devendo diligenciar no sentido de localizar bens do devedor passíveis de penhora ou requerer o que de direito. Transcorrido o prazo referido, sem manifestação, intime-se nos termos do art. 485, § 1º, do N CPC.Cacoal-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0013159-49.2013.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Canopus Administradora de Consórcios Ltda
Advogado:Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258), Flávia Rosa Nicanor de Souza (OAB/MT 9452E), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Requerido:Vanessa Santana da Silva
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO A tentativa de bloqueio on line (Bacenjud) restou infrutífera.Assim, concedo o prazo de 20 dias para que o exequente dê andamento ao feito, devendo diligenciar no sentido de localizar bens do devedor passíveis de penhora ou requerer o que de direito. Transcorrido o prazo referido, sem manifestação, intime-se nos termos do art. 485, § 1º, do N CPC.Cacoal-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0013574-32.2013.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Canopus Administração de Consórcio S/c Ltda
Advogado:Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658), Flávia Rosa Nicanor de Souza (OAB/MT 9452E)
Requerido:Tiago Vasconcellos Barbosa
DESPACHO:
DESPACHO A tentativa de bloqueio on line (Bacenjud) restou infrutífera.Assim, concedo o prazo de 10 dias para que o exequente dê andamento ao feito, devendo diligenciar no sentido de localizar bens do devedor passíveis de penhora ou requerer o que de direito. Transcorrido o prazo referido, sem manifestação, intime-se nos termos do art. 485, § 1º, do N CPC.Cacoal-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0007936-23.2010.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Antônio das Graças Souza (OAB/RO 10B)
Requerido:Borgonhoni & Parede Ltda Me, Celma Rosana Borgonhoni, Laucírio Luiz Parede
Advogado:Advogado Não Informado ( ), Ana Paula de Lima Fank (RO 6025), Fagner da Costa (RO 5740)
DESPACHO:
DESPACHO Expeça-se carta precatória para a comarca de Sapezal, para que seja o devedor LAUCÍRIO LUIZ PAREDE intimado da penhora no endereço informado à fl. 144.Cacoal-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000730-16.2014.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Cocical Comércio de Cimento Cacoal Ltda
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)
Requerido:Rosângela Soares Haidmann
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO A tentativa de penhora via BACENJUD restou infrutífera, sendo apenas localizada uma quantia irrisória e no qual promovi o seu desbloqueio. Assim, intime-se o exequente para requerer o que de direito, no prazo de 10 (dez) dias.Transcorrido o prazo referido, sem manifestação, intime-se nos termos do art. 485, § 1º do Novo CPC.Cacoal-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018. Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0008578-20.2015.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lucas da Silva Melo
Advogado:Flávio Luis dos Santos (OAB/RO 2238)
Requerido:Seguradora LÍder dos Consórcios de Seguro Dpvat S. A. Ag. do Rio de Janeiro

Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
SENTENÇA:
Isto posto e por tudo mais que dos autos, com fundamento no art. 487, inc. I, do Novo Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE, o pedido inicial da ação de cobrança proposta por LUCAS DA SILVA MELO em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.Deixo de condenar o autor ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em razão da gratuidade de justiça que lhe foi concedida.Determino a expedição de alvará de levantamento à requerida dos valores depositados à fl. 64.Com o trânsito em julgado desta DECISÃO, ARQUIVE-SE.Publique-se. Intime-se.Cacoal-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0012495-81.2014.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Procurador Federal ( )
Executado:Della Torre e Oliveira Ltda Me
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos etc…DELLA TORRE E OLIVEIRA LTDA – ME, pessoa jurídica, com sede na Av. Castelo Branco, 19408 – Cacoal, CNPJ – 10654946/0001-25, por intermédio da Defensoria Pública, ingressou com EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE EM PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL que lhe promove a UNIÃO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público interno, expondo em resumo o seguinte: 1. A citação foi nula por não haver sido publicada em jornal local. 2. A certidão de dívida ativa é nula por não observar os critérios legais. 3. Os créditos estão prescritos. Intimada, a Fazenda Pública se expressou em impugnação, fixando que após esgotadas as diligências para localização pessoal da devedora através de correio e oficial de justiça, aplicável e necessária a citação por edital nos termos da lei, e que a publicação em formais é faculdade e não dever do juízo, inexistindo qualquer irregularidade. Em relação à prescrição, aponta que as declarações foram apresentadas pela devedora em 2010 e o processo de execução iniciou-se em 11.11.2014, não sendo ultrapassado o prazo de 5 (cinco) anos.Por fim, em relação a certidão de dívida ativa, relata gozar a mesma de presunção de certeza e liquidez e que somente poderá ser elidida por prova inequívoca a cargo do executado e não por alegações genéricas e abstratas, fechando sua peça com pedido de rejeição da exceção. É o relatório.Decido. Versam os presentes autos sobre EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ajuizada por DELLA TORRE E OLIVEIRA LTDA – ME contra UNIÃO FEDERAL.Como se verifica, para seu acolhimento, as matérias têm que cingir-se à nulidade ou presença de vício insanável, que serão identificadas de pronto pela parte e, na sequência, expurgados pelo magistrado.A prescrição, o pagamento integral do débito, a evidente nulidade formal do crédito tributário, assim como outros aspectos, podem ser alvos da exceção de pré-executividade.Cabe grifar que a Defensoria Pública ingressou anteriormente de forma errada com EMBARGOS À EXECUÇÃO que foram rejeitados. Preambularmente é de se pontuar que não se trata da hipótese de gratuidade da justiça, até porque a empresa sequer poderia, em condições normais, se utilizar dos serviços da Defensoria Pública, que agiu apenas no papel de curadora. Os débitos originaram-se de declarações do Simples Nacional, que apurados no final de 2009 foram entregues no ano de 2010, sendo que a petição inicial da execução foi protocolada em 11.11.2014, portanto, antes de ser ultrapassado o prazo de 5 (cinco) anos definido para prescrição. Não tendo ocorrido a prescrição das certidões a preliminar deve ser rejeitada.Em relação a citação por edital, é importante referenciar que existe uma grande confusão entre processo de conhecimento e de execução e, finalmente, de execução fiscal.No processo de conhecimento, o novo Código de Processo Civil exige que sejam adotadas medidas outras para tentar identificar o paradeiro do requerido, ao passo que na execução, não tendo localizado o devedor no endereço que ele informou ou bens passíveis de arresto, promove-se a citação por edital. Em relação à execução fiscal o rigor se extrai de texto legal:Fracassada a citação por edital pelo correio e por oficial de justiça, após diligências no endereço informado pelo devedor, aplicável e adequada a citação por edital.É dever do contribuinte indicar o seu domicílio, bem como, noticiar o fisco de sua mudanças ou alterações, sendo, portanto, encargo do devedor e não do credor.A súmula 414/STJ enuncia:A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades.O cidadão tem o dever de manter atualizados os respectivos cadastros e mudanças de endereço nos registros da autoridade fiscal, sob pena de ser considerado em local incerto e não sabido.A jurisprudência recente fixa:A não localização da parte executada no endereço por ela fornecido à autoridade fiscal é suficiente para caracterizar o esgotamento dos meios para sua citação pessoal. Agravo – 00198585620174010000. Rel. Des. Maria do Carmo Cândido – 8º Turma – 18/09/2017 – DJF1.Não existe nenhum vício ou nulidade a ser reconhecido, principalmente em relação a citação por edital. No que se refere a nulidade da certidao de divida ativa, o titulo goza de presunçao de certeza e liquidez, dai porque somente prova consistente em sentido diverso pode abalar esta situação, e nao se preocupou em indicar onde estariam as falhas na certidao de divida ativa, de modo a permitir a analise e impugnação, o que seria seu compromisso e dever.Diante deste sombrio panorama, verifico que o único caminho a ser trilhado é a completa rejeição da exceção.Isto posto, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, TOTALMENTE IMPROCEDENTE a EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE protagonizada por DELLA TORRE E OLIVEIRA LTDA – ME em face da UNIÃO FEDERAL, pelo que, determino o regular prosseguimento da execução.Condeno DELLA TORRE E OLIVEIRA LTDA – ME ao pagamento de honorários advocatícios, estes fixados no importe correspondente a R$ 1.000,00 (um mil reais), valor já atualizado até esta data e obtidos consoante os critérios do artigo 85 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se.Cacoal-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito
Anderson Cantão Silva
Diretor de Cartório

## COMARCA DE CEREJEIRAS

## 1ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
Processo nº 0000471-66.2015.8.22.0013
Polo Ativo: LIORCLAYON LUIK MONTEIRO DA SILVA
Advogado: LEANDRO MARCIO PEDOT - RO0002022
Polo Passivo: RODOVIARIO LINO LTDA - ME e outros
Advogado: GREICIS ANDRE BIAZUSSI - RO0001542
Advogado: VALMIR BURDZ - RO0002086
Listisdenunciada: Nobre Seguradora do Brasil S. A.
Advogado: Maria Emilia Gonçalves de Rueda - OAB/PE 23.748
Certidão Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG. Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada no Sistema PJE, sob mesma numeração, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Cerejeiras, 20 de Fevereiro de 2018
CARLOS VIDAL DE BRITO
Diretor de Cartório

Proc.: 1000875-32.2017.8.22.0013
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Alfonso Dietrich
Advogado:Fernando Milani e Silva (RO 186), Fernando Milani e Silva Filho (PR 80244)
DESPACHO Considerando a implantação da Central Judiciária de Solução de Conflitos e Cidadania, de acordo com a Resolução n. 008/2013-PR, disponível no DJ de n. 098, de 29/5/2013, procedo à remessa destes autos à Central para realização de audiência para proposta de suspensão condicional do processo, que designo para o dia 15 de março de 2018, às 09h30min (art. 12, III do Provimento). Cientifique o Ministério Público. Expeça-se o necessário.SIRVA CÓPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO AO DENUNCIADO, a ser cumprido no seguinte endereço: Av. das Nações, nº 1009, Cerejeiras-RO.Cerejeiras-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0000956-66.2015.8.22.0013
Classe: Ação Civil Pública
Assunto: Ensino fundamental e médio
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Requerido: Município de Corumbiara
Advogado: Ana Cláudia Ritter – OAB/RO 8954
FINALIDADE: Intimação procuradora da parte requerida do DESPACHO de fl. 211: “Concedo o prazo de 30 (trinta) dias, pleiteado pelo executado a fl. 206. Com o decurso do prazo, com ou sem manifestação, o que deverá ser certificado, abra-se vista ao parquet para impulsionar. Só então, venham-me conclusos. Cumpra-se. Cerejeiras, 15/02/2018, (a) Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos, Juiz de Direito”

Proc.: 1001241-71.2017.8.22.0013
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Willian Francisco da Silva, Diego Lazaro Aguiar dos Santos, Josiel Pereira da Silva
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
DECISÃO:
DECISÃO Considerando que não se vislumbra quaisquer das circunstâncias que possam ensejar a absolvição sumária dos réus (artigo 397, CPP), vez que as alegações do réu demandam ampla dilação probatória, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 06/03/2018, às 10 horas.Intimem-se. Caso necessário, depreque-se a oitiva de eventual testemunha arrolada pelas partes, bem como da ofendida, e interrogatório do réu, caso encontradiços em comarca diversa.SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA VÍTIMA, com a advertência de que o não comparecimento implicará na condução coercitiva e imputação do pagamento de multa, desde logo fixada no valor de R$ 300,00 em caso de ausência de justificativa acolhida pelo Juízo, prestada até a data da sessão, a ser cumprido no seguinte endereço:Vítima: Jandir Emiliano, Av. Brasil, nº 760, bairro Floresta, Cerejeiras-RO.SIRVA CÓPIA DA PRESENTE COMO OFÍCIO ao Quartel da Polícia Militar de Cerejeiras, solicitando a apresentação dos policiais Farias, Moura e Wesley, na data acima referida, a fim de serem inquiridos como testemunhas. SIRVA A PRESENTE COMO OFÍCIO à Cadeia Pública, solicitando a apresentação dos denunciados Willian Francisco da Silva e Diego Lázaro Aguiar, e escolta para conduzi-los perante a Sala de Audiências da 1ª Vara deste juízo, a fim de participar de audiência designada nos autos acima citado.Expeça-se MANDADO de intimação ao réu Josiel Pereira da Silva. Expeça-se o necessário.Ciência ao MP, ao advogado constituído e à DPE. Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos Juiz de Direito
Carlos Vidal de Brito
Escrivão Judicial

## 2ª VARA CÍVEL

2º Cartório
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: cjs2vara@tjro.jus.br
JUIZ: Jaires Taves Barreto
Diretor de Cartório: Arrisson Dener de Souza Moro

Proc.: 0009172-26.2009.8.22.0013
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Seiti Roberto Mori (OAB/RO 215-B)
Executado:Adnilson Félix Soares
Advogado:Não Informado ( xx)
DECISÃO:
Vistos.Antes de promover a suspensão do feito, intime-se o exequente para que se manifeste, no prazo de 05 dias, sobre a restrição renajud de fls. 133, devendo informar se concorda com a liberação ou, do contrário, que informe como deseja prosseguir.Decorrido o prazo, façam os autos conclusos.Expeça-se o necessário.Serve a presente de carta/MANDADO /ofício.Cerejeiras-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0059220-81.2007.8.22.0005
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Leandro Gonçalves da Silva
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
DECISÃO:
DECISÃO O reeducando atingiu o direito de progressão para o regime semiaberto no dia 25 de janeiro de 2018 (fls.631/632).No entanto, como noticiado, há prática de falta grave pendente de apuração por procedimento administrativo (fls. 634), restando prejudicada, por ora, a análise do pedido de progressão.Asim, reitere-se oficio à Direção da Casa de Detenção de Cerejeiras. No mais, defiro o pedido formulado pelo reeducando, defesa e Direção da Casa de Detenção de Cerejeiras (fl. 625;629 e 637), autorizando a escolta de Leandro Gonçalves da Silva até a Prefeitura do Municipio de Cerejeiras para a confecção de seu RG, entendendo ser este o meio mais célere para a realização da diligência. Oficie-se à Direção do presídio para que providencie a condução do reeducando em dia e hora a ser designados pela Prefeitura Municipal, bem como, caso haja algum outro detento necessitando retirar sua RG, que aproveite a escolta para realizar a mesma diligência. Ciência ao Ministério Público e à Defesa.Expeça-se o necessário.Serve a presente de cara/MANDADO /ofício.Cumpra-se.Cerejeiras-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0003220-32.2010.8.22.0013
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Elias Malek Hanna (RO 356-B.), Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089), Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416), Anne Botelho Cordeiro (RO 4370), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Correa e Correa Ltda, Dayane Mesquita Valadão, Sandra Regina Silva
Advogado:Não Informado ( xx), Nayra Juliana de Lima (OAB/RO 6216), Não Informado ( xx)
DESPACHO:
Vistos.Antes de promover a suspensão do feito, intime-se o exequente para que se manifeste, no prazo de 05 dias, sobre interesse na manutenção da restrição renajud de fls. 294, bem como, em caso positivo, manifeste como deseja prosseguir, sob pena de liberação do bem.Decorrido o prazo, façam os autos conclusos.Expeça-se o necessário.Serve a presente de carta/MANDADO /ofício.Cumpra-se.Cerejeiras-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0012787-92.2007.8.22.0013
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Espólio de Maurício Carlos Corrêa
Advogado:Danielle Rosas Garcez Bonifácio de Melo Dias (RO 2353), Roberto Berttoni Cidade (SP 213.787), Rayanna Louzada Neves (RO 5349), Samuel Ribeiro Mazurechen (PR 48.055)
Executado:Luiz Francisco Baptista da Silva
Advogado:Valdete Minski (RO 3595)
SENTENÇA:
Em conformidade ao teor da RESOLUÇÂO 008/2013-PR, que criou os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, HOMOLOGO, nesta oportunidade, os termos da SENTENÇA prolatada em ata de audiência, conforme abaixo se lê. "Analisando os autos, verifico que a parte requerente aceitou o acordo ofertado pelo requerido às fls. 213/214, conforme se infere da manifestação de fls. 223. Desta feita, o requerido efetuou o pagamento das 10(dez) parcelas avençadas. Posteriormente, após novo calculo da contadoria, se verificou que ainda falta pagar o montante de R$ 936,10(novecentos e trinta e seis reais e dez centavos), conforme fls. 263-v, o que foi feito pelo requerido, conforme comprovante de depósito de fls. 278. Assim sendo, verifico que, não há mais debito a ser pago ao requerente. Por fim, no que se refere à cobrança de honorários advocatícios, formulada pela Dra. Danielle Rosas Garces Bonifácio, OAB/RO 2353, denoto que esta já ajuizou demanda própria junto ao sistema PJE (processo n. 7001571-63.2017.8.22.0013), razão pela qual, igualmente, concluo que não há mais interesse no prosseguimento deste feito. No mais, atento aos valores depositados nestes autos, DETERMINO que os montantes depositados às fls. 278, 283, 228, 232/239 e 246, sejam transferidos para conta judicial vinculada ao processo do Inventário do de cujus Maurício Correia, eis que se refere à crédito do espólio. No entanto, em relação aos montantes depositados às fls. 279 e 282, por se referirem ao pagamento dos honorários advocatícios da patrona Danielle, deverão ser vinculados ao processo de n. 7001571-63.2017.8.22.0013. Já havendo o pagamento das custas processuais(fls. 229) e não havendo condenação em honorários advocatícios, por ter sido realizado acordo judicial, EXTINGO o feito com resolução do MÉRITO em virtude do adimplemento da execução. Saem os presentes intimados. Cumpra-se. Arquive-se.".Cerejeiras-RO, terça-feira, 5 de dezembro de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0019819-85.2006.8.22.0013
Ação:Inventário
Requerente:Dayane Mesquita Valadão, Anastácia Proença Correa, Larissa de Almeida Corrêa
Advogado:Deisiany Sotelo Veiber (RO 3051), Nayra Juliana de Lima (OAB/RO 6216), Mara Lígia Corrêa e Silva (SP 127.510), Fátima Felipe Assmann (SP 131.700), Monica Felipe Assmann (OAB/SP 233204)
Inventariado:Espólio de Maurício Carlos Corrêa
Advogado:Mara Lígia Corrêa e Silva (SP 127.510)
DESPACHO:
Vistos.Considerando o ofício expedido pelo DETRAN, procedi à remoção da restrição no veículo adquirido por terceiro e cujo valor já se encontra depositado judicialmente, conforme espelho de consulta em anexo.Assim, oficie-se à Vara do Trabalho de Colorado do Oeste, solicitando informações quanto à possibilidade de remover a restrição realizada por aquele juízo nos autos do processo nº 00076-07.2010, eis que o bem já foi alienado.No mais, intime-se o comprador do veículo, para que tome ciência do ofício de fls. 4165/4167.Aguarde-se o leilão já designado e o decurso do prazo para as informações a serem prestadas pela inventariante.Cumpra-se.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0002224-92.2014.8.22.0013
Ação:Inventário
Requerente:Eloi Rizzi, Ivo Rizzi, Alberto Rizzi, Antônio Rizzi
Advogado:Neide Cristina Rizzi (RO 6071)
Requerido:Espólio de Luiz Eduardo Rizzi, Espólio de Dileta Rafaela Cherubini Rizzi, Pedro Rizzi Neto
Advogado:Neide Cristina Rizzi (RO 6071), Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Alvará - Inventariante:
Fica INTIMADA a parte Inventariante Eloi Rizzi, por via de seu advogado para retirar o Alvará expedido e comprovar o levantamento do valor, no prazo de 15 (quinze) dias.

Proc.: 1001038-12.2017.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Jusciley Ribeiro Leite
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Jusciley Ribeiro Leite condenado a pena de 01 ano e 03 meses de reclusão, cumprindo pena no regime aberto, veio aos autos requerer a transferência do local de cumprimento da pena para a comarca de Novo Progresso/PA, indicando o endereço onde irá residir - f. 81/82.O Ministério Público manifestou pelo deferimento do pedido - f. 84.Relatei. Decido.Trata-se de pedido de transferência do local de cumprimento da pena requerido pelo condenado, desejando este dar prosseguimento ao cumprimento de sua pena de reclusão, em regime aberto, na comarca de Novo Progresso/PA.O artigo 66, inc. V, alínea g da Lei 7.210/84, dispõe que compete ao Juiz da execução determinar o cumprimento de pena ou medida de segurança em outra comarca. Assim, considerando que o reeducando apresenta bom comportamento, bem como que não há notícia do cometimento falta grave capaz de ensejar a regressão de regime, o pedido merece ser acolhido.Pelas razões acima expostas, DEFIRO o pedido de transferência do local de cumprimento da pena em regime aberto para a Comarca de Novo Progresso no estado do Pará.Antes, porém, deverá o cartório oficiar àquela Comarca solicitando autorização para transferência. Sendo a resposta positiva, proceda-se à remessa dos autos para acompanhamento e fiscalização com a devida baixa neste juízo. Fica a autorização condicionada à inexistência de impedimento que deverá ser certificada nos autos pelo Diretor de Cartório nos termos do artigo 220 das Diretrizes Gerais Judiciais.Após, intime-se o condenado, advertindo que deverá se apresentar ao juízo da vara de execuções no prazo de 10 dias, sob pena do decreto de prisão preventiva.Ciência ao Ministério Público, Defesa e ao apenado. Expeça-se o necessário.Serve a presente de carta/MANDADO / ofício.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000864-54.2016.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público Federal
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Wilson Euclides Prudêncio
Advogado:Defensoria Pública (NBO 020)
DECISÃO:
Trata-se de pedido de autorização para se ausentar da comarca formulado pelo apenado WILSON EUCLIDES PRUDÊNCIO pelo período de 21 a 25 de fevereiro de 2018, com o objetivo de realizar consulta com médico urologista agendada no Hospital São Lucas de Porto Velho – RO (fl. 17)Decido.Primeiramente, necessário observar que o reeducando cumpre pena em regime aberto, contudo, devido à falta de estabelecimento adequado na comarca, foi submetido à prisão domiciliar, com a imposição de determinadas condições, entre elas a de não se ausentar

da comarca onde reside sem autorização do juízo.No caso em apreço, a viagem ocorrerá em período certo e para o fim de tratar de saúde. Além disso, não apresenta o infrator incidente que possa obstar o pedido.O reeducando justificou que deverá sair de Cerejeiras – RO, de ônibus, no dia 21 de fevereiro de 2018, às 17h30m, para conseguir chegar a tempo de realizar a consulta marcada para o dia 22 de fevereiro de 2018, as 8h em Porto Velho - RO. Além disso, informou que pretende realizar exames recomendados pelo médico, motivo pelo qual pretende sair de Porto Velho – RO no dia 24 de fevereiro de 2018.Pontuo que para viabilizar a concessão da medida, cujo pedido foi realizado a poucas horas do embarque, excepcionalmente não será previamente intimado o Ministério Público para se manifestar, contudo, será dada a devida ciência após a DECISÃO.Pelo exposto, autorizo que WILSON EUCLIDES PRUDÊNCIO se ausente desta Comarca para o município de Porto Velho/RO, entre os dias 21 a 25 de fevereiro de 2018, conforme requerido, devendo retornar assim que findar o prazo de concessão. Deverá comprovar a realização da consulta e eventuais exames no prazo de 10 (dez) dias.Ressalto que deverá observar as demais condições impostas, inclusive de proibição de praticar crimes ou contravenções.Comunique-se à Polícia Militar e à Polícia Civil de Cerejeiras- RO e Porto Velho – RO sobre a presente autorização. Serve a presente como ofício ou expeça-se o necessário.Cientifique o Ministério Público e intime-se a defesa.Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0003325-04.2013.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Izael Rodrigues de Souza
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
SENTENÇA:
Cuida a espécie de Execução de Pena do reeducando IZAEL RODRIGUES DE SOUZA, condenado pela prática do delito tipificado no artigo 129, §9º, do Código Penal, cujos autos vieram conclusos para análise da ocorrência da prescrição da pretensão executória.O Ministério Público, manifestou-se pelo reconhecimento da prescrição (fl. 105).DECIDO. A prescrição da pretensão executória é a perda do direito e do dever de executar uma sanção penal definitivamente aplicada pelo Poder Judiciário, em razão da omissão do Estado durante determinado prazo legalmente previsto. Seu cálculo é baseado na pena concreta, fixada na SENTENÇA ou acórdão, de acordo com a Súmula 604 do STF, que dispõe que “a prescrição pela pena em concreto é somente da pretensão executória da pena privativa de liberdade”. No caso em tela, entretanto, é necessário observar que o apenado se evadiu durante o cumprimento das penas impostas, caso em que deve ser aplicado o artigo 113 do Código Penal, que assim dispõe:Art. 113 - No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena.Em relação ao prazo prescricional da pretensão executória, o artigo 110 do Código Penal prevê que deverão ser observados os prazos fixados no artigo 109 do mesmo diploma legal, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente. Dispõe o art. 109 do Código Penal Brasileiro:Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a SENTENÇA final, salvo o disposto no § 1o do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (Redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010).I - em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze;II - em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze;III - em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;IV - em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;V - em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;VI - em 3 (três) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano. (Redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010).Dito isso, verifica-se que em relação à condenação descrita em guia de fl. 03, pela prática do crime previsto no artigo 129, §9º do Código Penal, considerando que o último marco interruptivo se deu 18 de dezembro de 2014 (art. 112, II, CP), o reeducando era primário e restava a cumprir a pena de 01 (um) mês e 27 (vinte e sete) dias, a prescrição ocorreu após o decurso do prazo de três anos.Assim, considerando a evasão do apenado e o decurso de mais de 03 (três) anos até a presente data, a prescrição da pretensão executória inevitavelmente deve ser aplicada, nos termos do art. 109, IV c/c 110, § 1º, art. 112 e art. 113, todos do Código Penal.Pelo exposto, declaro extinta a punibilidade do reeducando IZAEL RODRIGUES DE SOUZA, com fulcro no art. 107, IV, do Código Penal, face ocorrência da prescrição da pretensão executória, relativamente a este caso. Expeça-se contraMANDADO de prisão, se necessário.Ciência ao Ministério Público.Cumpra-se. Cópia desta DECISÃO serve como MANDADO ou ofício. Expeça-se o necessário.P.R.I. Feitas as necessárias anotações e comunicações, arquivem-se.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0019602-18.2001.8.22.0013
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (XXXXXX Doc. Não Informado)
Denunciado:Manuel Raimundo de Jales
Advogado:Manoel Elias de Almeida (OAB/RO 208)
SENTENÇA:
Trata-se de ação penal proposta contra MANUEL RAIMUNDO DE JALES, denunciado pela prática do crime previsto no artigo 121, § 2º, II e IV do Código Penal, cumulado com artigo 61, II, e, ambos do Código Penal (1º fato) artigo 121, § 2º, IV do Código Penal, cumulado com artigo 14, inciso II e artigo 61, II, e (2º fato) e 121, § 2º, IV do Código Penal, cumulado com artigo 14, inciso II e artigo 61, II, e e h (3º fato).A denúncia foi recebida em 15 de julho de 1997 – fl. 02.O réu foi devidamente citado (fl. 51) e interrogado (fl. 70).Durante a audiência de instrução, o Ministério Público requereu a submissão do réu a exame de insanidade mental, o que foi deferido pelo juízo (fl. 69). Em consequência da instauração do incidente de insanidade mental, a ação penal foi suspensa (fls. 79/80).No curso do incidente de insanidade mental o réu se evadiu, motivo pelo qual foi expedido MANDADO de prisão em seu desfavor em 26 de junho de 1998 (fl. 60), renovado em 02 de outubro de 2010 (fl. 106).Foi certificado nos autos o decurso do prazo prescricional da pretensão punitiva estatal (fl. 110).O Ministério Público manifestou pela extinção da punibilidade do réu (fl. 111/112). É O RELATÓRIO. DECIDO. Primeiramente, cumpre destacar que a Prescrição da Pretensão Punitiva é regulada pelo máximo em abstrato da pena atribuída ao delito, observadas as hipóteses de interrupção e suspensão do decurso do prazo prescricional.Destaca-se que a Súmula 415, editada pelo Superior Tribunal de Justiça, pôs termo final à imprescritibilidade dos delitos não taxados como tal pela Constituição Federal, dispondo que “o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada”. Verifico que o delito atribuído aos réus possui pena de 12 a 30 anos de reclusão, logo, por ser o máximo da pena superior a doze anos, de acordo com o disposto no art. 109, I, prescreverá quando decorrer o período de 20 (vinte) anos.A denúncia em desfavor do réu foi recebida em 15 de julho de 1997, última causa interruptiva da prescrição (art. 117, I, CP). Logo, sendo a pena máxima em abstrato atribuída ao delito perpetrado superior a 12 anos, a prescrição da pretensão punitiva se dá em 20 anos contados dessa data.Urge salientar que o incidente de insanidade mental tem o condão de suspender apenas o processo, em nada interferindo no prazo prescricional, por ausência de previsão legal. Neste sentido já manifestou o Superior Tribunal de Justiça:HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO.

MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. APROPRIAÇÃO DE RENDIMENTO DE IDOSO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA (ART. 109, IV, DO CÓDIGO PENAL). PENA DE 1 (UM) ANO E 6 (SEIS) MESES. PACIENTE MAIOR DE 70 ANOS NA DATA DA SENTENÇA (ART. 115 DO CÓDIGO PENAL). PRESCRIÇÃO EM 2 (DOIS) ANOS. 3. SUSPENSÃO DO PROCESSO DEVIDO A INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL (ART. 149, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL POR FALTA DE PREVISÃO LEGAL. NÃO OCORRÊNCIA. 4. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO PARA RECONHECER A PRESCRIÇÃO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência de constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. Tendo a denúncia sido recebida em 21/8/2008 e a SENTENÇA condenatória publicada em 14/12/2010, portanto, após 2 anos, 3 meses e 23 dias, e considerando-se que a pena aplicada foi de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão, bem como reconhecido pela SENTENÇA, nos termos do art. 115, do Código Penal, que o paciente possuía mais de 70 (setenta) anos à data de sua prolação, tem-se, pois, que a prescrição se daria em 2 (dois) anos, tempo já atingido. 3. Em que pese o incidente de insanidade mental instaurado entre 3/11/2008 e 25/2/2010 ter suspendido o processo, tenho que não suspende a prescrição, por falta de previsão legal. À exceção dos casos enumerados nos arts. 116 e 117 do Código Penal, todas as outras hipóteses em que a suspensão do processo acarreta a suspensão da prescrição devem ser previstas em lei. Na espécie, não se pode interpretar o art. 149, § 2º, do Código de Processo Penal, que prevê a suspensão do processo durante o curso do incidente de sanidade mental, de maneira desfavorável ao réu, suspendendo-se, também, a prescrição, uma vez que esta providência não consta do texto legal. 4. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para declarar a prescrição da pretensão punitiva em favor do paciente. (STJ - HC: 270474 RN 2013/0148540-0, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 20/08/2013, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/08/2013).Assim, considerando que desde a SENTENÇA de pronúncia, que ocorreu no dia 15 de julho de 1997 (fl. 02), até a presente data já decorreu mais de 20 (vinte) anos, a prescrição da pretensão executória inevitavelmente deve ser aplicada, nos termos do art. 109, I, c/c 117, II, ambos do Código Penal.Pelo exposto, declaro extinta a punibilidade do réu MANUEL RAIMUNDO DE JALES, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, II, art. 117, II, todos do Código Penal, face ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, relativamente a este caso.Expeça-se contraMANDADO de prisão.P.R.I. Feitas as necessárias anotações e comunicações, arquivem-se.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000034-20.2018.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Allex Garcia de Amorim
DESPACHO:
Decorrido o prazo de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor imposto em SENTENÇA condenatória, é direito que acolhe ao reeducando de reaver a Carteira de Habilitação apreendida.Dito isso, oficie-se ao DETRAN - Cerejeiras/RO para que promova a devolução da Carteira Nacional de Habilitação de Allex Garcia Amorim. Ressalto que o reeducando deverá comparecer no órgão para retirar a CNH.Ademais, aguarde-se o cumprimento da pena de prestação pecuniária imposta.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 1000944-64.2017.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Valmir Medeiros
DESPACHO:
Oficie-se ao CAPS para que apresente o atestado médido e relatório psiquiátrico da consulta realizada em Valmir Medeiros no dia 31 de janeiro de 2018, no prazo de 10 (dez) dias.Após, intimem-se o Ministério Público e a defesa para que se manifestem.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001743-03.2012.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Condenado:Eurico Gonçalves da Silva
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia (OAB/RO 1)
DESPACHO:
Intime-se o reeducando a apresentar justificativa sobre o descumprimento das condições “h” (comprovar ocupação ilícita) e “i” (comparecer bimestralmente em juízo) impostas por ocasião da aplicação de prisão domiciliar em regime aberto, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de apuração de falta grave e regressão de regime.Decorrido o prazo, intimem-se o Ministério Público e a defesa para que se manifestem.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 1001282-38.2017.8.22.0013
Ação:Inquérito Policial (Réu Solto)
Autor:Delegacia de Polícia Civil
Flagranteado:Alex Rocha Ferreira
DECISÃO:
Compulsando os autos observo que o inquérito policial também foi instaurado para apurar a ocorrência do crime tipificado no artigo 180 do Código Penal, praticado, em tese, por Alex Rocha Ferreira.O Ministério Público deixou de oferecer denúncia, requerendo o arquivamento do inquérito, sob o argumento de inexistência de justa causa para a instauração da ação penal.É o relatório. Decido. Primeiramente, cumpre destacar que ao réu é atribuída a prática do crime capitulado no artigo 180 do Código Penal.No entanto, no caso em apreço, verifica-se que não há elementos suficientes para o deslinde da ação penal, mormente por ausência de quaisquer indícios de que o réu tenha recebido produto de crime, ainda que na modalidade culposa. Ao que indicam os autos, Alex, sequer, estava na residência quando o adolescente Elismar e o réu Cristiano praticaram o furto e esconderam o bem. Assim, verifico que assiste razão ao Ministério Público, uma vez que não há justa causa para a instauração de ação penal, sendo o caso de determinar o arquivamento. Pelo exposto, acolho a manifestação do presentante do Ministério Público e determino o arquivamento do presente Inquérito Policial em relação ao investigado Alex Rocha Ferreira, nos termos do artigo 18 cumulado com o artigo 395, III, ambos do Código de Processo Penal, ressalvada a possibilidade de desarquivamento. Intime-se. Cientifique o Ministério Público. Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0003105-40.2012.8.22.0013
Ação:Execução Provisória
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Condenado:Djalma Batista de Oliveira
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
DESPACHO:
Aguarde-se a CONCLUSÃO do Processo Administrativo Disciplinar.Após, intime-se o Ministério Público e a defesa para que se manifestem.Por fim, venham conclusos.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000013-44.2018.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Manuel Cruz Matos
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Em atendimento a determinação do Conselho Nacional de Justiça, e considerando o Ofício Circular n. 074/2013-DECOR/CG, datado de 26 de abril de 2013, procedo a suspensão do presente feito no Sistema de Automação Processual – SAP.Consoante a determinação supra, a suspensão do feito só pode ser feita pelo magistrado em módulo próprio. Deste modo, a CONCLUSÃO e movimentação faz-se necessária, exclusivamente para o fim de dar efetividade à DECISÃO que homologou a aceitação do benefício da suspensão condicional da pena pelo reeducando, submetendo-o a determinadas condições pelo período de prova.Dito isso, promovo a suspensão do feito pelo período de 2 (dois) anos.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 1000690-91.2017.8.22.0013
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado (Pronunci:Enedir Legramante
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
DESPACHO:
Intime-se a defesa para que esclareça, em 05 (cinco) dias, quais testemunhas pretende ouvir, tendo em vista que o Ministério Público não arrolou testemunhas nesta fase - fl. 93-vº.Após, venham conclusos.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 1000960-18.2017.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Marcia da Silva Oliveira
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Vistos.Inicialmente, indefiro a permissão de saída em desfavor da reeducanda Marcia da Silva Oliveira, a qual pretende se casar, eis que não há previsão legal para tanto, tampouco estrutura para ser conduzida juntamente com outro preso ao cartório. Em verdade, nada obsta a que, após cumprir sua reprimenda, realize seu enlace matrimonial.Por fim, oficie-se novamente ao Juízo da Vara da Execução Penal de Colorado do Oeste, para que informe se há apenada interessada na permuta.Expeça-se o necessário.Serve a presente de carta/MANDADO /ofício. Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000098-30.2018.8.22.0013
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Autor:Polícia Militar do Estado de Rondônia
Infrator:Gilberto Douglas Borges
DECISÃO:
Vistos.Trata-se de termo circunstanciado lavrado em face de GILBERTO DOUGLAS BORGES tendo em vista ter este em tese praticado o crime previsto no art. 42 da LCP. O representante do Ministério Público manifestou-se pelo arquivamento do termo circunstanciado (fls. 12), ao argumento de que não há tipicidade.Compulsando os autos, verifico que razão assiste ao Ministério Público, porquanto, de fato a conduta do infrator não se amolda ao tipo penal imputado.Pelo exposto,extingo o presente feito investigativo e determino o ARQUIVAMENTO dos autos.P.R.I. Arquivem-se oportunamente.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000032-50.2018.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Cleiton Alexandre Brand Godoi
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
DESPACHO:
Vistos.Analisando a atividade desenvolvida pelo reeducando ( fls. 33), não vejo óbices para a prestação de serviços determinada. Assim, intime-se o reeducando para que, no prazo de 05 dias, inicie o cumprimento da prestação de serviços conforme determinado na audiência admonitória.Oficie-se a entidade beneficiada para que informe, no prazo de 10 dias, se o reeducando se apresentou para início da pena.Com a resposta, conclusos.Expeça-se o necessário.Serve apresente de carta/MANDADO /ofício. Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000025-58.2018.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Jefferson Lopes Benites
DESPACHO:
Vistos.Ao cartório para análise do erro apontado pelo MP e pela defesa, às fls. 41 e 40v, devendo ser realizado novo cálculo de pena.Após, conclusos para análise.Expeça-se o necessário.Serve a presente de carta/MANDADO /ofício.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0002680-42.2014.8.22.0013
Ação:Inventário
Requerente:Lucia Pereira da Silva, Milton Pereira dos Santos, Dorvalina Pereira dos Santos, Esmerina Pereira dos Santos Silva, Geraldo Gomes dos Santos
Advogado:Shara Eugênio de Souza Silva (OAB/RO 3754), Rafaela Geiciani Messias (RO 4656), Shara Eugênio de Souza Silva (OAB/RO 3754), Rafaela Geiciani Messias (RO 4656), Shara Eugênio de Souza Silva (OAB/RO 3754), Rafaela Geiciani Messias (RO 4656)
Inventariado:Espólio de Conceição Gomes dos Santos, Espólio de Vicente Pereira dos Santos
DESPACHO:
Vistos.Defiro o prazo de 30 dias para comprovação de pagamento de custas ( fls. 183)..Decorrido o prazo, conclusos.Intimem-se. Expeça-se o necessário.Serve a presente de carta/MANDADO / ofício.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000102-67.2018.8.22.0013
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Mato Grosso-mt
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Réu:Hemerson Lopes Machado
DESPACHO:
Vistos.Em atenção ao ato deprecado designo audiência para o dia 12/03/2018 às 09h00min.Intimem-se.Ciência ao Ministério Público e Defesa.Tudo cumprido, devolva-se com nossas homenagens. Expeça-se o necessário.Serve a presente de carta/MANDADO / ofício.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001462-13.2013.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Marcelo Ribeiro Alves
DESPACHO:
Vistos.Considerando que o fato narrado na Guia de fls. 628 foi cometido durante a execução penal e enquanto cumprindo regime semiaberto, entendo como necessário o procedimento administrativo.Assim, proceda-se à instauração de PAD, mediante a presença de advogado dativo, constituído ou defensor público, devendo o Diretor do Estabelecimento Prisional ser oficiado para tanto.Ressalto que deverá ser oportunizado ao reeducando o contraditório e ampla defesa, incluindo aí a apresentação de alegações finais dentro do processo administrativo ( Agravo em Exe. 3905-34.2017.822.0000)Advindo o PAD, façam os autos conclusos, com urgência, para avaliação sobre possível falta e unificação de penas.Sem prejuízo, ao cartório para que certifique se há SENTENÇA prolatada nos autos mencionados às fls. 613, bem como se há outros processos em desfavor do réu tramitando naquela vara.Expeça-se o necessário.SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO E MANDADO.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 1000611-15.2017.8.22.0013
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Autor:Delegacia de Polícia Civil
Infrator:Alessandra Madalena Faria
DESPACHO:
Vistos.Intime-se pessoalmente a infratora para que, no prazo de 10 dias, comprove o pagamento das parcelas vencidas, ou justifique o motivo de sua inadimplência.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, façam os autos conclusos.Expeça-se o necessário. Serve a presente de carta/MANDADO /ofício.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000043-79.2018.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Miguel Rieling Júnior
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Vistos.Intime-se as partes, para que, no prazo de 15 dias, manifestem-se sobre interesse na conversão da suspensão condicional da pena, com duração de 02 anos, em pena privativa de liberdade no regime aberto, cuja pena foi fixada em 15 dias.Com a resposta, façam os autos conclusos.Expeça-se o necessário.Serve a presente de carta/MANDADO /ofício.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito
Arrisson Dener de Souza Moro
Diretor de Cartório

# COMARCA DE COLORADO DO OESTE

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sede do Juízo: Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 CEP: 76.993-000 Fone:Fax (69) 3341-3021 e 3341-3022.
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
Endereço eletrônico: www.tjro.jus.br
Juiz: gabcolcri@tjro.jus.br
Escrivania: klo1criminal@tjro.jus.br

Gabarito
Autos de Ação Penal nº 0018686-16.2003.8.22.0012.
Acusado: Paulo Jacinto Pereira.
Advogados: ROBERSON SIQUEIRA DE MELO OAB/MT nº 18.701 e IVONIR ALVES DIAS OAB/MT nº 13.310.
Objetivo: INTIMAÇÃO dos Advogados, acima nominados, dos termos do R. DESPACHO de folhas 335/336, no seguinte teor: "Vistos. PAULO JACINTO PEREIRA foi preso em 29/01/2018, na Comarca de Nova Mutum, por força de prisão preventiva decretada, em razão da prática do crime de tentativa de homicídio qualificado (art. 121, §2º, II c/c art. 14, II, ambos do CP). Realizou-se audiência de custódia em 29/01/2018, na supracitada comarca. Cumpre destacar que a primariedade, residência no distrito da culpa e demais circunstâncias favoráveis do paciente não impedem o decreto da prisão cautelar, consoante posicionamento da jurisprudência das cortes superiores. Ademais, os motivos legais da prisão preventiva ainda subsistem, uma vez que o réu, logo após cometer o crime, evadiu-se e permaneceu por muitos anos sem ser localizado, bem como a ordem pública necessita ser resguardada. Assim, persistem os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva do indiciado. Neste sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Habeas Corpus. Homicídio. Prisão preventiva. Requisitos. Presença. Ordem pública. Garantia. Condições pessoais. Irrelevância. A gravidade concreta e a periculosidade do agente, evidenciadas pelas circunstâncias em que se deram os fatos, traduzem a necessidade de se garantir a ordem pública, autorizam a manutenção da custodia cautelar, e são irrelevantes as suas condições pessoais favoráveis. Habeas Corpus, Processo nº 0003284-71.2016.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Criminal, Relator(a) do Acórdão: Des. Valter de Oliveira, Data de julgamento: 07/07/2016 STJ: RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A VIDA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PEDIDO PARA SUBSTITUIR A PRISÃO CAUTELAR POR MEDIDA DIVERSA. INADEQUAÇÃO / INSUFICIÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 21/STJ. PRECEDENTES. 1. A necessidade da segregação cautelar encontra-se fundamentada na garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do recorrente, caracterizada pelo modus operandi, vez que, em conjunto com os demais acusados, com uso de arma de fogo, após a vítima ter sofrido múltiplas facadas por um dos corréus, e, quando prostrada ao solo, efetuou diversos disparos contra ela, causando-lhe a morte. 2. O acórdão atacado motivou, ainda, que a prisão era medida que se impunha, pois o recorrente havia se evadido do distrito da culpa, só vindo a ser capturado em outro Estado, concretizando um dos requisitos do permissivo legal, ou seja, para assegurar a aplicação da lei penal. 3. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que, persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312 CPP), é despiciendo o recorrente possuir condições pessoais favoráveis. 4. Pronunciado o réu, fica superada a alegação de constrangimento

ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução (Súmula n.º 21/STJ). 5. Recurso em Habeas corpus a que se nega provimento, com a determinação que o Juízo processante implemente celeridade ao julgamento da ação penal.(RHC 37212/PI, rel. Min. Marques, Campos, 5ªT, julg. 25/6/2013). Não verifico a presença de qualquer alteração na situação fática e jurídica que ensejou a decretação da prisão preventiva, razão pela qual a mantenho por seus próprios fundamentos. Intimem-se servindo de MANDADO, se necessário. Colorado do Oeste-RO, terça-feira, 6 de fevereiro de 2018. Marcia Regina Gomes Serafim-Juíza de Direito".
(a.) Cláudio Alexander Sprey Diretor de Cartório

Gabarito
Autos de Ação Penal nº 1000848-52.2017.8.22.0012.
Acusados: José Elismar Moura e Yuri Felipe de Lima.
Advogado: Roberto Carlos Mailho OAB/RO nº 3.047.
Objetivo: INTIMAÇÃO do Advogado, acima nominado, da expedição de Carta Precatória à Comarca de Vilhena-RO, com a FINALIDADE de interrogar os Acusados.
(a.) Cláudio Alexander Sprey
Diretor de Cartório
Cláudio Alexander Sprey Diretor de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO - 30 DIAS
AUTOS7000817-27.2017.8.22.0012CLASSEINF JUV CIV - GUARDA (1420)REQUERENTEN. F. D. P. e outrosREQUERIDONome: MARIA APARECIDA GOMES DE SOUZA
Endereço: desconhecido
FINALIDADE
1) CITAR- a(s) parte(s) requerida(s) acima qualificada(s) dos termos da presente ação contra ela(s) imposta.
2) INTIMÁ-LA- para querendo apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, não o fazendo presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados na inicial.
3) OBSERVAÇÃO
- caso a parte requerida não possua condições financeiras de contratar patrono particular poderá contactar a DEFENSORIA PÚBLICA da localidade onde se encontrar.
4) DESPACHO Recebo a ação. Defiro a gratuidade requerida. Determino: I) Oficie-se o Cartório Eleitoral solicitando a consulta em seu banco de dados de eventual endereço cadastrado em nome da requerida Maria Aparecida Gomes de Souza, filha de Esmeralda Cecilio Gomes de Souza. II) Oficie-se a Receita Federal para informar a este Juízo o número do CPF da requerida, bem como, em havendo, o endereço desta. Serve a presente como ofício n. 652/2017, prazo de 5 dias. Informado endereço certo: 1. Cite-se a requerida, para que, caso queira, apresente contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser-lhe decretada a revelia, nos termos do artigo 344 do CPC. O prazo para apresentar contestação será contado da data prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. 2. Apresentada a contestação, intime-se o autor a apresentar impugnação em 15 (quinze) dias, caso verifique que o réu arguiu qualquer das matérias enumeradas no art. 337 (arts. 350 e 351 do CPC). 3. Após, dê-se vista ao Serviço Social para que proceda o estudo social do caso e a apresentar relatório no prazo de 60 (sessenta) dias. 4. Considerando ainda o relato constante dos autos, de que a menor encontra-se sob a guarda da autora à aproximadamente 3 anos, tendo esta comprovado que o menor está matriculado nesta comarca, concedo a guarda provisória a promovente, pelo período de 06 (seis) meses. Lavre-se o respectivo termo, intimando-se o requerente para assinatura em 05 (cinco) dias. 5. Após a juntada aos autos do estudo social e com a apresentação de contestação, ao Ministério Público e voltem conclusos. Colorado do Oeste/RO, 19 de maio de 2017. ELI DA COSTA JÚNIO - Juiz de Direito
Colorado do Oeste - RO, 20 de fevereiro de 2018
Márcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0002636-26.2014.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João de Jesus Elias
Advogado:Mauri Carlos Mazutti (OAB/RO 312B)
Requerido:Família Bandeirante de Previdência Privada, Banco Bmg S.a., Banco do Brasil S/a
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696), André Luis Gonçalves (OAB-RO 1991), Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Sérvio Tulio de Barcelos (MG 44698), José Arnaldo Janssen Nogueira (RO 6676)
DESPACHO:
À contadoria para que aponte a qual das partes requeridas pertence o saldo remanescente.Após, proceda-se à transferência do valor. Por fim, tudo cumprido, arquivem-se.Colorado do Oeste-RO, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2018.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito
Marina Meiko Saiki
Diretor de Secretaria

## COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

## 1º CARTÓRIO

1º Cartório

Proc.: 0004159-22.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Alcantes Souza
Advogado:Milton Ricardo Ferretto (RO 571-A), Amedas Silveira Carvalho ( 376)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss ( 000)
DECISÃO:
Vistos em saneador,Trata-se de ação para concessão de aposentadoria por invalidez na qualidade de trabalhadora rural, alegando em síntese, que está incapacidade para suas atividades habituais.Realizado perícia médica às fls. 92/96.Devidamente citado o requerido, apresentou contestação às fls. 99/100, pugnando pela improcedência do pedido inicial por não restar comprovado os requisitos necessários à concessão do benefício, tais como qualidade de segurado e existência de incapacidade.É o Relatório. Decido.In casu, não há preliminares a serem analisadas, bem como inexistem questões processuais pendentes.Portanto, dou o feito por saneado. Defiro a produção de prova testemunhal, conforme requerido pela parte autora.Junte a requerente, caso possua, declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.Designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 13/03/2018, às 08h20min, a fim de que a requerente comprove o exercício de atividade rural. Consigno, que a parte será intimada para comparecimento na audiência através de seu advogado, (art. 270 do NCPC e art. 50 das DGJ), exceto se estiver sendo assistida pela Defensoria Pública, situação em que deverá ser intimada pessoalmente.Ressalte-se

que cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do Juízo (art. 455, caput do NCPC). Ainda, a intimação deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, cumprindo ao advogado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento; a parte pode comprometer-se a levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação de que trata o § 1o, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição e a inércia na realização da intimação a que se refere o § 1o importa desistência da inquirição da testemunha (parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 455 do NCPC).SERVE A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA A.R. / OFÍCIO E DEMAIS ATOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0014960-70.2008.8.22.0008
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia/ro
Advogado:Procurador do Estado ( 000)
Executado:Rondo Amazônia Comércio de Madeiras e Derivados Ltda - ME, Florisvaldo de Barros Aléssio Costa, Valdinei Correa Pereira
DESPACHO:
Vistos etc...Nos termos do art. 972, § 4º, do CPC, determino a intimação do terceiro adquirente do imóvel descrito fls. 244 Sr. DIVINO RIBEIRO DA SILVA endereço Linha15 Capa 116, zona rural de Pimenta Bueno.Expeça-se o necessário.Decorrido o prazo, façam conclusos para DECISÃO quanto a fraude.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000417-57.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Serafina Schulz Possimoser, Danelson Possimoser, Daiane Possimoser, Dalvan Possimoser
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469), Valdinei Santos Souza Ferres (RO 3175), Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Vistos, etc...Considerando que com a implantação do sistema Pje, há uma praticidade nas intimações e consultas processuais, bem como não há necessidade de precatória no Estado, sendo o MANDADO encaminhado para cumprimento em qualquer comarca do Estado, os atos de avaliação e intimação serão realizados pelo Juízo, retirando da parte o ônus de distribuição de precatória e recolhimento da respectiva taxa.Proceda a escrivania nos termos da Resolução n. 037/2016-PR, a digitalização destes autos para a conseguinte migração para o sistema Pje.Da mesma forma a distribuição deste autos no PJE, continuará a partir do último movimento impulsionado nos autos físico.Após, arquive-se os presentes autos.No mesmo prazo manifeste-se a Exequente, via PJe, quanto ao prosseguimento do feito.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002770-36.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:T. A. da S. F.
Advogado:Angela Maria Dias Rondon Gil (OAB/RO 155-B), Rebecca Dias Silveira Furlanetto (OAB/RO 5167), Lucas Vendrusculo (RO 2666)
Requerido:R. L. K. H. M. F. & F.
Advogado:Carlos Diogo Korte (OAB/SP 180.373), Jackeline Coelho da Rocha (RO 1521), Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
DECISÃO:
Converto o Julgamento em diligência.Analisando os autos vejo que o cartório não porvidenciou o determinado fls. 485 e 488, ou seja, a intimação do perito para que proceda a assinatura do laudo médico acostado fls. 466/474.Assim, deve a Diretora do Cartório contatar com o médico perito para regularizar o laudo médico.Com a regularização, ciência as partes e conclusos.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 1001248-78.2017.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Rosicler Salvador de Souza
DECISÃO:
Vistos, etc....Tendo em vista que na defesa apresentada pela denunciada às fls. 26/28 não fora arguida nenhuma questão preliminar, tampouco da análise dos autos verifica-se a existência de qualquer das hipóteses elencadas no artigo 397 e incisos do Código de Processo Penal, designo audiência para fins de proposta de suspensão processual (art. 89 da Lei 9099/95) para o dia 5 de março de 2018, às 8h20.Intime-se a acusada, servindo esta DECISÃO como MANDADO.Cientifiquem-se o Ministério Público e a defesa.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 14 de fevereiro de 2018.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

## COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

## 1º POSTO AVANÇADO DE NOVA MAMORÉ

Juizado Especial Cível - Posto Avançado de Nova Mamoré
Juíza Karina Miguel Sobral
Escrivã Rita de Cássia de Brito Morais
E-mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc: 1001386-63.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Francisca de Barros Marinho Lopes(Requerente)
Advogado(s): Marcos antônio Araújo dos Santos(OAB 846 RO)
Banco do Brasil - Agência 2290-X(Requerido), Banco BMG S/A(Requerido)
Advogado(s): servio tulio de barcelos(OAB 6673 RO), jose arnaldo janssen nogueira(OAB 6676 RO)FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA(OAB 109730 MG), GILBERTO RAIMUNDO BADARÓ DE ALMEIDA SOUZA(OAB 22772 BA), OAB:63440 MG
Francisca de Barros Marinho Lopes(Requerente)
Advogado(s): Marcos antônio Araújo dos Santos(OAB 846 RO)
Banco do Brasil - Agência 2290-X(Requerido), Banco BMG S/A(Requerido)
Advogado(s): servio tulio de barcelos(OAB 6673 RO), jose arnaldo janssen nogueira(OAB 6676 RO)FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA(OAB 109730 MG), GILBERTO RAIMUNDO BADARÓ DE ALMEIDA SOUZA(OAB 22772 BA), OAB:63440 MG
Intimação DO REQUERENTE PARA PAGAMENTO DE CUSTAS
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada a fim de proceder ao pagamento das custas processuais, em virtude da sentença/acórdão prolatado(a) neste processo, no prazo abaixo assinalado, sob pena de cobrança administrativa da dívida, por meio de protesto do título nos termos do artigo 1º da Lei Federal n. 9.492/1997, e, em caso de falta de pagamento, posterior encaminhamento à Procuradoria Geral do Estado para inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado de Rondônia.
Valor: R$ 100,00
Prazo: 15 (quinze) dias

## 1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim -Juizado da Fazenda Pública (JEFAP)
Av. XV de Novembro, 1981, Fórum Nelson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000, ( )
Guajará-Mirim -Juizado da Fazenda Pública (JEFAP)
Processo 7000406-38.2018.8.22.0015
Classe JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente Nome: JOSE ADRIANO DE SOUZA
Endereço: Av. 19 de Abril, 2934, João Climaco, Nova Mamoré - RO - CEP: 76857-000
Advogado do(a) REQUERENTE: FABIOLA FERNANDES FREITAS DE SOUZA - RO7323
Requerido(a) Nome: AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA IDARON
Endereço: Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, 5 andar., Pedrinhas, Porto Velho - RO - CEP: 76801-470
DESPACHO
Cite-se o Réu para, querendo, apresentar contestação no prazo de 30 (trinta) dias, com a advertência de que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual (art. 7º da Lei nº 12.503/2009) e que, havendo proposta de acordo, deverá ofertá-la em preliminar na própria contestação, salientando que "a apresentação de proposta de conciliação pelo réu não induz confissão" (enunciado nº 76 do FONAJEF). No mesmo ato deverá especificar as provas que pretende produzir, manifestando-se sobre a sua conveniência e necessidade, de modo justificado, apresentando rol de testemunhas,se for o caso de prova oral, informando eventual interesse na intimação delas, sob pena de preclusão.
Apresentada a resposta, abra-se vista à parte autora para que se manifeste em réplica (5 dias), devendo no mesmo prazo especificar as provas que pretende produzir, manifestando-se sobre a sua conveniência e necessidade, de modo justificado, apresentando rol de testemunhas, se for o caso de prova oral, informando eventual interesse na intimação delas, sob pena de preclusão.
Caso ambas as partes requeiram o julgamento antecipado da lide, tornem os autos conclusos para SENTENÇA.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará-Mirim, data infra.
KARINA MIGUEL SOBRAL
Juíza de Direito – assinado digitalmente

## 2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
Disponibilizado no DJ n. 180 de 28/09/2017, considerando-se como data de publicação o dia 29/09/2017, primeiro dia útil posterior à disponibilização, iniciando-se a contagem do prazo processual em 02/10/2017, primeiro dia útil seguinte á data considerada de publicação (artigo 4ª, §§ 3º e 4º, da Lei n. 11.419/2006 c/c art. 6º, caput e § 1º, da Resolução n. 007/2007-PR-TJRO).

Proc.: 1002307-80.2017.8.22.0015
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo 08 dias
Processo: 1002307-80.2017.8.22.0015
Classe: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Assunto: Crimes contra o Patrimônio/Receptação
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Jhone Gomes Martins
Advogados: Diogo Morais da Silva, OAB/RO 3830, com endereço profissional na Comarca de Porto Velho/RO
FINALIDADE: Intimar o advogado nos termos dos DESPACHO s ao final transcritos: "Considerando que o pedido de liberdade provisória é postulado por intermédio de advogado constituído, e conforme folhas nº 99/103, não foi juntado documentos a respeito da identidade do acusado, considerando ainda, que o exame papiloscópico (fls. 47/49), não demonstra relação com a pessoa de JHONE, Determino que o postulante apresente procuração, uma vez que o pedido está desacompanhado deste instrumento e indique a identidade do acusado que diz representar com documentos pertinentes. Guajará-Mirim-RO, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017.Marisa de Almeida.Juíza de Direito". E (...) 1) Compulsando os autos verifico que o advogado do representado Jhone Gomes Martins, não foi intimado do DESPACHO de fl. 108. Desta forma, intime-se-o para que apresente procuração, uma vez que o pedido de liberdade provisória está desacompanhado deste instrumento e indique a identidade do acusado que diz representar com documentos pertinentes. Sem prejuízo, na mesma oportunidade deverá apresentar defesa preliminar em favor de seu cliente. (...) Guajará-Mirim-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Leonardo Meira Couto. Juiz de Direito".
Guajará -Mirim-RO, 21 de fevereiro de 2018.
Neusa de Cássia Souza Ribeiro da Cruz
Diretora de Cartório
Neusa de Cássia Souza Ribeiro
Escrivã Judicial Titular

## 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Juizado Especial Cível
Juiz(a) de Direito: Karina Miguel Sobral
E-mail: karinasobral@tjro.jus.br
Diretor(a) de Cartório: Rita de Cássia de Brito Morais
E-mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc: 1001421-23.2013.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Valdenir Ferreira de Moura(Requerente)
Advogado(s): JOSÉ ANTÔNIO BARBOSA DA SILVA(OAB 1340 RO)
Oi S/A(Requerido)
Advogado(s): ALESSANDRA MONDINI CARVALHO(OAB 4240 RO), OAB:635 RO
Valdenir Ferreira de Moura(Requerente)
Advogado(s): JOSÉ ANTÔNIO BARBOSA DA SILVA(OAB 1340 RO)
Oi S/A(Requerido)
Advogado(s): ALESSANDRA MONDINI CARVALHO(OAB 4240 RO), OAB:635 RO
CERTIFICO E DOU FÉ este processo migrou para o PJe sob numeração 7000453-12.2018.8.22.0015, devendo qualquer petição ser protocolizada no referido sistema.

Proc: 1001966-35.2009.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Importadora e Exportadora Tunari Ltda(Requerente)
Advogado(s): Samir Mussa Bouchabki(OAB 2570 RO)
OI S.A. CIP Eletrônica(Requerido)
Advogado(s): MARCELO LESSA PEREIRA(OAB 1501 RO), RENATO DA COSTA CAVALCANTE JÚNIOR(OAB 2390 RO), MARLEN DE OLIVEIRA SILVA(OAB 2928 RO), OAB:635 RO
Importadora e Exportadora Tunari Ltda(Requerente)
Advogado(s): Samir Mussa Bouchabki(OAB 2570 RO)

OI S.A. CIP Eletrônica(Requerido)
Advogado(s): MARCELO LESSA PEREIRA(OAB 1501 RO), RENATO DA COSTA CAVALCANTE JÚNIOR(OAB 2390 RO), MARLEN DE OLIVEIRA SILVA(OAB 2928 RO), OAB:635 RO
CERTIFICO E DOU FÉ este processo migrou para o PJe sob numeração 7000455-79.2018.8.22.0015, devendo qualquer petição ser protocolizada no referido sistema.

Proc: 1000793-97.2014.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Manoel Cosmo Barroso Viana(Exequente)
Advogado(s): Francisco Barroso Sobrinho(OAB 5678 RO)
Maria Nilza de Almeida Fernandes(Executado)
Manoel Cosmo Barroso Viana(Exequente)
Advogado(s): Francisco Barroso Sobrinho(OAB 5678 RO)
Maria Nilza de Almeida Fernandes(Executado)
CERTIFICO E DOU FÉ este processo migrou para o PJe sob numeração 7000457-49.2018.8.22.0015, devendo qualquer petição ser protocolizada no referido sistema.

Proc: 1001827-15.2011.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
LEÔNIDAS RACHID DE NORONHA(Requerente)
L.G. Electronics da Amazônia Ltda(Requerido), Infotec - Osmilton Xavier Rebouças - ME(Requerido)
Advogado(s): OAB:146730 SP
LEÔNIDAS RACHID DE NORONHA(Requerente)
L.G. Electronics da Amazônia Ltda(Requerido), Infotec - Osmilton Xavier Rebouças - ME(Requerido)
Advogado(s): FERNANDO ROSENTHAL OAB:146730 SP
CERTIFICO E DOU FÉ este processo migrou para o sistema PJe sob numeração 7000459-19.2018.8.22.0015, devendo qualquer petição ser protocolizada no referido sistema.

Proc: 1001977-30.2010.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Valdivino Oliveira de Araujo(Requerente)
Advogado(s): STENIO CAIO SANTOS DE LIMA(OAB 5930 RO), DALIANE ELEN BRITO MORAIS SANTOS DE LIMA(OAB 5931 RO)
Alda Maria de Mesquita Menezes(Requerido)
Valdivino Oliveira de Araujo(Requerente)
Advogado(s): STENIO CAIO SANTOS DE LIMA(OAB 5930 RO), DALIANE ELEN BRITO MORAIS SANTOS DE LIMA(OAB 5931 RO)
Alda Maria de Mesquita Menezes(Requerido)
CERTIFICO E DOU FÉ este processo migrou para o PJe sob numeração 7000462-71.2018.8.22.0015, devendo qualquer petição ser protocolizada no referido sistema.

Proc: 1002080-03.2011.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Francisco Osvaldo Goncalves Dias(Requerente)
Advogado(s): Cherislene Pereira de Souza (OAB 1015 RO), Janaina Pereira Souza Santos Silva (OAB 1502 RO), Aurison da Silva Florentino(OAB 308-B RO)
Delta Construções S A(Requerido)
Advogado(s): OAB:21943 PE, Erick Allan da Silva Barroso(OAB 4624 RO)
Francisco Osvaldo Goncalves Dias(Requerente)
Advogado(s): Cherislene Pereira de Souza (OAB 1015 RO), Janaina Pereira Souza Santos Silva (OAB 1502 RO), Aurison da Silva Florentino(OAB 308-B RO)
Delta Construções S A(Requerido)
Advogado(s): RENATO RISSATO VELOSO (OAB 21943 PE), Erick Allan da Silva Barroso(OAB 4624 RO)
CERTIFICO E DOU FÉ este processo migrou para o PJe sob numeração 7000464-41.2018.8.22.0015, devendo qualquer petição ser protocolizada no referido sistema.

## 1ª VARA CÍVEL

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000, ( )
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Processo 7000428-96.2018.8.22.0015
Classe HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (112)
Requerente Nome: LUIZ FERNANDO NUNES DO NASCIMENTO
Endereço: Antonio Luiz de Macedo, 2101, Santa Luzia, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: JOYCIELE MERCADO DA SILVA
Endereço: Marechal Deodoro, 1921, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Advogado do(a) REQUERENTE:
Advogado do(a) REQUERENTE:
Requerido(a)
DESPACHO
Remetam-se os autos ao Ministério Público para parecer.
Após, venham os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará-Mirim, data infra.
KARINA MIGUEL SOBRAL
Juíza de Direito – assinado digitalmente

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000, ( )
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Processo 7000429-81.2018.8.22.0015
Classe ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
Requerente Nome: REINALDO BARBA MAZO
Endereço: Adail Rabelo de Brito, 6321, Jardim das Esmeraldas, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Advogado do(a) AUTOR:
Advogado
Requerido(a) Nome: Jhenifer Eduarda Barreto Mazó
Endereço: Santos Dumont, 437, Tamandaré, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: Paulo Victor Barreto Mazó
Endereço: Santos Dumont, 437, Tamandaré, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Advogado
DESPACHO
Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita.
Diante da manifestação expressa da parte autora pelo interesse na tentativa de composição, em atendimento ao DISPOSITIVO do artigo 334 do NCPC, designo audiência de conciliação para o dia 02 de abril de 2018, às 08h00min, a ser realizada na Central de Conciliação - CEJUSC, neste fórum.
Intime-se a parte autora por intermédio de seu causídico constituído nos autos, exceto se estiver representada pela Defensoria Pública, caso em que deverá ser intimada pessoalmente.
Cite-se e intime-se o réu a comparecer na solenidade na data e honorário designado, ficando desde já advertido que em caso não composição, o prazo para oferecimento de defesa de 15 (quinze) dias, salvo outro estipulado pelas partes, começará a fluir a partir da audiência, nos termos dos artigos 335, inciso I do CPC.
Ficam as partes desde já advertidas que deverão comparecer pessoalmente ao ato de conciliação, ou se fazer representar por procurador com poderes específicos para negociar e transigir, acompanhadas de seus respectivos advogados/defensores e que a ausência injustificada à solenidade implicará em ato atentatório

à dignidade da justiça, com aplicação de multa ao faltoso de até 2% calculada sobre a vantagem econômica pretendida ou valor da causa (art. 334, §8º, 9º e 10 do CPC).
Em caso de desinteresse na realização da audiência de conciliação, deverá o(a) requerido(a) apresentar petição, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência, informando expressamente o seu desinteresse, de acordo com o artigo, 334, §5º do CPC, ocasião em que o prazo para apresentação de sua defesa passará a fluir da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência (artigo 335, inciso II do CPC).
Caso o(a) requerido(a) não conteste a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor(a), conforme art. 344 do NCPC.
Na hipótese do MANDADO restar negativo, diante da não localização do requerido(a), fica o Cartório autorizado a repetir este comando, após apresentação de novo endereço pelo demandante.
Cumprida as determinações acima, remetam-se os autos à Central de Conciliação.
Restando infrutífera a conciliação e apresentada a contestação no prazo legal, o que deverá ser certificado, caso sejam apresentadas matérias preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, apresentar réplica ou impugnar, no prazo de 15 (quinze) dias.
Após, voltem os autos conclusos.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO E DEMAIS ATOS.
Cumpra-se.
Guajará-Mirim, data infra.
KARINA MIGUEL SOBRAL
Juíza de Direito – assinado digitalmente

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000, ( )
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Processo 7000444-50.2018.8.22.0015
Classe ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
Requerente Nome: HELLEN BEATRIZ VITOR DOS SANTOS
Endereço: Marechal Deodoro, 6220, Cidade Nova, Nova Mamoré - RO - CEP: 76857-000
Nome: EMILLY CRISTINE VITOR DOS SANTOS
Endereço: Marechal Deodoro, 6220, Cidade Nova, Nova Mamoré - RO - CEP: 76857-000
Advogado do(a) AUTOR:
Advogado do(a) AUTOR:
Requerido(a) Nome: Jean Maique Ferreira dos Santos
Endereço: Distrito do Abunã, Barão do Rio Branco, Abunã (Porto Velho) - RO - CEP: 76843-000 Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita.
Considerando ausência de prova dos rendimentos alegados na inicial e considerando que os alimentos provisórios visam suprir apenas as necessidades básicas durante a tramitação do feito, sendo que o binômio possibilidade X necessidades, será apreciado no decisium final após a produção de provas pelas partes, arbitro os alimentos provisórios em 30% do salário mínimo, devidos a partir da citação, mediante depósito na conta indicada à inicial.
Diante da manifestação expressa da parte autora pelo interesse na tentativa de composição, em atendimento ao DISPOSITIVO do artigo 334 do NCPC, designo audiência de conciliação para o dia 02 de abril de 2018, às 08h30min, a ser realizada na Central de Conciliação - CEJUSC, neste fórum.
Intime-se a parte autora por intermédio de seu causídico constituído nos autos, exceto se estiver representada pela Defensoria Pública, caso em que deverá ser intimada pessoalmente.
Cite-se e intime-se o réu a comparecer na solenidade na data e honorário designado, ficando desde já advertido que em caso não composição, o prazo para oferecimento de defesa de 15 (quinze) dias, salvo outro estipulado pelas partes, começará a fluir a partir da audiência, nos termos dos artigos 335, inciso I do CPC.
Ficam as partes desde já advertidas que deverão comparecer pessoalmente ao ato de conciliação, ou se fazer representar por procurador com poderes específicos para negociar e transigir, acompanhadas de seus respectivos advogados/defensores e que a ausência injustificada à solenidade implicará em ato atentatório à dignidade da justiça, com aplicação de multa ao faltoso de até 2% calculada sobre a vantagem econômica pretendida ou valor da causa (art. 334, §8º, 9º e 10 do CPC).
Em caso de desinteresse na realização da audiência de conciliação, deverá o requerido apresentar petição, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência, informando expressamente o seu desinteresse, de acordo com o artigo, 334, §5º do CPC, ocasião em que o prazo para apresentação de sua defesa passará a fluir da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência (artigo 335, inciso II do CPC).
Caso o(a) requerido(a) não conteste a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor(a), conforme art. 344 do NCPC.
Na hipótese do MANDADO restar negativo, diante da não localização do requerido(a), fica o Cartório autorizado a repetir este comando, após apresentação de novo endereço pelo demandante.
Cumprida as determinações acima, remetam-se os autos à Central de Conciliação.
Após realizada a audiência de conciliação, em caso de acordo, abram-se vistas ao Ministério Público para se manifestar e após, venham conclusos para homologação.
Restando infrutífera a conciliação e apresentada a contestação no prazo legal, o que deverá ser certificado, caso sejam apresentadas matérias preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, apresentar réplica ou impugnar, no prazo de 15 (quinze) dias.
Após, voltem os autos conclusos.
Ciência ao Ministério Público.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO E DEMAIS ATOS.
Cumpra-se.
Guajará-Mirim, data infra.
KARINA MIGUEL SOBRAL
Juíza de Direito – assinado digitalmente

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000, ( )
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Processo 7000432-36.2018.8.22.0015
Classe HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (112)
Requerente Nome: LIVIAN ALVARADO DOS SANTOS
Endereço: 1 de maio, 120, Triângulo, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome: VAGNER LIMA DOS SANTOS
Endereço: 13 de setembro, 250, Tamandaré, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Advogado do(a) REQUERENTE:
Advogado do(a) REQUERENTE:
Requerido(a)
DESPACHO
Remetam-se os autos ao Ministério Público para parecer.
Após, venham conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará-Mirim, data infra.
KARINA MIGUEL SOBRAL
Juíza de Direito – assinado digitalmente

Proc.: 0003555-69.2015.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Bradesco Leasing S.a Arrendamento Mercantil
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
Requerido:F. Antunes Me
Advogado:Alexandre dos Santos Nogueira (RO 2892)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido de fls.87, no que tange a inclusão da representante legal da empresa executada no polo passivo da demanda.Cite-se, conforme solicitado pelo exequente, nos termos do DESPACHO inicial, expedindo-se o necessário.Guajará-Mirim-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003601-58.2015.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adriano de Lima dos Santos
Advogado:Selva Síria Silva Chaves Guimarães ( 5007), Robson Clay Floriano Amaral ( 6965), Sandra Mirele Barros de Souza Amaral ( 6642)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO Diante da inércia do requerente, que foi intimado tanto por intermédio de seu advogado, quanto pessoalmente, providencie-se o necessário para que a perícia seja realizada por um servidor competente do Grupo Técnico de Trabalho em Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho de Rondônia SESMT/RO, no prazo de 30 dias.Com a juntada do laudo, dê-se ciência às partes.Após, conclusos.Guajará-Mirim-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003630-11.2015.8.22.0015
Ação:Monitória
Requerente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
Requerido:Marcos Antonio de Lima
DESPACHO:
DESPACHO Indefiro o pedido de citação por edital (fls. 85/85v), uma vez que o requerente não demonstrou que realizou qualquer diligência em busca do atual endereço do réu.Comprove a realização de diligência no prazo de 10 dias, ou apresente o endereço atualizado do réu, sob pena de extinção do feito sem análise do MÉRITO, mormente diante do tempo em que o processo tramita sem que a parte efetivamente tenha possibilitado a citação. Guajará-Mirim-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005558-94.2015.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
Executado:F. Antunes Me, Francieli Antunes
DESPACHO:
DESPACHO Considerando que com o advento da nova Lei Estadual nº. 3.896/2016, as diligências a serem realizadas perante os sistemas conveniados passaram a custar R$ 15,00 cada uma e por CPF/CNPJ consultado, bem como fato de que o exequente requer a realização de duas pesquisas, uma vez que são duas requeridas, intime-se a parte exequente, por intermédio de seu causídico, para, no prazo de 05 (cinco) dias, complementar o pagamento das diligências pleiteadas (R$15,00), sob pena de não realização da pesquisa pretendida.Guajará-Mirim-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0667889-78.2006.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( 000000)
Executado:Agrovil Assoc. Agrop. de Nova Mamoré
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido de fls. 305.Oficie-se conforme requerido pela Fazenda.Expeça-se a certidão de inteiro teor. Expeça-se o necessário.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0001528-21.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdeci Said Flores
Advogado:Cynthia Maria Alecrim de Morais ( 4.357)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Sérvio Túlio de Barcelos (RO 6673), José Arnaldo Janssen Nogueira (RO 6676)
DESPACHO:
DESPACHO 1. Expeça-se alvará judicial a favor do Sr. perito, referente aos honorários depositados às fls. 113.2. Após, encaminhe-se os autos à contadoria para verificação do valor final apurado, considerando o laudo de fls. 180/202 e os documentos de fls. 206/218, no prazo de 20 dias.3. Com a informação, vista às partes para manifestação em 10 dias.Após, conclusos.Expeça-se o necessário. Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002900-05.2012.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/A
Advogado:Sérvio Túlio de Barcelos (RO 6673)
Executado:Julião Ferreira da Silva Júnior
Advogado:Erick Allan da Silva Barroso (OAB/RO 4624)
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se o executado acerca da penhora, na pessoa de seu advogado, nos termos do §1º do art. 841, do CPC, até porque, ao que parece, ele mudou de endereço e não comunicou o juízo (fls. 181).Após, intime-se o exequente para se manifestar em termos de prosseguimento.Expeça-se o necessário. Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004067-57.2012.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Lucyanne C. Brandt Hitzeschky (AM 4.624), Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
Executado:Auto Posto Cara Preta Ltda, Rosane Rodrigues Clemente
Advogado:Haroldo Lopes Lacerda (O 962), Verônica Verginia Domingos Rios Lacerda ( 5165), Hugo André Rios Lacerda ( 5717), Haroldo Lopes Lacerda (O 962), Verônica Verginia Domingos Rios Lacerda ( 5165), Hugo André Rios Lacerda ( 5717)
DESPACHO:
DESPACHO A resposta da penhora on line foi NEGATIVA (recibo anexo - valor encontrado é irrisório, considerando o montante da dívida, por isso foi desbloqueado).Intime-se a parte exequente para indicar outros bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento do feito.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000082-75.2015.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública Estadual
Advogado:Valdecir da Silva Maciel ( 390)
Executado:Acrojohn Distribuidora Ltda, Davino José Joaquim de Souza, Eduardo Antonio de Souza
Advogado:Maguis Umberto Correia (RO 1.214), Allan Pereira GuimarÃes (OAB/RO 1046), Sicilia Maria Andrade Tanaka (OAB/RO 5940), Luiz Felipe da Silva Andrade (OAB/RO 6175), Talita Sayuri Hamano (OAB/RO 6964)

DESPACHO:
DESPACHO Oficie-se conforme requer a Fazenda.Com resposta ou certificada a inércia, nova vista à Exequente.Expeça-se o necessário.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002002-84.2015.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:José Itânio Varão de Souza
Advogado:Raynner Alves Carneiro (RO 6368)
Executado:Eugênio Mendes Neto
DESPACHO:
DESPACHO A resposta da penhora on line foi NEGATIVA (recibo anexo).Intime-se a parte exequente para indicar outros bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento do feito.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002282-55.2015.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Bryan Gabriel da Costa
Advogado:Defensoria Pública (- -)
Requerido:Sidney da Silva Soares
Advogado:Igor dos Santos Cavalcante (OAB/RO 3025)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido de fls. 89. Intime a genitora do requerente, pessoalmente, para que possa manifestar eventual interesse recursal, no prazo de 10 (dez) dias.Expeça-se o necessário.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002744-12.2015.8.22.0015
Ação:Usucapião
Requerente:Mireya Suarez Villegas
Advogado:Defensoria Pública de Guajará Mirim (RO -)
Requerido:Pedro Cartagena Tibubay, Ednei Ribeiro Damasceno, Dilce Jane Miranda Santana
Advogado:Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
DESPACHO:
DESPACHO Ciente do agravo de instrumento interposto pela requerida às fls. 85/89.Mantenho a DECISÃO pelas razões nela expostas.Aguarde-se em cartório o resultado do recurso.Transcorrido o prazo de 45 dias sem eventual comunicação do julgamento, certifique a escrivania o andamento do agravo, encaminhando os autos à CONCLUSÃO na hipótese de ter ocorrido o julgamento.Em caso negativo, aguarde-se por mais 15 dias, certificando-se novamente e encaminhando os autos à CONCLUSÃO.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002920-88.2015.8.22.0015
Ação:Monitória
Requerente:Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul Sa
Advogado:Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB/SP 327.026), Daniel Penha de Oliveira (RO. 3.434), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Requerido:Arestela Vassilakis Moura
Advogado:Hélio Fernandes Moreno (OAB/RO 227B)
DESPACHO:
DESPACHO Tendo em vista o pedido de fls. 235, contate-se o Sr. perito, inclusive por e-mail, apresentando a proposta da parte.Solicite-se resposta em 5 dias. Com ela, intime-se a parte para na hipótese de aceitação, efetuar o pagamento.Após, siga-se como determinado às fl. 213.Expeça-se o necessário. Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004436-51.2012.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Edelson Siqueira Jerônimo
Advogado:Marilza Gomes de Almeida Barros (OAB/RO 3797)
Executado:Fundação Universidade do Tocantins Unitins
Advogado:Fabrícyo Teixeira Noleto ( 2.937), Jaiana Milhomens Gonçalves ( 4295), Cassemiro Alves dos Santos ( 197.627), Damien Zambellini ( 19.561), Genivan Caetano de Almeida ( 5.290), Erion Schlenger de Paiva Maia ( 5.075), Joicy Silva Lustosa ( 5.092), Samael Freitas Guedes (RO 2596)
DESPACHO:
DESPACHO Ante a ausência de impugnação pela executada, bem como os cálculos já apresentados pela parte exequente (fls.268), apresentada a documentação necessária, expeça-se o precatório. Após, aguarde-se em arquivo provisório a sua liquidação.Tudo cumprido, nada sendo requerido, arquive-se.Intimem-se. Expeça-se o necessário.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005070-47.2012.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Nova Mamoré Ro
Advogado:Wanderley da Silva Costa (RO 916), Marcos Metchko (RO 1482)
Executado:Mt Construções e Terraplenagens Ltda
DESPACHO:
DESPACHO Considerando a prolação de SENTENÇA nos autos de embargos à execução (processo nº7003311-84.2016.8.22.0015), bem como o recurso de apelação interposto e, ainda, o fato que não houve o julgamento de referido recurso, determino a suspensão do processo por 180 (cento e oitenta) dias.Decorrido o prazo supra, certifique-se o andamento do processo (autos n.7003311-84.2016.8.22.0015), encaminhando os presentes autos à CONCLUSÃO.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000490-37.2013.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Detran Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia
Executado:Luiz Carlos Andrade
DESPACHO:
DESPACHO Manifeste-se o peticionante de fls. 147, esclarecendo conforme DESPACHO de fls. 149, no prazo de 5 dias, sob pena de venda judicial do imóvel penhorado.Sem manifestação, remetam-se os autos à Fazenda para manifestação em prosseguimento. Intime-se.Expeça-se o necessário.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004262-08.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Getúlio Ferreira Ramos
Advogado:Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962), Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (RO. 1.534)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
DESPACHO:
DESPACHO Considerando a informação de fls. 321, intime-se o autor para indicar perito em substituição, no prazo de 05 (dias). Expeça-se o necessário.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000188-71.2014.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nilze dos Santos Fonseca
Advogado:Marilza Gomes de Almeida Barros (OAB/RO 3797)
Requerido:Banco Itaú S.a
Advogado:Luana Dantas Emerenciano ( 9.744), Thiago José Carmo de Lima ( 10116), Maria Clara Tavares Barreto ( 9.423), Lasmini Tamara Buriti Trindade ( 11.460), Luiz Henrique Pires Hollanda ( 10.356), Manoel Tarcisio Cunha de Aguiar Filho ( 10.446), Marcele Medeiros ( 11.181), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407), Jose Almir da Rocha Mendes Junior (OAB/RN 392-A)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando o tempo transcorrido entre pedido de fls. 105 e o presente DESPACHO, intimem-se o perito para juntar CONCLUSÃO do laudo, no prazo de 05 (dias).Expeça-se o necessário.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004683-61.2014.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Coimbra Importação e Exportação Ltda
Advogado:Raynner Alves Carneiro (RO 6368)
Executado:Francisco Claudiomar Pereira Poerá
DESPACHO:
DESPACHO A resposta da penhora on line foi NEGATIVA (recibo anexo).Intime-se a parte exequente para indicar outros bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento do feito.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003958-38.2015.8.22.0015
Ação:Arrolamento Sumário
Requerente:J. R. P. dos S. F. das C. P. dos S. M. de F. P. dos S. M. E. dos S. B. R. C. P. B. M. P.
Advogado:Joaquim Soares Evangelista Junior ( 6426)
Inventariado:J. P.
DECISÃO:
DECISÃO Os requerentes ingressaram com o presente pedido de abertura de inventário dos bens deixados pelo de cujus José Paiva.O feito estava tramitando normalmente, ocorre que, analisando os autos, constata-se que há questão prejudicial de MÉRITO que não apenas pode como deve ser analisada, inclusive de ofício, haja vista configurar matéria de ordem pública.Vejamos.A senhora Tereza Mendes Hurtado ingressou com ação de reconhecimento de união estável post mortem, Proc. n.0006148-71.2015.8.22.0015, que tramita no juízo da 2ª Vara Cível, alegando que conviveu com o de cujus por um período de 26 (vinte e seis) anos, tendo permanecido ao seu lado até o momento de sua morte.Por certo há prejudicialidade, impondo-se que se suspenda imediatamente o processo de inventário, para que se aguarde o julgamento da outra causa, bem como a resolução do litígio em questão.Assim, nos termos do art. 313, inciso V, alínea “a”, do CPC, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano.Transcorrido este prazo, venham conclusos.Ciência às partes e ao Ministério Público.Intimem-se.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003428-34.2015.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
Executado:Fapor Fábrica de Portas Ind.com. Imp. e Exp. Ltda, Rosane Salete Wink
Advogado:Francisco Fernandes Filho (OAB/SP 189558)
DESPACHO:
DESPACHO A resposta da penhora on line foi NEGATIVA (recibo anexo).Intime-se a parte exequente para indicar outros bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento do feito.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003646-62.2015.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:José Humberto de Aguiar
Advogado:Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962), Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (RO. 1.534)
Executado:Aba Materiais de Construção Ltda Me
Advogado:Alexandre dos Santos Nogueira (RO 2892)
DESPACHO:
DESPACHO Diante do pedido de fls. 89/90 bem como fls. 93/95, manifeste-se o exequente em 5 dias.Sem prejuízo, providencie o cartório a correção da numeração das fls. dos autos, a partir das fls. 93.Intime-se.Guajará-Mirim-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito
Rita de Cássia de Brito Morais
Escrivã Judicial

## 2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juiz de Direito Paulo José do Nascimento Fabrício
paulojnfabricio@tjro.jus.br E-mail: gum2civel@tjro.jus.br
telefones: 3541- 7187

Proc.: 0000556-51.2012.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco
Advogado:Lucyanne C. Brandt Hitzeschky (AM 4.624), Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Heberte Roberto Neves do Nascimento (RO 5322), Carmen Eneida da Silva Rocha ( 3846), SÂmara de Oliveira Souza (RO 7298)
Executado:Jornande Correia da Silva, Dulcelina de Fatima Barbosa Correia
Advogado:David Noujain (RO 84-B)
Fica a parte autora, através de seu advogado, intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre os depósitos de fls. 309/313, sob pena dos valores serem transferidos para a conta centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia.
Daniely Lucas Aragão Dantas
Diretora de Cartório Exercício

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Fórum Nelson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone:(69) 35412389
Processo nº 0076921-25.2007.8.22.0015
Polo Ativo: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Advogado do(a) EXEQUENTE: TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA - RO0007770
Polo Passivo: ISAAC BENESBY
Advogado do(a) EXECUTADO: JACY RAIMUNDO DE ALENCAR FARIAS - RO000016B
CertidãoCertifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Guajará-Mirim, 21 de fevereiro de 2018
wtp
Daniely Lucas Aragão Dantas Diretora de Cartório

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Fórum Nelson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone:(69) 35412389
Processo nº 0001311-95.2000.8.22.0015
Polo Ativo: BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDILBERTO BEZERRA LIMA - RO00289-B
Polo Passivo: ALBERTINA CARRATTE BRANDT e outros
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
CertidãoCertifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Guajará-Mirim, 21 de fevereiro de 2018
WTP
Daniely Lucas Aragão Dantas Diretora de Cartório

## COMARCA DE JARU

## 1ª VARA CRIMINAL

Proc.: 0002371-51.2014.8.22.0003
HP
GABARITO nº 41/2018
Juiz Substituto: José de Oliveira Barros Filho
Proc.: 0002371-51.2014.8.22.0003
Classe: Ação Penal
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Angelino Calazans Medeiros
Advogado(s): José Feliphe Rosário Oliveira (OAB/RO 6568), Everton Campos Queiroz (OAB/RO 2982) e Iure Afonso Reis (OAB/RO 5745)
FINALIDADE: Intimar o(s) advogado(s) acima citado (s) da expedição da(s) Carta Precatória(s) n. 86/2018 para a(s) Comarca(s) de Machadinho do Oeste/RO, com vistas à inquirição da(s) testemunha(s) M. D. S. N.
Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório

Proc.: 0000245-67.2010.8.22.0003
HP
NOTIFICAÇÃO
Processo nº 0000245-67.2010.8.22.0003
Autor: Ministério Público
Réu: Júlio César Alves da Silva, vulto "Binho" ou "Zoinho", brasileiro, filho de José Alves da Silva e Isaura Dias da Silva, natural de Itajuipe/BA, nascido em 09/07/1986, residente na Linha 617, KM 28, Jaru/RO.
Fica a parte ré, notificada para o recolhimento da importância de R$ 170,00 (cento e setenta reais) (atualizada até a data de 02/04/2013), a título de custas do processo em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa.
OBSERVAÇÃO: 1. As custas devem ser pagas através do formulário próprio, o qual deve ser retirado em cartório; 2. Após o pagamento, o réu deve comparecer em Juízo e apresentar os respectivos comprovantes.
Sede do Juízo: Fórum Min. Victor Nunes Leal – Rua Raimundo Cantanhede, 1067, Setor 02, Jaru-RO – CEP: 78940-000 / Fone (PABX): (069) 3521-2393, e-mail: jaw1criminal@tjro.gov.br.
Jaru-RO, 20 de Fevereiro de 2018.
Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório

Proc.: 0001740-73.2015.8.22.0003
HP
GABARITO nº 42/2018
Juiz Substituto: José de Oliveira Barros Filho
Proc.: 0001740-73.2015.8.22.0003
Classe: Ação Penal
Autor: Ministério Público
Réu: Lindomar de Souza Ambrosio
Advogado(s): João da Cruz Silva – OAB/RO 5747 e Renata Cristina Pinto Neves – OAB/RO 7170.
FINALIDADE: Intimar o(s) advogado(s) acima citado(s) para, no prazo de 10(dez) dias, manifestar(em)-se nos autos em vista da DECISÃO proferida por este Juízo, a seguir transcrita: "[…]intime-se os advogados constituídos pelo réu LINDOMAR DE SOUZA AMBRÓSIO, sendo estes Dr. João da Cruz Silva e Dra. Renata Cristina Pinto Neves, a informarem o atual endereço do denunciado (fls. 20/21). Prazo: 10 (dez) dias. Jaru-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018. José de Oliveira Barros Filho. Juiz de Direito."
Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório

Proc.: 1001804-95.2017.8.22.0003
GABARITO nº 43/2018
Juiz Substituto: José de Oliveira Barros Filho
Proc.: 1001804-95.2017.8.22.0003
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Luan Rodrigues Vasconcelos e outros
Advogado: Sebastião de Castro Filho – OAB/RO 3646.
FINALIDADE: Intimar o advogado acima indicado para apresentar Defesa Prévia, no prazo de 10 dias, nos termos do art. 55 da Lei 11.343/2006.
Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório
Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 02, JARU – RO pm
CEP: 76890-000 - Fone:(69)3521-3238 - E-mail: jaw1civel@tjro.jus.br
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O Juiz de Direito da 1ª Vara Cível torna público que será realizada a venda dos bens a seguir descritos, referente à Execução que se menciona.
DESCRIÇÃO DO BEM:
01 - 01 (um) Lote Urbano n. 18, quadra 02, bloco A, Setor 05, localizado neste município de Jaru, com área de 789,22 m² (Setecentos e oitenta e nove e vinte e dois metros quadrados), com os limites e confrontações seguintes: Norte: Lotes 19, 06 e 07; Leste: lotes 06,07 e 17; Sul: Lote 17 e BR 364; Oeste: BR 364 e Lote 19, localizado na Av. JK, 2560, Setor 05, escriturado sob a matrícula de número 9.529, Livro 2, Registro Geral. Edificação para fins comercias, do tipo galpão, em alvenaria, telhado do tipo eternit, piso bruto sem azulejo. Avaliado em R$ 420.000,00 (Quatrocentos e vinte mil reais).
DATA PARA PRIMEIRA VENDA: 09/04/2018 às 09:00 horas
DATA PARA SEGUNDA VENDA: 19/04/2018 às 09:00 horas.
Processo nº: 7000376-39.2018.8.22.0003
Classe: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)
Protocolado em: 07/02/2018 15:20:17
DEPRECANTE: UNIÃO
DEPRECADO: ELETRICA HAWAI LTDA - EPP
OBSERVAÇÃO: Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio das datas acima. Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
COMUNICAÇÃO 1: Não será aceito lance que ofereça preço vil. Considera-se vil o preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz e constante do edital, e, não tendo sido fixado preço mínimo, considera-se vil o preço inferior a cinquenta por cento do valor da avaliação. (Artigo 891 do NCPC).
COMUNICAÇÃO 2: Salvo pronunciamento judicial em sentido diverso, o pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico. (Artigo 892 do NCPC).
COMUNICAÇÃO 3: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação e até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. (Artigo 895 do NCPC).

COMUNICAÇÃO 4: Se não houver licitante na primeira venda, prosseguir-se-á na segunda venda a fim de que o mesmo seja arrematado por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
CERTIDÃO: Certifico e dou fé que não consta nos autos informação acerca de ônus sobre o bem.
Sede do Juízo: Fórum Min. Victor Nunes Leal - Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 02, Jaru/RO - CEP: 76890-000- Fone: 3521-3238. Endereço eletrônico: www.tjro.jus.br - Email: jaw1civel@tjro.jus.br
Jaru-RO, 19 de fevereiro de 2018
Fábio da Silva Amaral
Diretor de Cartório
Caracteres: 0,00Validade: 31/08/2018, conforme estabelece o Art. 22, inciso I, letra “a” e “b”, da Instrução Presidencial Nº 001/2012 – PR, publicada no DJE nº 031 de 15/02/2012. Preço por caracteres: 0,00Total (R$): 0,00

## 2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br
Juiz: mailto:elsi@tj.govElsi Antônio Dalla Riva
Para Contatos e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0002891-45.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosangela Farias Mariano
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910), Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8767), Ernesto Borges Filho (OAB/MS 379), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Renato Chagas Corrêa da Silva (MS 5871), Vair Helena Arantes Paulista (OAB/GO 28.459-A), Marcos Vinicius Lucca Boligon (OAB/MT 12.099-B), Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132), Gustavo Corrêa Rodrigues (OAB/RJ 110459), Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277)
DESPACHO:
Vistos,1) A alegação de impedimento do Perito merece acolhimento, nos termos dos artigos 144, I e 148, II, do Código de Processo Civil. Desta feita, destituo o Perito do encargo. Cientifique-se pela forma mais célere, certificando nos autos.2) Considerando a exigência legal de que a parte autora seja submetida a exame pericial, nomeio como perito o médico médico Dr. Daniel de Abreu, devendo ser intimado para designar a data, horário e local para realização do exame, ficando ciente de que o laudo deverá ser entregue no máximo de 10 (dez) dias após a realização da perícia médica.O valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta rais) referentes aos honorários periciais, já foi depositado.Intimem-se as partes, para os fins do § 1º do art. 465 do CPC.Deverão ser apresentados ao Sr. Perito, como quesitos do juízo, os seguintes:- se o examinado é incapaz para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência e;- se havendo incapacidade, qual sua porcentagem, e se esta é susceptível de reabilitação.Após a realização do exame pericial e entrega do respectivo laudo, fica desde já autorizada a liberação dos honorários periciais mediante expedição de alvará ou transferência bancária, caso assim seja solicitado.Com a juntada do laudo pericial, as partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o seu eventual assistente técnico, em igual prazo, apresentar o respectivo parecer (art. 477, §1º do CPC). Caso não haja a realização da perícia, proceda-se a devolução dos honorários em favor da requerida, por transferência bancária, em conta a ser informada ao Juízo. Int.Jaru-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0002963-61.2015.8.22.0003
Ação:Inventário
Requerente:Ronny Ferreira Leal, Fabrício Simões de Oliveira
Advogado:Indiano Pedroso Gonçalves (OAB/RO 3486), Renata Souza do Nascimento (OAB/RO 5906), Delmário de Santana Souza (OAB/RO 1531), Renata Souza do Nascimento (OAB/RO 5906), Indiano Pedroso Gonçalves (OAB/RO 3486), Delmário de Santana Souza (OAB/RO 1531)
Requerido:Nelci Domingues Gonçalves, Vanderlei Domingues Gonçalves
Advogado:Anadrya Sousa Terada Nascimento (OAB/RO 5216), Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A), Kinderman Gonçalves (OAB/RO 1541), Sandra Pires Corrêa Araújo. (OAB/RO 3164)
DESPACHO:
Vistos,1) Lavre-se novo termo circunstanciado das primeiras declarações, nos termos do art. 620, caput, do CPC, considerando a habilitação dos herdeiros de Vanderlei Domingos Gonçalves (fl. 452).1.1) Na hipótese de o inventariante não firmar o termo circunstanciado no prazo assinalado pela Escrivania, arquivem-se os autos, sem baixa, uma vez que, a despeito da intimação em 28/11/2017 (fl. 417), o inventariante quedou inerte até 20/02/2018 (fl. 430).2) Após, prossiga no cumprimento do DESPACHO de fls. 412/413, não se olvidando de promover a intimação do Ministério Público, com fulcro no artigo 178, II, do Código de Processo Civil. Jaru-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0000181-18.2014.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Cometa Comercio de Veículos Ltda
Advogado:Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Patrícia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB/MT 8014), Patricia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB/RO 6.644), Andréia Alves dos Santos (OAB/RO 4878), Marco Antonio de Oliveira Lopes (RO 1706), Wad Rhofert Prenszler Costa (RO 6.141), Piero Filipi de Carvalho Lima (RO 6297), Ruan Vieira de Castro (OAB/RO 8039)
Requerido:Marcos Sergio Toneto
Advogado:Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765)
Edital - retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação em jornal de ampla circulação.

Proc.: 0000181-18.2014.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Cometa Comercio de Veículos Ltda
Advogado:Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Patrícia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB/MT 8014), Patricia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB/RO 6.644), Andréia Alves dos Santos (OAB/RO 4878), Marco Antonio de Oliveira Lopes (RO 1706), Wad Rhofert Prenszler Costa (RO 6.141), Piero Filipi de Carvalho Lima (RO 6297), Ruan Vieira de Castro (OAB/RO 8039)
Requerido:Marcos Sergio Toneto
Advogado:Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765)
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
(leilão presencial)
O Juiz de Direito da 2a Vara Cível da Comarca de Jaru/RO, torna público a citação da parte a seguir descrita
referente a Ação presente ação.
Processo: 0000181-18.2014.822.0003
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Cometa Comercio de Veículos Ltda
Requerido: Marcos Sergio Toneto
Responsável pelas Despesas e Custas:Autor
DESCRIÇÃO DOS BENS: UM (01) IMÓVEL URBANO, LOTE 17, DA QUADRA 34, SETOR 01,MEDINDO 20X15 MTROS, OI CORREDOR DE 03 METROS, REGISTRADO NO CRI SOB N.4920, LIVRO 02, REGISTRO GERAL, CONTENDO UMA CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL,MEDINDO 7X15 METROS, LOCALIZADA NA RUA RIO GRANDE DO NORTE, N.2364,

FUNDOS, JARU/RO.
Data da Avaliação: 15/07/2015 Valor Total da Avaliação: R$200.000,00
Venda Judicial: 20/03/2018, ÀS 09 horas
Venda Judicial: 02/04/2018, ÀS 09 horas
OBSERVAÇÕES:
1 - No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem.
2 - Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa.
3 - No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 50% do valor da avaliação.
4 - Caso haja interessados na aquisição por valor inferior ao da avaliação, as propostas serão consignadas
nos autos para DECISÃO judicial do incidente, dando-se ciência às partes para manifestação no prazo comum de 5 (cinco) dias. Entretanto, fica desde já registrado que, em nenhuma hipótese, o bem poderá ser vendido por preço inferior a 50% do valor atualizado da avaliação do bem, observando-se, ainda, o disposto no art.896 do CPC.
5 - O pagamento deverá ocorrer mediante o -pósito de pelo l nos 25% (vinte e cinco por cento) do valor à vista, autorizado o parcelamento do rest te em até 05 (cinco) ve es.
6 - Eventual outra proposta de forma - pagamento e eventuais g antias bancárias serão oportunamente analisadas por este Juízo.
7 - Caso o Executado não seja encontrado, fica o mesmo intimado pela presente.
Jaru/RO, Quinta-feira, 08 de Fevereiro de 2018.
Elsi ntonio Dalla Iva
Juiz de Direito
Sede do Juízo: Fórum Min. Victor Nunes Leal
Rua Raimundo Cantanhede, 1080, Setor 02, CEP: 78940-000, Jaru / RO - Fone (PABX): 3521-2393.
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-no
Fabiane Palmira Barboza
Diretora de Cartório

Processo nº: 0005450-38.2014.8.22.0003
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
Autor: LOLITA NUNES DO CARMO
Requerido: Dinorá Souza Silva e outros (7)
Certidão DE MIGRAÇÃO DE SISTEMA
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Ficam intimadas ainda de que enquanto era processo físico foi juntando aos autos devolução de CArta Precatória advinda de Colnízia.
Intimo outrossim o autor para se manifestar, no prazo de 5 dias, do retorno da missiva.
O referido é verdade. Dou fé.
Jaru/RO, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018.
FABIANE PALMIRA BARBOZA
Diretora de Cartório

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo:30 dias
O Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO, torna público a citação da parte a seguir descrita referente a Ação presente ação.
Processo nº: 7001182-11.2017.8.22.0003
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ANA MARIA FERREIRA, LUAN FERREIRA VIEIRA, LEONARDO FERREIRA VIEIRA
Advogado do(a) AUTOR: SIDNEY DA SILVA PEREIRA - RO8209
RÉU: ELITON CARLOS DO NASCIMENTO VIEIRA, CLEITON GOMES VIEIRA, GABRIEL GOMES VIEIRA, RUDSON DOS SANTOS VIEIRA, RUDNEY DOS SANTOS VIEIRA, MARCELO GOMES VIEIRA
Advogado do(a) RÉU: Não Informado
Responsável pelas Despesas e Custas: JUSTIÇA GRATUITA
FINALIDADE: Proceder a CITAÇÃO dos requeridos abaixo qualificados, atualmente em local incerto e não sabido, para os termos da presente ação, bem como para querendo contestar, no PRAZO DE 15 DIAS, ficando ciente que não sendo contestada a ação se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos alegados pelo autor.
1-Cleiton Gomes Vieira, inscrito no CPF sob o n. 786.657.602-53 e portador do RG 794525 SSP/RO;
2-Gabriel Gomes Vieira, inscrito n o CPF: 786.655.902-34;
3-Marcelo Gomes Vieira, brasileiro, demais qualificações ignoradas;
4-Eliton Carlos do N. Vieira, portador do RG 1021828 SESDEC/RO e inscrito no CPF sob o n. 785.582.202-04;
5-Rudson dos Santos Vieira, inscrito no CPF sob o n. 785.581.822-72, e portador do RG 861270 SESDEC/RO;
6-Rudney dos Santos Vieira, inscrito no CPF sob o n. 785.581.662-34 e portador do RG 861269 SSP/RO;
OBSERVAÇÃO: O prazo fluirá da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira (Art. 257, III, CPC).
ADVERTÊNCIA: Será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV, CPC).
Jaru/RO, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018.
Fabiane Palmira Barboza
Diretora de Cartório
Assina Digitalmente
Sede do Juízo: Fórum Min. Victor Nunes Leal
Rua Raimundo Cantanhede, 1080, Setor 02, CEP: 78940-000, Jaru / RO - Fone (PABX): 3521-2393.
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br
Cartório: jaw2civel@tjro.jus.br
Assinado eletronicamente por: FABIANE PALMIRA BARBOZA
http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 16312770 18022021032562100000015187531

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 10 (dez) dias
Processo nº: 7002627-64.2017.8.22.0003
Classe: HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (112)
REQUERENTE: GELCENI BENJAMIN DE OLIVEIRA, JOAQUIM GOMES DE FREITAS
Advogado do(a) REQUERENTE:
Responsável pelas Despesas e Custas:Justiça Gratuita
FINALIDADE: INTIMAÇÃO de Terceiros Interessados da r. SENTENÇA prolatada ID 13845073 e DECISÃO de ID 15521033, nos autos acima
mencionados, cuja parte dispositiva é a seguinte:
SENTENÇA: “Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, para o fim de NOMEAR JOAQUIM GOMES DE FREITAS curador de KELLY CRISTINA GOMES NETO, na forma dos artigos 487, I e 755, ambos do Código de Processo Civil.1) DO ALCANCE DA CURATELAA curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (artigo 85 da Lei n. 13.146/2015).Consigne-se que eventuais bens do curatelado não poderão ser vendidos pelo curador, a não ser mediante utorização judicial (artigos 1.750 e 1.754, ambos do Código Civil).Não poderá também o curador contrair dívidas em nome do curatelado, inclusive para abatimento direto em eventual benefício previdenciário, a não ser por expressa e específica autorização judicial (art. 1.748, I, do Código Civil).2) DAS AUTORIZAÇÕES AO CURADOR E SEUS DEVERES.Na forma do art. 755, I, do CPC/2015, fica AUTORIZADO o curador a:a) promover a adequada gestão dos recursos fundamentais à sua manutenção elidindo assinatura de contratos de compra e venda, recibos, procurações, concedendo ao

curador a titularidade para assinar documentos;b) representar o(a) curatelado(a) em órgãos administrativos e judiciais, em qualquer justiça e instância, para preservação de seu direito, sendo que qualquer valor recebido em ação administrativa ou judicial deverá ser depositado em conta poupança, igualmente movimentável mediante alvará judicial;c) gerenciar eventuais bens móveis e imóveis do(a) curatelado(a), vedando-se emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser deMANDADO, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração (art. 1.782 do Código Civil).Outras situações particulares deverão ser reclamadas de forma individualizada e em ação oportuna.Todos os valores somente poderão ser utilizados em benefício exclusivo do(a) curatelado(a), lembrando que a qualquer instante poderão os curadores ser instados para prestação de contas, pelo que deverão ter cuidado no armazenamento de notas, recibos, comprovantes etc.3) Intime-se o curador para, em 5 (cinco) dias, comparecer a este Juízo para assinatura do termo.4) Na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015, publique-se esta SENTENÇA na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça.Dispensa-se a publicação na imprensa local, pela concessão de gratuidade.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado a SENTENÇA, arquivem-se os autos, ainda que o termo de curatela não seja assinado, uma vez que se trata de interesse da parte, podendo ela, a qualquer tempo, pleitear o desarquivamento.Jaru/RO, 16 de outubro de 2017.ELSI ANTONIO DALLA RIVAJuiz de Direito

DECISÃO de ID 15521033: "Vistos, etc.Considerando o teor da petição de ID n. 15504065 e que se trata de erro material, passo a retificar a parte dispositiva da SENTENÇA, com fulcro no art. 494, inciso I do CPC, a qual passará a conter a seguinte redação:"Ante o exposto,JULGO PROCEDENTE o pedido, para o fim de NOMEAR GELCENI BENJAMIN DE OLIVEIRA curador de KELLY CRISTINA GOMES NETO, na forma dos artigos 487, I e 755, ambos do Código de Processo Civil".No mais, persiste a DECISÃO tal como está lançada.Retifique-se o registro da DECISÃO, anotando-se e expedindo-se o necessário.Int.Jaru/RO, 11 de janeiro de 2018. JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO - Juiz de Direito

Jaru/RO, Quarta-feira, 31 de Janeiro de 2018.

Fabiane Palmira Barboza

Diretora de Cartório

Sede do Juízo:Fórum Ministro Víctor Nunes Leal - Rua Raimundo Cantanhêde, 1080 - Centro - 78.940-000 - Jaru/RO - Fone/Fax: (069) 3521-1220.

Sugestões e Reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz de Direito ou contate-nos via internet.

Corregedoria: cgj@tjro.jus.br Juiz: elsi@tjro.jus.br

Cartório: jaw2civel@tjro.jus.br

Assinado eletronicamente por: FABIANE PALMIRA BARBOZA

http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

ID do documento: 15922072 18013116335695400000014821838

Processo nº: 0000902-33.2015.8.22.0003

Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

Autor: Ana Lara Oliveira

Requerido: TIAGO DE LUNA BARROS

Certidão DE MIGRAÇÃO DE SISTEMA

Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.

Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.

Ficam intimadas ainda de que enquanto era processo físico os autos estavam sendo preparados com carga para a curadora especial se manifestar acerca do decurso de prazo para contestar, conforme edital.

O referido é verdade. Dou fé.

Jaru/RO, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018.

FABIANE PALMIRA BARBOZA

Diretora de Cartório

# COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0045812-65.2003.8.22.0004
Ação: Execução da Pena
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Condenado: Valdelino dos Santos
Advogado: Alexandre Anderson Hoffmann (OAB/RO 3709)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da DECISÃO que deferiu o pedido de trabalho externo de segunda a sexta-feira, porém indeferiu o pedido de trabalho aos sábados, conforme trecho transcrito a seguir:
"Quanto ao pedido de trabalho externo, homologo a autorização de trabalho externo na empresa Lavador Boa Sorte de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 12h30min e das 13h às 17h, mediante a disponibilização de tornozeleira eletrônica, devendo pernoitar na unidade prisional. Em relação ao trabalho externo aos sábados é bom lembrar ao apenado que ele está cumprindo uma pena decorrente de uma condenação pela prática de um delito. O serviço externo e outros benefícios da LEP são bons para a ressocialização do condenado, mas não devemos esquecer que o objetivo principal nestes casos também é o cumprimento da punição, razão pela qual, indefiro, por ora, o pedido de trabalho externo aos sábados".
Rogério Montai de Lima – Juiz de Direito

Proc.: 0006215-69.2015.8.22.0004
Ação: Execução da Pena
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Condenado: Joaquim Raimundo da Silva
Advogados: Marcel dos Reis Fernandes (OAB/RO 4940) e Eduardo Custódio Diniz (OAB/RO 3332)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supramencionados da DECISÃO que deferiu o pedido de livramento condicional e do termo de audiência onde o reeducando aceitou as condições do benefício, conforme trecho transcrito a seguir:
"POSTO ISSO, com fundamento no art. 83 e seguintes do Código Penal, combinados com o art. 131 e seguintes da Lei de Execução Penal, DEFIRO o LIVRAMENTO CONDICIONAL ao reeducando JOAQUIM RAIMUNDO SILVA, estabelecendo que o período de provas do presente benefício se estenderá até a data do término de cumprimento de sua pena, acaso não haja revogação
Em seguida o apenado foi informado das condições a ele impostas, relativas ao presente processo, sob pena de revogação do benefício, a saber: a) Comprovar o exercício de atividade lícita, em juízo, em um prazo máximo de 30 dias, a contar desta audiência admonitória; b) Comparecer mensalmente em juízo, entre os dias 1º e 10 de cada mês, das 7h as 13h para justificar as suas atividades, devendo na primeira apresentação trazer cópia dos documentos pessoais, comprovante de residência e telefone de contato; c) Não se ausentar da comarca, salvo com autorização do juízo; d) No caso de alterar endereço residencial ou de trabalho, comunicar imediatamente o juízo; e) Abster-se do uso imoderado de bebida alcoólica e não frequentar casas de jogos e de prostituição, bem como não frequentar, a partir das 22h00, bares e lanchonetes; f) Recolher-se a sua residência até o horário das 22:00 horas, podendo dela sair somente no dia seguinte, às 06:00 horas; g) Comunicar, imediatamente, qualquer fato que impeça o regular cumprimento das condições impostas. O reeducando aceitou as condições impostas, comprometendo-se em cumpri-las integralmente. Advirto o reeducando que a inobservância de qualquer das condições acima ensejará na revogação do benefício, e perderá todos os dias do período de prova".
Rogério Montai de Lima – Juiz de Direito

Proc.: 0001352-75.2012.8.22.0004
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Réu: Eduardo Ferreira dos Santos e outros
Advogado: Alessandro de Jesus Perassi Peres (OAB/RO 2383)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado para apresentar alegações finais no prazo suplementar de 05 (cinco) dias.

Proc.: 1000310-95.2017.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Réu: Maykon Ferreira Apolinário e outros
Advogado: Ermínio de Sousa Melo (OAB/RO 338-A)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado para apresentar as razões do recurso de apelação interposto pelo réu e recebido em seus regulares efeitos por este Juízo.

Proc.: 1000409-65.2017.8.22.0004
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Réu: Denivalter Borges do Nascimento e outros
Advogado: Pedro Paixão dos Santos (OAB/RO 1928)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da expedição de Guia de Recolhimento Provisória e remetida à Comarca de Ji-Paraná/RO, bem como da SENTENÇA condenatória prolatada nos autos supracitados, conforme trecho transcrito a seguir:
"Ante o exposto JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para CONDENAR os acusados: DENIVALTER BORGES DO NASCIMENTO, qualificado nos autos, como incurso nas sanções do artigo 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 e artigo 14 da Lei n. 10.826/2003, cumulado com as disposições do artigo 61, inciso I, combinado ainda com as disposições da Lei n. 8.072/90. Considerando a regra constante no art. 69 do Código Penal, ou seja, concurso material, fica o sentenciado Denivalter condenado, definitivamente, a pena de 08 anos e 02 meses de reclusão e 510 dias multa à razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos. Nos termos do artigo 33, §2º, a, c/c art. 59 do Código Penal, o regime inicial de cumprimento da pena será o fechado para ambos os crimes, uma vez que é reincidente".
Rogério Montai de Lima – Juiz de Direito

Proc.: 1001536-38.2017.8.22.0004
Ação: Agravo em Execução
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Agravado: Antônio Edvaldo Rocha
Advogada: Robislete de Jesus Barros (OAB/RO 2943)
FINALIDADE: INTIMAR a advogada supramencionada para apresentar contrarrazões ao Agravo em Execução no prazo suplementar de 02 (dois) dias.

Proc.: 0002056-49.2016.8.22.0004
Ação: Execução da Pena
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Condenada: Ivaneide Pereira Martins
Advogado: Eronaldo Fernandes Nobre (OAB/RO 1041)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado do cálculo de liquidação de penas elaborados nos autos em epígrafe, cujas projeções são as seguintes: data de término prevista para 01/08/2026, progressão para o regime semiaberto em 15/04/2020, aberto em 27/11/2022 e livramento condicional em 14/02/2023.

Proc.: 0015921-72.1998.8.22.0004
Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Réu: Ademilson Antônio de Souza
Advogado: Raimundo de Albuquerque Gomes (OAB/RR 1092)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da audiência designada neste Juízo para o dia 01/03/2018 às 11h15min, bem como da expedição de Carta Precatória para a Comarca de Boa Vista/RR com a FINALIDADE de interrogar o réu.

Proc.: 0002572-69.2016.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Réu: Leandro Soares de Moura
Advogados: Herbert Wender Rocha (OAB/RO 3739) e Filiph Menezes da Silva (OAB/RO 5035)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supramencionados da audiência designada neste Juízo para o dia 19/03/2018 às 08h30min.

Proc.: 0002223-37.2014.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciados: Rodrigo Mota de Jesus e outros
Advogados: Ricardo Oliveira Junqueira (OAB/RO 4477) e Ariane Maria Guarido Xavier (OAB/RO 3367)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supramencionados para apresentarem alegações finais do réu Meidson Diorginis Mendes, no prazo suplementar de 05 (cinco) dias.

Proc.: 0043912-76.2005.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciados: Maria Edileusa Farias Sanches e outros
Advogado: Djalma da Silva Leandro (OAB/BA 10702)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado para apresentar alegações finais no prazo suplementar de 05 (cinco) dias.

Proc.: 0001428-94.2015.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciados: Ariane Santos Trindade e outros
Advogados: Wagner Almeida Barbedo (OAB/RO 37-B), Ivan Francisco Machiavelli (OAB/RO 307), Deolamara Lucindo Bonfá (OAB/RO 1561) e Rodrigo Totino (OAB/RO 6338)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supramencionados para manifestarem se aceitam ou não a proposta de suspensão condicional do processo nos moldes já apresentados pelo Ministério Público, no prazo suplementar de 02 (dois) dias.

Proc.: 0030671-11.2000.8.22.0004
Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciados: Mauro Sérgio Nunes e outros
Advogados: Rooger Taylor Silva Rodrigues (OAB/RO 4791) e Alexandre Anderson Hoffmann (OAB/RO 3709)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supramencionados para se manifestarem nos termos do art. 422 do CPP, bem como eventuais requerimentos.

Proc.: 0004658-47.2015.8.22.0004
Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Nelson Prudêncio Dias
Advogadas: Maria Angélica Pazdziorny (OAB/RO 777) e Lendra Maia Melo (OAB/RO 1737)
FINALIDADE: INTIMAR as advogadas supramencionadas da audiência designada neste Juízo para o dia 13/03/2018 às 08h30min, bem como da expedição de Cartas Precatórias para as Comarcas de Ji-Paraná/RO (inquirir 02 testemunhas), Jaru/RO (inquirir 01 testemunha) e Ariquemes/RO (inquirir 01 testemunha).

Proc.: 0002628-05.2016.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Gislaine Claudina Barbosa e outros
Advogado: Rinaldo da Silva (OAB/RO 8289)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da SENTENÇA condenatória prolatada nos autos supracitados, conforme trecho transcrito a seguir:
"Ante o exposto JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal e CONDENO os réus: GISLAINE CLAUDINA BARBOSA, qualificada nos autos, como incursa nas sanções do artigo 331 (3° FATO) e artigo 329 (4° FATO), na forma do artigo 69, todos do Código Penal. Em razão da parcial procedência do pedido, ABSOLVO os réus GISLAINE CLAUDINA BARBOSA, WESLEY DA SILVA SANTOS e WEDERSON SOUZA DA SILVA, da imputação prevista no artigo 288, parágrafo único, Código Penal (5° FATO), e o faço tudo com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. As penas dos crimes atribuídos à ré devem ser somadas, pois são de naturezas diversas e cometidas mediante mais de uma ação delitiva. Reconheço assim o concurso material entre as infrações, nos termos do art. 69 do Código Penal e totalizo uma pena de 01 ano e 02 meses de detenção e 10 dias-multa. O regime inicial de cumprimento da pena será o aberto (art. 33, §2º, alínea "c", do Código Penal). Fixo o valor do dia-multa no mínimo legal de 1/30 do salário mínimo vigente à época do crime, porque não há informações nos autos que justifiquem a fixação em patamar superior. A ré preenche os requisitos legais da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. Desse modo, com fundamento no art. 43 e ss. do Código Penal, delibero substituir a pena de prisão nos seguintes termos: a) comparecimento mensal em juízo, pelo prazo da pena, para justificar suas atividades e atualizar endereço; b) no pagamento de prestação pecuniária de 01 salário mínimo a ser destinada a entidades públicas ou privadas com FINALIDADE assistencial".
Rogério Montai de Lima – Juiz de Direito

Proc.: 0006188-86.2015.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Josué Marques Martelo
Advogado: Alexandre Anderson Hoffmann (OAB/RO 3709)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da audiência designada neste Juízo para o dia 26/03/2018 às 09h15min, bem como da expedição de Carta Precatória para a Comarca de Machadinho do Oeste/RO com a FINALIDADE de interrogar o réu.

Proc.: 1000405-28.2017.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Vicente da Silva
Advogada: Viviane de Oliveira Alves (OAB/RO 6424)
FINALIDADE: INTIMAR a advogada supramencionada da audiência designada neste Juízo para o dia 09/05/2018 às 11h15min, bem como da expedição de Carta Precatória para a Comarca de Alvorada do Oeste/RO com a FINALIDADE de inquirir a testemunha Edvaldo Ferreira Rosa.

Proc.: 0004982-71.2014.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Marcos Roberto Souza Fortuoso
Advogado: Paulo de Jesus Landim Moraes (OAB/RO 6258)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da audiência designada neste Juízo para o dia 01/03/2018 às 10h00min.

Proc.: 1001491-34.2017.8.22.0004
Ação: Restituição de Coisas Apreendidas – Criminal
Requerente: Wladimir Souza de Freitas
Advogados: Magnum Jorge Oliveira da Silva (OAB/RO 3204) e Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supramencionados para apresentarem nos autos cópia do Inquérito Policial, a fim de atestar se o bem apreendido ainda possui interesse ao processo, bem como apresente o veículo na delegacia desta Comarca, pois conforme informação prestada pela delegacia não consta que o veículo tenha sido, de fato, apreendido, pois não foi encontrado, estando pendente o efetivo cumprimento da busca e apreensão.

Proc.: 0015486-32.2016.8.22.0004
Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Flávio Gomes de Castro
Advogada: Sheila Mariana de Castilho (OAB/RO 7451)
FINALIDADE: INTIMAR a advogada supramencionada da audiência designada neste Juízo para o dia 26/03/2018 às 10h00min.

Proc.: 1000283-15.2017.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Kelton Dantas do Nascimento e outros
Advogado: Eduardo Custódio Diniz (OAB/RO 3332)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da audiência designada neste Juízo para o dia 28/02/2018 às 11h00min, bem como da expedição de Carta Precatória para a Comarca de Ariquemes/RO com a FINALIDADE de interrogar o réu Gustavo Gomes Rocha.

Proc.: 0002483-46.2016.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Nivaldo Lopes de Souza
Advogados: Jack Douglas Gonçalves (OAB/RO 586), Jess José Gonçalves (OAB/RO 1739) e Letícia Ferreira Gonçalves (OAB/RO 6744).
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supramencionados da audiência designada neste Juízo para o dia 15/03/2018 às 11h00min.

Proc.: 0000004-12.2018.8.22.0004
Ação: Pedido de Providências
Requerente: Diretor da Casa de Detenção local
Condenado: Cícero de Souza Pires Junior
Advogados: Celio Dionízio Tavares (OAB/RO 6616) e Darcia Laurentino Nobre (OAB/RO 4443)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supramencionados da distribuição dos autos supracitados, e para, querendo, apresentar justificativa quanto ao descumprimento das regras de monitoramento nestes autos, no prazo suplementar de 02 (dois) dias.

## 1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível
Rua Café Filho, 127, Praça Três Poderes, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34613813
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: R. A. DE MACEDO & CIA LTDA - ME, CNPJ 14.944.679/0001-81 , atualmente em local incerto e não sabido.
Processo: 7005670-06.2017.8.22.0004
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Assunto: [Municipais, Taxa de Licenciamento de Estabelecimento]
Valor da Causa: R$ 849,16
Parte Autora: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
Parte Requerida: R. A. DE MACEDO & CIA LTDA - ME
FINALIDADE: CITAR o requerido, acima qualificado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, PAGAR a dívida fiscal no valor de R$ 849,16 ( oitocentos e quarenta e nove reais, e dezesseis centavos), com juros, multa de mora e encargos indicados na certidão de Dívida Ativa, acrescida das custas judiciais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento); ou GARANTIR A EXECUÇÃO, através de depósito em dinheiro à ordem do Juízo em estabelecimento oficial de crédito, oferecimento de fiança bancária, nomeação de bens à penhora ou indicação à penhora de bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública. Fica Vossa Senhoria intimado que, caso ofereça garantia à presente Execução Fiscal, poderá opor-lhe embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da efetivação da garantia.
DESPACHO: "Promovi consulta ao sistema INFOJUD, sendo que o endereço localizado (espelho em anexo), é o mesmo descrito na inicial, o qual resultou em diligência negativa.Assim, defiro a citação por edital.".
Sede do Juízo: Fórum Desembargador Cássio Sbarzi Guedes, Rua Daniel Comboni, Lote 340, Quadra 88, Setor 2, Centro, nº 1480, Ouro Preto do Oeste/RO - CEP 76.920-000 Fax: (69)3461-3813, Fone: (69)3461-2050.
Ouro Preto do Oeste/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Geiser Vicente Campos Cruz
Diretora de Cartório
Assina por determinação do Juiz

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível
Rua Café Filho, 127, Praça Três Poderes, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34613813
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: E TRONI - ME, CNPJ: 11.389.099/0001-81, atualmente em local incerto e não sabido.
Processo: 7005530-69.2017.8.22.0004
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Assunto: [Municipais, Taxa de Licenciamento de Estabelecimento]
Valor da Causa: R$ 428,41
Parte Autora: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
Parte Requerida: E TRONI - ME
FINALIDADE: CITAR o requerido, acima qualificado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, PAGAR a dívida fiscal no valor de R$ 428,41 (quatrocentos e vinte e oito reais, e quarenta e um centavos), com juros, multa de mora e encargos indicados na certidão de Dívida Ativa, acrescida das custas judiciais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento); ou GARANTIR A EXECUÇÃO, através de depósito em dinheiro à ordem do Juízo em estabelecimento oficial de crédito, oferecimento de fiança bancária, nomeação de bens à penhora ou indicação à penhora de bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública. Fica Vossa Senhoria intimado que, caso ofereça garantia à presente Execução Fiscal, poderá opor-lhe embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da efetivação da garantia.
DESPACHO: "Promovi consulta ao sistema INFOJUD, sendo que o endereço localizado (espelho em anexo), é o mesmo descrito na inicial, o qual resultou em diligência negativa.Assim, defiro a citação por edital.".
Sede do Juízo: Fórum Jurista Teixeira de Freitas, Rua Café Filho nº 127, Bairro União, Ouro Preto do Oeste-RO, 76.920000 - Fax: (69)3461-3813, Fone: (69)3461-2050.
Ouro Preto do Oeste/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Geiser Vicente Campos Cruz
Diretora de Cartório
Assina por determinação do Juiz

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível
Rua Café Filho, 127, Praça Três Poderes, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34613813
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: ERIELE CRISTIANE BENEVENUTI SOUZA, CPF n. 934.119.952-20, atualmente em local incerto e não sabido.
Processo: 7002290-72.2017.8.22.0004
Classe: MONITÓRIA (40)
Parte Autora: ESCOLAS UNIDAS DE OURO PRETO DO OESTE - UNEOURO
Advogado: Advogado do reclamante: JULYANDERSON POZO LIBERATI, MAIBY, FRANCIELI DA SILVA LOCATELLI LIBERATI
Parte Requerida: ERIELE CRISTIANE BENEVENUTI SOUZA
Responsável pelas Despesas e Custas: Parte Autora
FINALIDADE: CITAÇÃO da(s) parte(s) acima qualificada(s) para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague(m) a importância de R$ 10.963,05 (dez mil, novecentos e sessenta e três reais, e cinco centavos) em espécie e honorários advocatícios de 5% (cinco porcento) do valor atribuído à causa, ficando advertida de que poderá, no mesmo prazo, opor embargos à ação monitória que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial.
ADVERTÊNCIAS:
1 – O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o MANDADO no prazo.
2 – Constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos à ação monitória
3 – Os embargos independem de prévia segurança do Juízo e deverão ser opostos nos prazo de 15 (quinze) dias.
DESPACHO: "Cite-se por edital".
OBSERVAÇÃO: Este processo pode ser visualizado de forma integral através do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE – 1º Grau), disponível no site do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (www.tjro.jus.br).
Sede do Juízo: Fórum Desembargador Cássio Sbarzi Guedes, Rua Daniel Comboni, Lote 340, Quadra 88, Setor 2, Centro, Ouro Preto do Oeste/RO - CEP 76.920-000 Fax: (69)3461-3813, Fone: (69)3461-2050.
Ouro Preto do Oeste/RO, 18 de dezembro de 2017.
Geiser Vicente Campos Cruz
Diretora de Cartório
Assina por determinação do Juiz

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível
Rua Café Filho, 127, Praça Três Poderes, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34613813
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: C. CANDIDA DA SILVA RONCONI - ME, CNPJ: 15.098.146/0001-99, atualmente em local incerto e não sabido.
Processo: 7005641-53.2017.8.22.0004

Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Assunto: [Municipais, Taxa de Licenciamento de Estabelecimento]
Valor da Causa: R$ 509,50
Parte Autora: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
Parte Requerida: C. CANDIDA DA SILVA RONCONI - ME
FINALIDADE: CITAR o requerido, acima qualificado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, PAGAR a dívida fiscal no valor de R$ 509,50 ( quinhentos e nove reais, e cinquenta centavos), com juros, multa de mora e encargos indicados na certidão de Dívida Ativa, acrescida das custas judiciais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento); ou GARANTIR A EXECUÇÃO, através de depósito em dinheiro à ordem do Juízo em estabelecimento oficial de crédito, oferecimento de fiança bancária, nomeação de bens à penhora ou indicação à penhora de bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública. Fica Vossa Senhoria intimado que, caso ofereça garantia à presente Execução Fiscal, poderá opor-lhe embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da efetivação da garantia.
DESPACHO: "Promovi consulta ao sistema INFOJUD, sendo que o endereço localizado (espelho em anexo), pertencente à representante legal da empresa executada, é o mesmo descrito na inicial, o qual resultou em diligência negativa.Assim, defiro a citação por edital.".
Sede do Juízo: Fórum Desembargador Cássio Sbarzi Guedes, Rua Daniel Comboni, Lote 340, Quadra 88, Setor 2, Centro, nº 1480, Ouro Preto do Oeste/RO - CEP 76.920-000 Fax: (69)3461-3813, Fone: (69)3461-2050.
Ouro Preto do Oeste/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Geiser Vicente Campos Cruz
Diretora de Cartório
Assina por determinação do Juiz

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Rua Café Filho, 127, Praça Três Poderes, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34613813
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: U. PEREIRA FERNANDES - ME, CNPJ: 11.971.529/0002-50, atualmente em local incerto e não sabido.
Processo: 7005571-36.2017.8.22.0004
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Assunto: [Municipais]
Valor da Causa: R$ 824,69
Parte Autora: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
Parte Requerida: U. PEREIRA FERNANDES - ME
FINALIDADE: CITAR o requerido, acima qualificado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, PAGAR a dívida fiscal no valor de R$ 824,69 (oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e nove centavos), com juros, multa de mora e encargos indicados na certidão de Dívida Ativa, acrescida das custas judiciais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento); ou GARANTIR A EXECUÇÃO, através de depósito em dinheiro à ordem do Juízo em estabelecimento oficial de crédito, oferecimento de fiança bancária, nomeação de bens à penhora ou indicação à penhora de bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública. Fica Vossa Senhoria intimado que, caso ofereça garantia à presente Execução Fiscal, poderá opor-lhe embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da efetivação da garantia.
DESPACHO: "Promovi pesquisa junto ao sistema INFOJUD, sendo que o endereço localizado (espelho em anexo), é o mesmo descrito na inicial, o qual resultou em diligência negativa.Assim, defiro a citação por edital.".
Sede do Juízo: Fórum Desembargador Cássio Sbarzi Guedes, Rua Daniel Comboni, Lote 340, Quadra 88, Setor 2, Centro, nº 1480, Ouro Preto do Oeste/RO - CEP 76.920-000 Fax: (69)3461-3813, Fone: (69)3461-2050.Ouro Preto do Oeste/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Geiser Vicente Campos Cruz
Diretora de Cartório Assina por determinação do Juiz

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível
Rua Café Filho, 127, Praça Três Poderes, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76800-000
Fone:(69) 34613813.
Processo: 7002079-36.2017.8.22.0004
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 19/05/2017 13:23:27
Requerente: P. D. B. F.
Advogado do(a) AUTOR:
Requerido: A. F. D. S.
Advogado do(a) RÉU: SUELLEM CARLA FERNANDES DA COSTA ESCUDERO - RO0003475
SENTENÇA
Trata-se de ação de divórcio proposta por PALOMA DE BRITO FRANCA em face de ALESSANDRO FERREIRA DE SOUZA. Narra a autora que contraiu matrimônio com o requerido em 22 de dezembro de 2014 e que estão separados de fato desde há cerca de 5 (cinco) meses antes da propositura da ação, não havendo possibilidade de reconciliação. Afirma que não tiveram filhos e que não existem bens a partilhar. Por fim, pleiteou pela decretação do divórcio.
Citado por edital (id 11381690), o requerido deixou o prazo para apresentar contestação transcorrer sem manifestação, pelo que lhe foi nomeado curadora especial, que apresentou contestação por negativa geral, id 13652407. Outrossim, no transcorrer do processo, foi possível a sua citação pessoal, embora tenha deixado transcorrer in albis o prazo para uma nova contestação.
Manifestando-se nos autos, a requerente pleiteou pela procedência da ação.
O Ministério Público deixou de se manifestar haja vista não estar presente menores.
É o relatório. Decido.
A legislação pátria permite o divórcio do casal, sendo que o pedido satisfaz às exigências do art. 226, § 6º, da Constituição Federal, segundo a nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 66/2010, bastando para concessão do pedido a manifestação de vontade dos cônjuges, dispensando-se a comprovação de lapso temporal de separação de fato ou culpa pela falência do matrimônio.
No caso em tela, o casal já está separado de fato e, segundo a autora, não há possibilidade de reconciliação, pelo que a procedência do feito é medida que se impõe.
Posto isso, com fundamento no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, consoante a redação dada pela Emenda Constitucional n. 66/2010, DECRETO O DIVÓRCIO do casal PALOMA DE BRITO FRANCA e ALESSANDRO FERREIRA DE SOUZA, sem partilha de bens, declarando cessados todos os deveres inerentes ao casamento, inclusive o regime matrimonial de bens. Por consequência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO ao Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO, para que averbe às margens do assento de casamento com matrícula de n. 096040 01 55 2014 3 00008 167 0001567 43, o divórcio do casal, sem partilha de bens.
Custas na forma da lei. Arbitro o valor de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) de honorários advocatícios para a advogada nomeada.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Após o trânsito em julgado e observadas as formalidades legais, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018
FÁBIO BATISTA DA SILVA
Juíz(a) de Direito

## 2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
SILAS ARSONVAL CARMINATTI BONFIM
DIRETOR DE CARTÓRIO - CAD. 205.590-2

Proc.: 0000840-87.2015.8.22.0004
Ação:Inventário
Requerente:Apoliana Venancio de Sousa Pereira, Maysa Michelle de Sousa Pereira, Mauricio de Sousa Pereira, William de Sousa Pereira, Olga Silva
Advogado:Suellem Carla Fernandes da Costa Escudero. (RO 3475), Cláudia Fidelis (OAB/RO 3470), Suellem Carla Fernandes da Costa Escudero. (RO 3475), Cláudia Fidelis (OAB/RO 3470), Suellem Carla Fernandes da Costa Escudero. (RO 3475), Cláudia Fidelis (OAB/RO 3470), Suellem Carla Fernandes da Costa Escudero. (RO 3475), Cláudia Fidelis (OAB/RO 3470)
Inventariado:Espólio de Gilberto Carlos Pereira
Advogado:Advogado Não Informado ( 444444444)
DESPACHO:
Vistos.Defiro o desarquivamento dos autos (fl. 140).Indefiro o pedido de retificação do formal de partilha expedido nos autos, pois o mesmo foi expedido nos termos apresentado pelas partes nas últimas declarações (fls. 99/104).Não bastasse isso, o trânsito em julgado da SENTENÇA ocorreu em setembro/2016.Intime-se. Após, nada mais havendo, arquive-se.Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 15 de fevereiro de 2018.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0004738-50.2011.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:José Moraes de Freitas Filho
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460), Éder Miguel Caram (OAB/SP 296.412)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado (NBO 020)
Certidão:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: "Certifico que ao expedir o PRECATÓRIO, constatei que a parte autora deverá juntar cópia do trânsito em julgado da SENTENÇA de fls. 16 (autos nº 034/93), e a data da distribuição da ação em Juizo, bem como, cópia integral do acódão informado às fls. 19. Ouro Preto do Oeste, 19 de fevereiro de 2018 ".

Proc.: 0004856-55.2013.8.22.0004
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ourocredi - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Central de Rondônia Sicoob
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Executado:Adésio Gonçalves da Silva, Sindauva Marques de Lima, Raimundo Correia da Silva, Sonia Maria da Silva Correia
Advogado:Advogado Não Informado ( 444444444)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará de nº 42/2018 expedido.

Proc.: 0001776-20.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Virgilina Ribeira de Meira
Advogado:Fernando Martins Gonçalves. (RO 834), Pedro Riola dos Santos Júnior. (RO 2640)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss ( 111111)
DESPACHO:
Vistos.Ante o retorno dos autos, nada mais havendo, arquive-se. Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 15 de fevereiro de 2018. João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0003456-35.2015.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elivan Ferreira dos Santos
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:Banco Bradesco Financiamentos S A, Banco Finasa Bmc Sa
Advogado:Advogado Não Informado ( 444444444)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: "Transcorreu in albis o prazo para a pate Requerida apresentar resposta à presente ação, Ouro Preto do Oeste, 20/02/2018 ".

Proc.: 0002756-64.2012.8.22.0004
Ação:Usucapião
Requerente:José Henrique
Advogado:Cleider Roberto da Rocha Dias. (RO 1783), Loana Carla dos Santos Marques (RO 2971), Sheilla dos Santos Marques (OAB/RO 5098)
Requerido:João Morelo Sobrinho, Agostinho Morelo, José Gomes da Silva
Advogado:Advogado Não Informado ( 444444444)
Edital - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0003525-72.2012.8.22.0004
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Ouro Preto do Oeste Ro
Advogado:Procurador do Município de Ouro Preto do Oeste (OAB/RO 444444444)
Executado:Luiz Fernando Ramos Sampaio
Advogado:Advogado Não Informado ( 444444444)
DECISÃO:
Vistos. Homologo o acordo de fls. 59/60. Determino o arquivamento do feito enquanto viger o parcelamento informado, uma vez que suspensa a exigibilidade do crédito tributário. Caberá à exequente promover o desarquivamento dos autos em caso de descumprimento do acordo, bem como deverá informar este juízo acerca da quitação do débito, sem prejuízo de idêntico ônus à parte executada. Quanto ao pedido de fls. 64/66, indefiro a desconstituição integral da penhora, mas procedi a restrição somente para transferência do veículo (espelhos adiante), portanto a parte executada poderá efetuar o pagamento das respectivas taxas. Findo o pagamento do acordo, as partes deverão comunicar este Juízo a fim de desconstituir a penhora e extinguir o feito. Intimem-se. Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 23 de janeiro de 2018.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0004664-54.2015.8.22.0004
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A - Basa
Advogado:Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Executado:Genésio Anadão gonçalves, Associação dos Pequenos Produtores Rurais Vida Nova Aspronov, Sinval Paiva
Advogado:Advogado Não Informado ( 444444444)
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada do Oficio de fl(s). 85, 86, 87, 88.

Proc.: 0001085-06.2012.8.22.0004
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Requerido:Ana Cínthia de Oliveira Barbosa Silva
Advogado: Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646)

SENTENÇA:
Vistos.O Ministério Público do Estado de Rondônia propôs a presente ação civil pública em face de ANA CINTHIA DE OLIVEIRA BARBOSA SILVA qualificada na inicial, aduzindo, em síntese, que a requerida utilizando-se da função pública de leiloeira, ao presidir o leilão dos veículos apreendidos pela Ciretran de Ouro Preto do Oeste, apropriou-se de valores referentes a R$25.900,00, incidindo no descrito no artigo 9º, XI da Lei 8.429/1992. Requereu a procedência do pedido, com o reconhecimento dos atos de improbidade administrativa, condenando-os nas sanções previstas no artigo 12, I, da Lei nº 8.429/92. Juntou os documentos apresentados nos anexos I, II e III.Notificado, a requerido apresentou manifestação.A defesa preliminar foi rejeitada, consoante DECISÃO de fl. 58.A ré foi citada (fl. 68) e não apresentou contestação.É o relatório. Decido.Trata-se de ação civil pública em que o Ministério Público demanda contra a requerida, imputando-lhes a prática de atos que atentam contra os princípios que norteiam a administração pública.A ré foi atribuída a conduta descritas no art. 9º da Lei nº 8.429/92. Narra a inicial que a ré utilizando-se da função pública de leiloeira, ao presidir o leilão dos veículos apreendidos pela Ciretran de Ouro Preto do Oeste, apropriou-se de valores referentes a R$25.900,00.Em que pese a negativa do ré em relação a prática de qualquer ato de improbidade, a prova dos autos conduzem a raciocínio diverso.Os anexos I, II e III apresentados pelo Ministério Público indicam claramente a conduta da requerida em não realizar a prestação de contas devida.Considerando, porém, que deve haver proporcionalidade, adequação e racionalidade na interpretação do diploma [LIA], a fim de que não haja injustiças flagrantes , como lembra MARCELO FIGUEIREDO (in Probidade administrativa. SP, Malheiros, 2000, 4ª ed., p. 132), a aplicação das sanções deve guardar equivalência com o ato tido como improbo. Segundo Francisco Octavio de Almeida Prado: cabe lembrar, no entanto, que toda disciplina punitiva, subordina-se ao princípio da proporcionalidade em sentido amplo, que contém a razoabilidade e que impõe equivalência entre agressão e repressão, que restaria definitivamente comprometida com a obrigatoriedade de imposição da totalidade de uma extensa relação de penalidades a fatos substancialmente diferentes no que concerne ao comprometimento dos bens tutelados pelo Direito. O princípio da proporcionalidade em sentido amplo, envolvendo a conformidade ou adequação (razoabilidade), exigibilidade ou necessidade (seleção do meio menos oneroso) e a proporcionalidade em sentido restrito (meio proporcionado ao fim), impõe-se como diretriz para a dosagem das penalidades e seleção daquelas que se apresentem compatíveis com a efetiva gravidade das infrações. Assim, o Judiciário, atento aos ditames desse princípio, deverá considerar cada caso concreto em face dele, podendo perfeitamente deixar de aplicar uma ou mais sanções dentre as previstas no art. 12 da Lei 8429, de 1992. Conclui-se, pois, que as sanções previstas nos três incisos do art. 12 e referidas a blocos distintos de infrações não precisam incidir sempre, em relação a qualquer hipótese, podendo o juiz, perfeitamente, selecionar, dentre as sanções previstas, quais as que se revelam adequadas e compatíveis com o caso concreto." (in Improbidade Administrativa. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 153-4). Portanto, as cominações previstas no art. 12 da Lei nº 8.429/1992 não determinam, necessariamente, aplicação cumulativa, devendo ser observado o caso concreto, em respeito aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, adequação e racionalidade na interpretação do DISPOSITIVO.Neste sentido:ADMINISTRATIVO. LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. APLICAÇÃO DA PENA.1. A aplicação da pena, em improbidade administrativa, deve ser empregada de forma que seja considerada a gravidade do ilícito, a extensão do dano e o proveito patrimonial obtido.2. Pena de multa pecuniária no valor de 12 (doze) vezes o valor do subsídio pago a vereador do município.3. Publicidade de promoção pessoal para fins eleitorais por conta do erário público.4. Aplicação das penas de suspensão de direitos políticos e perda do cargo que não se justificam.5. Razoabilidade e proporcionalidade da pena aplicada.6. Recurso especial conhecido e não-provido (REsp 929.289-MG, rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, julgado em 18-12-07, DJ 28-02-08, p. 77).O normal desenvolvimento da estrutura administrativa em toda sua extensão deve estar direcionada à satisfação do interesse social, jamais desvirtuado para atender pretensões menores de particulares. É a supremacia do interesse público o pilar sobre o qual se assentam as relações entre súditos e administradores.Para que o direito dos administrados esteja em sintonia com as prerrogativas da administração, produzindo cooperação entre cidadão e Estado, a credibilidade dos órgãos, serviços e agentes públicos é requisito indispensável.Neste contexto é que se encontra os atos de improbidade praticados pela ré, posto que com suas ações colocou em dúvida a lisura do trato da coisa pública, violando, com isso, princípios constitucionais. Considerando a importância e responsabilidades que emanam dos cargos públicos é necessários que todo e qualquer agente público, de qualquer nível, possua um contingente mínimo de predicados ligados a moralidade pública, tais como a honestidade, a lealdade e a imparcialidade. Estas qualidades são essenciais e naturalmente exigíveis em qualquer segmento da atividade profissional e, com muito mais razão, daqueles que integram os quadros públicos e gerenciam bens da coletividade, dos quais não podem dispor e pelos quais devem zelar, condutas estas não observada pelo requerido.O Ministério Público, mediante farta documentação apresentada com a inicial, logrou êxito em demonstrar que o réu, valendo-se da função pública que ocupava, desviou e se apropriou de dinheiro público, enriquecendo ilicitamente em detrimento do erário.Restando demonstrado o ato de improbidade praticado pela ré, sendo a procedência do pedido é medida que se impõe, pois sequer apresentou contestação quanto aos fatos a ela imputados.Ante o exposto, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido, nesta Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, via de consequência, condenando a ré ANA CINTHIA DE OLIVEIRA BARBOSA SILVA, nos termos dos arts. 9º e 12, I, da Lei nº 8.429/92, nos seguintes termos:a) ressarcimento integral do dano, consistente na devolução da quantia de R$ 25.900,00 (vinte e cinco mil e novecentos reais) ao erário, devidamente corrigidos desde a data do desvio até o efetivo pagamento, e acrescidos de juros de 12 % ao ano, a partir da citação;b) perda da função pública que por ventura ainda esteja exercendo;c) suspensão dos direitos políticos por oito anos, comunicando-se a Justiça Eleitoral;d) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos;e) multa civil equivalente a três vezes o valor do dano, devidamente atualizado.P. R. I. e, após o trânsito em julgado, arquive-se o presente, com as cautelas de praxe.P. R. I. e, após o trânsito em julgado, arquive-se o presente, com as cautelas de praxe.Custas/despesas processuais pela requerida.Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 26 de setembro de 2017.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0002304-54.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco Tavares de Oliveira
Advogado:Eliana Lemos de Oliveira (RO 4423), Thiago Mafia Miranda (OAB/RO 4970), Katiuscia da Fonseca Batista (MS 14649)
Requerido:Panamericano Arrendamento Mercantil S/A
Advogado:Feliciano Lyra Moura (PE 21714), Claudete Solange Ferreira. (RO 972/RO), Antonio de Moraes Dourado Neto (PE 23255)
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0004335-76.2014.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria de Lourdes de Jesus Sales
Advogado:Herbert Wender Rocha (OAB/RO 3739), Filiph Menezes da Silva (RO 5035)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss ( 111111)
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal Regional da 1ª Região.

Proc.: 0004335-76.2014.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria de Lourdes de Jesus Sales
Advogado:Herbert Wender Rocha (OAB/RO 3739), Filiph Menezes da Silva (RO 5035)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss ( 111111)
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da informação de fls. 128, 129, referente a implantação de benefício.

Proc.: 0003976-92.2015.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:R. P. de L. R. E. L. dos S.
Advogado:Rosilene Pereira de Lana (OAB/RO 6437), Terezinha Moreira Santana (OAB-RO 6132), Rosilene Pereira de Lana (OAB/RO 6437)
Requerido:J. L. J. H. S. L. de O. P. L.
Advogado:Julyanderson Pozo Liberati (OAB/RO 4131), Maiby Francieli da Silva Locatelli Liberati (OAB/RO 4063), Advogado Não Informado ( 444444444)
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 15 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls. 446/511.

Proc.: 0006236-79.2014.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Vera Lucia Mejia Holder
Advogado:Eronaldo Fernandes Nobre (OAB/RO 1041)
Executado:Banco do Brasil S/A
Advogado:Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872-A)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 10 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0007306-34.2014.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Issa Artur Neme Godinho, Andressa de Fátima Rocha Gonçalves Godinho
Advogado:Célio da Cruz (RO 5443), Maurício Tadeu da Cruz (OAB/RO 3569), Célio da Cruz (RO 5443)
Requerido:Jair Vechi, Marisa Cavasani Vechi, Jj Empreendimentos Ltda
Advogado:Herbert Wender Rocha (OAB/RO 3739), Filiph Menezes da Silva (RO 5035), Herbert Wender Rocha (OAB/RO 3739), Filiph Menezes da Silva (RO 5035)
Prosseguimento - Decorrida Susp
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 15 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferido no r. DESPACHO de fl. 246

Proc.: 0001388-49.2014.8.22.0004
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:J. H. S. R.
Advogado:Defensor Público ( 4444444)
Executado:C. R. R.
Advogado:Advogado Não Informado ( 444444444)
Edital - Publicar:
Expediente - Diversos de Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 dias
DE: CARLOS ROBERTO RODRIGUES, brasileiro, inscrito no CPF nº 533.038.906-25, filho de Antonio Rodrigues Silva e de Maria Gonçalves Franco, com endereço na Rua Pernambuco nº 2527, Jaru-RO; e atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimação do requerido CARLOS ROBERTO RODRIGUES, acima qualificado; para tomar conhecimento da Penhora efetivada sobre o crédito do FGTS, junto a Caixa Econômica Federal, na importância de R$ 3.950,50 ( três mil, novecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos), e querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias; bem como, do Saldo Remanescente do débito alimentar, referente aos meses de Dezembro/2013 à Janeiro/18, na importância de R$ 18.970,73 ( dezoito mil, novecentos e setenta reais e setenta e três centavos), mais honorários fixados em 10%, na importância de R$ 1.897,07 ( Um mil, oitocentos e noventa e sete reais e sete centavos), totalizando em R$ 20.389,91 ( Vinte mil, trezentos e oitenta e nove reais e noventa e um centavos).
Processo: 0001388-49.2014.822.0004
Classe: Execução de Alimentos
Exequente: J.H.S.R., rep. por sua genitora
Advogado: Defensoria Publica
Requerido: Carlos Roberto Rodrigues
DESPACHO: Atualize-se o débito. Após, intime-se o executado por edital... OPO. 14/12/17 (as) João Valério Silva Neto Juiz de Direito
Sede do Juízo: Av. Daniel comboni, 1480, 1ª andar, Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Ouro Preto do Oeste-RO ( fone: 69-3461-5244 - E-mail: opo2ªcivel@tjro.jus.br
Ouro Preto do Oeste, 16 de Fevereiro de 2018
Silas Arsonval Carminatti Bonfim
Diretor de Cartório
PM
SILAS ARSONVAL CARMINATTI BONFIM
DIRETOR DE CARTÓRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ouro Preto do Oeste - 2ª Vara Cível
Rua Café Filho, 127, Praça Três Poderes, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34613813
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS
(Interdição)
Processo: 7004701-25.2016.8.22.0004
Classe: FAMÍLIA- INTERDIÇÃO (58)
Assunto: [Tutela e Curatela]
Valor da Causa: R$ 1.000,00
Parte Autora: MARIA JOSE DE CAMARGO
Advovado: EDSON ANTONIO SPERANDIO, VERALICE GONCALVES DE SOUZA
Parte Requerida: MARIA ROSA CAMARGO
João Valério Silva Neto, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca, na forma legal.
FAZ SABER a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar, que por este Juízo e Cartório Cível tramita os autos nº 7004701-25.2016.8.22.0004 de Interdição proposta por MARIA JOSE DE CAMARGO em face de MARIA ROSA CAMARGO. É o presente para conhecimento de terceiros e interessados da interdição de MARIA ROSA CAMARGO, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG108107 SSP/RO e inscrita no CPF nº 312.283.482-00, por ser IMPEDIDA de exercer pessoalmente os atos da vida civil, sendo-lhe nomeada curadora a Sra. MARIA JOSE DE CAMARGO, brasileira, casada, auxiliar de cozinha, portadora do RG nº 108106 SSP/RO e inscrita no CPF nº 204.327.552-68, tudo nos termos da SENTENÇA de ID-7276745 exarada nos autos em 10 de abril de 2017, cuja parte dispositiva é a seguinte:

"[...]POSTO ISSO, e pelo que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL para o fim de DECLARAR, como de fato declaro INTERDITADA a requerida MARIA ROSA CAMARGO, dando - a como absolutamente incapaz da prática de qualquer ato da vida civil, bem com de reger sua pessoa e seus bens. Via de consequência, nomeio-lhe curadora para atuar, sob o compromisso a ser prestado em cinco dias, a própria autora, MARIA JOSÉ DE CAMARGO. Proceda-se na forma do artigo 755, § 3º, do NCPC. [...] João Valério Silva Neto - Juiz de Direito".
Ouro Preto do Oeste/RO, 27 de abril de 2017.
Silas Arsonval Carminatti Bonfim
Chefe de Cartório Substituto- Assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ouro Preto do Oeste - 2ª Vara Cível
Rua Café Filho, 127, Praça Três Poderes, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34613813
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS (Interdição)
O Dr. João Valério Silva Neto, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca, na forma legal;
FAZ SABER a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar, que por este Juízo e Cartório Cível tramita os autos nº 7001478-30.2017.822.0004 de Interdição proposta por Marli Gomes de Souza, em face de Eraldo José Ribeiro. É o presente para conhecimento de terceiros e interessados da interdição de Eraldo José Ribeiro, Brasileiro, inscrito no CPF nº 219.778.792-68, nascido em 08/01/65, natural Itamaraju-BA, filho de Tiago José Pereira e de Maria Pereira Ribeiro, portador da Certidão de Casamento, matricula nº 09578601 55 2014 2 00043 143 0008974 21,por ser absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, sendo-lhe nomeada curadora a Sra. MARLI GOMES DE SOUZA RIBEIRO, inscrita no CPF nº 351.154.242-15 e da RG nº 638.333 SSP-RO, residente na Rua Girassol nº 030, nesta cidade, tudo nos termos da SENTENÇA exarada nos autos, cuja parte dispositiva é a seguinte; "... Julgo procedente o pedido inicial, para o fim de declarar, como de fato declaro interditado o requerido Eraldo José Ribeiro, dando-o como incapaz para os atos de natureza patrimonial e negocial em especial perante a Previdência Social... OPO, 08/06/17 (a) João Valério Silva Neto - Juiz de Direito".
Ouro Preto do Oeste, 13 de Outubro de 2017
Emília Maria da Silva
Chefe de Cartório assina por ordem do MM. Juiz

## COMARCA DE PIMENTA BUENO

## 1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Proc: 2000166-89.2017.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumaríssimo
Ministério Público do Estado de Rondônia (Requerente)
Valdenir Pedra(Infrator), Lauires Rodrigues de Amorim(Réu)
Advogado(s): Thales Cedrik Catafesta(OAB 8136 RO)Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia (Requerente)
Valdenir Pedra(Infrator), Lauires Rodrigues de Amorim(Réu)
Advogado(s): Thales Cedrik Catafesta(OAB 8136 RO)Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
FINALIDADE: INTIMAÇÃO dos Defensores acerca da r. SENTENÇA a seguir transcrita, e para querendo, interpor recurso no prazo de 10 dias.
R.SENTENÇA: SENTENÇA
Ação: Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumaríssimo
Processo nº: 2000166-89.2017.8.22.0009
Promovente(s): Ministério Público do Estado de Rondônia
Promovido(s): Valdenir Pedra
Lauires Rodrigues de Amorim
Vistos e examinados.
Relatório dispensado na forma do artigo 81, § 3º da Lei 9.099/95.
Os réus foram denunciados pela prática do crime previsto no artigo 180, §3º, do Código Penal Brasileiro, acusados de terem adquirido uma bicicleta, que por sua natureza e pela condição de quem a oferecia, deveriam ter presumido tratar-se de produto obtido por meio criminoso.
O Ministério Público apresentou suas alegações requerendo a improcedência da ação e consequente absolvição dos réus. As defesas, por óbvio, também pugnaram pela absolvição.
Pois bem.
A questão posta em juízo, como já assentei nas deliberações da audiência de instrução, não deveria sequer ter chegado à instrução.
A bicicleta, objeto da denúncia, supostamente obtida por valor abaixo do de mercado, conta com mais de 19 (dezenove) anos, conforme Nota Fiscal juntada nos autos.
O perito ad hoc avaliou a bicicleta simplesmente repetindo o valor que constava da nota fiscal, aparentemente, não levando em conta o tempo de uso.
Resta claro que não há como afirmar que o valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) que estava sendo negociado pelos denunciados seja desproporcional ao preço de mercado, muito menos que estes deveriam ter presumido que a bicicleta poderia ser de origem ilícita, flagrante, portanto, a ausência de justa causa para a presente ação.
Posto isto, por atipicidade da conduta, com fundamento no artigo 386, III, do Código de Processo Penal, julgo improcedente a pretensão punitiva estatal e ABSOLVO os réus LAUIRES RODRIGUES DE AMORIM e VALDENIR PEDRA, já qualificados, da imputação contra eles irrogada.
Considerando que o advogado que patrocinou a defesa do Réu VALDENIR PEDRA, Dr. Thales Cedrick Catafesta, OAB/RO 8136, foi nomeado por este Juízo, ante a falta de Defensor Público atuante neste JECRIM, condeno o Estado de Rondônia a custear os honorários advocatícios, que arbitro no valor de R$ 700,00 (setecentos reais).
Cumpre consignar que o réu já foi cientificado por ocasião da citação, de que o Estado de Rondônia poderá mover ação de ressarcimento do valor ora arbitrado, caso entenda que este teria ou tem condições de pagar essa verba.
Sem custas.
P. R. I.C
Pimenta Bueno RO, 6 de fevereiro de 2018.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1000225-31.2016.8.22.0009
Ação:Crimes Ambientais (Juizado Criminal)
Ministério Publico do Estado de Rondonia(Autor)
M. STEIN EIRELI-ME(Infrator), Adriana Faustino Lopes(Infrator)
Advogado(s): Gabriel Almeida Meurer(OAB 7274 RO)Aécio de Castro Barbosa(OAB 4510 RO)
Ministério Publico do Estado de Rondonia(Autor)
M. STEIN EIRELI-ME(Infrator), Adriana Faustino Lopes(Infrator)
Advogado(s): Aécio de Castro Barbosa(OAB 4510 RO)
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do Defensor da envolvida Adriana Faustino Lopes acerca da audiência para interrogatório do representante da empresa M.Stein Eirelli ME, designada para o dia 28 de fevereiro de 2018, às 08:20 horas, na Comarca de Espigão do Oeste.

Proc: 2000127-92.2017.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumaríssimo
Ministério Público do Estado de Rondônia (Requerente)
LetÍcia Ferreira dos Santos Matos(Infrator)
Advogado(s): João Paulo Ferro Rodrigues(OAB 6060 RO)

Ministério Público do Estado de Rondônia (Requerente)
LetÍcia Ferreira dos Santos Matos(Infrator)
Advogado(s): João Paulo Ferro Rodrigues(OAB 6060 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do Defensor para no prazo de 10 (dez) dias apresentar defesa preliminar escrita, conforme r. DESPACHO a seguir transcrito.
DESPACHO

Ação: Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumaríssimo
Processo nº: 2000127-92.2017.8.22.0009
Promovente(s): Ministério Público do Estado de Rondônia
Promovido(s): LetÍcia Ferreira dos Santos Matos
Vistos e examinados.
Trata-se de denúncia apresentada pelo Ministério Público em face de LETÍCIA FERREIRA DOS SANTOS MATOS, pela prática, em tese, do ilícito penal descrito no artigo 310 do Código de Trânsito Brasileiro Lei 9503/97.
Conforme consta da certidão de movimento 58, as testemunhas arroladas pela acusação são Policiais Rodoviários Federais, atualmente lotados no Posto da PRF de Vilhena/RO, de modo que em eventual instrução deverão ser ouvidas naquela Comarca, por meio de carta precatória, assim, cancele-se a audiência designada neste Juízo.
Considerando que o artigo 81 da Lei 9.099/95 determina que a defesa preliminar deve ser apresentada na abertura da audiência e, ainda, que este Juízo de Pimenta Bueno RO é o competente para decidir sobre o recebimento ou não da denúncia, intime-se o advogado nomeado para apresentar defesa preliminar escrita no prazo de 10 (dez) dias, na qual, poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário, conforme preceitua o artigo 396-A do Código de Processo Penal, após a análise da defesa, em sendo a denúncia recebida, deliberarei em termos de expedição de carta precatória para oitiva das testemunhas arroladas pela acusação.
Anoto, por oportuno, que eventual audiência neste Juízo será designada para interrogatório da ré e oitivas de outras eventuais testemunhas.
Aguarde-se a defesa preliminar.
Ciência ao Ministério Público.
Pimenta Bueno RO, 15 de fevereiro de 2018.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
CARTÓRIO DA 1ª VARA CRIMINAL
Fórum Ministro Hermes Lima
Rua Cassemiro de Abreu, 237-Centro
CEP 76970-000-Pimenta Bueno-RO
E-mail: pbw1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 1001553-59.2017.8.22.0009
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Eliane dos Santos Fernandes
Advogado:Livia Carolina Caetano (RO 7844)
Fica o advogado do réu intimado para manisfestar-se, no prazo de 05 dias, sobre o Cálculo de Pena de fls 71.

Proc.: 0000231-55.2016.8.22.0009
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Luciano de Carvalho Dutra, Flávio Xavier da Silva
Advogado:Rouscelino Passos Borges (OAB/RO 1205), Sebastião Cândido Neto (RO 1826)
SENTENÇA:
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA ofereceu denúncia contra LUCIANO DE CARVALHO DUTRA, brasileiro, solteiro, pintor, RG n. 1.971.095 SSP/ES, CPF n. 102.327.407-80, nascido em 07/03/1983, natural de Águia Branca/ES, filho de Francisco Dutra e Sonia Maria de Carvalho Dutra, e FLÁVIO XAVIER DA SILVA, alcunha "Negão", brasileiro, convivente, servente de pedreiro, RG n. 882.654, SSP/RO, CPF n. 754.626.482-00, nascido em 20/08/1983, natural de Cacoal/RO, filho de Creuza Litting e Jeremias Xavier da Silva, pela prática dos seguintes fatos delituosos:"1° FATO – Consta do inquérito policial que, no dia 25/01/2016, em horário não certamente apurado nos autos, mas entre as 22h e 24h, na Linha 17, Lote 18, Gleba 03, Setor Abaitará, nesta, o denunciado LUCIANO, com vontade de matar, impelido por motivo fútil e valendo-se de recurso que dificultou e impossibilitou a defesa da vítima, disparou arma de fogo e desferiu golpes de faca na vítima Davi Cardoso de Sá, causando-lhe ferimentos, que por sua natureza e sede, foram causa eficiente de sua morte. Apurou-se que no dia dos fatos o denunciado Luciano, a vítima Davi e o denunciado Flávio deixaram a residência deste para caçar animais silvestres; durante a caçada, o denunciado Luciano e a vítima Davi se desentenderam, tendo Luciano disparado a arma de fogo, tipo espingarda, calibre 32, em direção à vítima, atingindo-a na região malar esquerda; na sequência, Luciano, valendo-se de uma faca, golpeou a vítima por diversas vezes, atingindo-a na região do torax e do pescoço; os ferimentos causados por Luciano foram a causa da morte da vítima. O crime foi praticado por motivo fútil, pois o denunciado assim agiu impelido pelo descontentamento com a conduta de Davi em não lhe pagar uma dívida no valor ínfimo de R$ 30,00 (trinta reais), decorrente do conserto da motocicleta do denunciado, em razão de avarias sofridas quando da posse da vítima, o motivo é totalmente desproporcional a sua reação. O denunciado valeu-se de recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima, pois surpreendeu a vítima no momento em que caçavam animais silvestres, disparando a arma de fogo em lugar ermo, e na sequência, golpeando Davi diversas vezes com uma faca, o denunciado agiu de inopino, aproveitando-se que a vítima estava desarmada e sem qualquer chance de defender-se. 2° FATO – Nas mesmas circunstâncias e tempo do primeiro fato, LUCIANO e FLAVIO ocultaram o cadáver de Davi Cardoso de Sá. 3° FATO – Extrai se dos autos que na Linha 17, Lote 18, Gleba 03, Setor Abaitará, nesta, o denunciado FLAVIO mantinha sob sua guarda arma de fogo tipo espingarda, elemento característico do fabricante NBUN0 e 981889, calibre 32, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, pois desprovido de registro de propriedade no órgão competente".Terminou por denunciar réu LUCIANO na prática do delito do art. 121, §2°, II e VI e art. 211, ambos do Código Penal Brasileiro e FLAVIO como incurso no delito do art. 211, na forma do art. 29, caput, ambos do Código Penal e art. 12 da Lei n. 10.826/2003. Em conjunto com a inicial acusatória veio aos autos o inquérito policial n. 062/2016.A denúncia foi recebida em 29/02/2016, sendo os réus devidamente citados à fl. 123. O réu Flávio apresentou resposta à acusação às fls. 131/132 e o réu Luciano apresentou resposta à acusação às fls. 136/140.Foi designada audiência de instrução (fl. 141), sendo o feito analisado no mutirão de presos provisórios (fl. 161). Foi juntada ata e mídia da audiência realizada em sede de carta precatória à fl. 164. Foi realizada a audiência de instrução às fls. 169/172 com a oitiva de seis testemunhas, sendo designada audiência para continuação da instrução, onde foi realizada a oitiva de quatro testemunhas (fls. 181/184) e realizado aditamento pelo Ministério Público, sendo determinada vista à defesa.Em sede de aditamento (fls. 185/188), o Ministério Público realizou a inclusão da qualificadora referente ao meio cruel. O réu Luciano se manifestou às fls. 195/197 acerca do aditamento.Foi juntada mídia de audiência em carta precatória (fl. 223). O feito foi novamente analisado em sede de

mutirão carcerário (fl. 226).O aditamento foi recebido às fls. 227/229 e a defesa apresentou novo rol de testemunhas e pugnou pela realização de novo interrogatório. Foi realizado novo interrogatório dos réus às fls. 255/258. Juntou-se mídia de audiência realizada em carta precatória à fl. 291.O Ministério Público apresentou alegações finais orais às fls. 322/325, aduzindo, em síntese, restar comprovada a prova da materialidade e indícios suficientes de autoria em relação ao acusado LUCIANO, pugnando pela sua pronúncia, nos termos do art. 121, §2°, I, II e IV e art. 211, ambos do Código Penal Brasileiro, bem como a pronúncia de FLÁVIO pelo delito do art. 211 c/c art. 29 do Código Penal e art. 12 da Lei n. 10.826/03. A defesa do réu LUCIANO apresentou alegações finais por memoriais às fls. 327/339, aduzindo, em síntese, que a materialidade e autoria restam comprovadas nos autos, mas alega a ocorrência de causa de isenção de pena, a saber, embriaguez acidental completa, bem como causa de exclusão da antijuridicidade, a saber, legítima defesa. Requer ainda o afastamento das qualificadoras imputadas e pugna pela absolvição do réu.A defesa do réu FLAVIO XAVIER DA SILVA apresentou alegações finais por memoriais às fls. 331/334, aduzindo, em síntese, a ocorrência de causa excludente de ilicitude, por estar o acusado "contaminado por forte emoção, sentindo-se coagido, uma vez que provado que o acusado Luciano tinha em mãos arma de fogo" (fl. 332). Ainda, alega a ocorrência de estado de necessidade, afirmando que encontrava-se em perigo atual. Em relação ao delito de posse de arma de fogo, alega que a arma era utilizada apenas para segurança, uma vez que o réu residia em fazenda. Requer, ao fim, a improcedência do pedido formulado, para absolver o acusado, bem como o reconhecimento de atenuantes em favor do réu. É O RELATÓRIO. DECIDO. Primeiramente, cumpre destacar que, como é cediço, na DECISÃO de pronúncia, o juiz não se manifestará sobre o MÉRITO da causa, uma vez que a competência para tanto pertence ao juiz natural, qual seja, o Egrégio Tribunal do Júri. Conforme estabelece o artigo 413 do Código de Processo Civil, "o juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação", devendo o juiz declarar o DISPOSITIVO legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.Portanto, pronúncia é mero juízo de admissibilidade da acusação, razão pela qual, para que o réu seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, nesta fase processual, basta a existência da materialidade do fato e indícios suficientes da autoria do delito que está sendo imputado ao réu, haja vista que vigente o princípio do in dubio pro societate.Ao réu LUCIANO é atribuída a prática do crime capitulado no art. 121, §2°, I, II e IV e art. 211, ambos do Código Penal Brasileiro e ao réu FLAVIO é atribuída a prática do crime capitulado no art. 211 c/c art. 29 do Código Penal e art. 12 da Lei n. 10.826/03. A materialidade encontra-se devidamente comprovada pelo boletim de ocorrência policial n. 307/2016 (fls. 04/06), declaração de óbito (fl. 09), certidão de óbito da vítima Davi Cardoso de Sá, causada por "hemorragia aguda, perfuração cardíaca, esgorjamento, disparo de arma de fogo" (fl. 10), relatório do SEVIC (fls. 19/24), auto de apresentação e apreensão (fl. 45), auto de apresentação e apreensão de uma espingarda, calibre 32, e uma faca, cabo plástico, marca ignorada (fl. 47), auto de apresentação e apreensão de cartuchos calibre 32 (fl. 49), laudo de exame tanatoscópico, no qual se extrai: "CONCLUSÃO: Nada mais havendo a ser comentado, dão os peritos por findo o presente exame, concluindo que Davi Cardoso de Sá faleceu de morte violenta por hemorragia aguda, perfuração cardíaca, esgorjamento e disparo de arma de fogo. […] 3° quesito – qual o instrumento ou meio que produziu a lesão ou lesões mortais R: Pérfuro-cortante. 4° quesito – se foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou outro meio insidioso ou cruel R: Crueldade – esgorjamento". Consta ainda laudo pericial para análise da eficiência da faca apreendida, indicando o Sr. Perito que se tratava de faca tipo "magarefe", com "gume perfeitamente afiado e pontiaguda" (fls. 85/87), pesquisa hematológica imediata a qual constatou a existência de vestígios de sangue humano na camiseta apreendida (fls. 88/92), laudo de exame em local de morte violenta (fls. 95/105), no qual se extrai:"DOS EXAMES – Dos exames no local: Ao chegarmos no local, uma propriedade rural, sítio, na Linha 17, km 12,5 do Setor Abaitará, […] a equipe pericial se deslocou para o local onde foi encontrado o corpo, do sexo masculino, em decúbito dorsal, dentro de um córrego, portando bermuda jeans, camisa tipo gola pólo de cor vemelha, tinha no bolso da bermuda um aparelho celular e uma carteira masculina, na qual encontramos a carteira de reservista n. 208.440-3, pertencente a Davi Cardoso de Sá, que pela foto tratava-se da vítima, que apresentava três perfurações do tipo pérfuro-incisa, duas na região mamária esquerda, uma na região esternal, uma lesão corto-incisa na região laríngea média e uma lesão pérfuro-contusa na região malar esquerda. Ainda dentro do córrego, afastado do local onde foi encontrado o corpo, encontramos um cartucho plástico de calibre 32 com picotamento da espoleta, tipicamente utilizado em armas de fogo tipo espingarda. Em outro ponto do córrego, registramos marcas de arrastamento do corpo no leito do corrego, provavelmente do local onde foi morto para o local onde foi encontrado pegadas humanas de pés descalços no leito do córrego, medindo 24,5 cm de comprimento. Na região das costas da vítima haviam sinais de arrastamento, lesão na pele por atritamento contra o solo em arrastamento. […] CONCLUSÃO: Assim, diante do que foi anteriormente exposto e considerando os vestígios materiais assinalados no local, presença de diversas lesões e sangue no corpo, presença de sinais de arrastamento do corpo, presença de cartucho calibre 32 com espoleta percutida, duas lesões pérfuro-incisas na mamária esquerda, uma lesão pérfuro-contusa na região esternal, uma lesão corto-incisa na região da laríngea-média e uma lesão pérfuro-contusa na região malar esquerda, este perito criminal pode concluir o presente laudo, indicando a causa jurídica da morte como homicídio, ficando por conta do exame tanatoscópico a cargo do perito médico legista, a causa precisa da morte, da pessoa identificada através de documento oficial com fogo, carteira de reservista, como DAVI CARDOSO DE SÁ". O laudo de eficiência em arma de fogo constatou sua ineficiência (fls. 106/110), indicando o Sr. Perito que:"b) […] no cano reside uma folga que impossibilita o ajuste de cartuchos do calibre apropriado. Não sabendo essa perícia criminal da existência deste ou daquele artifício, possível de ter sido utilizado pelo proprietário da espingarda (possivelmente atirador), não sendo próprio de uma perícia criminal isenta ficar conjecturando, por exemplo, realizar um experimento procurando artificialmente fazer com que o cartucho se ajustasse ao cano, isto sem subverter a verdade. Naturalmente, se sabe que os donos das armas possuem aquilo que vulgarmente se chama de manha do instrumento, não sabendo o perito criminal se é este o caso. c) O instrumento objeto de perícia dispara (isto é, opera sua caixa de mecanismo), porém, não é eficiente ao tiro, pelas razões que já foram noticiadas". Em relação a autoria, verifico constar indícios suficientes de ter sido o delito contra a vida praticado pelo réu LUCIANO DE CARVALHO DUTRA, bem como a ocultação de cadáver praticado por FLÁVIO XAVIER DA SILVA.Em carta precatória promoveu-se a oitiva de Wanderson Xavier de Lima, devidamente compromissado, declarou que não tem conhecimento dos fatos e não conhecia a vítima. Afirma que conhece Luciano desde quando se mudou do estado do Espírito Santo, afirmando que possui boa conduta pessoal. Nesse mesmo sentido o depoimento de Ana Paula Xavier da Silva, ouvida como informante por ser prima do réu Flávio, declarou que só ficou sabendo dos fatos por terceiros, e que os réus possuem boa conduta social. Afirma que ficou surpresa quando teve conhecimento dos fatos imputados. Ainda, foi realizada a oitiva de Gilson Xavier da Silva, ouvido como informante, declarou que não presenciou os fatos, mas tem conhecimento que o acusado Luciano possui boa conduta social e comportamento tranquilo.Fagner Xavier da Silva, ouvido como informante por ser, declarou que seu irmão Flavio lhe relatou que Luciano havia dado um tiro na vítima e umas facadas. Indica que o acusado narrou o delito na frente de toda a família e alguns amigos, declarando que estavam caçando, mas não narrou o motivo do crime. Em relação ao corpo, relata que Flávio e Luciano carregaram o corpo por alguma distância, em local próximo ao do crime, sendo o corpo jogado em um rio raso. Afirma que a arma era de propriedade de Flávio e ele a guardou após o delito. Relata que Luciano é usuário de drogas e já presenciou o uso de cocaína, enquanto Flávio não

realizava o uso, sendo que Luciano é parente de Flávio, e por isso frequentava a sua residência. Às perguntas da defesa declarou que Flávio disse que guardou a arma posteriormente. Afirma que houve uma discussão em uma festa, mas não sabe dizer quem estava envolvido.Karina Junkes de Oliveira, ouvida como informante por ser cônjuge do réu Flávio, declarou que soube dos fatos por Flávio, que contou que Luciano havia realizado o homicídio, sem dar mais detalhes sobre o ocorrido, apenas indicando que tinham ido caçar. Às perguntas do MP declarou que houve uma confusão na festa onde estavam, entre Luciano e Ildemar, mas não houve problemas com Davi. Indicou que a espingarda ficava na sua residência, pendurada no quarto. Informou que Flávio lhe disse que havia realmente ajudado a carregar o corpo da vítima até outro local. Às perguntas da defesa declarou que estavam numa festa no dia dos fatos, onde todos passaram sábado e domingo ingerindo bebida alcoólica. Geremias Xavier da Silva, pai do réu Flávio, ouvido como informante, declarou que seu filho lhe relatou o ocorrido, falando que Luciano havia matado Davi, e afirma que ele estava com muito medo por causa da arma, e após, saiu do local. Às perguntas do Ministério Público declarou que seu filho relatou que teria de fato carregado em conjunto com Luciano o corpo da vítima e relatou ter ouvido apenas o barulho do tiro, porque não estava próximo deles. Afirma que o local é bem quieto, longe da rodovia, e acredita que caso tenha ocorrido discussão entre Luciano e a vítima, seria possível a Flávio ouvir. Indica que a arma usada no crime era de fato de Flávio e ele não possuía registro da arma. Às perguntas da defesa declarou que teve conhecimento que a vítima tinha proferido ameaças de morte contra Luciano, por meio de terceiros.Roberto Carlos Arruda Ruas, policial civil, devidamente compromissado, indicou que tiveram a informação de um disparo de arma de fogo na linha 17, quando se deslocaram até o local, constatando a ocorrência do homicídio, obtendo a informação de que os envolvidos tinham saído para caçar. Às perguntas do MP declarou que teve conhecimento dos fatos pela cônjuge de Flávio, que disse que tinham ido caçar e que ele havia saído com Luciano, momento em que ela mostrou onde estava o corpo, onde já estava a PM, não sabendo informar se foi a PM ou Karina que localizou a vítima. Afirma que Luciano disse a Flavio que tinha disparado contra Davi, sendo que ambos tinham vindo de Cacoal de motocicleta. Relatou que quando encontraram o corpo perceberam que haviam sinais de que o corpo havia sido arrastado, com capim amassado. Declarou que o corpo tinha tiros e facadas, sendo uma no pescoço e algumas nos pés. Indica que após a prisão conversou com os dois réus, sendo que Flávio diz que o autor do crime é Luciano, embora seja dono da arma. Declarou que após voltou ao local do crime e encontrou a arma e a faca, bem como petrechos de caça, após indicação de Flávio, sendo que todos os objetos estavam juntos. Afirma que Flávio não lhe disse que tinha ajudado a ocultar o corpo quando foi ouvido. Às perguntas da defesa declarou que a vítima é um pouco mais alta que o acusado Luciano, e afirma que tem certeza que não se trata de disparo acidental por causa da forma que o corpo se apresentava, porque foram realizadas várias ações (disparo no rosto, degolamento e outras três facadas).Vagner Fernando Kerner, policial militar, devidamente compromissado, declarou que foram acionados sobre um disparo acidental de arma de fogo e uma vítima na zona rural, quando se deslocaram até o local. Afirma que localizaram o corpo após buscas, parcialmente submerso na água, com vestígios de que havia sido arrastado, sendo constatada a existência de disparo de arma de fogo e facadas no corpo da vítima. Às perguntas do MP declarou que a primeira testemunha foi Fagner, irmão de Flávio, que relatou que os agentes tinham saído para uma caça e havia ocorrido disparo acidental de arma de fogo, sabendo apenas que o corpo estava próximo a um córrego. Informa que não obtiveram informações acerca da motivação do delito pelas testemunhas. Relata que o pescoço da vítima tinha um corte de cerca de 20cm de largura e 05cm de profundidade, que foi verificado após retirarem a vítima do córrego. Relata que a cabeça da vítima estava submersa, de costas, sendo possível visualizar apenas os pés e as pernas. Às perguntas da defesa declarou que a polícia militar localizou o corpo da vítima. Indicou também que a vítima tinha estatura mediana, provavelmente da sua altura.Carlos Assmann de Almeida, policial civil, declarou que foram acionados e foram até o local, aguardando a perícia, quando se deslocaram até o local onde estava o corpo, que foi encontrado submerso. Indica que após retirarem o corpo verificaram a existência de ferimentos, por disparo no rosto, três perfurações no peito e um corte no pescoço. Afirma que o local do disparo foi cerca de 20 m do local onde o corpo foi encontrado, se tratando de uma vala, constando ainda marcas do deslocamento do corpo. Às perguntas do MP declarou que a cônjuge de Flávio declarou que ele e Luciano estavam no local, e ele relatou que Luciano tinha realizado o disparo. Indica que a arma foi localizada após a prisão de Flávio, que relatou onde ela foi deixada e confirmou que era de sua propriedade. Acerca dos motivos, relata que tinha conhecimento de uma desavença anterior, bem como Luciano relatou que arrastarem o corpo, com auxílio de Flavio. Ademar Félix Silva, devidamente compromissado, declarou às perguntas da defesa que apenas passou no local no momento da festa.O réu Luciano de Carvalho Dutra, foi devidamente interrogado em juízo, declarando que conhecia Davi de Cacoal/RO, e este vinha proferindo ameaças em seu desfavor cerca de oito meses antes do fato. Alega que tinha medo de Davi, e não convidou o réu para caçar, embora tenha ido junto porque não acreditava nas ameaças dele. Afirma que tinham ido em uma festa e estavam todos alcoolizados, além de ter usado cocaína no dia dos fatos, sendo que saíram no domingo, quando a vítima começou a lhe ameaçar e iniciou-se uma discussão, quando a vítima foi lhe lesionar, dando um soco, quando tentou sair e a espingarda disparou, momento em que pegou a faca. Argumenta que a vítima é mais alta e mais forte que ele. Declarou ainda que Flávio não tinha conhecimento das supostas ameaças, e ele não ouviu a discussão, apenas chegou ao local quando a vítima já estava morta, momento em que arrastaram o corpo, mas não tinham intenção de esconder o corpo. A respeito da arma, relata que era de Flávio, mas usavam apenas para caça e defesa. Às perguntas do Ministério Público declarou que não tinha atenção de matar e o disparo no rosto ocorreu quando a vítima tentou lhe lesionar, acidentalmente. A respeito do esgorjamento, afirma que não tinha intenção de realizá-lo, e afirma que este ocorreu quando a vítima estava ao chão.Às perguntas da defesa declarou que estavam em uma festa antes dos fatos, declarando que haviam ingerido bebida alcoólica e drogas antes dos fatos. Alega que a vítima lhe ameaçava constantemente e lhe ameaçou na festa, dizendo que achava difícil ser seu amigo (16:18), justificando que foi até o local da caça com a vítima porque estava acompanhado de seu primo. Afirma que a vítima era perigosa e era usuária de drogas, e havia bebido e usado drogas também no local da suposta festa.O réu Flávio Xavier da Silva, devidamente interrogado em juízo, declarou que estavam numa festa ingerindo bebida alcoólica há cerca de três dias, e foi chamado por Luciano e Davi para ir caçar, momento em que saiu com ambos. Afirma que foi a primeira vez que viu Davi e já havia visto ele anteriormente em Cacoal, sendo que Luciano lhe relatou que Davi ficava mais agressivo com Luciano quando ingeria bebida alcoólica. Afirma que a arma era de sua propriedade, e saíram para caçar com essa arma, sendo que um dos dois estava na posse de faca, sem saber qual, e em sequência, quando estavam saindo, entregou a arma para Luciano. Após o aditamento da denúncia, promoveu-se a oitiva de Winy Késia Martins Junkes, devidamente compromissada, declarou que é prima de Karina, cônjuge de Flávio, e relatou ter ido à sua residência em um domingo, sendo que Luciano foi ao local, se apresentando como amigo. Indica que estavam em uma festa e todo muito havia ingerido bebida alcoólica, sendo que não se recorda de Luciano ter retornado até a residência com eles, embora Flávio estivesse no local. Informa que ficou sabendo dos fatos apenas à tarde, quando já havia retornado para sua residência em Castanheiras. Afirma que a vítima estava com Flávio e Luciano, todos conversando normalmente e tranquilamente, não havendo nenhuma discussão em nenhum momento, portando-se como amigos. Alega que não viu Flávio sair para caçar, acreditando que tais fatos ocorreram após irem dormir. Ressaltou, novamente que “quem via, falava que eram muito amigos” (12:09). Às perguntas da defesa declarou que todos ingeriram bebida alcoólica na festa, mas acredita que não houve ingestão em quantidade absurda. Afirma que a vítima é mais alta que o réu, mas não era significativa a diferença, bem como relatou que

Luciano era mais robusto que a vítima, que era mais magra e alta.A respeito do disparo, indica que estava a frente do réu e da vítima, e não percebeu nenhuma discussão ou ameaça no local, indicando que não estava prestando atenção. Após o disparo, voltou ao local e se deparou com a cena, sendo que Davi estava caído ao chão, gemendo, quando Luciano desferiu o golpe de faca contra a vítima, e em sequência ajudou a carregar a vítima. Às perguntas do MP declarou que estava cerca de cinquenta metros do local do crime. Às perguntas da defesa declarou que o crime aconteceu após terem passado do córrego. O réu Flávio Xavier da Silva foi novamente interrogado em juízo, confirmou o interrogatório anterior, acrescentando que no dia dos fatos Luciano se desentendeu com Ademar, mas não sabe dizer se Davi intercedeu de alguma forma, porque estava bêbado e tinha muita gente no local. Afirma que não presenciou briga anterior entre o réu e a vítima em sua residência, nem quando saíram para caçar. Argumenta que embora não tenha visto briga ou ouvido gritos, acredita que houve briga porque o chão estava amassado. Indica que Luciano "convidou" ele pra arrastar o corpo, e ajudou porque ele estava armado, afirmando que estava apavorado no momento. Às perguntas da defesa declarou que ajudou porque estava apavorado e nunca tinha visto algo igual aquilo.O réu Luciano de Carvalho Dutra, também novamente interrogado, decidiu permanecer em silêncio, recusando-se a responder sobre ser o autor do delito. Em sequência, repetiu suas alegações realizadas no interrogatório anterior, acrescentando que a vítima tentou lhe atacar por trás e queria tomar a sua arma. Ainda, indicou que apenas falou para Flávio lhe ajudar e não se recorda de ter realizado nenhuma ameaça. Às perguntas da defesa declarou que estava segurando a arma com a mão e ela disparou no momento em que a vítima lhe agarrou pela camiseta. Por fim, juntou-se cópia da mídia de duas testemunhas à fl. 28, a saber, Fernando Xavier da Silva, que declarou que não tinha conhecimento de que a vítima ameaçava de morte Luciano, nem mesmo a conhecia. Afirma que Luciano tinha uma boa conduta social. Ainda, Paulo Ferreira Gandra, devidamente compromissado, declarou que não tem conhecimento de ameaças, achando inclusive estranho o fato do réu não ter lhe confidenciado a suposta ameaça, eis que eram amigos íntimos, bem como relatou que o réu possuía boa conduta social.Portanto, constando prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, cabe a apreciação do MÉRITO pelo conselho de SENTENÇA, juiz natural da causa. Nesse sentido:RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. INDÍCIOS DE AUTORIA. AUSÊNCIA DE ANIMUS NECANDI. APRECIAÇÃO PELO JURI. Comprovada a existência do crime e existindo indícios de que a conduta do acusado contribuiu para a morte da vítima, a pronúncia é medida que se impõe, devendo a ausência de animus necandi, alegada pela defesa, ser apreciada pelo Conselho de SENTENÇA. (Não Cadastrado, N. 00008084820128220017, Rel. null, J. 04/07/2013)RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. HOMICÍDIO TENTADO QUALIFICADO. RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. IMPRONÚNCIA. INADMISSIBILIDADE. Existindo prova da materialidade do crime de tentativa de homicídio e indícios suficientes da autoria, deve ser mantida a SENTENÇA de pronúncia, inclusive quanto à existência da qualificadora apontada. (Não Cadastrado, N. 00053891220128220501, Rel. null, J. 04/07/2013)Ressalto que ainda que existam incertezas acerca da conduta do denunciado, deve ser aplicada a máxima do in dubio pro societate (na dúvida, pró sociedade), tendo em vista que na análise da pronúncia vigora o referido postulado. Nesse sentido:RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. PRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE ANIMUS NECANDI. DESCLASSIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. QUALIFICADORAS. MOTIVO FÚTIL E RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. DÚVIDAS. MANUTENÇÃO. PRINCÍPIO IN DÚBIO PRO SOCIETATE. Nos crimes dolosos contra a vida estando presentes a prova material do crime e os indícios de autoria, pronuncia-se o réu, submetendo a questão à apreciação do Tribunal do Júri, em face de vigorar nessa fase o princípio in dubio pro societate. A desclassificação do crime de tentativa de homicídio para lesão corporal não deve ser afirmada quando as provas dos autos, bem como a ausência do animus necandi não permitem seja de plano reconhecida. As qualificadoras do crime de homicídio só podem ser excluídas quando se mostrarem manifestamente improcedentes, caso contrário, devem ser mantidas para apreciação pelo Conselho de SENTENÇA. (Não Cadastrado, N. 01014122520098220501, Rel. Desª Ivanira Feitosa Borges, J. 13/06/2013)Quanto as teses defensivas, alega a defesa de LUCIANO a existência de causa de isenção de pena, a saber, embriaguez acidental completa, bem como causa de exclusão da antijuridicidade, a saber, legítima defesa. Em relação à alegação de embriaguez, há de se mencionar que a causa de exclusão da pena há de incidir apenas quando a embriaguez for acidental, isto é, não querida ou pretendida pelo agente, já que o art. 28, II do Código Penal determina que a embriaguez voluntária não isenta o agente de pena. No caso dos autos, as provas colhidas em nada demonstram a ocorrência de embriaguez acidental, uma vez que, conforme relatos, houve ingestão voluntária da bebida alcoólica em uma festa pelo agente, inclusive afirmando que também realizou o uso de substância entorpecente. Quanto a legítima defesa, também se demonstra a ausência de elementos aptos a sua comprovação, ao menos nesta fase, já que fundadas apenas nas declarações do réu. Importante pontuar que o laudo tanatoscópico indicou que houve "disparo de arma de fogo alma lisa da esquerda para direita, da frente para trás, de baixo para cima, levemente", o que não é compatível, ao menos nessa análise liminar, com a narrativa do réu de que a arma estava no seu braço. Neste sentido, o TJRO já indicou que "em sede de pronúncia, não estando comprovado de pronto que o réu agiu em legítima defesa própria, a análise para o reconhecimento desta causa de exclusão da antijuricidade deverá se dar por intermédio de julgamento pelo Tribunal do Júri" (Recurso em Sentido Estrito, Processo nº 0105610-52.2002.822.0501, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Criminal, Relator(a) Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento 20/04/2016). Também requer a defesa de LUCIANO a exclusão das circunstâncias qualificadoras imputadas, a saber, por motivo fútil (inciso II), mediante recurso que tornou impossível a defesa do ofendido (inciso IV) e meio cruel (inciso III). Com efeito, há de se destacar que tais circunstâncias possuem substrato probatório nos autos, conforme se infere dos depoimentos colhidos, principalmente ante a constatação do esgorjamento e ausência de lesões defensivas, além de informações de suposta dívida no valor de R$ 30,00 (trinta reais), não sendo o caso de sua exclusão. Nesse sentido, o TJRO possui jurisprudência pacífica no sentido de que "a exclusão de qualificadora da SENTENÇA de pronúncia pressupõe a manifesta improcedência da circunstância que ensejou sua inclusão. Eventual dúvida recomenda o julgamento pelo Júri".(Recurso em Sentido Estrito, Processo nº 0001386-66.1997.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Criminal, Relator(a) Des. Valter de Oliveira, Data de julgamento 16/06/2016). Quanto a qualificadora que constou no pedido de alegações finais, a saber, motivo torpe (art. 121, inciso I, CP), verifico que tal circunstância não constou da denúncia, e nem mesmo do aditamento (fls. 187/188), acreditando esta Magistrada que se trata de mero erro material, uma vez que se trata da qualificadora do art. 121, §2°, III do Código Penal. Em relação ao crime conexo, a saber, ocultação de cadáver, praticado por LUCIANO e FLÁVIO, existindo prova da existência de crime doloso contra a vida e indícios suficientes de autoria, a infração conexa deverá ser automaticamente remetida à análise do Júri, de acordo com o art. 78, I do CPP. Assim sendo, não cabe a esta Magistrada, na DECISÃO de pronúncia, imiscuir-se na tese da defesa, a saber, existência de causa excludente de ilicitude (emoção) e culpabilidade (estado de necessidade). Desta forma, comprovada a materialidade do crime de homicídio contra a vítima Davi Cardoso de Sá, havendo indícios suficientes de autoria que recaem sobre o denunciado LUCIANO DE CARVALHO DUTRA, é o caso de pronunciá-lo, a fim de que seja submetido a julgamento popular, em relação ao delito imputado, a saber, art. 121, §2°, II, III e VI e art. 211, ambos do Código Penal Brasileiro, bem como do corréu que praticou crime conexo, a saber, FLAVIO XAVIER DA SILVA, nos termos do art. 211, na forma do art. 29, caput, ambos do Código Penal e art. 12 da Lei n. 10.826/2003.DISPOSITIVO Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 412 do Código

de Processo Penal, julgo procedente a denúncia e:a) PRONUNCIO o réu LUCIANO DE CARVALHO DUTRA, devidamente qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento oportunamente perante o Tribunal do Júri desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, §2°, II, III e VI e art. 211, ambos do Código Penal Brasileiro e b) PRONUNCIO o réu FLAVIO XAVIER DA SILVA, devidamente qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento oportunamente perante o Tribunal do Júri desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 211, na forma do art. 29, caput, ambos do Código Penal e art. 12 da Lei n. 10.826/2003, ante a conexão (art. 78, I, CPP).Nos termos do §3º do artigo 413 do Código de Processo Penal, passo a decidir sobre a necessidade da manutenção da prisão do pronunciado LUCIANO DE CARVALHO DUTRA.No direito penal pátrio vige o princípio da presunção de inocência, de modo que enquanto não haver SENTENÇA condenatória com trânsito em julgado, a pessoa é presumidamente inocente, e assim deve ser tratada. Além disso, é regra no nosso direito responder a instrução processual penal em liberdade, só devendo estar preso, quando presentes os requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, que prescreve:Art. 312: A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.No caso dos autos, o crime imputado ao réu demonstra sua periculosidade concreta e o réu já se encontra preso nesses autos, não existindo a alteração dos motivos que ensejaram a sua segregação cautelar, baseada na necessidade de manutenção da ordem pública. Nesse sentido: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MANUTENÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. A manutenção da prisão preventiva na SENTENÇA de pronúncia foi devidamente fundamentada na garantia da ordem publica, em face da periculosidade do paciente e da gravidade da conduta, caso em que se afiguram irrelevantes as suas condições pessoais favoráveis. (Não Cadastrado, N. 00092139020138220000, Rel. Des. Valter de Oliveira, J. 10/10/2013) RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO (QUATRO VEZES), OCULTAÇÃO DE CADÁVER E CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA PELA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DOS RÉUS. GRAVIDADE CONCRETA DOS CRIMES. RECURSO DESPROVIDO. 1. A prisão preventiva, mantida pela SENTENÇA de pronúncia, foi satisfatoriamente fundamentada na garantia da ordem pública, em face da periculosidade dos Recorrentes, demonstrada pelo modus operandi dos delitos que lhe foram imputados. Os pronunciados são acusados de integrar perigosa gangue envolvida no tráfico de substâncias entorpecentes e supostamente enforcar as quatros vítimas e ocultar seus corpos para garantir a exclusividade do comércio nefasto na localidade. 2. Recurso desprovido.( RHC 38583/MG, Min.ª Vaz, Laurita. j.10/09/2013)Ademais, não é possível a fixação de fiança e as medidas cautelares da nova Lei não se mostram adequadas e suficientes para o caso em tela, havendo os requisitos autorizadores da custódia cautelar, mormente a preservação da ordem pública, que, certamente, restou abalada neste Município, bem como para garantir a aplicação da lei penal e conveniência da instrução processual, tornando-se a custódia do réu altamente recomendável. Diante do exposto, com base no artigo 312 e seguintes do Código de Processo Penal, mantenho a prisão preventiva de LUCIANO DE CARVALHO DUTRA, qualificado na inicial. Expeça-se MANDADO de prisão ou sirva cópia da presente como MANDADO.Preclusa a presente DECISÃO, proceda-se na forma prevista no artigo 421 e seguintes do Código de Processo Penal, com a preparação dos atos para o julgamento em Plenário. P.R.I. Cumpra-se. Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 30 de novembro de 2017.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Lucineide Souza de Meireles Alves
Diretora de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000
Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7001896-50.2017.8.22.0009
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BONIN PNEUS & ACESSORIOS LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: KATIA CARLOS RIBEIRO - RO0002402
EXECUTADO: ODAIR JOSE SOARES
Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
Defiro o pedido de ID Num. 16059020 - Pág. 1 e nomeio como leiloeira a Sra. Evanilde Aquino Pimentel.
Determino a alienação em hasta pública nos termo do Provimento Conjunto nº 005/2017.
Conste no edital que o valor da taxa a ser utilizada é de 10%, quando a hasta for de bem móvel e 6%, quando se tratar de bem imóvel, ambas sobre o valor da arrematação, ficando a empresa com a incumbência de realizar todas as tarefas que antecedem a solenidade, bem como a própria hasta pública e, os honorários da leiloeira serão adimplidos pelo arrematante.
Outrossim, caso o executado resolva adimplir a dívida diretamente com o exequente, mesmo depois de iniciado o procedimento para a realização dos leilões, caberá a parte exequente exigir da parte executada um acréscimo de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado do débito, para o pagamento dos honorários da leiloeira.
Intime-se a leiloeira oficial, preferencialmente por e-mail, para que proceda a designação das datas e demais procedimentos necessários à venda judicial dos bens penhorados.
Conste no edital o determinado no artigo 8º do Provimento Conjunto nº 005/2017:
Art. 8º Compete ao ofício judicial publicar o edital no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) e disponibilizar no site do TJRO.
§ 1º O edital conterá:
I – a descrição do bem penhorado, com suas características e, tratando-se de imóvel, sua situação e suas divisas, com remissão à matrícula e aos registros;
II – o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento e, se for o caso, a comissão do leiloeiro designado;
III – o lugar onde estiverem os móveis, os veículos e os semoventes e, tratando-se de créditos ou direitos, a identificação dos autos do processo em que foram penhorados;
IV – o sítio, na rede mundial de computadores, e o período em que se realizará o leilão, salvo se este se der de modo presencial, hipótese em que serão indicados o local, o dia e a hora de sua realização;
V – menção da existência de ônus, recurso ou processo pendente sobre os bens a serem leiloados.
§ 2° No caso de títulos da dívida pública e de títulos negociados em bolsa, constará do edital o valor da última cotação.
§ 3º O leiloeiro público providenciará a publicação do edital na rede mundial de computadores e/ou em qualquer outro meio de comunicação.
Fixo como preço mínimo o equivalente a 70% do valor da avaliação para arrematação em 2ª praça.
Com a apresentação de data para as vendas, intimem-se as partes.
Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7004781-37.2017.8.22.0009
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE ALVES FILHO, FRANCISCO ROBERTO ALVES, MARIA DE LOURDES ALVES SILVA, MARIA JANDIRA ALVES, NAIR ALVES DE FARIAS, MAURINA ROBERTO ALVES, MARIA APARECIDA ROBERTO ALVES, IRCIO ROBERTO ALVES, ANTONIO ROBERTO ALVES
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS - RO8436
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS - RO8436
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS - RO8436
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS - RO8436
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS - RO8436
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS - RO8436
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS - RO8436
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS - RO8436
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS - RO8436
RÉU: MARIA DE SOUZA ALVES
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Consta da Certidão de Óbito e documentos pessoais que a falecida cujo patrimônio se pretende a partilha se chamava MARIA DE SOUZA ALVES. (ID Num. 13739694 - Pág. 1 e Num. 13739694 - Pág. 2).
Todavia, consta que o herdeiro JOSÉ ALVES FILHO é filho de MARIA DE JESUS (ID Num. 13739702 - Pág. 2.
Da mesma forma, os herdeiras MARIA JANDIRA ALVES (ID Num. 13739702 - Pág. 3 e 4); MAURINA ROBERTO ALVES ( ID Num. 13739702 - Pág. 5 e 6); FRANCISCO ROBERTO ALVES (ID Num. 13739702 - Pág. 7 e 8; IRCIO ROBERTO ALVES (ID Num. 13739702 - Pág. 9 e Num. 13739704 - Pág. 2); NAIR ALVES DE FARIAS (ID Num. 13739704 - Pág. 9 e Num. 13739705 - Pág. 2) e ANTONIO ROBERTO ALVES (ID Num. 13739704 - Pág. 6
Já a herdeira MARIA DE LOURDES ALVES, é filha de MARIA ROSA DA SILVA, conforme certidão de nascimento (ID Num. 13739704 - Pág. 1). Já perante o Registro Geral, consta ser filha também de MARIA DE JESUS (ID Num. 13739704 - Pág. 3).
Falta ainda vir aos autos os documentos pessoais de MARIA APARECIDA ROBERTO ALVES.
Assim, intime-se o inventariante para que preste os devidos esclarecimentos a respeito dos fatos acima mencionados.
Pimenta Bueno/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7002024-41.2015.8.22.0009
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: QUANZ E GEREMIA LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: DEBORA CRISTINA MORAES - RO0006049
EXECUTADO: CLENILDA MAXIMIANO DA CRUZ
Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
Considerando a ausência de manifestação do autor, arquivem-se os autos.
Pimenta Bueno/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7005358-15.2017.8.22.0009
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: RONALDO SIQUEIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE ANGELO DE ALMEIDA - RO0000309, DANIELE PONTES ALMEIDA - RO0002567
INVENTARIADO: JOSE SIQUEIRA, DOZELINA DAS DORES, ADRIANA APARECIDA SIQUEIRA BORGUI, ANASTACIO BORGUI DE SOUZA, ALESSANDRO SIQUEIRA, CLAUDIA BARBOSA DE NOVAIS SIQUEIRA, LUCIANO SIQUEIRA, ADRIANA TEREZA DE ALMEIDA SILVA, ELIVANIA ANDRE DE SOUSA, GRACIELA SIQUEIRA, ADEILSON DE OLIVEIRA BARBOSA, ANDREIA APARECIDA SIQUEIRA, PAULO SERGIO DA SILVA, ERLETE ZANETTE DA SILVA
Advogado do(a) INVENTARIADO:
Advogado do(a) INVENTARIADO: JOSE ANGELO DE ALMEIDA - RO0000309
Advogado do(a) INVENTARIADO: JOSE ANGELO DE ALMEIDA - RO0000309
Advogado do(a) INVENTARIADO: JOSE ANGELO DE ALMEIDA - RO0000309
Advogado do(a) INVENTARIADO: JOSE ANGELO DE ALMEIDA - RO0000309
Advogado do(a) INVENTARIADO: JOSE ANGELO DE ALMEIDA - RO0000309
Advogado do(a) INVENTARIADO: JOSE ANGELO DE ALMEIDA - RO0000309
Advogado do(a) INVENTARIADO: JOSE ANGELO DE ALMEIDA - RO0000309
Advogado do(a) INVENTARIADO: JOSE ANGELO DE ALMEIDA - RO0000309
Advogado do(a) INVENTARIADO:
Advogado do(a) INVENTARIADO:
Advogado do(a) INVENTARIADO:
Advogado do(a) INVENTARIADO:
Advogado do(a) INVENTARIADO:
DECISÃO
Adeque-se o valor da causa no sistema, de acordo com o valor do monte mor.
Intime-se o inventariante a adotar as seguintes providências, no prazo de 30 dias, a fim de dar prosseguimento ao feito:
1. juntar documentos pessoais e procuração do herdeiro Luciano e seu cônjuge e da herdeira Andreia;
2. juntar documentos pessoais e procuração do cônjuge do herdeiro Alessandro;
3. juntar documentos pessoais e procuração do cônjuge da herdeira Graciela, bem como procuração desta;
4. Em relação ao herdeiro Paulo, não consta de seus documentos pessoais que o mesmo seja filho do falecido, o que deve ser esclarecido pelo inventariante, pelo como apresentada a devida procuração.
Caso o patrono do inventariante não represente todos os herdeiros, deve promover a citação dos mesmos.
5. Apresentar plano de partilha, contemplando a viúva também como herdeira e não apenas como meeira, como constou das Primeiras Declarações, nos termos do art. 1.790, I do Código Civil.
6. Apresentar certidão de inteiro teor atualizada dos imóveis a serem partilhados.
7. Comprovar o pagamento da imposto causa mortis e das custas processuais remanescentes.
Cumpridos os itens supra, voltem conclusos.
Pimenta Bueno/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7002288-87.2017.8.22.0009
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SUCKEL & SUCKEL LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANA PAULA GOMES DA SILVA - RO0003596
EXECUTADO: PABLO FERNANDO DOS SANTOS PEREIRA
Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
Considerando que o autor foi intimado por sua patrona e não se manifestou, intime-se pessoalmente, a dar andamento ao feito, em cinco dias, sob pena de extinção.
SERVE COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
SUCKEL E SUCKEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 02.635.451/0001-20, estabelecida na Avenida Marechal Rondon, 1307, bairro Centro, na cidade de Pimenta Bueno/RO, CEP 76.970-000.
Pimenta Bueno/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7004331-31.2016.8.22.0009
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: R. H. COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: ROXANE FERRETO LORENZON - RO4311, ADEMAR ROQUE LORENZON - RO80, ROMENIGUE GOBBI GOIS - RO4629
EXECUTADO: ELITE REPRESENTACOES LTDA - ME, GIANNINI SA, FIDIC MULTISETORIAL EMPRESARIAL LP
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCOS ROGERIO AIRES CARNEIRO MARTINS - SP177467, BRUNA GRAZIELLA BIANCARDI - SP377980, ANTONIO NELSON GOMES DA SILVA - SP305273, FELIPE COUREL CURY - SP344748, LEONARDO LIMA CORDEIRO - SP221676, BRUNO BEREZIN - SP375585, AMAURI FERES SAAD - SP261859, ANNA CHIARA PEREIRA MONTANARO - SP367929, BARBARA PEDRA DOS SANTOS - SP344165, MITALE FEITOSA SAMPAIO - SP384233, CAIO CESAR FIGUEIROA DAS GRACAS - SP347159, FELIPE ANDRADE SELLAN - SP292114, CARLOS EDUARDO PERUSSI - SP243857, EDUARDO AUGUSTO MEDEIROS DE OLIVEIRA - SP296228, YAHN RAINER GNECCO MARINHO DA COSTA - SP358629, VINICIUS SIMOES LAUREANO - SP316964, THAIS MARZO - SP307699, SUEN RIBEIRO CHAMAT - SP278859, PEDRO BRETANHA DE LA FUENTE SANHUEZA - SP356990, MAURICIO PEREIRA COLONNA ROMANO - SP374990, JULIANA TOZZI - SP375702, JOAO GABRIEL GOMES PEREIRA - SP296798, ILANA ZONENSCHEIN LAFER - SP358737, GABRIEL SERRASQUEIRO SALA - SP315578, FERNANDA CRISTINA UIP PINHEIRO PEDRO - SP352820, IVAN HENRIQUE MORAES LIMA - SP0236578
Advogados do(a) EXECUTADO: MARIA FERNANDA LADEIRA - SP237365, RAFAELA GEICIANI MESSIAS - RO0004656
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA envolvendo as partes acima indicadas.
O exequente informou que o executado realizou o pagamento do débito (ID 16225944).
É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução.
Certifique-se quanto ao pagamento das custas finais, intimando-se e expedindo-se o necessário.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, com as cautelas de praxe, arquive-se.
Pimenta Bueno/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7005589-42.2017.8.22.0009
Classe: USUCAPIÃO (49)
AUTOR: FABIO DE LIMA, SANDRA MATOS DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: ROSANE CORINA ODISIO DOS SANTOS - RO0001468, WALFRANE LEILA ODISIO DOS SANTOS - RO0003489
Advogados do(a) AUTOR: ROSANE CORINA ODISIO DOS SANTOS - RO0001468, WALFRANE LEILA ODISIO DOS SANTOS - RO0003489
RÉU: NELSON REZENDE
SENTENÇA
Trata-se de ação de usucapião envolvendo as partes acima indicadas.
A parte autora foi intimada recolher as custas processuais sob pena de arquivamento do feito sem resolução do MÉRITO (ID 15270031), no entanto, deixou escoar o prazo legal sem a devida manifestação (ID 16299113).
Diante do exposto e nos termos do art. 290 do Código de Processo Civil, extinguo o processo, ordenando, pois, o seu arquivamento.
Sem custas.
Caso haja recurso, nos termos do art. 1.010 do Código de Processo Civil, intime-se a parte contrária para as contra-razões e após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça.
Publique-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7001623-71.2017.8.22.0009
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: FRANCISCO LACERDA SALDANHA NUNES
Advogados do(a) AUTOR: RONILSON WESLEY PELEGRINE BARBOSA - RO0004688, RODRIGO FERREIRA BARBOSA - RO8746
RÉU: CENTRAIS ELÉTRICA DE RONDÔNIA S/A
Advogados do(a) RÉU: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462, ALEX CAVALCANTE DE SOUZA - RO0001818, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434, MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO0002391, GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714, JONATHAS COELHO BAPTISTA DE MELLO - RO0003011, ANA CAROLINE ROMANO CASTELO BRANCO - RO0005991, UERLEI MAGALHAES DE MORAIS - RO0003822, ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO0006207

SENTENÇA
Trata-se de ação de indenização para restituição de valores investidos com construção de rede de eletrificação rural envolvendo as partes acima mencionadas.
O autor pretende o ressarcimento correspondente rede elétrica que edificou com recursos próprios em imóvel rural.
Foram mais de 100 postes usados para edificar mais de 26 quilômetros de rede elétrica, passando por inúmeras propriedades vizinhas, que inclusive cederam passagem.
Alegou que a parte requerida incorporou a subestação, a qual construiu com recursos próprios e não o indenizou, conforme as resoluções que determinam os atos da concessionária.
Que para implementação da rede elétrica efetuou gastos no importe de R$ 336.883,43.
Ao final, pleiteou a condenação da requerida em restituir todos os gastos com a construção da eletrificação rural em sua residência, no importe de R$ 336.883,43.
Audiência de conciliação restou infrutífera (ID 12361604).
O requerido apresentou contestação (ID 12801609) alegando preliminar de prescrição, alegando que a incorporação ocorreu há mais de 3 anos, e no MÉRITO, que os valores gastos não são reembolsáveis, uma vez que realizada em interesse próprio e exclusivo e que a simples alegação de que construiu a rede elétrica e que faz jus ao ressarcimento das despesas que supostamente suportou, não pode ser considerada prova o bastante a ensejar a condenação pretendida.
Que não incorporou a subestação construída sob às expensas da parte requerente como alegado, tão pouco fez uso da subestação do autor para atender outros consumidores.
A parte requerida pleiteia a realização de perícia para verificar a existência da alegada incorporação ou não.
Em DECISÃO de ID 14708082 foi invertido o ônus da prova em favor do requerente e concedido prazo para o requerido apresentar documentos hábeis a demonstrar a data da incorporação.
O requerido manifestou-se ao ID 15229973, informando que não há documentos e que a rede atende 11 casas.
É o relatório. Decido.
Da preliminar
Preliminarmente, a requerida alega que prescreveu o direito do autor de pleitear qualquer restituição de valores gastos na construção de rede de energia elétrica.
Em relação à prescrição, tem-se que o prazo prescricional no caso dos autos é de 3 (três) anos, contados após a efetiva incorporação da rede construída ao patrimônio da requerida.
Ocorre que de uma leitura atenta dos autos, verifica-se que a requerida não apresenta qualquer prova com sua defesa, inexistindo assim qualquer demonstração da data em que se deu a incorporação, assim, não há que se falar em início de contagem do prazo prescricional, razão pela qual não se operou a prescrição.
Por tais razões, não acolho a preliminar suscitada e passo à análise do MÉRITO.
Consigno que o processo está em ordem e apto ao julgamento do MÉRITO, posto que preenchidos os pressuposto processuais e as condições da ação.
Passo ao MÉRITO.
Trata-se de ação de pedido de restituição de valores investido em construção de rede de eletrificação rural, envolvendo as partes supramencionadas.
A empresa requerida apresentou contestação, defendendo que a interpretação da Resolução normalmente é feita de maneira equivocada, uma vez que, nos termos do art. 3º redes particulares, em qualquer tensão, localizadas integralmente em imóveis de seus proprietários não sendo de incorporação, ficam dispensadas, inclusive, da obtenção de ato autorizativo do poder concedente, bem como as redes poderão ser transferidas à concessionária, por meio de acordo entre as partes, não ensejando qualquer forma de indenização ao proprietário.
Afirma, ainda, que por questão de segurança, proíbe que as subestações sejam alteradas deliberadamente por terceiros, contudo, tal situação não enseja incorporação.
Os documentos juntados com a inicial comprovam a construção da rede de energia elétrica na propriedade do autor.
Quanto a incorporação, resta clara a sua existência, na media em que o consumidor investiu na sua instalação, porém, somente a ré pode dar manutenção e/ou realizar alterações. Essa condição deixa claro a incorporação e, uma vez que não se deu de forma expressa, não atendeu o que determina resolução 229/2006 da ANEEL.
A requerida simplesmente passou a gerir a rede elétrica construída pelo autor como se sua fosse, sem contudo indenizá-lo pelos valores despendidos.
Assim, a devolução dos valores despendidos com a construção da rede de energia elétrica é perfeitamente cabível, visto que as instalações passaram a integral o patrimônio da concessionária CERON, a qual explora atividade lucrativa. Portanto, esta tem o dever de indenizar o autor, sob pena de enriquecimento sem causa, especialmente porque restou comprovado nos autos que o autor arcou com todos os custos para elaboração de projeto e construção de rede elétrica na zona rural e a ré incorporou a rede sem indenizar o autor ou formalizar a incorporação.
Atualmente a Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia reconhece o direito à indenização:
“Restituição de valores. Rede elétrica rural. Construção. Recursos particulares. Apropriação pela concessionária. Prescrição quinquenal. Ação procedência. Valor. Reparação integral. É de cinco anos o prazo de prescrição para o ressarcimento de valores dispendidos na construção de rede particular de energia elétrica apropriada pela concessionária de serviço público para expansão de programa de eletrificação de propriedades rurais. É devido o ressarcimento dos valores gastos pelo particular para construção de rede rural particular de energia elétrica se ocorrer a incorporação desta pela concessionária pública do serviço de energia elétrica, cujo valor deve ser pago devidamente corrigido e com juros de mora, em função da vigência em nosso sistema do princípio da reparação integral” (TJRO, Apelação 01003969720088220007, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, j. em 19/10/2011).
“CERON. CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA RURAL. RECURSOS PARTICULARES. DEVER DA CONCESSIONÁRIA RESTITUIR INTEGRALMENTE O VALOR” (TJRO, Turma Recursal de Porto Velho; Recurso Inominado n° 1001703-31.2012.8.22.0004, Relatora Juíza Euma Mendonça Tourinho, j. em 08.10.2014).
Assim, ante o consolidado entendimento jurisprudencial, restou evidenciada a sua responsabilidade de incorporar a subestação em seu patrimônio em razão da natureza do serviço público, e consequentemente, o dever de indenizar o autor pelas despesas de aquisição e instalação da rede elétrica, urgindo analisar apenas o quantum devido.
De acordo com o art. 3º da Resolução Normativa N° 229, de 8 de agosto de 2006:
“as redes particulares que não dispuserem de ato autorizativo do Poder Concedente, na forma desta Resolução, deverão ser incorporadas ao patrimônio da respectiva concessionária ou permissionária de distribuição que, a partir da efetiva incorporação, se responsabilizará pelas despesas de operação e manutenção de tais redes”.
Nos termos do § 1° do art. 9º da Resolução, para obter o valor do ressarcimento ao proprietário da rede particular, a concessionária ou permissionária de distribuição deverá:
I - calcular o encargo de responsabilidade da concessionária ou permissionária de acordo com as regras vigentes à época da construção da rede;
II - utilizar a Tarifa Fiscal estabelecida no § 2° deste artigo, atualizado-a anualmente por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA;
III - calcular o valor do ressarcimento ao proprietário da rede particular, considerando a depreciação dos ativos, por meio de fórmula própria.

Como visto, a Resolução determina que o valor da indenização leve em conta o valor vigente à época da construção da subestação, com atualização pelo índice do IPCA.
A referida resolução, ao estabelecer uma forma de regulamentação, restringiu um direito, qual seja, de restituição integral dos gastos despendidos com as instalações dos equipamentos necessários ao fornecimento de energia elétrica, sem que para isso tenha embasamento legal, em contraponto ao sistema de proteção ao consumidor, que estabelece a integral e efetiva reparação aos danos ocasionados.
A Lei Ordinária n. 8078/1990 e os artigos 927 e 884 do Código Civil estabelece que aquele que, por ato ilícito causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo e aquele que, sem justa causa, se enriquecer à causa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.
Assim, não sendo lícita a fórmula de cálculo definida na resolução, levando em consideração a depreciação das instalações, o montante indenizatório deve ser definido com base nos projetos apresentados, por ser razoável e proporcional às obras executadas.
Saliento ainda que a incorporação das instalações pela requerida enseja aumento de seu patrimônio em montante igual ao que seria necessário em valores atualmente vigente para que realizasse a ligação da energia elétrica na propriedade do requerente, já que com o advento da Lei n. 10438/2002 é sua a obrigação de garantir acesso à energia elétrica e consumidores como o requerente, sem qualquer ônus para ele.
A parte autora apresentou documentos capazes de comprovar que implementou a rede elétrica objeto da demanda (ID's 9645892/9645990).
Para comprovar seus gastos apresenta 3 orçamentos (ID 9645995), sendo todos no valor de R$ 336.883,43.
Por outro lado, o requerido alega que os orçamentos apresentados pela parte requerente não possui força probatória para comprovar o real dispêndio dos valores supostamente gastos na subestação, tendo apresentado orçamento para implementação do projeto ao ID 12801616/12801625 no importe de R$ 279.110,61.
Pois bem, em que pese o dever do requerido ressarcir os valores dispendidos pelo requerente para implementação da rede elétrica, este não apresenta com exatidão o valor dispendido, apenas junta orçamentos para sua implementação.
Lado outro o requerido não pode ser condenado a ressarcir ao requerente valor superior ao que investiria caso realizasse por si a implementação do serviço.
No mais, é cediço que nas práticas comerciais é comum haver descontos para a aquisição de materiais e serviços, sendo que os valores apresentados pelo requerente por de certo, quando de uma eventual contratação, seria abarcado por desconto o que diminuiria o valor orçado.
Assim, sopesando as provas elencadas nos autos, ei por bem fixar o montante de R$ 279.110,61 para ressarcimento ao requerente pelo implemento da rede elétrica.
Posto isso, nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedente o pedido formulado por FRANCISCO LACERDA SALDANHA NUNES para condenar a CERON – Centrais Elétricas de Rondônia S.A. a indenizar o autor no importe de R$ 279.110,61 a título de danos materiais, referente às despesas comprovadas com a construção da rede particular de energia elétrica em sua propriedade, cujos valores deverão ser acrescidos de correção monetária e juros a contar da data do desembolso, bem como, determino que a CERON/ELETROBRÁS proceda à incorporação da referida rede elétrica ao patrimônio da concessionária.
Diante da sucumbência, condeno o requerido ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, nos termos dos artigos 85, §2º e 86 do CPC.
Diante da sucumbência, condeno o requerente ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa subtraído o valor da condenação, nos termos dos artigos 85, §2º e 86 do CPC
Custas pro rata.
Caso haja recurso, considerando o disposto no art. 1.010 do Código de Processo Civil, caso haja recurso, visando a celeridade processual, determino a imediata intimação da parte contrária para as contrarrazões e, em seguida, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
Pimenta Bueno/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7006200-98.2017.8.22.0007
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: VALDECO DO NASCIMENTO DE SOUZA
Advogado do(a) REQUERENTE: LUIS FERREIRA CAVALCANTE - RO0002790
INVENTARIADO: FRANCISCO BATISTA DE SOUSA
DECISÃO
Considerando o valor da renda demonstrada pelo autor e o baixo valor das custas, dado o valor da causa, conclui-se que o requerente tem condições de arcar com seu pagamento, pelo que indefiro a gratuidade de justiça pleiteada.
Todavia, concedo, de ofício, o parcelamento em até seis parcelas mensais, sendo que o valor total deve ser quitado até a homologação do plano de partilha.
O pagamento da 1ª parcela deve ser comprovado no prazo de 15 dias.
Comprovado o pagamento da 1ª parcela, nomeio como inventariante o requerente VALDECO DO NASCIMENTO DE SOUZA (art. 617 do CPC).
Caso seja necessário, a critério da (o) inventariante, dentro de 05 dias a contar da intimação deste DESPACHO, poderá comparecer pessoalmente na Escrivania e solicitar a expedição do Termo de Compromisso de Inventariante, o que fica desde já autorizado (art. 617, parágrafo único, CPC).
No prazo de 20 dias, deverá o inventariante apresentar as primeiras declarações (art. 620 do CPC), acompanhada de cálculos dos tributos.
Apresentadas as primeiras declarações, cite-se, para manifestação no prazo de 15 dias, nos termos do inventário e da partilha, o cônjuge, o companheiro, os herdeiros e os legatários e intime-se a Fazenda Pública, o Ministério Público, se houver herdeiro incapaz ou ausente, e o testamenteiro, se houver testamento (art. 626 e 617, CPC).
Decorrido o prazo, sem impugnação, intime-se o inventariante para apresentar últimas declarações, recolher o imposto de transmissão a título de morte e juntar aos autos certidão ou informação negativa de dívida para com a Fazenda Pública (art. 654, CPC).
Após, conclusos.
Pimenta Bueno/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7004929-48.2017.8.22.0009
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LARISSA CARNEIRO GIMENES
Advogado do(a) AUTOR: ANA CLARA CABRAL DE SOUSA CUNHA - RO0005562
RÉU: BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado do(a) RÉU:

SENTENÇA
Trata-se de ação no procedimento comum envolvendo as partes acima indicadas.
A parte autora foi intimada a emendar a inicial, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento (ID 15168428), no entanto, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (certidão ao ID 16299368),.
Diante do exposto e nos termos dos artigos 321, parágrafo único, e 485, inciso I, ambos do Código de Processo Civil, INDEFIRO A INICIAL e JULGO EXTINTO o processo, ordenando, pois, o seu arquivamento.
Sem custas.
Decorrido o prazo recursal, arquive-se como de praxe.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Pimenta Bueno/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7005474-21.2017.8.22.0009
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE ROBERTO CABRAL LEAL
Advogado do(a) AUTOR: DEBORA CRISTINA MORAES - RO0006049
RÉU: PIMENTAO COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - EPP
Advogado do(a) RÉU:
SENTENÇA
Trata-se de ação envolvendo as partes acima indicadas.
A parte autora foi intimada a esclarecer possível inadequação da via eleita e deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (certidão ao ID Num. 15980694 - Pág. 1.
Diante do exposto e nos termos dos artigos 321, parágrafo único, e 485, inciso I, ambos do Código de Processo Civil, INDEFIRO A INICIAL e JULGO EXTINTO o processo, ordenando, pois, o seu arquivamento.
Sem custas.
Havendo recurso, intime-se a parte contrária para as contrarrazões e remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça.
Decorrido o prazo recursal, intime-se o requerido e arquive-se como de praxe.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Pimenta Bueno/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7000630-91.2018.8.22.0009
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CINTIA CAROLINE SOUZA ALMEIDA
Advogado do(a) AUTOR: THALES CEDRIK CATAFESTA - RO8136
RÉU: DANILO FRANCISCO BRUNO SOARES 03748788207
DECISÃO
Trata-se de ação com procedimento comum, envolvendo as partes supramencionadas.
Considerando-se a hipossuficiência evidenciada pela parte autora, por meio da alegação de estar desempregada, defiro-lhe a gratuidade de justiça.
Em sendo clara a existência de relação de consumo e a hipossuficiência do autor/consumidor em face do requerido/fornecedor, bem como em razão da verossimilhança das alegações, defiro a inversão do ônus da prova pleiteado pela parte autora, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.
Nos termos do artigo 334 do Código de Processo Civil, determino a realização de audiência de tentativa de conciliação, a qual designo para o dia 2 de abril de 2018, 10h20min, a realizar-se no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania-CEJUSC, no seguinte endereço: Avenida Presidente Dutra, 918. Salas 03 E 05, Centro, Pimenta Bueno/RO.
Cite-se a parte requerida, com prazo mínimo de 20 dias da audiência, para que tome conhecimento da ação, consignando-se as seguintes advertências:
1– As partes deverão comparecer em audiência, acompanhadas por advogado ou por Defensor Público, podendo constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC. art. 334, § 9º e 10);
2. Nos termos do art. 334, §8º do CPC, caso alguma das partes não compareça, injustificadamente à audiência de Conciliação, desde já aplico multa de 2% sobre o valor da causa, a ser revertida em favor do Estado de Rondônia (CPC, Art. 8º);
3- não obtida a autocomposição em audiência, ou se qualquer uma das partes a ela deixar de comparecer, a contestação deverá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da audiência de conciliação, ou da última sessão de conciliação (CPC, art. 335, I, 44) e,
4– não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344).
5- Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.
Após, encaminhem-se os autos para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para realização da solenidade.
Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação, oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se pretende produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção.
As partes deverão especificar as provas, desde logo, na contestação e impugnação, respectivamente, justificando sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento.
Havendo necessidade de produção de prova testemunhal, devem as partes, desde logo, apresentem o rol de testemunhas.
Cientifiquem-se as partes de que devem atualizar nos autos, sempre que necessário, seus respectivos endereços, conforme art. 77, V do Código do Processo Civil, sob pena de serem consideradas válidas intimações dirigidas aos endereços constantes nos autos, como dispõe o art. 274, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
Fica a parte autora intimada por seu patrono.
OBS: Para acessar o teor da petição inicial, a parte deverá acessar o seguinte endereço do sítio eletrônico do PJE: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje, clicando em Consulta Processual 1º Grau, ou no endereço http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, devendo informar o número do processo, clicar em pesquisa, clicar no ícone " Ver Detalhes". Sendo que, em caso de dúvida quanto ao acesso, a parte poderá se dirigir diretamente ao Cartório da 1ª Vara Cível de Pimenta Bueno.
DECISÃO SERVINDO COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Nome: DANILO FRANCISCO BRUNO SOARES (Fashion Hair), por seu representante legal
Endereço: RUA BAHIA, 2534, SALÃO FASHION HAIR, CENTRO, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Pimenta Bueno/RO, 20 de fevereiro de 2018.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

1º Cartório Cível
CARTÓRIO DA 1ª VARA CÍVEL
Rua Cassemiro de Abreu, 237
CEP. 76.970-000-Pimenta Bueno-RO
Fones: (69) 3451-2968/2819-Ramal 216
End. eletrônico: pbwcivel@tjro.jus.br
Proc.: 0001109-53.2011.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Sul Rondoniense Sicoob Credip
Advogado:Noel Nunes de Andrade (RO 1586), Éder Timótio Pereira Bastos (RO 2930), Débora May Dumpierre (RO 4372), Priscila Moraes Borges (RO 6.263)
Executado:Alcântara e Cardoso Ltda Me, Edson Junior Lino Cardoso, Amarildo de Alcântara da Silva, Jane Graciela Nogueira da Silva
Advogado:Não Informado ( xx)
Fica a Drª. Priscila Moraes Borges (RO 6.263), intimada a devolver os autos no prazo de 03 (três) dias, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos.

Proc.: 0003418-47.2011.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Sul Rondoniense Sicoob Credip
Advogado:Noel Nunes de Andrade (RO 1586), Eder Timótio Pereira Bastos (RO 2930), Amanda Aparecida Paula de Carvalho Fagundes (OAB/RO 5701), Joelma Antonia Ribeiro de Castro ( 7052), Jonatas da Silva Alves (OAB/RO 6882), Priscila Moraes Borges (RO 6.263)
Executado:Amarildo de Alcântara da Silva, José Carlos da Silva, Edson Junior Lino Cardoso, Rosania Alves Cardoso, Carlos Eduardo Lewandowski da Silva, Carlos Pedro MagalhÃes da Silva, Carla Caroline MagalhÃes da Silva
Fica a Drª. Priscila Moraes Borges (RO 6.263), intimada a devolver os autos no prazo de 03 (três) dias, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos.

Proc.: 0003815-72.2012.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Sul Rondoniense Sicoob Credip
Advogado:Éder Timótio Pereira Bastos (RO 2930), Noel Nunes de Andrade (OAB/RO 1586), Jonatas da Silva Alves (OAB/RO 6882), Priscila Moraes Borges (RO 6.263), Maganna Machado Abrantes (OAB/RO 8846), Joelma Antonia Ribeiro de Castro ( 7052)
Executado:MM Produtos Alimentícios Ltda
Fica a Drª. Priscila Moraes Borges (RO 6.263), intimada a devolver os autos no prazo de 03 (três) dias, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos.

Proc.: 0002023-15.2014.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Valmor Nunes de Andrade
Advogado:Noel Nunes de Andrade (OAB/RO 1586), Éder Timótio Pereira Bastos (RO 2930), Jonatas da Silva Alves (OAB/RO 6882), Priscila Moraes Borges (RO 6.263), Joelma Antonia Ribeiro de Castro ( 7052)
Executado:Claudinéia Medina da Cruz
Fica a Drª. Priscila Moraes Borges (RO 6.263), intimada a devolver os autos no prazo de 03 (três) dias, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos.

Proc.: 0003712-02.2011.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:José Adeildo de Sales
Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360), Lauro Paulo Klingelfus Junior (RO 2389)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Fica a Drº. Alexsandro Klingelfus (RO 2395), intimado a devolver os autos no prazo de 03 (três) dias, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos.

Proc.: 0004566-54.2015.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Madeireira Pimentão Ltda
Advogado:Eric Júlio dos Santos Tiné (OAB/RO 2507)
Requerido:Manoel Ramos
Fica a Drº. Eric Júlio dos Santos Tiné (OAB/RO 2507), intimado a devolver os autos no prazo de 03 (três) dias, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos.

Proc.: 0004246-04.2015.8.22.0009
Ação:Usucapião
Autor:Dalvina Jesus de Souza
Advogado:Ana Paula Gomes da Silva Lima (RO 3596)
Requerido:Ariel Vieira dos Reis
Substituto processua:José Roberto Carvalho, Ivone Aparecida Carvalho Baldan
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de ação de usucapião ordinária, envolvendo as partes acima mencionadas. Relatou a parte autora que desde 28.11.2005, vem mantendo a posse de forma mansa e pacífica, contínua, sem oposição e com animus domini sobre uma área de terreno, localizado na Av. Presidente Médice, n. 315, Bairro Alvorada, nesta cidade de Pimenta Bueno.Alegou que no dia 28.11.2005 a requerente, por contrato particular de compra e venda, adquiriu o aludido imóvel do Sr. João de Jesus Brito, este que detinha a posse de forma contínua e pacifica com justo título e boa fé desde 07.07.2005. Ao final requereu a procedência, declarando o domínio a requerente. Com a inicial juntou procuração e documentos (fls. 10/72). A DECISÃO de fl. 78 determinou a citação do requerido, dos confrontantes e expedição de edital. O Estado de Rondônia manifestou desinteresse na causa (fls. 103/104). Ás fls. 129 o Ministério Público deixou de se manifestar quanto ao MÉRITO da causa. O requerido apresentou contestação por negativa geral à fl. 131. Impugnação à contestação (fls. 133/140). Realizada audiência de Instrução e Julgamento, foram ouvidas as testemunhas (fl. 146).O requerido apresentou alegações finais remissivas à contestação (fl. 150). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de usucapião, envolvendo as partes supramencionadas. Consigno que o processo está em ordem e apto ao julgamento do MÉRITO, posto que preenchidos os pressupostos processuais e as condições da ação. Passo a decidir quanto ao MÉRITO. A usucapião é instituto jurídico que permite a aquisição da propriedade em virtude da posse ininterrupta e prolongada, variando o tempo necessário de acordo com as características do bem usucapiendo e a qualidade da posse. No presente caso, a requerente demonstra, mediante o contrato juntado às fls. 16/18, haver obtido a posse do imóvel em 28.11.2005.Conforme dispõe o artigo 1.242 do Código Civil, para fins de Art. 1.242. Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos.Lado outro, as alegações constantes da inicial foram ainda confirmadas pela ausência de contestação ou oposição do requerido, assim como das Fazendas Públicas. Embora que haja contestação por negativa geral do requerido (fl. 131), nos termos do art. 373, I do CPC, a parte autora comprovou suas alegações apresentadas na exordial por meio da vasta documentação carreada no presente caderno processual. Ademais, as testemunhas ouvidas em juízo confirmaram que a requerente reside no imóvel a mais de 10 anos, de forma mansa e pacífica. Portanto, provada a posse mansa, pacífica e ininterrupta, exercida como se dona fosse pela requerente sobre o bem usucapiendo por tempo superior à 10 anos exigido para aquisição da propriedade por usucapião, uma vez que adquirido por meio de

justo título. Pelo exposto, resolvo o MÉRITO e julgo procedente o pedido inicial para declarar a favor da requerente DALVINA JESUS DE SOUZA a aquisição por usucapião da propriedade do imóvel localizado na Av. Presidente Médice, n. 315, Bairro Alvorada, nesta cidade de Pimenta Bueno/RO. Cópia desta SENTENÇA servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis, após satisfeitas as obrigações fiscais. Tendo em vista o princípio da causalidade, deixo de condenar a parte requerida ao pagamento de custas processuais e honorários, pois não se vislumbra conduta de sua parte de tenha dado causa à propositura da ação, a qual foi ajuizada em proveito exclusivo dos autores, sendo que a ré nem mesmo se opôs ao pedido. Nesse sentido decidiu o Superior Tribunal de Justiça no julgamento dos Recursos Especiais n. 23.369-4-PR e 10.151-RS.As custas finais devem ser custeadas pela parte requerente.Caso haja recurso, considerando o disposto no art. 1.010 do Código de Processo Civil, visando a celeridade processual, determino a imediata intimação da parte contrária para as contrarrazões e, em seguida, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Após o trânsito em julgado, arquive-se.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0002255-90.2015.8.22.0009
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia Detran Ro
Advogado:Procurador do Detran ( )
Executado:Anderson Galdino da Silva
Advogado:Maicon Henrique Moraes da Silva (OAB RO 5741), Marília Bernachi Baptista (OAB/RO 7028)
DESPACHO:
Defiro os pedidos de fls. 51. Expeça-se o necessário.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0005260-96.2010.8.22.0009
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia/RO
Advogado:Procurador do Estado (NBO 020)
Executado:Claudio de Souza Campos
DECISÃO:
DECISÃO Defiro o pedido de fls. 81 e nomeio como leiloeira a Sra. Evanilde Aquino Pimentel. Determino a alienação em hasta pública nos termo do Provimento Conjunto nº 005/2017. Conste no edital que o valor da taxa a ser utilizada é de 10%, quando a hasta for de bem móvel e 6%, quando se tratar de bem imóvel, ambas sobre o valor da arrematação, ficando a leiloeira com a incumbência de realizar todas as tarefas que antecedem a solenidade, bem como a própria hasta pública e, os honorários da leiloeira serão adimplidos pelo arrematante.Outrossim, caso o executado resolva adimplir a dívida diretamente com o exequente, mesmo depois de iniciado o procedimento para a realização dos leilões, caberá a parte exequente exigir da parte executada um acréscimo de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado do débito, para o pagamento dos honorários da leiloeira. Intime-se a leiloeira oficial, preferencialmente por e-mail, para que proceda a designação das datas e demais procedimentos necessários à venda judicial dos bens penhorados. Conste no edital o determinado no artigo 8º do Provimento Conjunto nº 005/2017:Art. 8º Compete ao ofício judicial publicar o edital no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) e disponibilizar no site do TJRO.§ 1º O edital conterá:I – a descrição do bem penhorado, com suas características e, tratando-se de imóvel, sua situação e suas divisas, com remissão à matrícula e aos registros;II – o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento e, se for o caso, a comissão do leiloeiro designado;III – o lugar onde estiverem os móveis, os veículos e os semoventes e, tratando-se de créditos ou direitos, a identificação dos autos do processo em que foram penhorados;IV – o sítio, na rede mundial de computadores, e o período em que se realizará o leilão, salvo se este se der de modo presencial, hipótese em que serão indicados o local, o dia e a hora de sua realização;V – menção da existência de ônus, recurso ou processo pendente sobre os bens a serem leiloados.§ 2° No caso de títulos da dívida pública e de títulos negociados em bolsa, constará do edital o valor da última cotação.§ 3º O leiloeiro público providenciará a publicação do edital na rede mundial de computadores e/ou em qualquer outro meio de comunicação.Fixo como preço mínimo o equivalente a 70% do valor da avaliação para arrematação em 2ª praça.Com a apresentação de data para as vendas, intimem-se as partes.Cumpra-se. Expeça-se o necessário.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0001434-62.2010.8.22.0009
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado (NBO 020)
Executado:Fiorindo Cherri
Advogado:Fagner José Machado Camargo (OAB/RO 6873)
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se o exequente para se manifestar acerca da penhora e avaliação juntado aos autos às fls. 72/81. Certifique-se se houve concessão de efeito suspensivo aos embargos.Pimenta Bueno-RO, 21 de fevereiro de 2018.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0002198-72.2015.8.22.0009
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado ( 000.)
Executado:J. F. de Andrade e Cia Ltda
Advogado:Maria Cristina Feitosa Paniago ( )
DECISÃO:
DESPACHO Em que pese a petição de acordo de fls. 153/154, verifica-se que a mesma não está assinada por ambas as partes. Assim, intimem-se, a fim de ser suprido o vício, sob pena de não homologação.Nesses termos, mantenho as vendas judiciais designadas. Cumpra-se. Pimenta Bueno-RO, 21 de fevereiro de 2018.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0003926-22.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Hilário Medeiros Leopoldo
Advogado:Jacir Cândido Ferreira Júnior (OAB/RO 3408)
Executado:Romildo Pereira Espanhol
Advogado:Debora Cristina Moraes (RO 6049)
DECISÃO:
DECISÃO Trata-se de ação de execução de título extrajudicial. Realizada a adjudicação do bem, considerando o abatimento do valor da dívida, restou um saldo credor no valor de R$ 3.275,22 (fl. 197). O exequente apresentou manifestação, alegando que precisou arcar com cerca de R$ 6.000,00 com o bem adjudicado, sendo que assim restaria ao executado ainda o valor de R$ 3.000,00 para pagar ao exequente, sendo que este desistiu da referida cobrança, e deu por satisfeito o crédito. (fl. 200) O exequente foi intimado para apresentar provas das despesas com multa e impostos atrasados, a fim de que fossem abatidos do crédito em favor do executado (fl. 201), contudo, deixou decorrer o prazo sem apresentar manifestação (fl. 203).Pois bem, considerando que caberia ao exequente apresentar as provas acerca dos gastos suportados com as multas e impostos atrasados, e assim não o fez, indefiro o pedido de fl. 200. Intime-se o exequente para depositar o valor do saldo credor, no montante de R$ 3.275,22.Cumpra-se, expedindo o necessário. Pimenta Bueno-RO, 21 de fevereiro de 2018.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0068707-34.2005.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Vera L. D. Bernarde Rações - ME
Advogado:Válter Henrique Gundlach (RO 1374)
Executado:Antônio Eliziário Ferreira Nepomuceno
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826)
DESPACHO:
DECISÃO Intime-se por mais uma vez, por meio de MANDADO, o credor hipotecário para manifestar-se acerca do pedido de arrematação realizado pelo exequente e em caso de discordância apresente memória de cálculos da dívida hipotecária.Advirta-se que a inércia será interpretada como anuência e que a fração remanescente é suficiente à garantia da dívida hipotecária.Cumpra-se. Expeça-se o necessário.Pimenta Bueno-RO, 21 de fevereiro de 2018.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito
Sandra Regina Corso Baptista da Silva
Diretor de Cartório

1ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno-RO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 30 dias
Processo: 7004566-61.2017.8.22.0009
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Procedimento: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Executado: Raul Alcântara Silva
Advogado: Não informado
INTIMAÇÃO da RAUL ALCÂNTARA SILVA, CPF 009.972.012-40, atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMÁ-LO para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação, no importe de R$ 941,93 (novecentos e quarenta e um reais e noventa e três centavos) e acréscimos legais, sob pena de execução, nos moldes do art. 523,§ 1º e seguintes do CPC, ou apresentar nos próprios autos, sua impugnação, iniciando-se a contagem do prazo do transcurso do prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário (art. 525 do CPC).
Sede do Juízo: Fórum Ministro Hermes Lima Rua Cassimiro de Abreu, 237, Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno-RO. Fone/Fax: (069) 3451 2477.
Pimenta Bueno-RO, 21 de fevereiro de 2018.
Elcio Aparecido Vigilato
Diretor de Cartório em Substituição Automática
mat. 206.164-3

## 2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Rua Cassemiro de Abreu, 237
CEP. 76.970-000-Pimenta Bueno-RO
Fones: (69) 3451-2968/2819-Ramal 226
End. eletrônico: pbw2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0000509-27.2014.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Eni Barreto de Souza do Nascimento
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
SENTENÇA:
SENTENÇA:I – RELATÓRIO.MARIA ENI BARRETO DE SOUZA NASCIMENTO ajuizou a presente ação em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, ambos qualificados nos autos à fl. 03, pretendendo o restabelecimento de auxílio-doença com conversão em aposentadoria por invalidez e antecipação de tutela.Relata que é segurada especial, sendo originalmente trabalhadora agrícola, em regime de economia familiar, e posteriormente passou a exercer trabalhos físicos braçais como doméstica.Disse que deu entrada ao pedido administrativo de auxílio-doença (NB 135.383.461-9) no dia 13/09/2005, sendo este concedido até o dia 15/12/2005.Afirma que possui nevralgia crônica em membro superior direito com neurite crônica de nervo mediano espinhal, com perda importante da funcionalidade do membro, que a incapacitam de forma total para o labor habitual. Pede, o final, a restabelecimento do benefício de auxílio-doença ou sua conversão em aposentadoria por invalidez combinado com tutela antecipatória.Com a inicial apresentou quesitos, procuração e documentos às fls. 11/21.DESPACHO s em fl. 22 e fl. 28 determinaram que a parte autora trouxesse o prévio requerimento administrativo, contudo o pedido não foi atendido, conforme fl. 23 e fl. 30.SENTENÇA prolatada em fls. 31/32 julgou extinto o feito, sem resolução de MÉRITO.A parte autora apresentou apelação em fls. 33/38. O TRF da 1° anulou a SENTENÇA e determinou o retorno dos autos à origem, para fins de prosseguimento do feito, conforme fls. 41/46.A parte requerida apresentou Embargos de Declaração em fls. 48/50. Asseverou, em sua defesa, que não houve menção à fundamentação legal dos artigos 2° e 5°, XXXV, da CF/88.O Embargo de Declaração foi acolhido, com efeitos infringentes, dando parcial provimento à apelação da parte autora por outro fundamento, anulando a SENTENÇA e determinando a remessa dos autos para a vara de origem para adequada instrução do processo, conforme fls. 56/61.A autora foi intimada em DESPACHO de fl. 64 para dar entrada no pedido administrativo e comprovar em juízo que fez o requerimento.Juntado o indeferimento do pedido administrativo em fls. 72/73, foi determinada a realização de perícia médica judicial em fls. 74/79. O pedido de antecipação de tutela foi indeferido à fl. 75.O laudo foi juntado aos autos em fls. 91/93.A parte requerida apresentou manifestação em fl. 93v, e a parte autora apresentou manifestação quanto ao laudo pericial em fls. 95/96.É a síntese necessária.II- FUNDAMENTAÇÃO.Versam os presentes autos sobre ação de concessão de Aposentadoria por Invalidez ou Auxílio-doença, formulada por MARIA ENI BARRETO DE SOUZA NASCIMENTO em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS.DA IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIALA parte autora apresentou manifestação em fls. 95/96 asseverando que o laudo pericial necessita de complementação. Requer que sejam respondidos os quesitos apresentados na manifestação.Pois bem.Em análise do laudo pericial apresentado as fls. 91/93, e comparando-o com os quesitos formulados pelo requerido em fls. 95/96, tenho que não há motivo para determinar a realização de perícia completar, nem para que sejam respondidos os quesitos apresentados pelo autor, visto que todos os pontos do laudo médico judicial foram respondidos satisfatoriamente, sendo o objetivo da perícia conclusivo de forma clara e precisa.Ademais, as perguntas trazidas pela autora não possuem fundamentação científica e técnica, mas especulações superficiais de data anterior a realização da perícia médica, irrelevantes para o desfecjho da ação.Os quesitos apresentados pelo juízo são os que constam na Recomendação Conjunta - Quesitos Unificados e contemplam todas as hipoteses e situações possiveis relevantes para o julgamento da causa.E todos estes quesiotos foram respondidos pelo perito satisfatoriamente.Desta forma, indefiro o pedido da autora.MÉRITO.Para a concessão do benefício pretendido faz-se necessário o preenchimento de alguns requisitos legais, ou seja, a qualidade de segurado, o período de carência e a incapacidade para o trabalho, a qual deve ser total e permanente, nos termos do art. 42 da Lei 8.213/91, sem possibilidade de reabilitação, para o caso de aposentadoria por invalidez.Logo, o segurado incapaz, insusceptível de reabilitação para o exercício de qualquer atividade laborativa, que tenha essa condição reconhecida em exame médico pericial (art. 42, §1º), cumprindo a carência igual a 12 contribuições mensais (art. 25, inc. I) e conservando a qualidade de segurado (art. 15), terá direito ao benefício.Registre-se que na aposentadoria por invalidez e no auxílio-doença são comuns os requisitos da carência e da qualidade de segurado, sendo que o traço distintivo

entre eles é estabelecido pelo grau e duração da incapacidade. No caso dos autos, o laudo de perícia judicial esclareceu que a autora possui dor em ombro direito e tendinopatia leve no ombro (CID m75), contudo não ficou comprovado incapacidade total e permanente para as atividades laborais. Assim sendo, o perito concluiu que não há patologias incapacitantes ao trabalho usual exercido pela parte autora.Desta forma, não havendo qualquer incapacidade, conclui-se que o benefício pedido pela autora não é devido. É importante mencionar que a aposentadoria por invalidez é um benefício devido ao trabalhador permanentemente incapaz de exercer qualquer atividade laborativa, e que somente quando houver prova de incapacidade total e definitiva deverá ser concedida a aposentadoria por invalidez. Cabe ainda salientar que a condição de segurada deve existir no momento em que nasce o direito ao benefício. Assim, apenas quando existente a condição de segurado do postulante na data da constatação da doença incapacitante, surge o direito à aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença.O período de carência e a qualidade de segurada se encontram devidamente comprovados nos autos, por intermédio dos documentos que instruíram a inicial.Fato é, que nos dias atuais, a autora encontra-se em condições de saúde para exercer suas atividades laborativas, devendo apenas, na tentativa de resolver ou amenizar seus problemas, submeter-se aos tratamentos existentes e disponíveis.Não é demais observar que pedidos como estes, oneram desnecessariamente o Sistema Previdenciário, a ponto de num futuro muito próximo inviabilizá-lo, o que acarretará em prejuízo a toda coletividade.III – DISPOSITIVO.Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial da ação movida por MARIA ENI BARRETO DE SOUZA NASCIMENTO em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, e em consequência:1. CONDENO a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da parte requerida, os quais fixo em 10% do valor dado a causa, nos termos do art. 85, §2º, do CPC, estando suspensa a exigibilidade de tais verbas, nos termos do artigo 98, §3º, do CPC.2. Julgo resolvida a presente ação, com análise do MÉRITO, na forma do art. 487, inc. I do CPC.3. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, conforme disposto no art. 496, § 3º,inc. I do CPC.4. Independentemente de trânsito em julgado, requisite-se o pagamento dos honorários periciais em favor do perito.Após o trânsito em julgado e nada sendo requerido pelas partes no prazo de 5 (cinco) dias, arquivem-se os autos.Em caso de haver pedido de cumprimento de SENTENÇA, a parte interessada deverá fazê-lo no PJe, instruindo-o com os documentos obrigatórios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2018.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0024873-10.2007.8.22.0009
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Executado:Construtora SÃo CristÓvÃo Ltda, JoÃo Roberio Tavares Abilio, Francisca Neuma Silva de Oliveira, Cristovão Silva de Oliveira
DECISÃO:
DESPACHO: OFICIE-SE à Caixa Econômica Federal para, em 15 dias, providenciar a transferência dos valores depositados nos autos (fls. 73) para a Conta Única do Tesouro Nacional, por meio da Guia De Depósitos Judiciais e Extrajudiciais-MPAS/INSS. Com o ofício, junte-se cópia da petição de fls. 130/131, uma vez que os comandos indicados pela exequente auxiliam na elaboração da guia DJe. A CEF deverá obrigatoriamente atender aos comandos de tal manifestação, já que a não observância acarreta a transferência para a Conta Única sem, no entanto, o abatimento da referida CDA, conforme explicitado pelo i. Procurador.Convém ressaltar à CEF, agência local, que de acordo com Lei 9703/1998 e Decreto 2850/98, que regulamenta referida lei, a competência para a elaboração e preenchimento da guia DJE é da Caixa Econômica Federal, conforme artigo 2º, parágrafo único, do decreto, a seguir transcrito: Art. 2º - Mediante ordem da autoridade judicial ou, no caso de depósito extrajudicial, da autoridade administrativa competente, o valor do depósito, após o encerramento da lide ou do processo litigioso, será:II - transformado em pagamento definitivo, proporcionalmente à exigência do correspondente tributo ou contribuição, inclusive seus acessórios, quando se tratar de SENTENÇA ou DECISÃO favorável à Fazenda Nacional. Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal aprovará modelo de documento, a ser confeccionado e preenchido pela Caixa Econômica Federal, contendo os dados relativos aos depósitos devolvidos ao depositante ou transformados em pagamento definitivo.Portanto, a CEF deverá preencher a guia DJE (nos termos da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n. 1.324/2013 e Norma de Execução Conjunta CODAC/CDA n. 01/2010 e dados apresentados pela exequente), transferindo para a Conta Única do Tesouro Nacional, ficando, desde já, autorizada a efetuar a conversão em pagamento definitivo.No caso de não cumprimento, a Caixa deverá comunicar o motivo da inconsistência em preencher a guia DJe com os códigos informados ou converter tais valores em pagamento definitivo. Informada a conversão em pagamento definitivo em favor da União ou comunicada a impossibilidade do envio, dê-se vista dos autos à Fazenda Nacional para manifestação.SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0000199-84.2015.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:T. C. D. de A.
Advogado:Roberto Sidney Marques de Oliveira (OAB/RO 2.946), Ana Paula Gomes da Silva Lima (RO 3596)
Requerido:G. G. da S.
Advogado:Hevandro Scarcelli Severino (RO 3065), Sammuel Valentim Borges (RO 4356), Henrique Scarelli Severino (OAB/RO 2714), Éder Timóteo P. Bastos (RO 2930)
DESPACHO:
DESPACHO:Considerando que as partes se manifestaram expressamente pela audiência de conciliação, DETERMINO a REMESSA dos autos para a Central de Conciliação desta Comarca (CEJUSC), localizada na Av. Presidente Dutra, n. 918, designando audiência de conciliação para o dia 21/03/2018 às 10h50min.Ficam as partes intimadas da audiência designada nos autos, por meio de seus advogados, via Dje.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0000744-96.2011.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Cerealista Camila Ltda
Advogado:Éder Timótio Pereira Bastos (RO 2930), Noel Nunes de Andrade (RO 1586), Joelma Antonia Ribeiro de Castro ( 7052), Jonatas da Silva Alves (OAB/RO 6882), Priscila Moraes Borges (RO 6.263)
Requerido:Carlos Rodrigues de Souza
DESPACHO:
DESPACHO:Considerando que não foram encontrados bens penhoráveis e o autor, intimado por seu advogado, não se manifestou, determino a suspensão do feito pelo prazo de 1 (um) ano, por interpretação analógica, na forma do art. 921, III do Código de Processo Civil.O autor poderá requerer o prosseguimento do feito, a qualquer momento, desde que indique bens penhoráveis. Fica, a parte exequente, desde já cientificada de que o processo será remetido para o arquivo sem nova intimação, uma vez que a determinação de arquivamento provisório decorre ex lege, isto é, do próprio CPC. Após o arquivamento provisório, poderá ainda a parte autora dar andamento ao feito, desde que indique bens penhoráveis, observando-se o prazo prescricional do título executivo judicial. Decorrido cinco anos do arquivamento provisório, o Cartório deverá intimar as partes para que, em 10 dias, se manifestem a respeito da prescrição intercorrente, fazendo CONCLUSÃO após o decurso do prazo. Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018. Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: - Fone:(69) 34512477
Processo nº 7005714-10.2017.8.22.0009
Autor: M. P. D. E. D. R. -. P.
Classe: [Do Sistema Nacional de Armas]
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS - OBJETOS APREENDIDOS
PRAZO: 20 dias
A DOUTORA KEILA ALESSANDRA ROEDER ROCHA DE ALMEIDA, MMª. JUÍZA DO JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE PIMENTA BUENO, ESTADO DE RONDÔNIA, NA FORMA DA LEI, ETC.
Faz saber a todos que o presente Edital virem ou dele tiver conhecimento, que encontram-se apreendidos, e sob a guarda do Juizado da infância e juventude desta comarca, os abjetos abaixo descritos, devendo os proprietários, caso queiram, no prazo de 20 (vinte) dias, comparecer perante este juízo e comprovar a propriedade dos bens para retirá-los.
- 01 (um) relógio Magnum, caixa de aço amarelada, pulseira em couro marrom;
- 01 (um) par de tênis Mizuno, cor azul, com detalhe verde.
Pimenta Bueno/RO, 21 de fevereiro de 2018
(Assinado Digitalmente)
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477 Processo nº: 7000738-23.2018.8.22.0009
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GERALDO DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: DORISLENE MENDONCA DA CUNHA FERREIRA - RO0002041
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO COM FORÇA DE INTIMAÇÃO:
Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita.
Consoante Recomendação Conjunta 01, de 15 de Dezembro de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a adoção de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente e dá outras providências, desde logo determino a realização de prova pericial médica.
Para a realização da perícia médica, nomeio como perito deste Juízo o Dr. Alexandre da Silva Rezende, médico ortopedista, para verificar ser a parte autora está acometida de doença que lhe torne incapaz, permanente ou temporariamente, para exercer sua atividade laboral habitual (garçonete), bem como se é possível sua reabilitação, o qual deverá exercer seus mister sob a fé de seu grau.
A perícia será realizada no dia 17/04/2018, a partir das 8h, no Hospital São Paulo, Av. São Paulo, n. 2539, na cidade de Cacoal.
Em razão da especialização do perito, fixo os honorários periciais no importe de R$ 400,00 (quatrocentos reais), a serem pagos pela Justiça Federal termos da resolução n. CJF-RES-2014/00305 de 7 de outubro de 2014, após a CONCLUSÃO definitiva da perícia, expedindo-se o necessário.
O perito nomeado responderá aos quesitos constantes no Anexo da Recomendação Conjunta – Quesitos Unificados, os quais foram elaborados contemplando todas as situações possíveis, os quais seguem abaixo.
QUESITOS DO JUÍZO:
I - DADOS GERAIS DO PROCESSO
a) Número do processo
b) Juizado/Vara
II - DADOS GERAIS DO(A) PERICIANDO(A)
a) Nome do(a) autor(a)
b) Estado civil
c) Sexo
d) CPF
e) Data de nascimento
f) Escolaridade
g) Formação técnico-profissional
III - DADOS GERAIS DA PERÍCIA
a) Data do Exame
b) Perito Médico Judicial/Nome e CRM
c) Assistente Técnico do INSS/Nome, Matrícula e CRM (caso tenha acompanhado o exame)
d) Assistente Técnico do Autor/Nome e CRM (caso tenha acompanhado o exame)
IV - HISTÓRICO LABORAL DO(A) PERICIADO(A)
a) Profissão declarada
b) Tempo de profissão
c) Atividade declarada como exercida
d) Tempo de atividade
e) Descrição da atividade
f) Experiência laboral anterior
g) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido
V- EXAME CLÍNICO E CONSIDERAÇÕES MÉDICO-PERICIAIS SOBRE A PATOLOGIA
a) Queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia.
b) Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID).
c) Causa provável da(s) doença/moléstia(s)/incapacidade.
d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.
e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a CONCLUSÃO.
g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária Parcial ou total
h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstias(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).
i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.
j) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia Justifique.
k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessação do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial Se positivo, justificar apontando os elementos para esta CONCLUSÃO.
l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação Qual atividade
m) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias A partir de quando
n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial
o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento Qual a previsão de duração do tratamento Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico O tratamento é oferecido pelo SUS
p) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)
q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas Responda apenas em caso afirmativo.
Diante disso, INDEFIRO os quesitos que vierem a ser formulados pelas partes, haja vista que o laudo a ser apresentado pelo perito nomeado, respondendo os quesitos padrão, são suficientes para esclarecimentos da causa.
Nos termos da lei, poderão as partes indicar assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias, o qual deverá apresentar seu parecer no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega de laudo pericial.

Intimem-se as partes pelo Sistema PJE e o perito por e-mail, como de costume ou PJE se já cadastrado.
O prazo para entrega do laudo pericial é de 30 dias, contados da data da realização da perícia.
Intime-se o INSS para conhecimento desta DECISÃO, bem como da data para realização da perícia, ciente de que sua citação ocorrerá somente após a juntada do laudo pericial.
Com a juntada do laudo, independente de nova CONCLUSÃO, REQUISITEM-SE OS HONORÁRIOS DO PERITO, cite-se e intime-se o INSS, onde o requerido poderá apresentar proposta de acordo, conforme Recomendação do CNJ ou apresentar a contestação.
Apresentado proposta de acordo ou contestação, intime-se a parte autora para manifestação em 15 dias.
O prazo para contestação é de 30 (trinta) dias úteis (art. 183 c/c 219 e parágrafo único, do CPC), contados da citação.
A citação e intimação da autarquia deverá ocorrer pelo Pje.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO:
Perito: Dr. Alexandre da Silva Rezende, com endereço no Hospital São Paulo, em Cacoal - RO.
Nome: GERALDO DE OLIVEIRA
Endereço: LINHA 45 KM 8 LOTE 30 GLEBA 15, LINHA 45, AREA RURAL, São Felipe D'Oeste - RO - CEP: 76977-000
Pimenta Bueno-RO, 21 de fevereiro de 2018.
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida
Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário - Cartório da 2ª Vara Cível/ Juizado da Infância e Juventude de Pimenta Bueno Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno/RO - CEP: 76970-000
Telefone:(69) 34512477 - e-mail: pbw2civel@tjro.jus.br
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
A Exma. Srª. Drª. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível – Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida, faz saber a todos quanto virem o presente Edital, ou dele tiverem conhecimento, que levará à venda na modalidade PRESENCIAL na data e local e sob as condições adiante descritas:
Processo nº: 7005482-32.2016.8.22.0009
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Exequente: CRISTHIANNE PAULA CREMONESE DE FREITAS
Advogado do(a) EXEQUENTE: CRISTHIANNE PAULA CREMONESE DE FREITAS - RO0002470
Executado: EXECUTADO: ANDREIA MARIA COSTA GUIMARAES
Advogado do(a) EXECUTADO:
Valor da Dívida: R$ 3.202,87
Descrição dos bens: 02 Guarda Roupas de madeira, 04 Portas, com maleiro, pintados um na cor rosa com branco e outro, lilas com branco acabados, completos, com puxadores. Os mesmos são novos, avaliados em R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais). 02 (Dois) Criados Mudos de madeiras e compensado, medido cada um 0,39 cm x 0,39 cm x 0,59 cm uma porta, acabados, novos, avaliados em R$120,00 (Cento e Vinte Reais) cada um.
VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 3.840,00 (Três mil e Oitocentos e Quarenta Reias).
- DATA PARA A PRIMEIRA VENDA: 14 de Maio de 2018, às 09h.
- DATA PARA A SEGUNDA VENDA: 24 de Maio de 2018, às 09h.
LOCAL PARA VENDA PRESENCIAL: Fórum Ministro Hermes Lima, Rua Cassimiro de Abreu, 237, Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno/RO - Tel: (69) 3451-2477.
INTIMAÇÕES: Fica desde logo intimado o executado EXECUTADO: ANDREIA MARIA COSTA GUIMARAES, se por ventura não for encontrado para intimação pessoal, bem como para efeitos do art. 889, I, do CPC/2015 e do direito de remição - Art. 826.
ADVERTÊNCIAS:
1) Havendo arrematação no primeiro leilão, fica automaticamente cancelado o segundo;
2) Todas as pessoas jurídicas regularmente constituídas e as pessoas naturais capazes podem participar do leilão, exceto o Juiz do feito, o Membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, o Diretor de Secretaria e os demais servidores e auxiliares das Justiça desta localidade, o leiloeiro, o depositário, o avaliador e o oficial de justiça, além daqueles que forem responsáveis pela administração dos bens leiloados, conforme determina o Art. 890 do CPC/2015.
3) Salvo nas hipóteses do art. 903, §§ 1º e 5º, do CPC/2015, não serão aceitas desistências dos arrematantes, reclamações posteriores sobre os bens ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste edital, para se eximirem das obrigações assumidas, observada, ainda, a sanção criminal prevista no art. 358 do CP.
OBSERVAÇÕES:
1. Salvo pronunciamento judicial em sentido diverso, o pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892 CPC/2015).
2. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar o pedido por escrito:
2.1) até o início do primeiro leilão: proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
2.2) até o inicio do segundo leilão: proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado preço vil;
2.3) a proposta conterá, em qualquer das hipóteses, a forma de pagamento de pelo menos 25% do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantindo por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis;
2.4) as propostas para aquisição em prestações deverão indicar o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo (art. 895 do CPC/2015).
Pimenta Bueno/RO, 20 de fevereiro de 2018
(assinado digitalmente)
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida
Juíza de Direito
CERTIDÃO
Certifico e dou fé que o Edital Supra foi disponibilizado(a) no DJ nº ____ de ___/___/_____, considerando-se como data de publicação o dia ___/___/____, primeiro dia útil posterior à disponibilização, iniciando-se a contagem do prazo processual em ___/___/____, primeiro dia útil seguinte à data considerada de publicação (artigo 4º, §§ 3º e 4º, da Lei n. 11.419/2006, c/c art. 6º, caput e § 1º, da Resolução n. 007/2007-PR-TJRO).
Pimenta Bueno, _____/_____/2017.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477 Processo nº: 7002369-70.2016.8.22.0009
Classe: FAMÍLIA- INTERDIÇÃO (58)
REQUERENTE: MARIA AMELIA DE OLIVEIRA VENTURIM
Advogado do(a) REQUERENTE:
REQUERIDO: ANA PAULA DE ALMEIDA
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA:
MARIA AMÉLIA DE OLIVEIRA VENTURIM, qualificada nos autos, ingressou com o presente pedido de interdição em face de ANA PAULA DE ALMEIDA, também qualificada, alegando, em síntese, que é mãe da requerida e que esta apresenta quadro clínico de surdez profunda, deficiência mental e física, tornando-a incapaz de exercer qualquer atividade, bem como administrar-se sozinha e juntou laudo médico.
Sustenta que a requerida é dependente, não consegue distinguir valores e por isso requer a procedência do pedido, decretando a interdição da requerida e nomeando a requerente como sua curadora.
Juntou instrumento de procuração e documentos.
Foi realizada audiência de entrevista da interditanda em ID 5050988, ocasião em que lhe foi nomeada a Defensoria Pública como curadora.
Manifestação do Ministério Público requerendo realização de perícia médica e apresentando quesitos (ID 6337607).
Contestação (ID 8003903).
Deferida prova pericial e nomeado perito (ID 8674784).
Laudo pericial juntado (ID 11669343).

A parte autora se manifestou quanto ao laudo pericial e reiterou os pedidos contidos na inicial (ID 10245161).
Manifestação do Ministério Público favorável à interdição.
É o relatório. Decido.
Trata-se de procedimento para apurar eventual deficiência que inabilite pessoa para gerir a própria vida em virtude de algum defeito físico, psíquico ou psicológico (CC 1.767).
A requerente provou ter legitimidade para intentar procedimento de interdição, bem como para ser nomeada curadora (747, III, do CPC).
Conforme laudos juntados na inicial, é possível identificar que a interditanda é incapaz física e mentalmente para as atividades laborativas e os atos da vida civil, haja vista que possui restrições mentais severas necessitando de acompanhamento de outras pessoas constantemente.
No caso em tela, a realização do exame pericial judicial – laudo ID Num. 11669343 - Pág. 1 - para a averiguação da incapacidade da interditanda, somado aos documentos médicos anexados e inspeção feita em audiência comprovaram suficientemente a incapacidade permanente da requerida, o que foi corroborado, inclusive, pelo parecer do Ministério Público.
Resta evidente que a interditanda necessita diariamente de cuidados especiais, vez que ficou constatado que apresenta retardo mental severo, não tendo condições de discernimento para administrar seus bens e negócios, não conhecendo, inclusive, dinheiro, nem sabe ler e escrever, dependendo inteiramente dos cuidados dispensados pela parte autora.
Desta forma, considerando que a interdição facilitará o acesso da interditanda aos serviços públicos e aos serviços civis em geral, deve ser acolhida a procedência do pedido, concluindo-se que a interditanda precisa ser colocada sob proteção, já que demonstrada a sua incapacidade civil.
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido proposto por MARIA AMÉLIA DE OLIVEIRA VENTURIM e, em consequência, DECRETO a interdição da requerida ANA PAULA DE ALMEIDA, declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma dos artigos. 4, III c/c 1.767, I, ambos do Código Civil.
A incapacidade da interditanda abrangerá todos os atos em que forem necessários o auxílio de sua curadora, limitando-se aos atos de natureza patrimonial e negocial e aplicando-se à interditanda, no que couber, o artigo 6 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).
JULGO RESOLVIDO o MÉRITO, na forma do artigo 487, I, do CPC.
NOMEIO curadora a requerente MARIA AMÉLIA DE OLIVEIRA VENTURIM, nos termos do artigo 755, I, do CPC.
Em atenção ao disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil, DETERMINO ao cartório que:
a) Publique-se no Diário da Justiça eletrônico por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias;
b) Publique-se pela imprensa local, caso o requerente não seja beneficiário da justiça gratuita;
c) Fica esta SENTENÇA automaticamente publicada na rede mundial de computadores, no portal do PJe do Tribunal de Justiça;
d) Publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça pelo prazo de 6 (seis) meses, ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento;
e) Providencie o cadastro no INFODIP, do TRE/RO;
f) Transitada em julgado, extraia-se MANDADO ou encaminhe-se cópia desta SENTENÇA para ser inscrita no Cartório de Pessoas Naturais em que o interditado foi registrado;
g) Intime-se a requerente para prestar compromisso no prazo de 15 dias, consignando que nenhum bem da interditada poderá ser vendido sem expressa autorização judicial;
Sem custas e sem honorários.
Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública.
Tudo cumprido, arquivem-se os autos.
Pimenta Bueno-RO, 29 de agosto de 2017.
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida
Juíza de Direito

# COMARCA DE ROLIM DE MOURA

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rolim de Moura-RO
e-mail: rmm1criminal@tjro.jus.br

GABARITO
Vara Criminal de Rolim de Moura - RO
Expediente do dia 21 de fevereiro de 2018
Juíza de Direito: Dra. Cláudia Vieira Maciel de Sousa
Prazo do Edital 05 dias
Proc.: 10016981520178220010
Acusado: JUSCELINO SANTIAGO, brasileiro, nascido aos 18/07/1977, filho de Nilson Santiago e Maria Imaculada de Souza.
Acusado: ADILSON RODRIGUES DE SOUZA, brasileiro, nascido aos 09/06/1967, filho de Anestor Rodrigues de Souza e Almezina Rodrigues de Souza.
Acusado: ROSIANE APARECIDA DA SILVA, brasileira, nascida aos 06/02/1983, filha de Manoel Pereira da Silva e Maria de Fátima Martins da Silva.
Acusado: JOVALDIR MACHADO, brasileiro, nascido aos 28/11/1991, filho de Arildo Machado e Rita Bressabeli Machado.
Adv.: DRA. PAMELA CRISTINA PEDRA TEODORO, OAB-RO 8744, advogada com escritório profissional na comarca de Rolim de Moura/RO.
Adv.: DR. SIDNEI SOTELE, OAB-RO 4192, advogado com escritório profissional na comarca de Cacoal/RO.
FINALIDADE
1 – Intimar os advogados acima mencionados, para manifestarem, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do Laudo de Exame de Constatação e Eficiência da armas e munições apreendidas, (consignando que primeiramente será aberto vista ao Ministério Público), nos autos supra. Cláudia Vieira Maciel de Sousa, Juíza de Direito da Vara Criminal. Eu, Solange Aparecida Gonçalves, Diretora de Cartório, mandei lavrar o presente.
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES,
Escrivão: rmm1criminal@tjro.jus.br
Juiz: rmmjuiz@tjro.jus.br
Solange Aparecida Gonçalves
Diretora de Cartório

## 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Comarca de Rolim de Moura
Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda
Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268
Vara: Rolim de Moura - Juizado Especial
Processo nº: 7003657-16.2017.8.22.0010
Requerente: PEDRO PEREIRA MILAGRES
Requerido:CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA-ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDONIA S/A.
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito, fica a parte requerida por meio do seu advogado constituido, intimada da SENTENÇA prolatada no ID 14521796, e de que fora proposto Recurso Inominado ID. 14671483, bem como para querendo apresentar as Razoes/contrarrazões ao recurso, no prazo de 10 (dez) dias.
Rolim de Moura/RO, 21 de fevereiro de 2018.
ADRIANA B. VASCONCELOS
cad. 204269-0

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Comarca de Rolim de Moura
Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda
Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268
Vara: Rolim de Moura - Juizado Especial
Processo nº: 7002856-03.2017.8.22.0010
Requerente: EDGAREL MATOS BASTOS
Requerido:CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA-ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDONIA S/A.
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito, fica a parte requerida por meio do seu advogado constituido, intimada da SENTENÇA prolatada ID 14521787, e do Recurso Inominado interposto ID 14697663, bem como para querendo apresentar as Razoes/contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias.
Rolim de Moura/RO, 21 de fevereiro de 2018.
ADRIANA B. VASCONCELOS
cad. 204269-0

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Comarca de Rolim de Moura
Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda
Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO. Fone: (69) 3442-2268
Vara: Rolim de Moura - Juizado Especial
Processo nº: 7002167-56.2017.8.22.0010
Requerente: GERALDO FERREIRA DO NASCIMENTO
Requerido:CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito, fica a parte requerida por meio do seu advogado, intimada do teor da SENTENÇA prolatada ID14521785, e do Recurso Inominado ID 14969381, bem como para querendo apresentar as razoes/contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias.
Rolim de Moura/RO, 21 de fevereiro de 2018.
ADRIANA B. VASCONCELOS
cad. 204269-0

## 1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0001491-04.2015.8.22.0010
Ação:Monitória
Autor:Marcelo Alves Santos
Advogado:Amaury Adão de Souza (OAB/RO 279-A)
Requerido:Espólio de Clenio Schimidt
Advogado:Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214), Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Danilo Constance Martins Durigon (OAB RO 5114), Tayná Damasceno de Araújo (RO 6952)
FINALIDADE: Intimar a parte embargada Marcelo Alves Santos, mediante seu patrono, Dr. Amaury Adão de Souza, para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 435,67 (quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos), no prazo de 15 dias, sob pena de protestos e inscrição em dívida ativa.

Proc.: 0056507-55.2006.8.22.0010
Ação:Divórcio Consensual
Requerente:Lourival dos Santos e Lídia Cardoso dos Santos.
Advogadas:Drª. Regiane T. Struckel, inscrita na OAB/RO 3874 e Drª Camila Gheller, inscrita na OAB/RO 7738;
FINALIDADE: Ficam as partes Lourival ds Santos e Lídia Cardoso dos Santos, intimadas, mediante suas Advogadas, Drª. Regiane T. Struckel, OAB/RO 3874 e Drª Camila Gheller, inscrita na OAB/RO 7738, acerca do desarquivamento do processo e prazo de 05 dias para manifestação e requerer o que entender necessário, sendo que após este prazo os autos retornarão ao arquivo.

Proc.: 0000866-04.2014.8.22.0010
Ação:Ação Civil Coletiva
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Zona da Mata - Sinsezmat
Advogado:Neirelene da Silva Azevedo (OAB/RO 6119)
Requerido:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Florisbela Lima (OAB/RO 3.138)
FINALIDADE: Intimar a parte requerente acerca do retorno dos autos da instância superior, e prazo de 15 dias para requerer o que entender necessário.

Proc.: 0004430-54.2015.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alzira Rodrigues de Souza
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (OAB/RO 1042), Edmar Felix de Melo Godinho (RO 3351), Dilma de Melo Godinho (OAB/RO 6059)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss ( 000.)
FINALIDADE: Ficam as partes intimadas acerca do retorno dos autos da instância superior, e prazo de 15 dias para manifestação.

Proc.: 0040565-46.2007.8.22.0010
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:José Ultimio Junqueira, Norma Lúcia Castanheira Junqueira
Advogado:Cintia Gohda Ruiz de Lima Umehara (SP 126,707), Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/SP 126707)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Salvador Luiz Paloni (RO 299-A), Rafael Sganzerla Durand, OAB/RO n° 4872-A
FINALIDADE: Intimar o Banco do Brasil mediante seus respectivos patronos, acerca do extrato bancário juntado aos autos, colecionado às folhas 150, e prazo de 15 dias, para manifestação sob pena dos autos retornarem ao arquivo.

Proc.: 0001499-20.2011.8.22.0010
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Exequente:Ana Maria Nunes Silvério
Advogado:Ademar Ruiz de Lima (SP 31641), Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/RO 4.227)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss ( 000.)
FINALIDADE: Diante da petição requerendo expedição de alvará, acerca dos honorários sucumbenciais que foram depositados na Conta Judicial n° 800129438560, esclareço que os valores foram transferidos para a conta única do Tesouro Nacional, destarte, fica a exequente, mediante sua advogada para no prazo de 15 dias, requerer o que entender necessário, sob pena dos autos retornarem ao arquivo.

Proc.: 0004754-49.2012.8.22.0010
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Requerente:Roseli dos Santos Nascimento
Advogado:Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/RO 4.227), Ademar Ruiz de Lima (SP 31641)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss ( 000.)
FINALIDADE: Diante da petição requerendo expedição de alvará, acerca dos honorários sucumbenciais que foram depositados na Conta Judicial n° 2700133774702, esclareço que os valores foram transferidos para a conta única do Tesouro Nacional, destarte, fica a exequente, mediante sua advogada para no prazo de 15 dias, requerer o que entender necessário, sob pena dos autos retornarem ao arquivo.

Proc.: 0005531-97.2013.8.22.0010
Ação:Inventário
Inventariante:Ciliane Schmidt
Advogado:Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214), Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Danilo Constance Martins Durigon (OAB RO 5114)
Inventariado:Clenio Schimidt
Advogado:Não Informado ( )
Interessado (Parte P:Izeloti Shimidt Boriezeska, Americel S/a, Bradesco Vida e Previdência
Advogado:Viviane Barros Alexandre (RO 353-B), Cristiane Costa (OAB/RO 2515), Sérgio Araújo Pereira (RO 6539), Rodrigo Badaró de Castro (DF 2.221-A), Tatiana Maria S. Mello de Lima (OAB/DF 15118), Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/RO 5833)
FINALIDADE: Tendo em vista que os Alvarás acostados às folhas 341, 342 e 343, estarem vencidos, re-expedi os mesmos e colecionei-os às folhas 365, 366 e 367, ficando a inventariante intimada, mediantes seus advogados para retirar os Alvarás, visando as transferências dos objetos de compra e venda aos respectivos compradores.

Proc.: 0027843-14.2006.8.22.0010
Ação:Arrolamento de Bens
Arrolante:Odeval Devino Teixeira
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602), Vanderlei Casprechen (OAB/RO 2242)
Arrolado:Joaquim Correia Leite
Advogado:Advogado não informado (RO 2222222)
FINALIDADE: Fica o arrolante, mediantes seus patronos intimado acerca da expedição de Nova Carta de Adjudicação encartada às folhas 42, e prazo de 15 dias para retirá-la, ou requerer o que entender necessário, sendo que após este prazo o processo retornará ao arquivo.

Proc.: 0018018-41.2009.8.22.0010
Ação:Inventário
Inventariante:Antonio Missias da Silva
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
Inventariado:Luzia Batista da Silva
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
FINALIDADE: Fica o inventariante intimado mediante seu patrono acerca da expedição do formal de partilha e prazo de 15 dias para extrais as cópias das peças pertinentes.
Antônio Pereira Barbosa
Diretor de Cartório

## 2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juízo da 2ª Vara Cível e Juizado da
infância e Juventude da Comarca de Rolim de Moura - RO
E-mail:
rmm2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0003378-28.2012.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura ( 000)
Executado:Alzira Mamédia de Lacerda
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
SENTENÇA:
SENTENÇA Regularmente intimados da penhora de fl. 48-v, não houve embargos ou impugnação.HOMOLOGO (fl. 51). DEFIRO.OFICIE-SE para transferência dos valores de fls. 55 e 55-v, inclusive correções, em favor da conta de fl. 51.Cumpridos, extingo com base no art. 924, inc. II do NCPC, pois a jurisdição atingiu seu objetivo.Sem custas finais ou honorários no que concerne à execução, pois já foram recolhidos quando do primeiro acordo.Restrições baixadas. TORNO sem efeito eventuais penhoras.P. R. Intimem-se todos, apenas via DJe.Cumpridos e nada sendo postulado em cinco dias, arquivem-se.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002498-31.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura ( 000)
Executado:Fernando Luchi
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DESPACHO:
Acordo homologado e cumprido.Pretensão satisfeita.Ao arquivo, de imediato.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005264-57.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura ( 000)
Executado:Jatobá Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
SENTENÇA:
SENTENÇA Não houve embargos ou impugnação.DEFIRO (fl. 23).EXTINGO a Execução Fiscal com base no art. 924, inc. II do NCPC, pois a jurisdição atingiu seu objetivo.Sem custas finais ou honorários no que concerne à execução, por seu irrisório valor. TORNO sem efeito eventuais penhoras.P. R. Intimem-se todos, apenas via DJe.Nada sendo postulado em cinco dias, arquivem-se. Rolim de Moura-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004186-62.2014.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura ( 000)
Executado:Antonio Cícero Brochado
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DESPACHO:
1) Atento à ordem legal pela qual o credor tem o direito de ser satisfeito o mais brevemente possível, foi procedida tentativa de penhora on line (negativa).2) TRANSFIRA-SE o valor de fl. 43-v em favor da conta de fl. 40. OFICIE-SE.3) RENAJUD idem quanto a todos.4) INDEFIRO o pedido de venda do bem por ser contraproducente. 4.1) OBSERVE-SE que o bem tem quase duas décadas de uso, multas e encargos em aberto (fl. 43 e 44-verso).4.2) Por fim, o veículo NUNCA foi localizado para ser penhorado, justamente porque o executado está em lugar ignorado.5) Devem ser priorizados processos com chance de êxito, evitando atos custosos que não trarão proveito algum. No caso dos autos, o exequente nada fez, sequer mesmo um ofício para tentar localizar outros bens, embora já intimado a tanto.6) Fica desde já autorizada expedição de certidão de dívida para fins de protesto e inclusão no SPC e SERASA e onde o exequente entender

necessário - caso queira, sob sua responsabilidade.7) Sendo entregue a certidão, permaneça suspenso por um ano art. 40 da LEF.Dispensada intimação pessoal do Executado, pela inexistência de prejuízos, neste momento e por estar em lugar ignorado.Vistas ao exequente, oportunamente.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0006267-81.2014.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura ( 000)
Executado:Aparecido Carneiro de Souza
Advogado:Helainy Fuzari (OAB/RO 1548), Aleander Mariano Silva Santos (RO 2295)
DESPACHO:
1) Feito que tramita sem resultados úteis.2) BACENJUD e RENAJUD negativos fato que já foram advertidos.3) DEFIRO o pedido retro, sob responsabilidade exclusiva do exequente. EXPEÇA-SE CERTIDÃO DE DÍVIDA PARA FINS DE PROTESTO e inclusão no SPC e SERASA e onde o exequente entender necessário.4) Entregue a certidão, permaneça suspenso por um ano art. 40 da LEF.Dispensada intimação pessoal do Executado, pela inexistência de prejuízos, neste momento.Vistas ao exequente, oportunamente.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002441-13.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura ( 000)
Executado:Eliozani Miranda Costa
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DESPACHO:
1) Não houve pagamento. 2) Também não houve embargos3) O Executado está em lugar ignorado.4) EQUIVOCA-SE o exequente (fl. 22).4.1) Já fora feita pesquisa ao BACENJUD (fl. 11), cujo resultado novamente pé o mesmo: Executado não tem conta em banco (fl. 23-v).5) BACENJUD e RENAJUD negativos (bem velho, em lugar ignorado e com outras restrições fls. 24-verso e 25-verso).6) Feito que já vem sendo suspenso, sem manifestação ou bens.7) Devem ser priorizados os processos com alguma chance de êxito, o que não parece ser o caso dos autos.8) Não havendo outros bens penhoráveis, AGUARDE-SE o prazo de cinco anos, no arquivo provisório (sem baixa no distribuidor). Neste sentido:PROCESSO CIVIL EXECUÇÃO FISCAL - VIOLAÇÃO AOS ARTS. 485, III, E 535, II, DO CPC - FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE (SÚMULA 284/ STF) PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE IMPOSSIBILIDADE.1. Em execução fiscal, o art. 8º, § 2º, da LEF deve ser examinado com cautela, pelos limites impostos no art. 174 do CTN, de tal forma que só a citação regular tem o condão de interromper a prescrição.2. Interrompida a prescrição, com a citação pessoal, não havendo bens a penhorar, pode o exeqüente valer-se do art. 40 da LEF, restando suspenso o processo e, conseqüentemente, o prazo prescricional por um ano, ao término do qual recomeça a fluir a contagem até que se complete cinco anos.3. Enquanto não forem encontrados bens para a satisfação do crédito tributário, a execução deve permanecer arquivada provisoriamente (arquivo sem baixa).4. Mesmo ocorrida a prescrição intercorrente, esta não pode ser decretada de ofício.5. Recurso especial parcialmente provido.REsp 529385 / RS RECURSO ESPECIAL2003/0048677-5Ministra ELIANA CALMONTranscorrido o prazo acima, manifeste-se o Exequente.Vistas ao exequente, oportunamente. Rolim de Moura-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005653-42.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura ( 000)
Executado:Glauciney Lauriano, Jorge Afonso da Rocha
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DESPACHO:
Acordo homologado e cumprido.Pretensão satisfeita.TORNO sem efeito a penhora de fl. 10.Ao arquivo, de imediato.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002192-62.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura ( 000)
Executado:José Domingos de Ávila
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DESPACHO:
1) Execução Fiscal que tramita há anos, sem resultados úteis.2) BACENJUD negativo, o que impede qualquer busca a ativos financeiros.3) RENAJUD idem.4) Execução Fiscal que já vem sendo suspensa, sem qualquer providência por parte do exequente.5) INCONTESTE E NOTÓRIO NESTA CIDADE QUE JOSÉ DOMINGOS DE ÁVILA TINHA DIVERSOS CENTENAS DE IMÓVEIS EM SEU NOME, HOJE TODOS OCUPADOS POR TERCEIROS, QUE SEQUER FORAM INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.De igual modo, a situação do Sr. JOSÉ ARY ALVES TEIXEIRA, que também deixou centenas de terrenos (ou mais) em seu nome (Bairro Cidade Alta). O mesmo também ocorre com CLOVIS NANCI DA SILVA.FACULTADO ao Município de Rolim de Moura regularizar a Execução Fiscal, este levou os autos em carga (fl. 44-verso), mas sequer um ofício fez para localizar bens dos executados e possuidores.6) Nem mesmo o que seria atual possuidor foi localizado, não havendo quem intimar.7) Devem ser priorizados os processos com alguma chance de êxito e que o exequente se esforce para localizar bens.8) Portanto, SUSPENDA-SE até FINAL DE FEVEREIRO/2019, sem baixa (art. 40 da LEF).Transcorrido o prazo acima, deverá a Exequente indicar bens dos Executados, para que seja possível a penhora.Vistas ao exequente, oportunamente.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004068-52.2015.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura ( 000)
Executado:Luiz Rézio de Matos, Josefa Edineuza de Matos Rezio
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
SENTENÇA:
SENTENÇA Não houve embargos ou impugnação.DEFIRO (fl. 18).EXTINGO a Execução Fiscal com base no art. 924, inc. II do NCPC, pois a jurisdição atingiu seu objetivo.Sem custas finais ou honorários no que concerne à execução, por seu irrisório valor. TORNO sem efeito eventuais penhoras.P. R. Intimem-se todos, apenas via DJe.Nada sendo postulado em cinco dias, arquivem-se. Rolim de Moura-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002966-34.2011.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Vilmar Pereira Mendes
Advogado:Airton Pereira de Araújo (RO 243), Cristóvam Coelho Carneiro (RO 115), Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214), Adailton Pereira de Araújo (RO 2562)

Requerido:Fidc Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Multisegmentos Npl Ipanema Não Padronizados
Advogado:Ed Nogueira de Azevedo Junior (PR 20.062), Thais Rodrigues Muradas (OAB/RO 3922), Alfredo Zucca Neto (OAB/SP 154694)
SENTENÇA:
1) Processo com inúmeros incidentes criados pelo Executado, fato que já fora advertido (fls. 189 e 196).2) Há muito que o Executado foi citado e intimado tanto na fase de conhecimento como em cumprimento de SENTENÇA. O Executado apenas protela. O intuito protelatório é tão evidente que o executado indica conta única para bloqueios on line, mas esta conta não tinha saldo (vide fl. 176-v).3) A impugnação feita já foi rejeitada há mais de ano (fls. 170 a 171-v), mas mesmo assim, o Executado não cumpre as determinações judiciais. 4) Não há qualquer fato novo nos autos. Os cálculos foram homologados com valor de R$ 9.503,47 (fls. 194-195).O exequente levantou R$ 8.161,63 (fl. 219-verso).Após este levantamento, o exequente pede complementação da penhora, no valor de R$ 1.740,36 (fl. 223).Intimado (fl. 224), o Executado nada postulou. Também não manifestou quanto à planilha apresentada pelo exequente à fl. 223.Como o Executado não se manifestou, ACOLHO os cálculos da do exequente (fl. 223).Para tanto, DETERMINO A LIBERAÇÃO dos valores do ID de fl. 225-v (e correções), em favor do exequente ou seu Patrono (o excedente já foi desbloqueado).As custas já foram recolhidas (fl. 221), conforme já havia sido determinado anteriormente (fls. 210 a 211-verso), sem oposição de recurso.Cumpridas todas fases acima, arquive-se com fundamento no art. 924, inciso II, do CPC.P. R. Intimem-se na pessoa dos Procuradores.Sendo apresentado recurso ou outro expediente processual, desde já mantenho a DECISÃO por seus fundamentos.Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002219-79.2014.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcio Alexandre Vasconcelos de Araújo
Advogado:Luiz Eduardo Staut (OAB/RO 882)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Luciano Brunholi Xavier (OAB/RO 550A)
Custas Finais:
Fica a parte Requerente, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar o pagamento das custas finais, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0006838-52.2014.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Esdra Alves Siqueira Silva
Advogado:João Carlos da Costa (OAB/RO 1258), Daniel Redivo (OAB/RO 3181), Eddye Kerley Canhim (RO 6511)
Requerido:Cleuza dos Santos Tavares
Advogado:Sérgio Martins (OAB/RO 3215), Danielle Justiniano da Silva (OAB/RO 5426)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar o pagamento das custas finais, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0002857-05.2015.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Abatedouro Coroaves Ltda.
Advogado:Aluir Romano Zanellato Filho (OAB/PR 11635)
Executado:Comercial de Paula Ltda Me
Advogado:Advogado Não Informado
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a certidão de fls. 287-v.
Heloisa Gonçalves Dias
Diretora de Cartório

# COMARCA DE VILHENA

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações façam-nas pressoalmente a Juíza, ou contate-nos via internet. Endereço eletrônico: vha1criminal@tjro.jus.br
Juíza de Direito: Liliane Pegoraro Bilharva
Diretor de Cartório: Emerson Batista Salvador

Proc.: 0003266-08.2016.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: JOSÉ GARCIA DA SILVA, ÂNGELO MARIANO DONADON JUNIOR, CARMOZINO ALVES MOREIRA, VANDERLEI AMAURI GRAEBIN, MARIA MARTA JOSÉ MOREIRA, JALDEMIRO JOSÉ MOREIRA, JOÃO CARLOS DE FREITAS.
Advogado: Odair Flauzino de Moraes (OAB/RO 115A), Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223), Priscila Sagrado Uchida (OAB/RO 5255), Josielson Pires Garcia (OAB/RO 6359), Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2721), Rodrigo Ferreira Batista (OAB/RO 2840), Felipe Parro Jaquier (OAB/RO 5977), José Francisco Cândido (OAB-RO 234-A), José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593), Aisla de Carvalho (OAB/RO 6619), Vera Lúcia Paixão (OAB/RO 206/RO), Agnaldo Muniz (OAB/RO 258B), Anita de Cacia Notargiacomo Saldanha (OAB/RO 3644), Eduardo Mamani Ferreira (OAB/RO 6754), Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Renilda Oliveira Ferreira (OAB/RO 7559)
FINALIDADE: INTIMAR os Advogados supra da expedição de Carta Precatória para a Comarca de Foz do Iguaçu/PR (fl. 2088), cuja a FINALIDADE é FISCALIZAR o cumprimento das medidas cautelares diversas da prisão imposta ao denunciado Angelo Mariano Donadon Junior, conforme artigo 319 do Código de Processo Penal.
Emerson Batista Salvador
Diretor de Cartório

## 2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
Juiz: Adriano Lima Toldo
Chefe de Cartório - Roseli Luiz de Oliveira
vha2criminal@tj.ro.gov.br

Proc.: 0000804-78.2016.8.22.0014
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (OAB/RO )
Condenado:João Higor Chaves da Silva Mello
Advogado:Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223)
DECISÃO:
Vistos.Acolho a justificativa apresentada, visto que comprovada documentalmente às fls. 104/105.Prossiga-se na execução.Ciência ao MP e à Defesa constituida. Cumpra-se, na íntegra.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 1001305-78.2017.8.22.0014
Ação:Execução Provisória
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)

Condenado:Luiz Fernando Ribeiro da Silva
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DECISÃO:
Vistos.Pretende o reeducando a autorização para levar seus filhos na escola, alegando não ter outra pessoa disponível.Indago: quem fazia tal atividade até então Ora, evidentemente o reeducando não está devidamente ciente de que cumpre pena privativa de liberdade!!!O regime semiaberto, a rigor, deveria ser cumprido com recolhimento em unidade prisional e com autorização tão somente para trabalho externo, desde que com o devido registro em CTPS.Nesta Comarca, por absoluta ausência de estrutura física adequada, excepcionalmente, é concedido o direito de recolhimento domiciliar, mas a autorização para deslocamento se dá UNICAMENTE para exercer trabalho lícito!!! Nada mais.Sequer pode o reeducando desviar seu itinerário para se dar o luxo de ir a mercados, bancos, farmácias, ou outras atividades possíveis apenas para quem está livre ou regime mais brando, como o aberto, ou em livramento condicional.Assim, INDEFIRO o pedido. Lembro, mais uma vez, que o apenado deve se adequar as condições de seu regime, e não o contrário.SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO À C.P.P.F. para cumprimento.Ciência ao MP e à Defesa. Cumpra-se. Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0000535-68.2018.8.22.0014
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (OAB/RO )
Condenado:Weslley Morais Vieira
DESPACHO:
Vistos.Ante a informação de que o reeducando está residindo atualmente na cidade de Campo Magro/PR, retire-se da pauta a audiência designada.Para possibilitar a designação de nova data ou a remessa da presente execução à Comarca de Curitiba/PR, esclareça a Defesa, em 5 dias, se há previsão para o retorno do reeducando à esta Comarca, de forma definitiva, ou se permanecerá naquela localidade indefinidamente.Ciência à Defesa Constituida. Cumpra-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018. Adriano Lima Toldo Juiz de Direito
Roseli Luiz de Oliveira
Chefe de Cartório

## 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7002392-64.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: LETICIA MARGARIDA CUTLAC DE OLIVEIRA
Endereço: Rua Paraná, 3165, Setor 05, Ariquemes - RO - CEP: 76870-550
Advogado do(a) REQUERENTE: ESTEVAN SOLETTI - RO0003702
Requerida: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
PROCURADORIA DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Considerando a manifestação apresentada pelo requerido, INTIME-SE a parte autora a apresentar a nota fiscal faltante no prazo de 30 (trinta) dias.
Com a juntada, intime-se o requerido. Em caso de inércia da parte autora, voltem os autos conclusos.
Cumpra-se, servindo a presente como MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto J. Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7000493-31.2017.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente:EDILSON ORTIZ
Endereço: AVENIDA 1507, 1111, CRISTO REI, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do EXEQUENTE: RONIEDER TRAJANO SOARES SILVA - OAB/RO 3694
Requerida: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Endereço: Banco Bradesco S.A., Nuc. Cidade de Deus, s/n, Andar 4, Pred. Prata, Vila Yara, Osasco - SP - CEP: 06029-900
Advogado do EXECUTADO: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB/RO 4937
SENTENÇA
Vistos, etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Diante do pagamento noticiado nos autos (id 15198210), a extinção do feito se impõe.
Via de consequência, Julgo Extinto o Processo na forma do art. 924, II, do CPC.
Libere-se eventual restrição.
Expeça-se alvará para levantamento do valor depositado em favor da parte autora.
Sem custas. Sem honorários.
Arquive-se.
P. R. I. Cumpra-se, servindo a presente como MANDADO.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a). Gilberto J. Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7004886-96.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: RAIMUNDO NONATO GOMES
Endereço: Av Beira rio, São josé, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) REQUERENTE: RODRIGO FERREIRA BATISTA - RO0002840
Requerida: Nome: A DE MOURA POCOS ARTESIANOS - ME
Endereço: Av barão do Rio Branco, São José, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos.
Certifique-se o trânsito em julgado.
Intime-se o reclamante a manifestar-se nos autos requerendo o que de direito em cinco dias.
Cumpra-se.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7007273-21.2016.8.22.0014
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: Nome: Sigo9 Materiais Para Construção Eireli-ME
Endereço: Avenida Brigadeiro eduardo Gomes, 880, Sala C, Jardim eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) AUTOR: MARILZA SERRA - RO0003436
Requerida: Nome: Moraes E silva supermercados

Endereço: avenida Brasil, 2459, Empresa, Centro, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000 Endereço: avenida Brasil, 2459, Empresa, Centro, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogados do(a) RÉU: ELIVANIA FERNANDES DE LIMA - RO0005433, PAMELA DAIANA ABDALLA COSTA GHISI - RO0005916, ANDREIA CAROLINE DA SILVA DE OLIVEIRA - RO7553
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE. DECIDO.
Pretende a reclamante SIGO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO receber da reclamada MORAES E SILVA SUPERMERCADOS LTDA – EPP a importância de R$ 22.843,84 (vinte e dois mil, oitocentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos), já com juros e correção monetária, referente a três cheques emitidos pela reclamada e que não foram pagos pelo banco sacado, sendo devolvidos pelo motivo 21 (contra ordem).
Aduz ter recebido os cheques de terceira pessoa, a título de pagamento de honorários.
A reclamada, em sua defesa, aduz não ter efetuado qualquer negócio jurídico com a reclamante, sendo que os valores que devia a terceiro, cedente dos cheques foram devidamente quitados, consoante recebido juntado nos autos. Requer a improcedência dos pedidos iniciais.
O pedido inicial procede.
Cheques são ordem de pagamento a vista e, tendo a reclamada os emitidos deve se responsabilizar pelo pagamento.
O fato da reclamada juntar recibo emitido pelo credor original, não retira a sua responsabilidade quanto ao pagamento das cártulas, as quais não foram liquidadas pelo banco sacado.
O recibo juntado pela reclamada apenas confirma ter ela emitido as cártulas em favor de terceiro que endossou à reclamante, mas não que elas foram liquidadas pelo banco.
A inexistência de relação jurídica entre as partes não é fato suficiente para retirar as características cambiais dos títulos cobrados.
Diante da emissão dos títulos, bem como a não comprovação real de pagamento deles ao credor original, procedente é a demanda.
Face ao exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, com fundamento no art. 487, I, do CPC, e via de consequência condeno a reclamado INCORPORADORA ORLEANS LTDA - EPP a pagar a quantia de R$16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais) a Reclamante SIGO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, referente aos cheques cobrados nestes autos. O valor deverá ser corrigido da seguinte forma: R$5.500,00 a partir de 20/12/2014; R$5.500,00 a partir de 20/02/2015 e R$5.500,00 a partir de 20/03/2015 e a tudo acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação. Declaro constituído o título executivo judicial.
Após o trânsito em julgado, não havendo pedido de cumprimento de SENTENÇA, arquivem-se os autos.
Sem custas e honorários.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Serve a presente como MANDADO.
Vilhena-RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a)Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001687-66.2017.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: Nome: LENI DE SOUZA BARROS
Endereço: Rua Bahia, 298, casa, Novo Estado, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76920-000
Advogados do(a) EXEQUENTE: RENATA CRISTILLE ARAUJO SILVA - RO7499, WILLIAN THIAGO MARTINS DE CARVALHO - RO8076
Requerida: Nome: ABRACE BRASIL INSTITUTO DE EDUCACAO, CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME
Endereço: Avenida Capitão Castro, 4589, Sala 02, Centro (S-01), Vilhena - RO - CEP: 76980-010
Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
Vistos.
Considerando que a parte autora por várias vezes possibilitou a empresa devedora formas para saldar a dívida, sendo que nenhuma delas atingiu a FINALIDADE almejada, defiro o pedido de desconsideração da personalidade jurídica.
"...A desconsideração da personalidade da sociedade mercantil, no Sistema jurídico Brasileiro (de direito escrito) ou funda-se em expressa norma legal, ou no sistema legal genérico (o da eficácia dos atos jurídicos) e nos princípios gerais do direito. A personalidade jurídica não pode ser usada como anteparo da fraude. Assim, a separação da responsabilidade social da responsabilidade dos sócios, a autonomia dos patrimônios, não prevalece diante da contrafação, do ato ilícito e da fraude. O princípio jurídico da não-confusão das personalidades não pode entravar a ação do estado-jurisdição, na realização da perfeita e boa justiça. (TARS - AC 185.058.328 - 1ª CCiv. - Rel. Juiz Lio Cézar Schmidt - J. 05.10.1985)."
Proceda-se o necessário para a realização da penhora de bens dos sócios da empresa ABRACE BRASIL INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA-ME: IVANISE NAZARÉ MENDES e de IVANILDO ARAÚJO DO AMARAL, já qualificados no contrato social juntado no id. 15476124, os quais integram a sociedade desde o ajuizamento da ação, respectivamente, verificando o total necessário para a satisfação da dívida.
Intimem-se.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a)Gilberto J. Giannasi
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº 7003480-40.2017.8.22.0014
EXEQUENTE: ANGELITA ALVES DE OLIVEIRA
EXECUTADO: EDVALDO APARECIDO DE OLIVEIRA

DESPACHO
Defiro a suspensão do processo pelo prazo de 60 dias.
Após, diga a reclamante em cinco dias, sob pena de arquivamento.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018
GILBERTO J GIANNASI
Juiz(a) de Direito
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001853-98.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: JOCELI TEREZINHA RIBAS NOGUEIRA DA SILVA
Endereço: AVENIDA TANCREDO NEVES, SN, BOA ESPERANÇA, Chupinguaia - RO - CEP: 76990-000
Advogados do(a) REQUERENTE: STEYCE RIBAS NOGUEIRA DA SILVA - MT20752/O, JOSE ANTONIO ROMANO FERREIRA - MT14012/O, MARCO AURELIO ROMANO FERREIRA - MT19831/O
Requerida: Nome: CLARO S.A.
Endereço: Rua Flórida, - de 1001/1002 ao fim, Cidade Monções, São Paulo - SP - CEP: 04565-001
Advogado do(a) REQUERIDO: RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS0041486

SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, caput da Lei 9099/95.
HOMOLOGO, para que produza os jurídicos e legais efeitos o acordo de vontade das partes constante nos autos ID Num. 16285546 - Pág. 1/2 e, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com fundamento no artigo 924, inciso III, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Arquive-se.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a). Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7007296-64.2016.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: MARCIA CRISTIANI DE MORAES DEIRO
Endereço: RUA 11, 749, SETOR 04, JARDIM ELDORADO, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Nome: EDERSON MOREIRA DEIRO
Endereço: RUA 11, 749, SETOR 04, JARDIM ELDORADO, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) REQUERENTE: CAMILA DOMINGOS - RO0005567
Requerida: Nome: OI MOVEL S.A
Endereço: Avenida Lauro Sodré, 3290, BAIRRO DOS TANQUES - TÉRREO, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-460
Advogado do(a) REQUERIDO: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO0004240
DECISÃO
Vistos.
Há nos autos comprovante do pagamento do preparo.
Recebo o recurso no efeito suspensivo.
À parte contrária para contrarrazões.
Após, tempestivas as razões, presentes as contrarrazões, determino sejam os autos encaminhados ao Colégio Recursal, com as homenagens deste juízo.
Intime-se, servindo a presente com MANDADO.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a). Gilberto J. Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7002222-92.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: VITOR HUGO DOMINGUES DA COSTA
Endereço: Avenida Afonso Jucá de Oliveira, 5465, Jardim Eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Nome: ANDRIELLY PRISCILA NUNES DE SOUZA
Endereço: Rua A2, 453, Jardim Vilhena, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) REQUERENTE: IZABELA MINEIRO MENDES - RO4756
Advogado do(a) REQUERENTE: IZABELA MINEIRO MENDES - RO4756
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38, caput, da Lei n. 9099/95.
Decido.
Acolho o pedido de desistência o constante nos autos (id Num. 16278161 - Pág. 1 ).
Assim, HOMOLOGO, por SENTENÇA, para que produza os jurídicos e legais efeitos o pedido de desistência manifestado pela parte reclamante, declarando extinto o feito, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do CPC.
Proceda-se o necessário para cancelamento de eventual audiência designada.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a). Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001102-82.2015.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: M A DE OLIVEIRA SPECATTE - ME
Endereço: RUA RICARDO FRANCO, 518, VISUAL MODAS, CENTRO, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDNA APARECIDA CAMPOIO - OAB/RO 3132
Requerida: MARCILENE SERAFINA GOMES
Endereço: AVENIDA AFONSO JUCA DE OLIVEIRA, 4764, celular n 8403-5009, JARDIM ELDORADO, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Decido.
O processo deve ser extinto, e assim o declaro com fundamento no artigo 53, §4º da LJE, eis que a executada não possui outros bens para a satisfação do credor.
Em casos como tais a lei permite a extinção do feito de imediato, evitando-se sua eternização, com prejuízo às partes e à própria justiça.
Assim, diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem julgamento de seu MÉRITO nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, podendo a parte reclamante promover o desarquivamento e prosseguimento do feito, se localizados bens da parte devedora.
Expeça-se certidão de dívida judicial.
Arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, servindo o presente como MANDADO.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto J. Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7006128-90.2017.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: Nome: JUSSARA DOS SANTOS COSTA
Endereço: Rua Marcos da Luz, 76, Casa, Centro (S-01), Vilhena - RO - CEP: 76980-168
Advogado do(a) EXEQUENTE: LENOIR RUBENS MARCON - RO0000146
Requerida: Nome: MUNICIPIO DE VILHENA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) EXECUTADO:

DESPACHO
Vistos
Diante da concordância da parte reclamada com os cálculos apresentados pela parte reclamante, HOMOLOGO-OS para que produzam os jurídicos e legais efeitos. Requisite-se o pagamento através de Precatório nos termos da Resolução n. 006/2017 TJ/RO, com destaque aos honorários contratuais, se for o caso, que serão pagos da mesma forma do débito principal, devendo a exequente informar os dados e/ou cópia de documentos necessários para a devida expedição/instrução.
Ocorrido o depósito dos valores, comprove a parte nos autos.
Após, conclusos.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001088-30.2017.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES
Endereço: Liliane Gonzaga, 1265, Jardim Eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogados do(a) EXEQUENTE: HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA - OAB/SP0191212, TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA - OAB/RO0006835
Requerida: JAQUELINE SANTOS MOURA
Endereço: Rua 703, n 461, Bodanese, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
DESPACHO
Vistos.
A petição juntada no ID 16155625, s.m.j, não pertence a esses autos, visto que há divergência quanto ao nome da parte executada e valores ali apontados, bem ainda, a cópia da SENTENÇA anexada menciona os autos 7000200-61.2017.8.22.0014, da 2ª Vara Cível.
Intime-se a parte exequente para esclarecimentos, no prazo de cinco dias.
Cumpra-se, servindo presente como MANDADO.
Vilhena/RO, 15 de fevereiro de 2018.
(a) Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz substituto

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7004226-05.2017.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: Nome: REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES
Endereço: Liliane Gonzaga, 1265, Jardim Eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogados do(a) EXEQUENTE: TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA - RO0006835, HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA - RO0004513
Requerida: Nome: JOSE LUIZ SERAFIM
Endereço: Avenida Sabino Bezerra de Queiroz,, n 13.845,, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos
Procedi pesquisa BacenJud. Junte-se a minuta BACEN. Intimem-se as partes da penhora parcial realizada.
Procedi a transferência do valor bloqueado para conta judicial.
A busca Renajud foi infrutífera. Junte-se o resultado.
Intimem-se, a parte executada para, querendo, impugnar no prazo de 15 (quinze) dias, e a reclamante a indicar outros bens para complementar a penhora.
Expeça-se o necessário.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz substituto

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7000748-52.2018.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: JOSE DA CRUZ DEL PINO
Endereço: Avenida Leopoldo Perez, 2673, Centro (S-01), Vilhena - RO - CEP: 76980-182
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE DA CRUZ DEL PINO - RO0006277
Requerida: Nome: OI MOVEL
Endereço: Edifício Telebrasília, S/N, SCN Quadra 3 Bloco A, Asa Norte, Brasília - DF - CEP: 70713-900
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação processada perante o Juizado Especial Cível desta Comarca, onde alega a parte reclamante, em síntese, ter cancelado o contrato com a reclamada, conforme protocolos informados.
A despeito disto, foi surpreendido com inscrição de seus dados no SERASA em virtude de fatura vencida com a cobrança de multa de fidelização.
É breve o relatório. Decido.
Primeiramente, compulsando os autos, restou patente que o nome do autor foi inserido no Cadastro do SPC. (id 16060905)
Dito isto, com relação ao pedido de antecipação de tutela, o Enunciado nº 26 do FONAJE, dispõe que: São cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis.
A antecipação dos efeitos da tutela serve para adiantar, no todo ou em parte, os efeitos pretendidos com a SENTENÇA a ser proferida no final. Dispõe o art. 300 do CPC: “Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.
No presente caso, os documentos juntados com a inicial levam a crer na verossimilhança da alegação da parte autora, qual seja: inscrição dos seus dados nos sistemas de proteção ao crédito. Ademais, verifico que há fundado receio de dano de difícil reparação, pois a inscrição do nome em cadastros restritivos, avilta os direitos da dignidade e da inviolabilidade da imagem das pessoas garantidos constitucionalmente e as medidas protetivas ao consumidor (artigo 5º, inciso X, XXXII c/c 170, V, ambos da CF/88).
De outro norte, a medida poderá ser revista a qualquer tempo.
Pelo exposto, com fulcro nos artigos 300, §2º, e 497 do Código de Processo Civil, ANTECIPO PARCIALMENTE OS EFEITOS DA TUTELA PRETENDIDA e determino que a reclamada, OI MÓVEL S.A., promova a imediata exclusão do registro negativo, nos serviços de proteção ao crédito realizado em nome do reclamante JOSÉ DA CRUZ DEL PINO, bem assim, proíbo qualquer informação a respeito dos débitos ora discutidos nos descritos órgãos de proteção ao crédito em desfavor do reclamante, no prazo de 5 cinco dias, incidindo multa no valor de R$ 100,00 (cem reais), por dia de descumprimento, limitada a multa a 40 salários-mínimos, com fulcro no art. 537 do CPC, aplicável à espécie (art. 297, parágrafo único do CPC).
Outrossim, caso ainda não se tenha feito, considerando a implantação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, de acordo com a Resolução n. 008/2013-PR, disponível no DJ de n. 098, de 29/5/2013, procedo à remessa destes autos à Central para designação e realização de audiência de conciliação (art. 12, III do Provimento).
Cite-se e intime-se a parte requerida com as advertências do procedimento sumaríssimo, fazendo constar no MANDADO que, no caso de ausência à audiência de conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, salvo se do contrário resultar da convicção deste juízo (art. 20 da Lei n. 9.099/95), bem como que, caso não haja acordo, deverá apresentar

resposta escrita na própria audiência de conciliação, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Intime-se a parte autora, advertindo-a de que sua ausência poderá ensejar na extinção do feito, nos termos do art. 51, I, da Lei n. 9.099/95, bem como que, caso não haja acordo, após apresentação da contestação, deverá apresentar sua impugnação também na própria audiência de conciliação, indicando ainda, as provas que pretenda produzir e justificando sua necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Vale frisar que a relação jurídica discutida nos autos está subordinada às normas estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor, restando demonstrada a situação de hipossuficiência do requerente que teve seu nome inscrito no cadastro de maus pagadores, não obstante ter pago o débito, razão pela inverto o ônus da prova, na forma do art. 6.º, inciso VIII, da Lei 8078/90, cabendo a parte requerida comprovar a legalidade do débito cobrado.
Intime-se, ainda, a empresa reclamada da presente DECISÃO.
Sirva cópia da presente DECISÃO como MANDADO de intimação e citação.
Oficie-se diretamente o Órgão de proteção a crédito/SERASA para cumprimento da ordem. Cientifique a parte autora, aguarde-se a solenidade.
Expeça-se o necessário.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz Substituto

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7000372-71.2015.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES
Endereço: Avenida Liliana Gonzaga, 1265, Jardim Eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogados do(a) REQUERENTE: TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA - OAB/RO0006835, HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA - OAB/SP0191212
Requerida: ELIZEU DEIRO PEREIRA
Endereço: Avenida dos Estados 2063 ou Rua Roraima 1143, telefones 3342-2212 8442-9211, CENTRO, Cerejeiras - RO - CEP: 76995-000
Advogado do(a) REQUERIDO: FABIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR - RO0006016
DESPACHO
Vistos.
Expeça-se MANDADO de penhora, avaliação e depósito.
Resultando positiva a diligência, intime-se a parte executada para opor impugnação no prazo de 15 dias.
Após, intime-se a parte autora para requerer o que de direito.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Serve o presente como MANDADO /intimação.
Vilhena/RO, 14 de fevereiro de 2018.
(a) Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz Substituto

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001080-53.2017.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES
Endereço: Liliane Gonzaga, 1265, Jardim Eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogados do(a) EXEQUENTE: HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA - OAB/SP0191212, TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA - OAB/RO0006835
Requerida: CLEIDIANE FELISBERTO ALVES
Endereço: Rua Otávio José dos Santos, n 3877, Jardim das Oliveiras, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
DESPACHO
Vistos.
Intime-se para pagamento do valor liquidado, no prazo de 15 dias, sob pena de ser acrescido multa de 10%, nos termos do artigo 523, §1º do Código de Processo Civil, ou para, querendo, opor impugnação no prazo de 15 dias.
Ocorrido o pagamento por meio depósito judicial, expeça-se alvará para levantamento dos valores em favor do exequente, intimando-o a comprovar o levantamento no prazo de 05 dias.
Se inerte, expeça-se MANDADO de penhora, avaliação e depósito, nos termos do Art. 523, § 3º do CPC. Se a diligência for negativa, atualizem-se os cálculos e voltem conclusos para penhora online.
Cumpra-se.
Serve o presente DESPACHO como MANDADO /intimação, nos termos do art. 513, § 2º, inciso I do CPC.
Vilhena/RO, 15 de fevereiro de 2018.
(a). Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz substituto

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7000402-09.2015.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: Nome: REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES
Endereço: Avenida Liliana Gonzaga, 1265, Jardim Eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogados do(a) EXEQUENTE: TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA - RO0006835, HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA - SP0191212
Requerida: Nome: PRISCILA CRISTINA SAVENHAGO BORGES
Endereço: Av. 1 de Maio, 4913, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Procedi pesquisa no sistema Renajud. Junte-se a minuta.
Em consulta ao CPF da executada não localizei veículos cadastrados.
Consultando o veículo indicado pelo exequente no id 15109625, constatei ser ele cadastro em nome de terceira pessoa, estranha aos autos.
Assim, determino a expedição de MANDADO para penhora do veículo indicado id 15109625, se estiver sob a posse da executada, o que deverá ser certificado pelo oficial de justiça.
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 15 de fevereiro de 2018.
(a) Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz substituto

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001086-60.2017.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES
Endereço: Liliane Gonzaga, 1265, Jardim Eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogados do(a) EXEQUENTE: TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA - OABRO0006835, HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA - OAB/SP0191212
Requerida: GLAUCIENE GOMES DE BRITO

Endereço: Rua Moacir Cadore, 8169, Residencial Orleans, Vilhena - RO - CEP: 76985-828
DESPACHO
Vistos.
Compulsando os autos, verifiquei que a executada não foi regularmente citada (ID 12623026). A despeito disso foram procedidas buscas nos sistemas judiciais.
Assim, visando regularizar o feito, bem como proceder a regular citação da executada, designe-se data para realização de audiência de tentativa de conciliação, intimando-se a executada dos termos do DESPACHO constante no id 9757432, no endereço informado na petição da exequente, ID 16168445.
Expeça-se o necessário.
Vilhena/RO, 15 de fevereiro de 2018.
(a). Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz substituto

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001364-61.2017.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: Nome: REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES
Endereço: Avenida Liliana Gonzaga, 1265, Jardim Eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogados do(a) EXEQUENTE: HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA - SP0191212, TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA - RO0006835
Requerida: Nome: ROSILENE CONCEICAO DOS SANTOS ERDMANN
Endereço: Rua 59, 140, Jardim Eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Indefiro nova busca de endereço.
Intime-se a indicar o correto endereço no prazo de 2 dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 53,§4 da Lei 9.099/95.
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 15 de fevereiro de 2018.
(a) Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001328-19.2017.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES
Endereço: Avenida Liliana Gonzaga, 1265, Jardim Eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogados do(a) EXEQUENTE: HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA - OAB/SP0191212, TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA - OAB/RO0006835
Requerida: MIRIANI VITORIA BIANCHI
Endereço: Rua 1504, 2823, Cristo Rei, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Decido.
Indefiro o pedido de penhora de bens, face a certidão do Oficial de Justiça, ID 13034273.
No mais, o presente processo deve ser extinto, e assim o declaro com fundamento no artigo 53,§4º, da LJE, eis que o(a)(s) reclamado(a)(s) não possui outros bens para a satisfação do credor.
Em casos como tais a lei permite a extinção do feito de imediato, evitando-se sua eternização, com prejuízo às partes e à própria justiça.
Assim, diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem julgamento de seu MÉRITO nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, podendo a parte reclamante promover o desarquivamento e prosseguimento do feito, se localizados bens da parte devedora.
Arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Cumpra-se, servindo a presente como MANDADO.
Vilhena/RO, 15 de fevereiro de 2018.
(a) Frabrízio Amorim de Menezes
Juiz substituto

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001083-08.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES
Endereço: Liliane Gonzaga, 1265, Jardim Eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogados do(a) REQUERENTE: TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA - OAB/RO0006835, HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA - OAB/RO0004513
Requerida: EGIDIO ALVES RIGO
Endereço: Rua Rio Grande do Sul, 344-E, esquina c/Rua Cerejeiras, Comodoro - MT - CEP: 78310-000
DESPACHO
Vistos.
Retifique-se a classe para cumprimento de SENTENÇA.
Com cálculos atualizados, intime-se para pagamento do valor liquidado, no prazo de 15 dias, sob pena de ser acrescido multa de 10%, nos termos do artigo 523, §1º do Código de Processo Civil, ou para, querendo, opor impugnação no prazo de 15 dias.
Ocorrido o pagamento por meio depósito judicial, expeça-se alvará para levantamento dos valores em favor do exequente, intimando-o a comprovar o levantamento no prazo de 05 dias.
Se inerte, expeça-se MANDADO de penhora, avaliação e depósito, nos termos do Art. 523, § 3º do CPC. Se a diligência for negativa, atualizem-se os cálculos e voltem conclusos para penhora online.
Cumpra-se.
Serve o presente DESPACHO como MANDADO /intimação, nos termos do art. 513, § 2º, inciso I do CPC.
Vilhena/RO, 20 de fevereiro de 2018.
(a). Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz substituto

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7010448-86.2017.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES
Endereço: Liliane Gonzaga, 1265, Jardim Eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogados do(a) EXEQUENTE: HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA - OAB/RO0004513, TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA - OAB/RO0006835
Requerida: GEANE SOUZA PAULA
Endereço: Avenida Capitão Castro, 3700, Centro (S-01), Vilhena - RO - CEP: 76980-228
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o Relatório nos termos do artigo 38, caput, da Lei n. 9.099/95.

HOMOLOGO POR SENTENÇA para que produza os jurídicos e legais efeitos o acordo de vontade das partes celebrantes, ID 16288679 e, via de consequência, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos Artigo 487, III-b, do Código de Processo Civil. Declaro constituído em favor do reclamante título executivo judicial nos termos do art. 487, III, do Código de Processo Civil.
Proceda a serventia o necessário para o cancelamento da audiência de tentativa de conciliação designada.
Sem custas e honorários advocatícios.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Arquive-se.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a). Fabrízio Amorim de Menezes.
Juiz substituto

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7000447-08.2018.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: LAUXEN & ALVES LTDA - ME
Endereço: Avenida Major Amarante, 3767, Centro (S-01), Vilhena - RO - CEP: 76980-075
Advogado do(a) REQUERENTE: RENILDA OLIVEIRA FERREIRA - RO0007559
Requerida: Nome: TALITHA GRACIELLI SOUTO DE ALMEIDA
Endereço: Rua Geraldo Magela Barbosa, 800, Centro (S-01), Vilhena - RO - CEP: 76980-060
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos.
Não há meios, face aos contratos juntados de aferir tratar-se da mesma pessoa jurídica. Traga, então, aos autos a quarta alteração contratual.
Intime-se.
Cumpra-se.
Vilhena/RO, 20 de fevereiro de 2018.
(a) GILBERTO JOSÉ GIANNASI
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7000929-53.2018.8.22.0014
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: Nome: KATIANE APARECIDA ALMEIDA
Endereço: Av. Altino Manoel de Oliveira, 2146, Centro, Chupinguaia - RO - CEP: 76990-000
Advogado do(a) AUTOR: WILLIAN FROES PEREIRA NASCIMENTO - RO0006618
Requerida: Nome: MUNICIPIO DE VILHENA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Recebo os autos.
Defiro pedido do id 16211701, o qual requereu a desconsideração do pedido de desistência do feito.
Considerando o ofício n. 366/2017/PGM encaminhado a este Juízo em 07/11/2017 requerendo a designação de audiências de conciliação ou mediação em casos que envolvem verbas rescisórias, proceda-se o necessário para designação de audiência de conciliação.
Assim, considerando as advertências do procedimento da Lei n. 12.153/2009, cite-se o requerido, bem como intime-o, por seu representante, para que, apresente toda a defesa até a data da audiência de conciliação e eventual documentação de que disponha para esclarecimento dos fatos, especificando as provas que pretende produzir, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Cientifique-a que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas de direito público (art. 7º)
Com a apresentação de resposta, intime-se a parte autora para apresentar, em audiência de conciliação, sua impugnação, indicando provas que pretenda produzir e justificando sua necessidade e pertinência, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Sirva cópia da presente como MANDADO ou expeça-se o necessário.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a)Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001869-52.2017.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: Nome: VALERIA FERNANDES DA COSTA
Endereço: Av. Curitiba, 4535, Jardim das Oliveiras, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO FERREIRA BATISTA - RO0002840
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 3503, Procuradoria do Estado, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-611
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Digam, a parte reclamante e reclamada quanto aos cálculos da contadoria.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a) GILBERTO JOSÉ GIANNASI
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7000456-67.2018.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: L & C TABORDA LTDA - EPP
Endereço: AV. MELVIN JONES, 430, SALA 01, JARDIM AMERICA, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) REQUERENTE: RENILDA OLIVEIRA FERREIRA - RO0007559
Requerida: Nome: DIONALDO PEREIRA
Endereço: Avenida Juraci Correia Muller, 5220, Jardim Eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76987-154
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos.
Traga aos autos as alterações contratuais que comprovam a mudança referida.
Intime-se.
Cumpra-se.
Vilhena, 20 de fevereiro de 2018.
(a) GILBERTO JOSÉ GIANNASI
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001672-68.2015.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (1114)
Requerente: Nome: DENIR BORGES TOMIO
Endereço: Av. Major Amarante, 3824, Sala 3, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogado do(a) EXEQUENTE: DENIR BORGES TOMIO - RO0003983
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: Rua General Osório, Edifício Rio Guaporé Esquina com Avenida Farquhar, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-086
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Diga a parte vencedora em cinco dias requerendo o que de direito.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a) GILBERTO JOSÉ GIANNASI
Juiz de Direito

Intimação
AUTOS:7009903-16.2017.8.22.0014AÇÃO:EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)REQUERENTE:LOTTI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - MEAdvogado do(a) EXEQUENTE: LORENE MARIA LOTTI - RO0003909
REQUERIDO:
MARCIO VENERUCHI REIS
Fica a parte autora, intimada por seu(s) Advogado(s), para comparecer(em) à audiência de Conciliação designada para o dia 16/04/2018 17:20, na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, no Fórum de Vilhena/RO

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7006261-35.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: PATRIK YAGO BALESTRIN DA LUZ
Endereço: Rua Alvares Jose Gonçalves nº. 5182, 5182, Bela vista, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogados do(a) REQUERENTE: NELSON LINARES - RO3059, SERGIO CRISTIANO CORREA - RO0003492
Requerida: Nome: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A
Endereço: Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 9 ANDAR, Tamboré, Barueri - SP - CEP: 06460-040
Advogado do(a) REQUERIDO: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE - MT007413O
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Diante do pagamento noticiado nos autos, a extinção do feito se impõe.
Via de consequência, Julgo Extinto o Processo na forma do art. 924, II, do CPC.
Libere-se eventual restrição.
Expeça-se alvará para levantamento do valor depositado em favor da parte autora.
Proceda-se o cancelamento de eventual audiência designada.
Sem custas. Sem honorários.
Arquive-se.
P. R. I. C.
Vilhena/RO, 20 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto J. Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7007872-23.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: LAUXEN & ALVES LTDA - ME
Endereço: Avenida Major Amarante, 3767, Centro (S-01), Vilhena - RO - CEP: 76980-075
Advogado do(a) REQUERENTE: RENILDA OLIVEIRA FERREIRA - RO0007559
Requerida: Nome: MARIA FATIMA DA SILVA
Endereço: AC Cerejeiras, 1952, Rua Costa e Silva, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-970
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Diante do pagamento noticiado nos autos, a extinção do feito se impõe.
Via de consequência, Julgo Extinto o Processo na forma do art. 924, II, do CPC.
Libere-se eventual restrição.
Proceda-se o cancelamento de eventual audiência designada.
Sem custas. Sem honorários.
Arquive-se.
P. R. I. C.
Vilhena/RO, 20 de fevereiro de 2018.
(a). Gilberto J. Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7002498-26.2017.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: Nome: PAULO ANTONIO PINTO
Endereço: Rua Bahia, 1691, Setor 19, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROBERLEY ROCHA FINOTTI - RO0000690
Requerida: Nome: AMOS PERES MUNIZ ANTUNES DE OLIVEIRA
Endereço: Av Leopoldo Perez, 2545, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) EXECUTADO:
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Decido.
Procedi pesquisa RENAJUD, tendo o resultado sido negativo.
O presente processo deve ser extinto, e assim o declaro com fundamento no artigo 53,§4º, da LJE, eis que o(a)(s) reclamado(a)(s) não possui outros bens para a satisfação do credor.
Em casos como tais a lei permite a extinção do feito de imediato, evitando-se sua eternização, com prejuízo às partes e à própria justiça.
Assim, diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem julgamento de seu MÉRITO nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, podendo a parte reclamante promover o desarquivamento e prosseguimento do feito, se localizados bens da parte devedora.
Expeça-se certidão de dívida judicial relativamente ao saldo credor, se assim requerido.
Arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto J. Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7004977-89.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: MARLEY FERREIRA DO CARMO
Endereço: Rua Rosalina Marangoni, 3128, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogados do(a) REQUERENTE: LEANDRO MARCIO PEDOT - RO0002022, VALDINEI LUIZ BERTOLIN - RO0006883
Requerida: Nome: MUNICIPIO DE VILHENA
Endereço: centro adm senador Dr. Teotônio Vilela, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos.
Existem fatos que devem ser objeto de prova. Designo, pois, audiência de instrução e julgamento para o dia 03/05/2018, às 8:15 horas.
Testemunhas independentemente de arrolamento e intimação, salvo se requerido assim com antecedência de 15 dias.
Proceda a Serventia como de praxe para as necessárias intimações.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a). Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - PJE COMARCA DE VILHENA
JUIZ DE DIREITO: GILBERTO JOSÉ GIANNASI
DIRETORA DE CARTÓRIO: ELISMARA DE BRIDA MARTINS
CADASTRO 002908-4
7008380-03.2016.8.22.0014
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ALIRIO AVELINO DA SILVA JUNIOR
Advogado: IZABELA MINEIRO MENDES OAB: RO4756 Endereço: desconhecido
Advogado do(a) EXEQUENTE: IZABELA MINEIRO MENDES - RO4756
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Por força e em cumprimento do r. DESPACHO /SENTENÇA deste Juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA para, no prazo de 05 (cinco) dias, entregar em cartório DUAS VIAS DAS CÓPIAS necessárias para instruir o PRECATÓRIO, nos termos da Resolução n. 006/2017-PR (publicada no DJ n. 50, de 17/03/2017), conforme lista abaixo:
-SENTENÇA condenatória (ação originária) e se houver, certidão de trânsito em julgado;
-Acórdão (ementa e relatório) que manteve ou modificou a SENTENÇA condenatória e sua respectiva certidão de trânsito em julgado;
-DECISÃO dos Embargos à execução e sua respectiva certidão do trânsito em julgado ou certidão de que não foram opostos;
-Procuração constando nomes legíveis, número de inscrição na OAB, CPF e endereço;
-Tabela de cálculos.
-Contrato de honorários (caso for requisitado o destaque dos honorários contratuais).

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7007525-87.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: JOSE DUARTE DOS REIS
Endereço: RUA GOIAS, 1541, CENTRO, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogados do(a) REQUERENTE: KATIA COSTA TEODORO - RO000661A, RAFAEL KAYED ATALLA PARAIZO - RO8387
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos.
Conforme DESPACHO CGJ 501/2018, fora encaminhado a este juízo o "Ofício Circular nº 1154/2017 NUGEO do Superior Tribunal de Justiça -STJ, comunicando a DECISÃO proferida em Recurso Especial n. 1.163.020/RS, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, o qual determinou a suspensão nacional do processamento dos feitos que versem sobre o tema de n. 986-Inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculos do ICMS, na qual a afetação foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça -STJ aos Juízes no âmbito da primeira instância e Juizados Especiais para conhecimento."
Assim, suspendo o andamento do presente feito, por ordem superior.
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7009934-70.2016.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: MARCO TULIO COSTA TEODORO
Endereço: Avenida Liberdade, 3832, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) REQUERENTE: KATIA COSTA TEODORO - RO000661A
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: Avenida Presidente Dutra, 4259, Pedrinhas, Porto Velho - RO - CEP: 76801-478
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos.
Conforme DESPACHO CGJ 501/2018, fora encaminhado a este juízo o "Ofício Circular nº 1154/2017 NUGEO do Superior Tribunal de Justiça -STJ, comunicando a DECISÃO proferida em Recurso Especial n. 1.163.020/RS, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, o qual determinou a suspensão nacional do processamento dos feitos que versem sobre o tema de n. 986-Inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculos do ICMS, na qual a afetação foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça -STJ aos Juízes no âmbito da primeira instância e Juizados Especiais para conhecimento."
Assim, suspendo o andamento do presente feito, por ordem superior.
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7006878-92.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: MARIA CAVALCANTE GAMBARRA
Endereço: Rua Costa e Silva, 543, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogados do(a) REQUERENTE: KATIA COSTA TEODORO - RO000661A, RAFAEL KAYED ATALLA PARAIZO - RO8387

Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos.
Conforme DESPACHO CGJ 501/2018, fora encaminhado a este juízo o "Ofício Circular nº 1154/2017 NUGEO do Superior Tribunal de Justiça -STJ, comunicando a DECISÃO proferida em Recurso Especial n. 1.163.020/RS, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, o qual determinou a suspensão nacional do processamento dos feitos que versem sobre o tema de n. 986-Inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculos do ICMS, na qual a afetação foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça -STJ aos Juízes no âmbito da primeira instância e Juizados Especiais para conhecimento."
Assim, suspendo o andamento do presente feito, por ordem superior.
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7008688-05.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: MARCIA SILVIA DOS SANTOS
Endereço: Avenida Sete de Setembro, 2224, Centro (S-01), Vilhena - RO - CEP: 76980-202
Advogados do(a) REQUERENTE: SANDRA VITORIO DIAS - RO000369B, KATIA COSTA TEODORO - RO000661A
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos.
Conforme DESPACHO CGJ 501/2018, fora encaminhado a este juízo o "Ofício Circular nº 1154/2017 NUGEO do Superior Tribunal de Justiça -STJ, comunicando a DECISÃO proferida em Recurso Especial n. 1.163.020/RS, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, o qual determinou a suspensão nacional do processamento dos feitos que versem sobre o tema de n. 986-Inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculos do ICMS, na qual a afetação foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça -STJ aos Juízes no âmbito da primeira instância e Juizados Especiais para conhecimento."
Assim, suspendo o andamento do presente feito, por ordem superior.
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7007466-02.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: JOSE DUARTE DOS REIS
Endereço: av.major amarante, 3211, sala 01, centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogados do(a) REQUERENTE: KATIA COSTA TEODORO - RO000661A, RAFAEL KAYED ATALLA PARAIZO - RO8387
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos.
Conforme DESPACHO CGJ 501/2018, fora encaminhado a este juízo o "Ofício Circular nº 1154/2017 NUGEO do Superior Tribunal de Justiça -STJ, comunicando a DECISÃO proferida em Recurso Especial n. 1.163.020/RS, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, o qual determinou a suspensão nacional do processamento dos feitos que versem sobre o tema de n. 986-Inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculos do ICMS, na qual a afetação foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça -STJ aos Juízes no âmbito da primeira instância e Juizados Especiais para conhecimento."
Assim, suspendo o andamento do presente feito, por ordem superior.
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7008923-69.2017.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: Nome: CLEVERSON CLEI DA SILVA PEREIRA
Endereço: av.1513, 1714, setor 15, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogados do(a) EXEQUENTE: SALVADOR LUIZ PALONI - RO000299A, CATIANE DARTIBALE - RO0006447
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Diga a parte vencedora quanto a manifestação da reclamada, em 10 dias.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Vilhena/RO, 20 de fevereiro de 2018.
(a) GILBERTO JOSÉ GIANNASI
Juiz de Direito

Intimação
AUTOS:7002216-85.2017.8.22.0014AÇÃO:CUMPRIMEN
TO DE SENTENÇA (156)REQUERENTE:ALINE CARDOSO DUARTEAdvogado do(a) EXEQUENTE: LENOIR RUBENS MARCON - RO0000146
REQUERIDO:
EXECUTADO: MUNICIPIO DE VILHENA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Fica a parte autora, intimada por seu(s) Advogado(s), para, manifestar-se sobre os documentos juntados aos autos pelo requerido.
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7004830-63.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: HEBER DE ANDRADE BARBOSA
Endereço: Rua Antônio Quintino Gomes, 4407, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-750
Advogado do(a) REQUERENTE: LENOIR RUBENS MARCON - RO0000146
Requerida: Nome: MUNICIPIO DE VILHENA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:

DESPACHO
Vistos.
Esclareçam as partes se pretendem a produção de outras provas, além das já acostadas aos autos, especificando-as e justificando a sua necessidade, no prazo de 05 dias.
Intimem-se, servindo o presente como MANDADO /intimação.
Cumpra-se.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a). Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7000303-73.2014.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: Nome: WALTER ANTONIO BERLINI ANCILOTO
Endereço: Rua Antonio Lopes Coelho 2644, 2644, Vilhena - RO, Bairro Marcos Freire, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogado do(a) EXEQUENTE: ELISANGELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA MIRANDA - RO0001043
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: AC Esplanada das Secretarias, 2986, TÉRREO. Av Farquar, Pedrinhas, Porto Velho - RO - CEP: 76801-976
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Digam, a parte reclamante e reclamada, quanto aos cálculos da contadoria.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a) GILBERTO JOSÉ GIANNASI
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7005310-41.2017.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: Nome: ENTRELACOS CONFECCOES E DECORACOES LTDA - ME
Endereço: Av. Major Amarante, 4199, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) EXEQUENTE: WILLIAN FROES PEREIRA NASCIMENTO - RO0006618
Requerida: Nome: ANA HELIA PEGORARO
Endereço: Rua 11605, 2316, União, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) EXECUTADO: URANO FREIRE DE MORAIS - RO000240B
SENTENÇA
EMBARGOS DO DEVEDOR
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei do JEC.
DECIDO.
Ana helia pegoraro interpôs EMBARGOS À EXECUÇÃO que lhe move ENTRELACOS CONFECCOES E DECORACOES LTDA - ME sustentando, em resumo, não ser devedora dos valores cobrados relativos ao título excutido. Afirma que a dívida fora contraída por terceiros e que encontra-se prescrita, portanto não é ela devedora da importância referida.
Em impugnação da embargada afirma a legitimidade de seu pleito eis que a reclamada autorizou compras em seu nome.
Pois bem.
Tenho que os embargos apresentados não merecem provimento. Isso porque, considerando a natureza causal do título, e sendo ele dado em pagamento por compras de terceiro, vale ele por sua própria existência e não cabe ao emitente, no caso a embargante, opor agora exceções pessoais, as quais não invalidam o título. Se foi ele emitido para pagamento de dívida de terceiros, deve a embargante honrá-lo.
Ora, o que se vê no caso presente, é que a embargante, emitente do título, pretende valer-se de exceções que, no caso não se pode arguir, dada a validade do negócio subjacente.
Além do mais, nada afirma acerca da irregularidade de emissão do título pelo que tem ele plena força executiva.
Assim, não havendo prova do pagamento do débito, representado pela cártula ainda em poder do embargado, a alegação da reclamada embargante de que tais valores referem-wse a dívida de terceiros, não macula sua origem.
Assim, não havendo prova da quitação da dívida, há que se julgar improcedentes os embargos de devedor para reconhecer legítima a execução.
ISTO POSTO, e pelo que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTES os embargos do devedor, para o fim de reconhecer a validade do título excutido na inicial, determinando o prosseguimento da execução.
Sem custas e honorários. Sem honorários.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Vilhena, 20 de fevereiro de 2018.
(a) GILBERTO J GIANNASI
JUIZ DE DIREITO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7008693-61.2016.8.22.0014
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerentes:
nome: CARLINDO GOMES DE OLIVEIRA
Endereço: AV. BEIRA RIO, 2324, SÃO JOSE, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Nome: IVANI PEREIRA DA SILVA
Endereço: Avenida Beira Rio, 2324, 69.98412-8022, São José, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) AUTOR: RENILDA OLIVEIRA FERREIRA - RO0007559
Advogado do(a) AUTOR: RENILDA OLIVEIRA FERREIRA - RO0007559
Requeridos:
Nome: DETRAN RO
Endereço: Rua Doutor José Adelino, 4477, - de 4411/4412 ao fim, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-592
Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
SENTENÇA
Vistos etc.
O relatório é dispensado (artigo 38, caput, da Lei nº 9.099/1995 combinado com o artigo 27 da Lei nº 12.153/2009). Fundamento e decido.
O processo comporta julgamento antecipado 355, inciso II do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de produção de provas em audiência.
Os reclamantes alegam a nulidade do auto de infração de trânsito vergastado sob fundamento de erro formal do auto de infração de trânsito por constar informações contraditórias, bem assim por não expressar a realidade dos fatos já que lhe foi imputado dirigir sob influência de álcool, quando o laudo clinico realizado foi conclusivo para ausência de embriaguez.
O Departamento de Trânsito requerido, por sua vez, sustenta a regularidade do auto de infração por nele constar todos os elementos necessários para identificação do motorista e veículo, bem assim

as circunstâncias nas quais foi ele surpreendido dirigindo. Afirma, ainda, ausência de prova capaz de descaracterizar a legalidade e veracidade do auto de infração de trânsito e do procedimento administrativo que impôs a sanção prevista para o caso.

O Estado de Rondônia, limitou-se a afirmar a legalidade de sua conduta, contestando fatos diversos do constante nos autos, mencionando cobrança execução fiscal por débito de IPVA, o que não é o caso aqui discutido.

Pois bem, no que respeita à nulidade formal por erro quanto ao preenchimento do auto de infração tenho que tal não ocorreu, uma vez que, como informa a reclamada, ocorreu a devida ressalva de eventual informação contraditória no que respeita a alegação do reclamante de ter ou não ingerido bebida alcoólica.

Superada esta questão, para dar como válido formalmente o auto de infração, tenho que o pedido improcede quanto a alegação de erro quanto ao seu conteúdo.

A despeito de ter sido realizado exame clínico apontando a inexistência de sintomas de embriaguez as circunstâncias fáticas demonstram o contrário.

Explico. A um porque o reclamante recusou-se a submeter-se ao exame de alcoolemia, que poderia atestar sem sombra de dúvidas que estava ele em condições normais e não sob efeito de álcool. Ao depois, o agente de trânsito que efetuou a autuação descreveu de maneira minuciosa as condições do reclamante asseverando estar ele aparentando sonolência, com atitude dispersa, com dificuldade de equilíbrio e fala alterada, sem orientação quanto a data e local.

A despeito do laudo de exame complementar ter apresentada resultado negativo para embriaguez, há que se ressaltar que foi ele realizado várias horas após a abordagem, o que não faz dele elemento conclusivo acerca das condições do agente no momento da lavratura do auto.

Com efeito, os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, legalidade e veracidade, efeitos esses que são intrínsecos aos atos administrativos em geral, a saber: a presunção de legalidade, porque compatíveis com a lei; a legitimidade, porque se coadunam com as regras da moral e; a veracidade, pois se considera que os fatos alegados estão condizentes com a realidade posta (MARINELA, Fernanda, 6ª edição, Editora Impetus, 2012, p. 288).

Tais presunções, todavia, são relativas (iuris tantum) e, nesse passo, é possível sua desconstituição, bastando, apenas, a produção de prova em contrário.

Entretanto, o ônus de prova recai sobre aquele quem sustenta a inexistência de, pelo menos, um dentre os três atributos do ato administrativo.

No caso sob julgamento, o reclamante CARLINDO GOMES DE OLIVEIRA foi abordado por autoridade policial, quando transitava com seu veículo no local e hora constantes no auto de infração em circunstâncias que impuseram a infração de trânsito, consistente em dirigir veículo sob efeitos de álcool.

Nenhuma prova veio em sentido contrário, não bastando para tanto a insurgência do reclamante.

Confira-se:

TJDFT-174969) CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECUSA AO TESTE DE ALCOOLEMIA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE E VERACIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. 1. Legítima é a atuação do agente de trânsito que diante da recusa em realização do teste de alcoolemia, lavra, de maneira pormenorizada, Auto de Constatação de Condução de Veículo sob Influência de Álcool, descrevendo a conduta e a aparência do condutor do veículo. 2. Apesar de ser lícito ao condutor de veículo recusar participação no teste de alcoolemia, nos termos do artigo 277 do Código de Trânsito, a averiguação pela autoridade policial de sinais de embriaguez é suficiente para embasar a lavratura do autor de infração, diante da presunção, ainda que relativa, de legalidade e legitimidade do ato administrativo. 3. Precedente da Casa. 6.1. “A despeito de ser lícito ao condutor do veículo recusar-se a realizar o teste de alcoolemia (bafômetro), é suficiente para comprovar a condução sob influência de álcool a averiguação realizada pela autoridade policial, em que apura se o condutor apresenta sintomas de embriaguez, como olhos vermelhos, sonolência, desordem nas vestes etc. (...)” (20100020068790AGI, Relatora Vera Andrighi, DJ 01.07.2010 p. 112). 4. Recurso provido. (Processo nº 2010.01.1.053235-3 (630847), 5ª Turma Cível do TJDFT, Rel. João Egmont. unânime, DJe 05.11.2012).

E ainda:

JECCDF-0022704) JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. DIRIGIR SOB A INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL. ARTS. 165 E 277 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. ADEQUADA APLICAÇÃO DA MULTA ADMINISTRATIVA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. A par da presunção de legalidade, veracidade e legitimidade dos atos administrativos, a prova dos autos a revalidou e demonstrou o cometimento da infração gravíssima de trânsito de dirigir sob a influência de álcool do art. 165 da Lei nº 9.503/97. 2. Com efeito, a despeito da recusa do condutor em realizar o teste do bafômetro, que seria pertinente à tipificação penal para se aferir a quantificação do grau de alcoolemia, os notórios sinais de embriaguez foram constatados pelo agente de trânsito e bastam à regular autuação administrativa empreendida, conforme autoriza o art. 277 da Lei nº 9.503/97. 3. Recurso conhecido e improvido. SENTENÇA mantida por seus próprios fundamentos. A súmula de julgamento servirá de acórdão, conforme regra dos arts. 27 da Lei nº 12.153/09 e 46 da Lei nº 9.099/95. Condenado o recorrente ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa. (Processo nº 2012.01.1.111473-0 (649262), 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais/DF, Rel. Sandra Reves Vasques Tonussi. unânime, DJe 31.01.2013).

Assim, o reclamante em nenhum momento trouxe aos autos prova hábil a demonstrar que o Auto de Infração estivesse eivado de ilegalidade, apenas se limitando a tecer considerações e a afirmar que a prova produzida a seu desfavor é ilegal.

Observe-se que houve procedimento administrativo próprio, que deu pela procedência do auto de infração, não sendo identificado qualquer vício ou irregularidade que macule a DECISÃO administrativa.

Anota-se que, como cediço, era dos reclamantes o ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito (artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil), rompendo, assim, a presunção relativa de legalidade, legitimidade e veracidade do auto de infração de trânsito, mas, no caso em concreto, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia, ante a ausência de provas nesse sentido.

Nessa mesma esteira de raciocínio são os julgados do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

ATO ADMINISTRATIVO. AÇÃO ANULATÓRIA. Infração de trânsito. Dirigir sob a influência de álcool. Constatação de embriaguez por exame de etilômetro. Alegação de inconstitucionalidade da autuação. Inocorrência. Mera existência de álcool no sangue/ar alveolar é suficiente para caracterizar infração de trânsito gravíssima. Art. 165 do CTB. Estado de embriaguez que pode ser verificado também por outros meios, não havendo prova de que o Apelante tenha sido obrigado a realizar o teste do bafômetro. Inteligência do art. 277 do CTB. Auto de infração devidamente entregue ao Apelante. Veículo liberado para outra pessoa. Concentração de álcool que não é insignificante na espécie, em face do sistema de tolerância zero. Presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos. Precedentes. Recurso improvido. (TJSP Apelação n° 0003717-25.2013.8.26.0047 - Relator Desembargador Cláudio Augusto Pedrassi d.j. 27.05.2014). APELAÇÃO CÍVEL. Anulatória de Infração de Trânsito e Danos morais. Embriaguez. Autuação com base no art. 165 do CTB. Auto de Infração dotado de legitimidade e veracidade. Ausência de vício ou irregularidade capaz de ilidir o ato administrativo (...) (TJSP Apelação n° 0000294-87.2011.8.26.0189 - Relator Desembargador Oswaldo Luiz Palu d.j. 30.01.2013).

Destarte, é de rigor a improcedência do pedido declaratório de nulidade do auto de infração, persistindo as penalidades fixadas pelo agente público e suas anotações nos cadastros pertinentes.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação declaratória de nulidade de auto de infração de trânsito cumulada com pedido de antecipação dos efeitos da tutela proposta por CARLINDO GOMES DE OLIVEIRA e IVANI PEREIRA DA SILVA CONTARATO em face do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE RONDÔNIA DETRAN/RO e do Estado de Rondônia. Por consequência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução de MÉRITO, nos termos do artigo 4887 inciso I, do Código de Processo Civil. Revogo a DECISÃO liminar deferida no id 9260561.
Sem custas e honorários.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Serve a presente como MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7009065-73.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: VALDECIR GOMES
Endereço: Rua K, 6125, BNH, Vilhena - RO - CEP: 76987-250
Advogados do(a) REQUERENTE: LEANDRO MARCIO PEDOT - OAB/RO 2022, VALDINEI LUIZ BERTOLIN - OAB/RO 6883
Requerida: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
DECISÃO
Vistos.
Conforme DESPACHO CGJ 501/2018, fora encaminhado a este juízo o "Ofício Circular nº 1154/2017 NUGEO do Superior Tribunal de Justiça -STJ, comunicando a DECISÃO proferida em Recurso Especial n. 1.163.020/RS, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, o qual determinou a suspensão nacional do processamento dos feitos que versem sobre o tema de n. 986-Inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculos do ICMS, na qual a afetação foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça -STJ aos Juízes no âmbito da primeira instância e Juizados Especiais para conhecimento."
Assim, suspendo o andamento do presente feito, por ordem superior
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 20 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Intimação
AUTOS:7009145-37.2017.8.22.0014AÇÃO:JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE:ELZA DE OLIVEIRAAdvogado do(a) REQUERENTE:
REQUERIDO:
CLAUDIA MARIA SOARES
Advogado do(a) REQUERIDO: CLAUDIA MARIA SOARES - RO0004527
Fica a parte requerida, intimada por seu(s) Advogado(s), INTIMADA para comparecer(em) à audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 02/08/2018 10:00, na sala de audiências deste Juizado Especial Cível, quando deverá(ão) comparecer(em) acompanhado(s) de suas testemunhas, limitadas ao número de três para cada parte, sendo que estas deverão portar documento pessoal de identificação, independente de intimação judicial, importando a ausência em revelia.

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7000304-58.2014.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: Nome: ALISON DE SOUSA PESSOA
Endereço: Avenida Tiradentes 214, 214, Vilhena-Rondônia, Bairro Quinto B E C, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogado do(a) EXEQUENTE: ELISANGELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA MIRANDA - RO0001043
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
Tratam os autos de cumprimento de SENTENÇA contra a Fazenda Pública.
Intimado, veio aos autos o requerido e apresentou impugnação afirmando excesso de execução.
Instada a parte autora a manifestar-se, alegou a improcedência da impugnação uma vez que os cálculos apresentados pelo requerido não observaram os parâmetros fixados em SENTENÇA.
Vieram os autos conclusos.
Decido.
De início, necessário se faz consignar que a jurisprudência atual fixou o entendimento no sentido de que os juros de mora e a correção monetária constituem matérias de ordem pública que não estão sujeitas à preclusão. Neste sentido:
TJMG-0634108) APELAÇÃO CÍVEL - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - POSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO PARA OUTRO TRABALHO - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA - JUROS DE MORA - CORREÇÃO MONETÁRIA - CONSECTÁRIOS DA CONDENAÇÃO - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - REANÁLISE - POSSIBILIDADE. A alteração da correção monetária e dos juros de mora é possível, tendo em vista que, como consectário da condenação, constitui matéria de ordem pública, que pode ser conhecida de ofício, e sobre a qual não se opera a preclusão. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral no RE 870.947/SE, que trata da correção monetária e juros de mora incidentes sobre condenações Judiciais impostas à fazenda Pública, tendo o Relator na oportunidade esclarecido que o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 ainda não foi objeto de pronunciamento expresso do Supremo Tribunal Federal quanto à sua constitucionalidade e, portanto, continua em pleno vigor. (V.V.P.) (...). (AP Cível nº 0246964-63.2011.8.13.0707 (1), 15ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Antônio Bispo. j. 18.02.2016, Publ. 04.03.2016).
Portanto, em que pese o trânsito em julgado da SENTENÇA proferida, fato é que a divergência apresentada entre as partes limita-se aos índices de correção monetária e juros moratórios devidos pela Fazenda Pública, matéria esta que, segundo o entendimento acima consignado, constitui matéria de ordem pública, que pode ser conhecida de ofício e sobre a qual não se opera a preclusão.
Pois bem.
Registradas as razões que permitem a REANÁLISE dos índices fixados por ocasião da SENTENÇA, importante ressaltar que tal matéria foi recentemente julgada (20/09/2017), em sede de repercussão geral, pelo plenário do STF no Recurso Extraordinário (RE) 870947, sendo duas teses fixadas, quais sejam:
1 – O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09;

2 – O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina.
Vale, ainda, registrar que as decisões proferidas nas ADI's 4357 e 4425, limitaram-se aos índices a serem aplicados no cálculo do valor entre a inscrição do crédito em precatório eu seu efetivo pagamento, isso porque a norma lá impugnada referia-se apenas à atualização do precatório e não à atualização da condenação ao concluir-se a fase de conhecimento, como no caso dos autos.
Sendo assim, DEVERÃO OS CÁLCULOS DO PRESENTE CASO SER NOVAMENTE REFEITOS, devendo a contadora deste juízo aplicar as teses pertinentes fixadas no RE 870947, ou seja, deverá corrigir o valor monetariamente a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento da parcela, de acordo com o IPCA-E, bem como com a incidência de juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança a contar da citação válida.
Remetam-se os autos à Contadoria deste juízo e, após, intimem-se ambas as partes a apresentarem manifestação no prazo de 10 (dez) dias.
Expeça-se o necessário.
Intimem-se.
Cumpra-se, servindo a presente como MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto J. Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7010421-40.2016.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: Nome: GENECI LUIZ GOMES
Endereço: Rua Três, 3413, Embratel, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogados do(a) EXEQUENTE: ROMILSON FERNANDES DA SILVA - RO0005109, GUSTAVO JOSE SEIBERT FERNANDES DA SILVA - RO0006825
Requerida: Nome: MUNICIPIO DE VILHENA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos
Diante da concordância das partes com os cálculos da Sra. Contadora, HOMOLOGO-OS para que produzam os jurídicos e legais efeitos. Requisite-se o pagamento através de RPV nos termos do provimento 004/2008 CG, ou Precatório nos termos da Resolução n. 006/2017 TJ/RO, devendo a exequente informar os dados e/ou cópia de documentos necessários para a devida expedição/instrução.
Ocorrido o depósito dos valores, comprove a parte nos autos.
Após, conclusos.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7007822-94.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: ANTONIO BODANESE
Endereço: Rua Nelson Tremeia, 136, Centro (S-01), Vilhena - RO - CEP: 76980-164
Advogados do(a) REQUERENTE: RAFAEL KAYED ATALLA PARAIZO - RO8387, KATIA COSTA TEODORO - RO000661A
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos.
Conforme DESPACHO CGJ 501/2018, fora encaminhado a este juízo o "Ofício Circular nº 1154/2017 NUGEO do Superior Tribunal de Justiça -STJ, comunicando a DECISÃO proferida em Recurso Especial n. 1.163.020/RS, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, o qual determinou a suspensão nacional do processamento dos feitos que versem sobre o tema de n. 986-Inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculos do ICMS, na qual a afetação foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça -STJ aos Juízes no âmbito da primeira instância e Juizados Especiais para conhecimento."
Assim, suspendo o andamento do presente feito, por ordem superior.
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7006931-73.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: ANA ALCARAS FELIZ
Endereço: Rua 1505, 1420, Cristo Rei, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogados do(a) REQUERENTE: SANDRA VITORIO DIAS - RO000369B, KATIA COSTA TEODORO - RO000661A
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos.
Conforme DESPACHO CGJ 501/2018, fora encaminhado a este juízo o "Ofício Circular nº 1154/2017 NUGEO do Superior Tribunal de Justiça -STJ, comunicando a DECISÃO proferida em Recurso Especial n. 1.163.020/RS, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, o qual determinou a suspensão nacional do processamento dos feitos que versem sobre o tema de n. 986-Inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculos do ICMS, na qual a afetação foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça -STJ aos Juízes no âmbito da primeira instância e Juizados Especiais para conhecimento."
Assim, suspendo o andamento do presente feito, por ordem superior.
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7007829-86.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: MARIA LUCIA MARTINS
Endereço: Rua Ermelino Batalha, 599, Bodanese, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogados do(a) REQUERENTE: KATIA COSTA TEODORO - RO000661A, RAFAEL KAYED ATALLA PARAIZO - RO8387

Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos.
Conforme DESPACHO CGJ 501/2018, fora encaminhado a este juízo o "Ofício Circular nº 1154/2017 NUGEO do Superior Tribunal de Justiça -STJ, comunicando a DECISÃO proferida em Recurso Especial n. 1.163.020/RS, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, o qual determinou a suspensão nacional do processamento dos feitos que versem sobre o tema de n. 986-Inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculos do ICMS, na qual a afetação foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça -STJ aos Juízes no âmbito da primeira instância e Juizados Especiais para conhecimento."
Assim, suspendo o andamento do presente feito, por ordem superior.
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7008385-88.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: MARISTELA FINATO GALVAO
Endereço: Rua Modesto Batista, 3097, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-870
Advogados do(a) REQUERENTE: SANDRA VITORIO DIAS - RO000369B, KATIA COSTA TEODORO - RO000661A
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos.
Conforme DESPACHO CGJ 501/2018, fora encaminhado a este juízo o "Ofício Circular nº 1154/2017 NUGEO do Superior Tribunal de Justiça -STJ, comunicando a DECISÃO proferida em Recurso Especial n. 1.163.020/RS, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, o qual determinou a suspensão nacional do processamento dos feitos que versem sobre o tema de n. 986-Inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculos do ICMS, na qual a afetação foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça -STJ aos Juízes no âmbito da primeira instância e Juizados Especiais para conhecimento."
Assim, suspendo o andamento do presente feito, por ordem superior.
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001075-94.2018.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: GRETHIAN REIS VEZINTANA
Endereço: Rua H-Doze, 10, Aripuanã, Vilhena - RO - CEP: 76985-478
Advogados do(a) REQUERENTE: SANDRA VITORIO DIAS - RO000369B, KATIA COSTA TEODORO - RO000661A
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos.
Conforme DESPACHO CGJ 501/2018, fora encaminhado a este juízo o "Ofício Circular nº 1154/2017 NUGEO do Superior Tribunal de Justiça -STJ, comunicando a DECISÃO proferida em Recurso Especial n. 1.163.020/RS, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, o qual determinou a suspensão nacional do processamento dos feitos que versem sobre o tema de n. 986-Inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculos do ICMS, na qual a afetação foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça -STJ aos Juízes no âmbito da primeira instância e Juizados Especiais para conhecimento."
Assim, suspendo o andamento do presente feito, por ordem superior.
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001080-19.2018.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: RENATO JUNIOR DA SILVA MARTINS
Endereço: Rua Setecentos e Três, 2291, Bodanese, Vilhena - RO - CEP: 76981-030
Advogado do(a) REQUERENTE: RAIZA COSTA CAVALCANTI - RO6478
Requerida: Nome: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - AGU
Endereço: desconhecido
Nome: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos.
A inicial está endereçada a Vara Cível comum e, considerando que se trata de processo contra o INSS, remeta-se ao cartório distribuidor para direcionamento correto.
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001697-81.2015.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: VALDEMIR CLAUDIO ALEXANDRE
Endereço: Rua Benno Luiz Graebin, 9, -, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogado do(a) REQUERENTE: IZABELA MINEIRO MENDES - RO4756
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: Rua Dom Pedro II, 608, Palácio Getúlio Vargas, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-066
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
Diante da concordância das partes com os cálculos da Sra. Contadora, HOMOLOGO-OS para que produzam os jurídicos e legais efeitos. Requisite-se o pagamento através de Precatório,

nos termos da Resolução n. 006/2017 TJ/RO, com destaque aos honorários contratuais, que serão pagos da mesma forma do débito principal, devendo a exequente informar os dados e/ou cópia de documentos necessários para a devida expedição/instrução.
Ocorrido o depósito dos valores, comprove a parte nos autos.
Após, conclusos.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7000708-07.2017.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: Nome: LUIZABETE FANTUCI FORTUNATO
Endereço: av.amazonas, 5193, 5º bec, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIANDRIA APARECIDA FANTUCI ARAUJO PEREIRA - RO5910
Requerida: Nome: MUNICIPIO DE VILHENA
Endereço: CENTRO ADMINISTRATIVO SENADOR TEOTÓNIO VILELA, 00, PAÇO MUNICIPAL, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
Vistos.
O Adágio latino tempus regit actum preconiza que o ato deve ser praticado no tempo devido com a legislação a ele aplicável. Se ocorreu a promulgação de lei estabelecendo novos tetos para pagamento por RPV é esta que deve ser aplicada.
Assim, diante da concordância das partes com os cálculos apresentados, HOMOLOGO-OS para que produzam os jurídicos e legais efeitos. Requisite-se o pagamento através de Precatório nos termos da Resolução n. 006/2017 TJ/RO, com destaque aos honorários sucumbenciais, que serão pagos da mesma forma do débito principal se suplantado o teto para expedição de RPV, devendo a exequente informar os dados e/ou cópia de documentos necessários para a devida expedição/instrução.
Ocorrido o depósito dos valores, comprove a parte nos autos.
Após, conclusos.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Intimação
AUTOS:7006673-63.2017.8.22.0014AÇÃO:CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)REQUERENTE:DHYESICA LOIANY FERMIANO SOUZA DE JESUS
REQUERIDO:
EXECUTADO: CAERD - COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO: LORENA GIANOTTI BORTOLETE - OAB/RO-8303
Fica a parte requerida, intimada por sua advogada para, no prazo de 15, efetuar o pagamento do valor de R$:9.239,98 (nove mil, duzentos e trinta reais e noventa e oito centavos), atualizados em fevereiro de 2018, sob pena de ser acrescido multa de 10%, nos termos do artigo 523, §1º do Código de Processo Civil, ou para, querendo, opor impugnação, no mesmo prazo de 15 dias.
Vilhena - RO, 21 de fevereiro de 2018

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001095-85.2018.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: RAFAEL WILLIAM NASCIMENTO
Endereço: Rua Seiscentos e Vinte e um, 687, São Paulo, Vilhena - RO - CEP: 76987-350
Advogado do(a) REQUERENTE: RAIZA COSTA CAVALCANTI - RO6478
Requerida: Nome: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - AGU
Endereço: desconhecido
Nome: INSS
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos.
A inicial está endereçada a Vara Cível comum e, considerando que se trata de processo contra o INSS, remeta-se ao cartório distribuidor para direcionamento correto.
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7001346-11.2015.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS
Endereço: Rua Acre, 1983, Cel. 8464-2302, NOVO TEMPO, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 Endereço: Rua Acre, 1983, Cel. 8464-2302, NOVO TEMPO, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogados do(a) EXEQUENTE: ALTAIR MORESCO - OAB/RO0006606, JOSAFA LOPES BEZERRA - OAB/RO0003165, ROBERLEY ROCHA FINOTTI - OAB/RO0000690
Requerida: FLOR DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS E DERIVADOS DE CELULOSE LTDA - ME
Endereço: GOIAS, 2.414, FUNDOS, PARQUE NOVO TEMPO, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Nome: JUDITE GENEROZA DE BRITO
Endereço: IVO PARECHI, 901, PLANALTO VERDE, Ribeirão Preto - SP - CEP: 14056-610
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Decido .
Conforme consta nos autos, foi expedida carta precatória para penhora de bens em nome da executada. Eis que sendo negativa a carta precatória, a parte autora foi intimada e em nada se manifestou, conforme certificado pela serventia.
O que se tem é que a parte executada encontra-se em local incerto e não sabido.
Assim, o presente processo deve ser extinto, e assim o declaro com fundamento no artigo 53,§4º, da LJE, eis que o(a)(s) executado(a)(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido.
Em casos como tais a lei permite a extinção do feito de imediato, evitando-se sua eternização, com prejuízo às partes e à própria justiça, posto que incabível a citação via editalícia, salvo em execução se existentes bens para penhora, o que não é o caso.
Assim, diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, podendo o exequente promover o desarquivamento se localizado o devedor.
Arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Vilhena/RO, 20 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto J. Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7004744-92.2017.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: Nome: MARCELO ROBERTO ROSA
Endereço: Rua Dom Pedro II, 5450, 5º BEC, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) EXEQUENTE: CARLA REGINA SCHONS - RO0003900

Requerida: Nome: TRIP - LINHAS AEREAS S/A
Endereço: Rua Sebastião Bueno Mendes, 1200, Avenida Cambacicas - Parque Imperador, Jardim Chapadão, Campinas - SP - CEP: 13070-170
Nome: MASTERCARD BRASIL SOLUCOES DE PAGAMENTO LTDA.
Endereço: Avenida das Nações Unidas, 12901, 26 Andar - Torre Norte, Brooklin Paulista, São Paulo - SP - CEP: 04578-000
Nome: VISA DO BRASIL EMPREENDMENTOS LTDA
Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, - lado par - 9 ANDAR, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04543-000
Advogado do(a) EXECUTADO: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE - MT007413O
Advogados do(a) EXECUTADO: WALTER AIRAM NAIMAIER DUARTE JUNIOR - RO0001111, MARCOS ANTONIO ARAUJO DOS SANTOS - RO0000846
Advogado do(a) EXECUTADO: CAROLINA NEVES DO PATROCINIO NUNES - SP249937
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Diante do pagamento noticiado nos autos, a extinção do feito se impõe.
Via de consequência, Julgo Extinto o Processo na forma do art. 924, II, do CPC.
Libere-se eventual restrição.
Expeça-se alvará para levantamento do valor depositado em favor da parte autora.
Proceda-se o cancelamento de eventual audiência designada.
Sem custas. Sem honorários.
Arquive-se.
P. R. I. C.
Vilhena/RO, 20 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto J. Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7007852-66.2016.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: Nome: LUIS ROBERTO BETEGA
Endereço: Av. Wilson Monteiro de Aaujo, 3721, apartamento 02, Jardim das Oliveiras, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALCIR LUIZ DE LIMA - RO0006770
Requerida: Nome: Tim Celular
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4105, Parte B, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado do(a) EXECUTADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - BA0016780
SENTENÇA
Vistos.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9099/95.
Decido.
Realizada a penhora on line, intimado o devedor para ofertar impugnação no prazo legal, concordou com a penhora.
Em casos como tais, a lei autoriza o levantamento do dinheiro, como forma de pagamento ao credor. In verbis:
Art. 905. O juiz autorizará que o credor levante, até a satisfação integral de seu crédito, o dinheiro depositado para segurar o juízo ou o produto dos bens alienados bem como do faturamento de empresa ou de outros frutos e rendimentos de coisas ou empresas penhoradas, quando:
I - a execução for movida só a benefício do credor singular, a quem, por força da penhora, cabe o direito de preferência sobre os bens penhorados e alienados;
Assim, diante do pagamento, a extinção do feito se impõe. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do art. 924, II, do CPC.
Defiro o pedido de expedição de alvará em favor da parte exequente, dos valores depositados judicialmente.
Sem custas e honorários.
Com a certificação do trânsito, arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se
Vilhena/RO, 20 de fevereiro de 2018.
(a). Gilberto J. Giannasi
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7004865-23.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: SIRENEU FURIN
Endereço: AV 1511, 1587, CRISTO REI, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) REQUERENTE:
Requerida: Nome: JONAS DE LIMA BAIA
Endereço: AV 1513, 1616, CRISTO REI, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC, eis que nenhuma prova de fato é de ser produzida, quedando a matéria dos autos em questão de direito e de fatos provados documentalmente.
Cuidam os autos de ação de obrigação de fazer ajuizada por Sireneu Furin contra Jonas de Lima Baia aduzindo o primeiro que efetuou a venda a esse último de uma motocicleta HONDA/CG 150 TITAN KS, ANO/MODELO 2005/2005, PLACA NBY-4725, demais características no pedido inicial. Afirma que a transferência não foi realizada no momento devido permanecendo em nome do reclamante.
Pleiteia a transferência do veículo para o nome do reclamado e que seja ela obrigada ao pagamento dos débitos remanescentes relativos ao veículo.
Em audiência as partes restaram inconciliadas, muito embora o reclamado Jonas afiançasse a aquisição do veículo, e que não efetuou a transferência, tendo alienado o bem a terceiro.
Postos os fatos, tenho que o reclamado é confesso quanto ao pedido inicial, posto que reconhece a aquisição do veículo motocicleta sem que fosse precedida da transferência da documentação pertinente, ficando o veículo em nome do reclamante, gerando débitos.
Assim, é de se ter o reclamada como confesso, posto que reconheceu que não houve transferência do veículo para o seu nome, pouco importando para o caso a alegação de transferência para terceira pessoa.
Ante a confissão, dá-se como verdadeiros os fatos alegados na inicial, impondo-se a procedência do pedido inicial, no tocante à condenação do reclamado ao pagamento dos débitos relativos ao veículo nominado, bem assim, determinando-se a alteração de propriedade do veículo para o seu nome.
Todavia, como data da venda será tido aquele relativo à procuração, posto que é o marco da venda legal.
Vejamos a obrigatoriedade de transferência do documento do veículo, verbis:
Art. 123. Será obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando:
I - for transferida a propriedade;
§ 1º No caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de 30 (trinta) dias, sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas.

Ora, a transferência da propriedade quando da alienação de veículos, se dá com a entrega da coisa ao comprador, salvo se reservado o domínio por cláusula contratual, o que não foi o caso. Assim, deveria o reclamado promover o acertamento da documentação no prazo legal a partir da outorga da procuração, independentemente de qualquer cláusula contratual, posto que em se tratando de jus cogens, não pode a regra legal ser disciplinada diversamente por vontade das partes.
Confira-se:
TJSP-229840) VENDA DE VEÍCULO. OBRIGAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA REVENDEDORA QUE ADQUIRIU O VEÍCULO. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 134 E 123 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, LEI 9.503/97. Quando a revendedora adquire veículo de particular, está obrigada a cumprir o artigo 123 do CTB, segundo o qual o novo proprietário é obrigado a providenciar a transferência em 30 dias, artigo que não pode ser revogado por portarias do Denatran. Por outro lado, o descumprimento do vendedor do que determina o artigo 134, ou seja, comunicação de venda, não tira deste vendedor qualquer direito de exigir do comprador que providencie a transferência, apenas tornando este vendedor responsável solidário ante o Estado, solidariedade que não interfere nas obrigações assumidas entre comprador e vendedor. Confirma-se assim a SENTENÇA que impõe multa à revendedora que adquiriu o veículo e não providenciou qualquer transferência, seja para seu nome, seja para o nome da pessoa a quem revendeu este veículo. Recurso não provido. (Apelação nº 9198728-19.2009.8.26.0000, 35ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Manoel Justino Bezerra Filho. j. 17.10.2011, DJe 27.10.2011).
Assim, é de se julgar procedente o pedido inicial, apenas com reserva à data da venda, consoante afiançado.
Face ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial da presente ação e, via de consequência, reconheço a propriedade do veículo pelo reclamado Jonas de Lima Baia, e por consequência e face à fundamentação acima, CONDENO-O a pagar o valor equivalente aos débitos existentes em nome do reclamante, a partir da data da venda (06 de outubro de 2008), relativos à motocicleta descrita na inicial, bem assim determinar que o órgão de trânsito proceda a transferência do veículo via DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO NEGOCIADO para o nome deste.
Registro o cumprimento do parte relativa ao pagamento será realizada em até 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$100,00 (cem reais), limitada ao valor do débito pendente a ser apurado mediante informação do órgão de trânsito, devendo ser oficiado para esse fim.
Fica ressalvados os interesses da Fazenda Pública até a data da presente DECISÃO posto que o compromisso particular não afeta o interesse fazendário.
Declaro constituído em favor do reclamante título executivo judicial, nos termos do art. 487,I, do CPC.
Sem custas e honorários.
Com o trânsito em julgado, e com os valores informados, intime o reclamado para o seu efetivo cumprimento.
Oficie-se ao ÓRGÃO DE TRANSITO fornecendo os dados do reclamado Jonas de Lima Baia para devida transferência.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Cumpra-se.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(A) GILBERTO J GIANNASI
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7010444-49.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: ANDERSON AMARAL DO NASCIMENTO
Endereço: Rua Quarenta e Cinco, 5091, Jardim Eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76987-220
Advogado do(a) REQUERENTE: HANDERSON SIMOES DA SILVA - RO0003279
Requerida: Nome: INNOVA ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA
Endereço: Rua Elisa Tramontina, 399, Centro, Carlos Barbosa - RS - CEP: 95185-000
Nome: LUCIANO BARBOSA DE SOUSA EIRELI - ME
Endereço: Rua Coronel Aristides, s/n, Centro, Uruaçu - GO - CEP: 76400-000
Advogado do(a) REQUERIDO:
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos.
Designe-se data para realização de audiência de tentativa de conciliação.
Cite-se e intime-se a parte requerida com as advertências do procedimento sumaríssimo, fazendo constar no MANDADO que, no caso de ausência à audiência de conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, salvo se do contrário resultar da convicção deste juízo (art. 20 da Lei n. 9.099/95), bem como que, caso não haja acordo, deverá apresentar resposta escrita na própria audiência de conciliação, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Intime-se a parte autora, advertindo-a de que sua ausência poderá ensejar na extinção do feito, nos termos do art. 51, I, da Lei n. 9.099/95, bem como que, caso não haja acordo, após apresentação da contestação, deverá apresentar sua impugnação também na própria audiência de conciliação, indicando ainda, as provas que pretenda produzir e justificando sua necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Sirva cópia da presente DECISÃO como MANDADO de intimação e citação.
Expeça-se o necessário.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33212340
Processo nº: 7008289-73.2017.8.22.0014
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: LUIZ FERREIRA PINTO
Endereço: Rua 19 de Abril, 1719, Centro, Chupinguaia - RO - CEP: 76990-000
Advogado do(a) REQUERENTE: KATIA COSTA TEODORO - RO000661A
Requerida: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos.
Conforme DESPACHO CGJ 501/2018, fora encaminhado a este juízo o "Ofício Circular nº 1154/2017 NUGEO do Superior Tribunal de Justiça -STJ, comunicando a DECISÃO proferida em Recurso Especial n. 1.163.020/RS, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, o qual determinou a suspensão nacional do processamento dos feitos que versem sobre o tema de n. 986-Inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculos do ICMS, na qual a afetação foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça -STJ aos Juízes no âmbito da primeira instância e Juizados Especiais para conhecimento."
Assim, suspendo o andamento do presente feito, por ordem superior.
SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

## 1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000
Fone:(69) 3321-3182 Autos n. 7006560-46.2016.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Protocolado em: 16/08/2016 16:11:28
Parte autora: Nome: CAMPOS & MIRANDA LTDA
Endereço: Avenida Barão de Rio Branco, 2289, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado: ESTEVAN SOLETTI OAB: RO0003702 Endereço: desconhecido
Parte requerida: Nome: A.M.C. TEXTIL LTDA.
Endereço: Rodovia Antônio Heil, 4.855, - de 3273 a 5999 - lado ímpar - KM 5, Itaipava, Itajaí - SC - CEP: 88316-003
Nome: MARCELO MASSARI CINTOS - EPP
Endereço: Rua Força Pública, 240, Santana, São Paulo - SP - CEP: 02012-080
Advogado: JOSE CARLOS MULLER OAB: SC2080 Endereço: RIO BRANCO, 1005, APTO 801, JARDIM BLUMENAU, Blumenau - SC - CEP: 89010-300 Advogado: JIMMY PIERRY GARATE OAB: RO8389 Endereço: Rua 609, 588, Parque São Paulo, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Valor da causa: R$ 20.000,00
SENTENÇA
Vistos e examinados estes autos...
CAMPOS & MIRANDA LTDA. ajuizou ação declaratória e de indenização por danos morais contra A.M.C. TÊXTIL LTDA. e MARCELO MASSARI CINTOS EPP., todos qualificados nos autos, aduzindo, em síntese, que fez contrato de representação comercial com a primeira ré, a qual indevidamente lhe enviou mostruário de cintos da segunda ré, pois sem solicitação. Afirma que, mesmo tendo devolvido toda a mercadoria à primeira ré, quando da rescisão contratual, inclusive o mostruário de cintos, foi surpreendida com o protesto de duplicata de venda mercantil pela segunda ré. Alega que não lorgou êxito em resolver a questão amigavelmente, permanecendo a restrição em seu nome, o que tem lhe gerado dano moral. Ao final, postulou pela declaração de inexistência do débito e a reparação do dano moral no valor de R$ 20.000,00.
A antecipação de tutela foi deferida no ID 6643251.
Citado, o réu Marcelo Massari Cintos Epp. deixou transcorreu in albis o prazo para apresentar defesa, conforme certificado no evento n. 5624495 da aba movimentações do processo.
A empresa A.M.C. Têxtil Ltda. apresentou contestação no ID 8422329, arguindo, preliminarmente, a sua ilegitimidade passiva e a falta de interesse de agir da autora. No MÉRITO, sustentou que a autora recebeu as mercadorias mas não fez nenhuma ressalva, o que se presume, portanto assumiu/recebeu/aceitou as mercadorias, pois se não as havia pedido não deveria tê-las recebido, ou ao menos deveria ter feito alguma ressalva sobre o desconhecimento dos produtos ou, ainda, tê-las devolvido de imediato. Argumentou não haver prova do ato ilícito da ré contestante e que a inclusão foi realizada pela segunda ré, única culpada pelos danos alegados. Pugnou pela improcedência da ação.
Consta réplica no ID 9488183.
As partes não pugnaram pela produção de provas.
DECISÃO saneadora de ID 13757993 afastou as preliminares arguidas.
Não houve acordo na audiência de conciliação (ID 15756150).
É a síntese necessária. DECIDO.
Do MÉRITO
Trata-se de ação declaratória e indenizatória em que a autora objetiva o levantamento do protesto que reputa indevido e a reparação do dano moral.
Do cotejo das provas arregimentadas para o bojo dos autos, depois de estabelecido o contraditório e ampla defesa, descortina-se que o pleito autoral merece parcial procedência.
É regra elementar no direito processual civil que o ônus da prova cabe ao réu, quanto aos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito da parte autora (art. 373, inciso II, do CPC), de maneira que não o fazendo, merece sofrer as consequências processuais advindas desse comportamento desidioso.
Pois bem.
Consta na cláusula 1.1 do termo de rescisão contratual (ID 5512500 – pág. 8), que a empresa autora devolveu à ré AMC Têxtil Ltda. todo o mostruário que estava sob sua responsabilidade e restou incontroverso nos autos que, dentre eles, estava o mostruário de cintos de fabricação do réu Marcelo Massari Cintos EPP, que sequer havia sido solicitado pela autora.
Para se eximir da responsabilidade que lhe é imputada, a ré A.M.C. Têxtil Ltda afirma que o corréu deve responder sozinho por ter protestado o título e que, se a autora realmente não tivesse solicitado a mercadoria, deveria tê-la recusado ou imediatamente tê-la devolvido.
Todavia, a ré deixou de comprovar que a autora solicitou o mostruário em discussão e por quanto tempo permaneceu com a mercadoria sem oposição. Por outro lado, a autora comprovou ter procedido a devolução total das mercadorias à ré AMC Têxtil, a quem incumbia encaminhá-la de volta ao seu fornecedor Marcelo Massari Cintos EPP, o que realizou somente após a emissão e o protesto indevidos do título. Reta clarividente, portanto, a sua contribuição para a ocorrência do dano.
Ademais, a autora tentou buscar solução direta com os réus, inclusive o requerido Marcelo Massari, após receber a mercadoria que a corré lhe enviou tardiamente, comprometeu-se a providenciar a baixa do protesto, mas não cumpriu, permanecendo em erro.
Diante da conduta ilícita de ambos os réus, devem eles responder de forma solidária.
Posta assim a questão, remanesce examinar os eventuais prejuízos suportados pela autora decorrentes da atuação desastrosa dos requeridos, sempre atento as diretrizes preconizadas no art. 944, caput, do Código Civil no sentido que: “A indenização mede-se pela extensão do dano”.
No caso dos autos, o pedido inicial se restringe à declaração de inexistência do débito, que decorre logicamente dos fundamentos anteriormente expostos, bem como ao pedido de reparação dano moral, em razão do protesto indevido
O Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que, em casos deste jaez, o dano moral não depende de prova, pois decorre in re ipsa, ainda que o prejudicado seja pessoa jurídica. Colaciono abaixo recente julgado no mesmo sentido:
CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO INDEVIDA. ATO ILÍCITO. DANO MORAL IN RE IPSA. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO.
RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DO QUANTUM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.
1. Consoante a jurisprudência desta Corte, “nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (REsp n. 1.059.663/MS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 17/12/2008).
2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.
3. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra excessivo.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 821.839/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 03/05/2016)
Pois bem. Delineada a responsabilidade relativa ao dano moral, resta-me, pois, apenas fixar o valor da indenização pelo dano moral, que é a tarefa mais árdua em se tratando de ação como esta, uma vez que a um só tempo lidamos com duas grandezas absolutamente distintas, uma imaterial (imagem da empresa) e outra material (o dinheiro).
A indenização por danos morais - que tem por escopo atender, além da reparação ou compensação pelo dano a imagem da empresa, também a observação pelo ofensor de maior cuidado de forma a evitar a reiteração da ação ou omissão danosa - deve harmonizar-se com a intensidade da culpa do lesante, o grau de sofrimento do indenizado e a situação econômica de ambos, para não ensejar a ruína ou a impunidade daquele, bem como o enriquecimento sem causa ou a insatisfação deste (Ap. Cív. n. 2006.017547-7, de São José, rel. Des. Marcus Tulio Sartorato, j. Em 11-3-2008).
No presente caso, considerando a repercussão do ocorrido para a autora, bem como a capacidade financeira dos réus, fixo o dano moral em R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Por derradeiro, urge mencionar que as demais questões suscitadas e não abordadas expressamente nesta DECISÃO ficaram prejudicadas, razão pela qual deixo de enfrentá-las por não serem capazes de infirmar a CONCLUSÃO tomada neste feito (art. 489, § 1º, inciso IV, do novo CPC).
Ante o exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por CAMPOS & MIRANDA LTDA. contra A.M.C. TÊXTIL LTDA. e MARCELO MASSARI CINTOS EPP. e, por consequência, CONFIRMO a antecipação de tutela deferida no ID 6643251, DECLARO inexistente o débito protestado e CONDENO solidariamente os requeridos ao pagamento do valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de indenização por danos morais, com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária contados desta data (súmula 362, STJ), uma vez que na fixação do quantum foi considerado valor atualizado.
Por fim, CONDENO os réus ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte autora, estes arbitrados em 15% (quinze por cento) do valor da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC.
Intime-se o(a) réu(ré) para recolher em guia específica as custas processuais, no prazo de 15 dias do trânsito em julgado, sob pena de inscrição em dívida ativa.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
FABRIZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000
Fone:(69) 3321-3182 Autos n. 7002781-83.2016.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Protocolado em: 11/04/2016 12:10:21
Parte autora: Nome: BOASAFRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Endereço: Avenida Transcontinental, 309, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-041
Advogado: GIANE ELLEN BORGIO BARBOSA OAB: RO0002027 Endereço: desconhecido
Parte requerida: Nome: AQUILES MENEGOL
Endereço: RUa 507, 263, J. America, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Valor da causa: R$ 27.537,78
DESPACHO
Vistos
Determino a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano, aguarde o decurso do prazo no arquivo provisório ( sem baixa).
Decorrido o prazo de suspensão, sem manifestação das partes, iniciar-se-á o prazo da prescrição intercorrente (CPC, no art. 921, §4º).
Transcorrido o prazo de 5 anos, observando-se o que dispõe a Súmula n. 150 do STF, intime-se a parte exequente para se manifestar quanto a prescrição intercorrente.
Intimem-se.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
FABRIZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000
Fone:(69) 3321-3182 Autos n. 7005724-39.2017.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO. bb
Classe: MONITÓRIA (40)
Protocolado em: 03/08/2017 10:25:05
Parte autora: Nome: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Endereço: Avenida Capitão Castro, 3.178, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado: RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO OAB: RO0003249 Endereço: desconhecido
Parte requerida: Nome: LUCIANE MATEUS VEIGA
Endereço: Avenida Celso Mazutti, 6491, São Paulo, Vilhena - RO - CEP: 76987-377
Valor da causa: R$ 14.982,63
SENTENÇA
Vistos.
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL propôs ação monitória contra LUCIANE MATEUS VEIGA objetivando o recebimento de crédito que não foi adimplido pelo(a) requerido(a).
O(A) requerido(a) foi citado(a) pessoalmente para pagamento e não se manifestou, conforme certificado nos autos.
É o necessário. Decido.
Considerando que não houve pagamento, entrega da coisa ou oferecimento de embargos, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTE a ação monitória e, por consequência, com fulcro no art. 701, §2º do mesmo código, CONSTITUO DE PLENO DIREITO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.
Condeno o(a) réu(ré) ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência dessa ação monitória, estes últimos fixados em 10% sobre o valor atual do débito.
Transcorrido o prazo de recurso, intime-se e requeira a parte autora a execução, na forma adequada, apresentando o demonstrativo atualizado do débito.
Após, altere-se a classe para cumprimento de SENTENÇA, prosseguindo-se da seguinte forma:
Intime-se pessoalmente o executado para, no prazo de 15 dias, cumprir espontaneamente a obrigação fixada no título executivo judicial, para pagamento da quantia atualizada pelo exequente, sob pena de ser acrescida automaticamente multa de 10%, e honorários advocatícios no valor de 10%, ambos sobre o valor do débito, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC.
O Oficial de Justiça deverá certificar proposta de acordo por qualquer das partes, na ocasião dos atos de comunicação que lhe couber, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, desde já determino a efetivação de penhora e avaliação dos bens do executado (CPC, art. 523, §3º).

Transcorrido o prazo acima, poderá o executado interpor impugnação nos próprios autos no prazo de 15 dias, independentemente de nova intimação (CPC, art. 525), observando-se que a interposição do ato não impede a prática dos atos executivos e expropriatórios, nos termos do art. 525, §6º, do CPC, salvo exceções e observados os requisitos legais.
Pratique-se o necessário.
Sirva este DESPACHO como MANDADO /carta para os devidos fins.
Publique-se. Registrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
FABRÍZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000
Fone:(69) 3321-3182 Autos n. 7008967-88.2017.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: MONITÓRIA (40)
Protocolado em: 16/11/2017 17:30:57
Parte autora: Nome: CHARLENE PNEUS LTDA
Endereço: Av. Celso Mazutti, 12372, Jardim Eldorado, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogado: GREICIS ANDRE BIAZUSSI OAB: RO0001542 Endereço: desconhecido
Parte requerida: Nome: ABRAAO LATTARO
Endereço: Rua Alfredo Fontinelli, 5730, Centro (5º BEC), Vilhena - RO - CEP: 76988-026
Valor da causa: R$ 2.214,82
DESPACHO
Vistos.
Aguarde-se o prazo de defesa.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
FABRIZIO AMORIM MENEZES
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000
Fone:(69) 3321-3182 Autos n. 7003309-83.2017.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
Protocolado em: 15/05/2017 19:34:50
Parte autora: Nome: JOSE LUCAS DE SOUZA SANTOS
Endereço: Rua das Violetas,, n 1228,, telefone 69-33221939 ou 69-984738379, Bairro Jardim Primavera, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado: TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA OAB: RO0006835 Endereço: desconhecido
Parte requerida: Nome: ARTUR REIS DOS SANTOS
Endereço: Rua Sabino bezerra de Queiroz,, n 12243, Parque Industrial São Paulo, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado: Drª' RAYANNA DE SOUZA LOUZADA NEVES - OAB/RO 5349
Valor da causa: R$ 879,18
SENTENÇA
Vistos etc...
HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo realizado entre as partes nos autos, para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos.
Em consequência, com fundamento no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO(A) o(a) presente FAMÍLIA-EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112) promovida por J. L. D. S. S. contra ARTUR REIS DOS SANTOS.
Tendo em vista que o feito foi extinto pela vontade das partes, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal. Assim, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.
Sem custas finais, nos termos do art. 8º, inciso III, da Lei 3.896/2016.
Publique-se. SENTENÇA registrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
FABRIZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000
Fone:(69) 3321-3182 Autos n. 7003308-98.2017.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
Protocolado em: 15/05/2017 19:13:04
Parte autora: Nome: JOSE LUCAS DE SOUZA SANTOS
Endereço: Rua das Violetas,, n 1228,, telefone 69-33221939 ou 69-984738379, Bairro Jardim Primavera, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado: TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA OAB: RO0006835 Endereço: desconhecido
Parte requerida: Nome: ARTUR REIS DOS SANTOS
Endereço: Rua Sabino bezerra de Queiroz,, n 12243,, Parque Industrial São Paulo, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado: Drª' RAYANNA DE SOUZA LOUZADA NEVES - OAB/RO 5349
Valor da causa: R$ 862,29
SENTENÇA
Vistos etc...
HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo realizado entre as partes nos autos, para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos.
Em consequência, com fundamento no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO(A) o(a) presente FAMÍLIA-EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112) promovida por J. L. D. S. S. contra ARTUR REIS DOS SANTOS.
Tendo em vista que o feito foi extinto pela vontade das partes, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal. Assim, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.
Sem custas finais, nos termos do art. 8º, inciso III, da Lei 3.896/2016.
Publique-se. SENTENÇA registrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
FABRIZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz(a) de Direito

Autos n. 7006157-43.2017.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Protocolado em: 22/08/2017 11:15:04
Parte autora: Nome: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Endereço: Avenida Capitão Castro, 3.178, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado: RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO OAB: RO0003249 Endereço: desconhecido
Parte requerida: Nome: J.D.R. PAZ - ME
Endereço: Avenida Liberdade, 2680, Centro (S-01), Vilhena - RO - CEP: 76980-172
Valor da causa: R$ 5.637,39
DESPACHO
Vistos
Cite-se por Edital.
Desde já, nomeio Curador Especial para proceder a defesa dos interesses da parte Executada, na pessoa do Defensor Público em atuação nesta Vara (CPC, art. 72, II).

Nesse diapasão, vale asseverar que o Curador nomeado poderá opor Embargos à Execução, desde que, é claro, se afigurem presentes quaisquer das hipóteses previstas no art. 917, do CPC; do contrário, não há essa exigência legal.
Em seguida, intime-se a Exequente para requerer o que de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
FABRIZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz(a) de Direito

Autos n. 7009887-96.2016.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Protocolado em: 29/11/2016 15:45:01
Parte autora: Nome: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Endereço: Capitão Castro, 3178, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado: SILVANE SECAGNO OAB: PR0046733 Endereço: desconhecido
Parte requerida: Nome: ALEXANDRE GATTES SILVA
Endereço: Rua Minas Gerais, 671N, nos fundos da Igreja Batista, Centro, Comodoro - MT - CEP: 78310-000
Valor da causa: R$ 14.747,84
DESPACHO
Vistos
Cite-se por Edital.
Desde já, nomeio Curador Especial para proceder a defesa dos interesses da parte Executada, na pessoa do Defensor Público em atuação nesta Vara (CPC, art. 72, II).
Nesse diapasão, vale asseverar que o Curador nomeado poderá opor Embargos à Execução, desde que, é claro, se afigurem presentes quaisquer das hipóteses previstas no art. 917, do CPC; do contrário, não há essa exigência legal.
Em seguida, intime-se a Exequente para requerer o que de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
FABRIZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz(a) de Direito

Prazo: 30 (trinta) dias
Autos: 7001367-16.2017.8.22.0014
Ação: Monitória
Parte autora: RECAUCHUTADORA DE PNEUS ROVER LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob 04.926.655/0001-46
Advogado: Greicis André Biazussi – OAB/RO 1542
Parte requerida: FRANCISCO GINEZ ALHOSBAC SEGURA, inscrito no CPF/MF: 750.134.282-20, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação da parte requerida, acima qualificada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da importância de R$ 3.476,08 (três mil quatrocentos e setenta e seis reais e oito centavos), atualizada em 17/02/2017, devidamente corrigida até a data do pagamento, bem como para efetuar o pagamento dos honorários advocatícios fixados legalmente em 5% sobre o valor atribuído à causa, ou oferecer embargos, nos termos do art. 702, do CPC. Cumprindo o MANDADO no prazo, o(s) réu(s) ficará(ão) livre(s) de pagar(em) as custas processuais (§1º do art. 701, do CPC).
Fica(m) o(s) réu(s) advertidos quanto ao disposto no art. 702, §11º, do CPC: "O juiz condenará o réu que de má-fé opuser embargos à ação monitória ao pagamento de multa de até dez por cento sobre o valor atribuído à causa, em favor do autor".
Cezar Eduardo da Costa Manso, Diretor de Cartório em substituição
Sede do Juízo: Fórum Des. Leal Fagundes, Av. Luiz Mazieiro, n. 4432, Jardim América
Vilhena-RO, 25 de janeiro de 2018.

1ª Vara Cível
Edital de Citação - Prazo de 30(trinta)dias.
Autos n. 7009598.66.2016.8.22.0014
Classe: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Município de Vilhena
Adv. Dr. Carlos Eduardo Machado Ferreira – OAB/RO 3.691 – Procurador
Executado(a): Vitória Regia Teixeira de Sousa
Citação de: Vitória Regia Teixeira de Sousa, brasileira, CPF n. 733.845.933.91, atualmente em local incerto.
FINALIDADE: Citação para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar(em) pagamento da importância de R$ 1.157,49 (hum mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e nove centavos) cálculo datado de Novembro/2016, ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem-lhe penhorados tantos de seus bens quantos bastem para a garantia da execução, e demais acréscimos legais. E, querendo, apresentar defesa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, ficando ciente de que em não sendo apresentada defesa, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor.
Sede do Juízo: Forum Des. Leal Fagundes, Av. 520 n.4432, Vilhena-RO.
Vilhena-RO, 20.02.2018.
Eu, Edeonilson S Moraes, diretor de cartório, o mandei digitar por ordem do MM. Juiz de Direito.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
Processo nº 7008133-85.2017.8.22.0014
EXEQUENTE: FRED ESTEVES RIBEIRO
EXECUTADO: JOSE LEITE RIBEIRO
ATA DE AUDIÊNCIA ANEXA
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000
Fone:(69) 3321-3182 Autos n. 7009036-57.2016.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: MONITÓRIA (40)
Protocolado em: 03/11/2016 14:38:57
Parte autora: Nome: TECIDOS VILHENA LTDA - EPP
Endereço: AVENIDA MAJOR AMARANTE, 3447, CENTRO, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado: DAIANE FONSECA LACERDA OAB: RO0005755 Endereço: RUA RONI DE CASTRO PEREIRA, 4174, SALA 03, JARDIM AMERICA, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Parte requerida: Nome: JANETE BELENICE MERLO DA SILVA
Endereço: AVENIDA BEIRA RIO, 3861, CENTRO, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Valor da causa: R$ 2.435,65
SENTENÇA
Vistos etc...
HOMOLOGO por SENTENÇA o pedido de desistência da parte autora apresentado nos autos, para os fins do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
Em consequência, com fundamento no art. 485, VIII, do mesmo códex, JULGO EXTINTA este(a) ação monitória proposta por TECIDOS VILHENA LTDA - EPP contra JANETE BELENICE MERLO DA SILVA.
Sem custas finais, nos termos do art. 8º, inciso III, da Lei 3.896/2016.
Tendo em vista a extinção da ação pela desistência do interessado e a ausência de citação do réu, tenho que ocorreu a renúncia tácita do prazo recursal, de forma que o feito deve ser arquivado com as cautelas de praxe.
Publique-se. SENTENÇA registrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.
Vilhena/RO, 21 de fevereiro de 2018.
FABRIZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000
Fone:(69) 3321-3182
Autos n. 7001039-52.2018.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Protocolado em: 16/02/2018 18:40:20
Parte autora: Nome: POSTO DE MOLAS NOMA LTDA - EPP
Endereço: rua Edinaldo Luciano da Silva, 2191, Bodanese, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogado: MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO OAB: RO0005836 Endereço: desconhecido Advogado: JEVERSON LEANDRO COSTA OAB: RO0003134 Endereço: rua Corbélia, 695, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 Advogado: MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA OAB: RO0003046 Endereço: rua Corbélia, 695, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 Advogado: KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA OAB: RO0003551 Endereço: rua Corbélia, 695, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Parte requerida: Nome: DAVID SANTOS DE SOUZA
Endereço: Avenida Major Amarante, 1300, Centro (S-01), Vilhena - RO - CEP: 76980-232
Valor da causa: R$ 9.599,36
DESPACHO
Vistos.
Intime-se o exequente para, no prazo de 05 dias, complementar as custas iniciais, observando a Lei 3.896/16, sob pena de indeferimento da inicial.
Após a comprovação da complementação das custas, prossiga-se da seguinte forma:
Cite-se a parte executada para pagamento do valor de R$ 9.599,36 atualizados até a data do efetivo pagamento, no prazo de 03 (três) dias (CPC, 829), sob pena de penhora. Fixo honorários em 10% sobre o valor do débito, advertindo a parte executada de que, no caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º) e ficará isento das custas processuais finais, nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei 3.896/2016.
Caso o(a) executado(a) não seja encontrado(a), ou se oculte, proceda-se o arresto nos moldes do art. 830 do CPC.
Independentemente de garantia do juízo, o(a) executado(a) poderá opor embargos no prazo de 15 dias, de acordo com o que prevê o art. 915, do CPC.
Do mesmo modo, cientifique-se o(a) executado(a) sobre os benefícios do art. 916, do CPC, que assim dispõe: Art. 916. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.
§ 1º O exequente será intimado para manifestar-se sobre o preenchimento dos pressupostos do caput, e o juiz decidirá o requerimento em 5 (cinco) dias.
§ 2º Enquanto não apreciado o requerimento, o executado terá de depositar as parcelas vincendas, facultado ao exequente seu levantamento.
§ 3º Deferida a proposta, o exequente levantará a quantia depositada, e serão suspensos os atos executivos.
(...)
§ 6º A opção pelo parcelamento de que trata este artigo importa renúncia ao direito de opor embargos.
Em caso de penhora, manifeste-se a parte executada em 10 (dez) dias, nos termos do art. 847, caput, do CPC.
Após, diga a parte exequente quanto ao interesse em adjudicar o bem(ns) penhorado(s), pelo valor da avaliação (art. 876, do CPC) ou se pretende que tal(is) bem(ns) seja(m) alienado(s) por sua própria iniciativa (art. 880, CPC).
No cumprimento da ordem, se cumprida por oficial de justiça, este deverá certificar eventual proposta de autocomposição, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Sirva este DESPACHO como MANDADO /carta precatória para os devidos fins.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 20 de fevereiro de 2018.
ANDRESSON CAVALCANTE FECURY
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000
Fone:(69) 3321-3182 Autos n. 7004135-12.2017.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
Protocolado em: 09/06/2017 16:37:44
Parte autora: Nome: EMILLY DE PAULOSOUZA
Endereço: AV ROSA DE SARON, 1056, APTO 01, JARDIM PRIMAVERA, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Parte requerida: Nome: JONAS CORREIA DE SOUZA
Endereço: RUA 731, 1439, CRISTO REI, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Valor da causa: R$ 1.230,31
ATA DE AUDIÊNCIA COM HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTINGUINDO O FEITO, ANEXA.
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000
Fone:(69) 3321-3182
Autos n. 7001029-08.2018.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Protocolado em: 16/02/2018 15:28:31
Parte autora: Nome: UNIMED VILHENA COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO
Endereço: AV. CAPITÃO CASTRO, 4376, CENTRO, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
Advogado: LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR OAB: RO0004683 Endereço: desconhecido
Parte requerida: Nome: PRISCILA NINON DO NASCIMENTO
Endereço: desconhecido
Valor da causa: R$ 1.500,68
DESPACHO
Vistos.
1. Intime-se o executado via edital (CPC, art. 513, § 2º, IV) e seu Curador para, no prazo de 15 dias, cumprir espontaneamente a obrigação fixada no título executivo judicial, para pagamento da quantia de R$ R$ 1.500,68, sob pena de ser acrescida automaticamente multa de 10%, e honorários advocatícios no valor de 10%, ambos sobre o valor do débito, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC.
2. Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, desde já determino a efetivação de penhora e avaliação dos bens do executado (CPC, art. 523, §3º).
3. Transcorrido o prazo acima, poderá o executado interpor impugnação nos próprios autos no prazo de 15 dias, independentemente de nova intimação (CPC, art. 525), observando-se que a interposição do ato não impede a prática dos atos executivos e expropriatórios, nos termos do art. 525, §6º, do CPC, salvo exceções e observados os requisitos legais.
4. Intimem-se.
5. Pratique-se o necessário.
6. Sirva este DESPACHO como MANDADO /carta para os devidos fins.
Vilhena/RO, 20 de fevereiro de 2018.
FABRIZIO DE AMORIM MENEZES
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000
Fone:(69) 3321-3182
Autos n. 7005113-86.2017.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO. bb
Classe: MONITÓRIA (40)
Protocolado em: 10/07/2017 13:49:15
Parte autora: Nome: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Endereço: Rua Benjamin Constant, 308, Arigolândia, Porto Velho - RO - CEP: 76801-200
Advogado: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS OAB: RO0003208
Endereço: desconhecido
Parte requerida: Nome: LUCINEIDE JULIAO DE MELO
Endereço: Travessa A, 4982, Bela Vista, Vilhena - RO - CEP: 76982-088
Valor da causa: R$ 4.498,55
SENTENÇA
Vistos.
ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER propôs ação monitória contra LUCINEIDE JULIAO DE MELO objetivando o recebimento de crédito que não foi adimplido pelo(a) requerido(a).
O(A) requerido(a) foi citado(a) pessoalmente para pagamento e não se manifestou, conforme certificado nos autos.
É o necessário. Decido.
Considerando que não houve pagamento, entrega da coisa ou oferecimento de embargos, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTE a ação monitória e, por consequência, com fulcro no art. 701, §2º do mesmo código, CONSTITUO DE PLENO DIREITO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.
Condeno o(a) réu(ré) ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência dessa ação monitória, estes últimos fixados em 10% sobre o valor atual do débito.
Transcorrido o prazo de recurso, intime-se e requeira a parte autora a execução, na forma adequada, apresentando o demonstrativo atualizado do débito.
Após, altere-se a classe para cumprimento de SENTENÇA, prosseguindo-se da seguinte forma:
Intime-se pessoalmente o executado para, no prazo de 15 dias, cumprir espontaneamente a obrigação fixada no título executivo judicial, para pagamento da quantia atualizada pelo exequente, sob pena de ser acrescida automaticamente multa de 10%, e honorários advocatícios no valor de 10%, ambos sobre o valor do débito, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC.
O Oficial de Justiça deverá certificar proposta de acordo por qualquer das partes, na ocasião dos atos de comunicação que lhe couber, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, desde já determino a efetivação de penhora e avaliação dos bens do executado (CPC, art. 523, §3º).
Transcorrido o prazo acima, poderá o executado interpor impugnação nos próprios autos no prazo de 15 dias, independentemente de nova intimação (CPC, art. 525), observando-se que a interposição do ato não impede a prática dos atos executivos e expropriatórios, nos termos do art. 525, §6º, do CPC, salvo exceções e observados os requisitos legais.
Pratique-se o necessário.
Sirva este DESPACHO como MANDADO /carta para os devidos fins.
Publique-se. Registrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.
Vilhena/RO, 20 de fevereiro de 2018.
FABRÍZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz(a) de Direito

Proc.: 0006019-45.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Leonildo Longo- Me
Advogado:Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223), Priscila Sagrado Uchida (RO 5255)
Requerido:Salatiel da Silva Santos
FINALIDADE:Intimação - Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0002036-67.2012.8.22.0014
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia, Município de Vilhena
Advogado:Promotor de Justiça do Estado de Rondônia ( Não informado)
Requerido:Marlon Donadon, Ivandel Horbach, Fábio de Oliveira Horst Me
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Advogado não informado (OAB-RO 9999), Oksana Paludzyszyn Meister (OAB/PR 35127)
DESPACHO:
Vistos em saneamento.I) REVELIAO réu Ivandel Horbach foi citado às fls. 575/ 576, e não apresentou contestação nos autos.No entanto, deixo de aplicar os efeitos da revelia com relação aos fatos, com fundamento no art. 345, I, do CPC.II) SaneamentoAs partes são legítimas, estão bem representadas nos autos e possuem capacidade postulatória.Presente às condições da ação e os pressupostos processuais de existência, validade e de desenvolvimento regular do processo.O feito encontra-se escoimado de quaisquer vícios que possam inquiná-lo de nulidade.Dessa forma, dou o feito por saneado. III) Ponto controvertido da lideFixo como ponto controvertido da lide, a ocorrência do ato de improbidade narrado na petição inicial.IV) Ônus da ProvaAo autor incumbe comprovar os fatos constitutivos do seu direito: ocorrência da prática improba.Ao réu incumbe comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor: correta aplicação da Lei n. 8.inexistência da pratica de improbidade, ausência de dolo.V) Das ProvasDefiro a produção da prova testemunhal requerida pelo réu Marlon Donadon. Por outro lado, indeferido a realização da prova pericial, uma vez que já decorreram mais de 10 anos entre as instalações das placas de trânsito, bem como que o processo administrativo de contratação para instalação das placas já foram alvo de auditoria pelo Tribunal de Contas, de modo que os documentos confeccionados pelo referido órgão são suficientes para análise do caso.Designo audiência de instrução para o dia 05/6/2018 às 8h30.Faculto ao réu o prazo de 10 dias para arrolar as suas testemunhas.Intimem-se as partes por meio de seus advogados para comparecerem na audiência, ficando o réu advertido de que deverá trazer suas testemunhas, estas independentemente de intimação, devendo seus advogados se atentarem ao que dispõe o art. 455, do CPC.Caso haja testemunha que reside em outra comarca, expeça-se carta precatória para a respectiva oitiva.Intimem-se.Pratique-se o necessário.VI – Estabilidade desta DECISÃO Intimem-se as partes para, no prazo de 5 dias, se manifestarem quanto esta DECISÃO, nos termos do art. 357, § 1º, do CPC.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de DireitoPa

Proc.: 0002696-61.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Norte Brasil Transmissora de Energia Sa
Advogado:Ricardo Martinez (OAB/SP 149028), Paulo Vinicius Silva Goraib (OAB/SP 158029)
Requerido:Marco Túlio Costa Teodoro
Advogado:Astrid Senn (SSP/RO 1448)
DESPACHO:
Vistos.Intime-se o autor para, no prazo de 15 dias, dizer se concorda que os réus levantem os valores depositados nos autos a título de acordo e encerramento deste processo e dos autos em apenso de n. 0002696-61.2012.8.22.0014.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de DireitoPa

Proc.: 0011266-65.2014.8.22.0014
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia, Município de Chupinguaia - RO
Advogado:Promotor de Justiça do Estado de Rondônia ( Não informado)
Requerido:Reginaldo Ruttmann, Ivete Cândido Toledo, Joceli José Ribeiro, Odair Vieira Duarte, Sindoval Gonçalves, Moisés Cazuza de Andrade, Isaias Moreira da Silva, Roberto Mendonça da Silva, Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda, Carlos Luiz Fuck, Trator Campo Ltda - Epp, Adalberto Francisco Compagnoni, Juliano Compagnoni, Rodolfo Compagnoni, Roberto Ângelo Gonçalves
Advogado:André Ricardo Strapazzon Detofol (OAB/RO 4234), Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733), Estevan Soletti (OAB/MT 10063), Advogado não informado (OAB-RO 9999), Gilson Lucas Fagundes (OAB/RO 4148), Marcos Rogério Schmidt (OAB/RO 4032), Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Airo Antônio Maciel Pereira (OAB/RO 693), Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
DECISÃO Vistos em saneamento.I) REVELIAOs réus Reginaldo Ruttmann, Joceli José Ribeiro, Sindoval Gonçalves, Moisés Cazuza de Andrade e Roberto Âbgelo Gonçalves, foram citados, conforme se observa às fls. 720/723, e não apresentaram contestação nos autos.No entanto, deixo de aplicar os efeitos da revelia com relação aos fatos, com fundamento no art. 345, I, do CPC.II) PRELIMINARa) Ilegitimidade passivaOs réus Adalberto Francisco Compagnoni, Juliano Compagnoni, Rodolfo Compagnoni alegaram ser parte ilegítimas no polo passivo da ação, aduzindo que são sócios da empresa Trator Campo LTDA, adjudicante do cetame licitatório discutido nos autos, de modo que entendem que somente a empresa deve responder por eventual dano causado ao erário, uma vez que possui personalidade jurídica e patrimônio próprios, e por isso responde por seus atos.O réu Isaias Moreira da Silva, também alegou ser parte ilegítima da ação, esclarecendo que se tratava apenas de suplente da comissão licitatória, e afirma não ter participado em momento algum do certame.O autor impugnou a pretensão aduzindo que a matéria ventilada pelas partes se confunde com o MÉRITO da causa.Em análise dos autos, verifico que assiste razão ao autor, uma vez que no caso deve ser aplicado a teoria da asserção, segunda a qual as condições da ação são aferidas de acordo com a alegação do autor na petição inicial, não podendo o julgador analisá-la com profundidade, sob pena de exercer Juízo meritório. Assim, se provado na instrução processual que o demandante não é titular do direito vindicado, a teoria da asserção não terá dúvidas em afirmar que a hipótese é de improcedência do pedido.Portanto, ante a aplicação da teoria da asserção, afasto esta preliminar.b) Prescrição (preliminar de MÉRITO )Os réus Trator Campo Ltda Epp, Adalberto Francisco Compagnoni, Juliano Compagnoni e Rodolfo Compagnoni, alegaram a prescrição da pretensão ressarcitória. A questão já foi apreciada por ocasião da DECISÃO preliminar de fls. 661/662, segundo a qual se entendeu que ao ressarcimento dos danos causados ao erário é imprescritível, de modo que a DECISÃO deve ser mantida.c) Prescrição das sanções por ato de improbidadeOs réus Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda e Carlos Luiz Fuck, alegaram a prescrição das sanções por ato de improbidade administrativa, com fundamento no art. 23, I, da Lei n. 8.429/92. Para análise da referida preliminar, é necessário que o Município de Chupinguaia informe nos autos a data do término do exercício dos réus de mandato e de cargo em comissão ou função gratificada, observando-se que o prazo prescricional dos réus particulares, conta-se a partir do desligamento dos servidores e/ou agentes públicos.Assim, intime-se o Município de Chupinguaia para, no prazo de 15 dias, informar e comprovar nos autos a data de desligamento dos réus (servidores e agentes públicos) do exercício de mandato e de cargo em comissão ou função gratificada.III) SaneamentoAs partes são legítimas, estão bem representadas nos autos e possuem capacidade postulatória.Presente às condições da ação e os pressupostos processuais de existência, validade e de desenvolvimento regular do processo.O feito encontra-se escoimado de quaisquer vícios que possam inquiná-lo de nulidade. Dessa forma, dou o feito por saneado.IV) Ponto controvertido da lideFixo como ponto controvertido da lide, a ocorrência do ato de improbidade narrado na petição inicial.V) Ônus da ProvaAo autor incumbe comprovar os fatos constitutivos do seu direito: ocorrência da prática improba.Aos réus incumbem comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor: inexistência da pratica de improbidade, ausência de dolo.VI) Das ProvasDefiro a produção de provas testemunhal requerida pelos réus, e determino o depoimento dos réus Odair Vieira Duarte, Reginaldo Ruttmann, Marcello Braga de Oliveira e Aroldo Machado Lima.Designo audiência de instrução para o dia 22/5/2018 às 9h30.Faculto aos réus o prazo de 10 dias para arrolarem as suas testemunhas.Intimem-se pessoalmente os réus que irão prestar os depoimentos pessoais para comparecerem na audiência designada, consignando advertência do art. 385, § 1º, do CPC. As partes deverão trazer suas testemunhas, independentemente de intimação, devendo os advogados se atentarem ao que dispõe o art. 455, do CPC.Intimem-se as testemunhas arroladas pelo Ministério Público às fls. 770, nos termos do art. 455, § 4º, IV, do CPC.Caso haja testemunha que reside em outra comarca, expeça-se carta precatória para a respectiva oitiva.Intimem-se.Pratique-se o necessário.VII – Estabilidade desta DECISÃO Intimem-se as partes para, no prazo de 5 dias, se manifestarem quanto esta DECISÃO, nos termos do art. 357, § 1º, do CPC.Vilhena-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de DireitoPa

Proc.: 0005096-77.2014.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sérgio Luiz Perini
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc. SÉRGIO LUIZ PERINI, qualificado nos autos, ajuizou a presente ação previdenciária de CONCESSÃO DE APOSENTADORIA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, aduzindo, em suma, que sofreu acidente de trânsito enquanto estava em serviço, em razão do qual ficou incapacitado definitivamente para exercer qualquer labor, pois teve fratura na tíbia direita, que resultou em Artorpatia Degenerativa Femorotibial Bicompartimental. Argumenta ter recebido temporariamente o auxílio-doença, cuja continuidade foi negada pelo réu sob o argumento de que o início das contribuições foi posterior ao início da incapacidade, porém informa que a Justiça Trabalhista reconheceu o vínculo empregatício e o recolhimento das contribuições era de responsabilidade do empregador. Pugna pela condenação do réu à concessão da aposentadoria por invalidez, no valor de um salário mínimo mensal, devido desde a cessação do auxílio-doença.O Juiz Federal declinou da competência à Justiça Comum, por se tratar de incapacidade funcional (fls. 67/68).Recebidos os autos, este juízo indeferiu o pedido de antecipação de tutela (fls. 71).Citado, o INSS apresentou contestação às fls. 96/103, sustentando não haver provas seguras de que a lesão realmente era de sequela atinente à acidente do trabalho, havendo possibilidade de que a suposta moléstia tenha acometido o autor após o transcurso do período de graça, porém antes de voltar a contribuir para a previdência, em 01/2012. Afirma ser imprescindível perícia médica para atestar a incapacidade laborativa. Pugnou pela improcedência da pretensão, mas, se constatada a incapacidade laboral, seja fixada a DIB, na data de apresentação do laudo, e a DCB.Impugnação à contestação às fls. 107/114.Foi declinada a competência ao Juizado Especial da Fazenda Pública, conforme DECISÃO fls. 119.Aquele juízo determinou a realização da perícia (fls. 122/123), cujo laudo foi acostado 132/133, tendo as partes se manifestado; o autor às fls. 139 e o réu às fls. 140.O perito complementou o laudo às fls. 143,

sobre o qual somente o autor se manifestou (fls. 144), ocasião em que juntou documentos, dando-se vista ao réu para ciência. Em sede de alegações finais, por cota o requerido pugnou pela improcedência da inicial (fls. 147).Diante de novo entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia, o Juizado Especial rejeitou a declinação da competência e os autos retornaram a esta Vara.É a síntese do necessário. DECIDO.Estando presentes os pressupostos processuais e condições da ação, passa-se ao exame do MÉRITO. Cuida-se de ação ordinária ajuizada pelo reclamante em face do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL, com pedido de condenação do requerido à concessão de aposentadoria por invalidez, uma vez constatada a sua incapacidade total e permanente para o exercício de atividade laborativa.Infere-se dos autos que o requerido recusou dar continuidade no auxílio doença sob o argumento de que o autor não se enquadrava na condição de segurado, quando ocorreu o acidente, e voltou a contribuir para a previdência após ocorrida a lesão.Todavia, o autor logrou comprovar que a Justiça do Trabalho, nos autos n. 00241.2008.141.14.00-1, reconheceu seu vínculo empregatício com o Clube dos Estados, registrando o contrato trabalhista com admissão em 01/04/2003 e demissão no dia 31/03/2008, na função de cobrador.O prontuário médico de fls. 23/26 comprova que o acidente de trânsito ocorreu o dia 07/11/2007, às 17h50min, ficando caracterizado que a sequela é decorrente de acidente do trabalho. Indubitavelmente o recolhimento das contribuições previdenciárias é de responsabilidade do empregador, não podendo o empregado ser penalizado pela ausência do pagamento.Ademais, inicialmente o requerido concedeu o auxílio-doença ao autor (fls. 31) e, após ajuizada a ação, em DECISÃO recente, concedeu novamente tal auxílio, conforme Carta de Concessão de fls. 146, na qual consta cálculo do benefício com informação de salário até outubro de 2007, portanto comprovada a condição de segurado à época do acidente.Submetido o autor a perícia médica em juízo, foi constatada a incapacidade total e permanente, insuscetível de reabilitação, ex vi do laudo pericial de fls. 132/133, notadamente da resposta aos seguintes quesitos:- quesitos n. 8 do réu - o perito informa que o autor se encontra impossibilitado de desempenhar sua atual profissão em razão da patologia;- quesito n. 9 do réu - informa estar o autor incapacitado de exercer sua última profissão e que o prognóstico é ruim, mesmo cirúrgico, devido à faixa etária e à comorbidade Gota presente;- quesito n. 11 do réu - atesta que o autor está incapacitado para todo e qualquer trabalho;- quesito n. 12 do réu - perito afirma não ser possível a reabilitação para o desempenho de atividade diversa das suas atividades habituais;- quesito n. 5 do autor - afirma que a incapacidade do autor é permanente.Em esclarecimento prestado a pedido do réu, o perito relatou que o autor não pode executar as tarefas laborais anteriores porque a limitação não permite ortostatismo por tempo prolongado, dificulta ao máximo deslocamentos por longas distancias, o que poderia agravar a lesão (fls. 143).A comprovação da incapacidade permanente para a atividade laboral habitual do segurado, evidenciada pela prova técnica produzida sob o crivo do contraditório, sem possibilidade, em concreto, de reabilitação para exercício de outro trabalho que lhe garanta a subsistência, impõe a concessão do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez. Nesse sentido:TRF4-0552803) PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. Comprovada a incapacidade total e permanente do segurado, determina-se a concessão de aposentadoria por invalidez. Se a data de início da incapacidade é anterior ao ajuizamento da ação, o termo inicial do benefício deve ser fixado no ajuizamento, momento após o qual o INSS teve ciência da pretensão da segurada. (Reexame Necessário Cível nº 5009593-69.2013.404.7208, 5ª Turma do TRF da 4ª Região, Rel. Taís Schilling Ferraz. j. 20.10.2015, unânime, DE 27.10.2015). E, ainda, DECISÃO do E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, in verbis:PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. AGRAVO RETIDO. REJEIÇÃO. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. INOCORRÊNCIA. INCAPACIDADE PARA OS ATOS DA VIDA CIVIL. INEXISTÊNCIA. AUXÍLIO DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PERMANENTE E TOTAL PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES LABORAIS. LAUDO PERICIAL. 1. Nega-se provimento ao agravo retido cujo exame foi requerido nas razões de apelação, pois que o acometimento de doença neuroepilética não implica automaticamente, como pretendeu fazer crer o agravante, na ilegitimidade da autora por motivo de impossibilidade de auto-gestão. Inexistência de inépcia da petição inicial, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 282 e 283 do diploma processual civil. 2. Consoante o disposto no art. 59 da Lei nº 8.212/91, o benefício previdenciário de auxílio doença é devido em razão de incapacidade temporária, enquanto permanecer a inabilidade do segurado para o exercício de suas atividades habituais; já ao segurado considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, como é o caso dos autos, é devido o benefício de aposentadoria por invalidez. 3. Demonstrada por meio de laudo pericial a incapacidade da autora para o exercício de qualquer atividade laborativa que lhe garanta a subsistência e tendo a segurada cumprido o período de carência previsto em lei (art. 25, I, da Lei n. 8.213/91), é devido a aposentadoria por invalidez, compatível com a incapacidade total e permanente para o trabalho, a partir da data do laudo médico-pericial. 4. As prestações em atraso, observado o lustro prescricional (Súmula n. 85/STJ), devem ser pagas de uma só vez, monetariamente corrigidas de acordo com a Lei nº 6.899/81, pelos índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal, incidindo desde a data do vencimento de cada parcela em atraso (Súmulas nos 148 do STJ e 19 do TRF 1ª Região). 5. Os juros de mora, de 1% ao mês, por se tratar de débito decorrente de benefício previdenciário, de natureza alimentar, são devidos a partir da citação (Súmula n. 204/STJ), no tocante às parcelas a ela anteriores, incidindo daí em diante sobre as prestações que se vencerem e não forem pagas, a partir do vencimento de cada uma delas, pois somente aí é que ocorre o inadimplemento da obrigação em relação às prestações posteriores à citação (Precedentes: AC 2006.01.99.042272-0/MG, in DJ de 19.01.2007, p. 55; AC 2005.01.99.063105-6/MG, in DJ de 11.01.2007, p. 11; AC 2000.01.00.065554-4/MG, in DJ de 09.11.2006). Fica decotada da condenação a incidência da taxa referencial SELIC. 6. Diante da singeleza da causa, os honorários advocatícios foram corretamente fixados em 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a data de prolação da SENTENÇA recorrida, consoante os critérios constantes do art. 20, § 4º, do CPC, observados os critérios constantes do § 3º, alíneas a, b e c, do mesmo DISPOSITIVO legal, e em conformidade com o enunciado da Súmula n. 111 do STJ. 7. O INSS é isento do pagamento de custas no Estado de Minas Gerais, conforme disposto no art. 10, inciso I, da Lei/MG nº 14.939/2003, que revogou a Lei n. 12.427/96, devendo ser aplicado ao caso concreto por força do art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.289/96. 8. Agravo retido a que se nega provimento. Preliminares rejeitadas. 9. Apelação e Remessa Oficial parcialmente providas. (AC n. 2004.01.99.052485-0/MG, j. 12/05/2008).O INSS pugna que, se concedido o benefício, a fixação da DIB seja fixada na data da apresentação do laudo pericial. Todavia, o Superior Tribunal de Justiça afasta a data do laudo.Assim, considerando que foi concedido o benefício de auxílio-doença na via administrativa, posteriormente cessado indevidamente, e que a lesão sofrida pelo autor em decorrência de acidente de trabalho foi incapacitante e irreversível, a data de início da aposentadoria deve ser o dia seguinte à que foi cessado o auxílio-doença, conforme julgado do STJ abaixo colacionado:PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. DATA DO PRIMEIRO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. O auxílio-doença é um benefício previdenciário de certa duração e renovável a cada oportunidade em que o segurado dele necessite. É um benefício pago em decorrência de incapacidade temporária. Se houver incapacidade total do segurado, poderá ser concedido o benefício aposentadoria

por invalidez. 2. O termo inicial do benefício aposentadoria por invalidez, se o segurado estava em gozo de auxílio-doença, é o dia imediato da cessação deste benefício, nos termos do art. 43 da Lei 8.213/1991. 3. No caso dos autos, como a parte autora não estava em gozo do auxílio-doença e existindo dois sucessivos requerimentos administrativos, mantém-se o entendimento fixado pelo Tribunal a quo no sentido de que o termo inicial será a data do primeiro requerimento administrativo indeferido. 4. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1458133 SC 2014/0134633-0, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 14/10/2014, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/10/2014)8:45Isto posto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL para condenar o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS - a conceder ao autor SÉRGIO LUIZ PERINI a APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, a partir do dia seguinte à data que cessou o auxílio-doença no ano de 2013, conforme comunicação de DECISÃO de fls. 37, no valor equivalente a 100% do salário-benefício, nos termos do art. 44 da Lei n. 8213/91. Do valor retroativo será abatido o que foi pago a título de auxílio-doença no mesmo período.O montante deverá ser corrigido monetariamente a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento da parcela, de acordo com os índices periodicamente publicados no Diário de Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia, com incidência de juros moratórios de 0,5% ao mês a contar da citação válida. Eventual parcela paga administrativamente deverá ser amortizado do montante global, nos termos dart. 1°-F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/09. Dada a natureza alimentar do benefício, concedo de ofício a tutela de evidência, para determinar ao INSS a concessão imediata do benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez ao reclamante, eis que satisfeitos os requisitos de (i) prova inequívoca da verossimilhança da alegação, conforme fundamentação da SENTENÇA, e de (ii) receio de dano irreparável ou de difícil reparação, caracterizado pela natureza alimentar do benefício.CONDENO o réu, ainda, ao pagamento dos honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, consoante disposto no art. 85, §2º, do Código de Processo Civil.Declaro constituído título executivo judicial nos termos do art. 487, I do CPC. A SENTENÇA não se sujeita à remessa obrigatória, conforme dicção do art. 496, §3o,,I, do novo CPC.Sem custas e honorários.Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0009702-51.2014.8.22.0014
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (OAB/RO )
Requerido:Sebastião Gomes Ferreira, Samuel Inácio Leite, M.m.tur Ltda Me, Antonio Alves da Silva
Advogado:Magda Figueiredo da Rocha (OAB/RO 6451), Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
DECISÃO:
D E C I S Ã OVistos.Trata-se de ação civil pública apresentada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA contra SEBASTIÃO GOMES FERREIRA, SAMUEL INÁCIO LEITE, M.M. TUR LTDA-ME e ANTÔNIO ALVES DA SILVA, visando a condenação dos réus pela prática de ato de improbidade administrativa, pois, em tese, o primeiro réu (vereador) em conjugação de esforços com os demais réus, embora fosse-lhe vedado firmar contrato com o Município de Chupinguaia, burlou tal vedação, quando foi subcontratado por meio de interposta pessoa para prestar serviços de transporte escolar com o referido ente público.Na fase da instrução processual os réus Sebastião Gomes Ferreira e Samuela Inácio Leite, informaram a existência de ação civil pública na esfera federal autuada sob o número 0002261-21.2016.4.01.4103 em que se discute o contrato de licitação do transporte público escolar mencionado na petição inicial e pugnou pela remessa dos autos à Justiça Federal.O Ministério Público se manifestou às 882-vº, não se opondo a remessa dos autos.É o necessário. Decido.Em análise dos autos, verifica-se a incompetência deste Juízo, uma vez que o dinheiro fornecido para o transporte escolar decorreu de verba federal, a qual, inclusive, já está sendo alvo de discussão na justiça federal nos autos de n. 0002261-21.2016.4.01.4103.Assim, caso seja verificado o ato de improbidade administrativa, os réus terão que ressarcir o erário federal.Ademais, é clarividente a conexão entre este processo e os autos que tramita na Justiça Federal, pois decorrem do mesmo contrato administrativo de licitação para o transporte escolar do Município de Chupinguaia que se utilizou diretamente de verba federal. Portanto, os processos devem ser reunidos para julgamento conjunto, a fim de se evitar possíveis decisões conflitantes e eventual condenação bis in idem.Ante o exposto, com fundamento no art. 109, I, CF c/c art. 55 e § 3º, do CPC, DECLINO da competência para a Justiça Feral, para DECISÃO conjunta com o autos de n. 0002261-21.2016.4.01.4103. Encaminhem-se os autos com as baixas de estilo.Intimem-se. Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de DireitoPa

Proc.: 0013134-78.2014.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Belotti Comércio de Madeiras e Materiais Para Construções Ltda
Advogado:Adriana Janes da Silva (OAB/RO 3166), Lorene Maria Lotti (OAB/RO 3909)
Requerido:Valmir Leandro
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc.BELOTTI COMÉRCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA propôs ação monitória contra VALMIR LEANDRO, objetivando o recebimento de crédito que não foi adimplido pelo(a) requerido(a).O(a) réu(ré) foi citado(a) por edital e não se manifestou. O Curador especial do(a) réu(ré) manifestou às fls. 67 que não há fundamento legal para oposição de embargos.É o necessário. Decido.O feito comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.A ação monitória é procedente.No caso dos autos, observo que o documento que embasa a presente ação (nota promissória – fls. 17/19) é hábil para comprovar a relação jurídica subjacente entre o(a) autor(a) e o(a) réu(ré), sendo capaz de fundamentar o crédito do(a) autor(a).Ainda, é de consignar que o Curador Especial do(a) réu(ré) não apresentou qualquer matéria que pudesse ilidir a pretensão do(a) autor(a).Ante o exposto, e considerando que não houve pagamento do débito, bem como o Curador Especial do(a) réu(ré) não apresentou qualquer matéria impeditiva, modificativa ou extintiva do direito do(a) autor(a), com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTE a ação monitória e, por consequência, com fulcro no art. 701, §2º, do mesmo código, CONSTITUO DE PLENO DIREITO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL, no valor de R$ 2.763,46 (dois mil setecentos e sessenta e três reais e quarenta e seis centavos), que foi atualizado até o dia 04/11/2014.Condeno o(a) réu(ré) ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência dessa ação monitória, estes últimos fixados em 15% do valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º, do CPC.Intime-se o(a) réu(ré) para recolher em guia específica as custas processuais, no prazo de 15 dias do trânsito em julgado, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa. As custas iniciais deverão ser ressarcidas ao(à) autor(a).Após o trânsito em julgado, decorridos 15 dias e não havendo pendências, arquivem-se os autos, pois caberá à parte interessada promover o cumprimento de SENTENÇA, na forma adequada, observando-se no que couber os art. 513 e seguintes do CPC, atentando-se à instalação do PJE nesta Comarca, bem como a necessidade de serem juntados os documentos imprescindíveis, dentre os quais as procurações outorgadas pelas partes e a certidão do trânsito em julgado, bem como apresentando o demonstrativo atualizado do débito.SENTENÇA registrada automaticamente.Publique-se. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0005220-26.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:João Luiz Malta Ramos
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos etc...Considerando a satisfação do débito pelo pagamento, conforme informação da parte exequente às fls. 75, JULGO EXTINTA a execução de de título extrajudicial promovida por FUCK DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA contra JOÃO LUIZ MALTA RAMOS, nos termos do art. 924, II, do CPC.Custas finais pelo executado que deverá ser intimado para pagamento, no prazo de 15 dias do trânsito em julgado, sob pena de protesto e inscrição de dívida ativa. Havendo complexidade no cálculo das custas, desde já o cartório fica autorizado a remeter os autos à Contadoria Judicial.Autorizo o desentranhamento de documentos, devendo o ato ser realizado pela escrivania, nos termos do art. 100, § 2º, das DGJ's, mediante apresentação de fotocópia pelo interessado dos documentos a serem desentranhados.Homologo a renúncia do prazo recursal às fls. 75.Assim, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.Publique-se. Registrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0008530-11.2013.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Vilhena
Advogado:Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)
Executado:Carevel Veículos Ltda
Advogado:Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223)
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Ocorreu erro material na SENTENÇA de fls. 67, haja vista que a execução fiscal foi extinta em razão do acolhimento dos embargos à execução que declarou a nulidade do débito fiscal, de modo que não cabe condenar o executado ao pagamento de custas processuais.Portanto, excluo da SENTENÇA de fls. 67 o seguinte parágrafo:''Custas finais pelo executado que deverá ser intimado para pagamento, no prazo de 15 dias do trânsito em julgado, sob pena de protesto e inscrição de dívida ativa. Havendo complexidade no cálculo das custas, desde já o cartório fica autorizado a remeter os autos à Contadoria Judicial.''Permanece inalterados os demais termos da SENTENÇA.Publica-se, Intime-se e Cumpra-se.Vilhena-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001549-63.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Marta Inês Filippi Chiella
Advogado:Marta Inês Filippi Chiella (OAB/RO 5101)
Executado:Welcome Luiz da Silva Sobrinho
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
FINALIDADE: Intimar a parte autora, através de sua advogada, tendo em vista a petição protocolada em 16.1.2018, que a comprovação do pagamento das taxas relativas ao cumprimento de Carta Precatória, deve ser efetuada no Juízo deprecado, sob pena de devolução da deprecata.

Proc.: 0002655-60.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rical - Rack Indústria e Comércio de Arroz Ltda
Advogado:Silvane Secagno (OAB/RO 5.020)
Executado:Waldir Magrinelli, Maria Elenice Moreira Magrinelli
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
FINALIDADE: Intimação para no prazo de 10 (dez) dias manifestarem-se quanto ao laudo pericial (fls. 292/308).
Edeonilson Souza Moraes
Diretor de Cartório

## 2ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 dias
Processo nº 7002744-22.2017.8.22.0014
EXEQUENTE: DISAGUA DISTRIBUIDORA DE ABRASIVOS GUARUJA LTDA
EXECUTADO: MAX CONCRETO SERVICOS DE ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA - EPP
FINALIDADE: CITAÇÃO do Executado, para pagar em 03 (três) dias, a importância de R$ 2.492,69 (dois mil e quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e nove centavos) e acréscimos legais, bem como os honorários advocatícios fixados em 10% que em caso de integral pagamento no prazo de 03 dias, poderão ser reduzidos pela metade, sob pena de não o fazendo no prazo estabelecido, serem-lhes PENHORADOS tantos de seus bens quantos bastem para garantir a execução, e para querendo, interpor embargos no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 915 do CPC. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês sobre o valor da causa. Não havendo o pagamento do débito e nem mesmo sendo apresentado justificativa, nos termos do artigo 528, § 3º do CPC, será expedido de MANDADO de protesto do título que embasou este feito.
Obs.: Se houver o pagamento integral no prazo, os honorários serão reduzidos pela metade.
Obs.: Fica ciente que em caso de revelia será nomeado curador especial.
Vilhena-RO, 29 de janeiro de 2018.
Jeronimo José da Silva
Escrivão Judicial Substituto - Cad. 204991-0
Assinado Digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: VINTE DIAS
Processo nº: 7004704-13.2017.8.22.0014
Classe: MONITÓRIA (40)
Assuntos: [Cheque]
Valor: R$ 3.037,24
Requerente: Nome: GBIM IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIALIZACAO DE ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA - ME
Endereço: Avenida Capitão Castro, 4656, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Requerido:JOSÉ JAIR GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, comerciante, inscrito no CNPJ/MF: sob n.º24.965.562/0001-38, atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAÇÃO do Requerido acima qualificado, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da importância de R$ 3.037,24 (três mil trinta e sete reais e vinte quatro centavos), e demais acréscimos legais, ou no mesmo prazo, ofertar EMBARGOS, sendo que, caso cumpra o pagamento, ficará isento de custas e honorários advocatícios.

ADVERTÊNCIA: Não ocorrendo o pagamento ou não sendo oferecidos embargos, o MANDADO de citação se converterá em MANDADO executivo para pagamento da quantia certa, conforme artigo 700. do Código de Processo Civil.
Obs.: Fica ciente que em caso de revelia será nomeado curador especial.
Vilhena-RO, 29 de janeiro de 2018.
Jerônimo José da Silva
Escrivão Judicial Substituto - cad. 204991-0

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
Processo nº 0001913-79.2015.8.22.0009
Polo Ativo: CONSELHO TUTELAR DE CAMPO NOVO DO PARECIS MT
Advogado do(a) REQUERENTE:
Polo Passivo: DAIANA FRANCISCO DOS SANTOS SEGA e outros
Advogado do(a) REQUERIDO:
Advogado do(a) REQUERIDO:
CertidãoCertifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Vilhena, 20 de fevereiro de 2018
Jerônimo José da Silva
Chefe de Cartório

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 dias
Processo nº 7001732-70.2017.8.22.0014
EXEQUENTE: A.M.S. CORREA & CIA LTDA - EPP
EXECUTADO: CLEONICE BATISTA PINTO DA PA.brasileira, maior, casada, agricultora, capaz, inscrita no CPF/MF sob o nº 609.931.462-87, portadora do RG nº 600855 SSP/RO, atualmente em local incerto e não sabido.
Valor da causa: R$ 4.051,00 (atualizado até 15/03/2017)
FINALIDADE: Intime-se a executada ao pagamento voluntário do débito no valor de R$ R$ 4.051,00 (quatro mil e cinquenta e um reais), no prazo de 15 dias úteis, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios também em 10%, sobre o débito, sob pena de não o fazendo no prazo estabelecido, serem-lhes PENHORADOS tantos de seus bens quantos bastem para garantir a execução ( art. 523 do NCPC), Fica a parte executada ciente de que com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do NCPC, independente de penhora e de nova intimação inicia-se o prazo de 15 dias úteis para querendo apresentar impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.
Obs.: Se houver o pagamento integral no prazo, os honorários serão reduzidos pela metade.
Obs.: Fica ciente que em caso de revelia será nomeado curador especial.
Vilhena-RO, 29 de Janeiro de 2017
Jerônimo José da Silva
Escrivão Judicial Substituto - Cad. 204991-0
Assinado Digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
Processo nº 0010992-67.2015.8.22.0014
Polo Ativo: ASSOC DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO PLANALTO PARECIS - APROCIS
Advogados do(a) AUTOR: VERA LUCIA PAIXAO - RO0206/RO, AMANDA IARA TACHINI DE ALMEIDA - RO0003146, ANTONIO EDUARDO SCHRAMM DE SOUZA - RO0004001, NEWTON SCHRAMM DE SOUZA - RO0002947
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado do(a) RÉU: RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP0211648
CertidãoCertifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
PROCESSO SUSPENSO AGUARDANDO DECISÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 0801953-84.2017.822.0000
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018
MARIA JOSE MADEIRA GAVAZZONI
DIRETORA DE CARTÓRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
Processo nº 0006423-23.2015.8.22.0014
Polo Ativo: ORGANIZACOES GOTA D'AGUA LTDA - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: LUCIANE BRANDALISE - RO0006073, WILSON LUIZ NEGRI - RO0003757
Polo Passivo: INSTITUTO QUALITY LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO: Curador Especial
CertidãoCertifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018
MARIA JOSE MADEIRA GAVAZZONI
DIRETORA DE CARTÓRIO

## 3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
Comarca de Vilhena
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
JUIZ: Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
vinicius@tj.ro.gov.br
ESCRIVÃ: Genair Goretti de Morais vha3civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0009366-13.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alair Gonçalves
Advogado:Romilson Fernandes da Silva (OAB/RO 5109), Telma Santos da Cruz (OAB/RO 3156), Gustavo Jose Seibert Fernandes da Silva (OAB/RO 6825)

Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
DESPACHO:
Acolho a competência declinada.Este processo já fora sentenciado, conforme DECISÃO de fl.101/105, bem como as providências jurisdicionais nestes autos já se esgotaram. Assim, eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser interposto via PJE. Diante do acima exposto, arquivem-se os autos. Vilhena-RO, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2018.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito.

Proc.: 0000886-51.2012.8.22.0014
Ação:Despejo por Falta de Pagamento (Cível)
Requerente:Ivone Abrão de Freitas Pereira
Advogado:Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616), Roberto Berttoni Cidade (OAB/SP 213787)
Requerido:Colégio Sírio Libanês Ltda, Elias Malek Hanna
Advogado:Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Elias Malek Hanna (OAB-RO 356-B)
SENTENÇA:
DECISÃO comum aos processos n. 0000425-79.2012.822.0014 e 0000886-51.2012.822.0014.As partes epigrafadas, estando o processo em grau de recurso, noticiaram acordo extrajudicial. O eminente relator decidiu prejudicada a apelação CPC, art. 932,III, encaminhando os autos para apreciação do acordo extrajudicial. DECIDO. Diante da capacidade das partes, licitude do objeto e forma permitida em lei, com fundamento no art. 487, III, “b” do CPC/2015, HOMOLOGO em todos os seus termos o acordo celebrado pelas partes, conforme termo de acordo constante dos autos fl.207/215, autos 0000425-79.2012.822.0014. As partes postularam pela homologação de acordo em relação a outros processos, alguns deles desta 3ª Vara Cível. Com exceção dos dois processos já indicados 0000425-79.2012.822.0014 e 0000886-51.2012.822.0014, os demais processos desta 3ª Vara Cível já foram sentenciados e definitivamente arquivados. Eventual repercussão dessa transação em relação ao que neles decidido deverá ser cumprido pelas partes em respeito à transação ora homologada.Enfatizo que a repercussão dessa transação em outros processos que tramitariam em outro juízo deverá ser obtida mediante DECISÃO do juízo competente. Em síntese esta homologação produz efeito apenas aos referidos processos vinculados a esta 3ª Vara Cível.Sem custas remanescentes, despesas ou honorários de sucumbência. Intimem-se. Após, arquivem-se os autos porque a transação implica na desistência do prazo recursal. Vilhena-RO, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2018.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0000425-79.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Centro Educacional Cultural Objetivo S/s Ltda Me
Advogado:Greicis André Biazussi (OAB-RO 1542)
Requerido:Ivone Abrão de Freitas Pereira, Colégio Regra Ltda
Advogado:Roberto Berttoni Cidade (RO 4178), Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616)
SENTENÇA:
DECISÃO comum aos processos n. 0000425-79.2012.822.0014 e 0000886-51.2012.822.0014As partes epigrafadas, estando o processo em grau de recurso, noticiaram acordo extrajudicial. O eminente relator decidiu prejudicada a apelação CPC, art. 932,III, encaminhando os autos para apreciação do acordo extrajudicial. DECIDO. Diante da capacidade das partes, licitude do objeto e forma permitida em lei, com fundamento no art. 487, III, “b” do CPC/2015, HOMOLOGO em todos os seus termos o acordo celebrado pelas partes, conforme termo de acordo constante dos autos fl.207/215, autos 0000425-79.2012.822.0014. As partes postularam pela homologação de acordo em relação a outros processos, alguns deles desta 3ª Vara Cível. Com exceção dos dois processos já indicados 0000425-79.2012.822.0014 e 0000886-51.2012.822.0014, os demais processos desta 3ª Vara Cível já foram sentenciados e definitivamente arquivados. Eventual repercussão dessa transação em relação ao que neles decidido deverá ser cumprido pelas partes em respeito à transação ora homologada.Enfatizo que a repercussão dessa transação em outros processos que tramitariam em outro juízo deverá ser obtida mediante DECISÃO do juízo competente. Em síntese esta homologação produz efeito apenas aos referidos processos vinculados a esta 3ª Vara Cível.Sem custas remanescentes, despesas ou honorários de sucumbência. Intimem-se. Após, rquivem-se os autos porque a transação implica na desistência do prazo recursal.Vilhena-RO, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2018.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito.

Proc.: 0082796-81.2004.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rotervam Finco
Advogado:Valdir Antoniazzi (OAB/RO 231A)
Executado:Adilar Perin
Advogado:Não Informado ( xx)
Interessado (Parte A:Alcides Medeiro Scheer, Izaquiel Lopes Bezerra
Advogado:Cezar Benedito Volpi (OAB/RO 533), Altair Moresco (OAB/RO 6606)
DESPACHO:
Junte-se petição que segue.Ao credor para manifestar-se no prazo de 15 dias. Vilhena-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018. Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0016486-59.2005.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rotervam Finco
Advogado:Valdir Antoniazzi (OAB/RO 231A)
Executado:Adilar Perin
Advogado:Não Informado ( xx)
Interessado (Parte A:Maria Helena Porto Cardoso, Alcides Medeiro Scheer, Izaquiel Lopes Bezerra
Advogado:Denir Borges Tomio (OAB/RO 3983), Paulo Cesar de Oliveira (OAB/SP 119197), Cezar Benedito Volpi (OAB/RO 533), Altair Moresco (OAB/RO 6606)
DESPACHO:
Assiste razão ao exequente. No processo em que penhorado o crédito, subsequentes decisões judiciais impõe o cumprimento da arrematação, de modo que o crédito dela resultante realmente já pode ser liberado ao exequente desta 3ª Vara.Assim, expeça-se imediato alvará em favor da autora, para levantamento dos valores e de seus rendimentos. Que em 15 dias comprove o levantamento e o valor levantado. Que no mesmo prazo, apresente memória discriminada do débito de ambos os processos, 0016486-59.2005.8.22.0014 e 0082796-81.2004.8.22.0014, inclusive abatendo-se o valor levantado mediante alvará. Vilhena-RO, sexta-feira, 27 de outubro de 2017.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0013263-83.2014.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena Sicredi Univales Mt
Advogado:Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Fernando César Volpini (OAB/RO 610), Marta Inês Filippi Chiella (OAB/RO 5101)

Requerido:Goehl & Filler Ltda Me, Luis Carlos Goehl
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
SENTENÇA:
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena Sicredi Univales Mt propôs ação monitória contra Goehl & Filler Ltda Me e Luis Carlos Goehl aduzindo que é credor da parte ré em decorrência de uma transação comercial que gerou um débito que não lhe foi pago representado por cédulas de crédito bancário. Juntou documentos.A parte ré foi citada pessoalmente e não se manifestou. A parte autora pediu a conversão em título executivo.Decido.Passo ao julgamento conforme estado do processo porque desnecessária a produção de outras provas, conforme argumentação seguinte.Dispõe o art. 700 do CPC: "A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz: I - o pagamento de quantia em dinheiro; II - a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel; III - o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer."A parte ré foi citada pessoalmente e não apresentou manifestação que infirmasse o direito da parte autora ou o tornasse controvertido. Assim não remanescem oportunidades de produção de provas porquanto as necessárias foram oferecidas com a inicial. Posto isto, considerando que não houve pagamento, entrega da coisa, ou oferecimento de embargos, com fundamento nos art. 487, I do CPC/2015, julgo procedente a ação monitória e, por consequência, com fulcro no art. 701, § 2º do mesmo código, CONSTITUO DE PLENO DIREITO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL, no valor de R$15.297,27 atualizado na petição, ou seja, até dia 12 de novembro de 2014.Condeno a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios da parte contrária que fixo em 10% sobre o valor atualizado do crédito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Saliento que eventual cumprimento de SENTENÇA se processará pelo PJE. Transitado em julgado arquivem-se os autos.Vilhena-RO, quinta-feira, 15 de fevereiro de 2018.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0009152-90.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Osvaldo Simionatto
Advogado:Hélio Passadore (MT 3008-A), Armando Krefta (OAB/RO 321B)
Requerido:Maria Siqueira Affonso, Espólio de Lazaro Affonso
Advogado:Ivan Decio Serra (OAB/SP 309410), Lígia Fernanda Serra (SSP/SP 289817), Ivan Decio Serra (OAB/SP 309410), Lígia Fernanda Serra (SSP/SP 289817)
Parte retirada do po:Lázaro Affonso
Advogado:Ivan Decio Serra (OAB/SP 309410), Lígia Fernanda Serra (SSP/SP 289817)
SENTENÇA:
OSVALDO SIMIONATO e SANDRO FONTANA propuseram "ação declaratória de inexistência de débito e cancelamento de protesto em face de LÁZARO AFFONSO e de MARIA SIQUEIRA AFFONSO, arguindo, em síntese que adquiriram dos réus, pelo preço de R$ 500 mil, imóvel rural denominado Fazenda Nossa Senhora Aparecida. Pago integralmente o preço, foi outorgada escritura pública da venda do imóvel em nome de Sandro Fontana. Relatam que referida escritura não pode ser levada a registro porque havia necessidade de certificação de georreferenciamento perante o INCRA, quando indevidamente os réus exigiram a emissão de um cheque no valor de R$ 100 mil. Argumenta que sem alternativa, o segundo autor emitiu o cheque para lo em seguida sustá-lo, o que fez com que os réus levassem o cheque a protesto. Argumentam que não subsiste nenhuma dívida, uma vez que pago integralmente o preço da Fazenda. Postularam pela sustação do protesto, declaração de inexibilidade de dívida e devolução do cheque.Foi deferida a liminar, determinando-se sustação do protesto. Citados, os réus contestaram, arguindo que na verdade não houve o pagamento integral do preço de R$ 500 mil da Fazenda, remanescendo o débito de R$ 100 mil cujo pagamento dar-se-ia através de referido cheque que, no entanto, foi sustado. Esclarecem que tal se deu porque Edson Simionato, procurador dos réus, pagaria o valor remanescente, mas falecera antes disso. Argumentaram pelo reconhecimento de dívida não paga, o que tornou regular a emissão e o protesto do cheque. Propuseram reconvenção cuja petição foi indeferida porque não emendada. Os autores impugnaram a contestação. Foi deferida e produzida a prova oral, ouvindo-se duas testemunhas. Os autores ofertaram alegações finais e juntaram novo documento. Instados, os réus deixaram de apresentar alegações finais e de impugnar referido documento. Decido. O instrumento contratual foi expresso quanto à forma de pagamento por meio de bens e dinheiro entregues no ato, o que implicaria a quitação (fls. 14/16), tanto que outorgada escritura pública, na qual expressamente os vendedores reconheceram há haver recebido o preço integral de R$ 500 mil (fl.18).Ademais, argumentam os autores que após a indevida emissão do cheque, localizaram o recibo do pagamento da quantia supostamente remanescente de R$ 100 mil, paga por seu falecido procurador (fl. 125). Não bastasse isso, no curso do processo tomaram conhecimento de outro documento, qual seja a "escritura pública de declaração" (sic) pela qual os requeridos novamente deram plena quitação. Ou seja, há robusta prova por documentos pelos quais, por seguidas vezes, os réus deram quitação integral. Neste contexto torna-se verossímil a alegação dos autores da razão pela qual o cheque foi emitida, dada a indevida exigência dos réus para outorgarem nova procuração para regularização do imóvel perante o INCRA.Não bastasse a prova documental, as testemunhas corroboraram as peculiares circunstâncias, uma vez que nas efetivas tratativas para compra e venda os autores foram representados por seu procurador, Sr. Edson Simionato, que faleceu antes da propositura desta causa, o que inclusive reforça os motivos pelos quais não dispunham de todos os documentos de quitação, posteriormente localizados. Assim disseram as testemunhas Gustavo e Leandro, reconhecendo o recibo de fl. 20, emitido em setembro de 2006, como de quitação do preço da fazenda. A ele não se vincularia o cheque protestado, emitido apenas em 2.011, quando já falecido o procurador Edson. A autonomia do cheque, arguida pelos réus, não prevalece em relação às objeções opostas em face do próprio portador, conforme se depreende do art. 25 da lei do Cheque:STJ- RECURSO ESPECIAL. COMERCIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO COM PEDIDO DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. ENDOSSO DO CHEQUE. CIRCULAÇÃO. PRINCÍPIOS DA AUTONOMIA E DA ABSTRAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO (CC/2002, ARTS. 915 E 916; LEI 7.357/85 - LEI DO CHEQUE -, ART. 25). VERIFICAÇÃO DA CAUSA SUBJACENTE DO NEGÓCIO JURÍDICO. OPOSIÇÃO DE EXCEÇÕES PESSOAIS AO PORTADOR DO TÍTULO ENDOSSADO. HIPÓTESE DE COMPROVAÇÃO DE MÁ-FÉ. NÃO OCORRÊNCIA NO CASO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. De acordo com o que dispõem o Código Civil de 2002, em seus arts. 915 e 916, e a Lei do Cheque, em seu art. 25, o devedor somente pode opor ao portador as exceções fundadas em relação pessoal com este ou em relação ao título, em aspectos formais e materiais. Nada pode opor ao atual portador relativamente a relações pessoais

com os portadores precedentes ou mesmo com o emitente do título. 2. A única ressalva legal, que viabiliza as exceções mencionadas, tem cabimento quando o portador estiver agindo de má-fé, circunstância que não se verifica na espécie. 3. Recurso especial conhecido e provido para julgar improcedente a ação declaratória de nulidade de títulos e de sustação de protesto. (Recurso Especial nº 889.713/RS (2006/0206958-1), 4ª Turma do STJ, Rel. Raul Araújo. j. 07.10.2014, DJe 17.11.2014).No caso concreto, conforme já demonstrado, os autores opõe exceção em face dos portadores do cheque, que com eles contrataram o negócio originário de compra e venda da Fazenda. É incontroverso e, ademais, comprovado pelo protesto, que o cheque não circulou.DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o pedido dos autores e, por consequência, declaro a inexistência de débito remanescente do negócio originário de compra e venda da Fazenda São Pedro, depois denominada Nossa Senhora Aparecida, imóvel do lote 66 da linha 85 da Gleba Corumbiara. Por consequência, não subsiste causa jurídica para emissão e protesto do cheque n. 00650, título inexigível. Desnecessária a devolução da própria cártula porque já incabível a regular circulação. Ademais, de qualquer forma já estaria prescrita a suposta obrigação (já declarada inexistente), mesmo que viesse a ser exigida por ação monitória ou de cobrança, uma vez que inválido o protesto, não se interrompeu a prescrição. Confirmo a DECISÃO liminar de sustação do protesto. Condeno os réus, de forma solidária, ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, estes últimos em 10% sobre o valor da causa (CPC/15, art. 85, § 2º.Publicação e registro automáticos. Intimem-se.Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Vilhena-RO, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2018.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0007933-71.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Milton Barbosa da Silva
Advogado:Maria Gonçalves de Souza Colombo (OAB/RO 3371), José Luiz Paulúcio (OAB/RO 3457), Cristiano Alves de Oliveira Valim (OAB/RO 5813)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss ( 000.)
DESPACHO:
Acolho a competência declinada.Este processo já fora sentenciado, conforme DECISÃO de fl.87/90, bem como as providências jurisdicionais nestes autos já se esgotaram. Assim, eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser interposto via PJE. Diante do acima exposto, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2018.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0006137-45.2015.8.22.0014
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:G. R. A. de O.
Advogado:Carina Batista Hurtado (OAB/RO 3870), Ruth Balcon Scalcon (OAB/RO 3454)
Requerido:R. F. de O.
Advogado:Agna Aparecida Reis (OAB/MG 129614)
SENTENÇA:
Gabriel Robert Aguiar de Oliveira, menor, representado pela genitora SIMONE AGUIAR DE SOUZA, propôs ação revisional de alimentos em face de Roberto Firmino de Oliveira, aduzindo, em síntese, que em anterior ação de divórcio foram fixados alimentos no valor equivalente à 25% de seus vencimentos líquidos. Alega que sua genitora esta desempregada e que realiza apenas serviços esporádicos enfrentando dificuldades em suprir as suas necessidades. Alega que o requerido teve melhora na sua situação financeira e que percebe elevado salário. Discorreu sobre a contribuição proporcional entre os seus genitores, e na possibilidade de majoração da pensão alimentícia para o valor de 1 salário mínimo. Postulou pela Gratuidade de Justiça. Juntou documentos.Foi deferida a gratuidade e mantidos os alimentos no patamar anteriormente fixado.O requerido contestou alegando, em síntese, que sua situação financeira não mudou desde a separação, tanto que, caso houvesse, logo teria reflexos nos alimentos, considerando a forma que fora fixado. Argumenta que já paga ao requerente plano de saúde e que suas necessidades não aumentaram, o que implicaria em carência de ação. Alega que constituiu nova família e por isso suas despesas aumentaram. Concluiu oferecendo a título de alimentos 80% do salário mínimo vigente. Requereu o benefício de Gratuidade de Justiça. Juntou documentos. A parte autora apresentou impugnação. Rechaçou as alegações do requerido quanto a não alteração de sua situação financeira, alega que o plano de saúde pago pelo requerido não é aceito em Rondônia e, portanto, nunca conseguiu usufruir de tal plano. Discorreu sobre as suas necessidades e concluiu ao pagamento de 80% do salário mínimo referente aos alimentos mais o pagamento de 50% das despesas extras.Instados a especificarem provas, a parte autora requereu cópias das Declarações de Imposto de Renda do requerido e este pediu pelo julgamento antecipado do feito.Eis o relatório. Decido. O autor não é carecedor de ação. Ao contrário do arguido pelo réu, eventual manutenção dos alimentos no patamar originária implicaria em improcedência do pedido revisional, mas não em carência de ação. A obrigação de alimentos estabelece uma "relação jurídica de trato continuado" conforme expressão do art. 505, I do CPC/2015, em que alterações na situação de fato ou de direito podem impor modificação ao julgado. Referida norma prevê de modo genérico aquilo estatuído de forma específica pela lei de alimentos em seu artigo 15:"Art. 15. A DECISÃO judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista em face da modificação da situação financeira dos interessados."Embora os termos de sua redação sejam criticados pelos estudiosos, afirmando alguns, com severa propriedade, que a DECISÃO na ação de alimentos transita em julgada formal e materialmente como as demais, emana cristalino e unânime, que aquilo nela decidido pode ser modificado se também alterada a situação que deu ensejo ao decreto decisório.No caso em comento, cabe ao autor provar, como fatos constitutivos de seu direito, a modificação da capacidade e/ou necessidade das partes. Conforme se pode verificar em fl. 76 o genitor pagou, no mês de setembro 2016, a título de pensão o valor de R$ 672,94, o que apresenta fortes indícios da capacidade econômica do requerido. Aliás, o próprio requerido oferta majoração dos alimentos para 80% do salário mínimo vigente.Ademais, não há como manter alimentos em valores impossíveis para o requerido pagar. Do contrário o valor não deve ser tão pequeno de molde a desatender as necessidades do filho menor, cujas necessidades são aquelas inerentes à idade.Incontroversa a necessidade da criança, a divergência ateve-se à necessidade do autor que conta hoje com 14 (quatorze) anos de idade e capacidade do requerido. Inolvidável que as necessidades do autor são aquelas inerentes à idade. Sabido também que os alimentos devem respeitar o binômio necessidade do que pede/possibilidade daquele que paga. Incabível prosseguir-se na instrução averiguando capacidade econômica de terceiro, atual companheira do requerido. Ademais ele próprio ofereceu alimentos no valor equivalente a 80% do salário-mínimo, pretensão bem próxima do pedido inicial, que seria de condenação em prestar alimentos no valor equivalente a um salário-mínimo. Por isso é razoável a majoração dos

alimentos devidos pelo requerido ao filho, ora autor, para o valor correspondente a 80% do salário mínimo, que atualmente representa R$763,20 (RS 954,00 x 80%).Insta salientar que o Código Civil disciplina a possibilidade de alteração da pensão em seu artigo 1699, nos seguintes termos:"Art. 1699. Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao Juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo."Posto isto, com fulcro no art. 487, I do CPC/2015, julgo parcialmente procedente o pedido de revisional de alimentos proposto por Gabriel Robert Aguiar de Oliveira, para determinar a modificação da pensão alimentícia para o valor correspondente a 80% do salário mínimo vigente na data do pagamento.Condeno o requerido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes últimos fixados em 10% sobre o valor da condenação (CPC, art. 85, § 2º). Com fundamento no art. 98, §3º do mesmo Código declaro suspensa a exibilidade de tais verbas porque é beneficiário da Justiça Gratuita, benefício que expressamente defiro, porque solicitado desde o início e presumida a pequena capacidade do requerido.Oficie-se a empregadora indicada em fl. 71 determinando o desconto em folha de pagamento do requerido de acordo com o novo valor acima fixado.Publicação e registro automáticos. Intimem-se.Transitada em julgado, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2018.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0053087-74.1999.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/A
Advogado:Donizeti Elias de Souza (OAB-RO 266-B), Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030), Rafael Sganzerla Durand (OAB/SP 211648)
Executado:Aloísio Martendal, Vilson dos Santos
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999), Estevan Soletti (OAB/RO 3702), Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733)
DESPACHO:
O executado Vilson, que em nome próprio teria entabulado o acordo de fl. 203/208, é assistido por advogado neste processo, causídico que não teria tomado conhecimento da transação que poria fim à eta execução.Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado constituído para manifestar-se em 05 dias.Vilhena-RO, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2018.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0009063-04.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Welismar Pereira da Silva, Welliton Pereira da Silva, Queila Batista Pereira, Uelson Pereira da Silva
Advogado:Kátia Costa Teodoro (OAB/RO 661A)
Executado:Empresa de Transporte de Passageiros Mediterrâneo Ltda, Deni dos Santos Silvestre, Nobre Seguradora do Brasil Sa
Advogado:Rubens Barbosa (OAB 5178), José Assis dos Santos (RO 2591), Defensoria Pública de Vilhena ( ), Lucineide Maria de Almeida Albuquerque (OAB/SP 72973), Charles Baccan Júnior (OAB/RO 2823A), Leila Mayara Cassia Menezes ( )
Certidão da Escrivania:
Intimar a parte para se manifestar, em 15 (quinze) dias, acerca dos novos documentos juntados.

Proc.: 0063081-48.2007.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Nunes
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000 suplementar)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
Certidão da Escrivania:
Intimar as partes do retorno dos autos da instância superior

Proc.: 0005221-50.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Amanda Iara Tachini de Almeida
Advogado:Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146)
Requerido:Mismael Rodrigues Machado
Certidão da Escrivania:
Intimar a parte para no prazo de 15 dias proceder ao recolhimento e comprovação nos autos das diligências solicitadas, no valor de R$15,00 (quinze Reais) cada uma delas, nos termos do pedido, conforme o art. 17 da nova Lei de Custas n.3.896/2016 do Tribunal do Justiça do Estado de Rondônia.

Proc.: 0001011-14.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Edemilson de Oliveira Silva
Advogado:Cláudia Maria Soares (OAB/RO 4527)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Certidão da Escrivania:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimados sobre a designação de Perícia Judicial para a data de 12/04/2018,08:00horas no Ed. Aquarius Primeiro piso, consultório 1, localizado na Av. Major Amarante nº 4661, Centro, Vilhena- RO

Proc.: 0000721-72.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Leandro Márcio Pedot
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Executado:Compaço Comércio e Indústria de Aço Ltda
Advogado:Carlos Augusto de Carvalho França (OAB/RO 562), Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047)
Parte retirada do po:Fazenda Pública do Estado de Rondônia, Sophia Ilza Ali Nafal Pedot
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Certidão da Escrivania:
Intimar a parte autora para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, ante a não manifestação da parte requerida.

Proc.: 0001641-70.2015.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Lotti Materiais de Construção Ltda
Advogado:Iracema Martendal Cerrutti (OAB/RO 2972)
Requerido:Flávio Leite Alves
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Certidão da Escrivania:
Intimar as partes do retorno dos autos da instância superior.

Proc.: 0001012-04.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:B. de M. Z. A. B. de M. Z.
Advogado:Camila Domingos (OAB/RO 5567), Diandria Aparecida Fantucci Araújo Pereira (OAB/RO 5910), Camila Domingos (OAB/RO 5567), Diandria Aparecida Fantucci Araújo Pereira (OAB/RO 5910)
Executado:G. B. Z.
Certidão da Escrivania:
Intimar a parte para se manifestar, em 15 (quinze) dias, acerca dos novos documentos juntados.
Genair Goretti de Morais
Escrivã Judicial

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
Processo nº 0013893-42.2014.8.22.0014
Polo Ativo: JUCILEIA PENA CORREIA
Advogado do(a) AUTOR: LEANDRO MARCIO PEDOT - RO0002022
Polo Passivo: EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICACOES SA
Advogado do(a) RÉU: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA - RO0002913
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018
Renato Alexandre de Almeida
Chefe de Cartório

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
Processo nº 0010627-18.2012.8.22.0014
Polo Ativo: CARLOS CEZAR ARRIGO DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: LENOIR RUBENS MARCON - RO0000146
Polo Passivo: WESLLEY MORAIS VIEIRA
Advogados do(a) RÉU: MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA - RO0003046, KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA - RO0003551, JEVERSON LEANDRO COSTA - RO0003134
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018
Renato Alexandre de Almeida
Chefe de Cartório

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
Processo nº 0002429-84.2015.8.22.0014
Polo Ativo: TOKIO MARINE SEGURADORA S/A
Advogado do(a) AUTOR: JORGE LUIS BONFIM LEITE FILHO - SP0309115
Polo Passivo: E M SILVA TRANSPORTES
Advogado do(a) RÉU: ANDRE COELHO JUNQUEIRA - RO0006485
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018
Renato Alexandre de Almeida
Chefe de Cartório

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
Processo nº 0001301-29.2015.8.22.0014
Polo Ativo: KATIUSCIA BALBINO COCO
Advogados do(a) AUTOR: RUTH BARBOSA BALCON - RO0003454, CARINA BATISTA HURTADO - RO0003870
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado do(a) RÉU: LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR0008123
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Vilhena, 21 de fevereiro de 2018
Renato Alexandre de Almeida
Chefe de Cartório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VILHENA
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
e-mail: vha3civel@tjro.jus.br
Vilhena - 3ª Vara Cível
Vara: 3ª Vara Cível
Processo: 7009173-05.2017.8.22.0014
Classe: MONITÓRIA (40)
Requerente: IESA INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZONIA S/C LTDA - ME
Advogado: WESLAYNE LAKESMINM RAMOS ROLIM OAB: RO8813 Endereço: desconhecido Advogado: ROSANGELA CIPRIANO DOS SANTOS OAB: RO0004364 Endereço: Av. Major Amarante, 4119, Edificio Empresarial Capra, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Requerido: DENAIR DE CAMPOS VIANA QUEIROZ e outros
IESA Instituto de Ensino Superior da Amazônia S/C LTDA. moveu ação monitória em face de Denair de Campos Viana Queiroz e Valdinei Batista Queiroz. Juntou documentos.
Em audiência de conciliação realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC as partes transigiram e os autos vieram conclusos para homologação do acordo.
Decido.
Diante da capacidade das partes, licitude do objeto e forma permitida por lei, HOMOLOGO a transação cujo teor consta da ata de audiência, e com fundamento no art. 487, III, “b” do CPC/2015, julgo extinto o processo.
Sem custas em virtude da transação.
Homologo a renúncia ao prazo recursal.
Publicação e Registro automáticos. Intimem-se. Arquivem-se os autos.
Vilhena-RO, 8 de fevereiro de 2018
VINICIUS BOVO DE ALBUQUERQUE CABRAL
Juiz de Direito

## 4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
E-mail:vha4civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0006849-45.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Carlos Alberto de Souza "homônimo", Carmem Luce de Souza
Advogado:Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146), Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001), Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947), Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146), Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001)
Executado:Banco Itaú S/A
Advogado:Jose Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/SP 126.504), Alessandra Cristina Mouro (OAB/SP 161979), José Edgar da Cunha Bueno Filho (RO 4570)
DESPACHO:
Intime-se o executado para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 15 dias (art. 1.010, § 1º).Após, remetam-se os autos para o Tribunal de Justiça de Rondônia, com as homenagens deste juízo. Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0026467-73.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP
Advogado:Marlon Vinicius Gonçalves Facio (OAB/RO 5557)
Executado:Adriana Borges da Silva
SENTENÇA:
Tendo em vista o teor da petição de fl. 196, de extinção, nos termos do art. 485, VIII, do CPC/2015, julgo extinto o processo, sem a resolução do MÉRITO.Sem custas finais. Fica autorizado o desentranhamento dos documentos originais que instruíram a inicial, mediante fotocópia nos autos.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Transitada em julgado a presente DECISÃO, arquivem-se os autos. Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0026599-33.2009.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP
Advogado:Marlon Vinicius Gonçalves Facio (OAB/RO 5557)
Executado:Adrielle de Faria
SENTENÇA:
Tendo em vista o teor da petição de fl. 202, de extinção, nos termos do art. 485, VIII, do CPC/2015, julgo extinto o processo, sem a resolução do MÉRITO.Sem custas finais. Fica autorizado o desentranhamento dos documentos originais que instruíram a inicial, mediante fotocópia nos autos.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Transitada em julgado a presente DECISÃO, arquivem-se os autos. Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0083023-95.2009.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP
Advogado:Marlon Vinicius Gonçalves Facio (OAB/RO 5557)
Executado:Sandra Martins Pereira
SENTENÇA:
Tendo em vista o teor da petição de fl. 170, de extinção, nos termos do art. 485, VIII, do CPC/2015, julgo extinto o processo, sem a resolução do MÉRITO.Sem custas finais. Fica autorizado o desentranhamento dos documentos originais que instruíram a inicial, mediante fotocópia nos autos.Procedi a retirada da restrição dos veículos da executada no sistema Renajud.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Transitada em julgado a presente DECISÃO, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0084288-35.2009.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP
Advogado:Marlon Vinicius Gonçalves Facio (OAB/RO 5557)
Executado:Valmir de Lima Gomes
SENTENÇA:
Magazine Minozzo Ltda Me ingressou com a ação de exeução de título extrajudicial em face de Valmir de Lima Gomes, ambos qualificados nos autos.Tendo em vista o pedido de desistência da ação de fl. 160, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do CPC.Sem custas.Libere-se eventuais restrições.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Transitada em julgado a presente DECISÃO, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0085933-95.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP
Advogado:Marlon Vinicius Gonçalves Facio (OAB/RO 5557)
Executado:Marian de Oliveira
SENTENÇA:
Tendo em vista o teor da petição de fl. 121, de extinção, nos termos do art. 485, VIII, do CPC/2015, julgo extinto o processo, sem a resolução do MÉRITO.Sem custas finais. Fica autorizado o desentranhamento dos documentos originais que instruíram a inicial, mediante fotocópia nos autos.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Transitada em julgado a presente DECISÃO, arquivem-se os autos. Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0012052-17.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Charlene Pneus Ltda
Advogado:Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Elias Malek Hanna (OAB-RO 356-B), Odair Flauzino de Moraes (OAB/RO 115A), Fernando César Volpini (OAB/RO 610)
Executado:E. Teixeira Transportes
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Defiro o desentranhamento dos documentos originais que instruíram a inicial, mediante fotocópia nos autos.Sem requerimentos e pagas as custas, arquive-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000544-69.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Ki Bebidas Comercial Ltda Me, Janaína Saraiva de Oliveira
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Suspendo o processo por 01 (um) ano (artigo 921, inciso III, CPC/2015).Decorrido o prazo de um ano sem que sejam localizados bens penhoráveis, remetam-se os autos para o arquivo provisório.

Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis. Nos termos do artigo 921, § 4º do NCPC, sem manifestação do exequente pelo prazo de um ano, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0005768-85.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:José da Cruz Del Pino (OAB/RO 6277), Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Taiane Pegoraro Buchweitz (OAB/RO 7851)
Executado:A J de Araujo Distribuidora Me, Anastácio Joaquim de Araujo
DESPACHO:
Suspendo o processo por 01 (um) ano (artigo 921, inciso III, CPC/2015).Decorrido o prazo de um ano sem que sejam localizados bens penhoráveis, remetam-se os autos para o arquivo provisório. Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis.Nos termos do artigo 921, § 4º do NCPC, sem manifestação do exequente pelo prazo de um ano, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0010102-65.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:José da Cruz Del Pino (OAB/RO 6277), Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Rodrigo Ferreira Batista (OAB/RO 2840)
Executado:Iniciativa Confecções Ltda Me, Acácio Tinti Batista
DESPACHO:
Aguarde-se o trânsito em julgado dos embargos.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0011467-57.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Dorival Godinho da Silva
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Valdinei Luiz Bertolin (OAB/RO 6883)
Executado:Joel da Costa Soares, Ozeias Costa Soares
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Nos termos do artigo 17, da Lei 3896/16 (Regimento de Custas), para realização de busca/bloqueio de bens, a parte autora deverá comprovar o pagamento da diligência.Prazo de dez dias.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0010292-91.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:José da Cruz Del Pino (OAB/RO 6277), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Gr de Oliveira Ltda Me, Geraldo Rodrigues de Oliveira, Maria do Carmo Carvalho de Oliveira
DESPACHO:
Suspendo o processo por 01 (um) ano (artigo 921, inciso III, CPC/2015).Decorrido o prazo de um ano sem que sejam localizados bens penhoráveis, remetam-se os autos para o arquivo provisório. Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis. Nos termos do artigo 921, § 4º do NCPC, sem manifestação do exequente pelo prazo de um ano, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito
Harry Roberto Schirmer
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - (69) 33213182 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
7001394-96.2017.8.22.0014
[Inadimplemento]
EXEQUENTE: POSTO AUTOMAIS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOSEMARIO SECCO - RO0000724, ANDERSON BALLIN - RO0005568
CENTRALNORTE SERVICOS E COMERCIO LTDA
DESPACHO
Intime-se a parte exequente para, querendo, manifestar-se acerca da petição de id 16347981, no prazo de 10 dias..
Vilhena, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018
FABRÍZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: fórum desembargador leal fagundes, Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - (69) 33213182 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
7005574-92.2016.8.22.0014
[Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]
CLEIDE CLESSI SCHAIDA VIEIRA
Advogados do(a) AUTOR: LEANDRO MARCIO PEDOT - RO0002022, VALDINEI LUIZ BERTOLIN - RO0006883
Nome: ELIZETE GONCALVES BARBOSA
Endereço: Av. José do Patrocínio, 3007, centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Nome: AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Endereço: Avenida Rio Branco, 80, ANDAR 16 AO 20, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-070
Advogados do(a) RÉU: ALETEIA MICHEL ROSSI - RO0003396, RUTH BARBOSA BALCON - RO0003454
Advogados do(a) RÉU: EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO0004643, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO0005546, EDUARDO ABILIO KERBER DINIZ - RO0004389
DESPACHO
Associem-se aos autos n. 7005698-75.2016.8.22.0014, para DECISÃO conjunta, nos termos do §1º, do Art. 55, do CPC.
Os pontos controvertidos elencados pela Denunciada já estão abrangidos no DESPACHO de id 15692007, os quais serão apreciados detalhadamente quando analisado o MÉRITO.
Defiro o pedido de prova pericial e nomeio como perito ANDRÉ MONTEIRO DE ALCANTARA OLIVEIRA, devendo apresentar proposta de honorários para servir escrupulosamente, independentemente de compromisso (CPC, art. 466 ). As partes deverão indicar assistentes e formular quesitos em 15 (quinze) dias.
Se aceito o encargo, fixo o prazo de trinta dias para o perito entregar o laudo.
Com a manifestação do perito aceitando o encargo, intimem-se as partes da proposta dos honorários periciais, bem como a Denunciada, para pagamento dos honorários, no prazo de cinco dias.

Com o pagamento dos honorários periciais, intime-se o perito para realização da perícia. As partes poderão indicar assistentes técnicos, os quais apresentarão seus pareceres no prazo de 15dias da entrega do laudo do Perito do Juízo, independentemente de intimação.
Expeça-se o necessário.
Vilhena, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018
FABRÍZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: fórum desembargador leal fagundes, Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - (69) 33213182 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
7006040-52.2017.8.22.0014
[Guarda]
M. J. D. S.
Advogado do(a) REQUERENTE: RAFAEL ENDRIGO DE FREITAS FERRI - RO0002832
Nome: IPONINA DA SILVA AFONSO SANTOS
Endereço: Av. Primavera, 1713, Centro, Chupinguaia - RO - CEP: 76990-000
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Designo o dia 0404/2018, às 09h., para audiência de instrução e julgamento.
Intimem-se.
Serve a presente como MANDADO de intimação.
Testemunhas arroladas pela Requerida:
Regiane Alves Barbosa, residente e domiciliado na Rua Ricardo Hinze, n.
1608, Chupinguaia – RO.
Roseli Campos Siqueira, residente e domiciliada na Rua 10-A, n. 629, Bairro Jardim das Acacias, Chupinguaia – RO.
Vilhena, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018
FABRÍZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: fórum desembargador leal fagundes, Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - (69) 33213182 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
7000317-18.2018.8.22.0014
[Adimplemento e Extinção]
IESA INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZONIA S/C LTDA - ME
Advogados do(a) AUTOR: WESLAYNE LAKESMINM RAMOS ROLIM - RO8813, ROSANGELA CIPRIANO DOS SANTOS - RO0004364
SAMARA CRISTINA SAMPAIO CORREA DOS SANTOS e outros
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
SENTENÇA
Iesa Instituto de Ensino Superior da Amazônia Ltda ingressou com ação monitória contra Samara Cristina Sampaio Correia e outros, qualificados nos autos.
As partes juntaram aos autos acordo de Id 16345584.
Face do exposto, homologo o acordo estabelecido entre as partes, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b" do Código de Processo Civil/2015, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Sem custas finais.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Procedidas baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos.
Vilhena, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018
FABRÍZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível
Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - (69) 33213182 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
7001061-13.2018.8.22.0014
[Alienação Fiduciária]
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA - SP0115665
REGINALDO JHONATA CARDOSO MELO
DESPACHO
Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de pagamento das custas processuais.
Prazo de quinze dias.
Vilhena, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018
FABRÍZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível
Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: fórum desembargador leal fagundes, Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - (69) 33213182 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
7008215-19.2017.8.22.0014
[Oferta, Guarda, Regulamentação de Visitas]
R. O. D. S.
Advogado do(a) AUTOR: MARIANA KUIPERS SOARES - RO0005478
Nome: DEUCILENE DOS SANTOS SABANÊ
Endereço: Rua 1522, 2073, Cristo Rei, Vilhena - RO - CEP: 76983-488 (celular 69 984140405)
DESPACHO
Designo o dia 23/03/2018, às 08h30mim para audiência de tentativa de conciliação, na sala da CEJUSC.
Cite-se a requerida nos termos do DESPACHO de Id 14936624.
Intimem-se. Expeça-se o necessário.
Vilhena, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018
FABRÍZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, VILHENA - RO - CEP: 76980-000 - (69) 33213182 - E-mail: vha4civel@tjro.jus.br
7007410-66.2017.8.22.0014
[Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]
VALDIR COSTA DE MOURA
Advogado do(a) AUTOR: CEZAR BENEDITO VOLPI - RO0000533
Nome: FLAVIO ALEXANDRE VALADARES
Endereço: Rua Buritis, 2453, Setor 6, Buritis - RO - CEP: 76880-000
DECISÃO
Considerando a denunciação da lide do DNIT – Departamento Nacional de Trânsito (ID 14929081), remeta-se os autos à Justiça Federal para análise da questão.
Intimem-se.
Vilhena, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018
FABRÍZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: fórum desembargador leal fagundes, Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - (69) 33213182 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
7000011-64.2018.8.22.0009
[Dissolução]
VALDEMAR ASCARI e outros
Advogados do(a) AUTOR: PRISCILA MORAES BORGES - RO0006263, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586/RO, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO0002930
ZENIR ANTONIO MATHIAS DE JESUS
SENTENÇA
Valdemar Ascari e Zenir Antônio Mathias de Jesus ingressaram com pedido de homologação de acordo de divórcio consensual.
As partes juntaram aos autos acordo de Id 15433187.
Face do exposto, homologo o acordo estabelecido entre as partes, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b" do Código de Processo Civil/2015, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Sem custas.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Procedidas baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos.
Vilhena, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018
FABRÍZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - (69) 33213182 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
7000877-57.2018.8.22.0014
[Fornecimento de Energia Elétrica, Irregularidade no atendimento, Abuso de Poder, Energia Elétrica]
COOPERATIVA EDUCACIONAL DE VILHENA COOPEVI
Advogado do(a) AUTOR: RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO - RO0003249
Nome: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Endereço: Rua Domingues Linhares, 279, Centro (S-01), Vilhena - RO - CEP: 76980-070
DESPACHO
Considerando os documentos apresentados com a inicial, verifico que existem elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, e porque reversível a medida, com fulcro no art. 300 do CPC/2015, antecipo a tutela de urgência pretendida para determinar que o requerido abstenha-se de suspender o fornecimento da energia elétrica na unidade consumidora de código 134183-9, sob pena de multa diária de R$ 500,00, até o limite de R$ 50.000,00.
Designo o dia 13/04/2018, às 10h30mim para audiência de conciliação, no CEJUSC, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum de Vilhena, Av. Luiz Mazieiro, 4432, Jd. América, Vilhena/RO.
Cite-se e intime-se o requerido, com antecedência mínima de vinte dias da solenidade. Caso o requerido não tenha interesse na autocomposição, deverá informar o juízo, por petição, com dez dias de antecedência, contados da data da audiência designada, bem como seu prazo de defesa começa contar da data do protocolo do pedido de cancelamento.
Não havendo acordo, o réu poderá apresentar contestação no prazo de quinze dias, cujo prazo terá início se infrutífera a conciliação, sob pena de revelia.
Ficam as partes advertidas que, o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.
Fica a parte autora intimada da realização da audiência, por meio de seu advogado.
Servirá esta DECISÃO como MANDADO de citação e intimação para audiência de conciliação.
Vilhena, Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018
FABRÍZIO AMORIM DE MENEZES
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - (69) 33213182 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 DIAS
Autos: 7000715-62.2018.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Alimentos]
EXEQUENTE: M. S.
EXECUTADO: EDINALDO LUIZ FERREIRA, portador do RG. 1566311-6 SSP/MT e CPF. 007.401.891-40, natural de Brasnorte/MT, filho de Sueli Luiz Ferreira, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Valor da causa: R$ 863,38
FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO do Executado, para, no prazo de 03 (três) dias pagar o débito no valor de R$ 863,38 (oitocentos e sessenta e três reais e trinta e oito centavos) atualizados na data do efetivo pagamento, referente aos meses de novembro e dezembro/2017 e janeiro/2018, bem como eventuais prestações que vencerem no curso do processo, devendo provar que pagou ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de protesto do título judicial e prisão. Se esgotado o prazo sem pagamento ou manifestação do executado, ocorrerá o protesto do título e expedição de MANDADO de prisão, por 03 (três) meses.
Vilhena-RO, 16 de fevereiro de 2018.
HARRY ROBERTO SCHIRMER
Escrivão Judicial-Cad. 203.122-1
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ªCível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - (69) 33213182 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 DIAS
Autos: 7000695-71.2018.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Correção Monetária, Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens]
EXEQUENTE: IRMAOS RUSSI LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: ANDERSON BALLIN - RO0005568, JOSEMARIO SECCO - RO0000724
Executado: LUIZ CARLOS FERREIRA CPF: 420.494.742-53,, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Valor da ação: R$ 8.010,02
FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO do Executado, acima qualificado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a SENTENÇA e efetuar o pagamento da importância de R$ 8.010,02 (oito mil e dez reais e dois centavos), bem como, das custas processuais, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios em 10%. Transcorrido o prazo de 15 dias, sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (artigo 525, CPC/2015).
Vilhena-RO, 16 de fevereiro de 2018.
HARRY ROBERTO SCHIRMER
Escrivão Judicial-Cad. 203.122-1
Assinado Digitalmente

# PRIMEIRA ENTRÂNCIA

## COMARCA DE ALTA FLORESTA D´ OESTE

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 1000314-93.2017.8.22.0017
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Infrator:Aramis Ferreira de Castro
Advogado:Aleander Mariano Silva Santos (RO 2295)
DECISÃO:
Ministério Público ofereceu proposta de sursis processual à fls. 198/199. Designada audiência fez-se presente o infrator, postulando prazo para manifestar-se acerca da proposta de sursis (fl. 205). Decorrido o prazo o denunciado apresentou manifestação aceitando a proposta (fl. 206).Posteriomente juntou comprovante de transferência do imóvel para o Município (fl. 216).Presentes as condições de aplicabilidade do art. 89 da Lei 9.099/95, havendo a proposta ministerial com a concordância do acusado e respectivo defensor, homologo o acordo e promovo a suspensão do processo pelo prazo de dois anos, nos termos das condições formuladas (fl. 205).Considerando que o denunciado realizou a transferência do imóvel, não há necessidade do cumprimento dos demais itens, devendo os autos ser suspenso pelo prazo acima mencionado.O infrator fica ciente de que vindo a ser processado por outro crime ou contravenção, terá a suspensão deste processo revogada (Lei nº. 9.099/95, artigo 89 §§ 3º e 4º). O prazo prescricional da pretensão punitiva não correrá durante o tempo de suspensão do processo.Intimem-se e comuniquem-se, expedindo o que for necessário.Alta Floresta DOeste-RO, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2018.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0000651-70.2015.8.22.0017
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Condenado:Noel dos Santos Ferreira
Advogado:Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
DECISÃO:
O presente feito veio concluso para análise da possibilidade de concessão de indulto ou comutação de pena.O Ministério Público opinou pela suspensão da análise até o deslinde da ação direta de inconstitucionalidade referente ao Decreto (fls. 237/238).É o sucinto relatório. Passo a decidir.Inicialmente é preciso esclarecer que o Decreto n. 9.246/17, é objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5875/DF, tendo a Presidente do Supremo Tribunal Federal em sede de medida cautelar determinado a suspensão dos incisos I do artigo 1º; I do parágrafo 1º do artigo 2º e os artigos 8º, 10 e 11 do Decreto 9.246/2017. Contudo, a presente execução não tem relação aos artigos e incisos suspenso pela Presidente do Supremo Tribunal Federal, por consequência não impede a análise dos demais requisitos, que não foram alcançados pela suspensão.Analisando os autos, constato que o apenado foi condenado por crime hediondo, sendo-lhe vedada, portanto, a concessão dos benefícios de indulto ou comutação de pena, diante da imposição prevista no artigo 3º, inciso III, do Decreto n. 9.246/2017.Portanto, INDEFIRO O INDULTO OU COMUTAÇÃO DE PENA, nos termos do artigo 3º, inciso III, do Decreto n. 9.246/2017.Intimem-se e comuniquem-se, conforme for necessário.Prossiga-se com a execução penal em seus ulteriores termos.Alta Floresta DOeste-RO, quinta-feira, 1 de fevereiro de 2018.Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira Juiz de Direito
Maria Célia Aparecida da Silva
Escrivã - Diretora de Cartório

# 1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000 - Fone:(69) 36412239 Processo nº: 7000220-14.2015.8.22.0017
Classe: PETIÇÃO (241)
Protocolado em: 28/08/2015 11:40:07
REQUERENTE: HILDA MARIA DA SILVA
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D´OESTE
DESPACHO Vistos.
Tendo em vista o retorno dos autos da Turma Recursal, e o respectivo acordão que manteve inalterada a SENTENÇA, transitada em julgado, intime-se o sucumbente para realizar o recolhimento das custas, devendo a escrivania proceder na forma do art. 35 e seguintes da Lei Estadual n. 3.896/2016 (Regimento de Custas).
Cumprindo com o que for necessário, arquive-se.
Alta Floresta D'Oeste, 20 de fevereiro de 2018
ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000 - Fone:(69) 36412239 Processo nº: 7000406-37.2015.8.22.0017
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Protocolado em: 11/09/2015 08:36:40
EXEQUENTE: CICERO BERTOLDO
EXECUTADO: CIMOPAR MOVEIS LTDA
DECISÃO
Atendendo ao pedido da parte exequente (ID 16043479 ), com base no art. 854 do CPC/2015, deferi a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira.
Requisitado o bloqueio de valores em relação ao executado, restou descumprida a ordem por não existirem contas com valores a bloquear em nome do executado, conforme relatório que detalha a ordem juntado aos autos.
Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, promover o andamento do feito.
Decorrido o prazo e não havendo manifestação, remeta-se ao arquivo.
Alta Floresta D'Oeste, 20 de fevereiro de 2018.
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito.

Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Comarca de Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
VARA CÍVEL
Processo n. 0001125-41.2015.8.22.0017
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Alienação Fiduciária, Contratos Bancários, Busca e Apreensão]
Valor inicial da Causa: R$ 52.378,81
Parte autora:
Nome: BANCO BRADESCO S.A.
Advogados do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB-RO 4937, CARMEN ENEIDA DA SILVA ROCHA - OAB-RO 3846, ANNE BOTELHO CORDEIRO - OAB-RO 4370

Parte requerida:
Nome: WAGNER JUNIO SANTANA MARTINS
DESPACHO
Em consulta ao sistema BACENJUD não foram encontrados valores em contas bancárias do executado para bloqueio, conforme comprovante que segue anexo.
Dê ciência ao requerente e nada sendo requerido em 10 dias, promova-se o arquivamento sem baixa pelo prazo prescricional, conforme DECISÃO de fl. 91 do processo físico (ID n. 13504361).

DESPACHO encaminhado automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
Alta Floresta D'Oeste/RO, 20 de fevereiro de 2018
ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE
Juiz de Direito
(assinatura eletrônica por meio de certificado digital)
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000 - Fone:(69) 36412239 Processo nº: 7000371-43.2016.8.22.0017
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Protocolado em: 23/03/2016 21:01:12
EXEQUENTE: EDILSON PEREIRA GOMES
EXECUTADO: CAFEEIRA FLORIDA LTDA - ME, L. F. FERREIRA CAFE - ME
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA da qual a parte credora formulou pedido (ID 16048838), pleiteando a desconsideração da personalidade jurídica da executada.
Pois bem.
Com efeito, após a certificação do Oficial de Justiça de que ambas as empresas executadas estão em nome da mesma pessoa e, após infrutífero a tentativa de bloqueio online, a autora formulou requerimento de desconsideração da personalidade jurídica, dando-se a entender que os bens do sócio da empresa, Senhora LÚCIA FUZARI FERREIRA, devem ser alcançados pelos efeitos da – eventual – DECISÃO que deferir o pedido.
Ocorre que a desconsideração da personalidade jurídica não deve ser manejada por simples requerimento.
É, em verdade, um incidente que depende de autuação em separado, seguindo-se a ritualística dos arts. 133 e seguintes do Novo CPC, trazendo inclusive a suspensão da execução.
Por essa razão, NÃO CONHEÇO do requerimento lançado no ID 16048838.
SUSPENDO o curso da ação pelo prazo de 20 (vinte) dias, prazo no qual o autor deve requerer o que entender de direito, sob pena de extinção e arquivamento, independentemente de nova intimação.
Intimem-se.
Alta Floresta D'Oeste/RO, 20 de fevereiro de 2018
ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE
Juiz de Direito
(assinatura eletrônica por meio de certificado digital)

Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Comarca de Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
VARA CÍVEL
Processo n. 0000648-57.2011.8.22.0017
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
Assunto: [Inventário e Partilha]
Valor inicial da Causa: R$ 274.940,00
Parte autora:
Nome: MARLI SOUZA DE OLIVEIRA
Endereço: Linha 140, Km 25,, Não consta, Zona Rural, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
Nome: Angelica dos Santos Oliveira
Endereço: linha 140, km 25, Zona Rural, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
Nome: Jakeline Oliveira dos Santos
Endereço: Linha 140, km 25, Zona Rural, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
Advogado do(a) REQUERENTE: ADRIANA JANES DA SILVA - RO0003166
Advogado do(a) REQUERENTE: ROBERTO ARAUJO JUNIOR - RO0004084
Advogado do(a) REQUERENTE: ADRIANA JANES DA SILVA - RO0003166
Parte requerida:
Nome: Geneci Rocha dos Santos
Endereço: Linha Cinquentinha, Km 22, Não consta, Não consta, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
Advogado do(a) INVENTARIADO: ADRIANA JANES DA SILVA - RO0003166
DESPACHO
Considerando o objeto da causa e pedidos, acolho a justificativa apresentada pela inventariante (id 16174013).
Portanto, redesigno audiência de conciliação para o dia 02/04/2018, às 08 horas, a ser realizada na sala de audiência de conciliação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos-CEJUSC desta Comarca.
Remetam-se os autos ao CEJUSC para realização da audiência e dos demais atos concernentes, nos termos da regulamentação normativa respectiva.
Considerando que ambas as partes possuem advogados constituídos nos autos, fica dispensada a intimação pessoal, devendo ser intimadas por meio de seus advogados via publicação DJe.
Alta Floresta D'Oeste/RO, 15 de fevereiro de 2018
ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE
Juiz de Direito
(assinatura eletrônica por meio de certificado digital)

Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Comarca de Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
VARA CÍVEL
Processo n. 7001727-73.2016.8.22.0017
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Assunto: [Contratos Bancários]
Valor inicial da Causa: R$ 74.130,49
Parte autora:
Nome: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) AUTOR: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB-AM000A598
Parte requerida:
Nome: JOAO JAIR GARCIA
DESPACHO
Em consulta ao sistema INFOJUD foi apurado o endereço do requerido como sendo o mesmo em que foi realizada a última diligência pelo Oficial de Justiça (Linha P-50, zona rural, Alta Floresta D'Oeste-RO) e constatado que o requerido não reside mais no referido local (Id n. 15420947), conforme documento de consulta que segue anexo.
Em consulta ao sistema RENAJUD não foi encontrado novo endereço do requerido, conforme documento de consulta que segue anexo.

Em consulta ao sistema BACENJUD, foi encontrado endereço do requerido como sendo Linha 47,5, zona rural, Alta Floresta D'Oeste/RO, mesmo endereço onde foi realizada a primeira diligência pelo Oficial de Justiça e constatado que o requerido se mudou para o Estado do Paraná há mais de dois anos (ID n. 7450272).
Portanto, não tendo sido localizado o endereço em que o requerente está residindo no Estado do Paraná, intime-se a parte autora para se manifestar em 10 dias e apresentar o local onde se encontra o veículo para ser apreendido e removido, sob pena de extinção por abandono.
DECISÃO encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
Alta Floresta D'Oeste/RO, 20 de fevereiro de 2018
ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE
Juiz de Direito
(assinatura eletrônica por meio de certificado digital)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000 - Fone:(69) 36412239 Processo nº: 7000692-44.2017.8.22.0017
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Protocolado em: 01/06/2017 15:16:58
EXEQUENTE: JOSE ANSELMO STEVANELLI SOUZA
EXECUTADO: SKY SERVICOS DE BANDA LARGA LTDA.
DESPACHO
Vistos.
A parte requerida cumpriu voluntariamente a SENTENÇA no prazo legal, juntando aos autos comprovante do pagamento da condenação [ID 16224103].
O autor requereu o levantamento da importância [ID 16244058 ].
Defiro.
Intime-se a exequente a, no prazo de 10 (dez) dias, comparecer em cartório e retirar o Alvará, ficando desde já AUTORIZADO sua expedição, e proceder o levantamento do valor depositado e cominações que porventura incidirem, devendo ser dada quitação da quantia paga por termo nos autos.
Indefiro eventual requerimento de publicação em nome de determinado advogado pois as intimações devem ser realizadas na pessoa do causídico que, a teor do disposto nos arts. 2º e 5º da Lei 11.419/2006, tem a atribuição de efetuar o próprio cadastro junto ao PJE.
Cumprindo com o que for necessário e nada mais sendo requerido, arquive-se.
Alta Floresta do Oeste, 20 de fevereiro de 2018.
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000 - Fone:(69) 36412239 Processo nº: 7000279-02.2015.8.22.0017
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Protocolado em: 13/07/2015 17:56:09
EXEQUENTE: VALDECI COELHOS PEREIRA
EXECUTADO: ADENILSON DONIZETTI LINGUANOTO
DESPACHO
Vistos.
A parte requerida cumpriu voluntariamente a SENTENÇA no prazo legal, juntando aos autos comprovante do pagamento da condenação [ID 16290258].
Intime-se a exequente a, no prazo de 10 (dez) dias, comparecer em cartório e retirar o Alvará, ficando desde já AUTORIZADO sua expedição, e proceder o levantamento do valor depositado e cominações que porventura incidirem, devendo ser dada quitação da quantia paga por termo nos autos.
Após, intime-se o sucumbente para realizar o recolhimento das custas, devendo a escrivania proceder na forma do art. 35 e seguintes da Lei Estadual n. 3.896/2016 (Regimento de Custas).
Cumprindo com o que for necessário e nada mais sendo requerido, arquive-se.
Alta Floresta do Oeste, 20 de fevereiro de 2018.
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000 - Fone:(69) 36412239 Processo nº: 7000581-60.2017.8.22.0017
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Protocolado em: 09/05/2017 12:21:44
REQUERENTE: CONSELHO ESCOLAR JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA
REQUERIDO: OI S.A
DECISÃO – RECURSO INOMINADO JEC – COMPETÊNCIA PARA JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO DE PREPARO – NÃO COMPROVAÇÃO
Vistos.
Trata-se de recurso inominado interposto pela parte requerida buscando a reforma da SENTENÇA que julgou procedente o pedido autoral.
Compulsando os autos não se verifica a comprovação do recolhimento do preparo recursal, que nos termos do §1º do art. 23 c/c os incisos I e II do art. 12, ambos da Lei 3.896, de 24 de agosto de 2016, corresponde a 5% do valor da causa.
Intimada a recolher a importância no prazo de 48h, em nada manifestou-se (ID 16227085)
Pois bem.
Preambularmente, registra-se que que o juízo de admissibilidade do recurso é igualmente realizado nesta instância de piso.
Com efeito, assim é o Enunciado 166 do FONAJE. Veja-se:
ENUNCIADO 166 - Nos Juizados Especiais Cíveis, o juízo prévio de admissibilidade do recurso será feito em primeiro grau (XXXIX Encontro - Maceió-AL).
No mesmo sentido é o entendimento da Egrégia Turma Recursal desse Estado, que por intermédio do Ofício 154/2016 TR/Gab-Pres., de 05/12/2016, e dirigido à Douta Corregedoria do TJRO, encaminhado por sua vez a todos os Juízos com competência na área por intermédio do Ofício Circular CGJ 21/2016, aderiu a essa diretriz interpretativa.
De se ponderar que esse entendimento guarda sintonia com a celeridade própria dos juizados especiais.
Não se deve pretender aplicar de modo irrestrito todos os DISPOSITIVO s do Código de Processo Civil no âmbito dos Juizados, sob pena de se extinguir com esse rito especial e tornar tudo um só e demorado rito comum.
Dessa forma, considerando a superação do prazo para o recolhimento e comprovação nos autos do respectivo preparo, JULGO DESERTO o recurso interposto.
Certifique-se o trânsito em julgado da SENTENÇA.
Nada sendo requerido no prazo de cinco dias, arquive-se.

Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Comarca de Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
VARA CÍVEL
Processo n. 7000343-41.2017.8.22.0017
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Cédula de Crédito Bancário]
Valor inicial da Causa: R$ 22.518,44

Parte autora:
Nome: SICREDI UNIVALES MT
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANDRE DE ASSIS ROSA - OAB-MS0012809
Parte requerida:
Nome: ISAAC COSTA LEAL - ME
Nome: ISAAC COSTA LEAL
DECISÃO
Vistos.
Em consulta ao sistema BACENJUD foi encontrado valor mínimo e sem qualquer expressividade em relação ao valor atualizado da dívida, razão pela qual se procedeu o desbloqueio, conforme comprovante que segue.
Logo, intime-se o requerente para indicar bens para penhora no prazo de 10 dias, sob pena de extinção por abandono.
DESPACHO encaminhado automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
Alta Floresta D'Oeste/RO, 20 de fevereiro de 2018
ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE
Juiz de Direito
(assinatura eletrônica por meio de certificado digital)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000 - Fone:(69) 36412239 Processo nº: 7001019-86.2017.8.22.0017
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MISAEL NUNES VIEIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GILSON ALVES DE OLIVEIRA - RO000549A
EXECUTADO: AMARILDO MOREIRA FERNANDES
Advogado do(a) EXECUTADO:
Nome: Amarildo Moreira Fernandes
Endereço: Av. Tancredo Neves, 4931, Cidade Alta, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
SENTENÇA
Vistos.
Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Trata-se de ação de execução em que intimada a parte autora a manifestar-se quanto ao bem penhorado, sob pena de liberação e extinção da ação, manteve-se inerte (ID 15784422).
Diante da não manifestação, fica o bem desde já liberado, devendo-se levantar a constrição.
No mais, não há nos autos a indicação de qualquer bem do devedor passível de penhora.
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, o que faço com fundamento no art. 53, §4, da Lei 9.099/1995.
Sem custas e sem verbas honorárias nesta instância, conforme dispõem os arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95.
Publique-se. Registre-se. Arquive-se independente de intimação pessoal das partes (art. 51, §1 da Lei 9.099/1995.
Alta Floresta D'Oeste, 2 de fevereiro de 2018
Juiz de Direito

Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Comarca de Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
VARA CÍVEL
Processo n. 7000215-84.2018.8.22.0017
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Rural (Art. 48/51)]
Parte autora:
Nome: DALVA SUELI NEVES DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: ALVARO MARCELO BUENO - OAB-RO 6843
Parte requerida:
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
SENTENÇA
Cuida-se de ação ajuizada por DALVA SUELI NEVES DA SILVA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, em que a requerente pede a condenação do requerido à concessão de benefício previdenciário de aposentadoria por idade de trabalhadora rural.
Em síntese, a autora alega que no ano de 2011 requereu aposentadoria por idade de trabalhadora rural e que a autarquia indeferiu a pretensão por ausência de atividade rural pelo período de carência necessário.
É o relatório. Decido.
Analisando os documentos apresentados com a inicial, verifica-se que o requerimento e o indeferimento administrativo da autora são datados do ano de 2011, ou seja, de mais de meia década atrás.
O indeferimento administrativo ocorreu no mês de setembro de 2011 e a presenta ação somente foi ajuizada em fevereiro de 2018, ou seja, depois de corridos quase sete anos.
Em que pese ser assegurado a todos o direito de ação, é certo que o exercício dessa garantia está condicionado a pressupostos legais de observância obrigatória.
Dentre as condições para que uma ação judicial possa ser processada e julgada está o interesse processual de agir da parte.
E em se tratando de ação em que a parte reclama a implantação de benefício previdenciário, o Supremo Tribunal Federal, instância chamada por muitos de "guardiã da Constituição Federal", já firmou o entendimento, inclusive em sede de repercussão geral, de que o prévio indeferimento administrativo da autarquia previdenciária é condição indispensável para que reste configurado o interesse processual de agir da parte, sem o que não pode haver o exercício da ação judicial.
Segue a ementa dos julgados:
Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. [...] (STF, RE 631240, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014). (destaquei).
Ementa: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDÊNCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito. (STF, RE 631240 RG, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, julgado em 09/12/2010, DJe-072 DIVULG 14-04-2011 PUBLIC 15-04-2011 EMENT VOL-02504-01 PP-00206).
Logo, conforme acenou o STF, a inexistência de indeferimento administrativo descaracteriza resistência do deMANDADO à pretensão do demandante, fazendo deixar de subsistir ameaça ou

lesão a direito, implicando em inexistência de interesse processual de agir e por consequência, em ausência de condição para que a ação judicial prossiga.
Importante frisar que, no caso deste processo, não houve requerimento e indeferimento administrativo contemporâneo ao ajuizamento desta ação.
O requerimento da autora foi realizado no ano de 2011 e de lá para cá já se passaram mais de 6 (seis) anos sem que a parte autora tenha recorrido e nem buscado o judiciário para reivindicar tal benefício.
Isso implica em reconhecer que a requerente aceitou e concordou tacitamente com a DECISÃO de indeferimento, pois, se assim não fosse, teria se utilizado do recursos administrativos ou então provocado o judiciário tão logo que foi notificada do indeferimento.
Em observação ao princípio da causalidade, não se poderia albergar a pretensão da requerente de condenação da requerida ao pagamento de retroativos de longo tempo em que a própria autora deu causa ao demasiado retardamento na respectiva busca, pois, do contrário, estaria se admitindo que a parte se beneficiasse da própria torpeza.
Portanto, se o requerimento administrativo ocorreu há mais de meia década e nenhuma objeção foi lançada pela parte requerente em todo esse lapso temporal, inevitável concluir que concordou com a DECISÃO administrativa, ainda que tacitamente.
Se concordou com a DECISÃO administrativa, ainda que tacitamente em razão da sua inércia por tanto tempo, forçoso reconhecer que lhe falta interesse processual de agir, máxime não ter havido requerimento prévio contemporâneo ao ajuizamento desta ação.
Logo, descaracterizado o interesse processual de agir, é de rigor a extinção do processo sem o julgamento do MÉRITO, máxime tratar-se de matéria que deve ser conhecida de ofício pelo juiz (CPC, artigo 485, § 3º).
DISPOSITIVO
Pelo exposto, nos termos dos artigos 330, inciso III e 485, incisos I e VI, do CPC, INDEFIRO A INICIAL e julgo extinto o processo sem resolução do MÉRITO, verificada a ausência de interesse processual de agir por não haver requerimento e indeferimento administrativo prévio e contemporâneo ao ajuizamento da ação e aos documentos médicos de maior atualidade que instruíram a inicial.
Isento de custas e de honorários no primeiro grau de jurisdição em razão do indeferimento da inicial e extinção sem o julgamento do MÉRITO, não tendo se formado, ainda, a relação processual.
Publique-se, registre-se e intimem-se.
Na hipótese de haver recurso de apelação, certifique-se a tempestividade. Nesse caso, nos termos do artigo 331, § 1º, do CPC, renuncio desde já ao juízo de retração e mantenho o indeferimento da inicial, tendo em vista que esta DECISÃO acompanha está em consonância com a orientação jurisprudencial do STF em recurso de repercussão geral.
Logo, na hipótese de haver apelação, deverá a CITAR o requerido para responder ao recurso de apelação no prazo legal, advertindo o requerido de que, na hipótese de haver reforma da SENTENÇA pelo Tribunal, o prazo para contestar terá início a partir da sua intimação sobre o retorno dos autos do Tribunal (CPC, artigo 331, § 2º).
Apresentada a resposta ao recurso ou certificada a inércia do requerido, subam os autos ao Tribunal competente para análise da admissibilidade, eventual recebimento e julgamento.
Com o trânsito em julgado desta SENTENÇA ou do eventual acórdão que a confirme, arquive-se.
SENTENÇA encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
Alta Floresta D'Oeste/RO, 20 de fevereiro de 2018
ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE
Juiz de Direito
(assinatura eletrônica por meio de certificado digital)

## COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

## 1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

1ª Vara Criminal - Juizado Especial Criminal - Diretor de Cartório - GEUDE DE OLIVEIRA LIMA. Comarca de Alvorada do Oeste/RO. End. Eletrônico adw1criminal@tj.ro.gov.br

Proc: 2000155-54.2017.8.22.0011
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegacia de Policia Civil de Alvorada do Oeste Rondônia (Autor)
Mayra da Silva Vieira(Infrator)
Autor: Delegacia de Policia Civil de Alvorada do Oeste/RO
Advogada: ROSE ANNE BARRETO, OAB/RO 3976.
Infratora: Mayra da Silva Vieira, brasileira, casada, filha de João Maria Moreira de Moraes e Almira Alves de Moraes, nascida aos 05/06/1994, natural de Alvorada do Oeste/RO, inscrita no CPF n. 006.898.342-50.
FINALIDADE: intimar a infratora supra, bem como a sua defesa, do teor da r. SENTENÇA a seguir transcrita: Acolho a cota ministerial, exarada no mov. 06, e com fundamento no art. 74 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO o acordo descrito na ata de audiência preliminar realizada no dia 29/11/2017, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais de direito. Diante da renúncia da vítima a representação criminal e ao acordo homologado julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE da autora do fato, MAYRA DA SILVA VIEIRA, e, consequentemente DETERMINO o arquivamento dos autos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Alvorada do Oeste, 18 de Dezembro de 2017.
Miria do Nascimento de Souza, Juíza Substituta.
Alvorada do Oeste/RO, 20 de fevereiro de 2018.

Proc: 2000138-18.2017.8.22.0011
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegacia de Policia Civil do Urupá(Autor)
José Carlos Toledo(Infrator)
Autor: Delegacia de Policia Civil do Urupá
Infrator: José Carlos Toledo, brasileiro, casado, comerciante, filho de Estevão Toledo Lima e Maria Rosa Xavier Lima, nascido aos 08/09/1963, natural de Resplendor/MG.
FINALIDADE: intimar o infrator supra, do teor da r. SENTENÇA a seguir transcrita: Noticiam os autos a prática do delito de ameaça praticado, em tese, por José Carlos Toledo. Trata-se de crime de ação penal pública condicionada à representação. Analisando os autos, verifico que o suposto infrator e a vítima realizaram a composição civil dos danos, tendo ambos se comprometido a não proferirem mais ameaças entre si. Posto isso, homologo o acordo formulado entre as partes e, via de consequência, extingo o feito em razão da ausência de condição de procedibilidade. P.R.I.C. Procedam-se as alterações e baixas. Após, arquive-se. Alvorada do Oeste/RO, na data do movimento. Miria do Nascimento de Souza, Juíza Substituta.
Alvorada do Oeste, 20 de fevereiro de 2018.

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0002205-84.2012.8.22.0004
Ação: Execução da Pena
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Ademir Germano Amaral
Advogado: Diego Castro Alves Toledo (OAB/RO 7923)
FINALIDADE: Intimar o advogado supra do inteiro teor da r. DECISÃO abaixo transcrita.

DECISÃO: O apenado Ademir Germano Amaral foi condenado a uma pena total de 25 anos, 1 mês e 20 dias de reclusão, em virtude da prática dos crimes descritos no cálculo de pena de fls. 419/421. Recentemente foi concedida remição pelo estudo ao reeducando (fl. 405) e elaborado novo cálculo constatou-se que ele faz jus à progressão para o regime semiaberto desde 14/01/2018.É o relato. Decido. Nos termos do art. 112 da Lei n. 7.210/84, "A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão." Nesses mesmos termos, o disposto no art. 33, § 2º, do Código Penal. O apenado, conforme cálculos de fls. 419/421, cumpriu no dia 14/01/2018 mais de 1/6 da pena dos crimes comuns e 2/5 da pena dos crimes hediondos no regime fechado, fazendo, portanto, jus à progressão para o regime semiaberto. Com relação ao critério subjetivo, o apenado tem apresentado bom comportamento carcerário, o que restou constatado pela juntada da certidão de fl. 422, razão pela qual entendo que preenche também o requisito subjetivo. Pontuo que a presente progressão está sendo concedida antes da manifestação das partes quanto ao cálculo tendo em vista que o benefício já deveria ter sido concedido ao reeducando há um mês, não podendo ele permanecer no regime fechado até que seja adotada tal providência. Registro que não haverá qualquer prejuízo, tendo em vista que o mesmo prosseguirá no cumprimento de sua reprimenda sob monitoramento eletrônico.Ante o exposto, estando presentes os requisitos objetivos e subjetivos exigidos pelo art. 112 da LEP, concedo a progressão do regime fechado para o semiaberto ao apenado Ademir Germano Amaral, com efeitos retroativos ao dia 14/01/2018.Considerando que a Cadeia Pública desta Comarca não dispõe de local apropriado ao cumprimento de pena para presos no regime prisional semiaberto, motivo da Portaria do Juízo nº 004/2013, deve o reeducando cumprir sua reprimenda em prisão domiciliar, submetendo-se à monitoração eletrônica, sob as seguintes condições: a) informar à Direção da Casa de Detenção local o endereço onde possa ser localizado, tão logo removido para o regime semiaberto; bem como apresentar em juízo comprovante de residência ou declaração de endereço, no prazo de até 48h (quarenta e oito horas); b) não se ausentar da residência indicada, conforme os horários a seguir descritos, salvo por motivo de trabalho e estudo, porém desde que previamente autorizado pelo Juízo, após pedido justificado do reeducando e parecer do Ministério Público:I) das 19h até as 6h do dia seguinte, durante os dias úteis (segunda à sexta-feira);II) aos sábados, após as 14h;III) aos domingos e feriados municipais, estaduais e federais, durante suas 24 horas.c) será o reeducando obrigatoriamente monitorado de acordo com a disponibilidade de equipamentos;d) apresentar em juízo, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, comprovante de trabalho lícito;e) não se ausentar da comarca, salvo com prévia autorização judicial;f) não mudar de residência ou local de trabalho sem comunicação prévia ao juízo; g) comparecer em juízo, uma vez por semana, para informar e justificar as suas atividades, devendo fazê-lo nos dias úteis (de segunda à sexta-feira), no horário compreendido das 07h até as 12h30m;h) não frequentar bares, boates, prostíbulos ou locais que incentivem o ócio e a criminalidade, não participar de algazarras, abstendo-se também do uso de substâncias entorpecentes e do uso de bebidas alcoólicas.Fica o reeducando advertido que o descumprimento das condições previstas no itens "b", "e" e "h", autoriza a Direção da Cadeia Pública a remover o reeducando para a unidade prisional, o qual permanecerá cautelarmente no regime fechado, devendo ser comunicado o fato ao Juízo até o primeiro dia útil seguinte, para fins de designação de audiência de justificação. Anoto que havendo disponibilidade de tornozeleira eletrônica, a direção da Casa de Detenção local deverá promover a instalação de forma imediata, informando tal fato a este juízo. Cientifique-se o apenado do teor da Portaria 004/2013.Ademais, cientifique-se o apenado de que o descumprimento de qualquer das condições do regime semiaberto, bem como a prática de novo crime ou de falta grave, ensejará a sua regressão de regime prisional. Consigno que a direção da Casa de Detenção deverá, no momento de cumprir a DECISÃO acima, certificar o endereço do apenado, devendo trazer tal informação ao procedimento. Oficie-se à direção da Casa de Detenção, a fim informar a DECISÃO supra. (Serve de ofício).Oficie-se, ainda, ao comando da Polícia Militar e à Delegacia de Polícia Civil, para fins de auxiliarem na fiscalização do cumprimento da pena do reeducando. Intime-se o apenado. Dê-se ciência ao Ministério Público, bem como à Defesa, devendo eles se manifestarem quanto ao cálculo de pena acostado às fls. 419/421. Vinda a manifestação, tornem conclusos para homologação. Cumpra-se, expedindo-se o necessário com a urgência que o caso requer.SIRVE A PRESENTE DECISÃO DE TERMO DE ADVERTÊNCIA AO REEDUCANDO E OFICIO.Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 15 de fevereiro de 2018.Simone de Melo Juíza de Direito.
Alvorada do Oeste/RO, 21 de fevereiro de 2018.
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 05 DIAS

Proc.: 0001277-10.2015.8.22.0011
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Juvenal Costa Cavalcante, brasileiro, casado, lavrador, portador do RG n. 698777 SSP/RO, filho de Natanael Costa Cavalcante e Maria Isabel Pereira Machado, nascido aos 22.05.1981, natural de Ji-Parana/RO.
FINALIDADE: Intimar o denunciado supra do inteiro teor da r. SENTENÇA abaixo transcrita.
SENTENÇA: O infrator cumpriu integralmente as condições estabelecidas no termo de Suspensão Condicional do Processo, conforme se observa nos documentos acostados nos autos. Instado, o Ministério Público manifestou-se pela extinção do feito, ante o cumprimento integral da proposta. Ao teor do exposto, declaro extinta a punibilidade em relação ao acusado JUVENAL COSTA CAVALCANTE, nos termos do art. 89, §5º, da Lei 9.099/95, a fim de que surtam seus jurídicos e legais efeitos daí decorrentes. Procedam-se as alterações e baixas necessárias ao caso em espécie. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, arquivem-se os autos. Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 14 de fevereiro de 2018.Simone de Melo Juíza de Direito.
Alvorada do Oeste/RO, 21 de fevereiro de 2018.
Geude de Oliveira Lima
Diretor de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76930-000:( )
Processo nº: 7001310-41.2016.8.22.0011
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: SILVIA REGINA DE ALMEIDA
Endereço: RUA MACHADO DE ASSIS, 41, B, CENTRO, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76930-000
Advogado do(a) REQUERENTE: SILVIA REGINA DE ALMEIDA - RO4857
Requerido: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: Avenida dos Imigrantes, - de 3129 a 3587 - lado ímpar, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-611
Advogado do(a) REQUERIDO:

SENTENÇA
Trata-se de execução de título judicial movida por SILVIA REGINA DE ALMEIDA contra o ESTADO DE RONDÔNIA.
Expedida a RPV o executado a recebeu, contudo, deixou o prazo para pagamento previsto no artigo 13, I, da Lei 12.153/2009, transcorrer sem manifestação. O § 1º do mencionado DISPOSITIVO legal determina o seguinte:
§ 1º Desatendida a requisição judicial, o juiz, imediatamente, determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da DECISÃO, dispensada a audiência da Fazenda Pública.
Considerando que o executado deixou de efetuar o pagamento do valor devido à parte exequente, efetuei o sequestro da quantia, com arrimo na fundamentação supra.
A realização do sequestro importa na quitação do débito executado, de modo que a extinção do feito é medida que se impõe.
Ao teor do exposto e por tudo mais que dos autos consta, EXTINGO A EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924, II, do NCPC, a fim de que surtam os jurídicos e legais efeitos daí decorrentes.
Custas na forma da lei. Sem honorários advocatícios.
P.R.I.
Expeça-se alvará para levantamento do valor sequestrado
Oficie-se à SEFIN comunicando o pagamento da RPV, para suspensão da quitação da ordem. Caso, porém, venha aos autos comprovante de pagamento da RPV, providencie-se o necessário para devolver a quantia aos cofres públicos.
Oportunamente, arquivem-se.
Alvorada do Oeste/RO, na data do movimento.
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76930-000:( )
Processo nº: 7000258-44.2015.8.22.0011
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: CARMEM SILVA OENING
Endereço: Av Independência, 5220, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76930-000
Advogado do(a) REQUERENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO0002394
Requerido: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N, centro, Porto Velho - RO - CEP: 76900-999
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
O ESTADO DE RONDÔNIA impugnou a execução que lhe move CARMEM SILVA OENING alegando excesso de execução, sob o argumento de que a parte exequente não descontou do valor do débito o montante relativo a 6% de seu vencimento básico, conforme determina o Decreto 4.451/89. Requereu a procedência da impugnação a fim de que seja reconhecido o excesso de execução. Juntou documentos.
Devidamente intimada, a parte impugnada se manifestou nos autos afirmando, em resumo, que não há que se falar em pagamento apenas do que exceder a 6% de seu vencimento básico, pleiteando pela rejeição do pedido do executado.
Os autos foram enviados à contadoria, que emitiu parecer técnico e juntou cálculo ao ID 14491742.
As partes foram devidamente intimadas quanto ao cálculo apresentado pela Contadoria, sendo que a exequente pleiteou pela expedição de RPV observando o valor apurado pela Contadoria e o executado permaneceu inerte.
É o breve relatório. Fundamento e decido.
Compulsando os autos verifico que razão assiste ao executado, haja vista que conforme determinado na SENTENÇA há de ser aplicado ao presente caso o disposto no Decreto 4.451/89, o qual determina, no artigo 1º, que:
Art. 1º - São beneficiários do Vale-Transporte os servidores da Administração Direta do Estado, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do pessoal federal à disposição do Estado de Rondônia, bem como os servidores da Assembleia Legislativa do Estado, qualquer que seja o regime jurídico, a forma de remuneração e da prestação de serviços, cujas despesas com transportes excedam a 6% (seis por cento) do salário básico ou vencimento, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens. (destaquei)
Assim, considerando que a SENTENÇA determinou a aplicação do mencionado decreto, por certo que razão assiste ao executado no que se refere ao desconto do valor correspondente a 6% do salário básico da exequente do valor total devido a ela.
Registro que com a revogação do Decreto nº 21.299/16, que regulava o pagamento do auxílio-transporte, e na pendência da publicação de outro Decreto regulando a matéria há de serem aplicados os termos da SENTENÇA, não havendo que se falar em cessação dos descontos.
Acolho o cálculo apresentado pela Contadoria, eis que considerou o período de férias e de gozo de salário maternidade pela exequente, estando em perfeita consonância com a SENTENÇA.
Deste modo, considerando a existência de excesso de execução, ACOLHO A IMPUGNAÇÃO ofertada pelo executado e, via de consequência, reconheço o excesso de execução.
Homologo os cálculos apresentados pela Contadoria.
Expeça-se requisição de pagamento observando o valor apontado pela Contadora.
Com a comprovação do pagamento, expeça-se alvará para levantamento da quantia depositada nos autos e, em seguida, tornem conclusos para extinção.
Sem custas ou honorários por se tratar de mero incidente processual.
Pratique-se o necessário.
Alvorada do Oeste/RO, na data do movimento.
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76930-000:( )
Processo nº: 7001564-14.2016.8.22.0011
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: VERALUCIA PEREIRA BARROS DA VITORIA
Endereço: Av. Café Filho, 5628, BAIRRO, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76930-000
Advogados do(a) REQUERENTE: FELIPE WENDT - RO0004590, ROSANA FERREIRA PONTES - RO6730
Requerido: Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
Vistos.
Nos termos do artigo 1.023, § 2º, do NCPC, intime-se o embargado para que querendo, se manifeste sobre os embargos, no prazo de 05 dias.
Findo o prazo, com ou sem manifestação, tornem conclusos.
Alvorada do Oeste/RO, na data do movimento.
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76930-000:( )
Processo nº: 7000094-79.2015.8.22.0011
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

Requerente: Nome: WINDER DE OLIVEIRA DIAS
Endereço: Rua Mario Ney Nunes, 2051, CENTRO, Urupá - RO - CEP: 76929-000
Advogado do(a) REQUERENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO0002394
Requerido: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
O ESTADO DE RONDÔNIA impugnou a execução que lhe move WINDER DE OLIVEIRA DIAS alegando excesso de execução, sob o argumento de que a parte exequente não descontou do valor do débito o montante relativo a 6% de seu vencimento básico, conforme determina o Decreto 4.451/89. Requereu a procedência da impugnação a fim de que seja reconhecido o excesso de execução. Juntou documentos.
Devidamente intimada, a parte impugnada se manifestou nos autos afirmando, em resumo, que não há que se falar em pagamento apenas do que exceder a 6% de seu vencimento básico, pleiteando pela rejeição do pedido do executado.
Os autos foram enviados à contadoria, que emitiu parecer técnico e juntou cálculo ao ID 14691299.
As partes foram devidamente intimadas quanto ao cálculo apresentado pela Contadoria, sendo que a exequente pleiteou pela expedição de RPV observando o valor apurado pela Contadoria e o executado permaneceu inerte.
É o breve relatório. Fundamento e decido.
Compulsando os autos verifico que razão assiste ao executado, haja vista que conforme determinado na SENTENÇA há de ser aplicado ao presente caso o disposto no Decreto 4.451/89, o qual determina, no artigo 1º, que:
Art. 1º - São beneficiários do Vale-Transporte os servidores da Administração Direta do Estado, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do pessoal federal à disposição do Estado de Rondônia, bem como os servidores da Assembleia Legislativa do Estado, qualquer que seja o regime jurídico, a forma de remuneração e da prestação de serviços, cujas despesas com transportes excedam a 6% (seis por cento) do salário básico ou vencimento, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens. (destaquei)
Assim, considerando que a SENTENÇA determinou a aplicação do mencionado decreto, por certo que razão assiste ao executado no que se refere ao desconto do valor correspondente a 6% do salário básico da exequente do valor total devido a ela.
Registro que com a revogação do Decreto nº 21.299/16, que regulava o pagamento do auxílio-transporte, e na pendência da publicação de outro Decreto regulando a matéria há de serem aplicados os termos da SENTENÇA, não havendo que se falar em cessação dos descontos.
Acolho o cálculo apresentado pela Contadoria, eis que ele está em perfeita consonância com a SENTENÇA.
Deste modo, considerando a existência de excesso de execução, ACOLHO A IMPUGNAÇÃO ofertada pelo executado e, via de consequência, reconheço o excesso de execução.
Homologo os cálculos apresentados pela Contadoria.
Expeça-se requisição de pagamento observando o valor apontado pelo Contador.
Com a comprovação do pagamento, expeça-se alvará para levantamento da quantia depositada nos autos e, em seguida, tornem conclusos para extinção.
Sem custas ou honorários por se tratar de mero incidente processual.
Pratique-se o necessário.
Alvorada do Oeste/RO, na data do movimento.
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76930-000:( )
Processo nº: 7001832-68.2016.8.22.0011
Classe: EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (1114)
Requerente: Nome: NILTON PINTO DE ALMEIDA
Endereço: CAFE FILHO, 5574, casa, CENTRO, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76930-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: NILTON PINTO DE ALMEIDA - RO0004031
Requerido: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 3503, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-611
Advogado do(a) EXECUTADO:
Vistos.
Considerando que eventual inexistência do débito deverá ser declarada em autos próprios, intime-se a parte autora para promover a quitação no prazo de 15 dias.
Não havendo pagamento, defiro a compensação, devendo promover o abatimento do debito apresentado do valor exequendo.
Após, requisite-se o saldo remanescente.
Alvorada do Oeste/RO, na data do movimento.
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76930-000:( )
Processo nº: 7000256-74.2015.8.22.0011
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: SONIA MARIA DA CRUZ
Endereço: Av 7 de Setembro, 4407, Centro, Urupá - RO - CEP: 76929-000
Advogado do(a) REQUERENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO0002394
Requerido: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N, centro, Porto Velho - RO - CEP: 76900-999
Advogado do(a) REQUERIDO:
Vistos.
Ante a informação de que o valor foi implantado em valor menor que o devido, oficie-se à Superintendente Estadual de Administração para que providencie a implantação do valor correto, no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 2.000,00. Cópia do presente servirá de ofício, que deverá ser instruído com os documentos pertinentes.
Findo o prazo supra ou comprovada a adequação do valor implantado, dê-se vista à parte exequente para manifestação.
Pratique-se o necessário.
Alvorada do Oeste/RO, na data do movimento.
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76930-000:( )
Processo nº: 7000396-74.2016.8.22.0011
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: FABIANA DO AMARAL
Endereço: avenida café filho, 5812, casa, joão távora, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76930-000

Advogado do(a) REQUERENTE: NILTON PINTO DE ALMEIDA - RO0004031
Requerido: Nome: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO
Endereço: Rua Doutor José Adelino, 4477, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-592
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO impugnou a execução que lhe move FABIANA DO AMARAL alegando excesso de execução, sob o argumento de que existe causa extintiva da obrigação, qual seja, o pagamento na via administrativa. O executado alegou, ainda, que não são devidos honorários advocatícios, pleiteando pela extinção da execução.
A parte impugnada se manifestou ao ID 15083086 alegando que concorda com o valor pago administrativamente, contudo, afirma que ao contrário do alegado pelo executado, o acórdão lhe fixou honorários advocatícios de sucumbência, sendo estes devidos, assim como os honorários de execução.
É o breve relatório. Fundamento e decido.
Em relação ao valor principal verifico que não há controvérsia entre as partes, tendo em vista que a exequente concordou com o valor recebido administrativamente. A controvérsia, portanto, reside no cabimento ou não da cobrança de honorários advocatícios de sucumbência.
Analisando o acórdão prolatado nos autos verifico que a Turma Recursal assim decidiu:
“Condeno o Estado ao pagamento de honorários advocatícios no importe de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 20, § 3º, do CPC, considerando o trabalho desenvolvido durante o trâmite processual e a natureza da demanda.”
Apesar de o acórdão mencionar o executado como “Estado”, é incontestável que tal expressão consiste em mero erro material, não sendo passível de exonerar o devedor de sua obrigação.
Assim, é certo que os honorários de sucumbência são, sim, devidos ao patrono da exequente, devendo ser calculados sobre o valor da condenação, observado o pagamento administrativo e os índices de correção fixados no acórdão.
No que tange aos honorários de execução, verifico que eles não são devidos ao patrono, haja vista que o presente feito tramita no Juizado Especial da Fazenda Pública.
Deste modo, considerando a existência de excesso de execução, ACOLHO PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO ofertada pelo executado, de modo a desobriga-lo do pagamento do valor retroativo do benefício, eis que este já foi quitado administrativamente, bem como para declarar a obrigação de pagamento dos honorários de sucumbência.
Encaminhem-se os autos à Contadoria para atualização do débito, observando os parâmetros supra.
Vindo o cálculo, dê-se vista às partes para manifestação, em 10 dias. Havendo insurgência, tornem conclusos. Caso contrário, expeça-se requisição de pagamento observando o valor apontado pela Contadoria.
Com a comprovação do pagamento, expeça-se alvará para levantamento da quantia depositada nos autos e, em seguida, tornem conclusos para extinção.
Sem custas ou honorários por se tratar de mero incidente processual.
Pratique-se o necessário.
Alvorada do Oeste/RO, na data do movimento.
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D’Oeste - RO - CEP: 76930-000:( )
Processo nº: 7000324-24.2015.8.22.0011
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: ANDERSON LEME OLIVEIRA
Endereço: Rua Vinícius de Moraes, 4808,...., Alvorada D’Oeste - RO - CEP: 76930-000
Advogado do(a) REQUERENTE: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES - RO0003894
Requerido: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
Vistos.
Conforme se verifica ao ID 15659347 a RPV 035/2017 somente foi encaminhada para pagamento em 18/01/2018, de modo que ainda não é devido o sequestro.
Assim, aguarde-se o decurso do prazo para pagamento voluntário das RPV’s, certificando-se quando do decurso do mesmo e tornando concluso para reanálise do pedido de sequestro formulado pelo credor.
Pratique-se o necessário.
Alvorada do Oeste/RO, na data do movimento.
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste
Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D’Oeste - RO - CEP: 76930-000:( )
Processo nº: 7000878-22.2016.8.22.0011
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES
Endereço: Rua Seis de Maio, 1221, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-067
Advogado do(a) REQUERENTE: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES - RO0003894
Requerido: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Trata-se de execução de título judicial movida por DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES contra o ESTADO DE RONDÔNIA.
Expedida a RPV o executado a recebeu, contudo, deixou o prazo para pagamento previsto no artigo 13, I, da Lei 12.153/2009, transcorrer sem manifestação. O § 1º do mencionado DISPOSITIVO legal determina o seguinte:
§ 1º Desatendida a requisição judicial, o juiz, imediatamente, determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da DECISÃO, dispensada a audiência da Fazenda Pública.
Considerando que o executado deixou de efetuar o pagamento do valor devido à parte exequente, efetuei o sequestro da quantia, com arrimo na fundamentação supra.
A realização do sequestro importa na quitação do débito executado, de modo que a extinção do feito é medida que se impõe.
Ao teor do exposto e por tudo mais que dos autos consta, EXTINGO A EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924, II, do NCPC, a fim de que surtam os jurídicos e legais efeitos daí decorrentes.
Custas na forma da lei. Sem honorários advocatícios.
P.R.I.
Expeça-se alvará para levantamento do valor sequestrado
Oficie-se à SEFIN comunicando o pagamento da RPV, para suspensão da quitação da ordem. Caso, porém, venha aos autos comprovante de pagamento da RPV, providencie-se o necessário para devolver a quantia aos cofres públicos.
Oportunamente, arquivem-se.
Alvorada do Oeste/RO, na data do movimento.
Simone de Melo
Juíza de Direito

Proc.: 0027700-95.2001.8.22.0011
Ação:Inventário
Autor:Sônia Rodrigues Santana
Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa (RO 2027.)
Espólio:Almir Belle
Vistos. Considerando que a SENTENÇA dos autos 0002514-50.2013.8.22.0011 transitou em julgado e que as certidões negativas juntadas ao processo não estão mais válidas, intime-se o inventariante para juntar aos autos novas certidões negativas de débitos do espólio para com as Fazendas Municipal, Estadual e Nacional, fazendo-o não só em nome da pessoa física, mas também em nome da pessoa jurídica. O inventariante deverá, ainda, dizer se ratifica o plano de partilha já apresentado nos autos. Com a juntada, ao Ministério Público para manifestação e, em seguida, tornem conclusos. Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 14 de fevereiro de 2018. Simone de Melo - Juíza de Direito.

Proc.: 0002507-24.2014.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Municipio de Urupá
Advogado:Procurador do Munícipio do Urupá ( )
Requerido:Brasil Telecom S.A, Oi Móvel Sa
Advogado:Não Informado
Fica a parte Autora no prazo de 05 dias, devidamente intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção.

Proc.: 0010803-21.2003.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Procurador da Fazenda Nacional ( 000)
Executado:Transodoma Revendedora de Diesel Ltda.
Advogado:Não Informado
Fica a parte Autora no prazo de 10 dias, devidamente intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de arquivamento.

Proc.: 0004855-59.2007.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Procurador da Fazenda Nacional ( 000)
Executado:Irmãos Guerreiros Comercio e Representação de Gas Ltda. ME, Maurel Francelino Guerreiro
Advogado:Não Informado
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: 0000633-43.2010.8.22.0011
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Terezinha Acordi
Advogado:Rose Anne Barreto (OAB/RO 3976)
Requerido:Saraiva & Carvalho Ltda Me
Advogado:Antonio Ramon Viana Coutinho (OAB/RO 3518)
Fica a parte Autora no prazo de 10 dias, devidamente intimada para se manifestar sobre novos documentos juntados aos autos no prazo de 10 dias.

Proc.: 0017352-71.2008.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia de Rondônia - CREA/RO
Advogado:Mariuza Krause (OAB/RO 4410), Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B), Patrícia Silva dos Santos (OAB/RO 4089), Filipe Caio Batista Carvalho (OAB/RO 2675)
Executado:Karla Marcelly Taborda Costa
Advogado:Não Informado
SENTENÇA - Trata-se de execução fiscal proposta pelo CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DE RONDÔNIA CREA/RO contra KARLA MARCELLY TABORDA COSTA. A executada foi citada e não quitou o débito.À fl. 77 foi realizado o bloqueio de ativos financeiros da executada junto ao sistema BacenJud, o qual foi convertido em penhora à fl. 80.O exequente pleiteou por nova consulta ao Bacenjud e Renajud a fim de localizar bens penhoráveis, contudo, tais diligências restaram infrutíferas, conforme se verifica às fls. 86/88. O credor foi intimado para dar andamento ao feito, em 10 dias, sob pena de extinção e, conforme se verifica à fl. 88-v, quedou-se inerte mesmo após ser devidamente intimado.É o relatório. Passo à DECISÃO.Em que pese à primeira vista vislumbrar-se a inviabilidade de extinção da execução fiscal por abandono da causa, a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil aos executivos fiscais invoca tal possibilidade, porquanto perfeitamente cabível nos termos do artigo 1º da Lei 6.830/80, sem ofensas aos DISPOSITIVO s insertos na mencionada lei. A execução fiscal deve atender ao fim que se destina, com a mesma segurança e eficácia dos demais feitos, em especial os executivos. Assim, manter o processo no acervo sem a adequada movimentação e, repise-se, mesmo havendo a intimação do representante do exequente para tanto, não é razoável, eis que as hipóteses que autorizam o arquivamento do feito, conforme o artigo 40 da LEF são a não localização do devedor ou de bens e não a inércia do credor. Desta feita, plenamente possível a extinção do feito ante a inércia do exequente, especialmente porquanto foram atendidos os requisitos necessários para tanto. Neste mesmo sentido é o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo TJ/RO, vejamos:PROCESSUAL CIVIL. INÉRCIA DA EXEQUENTE. ABANDONO DA CAUSA. EXTINÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. MATÉRIA DECIDIDA NO RESP 1.120.097/SP (ART. 543-C DO CPC). EXECUÇÃO FISCAL QUE TRAMITA EM COMARCA DIVERSA DAQUELA EM QUE SEDIADO O ÓRGÃO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DA FAZENDA NACIONAL. INTIMAÇÃO POR CARTA, COM AVISO DE RECEBIMENTO. LEGALIDADE. 1. “A inércia da Fazenda exequente, ante a intimação regular para promover o andamento do feito e a observância dos artigos 40 e 25 da Lei de Execução Fiscal, implica a extinção da execução fiscal não embargada ex officio, afastando-se o Enunciado Sumular 240 do STJ, segundo o qual ‘A extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu’’. 2. Orientação reafirmada no julgamento do REsp.1.120.097/SP, sob o rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC). 3. É válida a intimação do representante da Fazenda Nacional por carta com aviso de recebimento (art. 237, II, do CPC) quando o respectivo órgão não possui sede na Comarca de tramitação do feito. Precedentes do STJ. 4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e do art. 8º da Resolução STJ 8/2008. (REsp 1352882/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 28/06/2013)(destaquei)Apelação cível. Execução fiscal. Extinção sem resolução do MÉRITO. Abandono da causa. 1. Conforme jurisprudência do STJ, a inércia da Fazenda exequente, ante a intimação regular para promover o andamento do feito, implica na extinção da execução fiscal ex officio. 2. Nos termos do Enunciado nº 07 do STJ, somente nos recursos interpostos contra DECISÃO publicada a partir de 18.03.2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, §11, do novo CPC. 3. Apelo não provido. (Apelação, Processo nº 0004247-49.2011.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Gilberto Barbosa, Data de julgamento: 29/07/2016)(negritei) Ao teor do exposto, EXTINGO A EXECUÇÃO, o que faço com arrimo nos artigos 1º da Lei 6.830/80 e 485, III, do Código de Processo Civil, a fim de que surta os jurídicos e legais efeitos daí decorrentes.Sem custas processuais ou honorários advocatícios. Expeça-se alvará para levantamento da quantia depositada nos autos, conforme já determinado à fl. 80, intimando a parte para levantamento. Prazo de 10 dias. Decorrido o prazo, encaminhe o valor para conta centralizada do TJRO e arquive-se. P.R.I. Oportunamente, arquivem-se. Alvorada do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de fevereiro de 2018. Simone de Melo - Juíza de Direito.

Proc.: 0013899-34.2009.8.22.0011
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:D. G. de O.
Advogado:Nilton Pinto de Almeida (OAB/RO 4031)
Requerido:H. G.
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: 0001200-35.2014.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Walteir Loubak da Silva
Advogado:Marcos Liba de Almeida (RO 1047)
Requerido:Banco da Amazônia SA-Basa
Advogado:Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0002002-04.2012.8.22.0011
Ação:Inventário
Requerente:Amauri Gabriel Araujo Batista, Alexandra Batista de Araujo, Angela Maria Gomes Batista, Joaõ Gomes Batista, Mariana Gomes Batista, Laudevina Gomes Borges, Diomar Gomes Batista, Madalena Gomes Batista da Silva, Jose Vilaso Batista, Rita Gomes dos Santos, Josué de Jesus, Ivanilda Muniz Batista, Ivanilson Muniz Batista
Advogado:Louise Souza dos Santos Haufes (OAB/RO 3221), Rose Anne Barreto (OAB/RO 3976)
Espólio:Jose Gomes Batista
Advogado:Não Informado
Vistos. Acolho a cota de fl. 226.Oficie-se à Delegacia de Polícia Civil deste Município, conforme requerido pelo Ministério Público, a fim de que seja apurada a eventual prática dos crimes de estelionato, apropriação indébita e falsidade ideológica por parte do herdeiro Messias Moreira Batista ou pelos demais herdeiros do processo. Cópia do presente servirá de ofício, que deverá ser instruído com cópia dos autos. A eventual anulação do negócio jurídico não poderá ser realizada neste autos, de modo que, caso o inventariante a pretenda, deverá pleitear pela mesma através de ação autônoma. Para tanto, lhe concedo o prazo de 20 dias.Findo o prazo, com ou sem manifestação das partes, tornem conclusos para as deliberações pertinentes. Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 25 de janeiro de 2018. Simone de Melo - Juíza de Direito.

Proc.: 0001341-54.2014.8.22.0011
Ação:Execução de Alimentos
Interessado (Parte A:J. L. dos S. da S. J. A. dos S.
Advogado:Defensor Público.. (ALV 00)
Executado:E. P. da S.
Advogado:Não Informado
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: 0001001-47.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Irani Alves da Silva
Advogado:Felipe Wendt (OAB/RO 4590)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia- S/A Ceron
Advogado:Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0000875-94.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Teixeira de Souza
Advogado:Felipe Wendt (OAB/RO 4590)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia- S/A Ceron
Advogado:João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669), Daniel Penha de Oliveira (RO. 3.434), Marcelo Rodrigues Xavier (OABRO 2391), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714), Jonathas Coelho Baptista de Mello. (RO 3.011), Ana Caroline Romano Castelo Branco (OAB/RO 5991)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0001215-67.2015.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Amauri Alves Rodrigues
Advogado:Vilma Barreto da Silva Munarin (OAB/RO 4138)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia- S/A Ceron
Advogado:Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714), Daniel Penha de Oliveira (OAB/MG 87318)
SENTENÇA - Trata-se de ação proposta por AMAURI ALVES RODRIGUES contra as CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON. Narra o autor ser proprietário de um imóvel rural localizado na Rua Sargento Mário Nogueira, s/n, zona rural de Alvorada do Oeste/RO. Afirma que em 2015, em razão da necessidade de ser atendido por energia elétrica, custeou a construção de uma subestação, tendo desembolsado o valor de R$10.540,00 para tanto.Por fim, requereu a procedência do pedido a fim de que a requerida seja condenada a formalizar a incorporação da subestação construída em sua propriedade, bem como lhe restituir a quantia correspondente ao valor desembolsado para o custeio da construção da subestação, devidamente atualizado. Juntou documentos.Citada a requerida alega que de acordo com o art. 4º da Resolução Normativa 229/2006 da ANEEL, não há obrigação de incorporação da rede do Autor, ficando dispensada, inclusive, da obtenção de ato autorizativo do poder concedente. Bem como tal rede pode ser transferida às concessionárias, por meio de acordo entre as partes, não ensejando qualquer forma de indenização ao proprietário. Diz não haver direito ao ressarcimento, alegando a depreciação da subestação, postulando a improcedência do pedido.O feito foi saneado à fl. 54, oportunidade em que foi determinada a intimação das partes para que se manifestassem sobre o interesse na produção de novas provas.O requerente pleiteou pela produção de prova testemunhal (fl. 55). A requerida, por sua vez, nada requereu (fl. 56).A produção da prova testemunhal foi deferida à fl. 57, oportunidade em que foi designada audiência de instrução.As partes não apresentaram alegações finais.O julgamento foi convertido em diligência a fim de determinar a realização de prova pericial e o laudo técnico foi juntado às fls. 67/69.Intimadas a se manifestarem acerca do laudo, as partes quedaram-se inertes.É o breve relatório. Fundamento e decido.Presentes os pressupostos e ausentes impedimentos, passo à análise do MÉRITO.O autor afirma que custeou a construção de uma rede elétrica e que essa foi incorporada pela empresa ré, pelo que pretende ser ressarcido dos valores despendidos para a construção. A requerida, por sua vez, afirmou que não houve incorporação e que o pedido do requerente não merece procedência.Sobre a questão posta nos autos, colacionamos jurisprudência do TJRO:Construção de subestação em área rural. Vigência do Código Civil de 2002. Prescrição. Preclusão. Preliminar afastada. Restituição dos valores gastos. Deve ser rejeitada a preliminar de prescrição da pretensão autoral quando constatado que, anteriormente, a questão foi decidida em acórdão com trânsito em julgado, estando alcançada pelo instituto da preclusão. Os valores despendidos na construção de subestação devem ser restituídos aos consumidores quando houver incorporação ao patrimônio da concessionária de energia elétrica, sob pena de enriquecimento ilícito desta. Apelação, Processo nº 0004830-64.2016.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 04/10/2017.JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. REDE DE ELETRIFICAÇÃO

RURAL. CUSTEIO DE OBRA DE EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA PELO CONSUMIDOR. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES APORTADOS. RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL. PROGRAMA LUZ PARA TODOS. DESNECESSIDADE DA CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIO. - O direito ao ressarcimento das despesas realizadas com construção de subestação de energia elétrica independe do consumidor ser beneficiário do programa do Governo Federal Luz Para Todos , sobretudo por não haver qualquer condicionante nesse sentido na Resolução Normativa nº 229/2006/ANEEL). - Evidenciado que o consumidor arcou com os custos de instalação de rede elétrica rural, de responsabilidade da concessionária pública, é devida a restituição dos valores pagos. RECURSO INOMINADO, Processo nº 7007048-31.2016.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Jorge Luiz dos S. Leal, Data de julgamento: 10/10/2017.Consta dos autos que a perícia realizada in loco constatou que a rede elétrica mencionada na inicial está localizada dentro da propriedade da parte autora, usada única e exclusivamente por ela, o que, em tese, implicaria em não incorporação e justificaria a aplicação do disposto no artigo 4º da Resolução Normativa nº 229/06, da ANEEL, afastando o dever de indenizar.Ocorre que, independentemente da utilização ou não por outros consumidores de energia, a empresa ré impôs ao consumidor o ônus de adquirir equipamentos para serviços prestados exclusivamente por ela na condição de concessionária. Assim, a parte autora não poderá utilizar os equipamentos adquiridos, para qualquer outra FINALIDADE que não seja receber os serviços da empresa ré; nem poderá retirá-los daquele local.Registre-se, ainda, que conforme narrado pela parte autora e confirmado pela prova pericial, quem faz a manutenção do equipamento é apenas a empresa ré. Ou seja, todos as circunstâncias demonstram que a empresa, se não incorporou o equipamento, deveria tê-lo feito na forma determinada na norma que rege a relação das partes.Sobre a questão colaciono trecho de DECISÃO do STJ, no AREsp n. 721596 SP 2015/0131560-1, de relatoria do Min. Marco Aurélio Bellizze, publicado no DJ 1/7/2015, que bem analisa a questão:[...] o patrimônio da ré foi aumentado, com recursos do produtor rural que financiou e pagou as obras para a execução e ampliação da rede distribuição de energia elétrica, que foi incorporada ao patrimônio da empresa concessionária de serviço público, atuante no fornecimento de energia, com a contrapartida de tarifas, sem que esta tenha arcado com qualquer custo para a construção da infraestrutura de sua própria atividade. Portanto, é de rigor a devolução postulada pela autora"(Ap. c/ Rev. Nº 0010759-75.2012.8.26.0269 - 31ª Câm. De Dir. Priv. - Rel. Des. Adilson de Araujo - J. 27.11.2012). Deste modo, tendo a implementação da estrutura de eletrificação sido realizada com recursos dos moradores e incorporada pela concessionária do sistema de distribuição, impõe-se a determinação de restituição do montante efetivamente desembolsado. [...].A Resolução n. 229/2006 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que instituiu as condições gerais para a incorporação de redes particulares pelas concessionárias de energia, dispõe em seu artigo 3º: Art. 3° As redes particulares que não dispuserem de ato autorizativo do Poder Concedente, na forma desta Resolução, deverão ser incorporadas ao patrimônio da respectiva concessionária ou permissionária de distribuição que, a partir da efetiva incorporação, se responsabilizará pelas despesas de operação e manutenção de tais redes. Nesse sentido, é certo afirmar que a parte requerente, visando receber serviço essencial, custeou projeto e equipamentos, sendo que a maior beneficiária foi a concessionária que, sem despesas, passou a fornecer serviço mediante pagamento da tarifa de luz, transferindo para o consumidor o custo do equipamento essencial à sua FINALIDADE.Em que pese o esforço da empresa de energia em demonstrar a ausência de requisitos para o ressarcimento - alegação de não incorporação e de que o equipamento está dentro da propriedade do autor -, entendo que deve o proprietário(a) da rede particular de transmissão de energia elétrica ser ressarcido(a) na integralidade pelos gastos com a construção da rede, uma vez que se trata de equipamento que deveria ter sido custeado pela prestadora do serviço.A exploração do serviço de fornecimento de energia não se justifica sem que a concessionária suporte o ônus decorrente da infraestrutura da rede, já que não pode ser utilizada em nenhuma outra atividade, sob pena de enriquecimento ilícito, nos termos do art. 884 do Código Civil. Com relação ao ressarcimento, o autor comprovou, por meio de prova documental, que efetivou gastos no valor de R$10.540,00, os quais se mostram proporcionais a situações semelhantes. Registro que os valores deverão ser corrigidos monetariamente da data do desembolso, com juros a partir da citação.Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados por AMAURI ALVES RODRIGUES contra a concessionária CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON a fim de condenar a ré em:obrigação de fazer, consistente em promover os atos formais de incorporação da rede elétrica existente na propriedade da parte autora, essa descrita nos autos;obrigação de pagar quantia certa, consistente em ressarcir o valor de R$10.540,00, gastos para instalação de subestação na propriedade descrita nos autos, com juros a partir da citação e correção monetária da data do desembolso.Ainda, condeno a requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 15% sobre o valor da condenação de pagar quantia, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC. P.R.I. Oportunamente, arquivem-se. Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 24 de janeiro de 2018. Simone de Melo - Juíza de Direito.

Proc.: 0001032-67.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Raimundo de Souza
Advogado:Felipe Wendt (OAB/RO 4590)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia- S/A Ceron
Advogado:Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
SENTENÇA - Trata-se de ação proposta por RAIMUNDO DE SOUZA contra as CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON. Narra a parte autora ser proprietário(a) de um imóvel rural localizado na Linha TN 13, Km 25, zona rural de Alvorada do Oeste/RO. Afirma que em 2004, aderiu ao programa Luz no Campo para receber energia elétrica em sua propriedade rural e aceitou financiar a obra de construção de subestação no valor de R$1.728,00, parcelado conforme contrato anexado aos autos. Alega que a partir de junho de 2010 o Governo iniciou a implantação do Programa Luz Para Todos, realizando audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado, confirmando que as redes particulares deveriam ser incorporadas e devidamente indenizadas.Segundo a parte autora, toda a infraestrutura por ela custeada foi pintada pela requerida como sendo do mencionado programa. Afirma que deve ser indenizado(a) pela infraestrutura construída e utilizada pela parte requerida, haja vista que não pode ser proprietário(a) de rede elétrica e/ou subestação, nos termos do artigo 21, XII, alínea b da Constituição Federal e porque a Resolução 229/06 da ANEEL, em seu artigo 3º, estabelece que as redes particulares devam ser incorporadas ao patrimônio da concessionária ou permissionária de distribuição.Alegou que haverá locupletamento por parte da ré, caso não seja condenada ao ressarcimento pelo valor despendido na construção da subestação, eis que a incorporação já ocorreu de fato, sendo que desde o final de 2010 é a requerida quem realiza toda e qualquer manutenção na rede. Por fim, requereu a procedência do pedido a fim de que a requerida seja condenada a formalizar a incorporação da subestação construída em sua propriedade, bem como a restituir a quantia correspondente ao valor desembolsado para o custeio da construção da subestação, devidamente atualizado. Juntou documentos.Citada, a parte

requerida apresentou contestação alegando, preliminarmente, que a pretensão está prescrita, porquanto a ação de ressarcimento prescreve em três anos, tendo decorrido esse prazo desde a construção da rede elétrica. No MÉRITO, afirmou, em síntese, que a demanda não merece procedência, pois o Decreto nº 41.019/57 determina que o consumidor ao solicitar a extensão da rede de eletrificação rural não tem direito à restituição de valores. Afirmou que a obra foi realizada para uso particular do autor, não podendo ser classificada como obra de eletrificação rural, pelo que não pode ser reembolsada. Alegou que não houve incorporação da rede, eis que esta é utilizada tão-somente pelo requerente. Por fim, pleiteou pelo acolhimento de preliminar e, subsidiariamente, pela improcedência do pedido.A impugnação à contestação foi apresentada às fls. 55/58.Antes de sanear o feito e por entender que o direito nasce quando da violação, ou seja, da data da suposta incorporação da rede elétrica, este Juízo determinou às partes que informassem em 10 (dez) dias, a data da implantação do programa na linha que compreende o imóvel da parte autora. As partes foram intimadas, contudo, quedaram-se inertes.O feito foi saneado às fls. 67/69, oportunidade em que foi afastada a preliminar e determinada a intimação das partes para que se manifestassem sobre o interesse na produção de novas provas.A parte autora pleiteou pela produção de prova testemunhal.A produção da prova pericial foi determinada às fls. 72/73, oportunidade em que se nomeou perito. A perícia foi devidamente realizada, sendo que o laudo pericial restou colacionado às fls. 108/111. As partes foram devidamente intimadas para se manifestar quanto ao laudo, contudo, quedaram-se inertes.É o breve relatório. Fundamento e decido.No que diz respeito à prejudicial de MÉRITO, prescrição, segundo entendimento esposado pela da Turma Recursal/RO, o prazo prescricional somente se inicia após a incorporação, senão vejamos: CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA RURAL (SUBESTAÇÃO). INEXISTÊNCIA DE ATO FORMAL. NÃO OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE TERMO DE CONTRIBUIÇÃO OU CONVÊNIO DE DEVOLUÇÃO. RECURSOS PARTICULARES. DEVER DA CONCESSIONÁRIA EM RESTITUIR INTEGRALMENTE O VALOR DESPENDIDO. O prazo prescricional inicia com a efetiva incorporação ao patrimônio da concessionária de energia elétrica, que se concretiza mediante processo formal, por iniciativa desta. Inteligência do art. 71, § 5º, do decreto nº 5.163/04. (Relator Glodner Luiz Pauletto. Julgamento em 22/02/2017. Recurso Inominado 7000138-71.2015.8.22.0020) Considerando que a incorporação ou não é matéria a ser analisada no próprio MÉRITO, afasto a presente questão.No MÉRITO, o autor afirma que custeou a construção de uma rede elétrica e que essa foi incorporada pela empresa ré, pelo que pretende ser ressarcido dos valores despendidos para a construção, nos termos do contrato celebrado entre as partes (fls. 21-23). A requerida, por sua vez, afirmou que não houve incorporação e que o pedido do requerente não merece procedência.Sobre a questão posta nos autos, colacionamos jurisprudência do TJRO:Construção de subestação em área rural. Vigência do Código Civil de 2002. Prescrição. Preclusão. Preliminar afastada. Restituição dos valores gastos. Deve ser rejeitada a preliminar de prescrição da pretensão autoral quando constatado que, anteriormente, a questão foi decidida em acórdão com trânsito em julgado, estando alcançada pelo instituto da preclusão. Os valores despendidos na construção de subestação devem ser restituídos aos consumidores quando houver incorporação ao patrimônio da concessionária de energia elétrica, sob pena de enriquecimento ilícito desta. Apelação, Processo nº 0004830-64.2016.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 04/10/2017.JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL. CUSTEIO DE OBRA DE EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA PELO CONSUMIDOR. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES APORTADOS. RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL. PROGRAMA LUZ PARA TODOS. DESNECESSIDADE DA CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIO. - O direito ao ressarcimento das despesas realizadas com construção de subestação de energia elétrica independe do consumidor ser beneficiário do programa do Governo Federal Luz Para Todos , sobretudo por não haver qualquer condicionante nesse sentido na Resolução Normativa nº 229/2006/ANEEL). - Evidenciado que o consumidor arcou com os custos de instalação de rede elétrica rural, de responsabilidade da concessionária pública, é devida a restituição dos valores pagos. RECURSO INOMINADO, Processo nº 7007048-31.2016.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Jorge Luiz dos S. Leal, Data de julgamento: 10/10/2017.Consta dos autos que a perícia realizada in loco constatou que a rede elétrica mencionada na inicial está localizada dentro da propriedade da parte autora, usada única e exclusivamente por ela, o que, em tese, implicaria em não incorporação e justificaria a aplicação do disposto no artigo 4º da Resolução Normativa nº 229/06, da ANEEL, afastando o dever de indenizar.Ocorre que, independentemente da utilização ou não por outros consumidores de energia, o fato é que a empresa ré impôs ao consumidor o ônus de adquirir equipamentos para serviços prestados exclusivamente por ela na condição de concessionária. Assim, a parte autora não poderá utilizar os equipamentos adquiridos, para qualquer outra FINALIDADE que não seja receber os serviços da empresa ré; nem poderá retirá-los daquele local.Registre-se, ainda, que conforme narrado pela parte autora e confirmado pela prova pericial, além de constar no contrato celebrado entre as partes, quem faz a manutenção do equipamento é apenas a empresa ré. Ou seja, todos as circunstâncias demonstram que a empresa, se não incorporou o equipamento, deveria tê-lo feito na forma determinada na norma que rege a relação das partes.Sobre a questão colaciono trecho de DECISÃO do STJ, no AREsp n. 721596 SP 2015/0131560-1, de relatoria do Min. Marco Aurélio Bellizze, publicado no DJ 1/7/2015, que bem analisa a questão:[...] o patrimônio da ré foi aumentado, com recursos do produtor rural que financiou e pagou as obras para a execução e ampliação da rede distribuição de energia elétrica, que foi incorporada ao patrimônio da empresa concessionária de serviço público, atuante no fornecimento de energia, com a contrapartida de tarifas, sem que esta tenha arcado com qualquer custo para a construção da infraestrutura de sua própria atividade. Portanto, é de rigor a devolução postulada pela autora"(Ap. c/ Rev. Nº 0010759-75.2012.8.26.0269 - 31ª Câm. De Dir. Priv. - Rel. Des. Adilson de Araujo - J. 27.11.2012). Deste modo, tendo a implementação da estrutura de eletrificação sido realizada com recursos dos moradores e incorporada pela concessionária do sistema de distribuição, impõe-se a determinação de restituição do montante efetivamente desembolsado. [...].A Resolução n. 229/2006 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que instituiu as condições gerais para a incorporação de redes particulares pelas concessionárias de energia, dispõe em seu artigo 3º: Art. 3° As redes particulares que não dispuserem de ato autorizativo do Poder Concedente, na forma desta Resolução, deverão ser incorporadas ao patrimônio da respectiva concessionária ou permissionária de distribuição que, a partir da efetiva incorporação, se responsabilizará pelas despesas de operação e manutenção de tais redes. Nesse sentido, é certo afirmar que a parte requerente celebrou contrato com a empresa ré, nos termos do programa Luz no Campo, e a maior beneficiária foi a concessionária que, sem despesas, passou a fornecer serviço mediante pagamento da tarifa de luz, transferindo para o consumidor o custo do equipamento essencial à sua FINALIDADE.Em que pese o esforço da empresa de energia em demonstrar a ausência de requisitos para o ressarcimento - alegação de não incorporação e de que o equipamento está dentro da propriedade do autor -, entendo que deve o proprietário(a) da rede particular de transmissão de energia elétrica ser ressarcido(a) na integralidade pelos gastos com a construção da rede, uma vez que se trata de equipamento que deveria ter sido custeado pela prestadora do serviço.A exploração do serviço de fornecimento de energia não se justifica sem que a concessionária suporte o ônus decorrente da

infraestrutura da rede, já que não pode ser utilizada em nenhuma outra atividade, sob pena de enriquecimento ilícito, nos termos do art. 884 do Código Civil. Com relação ao ressarcimento, ao que consta da inicial o autor atualizou, por meio da tabela do TJRO, o valor que entende deva ser ressarcido, mas o fez no valor integral da data da celebração do contrato (fls. 21-23). Contudo, ao que consta do referido contrato o pagamento não foi à vista, mas sim em parcelas, 144 de R$ 12,00.Assim, para efeito de ressarcimento, deverá ser ressarcido o valor das parcelas comprovadamente quitadas, com juros computados a partir da citação e, correção monetária da data do desembolso de cada parcela.Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados por RAIMUNDO DE SOUZA contra a concessionária CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON a fim de condenar a ré em:obrigação de fazer, consistente em promover os atos formais de incorporação da rede elétrica existente na propriedade da parte autora, essa descrita nos autos, no contrato de fls. 21-23, no prazo de 30 dias;obrigação de pagar quantia certa, consistente em ressarcir os valores das parcelas pagas pela parte autora a título de contribuição para instalação de subestação no Sítio São José, contrato de fls. 21-23, com juros a partir da citação e correção monetária da data do desembolso de cada parcela.Ainda, condeno a requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 20% sobre o valor da condenação monetária, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC. P.R.I. Oportunamente, arquivem-se. Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 24 de janeiro de 2018. Simone de Melo - Juíza de Direito.

Proc.: 0001560-72.2011.8.22.0011
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Sílvio Luiz Ulkowski, Simone Guedes Ulkowski
Advogado:Sílvio Luiz Ulkowski (OABRO 2320), Simone Guedes Ulkowski (OAB/RO 4299), Sílvio Luiz Ulkowski (OABRO 2320), Simone Guedes Ulkowski (OAB/RO 4299)
Requerido:Consórcio Fidens Mendes Junior
Advogado:Walter Matheus Bernardino Silva (OAB/RO 3716)
Fica o advogado RAFAEL MOISES DE SOUZA BUSSIOLI inscrito na 5032 OAB/RO, intimado a devolver os autos no prazo de 48 h, que encontra-se com carga além do prazo, sob pena de ser procedida a busca e apreensão dos mesmos:

## COMARCA DE BURITIS

## 1ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7001094-84.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: VIVIANE PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES,OAB/RO 3.894.
EXECUTADO: Município de Buritis e outros
ADVOGADO::ALESTER DE LIMA CÓCA,Assessor Jurídico,OAB/RO-7743
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 30 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Karem Fabiana de Miranda
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7007187-92.2017.8.22.0021
EXEQUENTE: MARIA APARECIDA PEREIRA BARBOSA
ADVOGADO: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES OAB/RO 3894
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO: PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para APRESENTAR IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7002204-21.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: ELIANA CARLINI SEZINI
ADVOGADO: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES,OAB/RO 3.894.
Executado: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO: ALESTER DE LIMA CÓCA,Assessor Jurídico,OAB/RO-7743
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.Sobre o RPV para o pagamento.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Karem Fabiana de Miranda
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7001798-29.2017.8.22.0021
AUTOR: ANTONIO CAMPANHA NETO
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para audiência una de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 02.05.2018, às 11h30min, conforme DESPACHO ID: 16062092
ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES - RO0002383
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: ANTONIO CAMPANHA NETO
Endereço: LINHA C 54, PA RIO ALTO, KM 40, ZONA RURAL, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7002177-38.2015.8.22.0021
AUTOR: ROMILDO CUNHA LIMA
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE

Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada da SENTENÇA ID: 16064044
EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES - RO0003894
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: ROMILDO CUNHA LIMA
Endereço: Linha Altamira,., zona rural, km 10, Campo Novo de Rondônia - RO - CEP: 76887-000
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
Endereço: Rua: Rondônia, 2251, setor 03, Buritis - RO - CEP: 76880-000

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7001058-42.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: ROSA SOUZA BORGES
ADVOGADO: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES,OAB/RO 3.894.
EXECUTADO: Município de Buritis e outros
ADVOGADO::ALESTER DE LIMA CÓCA,Assessor Jurídico,OAB/RO-7743
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Karem Fabiana de Miranda
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7007460-08.2016.8.22.0021
EXEQUENTE: LEILA MARIA DE MORAES
ADVOGADO: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB/RO 301-B
EXECUTADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO:PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO, consiste que a mídia está disponível no DRS, fica Vossa Senhoria intimada para ACESSAR as oitivas nos respectivos feitos, no prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
PROCESSO: nº 7001066-82.2016.8.22.0021
EXEQUENTE: MUSSILEIDE RIBEIRO DE AQUINO
ADVOGADO: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES,RO000301B
EXECUTADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO:ALESTER DE LIMA CÓCA,Assessor Jurídico,OAB/RO-7743
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Karem Fabiana de Miranda
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7008300-81.2017.8.22.0021
AUTOR: TEREZA CRISPIM MOTOKOWSKI
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para audiência una de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 08/05/2018, às 09h00min, conforme DESPACHO ID: 16073144
SERGIO GOMES DE OLIVEIRA FILHO - RO7519
FERNANDO MARTINS GONCALVES - RO0000834
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: TEREZA CRISPIM MOTOKOWSKI
Endereço: RUA CORUMBIARA, 2098, SETOR 03, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7006270-73.2017.8.22.0021
EXEQUENTE: MARCELO DA SILVA PEDROZA
ADVOGADO: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB/RO 301-B
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO:PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do INTEIRO teor da SENTENÇA, no prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7005206-28.2017.8.22.0021
AUTOR: MARIA APARECIDA MOREIRA DA SILVA
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS - PROCURADORIA FEDERAL EM RONDONIA
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para audiência una de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 08.05.2018, às 09h30min, conforme DESPACHO ID: 16074490
KARINA TAVARES SENA RICARDO - SE0004085
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: MARIA APARECIDA MOREIRA DA SILVA
Endereço: Linha rabo do tamanduá, lote 25, Km 05, zona rural, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS - PROCURADORIA FEDERAL EM RONDONIA
Endereço: desconhecido

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7002238-93.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: WALQUIRIA PAULINO DE SOUZA GOMES

ADVOGADO: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES,OAB/RO 3.894.
EXECUTADO: Município de Buritis e outros
ADVOGADO::ALESTER DE LIMA CÓCA,Assessor Jurídico,OAB/RO-7743
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Karem Fabiana de Miranda
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7001908-28.2017.8.22.0021
AUTOR: MARIA DA CONCEICAO CORREA DE SOUZA
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para audiência una de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 02.05.2018, às 12h00min, conforme DESPACHO ID: 16062736
ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES - RO0002383
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: MARIA DA CONCEICAO CORREA DE SOUZA
Endereço: LINHA C 26, GLEBA 06, PA RIO ALTO, LOTE 22, ZONA RURAL, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7001046-28.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: JOEL DO CARMO FREITAS
ADVOGADO: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES,OAB/RO 3.894.
EXECUTADO: Município de Buritis e outros
ADVOGADO::ALESTER DE LIMA CÓCA,Assessor Jurídico,OAB/RO-7743
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Karem Fabiana de Miranda
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
PROCESSO: nº 7006788-63.2017.8.22.0021
EXEQUENTE: ROMILDA VIANA TERRA
ADVOGADO: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB/RO 301-B
EXECUTADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO: PROCURADOR
Advogado do(a) REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - RO000301B
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA, no prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7005024-42.2017.8.22.0021
AUTOR: MARIA MONTES NOVA
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para audiência una de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 08.05.2018, às 10h30min, conforme DESPACHO ID: 16074961
JUNIEL FERREIRA DE SOUZA - RO0006635
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: MARIA MONTES NOVA
Endereço: Rua Corumbiara, 2128, Setor 03, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Nome: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Endereço: Avenida Nações Unidas, 271, Bairro Nossa Senhora das Graças, KM 1, Porto Velho - RO - CEP: 76804-110

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7002147-03.2015.8.22.0021
Exequente: LUZIA DA SILVA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES - RO0003894
Executado: MUNICIPIO DE BURITIS e outros
Advogado do(a) EXECUTADO:ALESTER DE LIMA CÓCA,Assessor Jurídico,OAB/RO-7743
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.Sobre o RPV para o pagamento.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Karem Fabiana de Miranda
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7001656-59.2016.8.22.0021
Exequente: IRACI LADISLAU DO NASCIMENTO
Advogado do(a) EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - RO000301B
Executado: MUNICIPIO DE BURITIS e outros
Advogado do(a) EXECUTADO:ALESTER DE LIMA CÓCA,Assessor Jurídico,OAB/RO-7743
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.Sobre o RPV para o pagamento.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Karem Fabiana de Miranda
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7003693-25.2017.8.22.0021
AUTOR: LUCILA PINTO MARTINS
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para audiência una de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 08.05.2018, às 10h00min, conforme DESPACHO ID: 16074754
SANDRA MIRELE BARROS DE SOUZA - RO0006642
ROBSON CLAY FLORIANO AMARAL - RO0006965
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: LUCILA PINTO MARTINS
Endereço: BR 421, linha 02, km 150, BR 421, Campo Novo de Rondônia - RO - CEP: 76887-000
Nome: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Avenida Campos Sales, 3132, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-246

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7002336-10.2017.8.22.0021
AUTOR: ESMERALDA DA SILVA LOPES
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para audiência una de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 08.05.2018, às 11h00min, conforme DESPACHO ID: 16075466
JUNIEL FERREIRA DE SOUZA - RO0006635
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: ESMERALDA DA SILVA LOPES
Endereço: LINHA 72, LOTE 8, KM 23, S/N, PA REVIVER, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Nome: Instituto Nacional de Seguro Social INSS
Endereço: Av. Brasil, 3374, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7001084-40.2015.8.22.0021
Exequente: MARIA APARECIDA QUINTINO PEREIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES - RO0003894
Executado: MUNICIPIO DE BURITIS e outros
Advogado do(a) EXECUTADO:ALESTER DE LIMA CÓCA,Assessor Jurídico,OAB/RO-7743
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.Sobre o RPV para o pagamento.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Karem Fabiana de Miranda
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7002642-76.2017.8.22.0021
Exequente: ELCIO ALMEIDA BOTELHO
Advogado do(a) AUTOR: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - RO000301B
Executado: MUNICIPIO DE BURITIS
Advogado do(a) RÉU: PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada DO INTEIRO TEOR DA SENTENÇA, no prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7001061-94.2015.8.22.0021
Exequente: SUELI DE FATIMA CAMERA COELHO
Advogado do(a) EXEQUENTE: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES - RO0003894
Executado: Município de Buritis e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: JOSE PAULO DE ASSUNCAO - RO0005271
INTIMAÇÃO
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.Sobre o RPV para o pagamento.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Karem Fabiana de Miranda
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7003359-88.2017.8.22.0021
AUTOR: ELIANE DE SOUZA BARROS
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS - PROCURADORIA FEDERAL EM RONDONIA
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para audiência una de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 08.05.2018, às 11h30min, conforme DESPACHO ID: 16077014
DEBORA APARECIDA MARQUES DE ALBUQUERQUE - RO0004988
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: ELIANE DE SOUZA BARROS
Endereço: BR 421, KM 186, DISTRITO DE JACINÓPOLIS, ZONA RURAL, Nova Mamoré - RO - CEP: 76857-000
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS - PROCURADORIA FEDERAL EM RONDONIA
Endereço: Rua José de Alencar, 2094, Baixa União, Porto Velho - RO - CEP: 76805-860

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7000155-07.2015.8.22.0021
Exequente: HAROLDO ZORZETO
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO0002394
Executado: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO: PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA.Prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7006911-61.2017.8.22.0021
AUTOR: IVANY PEREIRA ROCHA
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para audiência una de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 08.05.2018, às 12h00min, conforme DESPACHO ID: 16077505
WELLINGTON DE FREITAS SANTOS - RO0007961
FABIO ROCHA CAIS - RO8278
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: IVANY PEREIRA ROCHA
Endereço: Linha Zero Km 03 PA Norte Sul, Zona Rural, Campo Novo de Rondônia - RO - CEP: 76887-000
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7003152-26.2016.8.22.0021
AUTOR: IRACILDA DE OLIVEIRA
RÉU: IPECAN
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para para manifestar em 05 dias sobre o DESPACHO.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Karem Fabiana de Miranda
Técnica Judiciária.
Nome: IRACILDA DE OLIVEIRA
Endereço: Setor 01, 2570, Rua 15 de Outubro, Campo Novo de Rondônia - RO - CEP: 76887-000
Nome: IPECAN
Endereço: desconhecido

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7003080-05.2017.8.22.0021
Exequente: MARINEUZA FERREIRA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAFAEL BURG - RO0004304
Executado: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS - PROCURADORIA FEDERAL EM RONDONIA
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e apresentar a tabela de cálculo atualizada, para confecção do RPV. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Karem Fabiana de Miranda
Técnica Judiciária.

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7002066-54.2015.8.22.0021
Exequente: MOACIR CARLOS DOS SANTOS
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - OAB/RO 2394
Executado: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO: PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA.Prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7000042-53.2015.8.22.0021
Exequente: SILVANO VALERIO FIRMIANO
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO0002394
Executado: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO: PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA.Prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7000914-68.2015.8.22.0021
Exequente: ROSANGELA E SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO0002394
Executado: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO: PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA.Prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7008723-41.2017.8.22.0021
AUTOR: ALOISIO DE JESUS BRITO
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para audiência una de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 10/05/2018, às 10h30min, conforme DESPACHO ID: 16078998
PRISCILA GADIOLI MANOEL - RO8151
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: ALOISIO DE JESUS BRITO
Endereço: Travessao Birigui, s/n, Linha Altamira, Campo Novo de Rondônia - RO - CEP: 76887-000
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7008982-36.2017.8.22.0021
EXEQUENTE: HELENA EMILIA DOS SANTOS

EXECUTADO: PAULO ISAIAS DA COSTA
Intimação
De ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis, fica Vossa Senhoria intimada para apresentar impugnação à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.
Buritis, 20 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7002203-36.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: ELCIO ALMEIDA BOTELHO
ADVOGADO: Advogado(s) do reclamante: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES
EXECUTADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO:
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.
Buritis, 20 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7000592-77.2017.8.22.0021
AUTOR: NELI LANA DE ALMEIDA
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS - PROCURADORIA FEDERAL EM RONDONIA
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para audiência una de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 25.04.2018, às 11h30min.
JUNIEL FERREIRA DE SOUZA - RO0006635
Buritis, 20 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: NELI LANA DE ALMEIDA
Endereço: Zona Rural, Zona rural, Linha 03, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS - PROCURADORIA FEDERAL EM RONDONIA
Endereço: AV 16 DE JUNHO, S/N, ESQ. RUA NOROESTE, CENTRO, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7001050-65.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: LUCIENE FERREIRA DE SOUZA VIEIRA
ADVOGADO: Advogado(s) do reclamante: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES
EXECUTADO: Município de Buritis e outros
ADVOGADO: Advogado(s) do reclamado: JOSE PAULO DE ASSUNCAO
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7001092-17.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: WHENDERLEIA CANDIDA CUNHA
ADVOGADO: Advogado(s) do reclamante: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES
EXECUTADO: Município de Buritis e outros
ADVOGADO: Advogado(s) do reclamado: JOSE PAULO DE ASSUNCAO
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 0007412-36.2013.8.22.0002
EXEQUENTE: LUCENI CARDOSO DA SILVA
ADVOGADO: OMAR VICENTE OAB/RO 6608
EXECUTADO: RONDO MOTOS LTDA e outros
ADVOGADO: Advogado(s) do reclamado: MARCUS FILIPE ARAUJO BARBEDO, OZEIAS DIAS DE AMORIM
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7009254-30.2017.8.22.0021
EXEQUENTE: CLEUDECIR FERREIRA MARTINS
ADVOGADO: Advogado(s) do reclamante: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO:
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7003187-49.2017.8.22.0021
EXEQUENTE: SABINO JOAQUIM DA COSTA
ADVOGADO: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB/RO 301-B
EXECUTADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO: PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA. Prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7004503-97.2017.8.22.0021
AUTOR: CELSON ANTONIO DOS SANTOS
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para que proceda a juntada dos quesitos encaminhados ao Perito, a fim de possibilitar a conferência das respostas apresentada no Id. 14361918.
EDER GATIS DE JESUS - RO0006681, IZAQUE LOPES DA SILVA - RO0006735
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: CELSON ANTONIO DOS SANTOS
Endereço: Linha Santa Helena, Km 15, Lote 203, Gleba 03, ZONA RURAL, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: AC Ariquemes, 3745, Avenida JK, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76870-970

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7001093-02.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: SILVANIA APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA
ADVOGADO: Advogado(s) do reclamante: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES
EXECUTADO: Município de Buritis e outros
ADVOGADO:
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.
Buritis, 20 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7006587-71.2017.8.22.0021
EXEQUENTE: ELIANA CARLINI SEZINI
ADVOGADO: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB/RO 301-B
EXECUTADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO:PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA. Prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7002215-50.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: GENIVAL PEREIRA SILVA
ADVOGADO: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES,,OAB/RO 3.894.
EXECUTADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO:ALESTER DE LIMA CÓCA,Assessor Jurídico,OAB/RO-7743
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito sobre o pagamento do RPV. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Karem Fabiana de Miranda
Técnica Judiciária

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7001606-33.2016.8.22.0021
EXEQUENTE: JULIANA CIBELLY DOS SANTOS
ADVOGADO: Advogado(s) do reclamante: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES
EXECUTADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO:
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.
Buritis, 20 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7001671-91.2017.8.22.0021
AUTOR: MAURICIO SOARES DE CASTRO
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS - PROCURADORIA FEDERAL EM RONDONIA
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para audiência una de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 26.04.2018, às 11h30min.
DEBORA APARECIDA MARQUES DE ALBUQUERQUE - RO0004988
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: MAURICIO SOARES DE CASTRO
Endereço: LINHA 02, KM02, LOTE 72, GL29, LINHA 02, ZONA RURAL, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS - PROCURADORIA FEDERAL EM RONDONIA
Endereço: Rua José de Alencar, 2094, Baixa União, Porto Velho - RO - CEP: 76805-860

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7001890-75.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: EDINANDIA RAMOS NASCIMENTO
ADVOGADO: Advogado(s) do reclamante: DORIHANA BORGES BORILLE
EXECUTADO: Município de Buritis e outros
ADVOGADO:
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7001052-35.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: LUCINEIDE PEDROSO DOS REIS
ADVOGADO: Advogado(s) do reclamante: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES
EXECUTADO: Município de Buritis e outros
ADVOGADO: Advogado(s) do reclamado: JOSE PAULO DE ASSUNCAO
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7000629-41.2016.8.22.0021
EXEQUENTE: LUIZ PAULO BARROZO DO CARMO
ADVOGADO: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB/RO 301-B
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO:PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA. Prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7005315-42.2017.8.22.0021
EXEQUENTE: KARINA TAVARES SENA RICARDO
ADVOGADO: KARINA TAVARES SENA RICARDO OAB/RO 4085
EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDONIA e outros
ADVOGADO:PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA. Prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7001062-79.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: TEREZINHA DOS SANTOS SOUZA
ADVOGADO: Advogado(s) do reclamante: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES
EXECUTADO: Município de Buritis e outros
ADVOGADO: Advogado(s) do reclamado: JOSE PAULO DE ASSUNCAO
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7001568-55.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: KATIA COIMBRA ZEFERINO
ADVOGADO:ROBSON CLAY FLORIANO AMARAL OAB/RO 6965, SANDRA MIRELE BARROS DE SOUZA OAB/RO 6642
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO:PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA. Prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7009252-60.2017.8.22.0021
EXEQUENTE: DALCI ROSA SOUZA
ADVOGADO: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES OAB/RO 3894
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO: PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada para se manifestar ACERCA DO LAUDO PERICIAL. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7005373-45.2017.8.22.0021
EXEQUENTE: MARLENE LOPES GOMES
ADVOGADO: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB/RO 301-B
EXECUTADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO:PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7003489-78.2017.8.22.0021
EXEQUENTE: LILLYAN PAULA LENZ
ADVOGADO: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB/RO 301-B
EXECUTADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO:PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA para se manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7003480-19.2017.8.22.0021
EXEQUENTE: ELIZABETH CAVALCANTE MOURA FERREIRA
ADVOGADO: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB/RO 301-B
EXECUTADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO:PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA. Prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7000992-62.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: GERMINIA RIBEIRO SANTOS
ADVOGADO: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES OAB/RO 3.894
EXECUTADO: Município de Buritis e outros
ADVOGADO: JOSE PAULO DE ASSUNCAO
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA. Prazo de 05 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7005448-84.2017.8.22.0021
AUTOR: DAIANE OTI FERREIRA
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para audiência una de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 02.05.2018, às 09h00min, conforme DESPACHO ID: 16051200
EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES - RO0003894
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: DAIANE OTI FERREIRA
Endereço: Linha 03, Gleba 03, Proj. Assentamento Buriti, Lt 68, Zona Rural, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7009125-25.2017.8.22.0021
EXEQUENTE: MARTINHO KEMPIM
ADVOGADO: SANDRA MIRELE BARROS DE SOUZA OAB/RO 6642, ROBSON CLAY FLORIANO AMARAL OAB/RO 6965
EXECUTADO: SELSO LEITE
Intimação
Ficam as partes intimadas da data da perícia técnica: dia 04/04/2018 às 09horas. Prazo de 15 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7001329-51.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: MARINES RIGO BEVILACQUA
ADVOGADO: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR OAB/RO 2394
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO:PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA. Prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7001295-76.2015.8.22.0021
EXEQUENTE: ELIAS DE ATAIDE SANTOS
ADVOGADO: ROBSON CLAY FLORIANO AMARAL OAB/RO 6965, SANDRA MIRELE BARROS DE SOUZA OAB/RO 6642
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO:PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA. Prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:( )
Processo nº 7004089-36.2016.8.22.0021
AUTOR: BARBORA ANTONIO DE PAULA
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Buritis - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para audiência una de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 02.05.2018, às 11h00min.
DEBORA APARECIDA MARQUES DE ALBUQUERQUE - RO0004988
Buritis, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria
Nome: BARBORA ANTONIO DE PAULA
Endereço: Linha 02, Km 02, S/N, ZONA RURAL, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Nome: Instituto Nacional de Seguro Social INSS
Endereço: Avenida Campos Sales, - de 2163 a 2591 - lado ímpar, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-081

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo nº 7001290-20.2016.8.22.0021
EXEQUENTE: MARLENE ALVES DE SOUZA
ADVOGADO: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB/RO 301-B
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA

ADVOGADO:PROCURADOR
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA. Prazo de 10 dias.
Buritis, 21 de fevereiro de 2018

Proc.: 0000074-75.2018.8.22.0021
Ação:Restituição de Coisas Apreendidas
Requerente:Marcos de Siqueira
Advogado:Juniel Ferreira de Souza (RO 6635)
DECISÃO: Vistos, MARCOS DE SIQUEIRA por intermédio de advogado constituído, requereu a este Juízo, como representante de Marcelo Siqueira a restituição definitiva do Caminhão Mercedes, 2318, ano/modelo 1995/1995, cor branca, placa JCC, chassi 9BM386364SB058772, poste que encontra-se na posse do bem, contudo, lhe foi restituído precariamente (fiel depositário). Assim, pleiteia a exoneração do encargo de fiel depositário, bem como, a restituição definitiva do bem ao proprietário, representado na pessoa do postulante, para que possa exercer com plenitude os direitos sobre o bem.Instado a se manifestar o Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido. É o relatório. Decido.De acordo com as informações constantes do pedido, o requerente pretende que lhe seja restituída de forma definitiva o bem apreendido.O art. 118 do Código de Processo Penal dispõe que Antes de transitar em julgado a SENTENÇA final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo , sendo neste sentido a manifestação ministerial.Conforme já dito, o Ministério Público, titular da ação penal, manifestou-se pelo deferimento do pedido, afirmando que encontra-se precluso o direito de requerer eventual perdimento do bem.Ademais, a documentação juntada ao feito demonstram ser o requerente legitimado para requerer a restituição do bens, eis que legítimo procurador do proprietário. Ante o exposto, DEFIRO O PEDIDO, e torno definitiva a restituição do Caminhão Mercedes, 2318, ano/modelo 1995/1995, cor branca, placa JCC, chassi 9BM386364SB058772, a restituição ser feita ao procurador do proprietário e ora requerente, MARCOS DE SIQUEIRAIntime-se por intermédio do advogado constituído. Após, arquive-se com as devidas baixais.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFÍCIO/ TERMO DE RESTITUÍÇAO. Buritis-RO, quarta-feira, 14 de fevereiro de 2018.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0000096-41.2015.8.22.0021
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente:Maria Aparecida Veríssimo, Izolina Schineider Costa, Davi Pereira Lima, Elídia Lia de Paula, Gesislaine da Costa de Oliveira, Juarez Almeida de Moraes, Israel Rosa Cortes, Divino Severino de Souza
Advogado:José Martinelli (RO 5585-A); Karina Tavares Sena Ricardo (OAB/RO 4085)
Requerido:Município de Buritis/ Ro
Advogado:Procurador do Municipio de Buritis.ro
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, intimada sobre a certidão de fls 208v, a seguir transcrita: “Certifico e dou fé que oa autos estão desarquivados. À parte para manifestação, prazo 10 (dez) dias. “.

Proc.: 1000241-12.2017.8.22.0021
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Antônio Freitas da Silva, Jefferson Rufino da Silva
Advogado: José Teixeira Vilela Neto (RO 4990), Roberto Harlei Nobre de Souza (RO 1642)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, intimada sobre a certidão de fls 518v, a seguir transcrita: “Certifico e dou fé que à defesa do acusado Jefferson Rufino da Silva para apresentar memoriais. No prazo de 05(cinco) dias”.

Proc.: 0002713-08.2014.8.22.0021
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Márcio Baltazar da Silva
Advogado:Defensoria Pública ( )
Edital - Publicar:
VARA: 1ª Vara
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 05 dias
Processo/MANDADO: 0002713-08.2014.822.0021
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Procedimento: Processo Comum
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Parte Ré:MÁRCIO BALTAZAR DA SILVA, vulgo “NEGÃO” ou “MONTE NEGRO”, brasileiro, solteiro, agricultor, filho de João Baltazar da Silva e Dejanira Maria da Silva, nascido aos 10/03/1987, em Ariquemes/RO, atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMAR a parte acima mencionada para efetuar o pagamento da pena de multa no valor de R$ 298,71 (duzentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos) a ser depositado no Banco do Brasil, Agência 2757-X, conta corrente 12090-1 em nome do FUNPEN, CNPJ n. 15.837.081./0001-56, depósito diretamente no caixa do banco “na boca do caixa”, bem como as custas procesuais R$ 187,27 ( cento e oitenta e sete reais e vinte e sete centavos) no prazo de 15 (cinco) dias, sob pena de inscrição na DAE.
Buritis, 23 de janeiro de 2018
Hedy Carlos Soares
Juiz de Direito

Proc.: 0000794-81.2014.8.22.0021
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Heliomar Fernandes
Advogado:Aparecido Segura (OAB/RO 2994)
Vítima:Leide Aparecida de Souza
Advogado:Não Informado ( xx)
Edital - Publicar:
VARA: 1ª Vara
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 05 dias
Processo/MANDADO: 0000794-81.2014.822.0021
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Procedimento: Processo Comum
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Parte Ré:HELIOMAR FERNANDES, brasileiro, casado, filho de José Aparecido Fernandes e Maria Aparecida Fernandes, nascida aos 13/01/1976, em Açaí/PR, atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMAR a parte acima mencionada para efetuar o pagamento da pena de multa no valor de R$ 303,17 ( yrezentos e três reais e dezessete centavos) a ser depositado no Banco do Brasil, Agência 2757-X, conta corrente 12090-1 em nome do FUNPEN, CNPJ n. 15.837.081./0001-56, depósito diretamente no caixa do banco “na boca do caixa”, bem como as custas procesuais R$ 187,27 ( cento e oitenta e sete reais e vinte e sete centavos) no prazo de 15 (cinco) dias, sob pena de inscrição na DAE.
Buritis, 23 de janeiro de 2018
Hedy Carlos Soares
Juiz de Direito

Proc.: 1001623-40.2017.8.22.0021
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Odair Rodrigues Teixeira, Edmar Pires dos Santos, Lediomar Boone
Advogado: Agnaldo Muniz (OAB/RO 258-B)
DECISÃO: DECISÃO Vistos,Presentes os pressupostos imprescindíveis para o exercício da ação penal, RECEBO A DENÚNCIA, para todos os efeitos legais.1. Citem-se os acusados para, no prazo de 10 (dez) dias, responderem à acusação por escrito. Na resposta inicial, os acusados poderão arguir preliminares e alegarem tudo o que interesse à sua defesa, oferecendo documentos e justificações, a fim de especificar as provas que pretende produzir e, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário;2. Intimem-se, ainda, que transcorrido o prazo assinalado acima sem apresentação da resposta, ou se os acusados não constituírem defensor, fica, desde já nomeada a Defensoria Pública, para oferecê-la em igual prazo;3. Em concordância com os princípios da celeridade processual, da economicidade, da eficiência e da razoabilidade, a análise da resposta apresentada (art. 397, do CPP), será exercida na audiência de instrução e julgamento que ora designo para o dia 05.04.2018 às 11h00, sem prejuízo de eventual análise preliminar, caso seja necessária. Na ocasião, além da referida análise, proceder-se-á a tomada de declarações do ofendido, a inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, bem como os esclarecimentos dos peritos, as acareações e o reconhecimento de pessoas e coisas, e o interrogatório do acusado (art. 400, do CPP), além das apresentações das alegações finais orais e a prolação da SENTENÇA;4. Intimem-se os réus para a audiência, no mesmo ato de citação;5. Intimem-se as testemunhas de acusação e defesa, em MANDADO s diversos, bem como, expeça-se as deprecatas que se fizerem necessárias;5.1. Defiro a cota ministerial, atente-se para o seu fiel cumprimento.6. Caso os réus nomeiem advogado no ato da citação, intime-o;7. Intime-se o Ministério Público;8. Providencie-se a autuação dos autos, mudando a classe processual para o tipo de ação penal correspondente ao delito, alocando as tarjas respectivas (art. 170, DGJ). SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO dos Réus. Na oportunidade do cumprimento, o(a) Oficial(a) de Justiça, deverá indagar aos acusados se possuem condições financeiras para constituírem advogado, caso contrário, deverão procurar o Núcleo da Defensoria Pública para patrocinar sua defesa. Buritis-RO, sexta-feira, 12 de janeiro de 2018.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0000481-91.2012.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcos Broiano
Advogado:Alberto Biaggi Netto (OAB/RO 2740)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador Federal do Inss ( )
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, intimada sobre a certidão de fls 77v, a seguir transcrita: “Certifico e dou fé que os autos retornaram do TRF1ª Região. Ao autor para cumprimento de SENTENÇA, prazo 10(dez) dias. “.

Proc.: 0002836-06.2014.8.22.0021
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Erivelton Tardin Pinto
Advogado:Não Informado
Edital - Publicar:
Órgão emitente: 1ª Vara
Data: 2 de Fevereiro de 2018
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 dias
Processo/MANDADO: 0002836-06.2014.822.0021/1
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Procedimento: Processo Comum
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Parte Ré: ERIVELTON TARDIN PINTO, brasileiro, casado, auxiliar de serviços gerais, filho de Maria Lúcia Tardin Pinto, nascido aos 17/05/1975, no Rio de Janeiro/RJ, atualmente em local incerto e não sabido.
Advogado: Não informado
FINALIDADE: INTIMAR a parte supracitada a comparecer perante este Juízo no dia e hora abaixo mencionados, para audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.
AUDIÊNCIA: 28.03.2018, às 08h30m
Eu,_____ José Willyan Cavalcante Pinheiro – Diretor de Cartório, conferi, subscrevi e assino por determinação judicial.
Buritis, 02 de fevereiro de 2018
Hedy Carlos Soares
Juiz de Direito

Proc.: 1001638-09.2017.8.22.0021
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Réu:Francisco Barbosa de Souza
Advogado: Altair Moresco (OAB/RO 6606)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Recebo a carta precatória.Cumpra-se conforme requerido.Designo audiência de inquirição de testemunha para o dia 05.04.2018 às 10h30.Caso a diligência se torne infrutífera, fica desde já autorizado a devolução da deprecata ou encaminhá-la de forma itinerante a outra Comarca independente de nova ordem.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, DEVENDO SER CUMPRIDA NO ENDEREÇO E NOS EXATOS TERMOS SOLICITADO NA DEPRECATA. Buritis-RO, sexta-feira, 12 de janeiro de 2018.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0000384-52.2016.8.22.0021
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Paulo Roberto Rodrigues da Cruz, Iza Cristina Alves Pereira
Advogado: Defensoria Pública
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 dias
Autos: 0000384-52.2016.8.22.0021
CITAÇÃO DE:
01) PAULO ROBERTO RODRIGUEZ DA CRUZ, brasileiro, nascido aos 11/06/1989, filho de Ana Maria Rodrigues da Cruz, CPF n. 054.997.431-85, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE:
02) CITAR E INTIMAR o acusado para responder a denúncia do Ministério Público em 10 (dez) dias, por infração na forma do Art. 217-A, c/c Art. 226, II do CP, pelo seguinte fato, resumindo: “... Em dia não especificamente determinado, mas sabe-se que no ano de 2010, na Rua Bahia, n. 108, setor 08, nesta comarca, PAULO ROBERTO RODRIGUEZ DA CRUZ estuprou seu enteado W.P., menor de 14 anos à época dos fatos, vez que ao expor o seu órgão sexual para o infante, exigiu que este lhe tocasse o pênis, ato este que fora visualizado por IZA CRISTINA ALVES PEREIRA, genitora do infante, que por lei tem obrigação de cuidado ou vigilância, deveria agir para impedir o resultado do crime, mas omitiu-se...’
03) Caso o acusado não apresente defesa, este Juízo poderá nomear defensor público para fazê-lo em nome da acusada;
04) Não sendo apresentada a defesa preliminar, a Defensoria Pública será nomeada para fazê-la - Art. 396, do CPP. Transcorrido o prazo a defesa, dê-se vistas.
Buritis/RO, 06 de fevereiro de 2018.
Hedy Carlos Soares
Juiz de Direito

Proc.: 0003133-52.2010.8.22.0021
Ação:Inventário
Inventariante:A. F. da S. V. J. de O. S. E. M. de O. S.
Advogado: Juniel Ferreira de Souza (OAB/RO 6635)
Inventariado:A. F. da S.
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, intimada sobre a certidão de fls 28v, a seguir transcrita: "Certifico e dou fé que os autos estão desarquivados. À parte para manifestação. Prazo 10(dez) dias.".

## 2ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 dias
Proc.: 1001521-18.2017.8.22.0021
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET. Endereço Eletrônico: bts2generica@tj.ro.gov.br
Lauda nº 12476
Autos: 10015211820178220021
CITAÇÃO DE:
01) EDIVANDO PEREIRA DE MELO, brasileiro, solteiro, filho de Hildete Pereira de Melo e João Batista de Melo, nascido aos 22/11/1993, em Colorado do Oeste/RO, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE:
02) CITAR E INTIMAR o acusado para responder a denúncia do Ministério Público em 10 (dez) dias, por infração na forma do Art. 306, §1º, I do CTB, pelo seguinte fato, resumindo: "...No dia 05/11/2017, durante a madrugada, na avenida Porto Velho, nº 1438, no setor 02 desta cidade e Comarca, EDIVANDO PEREIRA DE MELO conduziu o veículo automotor do tipo Honda, modelo CG 160 FAN, placa OXL 7886, com capacidade psicomotora alterada em razão de influência de álcool, conforme exame etílico de fl. 15, que constatou que ele continha concentração acima de 0,3 miligramas de álcool por litro de ar alveloar..."(fl. 03).
03) Caso o acusado não apresente defesa, este Juízo poderá nomear defensor público para fazê-lo em nome do acusado;
04) Não sendo apresentada a defesa preliminar, a Defensoria Pública será nomeada para fazê-la - Art. 396, do CPP. Transcorrido o prazo a defesa, dê-se vistas.
Sede do Juízo: Fórum Juiz Jorge Luiz Gurgel do Amaral Neto, Rua Taguatinga, 1380, Setor 03, Buritis-RO, 76880000 - Fax: (69)3238-2860 - Fone: (69)3238-2910 - Ramal: 220.
Buritis, 20 de Fevereiro de 2018.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 05 dias
Proc.: 0001197-79.2016.8.22.0021
Lauda n.12477
Órgão emitente: 2ª Vara
Data: 21 de Fevereiro de 2018
Classe: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Procedimento: Processo Comum
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Parte Ré: Marcos Antônio Teixeira, Brasileiro (a), Solteiro(a), mecânico, CPF 72469617200, RG 702.770, Nascido em 27/10/1978, no Município de Mantena/MG, filho(a) de Não declarado e Elzi Teixeira.
Advogado: Osni Luiz de Oliveira OAB 7252, militante nesta Comarca;
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima mencionado a apresentar Alegações Finais no prazo legal.
Buritis, 21 de Fevereiro de 2018
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

# COMARCA DE COSTA MARQUES

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
1ª Vara Criminal da Comarca de Costa Marques/RO
( e-mail: cmr1criminal@tjro.jus.br )
Juiz de Direito: Fábio Batista da Silva

Proc.: 0001201-39.2013.8.22.0016
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público Estadual
Réu: Deisiane Naiara Abdon da Silva, brasileira, soltiera, do lar, filha de Lucineide Abdon da Silva, nascida aos 03/05/1992, natural de Costa Marques/RO, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citar a acusada acima qualificada para responder à acusação que lhe foi imputada nos termos da denúncia, apresentando resposta, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, quando poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Não apresentada resposta no prazo legal, ou ante a ausência de constituição de defensor, será nomeada a Defensoria Pública da Comarca, que atua nesta Vara, para oferecê-la, no prazo legal. RESUMO DA DENÚNCIA: "... 1° FATO: Furto Consta do procedimento investigatório que no dia 11 de abril de 2013, por volta das 19h30min, na Av. Mamoré, 2080, setor 04, nesta cidade e comarca de Costa Marques/RO, a denunciada DEISIANE NAIARA DE ABDON DA SILVA em companhia do adolescente PEDRO MENDES e outra pessoa não identificada nos autos, mediante arrombamento, subtraíram para eles, coisas alheias móveis, pertencentes à vítima Reinaldo de Souza Amaral. Segundo apurado, os denunciados, aproveitando-se que a vítima não estava em sua residência, local que também é um estabelecimento comercial, arrombaram um das janelas e subtrairam do interior do imóvel dois litros de bebida Velho Barreiro, três quilos de linguiça, tipo toscana e três unidades de refrigerante de 02 litros da marca Dydyo. A vítima, ao retornar para a sua residência, avistou a denunciada e outra pessoa correndo para fora da casa. A vítima acionou a Polícia Militar que, após diligências, localizou Deisiane, porém não foi recuperada a res furtiva. 2° FATO: Corrupção de menor No dia 11 de abril de 2013, por volta das 19h30min, a denunciada DEISIANE NAIARA DE ABDON DA SILVA corrompeu o menos de 18 anos Pedro Mendes a com ela praticar infração penal. Segundo restou apurado, a denunciada DEISIANE corrompeu o adolescente para com ela praticarem o crime anteriormente descrito. Isto posto, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA denuncia DEISIANE NAIARA DE ABDON DA SILVA com o incursos nas penas art. 155, §4°, I e IV do Código Penal Brasileiro e artigo 244-B da Lei 8.069/90, na forma do artigo 69 do CP..."
VARA:1ª Vara Criminal
Pauta dos processos em julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca Costa Marques/RO, referente a 1ª Reunião Periódica de 2018.
A Drª Maxulene de Souza Freitas, Juíza de Direito desta Comarca de Costa Marques/RO, Estado de Rondônia, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos interessar possa, que em conformidade com o artigo 435 do CPP, será submetido a julgamento na 1ª Reunião Ordinária do Tribunal do Júri do ano 2018, no Plenário do Tribunal do Júri no Fórum Juíza Suzy Soares da Comarca de Costa Marques, sito à Av Chianca, s/nº – Centro, nesta Comarca, com início previsto para as 08:30 (oito e trinta) horas, os acusados abaixo relacionados:
1) 12.03.2018, as 8:30 horas

Autos n. 1000241-27.2017.822.0016
Reu: Ailton Tenorio de Holanda e Valdecir Lima do Vale - (Réus presos)
Defesa: Defensoria Pública e Dr Thiago Freire da Silva
Acusação: Ministerio Público
Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Costa Marques-RO
e-mail: cmr1criminal@tj.ro.gov.br
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CORPO DE JURADOS
A Drª Maxulene de Souza Freitas, MMª. Juíza de Direito da Comarca de Costa Marques/RO, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, etc. FAZ SABER a quem o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, extraído da Ata de Sorteio do Corpo de Jurados, que foram sorteados no dia 20 de fevereiro de 2018, às 13:00 horas, na Sala de Audiencias deste Juízo, 25 (vinte e cinco) jurados titulares e 10 (dez) suplentes, cujos nomes estão relacionados abaixo, para comporem o Corpo de Jurados que servirão na 1ª reunião periódica do Tribunal do Júri no ano de 2018, cujas Sessão realizar-se-á no dia 12 de Março do corrente, a partir da 8:30 horas.
Jurados Titulares:
GILSON CABRAL DA COSTA
JOSIANE PEIXOTO
ADRIANO LENZ
DERLENY JULIO DOS SANTOS
VANESSA ESTEVES
JEFERSON RODRIGUES JUSTINO
JESSINILDA NUNES LOPES
YOLANDA SOARES DUARTE
RAIANE PEREIRA MESQUITA
KELI AVILA
SIMONE MEDEIROS DE ARRUDA
HELIO LIMA VIANA
ROBSON TOMICHA
EDGAR TOMICHA SALVATIERRA
TALITA BENDLER DA COSTA
LOIDE CARMEM DE MOURA
OTAIDE NASCIMENTO GOMES
MAYRA FRANCO
JANAINA PANUCI
ORLANDO NASCIMENTO GOMES
DENILSON PEDRO DA SILVA
CLAUDIA MARIA BERNARDINI RAMOS
LEOCID GUTIERREZ PONHES
LUCINEIDE DE OLIVEIRA CAVALCANTE
CRISTINA CHINCA POLITIS
Jurados Suplentes
SUELEN DE SOUZA BORGES
SUELY SILVA SA
WANILSON NEILE MENDES
LEANDRO NERI
MARTA GIMENEZ
WESLEY BARBOSA EVANGELISTA
WILMA BARROSO BRAGA
LEILA DO CARMO
RAIMUNDO NOGUEIRA FONTINELLI
WAGNER EBER RIBEIRO
Devem os Senhores Jurados, observar o disposto no Código de Processo Penal: Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. § 1o Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. § 2o A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado. Art. 437. Estão isentos do serviço do júri: I – o Presidente da República e os Ministros de Estado; II – os Governadores e seus respectivos Secretários; III – os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipal; IV – os Prefeitos Municipais; V – os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; VI – os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; VII – as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; VIII – os militares em serviço ativo; IX – os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; X – aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. § 1o Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. § 2o O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo. Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica. Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados. Art. 444. O jurado somente será dispensado por DECISÃO motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos. Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados. Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os DISPOSITIVO s referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.
E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou a MMª Juiza, passar o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça, na forma da Lei e uma via afixada em lugar público e de costume. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Costa Marques-RO, Aos 21 (vinte e um) dias do mês de Março (03) do ano de dois mil e dezoito (2018). Eu, Adriane Gallo, Escrivã Judicial, digitei e subscrevi.
Adriane Gallo
Diretora de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7000734-33.2016.8.22.0016
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JULIA JUSTINIANO DE MIRANDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE NEVES BANDEIRA - RO0000182
EXECUTADO: OI S.A
Advogado do(a) EXECUTADO: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO0004240
Nome: OI S.A

Endereço: Avenida Lauro Sodré, 3290, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-460
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA ajuizado por JÚLIA JUSTINIANO DE MIRANDA em face de OI S/A.
Instada a satisfazer a obrigação, a executada requereu a imediata extinção desse feito, em razão da novação do crédito devido ao autor — decorrente da aprovação do Plano de Recuperação Judicial em AGC — o qual será pago nos termos propostos pelas recuperadas e aprovados por quase que a totalidade de credores do Grupo Oi.
Pois bem.
A aprovação do plano opera novação dos créditos e a DECISÃO homologatória constitui, ela própria, novo título executivo judicial, nos termos do que dispõe o art. 59, caput e § 1º, da Lei n. 11.101/2005.
Confira-se a redação dos preceitos legais:
Art. 58. Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano não tenha sofrido objeção de credor nos termos do art. 55 desta Lei ou tenha sido aprovado pela assembléia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei.
[...]
Art. 59. O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do art. 50 desta Lei.
§ 1º A DECISÃO judicial que conceder a recuperação judicial constituirá título executivo judicial, nos termos do art. 584, inciso III, do caput da Lei n 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.
Nesse sentido vem decidindo as Turmas Recursais. Veja-se:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. EMPRESA DEVEDORA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CABIMENTO. INCOMPATIBILIDADE DA SUSPENSÃO DO PROCESSO PREVISTA NA LEI DE FALÊNCIAS COM OS PRINCÍPIOS DA LEI 9.099/95. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1.O art. 6º, § 4º da Lei nº 11.101/2005 prevê que em caso de decretação de falência ou deferimento do processamento de recuperação judicial todas as ações de execução em face do devedor devem ser suspensas. No caso da recuperação judicial a suspensão não excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta dias) dias, contados do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar as ações e execuções, independente de pronunciamento judicial (§ 4º do art. 6º da Lei nº 11.101/2005). 2.Todavia, em se tratando do rito adotado pelos Juizados Especiais, a suspensão do processo é incompatível, haja vista as disposições trazidas no artigo 2º e artigo 53, § 4º, ambos da Lei nº 9.099/95, já que nesse tipo de ação a celeridade processual e a efetividade devem ser sempre buscadas. Portanto, no Juizado Especial não se aplica o artigo 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005, no que se refere à suspensão da execução em face de devedor em recuperação judicial. 3.A doutrina sobre o tema leciona que a inexistência de bens penhoráveis “constitui causa de extinção do processo de execução, sendo facultada a sua renovação à existência de bens penhoráveis ou à possibilidade de localização do devedor, conforme o caso, considerando que a execução perante os Juizados Especiais Cíveis deve ser compreendida como um ‘processo de resultados’, donde não se afigura possível a indefinida reiteração de atos processuais com a FINALIDADE de localizar o devedor ou bens a penhorar, por culminar em inaceitável postergação da CONCLUSÃO do processo” (In Juizados Especiais Cíveis e Criminais, por Fátima Nancy Andrighi e Sidnei Agostinho Beneti, Belo Horizonte: Del Rey, 1996, página 52). 4.O Juízo da execução, contudo, permanece com sua competência funcional (art. 3º, § 1º, inciso I, e artigo 52, caput, ambos da Lei nº 9.099/95) após o transcurso do prazo estabelecido na Lei de Falências, sendo possível o prosseguimento do processo depois de decorrido o mencionado prazo, o que, porém, não quer dizer que o processo deve permanecer suspenso no Juizado Especial. 5.Recurso conhecido e desprovido. SENTENÇA mantida por seus próprios fundamentos. 6.Custas e honorários advocatícios pela recorrente, estes fixados em R$ 100,00 (cem reais), suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade de justiça deferida a autora/recorrente. 7.A súmula de julgamento servirá como acórdão, conforme regra do artigo 46 da Lei dos Juizados Especiais Estaduais Cíveis e ainda por força dos artigos 12, inciso IX, 98, parágrafo único e 99, do Regimento Interno das Turmas Recursais. (TJ-DF - ACJ: 20131210051144, Relator: ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO, Data de Julgamento: 14/04/2015, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE: 16/04/2015. Pág.: 234) (grifei).
O referido entendimento, inclusive, é objeto do enunciado 51 do FONAJE, conforme a seguir transcrito:
ENUNCIADO 51 – Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a SENTENÇA de MÉRITO, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES).
O caso em análise enquadra-se perfeitamente no enunciado vez que o MÉRITO da ação de conhecimento já foi julgado, não sendo possível a discussão da matéria de fundo.
No que se refere aos valores, tem-se que ao credor é facultado o direito de atualizar o débito a ser cobrado em momento adequado.
Finalmente, pondera-se que não se causa nenhum prejuízo às partes a extinção do feito pois ao credor será possível a obtenção de certidão de crédito e sua apresentação no momento oportuno e pela via própria.
Do mesmo modo, o devedor poderá, em sendo o caso, impugnar os valores quando pleiteados, seja no concurso universal de credores, seja em momento processual outro.
Por outro lado, caso a parte autora opte por não efetuar a habilitação de seus créditos na forma do art. 9º da Lei 11.101/2005, poderá a toda evidência aguardar o encerramento da recuperação judicial, e se for o caso retomar a marcha processual destes autos.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, EXTINGO o feito com fundamento no art. 51, inciso II, da Lei 9099/95, art. 485, inciso I, c/c art. 924, inciso I, c/c art. 771, caput, todos do Código de Processo Civil.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Caso a parte credora requeira, desde já fica autorizada a remessa dos autos à Contadoria para a atualização do crédito e posterior emissão de certidão de crédito.
Após o trânsito em julgado, procedidas as baixas e anotações necessárias, arquive-se.
Costa Marques, 21 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000504-54.2017.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: IVANILDA CARDOSO DA SILVA Advogados do(a) REQUERENTE: PAMELA CRISTINA DOS SANTOS NEVES - RO0007531, JOSE NEVES BANDEIRA - RO0000182
REQUERIDO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON Advogado do(a) REQUERIDO:

DESPACHO
Intime-se, pessoalmente, a parte autora, para comprovar, por meio de documentos, os valores efetivamente pagos com o conserto da geladeira e antena, no prazo de 5 dias, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
Nome: IVANILDA CARDOSO DA SILVA
Endereço: Av mamoré, 1922, setor 04, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000
Costa Marques - Vara Única, 20 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000929-81.2017.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: A. R. CUELLAR PANIFICADORA - ME Advogado do(a) REQUERENTE:
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462
SENTENÇA
Vistos, etc.
I - Relatório
Trata-se de Ação de Reparação de Danos Materiais c/c Danos Morais proposta por A. R. CUELLAR PANIFICADORA em desfavor de ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON, ambos já qualificados, alegando, em síntese, que mantêm relação de consumo com a Requerida e que, em 08.07.2017, entre o período que compreende 05hr30min às 06hr20min, houve uma interrupção no fornecimento de energia, havendo em seguida picos de energia. Em decorrência dos picos de energia, o refrigerador teve o compressor queimado, com prejuízo clculado em R$ 1.064,00 (um mil e sessenta e quatro reais). Mesmo com o ingresso de reclamação na via administrativa (protocolo 7309619, ID 12767459, pág. 10), não obteve êxito. Requer a procedência da pretensão para o fim de condenar a Requerida ao pagamento de R$ 1.064,00 (mil e sessenta e quatro reais) a título de danos materiais e R$ 10.000,00 (dez mil reais) por danos morais.
Devidamente citada (ID 13439967, pág. 23), a Requerida apresentou Contestação (ID 13765801, pág's. 25-36), em preliminar arguiu inépcia da inicial; enquanto no MÉRITO alegou ter sido aberto ordem de serviço n. 54758766 (SOLIC. P/ RESSARCIMENTO DANOS ELÉTRICOS), o qual foi arquivado, em razão do Autor não ter apresentado todos os documentos necessários, o que ensejou o arquivamento do processo, inteligência da resolução ANEEL 414/2010.
Houve impugnação à Contestação (ID 16279335).
Em seguida, vieram-me os autos conclusos.
II - Fundamentação
O processo comporta julgamento antecipado, nos moldes do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo despicienda a dilação probatória.
Inicialmente, afasto a preliminar de inépcia da inicial, uma vez que esta preenche os requisitos legais. O autor descreveu suficientemente a causa de pedir, formulando pedido correspondente, possibilitando a ampla defesa da parte ré, efetivamente exercida na contestação apresentada.
As questões formais levantadas pela Requerida não acarretam a inépcia da inicial. Ausente, portanto, vício capaz de ensejar a extinção do feito.
No tocante ao MÉRITO, o pedido formulado pelo Autor deve ser julgado procedente.
Pois bem.
Com efeito a controvérsia diz respeito ao reconhecimento o direito à indenização por danos materiais e morais, em virtude de problemas no fornecimento da energia elétrica, fato que teria dado causa à queima do refrigerador, conforme afirmado pelo Autor e negado pela Requerida.
Imperioso reconhecer que a Requerida, pessoa jurídica de direito privado, sendo concessionária de serviço público no fornecimento de energia elétrica, submete-se às normas constitucionais, o que gera sua responsabilidade objetiva por prejuízos causados a terceiros, decorrentes da prestação de serviços. Portanto, não exige a comprovação da culpa na conduta lesiva, mas apenas o dever de indenizar que nasce do nexo de causalidade entre ação ou omissão e o dano, nos termos do art. 37, § 6º, c.c art. 175, ambos da Constituição Federal.
Ademais, forçoso reconhecer que a rede elétrica oferece risco permanente à coletividade, de modo que é dever da prestadora do serviço administrar o seu fornecimento, para, assim, evitar riscos em potencial e impedir lesões a particulares.
No caso, apesar de aduzir, a concessionária/Requerida não se desincumbiu da demonstração da ausência de nexo causal entre o dano e os picos de energia, no período em que a energia esteve sem funcionar.
Alegada pelo Autor a falta de energia "picos", como causa da queima do refrigerador, caberia a Requerida demonstrar a inexistência de defeito na prestação dos serviços, ônus do qual não se desincumbiu, uma vez que apresentou apenas informações fornecidas pelo sistema interno (ID 13765950, pág's. 38-40), e não manifestou interesse na produção de outras provas, como por exemplo, perícia técnica no refrigerador.
Por outro lado, o Laudo Técnico trazido pelo Autor (ID 12767459, pág. 11), aponta que a causa do dano foi picos de energia elétrica, não havendo provas que a avaria não se relacione com a variação de tensão na rede elétrica.
Logo, diante da inafastável inversão do ônus da prova, cabia a Requerida comprovar que o dano constatado não tinha qualquer relação com os picos de energia elétrica, o que não fez. Não se trata de prova de fato negativo, como se poderia alegar, mas de comprovar que houve regularidade no fornecimento de energia e que o dano causado no refrigerador têm origem diversa da alegada oscilação.
Deste modo, provado o dano, e sendo inviável afastar-se o nexo causal, caracterizado está o dever de indenização por dano material, pela distribuidora de energia, a qual tem o dever de prever os problemas decorrentes de descarga/picos se evitar as suas consequências.
A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal assentou que, "a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, responsabilidade objetiva, com base no risco administrativo, ocorre diante dos seguintes requisitos: a) do dano; b) da ação administrativa; c) e desde que haja nexo causal entre o dano e a ação administrativa" (RE 178.806-RJ - Min. CARLOS VELLOSO - 2ª Turma - DJU 30.06.96 - pág. 20.485).
Logo, em face da responsabilidade objetiva da Concessionária/ Requerida, prescindível, para fins indenizatórios, a prova da sua culpa pelos estragos do refrigerador.
Destarte, de rigor a condenação da Requerida ao pagamento de R$ 1.064,00 (um mil e sessenta e quatro reais), valor gasto no reparo do refrigerador, conforme consta nas Notas Fiscais (ID 12767459, pág's 12/13).
Assim, resta somente analisar se houve danos morais.
A responsabilidade civil consubstancia-se pela obrigação que tem todo sujeito de direitos de reparar economicamente os danos por ele causados à esfera juridicamente protegida de outrem, independentemente de lei ou acordo de vontades. É princípio fundamental de justiça que, em se lesando qualquer dos direitos de outrem, há de se lhe indenizar, independentemente de prévio ajuste ou ato normativo, evitando-se, assim, enriquecimento sem causa de uns em detrimento de outros.

O dano moral decorre de violação aos direitos da personalidade, inerentes à pessoa, essenciais ao seu desenvolvimento e preservação de sua dignidade. Sua qualificação se pauta na esfera da subjetividade do ofendido ou no plano valorativo da pessoa perante a sociedade, observando valores como a consideração pessoal ou reputação que goza onde vive e atua.
No caso em apreço, restou evidentemente demonstrado que os danos suportados pela empresa Autora superaram a órbita dos meros aborrecimentos, visto que viu-se privada do bem (refrigerador), hoje tido como essencial para o seu labor, em razão da falha na prestação dos serviços da Requerida, que, por sua vez, mostrou-se relutante em resolver o problema, administrativamente, obrigando-a a ajuizar ação e percorrer longo tramite processual a fim de ver satisfeita sua pretensão.
Fica a indenização arbitrada no valor sugerido de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
III - DISPOSITIVO
Diante do exposto, nos termos do JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte Autora para:
a) CONDENAR a parte Requerida no pagamento da quantia de R$ 1.064,00 (mil e sessenta e quatro reais), a título de danos materiais, co correção monetária contada do ajuizamento da ação e juros de 1% ao mês contados da citação.
b) CONDENAR a parte Requerida no pagamento da quantia de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a título de danos morais, com correção monetária e juros de 1% ao mês a contar da publicação desta.
Por consequência, DECLARO EXTINTO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil.
Deixo de condenar a Requerida ao pagamento de custas processuais e de honorários advocatícios de sucumbência, em razão do disposto nos artigo 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE COMO:
a) CARTA / MANDADO / CARTA PRECATÓRIA DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DA(S) PARTE(S) REQUERIDA(S), observando-se o(s) seguinte(s) endereço(s) para localização:
Nome: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON - Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063 ou na Av. Chianca, nº 945, centro, escritório, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000;
b) CARTA / MANDADO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DA PARTE AUTORA, observando-se, para tanto, o seguinte endereço:
Nome: A. R. CUELLAR PANIFICADORA ME, representante Marcos Costa Cardoso - Endereço: Av. Antônio Psuriadakis, n. 1.826, Setor 04, Centro, Costa Marques/RO - CEP: 76937-000.
Expeça-se o necessário.
Com o trânsito em julgado e pagamento das custas, arquivem-se.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7000784-59.2016.8.22.0016
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: VALDIVINO FARIAS SORIA
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: OI S.A
Advogados do(a) EXECUTADO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO0000635, MARCELO LESSA PEREIRA - RO0001501, ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO0004240
Nome: OI S.A
Endereço: AC Coimbra, 20031, Setor Coimbra, Goiânia - GO - CEP: 74530-970
SENTENÇA Vistos,
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA ajuizado por VALDIVINO FARIAS SORIA em face de OI S/A.
Instada a satisfazer a obrigação, a executada requereu a imediata extinção desse feito, em razão da novação do crédito devido ao autor — decorrente da aprovação do Plano de Recuperação Judicial em AGC — o qual será pago nos termos propostos pelas recuperadas e aprovados por quase que a totalidade de credores do Grupo Oi.
Pois bem.
A aprovação do plano opera novação dos créditos e a DECISÃO homologatória constitui, ela própria, novo título executivo judicial, nos termos do que dispõe o art. 59, caput e § 1º, da Lei n. 11.101/2005.
Confira-se a redação dos preceitos legais:
Art. 58. Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano não tenha sofrido objeção de credor nos termos do art. 55 desta Lei ou tenha sido aprovado pela assembléia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei.
[...]
Art. 59. O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do art. 50 desta Lei.
§ 1º A DECISÃO judicial que conceder a recuperação judicial constituirá título executivo judicial, nos termos do art. 584, inciso III, do caput da Lei n 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.(grifei).
Nesse sentido vem decidindo as Turmas Recursais. Veja-se:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. EMPRESA DEVEDORA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CABIMENTO. INCOMPATIBILIDADE DA SUSPENSÃO DO PROCESSO PREVISTA NA LEI DE FALÊNCIAS COM OS PRINCÍPIOS DA LEI 9.099/95. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1.O art. 6º, § 4º da Lei nº 11.101/2005 prevê que em caso de decretação de falência ou deferimento do processamento de recuperação judicial todas as ações de execução em face do devedor devem ser suspensas. No caso da recuperação judicial a suspensão não excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta dias) dias, contados do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar as ações e execuções, independente de pronunciamento judicial (§ 4º do art. 6º da Lei nº 11.101/2005). 2.Todavia, em se tratando do rito adotado pelos Juizados Especiais, a suspensão do processo é incompatível, haja vista as disposições trazidas no artigo 2º e artigo 53, § 4º, ambos da Lei nº 9.099/95, já que nesse tipo de ação a celeridade processual e a efetividade devem ser sempre buscadas. Portanto, no Juizado Especial não se aplica o artigo 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005, no que se refere à suspensão da execução em face de devedor em recuperação judicial. 3.A doutrina sobre o tema leciona que a inexistência de bens penhoráveis "constitui causa de extinção do processo de execução, sendo facultada a sua renovação à existência de bens penhoráveis ou à possibilidade de localização do devedor, conforme o caso, considerando que a execução perante os Juizados Especiais Cíveis deve ser compreendida como um 'processo de resultados', donde não se afigura possível a indefinida reiteração de atos processuais com a FINALIDADE de localizar o devedor ou bens a penhorar, por culminar em inaceitável postergação da CONCLUSÃO do processo" (In Juizados Especiais Cíveis e Criminais, por Fátima Nancy Andrighi e Sidnei Agostinho Beneti, Belo Horizonte: Del Rey, 1996, página 52). 4.O Juízo da execução, contudo, permanece com sua competência funcional (art. 3º, § 1º, inciso I, e artigo 52, caput, ambos da Lei nº 9.099/95) após o transcurso do prazo estabelecido na Lei de Falências, sendo possível o prosseguimento do processo depois de decorrido o mencionado prazo, o que, porém, não quer dizer que o processo

deve permanecer suspenso no Juizado Especial. 5.Recurso conhecido e desprovido. SENTENÇA mantida por seus próprios fundamentos. 6.Custas e honorários advocatícios pela recorrente, estes fixados em R$ 100,00 (cem reais), suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade de justiça deferida a autora/recorrente. 7.A súmula de julgamento servirá como acórdão, conforme regra do artigo 46 da Lei dos Juizados Especiais Estaduais Cíveis e ainda por força dos artigos 12, inciso IX, 98, parágrafo único e 99, do Regimento Interno das Turmas Recursais. (TJ-DF - ACJ: 20131210051144, Relator: ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO, Data de Julgamento: 14/04/2015, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE: 16/04/2015. Pág.: 234). (grifei).

O referido entendimento, inclusive, é objeto do enunciado 51 do FONAJE, conforme a seguir transcrito:

ENUNCIADO 51 – Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a SENTENÇA de MÉRITO, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES).

O caso em análise enquadra-se perfeitamente no enunciado vez que o MÉRITO da ação de conhecimento já foi julgado, não sendo possível a discussão da matéria de fundo.

No que se refere aos valores, tem-se que ao credor é facultado o direito de atualizar o débito a ser cobrado em momento adequado.

Finalmente, pondera-se que não se causa nenhum prejuízo às partes a extinção do feito pois ao credor será possível a obtenção de certidão de crédito e sua apresentação no momento oportuno e pela via própria.

Do mesmo modo, o devedor poderá, em sendo o caso, impugnar os valores quando pleiteados, seja no concurso universal de credores, seja em momento processual outro.

Por outro lado, caso a parte autora opte por não efetuar a habilitação de seus créditos na forma do art. 9º da Lei 11.101/2005, poderá a toda evidência aguardar o encerramento da recuperação judicial, e se for o caso retomar a marcha processual destes autos.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, EXTINGO o feito com fundamento no art. 51, inciso II, da Lei 90.99/95, art. 485, inciso I, c/c art. 924, inciso I, c/c art. 771, caput, todos do Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Caso a parte credora requeira, desde já fica autorizada a remessa dos autos à Contadoria para a atualização do crédito e posterior emissão de certidão de crédito.

Após o trânsito em julgado, procedidas as baixas e anotações necessárias, arquive-se.

Costa Marques, 21 de fevereiro de 2018.

MAXULENE DE SOUSA FREITAS

Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Rondônia

Costa Marques - Vara Única

Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7000038-94.2016.8.22.0016

Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

EXEQUENTE: NEBIO CASARA

Advogados do(a) EXEQUENTE: PAMELA CRISTINA DOS SANTOS NEVES - RO0007531, JOSE NEVES BANDEIRA - RO0000182

EXECUTADO: OI S.A

Advogados do(a) EXECUTADO: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO0004240, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO0000635, MARCELO LESSA PEREIRA - RO0001501

Nome: OI S.A

Endereço: Avenida Lauro Sodré, 3290, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-460

SENTENÇA

Vistos,

Trata-se de cumprimento de SENTENÇA ajuizado por NEBIO CASARA em face de OI S/A.

Instada a satisfazer a obrigação, a executada requereu a imediata extinção desse feito, em razão da novação do crédito devido ao autor — decorrente da aprovação do Plano de Recuperação Judicial em AGC — o qual será pago nos termos propostos pelas recuperadas e aprovados por quase que a totalidade de credores do Grupo Oi.

Pois bem.

A aprovação do plano opera novação dos créditos e a DECISÃO homologatória constitui, ela própria, novo título executivo judicial, nos termos do que dispõe o art. 59, caput e § 1º, da Lei n. 11.101/2005.

Confira-se a redação dos preceitos legais:

Art. 58. Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano não tenha sofrido objeção de credor nos termos do art. 55 desta Lei ou tenha sido aprovado pela assembléia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei.

[...]

Art. 59. O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do art. 50 desta Lei.

§ 1º A DECISÃO judicial que conceder a recuperação judicial constituirá título executivo judicial, nos termos do art. 584, inciso III, do caput da Lei n 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.(grifei).

Nesse sentido vem decidindo as Turmas Recursais. Veja-se:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. EMPRESA DEVEDORA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CABIMENTO. INCOMPATIBILIDADE DA SUSPENSÃO DO PROCESSO PREVISTA NA LEI DE FALÊNCIAS COM OS PRINCÍPIOS DA LEI 9.099/95. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1.O art. 6º, § 4º da Lei nº 11.101/2005 prevê que em caso de decretação de falência ou deferimento do processamento de recuperação judicial todas as ações de execução em face do devedor devem ser suspensas. No caso da recuperação judicial a suspensão não excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta dias) dias, contados do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar as ações e execuções, independente de pronunciamento judicial (§ 4º do art. 6º da Lei nº 11.101/2005). 2.Todavia, em se tratando do rito adotado pelos Juizados Especiais, a suspensão do processo é incompatível, haja vista as disposições trazidas no artigo 2º e artigo 53, § 4º, ambos da Lei nº 9.099/95, já que nesse tipo de ação a celeridade processual e a efetividade devem ser sempre buscadas. Portanto, no Juizado Especial não se aplica o artigo 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005, no que se refere à suspensão da execução em face de devedor em recuperação judicial. 3.A doutrina sobre o tema leciona que a inexistência de bens penhoráveis "constitui causa de extinção do processo de execução, sendo facultada a sua renovação à existência de bens penhoráveis ou à possibilidade de localização do devedor, conforme o caso, considerando que a execução perante os Juizados Especiais Cíveis deve ser compreendida como um 'processo de resultados', donde não se afigura possível a indefinida reiteração de atos processuais com a FINALIDADE de localizar o devedor ou bens a penhorar, por culminar em inaceitável postergação da CONCLUSÃO do processo" (In Juizados Especiais Cíveis e Criminais, por Fátima Nancy Andrighi e Sidnei Agostinho Beneti, Belo Horizonte: Del Rey, 1996, página 52). 4.O Juízo da execução, contudo, permanece com sua competência funcional (art. 3º, § 1º, inciso I, e artigo 52, caput, ambos da Lei nº 9.099/95) após o transcurso do prazo estabelecido na Lei de Falências, sendo possível o prosseguimento do processo depois de decorrido o mencionado prazo, o que, porém, não quer

dizer que o processo deve permanecer suspenso no Juizado Especial. 5.Recurso conhecido e desprovido. SENTENÇA mantida por seus próprios fundamentos. 6.Custas e honorários advocatícios pela recorrente, estes fixados em R$ 100,00 (cem reais), suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade de justiça deferida a autora/recorrente. 7.A súmula de julgamento servirá como acórdão, conforme regra do artigo 46 da Lei dos Juizados Especiais Estaduais Cíveis e ainda por força dos artigos 12, inciso IX, 98, parágrafo único e 99, do Regimento Interno das Turmas Recursais. (TJ-DF - ACJ: 20131210051144, Relator: ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO, Data de Julgamento: 14/04/2015, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE: 16/04/2015. Pág.: 234). (grifei).

O referido entendimento, inclusive, é objeto do enunciado 51 do FONAJE, conforme a seguir transcrito:

ENUNCIADO 51 – Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a SENTENÇA de MÉRITO, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES).

O caso em análise enquadra-se perfeitamente no enunciado vez que o MÉRITO da ação de conhecimento já foi julgado, não sendo possível a discussão da matéria de fundo.

No que se refere aos valores, tem-se que ao credor é facultado o direito de atualizar o débito a ser cobrado em momento adequado.

Finalmente, pondera-se que não se causa nenhum prejuízo às partes a extinção do feito pois ao credor será possível a obtenção de certidão de crédito e sua apresentação no momento oportuno e pela via própria.

Do mesmo modo, o devedor poderá, em sendo o caso, impugnar os valores quando pleiteados, seja no concurso universal de credores, seja em momento processual outro.

Por outro lado, caso a parte autora opte por não efetuar a habilitação de seus créditos na forma do art. 9º da Lei 11.101/2005, poderá a toda evidência aguardar o encerramento da recuperação judicial, e se for o caso retomar a marcha processual destes autos.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, EXTINGO o feito com fundamento no art. 51, inciso II, da Lei 90.99/95, art. 485, inciso I, c/c art. 924, inciso I, c/c art. 771, caput, todos do Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Caso a parte credora requeira, desde já fica autorizada a remessa dos autos à Contadoria para a atualização do crédito e posterior emissão de certidão de crédito.

Após o trânsito em julgado, procedidas as baixas e anotações necessárias, arquive-se.

Costa Marques, 21 de fevereiro de 2018.

MAXULENE DE SOUSA FREITAS

Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Rondônia

Costa Marques - Vara Única

Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316

Processo nº: 7000532-22.2017.8.22.0016

Classe: EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO (1230)

EXCIPIENTE: OTACILIO NASCIMENTO GOMES Advogado do(a) EXCIPIENTE:

EXCEPTO: BANCO BRADESCO S.A., BV FINANCEIRA S/A Advogado do(a) EXCEPTO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO0005546Advogado do(a) EXCEPTO: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI - PE0021678

Vistos.

Trata-se de exceção de suspeição oposta por Banco Bradesco S/A e por BV Financeira S/A - Crédito Financiamento e Investimento - tendo como excepto o Juiz de Direito Dr. Fábio Batista da Silva, a qual foi julgada improcedente.

Por essas razões, Translade-se cópia da DECISÃO de ID:14704156, para o processo nº: 7000026-46.2017.8.22.0016.

Nada mais havendo, certificado o cumprimento de todas as determinações e não havendo mais questões pendentes a serem examinadas, arquivem-se os autos.

P.R.I

SIRVA A PRESENTE COMO: MANDADO /CARTA

Nome: OTACILIO NASCIMENTO GOMES

Endereço: JOAO PSURIADAKIS, SN, SETOR 2, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000

Nome: BANCO BRADESCO S.A.

Endereço: AC Ariquemes, 2047, AVENIDA TANCREDO NEVES - CENTRO, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76870-970

Nome: BV FINANCEIRA S/A

Endereço: Alameda Pedro Calil, 14171, Vila das Acácias, Poá - SP - CEP: 08557-105

Expeça-se o necessário.

Costa Marques - Vara Única, 21 de fevereiro de 2018

MAXULENE DE SOUSA FREITAS

Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Poder Judiciário

Costa Marques - Vara Única

Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316

Processo nº: 7000285-41.2017.8.22.0016

Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

REQUERENTE: AFONSO MIRANDA Advogado do(a) REQUERENTE: JAIRO REGES DE ALMEIDA - RO7882

REQUERIDO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON Advogado do(a) REQUERIDO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714

DESPACHO

Trata-se de fase cumprimento de SENTENÇA.

No ID 16256257, consta o pagamento parcial da dívida.

No ID 16317680, a parte Exequente pugna pela Expedição de ALVARÁ JUDICIAL, bem como a intimação da Executada para pagar o saldo remanescente, motivo pelo qual, o feito caminha rumo à extinção.

Isento de custas e honorários (artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95).

Expeça-se alvará de levantamento de importância depositada em ID 16256257, acrescidos de juros e correção monetária, em nome do Patrono da parte autora, Dr. JAIRO REGES DE ALMEIDA (OAB/RO n. 7882), intimando-o para assinatura e retirada no prazo de 05 (cinco) dias.

Intime-se a Executada, para pagar os valores remanescentes no prazo de 10 (dez) dias.

Após, intime-se a parte Exequente, a fim de que informe a satisfação do crédito, sob pena de extinção, em razão da satisfação da obrigação, nos moldes do art. 924, II, do CPC.

Com a resposta positiva da Exequente, arquive-se os autos.

Expeça-se o necessário.

Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.

MAXULENE DE SOUSA FREITAS

Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Rondônia

Costa Marques - Vara Única

Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316

Processo nº: 7000751-35.2017.8.22.0016

Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

REQUERENTE: COSME DA SILVA INACIO Advogado do(a) REQUERENTE: JAIRO REGES DE ALMEIDA - RO7882

REQUERIDO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA (CERON) Advogado do(a) REQUERIDO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
DECISÃO
Por ser tempestivo o Recurso Inominado – ID 16289872 -, recebo-o em ambos os efeitos, devolutivo e suspensivo, nos termos do art. 43, da Lei n. 9.099/95;
Intime-se a Recorrida, por meio de seu Patrono, via DJE, para, no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, da Lei nº 9.099/95), apresentar suas Contrarrazões ao Recurso Inominado;
Nada sendo alegado quanto a admissibilidade do recurso, encaminhem-se os autos a Egrégia Turma Recursal, com as sinceras homenagens deste Juízo;
Às providências e expedientes necessários, observando as formalidades legais.
Cumpra-se.
Costa Marques - Vara Única, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7001189-61.2017.8.22.0016
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP Advogados do(a) EXEQUENTE: JONATAS DA SILVA ALVES - RO0006882, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO0002930, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586/RO
EXECUTADO: IBER RIBEIRO MONTEIRO, FRANCISLEI GONCALVES DE OLIVEIRA Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
Ante o acordo realizado entre as partes (ID 16097140), determino a suspensão do presente feito executivo até a data prevista para o integral pagamento, qual seja, 05.04.2019, nos termos artigo 922, caput, do CPC.
Assim sendo, o feito ao final há de ser extinto mediante a prolação de SENTENÇA na hipótese prevista no CPC, art. 924, inc. II.
Transcorrido o prazo da suspensão processual, intime-se a Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se relativamente à quitação do débito pela executada, sob pena de extinção da execução nos moldes acima delineados e de arquivamento dos autos.
Após, tornem-se os autos conclusos.
Intimem-se as partes da presente DECISÃO. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7001605-63.2016.8.22.0016
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: RAIMUNDA MATIAS DA COSTA Advogado do(a) AUTOR: JAIRO REGES DE ALMEIDA - RO7882
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO Atenta ao teor da peça encartada ao ID 16025530 da Autarquia Ré, DEFIRO o pedido da parte Autora encartado ao ID 16279569, consequentemente, DETERMINO a imediata expedição de RPV, no montante de R$ 4.977,05 (quatro mil novecentos e setenta e sete reais e cinco centavos), valor principal e R$ 497,70 (quatrocentos e noventa e sete reais e setenta centavos) a título de honorários sucumbenciais.
Em seguida, havendo o pagamento, expeça-se alvará, para levantamento em favor do exequente e/ou de seu advogado, em razão da procuração acostada ao ID 7692971, intimando-os para proceder o levantamento.
Com o cumprimento integral das determinações acima, arquivem-se os autos.
Providenciem-se ao necessário.
Intimem-se. Cumpra-se.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000556-50.2017.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: MOHAMED DIB NETO Advogados do(a) REQUERENTE: PAMELA CRISTINA DOS SANTOS NEVES - RO0007531, JOSE NEVES BANDEIRA - RO0000182
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S..A Advogados do(a) REQUERIDO: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RO0006676, SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO0006673
DESPACHO
Por ser tempestivo o recurso inominado, recebo-o em ambos os efeitos, devolutivo e suspensivo, porquanto vislumbrado dano irreparável para a parte, nos termos do art. 43 da Lei nº 9.099/95.
Tendo em vista que a parte recorrida apresentou contrarrazões, encaminhem-se os autos à Colenda Turma Recursal, com as homenagens e cautelas de estilo.
Expeça-se o necessário.
Costa Marques - Vara Única, 21 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7001261-82.2016.8.22.0016
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: NEIDE GUERREIRA CARNEIRO Advogados do(a) EXEQUENTE: RONAN ALMEIDA DE ARAUJO - RO0002523, JAIRO REGES DE ALMEIDA - RO7882
EXECUTADO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON Advogado do(a) EXECUTADO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
DESPACHO
Trata-se de fase cumprimento de SENTENÇA.
No ID 16164425, consta o pagamento da dívida.
No ID 16293491, a parte Exequente pugna pela Expedição de ALVARÁ JUDICIAL motivo pelo qual, o feito caminha rumo à extinção.
Lado outro, intime-se a parte Exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe a satisfação do crédito ou apresente planilha atualizada de cálculo do eventual saldo devedor indicando qual a modalidade de penhora que deseja (bacenjud ou MANDADO ), sob pena de extinção, em razão da satisfação da obrigação, nos moldes do art. 924, II, do CPC.
Proceda-se com a liberação da penhora e/ou de qualquer outra forma de constrição (se houver).
Expeça-se alvará de levantamento de importância, sendo no valor de R$ 8.829,71 (oito mil e oitocentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos) acrescidos de juros e correção monetária, em nome do Patrono da parte autora, Dr. JAIRO REGES DE ALMEIDA (OAB/RO n. 7882), intimando-o para assinatura e retirada no prazo de 05 (cinco) dias.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Nada mais pendente, arquive-se os autos.
Costa Marques/RO, 21 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7000109-33.2015.8.22.0016
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: JAMES GONCALVES REIS Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE NEVES BANDEIRA - RO0000182
EXECUTADO: GLEICY KELLY ESPINDOLA SANTE DA SILVA Advogado do(a) EXECUTADO: FABRICIA UCHAKI DA SILVA - RO0003062
DESPACHO Ante a inércia do Patrono do Exequente, intime-o pessoalmente, para manifestar do DESPACHO de ID 13301433, no prazo de 05 (cinco) dias.
Após, tornem-me os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO
Exequente: JAMES GONÇALVES REIS
Endereço: Av. João Psuriadakis, n. 1.540, Costa Marques/RO, CEP: 76937-000.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7000625-53.2015.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ELIANA MARIA DO NASCIMENTO Advogado do(a) REQUERENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO0002394
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Intime-se a parte Autora, por meio de seu Patrono, via DJE, nos termos da alínea "b", do DESPACHO de ID 11385283, no prazo de 05 (cinco) dias.
Não apresentando a planilha de cálculo contendo os valores retroativos, arquive-se os autos.
Apresentada a planilha de cálculo, retornem-me os autos conclusos.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7001491-27.2016.8.22.0016
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: DURVALINO EVANGELISTA PEREIRA NETO Advogados do(a) EXEQUENTE: ALAN OLIVEIRA BRUSCHI - RO0006350, ONEIR FERREIRA DE SOUZA - RO0006475
EXECUTADO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON Advogado do(a) EXECUTADO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
DESPACHO
Intime-se, a parte Exequente, por meio de seu Patrono, via DJE, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe a satisfação do crédito ou apresente planilha atualizada de cálculo do eventual saldo devedor indicando qual a modalidade de penhora que deseja (bacenjud ou MANDADO ), sob pena de extinção e arquivamento, nos moldes do art. 924, inciso II, do CPC.
Após, tornem-me conclusos.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000175-76.2016.8.22.0016
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: AILTON COSTA DA SILVA Advogado do(a) EXEQUENTE: NILTON PINTO DE ALMEIDA - RO0004031
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
Considerando que o Executado deixou seu prazo transcorrer in albis, intime-se o Exequente, por meio de seu Patrono, via DJE, a fim de que apresente planilha de cálculo atualizada, no prazo de 05 (cinco). No mais cumpra-se o Cartório integralmente o DESPACHO de ID 13175413, pág. 109.
Na oportunidade, o Executado fica compromissado a informar a conta bancária para efetuar o pagamento, bem como o termo de renúncia no caso de exceder os cálculos ao limite de 10 salários mínimos para expedição do RPV.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7000281-04.2017.8.22.0016
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ELZO REGACONE Advogado do(a) EXEQUENTE: JAIRO REGES DE ALMEIDA - RO7882
EXECUTADO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON Advogado do(a) EXECUTADO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
DESPACHO Intime-se, a parte Exequente, por meio de seu Patrono, via DJE, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe a satisfação do crédito ou apresente planilha atualizada de cálculo do eventual saldo devedor indicando qual a modalidade de penhora que deseja (bacenjud ou MANDADO ), sob pena de extinção e arquivamento, nos moldes do art. 924, inciso II, do CPC.
Após, tornem-me conclusos.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7001571-88.2016.8.22.0016
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: HELENA PEREIRA SANTOS Advogado do(a) EXEQUENTE: RILDO RODRIGUES SALOMAO - RO5335
EXECUTADO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON Advogado do(a) EXECUTADO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
DESPACHO Intime-se, a parte Exequente, por meio de seu Patrono, via DJE, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe a satisfação do crédito ou apresente planilha atualizada de cálculo do eventual saldo devedor indicando qual a modalidade de penhora que deseja (bacenjud ou MANDADO ), sob pena de extinção e arquivamento, nos moldes do art. 924, inciso II, do CPC.
Após, tornem-me conclusos.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7000045-52.2017.8.22.0016
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARIA CRISTINA MIRANDA HOLANDA Advogado do(a) EXEQUENTE: RILDO RODRIGUES SALOMAO - RO5335
EXECUTADO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON Advogados do(a) EXECUTADO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434, GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714, MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO0002391
DESPACHO Intime-se, a parte Exequente, por meio de seu Patrono, via DJE, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe a satisfação do crédito ou apresente planilha atualizada de cálculo do eventual saldo devedor indicando qual a modalidade de penhora que deseja (bacenjud ou MANDADO ), sob pena de extinção e arquivamento, nos moldes do art. 924, inciso II, do CPC.
Após, tornem-me conclusos.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000117-05.2018.8.22.0016
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: TALISON FALCAO FORTES Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: MARCIANO AUGUSTO DOS SANTOS Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO
1- Intime-se a parte executada para comparecer em audiência de tentativa de conciliação, que se realizará no dia 04 de Abril de 2018 às 10h:00m, junto ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado nas dependências do Fórum Fórum Juíza Suzy Soares Silva Gomes, situado na Avenida Chianca, nº 1061, Centro, Costa Marques/RO, CEP: 76937-000 - Fone:(69) 3651-2316.
2- Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do NCPC), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §2º do NCPC.
3- Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado, bem como intimando-o para comparecer na audiência de conciliação. Se houver pagamento ou acordo no prazo de três dias, a audiência resta prejudicada.
4- Na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, intimar o cônjuge.
5- Havendo penhora e sendo a parte executada encontrada, deverá ser advertida de que poderá embargar a execução, o que poderá fazer até a data da audiência supra designada.
6- Cumprida a diligência, proceda-se à remessa dos autos ao CEJUSC para a realização da audiência de tentativa de conciliação.
7- Realizada a audiência, havendo acordo, suspenda-se ou extinga-se a execução, de acordo com a legislação processual vigente.
8- Não obtida a conciliação, a parte executada poderá embargar a execução, de forma escrita ou oral na própria audiência.
9- Com a apresentação de embargos em audiência, deverá a parte exequente apresentar, no mesmo ato, sua impugnação aos embargos, oralmente, sob penas de preclusão.
SIRVA A PRESENTE COMO:
a) CARTA / MANDADO / CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) EXECUTADA(S), observando-se o(s) seguinte(s) endereço(s) para localização:
Nome: MARCIANO AUGUSTO DOS SANTOS
Endereço: Rua Dom Xavier Rey, 2194, Setor 03, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000
b) CARTA / MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE, observando-se, para tanto, o seguinte endereço:
Nome: TALISON FALCAO FORTES
Endereço: BR478 (ESTRADA DO FORTE), KM18, zona rural, Sitio Nova Vida, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
Aguarde-se a solenidade.
Expeça-se o necessário.
Costa Marques/RO - Vara Única, 20 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000454-28.2017.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ELIGEAN JKSON BACELAR MATOS Advogado do(a) REQUERENTE: FABRICIA UCHAKI DA SILVA - RO0003062
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Por ser tempestivo o recurso inominado, recebo-o em ambos os efeitos, devolutivo e suspensivo, porquanto vislumbrado dano irreparável para a parte, nos termos do art. 43 da Lei nº 9.099/95.
Tendo em vista que a parte recorrida apresentou contrarrazões, encaminhem-se os autos à Colenda Turma Recursal, com as homenagens e cautelas de estilo.
Expeça-se o necessário.
Costa Marques - Vara Única, 20 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7000757-76.2016.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: MAGNO FABIANO CAVALCANTE Advogados do(a) REQUERENTE: ALAN OLIVEIRA BRUSCHI - RO0006350, ONEIR FERREIRA DE SOUZA - RO0006475
REQUERIDO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON Advogado do(a) REQUERIDO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
DESPACHO
Intime-se, a parte Exequente, por meio de seu Patrono, via DJE, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe a satisfação do crédito ou apresente planilha atualizada de cálculo do eventual saldo devedor indicando qual a modalidade de penhora que deseja (bacenjud ou MANDADO ), sob pena de extinção e arquivamento, nos moldes do art. 924, inciso II, do CPC.
Após, tornem-me conclusos.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7000753-39.2016.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: MARIA ROSA DE OLIVEIRA Advogados do(a) REQUERENTE: ALAN OLIVEIRA BRUSCHI - RO0006350, ONEIR FERREIRA DE SOUZA - RO0006475
REQUERIDO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON Advogado do(a) REQUERIDO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
DESPACHO
Ante a inércia do Patrono da parte Exequente, intime-a pessoalmente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe a satisfação do crédito ou apresente planilha atualizada de cálculo do eventual saldo devedor indicando qual a modalidade de penhora que deseja (bacenjud ou MANDADO ), sob pena de extinção e arquivamento, nos moldes do art. 924, II, do CPC.
Após, tornem-me conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO:
Exequente: MARIA ROSA DE OLIVEIRA
Endereço: Linha 23, Km 05, Lado Sul, Costa Marques/RO, CEP: 76937-000.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7001207-19.2016.8.22.0016
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARIA LOURDES RAMOS ZOMERFELD Advogado do(a) AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT - RO0004195
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Considerando que o Laudo Pericial confeccionado pelo Perito (ID 15339561, pág. 112-116), concluiu no quesito I, itens 6, 7, 7.1, 13 que a Requerente encontra-se com incapacidade parcial, determino a intimação do Expert, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, esclareça o seguinte ponto, o teor da CONCLUSÃO do Laudo Pericial, quando afirma não ter constatado incapacidade laborativa, assim, faça o esclarecimento, nos moldes do art. 477, §2º, I, do CPC, instruindo o MANDADO com cópia (ID 15339561, pág. 112-116).
Com a resposta, dê-se vista às partes para se manifestarem, em 15 (quinze) dias.
Após, venham conclusos para SENTENÇA.
Expeça-se o necessário.
Costa Marques/RO, 21 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000251-66.2017.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ADAIR APARECIDO GONCALVES Advogado do(a) REQUERENTE: GLAUCIA ELAINE FENALI - RO0005332
REQUERIDO: IDARON - AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA, ESTADO DE RONDÔNIA Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Por ser tempestivo o Recurso Inominado – ID 16272051 -, recebo-o em ambos os efeitos, devolutivo e suspensivo, nos termos do art. 43, da Lei n. 9.099/95;
Intime-se a Recorrida, por meio de seu Patrono, via DJE, para, no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, da Lei nº 9.099/95), apresentar suas Contrarrazões ao Recurso Inominado;
Nada sendo alegado quanto a admissibilidade do recurso, encaminhem-se os autos a Egrégia Turma Recursal, com as sinceras homenagens deste Juízo;
Às providências e expedientes necessários, observando as formalidades legais.
Cumpra-se.
Costa Marques - Vara Única, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000504-88.2016.8.22.0016
Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172)
EMBARGANTE: JAQUELINE TEIXEIRA & CIA LTDA - ME, JAQUELINE TEIXEIRA, MARIA MADALENA TEIXEIRA, RONIS JOSE TEIXEIRA Advogado do(a) EMBARGANTE: SEBASTIAO QUARESMA JUNIOR - RO0001372
Advogado do(a) EMBARGANTE: SEBASTIAO QUARESMA JUNIOR - RO0001372
EMBARGADO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP Advogados do(a) EMBARGADO: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO0002930, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586/RO, JONATAS DA SILVA ALVES - RO0006882
DESPACHO
Ante o pedido retro, por ora, cancelo a audiência designada.
Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, sugerir os pontos controvertidos da demanda e especificar as provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão.
Nesta mesma ocasião, havendo a necessidade de produção de prova testemunhal, determino, desde já, que as partes apresentem seus respectivos róis de testemunhas, observando-se o disposto no art. 357, §§ 4º, 5º, 6º e 7º do NCPC, cumprindo-lhes indicar, na oportunidade, quais de suas testemunhas comparecerão em audiência independentemente de intimação, quais outras serão intimadas pelo próprio advogado na forma do art. 455 do NCPC, e por fim, aquelas testemunhas cujas intimações, imprescindivelmente, devem ser efetuadas por MANDADO e oficial de justiça, desde logo justificando essa necessidade sob pena de indeferimento.
Após, tornem-se os autos conclusos para o saneamento.
Caso ambas as partes, ou todas elas, requeiram o julgamento antecipado da lide, afirmando desde logo a inexistência de provas outras a produzir, sejam os autos conclusos para o julgamento do processo no estado em que se encontra.
Intimem-se.
Costa Marques - Vara Única, 21 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000560-87.2017.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: HELIO LIMA VIANA Advogados do(a) REQUERENTE: PAMELA CRISTINA DOS SANTOS NEVES - RO0007531, JOSE NEVES BANDEIRA - RO0000182

REQUERIDO: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA Advogado do(a) REQUERIDO: ARMANDO SILVA BRETAS - PR0031997
DESPACHO
Por ser tempestivo o recurso inominado, recebo-o em ambos os efeitos, devolutivo e suspensivo, porquanto vislumbrado dano irreparável para a parte, nos termos do art. 43 da Lei nº 9.099/95.
Intime-se a parte recorrida, por seu advogado, para, no prazo legal de 10 (dez) dias, apresentar suas contrarrazões, sob pena de preclusão.
Decorrido o prazo legal, encaminhem-se os autos à Colenda Turma Recursal, com as homenagens e cautelas de estilo.
Expeça-se o necessário.
Costa Marques - Vara Única, 21 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000120-57.2018.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ORMEZINDA GADELHA DOS SANTOS Advogado do(a) REQUERENTE: JAIRO REGES DE ALMEIDA - RO7882
REQUERIDO: ADRIANA MODESTO DO NASCIMENTO Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para tomar(em) conhecimento da presente ação, e, querendo, apresentar(em) contestação em audiência de tentativa de conciliação, que se realizará no dia 04 de Abril de 2018 às 11h:30m, junto ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado nas dependências do Fórum Juíza Susy Soares Silva Gomes, situado na Avenida Chianca, nº 1061, Centro, em Costa Marques-RO, CEP: 76.937-000 - Fone:(69) 3651-2316, sob pena de ser decretada a sua revelia.
A ausência injustificada da(s) parte(s) requerida(s) em audiência de conciliação, ou a não apresentação de contestação, acarretará a presunção de veracidade dos fatos articulados pela parte requerente. (Lei nº 9.099/95, art. 20).
Não havendo conciliação, após resposta(s) da(s) parte(s) requerida(s), franqueie-se à parte autora suficiente oportunidade de manifestação oral - em audiência - aos termos da(s) contestação(ões) então apresentada(s).
Em seguida, ainda em audiência, as partes deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente sua pertinência e relevância em relação ao desfecho da demanda, sob pena de indeferimento.
Após, tornem-se os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas ou julgamento antecipado da lide.
SIRVA A PRESENTE COMO:
a) CARTA / MANDADO / CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) REQUERIDA(S), observando-se o(s) seguinte(s) endereço(s) para localização:
Nome: ADRIANA MODESTO DO NASCIMENTO
Endereço: AV OTAVIO RODRIGUES DE MATTOS, 2478, CENTRO, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
b) CARTA / MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, observando-se, para tanto, o seguinte endereço:
Nome: ORMEZINDA GADELHA DOS SANTOS
Endereço: AV 7 DE ABRIL, 1971, CENTRO, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
Aguarde-se a solenidade.
Expeça-se o necessário.
Costa Marques/RO - Vara Única, 21 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Costa Marques
Sede do Juízo: Fórum Juíza Suzy Soares Silva Gomes, Av. Chianca, 1061, Centro, Costa Marques-RO, 76.937-000 - Fax: 06936513330 - Fone: 06936512316 - Ramal: 5 – email: cmr1civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7000117-39.2017.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: CLAUDINEI XAVIER SOARES
Advogado do(a) REQUERENTE: RILDO RODRIGUES SALOMAO - RO5335
REQUERIDO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON
Advogado do(a) REQUERIDO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
DESPACHO
Cuida-se de cumprimento de SENTENÇA.
Atualizou-se o valor da dívida – ID16114786.
É o relatório.
Sem maiores delongas, INDEFIRO o pedido de ID 16114772, no que tange a aplicação da multa de 10%, vez que para aplicação desta, requer a intimação prévia da Executado da fase de Cumprimento de SENTENÇA.
INTIME-SE a parte Devedora, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, cujo valor está atualizado no patamar de R$ 16.880,42 (dezesseis mil e oitocentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos).
Decorrido tal prazo, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, remetam-se os autos novamente à contadoria e após, venham-me os autos conclusos para prosseguimento e demais deliberações, observando, inclusive, a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
Intime-se, via DJE.
Costa Marques/RO, 19 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7000161-92.2016.8.22.0016
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: GILMAR DA SILVA RIBEIRO Advogado do(a) EXEQUENTE: NILTON PINTO DE ALMEIDA - RO0004031
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO Considerando que o Executado deixou seu prazo transcorrer in albis, remeta-se os autos ao Contador Judicial, após expeça-se Requisição de Pequeno Valor quanto ao valor principal, estando este dentro do valor limite, ou Precatório, e quanto ao valor dos honorários advocatícios de sucumbência
O(s) RPV(s) deverá(ão) ser expedido(s) no(s) valor(es) atualizado(s).
Sendo comprovada nos autos a realização do pagamento/depósito dos valores e verificada a regularidade pela escrivania, fica desde já autorizada a expedição do alvará para levantamento do(s) valor(es) depositado(s) em nome da parte beneficiária e/ou de seu advogado.
No(s) alvará(s) deverá(ão) constar a observação de que a agência bancária deverá informar ao juízo, no prazo de 05 (cinco) dias após efetuado o levantamento, encerramento da respectiva conta e a inexistência de saldo, ficando a escrivania autorizada a expedir ofício à referida agência cobrando esta informação na hipótese da não comunicação ao Juízo. A providência se faz necessária para evitar que o processo seja arquivado com valores pendentes de levantamento.
Determino, deste modo, a intimação pessoal da parte quanto ao depósito dos valores e quanto à expedição do alvará de levantamento, inclusive para comparecer em cartório e fazer a retirada do referido expediente, conforme for necessário.

Com a(s) retirada(s) do(s) alvará(s), a parte autora e/ou o(a) advogado(a) constituído(a) deverá dar quitação por termo nos autos, ficando ciente que eventual ausência de manifestação implicará em anuência tácita quanto ao recebimento e quitação.
Após cumpridas todas as diligências acima e o que mais for necessário, com o exaurimento da prestação jurisdicional, não havendo pendências, voltem conclusos para extinção, na forma do art. 924, II, do CPC.
Por fim, antes de remeter os autos conclusos, a escrivania deverá certificar-se da inexistência de saldo nas contas judiciais, para evitar DECISÃO de arquivamento do processo com valores ainda pendentes de levantamento.
Sirva o presente como MANDADO /CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7000847-84.2016.8.22.0016
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ALAIDES NERES Advogado do(a) AUTOR: JOSE NEVES BANDEIRA - RO0000182
RÉU: MUNICIPIO DE CARAPICUIBA Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Ante a inércia do Patrono da parte Autora, intime-a pessoalmente, do teor do DESPACHO de ID 14745591, para, manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias.
Com ou sem manifestação, tornem-me os autos conclusos para julgamento do feito no estado em que se encontra.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000898-61.2017.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: GARDENIA ALVES MARQUES Advogado do(a) REQUERENTE: NILTON PINTO DE ALMEIDA - RO0004031
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Tendo em vista a apresentação de contestação, intime-se, pessoalmente, a parte autora, ou por meio de seu representante legal (se houver), para apresentar impugnação (caso queira) no prazo de 10 (dez) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte interessada, envie-me os autos conclusos para SENTENÇA.
Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE COMO:
a) CARTA / MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, observando-se, para tanto, o seguinte endereço:
Nome: GARDENIA ALVES MARQUES
Endereço: AVENIDA JOÃO PSURIADAKS, 1541, SETOR 02, CENTRO, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
Expeça-se o necessário.
Costa Marques - Vara Única, 20 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000586-56.2015.8.22.0016
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: FRANCISCO PAULINO BRANDINO AMAZONAS Advogados do(a) EXEQUENTE: JOHNATANS FRANKLIN ALVES DOS SANTOS - RO0007242, JOSE NEVES BANDEIRA - RO0000182
EXECUTADO: CAERD - COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA Advogado do(a) EXECUTADO: ARMANDO NOGUEIRA LEITE - RO0002579
DESPACHO
Intime-se a parte Exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe a satisfação do crédito ou apresente planilha atualizada de cálculo do eventual saldo devedor indicando qual a modalidade de penhora que deseja (bacenjud ou MANDADO ), sob pena de extinção, em razão da satisfação da obrigação, nos moldes do art. 924, II, do NCPC
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO a ser cumprido nos seguintes endereços:
a) Parte requerente: Nome: FRANCISCO PAULINO BRANDINO AMAZONAS
Endereço: Av. João Suriadakis, 1181, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000
Expeça-se o necessário.
Costa Marques - Vara Única, 20 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000138-83.2015.8.22.0016
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: FLORENTINA FRANCISCA SALOMEIA DE FREITAS Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE NEVES BANDEIRA - RO0000182
EXECUTADO: BANCO LOSANGO SA - BANCO MÚLTIPLO Advogados do(a) EXECUTADO: EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO0004643, ALISSON ARSOLINO ALBUQUERQUE - RO0007264, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO0005546
DESPACHO
Considerando a DECISÃO do r. Acórdão proferido nestes autos, intimem-se as partes para se manifestar sobre o interesse na produção de provas, no prazo de 10 (dez) dias, justificando a sua relevância e pertinência;
Em se tratando de prova documental suplementar (CPC, art. 435), deverá a mesma ser produzida no mesmo prazo acima concedido;
No caso de requerimento de prova testemunhal, desde já, determino que seja depositado o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, profissão, residência e o local de trabalho (CPC, art. 450), sendo facultada a condução destes, independentemente de intimação.
No que se refere a prova pericial, deve ser especificado detalhadamente para que fim a mesma se presta e qual a sua extensão, sob pena de indeferimento;
Caso ambas as partes, ou todas elas, requeiram o julgamento antecipado da lide, afirmando desde logo a inexistência de provas outras a produzir, sejam os autos conclusos para o julgamento do processo no estado em que se encontra.
Intimem-se.
Diligencie-se.
Costa Marques - Vara Única, 21 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7000165-32.2016.8.22.0016
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ANDERSON MOURANTE SILVA Advogado do(a) EXEQUENTE: NILTON PINTO DE ALMEIDA - RO0004031
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA Advogado do(a) EXECUTADO:
DESPACHO Considerando que o Executado deixou seu prazo transcorrer in albis, remeta-se os autos ao Contador Judicial, após expeça-se Requisição de Pequeno Valor quanto ao valor principal, estando este dentro do valor limite, ou Precatório, e quanto ao valor dos honorários advocatícios de sucumbência.
O(s) RPV(s) deverá(ão) ser expedido(s) no(s) valor(es) atualizado(s).
Sendo comprovada nos autos a realização do pagamento/depósito dos valores e verificada a regularidade pela escrivania, fica desde já autorizada a expedição do alvará para levantamento do(s) valor(es) depositado(s) em nome da parte beneficiária e/ou de seu advogado.
No(s) alvará(s) deverá(ão) constar a observação de que a agência bancária deverá informar ao juízo, no prazo de 05 (cinco) dias após efetuado o levantamento, encerramento da respectiva conta e a inexistência de saldo, ficando a escrivania autorizada a expedir ofício à referida agência cobrando esta informação na hipótese da não comunicação ao Juízo. A providência se faz necessária para evitar que o processo seja arquivado com valores pendentes de levantamento.
Determino, deste modo, a intimação pessoal da parte quanto ao depósito dos valores e quanto à expedição do alvará de levantamento, inclusive para comparecer em cartório e fazer a retirada do referido expediente, conforme for necessário.
Com a(s) retirada(s) do(s) alvará(s), a parte autora e/ou o(a) advogado(a) constituído(a) deverá dar quitação por termo nos autos, ficando ciente que eventual ausência de manifestação implicará em anuência tácita quanto ao recebimento e quitação.
Após cumpridas todas as diligências acima e o que mais for necessário, com o exaurimento da prestação jurisdicional, não havendo pendências, voltem conclusos para extinção, na forma do art. 924, II, do CPC.
Por fim, antes de remeter os autos conclusos, a escrivania deverá certificar-se da inexistência de saldo nas contas judiciais, para evitar DECISÃO de arquivamento do processo com valores ainda pendentes de levantamento.
Sirva o presente como MANDADO /CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000042-97.2017.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: IZABEL WALTMAN RODRIGUES Advogado do(a) REQUERENTE: RILDO RODRIGUES SALOMAO - RO5335
REQUERIDO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON Advogados do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434, MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO0002391, GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
DESPACHO
Cuida-se de cumprimento de SENTENÇA.
Retifique-se a classe processual.
Atualizou-se o valor da dívida – ID n° 16114554.
É o relatório.
INDEFIRO o pedido de ID 16114554, no que tange a aplicação da multa de 10%, vez que para aplicação desta, requer a intimação prévia da Executado da fase de Cumprimento de SENTENÇA, bem como em relação aos honorários advocatícios de sucumbência, em razão do disposto nos artigo 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.
INTIME-SE a parte Devedora, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, cujo valor está atualizado no patamar de R$ 19.195,18. Para tanto, face ao princípio da celeridade processual, aproveite-se o cálculo apresentado supra, excluindo apenas a multa de 10%, bem como honorários advocatícios.
Decorrido tal prazo, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, remetam-se os autos novamente à contadoria e após, venham-me os autos conclusos para prosseguimento e demais deliberações, observando, inclusive, a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
Intime-se.
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Expeça-se o necessário.
Costa Marques - Vara Única, 20 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000558-20.2017.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: FRANCISCO GONCALVES NETO Advogado do(a) REQUERENTE: PAMELA CRISTINA DOS SANTOS NEVES - RO0007531
REQUERIDO: PREFEITURA DE COSTA MARQUES Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Remeta-se os autos à contadoria para que apresente o valor correto da presente execução.
Em seguida, intimem-se ambas as partes para, querendo, manifestaram-se sobre o cálculo, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Costa Marques - Vara Única, 20 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7001574-43.2016.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: DEROALDO COSTA LIMA Advogado do(a) REQUERENTE: RILDO RODRIGUES SALOMAO - RO5335
REQUERIDO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON Advogados do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434, MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO0002391, GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
DESPACHO
Cuida-se de cumprimento de SENTENÇA.
Retifique-se a classe processual.

Atualizou-se o valor da dívida – ID n° 16114994.
É o relatório.
INDEFIRO o pedido encartado ao ID n° 16114994, no que tange a aplicação da multa de 10%, vez que para aplicação desta, requer a intimação prévia da Executado da fase de Cumprimento de SENTENÇA, bem como em relação aos honorários advocatícios de sucumbência, em razão do disposto nos artigo 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.
INTIME-SE a parte Devedora, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, cujo valor está atualizado no patamar de R$ 22.688,81. Para tanto, face ao princípio da celeridade processual, aproveite-se o cálculo apresentado supra, excluindo apenas a multa de 10%, bem como honorários advocatícios.
Decorrido tal prazo, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, remetam-se os autos novamente à contadoria e após, venham-me os autos conclusos para prosseguimento e demais deliberações, observando, inclusive, a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
Intime-se.
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Expeça-se o necessário.
Costa Marques - Vara Única, 20 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000350-07.2015.8.22.0016
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: NILVA LOURDES SANTORO BORGES Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO0002394
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA Advogado do(a) EXECUTADO:
DECISÃO
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA promovido por NILVA LOURDES SANTORO BORGES em face do ESTADO DE RONDÔNIA cumulada com execução de honorários contratuais e sucumbenciais por parte do causídico da parte exequente.
Instado, o ESTADO DE RONDÔNIA quedou-se inerte.
O causídico requereu o fracionamento/destaque do valor principal para o pagamento dos seus honorários contratuais por meio de RPV.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório necessário.
Conforme DECISÃO proferida na Reclamação 26.243, de relatoria do Ministro Fachin não há como acolher o pedido de fracionamento dos honorários contratuais, uma vez que o enunciado da SV 47 apenas refere-se aos honorários principais. O mesmo entendimento foi proferido na reclamação 26241 promovida pelo Estado de Rondônia questionando a impossibilidade de fracionamento do crédito decorrente dos honorários contratuais.
Desse modo, poderá ser expedido dois pedidos: um para pagamento da parte principal, nele, sendo possível constar a cota do procurador e do vencedor, bem como outro, constando tão somente os honorários de sucumbência.
Vistas ao exequente, por meio de seu patrono, para requerer o que de direito no prazo de 5 (cinco) dias.
Com o pedido de expedição, vistas ao executado.
Havendo concordância, expeça-se o necessário.
Costa Marques - Vara Única, 20 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000282-86.2017.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: DELCI ANDRADE Advogado do(a) REQUERENTE: JAIRO REGES DE ALMEIDA - RO7882
REQUERIDO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON Advogados do(a) REQUERIDO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
DECISÃO
Vistos etc.
Diante da ausência de preparo, resta configurada a deserção do referido recurso inominado.
Explico.
É sabido que o preparo e a respectiva tempestividade constituem pressupostos de admissibilidade do recurso no sistema do Juizado Especial Cível.
Com efeito, o recolhimento do preparo há de ser feito e comprovado nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção (art. 42, § 1º, Lei nº 9.099/95).
Estabelece o artigo 42, § 1º, da Lei nº 9.099/95, que o preparo do recurso será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção. Assim, decorre da combinação do § 1º do art. 42 da Lei nº. 9.099/95 com o art. 132, § 4º, do CC/2002, que dispõe sua contagem minuto a minuto.
"Art. 42, § 1º, da Lei nº 9.099/95: O preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção."
"Art. 132 do CC/2002: Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento.
(...)
§ 4º Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto."
Verifica-se que o recurso foi interposto em 24/08/2017, entretanto o recebo juntado aos autos, refere-se a outro processo, conforme consta ao ID n° 12683375.
Instada a recolher o devido preparo, a parte apelante quedou-se inerte, porquanto não consta o recibo dos autos, tampouco no andamento processual do site do TJRO.
Assim, resta configurada a deserção do referido recurso inominado, cabendo o seu não recebimento, pelos motivos já delineados.
Diante do exposto, deixo de receber do recurso inominado, por deserto.
Certifique-se o cartório o trânsito em julgado da SENTENÇA prolatada.
Nada mais pendente, arquive-se.
Cumpra-se.
Costa Marques - Vara Única, 21 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 - Fone:(69) 36512316 Processo nº: 7000039-79.2016.8.22.0016
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: RUBENS ROGER Advogados do(a) EXEQUENTE: PAMELA CRISTINA DOS SANTOS NEVES - RO0007531, JOSE NEVES BANDEIRA - RO0000182, JOHNATANS FRANKLIN ALVES DOS SANTOS - RO0007242
EXECUTADO: OI S.A Advogados do(a) EXECUTADO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO0000635, ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO0004240

DECISÃO Vistos etc.
Defiro o pedido encartado na peça de ID 16273351.
Assim, determino a suspensão do presente feito pelo período de 30 (trinta) dias, para que o Representante Legal da Exequente empreenda diligências com o fito de localizar endereço atualizado do Executado.
Transcorrido o prazo da suspensão/sobrestamento processual, intime-se o Exequente, via Representante Legal - DJE, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se, sob pena de EXTINÇÃO DO FEITO, nos termos do art. 485, III, do CPC.
Após, tornem-se os autos conclusos.
Intimem-se as partes da presente DECISÃO. Cumpra-se.
Costa Marques/RO, 20 de fevereiro de 2018.
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000894-24.2017.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: OSMAR NASCIMENTO GOMES Advogado do(a)
REQUERENTE: NILTON PINTO DE ALMEIDA - RO0004031
REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA, ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) REQUERIDO:
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Tendo em vista a apresentação de contestação, intime-se, pessoalmente, a parte autora, ou por meio de seu representante legal (se houver), para apresentar impugnação (caso queira) no prazo de 10 (dez) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte interessada, envie-me os autos conclusos para SENTENÇA.
SIRVA A PRESENTE COMO:
a) CARTA / MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, observando-se, para tanto, o seguinte endereço:
Nome: OSMAR NASCIMENTO GOMES
Endereço: rua cinco de maio, 827, setor 02, centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC
Expeça-se o necessário.
Costa Marques - Vara Única, 20 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000036-90.2017.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: SINVAL FERREIRA DE LIMA Advogado do(a)
REQUERENTE: RILDO RODRIGUES SALOMAO - RO5335
REQUERIDO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON Advogado do(a) REQUERIDO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
DESPACHO
Cuida-se de cumprimento de SENTENÇA.
Retifique-se a classe processual.
Atualizou-se o valor da dívida – ID n° 16115228.
É o relatório.
INDEFIRO o pedido encartado ao ID n° 16115228, no que tange a aplicação da multa de 10%, vez que para aplicação desta, requer a intimação prévia da Executado da fase de Cumprimento de SENTENÇA, bem como em relação aos honorários advocatícios de sucumbência, em razão do disposto nos artigo 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.
INTIME-SE a parte Devedora, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, cujo valor está atualizado no patamar de R$ 19.195,18. Para tanto, face ao princípio da celeridade processual, aproveite-se o cálculo apresentado supra, excluindo apenas a multa de 10%, bem como honorários advocatícios.
Decorrido tal prazo, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, remetam-se os autos novamente à contadoria e após, venham-me os autos conclusos para prosseguimento e demais deliberações, observando, inclusive, a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
Intime-se.
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Expeça-se o necessário.
Costa Marques - Vara Única, 20 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000424-61.2015.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: WANILSON NEILE MENDES Advogado do(a)
REQUERENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO0002394
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Intime-se a parte executada a apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, os seguintes documentos: contracheques, ficha financeira ou outro documento que comprove os vencimentos recebidos pelo autor, desde sua efetivação.
Com os devidos documentos, remeta-se os autos a contadoria.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Costa Marques - Vara Única, 20 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000 -Fone:(69) 36512316
Processo nº: 7000034-23.2017.8.22.0016
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: VALDECIR GARCIA FRANCO Advogado do(a)
REQUERENTE: RILDO RODRIGUES SALOMAO - RO5335
REQUERIDO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON Advogado do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO0003434
DESPACHO
Cuida-se de cumprimento de SENTENÇA.
Retifique-se a classe processual.
Atualizou-se o valor da dívida – ID n° 16115476.
É o relatório.
INDEFIRO o pedido de ID 16115476, no que tange a aplicação da multa de 10%, vez que para aplicação desta, requer a intimação prévia da Executado da fase de Cumprimento de SENTENÇA, bem como em relação aos honorários advocatícios de sucumbência, em razão do disposto nos artigo 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.
INTIME-SE a parte Devedora, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, cujo valor está atualizado no patamar de R$ 25.55,16. Para tanto, face ao princípio da celeridade processual, aproveite-se o cálculo apresentado supra, excluindo apenas a multa de 10%, bem como honorários advocatícios.

Decorrido tal prazo, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, remetam-se os autos novamente à contadoria e após, venham-me os autos conclusos para prosseguimento e demais deliberações, observando, inclusive, a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
Intime-se.
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Expeça-se o necessário.
Costa Marques - Vara Única, 20 de fevereiro de 2018
MAXULENE DE SOUSA FREITAS
Juíza de Direito

Proc.: 0000351-14.2015.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Costa Marques
Advogado:Procuradoria Geral do Municipio Cm ( )
Executado:Cleuza Ramos de Oliveira
DESPACHO:
DESPACHO Ante o decurso do prazo de suspensão processual, intime-se o Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se relativamente à quitação do débito, sob pena de extinção, nos termos do art. 924, II, do CPC.Com a manifestação, tornem-me os autos conclusos.Costa Marques-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0000479-68.2014.8.22.0016
Ação:Inventário
Inventariante:Gean Carlos Viana dos Santos
Advogado:Luciano da Silveira Vieira (RO 1643)
Inventariado:José Carlos dos Santos
DESPACHO:
DESPACHO Considerando o retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça, dê-se vistas ao Ministério Público, para que, manifeste-se no prazo de 10 (dez) dias.Após, tornem-me os autos conclusos. Costa Marques-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0014765-37.2003.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:José Francisco da Silva Cruz (RO 221)
Executado:Armando Miguel de Souza
Advogado:Advogado não informado ( 0000000000000)
DESPACHO:
DESPACHO Atenta ao que dispõe o art. 40, da LEF – Lei 6.830/80 e, considerando o requerimento da Fazenda Pública, bem como que não foram localizados bens em nome da parte executada, determino o arquivamento do feito sem baixa, nos termos § 2º do artigo 40 da Lei 6.830/80, fluindo desde tal marco o prazo prescricional.Transcorrido o prazo da prescrição - cinco anos, voltem estes conclusos para extinção do processo, nos termos do art. 40, § 4º da Lei 6.830/80. Encontrados que sejam, a qualquer tempo, bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. Meramente indicados que sejam quaisquer possíveis bens à penhora, o juízo deliberará acerca da pertinência ou não de desarquivamento.Intime-se.Costa Marques-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0010603-96.2003.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:José Francisco da Silva Cruz (RO 221)
Executado:Madeireira Piva & Michels Ltda
Advogado:Advogado não informado ( 0000000000000)
DESPACHO:
DESPACHO Atenta ao que dispõe o art. 40, da LEF – Lei 6.830/80 e, considerando o requerimento da Fazenda Pública, bem como que não foram localizados bens em nome da parte executada, determino o arquivamento do feito sem baixa, nos termos § 2º do artigo 40 da Lei 6.830/80, fluindo desde tal marco o prazo prescricional.Transcorrido o prazo da prescrição - cinco anos, voltem estes conclusos para extinção do processo, nos termos do art. 40, § 4º da Lei 6.830/80. Encontrados que sejam, a qualquer tempo, bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. Meramente indicados que sejam quaisquer possíveis bens à penhora, o juízo deliberará acerca da pertinência ou não de desarquivamento.Intime-se.Costa Marques-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0000267-81.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria da Cruz Sespedes Pessoa Leigue
Advogado:José Neves Bandeira (RO 182)
Requerido:Crefisa Sa Crédito Financiamento e Investimentos
Advogado:Leila Mejdalani Pereira (OAB/SP 128457), Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728), Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2991)
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se, a parte Exequente, por meio de seu Patrono, via DJE, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe a satisfação do crédito ou apresente planilha atualizada de cálculo do eventual saldo devedor indicando qual a modalidade de penhora que deseja (bacenjud ou MANDADO ), sob pena de extinção e arquivamento, nos moldes do art. 924, inciso II, do CPC.Após, tornem-me conclusos.Costa Marques-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001075-86.2013.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Procuradoria da Fazenda Nacional ( )
Executado:L.a Lima Freitas Me, Livonita Aderaldo Lima Freitas
DESPACHO:
DESPACHO Atenta ao que dispõe o art. 40, da LEF – Lei 6.830/80 e, considerando o requerimento da Fazenda Pública, bem como que não foram localizados bens em nome da parte executada, determino o arquivamento do feito sem baixa, nos termos § 2º do artigo 40 da Lei 6.830/80, fluindo desde tal marco o prazo prescricional.Transcorrido o prazo da prescrição - cinco anos, voltem estes conclusos para extinção do processo, nos termos do art. 40, § 4º da Lei 6.830/80. Encontrados que sejam, a qualquer tempo, bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. Meramente indicados que sejam quaisquer possíveis bens à penhora, o juízo deliberará acerca da pertinência ou não de desarquivamento.Intime-se.Costa Marques-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015309-54.2005.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:União Procuradoria Fazenda Nacional (N/C 000)
Executado:Beni Industria Comercio e Distribuidora Imp. E Exp. Ltda
Advogado:Advogado não informado ( 0000000000000)
DESPACHO:
DESPACHO Atenta ao que dispõe o art. 40, da LEF – Lei 6.830/80 e, considerando o requerimento da Fazenda Pública, bem como que não foram localizados bens em nome da parte executada, determino o arquivamento do feito sem baixa, nos termos § 2º do artigo 40 da Lei 6.830/80, fluindo desde tal marco o prazo prescricional.Transcorrido o prazo da prescrição - cinco anos, voltem estes conclusos para extinção do processo, nos termos do art. 40, § 4º da Lei 6.830/80. Encontrados que sejam, a qualquer tempo, bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. Meramente indicados que sejam quaisquer possíveis bens à penhora, o juízo deliberará acerca da pertinência ou não de desarquivamento.Intime-se.Costa Marques-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0000439-23.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Joscilenio Alves de Carvalho
Advogado:Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352), Cleverson Plentz (OAB/RO 1481)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado (NBO 020), Eliabes Neves (RO 4074), Vagno Oliveira de Almeida (OAB/RO 5185), Antônio das Graças Souza (OAB 10B)
DECISÃO:
DECISÃO Por ser tempestivo, recebo o Recurso de Apelação de fls. 165-184, cabendo ao juízo ad quem deliberar acerca de eventual efeito suspensivo ao recurso, nos termos do art. 1.012, § 1º e incisos, do CPC.Abra-se vista à parte Apelada, para ofertar, querendo, suas Contrarrazões ao Recurso de Apelação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 1.003, § 5º e 1.010, § 1º c/c art. 183 do CPC, sob pena de preclusão.Transcorrido o prazo, remeta-se ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as homenagens deste Juízo.Intime-se.Costa Marques-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0010565-84.2003.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:José Francisco da Silva Cruz (RO 221)
Executado:Laminadora Margedon Ltda ME
Advogado:Advogado não informado ( 0000000000000)
DESPACHO:
DESPACHO Atenta ao que dispõe o art. 40, da LEF – Lei 6.830/80 e, considerando o requerimento da Fazenda Pública, bem como que não foram localizados bens em nome da parte executada, determino o arquivamento do feito sem baixa, nos termos § 2º do artigo 40 da Lei 6.830/80, fluindo desde tal marco o prazo prescricional.Transcorrido o prazo da prescrição - cinco anos, voltem estes conclusos para extinção do processo, nos termos do art. 40, § 4º da Lei 6.830/80. Encontrados que sejam, a qualquer tempo, bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. Meramente indicados que sejam quaisquer possíveis bens à penhora, o juízo deliberará acerca da pertinência ou não de desarquivamento.Intime-se.Costa Marques-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0010557-10.2003.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:José Francisco da Silva Cruz (RO 221)
Executado:Laminadora Margedon Ltda ME, Valdecy Domingues, Sebastião Marques de Oliveira, Irany Gomes da Silva, Maria Cícera Brandão de Oliveira
Advogado:Advogado não informado ( 0000000000000)
DESPACHO:
DESPACHO Atenta ao que dispõe o art. 40, da LEF – Lei 6.830/80 e, considerando o requerimento da Fazenda Pública, bem como que não foram localizados bens em nome da parte executada, determino o arquivamento do feito sem baixa, nos termos § 2º do artigo 40 da Lei 6.830/80, fluindo desde tal marco o prazo prescricional.Transcorrido o prazo da prescrição - cinco anos, voltem estes conclusos para extinção do processo, nos termos do art. 40, § 4º da Lei 6.830/80. Encontrados que sejam, a qualquer tempo, bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. Meramente indicados que sejam quaisquer possíveis bens à penhora, o juízo deliberará acerca da pertinência ou não de desarquivamento.Intime-se.Costa Marques-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito
Odair Paulo Fernandes
Diretor de Cartório

# COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0000058-30.2018.8.22.0019
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Neodi Carlos Francisco de Oliveira
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Cumpra-se na forma deprecada.Designo audiência para o dia 19 de junho de 2018 às 11h30min, para a realização do ato deprecado.Oficie-se ao Juízo Deprecante informando a audiência acima designada.Após, observada as formalidades legais, devolva-se à Comarca de origem com as nossas homenagens. Caso a pessoa a ser intimada/citada residir em outra comarca, que não seja a de origem, remeta-se a presente em caráter itinerante, oficiando-se ao Juízo deprecante.SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFÍCIO. Machadinho do Oeste-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0001081-50.2014.8.22.0019
Ação:Inquérito Policial (Réu Solto)
Autor:Delegacia de Polícia Civil de Machadinho do Oeste
Indiciado:Em apuração
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Por não haver motivo plausível para o indeferimento do pedido de arquivamento formulado nos autos, haja vista as razões invocadas pelo Ministério Público quando da fundamentação do seu pleito, mormente em virtude da inexistência de justa causa para o início de eventual ação penal no caso em exame, determino o arquivamento do presente Inquérito Policial, em relação ao mesmo, ressalvado o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal.Comunique-se o desfecho deste Inquérito Policial aos seguintes órgãos: Instituto Nacional de Identificação (INI) e Instituto de Identificação do Estado de Rondônia.Pratique-se o necessário.Ciência ao Ministério Público. Machadinho do Oeste-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0001107-19.2012.8.22.0019
Ação:Inquérito Policial (Réu Solto)
Autor:Delegacia de Polícia Civil de Machadinho do Oeste
Indiciado:Nilzabete Silva de Oliveira
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Por não haver motivo plausível para o indeferimento do pedido de arquivamento formulado nos autos, haja vista as razões invocadas pelo Ministério Público quando da fundamentação do seu pleito, mormente em virtude da inexistência de justa causa para o início de eventual ação penal no caso em exame, determino o arquivamento do presente Inquérito Policial, em relação ao mesmo, ressalvado o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal.Comunique-se o desfecho deste Inquérito Policial aos seguintes órgãos: Instituto Nacional de Identificação (INI) e Instituto de Identificação do Estado de Rondônia.Pratique-se o necessário.Ciência ao Ministério Público.Machadinho do Oeste-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 1000519-19.2017.8.22.0019
Ação:Inquérito Policial (Réu Solto)
Autor:Delegacia de Polícia Civil de Machadinho do Oeste
Indiciado:Em apuração
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Por não haver motivo plausível para o indeferimento do pedido de arquivamento formulado nos autos, haja vista as razões invocadas pelo Ministério Público quando da fundamentação do seu

pleito, mormente em virtude da inexistência de justa causa para o início de eventual ação penal no caso em exame, determino o arquivamento do presente Inquérito Policial, em relação ao mesmo, ressalvado o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal.Comunique-se o desfecho deste Inquérito Policial aos seguintes órgãos: Instituto Nacional de Identificação (INI) e Instituto de Identificação do Estado de Rondônia.Pratique-se o necessário.Ciência ao Ministério Público. Machadinho do Oeste-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0000571-76.2010.8.22.0019
Ação:Inquérito Policial (Réu Solto)
Autor:Delegacia de Polícia Civil de Machadinho do Oeste
Indiciado:Em apuração
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Por não haver motivo plausível para o indeferimento do pedido de arquivamento formulado nos autos, haja vista as razões invocadas pelo Ministério Público quando da fundamentação do seu pleito, mormente em virtude da inexistência de justa causa para o início de eventual ação penal no caso em exame, determino o arquivamento do presente Inquérito Policial, em relação ao mesmo, ressalvado o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal.Comunique-se o desfecho deste Inquérito Policial aos seguintes órgãos: Instituto Nacional de Identificação (INI) e Instituto de Identificação do Estado de Rondônia.Pratique-se o necessário.Ciência ao Ministério Público. Machadinho do Oeste-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0002416-12.2011.8.22.0019
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
SócioEducando:Vanderléia Araújo França
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Intime-se a defesa para manifestação.Após, conclusos para deliberação.Expeça-se o necessário.Machadinho do Oeste-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0000590-48.2011.8.22.0019
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Jandir Rita Machado, brasileiro, agricultor, nascido no dia 10/01/1970, natural de Jauru/MT, filho de Antonio José Machado e Creuza Rita Machado, residente e domiciliado à Linha C-62, Km-26, Lote 145, Zona Rural, Vale do Anari/RO.
Vítima:Antônio Gomes de Souza
FINALIDADE: CITAR os acusados acima qualificados para, sob pena de revelia, responder(em) nos termos da mesma e, no prazo de 10 (dez) dias responda(m) a acusação, por escrito, através de seu advogado, sob pena de ser-lhe nomeado Defensor Público, consignando-se que na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, os acusados poderão argüir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretendem produzir e arrolar, até no máximo 8 (oito) testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário, conforme dispõe o art. 396-A do CPP.
Resumo da Denúncia: "...No dia 15/01/2011, por volta das 02hs, na linha C-62, KM-26(lado esquerdo, sentido Jaru) zona rural do município de Vale do Anari/RO, o denunciado JANDIR RITA MACHADO, com manifesto anin=mus necandi, por motivo fútil MATOU Antonio Gomes de Souza, ediante vários golpes, desferidos com pedaço de pau, causando-lhe as lesões descritas no Laudo Tenatoscópico de fls. 06/0/, que foram a causa eficiente de sua morte.
Segundo restou apurado, o denunciado, no dia acima especificado, na posse de um pedaço de pau, desferiu vários golpes na cabeça da vítima, matando-a.
Constatou-se que o homicidio foi cometido por motivo fútil, uma vez que o imputado desferiu os golpes na vítima após discutirem por motivo vil, uma vez que pelo dos autos consta, a vítima ( ex-companheiro de sua genitora) e o denunciado estava ingerindo bebida alcólica juntos no momento do ocorrido.
O denunciado confessou a autoria delitiva na Delegacia de Pólícia. Ocorrência Policial n. 87/2011 de fls. 03/04, Ocorrência Policial 4718.010 de fls. 05, relatório nº 36/2011 de fls. 09/10 e Lauda de Exame Tanatoscópico e fls. 08.
Pelo exposto, o Ministério Público do Estado de Rondônia denuncia JANDIR RITA MACHADO, como incurso nas penas do art. 121, §2º, inc. II, do Código Penal, REQUERENDO que, uma vez registrada e autuada a presente, a instauração da ação penal, seja o réu citado e devidamente processado, ouvindo-se as testemunhas abaixo indicadas, para então ser pronunciado, levado ao júri popular, até fial julgamento que o condene.

Proc.: 1000581-59.2017.8.22.0019
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Delegacia de Polícia Civil de Machadinho do Oeste
Denunciado: MARCONE SILVA DE OLIVEIRA, brasileiro(a), CPF 548.611.012-04 e RG 7.221.082 PCPA, convivente, vendedor autônomo, nascido em 25/08/1994, em Machadinho do Oeste/RO, filho de Cristiano Tavares de Oliveira e de Margarete da Silva; MARIA CÍCERA ALVES DA SILVA, brasileiro(a), CPF 021.067.241-28 e RG 5.052.970 SSP/RO, convivente, vendedora autônoma, nascido em 10/06/1987, em Palmares/PE, filho de não informado e de Maria Valdenir Alves da Silva.
FINALIDADE: CITAR os acusados acima qualificados para, sob pena de revelia, responder(em) nos termos da denúncia abaixo transcrita, no prazo de 10 (dez) dias responda(m) a acusação, por escrito, através de seu advogado, sob pena de ser-lhe nomeado Defensor Público, consignando-se que na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, o acusado poderá argüir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretendem produzir e arrolar, até no máximo 8 (oito) testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário, conforme dispõe o art. 396-A do CPP.
RESUMO DA DENÚNCIA: "... pela prática do seguinte fato delituoso: FATO: No dia 15/05/2017, por volta das 12h, na Rua Visconde do Rio Branco, s/n, Centro, 5º BEC, Comarca de Machadinho do Oeste, os denunciados MARCONE SILVA DE OLIVEIRA e MARIA CICERA ALVES DA SILVA livre e consciente, com ânimo de assenhoramento definitivo e mediante fraude, SUBRATRAÍRAM para si, a quantia de R$ 600,00 (seiscentos reais) pertencentes a Edimara Oliveira Lopes. É dos autos que os denunciados, primeiramente, abordaram a vítima em sua residência, pedido coco para as suas crianças e se podiam encostar na área de sua residência, sendo ambos os pedidos por ela consentidos. Ato contínuo, a infratora abordou Edimara Oliveira Lopes e anunciando que Deus teria lhe enviado para lhe dizer coisas boas e afirmando que o namorada da vítima teria feito "macumba com o nome da vítima e de seu esposo" e que em três dias a tal ex-namorada iria vir a sua procura para pedir perdão. Após esse diálogo, a infratora perguntou à vítima se ela poderia lhe ajudar financeiramente com a compra de remérdios para a neném, tendo após a sua recusa, em tom de ameaça, ordenado que pegasse o dinheiro. A vítima, com medo, entrou na residência e pegou o dinheiro, mas não entregou à MARIA CICERA, azo em que a infratora usou um dialeto estranho, a segurou pelo pulso e pediu que assoprasse, tendo o dinheiro nete momento desaparecido. Infere-se também dos autos, que em diligência policial, os infratores foram localizados e revistados, sendo encontrado com MARIA CICERA a res furtiva, a saber, o valor de R$ 600,00, subtraído. Nesse compasso, a autoria e a materialidade delitiva restaram sobejamente demonstradas, notadamente, pela Ocorrência Policial n. 76015/2017, pelo Auto de Apresentação e Apreensão, bem como pelas delcarações da vítima de fl. 06. Pelo exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA denuncia MARCONE SILVA DE OLIVEIRA e MARIA CICERA ALVES DA SILVA, como incursos nas penas do Art. 155, §4º, inciso II e IV do CP e REQUER, uma vez registrada e autuada esta, a instauração da ação penal, a citação do denunciado, a intimação das testemunhas abaixo arroladas e, ao término da instrução criminal, a condenação do indigitado na spenas cominadas ao delito perpetrado... Machadinho do Oeste/RO, 09 de junho de 2017".
Peterson Vendrameto
Diretor de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000 - Fone:(69) 35812442
Processo nº 0002444-09.2013.8.22.0019
Polo Ativo: JOSE FIUZA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: LUIZ HENRIQUE DE LIMA VERGILIO - RO0003885
Polo Passivo: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outros
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) REPRESENTANTE PROCESSUAL:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Machadinho D'Oeste, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Machadinho do Oeste
Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000 - Fone:(69) 35812442
Processo nº 0002319-07.2014.8.22.0019
Polo Ativo: RANON FILIPE PINHEIRO GALINDO
Advogado do(a) EXEQUENTE: CARINE MARIA BARELLA RAMOS - RO0006279
Polo Passivo: ESTADO DE RONDÔNIA e outros
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) REPRESENTANTE PROCESSUAL:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Machadinho D'Oeste, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Machadinho do Oeste
Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000 - Fone:(69) 35812442
Processo nº 0002557-60.2013.8.22.0019
Polo Ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA e outros
Advogado do(a) AUTOR:
Advogado do(a) REPRESENTANTE PROCESSUAL:
Polo Passivo: JOAO BOSCO FRANCA SILVA FILHO e outros
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) REPRESENTANTE PROCESSUAL:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Machadinho D'Oeste, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000 - Fone:(69) 35812442
Processo nº 0001028-35.2015.8.22.0019
Polo Ativo: ORY JOSE DE OLIVEIRA JUNIOR e outros
Advogado do(a) AUTOR:
Advogado do(a) REPRESENTANTE PROCESSUAL:
Polo Passivo: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outros
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) REPRESENTANTE PROCESSUAL:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Machadinho D'Oeste, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000 - Fone:(69) 35812442
Processo nº 0000574-89.2014.8.22.0019
Polo Ativo: WALDIR CARDOSO DA CRUZ e outros
Advogados do(a) AUTOR: CLAUDIOMAR BONFA - RO0002373, GERVANO VICENT - RO0001456, LENIR CORREIA COELHO - RO0002424
Advogados do(a) AUTOR: CLAUDIOMAR BONFA - RO0002373, GERVANO VICENT - RO0001456, LENIR CORREIA COELHO - RO0002424
Advogados do(a) AUTOR: CLAUDIOMAR BONFA - RO0002373, GERVANO VICENT - RO0001456, LENIR CORREIA COELHO - RO0002424
Advogados do(a) AUTOR: CLAUDIOMAR BONFA - RO0002373, GERVANO VICENT - RO0001456, LENIR CORREIA COELHO - RO0002424
Polo Passivo: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/ CERON
Advogado do(a) RÉU: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Machadinho D'Oeste, 20 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Machadinho do Oeste
Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Fone:(69) 35812442
Processo nº 0000575-74.2014.8.22.0019
Polo Ativo: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) AUTOR: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
Polo Passivo: VALDIVINO FERREIRA DA SILVA e outros
Advogados do(a) RÉU: CLAUDIOMAR BONFA - RO0002373, GERVANO VICENT - RO0001456, LENIR CORREIA COELHO - RO0002424
Advogados do(a) RÉU: GERVANO VICENT - RO0001456, LENIR CORREIA COELHO - RO0002424, CLAUDIOMAR BONFA - RO0002373
Advogados do(a) RÉU: GERVANO VICENT - RO0001456, LENIR CORREIA COELHO - RO0002424, CLAUDIOMAR BONFA - RO0002373
Advogados do(a) RÉU: GERVANO VICENT - RO0001456, LENIR CORREIA COELHO - RO0002424, CLAUDIOMAR BONFA - RO0002373
Advogados do(a) RÉU: GERVANO VICENT - RO0001456, LENIR CORREIA COELHO - RO0002424, CLAUDIOMAR BONFA - RO0002373
Advogados do(a) RÉU: CLAUDIOMAR BONFA - RO0002373, GERVANO VICENT - RO0001456, LENIR CORREIA COELHO - RO0002424
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Machadinho D'Oeste, 20 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Machadinho do Oeste
Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Fone:(69) 35812442
Processo nº 0000685-39.2015.8.22.0019
Polo Ativo: CARLOS ROBERTO BRAVIN
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS TOSHIRO ISHIDA - RO0004273
Polo Passivo: MARIA BATISTA LOPES e outros
Advogado do(a) REQUERIDO:
Advogado do(a) REPRESENTANTE PROCESSUAL:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Machadinho D'Oeste, 21 de fevereiro de 2018
Chefe de Secretaria

# COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

## 1ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599
Processo nº 7000329-48.2017.8.22.0020
AUTOR: JOSE NILO
RÉU: BANCO CETELEM S.A
SENTENÇA
Vistos, etc...
I - RELATÓRIO
JOSE NILO promove ação declaratória de inexistência de relação jurídica, com repetição do indébito e danos morais em face de BANCO CETELEM S.A, todos qualificados.
Sustenta que nunca celebrou qualquer avença com o requerido, entrementes notou que fora depositado valor em sua conta efetuado descontos em seu benefício previdenciário. Entende que o agir da requerida causou-lhe danos materiais e morais.
Pugnou pela gratuidade processual, declaração de nulidade do contrato, repetição em dobro da quantia descontado indevidamente, condenação em danos morais, produção de provas e tutela de urgência para suspensão dos descontos.
Deu valor à causa e juntou documentos.
DECISÃO (Num. 8648021 - Pág. 3), deferiu a AJG e a antecipação da tutela, determinando a citação da requerida.
Citada a instituição financeira apresentou resposta na forma de contestação, no MÉRITO defendeu a legalidade dos descontos, pugnou pela devolução dos valores depositados e protestou pela produção de provas.
Impugnação pela autora rechaçando as teses defensivas, em especial os contratos juntados afirmando não reconhecer a assinatura.
Foi realizado exame grafotécnico com juntado do laudo pericial apontando que que os grafismos apostos A guisa de assinatura na peças questionadas e examinadas não foram produzidos pelo punho gráfico escritor do Sr. Jose Nilo (Num. 15255041 - Pág. 12).
II- FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação declaratória de inexistência de relação jurídica cumulada com repetição de indébito e danos morais.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do artigo 355,I do Código de Processo Civil, porquanto inexistem outras provas a serem produzidas além daquelas já existentes nos autos.
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim o permitir.
"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (STJ, 4a. Turma, RESp 2.833-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
O ponto central consiste em apurar se há causa jurídica justificar a cobrança, bem como as consequências daí advindas.
Inicialmente, há de se salientar que, a despeito da lide questionar a validade de relação jurídica de consumo, mesmo que esta venha a ser declarada inexistente ou nula, incidem os termos da legislação consumerista, já que a ação visa aferir a regularidade em prestação de serviço realizada pelo requerido.
Igual entendimento se denota da lição da Professora Cláudia Lima Marques:
Logo, basta ser vítima de um produto ou serviço para ser privilegiado com a posição de consumidor legalmente protegido pelas normas sobre responsabilidade objetiva pelo fato do produto (ou do serviço) presentes no CDC. (Contratos no Código de Defesa do Consumidor, 4ª ed. São Paulo: RT. p. 292)

No caso dos autos, apesar da requerida ter juntado cópia de suposto contrato celebrado entre as partes, a autora impugnou sua validade afirmando que nem a assinatura aposta termo nem o endereço ali constante são verídicos.
O artigo 428,I, do caderno processual expressa que cessará a fé do documento particular quando contestada a sua veracidade e não demonstrada sua autenticidade.
Neste caso, por se tratar de relação consumerista, e tendo sido invertido o ônus da prova em DESPACHO inicial, caberia a requerida ter demonstrado efetivamente a validade do pacto.
Tratando-se, portanto, de relação de consumo, bem como preenchidos os requisitos legais, a inversão do ônus da prova é medida que se impõe tal como inserido no DESPACHO inicial.
Nesse sentido, o Banco requerido foi devidamente intimado e fez juntar cópia do contrato para fins de exame grafotécnico.
Após perícia e, em CONCLUSÃO, o perito afirmou que:
"Assim, face ao que foi anteriormente exposto c considerando-se os vestígios materiais assinalados, bem como as variáveis grafocineticas examinadas, conclui o perito judicial nomeado que os grafismos apostos A guisa de assinatura na peças questionadas e examinadas NÃO foram produzidos pelo punho gráfico escritor do Sr. Jose Nilo".
Infere-se, assim, que a demandada não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade da contrato, devendo arcar com as consequências processuais decorrentes, ou seja, o reconhecimento da veracidade dos fatos alegados pelo autor, qual seja, a ausência de relação jurídica.
Frente a este contexto, há de se notar que o comportamento da requerida não foi pautado pelo respeito e pela transparência devidos nas relações negociais e que houve evidente falha nos serviços prestados.
Dessa forma, se não tomou as cautelas necessárias, agindo temerariamente na administração de seus negócios, deve arcar com os riscos de seu empreendimento, respondendo pelos prejuízos que seus ato ocasionou a outrem.
Nesse passo, a responsabilidade da requerida enquanto fornecedora de serviços, é objetiva, nos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor.
Logo, nessa hipótese, o dever de indenizar não exige a comprovação de culpa na prestação do serviço; basta que o lesado prove a existência do dano e o nexo de causalidade relacionando este e a atividade desempenhada pelo fornecedor.
Caberia à requerida, se pretendesse afastar a sua responsabilidade, comprovar a inexistência de defeito na prestação de serviço ou a culpa exclusiva da vítima (artigo 14, §3º, II, do Código de Defesa do Consumidor), mas não logrou êxito.
Uma vez declarada a inexistência do contrato, os débitos a ele relacionados também perdem a validade jurídica, surgindo daí o dever de devolver os valores pagos indevidamente.
A devolução será de forma simples, posto que não demonstrada a má-fé da requerida. Nesse sentido já decidiu a Turma Recursal do Estado de Rondônia:
CONTRATO. FINANCIAMENTO DE VALORES. ENCARGOS. COBRANÇA INDEVIDA. RESOLUÇÃO N°. 3518/2007 DO BACEN. DEVOLUÇÃO NA FORMA SIMPLES. A restituição dos valores cobrados indevidamente deve ocorrer na forma simples, ante a ausência de má-fé ou ilegalidade flagrante. Na Ação de Repetição de Indébito, mesmo que julgada procedente, não tem lugar o pedido de devolução em dobro, consoante artigo 42 § único do CDC. Ademais, a devolução em dobro de quantia indevidamente paga pressupõe a má-fé do credor, caracterizada pela sua deliberada intenção de efetuar a cobrança de forma ilícita.( Não Cadastrado, N. 10023336720118220604, Rel. null, J. 29/06/2012) g.n
Acerca da perícia grafotécnica realizada, colaciono jurisprudência:
ANULAÇÃO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO Comprovação por perícia grafotécnica que as assinaturas apostas no contrato objeto dos autos não emanaram do punho da autora Reconhecida a nulidade do contrato e a inexigibilidade do débito deste proveniente Recurso desprovido.
APL 00496182220108260564 SP 0049618-22.2010.8.26.0564 Orgão Julgador 28ª Câmara de Direito Privado Publicação 29/04/2015 Julgamento 28 de Abril de 2015 Relator Mario Chiuvite Junior (grifei).
Quanto ao dano moral, é cediço que para sua configuração mister que estejam presentes, concomitantemente, a conduta, o nexo causal e o dano.
No caso em tela, não restou configurado o dano moral. Explico. A quantia descontada é módica e a autora já possui outros descontos relativos a mútuos consignados, conforme se verifica do histórico de consignados. Ora quem já tem vários empréstimos consignados em valores que chegam a várias vezes o da parcela questionada não pode afirmar que este desconto o privou de bens essenciais, trouxe comprometimento considerável da renda ou qualquer outro fato que pudesse ensejar a reparação de danos morais. Há muito a autora já tem sua renda mensal reduzida por outros empréstimos.
Dito de outro modo, não pode se afirmar a existência de um dano ao patrimônio mínimo do individuo, o que a seu turno ensejaria a configuração do dano material e sua consequente reparação, quando não houve ofensa ao seu mínimo existencial.
Os precedentes jurisprudências que apontam para a existência de um dano moral in re ipsa não se aplicam ao presente, porquanto da leitura dos julgados, inclusive aqueles originários da Corte de Justiça, não se vislumbra semelhança fática, em especial porque nos citados arrestos a matéria fática envolve desconto indevido de quantia considerável ou quando sequer há outro empréstimo.
Os precedentes vinculam o magistrado desde que na comparação entre o caso concreto e ratio decidendi das decisões paradignmas haja similitude fática. Fundamental, portanto, que seja utilizada a técnica do distinguinshing que segundo Cruz e Tucci (2004, p. 174), é o método de confronto "pelo qual o juiz verifica se o caso em julgamento pode ou não ser considerado análogo ao paradigma".
Se não houver coincidência entre os fatos propulsores da tese contida na DECISÃO que subsidiou o precedente ou houver peculiaridade no caso concreto é possível que o julgador o afaste Justamente esta é a hipótese dos autos, porquanto o valor descontado é modico, eis que representa pouco mais de 3% da renda mensal da autora – um salário mínimo.
Por estas razões, devem ser afastados os precedentes e julgado improcedente o pedido de reparação de danos morais, pois o caso sub judice aponta para sua inexistência.
III – DISPOSITIVO.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 487,I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedente os pedidos formulados na inicial para fim de:
Declarar inexistente a relação contratual discutida nos autos, bem como os débitos daí oriundos; Condenar a requerida a proceder a devolução das quantias indevidamente descontadas, com juros de mora de 1% ao mês contados da citação e correção monetária da data do efetivo pagamento, nos termos da tabela do TJRO.
A autora deverá devolver ao banco os valores recebidos em conta por força dos contratos de empréstimos noticiado nos autos nos valores de R$ 880,70 e R$ 1.075,56 pois recebido em conta (Num. 8628373 - Pág. 2 e Num. 8628373 - Pág. 1).
Ante a sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas e despesas processuais na proporção de 50% para cada litigante. No que tange aos honorários advocatícios, fixo-os em 10% sobre o valor atualizado da causa, a teor do que dispõe o §2º do artigo 85 do CPC,sendo que tal valor deverá ser rateado na proporção de 50% para cada litigante, o qual deverá arcar com os honorários da parte adversa, sendo vedada a compensação.
Outrossim, confirmo a tutela de urgência para cessação dos descontos.

No que tange à autora, o ônus da sucumbência ficará sobrestado, em razão de ser beneficiária da gratuidade processual.
Em havendo recurso, intime-se a parte contrária para contrarrazões e remeta-se ao TJRO com nossas homenagens.
Transitada em julgado, expedidos os competentes alvarás, arquive-se.
PRIC.
Nova Brasilândia D'Oeste, 21 de fevereiro de 2018
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7001898-84.2017.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 23/08/2017 11:09:42
Requerente: MILTON PEREIRA DE SOUZA
Advogado do(a) REQUERENTE: GABRIEL FELTZ - RO0005656
Requerido: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462
DESPACHO
Considerando o quantitativo crescente de ações envolvendo a requerida, sob o argumento de construção de rede elétrica particular, a qual foi incorporada ou, que deveria fazê-la, entrementes diante das alegações recorrentes da parte demandada e ao aumento significativo de processos, melhor analisando a matéria tenho que torna-se fundamental a realização de perícia.
Noutras palavras, saber se efetivamente ocorreu a alegada incorporação reclama a produção de prova pericial, o que é impossível de se realizar em sede de Juizado Especial Cível, destinado ao julgamento de causas simples.
Saber, portanto, se houve o apossamento da rede de energia elétrica construída pelo autor não pode ser uma DECISÃO baseada unicamente em prova documental.
Isso porque algumas particularidades devem ser vistas in loco, por perito de confiança do juízo, com conhecimento técnico do assunto, com respostas a quesitos que esclareçam, por exemplo: a) se a rede elétrica está construída em área exclusivamente particular; b) em que consiste exatamente a alegada incorporação, ou seja, em que sentido ela priva o autor de fazer o uso da rede por ele construída; c) se a requerida passou a utilizar a rede construída pelo autor para fornecer energia elétrica a outros consumidores; d) qual o valor da rede na época da sua construção; e) qual a depreciação da rede e qual o seu valor na data da incorporação, dentre outras questões.
Deste modo, neste ponto em específico, concedo as partes o prazo de 05 dias para que se manifestem, em respeito ao princípio do contraditório e à vedação de decisões surpresas – Art. 9º e 10 do CPC.
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 19 de fevereiro de 2017
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7002474-77.2017.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 20/11/2017 20:42:07
Requerente: ROBERTO SIMAO
Advogado do(a) REQUERENTE: ITAMAR DE AZEVEDO - RO0001898
Requerido: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório Dispensado na Forma da Lei 9.099/95.
Antes de adentrar no MÉRITO da ação, é necessário proceder a análise no que diz respeito a incompetência dos Juizados Especiais para julgar causas que necessitem de prova complexa.
Nos últimos tempos tem-se visto uma grande concentração de ações envolvendo a requerida ao argumento de construção de rede elétrica particular a qual foi incorporada pela requerida ou deveria fazê-lo, entrementes diante das alegações recorrentes da requerida e ao aumento significativo de processos, melhor analisando a matéria tenho que torna-se fundamental a realização de perícia.
Consta dos autos que a parte autora teria supostamente construído rede elétrica à suas expensas, e justificando que lhe é devido o reembolso do valor despendido sob argumento de que a requerida teria incorporado a rede ao seu patrimônio, por realizar a simples manutenção da rede, utilizando-se como dono fosse.
O pedido nesse sentido, é em tese juridicamente possível, pois se assemelha à regra contida no art. 5º, XXIV, da Carta Magna de 1988, de forma a tornar possível a indenização para o particular, quando diante de atos expropriatórios pelo poder estatal, sendo pacífica a doutrina nesse sentido, devendo a indenização ser prévia, ultimada antes da consumação da transferência do bem.
Para Celso Antônio Bandeira de Mello (curso 2008, p. 382-383), a "prévia indenização é aquela que corresponde real e efetivamente ao valor do bem expropriado, ou seja, aquela cuja improcedência deixe o expropriado absolutamente indene, sem prejuízo algum em seu patrimônio".
Resta então aferir se houve a incorporação da rede elétrica, pela requerida, por ato unilateral, como forma a expropriar o autor, como requisito prévio à análise do quantum indenizatório.
Insta salientar que, como prova do alegado, a parte autora justifica-se pela juntada aos autos de projeto elaborado para construção de rede elétrica, e notas e/ou orçamentos dos gastos de alega ter amargado.
Todavia, sobre o ato de incorporação da rede elétrica, a resolução n. 229/2006 – ANEEL, estabelece as condições gerais para incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição, ao Ativo Imobilizado em serviço das concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, elencando outras providências. Vejamos:
Art. 4° As redes particulares, em qualquer tensão, localizadas integralmente em imóveis de seus proprietários não serão objeto de incorporação, ficando dispensadas, inclusive, da obtenção de ato autorizativo do Poder Concedente.
§ 1° Mediante expresso acordo entre as partes, as redes de que trata o caput poderão ser transferidas à concessionária ou permissionária de distribuição, não ensejando qualquer forma de indenização ao proprietário.
§ 2° Deverão ser incorporadas, nos termos do art. 9° desta Resolução, as redes de que trata este artigo e necessárias para a garantia do atendimento de novas ligações, além daquelas redes que a concessionária ou permissionária já tiver efetuado derivações para atendimento de outros consumidores.
Ademais, cumpre salientar que inexiste nos autos qualquer prova no sentido de que tenha ocorrido a referida incorporação de forma administrativa, ato este formal, perfeito e acabado, na forma descrita no art. 4º, § 1º, da Res. 229/06, acima descrito.
Com efeito, é extremamente precário de certeza o ato reconhecimento "implícito" da incorporação da rede elétrica pela concessionária, justificado, em tese, pelo simples fato que a requerida realiza a manutenção da rede elétrica.

Noutras palavras, saber se efetivamente ocorreu a alegada incorporação reclama a produção de prova pericial, o que é impossível de se realizar em sede de Juizado Especial Cível, destinado ao julgamento de causas simples.
Com efeito, a aparente singeleza do caso traz consigo uma complexidade ímpar.
É que, mudando o que deve ser mudado, a incorporação alegada pelo autor é algo que muito se assemelha à desapropriação.
Saber, portanto, se houve o apossamento da rede de energia elétrica construída pelo autor não pode ser uma DECISÃO baseada unicamente em prova documental.
Isso porque algumas particularidades devem ser vistas in loco, por perito de confiança do juízo, com conhecimento técnico do assunto, com respostas a quesitos que esclareçam, por exemplo: a) se a rede elétrica está construída em área exclusivamente particular; b) em que consiste exatamente a alegada incorporação, ou seja, em que sentido ela priva o autor de fazer o uso da rede por ele construída; c) se a requerida passou a utilizar a rede construída pelo autor para fornecer energia elétrica a outros consumidores; d) qual o valor da rede na época da sua construção; e) qual a depreciação da rede e qual o seu valor na data da incorporação, dentre outras questões.
É evidente que a requerida utiliza a rede de energia elétrica para o fornecimento de energia elétrica para o autor, tal qual ocorre com os usuários urbanos.
Cada morador constrói sua rede ligando sua residência até o padrão de energia elétrica e em seguida à rede geral.
O fato de a requerida fazer manutenções e inspeções de segurança não a torna proprietária da rede construída pelo particular.
Coisa diversa, por outro lado, é o que ocorre em algumas situações, geralmente nas novas localidades, em que os usuários, para não permanecerem sem energia elétrica, constroem as redes públicas de energia, que passam pelas vias públicas, fazendo com que levem eletricidade até as suas casas.
Nesse caso, estando na via pública, a requerida historicamente, a partir das resoluções da ANEEL, tem feito as incorporações.
São, portanto, duas situações distintas e às quais não se pode dar o mesmo tratamento.
A principal problemática instaurada no caso sub judice e que demanda a investigação pericial diz respeito ao local em que exatamente foi construída a rede e em que medida, em quais atos, materializa-se a suposta incorporação.
Veja-se que a requerida em tese não pode ser condenada a ressarcir o particular dos custos que esse teve com a construção da rede elétrica no âmbito da sua propriedade particular, pois assim como o usuário urbano, o usuário que reside em zona rural tem a responsabilidade de arcar com a construção da instalação localizada nos limites do seu imóvel.
Excepciona-se tal regra, em tese, no caso de, mesmo estando no espaço privado da propriedade, a requerida passar a usar aquela instalação como se sua fosse, e transmitindo através dela a eletricidade para outros usuários.
Assim, diante destas considerações, sabendo-se que o MÉRITO da ação funda-se na certeza ou não da incorporação da rede elétrica ao patrimônio da requerida, verifica-se que esta prova é complexa porque de depende de perícia por profissional devidamente habilitado, de forma a verificar in loco se a rede construída, há anos, encontra-se realmente da forma alegada na inicial, se encontra-se dentro da propriedade do autor, se dela a requerida se utiliza para transferir suas redes à terceiros, caracterizando de fato a incorporação, dado que a mera apresentação de projeto, ainda que aprovado pela requerida, não possui o condão de firmar convencimento e/ou prova de que houve a incorporação.
Firmada a necessidade de prova complexa, é de se reconhecer a preliminar suscitada pela requerida, com fundamento no art. 3º da Lei n. 9099/95, o que tornaria o rito processual inadequado ao Juizado Especial, conforme dispõe o art. 51, II, da Lei n. 9099/95, in verbis:
Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei:
I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo;
II - quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação;
DISPOSITIVO
Ante o exposto, EXTINGO O FEITO sem resolução do MÉRITO, com fundamento no art. 51, II da Lei n. 9099/95, por reconhecer a incompetência dos Juizados Especiais para julgar o feito, dado que a prova de MÉRITO depende de perícia, portanto, considerada prova complexa, na forma descrita no art. 3º da Lei n. 9099/95.
Deixo de encaminhar o feito ao juízo competente, pois demanda recolhimento de custas.
Havendo recurso, indefiro desde já eventual pedido de justiça gratuita, dado que o autor, proprietário de imóvel rural, teve condições para arcar com a construção de rede elétrica, e portanto, poderá prover as custas do processo sem lhe prejudicar o sustento próprio.
Sem custas e honorários nesta instância, art. 54 e 55 da Lei n. 9099/95.
Indefiro eventual requerimento de publicação em nome de determinado advogado pois as intimações devem ser realizadas na pessoa do causídico que, a teor do disposto nos arts. 2º e 5º da Lei 11.419/2006, tem a atribuição de efetuar o próprio cadastro junto ao PJE.
Serve a presente de carta/MANDADO de intimação.
Nada mais sendo requerido, com o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos.
Intimem-se as partes. Cumpra-se
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 19 de fevereiro de 2018
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7000123-97.2018.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 01/02/2018 12:03:41
Requerente: ITAMAR FIRMINO DE OLIVEIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE JAIR RODRIGUES VALIM - RO0007868, KARINA DA SILVA MENEZES MATTOS - RO7834
Requerido: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) REQUERIDO:
DESPACHO
Considerando o quantitativo crescente de ações envolvendo a requerida, sob o argumento de construção de rede elétrica particular, a qual foi incorporada ou, que deveria fazê-la, entrementes diante das alegações recorrentes da parte demandada e ao aumento significativo de processos, melhor analisando a matéria tenho que torna-se fundamental a realização de perícia.
Noutras palavras, saber se efetivamente ocorreu a alegada incorporação reclama a produção de prova pericial, o que é impossível de se realizar em sede de Juizado Especial Cível, destinado ao julgamento de causas simples.
Saber, portanto, se houve o apossamento da rede de energia elétrica construída pelo autor não pode ser uma DECISÃO baseada unicamente em prova documental.
Isso porque algumas particularidades devem ser vistas in loco, por perito de confiança do juízo, com conhecimento técnico do assunto, com respostas a quesitos que esclareçam, por exemplo: a) se a rede elétrica está construída em área exclusivamente particular; b) em que consiste exatamente a alegada incorporação, ou seja, em que sentido ela priva o autor de fazer o uso da rede por ele

construída; c) se a requerida passou a utilizar a rede construída pelo autor para fornecer energia elétrica a outros consumidores; d) qual o valor da rede na época da sua construção; e) qual a depreciação da rede e qual o seu valor na data da incorporação, dentre outras questões.
Deste modo, neste ponto em específico, concedo as partes o prazo de 05 dias para que se manifestem, em respeito ao princípio do contraditório e à vedação de decisões surpresas – Art. 9º e 10 do CPC.
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 19 de fevereiro de 2017
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7000263-34.2018.8.22.0020
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 19/02/2018 09:59:39
Requerente: MARIA DE LOURDES GOMES
Advogados do(a) AUTOR: MATHEUS DUQUES DA SILVA - RO0006318, PATRICIA LUANA MACHADO - RO7571
Requerido: BANCO BMG CONSIGNADO S/A
Advogado do(a) RÉU:
Vistos
Maria de Loudes Gomes promove AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C.C. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em desfavor de Banco BMG S/A
Sustenta o(a) autor(a) que não celebrou o negócio jurídico atacado na peça exordial, sendo fundamental a suspensão dos descontos efetivados.
Juntou documentos, deu valor à causa e protestou pela concessão da liminar.
I – Da Gratuidade Processual.
A Constituição Federal elenca como direito fundamental o acesso a justiça, consignado-se que aos comprovadamente pobres será concedida a assistência gratuita. A exegese constitucional é insípida, isto é, não basta a parte a simples juntada de declaração afirmando ser hipossuficiente, porquanto esta não faz presunção jure et de jure. Imperioso que o interessado demonstre sua efetividade impossibilidade em fazê-lo, cabendo ao magistrado, como gestor das provas e fiscalizador dos direitos fundamentais, como o acesso a justiça, determinar a juntada de documentos hábeis a comprovar a alegação do interessado.
No caso dos autos, a parte autor juntou comprovante de aposentadoria, o que a seu turno, não é documento hábil a comprovar sua hipossuficiência. Explico. A lei previdenciária ao eleger o segurado especial rural prescreve que em não havendo prova efetiva da remuneração os benefícios concedidos não poderão ter valor inferior ao salário mínimo vigente. Ou seja, o relatório de proventos o segurado especial apenas aponta que ao longo do processo, judicial ou administrativo, que culminou no deferimento do benefício este não demonstrou o percebimento de renda mensal. Todavia, tal não se confunde com a efetiva impossibilidade. A praxe tem demonstrado que o segurado especial continua a exercer o seu labor recebendo valores que podem facilmente ultrapassar a renda mensal, entrementes, como alinhavado, tal não se confunde com a ausência de rendimentos que permitam o pagamento das custas.
Assim, plasmado na necessidade de demonstração da capacidade financeira, mister que a parte autora comprove sua miserabilidade. Outrossim, se requerido, defiro o parcelamento das custas em até três vezes. Outrossim,se houver pedido para redução destas, a teor do que dispõe o parágrafo quinto do CPC.
II – Da tutela de urgência
Para a concessão da tutela de urgência, mister que a parte interessada comprove o perigo na demora e a verosimilhança de suas alegações, isto é, quase que uma prova pré-constituída do direito vindicado. A estes dois elementos, soma-se a possibilidade de reversão do provimento ao final, qual seja, a possibilidade de se retornar ao status quo.
No caso em apreço, o(a) demandante não logrou êxito em comprovar neste momento o primeiro requisito, isto é, perigo na demora, eis que a longa data vem sendo perpetuados os descontos e somente agora é que invoca a proteção do Poder Judiciário, o que indica, ao menos neste juízo raso, que o suposto ato ilícito não ocasionou reflexos no mínimo para sua subsist^ncial.
Diante desse celeuma, a partir da escassez dos recursos públicos e da infinidade das demandas e da inexistência de free riders, uma vez que alguém está a pagar essa conta, tenho que não estão preenchidos os requisitos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.
III – Da audiência de conciliação
Para promover a celeridade processual, considerando que para prosseguimento da presente, basta apenas o recolhimento das custas ou prova de sua impossibilidade, fatos que não desembocam em qualquer impasse para o tramite processual neste momento singular, promova-se a citação da requerida para querendo apresentar resposta. Alias,esta medida visa a dar cumprimento ao direito fundamental do cidadão em ter um processo julgado em tempo razoável.
Deixo de designar a audiência de conciliação, uma vez que a praxe tem demonstrado que nas situações como a presente, a parte ré não tem ofertado acordo
Ademais, caso entenda pela possibilidade em fazê-lo, nada impede que faça requerimento para tal e apresente proposta na ata.
a) O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data da citação, nos termos do CPC. Caso haja alegação de validade do pacto, desde já deverá apresentar cópia autenticada do contrato e depositar os honorários do perito, porquanto a validade do documento interessa a parte ré O valor dos honorários periciais é de R$1.000,00(mil reais).
b).Com a resposta, intime-se a parte autora para querendo apresentar impugnação.
c) Na mesma senda, compete a parte autora no prazo da réplica juntar estratos bancários da época do suposto empréstimo, caso não o tenha feito na inicial, ou, se na contestação for apresentada outra época. Não o fazendo será presumido como válido os documentos de depósito juntados pele requerida.
d).Na mesma toada as partes deverão especificar as provas que sejam produzir, justificando a pertinência ou pugnar pelo julgamento antecipado do feito.
e).Após, o cumprimento de todos os itens tornem-me conclusos.
Nova Brasilândia D'Oeste, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
DENISE PIPINO FIGUEIREDO
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7001939-51.2017.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 28/08/2017 17:12:58
Requerente: JOSE VITORIANO DA SILVA NETO
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
Requerido: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462

DECISÃO
Vistos...
O preparo recursal deixou de ser recolhido pelo recorrente (art. 42, § 1º - art. 54, LJE), razão pela qual declaro deserto o recurso inominado interposto (FONAJE, enunciado 80. Precedentes: STJ, Reclamação nº 4.278-RJ; Turma Recursal - Ji-Paraná-RO 0000214-45.2012.8.22.9002).
Certifique-se o trânsito em julgado e, não havendo pendências, arquive-se.
Intimem-se.
SERVE PARA INTIMAÇÃO.
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 19 de fevereiro de 2018
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7002294-95.2016.8.22.0020
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Data da Distribuição: 06/09/2016 11:58:29
Requerente: ROSENILDA DE FATIMA NOGUEIRA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA - RO0006954
Requerido: TELEFONICA DATA S.A. e outros
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogados do(a) EXECUTADO: ALAN ARAIS LOPES - RO0001787, DANIEL FRANCA SILVA - DF0024214
DESPACHO
Considerando que há informações nos autos de saldo depositados em conta judicial (ID. 14115417), para fins de melhor efetivação e possibilidade de CONCLUSÃO da lide e ainda, conforme orientação do TJ/RO – ofício circular n. 6/2011 – DIVAD/DECOR/CG, no sentido de que sejam esgotadas todas as possibilidades de localização dos interessados, intimem-se a EXECUTADA para que se manifestem no prazo de 05 (cinco) dias, com a advertência de que caso fique silente, a respectiva quantia será transferida para a conta judicial centralizadora, n. 2848.040.01529904-5 de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
Após decorrido o prazo de 05 (cinco) dias sem manifestação da parte, o valor deverá ser transferido para a conta judicial centralizadora, n. 2848.040.01529904-5, caixa econômica Federal, de titularidade do Tribunal de Justiça, CNPJ 04.293.700/0001-72, conforme art. 447, §8º, das DGJ, com redação determinada pelo Provimento nº 016/2010-CG, de 30/12/2010."
Cumpra-se com todas as orientações previstas no ofício circular n. 6/2011 – DIVAD/DECOR/CG, bem como art. 447, §8º, das DGJ, com redação determinada pelo Provimento nº 016/2010-CG, de 30/12/2010.
Havendo manifestação do executado, expeça-se Alvará Judicial ou ofício para transferência. Após, conclusos para extinção.
Expeça-se o necessário para cumprimento, dentro das formalidades legais, nada pendente arquive-se os autos.
Serve o presente para intimação via sistema Pje – Carta – MANDADO – Ofício.
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 20 de fevereiro de 2018
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7001978-48.2017.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 02/09/2017 09:55:40
Requerente: GILSON ANTUNES MINNIKEL
Advogados do(a) REQUERENTE: FABRICIO VIEIRA LIMA - RO8345, GILSON VIEIRA LIMA - RO0004216
Requerido: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462
DESPACHO
Considerando o quantitativo crescente de ações envolvendo a requerida, sob o argumento de construção de rede elétrica particular, a qual foi incorporada ou, que deveria fazê-la, entrementes diante das alegações recorrentes da parte demandada e ao aumento significativo de processos, melhor analisando a matéria tenho que torna-se fundamental a realização de perícia.
Noutras palavras, saber se efetivamente ocorreu a alegada incorporação reclama a produção de prova pericial, o que é impossível de se realizar em sede de Juizado Especial Cível, destinado ao julgamento de causas simples.
Saber, portanto, se houve o apossamento da rede de energia elétrica construída pelo autor não pode ser uma DECISÃO baseada unicamente em prova documental.
Isso porque algumas particularidades devem ser vistas in loco, por perito de confiança do juízo, com conhecimento técnico do assunto, com respostas a quesitos que esclareçam, por exemplo: a) se a rede elétrica está construída em área exclusivamente particular; b) em que consiste exatamente a alegada incorporação, ou seja, em que sentido ela priva o autor de fazer o uso da rede por ele construída; c) se a requerida passou a utilizar a rede construída pelo autor para fornecer energia elétrica a outros consumidores; d) qual o valor da rede na época da sua construção; e) qual a depreciação da rede e qual o seu valor na data da incorporação, dentre outras questões.
Deste modo, neste ponto em específico, concedo as partes o prazo de 05 dias para que se manifestem, em respeito ao princípio do contraditório e à vedação de decisões surpresas – Art. 9º e 10 do CPC.
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 19 de fevereiro de 2017
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7002727-65.2017.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 27/12/2017 10:39:11
Requerente: ELIAS DE OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: SILVANIA KLOCH - RO4043
Requerido: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório Dispensado na Forma da Lei 9.099/95.
Antes de adentrar no MÉRITO da ação, é necessário proceder a análise no que diz respeito a incompetência dos Juizados Especiais para julgar causas que necessitem de prova complexa.
Nos últimos tempos tem-se visto uma grande concentração de ações envolvendo a requerida ao argumento de construção de rede elétrica particular a qual foi incorporada pela requerida ou deveria fazê-lo, entrementes diante das alegações recorrentes da requerida e ao aumento significativo de processos, melhor analisando a matéria tenho que torna-se fundamental a realização de perícia.
Consta dos autos que a parte autora teria supostamente construído rede elétrica à suas expensas, e justificando que lhe é devido o reembolso do valor despendido sob argumento de que a requerida teria incorporado a rede ao seu patrimônio, por realizar a simples manutenção da rede, utilizando-se como dono fosse.

O pedido nesse sentido, é em tese juridicamente possível, pois se assemelha à regra contida no art. 5º, XXIV, da Carta Magna de 1988, de forma a tornar possível a indenização para o particular, quando diante de atos expropriatórios pelo poder estatal, sendo pacífica a doutrina nesse sentido, devendo a indenização ser prévia, ultimada antes da consumação da transferência do bem.

Para Celso Antônio Bandeira de Mello (curso 2008, p. 382-383), a "prévia indenização é aquela que corresponde real e efetivamente ao valor do bem expropriado, ou seja, aquela cuja improcedência deixe o expropriado absolutamente indene, sem prejuízo algum em seu patrimônio".

Resta então aferir se houve a incorporação da rede elétrica, pela requerida, por ato unilateral, como forma a expropriar o autor, como requisito prévio à análise do quantum indenizatório.

Insta salientar que, como prova do alegado, a parte autora justifica-se pela juntada aos autos de projeto elaborado para construção de rede elétrica, e notas e/ou orçamentos dos gastos de alega ter amargado.

Todavia, sobre o ato de incorporação da rede elétrica, a resolução n. 229/2006 – ANEEL, estabelece as condições gerais para incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição, ao Ativo Imobilizado em serviço das concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, elencando outras providências. Vejamos:

Art. 4° As redes particulares, em qualquer tensão, localizadas integralmente em imóveis de seus proprietários não serão objeto de incorporação, ficando dispensadas, inclusive, da obtenção de ato autorizativo do Poder Concedente.

§ 1° Mediante expresso acordo entre as partes, as redes de que trata o caput poderão ser transferidas à concessionária ou permissionária de distribuição, não ensejando qualquer forma de indenização ao proprietário.

§ 2° Deverão ser incorporadas, nos termos do art. 9° desta Resolução, as redes de que trata este artigo e necessárias para a garantia do atendimento de novas ligações, além daquelas redes que a concessionária ou permissionária já tiver efetuado derivações para atendimento de outros consumidores.

Ademais, cumpre salientar que inexiste nos autos qualquer prova no sentido de que tenha ocorrido a referida incorporação de forma administrativa, ato este formal, perfeito e acabado, na forma descrita no art. 4º, § 1º, da Res. 229/06, acima descrito.

Com efeito, é extremamente precário de certeza o ato reconhecimento "implícito" da incorporação da rede elétrica pela concessionária, justificado, em tese, pelo simples fato que a requerida realiza a manutenção da rede elétrica.

Noutras palavras, saber se efetivamente ocorreu a alegada incorporação reclama a produção de prova pericial, o que é impossível de se realizar em sede de Juizado Especial Cível, destinado ao julgamento de causas simples.

Com efeito, a aparente singeleza do caso traz consigo uma complexidade ímpar.

É que, mudando o que deve ser mudado, a incorporação alegada pelo autor é algo que muito se assemelha à desapropriação.

Saber, portanto, se houve o apossamento da rede de energia elétrica construída pelo autor não pode ser uma DECISÃO baseada unicamente em prova documental.

Isso porque algumas particularidades devem ser vistas in loco, por perito de confiança do juízo, com conhecimento técnico do assunto, com respostas a quesitos que esclareçam, por exemplo: a) se a rede elétrica está construída em área exclusivamente particular; b) em que consiste exatamente a alegada incorporação, ou seja, em que sentido ela priva o autor de fazer o uso da rede por ele construída; c) se a requerida passou a utilizar a rede construída pelo autor para fornecer energia elétrica a outros consumidores; d) qual o valor da rede na época da sua construção; e) qual a depreciação da rede e qual o seu valor na data da incorporação, dentre outras questões.

É evidente que a requerida utiliza a rede de energia elétrica para o fornecimento de energia elétrica para o autor, tal qual ocorre com os usuários urbanos.

Cada morador constrói sua rede ligando sua residência até o padrão de energia elétrica e em seguida à rede geral.

O fato de a requerida fazer manutenções e inspeções de segurança não a torna proprietária da rede construída pelo particular.

Coisa diversa, por outro lado, é o que ocorre em algumas situações, geralmente nas novas localidades, em que os usuários, para não permanecerem sem energia elétrica, constroem as redes públicas de energia, que passam pelas vias públicas, fazendo com que levem eletricidade até as suas casas.

Nesse caso, estando na via pública, a requerida historicamente, a partir das resoluções da ANEEL, tem feito as incorporações.

São, portanto, duas situações distintas e às quais não se pode dar o mesmo tratamento.

A principal problemática instaurada no caso sub judice e que demanda a investigação pericial diz respeito ao local em que exatamente foi construída a rede e em que medida, em quais atos, materializa-se a suposta incorporação.

Veja-se que a requerida em tese não pode ser condenada a ressarcir o particular dos custos que esse teve com a construção da rede elétrica no âmbito da sua propriedade particular, pois assim como o usuário urbano, o usuário que reside em zona rural tem a responsabilidade de arcar com a construção da instalação localizada nos limites do seu imóvel.

Excepciona-se tal regra, em tese, no caso de, mesmo estando no espaço privado da propriedade, a requerida passar a usar aquela instalação como se sua fosse, e transmitindo através dela a eletricidade para outros usuários.

Assim, diante destas considerações, sabendo-se que o MÉRITO da ação funda-se na certeza ou não da incorporação da rede elétrica ao patrimônio da requerida, verifica-se que esta prova é complexa porque de depende de perícia por profissional devidamente habilitado, de forma a verificar in loco se a rede construída, há anos, encontra-se realmente da forma alegada na inicial, se encontra-se dentro da propriedade do autor, se dela a requerida se utiliza para transferir suas redes à terceiros, caracterizando de fato a incorporação, dado que a mera apresentação de projeto, ainda que aprovado pela requerida, não possui o condão de firmar convencimento e/ou prova de que houve a incorporação.

Firmada a necessidade de prova complexa, é de se reconhecer a preliminar suscitada pela requerida, com fundamento no art. 3º da Lei n. 9099/95, o que tornaria o rito processual inadequado ao Juizado Especial, conforme dispõe o art. 51, II, da Lei n. 9099/95, in verbis:

Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei:

I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo;

II - quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação;

DISPOSITIVO

Ante o exposto, EXTINGO O FEITO sem resolução do MÉRITO, com fundamento no art. 51, II da Lei n. 9099/95, por reconhecer a incompetência dos Juizados Especiais para julgar o feito, dado que a prova de MÉRITO depende de perícia, portanto, considerada prova complexa, na forma descrita no art. 3º da Lei n. 9099/95.

Deixo de encaminhar o feito ao juízo competente, pois demanda recolhimento de custas.

Havendo recurso, indefiro desde já eventual pedido de justiça gratuita, dado que o autor, proprietário de imóvel rural, teve condições para arcar com a construção de rede elétrica, e portanto, poderá prover as custas do processo sem lhe prejudicar o sustento próprio.

Sem custas e honorários nesta instância, art. 54 e 55 da Lei n. 9099/95.

Indefiro eventual requerimento de publicação em nome de determinado advogado pois as intimações devem ser realizadas na pessoa do causídico que, a teor do disposto nos arts. 2º e 5º da Lei 11.419/2006, tem a atribuição de efetuar o próprio cadastro junto ao PJE.
Serve a presente de carta/MANDADO de intimação.
Nada mais sendo requerido, com o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos.
Intimem-se as partes. Cumpra-se
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 19 de fevereiro de 2018
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7000829-17.2017.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 17/04/2017 16:28:55
Requerente: AFONSO BONIN
Advogados do(a) REQUERENTE: MATHEUS DUQUES DA SILVA - RO0006318, PATRICIA LUANA MACHADO - RO7571
Requerido: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos...
Primeiramente, saliento ao recorrenteque o juízo de admissibilidade é realizado pelo juízo a quo, a teor do que dispõe o Enunciado 166 do Fonaje.
Considerando que o preparo recursal deixou de ser recolhido pelo recorrente (art. 42, § 1º - art. 54, LJE), declaro deserto o recurso inominado interposto (FONAJE, enunciado 80. Precedentes: STJ, Reclamação nº 4.278-RJ; Turma Recursal - Ji-Paraná-RO 0000214-45.2012.8.22.9002).
Certifique-se o trânsito em julgado e, não havendo pendências, arquive-se.
Intimem-se.
SERVE PARA INTIMAÇÃO.
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 19 de fevereiro de 2018
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito
Comarca de Nova Brasilândia do Oeste (RO)
Sede do Juízo: Fórum Juiz José de Melo e Silva, Rua Príncipe da Beira, 1500, setor 13 -CEP: 76958-000- Nova Brasilândia DOeste/RO - Fone:: (069) 3418-2599

VARA: 1ª Vara Cível
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO: 30 DIAS
De: Terceiros e Interessados
FINALIDADE: Notificar a eventuais terceiros e interessados da interdição de TEREZINHA MACANEIRO BUENO, brasileira, aposentada, portadora da Cédula de Identidade/RG nº199.445 SSP/RO, inscrita no CPF nº 162.089.602.82, ambos residentes e domiciliados na RO 010, esquina com a Linha 138 lado norte, por ser absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR o Sr. VANDERLEI MACANEIRO BUENO, portador da Cédula de Identidade/RG nº 214998 SSP/RO, inscrito no CPF sob nº 316.904.912-72, residente e domiciliado na Linha 25, km 10, saída para Rolim de Moura/RO, cidade e comarca de Nova Brasilândia D'Oeste/RO.
7000426-48.2017.8.22.0020
FAMÍLIA- INTERDIÇÃO (58)
REQUERENTE: VANDERLEI MACANEIRO BUENO
Advogado: JURACI MARQUES JUNIOR OAB: RO0002056
REQUERIDO: TEREZINHA MACANEIRO BUENO, ONIVALDO SILVEIRA BUENO
SENTENÇA: " ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO PARA DECRETAR A INTERDIÇÃO DE TEREZINHA MACANEIRO BUENO inscrita no CPF/MF sob n° 162.089.602.82., qualificada nos autos, e NOMEIO CURADOR seu filho VANDERLEI MACANEIRO BUENO inscrito no CPF/MF sob n° 316.904.912-72, igualmente qualificado, para o fim de representar o interdito na prática de atos de natureza civil, patrimonial e negocial, inclusive o recebimento e a administração de proventos e outras receitas, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, combinado com o artigo 1.768, inciso I, e o artigo 1780, todos do Código Civil, para que a interdição pretendida seja decretada e o requerente seja nomeado curador do interdito, observadas, nos termos do artigo 1.774, as restrições e obrigações estabelecidas nos artigos 1.753 a 1.759, e artigo 1.776, todos do mesmo Códex, sem prejuízo dos direitos e obrigações estabelecidos nos artigos 84 e 85 da Lei n.º 13.146/2015. Expeça-se termo de compromisso de curatela definitiva, devendo o requerente comparecer em cartório para assiná-lo, em cinco dias, contados da publicação desta SENTENÇA, independentemente do trânsito em julgado, em atenção ao disposto no artigo 1.773 do Código Civil. Expeçam-se os editais para publicação na imprensa local e oficial, na forma do artigo 1.184 do Código de Processo Civil e MANDADO para registro da presente junto ao Cartório de Registro das Pessoas Naturais. Considerando que o interdito não possui patrimônio (ao menos não apontou nos autos), dispenso o curador da apresentação do balanço anual, bem como da prestação de contas bienal, a que se referem os artigos 1.755 e 1.756 do Código de Processo Civil. Pela mesma razão, a hipótese não reclama prestação de caução ou especialização de hipoteca legal a que se refere o artigo 1745, parágrafo único, do Código Civil. Fica expressamente consignada, contudo, a vedação de qualquer ato de disposição de bens do interdito sem prévia autorização judicial e regular prestação de contas. Também por medida de cautela, encaminhem-se cópia desta SENTENÇA ao cartório Eleitoral, para suspensão dos direitos políticos da parte interditada (ASE 37, motivo 1). Transitada em julgado e cumpridas todas as diligências determinadas no DISPOSITIVO da SENTENÇA, procedam-se às anotações necessárias e arquivem-se os autos. Sem custas judiciais, despesas processuais e honorários advocatícios, em razão da natureza da causa e por ser a parte requerente beneficiária da justiça gratuita. P.R.I.C.A Nova Brasilândia D'Oeste, 11 de janeiro de 2018. Denise Pipino Figueiredo Juiz(a) de Direito"
DENISE PIPINO FIGUEIREDO
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7002277-25.2017.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 17/10/2017 16:50:14
Requerente: VANDERLEIA LEMOS MEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO0002394
Requerido: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95 e art. 27 da Lei nº 12.153/2009.
O feito comporta julgamento antecipado conforme art. 355, I, do Código de Processo Civil – CPC/2015, eis que versa sobre matéria de direito e não prescinde de produção de outras provas.
Ademais, por ser o magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórios ou desnecessárias para a formação do seu convencimento:

PROCESSO CIVIL.PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por FINALIDADE formar a convicção do juiz. É o juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 - AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).

O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim o permitir.

Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. (STJ, 4a. Turma, RESp 2.833-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).

A controvérsia da lide consiste em verificar se o auxílio-transporte é devido a parte autora e, em caso positivo, qual o valor deve ser pago, se o pagamento deve ser realizado de forma retroativa.

A Lei Estadual Complementar 68/92, prevê o pagamento do auxílio-transporte aos servidores públicos, nos seguintes termos:

Art. 84 - O auxílio transporte é devido a servidor nos deslocamentos de ida e volta, no trajeto entre sua residência e o local de trabalho, na forma estabelecida em regulamento.

Nesta toada, entendo que a tese do requerido não merece prosperar, pois, não se pode retirar o direito ao auxílio transporte sobre o pretexto de que na localidade da lotação do servidor não é disponibilizado o serviço de transporte público.

Registro que o auxílio transporte tem caráter indenizatório, sendo pago aos servidores públicos com o fim de ressarcir suas despesas com o transporte no trajeto entre a residência e o local da efetiva prestação do serviço.

É incontestável que o servidor tem gastos pelo deslocamento até o local da prestação de serviço, independente de existir ou não transporte coletivo na região. Ressalto que a ausência do serviço de transporte público é uma falha do poder público municipal, de modo que não pode o servidor público sofrer as consequências.

Nesse sentido já firmou o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

Servidor Público. Auxílio-transporte. Inexistência de transporte público na localidade onde está lotado. Gastos comprovados. Impossibilidade de punição do servidor. Lei Municipal que regula a matéria equiparando o transporte feito por particular. Direito líquido e certo. Segurança concedida.

O servidor público se desloca diariamente ao local de trabalho, com itinerário pré-definido e custo de transporte, e, por isso, não seria justo retirar-lhe o direito à indenização por auxílio transporte, pelo simples fato de não haver, na localidade de sua lotação, transporte coletivo urbano regulamentado. A existência de serviço privado equiparado por lei municipal ao público supre a ausência do transporte coletivo regulamentado. (TJ/RO, 0007908-42.2011.8.22.0000 MANDADO de Segurança, Relator Juiz Jorge Luiz dos Santos Leal, julgado em 21 de outubro de 2011). [Grifei]

Outrossim, a Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia também já se posicionou a respeito:

EMENTA: Constitucional e administrativo. Servidor público. Auxílio transporte. Previsão legal. Presentes requisitos. O auxílio-transporte é devido a servidor nos deslocamentos de ida e volta, no trajeto entre sua residência e o local de trabalho. Comprovada necessidade de gastos para o referido deslocamento, a concessão do benefício se impõe. ("0001055-14.2012.8.22.0022 Recurso Inominado. Relator: Juiz Marcos Alberto Oldakowski)

"SERVIDOR PÚBLICO. AUXÍLIO TRANSPORTE. CONCESSÃO. AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA CONFIRMADA. É entendimento pacificado no STJ que o servidor público que se utiliza de veículo próprio para deslocar-se ao serviço faz jus ao recebimento de auxílio-transporte (Resp 238.740-RS). A administração pública não pode eximir-se de pagar aos seus servidores o auxílio-transporte, previsto em estatuto próprio, ao argumento de não estar regulam entado o referido auxílio, uma vez que deixou de fazê-lo no prazo legal previsto pela norma instituidora do direito, devendo ser utilizado o Decreto estadual n. 4451/89, que disciplina a concessão do auxílio-transporte aos servidores públicos civis do Estado de Rondônia, de suas Autarquias e Fundações Públicas Estaduais, até que seja suprida essa omissão (incidente de Uniformização de Jurisprudência 0014508- 16.2010.8.22.0000, TJRO). (Turma Recursal de Ji-Paraná – RO, Recurso Inominado nº 0000078-42.2013.8.2.0004, Rel. Juiz Ma rcos Alberto Oldakowski, julgado em 02/09/2013). [grifei]

Percebe-se ser inegável a previsão legal sobre a concessão do auxílio-transporte ao servidor público em razão de seu deslocamento ao seu local de trabalho. Como dito alhures, o dever do requerido surgiu com o advento da Lei Complementar nº 68/90, mesmo que não a tenha regulamentado posteriormente à sua vigência. Impõe-se a retroação do pagamento.

De mais a mais, inaplicável no caso em tela as disposições da Lei 243/89 e Decreto 4451/89, considerando que a Lei Estadual (posterior) Lei complementar 068/92, dipõe que auxílio trasporte será devido na forma estabelecida em regulamento. Cabe esclarecer ainda que o Decreto 21.299/2016 que regulamentava o auxílio transporte, tornou-se sem efeito por força do Decreto 21.375/2016.

Ademais, o texto previsto no art. 2º, §1º do Decreto 21.299/2016, que manteve sem alteração aquele previsto no Decreto 4.451/89, NÃO PREVÊ QUALQUER DESCONTO DE AUXÍLIO TRANSPORTE DEVIDO A SERVIDORES. O art. 1º, do Decreto Estadual n. 4451/89 apenas indica quem são as pessoas beneficiárias do auxilio transporte, ou seja, em nenhum momento disse a norma regulamentadora, que do valor devido deverá ser abatido o percentual de 6%. Posto isso, rejeito a impugnação que versa sobre a matéria.

Quanto ao marco inicial para o recebimento de retroativo do auxilio transporte, recentemente, a Turma Recursal alterou posicionamento, esculpindo tese de que a percepção de auxílio transporte tem efeitos financeiros a partir do requerimento administrativo do benefício, porque sua concessão não é automática a todos os servidores. Não havendo requerimento, deverá ser pago os valores retroativos à data de ajuizamento da demanda.

Confira ementa do recente julgado da Turma Recursal:

É necessário pedido administrativo do servidor a partir do qual é devido o auxílio transporte (art. 6º do Decreto estadual n. 4.451/2989). Na inexistência do pedido administrativo o termo inicial é o ajuizamento da ação.(Embargos de Declaração, Processo nº 0005641-80.2014.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Enio Salvador Vaz, Data de julgamento: 19/07/2017)

Quanto à base de cálculo, deverá ser utilizada o valor da cidade mais próxima à lotação do servidor (Rolim de Moura-RO), considerando-se apenas os dias úteis e de efetivo exercício, limitado a quatro deslocamentos diários (observada a carga horária do servidor) e vinte e dois dias por mês;

Ao teor do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial a fim de condenar o ESTADO DE RONDÔNIA a:

1 – Implantar o auxílio-transporte em favor da parte requerente. Realizar o pagamento retroativo das parcelas não pagas a título de auxílio-transporte, a partir da data do requerimento administrativo e, não havendo este, do ajuizamento da demanda, devidas até a efetiva implantação em folha de pagamento.

2- Quanto à base de cálculo utilizada para a implementação e para o pagamento retroativo do auxílio transporte, determino que seja aplicada a tarifa de transporte coletivo praticada na localidade mais próxima da cidade de lotação do servidor, considerando-se apenas os dias úteis e de efetivo exercício, limitado a quatro deslocamentos diários (observada a carga horária do servidor) e vinte e dois dias por mês;

3- Os juros moratórios, regidos pelo art. 1º-F da Lei 9.494/97, devem incidir desde a citação, nos termos do art. 219 do CPC e a correção monetária, calculada com base no IPCA, deve incidir desde o evento lesivo, ou seja, do pagamento devido não realizado ou realizado a menor.

4- Por fim, considero a procedência dos pedidos iniciais e concedo parcialmente a antecipação dos efeitos da tutela, para o fim de determinar à parte requerida que implante o auxílio-transporte na folha de pagamento da parte autora no prazo de 30 dias, a contar da intimação da presente SENTENÇA, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 100,00 até o limite do valor dado a causa.
Por consequência, RESOLVO o MÉRITO da causa, o que faço com arrimo no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Sem custas processuais ou honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95 c/c art. 27 da Lei 12.153/09.
Após o trânsito em julgado, não havendo manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se. P.R.I
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 20 de fevereiro de 2018
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7002729-35.2017.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 27/12/2017 17:08:54
Requerente: APARECIDA GONCALVES
Advogado do(a) REQUERENTE: SILVANIA KLOCH - RO4043
Requerido: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório Dispensado na Forma da Lei 9.099/95.
Antes de adentrar no MÉRITO da ação, é necessário proceder a análise no que diz respeito a incompetência dos Juizados Especiais para julgar causas que necessitem de prova complexa.
Nos últimos tempos tem-se visto uma grande concentração de ações envolvendo a requerida ao argumento de construção de rede elétrica particular a qual foi incorporada pela requerida ou deveria fazê-lo, entrementes diante das alegações recorrentes da requerida e ao aumento significativo de processos, melhor analisando a matéria tenho que torna-se fundamental a realização de perícia.
Consta dos autos que a parte autora teria supostamente construído rede elétrica à suas expensas, e justificando que lhe é devido o reembolso do valor despendido sob argumento de que a requerida teria incorporado a rede ao seu patrimônio, por realizar a simples manutenção da rede, utilizando-se como dono fosse.
O pedido nesse sentido, é em tese juridicamente possível, pois se assemelha à regra contida no art. 5º, XXIV, da Carta Magna de 1988, de forma a tornar possível a indenização para o particular, quando diante de atos expropriatórios pelo poder estatal, sendo pacífica a doutrina nesse sentido, devendo a indenização ser prévia, ultimada antes da consumação da transferência do bem.
Para Celso Antônio Bandeira de Mello (curso 2008, p. 382-383), a "prévia indenização é aquela que corresponde real e efetivamente ao valor do bem expropriado, ou seja, aquela cuja improcedência deixe o expropriado absolutamente indene, sem prejuízo algum em seu patrimônio".
Resta então aferir se houve a incorporação da rede elétrica, pela requerida, por ato unilateral, como forma a expropriar o autor, como requisito prévio à análise do quantum indenizatório.
Insta salientar que, como prova do alegado, a parte autora justifica-se pela juntada aos autos de projeto elaborado para construção de rede elétrica, e notas e/ou orçamentos dos gastos de alega ter amargado.
Todavia, sobre o ato de incorporação da rede elétrica, a resolução n. 229/2006 – ANEEL, estabelece as condições gerais para incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição, ao Ativo Imobilizado em serviço das concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, elencando outras providências. Vejamos:
Art. 4° As redes particulares, em qualquer tensão, localizadas integralmente em imóveis de seus proprietários não serão objeto de incorporação, ficando dispensadas, inclusive, da obtenção de ato autorizativo do Poder Concedente.
§ 1° Mediante expresso acordo entre as partes, as redes de que trata o caput poderão ser transferidas à concessionária ou permissionária de distribuição, não ensejando qualquer forma de indenização ao proprietário.
§ 2° Deverão ser incorporadas, nos termos do art. 9° desta Resolução, as redes de que trata este artigo e necessárias para a garantia do atendimento de novas ligações, além daquelas redes que a concessionária ou permissionária já tiver efetuado derivações para atendimento de outros consumidores.
Ademais, cumpre salientar que inexiste nos autos qualquer prova no sentido de que tenha ocorrido a referida incorporação de forma administrativa, ato este formal, perfeito e acabado, na forma descrita no art. 4º, § 1º, da Res. 229/06, acima descrito.
Com efeito, é extremamente precário de certeza o ato reconhecimento "implícito" da incorporação da rede elétrica pela concessionária, justificado, em tese, pelo simples fato que a requerida realiza a manutenção da rede elétrica.
Noutras palavras, saber se efetivamente ocorreu a alegada incorporação reclama a produção de prova pericial, o que é impossível de se realizar em sede de Juizado Especial Cível, destinado ao julgamento de causas simples.
Com efeito, a aparente singeleza do caso traz consigo uma complexidade ímpar.
É que, mudando o que deve ser mudado, a incorporação alegada pelo autor é algo que muito se assemelha à desapropriação.
Saber, portanto, se houve o apossamento da rede de energia elétrica construída pelo autor não pode ser uma DECISÃO baseada unicamente em prova documental.
Isso porque algumas particularidades devem ser vistas in loco, por perito de confiança do juízo, com conhecimento técnico do assunto, com respostas a quesitos que esclareçam, por exemplo: a) se a rede elétrica está construída em área exclusivamente particular; b) em que consiste exatamente a alegada incorporação, ou seja, em que sentido ela priva o autor de fazer o uso da rede por ele construída; c) se a requerida passou a utilizar a rede construída pelo autor para fornecer energia elétrica a outros consumidores; d) qual o valor da rede na época da sua construção; e) qual a depreciação da rede e qual o seu valor na data da incorporação, dentre outras questões.
É evidente que a requerida utiliza a rede de energia elétrica para o fornecimento de energia elétrica para o autor, tal qual ocorre com os usuários urbanos.
Cada morador constrói sua rede ligando sua residência até o padrão de energia elétrica e em seguida à rede geral.
O fato de a requerida fazer manutenções e inspeções de segurança não a torna proprietária da rede construída pelo particular.
Coisa diversa, por outro lado, é o que ocorre em algumas situações, geralmente nas novas localidades, em que os usuários, para não permanecerem sem energia elétrica, constroem as redes públicas de energia, que passam pelas vias públicas, fazendo com que levem eletricidade até as suas casas.
Nesse caso, estando na via pública, a requerida historicamente, a partir das resoluções da ANEEL, tem feito as incorporações.
São, portanto, duas situações distintas e às quais não se pode dar o mesmo tratamento.
A principal problemática instaurada no caso sub judice e que demanda a investigação pericial diz respeito ao local em que exatamente foi construída a rede e em que medida, em quais atos, materializa-se a suposta incorporação.
Veja-se que a requerida em tese não pode ser condenada a ressarcir o particular dos custos que esse teve com a construção da rede elétrica no âmbito da sua propriedade particular, pois

assim como o usuário urbano, o usuário que reside em zona rural tem a responsabilidade de arcar com a construção da instalação localizada nos limites do seu imóvel.
Excepciona-se tal regra, em tese, no caso de, mesmo estando no espaço privado da propriedade, a requerida passar a usar aquela instalação como se sua fosse, e transmitindo através dela a eletricidade para outros usuários.
Assim, diante destas considerações, sabendo-se que o MÉRITO da ação funda-se na certeza ou não da incorporação da rede elétrica ao patrimônio da requerida, verifica-se que esta prova é complexa porque de depende de perícia por profissional devidamente habilitado, de forma a verificar in loco se a rede construída, há anos, encontra-se realmente da forma alegada na inicial, se encontra-se dentro da propriedade do autor, se dela a requerida se utiliza para transferir suas redes à terceiros, caracterizando de fato a incorporação, dado que a mera apresentação de projeto, ainda que aprovado pela requerida, não possui o condão de firmar convencimento e/ou prova de que houve a incorporação.
Firmada a necessidade de prova complexa, é de se reconhecer a preliminar suscitada pela requerida, com fundamento no art. 3º da Lei n. 9099/95, o que tornaria o rito processual inadequado ao Juizado Especial, conforme dispõe o art. 51, II, da Lei n. 9099/95, in verbis:
Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei:
I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo;
II - quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação;
DISPOSITIVO
Ante o exposto, EXTINGO O FEITO sem resolução do MÉRITO, com fundamento no art. 51, II da Lei n. 9099/95, por reconhecer a incompetência dos Juizados Especiais para julgar o feito, dado que a prova de MÉRITO depende de perícia, portanto, considerada prova complexa, na forma descrita no art. 3º da Lei n. 9099/95.
Deixo de encaminhar o feito ao juízo competente, pois demanda recolhimento de custas.
Havendo recurso, indefiro desde já eventual pedido de justiça gratuita, dado que o autor, proprietário de imóvel rural, teve condições para arcar com a construção de rede elétrica, e portanto, poderá prover as custas do processo sem lhe prejudicar o sustento próprio.
Sem custas e honorários nesta instância, art. 54 e 55 da Lei n. 9099/95.
Indefiro eventual requerimento de publicação em nome de determinado advogado pois as intimações devem ser realizadas na pessoa do causídico que, a teor do disposto nos arts. 2º e 5º da Lei 11.419/2006, tem a atribuição de efetuar o próprio cadastro junto ao PJE.
Serve a presente de carta/MANDADO de intimação.
Nada mais sendo requerido, com o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos.
Intimem-se as partes. Cumpra-se
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 19 de fevereiro de 2018
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7002142-13.2017.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 25/09/2017 10:20:43
Requerente: IRAN PATRICIO ALVES
Advogados do(a) REQUERENTE: EDSON VIEIRA DOS SANTOS - RO0004373, JAKSON JUNIOR SERAFIM CAETANO - RO6956
Requerido: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO0005462
DESPACHO
Considerando o quantitativo crescente de ações envolvendo a requerida, sob o argumento de construção de rede elétrica particular, a qual foi incorporada ou, que deveria fazê-la, entrementes diante das alegações recorrentes da parte demandada e ao aumento significativo de processos, melhor analisando a matéria tenho que torna-se fundamental a realização de perícia.
Noutras palavras, saber se efetivamente ocorreu a alegada incorporação reclama a produção de prova pericial, o que é impossível de se realizar em sede de Juizado Especial Cível, destinado ao julgamento de causas simples.
Saber, portanto, se houve o apossamento da rede de energia elétrica construída pelo autor não pode ser uma DECISÃO baseada unicamente em prova documental.
Isso porque algumas particularidades devem ser vistas in loco, por perito de confiança do juízo, com conhecimento técnico do assunto, com respostas a quesitos que esclareçam, por exemplo: a) se a rede elétrica está construída em área exclusivamente particular; b) em que consiste exatamente a alegada incorporação, ou seja, em que sentido ela priva o autor de fazer o uso da rede por ele construída; c) se a requerida passou a utilizar a rede construída pelo autor para fornecer energia elétrica a outros consumidores; d) qual o valor da rede na época da sua construção; e) qual a depreciação da rede e qual o seu valor na data da incorporação, dentre outras questões.
Deste modo, neste ponto em específico, concedo as partes o prazo de 05 dias para que se manifestem, em respeito ao princípio do contraditório e à vedação de decisões surpresas – Art. 9º e 10 do CPC.
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 19 de fevereiro de 2017
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7000268-56.2018.8.22.0020
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Data da Distribuição: 19/02/2018 16:07:33
Requerente: A C BUENO & CIA LTDA - EPP
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOAO CARLOS DA COSTA - RO0001258, DANIEL REDIVO - RO0003181, KELLY CRISTINE BENEVIDES DE BARROS - RO0003843
Requerido: A. DE O. DE BRITO LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO:
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei.
Trata-se de petição distribuída com pretensão executória referente à DECISÃO proferida nos autos 7000307-58.2015.8.22.0020.
Cumpre-me frisar que o ordenamento jurídico vigente estabelece o procedimento sincrético, de modo que o cumprimento de SENTENÇA é apenas uma fase do processo. No caso vertente, considerando os princípios da celeridade e da economia processual e a simplicidade da forma, bem como inexistindo qualquer risco de tumulto processual, não se justifica a formação de autos apartados para o cumprimento da obrigação.
Vale ressaltar que nos autos 7000307-58.2015.8.22.0020 houve, inclusive, início da fase de cumprimento de SENTENÇA com bloqueio parcial de valores pelo sistema bacenjud.O processo foi arquivado por inércia da parte exequente.
Neste viés, não cabe agora pleitear execução em autos apartados, devendo seguir os atos executórios naqueles autos.
Ante ao exposto, extingo o processo sem resolução de MÉRITO nos termos do art. 51, I da L. 9.099/945. Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Nova Brasilândia D'Oeste, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
DENISE PIPINO FIGUEIREDO
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7000271-11.2018.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 19/02/2018 19:19:46
Requerente: ALZENI DOS SANTOS COSTA OLIVEIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: PATRICIA LUANA MACHADO - RO7571, MATHEUS DUQUES DA SILVA - RO0006318
Requerido: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
Segundo as disposições do artigo 294, do CPC, a tutela provisória pode fundar-se em urgência ou evidência, de modo incidental ou cautelar.
Outrossim, o artigo 300, do NCPC, diz que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
A probabilidade do direito e o perigo de dano são cumulativos, estando a concessão da tutela de urgência vinculada à sua comprovação.
No caso concreto, se o débito está sendo discutido em Juízo, ainda que não haja evidências concretas para determinar, inicialmente, o seu cancelamento pelos documentos oferecidos, vislumbra-se a possibilidade de irregularidade na sua constituição. Além disso, não se pode exigir que a requerente prove que não é devedor da quantia que ocasionou o apontamento no SCPC. Cabe ao deMANDADO demonstrar a existência da dívida.
Outrossim, é entendimento sedimentado na jurisprudência que, proposta ação, com razoáveis fundamentos, para aferir-se a existência ou não de dívida e a ilicitude da inscrição e manutenção do nome da autora nos cadastros restritivos de crédito, é cabível a concessão de antecipação de tutela para a sua exclusão do cadastro negativo até o julgamento final da lide. (TJRO Agravo de Instrumento n. 100.001.2005.010736-3, Rel. Des. Renato Mimessi, 04-10-2005).
No mesmo sentido é o entendimento do STJ:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. RELAÇÃO DE CONSUMO. DECISÃO que indeferiu o pleito autoral para determinar a expedição de ofício aos órgãos restritivos de crédito (SPC/Serasa) a fim de retirarem imediatamente os registros desabonadores existentes contra seu nome e contra o nome de seu esposo, devedor solidário. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado no sentido de que a discussão judicial do débito impede o apontamento de informações restritivas quanto ao devedor junto aos órgãos de proteção ao crédito, bem como pela possibilidade da suspensão dos efeitos dos protestos. DECISÃO QUE SE REFORMA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.(TJ-RJ - AI: 00164193720168190000 RIO DE JANEIRO ALCANTARA REGIONAL SAO GONCALO 2 VARA CIVEL, Relator: WILSON DO NASCIMENTO REIS, Data de Julgamento: 27/07/2016, VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR, Data de Publicação: 29/07/2016)[Grifei]
Quanto ao perigo de dano, in casu, caracteriza-se com situação crítica de eventual abalo de crédito do requerente, ainda mais que a existência do débito é discutida em Juízo.
Ademais, a concessão de tutela de urgência de natureza antecipada, como no presente caso, não gera prejuízo ou perigo de dano à parte contrária, tampouco é irreversível os efeitos desta DECISÃO (art. 300, § 3º NCPC).
Posto isso, concedo a tutela de urgência de natureza antecipada, para determinar que no prazo de 05 (cinco) dias, a parte requerida COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTO DE RONDÔNIA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 05.914.254/0001-39, exclua o nome do requerente nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito (SCPC e SERASA), referente ao débito em questão, sob pena de multa diária no valor de R$ 100,00 (cem reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), caso descumpra o preceito. Ressalte-se que tal medida poderá ser reapreciada ou revogada a qualquer tempo, durante o curso do processo.
Cite-se e intime-se parte requerida (AR), com as advertências legais, devendo ser observado, quanto aos expedientes para comunicação processual, o disposto no Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria Nº 001/2017,sobretudo o art. 3º, o qual transcrevo a seguir:
Art. 3º Nos expedientes relativos às comunicações processuais deverão constar as informações e advertências de que:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;
XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados;
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
[Grifei]
Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 05 dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo DESPACHO, a fim de que seja expedido o necessário.

De mais a mais, considerando orientação da Corregedoria Geral de Justiça (PARECER - CCG Nº 118/2017), a fim de evitar eventuais fraudes em casos dessa natureza, a certidão (SPC e SCPC) deve ser emitida pelo órgão competente, com carimbo e assinatura do servidor responsável e em papel timbrado, o que se faz necessário para a melhor análise e certeza do abalo creditício. Providencie o autor, certidão, conforme orientado.
Por se tratar de relação de consumo e, considerando a hipossuficiência do consumidor, inverto o ônus da prova.
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO: 25/04/2018 – 8H30.
READEQUE A PAUTA DO CEJUSC – E INTIMEM-SE AS PARTES. O AUTOR DEVERÁ COLIGIR OS DOCUMENTOS QUE COMPROVEM O PAGAMENTO DA FATURA QUE DEU ORIGEM À RESTRIÇÃO DE CRÉDITO.
SERVE PARA CITAÇÃO - INTIMAÇÃO – CARTA/MANDADO.
PARTE A SER CITADA: CAERD - COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.914.254/0001-39, com escritório estabelecido na Avenida J. K., Setor 13, nesta Cidade de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, CEP 76.958-000.
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 20 de fevereiro de 2018
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7001460-58.2017.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 03/07/2017 10:50:08
Requerente: JAIR BERGAMASCHI
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
Requerido: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) REQUERIDO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
DECISÃO
Vistos...
O preparo recursal deixou de ser recolhido pelo recorrente (art. 42, § 1º - art. 54, LJE), razão pela qual declaro deserto o recurso inominado interposto (FONAJE, enunciado 80. Precedentes: STJ, Reclamação nº 4.278-RJ; Turma Recursal - Ji-Paraná-RO 0000214-45.2012.8.22.9002).
Certifique-se o trânsito em julgado e, não havendo pendências, arquive-se.
Intimem-se.
SERVE PARA INTIMAÇÃO.
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 19 de fevereiro de 2018
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7001450-14.2017.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 03/07/2017 10:44:18
Requerente: DOMINGOS PEREIRA BORGES
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
Requerido: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) REQUERIDO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO0005714
DECISÃO
Vistos...
O preparo recursal deixou de ser recolhido pelo recorrente (art. 42, § 1º - art. 54, LJE), razão pela qual declaro deserto o recurso inominado interposto (FONAJE, enunciado 80. Precedentes: STJ, Reclamação nº 4.278-RJ; Turma Recursal - Ji-Paraná-RO 0000214-45.2012.8.22.9002).
Certifique-se o trânsito em julgado e, não havendo pendências, arquive-se.
Intimem-se.
SERVE PARA INTIMAÇÃO.
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 19 de fevereiro de 2018
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7000496-36.2015.8.22.0020
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Data da Distribuição: 18/08/2015 16:41:26
Requerente: FLAVIO OLIVEIRA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: PAULO CESAR DE CAMARGO - RO0004345
Requerido: MAURICIO COITINHO NASCIMENTO e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: EDSON VIEIRA DOS SANTOS - RO0004373
Advogado do(a) EXECUTADO: EDSON VIEIRA DOS SANTOS - RO0004373
DESPACHO
Os valores apresentados pelo exequente são excessivo, uma vez que houve a inclusão de honorários de execução, nos termos do art. 523, § 1º do CPC.
Entretanto, a segunda parte do § 1º do mencionado DISPOSITIVO é inaplicável nesta justiça especializada. Aliás, tal entendimento está, inclusive, insculpido no enunciado 97 do Fonaje.
Assim, intime-se o exequente para que retifique o cálculo, devendo ser excluídos os honorários de execução.
Prazo de 05 dias.
Após, conclusos para penhora on line.
Não manifestando o exequente, ao arquivo provisório até que se manifeste a parte interessada.
Serve o presente de intimação.
Nova Brasilândia D'Oeste, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
DENISE PIPINO FIGUEIREDO
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7002381-17.2017.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 07/11/2017 11:56:02
Requerente: EVA DAS DORES DOS SANTOS SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
Requerido: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório Dispensado na Forma da Lei 9.099/95.
Antes de adentrar no MÉRITO da ação, é necessário proceder a análise no que diz respeito a incompetência dos Juizados Especiais para julgar causas que necessitem de prova complexa.

Nos últimos tempos tem-se visto uma grande concentração de ações envolvendo a requerida ao argumento de construção de rede elétrica particular a qual foi incorporada pela requerida ou deveria fazê-lo, entrementes diante das alegações recorrentes da requerida e ao aumento significativo de processos, melhor analisando a matéria tenho que torna-se fundamental a realização de perícia.

Consta dos autos que a parte autora teria supostamente construído rede elétrica à suas expensas, e justificando que lhe é devido o reembolso do valor despendido sob argumento de que a requerida teria incorporado a rede ao seu patrimônio, por realizar a simples manutenção da rede, utilizando-se como dono fosse.

O pedido nesse sentido, é em tese juridicamente possível, pois se assemelha à regra contida no art. 5º, XXIV, da Carta Magna de 1988, de forma a tornar possível a indenização para o particular, quando diante de atos expropriatórios pelo poder estatal, sendo pacífica a doutrina nesse sentido, devendo a indenização ser prévia, ultimada antes da consumação da transferência do bem.

Para Celso Antônio Bandeira de Mello (curso 2008, p. 382-383), a "prévia indenização é aquela que corresponde real e efetivamente ao valor do bem expropriado, ou seja, aquela cuja improcedência deixe o expropriado absolutamente indene, sem prejuízo algum em seu patrimônio".

Resta então aferir se houve a incorporação da rede elétrica, pela requerida, por ato unilateral, como forma a expropriar o autor, como requisito prévio à análise do quantum indenizatório.

Insta salientar que, como prova do alegado, a parte autora justifica-se pela juntada aos autos de projeto elaborado para construção de rede elétrica, e notas e/ou orçamentos dos gastos de alega ter amargado.

Todavia, sobre o ato de incorporação da rede elétrica, a resolução n. 229/2006 – ANEEL, estabelece as condições gerais para incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição, ao Ativo Imobilizado em serviço das concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, elencando outras providências. Vejamos:

Art. 4° As redes particulares, em qualquer tensão, localizadas integralmente em imóveis de seus proprietários não serão objeto de incorporação, ficando dispensadas, inclusive, da obtenção de ato autorizativo do Poder Concedente.

§ 1° Mediante expresso acordo entre as partes, as redes de que trata o caput poderão ser transferidas à concessionária ou permissionária de distribuição, não ensejando qualquer forma de indenização ao proprietário.

§ 2° Deverão ser incorporadas, nos termos do art. 9° desta Resolução, as redes de que trata este artigo e necessárias para a garantia do atendimento de novas ligações, além daquelas redes que a concessionária ou permissionária já tiver efetuado derivações para atendimento de outros consumidores.

Ademais, cumpre salientar que inexiste nos autos qualquer prova no sentido de que tenha ocorrido a referida incorporação de forma administrativa, ato este formal, perfeito e acabado, na forma descrita no art. 4º, § 1º, da Res. 229/06, acima descrito.

Com efeito, é extremamente precário de certeza o ato reconhecimento "implícito" da incorporação da rede elétrica pela concessionária, justificado, em tese, pelo simples fato que a requerida realiza a manutenção da rede elétrica.

Noutras palavras, saber se efetivamente ocorreu a alegada incorporação reclama a produção de prova pericial, o que é impossível de se realizar em sede de Juizado Especial Cível, destinado ao julgamento de causas simples.

Com efeito, a aparente singeleza do caso traz consigo uma complexidade ímpar.

É que, mudando o que deve ser mudado, a incorporação alegada pelo autor é algo que muito se assemelha à desapropriação.

Saber, portanto, se houve o apossamento da rede de energia elétrica construída pelo autor não pode ser uma DECISÃO baseada unicamente em prova documental.

Isso porque algumas particularidades devem ser vistas in loco, por perito de confiança do juízo, com conhecimento técnico do assunto, com respostas a quesitos que esclareçam, por exemplo: a) se a rede elétrica está construída em área exclusivamente particular; b) em que consiste exatamente a alegada incorporação, ou seja, em que sentido ela priva o autor de fazer o uso da rede por ele construída; c) se a requerida passou a utilizar a rede construída pelo autor para fornecer energia elétrica a outros consumidores; d) qual o valor da rede na época da sua construção; e) qual a depreciação da rede e qual o seu valor na data da incorporação, dentre outras questões.

É evidente que a requerida utiliza a rede de energia elétrica para o fornecimento de energia elétrica para o autor, tal qual ocorre com os usuários urbanos.

Cada morador constrói sua rede ligando sua residência até o padrão de energia elétrica e em seguida à rede geral.

O fato de a requerida fazer manutenções e inspeções de segurança não a torna proprietária da rede construída pelo particular.

Coisa diversa, por outro lado, é o que ocorre em algumas situações, geralmente nas novas localidades, em que os usuários, para não permanecerem sem energia elétrica, constroem as redes públicas de energia, que passam pelas vias públicas, fazendo com que levem eletricidade até as suas casas.

Nesse caso, estando na via pública, a requerida historicamente, a partir das resoluções da ANEEL, tem feito as incorporações.

São, portanto, duas situações distintas e às quais não se pode dar o mesmo tratamento.

A principal problemática instaurada no caso sub judice e que demanda a investigação pericial diz respeito ao local em que exatamente foi construída a rede e em que medida, em quais atos, materializa-se a suposta incorporação.

Veja-se que a requerida em tese não pode ser condenada a ressarcir o particular dos custos que esse teve com a construção da rede elétrica no âmbito da sua propriedade particular, pois assim como o usuário urbano, o usuário que reside em zona rural tem a responsabilidade de arcar com a construção da instalação localizada nos limites do seu imóvel.

Excepciona-se tal regra, em tese, no caso de, mesmo estando no espaço privado da propriedade, a requerida passar a usar aquela instalação como se sua fosse, e transmitindo através dela a eletricidade para outros usuários.

Assim, diante destas considerações, sabendo-se que o MÉRITO da ação funda-se na certeza ou não da incorporação da rede elétrica ao patrimônio da requerida, verifica-se que esta prova é complexa porque de depende de perícia por profissional devidamente habilitado, de forma a verificar in loco se a rede construída, há anos, encontra-se realmente da forma alegada na inicial, se encontra-se dentro da propriedade do autor, se dela a requerida se utiliza para transferir suas redes à terceiros, caracterizando de fato a incorporação, dado que a mera apresentação de projeto, ainda que aprovado pela requerida, não possui o condão de firmar convencimento e/ou prova de que houve a incorporação.

Firmada a necessidade de prova complexa, é de se reconhecer a preliminar suscitada pela requerida, com fundamento no art. 3º da Lei n. 9099/95, o que tornaria o rito processual inadequado ao Juizado Especial, conforme dispõe o art. 51, II, da Lei n. 9099/95, in verbis:

Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei:

I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo;

II - quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação;

DISPOSITIVO

Ante o exposto, EXTINGO O FEITO sem resolução do MÉRITO, com fundamento no art. 51, II da Lei n. 9099/95, por reconhecer a incompetência dos Juizados Especiais para julgar o feito, dado que a prova de MÉRITO depende de perícia, portanto, considerada prova complexa, na forma descrita no art. 3º da Lei n. 9099/95.

Deixo de encaminhar o feito ao juízo competente, pois demanda recolhimento de custas.

Havendo recurso, indefiro desde já eventual pedido de justiça gratuita, dado que o autor, proprietário de imóvel rural, teve condições para arcar com a construção de rede elétrica, e portanto, poderá prover as custas do processo sem lhe prejudicar o sustento próprio.
Sem custas e honorários nesta instância, art. 54 e 55 da Lei n. 9099/95.
Indefiro eventual requerimento de publicação em nome de determinado advogado pois as intimações devem ser realizadas na pessoa do causídico que, a teor do disposto nos arts. 2º e 5º da Lei 11.419/2006, tem a atribuição de efetuar o próprio cadastro junto ao PJE.
Serve a presente de carta/MANDADO de intimação.
Nada mais sendo requerido, com o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos.
Intimem-se as partes. Cumpra-se
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 19 de fevereiro de 2018
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7002295-46.2017.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 20/10/2017 21:06:22
Requerente: VALDECIR FRANCISCO DE OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: ITAMAR DE AZEVEDO - RO0001898
Requerido: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA/CERON
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório Dispensado na Forma da Lei 9.099/95.
Antes de adentrar no MÉRITO da ação, é necessário proceder a análise no que diz respeito a incompetência dos Juizados Especiais para julgar causas que necessitem de prova complexa.
Nos últimos tempos tem-se visto uma grande concentração de ações envolvendo a requerida ao argumento de construção de rede elétrica particular a qual foi incorporada pela requerida ou deveria fazê-lo, entrementes diante das alegações recorrentes da requerida e ao aumento significativo de processos, melhor analisando a matéria tenho que torna-se fundamental a realização de perícia.
Consta dos autos que a parte autora teria supostamente construído rede elétrica à suas expensas, e justificando que lhe é devido o reembolso do valor despendido sob argumento de que a requerida teria incorporado a rede ao seu patrimônio, por realizar a simples manutenção da rede, utilizando-se como dono fosse.
O pedido nesse sentido, é em tese juridicamente possível, pois se assemelha à regra contida no art. 5º, XXIV, da Carta Magna de 1988, de forma a tornar possível a indenização para o particular, quando diante de atos expropriatórios pelo poder estatal, sendo pacífica a doutrina nesse sentido, devendo a indenização ser prévia, ultimada antes da consumação da transferência do bem.
Para Celso Antônio Bandeira de Mello (curso 2008, p. 382-383), a "prévia indenização é aquela que corresponde real e efetivamente ao valor do bem expropriado, ou seja, aquela cuja improcedência deixe o expropriado absolutamente indene, sem prejuízo algum em seu patrimônio".
Resta então aferir se houve a incorporação da rede elétrica, pela requerida, por ato unilateral, como forma a expropriar o autor, como requisito prévio à análise do quantum indenizatório.
Insta salientar que, como prova do alegado, a parte autora justifica-se pela juntada aos autos de projeto elaborado para construção de rede elétrica, e notas e/ou orçamentos dos gastos de alega ter amargado.
Todavia, sobre o ato de incorporação da rede elétrica, a resolução n. 229/2006 – ANEEL, estabelece as condições gerais para incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição, ao Ativo Imobilizado em serviço das concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, elencando outras providências. Vejamos:
Art. 4° As redes particulares, em qualquer tensão, localizadas integralmente em imóveis de seus proprietários não serão objeto de incorporação, ficando dispensadas, inclusive, da obtenção de ato autorizativo do Poder Concedente.
§ 1° Mediante expresso acordo entre as partes, as redes de que trata o caput poderão ser transferidas à concessionária ou permissionária de distribuição, não ensejando qualquer forma de indenização ao proprietário.
§ 2° Deverão ser incorporadas, nos termos do art. 9° desta Resolução, as redes de que trata este artigo e necessárias para a garantia do atendimento de novas ligações, além daquelas redes que a concessionária ou permissionária já tiver efetuado derivações para atendimento de outros consumidores.
Ademais, cumpre salientar que inexiste nos autos qualquer prova no sentido de que tenha ocorrido a referida incorporação de forma administrativa, ato este formal, perfeito e acabado, na forma descrita no art. 4º, § 1º, da Res. 229/06, acima descrito.
Com efeito, é extremamente precário de certeza o ato reconhecimento "implícito" da incorporação da rede elétrica pela concessionária, justificado, em tese, pelo simples fato que a requerida realiza a manutenção da rede elétrica.
Noutras palavras, saber se efetivamente ocorreu a alegada incorporação reclama a produção de prova pericial, o que é impossível de se realizar em sede de Juizado Especial Cível, destinado ao julgamento de causas simples.
Com efeito, a aparente singeleza do caso traz consigo uma complexidade ímpar.
É que, mudando o que deve ser mudado, a incorporação alegada pelo autor é algo que muito se assemelha à desapropriação.
Saber, portanto, se houve o apossamento da rede de energia elétrica construída pelo autor não pode ser uma DECISÃO baseada unicamente em prova documental.
Isso porque algumas particularidades devem ser vistas in loco, por perito de confiança do juízo, com conhecimento técnico do assunto, com respostas a quesitos que esclareçam, por exemplo: a) se a rede elétrica está construída em área exclusivamente particular; b) em que consiste exatamente a alegada incorporação, ou seja, em que sentido ela priva o autor de fazer o uso da rede por ele construída; c) se a requerida passou a utilizar a rede construída pelo autor para fornecer energia elétrica a outros consumidores; d) qual o valor da rede na época da sua construção; e) qual a depreciação da rede e qual o seu valor na data da incorporação, dentre outras questões.
É evidente que a requerida utiliza a rede de energia elétrica para o fornecimento de energia elétrica para o autor, tal qual ocorre com os usuários urbanos.
Cada morador constrói sua rede ligando sua residência até o padrão de energia elétrica e em seguida à rede geral.
O fato de a requerida fazer manutenções e inspeções de segurança não a torna proprietária da rede construída pelo particular.
Coisa diversa, por outro lado, é o que ocorre em algumas situações, geralmente nas novas localidades, em que os usuários, para não permanecerem sem energia elétrica, constroem as redes públicas de energia, que passam pelas vias públicas, fazendo com que levem eletricidade até as suas casas.
Nesse caso, estando na via pública, a requerida historicamente, a partir das resoluções da ANEEL, tem feito as incorporações.
São, portanto, duas situações distintas e às quais não se pode dar o mesmo tratamento.
A principal problemática instaurada no caso sub judice e que demanda a investigação pericial diz respeito ao local em que exatamente foi construída a rede e em que medida, em quais atos, materializa-se a suposta incorporação.

Veja-se que a requerida em tese não pode ser condenada a ressarcir o particular dos custos que esse teve com a construção da rede elétrica no âmbito da sua propriedade particular, pois assim como o usuário urbano, o usuário que reside em zona rural tem a responsabilidade de arcar com a construção da instalação localizada nos limites do seu imóvel.
Excepciona-se tal regra, em tese, no caso de, mesmo estando no espaço privado da propriedade, a requerida passar a usar aquela instalação como se sua fosse, e transmitindo através dela a eletricidade para outros usuários.
Assim, diante destas considerações, sabendo-se que o MÉRITO da ação funda-se na certeza ou não da incorporação da rede elétrica ao patrimônio da requerida, verifica-se que esta prova é complexa porque de depende de perícia por profissional devidamente habilitado, de forma a verificar in loco se a rede construída, há anos, encontra-se realmente da forma alegada na inicial, se encontra-se dentro da propriedade do autor, se dela a requerida se utiliza para transferir suas redes à terceiros, caracterizando de fato a incorporação, dado que a mera apresentação de projeto, ainda que aprovado pela requerida, não possui o condão de firmar convencimento e/ou prova de que houve a incorporação.
Firmada a necessidade de prova complexa, é de se reconhecer a preliminar suscitada pela requerida, com fundamento no art. 3º da Lei n. 9099/95, o que tornaria o rito processual inadequado ao Juizado Especial, conforme dispõe o art. 51, II, da Lei n. 9099/95, in verbis:
Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei:
I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo;
II - quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação;
DISPOSITIVO
Ante o exposto, EXTINGO O FEITO sem resolução do MÉRITO, com fundamento no art. 51, II da Lei n. 9099/95, por reconhecer a incompetência dos Juizados Especiais para julgar o feito, dado que a prova de MÉRITO depende de perícia, portanto, considerada prova complexa, na forma descrita no art. 3º da Lei n. 9099/95.
Deixo de encaminhar o feito ao juízo competente, pois demanda recolhimento de custas.
Havendo recurso, indefiro desde já eventual pedido de justiça gratuita, dado que o autor, proprietário de imóvel rural, teve condições para arcar com a construção de rede elétrica, e portanto, poderá prover as custas do processo sem lhe prejudicar o sustento próprio.
Sem custas e honorários nesta instância, art. 54 e 55 da Lei n. 9099/95.
Indefiro eventual requerimento de publicação em nome de determinado advogado pois as intimações devem ser realizadas na pessoa do causídico que, a teor do disposto nos arts. 2º e 5º da Lei 11.419/2006, tem a atribuição de efetuar o próprio cadastro junto ao PJE.
Serve a presente de carta/MANDADO de intimação.
Nada mais sendo requerido, com o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos.
Intimem-se as partes. Cumpra-se
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 19 de fevereiro de 2018
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34182599. Processo: 7001923-34.2016.8.22.0020
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Data da Distribuição: 27/07/2016 16:10:50
Requerente: ALEXANDRE BORGES BACCARINI
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCIA PASSAGLIA - RO0001695
Requerido: ESTADO DE RONDÔNIA e outros
Advogado do(a) REQUERIDO:
Advogado do(a) REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei 9.099/95.
A existência de mais de um processo, em curso, interpostos com o mesmo pedido, a mesma causa de pedir e entre as mesmas partes configuram a litispendência.
No caso concreto aplica-se o critério da citação válida, segundo o qual onde o ato de comunicação realizar-se válido em primeiro lugar indicará a prioridade da demanda que subsistirá.
Neste viés, não há, pois, como se entender de forma diversa, estando configurada a litispendência no presente feito, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 337 do Novo Código de Processo Civil:
§ 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.
§ 2º Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
§ 3º Há litispendência quando se repete ação que está em curso.
Insisto, o critério para definição sobre qual dos processos é o litispendente é o da citação válida, nos termos do art. 240 do NCPC:
Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
Considerando que neste processo a citação válida ocorreu em 12/07/2017 (NAIR ORTEGA REZENDE DOS SANTOS BONFIM registrou ciência em 12/07/2017 08:02:34), posteriormente a do processo 7000553-16.2017.8.22.0010, que se deu em 30/06/2017 (NAIR ORTEGA REZENDE DOS SANTOS BONFIM registrou ciência em 30/06/2017 11:57:45), resta configurada a litispendência no presente feito.
Do exposto voto por julgar extinto o feito, de ofício, pela configuração da Litispendência, com fulcro no artigo 485, V, do NCPC.
Nova Brasilândia D'Oeste, Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2018
DENISE PIPINO FIGUEIREDO
Juíz(a) de Direito

Proc.: 0000542-18.2013.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rogerio Vieira de Souza
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Requerido:Eletrobrás Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron
Advogado: Sabrina Cristine Delgado Pereira
Intimação requerida
Fica a parte requerida, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada efetuar a juntada da petição de fls 59/63 no processo de cumprimento de SENTENÇA n. 7000077-11.2018.8.22.0020 PJe.

Proc.: 0001736-19.2014.8.22.0020
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Credibrás-cooperativa de Credito de Nova Brasilândia do Oeste (ro)
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Executado:Leandro de Souza Carvalho Me, Leandro de Souza Carvalho
DESPACHO:
DESPACHO Considerando que já decorrido o período de suspensão (art. 921, §1º do CPC), sem manifestação do exequente, determino o arquivamento dos autos, nos termos do §2º do art.921, ocasião em que começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (§4º do art.921).Encontrados a qualquer tempo bens penhoráveis em nome do executado, os autos serão desarquivados.I. Cumpra-se. Nova Brasilândia-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito

Proc.: 0001502-80.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Compo do Brasil Ltda
Advogado:Claudia da Silva Prudencio ( )
Requerido:Daniel Fernandes de Souza
DESPACHO:
DESPACHO Ante a inércia da parte autora em promover o andamento do feito, arquive-se provisoriamente os autos até manifestação da parte interessada.Cumpra-se.Nova Brasilândia-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito

Proc.: 0000498-28.2015.8.22.0020
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:W. F. P. de S.
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Executado:C. W. P. de S.
Advogado:Paulo César da Silva (OAB/RO 4502)
DESPACHO:
DESPACHO Ante a inércia da parte exequente em promover o andamento do feito, arquive-se provisoriamente os autos até manifestação da parte interessada.Cumpra-se.Nova Brasilândia-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito

Proc.: 0000484-83.2011.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Juraci Barbosa da Cruz
Advogado:Agnaldo José dos Anjos (OAB/RO 6314)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
DECISÃO:
DECISÃO 1- Trata-se de cumprimento de SENTENÇA na forma do art. 535 do CPC. Intimadas as partes para manifestação quanto aos cálculos paresentados pela contadoria, ambas concordaram.2- Posto isso, HOMOLOGO os cálculos de fls. 128/131, por conseguinte, determino a expedição de Precatório ou RPVs, conforme o caso.3- Após o pagamento, expeça-se alvará judicial para levantamento dos valores em nome da parte e/ou advogado, se a procuração autorizar. Confirmado o levantamento e não havendo outras pendências, tornem os autos conclusos para extinção.4- Outrossim, oficie-se ao INSS, para no prazo de 15 (quinze) dias implantar o benefício.I.CNova Brasilândia-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito

Proc.: 0017451-53.2004.8.22.0020
Ação:Arrolamento de Bens
Inventariante:Rosimeire Benteo Luiz
Advogado:Andréia F. B. de Mello Marques (OAB/PR 30.373), Juraci Marques Junior (OAB/RO 2056), Luiz Eduardo Staut (OAB/RO 882), Leonardo Maia Moll (OAB/SC 15064-B)
Inventariado:Espolio de Raimundo Melo de Araujo
Advogado:Juraci Marques Junior (OAB/RO 2056), Andréia Fernanda Barbosa de Mello Marques (OAB/RO 3167), Jose D' Assunção dos Santos (RO 1226)
DECISÃO:
VistosO presente feito tramita desde o ano de 2004 sem que se vislumbre uma luz para o término da amrcha processual. Desse modo, considerando o estreito rito do inventário, determino as seguintes providências:As partes para em cinco dias juntarem aos autos as informações solicitadas às f. 459, a fim de que possa ser atendido o pleito da CEF;Juntada das certidões negativas fiscais em nome do falecido, últimas declarações e esboço de partilha dos bens já declarados como cetos nestes autos. Quanto aos demais, poderão ser objeto de sobrepartilhaComprovante de quitação dos tributosQuanto ao pedido de alienação antecipada do bem, é certo que não consta nos autos qualquer documento a provar a existência de doença grave. Não fosse isso, não se olvide que basta as partes que adotem medidas simples para a finalização da presente quando poder-se-á entregar as respectivas cotas sucessórias. Destaco, outrossim, que sequer consta qual bem seria alienado, proposta de compra e venda e depósito do valor em juízo.Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018. Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito

Proc.: 0001909-43.2014.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Silvany Dalla Picola Ferreira
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
DESPACHO:
DESPACHO Cite-se a Fazenda Pública para contestar no prazo de 30 (trinta) dias, e no mesmo prazo indicar quais provas pretende produzir. Após, intime-se a parte autora por meio de seu patrono para contestar, oportunidade em que deverá se manifestar a respeito da produção de provas, indicando a pertinência, bom como informar se houve prorrogação do benefício.Int.C.Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito

Proc.: 0000562-77.2011.8.22.0020
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Adeildo Gonçalves Medeiros
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Executado:Jefferson de Oliveira Cassim
DESPACHO:
DESPACHO Considerando que já decorreu o período de suspensão (art.921, §1°, CPC), determino o arquivamento dos autos nos termos do §2º do art.921, ocasião em que começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (§4º).Encontrados a qualquer tempo bens penhoráveis em nome do executado, os autos serão desarquivados.I. Cumpra-se.Nova Brasilândia-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito

Proc.: 0000025-47.2012.8.22.0020
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:K. B. dos S. C.
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Executado:C. P. C.
DESPACHO:
DESPACHO Ante a inércia da parte exequente em promover o andamento do feito, arquive-se os autos provisoriamente até manifestação da parte interessada.Cumpra-se.Nova Brasilândia-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito

Proc.: 0000616-05.2013.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Boasafra Comercio e Representações Ltda
Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa ( 2027)
Executado:Almir Cabreke
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DESPACHO:
DESPACHO 1- Determino a suspensão do feito pelo prazo de 01 (um) ano ( art. 921, §1º do CPC).2- Decorrido o período de suspensão arquivem-se os autos (§2º).3- Após o prazo de que trata o § 1º sem manifestação do exequente, começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (§4º).Encontrados a qualquer tempo bens penhoráveis em nome do executado, os autos serão desarquivados.I. Cumpra-se.Nova Brasilândia-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito
Jane de Oliveira Santana Vieira
Diretora de Cartório

# COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0001565-70.2015.8.22.0006
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministerio Publico Estadual
Denunciado:Wesly da Silva Lenz
Advogado:Roberto Harlei Nobre de Souza. (RO 1642), Gilvan de Castro Araujo (RO 4589), Marcos Vilela Carvalho (OAB/RO 084)
Vítima:Cleiton Jonata Moreira Rates
Ato ordinário: Ficam os causídicos devidamente intimados para apresentarem o rol de testemunhas a serem ouvidas em plenário, em conformidade com os ditames inseridos no artigo 422, do CPP. Presidente Médici/RO, aos 20 de fevereiro de 2018.

Proc.: 0001425-70.2014.8.22.0006
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministerio Publico Estadual
Denunciado:David Rafael Gomes de Lima
Advogado:Dheime Sandra de Matos (OAB 3658-RO), Marcos Medino Poleski (OAB 9176-RO).
FINALIDADE: Intimar a advogada supracitada para que, no prazo legal, apresente a resposta à acusação nos autos do processo cima e em favor do réu supracitado.
Presidente Médici/RO, 21/02/2018. Klerisson Rodrigues. Chefe de Cartório Substituto.

Proc.: 0000505-33.2013.8.22.0006
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministerio Publico Estadual
Réu:Wellington David dos Santos
Advogado:Luciano da Silveira Vieira (RO 1643.)
DECISÃO:
DECISÃO 1. Declaro remidos os dias de trabalho exercido pelo apenado (fl. 347), na proporção legal. Ciência ao Ministério Público, vez que intimado não se manifestou quanto à certidão laboral. 2. Caso não haja oposição da Defesa, homologo o cálculo de pena constante às fls. 349/352, a fim de que surta seus efeitos jurídicos e legais daí decorrentes. Encaminhe-se cópia do cálculo de pena ao reeducando, bem como ao diretor da cadeia pública local, para fins de arquivamento na pasta individual do reeducando.Ciência à Defesa quanto ao cálculo de pena. 3. O apenado foi condenado a uma pena total de 8 anos, 7 meses e de reclusão, pela prática dos delitos descritos no cálculo de pena acostado às fls. 349/352.Instado a manifestar-se quanto a concessão do livramento condicional do apenado, o Ministério Público Estadual opinou pelo deferimento do benefício (fls. 355/356). É o breve relato. Decido.A legislação informa em seu art. 83 do Código Penal, que o acusado, reincidente, que cumprir 1/2 da pena privativa de liberdade, tiver bons antecedentes e tiver comportamento satisfatório durante a execução da pena, terá direito ao benefício do livramento condicional. O apenado, conforme cálculos de fls. 349/352, cumpriu, no dia 22/02/2018, mais de 1/2 de sua pena privativa de liberdade, fazendo, portanto, jus ao benefício do livramento condicional.Não existem ocorrências de fatos desabonadores da conduta do apenado após o último incidente ocorrido nos autos, razão pela qual entendo que o mesmo preenche, também, o requisito subjetivo.Ante as ponderações supra, com base no art. 83 e seguintes do Código Penal, combinados com art. 131 e seguintes da Lei de Execuções Penais, concedo ao apenado WELLINGTON DAVID DOS SANTOS o benefício do LIVRAMENTO CONDICIONAL, estabelecendo que o período de prova se estenderá até o cumprimento integral da pena, caso não ocorra a revogação da benesse. Imponho ao apenado, pois, as seguintes condições, baseado no art. 132, §§ 1º e 2º, da Lei de Execuções Penais:a) comparecer bimestralmente em juízo, a fim de comprovar residência fixa e ocupação lícita;b) recolher-se à habitação até às 22h, exceto se exercer trabalho lícito no período noturno, fato que deverá ser previamente autorizado por este juízo;c) não frequentar bares, boates, casas de prostituição ou locais assemelhados, bem como não ingerir bebidas alcoólicas;d) não portar armas, inclusive facas;e) não se ausentar da comarca sem prévia autorização judicial, por período superior a 7 dias;f) não alterar residência ou local de trabalho sem autorização prévia do juízo.g) não praticar qualquer ilícito penal, seja doloso ou culposo. Cientifique-se o apenado de que o descumprimento de qualquer uma das condições impostas ensejará a revogação do benefício, bem como nos casos em que vier a ser condenado por SENTENÇA penal com trânsito em julgado por crime cometido durante a vigência do benefício, cuja pena cominada seja privativa de liberdade.Anoto que a exigência prevista no art. 83, IV, do Código Penal é inaplicável ao caso, em razão de que o bem jurídico tutelado nos crimes em que o acusado foi condenado não comportam reparação. As condições serão fiscalizadas pelas Polícias Militar e Civil, devendo ser expedido ofício com cópia desta DECISÃO. Expeça-se o que mais for necessário.Intime-se.Sirva-se a presente como termo de advertência.Dê-se ciência as partes. Cumpra-se. Presidente Médici-RO, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

## 1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0001283-03.2013.8.22.0006
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Samara Transporte e Turismo Ltda
Advogado: Eric Jose Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Executado: Jair Donizete Faleiros
Ato Ordinatório: Intimação do credor para extrair o alvará judicial expedido a fl. 211, promover o saque da quantia nele mencionada,, sob pena de transferência para a conta centralizadora do TJ/RO. Fica ainda o credor intimado para dar prosseguimento ao feito pleiteando entender pertinente, sob pena de arquivamento.

Proc.: 0000277-24.2014.8.22.0006
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S A
Advogado:Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6.673)
Executado:Astride Gomes da Rocha
DECISÃO: DECISÃO. Compulsando os autos, verifico que a petição de fls. 137-138 é APÓCRIFA, assim, intime-se a parte exequente para regularizá-la no prazo de 48h. Em atenção ao princípio da economia e celeridade processual, passo a análise do pedido retro. Diante das razões expostas às fls. 137-138, em busca de endereço da executada, antes a disposição do art. 256, §3º, do CPC, que prevê a possibilidade de consulta às concessionárias de serviços públicos, como medida antes de determinar a citação por edital da executada, determino que esta DECISÃO sirva de ofício à CAERD, ELETROBRÁS e SERASA, para, no prazo de 10 (dez) dias, informarem a existência de cadastros com endereços, em nome de Astride Gomes da Rocha ( CPF n. 483.839.292-34). Vindo aos autos as informações, expeça-se MANDADO de citação. Não havendo informações, desde já determino a citação por edital dos requeridos, com prazo de 20 (vinte) dias. Intime-se. Expeça-se o necessário. Presidente Médici-RO, segunda-feira, 27 de janeiro de 2018.Miria do Nascimento de Souza Juíza de Direito

## COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

### 1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Proc: 2000062-70.2017.8.22.0018
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegacia de Policia Civil de Santa Luzia D'Oeste-RO(Autor)
Creici Keli Rodrigues Lima(Infrator)
Advogado(s): Paulo César da Silva(OAB 4502 RO)
Delegacia de Policia Civil de Santa Luzia D'Oeste-RO(Autor)
Creici Keli Rodrigues Lima(Infrator)
Advogado(s): Paulo César da Silva(OAB 4502 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
FINALIDADE: Intimar o advogado Paulo César da Silva(OAB 4502 RO) da r. SENTENÇA axarada nos autos em epígrafe, conforme transcrito a seguir: "Vistos. A manifestação do Ministério Público aponta bem as razões que justificam o arquivamento do feito, haja vista compartilhar do entendimento que não há justa causa para a persecução penal da suposta infratora. Assim, DETERMINO O ARQUIVAMENTO, com fulcro no art. 395, III, do CPP, com as ressalvas dos art. 18 e 28 do CPP. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Santa Luzia D'Oeste-RO,14 de fevereiro de 2018. LARISSA PINHO DE ALENCAR LIMA Juíza de Direito.

### 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0001477-64.2013.8.22.0018
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: André Renato Lelis da Silva
Advogado: Dr. Alessandro de Almeida Paixão (OAB/SE 11016)
FINALIDADE: Intimar o advogado, acima informado, de que foi expedida carta precatória para a comarca de Itaporanga D'Ajuda/SE, para interrogatório do acusado André Renato Lelis da Silva.
Santa Luzia d'Oeste/RO, 20 de fevereiro de 2018.

### 1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0001419-90.2015.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Laura Aparecida Novaes Marcon, Ivna Marcon Ferreira Leite, Guilherme Mota Ferreira Leite, Hugo Mota Ferreira Leite
Advogado:Alex Pereira de Oliveira (OAB DF 33252), Francisco Ademar Marinho P. Junior (OAB DF[ 34808), Alex Pereira de Oliveira (OAB DF 33252), Francisco Ademar Marinho P. Junior (OAB DF[ 34808)
Requerido:Icatu Hartford Seguros S.A.
Advogado:Manuela Motta Moura da Fonte ( 20.397), Carolina Gioscia Leal (OAB/RO 2592), Ácsa Liliane Carvalho Brito Souza (OAB/RO 5882)
1-Ficam as partes intimadas, para no prazo de 05 dias, se manifestar do retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
2- Fica a parte autora intimada, para no prazo de 15 dias se manifestar acerca do depósito Judicial no valor de R$ 9.838,48 (nove mil e oitocentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos ) e requerer o que entender de direito.

Proc.: 0001244-33.2014.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vaci Carvalho da Silva
Advogado:Paulo Cesar da Silva (RO 4.502), Daniel de Pádua Cardoso de Freitas (OAB/RO 5.824), Jantel Rodrigues Namorato (OAB/RO 6430)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal (NBO 020)
Fica a parte autora intimada acerca da implatação do benefício sob o número 173.131.158.0
Antônio de Souza
Escrivão Cível

## COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

### JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

1ª Vara Cível (Juizado Infância e Juventude)

Proc.: 0001046-49.2012.8.22.0023
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator:Edilson Iaguela de Almeida
Advogado:Sebastião Quaresma Junior (OAB/RO 1372), Jose do Carmo (RO 6526)
DESPACHO
Vistos em correição.Verificado a presença física dos autos, bem como a correição dos dados inseridos no SAP quanto ao movimento, dados das partes e localização física.Também analisada a correição da numeração das páginas.Nada a deliberar.Intime-se o infrator para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento das parcelas subsequentes.São Francisco do Guaporé-RO, terça-feira, 20 de fevereiro de 2018.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito
Aldeney Figueiredo Freire
Diretor de Cartório

### 1ª VARA CÍVEL

1ª Vara Cível

Proc.: 0000500-86.2015.8.22.0023
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jessica Lemes dos Santos
Advogado:Joyce Borba Defendi (OAB/RO 4030)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social Inss
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) Advogado(a), sobre o retorno dos autos do TRF1°, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito.

Proc.: 0000210-08.2014.8.22.0023
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco Sa
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Cleimir Rocha, Gazabini e Rocha Comércio e Serviços Ltda Me
DESPACHO:
DESPACHO Vistos em correição.Verificado a presença física dos autos, bem como a correição dos dados inseridos no SAP quanto ao movimento, dados das partes e localização física.Após análise da numeração das páginas constatei que a numeração está

incorreta, motivo pelo qual determino a retificação da numeração dos autos a partir da página 44.Passo à análise do pedido.O artigo 17 da lei 3.896/2016 prevê a necessidade de pagamento das custas para realizar os seguintes procedimentos: bloqueio de bens e valores, quebra de sigilo fiscal, busca de endereços, quebra de sigilo telemático e assemelhados.Pois bem, considerando a falta de comprovação do pagamento da mencionada custa no presente feito, INDEFIRO por ora o pedido de pesquisa on line.Além disso, visando a celeridade dos atos processuais, a parte exequente deve apresentar os valores atualizados do crédito executado.Assim, fica o credor intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher o pagamento relativo ao pedido antes indeferido, apresentar o valor de seu crédito de forma atualizada ou requerer o que de direito, sob pena de extinção do feito sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, §1º, do CPC.P. R. I.SIRVA-SE O PRESENTE DE CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃOSão Francisco do Guaporé-RO, quinta-feira, 8 de fevereiro de 2018.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001000-55.2015.8.22.0023
Ação:Monitória
Requerente:Robson Caetano dos Santos
Advogado:Francisco de Assis Fernandes (OABRO 1048)
Requerido:Jorge Jose Soares, Ilis José Soares
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) advogado, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do DESPACHO de fls. 44.

## COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões e reclamações, façam-nos pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet no endereço eletrônico smg1criminal@tjro.jus.br
Juíza: Kelma Vilela de Oliveira
Diretor do Cartório: Jerlis dos Passos Silva

Proc.: 0001007-50.2015.8.22.0022
Classe: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Solto).
Autor: Ministério Público Estado Rondônia
Parte Ré: Jorge Luiz Silva Rangel, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 662.190.517-34, nascido aos 23/4/1960, natural de Ouro Preto do Oeste/RO, filho de Sueli Silva Rangel;
Josias da Silva Teixeira, brasileiro, nascido aos 16/8/1981, filho de Josias Teixeira e Maria José da Silva.
Gustavo Luiz Mendonça de Albuquerque, brasileiro, solteiro, operador de máquina pesada, portador do RG nº 1025387 SSP/RO, inscrito no CPF nº 018.531.182-22, nascido aos 9/6/1992, filho de Pedro Lucíolo Albuquerque Leite e Norazi Brás de Mendonça.
Adv.: Juvenilço Iriberto Decarli OAB/RO 248/A;
Adv.: Juvenilço Iriberto Decarli Júnior OAB/RO 1193.
FINALIDADE: INTIMAR os réus acima qualificados e os advogados supracitados da redesignação de audiência de instrução e julgamento, para o dia 8/5/2018, às 10h, neste Juízo, ficando prejudicada a audiência anteriormente redesignada para o dia 14/3/2018, às 10h.
Sede do Juízo: Fórum Juiz Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, bairro Cristo Rei, fone: (0xx69)3642-2660/2661, CEP.: 76.932-000, São Miguel do Guaporé-RO.
SMG/RO, 20 de fevereiro de 2018.

Proc.: 0000890-25.2016.8.22.0022
Classe: Ação Penal - Réu Solto
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Ruberlane Victor de Almeida, vulgo “Rubão”, brasileiro, lavrador, convivente, nascido aos 22/06/1990, natural de Cacoal/RO, filho de Zoradi de Almeida e Sebastiana Victor Machado, inscrito no CPF sob o nº 009.146.332-79 e inscrito no RG sob o nº 1144770 SESDEC/RO.
Capitulação: Art.129, §9º, do Código Penal, c/c Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).
Adv.: João Francisco Matara Junior, OAB/RO 6226.
FINALIDADE: INTIMAR o réu acima qualificado e o advogado acima citado da redesignação de audiência de instrução, para o dia 08/05/2018, às 9h, neste Juízo, ficando prejudicada a audiência anteriormente designada para o dia 14/3/2018, às 09h.
Sede do Juízo: Fórum Juiz Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, bairro Cristo Rei, fone: (0xx69)3642-2660/2661, CEP.: 76.932-000, São Miguel do Guaporé-RO.
SMG/RO, 20 de fevereiro de 2018

Proc.: 0000097-28.2012.8.22.0022
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( 22 SMG)
Denunciado:Wilson Machado Mendes
Advogado:Admir Teixeira (OAB/RO 2282)
DECISÃO:
Vistos.
O artigo 396-A do Código de Processo Penal dispõe que, por ocasião da defesa, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à defesa, além de oferecer documentos e justificações, especificar as provas e arrolar testemunhas.
No presente caso, a Defesa sustenta, em preliminar, a ocorrência de prescrição virtual (fls. 102/106).
Instado, o Ministério Público manifestou-se pelo não acolhimento do pedido (fls. 107/109).
Pois bem.
A pena máxima prevista para os delitos em questão é de 03 (três) e 04 (quatro) anos de reclusão, respectivamente, de modo que, a prescrição ocorre em 08 (oito) anos, nos termos do art. 109, IV, do CP.
Não obstante, não se constata o decurso do prazo de 08 (oito) anos, de modo que não há que se falar em ocorrência do fenômeno da prescrição.
Saliento que os argumentos da Defesa referente à falta de interesse de agir em razão da prescrição virtual não se sustentam, na medida em que tal modalidade de prescrição é uma construção doutrinária e jurisprudencial, não havendo previsão legal para tal hipótese.
Nesse ponto, inclusive, o STJ já aprovou a Súmula 438, que possui o seguinte enunciado  É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independente da existência ou sorte do processo penal.
Do mesmo modo, o STF rejeita a construção doutrinária da prescrição em perspectiva ou prescrição antecipada, ante a ausência de previsão legal da pretendida causa de extinção da punibilidade.
Assim, ante ausência de previsão legal e não tendo ocorrido a prescrição da pena propriamente dita, nos termos do art. 109 do CP, deixo de acolher os argumentos da defesa.
Ademais, não vislumbro, no caso em exame, a existência manifesta de causas excludentes da ilicitude do fato, da culpabilidade do agente ou de extinção de sua punibilidade. Além disso, o fato narrado na denúncia constitui crime. Logo, não há falar em absolvição sumária do acusado.
Designo audiência de instrução para oitiva das testemunhas para o dia o dia 29 de maio de 2018 às 10h00min.
Intime-se o acusado, seu defensor/advogado, o Ministério Público e, se for o caso, a Defensoria Pública, bem como as testemunhas arroladas pelas partes.

Expeça-se carta precatória para intimação do acusado, bem como para o seu interrogatório, solicitando que o interrogatório do réu seja realizado somente após a audiência de instrução supra.
Testemunhas residentes em outras comarcas deverão ser ouvidas por meio de cartas precatórias.
Na hipótese de alguma testemunha não ser localizada, abra-se vista à parte que arrolou para se manifestar, ficando desde já homologada eventual desistência.
Aguarde-se a realização da solenidade designada acima.Pratique-se o necessário.Serve o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO para o advogado do acusado, Dr. Admir Teixeira (OAB/RO 2282).S. Miguel do Guaporé-RO, segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018.
Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito
Jerlis dos Passos Silva
Diretor do Cartório Criminal

## 1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0000723-42.2015.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edson Carlos Alves Silva
Advogado:Vilma Barreto da Silva Munarin (OAB/RO 4138)
Requerido:Telefonica Brasil Sa
Advogado:Alan Arais Lopes (OAB/DF 1787)
Alvará - Autor: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, intimada para retirar e comprovar o levantamento do alvará nº 40/2018 expedido nos autos, bem como para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender por direito ou dizer se a obrigação se encontra satisfeita, sob pena de presunção de quitação.

Proc.: 0001303-72.2015.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Querubim da Silva Comérciode Cereais e Produtos Veterinários Me
Advogado:Maria Helena de Paiva (OAB/RO 3425)
Requerido:Cifrão Factoring Fomento Comercial Ltda Epp, Rebouças Comércio e Indústria de Sal Ltda, Elviro do Carmo Rebouças Neto, Tercia Maria do Carmo Rebouça, Banco do Brasil S/a
Advogado:José de Oliveira Barreto Júnior (4259 OAB/RN), Maria Alessandra Costa Dantas (OAB/RN 10699), Servio Tulio de Barcelos (OAB-RO 6673), Jose Arnaldo Janssen Nogueira (OAB-RO 6676)
Redesignação da data da audiência: Ficam as partes, por via de seus Advogados, intimados da redesignação da audiência para o dia 24/04/2018, às 10h00min, a qual ocorrerá na sala de audiências, na sede deste Juízo, conforme certidão de fl.453.

Proc.: 0000353-34.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Izabel Ribeiro da Silva
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis Almeida (OAB/RO 4738)
Requerido:Valmir Sodré, Francisca Coelho Sodré
Menor:E. C. R. S.
Desarquivamento - Intimação: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0001796-20.2013.8.22.0022
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Executado:Ribeiro e Diniz Ltda Me, Derli Diniz Ribeiro, Wagner Caetano Ribeiro, Wagner Caetano Ribeiro Junior
Advogado:Advogado Não Informado ( 22 SMG)
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 195, requerendo assim o que entender de direito.
Certidão: Certifico que DEIXEI de penhorar os veículos indicados no MANDADO porque não os localizei. Diligenciei na Rua Dom Pedro II, n. 1770 e no atual endereço do executado Wagner, na rua Ipê, n. 1816, porém, não localizei quaisquer dos veículos. No dia 06 de fevereiro, apresentei o MANDADO ao executado Wagner Caetano Ribeiro. Na oportunidade, indagado a respeito dos veículos indicados à penhora, afirmou que não poderia os apresentar porque todos foram vendidos há muito tempo.

Proc.: 0002541-97.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elisangela Martins da Silva Alagoano
Advogado:Ézilei Cipriano Veiga (OAB/RO 3213)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), INTIMADO da redesignação da audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de maio de 2018, às 09h30min. conforme certidão de fls. 132, a ser realizada na Sala de Audiências da Vara Cível, Fórum Juiz Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, Cristo Rei, nesta Comarca.

Proc.: 0001981-92.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Felismindo Furtado da Silva
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis Almeida (OAB/RO 4738)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss ( 000.)
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), INTIMADO da redesignação da audiência de instrução e julgamento para o dia 12 de abril de 2018, às 11h00min.conforme certidão de fls. 227, a ser realizada na Sala de Audiências da Vara Cível, Fórum Juiz Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, Cristo Rei, nesta Comarca.

Proc.: 0002841-25.2014.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sandro Vieira Machado
Advogado:Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523), Jairo Reges de Almeida (OAB-RO 7882)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), INTIMADO da redesignação da audiência de instrução e julgamento para o dia 12 de abril de 2018, às 11h30min.conforme certidão de fls. 119, a ser realizada na Sala de Audiências da Vara Cível, Fórum Juiz Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, Cristo Rei, nesta Comarca.

Proc.: 0001339-17.2015.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lindomar de Oliveira Reis
Advogado:Dilma de Melo Godinho (OAB/RO 6059)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
FINALIDADE
Fica a parte autora, por via de sua advogada, intimada, quanto a redesignação da audiência dos autos, a qual se realizará na data de 12 de abril de 2018, às 10h30min. Ficando a parte ciente de que a remarcação da solenidade se deve ao fato de que a Magistrada da Comarca estará em período de férias, sendo necessária readequação da pauta de audiências.
Dilcinea Silvério Silva
Diretora de Cartório

# SERVENTIAS DE REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA

## PROCLAMAS

### COMARCA DE PORTO VELHO

### 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 047373 - Livro nº D-123 - Folha nº 282
Faço saber que pretendem se casar: CARLOS JOSÉ DOS SANTOS, solteiro, brasileiro, auxiliar de serviços gerais, nascido em Pimenta Bueno-RO, em 29 de Junho de 1972, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Francisco José dos Santos - naturalidade: Juazeiro do Norte - Ceará e Carlinda Pereira da Silva - naturalidade: Porto Velho - Rondônia -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e MARIA ADELAIDE SOUSA DE VILHENA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Belém-PA, em 14 de Julho de 1970, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Antonio Cardoso de Vilhena - já falecido - naturalidade: Belém - Pará e Maria de Lourdes Silva de Sousa - já falecida - naturalidade: Belém - Pará -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 19 de Fevereiro de 2018
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 047374 - Livro nº D-123 - Folha nº 283
Faço saber que pretendem se casar: TEODORO BARBOSA DE SOUSA NETO, solteiro, brasileiro, eletricista, nascido em Piripiri-PI, em 23 de Novembro de 1963, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Raimundo Barbosa de Sousa - já falecido - naturalidade: Piripiri - Piauí e Espedita Maria da Conceição Sousa - aposentada - naturalidade: Piripiri - Piauí -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ROSÂNGELA ALENCAR SILVA, solteira, brasileira, técnica em enfermagem, nascida em Bacabal-MA, em 9 de Dezembro de 1975, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Pedro Gomes da Silva - aposentado - naturalidade: - Ceará e Antonia Alves de Alencar Silva - aposentada - nascida em 06/09/1945 - naturalidade: Água Branca - Piauí -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 19 de Fevereiro de 2018
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 047375 - Livro nº D-123 - Folha nº 284
Faço saber que pretendem se casar: EDMILSON CALDAS GAIA, solteiro, brasileiro, encarregado de produção, nascido em Tucuruí-PA, em 11 de Dezembro de 1981, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Wilson Larêdo Gaia - já falecido - naturalidade: Cametá - Pará e Raimunda Caldas - aposentada - naturalidade: - Pará -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ANA PAULA DA SILVA DE OLIVEIRA, solteira, brasileira, autônoma, nascida em Porto Velho-RO, em 2 de Maio de 1983, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Inácio Cavalcante de Oliveira - já falecido - naturalidade: Porto Velho - Rondônia e Lígia Pereira da Silva - autônoma - nascida em 03/01/1967 - naturalidade: Boa Vista - Rorâima -; pretendendo passar a assinar: ANA PAULA DA SILVA DE OLIVEIRA GAIA; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 19 de Fevereiro de 2018
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 047376 - Livro nº D-123 - Folha nº 285
Faço saber que pretendem se casar: ÂNDERSON MEDEIROS DA SILVA, divorciado, brasileiro, militar, nascido em Porto Velho-RO, em 16 de Novembro de 1981, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Marinaldo Nascimento da Silva - falecido em 21/12/2011 - naturalidade: Manaus - Amazonas e Zilda Maria Medeiros da Silva - funcionária pública - nascida em 17/09/1953 - naturalidade: Manaus - Amazonas -; pretendendo passar a assinar: ÂNDERSON MEDEIROS DA SILVA CARNEIRO; e ELIANE CARNEIRO DE ALCÂNTARA, solteira, brasileira, advogada, nascida em Igarapé Grande-MA, em 21 de Março de 1974, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Antonio Marinho Alcântara - aposentado - naturalidade: Igarapé Grande - Maranhão e Maria das Graças Carneiro de Alcântara - do lar - naturalidade: Igarapé Grande - Maranhão -; pretendendo passar a assinar: ELIANE CARNEIRO DE ALCÂNTARA MEDEIROS; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 19 de Fevereiro de 2018
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 047377 - Livro nº D-123 - Folha nº 286

Faço saber que pretendem se casar: MÁDSON DOS SANTOS, solteiro, brasileiro, pedreiro, nascido em Porto Velho-RO, em 17 de Outubro de 1988, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Manoel Alves dos Santos - falecido em 21/02/2007 - naturalidade: Imperatriz - Maranhão e Maria Rita dos Santos - do lar - nascida em 14/01/1955 - naturalidade: Imperatriz - Maranhão -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e MAIRIM RAYELLY JANUÁRIO DA SILVA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Porto Velho-RO, em 26 de Abril de 1996, residente e domiciliada em -RO, filha de Ernesto José da Silva Filho - frentista - nascido em 07/07/1976 - naturalidade: Porto Velho - Rondônia e Mirian Domingos Januário - servidora pública municipal - nascida em 13/10/1977 - naturalidade: Sena Madureira - Acre -; pretendendo passar a assinar: MAIRIM RAYELLY JANUÁRIO DA SILVA SANTOS; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 19 de Fevereiro de 2018
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 047378 - Livro nº D-123 - Folha nº 287
Faço saber que pretendem se casar: FABIANO FURTADO DE MELO, solteiro, brasileiro, servidor público, nascido em Curitiba-PR, em 8 de Fevereiro de 1975, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Mauro Jose Furtado de Melo - já falecido - naturalidade: - Santa Catarina e Marisa Regina Gomes Furtado de Melo - já falecida - naturalidade: Porto Alegre - Rio Grande do Sul -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e CARLA BEATRIZ CARDOSO PEÇANHA, solteira, brasileira, estudante, nascida em Rio de Janeiro-RJ, em 15 de Abril de 1993, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Itacyr Peçanha - aposentado - naturalidade: Rio de Janeiro - Rio de Janeiro e Laercia Cardoso Peçanha - já falecida - naturalidade: Rio de Janeiro - Rio de Janeiro -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 19 de Fevereiro de 2018
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 047379 - Livro nº D-123 - Folha nº 288
Faço saber que pretendem se casar: SÉRGIO FERREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR, divorciado, brasileiro, técnico em mecânica, nascido em Porto Velho-RO, em 4 de Maio de 1987, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Sérgio Ferreira de Oliveira - vendedor - naturalidade: Porto Velho - Rondônia e Eivete Carneiro Oliveira - técnica de segurança - naturalidade: Porto Velho - Rondônia -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e CÁSSIA CRISTINE SILVA ANDRADE, solteira, brasileira, secretária, nascida em Porto Velho-RO, em 1 de Abril de 1991, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Odílio Gomes de Andrade - vendedor - naturalidade: - Piauí e Elisângela da Silva Andrade - vendedor - naturalidade: - Maranhão -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 20 de Fevereiro de 2018
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 047380 - Livro nº D-123 - Folha nº 289
Faço saber que pretendem se casar: LUIZ GUSTAVO SANTANA DA SILVA, solteiro, brasileiro, controlador de praga, nascido em Tucumã-PA, em 19 de Junho de 1996, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, - naturalidade: filho de Joana Daques Santana da Silva - nascida em 08/03/1977 - naturalidade: - Maranhão -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e FRANCISMEIRE POÑE RUFINO, solteira, brasileira, auxiliar de serviços gerais, nascida em Guajará-Mirim-RO, em 21 de Julho de 1995, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de José Amancio Rufino Neto - naturalidade: Guajará-Mirim - Rondônia e Elba Guaregia Poñe - nascida em 08/11/1974 - naturalidade: Guajará-Mirim - Rondônia -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 20 de Fevereiro de 2018
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 047381 - Livro nº D-123 - Folha nº 290
Faço saber que pretendem se casar: JACKSON ROCHA DOS SANTOS, solteiro, brasileiro, açougueiro, nascido em Vale do Paraíso-RO, em 29 de Dezembro de 1997, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Zenildo Souza dos Santos - naturalidade: - Minas Gerais e Angela Fernandes da Rocha - naturalidade: - Rondônia -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e MARA LAYANE ASSUNÇÃO DA GAMA, solteira, brasileira, operadora de caixa, nascida em Monte Alegre-PA, em 13 de Junho de 1998, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Makson Leonel da Gama - naturalidade: Monte Alegre - Pará e Lineia de Assunção Batista - naturalidade: Monte Alegre - Pará -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 20 de Fevereiro de 2018
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 047382 - Livro nº D-123 - Folha nº 291
Faço saber que pretendem se casar: GRÉGORI NANDO UCHÔA PEREIRA, solteiro, brasileiro, policial militar, nascido em Porto Velho-RO, em 15 de Dezembro de 1986, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Orlando Pereira da Silva Junior - funcionário público - naturalidade: Porto Velho - Rondônia e Karla Cristhiany Uchôa de Arruda Pereira - funcionária pública - naturalidade: Porto Velho - Rondônia -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ANNE CAROLINE MARCELO WINTER, solteira, brasileira, estudante, nascida em Porto Velho-RO, em 11 de Abril de 1994, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Lucas Winter - policial civil - naturalidade: Porto Velho - Rondônia e Eline Marcelo da Silva Santos - funcionária pública - naturalidade: Porto Velho - Rondônia -; pretendendo passar a assinar: ANNE CAROLINE MARCELO WINTER PEREIRA; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 20 de Fevereiro de 2018
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

## 3º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

LIVRO ·D-041 FOLHA ·146 TERMO ·011288
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·11.288
·095703 01 55 2018 6 00041 146 0011288 11
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·RENATO DA SILVA, de nacionalidade ·brasileiro, de profissão ·soldador, de estado civil ·solteiro, natural ·de Martinópolis-SP, onde nasceu no dia ·14 de agosto de 1976, residente e domiciliado ·na Rua Jequitibá, 417, Monte Sinai, em Porto Velho-RO, ·filho de ·JORGINA CÂNDIDA DA SILVA; e ·KARIELIA ARAÚJO CAMPOS de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·do lar, de estado civil ·solteira, natural ·de Brasiléia-AC, onde nasceu no dia ·16 de julho de 1982, residente e domiciliada ·na Rua Curitiba, 2952, Caladinho, em Porto Velho-RO, CEP: 76.808-244, ·filha de ·RISOMAR ARAÚJO CAMPOS.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da ·Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente ·continuou a adotar o nome de ·RENATO DA SILVA e a contraente ·continuou a adotar o nome de ·KARIELIA ARAÚJO CAMPOS
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Porto Velho-·RO, ·19 de fevereiro de 2018.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO ·D-041 FOLHA ·133 TERMO ·011275
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·11.275
·095703 01 55 2018 6 00041 133 0011275 35
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·MARCELO BASTOS FERNANDES, de nacionalidade ·brasileiro, de profissão ·autônomo, de estado civil ·divorciado, natural ·de Rio de Janeiro-RJ, onde nasceu no dia ·28 de abril de 1977, residente e domiciliado ·na Rua Leopoldo Brulhões, 700, Benfica, no Rio de Janeiro-RO, ·filho de ·JORGE LUIZ PEREIRA FERNANDES e de RACHEL BASTOS FERNANDES; e ·YNARA CRISTINA CASTRO ALVES de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·autônoma, de estado civil ·solteira, natural ·de São Pedro da Aldeia-RJ, onde nasceu no dia ·24 de novembro de 1998, residente e domiciliada ·na Rua Brasilia, 1670, Tucumanzal, em Porto Velho-RO, ·filha de ·PAULO HENRIQUE RIBEIRO ALVES e de SILVANA CASTRO.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da ·Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente ·continuou a adotar o nome de ·MARCELO BASTOS FERNANDES e a contraente ·passou a adotar o nome de ·YNARA CRISTINA CASTRO ALVES FERNANDES
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
·Envio cópia ao Oficial do Registro Civil competente, para ser afixado no Ofício do domicílio e residência do contraente, para os efeitos do artigo 1.527 do Código Civil Brasileiro.
Porto Velho-·RO, ·23 de janeiro de 2018.
José Gentil da Silva
Tabelião

## JACI-PARANÁ

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JACI PARANÁ – Dirlei Horn – Oficial do Registro Civil - Rua Mauricio Rodrigues, nº 1985, Bairro Nova Esperança - Cx. Postal – 584 – E-mail: civilenotas_jaci@tjro.jus.br – Fone: 69-3236-6096- Distrito de Jaci Paraná-Porto Velho-.RO
LIVRO ·D-007 FOLHA ·142 TERMO ·001765 Matricula nº ·096198 01 55 2018 6 00007 142 0001765 14 EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·1.765 Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·JOÃO DOMINGOS MONTEIRO, de nacionalidade ·brasileiro, de profissão ·agricultor, de estado civil ·divorciado, natural ·de Itabirinha-MG, onde nasceu no dia ·01 de abril de 1964, residente e domiciliado ·na Linha 4, km 01, Zona Rural, União Bandeirantes, em Porto Velho-RO, ·, filho de ·DEIJARME JOSÉ DA SILVA e de JOVENTINA CASSIANA DA SILVA; e ·SIMÔNIA CRISTINA GOMES de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·agricultora, de estado civil ·divorciada, natural ·de Ouro Verde-PR, onde nasceu no dia ·10 de maio de 1974, residente e domiciliada ·na Linha 04, Km 02, União Bandeirante, em Porto Velho-RO, ·, filha de ·JOSÉ CIRILO GOMES e de EVA MARINS GOMES, sendo que o regime adotado será o de ·Comunhão Parcial de Bens·.O contraente ·continuou a adotar o nome de ·JOÃO DOMINGOS MONTEIRO. A contraente ·continuou a adotar o nome de ·SIMÔNIA CRISTINA GOMES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e tambem será publicado no Diário de Justiça Eletrônico, podendo ser acessado através do sítio eletrônico: www.tjro.jus.br.
·Porto Velho-·RO, ·16 de fevereiro de 2018

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JACI PARANÁ – Dirlei Horn – Oficial do Registro Civil - Rua Mauricio Rodrigues, nº 1985, Bairro Nova Esperança - Cx. Postal – 584 – E-mail: civilenotas_jaci@tjro.jus.br – Fone: 69-3236-6096- Distrito de Jaci Paraná-Porto Velho-RO

LIVRO ·D-007 FOLHA ·143 TERMO ·001766 Matricula nº ·096198 01 55 2018 6 00007 143 0001766 12 EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·1.766 Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·ALEXNALDO GALINDO BARRETO, de nacionalidade ·brasileiro, de profissão ·Pintor industrial, de estado civil ·solteiro, natural ·de Maceió-AL, onde nasceu no dia ·12 de março de 1973, residente e domiciliado ·na Rua Getúlio Vargas, Quadra A 2, Casa, 17, Nova Mutum Paraná, em Porto Velho-RO, CEP: 76.842-000, ·, filho de ·REGINALDO FELIX BARRETO e de MARIA GALINDO BARRETO; e ·EDINEUSA DA SILVA de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·comerciante, de estado civil ·solteira, natural ·de São Miguel dos Campos-AL, onde nasceu no dia ·21 de junho de 1978, residente e domiciliada ·na Rua Getúlia Vargas, Quadra A 2, Casa 17, Nova Mutum Paraná, em Porto Velho-RO, ·, filha de ·MARIA NEUSA DA SILVA, sendo que o regime adotado será o de ·Comunhão Parcial de Bens·O contraente ·continuou a adotar o nome de ·ALEXNALDO GALINDO BARRETO. A contraente ·passou a adotar o nome de ·EDINEUSA DA SILVA BARRETO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e tambem será publicado no Diário de Justiça Eletrônico, podendo ser acessado através do sítio eletrônico: www.tjro.jus.br. ·Porto Velho-·RO, ·16 de fevereiro de 2018

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JACI PARANÁ – Dirlei Horn – Oficial do Registro Civil - Rua Mauricio Rodrigues, nº 1985, Bairro Nova Esperança - Cx. Postal – 584 – E-mail: civilenotas_jaci@tjro.jus.br – Fone: 69-3236-6096- Distrito de Jaci Paraná-Porto Velho-.RO

LIVRO ·D-007 FOLHA ·144 TERMO ·001767 Matricula nº ·096198 01 55 2018 6 00007 144 0001767 10 EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·1.767 Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·ANTONIO ALVES PEREIRA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·lavrador., de estado civil ·solteiro, natural ·de Assare-CE, onde nasceu no dia ·20 de dezembro de 1957, residente e domiciliado ·na Linha F, km 06, zona rural, União Bandeirantes, em Porto Velho-RO, ·, filho de ·FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA e de MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA; e ·ADELIA DE MELO de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·lavradora, de estado civil ·solteira, natural ·de Xapuri-AC, onde nasceu no dia ·07 de janeiro de 1958, residente e domiciliada ·na Linha F, Km 06, zona rural, União Bandeirantes, em Porto Velho-RO, ·, filha de ·ELIAS MELO NETO e de AUTINA MARIA DE MELO, sendo que o regime adotado será o de ·Comunhão Parcial de Bens·.O contraente ·continuou a adotar o nome de ·ANTONIO ALVES PEREIRA. A contraente ·passou a adotar o nome de ·ADELIA DE MELO PEREIRA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e tambem será publicado no Diário de Justiça Eletrônico, podendo ser acessado através do sítio eletrônico: www.tjro.jus.br. ·Porto Velho-·RO, ·19 de fevereiro de 2018

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JACI PARANÁ – Dirlei Horn – Oficial do Registro Civil - Rua Mauricio Rodrigues, nº 1985, Bairro Nova Esperança - Cx. Postal – 584 – E-mail: civilenotas_jaci@tjro.jus.br – Fone: 69-3236-6096- Distrito de Jaci Paraná-Porto Velho-.RO

LIVRO ·D-007 FOLHA ·145 TERMO ·001768 Matricula nº ·096198 01 55 2018 6 00007 145 0001768 19 EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·1.768 Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·OZIEL BORGES DE CASTRO, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Operador de maquinas, de estado civil ·solteiro, natural ·de Sete Quedas-MS, onde nasceu no dia ·17 de março de 1984, residente e domiciliado ·na Rua Brasilia, nº 424, Bairro Ouro Verde, Distrito de Jaci Paraná, em Porto Velho-RO, ·, filho de ·JOAQUIM BORGES DE CASTRO e de MARINA DE LOURDES BORGES DE CASTRO; e ·LUCINEIA QUIRINO DA SILVA de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·do lar, de estado civil ·solteira, natural ·de Cerejeiras-RO, onde nasceu no dia ·21 de fevereiro de 1988, residente e domiciliada ·na Rua Brasilia, nº 424, Bairro Ouro Verde, Distrito de Jaci Paraná, em Porto Velho-RO, ·, filha de ·LINO QUIRINO e de DERLI QUIRINO DA SILVA, sendo que o regime adotado será o de ·Comunhão Parcial de Bens·. O contraente ·passou a adotar o nome de ·OZIEL BORGGES DE CASTRO. A contraente ·passou a adotar o nome de ·LUCINEIA QUIRINO DA SILVA DE CASTRO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e tambem será publicado no Diário de Justiça Eletrônico, podendo ser acessado através do sítio eletrônico: www.tjro.jus.br. ·Porto Velho-·RO, ·19 de fevereiro de 2018

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JACI PARANÁ – Dirlei Horn – Oficial do Registro Civil - Rua Mauricio Rodrigues, nº 1985, Bairro Nova Esperança - Cx. Postal – 584 – E-mail: civilenotas_jaci@tjro.jus.br – Fone: 69-3236-6096- Distrito de Jaci Paraná-Porto Velho-.RO LIVRO ·D-007 FOLHA ·146 TERMO ·001769 Matricula nº ·096198 01 55 2018 6 00007 146 0001769 17 EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·1.769 Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·VALMIR DOS SANTOS, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·aposentado, de estado civil ·divorciado, natural ·de Serra-ES, onde nasceu no dia ·24 de junho de 1951, residente e domiciliado ·na Linha F, Travessão I, Lote 03, Distrito de Jaci Paraná, em Porto Velho-RO, ·, filho de ·JOSE DOS SANTOS e de HERONDINA BILUCA DOS SANTOS; e ·ADIANA FERREIRA BARBOSA de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·produtor rural, de estado civil ·solteira, natural ·de Coronel Fabriciano-MG, onde nasceu no dia ·07 de junho de 1976, residente e domiciliada ·na Linha F, Travessão I, Lote 03, Distrito de Jaci Paraná, em Porto Velho-RO, ·, filha de ·AGRIPINO BARBOSA e de NADIR GREGORIO FERREIRA BARBOSA, sendo que o regime adotado será o de ·Comunhão Parcial de Bens·O contraente ·continuou a adotar o nome de ·VALMIR DOS SANTOS. A contraente ·passou a adotar o nome de ·ADIANA FERREIRA BARBOSA DOS SANTOS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e tambem será publicado no Diário de Justiça Eletrônico, podendo ser acessado através do sítio eletrônico: www.tjro.jus.br. ·Porto Velho-·RO, ·20 de fevereiro de 2018

## COMARCA DE JI-PARANÁ

## 1° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

LIVRO ·D-052 FOLHA ·008
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·30.012
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·JOSÉ INÁCIO DA SILVA, de nacionalidade ·brasileiro, ·motorista, ·divorciado, natural ·de Vargem Alegre-CE, onde nasceu no dia ·08 de setembro de 1954, residente e domiciliado ·na Rua Cristovão Galindo, 298, Jardim São Cristóvão, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·JOSÉ INÁCIO DA SILVA, ·, filho de ·MARIA LILÁ DA SILVA; e ·ALMERINDA DE BRITO PEIXOTO de nacionalidade ·brasileira, ·do lar, ·viúva, natural ·de Estado do Espírito Santo, onde nasceu no dia ·18 de fevereiro de 1960, residente e domiciliada ·na Rua Cristóvão Galindo, 298, Jardim São Cristóvão, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar no nome de ·ALMERINDA DE BRITO PEIXOTO, ·, filha de ·GENI ROSA DE BRITO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa. ·
·Ji-Paraná-·RO, ·20 de fevereiro de 2018.
·Luzia Regly Muniz Corilaço
·Oficial

LIVRO ·D-052 FOLHA ·008 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·30.013
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·MARCUS VINICIUS RIBEIRO BRULINGER, de nacionalidade ·brasileira, ·motorista, ·solteiro, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·10 de abril de 1989, residente e domiciliado ·na Rua Tio Elias, 266, Leodoro de Azevedo, em Canela-RS, ·continuou a adotar o nome de ·MARCUS VINICIUS RIBEIRO BRULINGER, ·, filho de ·EVERALDO BRULINGER e de FABIANA LEMOS RIBEIRO; e ·LUCIANE FERREIRA BARBOSA de nacionalidade ·brasileira, ·bióloga, ·solteira, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·26 de julho de 1986, residente e domiciliada ·na Rua Presidente João Batista Figueiredo, 350, Santiago, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·LUCIANE FERREIRA BARBOSA BRULINGER, ·, filha de ·ORIVALDO APARECIDO BARBOSA e de MADALENA FERREIRA BARBOSA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa. ·Envio cópia ao Oficial do Cartório de Registro Civil de Canela-RS, para ser afixado no Ofício do domicílio e residência do contraente, para os efeitos do artigo 1.527 do Código Civil Brasileiro.
·Ji-Paraná-·RO, ·20 de fevereiro de 2018.
·Luzia Regly Muniz Corilaço
·Oficial

## 2° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO ·D-007 FOLHA ·168
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·3.935
MATRÍCULA
·095810 01 55 2018 6 00007 168 0003935 13
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·AILTON DOS SANTOS, de nacionalidade ·brasileira, ·motorista, ·divorciado, portador da cédula de RG nº ·28.207.056-4/SSP/RO - Exp. 25/10/2010, inscrito no CPF/MF nº ·171.230.268-02, natural ·de Palmeira d Oeste-SP, onde nasceu no dia ·06 de março de 1978, residente e domiciliado ·na Rua Curitiba, 2004, Nova Brasília, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·AILTON DOS SANTOS, ·, filho de ·WALDOMIRO DOS SANTOS e de IRENE CHIMARELI DOS SANTOS; e ·VALÉRIA PISSOLATTO de nacionalidade ·brasileira, ·professora, ·divorciada, portadora da cédula de RG nº ·513697/SSP/RO, inscrita no CPF/MF nº ·581.995.602-82, natural ·de Cianorte-PR, onde nasceu no dia ·16 de fevereiro de 1977, residente e domiciliada ·na Rua Angelim(T-18), 2144, Nova Brasília, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·VALÉRIA PISSOLATTO DOS SANTOS, ·, filha de ·JOSÉ APARECIDO PISSOLATTO e de HELENA APARECIDA SANCHES PISSOLATTO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-·RO, ·20 de fevereiro de 2018.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO ·D-007 FOLHA ·167 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·3.934
MATRÍCULA
·095810 01 55 2018 6 00007 167 0003934 15
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Separação de Bens Obrigatória, nos termos do artigo 1.641, inciso I do Código Civil Brasileiro e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·JADIR BORGES DE CARVALHO, de nacionalidade ·brasileiro, ·pedreiro, ·viúvo, portador da cédula de RG nº ·82586/SESDEC/RO - Exp. 24/09/2014, inscrito no CPF/MF nº ·139.001.452-53, natural ·de Presidente Médici-RO, onde nasceu no dia ·10 de março de 1952, residente e domiciliado ·na Rua Castelo Branco, 1913, Jotão, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·JADIR BORGES DE CARVALHO, ·, filho de ·JOAQUIM BORGES DE CARVALHO e de ROSALINA LOPES LIMA; e ·ANA NERÍ PEREIRA DE MENESES de nacionalidade ·brasileira, ·doméstica, ·divorciada, portadora da cédula de RG nº ·1023037/SESDEC/RO - Exp. 07/04/2016, inscrita no CPF/MF nº ·000.008.052-70, natural ·de Poção-PE, onde nasceu no dia ·09 de setembro de 1973, residente e domiciliada ·na Rua Joaquim Cassiano, 166, Jardim Capelasso, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar no nome de ·ANA NERÍ PEREIRA DE MENESES, ·, filha de ·ANTONIO ALEXANDRE ALVES e de JOSEFA PEREIRA MENDES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-·RO, ·20 de fevereiro de 2018.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO ·D-007 FOLHA ·167
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·3.933

MATRÍCULA
·095810 01 55 2018 6 00007 167 0003933 18
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·RHUAN ALVES DE AZEVEDO, de nacionalidade ·brasileiro, ·advogado, ·solteiro, portador da cédula de RG nº ·701307/SSP/RO, inscrito no CPF/MF nº ·000.911.962-05, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·17 de setembro de 1991, residente e domiciliado ·na Av. Guanabara, 1530, Val Paraíso, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·RHUAN ALVES DE AZEVEDO, ·, filho de ·VALMIR ANTONIO DE AZEVEDO e de EDNA ALVES DOS ANJOS AZEVEDO; e ·GLEICY GOMES LOPES de nacionalidade ·brasileira, ·biomédica, ·solteira, portadora da cédula de RG nº ·1155018/SESDEC/RO - Exp. 01/07/2009, inscrita no CPF/MF nº ·015.771.122-61, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·22 de abril de 1992, residente e domiciliada ·na Av. Guanabara, 1530, Val Paraíso, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar no nome de ·GLEICY GOMES LOPES, ·, filha de ·ARMANDO BARROS LOPES e de ELISAMAR FERREIRA GOMES LOPES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-·RO, ·20 de fevereiro de 2018.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO ·D-007 FOLHA ·166 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·3.932
MATRÍCULA
·095810 01 55 2018 6 00007 166 0003932 11
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·ODAIR JOSÉ DE SOUZA, de nacionalidade ·brasileira, ·motorista, ·solteiro, portador da cédula de RG nº ·13306529/SSP/RO - Exp. 09/05/2016, inscrito no CPF/MF nº ·715.889.812-15, natural ·de São José, em Santa Helena-PR, onde nasceu no dia ·05 de janeiro de 1982, residente e domiciliado ·na Rua Joaquim Francisco de Oliveira, 403, Jorge Teixeira, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·ODAIR JOSÉ DE SOUZA, ·, filho de ·ANTÔNIO ANGELO DE SOUZA e de IZAURA VEIGA DE SOUZA; e ·KATIANE GONÇALVES DELFINO de nacionalidade ·brasileira, ·estudante, ·solteira, portadora da cédula de RG nº ·1425370/SSP/RO - Exp. 25/06/2014, inscrita no CPF/MF nº ·032.201.742-48, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·12 de maio de 1996, residente e domiciliada ·na Rua Cristovão Colombo, 131, Parque Amazonas, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar no nome de ·KATIANE GONÇALVES DELFINO, ·, filha de ·DENIR DELFINO e de TEREZA GONÇALVES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-·RO, ·20 de fevereiro de 2018.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO ·D-007 FOLHA ·166
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·3.931
MATRÍCULA
·095810 01 55 2018 6 00007 166 0003931 39
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·WILSON DOS SANTOS DE OLIVEIRA, de nacionalidade ·brasileiro, ·funcionário público, ·solteiro, portador da cédula de RG nº ·380928/SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº ·241.127.801-25, natural ·de Várzea Grande-MT, onde nasceu no dia ·01 de novembro de 1963, residente e domiciliado ·na Rua Manoel Vieira dos Santos, 2199, Nova Brasília, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·WILSON DOS SANTOS DE OLIVEIRA, ·, filho de ·HILDEBRANDO VERIDIANO DE OLIVEIRA e de JOANE MARIA DE OLIVEIRA; e ·DAUILIA GEANY DE SOUZA de nacionalidade ·brasileira, ·do lar, ·solteira, portadora da cédula de RG nº ·788.768/SSP/RO, inscrita no CPF/MF nº ·760.328.172-53, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·05 de março de 1981, residente e domiciliada ·na Rua Manoel Vieira dos Santos, 2199, Nova Brasília, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·DAUILIA GEANY DE SOUZA OLIVEIRA, ·, filha de ·CREUZA MARIA DE SOUZA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-·RO, ·19 de fevereiro de 2018.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO ·D-007 FOLHA ·165 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·3.930
MATRÍCULA
·095810 01 55 2018 6 00007 165 0003930 30
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·ALFREDO GONÇALVES, de nacionalidade ·brasileiro, ·autônomo, ·solteiro, portador da cédula de RG nº ·354403/SESDEC/RO - Exp. 05/12/2014, inscrito no CPF/MF nº ·349.052.862-04, natural ·de Pancas-ES, onde nasceu no dia ·22 de julho de 1961, residente e domiciliado ·na Rua Cruzeiro do Sul, 3925, Jorge Teixeira, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·ALFREDO GONÇALVES, ·, filho de ·EVARISTO GONÇALVES e de MARIA CILOTE GONÇALVES; e ·ILDA MARIA DE FREITAS de nacionalidade ·brasileira, ·lavradora, ·solteira, portadora da cédula de RG nº ·381.020/SESP/RO - Exp. 22/08/1988, inscrita no CPF/MF nº ·351.055.502-34, natural ·de Alto Piquiri-PR, onde nasceu no dia ·24 de agosto de 1971, residente e domiciliada ·na Rua Cruzeiro do Sul, 3925, Jorge Teixeira, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·ILDA MARIA DE FREITAS GONÇALVES, ·, filha de ·VICTORINO JOSÉ DE FREITAS e de MARIA CLARA DA LUZ DE FREITAS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-·RO, ·19 de fevereiro de 2018.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO ·D-007 FOLHA ·165
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·3.929
MATRÍCULA
·095810 01 55 2018 6 00007 165 0003929 13
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·VALDENIR MONTEIRO DOS SANTOS, de nacionalidade ·brasileiro, ·supervisor de vendas, ·solteiro, portador da cédula de RG nº ·821428/SESDEC/RO

- Exp. 14/06/2016, inscrito no CPF/MF nº ·799.054.552-72, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·17 de setembro de 1984, residente e domiciliado ·na Rua Cedro, 2370, Nossa Senhora de Fátima, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·VALDENIR MONTEIRO DOS SANTOS, ·, filho de ·SEBASTIÃO MONTEIRO DOS SANTOS e de GERALDA DA PAULA SANTOS; e ·LETICIA APARECIDA DA SILVA BENTO de nacionalidade ·brasileira, ·analista financeiro, ·solteira, portadora da cédula de RG nº ·1406766/SESDEC/RO - Exp. 25/02/2014, inscrita no CPF/MF nº ·034.911.172-32, natural ·de Cacoal-RO, onde nasceu no dia ·24 de junho de 1996, residente e domiciliada ·na Rua Cedro, 2370, Nossa Senhora de Fátima, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar no nome de ·LETICIA APARECIDA DA SILVA BENTO, ·, filha de ·ADONIAS RAIMUNDO BENTO e de ROSIMAR APARECIDA DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Ji-Paraná-·RO, ·19 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Marcolino Bozelhe

Oficial

## COMARCA DE ARIQUEMES

## ARIQUEMES

## 1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

CARTÓRIO DANTAS MOTA - 1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, INTERDIÇÕES E TUTELAS E TABELIONATO DE NOTAS DE ARIQUEMES Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510 Fone: (69) 3535.5547/3536.0943 - cartorioariquemes@gmail.com

LIVRO ·D-053 TERMO ·017724 FOLHA ·094

EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.724

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·CICERO DE CASTRO ALBUQUERQUE, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Vaqueiro, de estado civil ·solteiro, natural ·de Distrito de São Luiz, em Mariluz-PR, onde nasceu no dia ·18 de junho de 1971, residente e domiciliado ·na Rua 34, 1779, Residencial Zona Sul, em Ariquemes-RO, ·, filho de ·JUVENAL LEITÃO ALBUQUERQUE e de CARMELITA DE CASTRO ALBUQUERQUE; e ·MARLENE VIRICIO SOUZA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Doméstica, de estado civil ·divorciada, natural ·de Glória de Dourados-MT, onde nasceu no dia ·09 de janeiro de 1967, residente e domiciliada ·na Rua 34, 1779, Residencial Zona Sul, em Ariquemes-RO, ·, filha de ·JOSÉ VIRICIO SOUZA e de IZABEL DIAS SOUZA.^^al

O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.^^al

QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·CICERO DE CASTRO ALBUQUERQUE.^^al

QUE, APÓS o casamento, a declarante ·passará a adotar o nome de ·MARLENE VIRICIO SOUZA ALBUQUERQUE··.^^al

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia. ^^al

Ariquemes-·RO, ·20 de fevereiro de 2018.

Cristiana Arantes Polo

Registradora Substituta

LIVRO ·D-053 TERMO ·017725 FOLHA ·095

EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.725

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·PAULO ROCHA CARVALHO, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Taxista, de estado civil ·solteiro, natural ·de Salto da Divisa-MG, onde nasceu no dia ·18 de março de 1982, residente e domiciliado ·na Av. Jamary, 3720, Setor 02, em Ariquemes-RO, ·, filho de ·JOEL RODRIGUES DE CARVALHO e de HILDA SOARES ROCHA; e ·SIDELCINA MOREIRA DE OLIVEIRA ANDRADE, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·tecncico de enfermagem, de estado civil ·solteira, natural ·de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia ·22 de abril de 1983, residente e domiciliada ·na Av. Jamary, 3720, Setor 02, em Ariquemes-RO, ·, filha de ·RITA DE CÁSSIA DE ANDRADE.^^al

O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.^^al

QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·PAULO ROCHA CARVALHO.^^al

QUE, APÓS o casamento, a declarante ·continuará a adotar o nome de ·SIDELCINA MOREIRA DE OLIVEIRA ANDRADE··.^^al

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia. ^^al

Ariquemes-·RO, ·20 de fevereiro de 2018.

Cristiana Arantes Polo

Registradora Substituta

LIVRO ·D-053 TERMO ·017726 FOLHA ·096

EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.726

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·ROBSON SILVA SANTOS, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Músico, de estado civil ·solteiro, natural ·de Camacã-BA, onde nasceu no dia ·15 de outubro de 1973, residente e domiciliado ·na Rua Vitória Régia, 2964, Bairro das Pedrinhas, em Ariquemes-RO, ·, filho de ·FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS e de ODETE SILVA MACHADO; e ·ROSENITA MONTEIRO, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·do lar, de estado civil ·solteira, natural ·de Altônia-PR, onde nasceu no dia ·07 de abril de 1973, residente e domiciliada ·na Rua Vitória Régia, 2964, Bairro das Pedrinhas, em Ariquemes-RO, ·, filha de ·JOÃO MONTEIRO e de LEODINA VIEIRA.^^al

O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.^^al

QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·ROBSON SILVA SANTOS.^^al

QUE, APÓS o casamento, a declarante ·continuará a adotar o nome de ·ROSENITA MONTEIRO··.^^al

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia. ^^al

Ariquemes-·RO, ·20 de fevereiro de 2018.

Cristiana Arantes Polo

Registradora Substituta

LIVRO ·D-053 TERMO ·017727 FOLHA ·097

EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.727

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

·MARCOS ANTONIO DA SILVA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Operador de máquinas pesadas, de estado civil ·solteiro, natural ·de Populina-SP, onde nasceu no dia ·18 de outubro de

1964, residente e domiciliado ·na Alameda do Sabiá, nº 1042, Setor 02, em Ariquemes-RO, filho de ·WALTERLÚ CARLOS DA SILVA e de LOURDES CALLEGARI DA SILVA; e ·IRANI MARIA DE SÁ, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·do lar, de estado civil ·divorciada, natural ·de Seringal Canaraná, Município de Jaru-RO, onde nasceu no dia ·13 de março de 1974, residente e domiciliada na Alameda do Sabiá, nº 1042, Setor 02, em Ariquemes-RO, filha de ·CAMILO CANÃ DE SÁ e de FRANCISCA BARROS DA CUNHA.
O Regime de bens a ser adotado será: ·Comunhão Universal de Bens·, sendo a Escritura de Pacto Antenupcial lavrada no dia 15/02/2018, no Livro 146, às Folhas 076 do 1º Tabelionato de Notas de Ariquemes-RO.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·MARCOS ANTONIO DA SILVA.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·continuará a adotar o nome de ·IRANI MARIA DE SÁ·.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
Ariquemes-·RO, ·20 de fevereiro de 2018.
Cristiana Arantes Polo
Registradora Substituta

## COMARCA DE CACOAL

## 2° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

Estado de Rondônia
Município e Câmarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2018 6 00017 121 0003821 18
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Separação de Bens Obrigatória, nos termos do artigo 1.641, inciso I do Código Civil Brasileiro e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ÉDISON FOLI, de nacionalidade brasileira, agricultor, viúvo, natural de Córrego Rico-ES, onde nasceu no dia 28 de junho de 1953, portador do CPF 095.503.302-06, e do RG 85580/SSP/RO - Expedido em 03/12/2012, residente e domiciliado na Rua Aluizio de Azevedo, 573, Parque Fortaleza, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de ÉDISON FOLI, filho de Olinto Foli e de Domingas Carari Foli; e
ISABETH MILK, de nacionalidade brasileira, agricultora, divorciada, natural de Corrego Funil, em Colatina-ES, onde nasceu no dia 20 de julho de 1969, portadora do CPF 511.156.622-87, e do RG 646430/SSP/RO - Expedido em 06/03/1997, residente e domiciliada na Rua Aluizio de Azevedo, 573, Parque Fortaleza, em Cacoal-RO, continuou a adotar no nome de ISABETH MILK, filha de Hugo Rodolpho Augusto Milk e de Albertina Maria Leppaus Milk.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)
Cacoal-RO, 20 de fevereiro de 2018.

Estado de Rondônia
Município e Câmarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2018 6 00017 122 0003822 16
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Separação de Bens Obrigatória, nos termos do artigo 1.641, inciso II do Código Civil Brasileiro e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JOSÉ TIAGO SOBRINHO, de nacionalidade brasileira, pensionista, divorciado, natural de Rio Verde-GO, onde nasceu no dia 06 de novembro de 1935, portador do CPF 077.512.811-20, e do RG 275749/SSP/GO, residente e domiciliado na Rua Topazio, 874, Balneario Arco Iris, em Cacoal-RO, CEP: 76.961-896, continuou a adotar o nome de JOSÉ TIAGO SOBRINHO, filho de João Tiago Borges e de Ernestina Maria do Nascimento; e
MARIA FIDELIS RAMOS, de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de Irapuru-SP, onde nasceu no dia 26 de dezembro de 1959, portadora do CPF 103.050.762-72, e do RG 119924/SSP/RO - Expedido em 30/08/1978, residente e domiciliada na Rua Topazio, 874, Balneario Arco Iris, em Cacoal-RO, CEP: 76.961-896, continuou a adotar no nome de MARIA FIDELIS RAMOS, filha de Severino Fidelis Ramos e de Maria Francisca Ramos.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)
Cacoal-RO, 20 de fevereiro de 2018.

Estado de Rondônia
Município e Câmarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2018 6 00017 123 0003823 14
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JULYO CESAR BORTOLETO, de nacionalidade brasileira, Serviços Gerais, solteiro, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 05 de maio de 1996, portador do CPF 022.801.472-70, e do RG ·1427692/SSP/RO - Expedido em 23/07/2014, residente e domiciliado na Av. Primavera, 2256, Parque Fortaleza, em Cacoal-RO, CEP: 76.961-780, continuou a adotar o nome de JULYO CESAR BORTOLETO, filho de Osmar Bortoleto e de Lucilene Aparecida de Oliveira; e
RHAIANE CAPELETTO DE OLIVEIRA, de nacionalidade brasileira, auxiliar de atendimento, solteira, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 11 de abril de 1997, portadora do CPF 027.648.632-33, e do RG 1361427/SSP/RO - Expedido em 29/05/2013, residente e domiciliada na Rua Graciliano Ramos, 641, Vista Alegre, em Cacoal-RO, CEP: 76.960-146, continuou a adotar no nome de RHAIANE CAPELETTO DE OLIVEIRA, filha de Juliano Fernandes de Oliveira e de Margarida Capeletto Pereira de Oliveira.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)
Cacoal-RO, 20 de fevereiro de 2018.

## COMARCA DE CEREJEIRA

## CEREJEIRAS

OFICÍO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
CNPJ: 05.911.185/0001-00 - Rua Portugal, 2401, Liberdade, CEP 76997-000 – CEREJEIRAS-RO, Telefone (69) 3342-3146
Maria Bernardeti Cavatti – OFICIALA/TABELIÃ – ATO N º 209/2009/TJ
LIVRO ·D-021 FOLHA ·073 TERMO ·006173
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·6.173
MATRÍCULA
·095828 01 55 2018 6 00021 073 0006173 81
Faço saber que pretendem casar-se, pelo regime de ·Comunhão Parcial de Bens·, e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·ADÃO GOMES DE SOUSA, de nacionalidade ·brasileira, ·pedreiro, ·solteiro, natural ·de Colorado do Oeste-RO, onde nasceu no dia ·21 de março de 1982, portador da Cédula de Identidade nº ·1529725-0/SSP/MT - Exp. 18/06/2001 inscrito no CPf/MF ·753.643.442-15 residente e domiciliado ·na Rua Robson Ferreira, 1662, Floresta, em Cerejeiras-RO, ·, filho de ·ANTÔNIO GOMES DE SOUSA e de MARIA ÁGUIDA DE SOUSA; e ·LINDINALVA SOARES MARTINS de nacionalidade ·brasileira, ·costureira, ·divorciada, natural ·de Cáceres-MT, onde nasceu no dia ·12 de agosto de 1976, portadora da Cédula de identidade nº ·000661887/SSP/RO - Exp. 16/09/1997, inscrita CPf/MF·648.150.562-34, residente e domiciliada ·na Rua Robson Ferreira, nº 1662, Floresta, em Cerejeiras-RO, ·, filha de ·SEBASTIÃO MARTINS DE OLIVEIRA e de MARIA JOANA SOARES MARTINS. Em virtude do casamento, ele ·continuou a adotar o nome de ·ADÃO GOMES DE SOUSA e ela ·continuou a adotar o nome de ·LINDINALVA SOARES MARTINS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Cerejeiras-·RO, ·20 de fevereiro de 2018.
Maria Bernardeti Cavatti

Oficiala e Tabeliã

## COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

## NOVA UNIÃO

LIVRO ·D-005
FOLHA ·207
TERMO ·001243
EDITAL DE PROCLAMAS
Matricula
·096149 01 55 2018 6 00005 207 0001243 52
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·FLORINDO ELIAS DOS SANTOS e ·EDILENE PEREIRA PEDROSA. ELE, natural ·de Cascavel-PR; nascido em ·05 de outubro de 1974, profissão ·agricultor, estado civil ·solteiro, CPF nº ·579.557.002-87, RG nº ·431.234/SSP/RO - Expedido em 05/05/1990, residente e domiciliado ·na Rua Independencia, 1126, em Nova União-RO. filho de ·ABILIO ELIAS DOS SANTOS e de ROSA PAULA DE LIMA, ele já falecido ela brasileira, viúva, capaz, natural de Cascavel/PR; lavradora, não possui endereço eletronico, residente e domiciliada na Rua Independencia, em Nova União/RO. Ele passa assinar ·FLORINDO ELIAS DOS SANTOS. ELA, natural ·de Ji-Paraná-RO; nascida em ·01 de abril de 1980, profissão ·agricultora, estado civil ·solteira, CPF nº ·003.838.112-52, RG nº ·637588/SSP/RO - Expedido em 06/12/1996, residente e domiciliada ·na Rua Independencia, 1126, em Nova União-RO; filha de ·DANIEL PEDROSA e de ALZENIR PEREIRA PEDROSA, ele já falecido ela brasileira, viúva, capaz, natural de Minas Gerais/MG; lavradora, não possui endereço eletronico, residente e domiciliada na Rua Tiradentes, em Nova União/RO. Ela passa assinar ·EDILENE PEREIRA PEDROSA. Regime : ·Comunhão Parcial de Bens. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume. ·
Nome do Ofício
·1º Oficio de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Oficial Registrador
·Murilo Ferreira dos Santos
·Nova União-·RO, ·20 de fevereiro de 2018.
Município / UF
·Município de Nova União, Comarca de Ouro Preto do Oeste - Estado de Rondônia
Endereço
·Rua Porto Velho, 1078
CEP: 76.924-000 - Fone: (69)3466-1057
·Murilo Ferreira dos Santos
·Tabelião/Registrador

## COMARCA DE PIMENTA BUENO

## PIMENTA BUENO

ESTADO DE RONDÔNIA
OFÍCIO DE REGISTRO CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE
PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RO
Marcos Antônio Moreira Fidelis
Oficial Titular
LIVRO ·D-001 FOLHA ·068
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·68
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·LOURIVAL SALEMA DE SOUZA, de nacionalidade ·brasileiro, ·serviços gerais, ·divorciado, natural ·de Virgolândia, Estado de Minas Gerais, onde nasceu no dia ·29 de julho de 1970, portador da Cédula de Identidade n. ·364.659/SESP/RO - Expedido em 29/07/1988, inscrito no CPF/MF sob o n. ·350.660.322-15, residente e domiciliado ·na Linha 41, Lote 13, Chácara Beira Rio, Zona Rural, em Primavera de Rondônia, Estado de Rondônia, CEP: 76.976-000, ··continuou a adotar o nome de ·LOURIVAL SALEMA DE SOUZA, filho de ·JOÃO ADEJUTE SALEMA DE SOUZA e de DIVINA LINA DA SILVA; e ·DALVA MOREIRA DOS SANTOS, de nacionalidade ·brasileira, ·técnica de enfermagem, ·solteira, natural ·de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, onde nasceu no dia ·25 de setembro de 1980, portadora da Cédula de Identidade n. ·762.579/SSP/RO - Expedido em 29/09/2000, inscrita no CPF/MF sob o n. ·763.953.322-87, residente e domiciliada ·na Linha 41, Lote 13, Chácara Beira Rio, Zona Rural, em Primavera de Rondônia, Estado de Rondônia, CEP: 76.976-000, ·continuou a adotar no nome de ·DALVA MOREIRA DOS SANTOS, filha de ·JOSÉ ALVES DOS SANTOS e de ANA HILDA MOREIRA DOS SANTOS. ^^al
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume deste Ofício e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (www.tjro.jus.br - Provimento 007/2011-CG).^^al
·Primavera de Rondônia-·RO, ·16 de fevereiro de 2018.
·Anderson Luís Deboni

·Substituto

## SÃO FELIPE D'OESTE

LIVRO ·D-004 FOLHA ·081 TERMO ·000981
EDITAL DE PROCLAMAS N. ·981
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·RONICLEY PEREIRA DOS SANTOS, de nacionalidade brasileira, ·autônomo, ·solteiro, natural ·de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia ·11 de dezembro de 1986, residente e domiciliado ·na Linha 45, Km 01, Zona Rural, em São Felipe D'Oeste-RO, · portador da C.I. RG n. ·942.009-Exp. 08/11/2004, inscrito no CPF/MF sob n. ·947.431.422-53, filho de ·CLAUDIO BATISTA DOS SANTOS e de LOURDES DA CONCEIÇÃO PEREIRA; e ·KARINE PAIVA ALVES de nacionalidade brasileira, ·autônoma, ·solteira, natural ·de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia ·24 de maio de 1998, residente e domiciliada ·na Linha 45, Km 01, Zona Rural, em São Felipe D'Oeste-RO, · portadora da C.I. RG n. ·1219816-Exp. 30/09/2010, inscrita no CPF/MF sob n. ·038.502.302-28, filha de ·EDILSON FRANCISCO ALVES e de ELIANE PAIVA SOARES. Certifico, ainda que o regime de bens do casamento dos pretendentes ser o de ·Comunhão Parcial de Bens e o contraente, ·continuou a adotar o nome de ·RONICLEY PEREIRA DOS SANTOS e a contraente, ·continuou a adotar o nome de ·KARINE PAIVA ALVES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justica Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (www.tjro.jus.br - Provimento n. 007/2011-CG).
São Felipe D'Oeste-·RO, ·20 de fevereiro de 2018.
Elza Caniver de Campos
Oficiala Interina

## COMARCA DE VILHENA

## CHUPINGUAIA

LIVRO ·D-002 FOLHA ·212 TERMO ·000512
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·512
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: ·ANDRESSON DA CRUZ FRANCO, ·solteiro, com ·vinte e cinco (25) anos de idade, de nacionalidade ·brasileiro, ·porteiro, natural ·de Vilhena-RO, onde nasceu no dia ·08 de julho de 1992, portador da CI.RG nº 1140052/SESDEC/RO expedida em 01/04/2009, inscrito no CPF/MF nº 010.846.802-03, declara não possuir endereço eletrônico, residente e domiciliado ·na Rua 23, s/n, Cidade Alta, em Chupinguaia-RO, CEP: 76.990-000, ·, filho de ·ANDRE FRANCO e de ELCELINA PEREIRA DA CRUZ; Ela: ·NÚBIA DA SILVA COSTA, ·solteira, com ·dezenove (19) anos de idade, de nacionalidade ·brasileira, ·do lar, natural ·de Vilhena-RO, onde nasceu no dia ·30 de setembro de 1998, portadora do CI.RG nº 00001113916/SESDEC/RO expedida em 28/07/2008, inscrita no CPF/MF nº 068.945.392-27, declara não possuir endereço eletrônico, residente e domiciliada ·na Rua 23, s/n, Cidade Alta, em Chupinguaia-RO, CEP: 76.990-000, ·, filha de ·WILSON DE JESUS COSTA e de RENILDA ELIAS DA SILVA. Determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de ·Comunhão Parcial de Bens. Que após o casamento, o declarante, ·continuou a adotar o nome de · ANDRESSON DA CRUZ FRANCO. Que após o casamento, a declarante, ·passou a adotar o nome de ·NÚBIA DA SILVA COSTA FRANCO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Chupinguaia-·RO, ·21 de fevereiro de 2018.
Valéria do Nascimento Costa
Tabeliã Substituta

LIVRO ·D-002 FOLHA ·212 TERMO ·000512
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·512
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: ·ANDERSON DA CRUZ FRANCO, ·solteiro, com ·vinte e cinco (25) anos de idade, de nacionalidade ·brasileiro, ·porteiro, natural ·de Vilhena-RO, onde nasceu no dia ·08 de julho de 1992, portador da CI.RG nº 1140052/SESDEC/RO expedida em 01/04/2009, inscrito no CPF/MF nº 010.846.802-03, declara não possuir endereço eletrônico, residente e domiciliado ·na Rua 23, s/n, Cidade Alta, em Chupinguaia-RO, CEP: 76.990-000, ·, filho de ·ANDRE FRANCO e de ELCELINA PEREIRA DA CRUZ; Ela: ·NÚBIA DA SILVA COSTA, ·solteira, com ·dezenove (19) anos de idade, de nacionalidade ·brasileira, ·do lar, natural ·de Vilhena-RO, onde nasceu no dia ·30 de setembro de 1998, portadora do CI.RG nº 00001113916/SESDEC/RO expedida em 28/07/2008, inscrita no CPF/MF nº 068.945.392-27, declara não possuir endereço eletrônico, residente e domiciliada ·na Rua 23, s/n, Cidade Alta, em Chupinguaia-RO, CEP: 76.990-000, ·, filha de ·WILSON DE JESUS COSTA e de RENILDA ELIAS DA SILVA. Determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de ·Comunhão Parcial de Bens. Que após o casamento, o declarante, ·continuou a adotar o nome de ·ANDERSON DA CRUZ FRANCO. Que após o casamento, a declarante, ·passou a adotar o nome de ·NÚBIA DA SILVA COSTA FRANCO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Chupinguaia-·RO, ·21 de fevereiro de 2018.
Valéria do Nascimento Costa
Tabeliã Substituta

## COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

## ALVORADA D´OESTE

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.182
LIVRO D-014 FOLHA 182
Matrícula nº 130369 01 55 2018 6 00014 182 0004182 70
Pelo presente edital, faço saber que os nubentes abaixo indicados, pretendendo casar-se sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV do Código Civil Brasileiro. IZAIAS VIEIRA MACHADO e REGIANE VIEIRA DA CUNHA.O contraente é brasileiro, solteiro, lavrador, com trinta e três (33) anos de idade, natural de Ataléia-MG, nascido aos quatro dias do mês de abril do ano de um mil e novecentos e oitenta e quatro (04/04/1984), residente e domiciliado na Linha 48, Km 10, zona rural, neste município de Alvorada d Oeste- RO, filho de; GRACÍLIO VIEIRA MACHADO e de LÚCIA

GOMES DE OLIVEIRA, ambos brasileiros, casados, lavradores, residentes e domiciliados na Linha 40, Km 21, zona rural, neste município de Alvorada do Oeste/RO.A contraente é brasileira, solteira, lavradora, com trinta e um (31) anos de idade, natural de Cacoal-RO, nascida aos vinte dias do mês de dezembro do ano de um mil e novecentos e oitenta e seis (20/12/1986), residente e domiciliada na Linha 48, Km 10, zona rural, neste município de Alvorada d Oeste- RO, filha de: JOÃO BATISTA VALÉRIO DA CUNHA e de MARIA IMACULADA VIEIRA, ambos brasileiros, casados, lavradores, residentes e domiciliados na Linha T-18, zona rural, em Urupá/RO.Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de IZAIAS VIEIRA MACHADO.Que após o casamento, a declarante, continuou a adotar o nome de REGIANE VIEIRA DA CUNHA. Se alguém conhecer impedimentos, oponha-o na forma da Lei.Lavro o presente para ser registrado em livro próprio e afixado, em Cartório, no lugar de costume.
Alvorada do Oeste- RO, 20 de fevereiro de 2018.
Thais Apoliana Souza
Tabeliã Registradora/Interina

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.183
LIVRO D-014 FOLHA 183
Matrícula nº 130369 01 55 2018 6 00014 183 0004183 79
Pelo presente edital, faço saber que os nubentes abaixo indicados, pretendendo casar-se sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V do Código Civil Brasileiro. RAFAEL SUSAR DE OLIVEIRA e DAIANE BATISTA SALGADO.O contraente é brasileiro, divorciado, soldador, com vinte e seis (26) anos de idade, natural de Ji-Paraná-RO, nascido aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de um mil e novecentos e noventa e um (21/09/1991), residente e domiciliado na Rua Castro Alves, n° 5455, Bairro Cidade Alta, neste município de Alvorada do Oeste- RO, filho de; SEBASTIÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA e de MARIA JOSÉ SUSAR CARMO, brasileiros, solteiros, aposentados, ele residente e domiciliado na Rua JK, n° 4427, Bairro Cidade Alta, neste município de Alvorada d Oeste/RO, ela residente e domiciliada na Rua Castro Alves, n° 4813, Bairro Cidade Alta, neste município de Alvorada do Oeste/RO. A contraente é brasileira, solteira, do lar, com vinte (20) anos de idade, natural de Alvorada d Oeste- RO, nascida aos quatorze dias do mês de julho do ano de um mil e novecentos e noventa e sete (14/07/1997), residente e domiciliada na Rua Castro Alves, n° 5455, Bairro Cidade Alta, neste município de Alvorada do Oeste- RO, filha de: BENEDITO DA SILVA SALGADO e de MARTA BATISTA PINTO SALGADO, brasileiros, casados, padeiros, residentes e domiciliados na Rua Castro Alves, n° 5455, Bairro Cidade Alta, neste município de Alvorada d Oeste/RO.Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de RAFAEL SUSAR DE OLIVEIRA.Que após o casamento, a declarante, passou a adotar o nome de DAIANE BATISTA SALGADO DE OLIVEIRA. Se alguém conhecer impedimentos, oponha-o na forma da Lei.Lavro o presente para ser registrado em livro próprio e afixado, em Cartório, no lugar de costume.
Alvorada do Oeste- RO, 20 de fevereiro de 2018.
Thais Apoliana Souza

Tabeliã Registradora/Interina

## COMARCA DE COSTA MARQUES

## COSTA MARQUES

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.459
República Federativa do Brasil – Cartório de Registro Civil das Pessoas naturais Comarca de Costa Marques/RO – Cartório Ofício Único – Daniel Benedito da Silva (oficial) Edital nº 2459– Folhas 030– Livro D-011 Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os nubentes: ODAIR ALVES DE DEUS com IVONETE FREITAS SILVA ELE: ODAIR ALVES DE DEUS de nacionalidade: brasileiro, Profissão agricultor estado civil: solteiro, com 48 anos de idade, Natural de Cascavel-PR, aos 10 de janeiro de 1970, residente e domiciliado na Linha N-16, KM 06, São Domingos do Guaporé, em Costa Marques-RO, Filho de ITOR ALVES DE DEUS e de NADIR ITAEL DE DEUS; ELA: IVONETE FREITAS SILVA de nacionalidade: brasileira, Profissão: agricultora, estado civil: divorciada, com 31 anos de idade, natural de Cerejeiras-RO, aos 25 de setembro de 1986, residente e domiciliada na Avenida Guaporé, em Costa Marques-RO, Filha de ANTONIO MARIANO DA SILVA e de LUCINETE FREITAS SILVA. O CASAMENTO SERÁ REALIZADO SOB O REGIME: Comunhão Parcial de Bens Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de ODAIR ALVES DE DEUS. Que após o casamento, a declarante, passou a adotar o nome de IVONETE FREITAS SILVA DE DEUS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume. O referido é verdade e dou fé. Eu, Eva Lucia Ribeiro Piogê, Escrevente Autorizada. Costa Marques/RO 20 de Fevereiro de 2018.

## COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

## MACHADINHO D´OESTE

Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Vale do Anari, Comarca de Machadinho D'Oeste – RO
Av. Capitão Silvio de Farias, 4863, Centro, em Vale do Anari – RO – CEP: 76.867-000 – Fone: (69)3525-1469
LIVRO D-001 FOLHA 204
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 204
Faço saber que pretendem CONVERTER A UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ISAAC CARLOS FERREIRA, de nacionalidade brasileiro, motorista, viúvo, natural de Vitória-ES, onde nasceu no dia 02 de março de 1951, residente e domiciliado na Av. Capitão Silvio de Farias, 5107, Centro, em Vale do Anari-RO, CEP: 76.867-000, , filho de HILDA FERREIRA; e NELMA MARTINS PEREIRA, de nacionalidade brasileira, do lar, divorciada, natural de Mantena-MG, onde nasceu no dia 26 de maio de 1969, residente e domiciliada na Av. Capitão Silvio de Farias, 5107, Centro, em Vale do Anari-RO, CEP: 76.867-

000, filha de FRANCISCO PEREIRA e de HELENA MARTINS PEREIRA. Os contraentes e pretendem continuar juntos, com firme vontade de constituírem família e legalizar sua situação. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa. Vale do Anari-RO, 21 de fevereiro de 2018. Vale do Anari-RO, 21 de fevereiro de 2018
Fernando Jânio Degam
Oficial

## COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

## NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Rua Jose Carlos Bueno, 3395-A CP: 78.974-000
Município e Comarca de Nova Brasilândia D'Oeste Estado de Rondônia
Andressa da Cruz Benati Ramos – Oficiala/Notaria Interina
LIVRO ·D-013 FOLHA ·289 TERMO ·003389
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·3.389
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·RAFAEL SOUZA LOPES, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·repositor, de estado civil ·solteiro, natural ·de Alta Floresta do oeste-RO, onde nasceu no dia ·04 de julho de 1997, residente e domiciliado ·na Avenida Rui Barbosa 3060, Setor 13, em Nova Brasilândia D' Oeste-RO, filho de ·LUIZ PAULO FERREIRA LOPES e de CLEUSA GREMES DE SOUZA; e ·TAINARA BARROSO GOIS de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·do lar, de estado civil ·solteira, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·22 de maio de 1996, residente e domiciliada ·na av Rui Barbosa 3060, Setor 13, em Nova Brasilândia D' Oeste-RO, ·, filha de ·MIGUEL ARCANJO DE GOIS JUNIOR e de MARINEIA BARROSO CORREA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.·Nova Brasilândia D' Oeste-·RO, ·20 de fevereiro de 2018.

## COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

## SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
Rua Sete de Setembro, n. 4178, Cidade Alta, Cep: 76935-000, Fone: (69) 3621 2537, E-mail: cartorio.arijoel@hotmail.com
ARIJOEL CAVALCANTE DOS SANTOS
TABELIÃO
EDITAL DE PROCLAMAS
LIVRO ·D-005 FOLHA ·010 TERMO ·000910
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA, de nacionalidade ·brasileira, ·aposentado, ·viúvo, natural ·de Tabaúna, em Aimorés-MG, onde nasceu no dia ·08 de março de 1939, residente e domiciliado ·na Linha 05, Km 20, Zona Rural, em São Francisco do Guaporé-RO, ·, filho de ·ALICIO ALVES DE OLIVEIRA e de MALVINA CRISTINA DE JESUS; e ·SELMA BUTZKE de nacionalidade ·brasileira, ·lavradora, ·divorciada, natural ·de Afonso Claudio-ES, onde nasceu no dia ·16 de julho de 1963, residente e domiciliada ·na BR 429, Linha 04, Km 20, em São Francisco do Guaporé-RO, ·, filha de ·LEOPOLDO BUTZKE e de PAULINA BUTZKE.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
São Francisco do Guaporé-RO, ·20 de fevereiro de 2018.
Arijoel Cavalcante dos Santos
Oficial Registrador

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
Rua Sete de Setembro, n. 4178, Cidade Alta, Cep: 76935-000, Fone: (69) 3621 2537, E-mail: cartorio.arijoel@hotmail.com
ARIJOEL CAVALCANTE DOS SANTOS
TABELIÃO
EDITAL DE PROCLAMAS
LIVRO ·D-005 FOLHA ·009 TERMO ·000909
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·JOSÉ MÁRCIO DE JESUS, de nacionalidade ·brasileira, ·lavrador, ·solteiro, natural ·de Ribeirópolis-SE, onde nasceu no dia ·25 de novembro de 1989, residente e domiciliado ·na ROD 377, Linha 02, Km 15, Setor Porto Murtinho, Zona Rural, em São Francisco do Guaporé-RO, ·, filho de ·LÚCIO JOSÉ DE JESUS e de ÂNGELA MARIA DE JESUS; e ·JENAINA BARBOSA SILVA de nacionalidade ·brasileira, ·lavradora, ·solteira, natural ·de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia ·13 de setembro de 1996, residente e domiciliada ·na ROD 377, Linha 04-C, Km 06, Setor Porto Murtinho, Zona Rural, em São Francisco do Guaporé-RO, ·, filha de ·JEILTON JOSÉ DA SILVA e de LUCIANA BARBOSA DE ANDRADE SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
São Francisco do Guaporé-RO, ·20 de fevereiro de 2018.
Arijoel Cavalcante dos Santos
Oficial Registrador

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
Rua Sete de Setembro, n. 4178, Cidade Alta, Cep: 76935-000, Fone: (69) 3621 2537, E-mail: cartorio.arijoel@hotmail.com
ARIJOEL CAVALCANTE DOS SANTOS
TABELIÃO
EDITAL DE PROCLAMAS
LIVRO ·D-005 FOLHA ·008 TERMO ·000908
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·GILBERTO PAVLACH, de nacionalidade ·brasileiro, ·agricultor, ·solteiro, natural ·de Diamante D'Oeste-PR, onde nasceu no dia ·22 de setembro de 1973, residente e domiciliado ·na Linha 07, Km 05 Poste 27, Zona Rural, em São Francisco do Guaporé-RO, ·, filho de ·ALBINO PAVLACH e de UDILA FORLIN PAVLACH; e ·ELICÉIA MEIRA DA HORA de nacionalidade ·brasileira, ·do lar, ·solteira, natural ·de Araputanga-MT, onde nasceu no dia ·02 de maio de 1982, residente e domiciliada ·na Linha 07, Km 05 Poste 27, Zona Rural, em São Francisco do Guaporé-RO, ·, filha de ·ELPIDIO MANOEL DA HORA e de MARIA MEIRE DA HORA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
São Francisco do Guaporé-RO, ·16 de fevereiro de 2018.
Arijoel Cavalcante dos Santos
Oficial Registrador